



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 24ª SESSÃO À 28ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 06
06 DE MARÇO A 12 DE MARÇO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AMAZÔNIA		incorporação do Banco do Estado do Piauí pelo Banco do Brasil. Senador Inácio Arruda.....	638
Solicitação de prioridade na apreciação de projeto de resolução de autoria de S.Exa., que cria a Comissão da Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti.	175		
ARTIGO DE IMPRENSA		CARTÃO DE CRÉDITO	
Registro de matéria do site do <i>Wall Street Journal</i> , que saudou o Brasil como “o novo rei dos emergentes”. Senadora Ideli Salvatti.....	121	Importância da CPI dos cartões corporativos. Senador Marcelo Crivella.	131
Registro do editorial da <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “Eu não sou cachorro, não!”, que analisou o caso dos brasileiros impedidos de ingressar na Espanha. Senador João Pedro.	304	Críticas à forma como é conduzido a CPIs e como o Governo escolheu a Comissão Parlamentar de Inquérito na CPI dos Cartões Corporativos, impondo sua vontade. Senador Álvaro Dias.....	141
Registro da matéria intitulada “Um raio-X da saúde dos brasileiros”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 5 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.....	574	Apoio ao Senador Álvaro Dias por seu pronunciamento referente à CPI dos Cartões. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Pedro Simon.	142
		Apoio ao Senador Álvaro Dias por seu pronunciamento referente à CPI dos Cartões. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.	143
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
Solicita que o Senador Romero Jucá peça a retirada dos Anais do Senado de sua declaração anterior de que o Senado estaria perdendo tempo com a Oposição fazendo referências de solidariedade à viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães, que não poderiam ser feitas naquele momento. Senador José Sarney.....	542	Considerações sobre a proibição da venda de bebidas nas rodovias federais. Senador Mão Santa.	225
Cumprimentos ao Senador Flávio Arns por sua luta pelas causas sociais. Senador Paulo Paim.....	629	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mão Santa. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	228
BANCO		Considerações sobre a medida que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. Senador Mão Santa.....	308
Registro da inauguração de agência da Caixa Econômica Federal no município de Sena Madureira, no Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	314	Apoio ao Senador Mão Santa pelo seu pronunciamento referente a medida provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Álvaro Dias.....	310
Encaminha à Mesa Diretora o requerimento que pede urgência na apreciação do projeto de		Posicionamento favorável à derrota da Medida Provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais e defesa de medidas rígidas para os motoristas alcoolizados. Senador Francisco Dornelles.....	631

	Pág.		Pág.
(CPI)		DIVISÃO TERRITORIAL	
Pedido de CPI para investigar um movimento nacional de organismos subversivos, comandados pelo Foro de São Paulo e pelas Farc. Solidariedade à Vale do Rio Doce. Senador Gerson Camata.	623	Defesa de projeto de lei de sua autoria que objetiva garantir municípios viáveis. Senador Flexa Ribeiro.....	656
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		EDUCAÇÃO	
Cumprimentos à iniciativa do Governo de lançar os Programas Pró-Jovem Adolescente e Territórios da Cidadania. Senador Paulo Paim.	84	Destaque para os avanços do ensino tecnológico no País. Senadora Fátima Cleide.....	632
Registro, nos Anais do Senado, de visita realizada à região de São João do Piauí - PI. Senador João Vicente Claudino.	111	Alerta pela necessidade de melhorar a qualidade da educação no País. Senadora Patrícia Saboya.....	647
Registro da liberação de recursos públicos para o Amapá. Senador Gilvam Borges.	114	Elogios ao Caderno Especial do Jornal do Senado sobre a Educação. Apelo em favor de cruzada nacional pela educação. Senador Cristovam Buarque.	653
Registro da visita do Presidente Lula, dia 11 de março de 2008, ao Estado de Tocantins. Senador João Ribeiro.	285	Elogios e apoio ao Senador Cristovam Buarque por seu pronunciamento referente à educação. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador César Borges.....	654
Observações sobre a grandeza do Estado de Pernambuco. Análise da gestão de S.Exa. no governo de Pernambuco entre janeiro de 1999 e março de 2006. Senador Jarbas Vasconcelos.....	286	Elogios e apoio ao Senador Cristovam Buarque por seu pronunciamento referente à educação. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Flexa Ribeiro.....	655
Apoio ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu pronunciamento sobre o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Marco Maciel.....	287	ENERGIA	
Apoio ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu pronunciamento sobre o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Cícero Lucana.....	289	Alerta de risco de apagão elétrico em Joinville/SC. Senadora Ideli Salvatti.....	121
Apoio ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu pronunciamento sobre o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Álvaro Dias.	289	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	
Preocupação com a questão da infra-estrutura no Estado da Bahia. Senador César Borges.....	663	Registro da inauguração, na sexta-feira dia 14 de março, do novo bloco de saúde do CEFET, em Roraima. Senador Augusto Botelho.....	643
DIREITOS HUMANOS		Apoio ao discurso proferido pelo Senador Augusto Botelho. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Sibá Machado.....	644
Manifestação em defesa da “Lei Maria da Penha”. Senadora Fátima Cleide.....	632	ENSINO SUPERIOR	
Apoio à Senadora Fátima Cleide por seu pronunciamento em defesa da “Lei Maria da Penha”. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senadora Patrícia Saboya..	634	Registro de convite recebido do Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares para a formatura de 126 jovens negros, em Administração de Empresas, e da realização da nona Edição da Expodireto Cotrijal, Feira Agrodinâmica do Mercosul. Senador Paulo Paim.	84
DÍVIDA EXTERNA			
Considerações aos resultados recentes da dívida externa brasileira. Senador Epitácio Cafeteira.....	404		

	Pág.	III	Pág.
EXPLICAÇÃO PESSOAL			
Contestação sobre a notícia publicada pela Agência Brasil, acusando o orador de dificultar a votação do orçamento. Senador Heráclito Fortes....	144		
Questionamento ao discurso do Senador Sibá Machado que apresentou dados sobre o governo do Piauí. Senador Mão Santa.....	314		
Esclarecimento sobre sua postura e convívio dentro do Senado Federal. apreço por coisas que lhe são caras dentro da Casa. Senador Tasso Jereissati.....	451		
FORÇAS ARMADA			
Proposta ao Governo de criação de Força Nacional de Fronteira para proteção de nossas fronteiras. Senador Jayme Campos.....	162		
Defesa de reajuste salarial nas Forças Armadas. Senador Expedito Júnior.....	635		
GOVERNO ESTADUAL			
Balanço do resultado das medidas adotadas no Estado do Piauí pelo governador Wellington Dias. Senador Sibá Machado.....	311		
Leitura de relação de obras inacabadas no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....	674		
GOVERNO FEDERAL			
Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição para prever que, na apuração de procedimento incompatível com decoro parlamentar, a Câmara ou o Senado poderão obter informações relativas à movimentação bancária, comunicações telefônicas e outros dados dos investigados. Senador Mário Couto.....	89		
Saúda a iniciativa do Governo Federal de editar a medida provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais. Senador Augusto Botelho.....	157		
Criticas a atuação do Governo Federal que estar transformando o Congresso e tirando a credibilidade da Casa. Senador José Agripino.....	492		
Registro de sua retirada em protesto aos recentes acontecimentos em um desrespeito a Casa, e lamentando que o Senador Romero Jucá, tenha pautado as duas próximas votações sem aguardar uma decisão do Presidente. Senador Heráclito Fortes.....	495		
Comemoração do crescimento da economia brasileira. Alerta ao Governo sobre investimentos			
		em transportes de massa. Senador Aloízio Mercadante.....	640
		HOMENAGEM	
		Parabeniza a Eletrosul pelo lançamento do Edital de Seleção de Projetos para Patrocínios Social e Institucional. Senador Paulo Paim.....	84
		Homenagem pelo transcurso, no próximo sábado, do Dia Internacional da Mulher. Senador Cristovam Buarque.....	92
		Apresentação de requerimento de congratulações ao jornal Estado de Minas, que completa 80 anos. Senador Eduardo Azeredo.....	108
		Homenagem ao médico Antonio Carlos Lopes. Senador João Vicente Claudino.....	111
		Homenagem ao Jornal O Estado de Minas, pelo seu aniversário de oitenta anos de fundação. Senador Eliseu Resende.....	121
		Homenagem à todas as mulheres pelo do Dia Internacional da Mulher que transcorrerá no dia 08 de março. Senadora Ideli Salvatti.....	121
		Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas. Senador Sérgio Guerra.....	125
		Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas. Senador Mão Santa.....	125
		Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas. Senador Flexa Ribeiro.....	126
		Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas. Senador Cícero Lucena.....	126
		Homenagem a Mário Covas. Senador Álvaro Dias.....	141
		Saudação ao Dia Internacional da Mulher e homenageia a Senadora colombiana Ingrid Bettancourt, refém das FARC. Senador Álvaro Dias.....	170
		Apoio ao senador Álvaro Dias ao homenagear o Dia Internacional da Mulher e homenageia a Senadora colombiana Ingrid Bettancourt, refém das FARC. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Paulo Paim.....	171
		Apoio ao senador Álvaro Dias ao homenagear o Dia Internacional da Mulher e homenageia a Senadora colombiana Ingrid Bettancourt, refém das FARC. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	172
		Homenagem ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Senador Mozarildo Cavalcanti...	175

	Pág.		Pág.
Saudação às mulheres pela comemoração amanhã, do Dia Internacional da Mulher. Senador Paulo Paim.....	185	Justificação de requerimento de homenagem ao Delegado Dr. Jorge Miguel, falecido recentemente. Senador Romeu Tuma.	616
Associação ao pronunciamento do Senador Paulo Paim em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Senador Adelmir Santana.....	195	Homenagem ao fotógrafo capixaba Sebastião Salgado. Senador Gerson Camata.....	623
Homenagem às mães anônimas vítimas das secas do Nordeste, e mulheres humildes. Senador Cícero Lucena.	199	Homenagem aos sessenta anos da Associação Pestalozzi de Niterói. Homenagem a todas as mulheres do Brasil pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Flávio Arns.	625
Apoio ao Senador Cícero Lucena por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Cícero Lucena. Senador Paulo Paim.	200	Registro do transcurso do Dia do Bibliotecário, hoje, 12 de março. Senador Renato Casagrande..	638
Homenagem às mulheres pelo transcurso do "Dia Internacional da Mulher". Senador Mão Santa.....	225	Apoio ao Senador Renato Casagrande por seu pronunciamento homenageando os Bibliotecários. Aparte ao Senador Renato Casagrande. Senador Inácio Arruda.	638
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senadora Patrícia Saboya.....	324	Lembrança sobre a sessão de ontem, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Senadora Serys Slhessarenko.....	665
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Inácio Arruda.....	329	Comemoração do Dia do Bibliotecário e homenagem aos servidores da Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal. Senador Papaléo Paes.	666
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	331		
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Heráclito Fortes.....	331	IGREJA	
Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior na comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador José Nery.....	333	Reflexões sobre a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB. Senador Marco Maciel.....	641
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador José Nery.....	333		
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Tasso Jereissati.....	335	IMPrensa	
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Mão Santa.....	336	Crítica à liberdade da imprensa de atacar a honra de qualquer cidadão sem punição por se valer de leis que a protege. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Magno Malta.....	133
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Papaléo Paes.....	337		
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Flexa Ribeiro.....	339	JUDICIÁRIO	
Apoio ao Senador Flexa Ribeiro na comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Marco Maciel.	340	Registro de ato público realizado pelos defensores públicos do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	123
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Cristovam Buarque.	340	Denúncia o ultraje de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida mediante ordem judicial concedida por uma juíza de Salvador, por acaso esposa do Deputado Nelson Pelegrino do PT da Bahia, para inventário de obra de arte. Senador José Agripino.	348
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador Arthur Virgílio.	342	Indignação com a violência de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do saudoso Senado Antonio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte. Senador Tasso Jereissati.....	348
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Senador José Agripino.	348		
Homenagem às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Papaléo Paes.....	574		

Pág.	Pág.
	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Apoio ao Senador Tasso Jereissati por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Marco Maciel.	348
Repúdio à violência de que foi vítima a viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte. Senador Arthur Virgílio.....	349
Manifesta sua solidariedade à denúncia feita acerca da invasão à residência da viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Romero Jucá.....	350
Indignação com a violência de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte. Senador Pedro Simon.	350
Indignação com a violência de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte. Senador Mário Couto.....	351
Registro em nome das Senadoras e das mulheres de todo o Brasil, um protesto contra o ocorrido com D. Arlete, mãe do Senador Antônio Carlos Júnior e viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães. Senadora Kátia Abreu.	352
LEGISLAÇÃO PENAL	
Sugestão de proposta de reformulação do Código Penal. Senador Renato Casagrande.....	638
Crítica à proposta de redução da maioria penal. Senadora Patrícia Saboya.	647
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	
Apelo à Confederação Nacional da Agricultura, no sentido de não aceitarem o trabalho escravo. Registro de ato pela aprovação da chamada PEC do Trabalho Escravo. Senador Sibá Machado.....	648
MAÇONARIA	
Considerações sobre sua candidatura à cadeira de Grão-Mestre-Geral do Grande Oriente do Brasil, Presidente Nacional da Maçonaria. Senador Mozarildo Cavalcanti.	175
Cumprimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti por sua candidatura à cadeira de Grão-Mestre-Geral da Maçonaria. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Paulo Paim.....	179
	267
	273
	273
	354
	354
	195
	198
	91
	92
	665

	Pág.		Pág.
ORÇAMENTO			
Considerações sobre a posição do DEM e PSDB, com relação ao Orçamento da União. Exige distribuição justa de verbas do Anexo de Metas e Prioridades para votar Orçamento. Senador José Agripino.....	148	explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná”. Senador Flávio Arns.....	232
Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino com relação ao Orçamento da União. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Flexa Ribeiro.....	149	Parecer nº 161, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2007, (nº 244/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	235
Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino com relação ao Orçamento da União. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Álvaro Dias.....	150	Parecer nº 162, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2007 (nº 265/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Junior.....	238
Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino com relação ao Orçamento da União. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	150	Parecer nº 163, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2007 (nº 150/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Junior.....	241
Considerações sobre as negociações para resolver o impasse em torno da votação do Orçamento. Senadora Lúcia Vânia.	151	Parecer nº 164, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007 (nº 197/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	244
Considerações ao discurso proferido pela Senadora Lúcia Vânia com relação ao Orçamento da União. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Sérgio Guerra.	151	Parecer nº 165, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2007 (nº 216/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	248
Apoio à Senadora Lúcia Vânia por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Álvaro Dias.	154	Parecer nº 166, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2007 (nº 243, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	251
Considerações ao discurso proferido pela Senadora Lúcia Vânia com relação ao Orçamento da União. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Heráclito Fortes.	154		
Considerações sobre a demora na votação do Orçamento da União. Senador Heráclito Fortes....	218		
Apoio ao Senador Heráclito Fortes por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.....	222		
Apoio ao Senador Heráclito Fortes por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mozarildo Cavalcanti.	223		
Comentários acerca de nota dirigida à imprensa pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, em resposta às críticas do Presidente Lula, que atribuiu à Oposição intransigência em relação ao Orçamento da União. Postura favorável à extinção da Comissão de Orçamento. Senador Álvaro Dias.....	291		
PARECER			
Parecer nº 160, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2007 (nº 262/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para			

Pág.	Pág.
<p>Parecer nº 167, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2007 (nº 280/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....</p>	254
<p>Parecer nº 168, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2007 (nº 180/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Aurora, Estado do Ceará. Senador Heráclito Fortes.</p>	257
<p>Parecer nº 169, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2007 (nº 298/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel.....</p>	260
<p>Parecer nº 170, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2008 (nº 269/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.....</p>	263
<p>Parecer nº 171, de 2008, de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Senador Francisco Dornelles.....</p>	407
<p>Parecer nº 172, de 2008, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 397 de 2008, que revoga a Medida Provisória nº 385 de 2008, que versa pela queda da urgência e, portanto, pela rejeição do princípio da constitucionalidade da urgência e relevância. Senador Romero Jucá.....</p>	489
<p>Parecer nº 173, de 2008, de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de ra-</p>	
<p>diodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências, proveniente da Medida provisória nº 398, de 10 outubro de 2007. Senador Renato Casagrande.....</p>	497
POLÍTICA AGRÍCOLA	
<p>Lamento pela ausência de uma política agrícola no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.</p>	314
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
<p>Rebate a acusações de que a permissão para a utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas tenha passado despercebida no Congresso Nacional. Senadora Lúcia Vânia.....</p>	151
<p>Defesa da liberação do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas com finalidade terapêutica, quando faz comentários à ação direta de inconstitucionalidade em julgamento no Supremo Tribunal Federal que contesta a autorização dada pela Lei de Biossegurança. Senador Augusto Botelho.....</p>	306
<p>Apoio ao Senador Augusto Botelho por seu pronunciamento sobre pesquisa com células-tronco embrionária. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mão Santa.....</p>	307
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
<p>Informações sobre as ações do PAC nas áreas de habitação, transporte e energia elétrica. Senador Romero Jucá.</p>	586
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
<p>Elogio ao Governo pela edição de decreto que institui novas regras para combate ao desmatamento na Amazônia. Senador Sibá Machado.....</p>	144
<p>Comentário sobre dificuldade que o estado do Mato Grosso vem passando, com a demora do georreferenciamento feito pelo INCRA, impossibilitando o recadastramento de propriedades rurais. Senador Jayme Campos.</p>	146
<p>Crítica à lista dos trinta e seis municípios que mais desmatam na Região Amazônica, pelo fato da existência do nome do município de Paragominas no Pará. Registro da relevante atuação</p>	

	Pág.		Pág.
do município na preservação do meio ambiente. Senador Flexa Ribeiro.....	147		
Considerações sobre a problemática dos resíduos sólidos, com destaque ao Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil/2007, da Abrelpe. Senador Cícero Lucena.....	199	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senadora Kátia Abreu.....	471
Apoio ao Senador Cícero Lucena por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Cícero Lucena. Senador Heráclito Fortes.....	202	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Mão Santa.....	472
Apoio ao Senador Cícero Lucena por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Cícero Lucena. Senador Mão Santa.....	203	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Cícero Lucena.....	473
Manifestação sobre a questão do meio ambiente. Senador Paulo Paim.....	275	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Antonio Carlos Valadares.....	474
Considerações ao Senador Paulo Paim pelo seu pronunciamento a respeito do Meio Ambiente. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	277	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Flexa Ribeiro.....	475
Reflexão sobre o desmatamento da Amazônia brasileira. Senador Valdir Raupp.....	620	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Tasso Jereissati.....	476
Apoio ao Senador Valdir Raupp por seu pronunciamento com reflexões ao desmatamento da Amazônia brasileira. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	622	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Mario Couto.....	477
Considerações sobre o desmatamento no Estado de Rondônia. A importância do Programa Calha Norte para a defesa da Amazônia. Senador Expedito Júnior.....	635	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senadora Marisa Serrano.....	478
POLÍTICA ENERGÉTICA		Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Álvaro Dias.....	470
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007). Senador Arthur Virgílio.....	466		
Encaminhamento a votação com opinião contrária ao Art. 2º da PLV nº1, de 2008, significando grande retrocesso, uma espécie de reestatização do setor elétrico. Senador Marconi Perillo.....	467		
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Heráclito Fortes.....	469		

	Pág.		IX Pág.
considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador José Agripino.	479	Protesto pela situação dos brasileiros na Espanha. Senador Paulo Paim.	185
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação. Senador Sérgio Guerra.	480	Apoio ao discurso do Senador Paulo Paim em relação a situação dos brasileiros na Espanha. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti.	186
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta dos parlamentares ao questionarem a votação. Senador Papaléo Paes..	481	Esforço da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de esclarecer os fatos atinentes aos brasileiros que estão encontrando dificuldades para ingressarem na Espanha. Senador Heráclito Fortes.	218
POLÍTICA ECONÔMICA FINANCEIRA		Apoio ao Senador Heráclito Fortes por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Cícero Lucena.	220
Satisfação com dados do IBGE indicando crescimento do PIB brasileiro. Senadora Ideli Salvatti	644	Registro da visita do Embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró. Senador Heráclito Fortes.....	420
Comentários sobre o anunciado crescimento do PIB em 2007. Senador César Borges.....	663	Solicita aprovação de requerimento de sua autoria conclamando ao Congresso Americano a derrubada do veto do Presidente George Bush. Senador Eduardo Suplicy.	650
POLÍTICA EXTERNA		POLÍTICA FINANCEIRA	
Preocupação com a situação de brasileiros impedidos de ingressar em países da Europa, especialmente na Espanha. Senador Eduardo Suplicy.	93	Emissão de parecer, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao ,§ 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS Senador Francisco Dornelles.	407
Considerações sobre o conflito entre a Colômbia e o Equador e preocupação com as fronteiras do Brasil. Senador Eduardo Azeredo.....	108	Leitura da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, fazendo algumas considerações. Senador Tasso Jereissati.....	426
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Romeu Tuma.	110	Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro. Senador Arthur Virgílio....	426
Preocupação com a situação de brasileiros impedidos de ingressar na Espanha. Senador Romeu Tuma.	118	Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro. Senador Marcelo Crivella...	429
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Romeu Tuma. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Sérgio Zambiasi.....	119	Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro. Senador Álvaro Dias.....	430
Manifestação sobre o recente episódio envolvendo Equador e Colômbia. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	123	Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro. Senadora Ideli Salvati.	432
Registro do recebimento de nota emitida pelo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, demonstrando insatisfação pelo último episódio de deportação de um brasileiro na Espanha. Senador Sibá Machado.....	148		
Aponta laço ideológico entre Governo Lula e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e cobra firme posição do Brasil contra o referido movimento revolucionário. Senador Demóstenes Torres..	159		

	Pág.		Pág.
Discussão contraria a Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro. Senador Mário Couto.....	434	POLÍTICA MINERAL	
Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro. Senador Delcídio Amaral.....	437	Defesa de aumento no repasse de royalties a Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	163
Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro. Senador José Agripino.....	440	Apoio ao Senador Wellington Salgado por seu pronunciamento de alerta á autoridades para o prejuízo que tem sofrido os Estados mineradores bem os como Estados produtores. Aparte ao Senador Wellington Salgado. Senador Jayme Campos.....	166
Comentários em relação à discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, certificados Financeiros do Tesouro. Senador Arthur Virgílio.....	442	POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA	
Comentários em relação à discussão da Medida Provisória nº 396, de 4 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, certificados Financeiros do Tesouro. Senador José Agripino.....	454	Proferimento de parecer nº 172, de 2008, que versa sobre a Medida Provisória nº 397, que na verdade revoga a Medida Provisória nº 385, pela queda de urgência, e, portanto pela rejeição do princípio da constitucional da urgência e relevância. Senador Romero Jucá	489
Encaminhamento da votação com sugestões de encerramento para que não se prolongue a discussão. Senador Valdir Raupp.....	455	Pedido de esclarecimento de um aspecto, com relação a pauta a que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385. Senador Flávio Arns.....	495
POLÍTICA INDIGENISTA		Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385. Senador Tião Viana.....	496
Protesto contra a retirada dos moradores da área indígena Raposa Serra dos Sol, em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	230	Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385. Senador Almeida Lima.....	496
POLÍTICA INTERNACIONAL		Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385. Senador Aloizio Mercadante.....	496
Discussão hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do conflito entre Equador e Colômbia. Senador Romeu Tuma.....	118	Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385. Senador Flávio Arns.....	497
Considerações a respeito das ações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Senador Gerson Camata.....	167	POLÍTICA SOCIAL	
Considerações entre os Presidentes do Equador, Colômbia, Venezuela e Brasil, hoje, em reunião na República Dominicana. Senador Heráclito Fortes.....	218	Registra o investimento que o MEC está fazendo no ensino técnico. Destaque para a Olimpíada de Matemática conquistada por um estudante deficiente. Senador Paulo Paim.....	84
Posicionamento sobre as FARC, e a relação que o Brasil tem com ela. Senador Mão Santa. ...	225	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Análise do comportamento de Hugo Chávez e suas ligações financeiras com os narcoguerrilheiros. Senador Gerson Camata.....	230	Defesa dos aposentados. Senador Mário Couto.....	89
		Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mário Couto referente aos aposentados.	

	Pág.	XI	Pág.
Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Paulo Paim.....	90		
Defesa dos aposentados. Senador Mão Santa.....	117		
Registro do encaminhamento de dois requerimentos, com relação aos aposentados, e solicita o encaminhamento do mesmo, à votação. Senador Paulo Paim.....	125	Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2008 (Nº 439/2007, na Casa de origem) que denomina José Hosken de Novaes o Campus Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no Município de Londrina, Estado do Paraná.....	610
Manifestação de apoio ao projeto de Senador Paulo Paim com relação aos aposentados brasileiros. Senador Álvaro Dias.....	170	Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2008 (Nº 7.505/2006, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República) que Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.....	611
Consideração sobre a aposentadoria dos idosos. Senador Mão Santa.....	225	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	
Adiamento da votação das matérias de interesse dos aposentados, até que se desobstrua a pauta. Senador Paulo Paim.....	549	Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007) que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.941, de 1º de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro. E ao § 1º do art. 15 da lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.....	485
Reforço ao pleito do Senador Paulo Paim, em relação à valorização dos aposentados. Senador Flávio Arns.....	625	Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007) que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, e dá outras providências.....	513
Reafirmação do compromisso assumido em favor dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.....	629	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	629	Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2008, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional. Senador João Vicente Claudino.....	7
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Expedito Júnior.....	630	Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2008, que altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama. Senador Inácio Arruda.....	8
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Augusto Botelho....	630	Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2008, que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências. Senador Fernando Collor.....	9
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Tião Viana.....	630	Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2008, que institui o Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes. Senador Paulo Paim.....	35
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Francisco Dornelles.....	631	Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2008 – Complementar, que estabelece prazo e procedimentos para criação, incorporação, fusão e desmem-	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008 (nº 1.946/99, na Casa de origem), que altera as Leis nºs 9.991, de julho de 2000, 10.925, de 23 de junho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (tarifa Social de energia elétrica).....	597		
Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2008 (nº 6.981/2006, na Casa de origem) que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altere a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.....	605		

	Pág.		Pág.
bramento de municípios, de conformidade com o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Senador Flexa Ribeiro.	35	Federal Candido Portinari (MUSEN) ao Museu Histórico do Senado Federal. Senador Inácio Arruda.	78
Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2008, que altera o art. 1.122 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e o inciso III do § 2º do art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), e revoga os §§ 2º e 3º do art. 3º da mesma Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio) e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, afim de suprimir, nas separações judiciais, a necessidade da audiência de ratificação. Senador Sérgio Zambiasi.	41	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2008, que altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências. Senador Fernando Collor.	43	Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2008, que acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal, para prever que na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, poderá obter informações relativas à movimentação bancária, às comunidades telefônicas e aos dados fiscais do investigado. Senador Mário Couto.	79
Projeto de Lei do Senado nº 63, DE 2008, que dispõe sobre o comparecimento do Ministro do Meio Ambiente no Congresso Nacional para prestar contas periodicamente sobre sua atuação na proteção ambiental. Senador Renato Casagrande.	77	REFORMA TRIBUTÁRIA	
Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2008, que altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas. Senador Expedito Júnior.	397	Considerações sobre a proposta de reforma tributária enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal. Senador Gilvam Borges.	114
Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, que altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica. Senador Expedito Júnior.	398	Necessidade de aprimoramento da proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal. Senador Álvaro Dias.	291
Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2008 – Complementar, que altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer, entre as atribuições do conselho de gestão fiscal, as de acompanhar a evolução da carga tributária e de propor medidas para sua redução. Senador Adelmir Santana.	400	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Álvaro Dias, opondo-se a sua posição quanto à reforma tributária. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador João Pedro.	295
PROJETO DE RESOLUÇÃO		Questionamento sobre o encaminhamento à Câmara dos Deputados, da proposta de reforma tributária do Governo Federal. Senador Osmar Dias.	618
Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2008, que dá o nome de Museu Histórico do Senado		REGIMENTO INTERNO	
		Apelo para o início de Ordem do Dia, registrando que o Senador Cafeteira se deslocou do hospital, sem receber alta, para votar hoje no plenário do Senado. Senador Romero Jucá.	350
		REQUERIMENTO	
		Requerimento nº 215, de 2008 que requer Voto de Pesar e de Solidariedade a Srª Tetê Lino Rosetti e aos seus filhos Isabela, Bernardo e Giovana. Senador Gerson Camata.	3
		Requerimento nº 216, de 2008 que requer, seja apresentado Voto de Aplauso ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que reafirma a inviolabilidade dos territórios dos Estados, forma Comissão para percorrer os lugares em que se desenvolveram os fatos que desencadearam o atual conflito Equador/Colômbia e convoca Reunião de	

Pág.	Pág.
Consulta de Ministros das Relações Exteriores, a fim de fazer as recomendações pertinentes. Senador Aloízio Mercadante.....	3
Requerimento nº 217, de 2008 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) que requer voto de louvor a Dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, pelos extraordinários serviços prestados à humanidade, principalmente durante os períodos das ditaduras que ocorreram nos países da América do Sul. Senador Marcelo Crivella.....	4
Requerimento nº 218, de 2008 que requer que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Professor Dr. Antonio Carlos Lopes. Senador João Vicente Claudino.	5
Requerimento nº 219, de 2008 que Solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior informações sobre a Resolução nº 42, de 6 de dezembro de 2005, e Resolução nº 42, de 19 de dezembro de 2006, ambas da Camex. Senadora Kátia Abreu.....	5
Requerimento nº 220, de 2008, que Solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre quantos pedidos de titularização de propriedades rurais em tramitação nas Superintendências Regionais do Incra. Senadora Kátia Abreu.	5
Requerimento nº 221, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no dia 4 de dezembro, dedicado a memória do ambientalista e seringueiro Chico Mendes, falecido em 22 de dezembro de 1988. Senador Sibá Machado.....	6
Requerimento nº 222, de 2008, que requer Voto de Lembrança ao saudoso Mário Covas, pelo sétimo ano do seu falecimento. Senador Sérgio Guerra.....	126
Requerimento nº 223, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 22 de abril de 2008, destinada a homenagear o Aposentado do Serviço Público. Senador Paulo Paim.....	127
Requerimento nº 224, de 2008, que requer seja oficiado, voto de aplauso ao jornal mineiro Estado de Minas pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, a partir do dia 7 de março de 1928. Senador Eduardo Azeredo.	127
Requerimento nº 225, de 2008, que requer autorização para ausentar-se do País, representando o Senado Federal, em Porto Rico, em missão a convite do Senado daquele País e da Universidade Federal de Turano em Congresso sobre Tecnologia direcionada a Educação, nos dias 10, 11 e 12 de março do corrente conforme autorização do Exce-	
lentíssimo Senhor Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal. Senador Magno Malta.	128
Requerimento nº 226, de 2008(CRE), que requer sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, as seguintes informações referentes a atos internacionais: Relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares; Esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou Organização Internacional interessada; Justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, bem como seu estágio atual. Senador Fernando Collor.....	128
Requerimento nº 227, de 2008, que solicita a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal. Senador Renato Casagrande.	130
Requerimento nº 228, de 2008, que requer de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último domingo, dia 9, do ex-Senador e ex-Governador do Paraná Adolpho de Oliveira Franco. Senador Álvaro Dias.	282
Requerimento nº 229, de 2008, que requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006. Senador Pedro Simon.....	283
Requerimento nº 230, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 10, em Maringá, Paraná, do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual Antonio Facci. Senador Álvaro Dias.....	284
Requerimento nº 231, de 2008, que requer seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação do requerente na delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que visitará Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã, no período de 16 a 21 de março de 2007. Informando, ausência do País, no período de 14 a 23 de março do corrente, para participar da missão supracitada. Senador Adelmir Santana.	401
Requerimento nº 232, de 2008, que requer a realização de sessão especial em comemoração ao centenário de fundação do Jornal O Norte, que se dará em 7 de maio de 2008. Senador Efraim Morais.....	401
Requerimento nº 233, de 2008, que requer, na forma de aditamento ao Requerimento nº 50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar	

	Pág.		Pág.
o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 10 de abril de 2008. Senador Inácio Arruda.....	402	de 2008, da missa de sétimo dia do falecimento do ex-Delegado-Geral de Política do Estado de São Paulo, Dr. Jorge Miguel: inserção em ata de voto de profundo pesar; apresentação de condolências aos seus familiares. Senador Romeu Tuma.....	550
Requerimento nº 234, de 2008, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Presidente da Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO pelos nove anos de trabalho no Estado do Pará. Requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Ilustríssima Sr ^a Ana Klautau Leite. Senador Flexa Ribeiro.....	402	Requerimento nº 242, de 2008, que requer autorização para ausentar-se do País durante o período de 14 a 24 de março de 2008, tendo em vista a viagem ser de caráter oficial a Cingapura, Indonésia, Timor leste e Vietnã, na qualidade de membro da delegação de Senadores desta Casa em visita àqueles países. Senador Antonio Carlos Valadares.....	591
Requerimento nº 235, de 2008, que requer voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar pelo lançamento de seu novo livro Calhau, coletânea de poemas. Senador Arthur Virgílio.....	403	Requerimento nº 243, de 2008, requer que o Senador Federal conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter prisioneiros a técnicas duras de interrogatório como a de afogamento e outras formas de tortura, ou que explicitamente proíbe a qualquer indivíduo que esteja sob a custódia e controle de um elemento da comunidade de inteligência, não importando a sua nacionalidade ou localização física, de ser submetido a qualquer tratamento ou técnica de interrogatório não autorizado pelo Manual de Campo do Exército dos EUA referentes às Operações do Inquiridor de Inteligência Humana. Senador Eduardo Suplicy.....	592
Requerimento nº 236, de 2008, que requer, como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo sido indicado para participar da delegação parlamentar que visitará Cingapura, Indonésia, Timor Leste e Vietnã, em atendimento a convites formulados pelo Legislativo dos referidos países, autorização para o desempenho da referida viagem. Informa que estará ausente do País no período de 14 a 24 de março para participar da referida missão. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	403		
Requerimento nº 237, de 2008, que requer seja autorizado afastamento, do requerente, dos trabalhos desta Casa no período de 14 a 24 de março, para cumprir missão oficial em Cingapura, na Indonésia, no Vietnã e no Timor Leste. A missão, decorrente de convite daqueles Parlamentos, tem por objetivo fomentar maior intercâmbio entre o Brasil e aquela região asiática, bem como verificar a salvaguarda da comunidade brasileira estabelecida no Timor Leste, em face das mudanças do quadro político interno daquele país. Comunica, ainda, que estará ausente do país no mesmo período. Senador Heráclito Fortes.....	403	SEGURANÇA PÚBLICA	
Requerimento nº 238, de 2008, que requer o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1/2008. Senador Romero Jucá.....	444	Preocupação com o crescimento de grampos telefônicos e com a venda desenfreada dos equipamentos de qualquer espécie. Senador Romeu Tuma.....	118
Requerimento nº 239, de 2008, que requer destaque para Votação em Separado, para suprimir o art. 2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007). Senador Arthur Virgílio.....	466	Apoio ao Senador Romeu Tuma por seu pronunciamento referente ao sistema de grampos. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena.....	120
Requerimento nº 240, de 2008, que requer destaque para a votação em separado do art. 31 do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008. Senador Antonio Carlos Magalhães Junior.....	512	Apelo ao Governador de São Paulo no sentido de rever a remuneração dos policiais. Senador Romeu Tuma.....	616
Requerimento nº 241, de 2008, que requer homenagens pelo transcurso, no dia 11 de março		SENADO FEDERAL	
		Leitura do artigo publicado no Correio Brasileiro, de autoria do Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado, com o título: A produção do Senado Federal. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	191
		Apelo ao Presidente Garibaldi Alves Filho para a extinção da pena imposta ao servidor do Senado Marcos Santi, punido por ter acusado o ex-	

Pág.	Pág.		
presidente Renan Calheiros de usar o cargo para manipular o processo de cassação. Senador Pedro Simon.....	299	Conversão nº 1 de 2008, que versa sobre a matéria da TV Pública. Senador Romero Jucá.....	444
Solicitação de uma reformulação no que diz respeito ao vestuário permitido na Casa, após reivindicação de algumas jornalistas que foram abordadas na entrada do Plenário do Senado porque não usavam saia ou calça comprida. Senadora Kátia Abreu.	418	Encaminhamento de votação da matéria sobre o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1 de 2008, que versa sobre a matéria da TV Pública. Senador Tasso Jereissati.....	447
Solidariedade às reivindicações das jornalistas quanto ao padrão de vestimenta permitida no Plenário do Senado. Senador Arthur Virgílio.	418	Comentários sobre a votação da matéria que encerra a discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1 de 2008, que versa sobre a matéria da TV Pública. Senador Sérgio Guerra.....	450
Solidariedade às reivindicações das jornalistas quanto ao padrão de vestimenta permitida no Plenário do Senado. Senador Geraldo Mesquita Júnior...	419	Proferimento de Parecer nº 173, de 2008, de Plenário, que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008). Senador Renato Casagrande.....	497
Criticas a maneira como é conduzido o sistema de discussão e votação das matérias na Casa. Senador Arthur Virgílio.....	423	Discussão da matéria que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008). Senador Aloízio Mercadante.....	508
Criticas a atuação do Líder Romero Jucá com relação as votações das medidas provisórias, com sua atitude dando a entender que a aprovação seja feita de qualquer jeito. Senador Arthur Virgílio.....	456	Discussão da matéria que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008). Senador Francisco Dornelles.....	509
Registro das votações nominais que ainda tem a ser votadas e Apelo a todos os parlamentares que fiquem para seja votada as três Medidas Provisórias. Senador Romero Jucá.	460	Discussão da matéria que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008). Senador Tião Viana.....	510
Comentários sobre o funcionamento da Casa e como é feito a tramitação de votação de matérias. Senadora Ideli Salvatti.....	461		
Agradecimento a oportunidade de se redimir, reiterando sua solidariedade a D. Arlete Magalhães, e aplaudindo a decisão do Presidente de criar uma comissão de senadores para acompanhar a questão. Senador Romero Jucá.	543		
Exalta os trabalhos do Senado Federal no dia de ontem, especialmente a atitude do Presidente Garibaldi Alves. Senador Valdir Raupp.....	620		
Solidariedade ao Presidente Garibaldi Alves pela postura adotada durante a sessão de ontem. Apelo pelo cumprimento do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Gerson Camata.....	623		
Comentários sobre a sessão de ontem do Senado Federal, a aprovação da TV Pública. Encaminhamento ao Presidente do Senado de uma proposta de agenda positiva para o Senado. Senador Renato Casagrande.	638		
Aplausos à postura do Presidente Garibaldi Alves Filho durante a sessão de ontem. Satisfação pela aprovação da TV-Pública. Senador João Pedro.	649		
TELECOMUNICAÇÕES			
Encaminhamento de votação da matéria sobre o encerramento da discussão do Projeto de Lei de			

	Pág.		Pág.
difusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008). Senador Flávio Arns.....	511	Comemoração pela aprovação ontem, da TV-Pública. Senadora Fátima Cleide.....	632
Elogio o presidente na condução da importante votação da sessão de hoje e homenageia os jornalistas Franklin Martins, Helena Chagas e Tereza Cruvinel, que colaboraram para a aprovação da TV Pública. Senador Marcelo Crivella.	543	VIOLÊNCIA	
Apoio ao esforço do Presidente Garibaldi Alves Filho, para o entendimento entre a Base de Apoio, a Oposição e o Executivo, cumprimenta os jornalistas Franklin Martins, Tereza Cruvinel e Helena Chagas que estão à frente da empresa Brasil de Comunicação e pede a transcrição do documento intitulado “TV Pública: uma necessidade democrática”. Senador Eduardo Suplicy.....	543	Apelo ao Governo brasileiro, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência produzida pelas FARC. Senador Álvaro Dias.	170
Apoio à TV Pública como instrumento de cidadania, democratização da informação e integração do Brasil. Senador José Nery.	546	Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana. Senador Cesar Borges.	414
Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização. Senador Inácio Arruda.	547	Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana. Senador Marconi Perillo.....	415
Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização. Senador Delcídio Amaral.	548	Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana. Senador Papaléo Paes.	416
Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização. Senador João Pedro.....	549	Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana. Senador Heráclito Fortes.....	416
Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização. Senador Paulo Paim.....	549	Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana. Senador Efraim Morais.....	420
Manifestação de satisfação pela aprovação ontem, da TV-Pública. Senador Paulo Paim.	629		

Ata da 24ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 6 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho,
João Vicente Claudino, Mão Santa e Mozarildo Cavalcanti*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 6/3/2008 07:46:22 até 6/3/2008 20:30:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X		PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X		PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X		PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X		PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A lista de presença registra o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 1/2008/CAE

Brasília, 19 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 12 de fevereiro do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAE nº 2/2007-Circular, o Aviso nº 1/BCB-Presi – Aviso nº 3/08-PRS nº 8/96 (Resolução nº 23/96), de 11 de janeiro de 2008, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando a operação no referente ao 4º trimestre de 2007.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 2/2008/CAE

Brasília, 19 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 12 de fevereiro do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAE nº 02/2008-Circular, o Aviso nº 482/GMF – Aviso nº 01/08, 20 de dezembro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de novembro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

“Respeitosamente, – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 3/2008/CAE

Brasília, 19 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 12 de fevereiro do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, mediante o OF. CAE nº 2/2008-Circular, o Aviso nº 24/GMF – Aviso nº 4/08, 17 de janeiro de, 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de dezembro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; informa, ainda, que, em cumprimento ao art. 42, não consta em seus registros, nos meses de outubro a dezembro de 2007, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Comunico, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 4/2008/CAE

Brasília, 19 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 12 de fevereiro do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, mediante o OF. CAE nº 02/2008-Circular, a Mensagem nº 1.019 – Mensagem nº 3/08, 27 de dezembro de 2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Os expedientes que acabam de ser lidos, juntos aos processados do Projeto de Resolução nº 8, de 1996; dos Avisos nºs 1 e 4, de 2008; e da Mensagem nº 3, de 2008, respectivamente, vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 215, DE 2008

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade a Sr^a Tetê Lino Rosetti e aos seus filhos Isabela, Bernardo e Giovana.

Requeiro, nos termos de art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade a Senhora Tetê Lino Rosetti e aos seus filhos Isabela, Bernardo e Giovana, pelo falecimento de seu esposo Antônio Augusto Rosetti, ocorrido em 5 de março de 2008.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeiro sejam prestadas as seguintes condolências:

- Inserção em ata de voto de profundo pesar à sua esposa Tetê e aos seus filhos Isabela, Bernardo e Giovana. End. Rua Montenegro 11 – Quadra dos Pinheiros – Ilha do Frade – CEP 29057-110 – Vitória – ES.

Justificação

O jornalismo do Espírito Santo sofreu na quarta-feira, dia 5, uma perda irreparável com a morte, aos 60 anos, de um de seus mais destacados profissionais, Antônio Augusto Rosetti, que os amigos conheciam como Toninho Rosetti. Pioneiro na área da comunicação empresarial no Estado, Rosetti fundou a seccional do Espírito Santo da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) e, ao longo de uma carreira de sucesso, pautada pelo respeito à ética, pelo brilhantismo e pela competência, exerceu inúmeras funções nos setores público e privado.

Rosetti começou sua carreira em 1968, no extinto jornal O Diário, em Vitória, logo depois de formar-se em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo. De 1971 a 1974, ocupou a Secretaria estadual de Comunicação, durante o Governo de Arthur Gerhardt Santos.

Dotado de uma visão estratégica incomum e de espírito inovador, atuou com proficiência e habilidade na comunicação empresarial. Criou a assessoria de comunicação da Aracruz Celulose, empresa à qual emprestou seu talento durante 12 anos, além de ter coordenado os setores de comunicação de outros dois grandes grupos empresariais capixabas, Tristão e Águia Branca.

Toninho Rosetti também presidiu a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) nos anos 1990, quando o Governador Paulo Hartung foi prefeito da capital, e passou ainda pelas redações dos dois principais jornais do Estado, **A Tribuna** e **A Gazeta**. Neste último, redigiu durante quatro anos a coluna Victor Hugo.

Como todo bom jornalista, Rosetti morreu em plena atividade. Nos últimos anos, dedicava-se à empresa de assessoria de imprensa que fundara, prestando serviços para diversas empresas de grande porte. Pela

criatividade e dinamismo, seu nome está incorporado à história do jornalismo capixaba. Deixa a esposa, d. Tetê Lino Rosetti, e três filhos, Isabela, de 19 anos, e os gêmeos Bernardo e Giovana, de 17 anos.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 216, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que reafirma a inviolabilidade dos territórios dos Estados, forma Comissão para percorrer os lugares em que se desenvolveram os fatos que desencadearam o atual conflito Equador/Colômbia e convoca Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, a fim de fazer as recomendações pertinentes.

Justificação

Considerando que a recente Resolução do Conselho Permanente da OEA constitui-se num marco para a paz e a seguranças hemisféricas.

Enfatizando que a condenação inequívoca, votada por aclamação, da violação do território do Equador por forças militares colombianas representa um precedente jurídico poderoso que deverá inibir quaisquer outras aventuras unilateralistas no continente americano;

Repudiando violações do princípio da não-intervenção em assuntos internos de outros países, seja mediante ações militares, seja por meio de ingerência política em conflitos domésticos, mesmo sob justificativas humanitárias;

Reforçando o papel insubstituível que as organizações multilaterais, especialmente a OEA, devem ter na solução pacífica dos conflitos;

Desejosos de contribuir para que a América do Sul continue a ser uma região pacífica, sob a égide de regimes democráticos;

Destacando o fundamental papel histórico moderador que a diplomacia brasileira vêm desempenhando nos conflitos regionais; e, por último,

Certos de que o conflito entre Equador e Colômbia ficará circunscrito à esfera bilateral e deverá ser resolvido rapidamente, num ambiente de racionalidade e concórdia;

Manifestamos o nosso aplauso ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que reafirma a inviolabilidade dos territórios dos Estados, forma Comissão para percorrer os lugares em que se desenvolveram os fatos que desencadearam o atual conflito Equador/Colômbia e convoca Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, a fim de fazer as recomendações pertinentes.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Aloízio Mercadante**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 217, DE 2008
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

REQUERIMENTO Nº , DE 2008-CE

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor a Dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, pelos extraordinários serviços prestados à humanidade, principalmente durante os períodos das ditaduras que ocorreram nos países da América do Sul.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Marcelo Crivella**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE APLAUSO NA REUNIÃO DE 04/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

REQUERIMENTO N° 218, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Professor Dr. Antonio Carlos Lopes.

Justificação

Professor titular de Clínica Médica do Departamento de Medicina da Escola Paulista de Medicina e Presidente-Fundador da Sociedade Brasileira de Clínica Médica – uma entidade que congrega os especialistas da área e ajuda a difundir o conhecimento –, o Dr. Antonio Carlos Lopes, dentre outros cargos, foi membro do Conselho Deliberativo da Associação Médica Brasileira, Diretor do Departamento de Residência Médica e Projetos Especiais na Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação.

O Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes teve sua trajetória marcada por ações que visavam humanizar a formação do médico e a assistência prestada aos pacientes, por intermédio de um ensino conseqüente e que leve em consideração a importância social da Medicina.

Por estas razões, o Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes é merecedor desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 219, DE 2008

Solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior informações sobre a Resolução n° 42, de 6 de dezembro de 2005, e Resolução n° 42, de 19 de dezembro de 2006, ambas da Camex.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior informações sobre os elementos que embasaram a edição da Resolução n° 42 de 6 de dezembro de 2005, da Camex, que altera o Imposto de Exportação aplicado sobre couros e peles

classificados nas posições 4104.11 e 4104.19 da NCM, e Resolução n° 42, de 19 de dezembro de 2006, por sua vez, elevou, a partir de 2007 e por tempo indeterminado, a alíquota para 9%, observando estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade.

Justificação

Cabe à Câmara de Comércio Exterior – Camex a formulação, a decisão, e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo. Objetiva, também, servir de instrumento de diálogo e articulação junto ao setor produtivo, para que a política de comércio exterior reflita as necessidades dos agentes econômicos.

Com base nessa competência foi expedida a Resolução n° 42, de 6 de dezembro de 2005, para determinar que a alíquota do imposto sobre a exportação desses produtos seria de 4% (quatro por cento) em 2007, e de zero a partir de 2008. A Resolução n° 42, de 19 de dezembro de 2006, por sua vez, elevou, a partir de 2007 e por tempo indeterminado, a alíquota para 9%.

Cabe consignar que a edição da Resolução n° 42, de 2006, foi despida de qualquer justificação, não sendo possível verificar, portanto, qual o motivo formalmente apresentado pela Camex para elevar as alíquotas incidentes sobre os couros e peles curtidos ali mencionados.

O próprio legislador determina que os atos administrativos devam ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses. E mais, que a motivação deve ser explícita, clara e congruente (Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 50, incisos I e VIII, e § 1º).

Cumprindo com a função fiscalizadora desta Casa Legislativa, o requerimento ora proposto visa obter informações sobre os elementos que embasaram a edição da Resolução n° 42 de 6 de dezembro de 2005, e da Resolução n° 42, de 19 de dezembro de 2006, por sua vez, elevou, a partir de 2007 e por tempo indeterminado, a alíquota para 9%, a fim de reunir subsídios para eventuais medidas no âmbito do Congresso Nacional.

Sala das sessões, 6 de maio de 2008. – **Kátia Abreu**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 220, DE 2008

Solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre quantos pedidos de titularização de pro-

priedades rurais em tramitação nas Superintendências Regionais do Incra.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre quantos pedidos de titularização de propriedades rurais tramitam em cada Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, observando estritamente o prazo estipulado pela Constituição Federal sob pena de crime de responsabilidade.

Justificação

Segundo competência constitucional cabe ao Senado, casa representativa dos estados, fiscalizar as ações do Poder Executivo, com acompanhamento as ações oficiais, planos e projetos em relação às diferentes regiões do País.

No caso do processo de titularização das propriedades rurais há grande inquietação quanto ao entrave burocrático e demora na tramitação desses procedimentos por parte do Incra, na grande maioria das unidades da Federação.

O requerimento que ora formulo ao Ministro do Desenvolvimento Agrário objetiva reunir subsídios para eventuais medidas no âmbito do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008 – **Kátia Abreu.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 221, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 199, a realização de Sessão Especial no dia 4 de dezembro, dedicado a memória do ambientalista e seringueiro Chico Mendes, falecido em 22 de dezembro de 1988.

Justificação

Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, tinha completado 44 anos no dia 15 de dezembro de 1988, uma semana antes de ter sido assassinado. Acreano, nascido no seringal Porto Rico, em Xapuri, se tornou seringueiro ainda criança, acompanhando seu pai.

Sua vida de líder sindical inicia com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, em 1975, quando é escolhido para ser secretário geral. Em 1976, participa ativamente das lutas dos seringueiros para impedir desmatamentos através dos “empates”. Organiza também várias ações em defesa da posse da terra.

Em 1977, participa da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. No mesmo ano Chico Mendes sofre as primeiras ameaças de morte por parte dos fazendeiros.

Em 1979, como vereador, Chico Mendes transforma a Câmara Municipal num grande foro de debates entre lideranças sindicais, populares e religiosas, sendo por isso acusado de subversão e submetido a duros interrogatórios. Em dezembro do mesmo ano Chico é torturado secretamente. Sem ter apoio, não tem condições de denunciar o fato.

Em 1980 ajuda a fundar o Partido dos Trabalhadores no Acre. Ainda em 1980, Chico Mendes é enquadrado na Lei de Segurança Nacional, a pedido dos fazendeiros da região que procuravam envolvê-lo no “justiçamento”, promovido por quarenta posseiros, de um fazendeiro que poderia estar envolvido no assassinado de Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Brasília.

No ano seguinte, Chico Mendes assume a direção do Sindicato de Xapuri, do qual foi presidente até o momento de sua morte. Nesse mesmo ano, Chico é acusado de incitar posseiros à violência. Sendo julgado no Tribunal Militar de Manaus, consegue livrar-se da prisão preventiva.

Em outubro de 1985, lidera o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros (CNS), do qual torna-se a principal referência. A partir de então, a luta dos seringueiros, sob liderança de Chico Mendes, começa a ganhar repercussão nacional e internacional, principalmente com o surgimento da proposta de “União dos Povos da Floresta”, que busca unir os interesses de índios e seringueiros em defesa da floresta amazônica propondo ainda a criação de reservas extrativistas que preservem as áreas indígenas, e própria floresta, ao mesmo tempo em que garantem a reforma agrária desejada pelos seringueiros, marcado para março de 1989, Chico deveria assumir a presidência do CNS.

Em 1987, Chico Mendes recebe a visita de alguns membros da ONU, em Xapuri, onde puderam ver de perto a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros causadas por projetos financiados por bancos internacionais. Dois meses depois, Chico Mendes levava essas denúncias ao Senado norte-americano e à reunião de um banco financiador, o BID. Trinta dias depois, os financiamentos aos projetos

devastadores são suspensos e Chico é acusado por fazendeiros e políticos de prejudicar o “progresso do Estado do Acre”.

Meses depois, Chico Mendes começa a receber vários prêmios e reconhecimentos, nacionais e internacionais, como uma das pessoas que mais se destacaram naquele ano em defesa da ecologia, como por exemplo o prêmio “Global 500”, oferecido pela própria ONU.

Durante o ano de 1988 Chico participa da realização de um grande sonho: a implantação das primeiras reservas extrativistas criadas no Estado do Acre, além de conseguir a desapropriação do Seringal Cachoeira, em Xapuri.

A partir daí, agravam-se as ameaças de morte, como o próprio Chico chegou a denunciar várias vezes, ao mesmo tempo em que deixava claro para as autoridades policiais e governamentais que corria risco de vida e que necessitava de garantias, chegando inclusive a apontar os nomes de seus prováveis assassinos. Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes é assassinado na porta de sua casa.

Sala das Sessões, 6 de março de 2007.

Senador SIBA MACHADO
Senador TIÃO VIANA

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência recebeu, do Governo do Estado de Rondônia, o **Ofício nº 36/2008**, de 12 de fevereiro último, comunicando que, apesar da promulgação da Resolução do Senado Federal nº 34, de 2007, que suspende os pagamentos das prestações da dívida do Banco do Estado de Rondônia – Beron, o Banco do Brasil continua descontando as parcelas referentes ao pagamento da dívida.

O expediente, juntado ao Projeto de Resolução nº 93, de 2007, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.Nº 21/08-DEM

Brasília, 5 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sarney Jayme Campos para ocupar, como titular, a vaga deste Partido na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência designa o Sr. Senador Jayme Campos, como titular, para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. 68/2008

Brasília, 6 de março de 2008

Assunto: Indicação para Medida Provisória nº 415

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais o Senhor Deputado Frank Aguiar (PTB–SP) na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB–GO) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que “proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais e acresce dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2008

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 46 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade profissional terá o benefício suspenso a partir da data da contratação.

§ 1º A Previdência Social deverá ser imediatamente comunicada pelo aposentado por invalidez quanto ao retorno à atividade profissional

§ 2º A volta à condição de aposentado por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O trabalho é um dos mais importantes meios de inclusão social, e, no caso das pessoas com deficiência, que já padecem das dificuldades impostas por essa condição, tal afirmação ganha relevância ainda maior. Na abordagem do tema da integração da pessoa com deficiência às diversas esferas da vida social, é fundamental que o poder público e a sociedade civil estejam sempre atentos à possibilidade de aperfeiçoamento da legislação em vigor.

O Estado brasileiro, ao longo de décadas, desenvolveu uma série de mecanismos de apoio à pessoa com deficiência, e a aposentadoria por invalidez, prevista na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, constitui um dos institutos mais importantes para assegurar ao trabalhador condições dignas de vida no caso de ser vítima de infortúnio que lhe retire a capacidade laboral.

A legislação e as políticas públicas no campo da inclusão social da pessoa com deficiência têm avançado significativamente. Entretanto, aqueles que se aposentam por invalidez têm poucos estímulos para retornar ao mundo do trabalho. Principalmente porque, nos termos da legislação em vigor, a retomada voluntária das atividades laborais deve ser precedida pela desistência da percepção da aposentadoria. Entretanto, o comunicado à Previdência referente ao retorno ao trabalho gera, para o segurado, a perda, em caráter definitivo, da renda mensal referente à aposentadoria por invalidez.

Temos, portanto, um desestímulo à tentativa de reinserção profissional de indivíduos que, muitas vezes, são portadores de grande experiência pessoal e profissional. Por meio da proposição que ora encaminhamos à consideração dos nobres pares, pretende-

mos criar o instituto da suspensão da aposentadoria por invalidez.

Dessa forma, o aposentado por invalidez que retornar voluntariamente ao mercado de trabalho formalizará comunicado à Previdência Social e terá sua aposentadoria suspensa a partir da data da contratação.

Caso o segurado não seja bem sucedido na retomada das atividades profissionais, deverá requerer a realização de exame médico-pericial. Se constatada a persistência da condição que deu causa à aposentadoria por invalidez, a suspensão será cancelada e o segurado retornará à condição de aposentado por invalidez.

Reconhecendo, portanto, a importância dos valores sociais relacionados ao trabalho, acreditamos que a medida ora proposta contribuirá para elevar a autoestima de milhares de aposentados, que se sentirão motivados a retomar as atividades profissionais e a participação em diversas esferas da vida social.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **João Vicente Claudino** – PTB/PI.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Art. 45

Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

Art. 47

.....

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2º-A:

“Art. 2º-A. A detecção precoce do câncer de mama, bem como o acesso a exames de diagnóstico, ao tratamento e ao acompanhamento das alterações encontradas são direitos das mulheres, garantidos mediante ações e serviços públicos de saúde.

Parágrafo único. Será assegurada a realização de mamografia, ou de outros exames

para a detecção de câncer de mama que venham a substituí-la, inclusive nos hospitais públicos de referência dos municípios-pólo do Sistema Único de Saúde – SUS, na forma do regulamento.”

Art. 2º A ementa da Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de ações de controle do câncer de mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive a cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

O câncer de mama é a maior causa de óbitos por câncer na população feminina brasileira, entre outras razões porque a maioria dos casos dessa doença é diagnosticada em estágios avançados, o que dificulta sobremaneira o tratamento, diminuindo a sobrevida das pacientes.

A principal estratégia para controle do câncer de mama é a detecção precoce. Nesse sentido, o “Consenso para Controle do Câncer de Mama”, publicado em 2003, por iniciativa do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Mastologia, preconiza a realização do exame clínico das mamas para mulheres de todas as faixas etárias, como parte da atenção integral à saúde da mulher.

Para mulheres acima de 40 anos de idade, o exame deve ser realizado anualmente. Na faixa etária de 50 a 69 anos, recomenda-se a realização de uma mamografia pelo menos a cada dois anos. As mulheres submetidas a esses exames devem ter acesso garantido aos demais procedimentos de investigação diagnóstica e de tratamento, quando necessários.

Mulheres com risco elevado para o câncer de mama devem ser submetidas ao exame clínico das mamas e à mamografia anualmente, a partir dos 35 anos de idade.

A mamografia, segundo o Instituto Nacional de Câncer, do Ministério da Saúde, é um exame radiológico, realizado em um aparelho de alta resolução, que permite visualizar imagens tumorais e calcificações. A radiação recebida pela paciente é pequena, não sendo prejudicial à saúde.

Atualmente, o exame clínico e a mamografia são os procedimentos mais indicados para a detecção precoce do câncer de mama. A mamografia, contudo,

permite identificar lesões não-palpáveis e descobrir tumores de dimensões reduzidas. Por esse motivo, merece destaque especial em nosso projeto de lei, haja vista as notórias dificuldades que as mulheres enfrentam na realização desse exame no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Por essas razões, e com o intuito de complementar uma lei que, apesar de meritória, versava apenas acerca das seqüelas do tratamento cirúrgico do câncer de mama, olvidando a prevenção, contamos com os ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Inácio Arruda** – PCdoB/CE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.797, DE 6 DE MAIO DE 1999

Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial de mama, decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer, têm direito a cirurgia plástica reconstrutiva.

Art. 2º Cabe ao Sistema Único de Saúde – SUS, por meio de sua rede de unidades públicas ou conveniadas, prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva de mama prevista no art. 1º utilizando-se de todos os meios e técnicas necessárias.

Art. 3º O poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de maio de 1999; 178º da Independência e 111º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **José Serra**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008

Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 27 e 34 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.
q) fornecer, anualmente, até 3 de dezembro, às Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do Congresso Nacional; ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Controladoria-Geral da União (CGU), e ao Ministério Público da União (MPU), relatório consubstanciado com a discriminação de todas as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano, nas quais a União tenha participação financeira.

..... (NR)”

“Art. 34.
s) elaborar e encaminhar ao Confea, observado o prazo, o relatório a que se refere a alínea **q** do art. 27, sobre as obras de sua jurisdição.

Parágrafo único. O relatório a que se refere a alínea **s** deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações sobre cada obra identificada como inacabada ou paralisada:

- I – localização completa;
- II – órgão ou agente pública responsável pela contratação;
- III – empresa ou grupo responsável pela execução;
- IV – valor inicialmente previsto;
- V – previsão inicial do prazo de conclusão;
- VI – data da paralisação ou abandono;
- VII – tipo, destinação e características da obra, com respectiva medição ou dimensão; e
- VIII – estado, condições e percentual de execução da obra. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, passa a vigorar acrescida do art. 79-A com a seguinte redação:

“Art. 79-A. O descumprimento do disposto na alínea **q** do art. 27 sujeitará o Confea à multa de 0,1% do valor das obras inacabadas e paralisadas.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia útil do ano subsequente à sua publicação.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Justificação

1. Obra inacabada: uma chaga brasileira

É recorrente e cada vez mais preocupante o problema do alto índice de obras públicas não concluídas

em nosso País. Segundo estimativas de 2003 do Tribunal de Contas da União, uma em cada cinco obras financiadas pelo poder público apresentam irregularidades. São entraves que vão desde a burocracia estatal e à ineficácia licitatória – que geram superfaturamento, morosidade e baixa qualidade da construção – até alcançar o ápice da letargia pública: a paralisação ou o completo abandono da obra.

Desde a Ferrovia Transnordestina, empreendimento inacabado ainda na época do Império, no século XIX, até a tão propagada Transamazônica, são inúmeros os exemplos da inércia e da incapacidade estatal na administração e conclusão de suas obras.

Há cinco anos já se previa que existem no Brasil mais de 10 mil obras públicas. Os prejuízos pelas irregularidades constatadas chegam à casa dos bilhões de reais. Trata-se de uma verdadeira chaga à sociedade brasileira.

Somente em 2007, o TCU fiscalizou 231 obras, com investimentos de mais de R\$23 bilhões, que representam 90% dos recursos previstos para o setor. Desse total, 77 apresentaram indícios de graves irregularidades que justificam a paralisação. O valor total dos respectivos contratos somam cerca de cinco bilhões de reais. Outras 101 apresentaram indícios de irregularidades, porém sem a necessidade de paralisação. Apenas 52 obras não registraram irregularidade. Ou seja, do universo fiscalizado, deduz-se exatamente o inverso da estimativa de 2003 do próprio Tribunal: somente uma em cada cinco obras não apresenta irregularidades.

É nesse contexto que se situa grande parte do problema: as obras abandonadas, aquelas com poucas chances de serem retomadas. Em 1995, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a inventariar as obras inacabadas chegou a cadastrar 2.214 construções dotadas de recursos públicos, com investimento total de R\$15 bilhões. Os números espelham o cenário – chamado pela CPI de “O Mapa do Abandono no País do Desperdício” – e falam por si só.

O Brasil é mesmo o país do desperdício e dos contrastes. Se de um lado temos o domínio da tecnologia nuclear, com usinas de geração de energia em pleno funcionamento, de outro carecemos de infraestrutura básica. Construímos gigantescas hidrelétricas, extraímos petróleo de águas profundas, mas não conseguimos manter nossas estradas em condições dignas. Vivemos de operações tapa-buracos e sequer completamos obras simples, como o meio-fio ausente em tantas estradas e ruas País afora. Não temos o direito, portanto, de desperdiçar qualquer centavo pú-

blico em construções mal planejadas, mal contratadas e, pior, mal gerenciadas.

Nesse sentido, vale citar as palavras dos nobres Presidente e Relator da CPI das Obras Inacabadas do Senado Federal de 1995, Senadores Carlos Wilson e Casildo Maldaner, que assim se manifestaram:

“Obra cara é obra parada. Uma obra paralisa a penaliza a população duplamente: pela ausência da obra e pelos recursos já aplicados, sem falar na riqueza que se deixa de produzir, em prejuízo do desenvolvimento econômico do País.” (Senador Carlos Wilson)

“Diante de tudo que foi constatado pela Comissão, torna-se imprescindível que se crie uma nova mentalidade e mecanismos que acabem com o vício de iniciar obras, sem que se ofereçam meios para a sua conclusão.” (Senador Casildo Maldaner)

2. As tentativas do Congresso

Não foram poucas as vezes em que o Congresso Nacional tentou, de alguma forma, debater, levantar e indicar soluções acerca do quadro crítico em que se encontra o setor de obras públicas.

Além do permanente acompanhamento das Comissões de Fiscalização e Controle da Câmara e do Senado, com análises, relatórios e acórdãos do TCU, o Congresso já Conviveu com duas CPI (1995 e 2001) instaladas especificamente para apurar as causas e os dados desse permanente problema, e com um Comitê de Apoio Técnico ao Congresso (1991).

O tema foi ainda objeto de investigação durante a chamada CPI dos Anões do Orçamento, no início do anos 1990, e na CPI do Judiciário, em 1999.

Mais recentemente, por força da Resolução nº 1/2006-CN, foi criado o Comitê de Avaliação das Informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves (COI), instância de caráter permanente no âmbito da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso (CMO).

O último parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle do Senado Federal sobre o relatório do TCU de 2007 (Aviso nº 18, de 2007, que encaminha o Acórdão nº 1.188/2007-Plenário), deixa patente à preocupação do Tribunal, a ponto de especificar uma série de sugestões a diversos órgãos governamentais, com expressiva quantidade de providências que podem ser tomadas por parte do Congresso Nacional.

A mesma preocupação verifica-se na iniciativa de alguns parlamentares em apresentar proposições para solucionar, ao menos, parte do problema.

Em 1999, o Deputado Gilmar Machado apresentou o Projeto de Lei nº 258/99, que dispunha sobre obras públicas inacabadas, estabelecendo aos órgãos da Administração Pública a adoção de medidas para a conclusão das construções sob sua responsabilidade. A matéria não prosperou por retirada do próprio autor, em que pese a recente tentativa de desarquivamento do seu projeto.

Mais recentemente, já em 2003, o Deputado Neucimar Fraga propôs o Projeto de Lei nº 1.767/03, fixando prazo para conclusão de ação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União realizada em obras e edificações. A tentativa é de proibir que o TCU paralise obras por indícios de irregularidades. A proposição ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Enfim, restam claras e recorrentes a gravidade e preocupação em tomo do assunto por parte do Legislativo. Contudo, o cenário demonstra também a necessidade de se passar da esfera investigativa, de mero controle ou fiscalização, para o rol de propostas factíveis visando a colaborar com a solução desse verdadeiro impacto negativo que as obras não-concluídas acarretam à saúde financeira e orçamentária do País.

3. A deficiência do controle e da fiscalização pública

Apesar da existência de diversas instâncias públicas destinadas ao controle e fiscalização das ações executivas do Estado, é notório que o problema das obras inacabadas, seja pela simples constatação de irregularidades, seja pelo absurdo que se chega com o próprio abandono, está longe de vislumbrar uma definitiva solução.

A primeira e principal constatação recai exatamente na dificuldade do correto e abrangente levantamento de todas as obras públicas, que configura o elemento básico para se iniciar qualquer estratégia visando à implementação de ações preventivas e concretas de fiscalização.

O TCU, num verdadeiro esforço de Sísifo, é o órgão que mais resultados vem apresentando. Porém, pelo universo de construções distribuídas por todo o Brasil, incluídas as contratadas pelo poder público, sabemos que o Tribunal, mesmo com sua estrutura, e competência, dificilmente alcançará a completa cobertura de todas as obras. Até porque não possui fiscais de campo suficientes e devidamente habilitados para exercer importante parte da fiscalização que é a visita técnica às construções.

O que nos falta, na prática, é a chamada fiscalização *in loco*, aquela que permite descobrir, inventariar e verificar de fato, no local da obra, a real situação do empreendimento, como parte do levantamento cadastral necessário a qualquer ação corretiva.

Nesse sentido, vale ressaltar que já em 1995, a CPI das Obras Inacabadas do Senado concluiu por algumas das causas do caótico quadro das obras públicas, afirmando em seu relatório final:

“7.6. também é causa da existência de obras inacabadas a falta de controle que se verifica em todos os órgãos da União.

7.10. o sistema de contabilidade do Governo Federal não fornece as ferramentas necessárias ao planejamento, controle e avaliação. Observe-se que o sistema de contabilização das contas do Governo Federal, executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, não oferece qualquer ajuda ao acompanhamento e controle das obras executadas com recursos da União, na medida em que não contém informações gerenciais, nem dispõe das informações físicas e de cumprimento de metas.”

Como recomendações, a CPI sugere uma série de ações ao poder público, das quais vale registrar:

“8.1.1 – ao Poder Executivo:

a) a instituição e manutenção de um cadastro geral de obras públicas.

8.1.2 – ao Poder Legislativo:

d) ao Senado Federal

– complementar e aperfeiçoar o inventário das obras paralisadas, realizando gestões junto ao Poder Executivo para o estabelecimento do cadastro geral das obras públicas;

8.1.3 – ao Tribunal de Contas da União:

c) estabelecimento de um programa permanente de auditorias em obras e serviços de engenharia, com a instituição de equipes ou Unidade Técnica especializada nessa área”.

Percebe-se que, desde aquela época, já havia sido identificada a dificuldade do Estado com ações básicas, como é o caso do controle mediante um cadastro geral das obras, bem como o levantamento e inventário completo das obras públicas por parte de uma fiscalização técnica especializada.

O fato é confirmado no referido Parecer da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, relativo ao Acórdão nº 1.188/07 do TCU, o qual ressalta que o estudo da equipe de auditoria do Tribunal procurou responder, dentre outras, à seguinte questão:

“a) Quais são e como identificar as obras inacabadas executadas com recursos da União?”

E o documento continua:

“Constatou-se, primeiramente, a dificuldade das entidades auditadas em obter informações sobre suas próprias obras, pois nenhuma dispõe de um sistema de informações capaz de recuperar tempestivamente dados para a obtenção de um cadastro sobre suas obras paralisadas ou inacabadas.

Constatou-se, ainda que sistemas informatizados de controle do Governo Federal (Siaf, Siasg e SigPlan) gerenciam inúmeros dados sobre a execução orçamentária e financeira, mas não são capazes, em várias situações, de evidenciar uma obra por não conterem uma chave específica que vincule os programas de trabalho, as ações orçamentárias e até mesmo os contratos a um código de obras específico. Uma ação orçamentária pode ter várias obras inseridas em sua execução, assim como uma obra geralmente tem mais de um contrato associado a ela.

A solução para esses problemas envolve a implementação de um cadastro geral de obras, que permita visualizar obras e não apenas programações orçamentárias, com todos os dados físicos e financeiros de execução dos empreendimentos, para que seja possível criticar as propostas setoriais, visando a adequada alocação de recurso.

A sistematização dos dados permitiria que, por ocasião da elaboração do orçamento, o Poder Executivo entregasse ao Congresso Nacional uma carteira de projetos com a relação das obras cadastradas, separadas por unidade orçamentária, com respectiva dotação a ser consignada.”

Em suma, o que se extrai de concreto é que, apesar da quantidade de órgãos e instâncias de controle e fiscalização, nenhuma delas consegue reunir e concentrar, num só cadastro ou relatório, todas as informações relativas às obras públicas que são necessárias para a devida implementação de ações preventivas e corretivas.

4. A estrutura, o alcance e os instrumentos do Sistema Confea/Crea

Composto por um Conselho Federal, com sede em Brasília, e 27 Conselhos Regionais – um em cada unidade da Federação – o Sistema Confea/Crea repre-

senta a maior e mais abrangente instância de fiscalização de profissões regulamentadas do Brasil.

A ele estão jurisdicionados cerca de 850 mil profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia. Fazem parte ainda os profissionais da geologia, da geografia, da meteorologia, além de inúmeras outras modalidades da engenharia, tanto de nível superior como de nível médio.

Regulamentado inicialmente em 1933, pelo Decreto nº 23.569, e posteriormente pela Lei nº 5.194/66, o gigantismo desse sistema profissional permitiu que, hoje, sua fiscalização possa alcançar praticamente todos os municípios do País, não só através dos conselhos regionais e suas câmaras especializadas, mas também através de suas inúmeras inspetorias. Somente no Estado de São Paulo, são cerca de 1.300 inspetores. Esse portentoso alcance por si só, já justifica a inserção do Sistema nas ações fiscalizadoras de obras públicas.

Além disso, sua natureza autárquica e sua estrutura normativa, com uma série de leis, decretos e resoluções, permitem ao Sistema dispor de expressivos poderes, instrumentos e equipes técnicas especializadas capazes de auxiliar na fiscalização, no levantamento e no registro de toda e qualquer construção ou serviço de engenharia contratados e iniciados no País, sejam públicos ou privados.

Importante registro dessa capacidade já era prevista pelo ilustre engenheiro e professor Orlando Ferreira de Castro, profundo conhecedor do Sistema e autor do precioso livro **Deontologia da Engenharia, Arquitetura e Agronomia** (Crea/GO, 1995), quando afirma:

“...conclui-se que o Crea deve desempenhar suas funções de fiscalização com eficiência e energia. Caso não o faça a profissão poderá ressentir-se. Estas palavras objetivam mostrar a necessidade que o Crea tem de cumprir bem as tarefas que lhe são afetas. Para exercer sua fiscalização o Crea conta com uma estrutura complexa e constituída por um plenário, uma diretoria, câmaras especializadas, departamento de fiscalização, adrede preparados para estas tarefas.” (p. 105)

O reconhecimento dessa estrutura e seus instrumentos é também constatado pelo Tribunal de Contas da União que, em seu último relatório do qual resultou o Acórdão nº 1.188, de 2007, prevê, dentre as diversas recomendações aos órgãos públicos de controle envolvidos na questão das obras inacabadas, algumas determinações dirigidas diretamente ao Confea, nos seguintes termos:

“9.4. recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA que os novos procedimentos a serem implantados pelo Projeto ART e Acervo Técnico contemplem os seguintes itens, de modo a possibilitar futura integração das informações geridas pelo sistema CONFEA/CREA aos sistemas de controle e gestão da administração pública:

9.4.1. uniformização dos processos de registro e baixa de ART nos CREA, padronizando formulários e incentivando o uso das versões eletrônicas e on-line (via internet), que favorecem a agilidade, precisão e o acesso a informações tempestivas;

9.4.2. vinculação de um código às obras/serviços públicos, permitindo identificar todas as ART relacionadas ao mesmo objeto;

9.4.3. centralização das informações dos CREA em um banco de dados nacionais;

9.4.4. possibilidade de geração de relatórios a partir de pesquisas ao banco de dados nacional por diversas combinações de chaves;

9.4.5. permissão de acesso aos dados de registro e baixa das ART das obras públicas aos órgãos de controle.”

No campo da legislação, o Sistema Confea/Crea possui um verdadeiro arcabouço de normas capazes de viabilizar, legalmente, a ação fiscalizadora e de coleta de informações acerca não só do início, mas também do andamento e da conclusão das obras em qualquer parte do país.

Seu principal instrumento é a exigência legal do recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para todo contrato de obras e serviços de engenharia. Trata-se de previsão da Lei nº 6.496/77, que versa:

“Art. 1º Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, Arquitetura e Agronomia fica sujeito à ‘Anotação de Responsabilidade Técnica’ (ART).

.....
Art. 3º A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea a do art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.”

Já a Resolução nº 425/98, do Confea, complementa os efeitos legais da ART, ao dispor:

“Art. 1º

§ 1º A prorrogação, o aditamento, a modificação de objetivo ou qualquer outra alteração contratual, que envolva obras ou prestação de serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, gerará a obrigatoriedade de ART complementar, vinculada à ART original.

Art. 4º O preenchimento do formulário de ART pela obra ou serviço é de responsabilidade do profissional, o qual, quando for contratado, recolherá, também, a taxa respectiva.

Parágrafo único. Quando a obra ou serviço for objeto de contrato com pessoa jurídica, a esta cabe a responsabilidade pelo recolhimento da taxa da ART e o registro de ART, devidamente preenchida pelo profissional responsável.”

Cabe esclarecer que a ART, ao ser preenchida e devidamente recolhida no Crea, passa a conter as principais informações sobre a obra. Além dos dados do autor, do responsável técnico e do contratante, são exigidas a natureza e finalidade obra, áreas e acréscimos, descrição dos serviços, valor da obra, enfim, (tudo aquilo que é necessário para a implementação de um efetivo cadastro de controle das construções iniciadas no Brasil.

A ART, portanto, consiste numa espécie de súmula do contrato firmado para se executar uma obra que fica registrada no Crea. Hoje, já é preenchida eletronicamente e remetida on-line através das páginas dos Conselhos Regionais.

Porém, a principal fonte normativa é a citada Lei nº 5.194/66, cujos dispositivos a seguir demonstram a capacidade e o poder de atuação do Sistema Confea/Crea:

“Art. 8º

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no art. 7º, com exceção das contidas na alínea **a**, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

Art. 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser

submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo de engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive elaboração de projeto, direção e execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta Lei.

Art. 16. Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

Art. 24. A aplicação do que dispõe esta lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma que assegurem unidade de ação.”

No que tange às atribuições específicas dos Conselhos Federal e Regionais, importa discriminar os seguintes dispositivos, ainda da Lei nº 5.194/66:

“Art. 27. São atribuições do Conselho Federal:

c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos no exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente lei.

e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;

Art. 34. São atribuições dos Conselhos Regionais:

-
- b)** criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente lei;
-
- f)** organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente lei;
- g)** publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h)** examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
-
- l)** criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;
-
- o)** organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, no termos desta lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na região;
-
- q)** organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23.”

Por fim, resta ainda citar importantes artigos da mesma norma, que refletem bem o respaldo legal do sistema para exercer suas atividades de controle e fiscalização, inclusive no âmbito dos órgãos públicos:

“Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

.....

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na Engenharia, na Arquitetura ou na Agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro.

Art. 60. Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da engenharia, arquitetura e agronomia, na forma estabelecida nesta lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

Art. 61. Quando os serviços forem executados em lugares distante da sede da entidade, deverá esta manter, junto a cada um dos serviços, um profissional devidamente habilitado naquela jurisdição.

.....

Art. 80. Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (art. 31, inciso V, alínea **a** da Constituição Federal) e franquia postal e telegráfica.”

Vê-se, assim, que o Sistema é dotado de todo aparato legal para atuar em qualquer nível de fiscalização, e não só na previsão da simples verificação de autoria e responsabilidade técnica profissional. Até mesmo a competência para legislar mediante resoluções o Confea possui, o que torna factível o preenchimento de qualquer lacuna da lei que por ventura exista para viabilizar a completa prestação do serviço público a ele atribuído. Aliás, é o que vem fazendo o Conselho Federal ao longo de seus 76 anos de instituição, com as inúmeras resoluções e decisões normativas em vigor que qualificam ainda mais seu potencial fiscalizador.

5. Uma solução possível

Toda obra pública ou privada necessita de alvará de construção. Para sua obtenção, o alvará demanda o registro dos responsáveis técnicos (RT) no respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Assim, o Sistema Confea/Crea possui instrumentos e mecanismos capazes de subsidiar as instâncias fiscalizadoras da gestão pública. Os principais mecanismos são a citada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), o Certificado de Acervo Técnico (CAT), o registro e a baixa de todas as obras iniciadas e concluídas no País, além do corpo de fiscais de campo dos 27 Crea e das diversas inspeto-

rias instaladas em todas as unidades da Federação, o que lhe garante uma ampla penetração por todo o território brasileiro.

A concepção do presente projeto de lei é exatamente aproveitar esses eficientes instrumentos e competências de que dispõe o Sistema para, numa ação conjunta de toda a sua estrutura institucional, concretizar o levantamento anual do universo de obras públicas não concluídas.

Para tanto, o a proposta visa alterar a Lei nº 5.194/66, de maneira a atribuir ao Confea e aos Creas a obrigatoriedade de emissão de relatório anual contendo um verdadeiro inventário técnico das obras públicas inacabadas, para posterior encaminhamento às instâncias de fiscalização e controle do Poder Público.

A multa prevista em caso de descumprimento constitui instrumento legal inibidor de qualquer omissão por parte do Sistema no desempenho de sua atribuição.

A proposição prevê também a entrada em vigor da lei somente no ano seguinte à sua publicação, de modo a permitir eventuais adaptações do Sistema no seu processo de fiscalização e verificação objeto da nova competência. Além disso, suas atividades coincidiriam como início do ano para obter os dados do período completo. Ainda de acordo com o projeto, regulamentação posterior do Executivo tomará possível um maior detalhamento da lei.

A obrigatoriedade da emissão do relatório proposto pelo presente projeto de lei configura, também, uma contrapartida de prestação de serviço à sociedade e ao controle do Erário público por parte do Sistema, cuja atuação, hoje, restringe-se praticamente à mera verificação da autoria profissional (o RT) e ao julgamento de infrações pelo exercício ilegal das profissões a ele jurisdicionadas, em que pese todo o poder legal de que desfruta para ampliar sua fiscalização e competências para com os contratos de obras públicas. Além disso, não se deve esquecer que os serviços prestados pelo Sistema – ainda que de cunho corporativo, mas em prol da chamada incolumidade pública – são cobrados da população mediante o repasse, pelos profissionais e empresas, da taxa incidente sobre cada ART ao custo dos projetos e obras.

Na prática, a obrigatoriedade proposta não ensejará novos serviços ao Sistema, uma vez que a verificação e a fiscalização necessárias para a emissão do relatório já são efetivamente praticadas pelos Crea. Ou seja, suas atuais atividades suprirão a nova demanda de forma complementar ao que já praticado. Assim, se o Sistema não for capaz de atender à nova demanda objeto deste projeto de lei, é porque seu objetivo

básico, de uma forma ou de outra, já não vem sendo atendido a contento.

Apesar das recomendações feitas ao Confea pelo TCU – Acórdão nº 1.188/2007 –, é sabido que somente a imposição legal, com suas devidas sanções, é capaz de colher os resultados esperados.

É claro que nossa proposta visa a solucionar parte do problema, ou seja, o levantamento e o controle dos dados. Mas é o fator essencial que falta para o completo controle das despesas públicas com o setor de investimentos em obras. Somente de posse desses dados é que, de fato, as instâncias fiscalizadoras e decisórias poderão agir para solucionar todos os problemas que envolvem a questão das obras inacabadas.

Trata-se, portanto, de se vislumbrar um importante início do processo de controle desse mal que tanto afeta as finanças públicas e os serviços que o Estado presta à sociedade.

Contamos, dessa forma, com o apoio dos ilustres pares no aprimoramento e aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Fernando Collor** (PTB/AL).

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1988

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu

sanciono a seguinte lei;

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Do exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia

CAPÍTULO I

Das atividades profissionais

SEÇÃO I

Caracterização e Exercício das Profissões

Art 1º As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes

empreendimentos:

a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;

b) meios de locomoção e comunicaçãoS;

c) edificações, serviços e equipamentos; urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;

d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres;

e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 2º O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;

b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;

c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único. O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

SEÇÃO II

Do uso do Título Profissional

Art. 3º São reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta lei as denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, acrescentadas obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único. As qualificações de que trata este artigo poderão ser acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação.

Art. 4º As qualificações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo só podem ser acrescentadas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais que possuam tais títulos.

Art. 5º Só poderá ter em sua denominação as palavras Engenharia, Arquitetura ou Agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria fôr composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

SEÇÃO III

Do Exercício Ilegal da Profissão

Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;

b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;

c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;

d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;

e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta lei.

SEÇÃO IV

Atribuições Profissionais e Coordenação de suas Atividades

Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

c) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

d) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art. 8º As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas **a**, **b**, **c**, **d**, **e** e **f** do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais se poderão exercer as atividades discriminadas nos art. 7º, com exceção das contidas na alínea **a**, com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta lei lhe confere.

Art. 9º As atividades enunciadas nas alíneas **g** e **h** do art. 7º, observados os preceitos desta lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.

Art. 10. Cabe às congregações das escolas e faculdades de Engenharia, Arquitetura e Agronomia indicar, ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados mediante formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por ela diplomados.

Art. 11. O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Art. 12. Na União, nos estados e nos municípios, nas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimentos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea **g** do art. 27, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no art. 56.

Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.

Art. 16. Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do

projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

CAPÍTULO

Da Responsabilidade e Autoria

Art. 17. Os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia, arquitetura ou agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.

Parágrafo único. Cabem ao profissional que os tenha elaborado os prêmios ou distinções honoríficas concedidas a projetos, planos, obras ou serviços técnicos.

Art. 18. As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo único. Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

Art. 19. Quando a concepção geral que caracteriza um plano ou, projeto for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com os direitos e deveres correspondentes.

Art. 20. Os profissionais ou organizações de técnicos especializados que colaborarem numa parte do projeto, deverão ser mencionados explicitamente como autores da parte que lhes tiver sido confiada, tornando-se mister que todos os documentos, como plantas, desenhos, cálculos, pareceres, relatórios, análises, normas, especificações e outros documentos relativos ao projeto, sejam por eles assinados.

Parágrafo único. A responsabilidade técnica pela ampliação, prosseguimento ou conclusão de qualquer empreendimento de engenharia, arquitetura ou agronomia caberá ao profissional ou entidade registrada que aceitar esse encargo, sendo-lhe, também, atribuída a responsabilidade das obras, devendo o Conselho Federal dotar resolução quanto às responsabilidades das partes já executadas ou concluídas por outros profissionais.

Art. 21. Sempre que o autor do projeto convocar, para o desempenho do seu encargo, o concurso de profissionais da organização de profissionais, especializados e legalmente habilitados, serão estes havidos como co-responsáveis na parte que lhes diga respeito.

Art. 22. Ao autor do projeto ou a seus prepostos é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir e sua realização de acordo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nele estabelecidos.

Parágrafo único. Terão o direito assegurado neste artigo, ao autor do projeto, na parte que lhes diga respeito, os profissionais especializá-los que participarem, como co-responsáveis, na sua elaboração.

Art. 23. Os Conselhos Regionais criarão registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais dos profissionais que o desejarem.

TÍTULO II

Da Fiscalização do Exercício das Profissões

CAPÍTULO I

Dos Órgãos Fiscalizadores

Art. 24. A aplicação do que dispõe esta lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 25. Mantidos os já existentes, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promoverá a Instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários à execução desta lei, podendo, a ação de qualquer deles, estender-se a mais de um Estado.

§ 1º A proposta de criação de novos Conselhos Regionais será feita pela maioria das entidades de classe e escolas ou faculdades com cede na nova Região, cabendo aos Conselhos atingidos pela iniciativa opinar e encaminhar à proposta à aprovação do Conselho Federal.

§ 2º Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

§ 3º A sede dos Conselhos Regionais será no Distrito Federal, em capital de Estado ou de Território Federal.

CAPÍTULO II

Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

SEÇÃO I

Da instituição do Conselho e suas atribuições

Art. 26. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da engenharia, da arquitetura e da agronomia.

Art. 27. São atribuições do Conselho Federal:

a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;

b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;

c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos no exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente lei;

d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;

e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;

g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;

h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;

i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;

j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;

k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nele direito a representação;

l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no art. 53 desta lei;

m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;

n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborado pelas entidades de classe;

o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais; e

p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidos no art. 63.

Parágrafo único. Nas questões relativas a atribuições profissionais, decisão do Conselho Federal só será tomada com mínimo de 12 (doze) votos favoráveis.

Art. 28. Constituem venda do Conselho Federal:

- a) um décimo da renda bruta dos Conselhos Regionais;
- b) doações, legados, juros e receitas patrimoniais; e
- c) subvenções.

SEÇÃO II

Da composição e organização

Art. 29 O Conselho Federal será constituído por 18 (dezoito) membros, brasileiros, diplomados em engenharia, arquitetura ou agronomia, habilitados de acordo com esta lei, obedecida a seguinte composição:

a) 15 (quinze) representantes de grupos profissionais, sendo 9 (nove) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecida em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de 3 (três) modalidades, de maneira a corresponderem às formações técnicas constantes dos registros nele existentes; 3 (três) arquitetos e 3 (três) engenheiros-agrônomo;

b) 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

§ 1º Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente.

§ 2º O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros.

§ 3º A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente.

Art. 30. Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea a do art. 29 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal.

Parágrafo único. Os representantes das entidades de classe nas assembleias referidas neste artigo serão por elas eleitos, na forma dos respectivos estatutos.

Art. 31. Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados de cada grupo profissional, designados pelas respectivas Congregações.

Art. 32. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do presidente serão de 3 (três) anos.

Parágrafo único. O Conselho Federal se renovará anualmente pelo terço de seus membros.

CAPÍTULO III

Dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

SEÇÃO I

Da Instituição dos Conselhos Regionais e suas atribuições

Art. 33. Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34. São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal.

b) criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente lei;

c) examinar reclamações e representações acerca de registros;

d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;

e) julgar em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;

f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente lei;

g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;

h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;

i) sugerir ao Conselho Federal médias necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta lei;

j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente lei;

k) cumprir e fazer cumprir a presente lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;

l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;

m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativo e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;

n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência, das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;

o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;

p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;

q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;

r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.

Art. 35. Constituem renda dos Conselhos Regionais:

a) as taxas de expedição das carteiras profissionais e de registros;

b) as multas aplicadas de conformidade com a presente lei;

c) doações, legados, juros e receitas patrimoniais;

d) subvenções.

Art. 36. Da renda bruta proveniente da arrecadação das taxas e multas referidas nas alíneas **a** e **b** do artigo anterior, o Conselho Regional recolherá um décimo ao Conselho Federal, de acordo com o artigo 28.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais destinam anualmente a renda líquida provinda da arrecadação das multas a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo.

SEÇÃO II

Da Composição e Organização

Art. 37. Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a presente lei, obedecida a seguinte composição:

a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3 (três) anos;

b) um representante de cada escola ou faculdade de engenharia, arquitetura e agronomia com sede na Região;

c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região de conformidade com o artigo 62.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art. 38. Os representantes das escolas e faculdades e seus respectivos suplentes serão indicados por suas congregações.

Art. 39. Os representantes das entidades de classe e respectivos suplentes serão eleitos por aquelas entidades na forma de seus Estatutos.

Art. 40. O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de um representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art. 41. A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea **a** do artigo 29, de arquitetos e de engenheiros-agrônomo, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurando o mínimo de um representante por entidade.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este artigo será submetida à prévia aprovação do Conselho Federal.

Art. 42. Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e, para os assuntos específicos, organizados em Câmaras Especializadas correspondentes às seguintes categorias profissionais: engenharia nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea **a** do art. 29, arquitetura e agronomia.

Art. 43. O mandato dos conselheiros regionais será de 3 (três) anos e se renovará, anualmente pelo terço de seus membros.

Art. 44. Cada Conselho Regional terá inspetorias, para fins de fiscalização, nas cidades ou zonas onde se fizerem necessárias.

CAPÍTULO IV

Das Câmaras Especializadas

SEÇÃO I

Da instituição das Câmaras e suas atribuições

Art. 45. As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

Art. 46. São atribuições das Câmaras Especializadas;

a) julgar os casos de infração da presente lei, no âmbito de sua competência profissional específica;

b) julgar as infrações do Código de Ética;

c) aplicar as penalidades e multas previstas;

d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público,

das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;

e) elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;

f) opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

SEÇÃO II

Da Composição e Organização

Art. 47. As Câmaras Especializadas serão constituídas pelos conselheiros regionais.

Parágrafo único. Em cada Câmara Especializada haverá um membro, eleito pelo Conselho Regional, representando as demais categorias profissionais.

Art. 48. Será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de 3 (três) do mesmo profissional.

CAPÍTULO V

Generalidades

Art. 49. Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais, compete, além da direção do respectivo Conselho, sua representação em juízo.

Art. 50. O conselheiro federal ou regional que durante 1 (um) ano faltar, sem licença prévia, a 6 (seis) sessões, consecutivas ou não, perderá automaticamente o mandato passando este a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art. 51. O mandato dos Presidentes e dos conselheiros será honorífico.

Art. 52. O exercício da função de membro dos Conselhos por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato será considerado serviço relevante prestado à Nação.

§ 1º O Conselho Federal concederá aos que se acharem nas condições desse artigo o certificado de serviço relevante, independentemente de requerimento do interessado, dentro de 12 (doze) meses contados a partir da comunicação dos Conselhos.

§ 2º VETADO

Art. 53. Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano para, conjuntamente, estudar e estabelecer providências que assegurem ou aperfeiçoem a aplicação da presente lei, devendo o Conselho Federal remeter aos Conselhos Regionais, com a devida antecedência, o ternário respectivo.

Art. 54. Aos Conselhos Regionais é cometido o encargo de dirimir qualquer dúvida ou omissão sobre a aplicação desta lei, com recurso **ex officio**, de efeito suspensivo, para o Conselho Federal, ao qual compete decidir, em última instância, em caráter geral.

TÍTULO III

Do Registro e Fiscalização Profissional

CAPÍTULO I

Do Registro dos Profissionais

Art. 55. Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 56. Aos profissionais registrados de acordo com esta lei será fornecida carteira profissional, conforme modelo, adotado pelo Conselho Federal, contendo o número do registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.

§ 1º A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita à taxa que for arbitrada pelo Conselho Federal.

§ 2º A carteira profissional, para os efeitos desta lei, substituirá o diploma, valerá como documento de identidade e terá fé pública.

§ 3º Para emissão da carteira profissional os Conselhos Regionais deverão exigir do interessado a prova de habilitação profissional e de identidade, bem como outros elementos julgados convenientes, de acordo com instruções baixadas pelo Conselho Federal.

Art. 57. Os diplomados por escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Regional.

Art. 58. Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro.

CAPÍTULO II

Do Registro de Firmas e Entidades

Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro.

Art. 60. Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da engenharia, arquitetura e agronomia, na forma estabelecida nesta lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

Art. 61. Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede da entidade, deverá esta manter, junto a cada um dos serviços, um profissional devidamente habilitado naquela jurisdição.

Art. 62. Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição tenham sede.

§ 1º Para obterem registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo trinta associados engenheiros, arquitetos ou engenheiros-agrônomo e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

§ 2º Quando a entidade reunir associados engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, em conjunto, o limite mínimo referido no parágrafo anterior deverá ser de sessenta.

CAPÍTULO III

Das Anuidades, Emolumentos e Taxas

Art. 63. Os profissionais e pessoas jurídicas registrados de conformidade com o que preceitua a presente lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional, a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º A anuidade a que se refere este artigo será paga até 31 de março de cada ano.

§ 2º O pagamento da anuidade fora desse prazo terá o acréscimo de 10% (dez por cento), a título de mora.

§ 3º O pagamento da anuidade inicial será feito por ocasião do registro.

Art. 64. Será automaticamente cancelado o registro do profissional ou da pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujei-

to, durante 2 (dois) anos consecutivos sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida.

Parágrafo único. O profissional ou pessoa jurídica que tiver seu registro cancelado nos termos deste artigo, se desenvolver qualquer atividade regulada nesta lei, estará exercendo ilegalmente a profissão, podendo reabilitar-se mediante novo registro, satisfeitas, além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares.

Art. 65. Toda vez que o profissional diplomado apresentar a um Conselho Regional sua carteira para o competente "visto" e registro, deverá fazer, prova de ter pagado a sua anuidade na Região de origem ou naquela onde passar a residir.

Art. 66. O pagamento da anuidade devida por profissional ou pessoa jurídica somente será aceito após verificada a ausência, de quaisquer débitos concernentes a multas, emolumentos, taxas ou anuidades de exercícios anteriores.

Art. 67. Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 68. As autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, paraestatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arbitramentos e quaisquer outros trabalhos, sem que os autores, profissionais ou pessoas jurídicas façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 69. Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

Art. 70. O Conselho Federal baixará resoluções estabelecendo o Regimento de Custas e, periodicamente, quando julgar oportuno, promoverá sua revisão.

TÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 71. As penalidades aplicáveis por infração da presente lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

- a) advertência reservada;
- b) censura pública;
- c) multa;
- d) suspensão temporária do exercício profissional;
- e) cancelamento definitivo do registro.

Parágrafo único. As penalidades para cada grupo profissional serão impostas pelas respectivas Câmaras Especializadas ou, na falta destas, pelos Conselhos Regionais.

Art. 72. As penas de advertência reservada e de censura pública são aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas.

Art. 73. As multas são estabelecidas em função do maior salário-mínimo vigente no País e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de mil cruzeiros:

a) multas de um a três décimos do salário-mínimo, aos infratores dos artigos 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;

b) multas de três a seis décimos do salário-mínimo às pessoas físicas, por infração da alínea **b** do artigo 6º, dos artigos 13, 14 e 55 ou do parágrafo único do artigo 64;

c) multas de meio a um salário-mínimo às pessoas jurídicas, por infração dos artigos 13, 14, 59/60 e parágrafo único do artigo 64;

d) multa de meio a um salário-mínimo às pessoas físicas por infração das alíneas **a**, **c**, **e**, **d** do artigo 6º;

e) multas de meio a três salários-mínimos às pessoas jurídicas, por infração do artigo 6º.

Parágrafo único. As multas referidas neste artigo serão aplicadas em dobro nos casos de reincidência.

Art. 74. Nos casos de nova reincidência das infrações previstas no artigo anterior, alíneas **c**, **d** e **e**, será imposta, a critério das Câmaras Especializadas, suspensão temporária do exercício profissional, por prazos variáveis de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e, pelos Conselhos Regionais em pleno, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 75. O cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime considerado infamante.

Art. 76. As pessoas não habilitadas que exercerem as profissões reguladas nesta lei, independentemente da multa estabelecida, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais.

Art. 77. São competentes para lavrar autos da infração das disposições a que se refere a presente lei, os funcionários designados para esse fim pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas respectivas Regiões.

Art. 18. Das penalidades impostas pelas Câmaras especializadas, poderá o interessado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Conselho Regional e, no mesmo prazo, deste para o Conselho Federal.

§ 1º Não se efetuando o pagamento das multas, amigavelmente, estas serão cobradas por via executiva.

§ 2º Os outros de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

Art. 79. O profissional punido por falta de registro não poderá obter a carteira profissional, sem antes efetuar o pagamento das multas em que houver incorrido.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 80. Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (art. 31, Inciso V, alínea **a** da Constituição Federal) e franquia postal e telegráfica.

Art. 81. Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos.

Art 82. VETADO

~~Art. 83. Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, devendo, quando fôr o caso, ser objeto de concurso. (Revogado pela Lei nº 8.666, de 21-6-93)~~

Art. 84. O graduado por estabelecimento de ensino agrícola, ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. As atribuições do graduado referido neste artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade.

Art. 85. As entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea **c** do artigo 2º são obrigadas a manter, junto a eles, um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

TÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 86. São assegurados aos atuais profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia e aos que se

encontrem matriculados nas escolas respectivas, na data da publicação desta Lei, os direitos até então usufruídos e que venham de qualquer forma a ser atingidos por suas disposições.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Lei, para os interessados promoverem a devida anotação nos registros dos Conselhos Regionais.

Art. 87. Os membros atuais dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos.

Parágrafo único. Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo.

Art. 88. O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data da presente lei, destinadas a completar a composição dos Conselhos Federal e Regionais.

Art. 89. Na constituição do primeiro Conselho Federal após a publicação desta Lei serão escolhidos por meio de sorteio as regiões e os grupos profissionais que as representarão.

Art. 90. Os Conselhos Federal e Regionais, completados na forma desta Lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a posse, para elaborar seus regimentos internos, vigorando, até a expiração deste prazo, os regulamentos e resoluções vigentes no que não colidam com os dispositivos da presente lei.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República. – **H. CASTELLO BRANCO – L. G. do Nascimento e Silva.**

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do artigo 62. da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966:

Art. 52.
.....

§ 2º Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço como presidente ou conselheiro, vedada, porém, a contagem comutativa com tempo exercido em cargo público.

Art. 82. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário-mínimo da respectiva região.

Brasília, 21 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República. – **A. COSTA E SILVA.**

LEI Nº 6.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977

Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e à agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART).

Art. 2º A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

§ 1º A ART será efetuada pelo profissional ou pela empresa no Conselho Regional do Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), de acordo com Resolução própria do Conselho Federal do Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

§ 2º O Confea fixará os critérios e os valores das taxas da ART **ad referendum** do Ministro do Trabalho.

Art. 3º A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea **a** do art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e demais cominações legais.

Art. 4º Confea fica autorizado a criar, nas condições estabelecidas nesta lei, uma Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sob sua fiscalização, registrados aos CREAs.

§ 1º A Mútua, vinculada diretamente ao Confea, terá personalidade jurídica e patrimônio próprios, sede em Brasília e representações junto aos CREAs.

§ 2º O Regimento da Mútua será submetido à aprovação do Ministro do Trabalho, pelo Confea.

Art. 5º A Mútua será administrada por uma Diretoria Executiva, composta de 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) indicados pelo Confea e 2 (dois) pelos CREAs, na forma a ser fixada no Regimento.

Art. 6º O Regimento determinará as modalidades da indicação e as funções de cada membro da Diretoria Executiva, bem como o modo de substituição, em seus impedimentos e faltas, cabendo ao Confea a indicação do Diretor-Presidente e, aos outros Diretores a escolha, entre si, dos ocupantes das demais funções.

Art. 7º Os mandatos da Diretoria Executiva terão duração de 3 (três) anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.

Art. 8º Os membros da Diretoria Executiva somente poderão ser destituídos por decisão do Confea, tomada em reunião secreta, especialmente convocada para esse fim, e por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

Art. 9º Os membros da Diretoria tomarão posse perante o Confea.

Art. 10. O patrimônio da Mútua será aplicado em títulos dos Governos Federal e Estaduais ou por eles garantidos, Carteiras de Poupança, garantidas pelo Banco Nacional da Habitação (SNH), Obrigações do Tesouro Nacional, imóveis e outras aplicações facultadas por lei, para órgãos da mesma natureza.

Parágrafo único. Para aquisição e alienação de imóveis, haverá prévia autorização do Ministro do Trabalho.

Art. 11. Constituirão rendas da Mútua:

I – 1/5 (um quinto) da taxa de ART;

II – uma contribuição dos associados, cobrada anual ou parceladamente e recolhida, simultaneamente, com a devida aos CREAs;

III – doações, legados e quaisquer valores adventícios, bem como outras fontes de renda eventualmente instituídas em lei;

IV – oitos rendimentos patrimoniais.

§ 1º A inscrição do profissional na Mútua dar-se-á com o pagamento da primeira contribuição, quando será preenchida pelo profissional sua ficha de Cadastro Geral e atualizada nos pagamentos subseqüentes, nos moldes a serem estabelecidos por Resolução do Confea.

§ 2º A inscrição na Mútua é pessoal e independente de inscrição profissional e os benefícios só poderão ser pagos após decorrido 1 (um) ano do pagamento da primeira contribuição.

Art. 12. A Mútua, na forma do Regimento, e de acordo com suas disponibilidades, assegurará os seguintes benefícios e prestações:

I – auxílios pecuniários, temporários e reembolsáveis, aos associados comprovadamente neces-

sitados, por falta eventual de trabalho ou invalidez ocasional;

II – Pecúlio aos cônjuges supérstites e filhos menores dos associados;

III – bolsas de estudo aos filhos de associados carentes de recursos ou a candidatos a escolas de Engenharia, de Arquitetura ou de Agronomia, nas mesmas condições de carência;

IV – assistência médica, hospitalar e dentária, aos associados e seus dependentes, sem caráter obrigatório, desde que reembolsável, ainda que parcialmente;

V – facilidades na aquisição, por parte dos Inscritos, de equipamentos e livros úteis ou necessários ao desempenho de suas atividades profissionais;

VI – auxílio funeral.

§ 1º A Mútua poderá financiar, exclusivamente para seus associados, planos de férias no País e/ou de seguros de vida, acidentes ou outros, mediante contratação.

§ 2º Visando à satisfação do mercado do trabalho o à racionalização dos benefícios contido no item I deste artigo, a Mútua poderá manter serviços de colocação de mão-de-obra de profissionais, seus associados.

§ 3º O valor pecuniário das prestações assistenciais variará até o limite máximo constante da tabela a ser aprovada pelo Confea, nunca superior à do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ 4º O auxílio mensal será concedido, em dinheiro, por períodos não superiores a 12 (doze) meses, desde que comprovada a evidente necessidade para a sobrevivência do associado ou de sua família.

§ 5º As bolsas serão sempre reembolsáveis ao fim do curso, com juros e correção monetária, fixados pelo Confea.

§ 6º A ajuda farmacêutica, sempre reembolsável, ainda que parcialmente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, desde que comprovada a impossibilidade momentânea de o associado arcar com o ônus decorrente.

§ 7º Os benefícios serão concedidos proporcionalmente às necessidades do assistido e, os pecúlios, em razão das contribuições do associado.

§ 8º A Mútua poderá estabelecer convênios com entidades previdenciárias, assistenciais, de seguros e outros facultados por lei, para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 13. Ao Confea incumbirá, na termo do Regimento:

I – a supervisão do funcionamento da Mútua;

II – a fiscalização e aprovação do Balanço, Balançete, Orçamento e da prestação de contas da Diretoria Executiva da Mútua;

III – a elaboração e aprovação do Regimento da Mútua;

IV – a indicação de 3 (três) membros da Diretoria Executiva;

V – a fixação da remuneração do pessoal empregado pela Mútua;

VI – a indicação do Diretor-Presidente da Mútua;

VII – a fixação, no Regimento, da contribuição prevista no item II do art. 11;

VIII – a solução dos casos omissos ou das divergências na aplicação desta Lei.

Art. 14. Aos CREAs, e na forma do que for estabelecido no Regimento, incumbirá:

I – recolher à Tesouraria da Mútua, mensalmente, a arrecadação da taxa e contribuição previstas nos itens I e II do art. 11 da presente Lei;

II – indicar os dois membros da Diretoria Executiva, na forma a ser fixada pelo Regimento.

Art. 15. Qualquer irregularidade na arrecadação, na concessão de benefícios ou no funcionamento da Mútua, ensejara a intervenção do Confea, para restabelecer a normalidade, ou do Ministro do Trabalho, quando se fizer necessária.

Art. 16. No caso de dissolução da Mútua, seus bens, valores e obrigações serão assimilados pelo Confea, ressalvados os direitos dos associados.

Parágrafo único. O Confea e os CREAs responderão, solidariamente, pelo déficit ou dívida da Mútua, na hipótese de sua insolvência.

Art. 17. De qualquer ato da Diretoria Executiva da Mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Confea.

Art. 18. De toda e qualquer decisão do Confea referente à organização, administração e fiscalização da Mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Ministro do Trabalho.

Art. 19. Os empregados do Confea, dos CREAs e da própria Mútua poderão nela se inscrever, mediante condições estabelecidas no Regimento, para obtenção dos benefícios previstos nesta lei.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1977; 156º da Independência e 89º da República. – **ERNESTO GEISEL**
– **Arnaldo Prieto**.

DECRETO FEDERAL Nº 23.569,
DE 11 DEZEMBRO 1933(1)

Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do art. 1º

do Decreto nº 19.398, de 11 novembro 1930, resolve subordinar o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor às disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura

Art. 1º O exercício das profissões de engenheiro, do arquiteto e de agrimensor será somente permitido, respectivamente:

a) aos diplomados pelas escolas ou cursos de Engenharia, Arquitetura ou Agrimensura, oficiais, da União Federal, ou que sejam, ou tenham sido ao tempo da conclusão dos seus respectivos cursos, oficializados, equiparados aos da União Federal ou sujeitos ao regime de inspeção do Ministério da Educação e Saúde Pública;

b) aos diplomados, em data anterior à respectiva oficialização ou equiparação às da União, por escolas nacionais de Engenharia, Arquitetura ou Agrimensura, cujos diplomas hajam sido reconhecidos em virtude de Lei federal;

c) aqueles que, diplomados por escolas ou institutos técnicos superiores estrangeiros de Engenharia, Arquitetura ou Agrimensura, após curso regular e válido para o exercício da profissão em todo o País onde se acharem situados, tenham revalidado os seus diplomas com a legislação federal do ensino superior.

d) àqueles que, diplomados por escolas ou institutos estrangeiros de Engenharia, Arquitetura ou Agrimensura, tenham registrado seus diplomas até 18 junho 1915, de acordo com o Decreto nº 3.001, de outubro 1880, ou os registraram consoante o disposto no art. 22 da Lei nº 4.793, de 7 janeiro 1924,

Parágrafo único. Aos agrimensores que, até à data da publicação deste decreto, tiverem sido habilitados conforme o Decreto nº 3.198, de 16 dezembro 1863, será igualmente permitido o exercício da respectiva profissão.

Art. 2º Os funcionários públicos e os empregados particulares que, dentro do prazo de seis meses, contados da data da publicação deste decreto, provarem perante o Conselho de Engenharia e Arquitetura que, posto não satisfaçam as condições do art. 1º e seu parágrafo único, vêm, à data da referida publicação, exercendo cargos para os quais se exijam conhecimentos de engenharia, arquitetura ou agrimensura, poderão continuar a exercê-los, mas não poderão ser promovidos nem removidos para outros cargos técnicos.

Parágrafo único. Os funcionários públicos a que se refere este artigo deverão, logo que haja vaga, ser transferidos para outros cargos de iguais vencimentos e para os quais não seja exigida habilitação técnica.

Art. 3º É garantido o exercício de suas funções, dentro dos limites das respectivas licenças e circunscrições, aos arquitetos, arquitetos-construtores, construtores e agrimensores que, não diplomados, mas licenciados pelos Estados e Distrito Federal, provarem, com as competentes licenças, o exercício das mesmas funções à data da publicação deste decreto, sem notas que os desabonem, a critério do Conselho de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata este Artigo perderão o direito às licenças se deixarem de pagar os respectivos impostos durante um ano, ou se cometerem egos técnicos ou atos desabonadores, devidamente apurados pelo Conselho de Engenharia e Arquitetura.

Art. 4º Aos diplomados por escolas estrangeiras que, satisfazendo às condições da alínea c do art. 1º salvo na parte relativa à revalidação, provarem perante o órgão fiscalizador a que se refere o art. 18 que, à data da publicação deste decreto, exerciam a profissão no Brasil e registrarem os seus diplomas dentro do prazo de seis meses, contados da data da referida publicação, será permitido o exercido das profissões respectivas.

Art. 5º Só poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico os estudos, plantas, projetos, laudos e quaisquer outros trabalhos de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura, quer públicos, quer particulares, de que forem autores profissionais habilitados de acordo com este decreto, e as obras decorrentes desses trabalhos também só poderão ter executadas por profissionais habilitados na forma deste decreto.

Parágrafo único. A critério do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, e enquanto em dado município não houver profissionais habilitadas na forma deste decreto, podarão ser permitidas, a título precário, as funções e atos previstos neste artigo a pessoas de idoneidade reconhecida.

Art. 6º Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória, além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever.

Parágrafo único. Não serão recebidos em juízo e nas repartições públicas federais, estaduais ou municipais, quaisquer trabalhos de engenharia, arquitetura ou agrimensura, com infração do que preceitua este artigo.

Art. 7º Enquanto durarem as construções ou instalações de qualquer natureza, é obrigatória a afixação de uma placa, em lugar bem visível ao público,

contendo, perfeitamente legíveis, o nome ou firma do profissional legalmente responsável e a indicação de seu título de formatura, bem como a de sua residência ou escritório.

Parágrafo único. Quando o profissional não for diplomado, deverá a placa conter mais, de modo bem legível, a inscrição – “Licenciado”.

Art. 8º Os Individuos, firmas, sociedades, associações, companhias e empresas, em geral, e suas filiais, que exerçam ou explorem, sob qualquer firma, algum dos ramos de engenharia, arquitetura ou agrimensura, ou a seu cargo tiverem alguma secção dessas profissões, só poderão executar os respectivos serviços depois de provarem, perante os Conselhos de Engenharia e Arquitetura, que os encarregados da parte técnica são, exclusivamente. profissionais habilitados e registrados de acordo com este decreto.

§ 1º A substituição dos profissionais obriga a nova prova, por parte das entidades a que se refere este artigo.

§ 2º Com relação à nacionalidade dos profissionais a que este artigo alude, será observado, em todas as categorias, o que preceituam o Art. 3º e seu parágrafo único do Decreto nº 19.482, de 12 dezembro 1930, e o respectivo regulamento, aprovado pelo Decreto nº 20.291, de 12 agosto 1931.

Art. 9º A União, os Estados e os Municípios, em todos os cargos, serviços e trabalhos de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura, somente empregarão profissionais diplomados pelas escolas oficiais ou equiparadas, previamente registrados de acordo com o que dispõe este Decreto, ressalvadas unicamente as exceções nele previstas.

Parágrafo único. A requerimento do Conselho de Engenharia e Arquitetura, de profissional legalmente habilitado e registrado de acordo com este Decreto, ou de sindicato ou associação de Engenharia, Arquitetura ou Agrimensura, será anulado qualquer ato que se realize com infração deste artigo.

CAPÍTULO II

Do Registro e da Carteira Profissional

Art. 10. Os profissionais e que se refere este Decreto só poderão exercer legalmente a Engenharia, a Arquitetura ou a Agrimensura, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados-diplomas e cartas no Ministério da Educação e Saúde Pública, ou de suas licenças no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Parágrafo único. A continuação do exercício da profissão, sem o registro a que este artigo alude, con-

siderar-se-á como reincidência de infração deste Decreto.

Art. 11. Os profissionais punidos por inobservância do artigo anterior não poderão obter o registro de que este trata, sem provarem o pagamento das multas em que houverem incorrido.

Art. 12. Se o profissional registrado em qualquer dos Conselhos de Engenharia e Arquitetura mudar de jurisdição, fará visar, no Conselho Regional a que o novo local de seus trabalhos estiver sujeito, a carteira profissional de que trata o art. 14, considerando-se que há mudança desde que o profissional exerça qualquer das profissões na nova jurisdição por prazo maior de noventa dias.

Art. 13. O Conselho Federal a que se refere o art. 18, organizará, anualmente, com as alterações havidas, a relação completa dos registros, classificados pelas especialidades dos títulos e em ordem alfabética, e a fará publicar no **Diário Oficial**.

Art. 14. A todo profissional registrado de acordo com este Decreto será entregue uma cadeira profissional, numerada, registrada e visada no Conselho Regional respectivo, a qual conterá:

- a) seu nome por inteiro;
- b) sua nacionalidade e naturalidade;
- c) a data de seu nascimento;
- d) a denominação da escola em que se formou ou da repartição local onde obteve licença para exercer a profissão;
- e) a data em que foi diplomado ou licenciado;
- f) a natureza do título ou dos títulos de sua habilitação;
- g) a indicação da revalidação do título, se houver;
- h) o número do registro no Conselho Regional respectivo;
- i) sua fotografia de frente e impressão dactiloscópica (polegar);
- j) sua assinatura.

Parágrafo único. A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita à taxa de 30\$000 (trinta mil-réis).(1)

Art. 15. A carteira profissional, de que trata o art. 14, substituirá o diploma para os efeitos deste decreto, servirá de carteira de identificação e terá fé pública.

Art. 16. As autoridades federais, estaduais ou municipais só receberão impostos relativos ao exercício profissional do engenheiro, do arquiteto ou do agrimensor à vista da prova de que o interessado se acha devidamente registrado.

Art. 17. Todo aquele que, mediante anúncios, placas, cartões comerciais ou outros meios quaisquer, se

propuser ao exercício da Engenharia, da Arquitetura ou da Agrimensura, em algum de seus ramos, fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão, se não estiver devidamente registrado.

CAPÍTULO III Da Fiscalização

Art. 18. A fiscalização do exercício da Engenharia, da Arquitetura e da Agrimensura será exercida pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e pelos Conselhos Regionais a que se referem os arts. 25 a 27.

Art. 19. Terá sua sede no Distrito Federal o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, ao qual ficam subordinados os Conselhos Regionais.

Art. 20. O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura será constituído de dez membros, brasileiros, babilitados de acordo com o art. 1º e suas alíneas, e obedecerá à seguinte composição: (1)

a) um membro designado pelo Governo Federal;

b) três profissionais escolhidos pelas congregações de escolas padrões federais, sendo um engenheiro pela da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; outro, também engenheiro, pela da Escola de Minas de Ouro Preto, e, finalmente, um engenheiro arquiteto ou arquiteto pela da Escola Nacional de Belas Artes;

c) seis engenheiros, ou arquitetos, escolhidos em assembléia que se realizará no Distrito Federal e na qual tomará parte um representante da cada sociedade no sindicato de classe que tenha adquirido personalidade jurídica seis meses antes, pelo menos, da data da reunião da assembléia.

Parágrafo único. Na representação prevista na alínea c deste artigo haverá, pelo menos, um terço de engenheiros e um terço de engenheiros arquitetos ou arquitetos.

Art. 21. O mandato dos membros do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura será meramente honorífico e durará três anos, salvo o do representante do Governo Federal. (2)

Parágrafo único. Um terço dos membros do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura será anualmente renovado, podendo a escolha fazer-se para novo triênio.

Art. 22. São atribuições do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura:

- a) organizar o seu regimento interno;
- b) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;

c) examinar, decidindo a respeito em última instância, e podendo até anular o registro de qualquer profissional licenciado que não estiver de acordo com o presente decreto;

d) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;

e) julgar em última instância os recursos de penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

f) publicar o relatório anual dos seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.

Art. 23. Ao presidente, que será sempre o representante do Governo Federal, compete, além da direção do Conselho, a suspensão de qualquer decisão que o mesmo tome e lhe pareça inconveniente.

Parágrafo único. O ato da suspensão vigorará até novo julgamento do caso, para o qual o presidente convocará segunda reunião, no prazo de quinze dias, contados do seu ato; e se, no segundo julgamento, o Conselho mantiver, por dois terços de seus membros, a decisão suspensa, esta entrará em vigor imediatamente.

Art. 24. Constitui renda do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura o seguinte: (1)

a) um terço da taxa da expedição de carteiras profissionais estabelecida no art. 14 e parágrafo único;

b) um terço das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;

c) doações;

d) subvenções dos Governos.

Art. 25. O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura fixará a composição dos Conselhos Regionais, que deve, quanto possível, ser semelhante à sua, e promoverá a instalação, nos Estados e no Distrito Federal, de tanto desses órgãos quantos forem julgados necessários para a melhor execução deste Decreto, podendo estender-se a mais de um Estado a ação de qualquer deles. (2)

Art. 26. São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) examinar os requerimentos e processos de registro de licenças profissionais, resolvendo como convier;

b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações do presente decreto, decidindo a respeito;

c) fiscalizar o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, impedindo e punindo as infrações deste Decreto, bem como enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada:

d) publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;

e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura;

f) representar ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura acerca de novas medidas necessárias para a regularização dos serviços e para a fiscalização do exercido das profissões indicadas na alínea **c** deste Artigo;

g) expedir a cadeira profissional prevista no art. 14;

h) admitir a colaboração das sociedades de classe nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores.

Art. 27. A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte: (3)

a) dois terços da taxa de Expedição de carteiras profissionais, estabelecidas no art. 14 e parágrafo único;

b) dois terços das multas aplicadas conforme a alínea **c** do artigo anterior;

c) doações;

d) subvenções dos Governos.

CAPÍTULO IV

Das Especializações Profissionais

Art. 28. São da competência do engenheiro civil:

a) trabalhos topográficos e geodésicos;

b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;

c) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem e de ferro;

d) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras de captação o abastecimento de água;

e) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação;

f) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas;

g) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras relativas a portos, rios e canais das cementsos aos aeroportos;

h) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras peculiares ao saneamento urbano e rural;

i) projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;

j) a engenharia legal, nos assuntos correlacionados com as especificações das alíneas **a** a **i**;

k) perícias e arbitramento referentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 29. Os engenheiros civis diplomados segundo a lei vigente deverão ter:

a) aprovação na Cadeira de “portos de mar, rios e canais”, para exercerem as funções de Engenheiro de Portos, Rios e Canais;

b) aprovação na Cadeira de “saneamento e arquitetura”, para exercerem as funções de Engenheiro Sanitário;

c) aprovação na Cadeira de “pontes e grandes estruturas metálicas e em concreto armado”, para exercerem as funções de Engenheiro de Secções Técnicas, encarregadas de projetar e executar obras-de-arte nas estradas de ferro e de rodagem;

d) aprovação na Cadeira de saneamento e arquitetura”, para exercerem funções de Urbanismo ou de Engenheiro de Secções Técnicas destinadas a projetar grandes edifícios.

Parágrafo único. Somente engenheiros civis poderão exercer as funções a que se referem as alíneas **a**, **b** e **c** deste Artigo.

Art. 30. Consideram-se da atribuição do arquiteto ou engenheiro-arquiteto:

a) estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;

b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental;

c) o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;

d) o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística;

e) o projeto, direção e fiscalização das obras do grande decoraçãõ arquitetônica;

f) a arquitetura legal, nos assuntos mencionados nas alíneas **a** a **c** deste Artigo;

g) perícias e arbitramentos relativos à matéria de que tratam as alíneas anteriores.

Art. 31. São da competência do engenheiro industrial:

a) trabalhos topográficos e geodésicos;

b) a direção, fiscalização e construção de edifícios;

c) o estudo, projeto, direção, execução e exploração de instalações industriais, fábricas e oficinas;

d) o estudo e projeto de organização e direção das obras de caráter tecnológico dos edifícios industriais;

e) assuntos de engenharia legal, em conexão com os mencionados nas alíneas **a** a **d** deste Artigo;

f) vistorias e arbitramentos relativos à matéria das alíneas anteriores.

Art. 32. Consideram-se da atribuição do engenheiro mecânico eletricitista:

a) trabalhos topográficos e geodésicos;

b) a direção, fiscalização e construção de edifícios;

c) trabalhos de captação e distribuição da água;

d) trabalhos de drenagem e irrigação;

e) o estudo, projeto, direção e execução das instalações de força motriz;

f) o estudo, projeto, direção e execução das instalações mecânicas e eletromecânicas;

g) o estudo, projeto, direção e execução das instalações das oficinas, fábricas e indústrias;

h) o estudo, projeto, direção e execução de obras relativas às usinas elétricas, às redes de distribuição e às instalações que utilizem a energia elétrica;

i) assuntos de engenharia legal concernentes aos indicados nas alíneas **a** a **h** deste Artigo;

j) vistorias e arbitramentos relativos à matéria das alíneas anteriores.

Art. 33. São da competência do engenheiro eletricitista:

a) trabalhos topográficos e geodésicos;

b) a direção, fiscalização e construção de edifícios;

c) a direção, fiscalização e construção de obras de estradas de rodagem e de ferro;

d) a direção, fiscalização e construção de obras de captação e abastecimento de água;

e) a direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação;

f) a direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas;

g) a direção, fiscalização e construção de obras concernentes às usinas elétricas e às redes de distribuição de eletricidade;

h) a direção, fiscalização e construção das instalações que utilizem energia elétrica;

i) assuntos de engenharia legal, relacionados com a sua especialidade;

j) vistorias e arbitramentos concernentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 34. Consideram-se da atribuição do engenheiro de minas:

a) o estudo de geologia econômica e pesquisa de riquezas minerais;

b) a pesquisa, localização, prospecção e valorização de jazidas minerais;

c) o estudo, projeto, execução, direção e fiscalização de serviços de exploração de minas;

d) o estudo, projeto, execução, direção e fiscalização de serviços da indústria metalúrgica;

e) assuntos de engenharia legal, relacionados com a sua especialidade;

f) vistorias e arbitramentos concernentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 35. São da competência do engenheiro-geógrafo ou do geógrafo:

a) trabalhos topográficos, geodésicos e astronômicos;

b) o estudo, traçado e locação das estradas, sob o ponto de vista topográfico;

c) vistorias e arbitramentos relativos à matéria das alíneas anteriores.

Art. 36. Consideram-se da atribuição do agrimensor:

a) trabalhos topográficos;

b) vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura.

Art. 37. Os engenheiros agrônomos, ou agrônomos, diplomados pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, ou por escolas ou cursos equivalentes, a critério do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, deverão registrar os seus diplomas para os efeitos do Art. 10.

Parágrafo único. Aos diplomados de que este Artigo trata será permitido o exercício da profissão de agrimensor e a realização de projetos e obras concernentes ao seguinte:

a) barragens em terra que não excedam a cinco metros de altura;

b) Irrigação e drenagem, para fins agrícolas;

c) estradas de rodagem de interesse local e destinadas a fins agrícolas, desde que nelas só haja bueiros e pontilhões até cinco metros de vão;

d) construções rurais destinadas à moradia ou fins agrícolas;

e) avaliações e perícias relativas à matéria das alíneas anteriores.

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 38. As penalidades aplicáveis por infração do presente decreto serão as seguintes:

a) multas de 500\$ (quinhentos mil réis), a 1:000\$ (um conto de réis) aos infratores dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 6º e seu § único, § 7º, e seu § único; (1)

b) multas de 500\$ (quinhentos mil réis) a 1:000\$ (um conto de réis) aos profissionais, e de 1:000\$ (um conto de réis) a 5:000\$ (cinco contos de réis) às firmas, sociedades, associações, companhias e empresas, quando se tratar de infração do art. 8º e seus parágrafos e do art. 17;

c) multas de 200\$ (duzentos mil réis) a 500\$ (quinhentos mil réis) aos infratores de disposições não mencionadas nas alíneas **a** e **b** deste Artigo ou para os quais não haja indicação de penalidades em artigo ou alínea especial;

d) suspensão do exercício da profissão, pelo prazo de seis meses a um ano, ao profissional que, em virtude de erros técnicos, demonstrar incapacidade, a critério do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;

e) suspensão de exercício, pelo prazo de quinze dias a um mês, às autoridades administrativas ou judiciárias que infringirem ou permitirem se infringirem o art. 9º e demais disposições deste Decreto.

Art. 39. São considerados como exercendo ilegalmente a profissão e sujeitos à pena estabelecida na alínea **a** do art. 38;

a) os profissionais que, embora diplomados e registrados, realizarem atos que não se enquadrem nos de sua atribuição, especificados no capítulo IV deste Decreto;

b) os profissionais licenciados e registrados que exercerem atos que não se enquadrem no limite de suas licenças.

Art. 40. As penalidades estabelecidas neste capítulo não isentam de outras, em que os culpados hajam porventura incorrido, consignadas nos Códigos Civil e Penal.

Art. 41. Das multas impostas pelos Conselhos Regionais poderá, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da respectiva notificação, ser interposto recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

§ 1º Não se efetuando amigavelmente o pagamento das multas, serão estas cobradas por executivo fiscal, na forma da legislação vigente.

§ 2º Os autos de infração, depois de julgados, definitivamente, contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

§ 3º São solidariamente responsáveis pelo pagamento das multas os infratores e os indivíduos, firmas, sociedades, companhias, associações ou empresas e seus gerentes ou representantes legais, a cujo serviço se achem.

Art. 42. As penas de suspensão do exercício serão impostas:

a) aos profissionais, pelos Conselhos Regionais, com recurso para o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura;

b) às autoridades judiciárias e administrativas, pela autoridade competente, após inquérito administrativo regular, instaurado por iniciativa própria ou a pedido, quer do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

ou dos Conselhos Regionais, quer de profissional ou associação de classe legalmente habilitados.

Parágrafo único. As autoridades administrativas e judiciárias incursas na pena de suspensão serão, também, responsabilizadas pelos danos que a sua falta houver porventura causado ou venha a causar a terceiros.

Art. 43. As multas serão inicialmente aplicadas no grau máximo quando os infratores já tiverem sido condenados, por sentença passada em julgado, em virtude de violação dos arts. 134, 135, 148, 192 e 379 do Código Penal e dos arts. 1.242, 1.243, 1.244 e 1.245 do Código Civil.

Art. 44. No caso de reincidência na mesma infração, praticada dentro do prazo de dois anos, a penalidade será elevada ao dobro da anterior.

CAPÍTULO VI Disposições Gerais

Art. 45. Os engenheiros civis, industriais, mecânico-eletricistas, eletricitas, arquitetos, de minas e geógrafos que, à data da publicação deste Decreto, estiverem desempenhando cargos, ou funções, em ramos diferentes daquele cujo exercício seus títulos lhe asseguram, poderão continuar a exercê-los.

Art. 46. As disposições do Capítulo IV não se aplicam aos diplomados em época anterior à criação das respectivas especializações nos cursos das escolas federais consideradas padrões.

Art. 47. Aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura fica cometido o encargo de dirimir quaisquer dúvidas suscitadas acerca das especializações de que trata o Capítulo IV, com recurso suspensivo para o Conselho Federal, a quem compete decidir em última instância sobre o assunto.

Art. 48. Tornando-se necessário ao progresso da técnica, da arte ou do país, ou ainda, sendo modificados os cursos padrões, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura procederá à revisão das especializações profissionais, propondo ao Governo as modificações convenientes.

Art. 49. Dos anteriores registros de títulos de profissionais, efetuados nas Secretarias de Estado, federais ou estaduais, os quais ficam adestrados à revisão do Ministério da Educação e Saúde Pública, serão cancelados os que este reputar irregulares ou ilegais e incorporados ao registro de que se ocupa o Capítulo II deste Decreto os que considerar regulares e legais.

Parágrafo único. Os profissionais cujos títulos forem considerados regulares e legais consoante este Artigo ficam sujeitos também ao pagamento da taxa

de 30\$000 (trinta mil réis), relativa à expedição da carteira profissional de que trata o art. 14.

Art. 50. Dos nove membros que, consoante as alíneas **b** e **c** do art. 20, constituirão o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, serão sorteados, na reunião inaugural, os seis que deverão exercer o respectivo mandato por um ano ou por dois anos, cabendo cada prazo deste a um dos membros constante da primeira daquelas alíneas e a dois dos da segunda.

Art. 51. A exigência do registro do diploma, carta ou outro título, só será efetiva após o prazo de seis meses contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 52. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 53. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 dezembro 1933; 112º da Independência e 45º da República. – **GETÚLIO VARGAS**
– **Joaquim Pedro Salgado Filho** – **Washington Ferreira Pires**.

Publicado no **DOU** de 15 dezembro 1933.
Retificação Publicada no **DOU** de 16 janeiro 1933.

RESOLUÇÃO Nº 425, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e dá outras providências.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no uso das atribuições que lhe confere a letra **f** do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 dezembro 1966, e o § 1º do artigo 2º da Lei nº 6.498, de 7 dezembro 1977.

Considerando que, na forma do artigo 20 da Lei nº 6.496, de 7 dezembro 1977, a ART define, para todos os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelos empreendimentos da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

Considerando que, para esse efeito, há necessidade de disciplinar a Anotação de Responsabilidade Técnica pelo exercício de toda e qualquer atividade que implique ou exija a participação efetiva de profissional habilitado;

Considerando que a responsabilidade Técnica é própria de profissional não podendo ser exercida por pessoa jurídica.

Considerando a necessidade de adequar a presente Resolução à Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências.

Considerando o disposto no artigo da Lei nº 9.649, de 27 de março de 1998, que disciplina os

serviços de fiscalização de profissões regulamentadas, resolve

Art. 1º Todo contrato escrito ou vetar para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeita à “Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), no Conselho Regional em cuja jurisdição for exercida a respectiva atividade.

§ 1º A prorrogação, o aditamento, a modificação de objetivo ou qualquer outra alteração contratual, que envolva obras ou prestação de serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, gerará a obrigatoriedade de ART complementar, vinculada à ART original.

§ 2º O erro ou falta de preenchimento de qualquer campo ou formulário da ART, gerará a obrigatoriedade de substituição da referida ART, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser considerada nula na forma do Inciso I do artigo 9º dessa Resolução.

Art. 2º A ART define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de quaisquer serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, objeto do contrato.

§ 1º Quando o contrato englobar atividades diversas no campo da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia e no caso de co-autoria ou co-responsabilidade, a ART deverá ser desdobrada, através de tantos formulários quantos forem os profissionais envolvidos na obra ou serviço.

§ 2º A substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pelas obras ou serviços previstos no contrato, obrigará a nova ART vinculada à ART original.

Art. 3º Nenhuma obra ou serviço poderá ter início sem a competente Anotação de Responsabilidade Técnica, nos termos desta Resolução.

§ 1º Excetuam-se os casos em que for utilizada a ART múltipla para as obras e serviços de duração de 30 (trinta) dias rotineiros ou de emergência, quando o recolhimento será mensal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se igualmente a todo empreendimento de propriedade do seu executor.

Art. 4º O preenchimento do formulário de ART pela obra ou serviço é de responsabilidade do profissional, o qual, quando for contratado, recolherá, também, a taxa respectiva.

Parágrafo único. Quando a obra ou serviço for objeto de contrato com pessoa jurídica, a esta cabe a responsabilidade pelo recolhimento da taxa de ART e o registro de ART. Devidamente preenchida pelo profissional responsável.

Art. 5º Quando se tratar de profissional com vínculo empregatício de qualquer natureza, cabe a pessoa

jurídica empregadora providenciar o registro perante o CREA de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente preenchida pelo profissional responsável pelo serviço técnico ou obra a serem projetados e/ou executados.

Art. 6º O desempenho de cargo ou função técnica, seja por nomeação ocupação ou contrato de trabalho, tanto em entidade pública quanto privada, obriga a Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA em cuja jurisdição foi exercida a atividade.

Parágrafo único. A alteração do cargo ou função técnica obriga à nova ART.

Art. 7º A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART será feita mediante formulário próprio, fornecido pelos Conselhos Regionais.

Art. 8º Os valores das taxas devidas pelas ARTs são objetos de Resolução específica do Confea.

Art. 9º Serão consideradas nulas as Anotações de Responsabilidade Técnica, quando, a qualquer tempo;

I – verificar-se a inexatidão de quaisquer dados nela constantes;

II – o Conselho Regional verificar incompatibilidade entre as atividades técnicas desenvolvidas e as atribuições profissionais dos responsáveis técnicos respectivos;

III – for caracterizado o exercício ilegal da profissão, em qualquer outra de suas formas.

Art. 10. A falta de Anotação de Responsabilidade Técnica sujeitará o profissional ou a empresa contratada à multa prevista na alínea e do artigo 73 da Lei nº 5.194, de 24 dezembro 1906, e demais cominações legais, sem prejuízo dos valores devidos.

Art. 11. O formulário da ART padronizado em todo o território nacional através da Resolução anterior sobre o assunto, nº 307, de 28 fevereiro 1986, permanece inalterado.

Art. 12. Ficam mantidos os dispositivos constantes da Decisão Normativa nº 58, de 9 agosto 1996, que dispõe sobre procedimentos relativos ao recolhimento de ART – Múltipla Mensal.

Art. 13. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as Resoluções nºs 307/86, 322/87 e 400/95, e demais disposições em contrário. – **HENRIQUE LUDUVICE**, Presidente – Luis Abílio de Sousa Neto, Vice-Presidente.

Publicada no **DOU**, de 8 janeiro 1999, Seção I página 34.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2008**Institui o Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, que será celebrado no dia 27 de janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não é de hoje que as drogas trazem a tona a sua face mais obscura, o cerceamento de vidas humanas e a extinção prematura de grandes talentos, que se envolvem, sabe Deus por que razão, com as drogas sejam elas “lícitas” ou não.

O início do consumo de drogas em larga escala nas décadas de 60 e 70, desencadeado pelo denominado “conflito de gerações” e embalado ao som psicodélico das bandas da época, mesmo carregando nos ombros as trágicas mortes por overdose de Jimi Hendrix, Janis Joplin e Jim Morrison, todos aos 27 anos e em um espaço de tempo pouco superior a um ano, chega a ser romântico se comparado à barra pesada que rola nos dias de hoje. O amargo brilho do pó. Em 27 de janeiro de 1982, aos 36 anos, Elis Regina, a melhor cantora do Brasil, foi achada morta, trancada em seu quarto, onde tomara a derradeira dose de cocaína. Elvis Presley morreu em 16 de agosto de 1977, por overdose de barbitúricos, na banheira de sua mansão, Graceland, em Memphis.

Se fôssemos pesquisar a fundo, essa lista se tornaria gigantesca, isso, sem citar os que muitas vezes passaram de raspão pela morte, e por pura sorte, estão vivos até hoje.

Acreditamos que a criação do “Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes” formará uma grande corrente de conscientização que deverá mobilizar todos os brasileiros e segmentos da sociedade contra esse mal que tem destruído milhares de famílias que ficam dilaceradas ao perderem seus jovens filhos para as drogas.

Certamente esta Casa do Congresso Nacional estará dando ao povo brasileiro a oportunidade para que, de fato, todos os brasileiros reflitam sobre essa guerra desumana e cruel que tem deixado o mundo órfão de seus ídolos e a sociedade amedrontada.

Não podemos continuar permitindo que nossos jovens sejam derrotados pelas drogas, deixando em seus familiares marcas e cicatrizes que jamais desaparecerão, mesmo com o passar do tempo.

Sugerimos que o Dia Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes, seja comemorado a cada 27 de janeiro, data do aniversário da morte da Cantora Elis Regina, o que certamente pesará positivamente na reflexão a respeito das drogas e suas consequências.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2008 – COMPLEMENTAR**Estabelece prazo e procedimentos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, de conformidade com o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os procedimentos e requisitos estabelecidos nesta lei complementar e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações das áreas remanescentes e das áreas que podem ser desmembradas, incorporadas, fundidas ou formar novos municípios.

§ 1º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios não poderão ocorrer no mesmo ano das eleições municipais.

§ 2º Não será criado nenhum município com área territorial desmembrada de centro urbano de qualquer sede municipal.

Art. 2º O processo de criação de município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa do Estado, assinada por mais de mil eleitores domiciliados na área territorial do município que se deseja criar.

§ 1º As assinaturas constantes na representação referida no **caput** serão reconhecidas em cartório, sem nenhum ônus para os interessados.

§ 2º A representação popular de que trata este artigo será instruída com mapas e memorial descritivo da área territorial a ser desmembrada, além dos dados sócio-econômicos que justifiquem a pretensão.

Art. 3º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I – População estimada, superior a:

- a) 5.000 (cinco mil) habitantes, na **região Norte**;
 - b) 10.000 (dez mil) habitantes, na região Centro-Oeste;
 - c) 15.000 (quinze mil) habitantes, na região Nordeste;
 - d) 20.000 (vinte mil) habitantes, na região Sul;
 - e) 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, na região Sudeste.
- II – Eleitorado não inferior a 50% (cinqüenta por cento) da população estimada.
- III – Centro urbano já constituído, com um número de casas superior a:
- a) 200 (duzentas), na região Norte;
 - b) 400 (quatrocentas), na região Centro-Oeste;
 - c) 600 (seiscentas), na região Nordeste;
 - d) 800 (oitocentas), na região Sul;
 - e) 1.000 (mil), na região Sudeste.

§ 1º Não será permitida a criação de municípios se a medida resultar, para os municípios de origem, na perda dos requisitos estabelecidos neste artigo.

§ 2º Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o do inciso II pela Justiça Eleitoral.

Art. 4º O órgão responsável pelo planejamento do Estado expedirá os estudos de viabilidade municipal, cujo relatório será peça integrante do processo legislativo de criação do novo município.

Art. 5º A Assembléia Legislativa, após a comprovação do atendimento dos requisitos estabelecidos no art. 3º e observadas as demais disposições desta lei, votará o competente Decreto Legislativo autorizando a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações do município remanescente e daquele que se deseja criar.

Art. 6º Se o resultado do plebiscito for favorável, a Assembléia Legislativa votará o Projeto de Lei criando o novo município, o qual mencionará:

I – O nome do município, que será o mesmo da sua sede.

II – Os limites territoriais do município, definidos em linha geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

III – A Comarca Judiciária da qual fará parte, até a instalação da sua própria Comarca.

IV – O dia da eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores.

V – O dia da instalação do município.

Parágrafo único. Os Tribunais Regionais Eleitorais tomarão as providências para atender ao disposto nos incisos IV e V deste artigo.

Art. 7º Não será criado nenhum município com topônimo igual ao de outro já existente no país, cabendo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística prestar todas as informações a esse respeito.

Art. 8º O novo município será instalado em solenidade presidida pelo juiz presidente da Zona Eleitoral à qual pertença e terá início com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, que elegerão a respectiva Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O juiz que presidir a solenidade de instalação do novo município fará comunicação desse ato ao chefe dos poderes constituídos da República e do Estado respectivo, e também ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o devido registro e providências, anexando cópia da Ata de instalação.

Art. 9º Enquanto não tiver legislação própria, o município recém-instalado será regido pelas leis do município do qual foi desmembrado.

Parágrafo único. No caso de município criado com território desmembrado de mais de um município, a lei de criação da nova unidade estabelecerá o município cuja legislação será observada pelo município recém-criado.

Art. 10. Os bens municipais, móveis e imóveis existentes no município recém-instalado passam para o domínio deste, independentemente de indenização, e serão transcritos no livro de bens patrimoniais, depois de inventariados.

Art. 11. Os municípios podem incorporar áreas territoriais desmembradas de outros municípios, desde que a proposta seja aprovada pelas populações dos municípios envolvidos, as quais serão consultadas, previamente, mediante plebiscito.

§ 1º O processo de incorporação de áreas territoriais desmembradas de outros municípios terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa do Estado, assinada por mais de 100 cem eleitores domiciliados na área territorial que se pretende incorporar, com as respectivas firmas reconhecidas.

§ 2º A representação de que trata o parágrafo anterior deverá ser instruída com mapas e memorial descritivo do território do município incorporador, incluída a área incorporada.

§ 3º Se o resultado do plebiscito for favorável, a Assembléia Legislativa votará o projeto de lei estabelecendo os novos limites territoriais do município incorporador.

§ 4º Sancionada a lei fixando os novos limites municipais, a Assembléia Legislativa fará comunicação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o devido registro e providências.

Art. 12. Os bens municipais, móveis e imóveis existentes na área territorial desmembrada passam para o domínio do município incorporador, independentemente de indenização, e serão transcritos no livro de bens patrimoniais, depois de inventariados.

Art. 13. O processo de criação de município que resulte da fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios dispensará a verificação dos requisitos estabelecidos no art. 3º desta lei e dependerá da aprovação de dois terços dos membros das Câmaras de Vereadores dos municípios interessados.

§ 1º O plebiscito consistirá na consulta às populações dos municípios sobre sua concordância com a fusão e sobre a sede do novo município.

§ 2º Se o resultado do plebiscito for favorável, a Assembléia Legislativa votará o projeto de lei criando o novo município e estabelecendo a sua sede, observado o disposto nos arts. 6º e 7º desta lei.

§ 3º A instalação de município nascido da fusão de dois ou mais municípios observará ao disposto no art. 8º desta lei.

§ 4º O município nascido da fusão de dois ou mais municípios absorverá todos os bens patrimoniais e todos os servidores públicos municipais dos municípios fundidos, sem prejuízo do seu tempo de serviço e dos demais direitos previdenciários.

Art. 14. Os municípios podem modificar o seu topônimo, desde que a proposta seja aprovada pela população que será consultada, previamente, mediante plebiscito.

§ 1º A proposta de mudança de topônimo de município será encaminhada à Assembléia Legislativa pela respectiva Câmara Municipal, após a aprovação de dois terços de seus membros.

§ 2º Se o resultado do plebiscito for favorável, a Assembléia Legislativa votará o projeto de lei mudando o topônimo do município.

§ 3º Sancionada a lei que dá novo topônimo ao município, a Assembléia Legislativa fará comunicação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para as devidas providências.

Art. 15. Os plebiscitos tratados nesta lei, cujas despesas serão custeadas pelo município ou Estado interessado, serão realizados pela Justiça Eleitoral no prazo máximo de noventa dias, contados da data da publicação dos Decretos Legislativos que os autorizaram.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todas as constituições brasileiras do período republicano, com exceção da atual, ao estabelecerem que o Brasil era uma República Federativa constituída pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, indicavam, de forma clara, que os municípios eram, apenas, parte territorial dos Estados e dos Territórios Federais que existiam à época.

Os constituintes de 1988, todavia, ao elaborarem a nova Carta Magna, decidiram que os Municípios brasileiros, mesmo sendo parte territorial dos Estados Federados, deveriam ser, também, integrantes da União Federal. E assim, ao estabelecerem no art. 1º da Constituição que o Brasil é uma República Federativa, “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal” (o grifo é nosso), os doutos constituintes de 1988 elevaram os municípios brasileiros à condição de ente federado, parte integrante da União Federal, situando-os, por conseguinte, no mesmo nível dos Estados e do Distrito Federal.

Assim parece evidente que deveria caber à União, e somente a ela, a competência de estabelecer critérios e procedimentos para a criação de novos Municípios no país. Afinal, a partir da promulgação da atual Constituição, os Municípios brasileiros são parte integrante da União Federal e não apenas parte territorial dos Estados.

Contudo, surpreendentemente, o art. 18, § 4º, da nossa Lei Maior, deu aos Estados a competência de editarem leis complementares estabelecendo os critérios e as normas para a criação de novos Municípios, como se estes ainda fossem, apenas, parte territorial dos Estados da Federação.

Não há como negar que o disposto no referido art. 18, § 4º, da nossa atual Constituição, foi um equívoco dos constituintes de 1988 e que acabou por permitir o estabelecimento de critérios tão díspares para a criação de novos municípios, de estado para estado, que obrigou o Congresso Nacional a promulgar a Emenda Constitucional nº 15, em 12 de setembro de 1996, devolvendo à União a competência do estabelecimento desses critérios, normas e procedimentos.

Aliás, sobre o assunto, e até mesmo para ilustrar, é bom lembrar que a Constituição de 1967, que tratava os municípios apenas como parte territorial dos estados, estabelecia, em seus arts. 14 e 15, que os municípios seriam criados por lei estadual e que seriam observados os critérios definidos em lei complementar federal. Daí a edição da Lei Complementar Federal nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelecia “os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios”.

Ressalte-se que a referida Lei Complementar Federal nº 1, em seu art. 2º, ao dispor sobre os requisitos mínimos para a criação de novos municípios, o fazia de maneira uniforme para todo o território nacional, o que, seguramente, mantinha o controle sobre o processo de criação de novos municípios no Brasil, evitando-se, destarte, o cometimento de excessos, como aqueles que ocorreram sob a égide da Constituição de 1988.

Por essa ótica, é óbvio, foi e continua sendo elogiável a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, que retirou dos Estados a competência de estabelecerem, cada qual, o seu próprio critério para a criação de novos municípios, não só para evitar os excessos cometidos em alguns Estados da Federação, mas, principalmente, para devolver ao Congresso Nacional essa competência que, aliás, nunca deveria ter sido transferida para os Estados, porque os municípios são, a partir da promulgação da nossa atual Lei Maior, parte integrante da União Federal e não apenas parte territorial dos estados, como era no passado.

No entanto, senhoras e senhores Senadores, a edição da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não pode ser entendida como uma medida restritiva, que tenha sido trazida ao mundo jurídico apenas para impedir a criação de novos municípios, até porque o Brasil possui um território de dimensões continentais, uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes e uma economia que, apesar dos pesares, cresce a cada ano.

É certo que no passado, graças às leis complementares estaduais que regulavam essa matéria, foram cometidos excessos em algumas Unidades da Federação. Todavia, não é porque tenha havido erros no passado que agora simplesmente se vai proibir a criação de novos municípios no Brasil. Ademais, a Emenda Constitucional nº 15, de 1996 não proíbe a criação de novos municípios. Ela apenas exige que o Congresso Nacional edite uma lei complementar para regulamentar essa matéria, coisa que, lamentavelmente, nunca ocorreu até hoje e por isso o Brasil, tem vivido um período de mais de 11 anos sem nenhum diploma legal que trate deste assunto. E o Senado, ilustres pares, não pode, em face de suas responsabilidades históricas, ficar silente diante de um quadro como este.

E é por isso que apresento à consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei Complementar que, além de regulamentar a Emenda Constitucional nº 15, estabelece os requisitos mínimos para a criação de novos municípios no Brasil, trata do momento em que é permitida a sua instalação e de suas

alterações territoriais, bem como da mudança de topônimo e outros procedimentos.

Diferentemente da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelecia requisitos uniformes para todo o país, o presente Projeto de Lei propõe um tratamento diferenciado de região para região, em respeito à densidade demográfica de cada uma delas.

E óbvio que se a distribuição espacial da população fosse uniforme por todo o território brasileiro, indiscutivelmente seria acertada a aplicação de critérios uniformes para todo o País. O que não é o caso do Brasil.

Por isso, no que se refere ao quesito população e número de casas do centro urbano da sede do município que se pretende criar, entendemos que deve ser dado um tratamento diferenciado para cada região, observando-se, como já dito, a densidade demográfica de cada uma delas.

Assim, para o Norte, imaginamos ser razoável a exigência de uma população superior a 5.000 habitantes e um número de casas superior a 200, na sede do município que se pretende criar, para que uma determinada área territorial possa ser transformada em município autônomo. E, a partir daí, tomando-se por base esses números e aplicando-se uma progressão aritmética de razão igual a 5.000 para o quesito população e de 200 para o número de casas dos centros urbanos, chegaremos aos dados que irnaginianos serem aplicáveis para as demais regiões do país, como a seguir veremos:

REGIÃO	HABITANTES	Nº DE CASAS
1 - Norte	5.000	200
2 - Centro-Oeste	10.000	400
3 - Nordeste	15.000	600
4 - Sul	20.000	800
5 - Sudeste	25.000	1.000

Considerando a média de 5 (cinco) pessoas por residência (que é a média usada pela Fundação IBGE), teremos uma constante de 26% da população estabelecida nos centros urbanos das sedes dos municípios que se pretende criar.

Afora essa avaliação matemática, entendemos também que os números constantes da tabela acima, além de não tornarem proibitivas as iniciativas para a criação de novos municípios, nas várias regiões geográficas do país, impedem que esses procedimentos sejam vistos como uma indústria de transformação de simples aglomerados humanos em municípios, cuja autonomia, em muitos casos, não pode ser olhada como a solução de desenvolvimento para essas comunidades.

Mas o presente Projeto de Lei Complementar não trata apenas da criação de novos municípios no Brasil. Trata também, e com especial atenção, do processo de sua instalação, da incorporação de áreas territoriais, fusão, correção de limites, mudança de toponímia, etc.

Creio que o Projeto de Lei que trago à apreciação do Senado Federal disciplina com rigor os assuntos pertinentes ao processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, na forma como foi preceituado no art. 18, § 4º, da nossa Carta Magna, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.

Espero contar com o apoio dos nobres colegas do Senado.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996)

LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único. O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I – população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II – eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III – centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV – arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

§ 1º Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta lei.

§ 2º Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de nº II pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo estado e o de número IV, pelo órgão fazendário estadual.

§ 3º As Assembléias Legislativas dos estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 1º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3º As Assembléias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de município.

Parágrafo único. A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resoluções expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os seguintes preceitos:

I – residência do votante há mais de 1 (um) ano, na área a ser desmembrada;

II – cédula oficial, que conterà as palavras “Sim” ou “Não”, indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do município.

Art. 4º Para a criação de município que resulte de fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios com a extinção destes, é dispensada a verificação dos requisitos do art. 2º.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o plebiscito consistirá na consulta às populações interessadas sobre sua concordância com a fusão e a sede do novo município.

Art. 5º Somente será admitida a elaboração de lei que crie município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem as urnas, em manifestação a que se tenha apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos eleitores inscritos. (Redação dada pela LCP nº 32 de 1977)

§ 1º Os municípios somente serão instalados com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea com a daqueles municípios já existentes, ressalvado o disposto no art. 16, § 1º, da Constituição.

§ 2º A exigência deste artigo se estende ao caso de fusão de municípios.

Art. 6º A criação e qualquer alteração territorial do município somente serão feitas no período fixado na lei que dispõe, em cada estado, sobre organização municipal (Lei Orgânica dos Municípios). (Redação dada pela LCP nº 39 de 10-12-1980) (Vide Art. 18 § 4º CF)

Parágrafo único. A criação ou supressão de distritos, subdistritos e de suas sedes, bem como o desmembramento do seu território, no todo ou em parte, para anexação a outro município, dependerão sempre de aprovação das Câmaras Municipais interessadas, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos seus membros. (Redação dada pela LCP nº 39, de 10-12-1980)

Art. 7º Não se inclui nas exigências desta lei a criação de municípios nos territórios federais.

Art. 8º A lei que criar o novo município definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

Art. 9º Visando a eliminar a repetição de topônimos de cidades e vilas, são estabelecidas as seguintes regras: (Artigo incluído pela LCP nº 46, de 21-8-1984)

I – quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, promover-se-á a alteração do topônimo, ficando com a denominação original a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária,

na seguinte ordem de precedência: capital, sede de comarca, sede de município e sede de distrito;

II – no caso de haver mais de uma localidade com o mesmo nome, este prevalecerá para a que o possuir há mais tempo;

III – na designação de novos topônimos, não serão utilizados designações de datas ou nomes de pessoas vivas.

Art. 10. Serão admitidas exceções às regras do artigo anterior, quanto ao direito de prioridade à nomenclatura, se acorrerem motivos imperiosos, mediante acordo entre as Unidades Federativas interessadas. (Artigo incluído pela LCP nº 46, de 21-8-1984)

Art. 11. Ao propor a alteração da organização e da divisão judiciária, na forma prescrita no § 5º do art. 144 da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça anexará informação previamente solicitada à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de que a Assembléia Legislativa, se for o caso, promova a eliminação das repetições de topônimos existentes. (Artigo incluído pela LCP nº 46, de 21-8-1984)

Art. 12. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a Assembléia Legislativa poderá solicitar informações à fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas a alterar a denominação de localidade do Estado ou provocar essa providência em outros Estados da Federação. (Artigo incluído pela LCP nº 46 de 21-8-1984)

Art. 13. Os projetos de criação ou de alteração da denominação de município ou distrito deverão ser instruídos com informação da Fundação IBGE sobre inexistência de topônimo correlato, na mesma ou em outra unidade da federação. (Artigo incluído pela LCP nº 46, de 21-8-1984)

Art. 14. Independentemente do disposto nos arts. 11 e 12 desta Lei, a Fundação IBGE encaminhará, no início do período de que trata o art. 6º da mesma, às Assembléias Legislativas, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a relação dos municípios, em ordem alfabética, com indicação do estado ou território em que se situem, a data da fundação e a categoria administrativa ou judiciária, para fins do disposto no art. 9º. (Artigo incluído pela LCP nº 46, de 21-8-1984)

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. (Artigo Renumerado pela LCP nº 46, de 21-8-1984)

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário. (Artigo Renumerado pela LCP nº 46, de 21-8-1984)

Brasília, 9 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2008

Altera o art. 1.122 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e o inciso III do § 2º do art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), e revoga os §§ 2º e 3º do art. 3º da mesma Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio) e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, afim de suprimir, nas separações judiciais, a necessidade da audiência de ratificação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.122 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.122. Apresentada a petição ao juiz, este verificará se ela preenche os requisitos exigidos nos arts. 1.120 e 1.121 desta Lei, ouvindo, em seguida, o Ministério Público no prazo de cinco dias, decidindo, depois, sobre a sua homologação.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado). (NR)”

Art. 2º O inciso III do § 2º do art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.

.....

§ 2º

.....

III — se houver prova testemunhal, ela será produzida em audiência designada para esse fim;

..... ” (NR)

Art. 3º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 1.122 do Código de Processo Civil instituiu, como pressuposto de desenvolvimento válido do procedimento da separação judicial consensual, a audiência prévia de ratificação, tendo sido estabelecido que o casal deverá ser pessoalmente ouvido pelo juiz, logo em seguida à apresentação da petição inicial, a fim de ser inquirido sobre os motivos da separação,

propiciando, assim – em tese –, a tentativa de conciliação, bem como para que o casal seja esclarecido sobre os efeitos jurídicos do rompimento.

Igualmente, por força da aplicação do que dispõem os §§ 1º e 2º do art. 3º e o inciso III do § 2º do art. 40, todos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, exige-se a realização de audiência de ratificação não somente para as separações consensuais, como para as litigiosas e também para o divórcio direto.

Ocorre que, na prática, esse ato tomou-se uma mera formalidade procedimental muito constrangedora para o casal, com escassos ou nenhum resultado conciliatório efetivo, em descompasso, inclusive, com as mais recentes reformas do Código de Processo Civil, particularmente a veiculada pela Lei nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, que, ao acrescentar o art. 1.124-A ao mesmo Capítulo do Código que trata “Da Separação Consensual”, não previu a mesma exigência quando a separação e o divórcio consensual forem realizados extrajudicialmente, por escritura pública.

Desse modo, faz-se necessário o aperfeiçoamento da legislação pertinente, com vistas à sistematização procedimental, assim como para a agilizar os feitos judiciais e evitar um constrangimento das partes que, na prática, tem se mostrado inócuo, razão pela qual contamos com o irrestrito apoio dos ilustres pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO III

Da Separação Consensual

Art. 1.120. A separação consensual será requerida em petição assinada por ambos os cônjuges.

§ 1º Se os cônjuges não puderem ou não souberem escrever, é lícito que outrem assine a petição a rogo deles.

§ 2º As assinaturas, quando não lançadas na presença do juiz, serão reconhecidas por tabelião.

Art. 1.121. A petição, instruída com a certidão de casamento e o contrato antenupcial se houver, conterà:

I – a descrição dos bens do casal e a respectiva partilha;

II – o acordo relativo à guarda dos filhos menores e ao regime de visitas; (Redação dada pela Lei nº 11.112, de 2005)

III – o valor da contribuição para criar e educar os filhos;

IV – a pensão alimentícia do marido à mulher, se esta não possuir bens suficientes para se manter.

§ 1º Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta, depois de homologada a separação consensual, na forma estabelecida neste Livro, Título I, Capítulo IX. (Renumerado do parágrafo único, pela Lei nº 11.112, de 2005)

§ 2º Entende-se por regime de visitas a forma pela qual os cônjuges ajustarão a permanência dos filhos em companhia daquele que não ficar com sua guarda, compreendendo encontros periódicos regularmente estabelecidos, repartição das férias escolares e dias festivos. (Incluído pela Lei nº 11.112, de 2005)

Art. 1.122. Apresentada a petição ao juiz, este verificará se ela preenche os requisitos exigidos nos dois artigos antecedentes; em seguida, ouvirá os cônjuges sobre os motivos da separação consensual, esclarecendo-lhes as conseqüências da manifestação de vontade.

§ 1º Convencendo-se o juiz de que ambos, livremente e sem hesitações, desejam a separação consensual, mandará reduzir a termo as declarações e, depois de ouvir o Ministério Público no prazo de 5 (cinco) dias, o homologará; em caso contrário, marcar-lhes-á dia e hora, com 15 (quinze) a 30 (trinta) dias de intervalo, para que voltem a fim de ratificar o pedido de separação consensual.

§ 2º Se qualquer dos cônjuges não comparecer à audiência designada ou não ratificar o pedido, o juiz mandará autuar a petição e documentos e arquivar o processo.

LEI Nº 6.615, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977

Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

SEÇÃO I

Dos Casos e Efeitos da Separação Judicial

Art. 3º A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido.

§ 1º O procedimento judicial da separação caberá somente aos cônjuges, e, no caso de incapacidade, serão representados por curador, ascendente ou irmão.

§ 2º O juiz deverá promover todos os meios para que as partes se reconciliem ou transijam, ouvindo pessoal e separadamente cada uma delas e, a seguir, reunindo-as em sua presença, se assim considerar necessário.

§ 3º Após a fase prevista no parágrafo anterior, se os cônjuges pedirem, os advogados deverão ser chamados a assistir a aos entendimentos e deles participar.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 40. No caso de separação de fato, e desde que completados 2 (dois) anos consecutivos, poderá ser promovida ação de divórcio, na qual deverá ser comprovado decurso do tempo da separação. (Redação dada pela Lei nº 7.841, de 17-10-1989)

~~§ 1º O divórcio, com base neste artigo, só poderá ser fundado nas mesmas causas previstas nos artigos 4º e 5º e seus parágrafos. (Redação dada pela Lei nº 7.841, de 17-10-1989)~~

§ 2º No divórcio consensual, o procedimento adotado será o previsto nos artigos 1.120 a 1.124 do Código de Processo Civil, observadas, ainda, as seguintes normas:

I – a petição conterà a indicação dos meios probatórios da separação de fato, e será instruída com a prova documental já existente;

II – a petição fixará o valor da pensão do cônjuge que dela necessitar para sua manutenção, e indicará as garantias para o cumprimento da obrigação assumida;

III – se houver prova testemunhal, ela será produzida na audiência de ratificação do pedido de divórcio a qual será obrigatoriamente realizada;

IV – a partilha dos bens deverá ser homologada pela sentença do divórcio.

§ 3º Nos demais casos, adotar-se-á o procedimento ordinário.

.....
LEI Nº 968, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1949

Estabelece a fase preliminar de conciliação ou acordo nas causas de desquite litigioso ou de alimentos, inclusive os provisionais, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Nas causas de desquite litigioso e de alimentos, inclusive os provisionais, o juiz, antes de despachar a petição inicial, logo que esta lhe seja apresentada, promoverá todos os meios para que as partes se reconciliem, ou transijam, nos casos e segundo a forma em que a lei permite a transação.

Art. 2º Para os fins do artigo anterior, o juiz, pessoalmente, ouvirá os litigantes, separada ou conjuntamente, e poderá ainda determinar as diligências que julgar necessárias.

Parágrafo único. Salvo impedimento das partes, ou seu expresso consentimento, a audiência das mesmas e mais diligências serão efetuadas em prazo não maior de trinta dias.

Art. 3º Obtida a reconciliação, o juiz, em despacho, fará constar o fato da inicial, que devolverá ao autor, com todos os documentos e traslados, se houver, e mandará cancelar a distribuição. Antes da devolução, o réu poderá pedir, para seu documento, as certidões que quiser.

Art. 4º Se não conseguir a reconciliação dos cônjuges, nos casos de desquite litigioso, em se tratando de casamento realizado há mais de dois anos, o juiz promoverá a solução do litígio por meio de desquite amigável, que, se for aceito, será processado na forma da legislação em vigor.

Art. 5º Conseguida a transação entre as partes, o juiz mandará autuar a petição inicial e documentos, e determinará que seja o acordo reduzido a termo, por elas assinado, ou, a seu rogo, se não souberem ler ou não puderem escrever, a fim de ser por ele homologado, após ouvir o Ministério Público.

Art. 6º Verificada a impossibilidade de solução aplicável, inclusive pela falta de comparecimento de qualquer dos litigantes, o juiz despachará a petição, mandará lavrar termo do ocorrido e determinará a cita-

ção do réu para se defender no processo, que seguirá o curso estabelecido na lei.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1949; 128º da Independência e 61º da República. – **EURICO G. DUTRA – Adroaldo Mesquita da Costa.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2008

(Do Sr. Fernando Collor)

Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio redação dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa as seguintes alterações:

“Art. 17. A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será de sete por cento sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

§ 1º

III – vinte cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão destinados ao Fundo do Exército, criado pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 6º-A. Além da alíquota prevista no art. 6º desta Lei, deverá ser recolhido cinco décimos por cento ao Fundo do Exército, criado pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965,

também a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais”.

Art. 3º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com redação dada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 50-A. Aos **royalties** recolhidos na forma dos artigos 48 e 49 desta Lei, acrescer-se-ão cinco décimos por cento, também a título de **royalties**, que se destinarão ao Fundo do Exército, criado pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965.”

“Art. 50-B. A arrecadação de participação especial sobre a produção de hidrocarbonetos que iniciar a partir da vigência desta Lei, será distribuída na seguinte proporção, mantidas as aplicações previstas no art. 50 desta Lei:

I – trinta e sete por cento ao Ministério de Minas e Energia;

II – dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

III – trinta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV – dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

V – treze por cento para o Fundo do Exército.”

Art. 5º O inciso I do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.310, de 8 de fevereiro de 1974, passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas:

“Art. 2º

I –

e) os recursos provenientes de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com redação dada por esta Lei;

f) os recursos provenientes de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada por esta Lei;

g) os recursos provenientes de **royalties** e de participações especiais sobre a produção de petróleo, de que trata a Lei nº 9.478,

de 6 de agosto de 1997, com redação dada por esta Lei.

..... (NR)”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Exército Brasileiro tem como missão precípua assegurar a defesa da Nação, contribuir para a dissuasão de ameaças aos interesses nacionais, garantir a integridade territorial, entre outras nobres missões. O Exército tem ainda forte compromisso com a solidariedade, manifestada, sobretudo, na assistência às populações mais carentes, em especial aquelas situadas nas regiões mais remotas do território nacional, bem como em situações de calamidade pública.

No âmbito de suas funções, o Exército prepara o Plano de Segurança Integrada, onde são levantadas todas as instalações consideradas sensíveis, cuja interrupção de funcionamento poderia acarretar grave perturbação à vida das pessoas e à atividade econômica. Entre elas estão as usinas hidroelétricas, as minas e os poços de petróleo e gás natural.

Entretanto, é notória a insuficiência de recursos para fazer frente a essa nobre missão. Conquanto o Exército Brasileiro venha realizando suas atividades com dedicação e competência, não se pode ignorar que o pleno atendimento de suas atribuições só se faz com recursos financeiros em montante muito superior ao que recebe atualmente.

O Exército é a única das três Forças Armadas que só recebe recursos fiscais para fazer frente às suas necessidades institucionais. A Aeronáutica recebe recursos oriundos do transporte aéreo. E a Marinha recebe recursos dos **royalties** de petróleo. É justo, portanto, que a Força Terrestre também tenha fonte extra-fiscal para prover recursos visando à sua modernização.

O projeto de lei que trago à apreciação do Congresso Nacional visa exatamente a instituir essa alternativa de recursos para o Exército brasileiro. As compensações financeiras pela exploração de recursos minerais, de potenciais hidráulicos e de hidrocarbonetos, podem ser uma valiosa fonte de recursos, permitindo, assim, que o Fundo do Exército seja um instrumento importante para a modernização das forças terrestres, até para bem proteger essas atividades econômicas.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Fernando Collor**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

Art. 17. A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será de seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. (Redação dada pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 1º Da compensação financeira de que trata o caput: (Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000)

I – seis por cento do valor da energia produzida serão distribuídos entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada por esta Lei; (Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000)

II – setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida serão destinados ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do disposto nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000)

§ 2º A parcela a que se refere o inciso II do § 1º constitui pagamento pelo uso de recursos hídricos e será aplicada nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997. (Incluído pela Lei nº 9.984, de 2000)

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

Art. 6º A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial. (Vide Lei nº 8.001, de 1990)

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

III - (Vetado).

§ 3º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

III - (Vetado).

LEI Nº 11.097, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

XII - incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional."
(NR)

Art. 2º Fica introduzido o biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

§ 1º O prazo para aplicação do disposto no caput deste artigo é de 8 (oito) anos após a publicação desta Lei, sendo de 3 (três) anos o período, após essa publicação, para se utilizar um percentual mínimo obrigatório intermediário de 2% (dois por cento), em volume. (Regulamento)

§ 2º Os prazos para atendimento do percentual mínimo obrigatório de que trata este artigo podem ser reduzidos em razão de resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, observados os seguintes critérios:

I - a disponibilidade de oferta de matéria-prima e a capacidade industrial para produção de biodiesel;

II - a participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas;

III - a redução das desigualdades regionais;

IV - o desempenho dos motores com a utilização do combustível;

V - as políticas industriais e de inovação tecnológica.

§ 3º Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP definir os limites de variação admissíveis para efeito de medição e aferição dos percentuais de que trata este artigo.

§ 4º O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados no **caput** deste artigo terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista. (Incluído pela Lei nº 11.116, de 2005)

Art. 3º O inciso IV do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas;

....." (NR)

Art. 4º O art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido dos incisos XXIV e XXV, com a seguinte redação:

"Art. 6º

.....

XXIV - Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil." (NR)

Art. 5º O Capítulo IV e o caput do art. 7º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO IV
DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO,
GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

.....

Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

....." (NR)

Art. 6º O art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com

ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

.....

VII - fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

.....

IX - fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;

.....

XI - organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

.....

XVI - regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

XVII - exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;

XVIII - especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis." (NR)

Art. 7º A alínea d do inciso I e a alínea f do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49.

I -

.....

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

II -
.....

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

....." (NR)

Art. 8º O § 1º do art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º O abastecimento nacional de combustíveis é considerado de utilidade pública e abrange as seguintes atividades:

I - produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação do petróleo, gás natural e seus derivados;

II - produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação do biodiesel;

III - comercialização, distribuição, revenda e controle de qualidade de álcool etílico combustível.

..... (NR)

Art. 9º Os incisos II, VI, VII, XI e XVIII do art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

.....

II - importar, exportar ou comercializar petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis em quantidade ou especificação diversa da autorizada, bem como dar ao produto destinação não permitida ou diversa da autorizada, na forma prevista na legislação aplicável:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

.....

VI - não apresentar, na forma e no prazo estabelecidos na legislação aplicável ou, na sua ausência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os documentos comprobatórios de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

VII - prestar declarações ou informações inverídicas, falsificar, adulterar, inutilizar, simular ou alterar registros e escrituração de livros e outros documentos exigidos na legislação aplicável, para o fim de receber indevidamente valores a título de benefício fiscal ou tributário, subsídio, ressarcimento de frete, despesas de transferência, estocagem e comercialização:

Multa - de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

.....

XI - importar, exportar e comercializar petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis fora de especificações técnicas, com vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

.....

XVIII - não dispor de equipamentos necessários à verificação da qualidade, quantidade estocada e comercializada dos produtos derivados de petróleo, do gás natural e seus derivados, e dos biocombustíveis:

Multa - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)." (NR)

Art. 10. O art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIX:

"Art. 3º

.....
XIX - não enviar, na forma e no prazo estabelecidos na legislação aplicável, as informações mensais sobre suas atividades:

Multa - de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)." (NR)

Art. 11. O art. 5º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas, a fiscalização poderá, como medida cautelar:

I - interditar, total ou parcialmente, as instalações e equipamentos utilizados se ocorrer exercício de atividade relativa à indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis sem a autorização exigida na legislação aplicável;

II - interditar, total ou parcialmente, as instalações e equipamentos utilizados diretamente no exercício da atividade se o titular, depois de outorgada a autorização, concessão ou registro, por qualquer razão deixar de atender a alguma das condições requeridas para a outorga, pelo tempo em que perdurarem os motivos que deram ensejo à interdição;

III - interditar, total ou parcialmente, nos casos previstos nos incisos II, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII do art. 3º desta Lei, as instalações e equipamentos utilizados diretamente no exercício da atividade outorgada;

IV - apreender bens e produtos, nos casos previstos nos incisos I, II, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII do art. 3º desta Lei.

....." (NR)

Art. 12. O art. 11 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 11. A penalidade de perdimento de produtos apreendidos na forma do art. 5º, inciso IV, desta Lei, será aplicada quando:

.....
V - o produto apreendido não tiver comprovação de origem por meio de nota fiscal.

....." (NR)

Art. 13. O caput do art. 18 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Os fornecedores e transportadores de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

....." (NR)

Art. 14. O art. 19 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Para os efeitos do disposto nesta Lei, poderá ser exigida a documentação comprobatória de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização dos produtos sujeitos à regulação pela ANP." (NR)

Art. 15. O art. 4º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 4º

.....

VII - o fomento a projetos voltados à produção de biocombustíveis, com foco na redução dos poluentes relacionados com a indústria de petróleo, gás natural e seus derivados.

....." (NR)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Dilma Vana Rousseff

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.1.2005

DECRETO-LEI Nº 1.310, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1974

Altera a legislação referente ao Fundo do Exército, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, itens I e II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O Fundo do Exército, instituído pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965, é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar a provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços, inclusive programas de ensino e de assistência social, que, a juízo do Ministro do Exército, se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento a suas missões.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo do Exército:

I - para aplicação sujeita às normas gerais de planejamento, programação e orçamentação:

a) a dotação consignada, anualmente, no Orçamento Geral da União, na forma estabelecida na letra c do artigo 3º, da Lei nº 4.617 de 15 de abril de 1965;

b) o produto das operações realizadas de conformidade com a Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970;

c) as indenizações relativas a dotações orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados;

d) os recursos provenientes de empréstimos ou financiamentos contraídos no País ou no Exterior;

II - para outras aplicações, constituindo uma reserva de contingência:

a) as importâncias resultantes das percentagens fixadas pelo Ministro do Exército sobre saldos líquidos mensais de atividades comerciais ou industriais de órgãos do Ministério do Exército;

b) os saldos anuais não aplicados das atividades de suprimento de subsistência;

c) o produto de arrendamento ou alienação de bens móveis de Exército bem como de indenizações de material extraviado ou danificado;

d) as rendas provenientes de exploração, inclusive arrendamento, de imóveis jurisdicionados ao Ministério do Exército, devendo, no último caso, ser comunicada a ocorrência ao órgão próprio responsável pelo patrimônio da União;

e) as indenizações e multas resultantes da aplicação da legislação referente à fiscalização de produtos controlados pelo Ministério do Exército;

f) as rendas provenientes de serviços de qualquer espécie prestados pelo Ministério do Exército a Órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, desde que não previstos em Planos de Cooperação aprovados;

g) os rendimentos líquidos das operações financeiras do próprio Fundo, deduzida a parcela correspondente à remuneração dos serviços de sua administração;

h) subvenções, contribuições, doações e legados;

i) quaisquer outros recursos que lhe forem expressamente atribuídos.

Art. 3º O Fundo do Exército será administrado pelo Ministro do Exército.

Art. 4º Os recursos de que trata o artigo 2º serão depositados no Banco do Brasil S.A., a crédito do Fundo do Exército.

Parágrafo único. Os saldos verificados no fim de cada exercício financeiro serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do referido Fundo.

Art. 5º Serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., a crédito do Fundo do Exército, os recursos dos órgãos autônomos do Ministério do Exército, estabelecidos com base no Art. 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Aplica-se aos saldos dos recursos de que trata este artigo o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 6º A escrituração do Fundo do Exército obedecerá às normas gerais de administração financeira, contabilidade e auditoria.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo serão contabilizados em títulos próprios, segundo a sua natureza na forma que for estabelecida em Regulamento.

Art. 7º O poder Executivo baixará no prazo de 60 dias, contados da data de vigência deste Decreto-lei a regulamentação que se fizer necessária a sua execução.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Orlando Geisel

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional

Art. 1º As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

I - preservar o interesse nacional;

II - promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;

III - proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

IV - proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;

V - garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal;

VI - incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;

VII - identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;

VIII - utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;

IX - promover a livre concorrência;

X - atrair investimentos na produção de energia;

XI - ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

XII - incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

CAPÍTULO II

Do Conselho Nacional de Política Energética

Art. 2º Fica criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a:

I - promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com os princípios enumerados no capítulo anterior e com o disposto na legislação aplicável;

II - assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios;

III - rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;

~~IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, de álcool, do carvão e da energia termonuclear;~~

IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

V - estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

VI - sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica, considerando o planejamento de longo, médio e curto prazos, podendo indicar empreendimentos que devam ter prioridade de licitação e implantação, tendo em vista seu caráter estratégico e de interesse público, de forma que tais projetos venham assegurar a otimização do binômio modicidade tarifária e confiabilidade do Sistema Elétrico. (Incluído pela lei nº 10.848, de 2004)

§ 1º Para o exercício de suas atribuições, o CNPE contará com o apoio técnico dos órgãos reguladores do setor energético.

§ 2º O CNPE será regulamentado por decreto do Presidente da República, que determinará sua composição e a forma de seu funcionamento.

CAPÍTULO III

Da Titularidade e do Monopólio do Petróleo e do Gás Natural

SEÇÃO I

Do Exercício do Monopólio

Art. 3º Pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.

Art. 4º Constituem monopólio da União, nos termos do art. 177 da Constituição Federal, as seguintes atividades:

I - a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II - a refinação de petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e de gás natural.

Art. 5º As atividades econômicas de que trata o artigo anterior serão reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

SEÇÃO II

Das Definições Técnicas

Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - *Petróleo*: todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;

II - *Gás Natural ou Gás*: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros;

III - *Derivados de Petróleo*: produtos decorrentes da transformação do petróleo;

IV - *Derivados Básicos*: principais derivados de petróleo, referidos no art. 177 da Constituição Federal, a serem classificados pela Agência Nacional do Petróleo;

V - *Refino ou Refinação*: conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados de petróleo;

VI - *Tratamento ou Processamento de Gás Natural*: conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização;

VII - *Transporte*: movimentação de petróleo e seus derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII - *Transferência*: movimentação de petróleo, derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

IX - *Bacia Sedimentar*: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não;

X - *Reservatório ou Depósito*: configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não;

XI - *Jazida*: reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção;

XII - *Prospecto*: feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de petróleo ou gás natural;

XIII - *Bloco*: parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural;

XIV - Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção;

XV - Pesquisa ou Exploração: conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural;

XVI - Lavra ou Produção: conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação;

XVII - Desenvolvimento: conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de um campo de petróleo ou gás;

XVIII - Descoberta Comercial: descoberta de petróleo ou gás natural em condições que, a preços de mercado, tornem possível o retorno dos investimentos no desenvolvimento e na produção;

XIX - Indústria do Petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados;

XX - Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXI - Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXII - Distribuição de Gás Canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal;

XXIII - Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais.

XXIV - Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil; (Incluído pela Lei nº 11.097, de 2005)

XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil. (Incluído pela Lei nº 11.097, de 2005)

CAPÍTULO IV

~~Da Agência Nacional do Petróleo~~

DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO,
GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
(Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

SEÇÃO I

Da Instituição e das Atribuições

~~Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo - ANP, entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, vinculado ao Ministério de Minas e Energia.~~

Art. 7º Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

Parágrafo único. A ANP terá sede e foro no Distrito Federal e escritórios centrais na cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas regionais.

~~Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, cabendo-lhe:~~

~~I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo o território nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;~~

Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe: (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

II - promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;

III - regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não-exclusivas;

IV - elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V - autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, transporte, importação e exportação, na forma estabelecida nesta Lei e sua regulamentação;

VI - estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos nesta Lei;

~~VII - fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;~~

VII - fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

VIII - instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;

~~IX - fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, dos derivados e de gás natural e de preservação do meio ambiente;~~

IX - fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

X - estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;

~~XI - organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades da indústria do petróleo;~~

XI - organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

XII - consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;

XIII - fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;

XIV - articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;

XV - regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

XVI - regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; (Incluído pela Lei nº 11.097, de 2005)

XVII - exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação; (Incluído pela Lei nº 11.097, de 2005)

XVIII - especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis. (Incluído pela Lei nº 11.097, de 2005)

Art. 9º Além das atribuições que lhe são conferidas no artigo anterior, caberá à ANP exercer, a partir de sua implantação, as atribuições do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC, relacionadas com as atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool, observado o disposto no art. 78.

~~Art. 10. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração da ordem econômica, deverá comunicá-lo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, para que este adote as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente.~~

Art. 10. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica, deverá comunicá-lo imediatamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que estes adotem as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente. (Redação dada pela Lei nº 10.202, de 20.2.2001)

Parágrafo único. Independentemente da comunicação prevista no caput deste artigo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade notificará a ANP do teor da decisão que aplicar sanção por infração da ordem econômica cometida por empresas ou pessoas físicas no exercício de atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a publicação do respectivo acórdão, para que esta adote as providências legais de sua alçada. (Parágrafo único incluído pela Lei nº 10.202, de 20.2.2001)

SEÇÃO II

Da Estrutura Organizacional da Autarquia

Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta Lei.

Art. 12. (VETADO)

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

~~Art. 13. Está impedida de exercer cargo de Diretor na ANP a pessoa que mantenha, ou haja mantido nos doze meses anteriores à data de início do mandato, um dos seguintes vínculos com~~

~~empresa que explore qualquer das atividades integrantes da indústria do petróleo ou de distribuição~~

~~— I — acionista ou sócio com participação individual direta superior a cinco por cento do capital social total ou dois por cento do capital votante da empresa ou, ainda, um por cento do capital total da respectiva empresa controladora;~~

~~— II — administrador, sócio-gerente ou membro do Conselho Fiscal;~~

~~— III — empregado, ainda que o respectivo contrato de trabalho esteja suspenso, inclusive da empresa controladora ou de entidade de previdência complementar custeada pelo empregador.~~

~~— Parágrafo único. Está também impedida de assumir cargo de Diretor na ANP a pessoa que exerça, ou haja exercido nos doze meses anteriores à data de início do mandato, cargo de direção em entidade sindical ou associação de classe, de âmbito nacional ou regional, representativa de interesses de empresas que explorem quaisquer das atividades integrantes da indústria do petróleo ou de distribuição. (Revogado pela Lei nº 9.986, de 18.7.2000)~~

Art. 14. Terminado o mandato, ou uma vez exonerado do cargo, o ex-Diretor da ANP ficará impedido, por um período de doze meses, contados da data de sua exoneração, de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa integrante da indústria do petróleo ou de distribuição.

§ 1º Durante o impedimento, o ex-Diretor que não tiver sido exonerado nos termos do art. 12 poderá continuar prestando serviço à ANP, ou a qualquer órgão da Administração Direta da União, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu.

§ 2º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-Diretor que violar o impedimento previsto neste artigo.

SEÇÃO III

Das Receitas e do Acervo da Autarquia

Art. 15. Constituem receitas da ANP:

I - as dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - parcela das participações governamentais referidas nos incisos I e III do art. 45 desta Lei, de acordo com as necessidades operacionais da ANP, consignadas no orçamento aprovado;

III - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, excetuados os referidos no inciso anterior;

IV - as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - o produto dos emolumentos, taxas e multas previstos na legislação específica, os valores apurados na venda ou locação dos bens móveis e imóveis de sua propriedade, bem como os decorrentes da venda de dados e informações técnicas, inclusive para fins de licitação, ressalvados os referidos no § 2º do art. 22 desta Lei.

Art. 16. Os recursos provenientes da participação governamental prevista no inciso IV do art. 45, nos termos do art. 51, destinar-se-ão ao financiamento das despesas da ANP para o exercício das atividades que lhe são conferidas nesta Lei.

SEÇÃO IV

Do Processo Decisório

Art. 17. O processo decisório da ANP obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 18. As sessões deliberativas da Diretoria da ANP que se destinem a resolver pendências entre agentes econômicos e entre estes e consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão públicas, permitida a sua gravação por meios eletrônicos e assegurado aos interessados o direito de delas obter transcrições.

Art. 19. As iniciativas de projetos de lei ou de alteração de normas administrativas que impliquem afetação de direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP.

Art. 20. O regimento interno da ANP disporá sobre os procedimentos a serem adotados para a solução de conflitos entre agentes econômicos, e entre estes e usuários e consumidores, com ênfase na conciliação e no arbitramento.

CAPÍTULO V

Da Exploração e da Produção

SEÇÃO I

Das Normas Gerais

Art. 21. Todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, pertencem à União, cabendo sua administração à ANP.

Art. 22. O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP sua coleta, manutenção e administração.

§ 1º A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS transferirá para a ANP as informações e dados de que dispuser sobre as bacias sedimentares brasileiras, assim como sobre as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, desenvolvidas em função da exclusividade do exercício do monopólio até a publicação desta Lei.

§ 2º A ANP estabelecerá critérios para remuneração à PETROBRÁS pelos dados e informações referidos no parágrafo anterior e que venham a ser utilizados pelas partes interessadas, com fiel observância ao disposto no art. 117 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações procedidas pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997.

Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão.

Art. 24. Os contratos de concessão deverão prever duas fases: a de exploração e a de produção.

§ 1º Incluem-se na fase de exploração as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, para determinação de sua comercialidade.

§ 2º A fase de produção incluirá também as atividades de desenvolvimento.

Art. 25. Somente poderão obter concessão para a exploração e produção de petróleo ou gás natural as empresas que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP.

Art. 26. A concessão implica, para o concessionário, a obrigação de explorar, por sua conta e risco e, em caso de êxito, produzir petróleo ou gás natural em determinado bloco, conferindo-lhe a propriedade desses bens, após extraídos, com os encargos relativos ao pagamento dos tributos incidentes e das participações legais ou contratuais correspondentes.

§ 1º Em caso de êxito na exploração, o concessionário submeterá à aprovação da ANP os planos e projetos de desenvolvimento e produção.

§ 2º A ANP emitirá seu parecer sobre os planos e projetos referidos no parágrafo anterior no prazo máximo de cento e oitenta dias.

§ 3º Decorrido o prazo estipulado no parágrafo anterior sem que haja manifestação da ANP, os planos e projetos considerar-se-ão automaticamente aprovados.

Art. 27. Quando se tratar de campos que se estendam por blocos vizinhos, onde atuem concessionários distintos, deverão eles celebrar acordo para a individualização da produção.

Parágrafo único. Não chegando as partes a acordo, em prazo máximo fixado pela ANP, caberá a esta determinar, com base em laudo arbitral, como serão equitativamente apropriados os direitos e obrigações sobre os blocos, com base nos princípios gerais de Direito aplicáveis.

Art. 28. As concessões extinguir-se-ão:

I - pelo vencimento do prazo contratual;

II - por acordo entre as partes;

III - pelos motivos de rescisão previstos em contrato;

IV - ao término da fase de exploração, sem que tenha sido feita qualquer descoberta comercial, conforme definido no contrato;

V - no decorrer da fase de exploração, se o concessionário exercer a opção de desistência e de devolução das áreas em que, a seu critério, não se justificarem investimentos em desenvolvimento.

§ 1º A devolução de áreas, assim como a reversão de bens, não implicará ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP, nem conferirá ao concessionário qualquer direito de indenização pelos serviços, poços, imóveis e bens reversíveis, os quais passarão à propriedade da União e à administração da ANP, na forma prevista no inciso VI do art. 43.

§ 2º Em qualquer caso de extinção da concessão, o concessionário fará, por sua conta exclusiva, a remoção dos equipamentos e bens que não sejam objeto de reversão, ficando

obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.

Art. 29. É permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, conforme o previsto no art. 25.

Parágrafo único. A transferência do contrato só poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da ANP.

Art. 30. O contrato para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo ou gás natural não se estende a nenhum outro recurso natural, ficando o concessionário obrigado a informar a sua descoberta, prontamente e em caráter exclusivo, à ANP.

SEÇÃO II

Das Normas Específicas para as Atividades em Curso

Art. 31. A PETROBRÁS submeterá à ANP, no prazo de três meses da publicação desta Lei, seu programa de exploração, desenvolvimento e produção, com informações e dados que propiciem:

I - o conhecimento das atividades de produção em cada campo, cuja demarcação poderá incluir uma área de segurança técnica;

II - o conhecimento das atividades de exploração e desenvolvimento, registrando, neste caso, os custos incorridos, os investimentos realizados e o cronograma dos investimentos a realizar, em cada bloco onde tenha definido prospectos.

Art. 32. A PETROBRÁS terá ratificados seus direitos sobre cada um dos campos que se encontrem em efetiva produção na data de início de vigência desta Lei.

Art. 33. Nos blocos em que, quando do início da vigência desta Lei, tenha a PETROBRÁS realizado descobertas comerciais ou promovido investimentos na exploração, poderá ela, observada sua capacidade de investir, inclusive por meio de financiamentos, prosseguir nos trabalhos de exploração e desenvolvimento pelo prazo de três anos e, nos casos de êxito, prosseguir nas atividades de produção.

Parágrafo único. Cabe à ANP, após a avaliação da capacitação financeira da PETROBRÁS e dos dados e informações de que trata o art. 31, aprovar os blocos em que os trabalhos referidos neste artigo terão continuidade.

Art. 34. Cumprido o disposto no art. 31 e dentro do prazo de um ano a partir da data de publicação desta Lei, a ANP celebrará com a PETROBRÁS, dispensada a licitação prevista no art. 23, contratos de concessão dos blocos que atendam às condições estipuladas nos arts. 32 e 33, definindo-se, em cada um desses contratos, as participações devidas, nos termos estabelecidos na Seção VI.

Parágrafo único. Os contratos de concessão referidos neste artigo serão regidos, no que couber, pelas normas gerais estabelecidas na Seção anterior e obedecerão ao disposto na Seção V deste Capítulo.

Art. 35. Os blocos não contemplados pelos contratos de concessão mencionados no artigo anterior e aqueles em que tenha havido insucesso nos trabalhos de exploração, ou não tenham sido ajustados com a ANP, dentro dos prazos estipulados, serão objeto de licitação pela ANP para a outorga de novos contratos de concessão, regidos pelas normas gerais estabelecidas na Seção anterior.

SEÇÃO III

Do Edital de Licitação

Art. 36. A licitação para outorga dos contratos de concessão referidos no art. 23 obedecerá ao disposto nesta Lei, na regulamentação a ser expedida pela ANP e no respectivo edital.

Art. 37. O edital da licitação será acompanhado da minuta básica do respectivo contrato e indicará, obrigatoriamente:

I - o bloco objeto da concessão, o prazo estimado para a duração da fase de exploração, os investimentos e programas exploratórios mínimos;

II - os requisitos exigidos dos concorrentes, nos termos do art. 25, e os critérios de pré-qualificação, quando este procedimento for adotado;

III - as participações governamentais mínimas, na forma do disposto no art. 45, e a participação dos superficiários prevista no art. 52;

IV - a relação de documentos exigidos e os critérios a serem seguidos para aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica dos interessados, bem como para o julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

V - a expressa indicação de que caberá ao concessionário o pagamento das indenizações devidas por desapropriações ou servidões necessárias ao cumprimento do contrato;

VI - o prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e demais elementos e informações necessários à elaboração das propostas, bem como o custo de sua aquisição.

Parágrafo único. O prazo de duração da fase de exploração, referido no inciso I deste artigo, será estimado pela ANP, em função do nível de informações disponíveis, das características e da localização de cada bloco.

Art. 38. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, o edital conterá as seguintes exigências:

I - comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II - indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio e pela condução das operações, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas;

III - apresentação, por parte de cada uma das empresas consorciadas, dos documentos exigidos para efeito de avaliação da qualificação técnica e econômico-financeira do consórcio;

IV - proibição de participação de uma mesma empresa em outro consórcio, ou isoladamente, na licitação de um mesmo bloco;

V - outorga de concessão ao consórcio vencedor da licitação condicionada ao registro do instrumento constitutivo do consórcio, na forma do disposto no parágrafo único do art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 39. O edital conterà a exigência de que a empresa estrangeira que concorrer isoladamente ou em consórcio deverá apresentar, juntamente com sua proposta e em envelope separado:

I - prova de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal, nos termos da regulamentação a ser editada pela ANP;

II - inteiro teor dos atos constitutivos e prova de encontrar-se organizada e em funcionamento regular, conforme a lei de seu país;

III - designação de um representante legal junto à ANP, com poderes especiais para a prática de atos e assunção de responsabilidades relativamente à licitação e à proposta apresentada;

IV - compromisso de, caso vencedora, constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil.

Parágrafo único. A assinatura do contrato de concessão ficará condicionada ao efetivo cumprimento do compromisso assumido de acordo com o inciso IV deste artigo.

SEÇÃO IV

Do Julgamento da Licitação

Art. 40. O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa, segundo critérios objetivos, estabelecidos no instrumento convocatório, com fiel observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade entre os concorrentes.

Art. 41. No julgamento da licitação, além de outros critérios que o edital expressamente estipular, serão levados em conta:

I - o programa geral de trabalho, as propostas para as atividades de exploração, os prazos, os volumes mínimos de investimentos e os cronogramas físico-financeiros;

II - as participações governamentais referidas no art. 45.

Art. 42. Em caso de empate, a licitação será decidida em favor da PETROBRÁS, quando esta concorrer não consorciada com outras empresas.

SEÇÃO V

Do Contrato de Concessão

Art. 43. O contrato de concessão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais:

- I - a definição do bloco objeto da concessão;
- II - o prazo de duração da fase de exploração e as condições para sua prorrogação;
- III - o programa de trabalho e o volume do investimento previsto;
- IV - as obrigações do concessionário quanto às participações, conforme o disposto na Seção VI;
- V - a indicação das garantias a serem prestadas pelo concessionário quanto ao cumprimento do contrato, inclusive quanto à realização dos investimentos ajustados para cada fase;
- VI - a especificação das regras sobre devolução e desocupação de áreas, inclusive retirada de equipamentos e instalações, e reversão de bens;
- VII - os procedimentos para acompanhamento e fiscalização das atividades de exploração, desenvolvimento e produção, e para auditoria do contrato;
- VIII - a obrigatoriedade de o concessionário fornecer à ANP relatórios, dados e informações relativos às atividades desenvolvidas;
- IX - os procedimentos relacionados com a transferência do contrato, conforme o disposto no art. 29;
- X - as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem internacional;
- XI - os casos de rescisão e extinção do contrato;
- XII - as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pelo concessionário das obrigações contratuais.

Parágrafo único. As condições contratuais para prorrogação do prazo de exploração, referidas no inciso II deste artigo, serão estabelecidas de modo a assegurar a devolução de um percentual do bloco, a critério da ANP, e o aumento do valor do pagamento pela ocupação da área, conforme disposto no parágrafo único do art. 51.

Art. 44. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a:

- I - adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para a conservação dos reservatórios e de outros recursos naturais, para a segurança das pessoas e dos equipamentos e para a proteção do meio ambiente;
- II - comunicar à ANP, imediatamente, a descoberta de qualquer jazida de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos ou de outros minerais;
- III - realizar a avaliação da descoberta nos termos do programa submetido à ANP, apresentando relatório de comercialidade e declarando seu interesse no desenvolvimento do campo;
- IV - submeter à ANP o plano de desenvolvimento de campo declarado comercial, contendo o cronograma e a estimativa de investimento;

V - responsabilizar-se civilmente pelos atos de seus prepostos e indenizar todos e quaisquer danos decorrentes das atividades de exploração, desenvolvimento e produção contratadas, devendo ressarcir à ANP ou à União os ônus que venham a suportar em consequência de eventuais demandas motivadas por atos de responsabilidade do concessionário;

VI - adotar as melhores práticas da indústria internacional do petróleo e obedecer às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, inclusive quanto às técnicas apropriadas de recuperação, objetivando a racionalização da produção e o controle do declínio das reservas.

SEÇÃO VI

Das Participações

Art. 45. O contrato de concessão disporá sobre as seguintes participações governamentais, previstas no edital de licitação:

I - bônus de assinatura;

II - *royalties*;

III - participação especial;

IV - pagamento pela ocupação ou retenção de área.

§ 1º As participações governamentais constantes dos incisos II e IV serão obrigatórias.

§ 2º As receitas provenientes das participações governamentais definidas no *caput*, alocadas para órgãos da administração pública federal, de acordo com o disposto nesta Lei, serão mantidas na Conta Única do Governo Federal, enquanto não forem destinadas para as respectivas programações.

§ 3º O superávit financeiro dos órgãos da administração pública federal referidos no parágrafo anterior, apurado em balanço de cada exercício financeiro, será transferido ao Tesouro Nacional.

Art. 46. O bônus de assinatura terá seu valor mínimo estabelecido no edital e corresponderá ao pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pago no ato da assinatura do contrato.

Art. 47. Os *royalties* serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos *royalties* estabelecido no *caput* deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos *royalties* serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em *flares*, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos *royalties* devidos.

Art. 48. A parcela do valor do *royalty*, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do artigo anterior, será distribuída segundo os critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

~~d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;~~

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

~~f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo.~~

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

~~§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste.~~

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional. (Redação dada pela Lei nº 11.540, de 2007)

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no *caput* deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República. (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os *royalties*, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

~~I - quarenta por cento ao Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º;~~

I - 40% (quarenta por cento) ao Ministério de Minas e Energia, sendo 70% (setenta por cento) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º desta Lei, e pelo MME, 15% (quinze por cento) para o custeio dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético e 15% (quinze por cento) para o financiamento de estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional; (Redação dada pela lei nº 10.848, de 2004)

II - dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III - quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV - dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

§ 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º.

Art. 51. O edital e o contrato disporão sobre o pagamento pela ocupação ou retenção de área, a ser feito anualmente, fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco, na forma da regulamentação por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. O valor do pagamento pela ocupação ou retenção de área será aumentado em percentual a ser estabelecido pela ANP, sempre que houver prorrogação do prazo de exploração.

Art. 52. Constará também do contrato de concessão de bloco localizado em terra cláusula que determine o pagamento aos proprietários da terra de participação equivalente, em moeda corrente, a um percentual variável entre cinco décimos por cento e um por cento da produção de petróleo ou gás natural, a critério da ANP.

Parágrafo único. A participação a que se refere este artigo será distribuída na proporção da produção realizada nas propriedades regularmente demarcadas na superfície do bloco.

CAPÍTULO VI

Do Refino de Petróleo e do Processamento de Gás Natural

Art. 53. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5º poderá submeter à ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.

§ 1º A ANP estabelecerá os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes e as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações.

§ 2º Atendido o disposto no parágrafo anterior, a ANP outorgará a autorização a que se refere o inciso V do art. 8º, definindo seu objeto e sua titularidade.

Art. 54. É permitida a transferência da titularidade da autorização, mediante prévia e expressa aprovação pela ANP, desde que o novo titular satisfaça os requisitos expressos no § 1º do artigo anterior.

Art. 55. No prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Lei, a ANP expedirá as autorizações relativas às refinarias e unidades de processamento de gás natural existentes, ratificando sua titularidade e seus direitos.

Parágrafo único. As autorizações referidas neste artigo obedecerão ao disposto no art. 53 quanto à transferência da titularidade e à ampliação da capacidade das instalações.

CAPÍTULO VII

Do Transporte de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural

Art. 56. Observadas as disposições das leis pertinentes, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para construir

instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação.

Parágrafo único. A ANP baixará normas sobre a habilitação dos interessados e as condições para a autorização e para transferência de sua titularidade, observado o atendimento aos requisitos de proteção ambiental e segurança de tráfego.

Art. 57. No prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Lei, a PETROBRÁS e as demais empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transporte marítimo e dutoviário receberão da ANP as respectivas autorizações, ratificando sua titularidade e seus direitos.

Parágrafo único. As autorizações referidas neste artigo observarão as normas de que trata o parágrafo único do artigo anterior, quanto à transferência da titularidade e à ampliação da capacidade das instalações.

Art. 58. Facultar-se-á a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações.

§ 1º A ANP fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração adequada, caso não haja acordo entre as partes, cabendo-lhe também verificar se o valor acordado é compatível com o mercado.

§ 2º A ANP regulará a preferência a ser atribuída ao proprietário das instalações para movimentação de seus próprios produtos, com o objetivo de promover a máxima utilização da capacidade de transporte pelos meios disponíveis.

Art. 59. Os dutos de transferência serão reclassificados pela ANP como dutos de transporte, caso haja comprovado interesse de terceiros em sua utilização, observadas as disposições aplicáveis deste Capítulo.

CAPÍTULO VIII

Da Importação e Exportação de Petróleo,

seus Derivados e Gás Natural

Art. 60. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para exercer a atividade de importação e exportação de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado.

Parágrafo único. O exercício da atividade referida no *caput* deste artigo observará as diretrizes do CNPE, em particular as relacionadas com o cumprimento das disposições do art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e obedecerá às demais normas legais e regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO IX

Da Petrobrás

Art. 61. A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS é uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação,

o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, conforme definidas em lei.

§ 1º As atividades econômicas referidas neste artigo serão desenvolvidas pela PETROBRÁS em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado, observados o período de transição previsto no Capítulo X e os demais princípios e diretrizes desta Lei.

§ 2º A PETROBRÁS, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer, fora do território nacional, qualquer uma das atividades integrantes de seu objeto social.

Art. 62. A União manterá o controle acionário da PETROBRÁS com a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento das ações, mais uma ação, do capital votante.

Parágrafo único. O capital social da PETROBRÁS é dividido em ações ordinárias, com direito de voto, e ações preferenciais, estas sempre sem direito de voto, todas escriturais, na forma do art. 34 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 63. A PETROBRÁS e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.

Art. 64. Para o estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a PETROBRÁS autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 65. A PETROBRÁS deverá constituir uma subsidiária com atribuições específicas de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, ficando facultado a essa subsidiária associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas.

Art. 66. A PETROBRÁS poderá transferir para seus ativos os títulos e valores recebidos por qualquer subsidiária, em decorrência do Programa Nacional de Desestatização, mediante apropriada redução de sua participação no capital social da subsidiária.

Art. 67. Os contratos celebrados pela PETROBRÁS, para aquisição de bens e serviços, serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República.

Art. 68. Com o objetivo de compor suas propostas para participar das licitações que precedem as concessões de que trata esta Lei, a PETROBRÁS poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convites, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercida, sem penalidade ou indenização, no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, *a posteriori*, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais e Transitórias

SEÇÃO I

Do Período de Transição

~~Art. 69. Durante um período de transição de, no máximo, trinta e seis meses, contados a partir da publicação desta Lei, os reajustes e revisões dos preços dos derivados básicos de petróleo e de gás natural, praticados pelas refinarias e pelas unidades de processamento, serão efetuados segundo diretrizes e parâmetros específicos estabelecidos, em ato conjunto, pelos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia.~~

Art. 69. Durante o período de transição, que se estenderá, no máximo, até o dia 31 de dezembro de 2001, os reajustes e revisões de preços dos derivados básicos de petróleo e gás natural, praticados pelas unidades produtoras ou de processamento, serão efetuados segundo diretrizes e parâmetros específicos estabelecidos, em ato conjunto, pelos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia." (Redação dada pela Lei nº 9.990, 21.7.2000) (Vide Lei 10.453, de 13.5.2002)

Art. 70. Durante o período de transição de que trata o artigo anterior, a ANP estabelecerá critérios para as importações de petróleo, de seus derivados básicos e de gás natural, os quais serão compatíveis com os critérios de desregulamentação de preços, previstos no mesmo dispositivo.

Art. 71. Os derivados de petróleo e de gás natural que constituam insumos para a indústria petroquímica terão o tratamento previsto nos arts. 69 e 70, objetivando a competitividade do setor.

Art. 72. Durante o prazo de cinco anos, contados a partir da data de publicação desta Lei, a União assegurará, por intermédio da ANP, às refinarias em funcionamento no país, excluídas do monopólio da União, nos termos do art. 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, condições operacionais e econômicas, com base nos critérios em vigor, aplicados à atividade de refino.

Parágrafo único. No prazo previsto neste artigo, observar-se-á o seguinte:

I - (VETADO)

II - as refinarias se obrigam a submeter à ANP plano de investimentos na modernização tecnológica e na expansão da produtividade de seus respectivos parques de refino, com vistas ao aumento da produção e à conseqüente redução dos subsídios a elas concedidos;

III - a ANP avaliará, periodicamente, o grau de competitividade das refinarias, a realização dos respectivos planos de investimentos e a conseqüente redução dos subsídios relativos a cada uma delas.

Art. 73. Até que se esgote o período de transição estabelecido no art. 69, os preços dos derivados básicos praticados pela PETROBRÁS poderão considerar os encargos resultantes de subsídios incidentes sobre as atividades por ela desenvolvidas.

Parágrafo único. À exceção das condições e do prazo estabelecidos no artigo anterior, qualquer subsídio incidente sobre os preços dos derivados básicos, transcorrido o período previsto no art. 69, deverá ser proposto pelo CNPE e submetido à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do inciso II do art. 2º.

Art. 74. A Secretaria do Tesouro Nacional procederá ao levantamento completo de todos os créditos e débitos recíprocos da União e da PETROBRÁS, abrangendo as diversas contas de obrigações recíprocas e subsídios, inclusive os relativos à denominada Conta Petróleo, Derivados e Álcool, instituída pela Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, e legislação complementar, ressarcindo-se o Tesouro dos dividendos mínimos legais que tiverem sido pagos a menos desde a promulgação da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (Vide Lei nº 10.742, de 6.10.2003)

Parágrafo único. Até que se esgote o período de transição, o saldo credor desse encontro de contas deverá ser liquidado pela parte devedora, ficando facultado à União, caso seja a devedora, liquidá-lo em títulos do Tesouro Nacional.

SEÇÃO II

Das Disposições Finais

Art. 75. Na composição da primeira Diretoria da ANP, visando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Geral e dois Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, respectivamente com mandatos de três, dois e um ano, e dois Diretores serão nomeados conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 11.

Art. 76. A ANP poderá contratar especialistas para a execução de trabalhos nas áreas técnica, econômica e jurídica, por projetos ou prazos limitados, com dispensa de licitação nos casos previstos na legislação aplicável.

~~Parágrafo único. Fica a ANP autorizada a efetuar a contratação temporária, por prazo não excedente a trinta e seis meses, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, do pessoal técnico imprescindível à implantação de suas atividades. (Revogado pela Lei 10.871, de 2004)~~

Art. 77. O Poder Executivo promoverá a instalação do CNPE e implantará a ANP, mediante a aprovação de sua estrutura regimental, em até cento e vinte dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

§ 1º A estrutura regimental da ANP incluirá os cargos em comissão e funções gratificadas existentes no DNC.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Enquanto não implantada a ANP, as competências a ela atribuídas por esta Lei serão exercidas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 78. Implantada a ANP, ficará extinto o DNC.

Parágrafo único. Serão transferidos para a ANP o acervo técnico-patrimonial, as obrigações, os direitos e as receitas do DNC.

Art. 79. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários do Ministério de Minas e Energia, para atender às despesas de estruturação e manutenção da ANP, utilizando como recursos as dotações orçamentárias destinadas às atividades finalísticas e administrativas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesa previstos na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 80. As disposições desta Lei não afetam direitos anteriores de terceiros, adquiridos mediante contratos celebrados com a PETROBRÁS, em conformidade com as leis em vigor, e não invalidam os atos praticados pela PETROBRÁS e suas subsidiárias, de acordo com seus estatutos, os quais serão ajustados, no que couber, a esta Lei.

Art. 81. Não se incluem nas regras desta Lei os equipamentos e instalações destinados a execução de serviços locais de distribuição de gás canalizado, a que se refere o § 2º do art. 25 da Constituição Federal.

Art. 82. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 83. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Brasília, 6 de agosto de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Iris Rezende

Raimundo Brito

Luiz Carlos Bresser Pereira

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2008**Dispõe sobre o comparecimento do Ministro do Meio Ambiente no Congresso Nacional para prestar contas periodicamente sobre sua atuação na proteção ambiental.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Ministro do Meio Ambiente comparecerá ao Senado Federal a cada seis meses, sempre nos meses de março e setembro, para expor as diretrizes e os resultados das políticas implementadas na preservação ambiental, em especial da política de controle do desmatamento ilegal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição prevê, em seu art. 50, a possibilidade de a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal convocar titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestar esclarecimentos.

Não há, contudo, na legislação, qualquer dispositivo que preveja o monitoramento periódico pelo Senado Federal das ações do Executivo das ações do Poder Executivo federal em matéria de proteção ambiental, inquirindo a autoridade em questão relativamente às políticas que implementa, às decisões tomadas e à sua conduta ética na gestão dos interesses públicos.

A legislação brasileira carece de um mecanismo mais eficaz, que permita a implantação de uma rotina de avaliação da eficiência das medidas de preservação ambiental. Cabe ao Senado, na condição órgão de fiscalização e controle da atuação do Executivo, a tarefa de instituir e executar tal procedimento rotineiro de checagem.

A proposição está em sintonia com a lógica de participação de todos na proteção ambiental, conforme determina a Constituição Federal, ao estipular que tanto o Poder Público quanto a coletividade têm o dever de defender o meio ambiente. Um exemplo dessa lógica se encontra no artigo 53, § 2º da Lei nº 11.248/2006, que dispõe que a prestação de contas da gestão de florestas públicas deve ser feita anualmente ao Poder Legislativo até o dia 31 de março pelo órgão gestor. O primeiro relatório de gestão de florestas foi enviado ao Congresso Nacional pelo Ministério do Meio Ambiente em 2007.

Dada a urgência e gravidade da questão ambiental atual, com conseqüências impactantes no aquecimento global, faz-se necessária a presença pessoal do Ministro do Meio Ambiente em periodicidade razoavelmente curta, para que se possa exercer a fiscalização e o controle da implementação das medidas de proteção ambiental como, por exemplo, o combate ao desmatamento, e assim propor assim medidas protetivas imediatas.

A presente proposição tem, portanto, motivação relevante e é oportuna, razões pelas quais peço apoio de meus pares.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA**TÍTULO III
Dos Órgãos Responsáveis
pela Gestão e Fiscalização****CAPÍTULO IV
Do Órgão Gestor**

Art. 53. Caberá aos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências:

§ 1º

§ 2º O órgão gestor deverá encaminhar ao poder concedente, ao Poder Legislativo e ao conselho de meio ambiente, nas respectivas esferas de governo, relatório anual sobre as concessões outorgadas, o valor dos preços florestais, a situação de adimplemento dos concessionários, os PMFS e seu estado de execução, as vistorias e auditorias florestais realizadas e os respectivos resultados, assim como as demais informações relevantes sobre o efetivo cumprimento dos objetivos da gestão de florestas públicas.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo****SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 8, DE 2008**

Dá o nome de Museu Histórico do Senado Federal Candido Portinari (MUSEN) ao Museu Histórico do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Passa a denominar-se Museu Histórico do Senado Federal Candido Portinari (MUSEN) o Museu Histórico do Senado instituído pela Resolução nº 26, de 1º de julho de 1991.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Museu Histórico do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 26, de 1991, tem sob sua guarda um extenso e significativo acervo, cuja feição histórica é nacionalmente reconhecida, por seu valor documental relacionado à vida política brasileira e, em particular, à trajetória e a atuação desta Casa Legislativa.

Encontra-se, também, sob a guarda do Museu, um expressivo acervo artístico, com obras de grandes expoentes de nossas artes plásticas, como é o caso de Candido Portinari.

Nascido em dezembro de 1903, em uma fazenda de café em Brodoswki, no Estado de São Paulo, Candido Portinari, filho de imigrantes italianos, de origem humilde, conheceu muito cedo sua extraordinária vocação para as artes plásticas. Em sua opção pictórica, Portinari fmdiu o melhor da tradição artística com o experimentalismo anti-acadêmico, e encontrou, na temática social, sua maior expressão.

Engajado à forte movimentação estética do seu tempo, Portinari integrou a elite intelectual, constituída por poetas, escritores, pintores, escultores e diplomatas, que, por intermédio da chamada Arte Moderna, abriu novo rumo estético e cultural para o País.

Mundialmente reconhecido, Candido Portinari tem obras incorporadas ao acervo de grandes museus e sua vocação muralista é internacionalmente valorizada. Painéis de sua autoria – muitas vezes, já incorporados ao imaginário coletivo, quando o tema é a expressão plástica do trabalho e dos trabalhadores – fazem parte do conjunto urbano de cidades como Nova York, por exemplo. E o caso dos célebres murais, “Guerra” e “Paz”, presente do Brasil à sede das Nações Unidas, dois monumentais – pois medem 14 metros de altura cada um – libelos contra a violência, pela paz e pela justiça social, que ocupam, desde 1957, o espaço mais nobre do prédio da ONU: o saguão de entrada da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

O ano de 2003 foi marcado por inúmeros eventos destinados a celebrar o centenário do grande artista. A presente iniciativa, ao agregar o ilustre nome de Candido Portinari ao Museu Histórico do Senado Federal, pretende fazer parte dessas celebrações (que, desde então, vêm se multiplicando), ao tempo em que confere ao Museu uma designação que o engrandece.

Nesse sentido, esperamos a aprovação dos ilustres Pares para a proposição que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Inácio Arruda**, PCdoB – CE.

Faço saber que o Senado Federal, aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1991

Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Museu Histórico do Senado Federal – MUSEN, com a finalidade precípua de coletar, pesquisar, preservar e divulgar os testemunhos da história do Senado Federal.

Parágrafo único. O órgão a que se refere este artigo à subordinado à Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal.

Art. 2º A estrutura e competência do Museu Histórico do Senado Federal – MUSEN serão definidas em regulamento, não implicando a criação do órgão em novos cargos e empregos.

Art. 3º O Museu Histórico do Senado Federal – MUSEN funcionará em local a ser indicado pela comissão diretora e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do centro de Processamento de Dados – PRODASEN.

§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2008

Acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal, para prever que na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, poderá obter informações relativas à movimentação bancária, às comunicações telefônicas e aos dados fiscais do investigado.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 55 passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 55.

.....
§ 5º Na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, prevista neste artigo, a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, mediante aprovação de requerimento fundamentado, pela maioria dos respectivos membros, poderá obter, do órgão ou entidade competente, informações relativas à movimentação bancária, às comunicações telefônicas e aos dados fiscais do investigado. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Parlamento precisa de medidas que tragam transparência às suas atividades, que lhe dê seriedade e respeito, que resgatem a sua credibilidade junto à opinião pública. Por isso, imperativo torna-se que seus membros

sujeitem-se às normas que possibilitem o acesso aos seus dados bancários, fiscais e telefônicos, em caso de investigação por quebra de decoro parlamentar.

Vivemos num Estado democrático e de direito, logo, nada mais justo do que nos submetemos às próprias leis que criamos, para que o Poder Público esteja circunscrito e subordinado ao direito objetivo.

O Congresso Nacional tem sido palco, com muita freqüência, de escândalos envolvendo os seus membros. Fatos que lamentavelmente têm enfraquecido a imagem do Poder, agravada pelas dificuldades de se tomar medidas no âmbito administrativo, para apurar, com rigor e imparcialidade, as devidas responsabilidades. Referimo-nos, pois, à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de seus membros.

Mecanismos temos para solucionar a atual dificuldade de que se quebrar o sigilo de dados, qual seja, garantir no texto constitucional o acesso a tais informações sigilosas, mediante legitimação pela autorização da maioria dos membros das Casas respectivas. Isso daria ao Legislativo autonomia para diligenciar investigações no âmbito do seu próprio poder e tornaria o processo mais célere de investigação mais célere.

Cabe, também, recordar que a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a competência de que é dotado o Poder Legislativo para autorizar, diretamente, a quebra de sigilo dos dados a que nos referimos, desde que fundamentada, no caso das comissões parlamentares de inquérito. Nesse sentido, as decisões da Corte nos casos dos Mandados de Segurança 23964 e 23868, ambos de agosto de 2001.

Em outra decisão valorosa, a Suprema Corte, ao exarar manifestação sobre o Mandado de Segurança 23452, de 1º de junho de 1999, não hesitou em reconhecer que a comissão parlamentar de inquérito é projeção orgânica do Poder Legislativo, sendo, pois, extensão do próprio Congresso Nacional e das Casas que o compõem.

Desse modo, se cabe à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal cassar o mandato de qualquer parlamentar, porque não caber a cada uma das Casas, por decisão da maioria dos seus membros, autorizar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, para apurar responsabilidades?

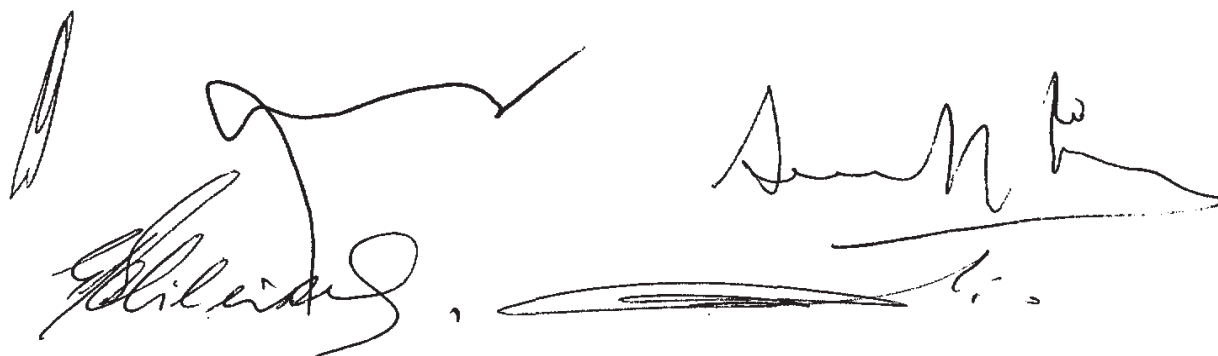
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature that appears to be 'A. B. C.', followed by the initials 'CB', and then a signature that reads 'Aguedo'. To the right of these is another signature that looks like 'AM' followed by some less legible characters. On the far right, there is a circular stamp or mark.

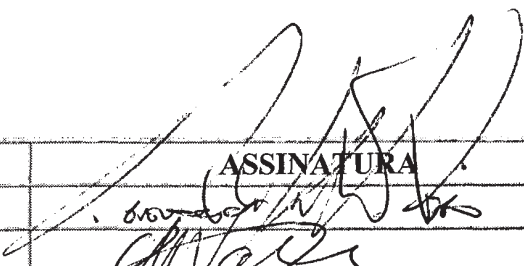

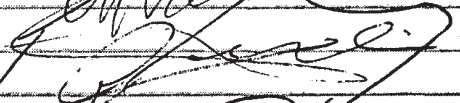

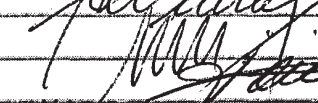
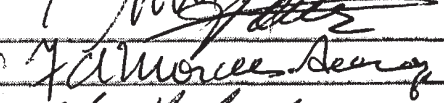
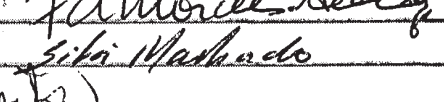
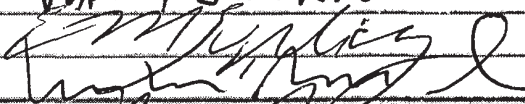
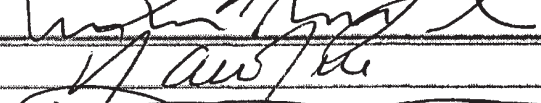
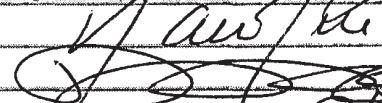
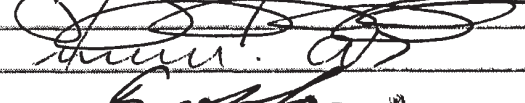
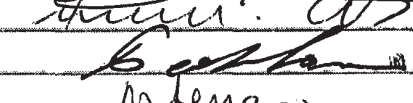
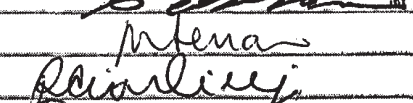
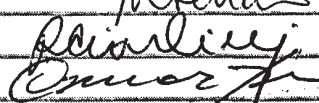
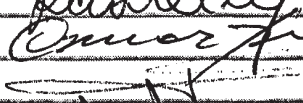
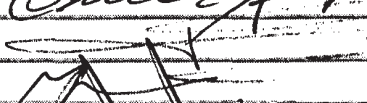
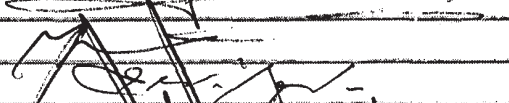
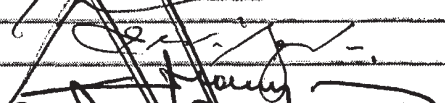
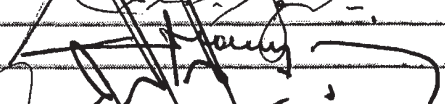

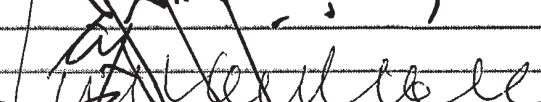
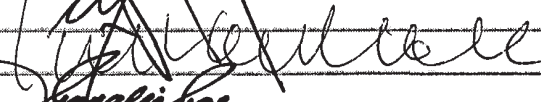
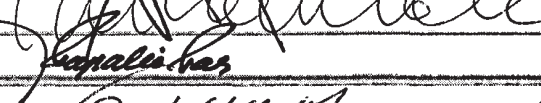
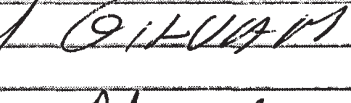
Cabe ressaltar que não há que se questionar sobre a soberania do Plenário das Casas que compõem o Congresso Nacional, instância superior e última para decisões *interna corporis*. A decisão por maioria dos membros das Casas respectivas para autorizar a quebra de sigilo de dados na forma em que pretendemos, além de expressar legitimidade, torna o rito dificultoso, freando a banalização do processo.

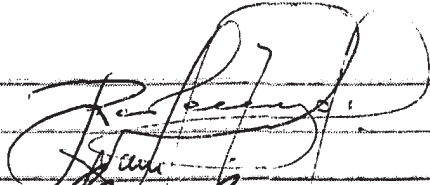




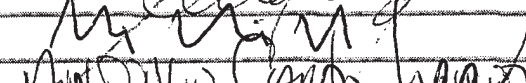
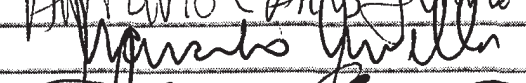
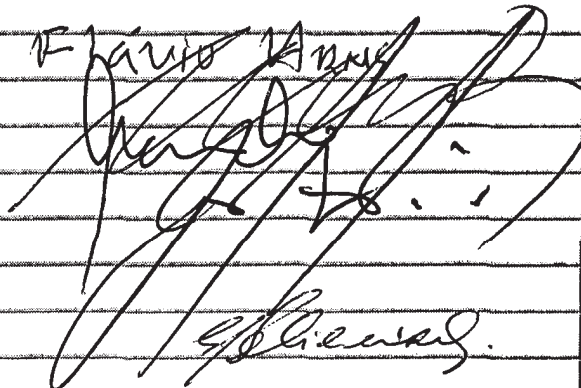

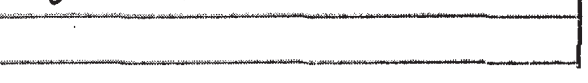
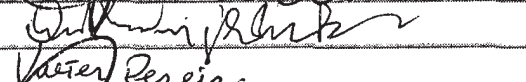
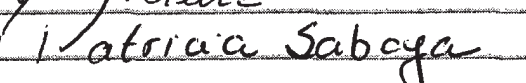


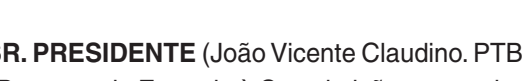
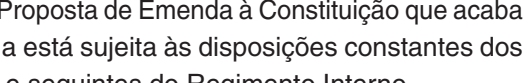
Enfim, por julgarmos imprescindível a adoção de mecanismos que possam garantir maior eficácia à apuração de responsabilidades de membros do Congresso Nacional é que exortamos nossos pares ao acolhimento da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008.


Senador MÁRIO COUTO



NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA
1 FLEX RIBEIRO	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8 Mao Amato	Yalmoree Bezerra
9	Silvia Machado
10 José Viana (aposentado)	
11 José Sérgio	
12	CZ CERO RIBEIRO
13	JOÃO TGNORIO
14	
15 MARCO MACIEL	
16 PAULO BUOTE	
17 Augusto Bello	
18 Maria do Carmo Alves	
19 PEDRO SIMON	
20 Maurício Soares	
21 Rosalene Cirilino	
22 OSMAN DIAS	
23 JEFERSON PERES	
24 WENELIN BAR ALONSO	
25 EDUARDO AZEVEDO	
26 EFRAIM HORTIS	
27 Jaime Campos	
28 OLIVAR ARCELIO	
29 JARBAS VASCONCELOS	
30 Jarbas Vas	Jarbas Vas
31	OSVALDO
32	
33 JOSÉ NERY	Aguiar

34	Primo do Roberto	
35	Paulo de Conti	
36		Leandro Borges
37	João José	João José
38		Sérgio Guerra
39		DR. ACRÍPIO
40		JOÃO PEDRO/PT-AM
41		MOZARILDO
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50	Václav Pereira	
51	Patrícia Saboga	
52		

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência recebeu, do Governo do Estado de Rondônia, o Ofício nº 36/2008, de 12 de fevereiro último, comunicando que, apesar da promulgação da Resolução do Senado Federal nº 34, de 2007, que suspende os pagamentos das prestações da dívida do Banco do Estado de Rondônia – Beron, o Banco do Brasil continua descontando as parcelas referentes ao pagamento da dívida.

O expediente, juntado ao Projeto de Resolução nº 93, de 2007, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Tem a palavra pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição também para uma comunicação inadiável.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Tem a palavra pela ordem o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui o terceiro a chegar e peço a palavra também para uma comunicação inadiável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Tem a palavra pela ordem o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Eu me inscrevo também pela Liderança do PTB.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Consulto a Mesa sobre se posso inscrever-me pela Liderança do Governo, tendo em vista...

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a é o terceiro inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu cederia a comunicação inadiável ao Senador Mão Santa. A minha inscrição seria pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Primeiro temos que aguardar a comunicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim. Falamos com o Senador Romero Jucá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Tem a palavra pela ordem o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então, graças à sensibilidade desse extraordinário líder do PT que veio do Piauí, Senador Sibá Machado, que me cedeu o lugar dele, sou o terceiro inscrito para uma comunicação inadiável. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Está certo. V. Ex^a já está inscrito, Senador Mão Santa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Tem a palavra pela ordem a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a está inscrita, Senadora.

Convoco, como primeiro orador, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar o dia de hoje, para fazer uma série de registros.

Primeiro, desejo dizer que recebi, hoje pela manhã, o Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, Sr. José Vicente, que fez um convite a todos os Senadores, para estarem, no dia 13 de março, em São Paulo, onde 126 jovens negros se formarão em Administração de Empresas. Pelo convite que recebi, está confirmada a presença, como patrono, do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que o Senador Cristovam Buarque já confirmou a presença e o Senador Romeu Tuma, também. Voltarei outro dia à tribuna para fazer um pronunciamento sobre a importância desse ato do dia 13 de março, lá em São Paulo.

Sr. Presidente, quero também fazer registro neste momento do importante evento que acontecerá entre os dias 10 e 14 da próxima semana, organizado pela Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijal). Será realizada a 9^a edição da Expodireto Cotrijal, Feira Agrodinâmica do Mercosul; vai ser na cidade de Não-Me-Toque. É um evento de suma importância para o desenvolvimento desse setor tão importante para a economia gaúcha.

Queria que V. Ex^a considerasse o documento na íntegra.

Também quero cumprimentar o Governo pela iniciativa do programa ProJovem Adolescente. Cerca de 500 mil jovens entre 15 e 17 anos, moradores de 2.800 Municípios brasileiros, vão participar desse programa. Os jovens nessa faixa, Sr. Presidente, integrantes das famílias beneficiadas também pelo Bolsa-Família, serão atendidos a partir do próximo ano.

Os recursos serão de R\$275 milhões e serão repassados pelo MDS às Prefeituras. No Rio Grande do Sul serão beneficiadas 111 Prefeituras. É um projeto também relevante, que poderemos aprofundar em outro momento. O ProJovem Adolescente é uma reformulação do Agente Jovem e terá a duração de 24 meses; será assessorado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O objetivo é que sejam desenvolvidas

atividades que estimulem a convivência familiar e comunitária e o desenvolvimento da região.

Sr. Presidente, além do Rio Grande do Sul, neste primeiro momento, o processo de capacitação também vai contemplar Alagoas, Maranhão, Paraná e Minas Gerais.

Cumprimento o MDS pelo Programa Agente Jovem.

Ainda, Sr. Presidente, aproveitando meus poucos minutos, quero também cumprimentar, ao contrário de alguns, o Programa Territórios da Cidadania, que mobiliza 15 Ministérios, na missão de combate à pobreza rural, por meio de estratégia de infra-estrutura, atividades produtivas e cidadania. O programa prevê investimentos da ordem R\$11,3 bilhões em 2008, beneficiando 60 territórios, que representam 958 Municípios – 24 milhões de pessoas serão atendidas.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) respondem por R\$8,4 bilhões dos investimentos.

O Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, receberá R\$315,8 milhões; 25 Municípios da chamada metade sul do Estado serão beneficiados, entre eles, Pelotas, Rio Grande e Canguçu.

Sr. Presidente, quero fazer esses destaques, porque, ao contrário do que alguns dizem, venho à tribuna e elogio tudo aquilo que entendo que é correto e positivo para o combate à miséria e à pobreza para o nosso povo, para todo o povo brasileiro. Mas me dou o direito também de dizer que há problemas em algumas áreas. Por exemplo, quero aqui repetir que vamos continuar falando – e faremos um debate lá na Comissão de Assuntos Econômicos, na terça-feira – sobre a aposentadoria dos idosos.

V. Ex^{as} não imaginam, depois da sessão de ontem, os milhares de *e-mails* que recebi de todo o Brasil, esperando uma resposta de como ficará a questão do reajuste dos idosos. Quem ganha 1,3, 1,5, e 1,8 deverá receber, se nada for feito, a metade do reajuste em percentual que é dado ao salário mínimo.

Estou aberto a qualquer debate, Sr. Presidente. Trabalhei 20 anos na questão do salário mínimo. Todos me diziam que seria impossível passar a U\$100,00. Provamos que é possível, e o salário já está em quase U\$300,00. A luta agora é para com os aposentados.

Não vamos sair da tribuna, não vamos sair das Comissões, enquanto não tivermos aqui uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. E ninguém me diga que não dá, porque eu provo o contrário: mostro fonte de recursos, mostro onde está a receita e como pagar os aposentados e os pensionistas.

Sr. Presidente, como meu tempo está terminando, peço-lhe mais um minuto para encerrar meu pronunciamento. Infelizmente, não vou poder falar sobre tudo o que pretendia falar. Fico até constrangido, porque são inúmeros os pedidos que recebo para que venha à tribuna fazer comentários sobre os mais variados temas.

Pelo menos deixo registrado nos Anais da Casa, por exemplo, o investimento que o MEC está fazendo no ensino técnico: rapidamente estaremos com cerca de mais 400 escolas técnicas no País. Faço aqui o detalhamento de como podemos fazer com que o ensino técnico se transforme em investimento no combate à violência, abrindo novos rumos, novos caminhos para a nossa juventude.

Falei outro dia aqui sobre a responsabilidade social das empresas. É positivo o que inúmeras empresas privadas do País estão fazendo em matéria de responsabilidade social. Tenho aqui gráficos e dados que mostram o belo trabalho que vem fazendo a Eletrosul nessa área, trabalho que quero deixar registrado aqui, até porque, amanhã ou depois, se eu receber uma denúncia contrária, vou denunciar aqueles que estão fazendo propaganda de uma responsabilidade social que não é verdadeira. Acredito nos dados que tenho aqui e por isso destaco e elogio a Eletrosul por seu trabalho social: são 64 projetos somente no Estado do Rio Grande do Sul.

Para concluir, Sr. Presidente: falei há dois meses sobre a Olimpíada de Matemática, e muitos Senadores me perguntaram sobre ela.

Teve repercussão mundial essa questão.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, comprometo-me a concluir em um minuto.

Quero destacar aqui, mais uma vez, a importância desse evento, inclusive desse menino, esse estudante deficiente que me remeteu algo também. Quero aqui, mais uma vez, como todos fizeram, dar destaque a Ricardo Oliveira, que ganhou a segunda medalha de ouro na Olimpíada de Matemática sendo deficiente.

Concluo neste momento dizendo a V. Ex^a que não farei pronunciamento sobre o Dia Internacional da Mulher hoje, mas na sexta-feira, quando disporei de 20 minutos. Pretendo demonstrar a importância da luta das mulheres, de suas conquistas, os entraves que essa luta enfrenta e o que podemos fazer não somente no Brasil como em todo o mundo a esse respeito.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente, e solicito que sejam considerados na íntegra todos os pronunciamentos para registro nos Anais.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS
DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de saudar e parabenizar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe pela implantação do Programa Territórios da Cidadania, que mobiliza 15 Ministérios na missão de combater a pobreza rural, por meio de estratégias de infra-estrutura, atividades produtivas e cidadania.

O Programa prevê um investimento de R\$11,3 bilhões em 2008, beneficiando 60 territórios, que representam 958 municípios (24 milhões de pessoas).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o do Desenvolvimento Agrário (MDA) respondem por R\$8,4 bilhões dos investimentos totais.

O Rio Grande do Sul receberá R\$315,8 milhões. Vinte e cinco municípios da chamada metade sul do Estado serão beneficiados, entre eles, Pelotas, Rio Grande e Canguçu.

Os recursos, já definidos e orçados, serão aplicados em ações de assistência técnica e infra-estrutura de assentamentos rurais, para agricultores familiares e pescadores, além de programas como o Pronaf, Luz para Todos, Bolsa-Família, Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente.

O Programa vai estimular o desenvolvimento regional e assegurar direitos sociais em regiões que mais precisam, com a integração de ações dos governos Federal, estaduais e municipais e a participação da sociedade.

Sr. Presidente, registro que no último domingo foi aberta oficialmente a 18ª Colheita do Arroz, na Estação Experimental do Irga, em Cachoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre.

A festa teve a presença da Governadora Yeda Crusius e congregou não só representantes do setor arrozeiro, mas também líderes empresariais, parlamentares, secretários de estado e população.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui registrar que o Governo federal pretende beneficiar por meio do ProJovem Adolescente cerca de 500 mil jovens, entre 15 e 17 anos, moradores de 2.800 municípios brasileiros.

Os jovens nessa faixa etária, integrantes de famílias beneficiárias do Bolsa Família ou atendidos por outros programas sociais, poderão participar do ProJovem Adolescente a partir deste ano.

Essa ampliação da faixa etária é uma iniciativa integrada entre o Bolsa-Família e o ProJovem adolescente.

Os recursos (R\$275 milhões) serão repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) às prefeituras para que os municípios possam implementar o serviço.

No Rio Grande do Sul serão beneficiadas 111 administrações municipais.

Os municípios contemplados possuem pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento e reúnem, no mínimo, 40 adolescentes entre 15 e 17 anos, cujas famílias recebem o Bolsa-Família.

Sr. Presidente, o ProJovem Adolescente é uma reformulação do Agente Jovem. Ele terá duração de 24 meses e será assessorado pelos CRAS.

O objetivo é que sejam desenvolvidas atividades que estimulem a convivência familiar e comunitária dos jovens.

Isso permitirá o desenvolvimento pessoal e social desses meninos e meninas. Vai capacitá-los também para atuarem como agentes de transformação e desenvolvimento de sua comunidade.

Além disso, os agentes trabalharão formas de sensibilizá-los e informá-los sobre o mercado de trabalho.

Neste mês o processo de capacitação dos municípios será feito em Alagoas, Maranhão, Paraná e Minas Gerais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o ProJovem Adolescente destina-se a jovens que pertençam a famílias pobres ou em situação de risco social, e como disse, vai substituir, gradualmente, o programa Agente Jovem do MDS.

Aqueles que hoje integram o Agente Jovem, mas que ainda não chegaram aos 17 anos não ficarão desamparados. Eles permanecerão no programa até alcançar esta idade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima semana, dos dias 10 a 14, a Cooperativa Agropecuária e Industrial (COTRIJAL), realizará a IX edição da “Expodireto Cotrijal – Feira Agrodinâmica do Mercosul”.

Recebi do Diretor-Presidente da Cooperativa, Nei César Mânica, o convite para participar do evento.

Infelizmente minha agenda não me permite ali comparecer; porém, quero registrar aqui a importância dessa feira – que acontecerá em Não-Me-Toque (RS)-, para o setor agropecuário.

A Feira contará com a exposição de máquinas, implementos e tecnologias agrícolas baseadas no Plantio Direto.

Um dos objetivos principais dos organizadores do evento é contribuir para o desenvolvimento da agropecuária nacional.

Isso por meio do conhecimento tecnológico, de informações, de canais de comercialização, da troca de experiências e da aproximação de todos os agentes do agronegócio.

A feira visa ainda atrair produtores de todo o Sul do Brasil e dos países do Mercosul.

A idéia é englobar as áreas de máquinas, sementes, fertilizantes, defensivos e Produção Animal.

Foi reservado um lugar para a questão ambiental: o “Espaço da Natureza Cotrijal”, o qual trará informações sobre mudanças climáticas e suas consequências.

Os espectadores também poderão participar de palestras direcionadas exclusivamente ao segmento agrícola, sem, contudo, esquecer da já tradicional dinâmica de máquinas e implementos agrícolas.

No dia 11 será aberto o XIX o Fórum Nacional da Soja. Certamente um evento que merece atenção especial de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participei hoje à tarde de uma reunião com o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, quando discutimos o projeto de minha autoria, já aprovado pelo Senado, que cria uma escola naval na cidade do Rio Grande, lá no meu Estado.

O MEC deu aval para a criação de cursos nas áreas técnica, tecnológica e superior para o setor naval.

O encontro também teve a participação de uma comitiva rio-grandina formada pelo prefeito Janir Branco (PMDB), do Deputado Federal Claudio Diaz (PSDB), do Deputado estadual Sandro Boka de Oliveira (PMDB), dos Vereadores Cláudio Costa (PT), Paulo Renato Mattos Gomes (Renatinho – PPS), Jair Rizo (PSB) e Delamar Mirapalheta (PDT).

Fiquei emocionado quando o Secretário Eliezer Pacheco deu a notícia. Foi um trabalho de todos nós, independentemente de partido ou ideologia.

A zona sul do Estado, especialmente a cidade de Rio Grande, só tem a ganhar com o que eu estou chamando de “pólo educacional do setor naval”. Sem dúvida a região entrará numa nova fase de desenvolvimento.

Falamos também do FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante, projeto de minha autoria que tramita nesta Casa.

Todos sabem o carinho que eu tenho pelo ensino profissionalizante.

Fico satisfeito, Sr. Presidente, pois o resultado desta reunião foi produtivo.

Srs. e Srs. Senadores, aproveitando o tema ensino profissionalizante, eu gostaria de registrar que o Ministério da Educação oferece a Estados e municípios, desde ontem, um sistema *on-line* para solicitação de recursos do programa Brasil Profissionalizado.

Em 2008, são R\$210 milhões para aumentar a oferta de escolas e matrículas de educação profissional pública no País. Até 2011, serão mais R\$690 milhões.

A meta é atender 800 mil alunos, capacitar 14 mil professores e construir 2.500 laboratórios. Os gestores estaduais receberam uma senha de acesso ao sistema.

O financiamento deve servir para construção, ampliação ou reforma de escolas públicas de ensino médio e profissional; aquisição de mobiliário, equipamentos e laboratórios destinados ao ensino profissional e tecnológico; ou ainda para compra de acervo bibliográfico.

Os recursos também podem ser utilizados para a formação de professores na área de ciências (química, matemática, física e biologia).

Os proponentes dos projetos terão que respeitar algumas condições, tais como: gratuidade do ensino; alcance da maior amplitude de matrículas; consonância com o catálogo de cursos técnicos; implantação de plano de estágio; vagas para jovens e adultos; e compromisso de gerenciamento na manutenção das escolas e das respectivas matrículas na educação profissional, a ser verificado por meio dos dados do Censo Escolar.

O Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Pacheco, lembrou que o Governo tem expandido a rede federal com a construção de escolas técnicas (214), mas quem tem capilaridade para atingir mais pessoas são os estados e os municípios.

O programa incentiva estados e municípios a retomar o ensino profissional integrado ao médio.

Essa retomada levará ao surgimento de um ensino médio com sua base científica reforçada e com um mínimo de articulação nacional.

Após aprovação dos projetos, os recursos serão repassados via convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui registrar que ontem recebi uma mensagem dos Coordenadores regionais da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas no Estado do Rio Grande do Sul em agradecimento ao pronunciamento que fiz aqui há algumas semanas.

Na mensagem os coordenadores Marilaine de Fraga Sant’Ana e Eduardo Brietzke dizem ter se sentindo honrados por ter sido citada a participação dos estudantes gaúchos e os nomes dos medalhistas.

Eu gostaria de dizer que eles, coordenadores e alunos, é que nos dão enorme orgulho. E que, sim, devemos sempre falar dos êxitos de nossos estudantes.

Afinal, eles precisam ser cada vez mais incentivados, pois deles depende o futuro de nosso País e de nossas futuras gerações.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar a Eletrosul pelo lançamento do Edital de Seleção de Projetos para Patrocínios Social e Institucional.

Uma importante iniciativa, que tem por objetivo apoiar projetos de grande alcance social no âmbito dos quatro Estados de atuação da empresa: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Tão logo foi publicado o edital, nosso Gabinete divulgou e orientou os conterrâneos gaúchos interessados em participar.

No total foram aprovados 64 projetos, e, no Estado do Rio Grande do Sul, 12 iniciativas tiveram sucesso.

Parabenizo todos aqueles que tiveram seus projetos priorizados.

Quero registrar as palavras que recebi por *e-mail* do Assessor Executivo da Univates, Oreno Ardêmio Heineck, ao comunicarmos o êxito pelo projeto Agroind, que demonstra o alcance social dessa bela iniciativa promovida pela Eletrosul:

“À equipe desse Gabinete e ao Senador Paulo Paim nosso agradecimento do fundo do coração em nome dos milhares de agroindustriais e produtores familiares que serão beneficiados com a realização do evento selecionado.”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Campeão de matemática luta contra doença para estudar, Ricardo Oliveira ganhou a segunda medalha de ouro de olimpíada de matemática. O menino foi condecorado pelo presidente Lula, no Teatro Municipal o Rio de Janeiro.

Do G1, com informações do Fantástico Tamanho da Letra

Nesta semana, um menino de Várzea Alegre, no sertão cearense, chamou a atenção do Brasil. Ricardo Oliveira foi condecorado pelo presidente Lula, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a segunda medalha de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas. Ricardo não é só um campeão dos números, é um vencedor na vida: ele nasceu com uma doença neurológica que atrofia a medula espinhal e causa fraqueza nos músculos.

Veja o Site do Fantástico

O estudante é filho de agricultores, que plantam arroz, milho e feijão para comer. A família recebe um salário mínimo por mês, da aposentadoria de Ricardo, e R\$ 70 que vêm de programas sociais do governo.

Na infância, a deficiência impediu que o garoto fosse à escola, mas Ricardo não perdeu a vontade de estudar. Foi alfabetizado em casa pela mãe, dona Francisca da Conceição, que só cursou até a sexta série. Francisca chegou a comprar uma cartilha para orientar o filho. Com a ajuda do irmão mais novo, Ronildo Oliveira, Ricardo foi além da leitura e das operações básicas da matemática.

Somente aos 17 anos ele conseguiu se matricular na escola. Fez um teste e entrou na quinta série. Mas só tem uma aula por semana, quando um professor vem à casa dele. Antes de o professor chegar, Ricardo adianta os estudos.

Obstáculos

Da porta de casa para fora, a vida de Ricardo se torna mais difícil. Se nas grandes cidades os obstáculos estão nas construções que nem sempre são planejadas para deficientes, na zona rural, onde ele mora, o problema é a total falta de infra-estrutura. A única estrada é de barro e está cheia de buracos. Por ela, a cadeira de rodas não passa. O jeito foi o pai do menino, seu Joaquim Oliveira, improvisar um carrinho de mão para transportar o filho.

Se o destino for a escola para fazer provas, Ricardo é carregado por um quilômetro. Foi assim que ele conseguiu participar duas vezes da Olimpíada Nacional de Matemática e trazer duas medalhas de ouro. A última foi entregue na terça-feira (26), no Rio de Janeiro.

Emoção

“O momento mais emocionante foi quando todas as pessoas que estavam assistindo aplaudiram de pé. Foi uma emoção tão grande que eu só tinha vontade de chorar”, diz Ricardo sobre a condecoração.

O jovem do sertão acumula medalhas e certificados. Além de matemática, ele também foi ouro nas olimpíadas de astronomia e astronáutica. Por causa do bom desempenho nos estudos, ele já tem computador em casa, que vai ajudar no seu sonho de se tornar um professor.

Falta agora chegar a internet à zona rural de Várzea Alegre. Mas, para quem esperou 17 anos para ir à escola, o tempo parece não ser problema. “A gente tem que começar sempre devagar e superar os obstáculos um a um, para chegar longe”, diz ele.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Seguindo a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Depois, falará o Senador Cristovam Buarque pela Liderança do PDT e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy numa comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, escutei só o final do pronunciamento de V. Ex^a, mas quero dizer-lhe que ontem nós demos um grande passo para resolver a situação do engavetado projeto de V. Ex^a, projeto que já se arrasta nesta Casa há quatro anos, projeto que está engavetado com o Relator há nove meses, projeto que trata de uma questão tão importante para os aposentados da Nação brasileira.

Senador, primeiro quero dizer que admiro V. Ex^a. Admiro a grande paciência que teve V. Ex^a, que esperou todo esse tempo sem nunca desistir, mesmo achando que a paciência de V. Ex^a foi muito grande, foi além dos limites. V. Ex^a é um homem íntegro. V. Ex^a está acima de quaisquer questões partidárias. Isto engrandece o ser humano: quando as questões maiores, principalmente as que envolvem seres humanos, estão acima de nossas ideologias, acima do amor que temos por cada partido. Aprendi a admirá-lo e quero dizer a V. Ex^a, da tribuna do Senado, dessa minha admiração por V. Ex^a.

Espero estar junto com V. Ex^a em questões com esse perfil, em questões que vivemos no dia-a-dia, pois cada um de nós sabe o quanto os aposentados precisam de nossa voz.

Fui testemunha, ontem, mais uma vez, aqui neste plenário, do mais alto conceito que V. Ex^a tem junto às

pessoas que precisam de sua ação. Hoje, ao levantar, decidi falar-lhe isso. Não é qualquer um que faz o que V. Ex^a faz, não é qualquer um. Sou parlamentar, Senador, há dezoito anos, e foram raríssimas as vezes em que vi um parlamentar deixar a questão partidária e se associar a uma questão de interesse social. E a questão social sobre a qual nos debruçamos agora é mais alta, é nobre, ela nos vai deixar, se solucionada, com a consciência do dever cumprido, e V. Ex^a é o grande comandante dessas ações.

Haveremos, nesta semana que vem, nobre Senador, de dar mais um passo à frente. Sei que milhares e milhares, Senador Mão Santa – talvez milhões e milhões –, de aposentadas, de aposentados e pensionistas deste País, neste momento, devem estar dizendo a cada um de nós: “Vão em frente, enfrentem tudo o que tiverem pela frente, mas tragam uma solução para os nossos problemas”.

Essa angústia dos aposentados brasileiros não é de agora, é de muito tempo, mas agora chegou ao seu limite. Se nós deixarmos passar mais tempo – eu não tenho a menor dúvida, Senador –, aqueles que pensavam que em sua terceira idade iriam ter sossego terão de andar de pires nas mãos, a pedir esmola para não morrerem de fome.

Eu não consigo entender, não consigo entender realmente – e aqui vai uma crítica ao vosso Presidente –, eu não consigo entender que o Presidente Lula crie um programa de assistência social aos mais pobres chamado Bolsa-Família e se esqueça daqueles que serviram à Nação.

A prática faz com que o ser humano reflita sobre muitas frases que citou na vida e hoje não é capaz de corresponder àquelas idéias. O Presidente Lula disse à Nação brasileira, em 2002, que não entendia, Senador Cristovam Buarque, por que um cidadão brasileiro trabalhador ganhava dez salários mínimos e, depois, passando para a aposentadoria, passava a perceber a metade. Por que, agora, quando demonstra uma sensibilidade às causas sociais neste País, criando o Bolsa-Família, o Presidente Lula não olha para essa classe? Qualquer matemática que se fizer, qualquer uma... V. Ex^{as} devem receber, como eu, milhares de *e-mails* por dia mostrando a matemática e o sofrimento de cada um. Não se pode questionar absolutamente nada em relação a esse sofrimento, absolutamente nada, é um sofrimento real.

Senador Paim, olhando para a sua pessoa, digo a V. Ex^a, ao Senador Mão Santa e a muitos Senadores que ontem mostraram vontade de resolver esse problema: vou fundo nessa questão, Senador. Tenho muitos pronunciamentos para fazer em relação ao meu querido Estado do Pará, mas essa questão me chama. Sei que os aposentados do meu Estado estão a observar as

nossas ações, e não só do meu Estado, mas do Brasil inteiro. Não há nenhum questionamento que venha a nos convencer, Senador. Nenhum. Ouvi o questionamento, ontem, do Líder do Governo. Nenhum, Senador, nenhum justifica absolutamente nada, Senador! Nada, absolutamente nada! E quero dizer a V. Ex^a que não arredarei um milímetro dessa questão. Só sossegarei, Senador, quando V. Ex^a sossegar, e sei que V. Ex^a não vão sossegar. V. Ex^a recebeu, ontem, a mão da maioria dos Senadores e Senadoras deste País. V. Ex^a viu, ontem, que todos aqueles que estavam aqui no momento da discussão quiseram externar os seus pensamentos de apoio a essa causa justa, justa causa.

Eu não entendo. O nosso País – só mais uns minutos, Sr. Presidente –, Senador, e são os seus próprios colegas que vêm a esta tribuna dizer que o nosso País tem uma economia sólida, que não tem inflação, que não tem crise externa, que a economia vai muito bem, obrigado. Céu de brigadeiro, céu azul para o nosso País. A arrecadação do nosso País aumenta, há superávit. E por que se deixam os velhinhos deste País sofrendo? Não quero pensar que seja uma mania brasileira, não quero dizer que seja uma mania brasileira esquecer os idosos. Pelo amor de Deus, oxalá, tomara que isso não seja verdade! Que esse meu pensamento seja falso! Tomara! Mas dá a sensação de que esses velhinhos sempre estão abandonados. É preciso ter respeito.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Vou-lhe conceder mais dois minutos, Senador Mário Couto, para que o Senador Paim faça o aparte e V. Ex^a conclua.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas é provável, Senador, que isso esteja acontecendo hoje no Brasil.

Tudo é favorável para que o Presidente Lula possa reajustar, com base no reajuste do salário mínimo, o que recebem os aposentados e pensionistas deste País.

Eu lhe dou um aparte, Senador Paulo Paim, com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, de forma muito rápida, cumprimento V. Ex^a e lhe confesso que estou um pouco mais feliz neste plenário. Até um tempo atrás, Senador Mário Couto, infelizmente, o debate aqui era só de CPI: CPI para cá, CPI para lá; CPI de um setor, CPI de outro setor. Mas percebo que estamos melhorando – e muito – a qualidade do debate neste plenário. Aqui, estamos discutindo o conflito Venezuela-Colômbia-Ecuador e a sua repercussão na América Latina. Neste plenário, começou o debate da reforma tributária. Já apontamos a preocupação da reforma política e de se acabar com o voto secreto. Entendo eu que estamos avançando. E essa questão

dos idosos nunca teve um palco tão firme em matéria de posição de Senadores e de Senadoras. Com certeza, quero reafirmar o que V. Ex^a disse: a maioria dos Senadores ontem pediu que a matéria viesse a voto para resolvermos essa questão de uma vez por todas. E lhe confesso também – disse isto da tribuna e termino agora –, Senador Mário Couto, que, na questão do salário mínimo, foram mais de 20 anos. Eu espero que, na questão dos aposentados, não tenhamos de insistir 20 anos. Eles não podem esperar 20 anos! Muitos deles, infelizmente, que já me remeteram correspondência nesses últimos anos, faleceram. E estamos falando de nove milhões de pessoas que estão depositando toda a sua expectativa aqui, no Senado da República, porque esse debate está se dando no plenário do Senado. E, se aqui for aprovado, tenho certeza de que a Câmara não deixará por menos e há de aprovar que o aposentado tenha o mesmo reajuste que for concedido ao salário mínimo. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Isso vai acontecer na terça-feira. Sr. Presidente, já vou terminar.

Na terça-feira, estaremos atentos na CAE. Não sou nem membro nem suplente, mas V. Ex^a vai ter apoio de muitos Senadores. A partir daí, Senador, vamos tomar as nossas posições. Ou, pela primeira vez, este Senado vai ter uma obstrução que não vai ser convocada pelos líderes, ou entraremos em vigília. Vamos fazer uma dessas alternativas de qualquer maneira e vamos alcançar o objetivo que todos aqueles que precisam da nossa voz esperam de nós.

Sr. Presidente, peço mais um minuto para apresentar um projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a terá mais um minuto, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Como neste Senado não há horário de apresentação de projetos, permita-me fazê-lo durante o meu tempo.

Senador Cristovam Buarque, quero apresentar um projeto de emenda constitucional que acrescenta o § 5º ao art. 55 da Constituição Federal para prever que, na apuração – repito: na apuração – de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal poderá obter informações relativas à movimentação bancária, a comunicações telefônicas e aos dados fiscais dos investigados. Esse projeto objetiva que nós, Senadores e Deputados Federais, possamos abrir as nossas contas, o nosso sigilo telefônico, o nosso sigilo bancário para as comissões investigarem os nossos procedimentos.

Os nossos procedimentos pertencem ao povo que nos colocou aqui. Esse povo precisa saber dos

nossos procedimentos. Por que esconder o nosso sigilo fiscal, bancário e telefônico? Por que escondê-los? Por que precisar ir à Justiça para que ela libere nossos sigilos? Não. Esta Casa precisa, cada vez mais, mostrar ao povo deste País que os seus membros não têm absolutamente nada a esconder. Nós somos eleitos pelo povo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Um minuto para concluir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço.

Foi exatamente esse povo, Senador Mão Santa, que nos colocou aqui. “O poder emana do povo”, diz a Constituição. E esse povo que nos colocou aqui quer saber das nossas contas bancárias, da nossa movimentação fiscal, do nosso sigilo bancário e telefônico, enfim. Para que fechar essas informações para o povo, para aqueles que nos mandaram para cá, aqueles que nós representamos?

Vamos mostrar à Nação brasileira os nossos procedimentos, o que temos, a evolução do nosso patrimônio. Não temos nada a esconder. Por que esconder? Por que precisar ir à Justiça para quebrar o nosso decoro? Por que isso? Que necessidade existe? Quando for investigado, estará aberto o sigilo fiscal, bancário e telefônico. Não precisa ir à justiça. Está aberto!

Para esse projeto, espero contar com o total apoio dos Senadores e Senadoras deste Senado, mostrando à Nação brasileira, cada Senador e cada Senadora, que a nossa vida parlamentar pertence ao povo desta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tenho certeza de que o Senador Cristovam vai me permitir usar da palavra antes dele, até porque S. Ex^a esteve presente na instalação da Subcomissão Permanente dos Direitos das Mulheres, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Realizamos uma belíssima audiência, com a presença da nossa Ministra Nilcéa Freire, da Ministra do Superior Tribunal de Justiça, de artistas como a Tizuka Yamasaki, a nossa cineasta, de Leci Brandão, de

representantes da sociedade civil, dos organismos de articulação das mulheres, da nossa querida Hortência, representando as atletas brasileiras.

Ao final da audiência, Senador Cristovam Buarque – V. Ex^a já não mais se encontrava –, a Justina Cima, que estava falando pelo movimento que acompanha toda a questão da Previdência relacionada às mulheres, chamou uma agricultora do Rio Grande do Sul, que prestou um depoimento extremamente forte, emocionado, transmitido pela TV Senado. As cenas foram realmente muito chocantes, porque a agricultora mostrou os ferimentos que tinha sofrido num enfrentamento no Rio Grande do Sul com a Polícia Militar. Recentemente, naquele Estado, uma empresa internacional, a Estora Enzo – é assim, Senador Sibá? –, que não poderia constitucionalmente comprar terras na área de fronteira, utilizou-se de laranjas para comprar terras. A Via Campesina ocupou o espaço, mas foi brutalmente retirada da área, e várias mulheres foram feridas.

Então, queria fazer esse registro, porque o depoimento da agricultora e os ferimentos que ela mostrou durante a reunião trouxeram-nos grande preocupação e estão tendo repercussão. Já recebemos várias telefonemas pedindo informação sobre as providências que a Subcomissão de Direitos Humanos vai adotar.

Agradecemos a todos os Senadores e a todas as Senadoras que compartilharam da bela audiência pública, mas dali já saímos com uma tarefa muito delicada, até porque a internacionalização de terra brasileira foi tema, esta semana, de uma audiência pública realizada na Comissão de Agricultura, onde tivemos um bom debate.

No entanto, o problema não é só o debate, porque concretamente o enfrentamento já está se dando entre aqueles que entendem que a soberania nacional não pode ser violada e não pode ser afrontada nossa regra constitucional de preservar as terras de fronteira na mão de brasileiros. E quando corajosas mulheres fazem esse enfrentamento, colocam-se contrárias a uma afronta constitucional, sofrem violência como as agricultoras do Rio Grande do Sul.

Então, propusemos ao Senador Paulo Paim organizarmos rapidamente uma visita da Comissão de Direitos Humanos ao Rio Grande do Sul, para que possamos fazer frente a essa violência.

Volto a dizer que essa situação está relacionada à soberania do País e à violência, principalmente, contra as mulheres, às vésperas do Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no dia 8 de março.

Era esse o registro, Sr. Presidente, que eu não poderia deixar de fazer, até por conta do volume significativo de telefonemas que o nosso gabinete está

recebendo, perguntando se alguma providência vai ser tomada, porque realmente o depoimento, a cena com a agricultora mostrando os ferimentos, transmitida pela TV Senado, foi muito chocante.

O Sr. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Eu me associo ao seu registro.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no sábado próximo, estaremos comemorando o Dia Internacional da Mulher. Eu não vou estar aqui amanhã, que seria um ótimo dia, Senadora Ideli, para fazer uma homenagem mais próxima dessa data comemorativa. Amanhã eu continuarei as minhas caminhadas pelas cidades. Estarei em Porto Alegre, Pelotas e Ijuí.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Cristovam, se V. Ex^a me permite, V. Ex^a vai estar no Rio Grande do Sul. Depois disso que tivemos, acho que será um bom momento para V. Ex^a, em nome do Senado da República, levar a preocupação por esse episódio de violência ocorrido atingindo mulheres. Então, quero dizer que me sinto representada com essa sua ida, se V. Ex^a tiver a oportunidade de colocar a nossa grande preocupação com o ocorrido. E, com relação às mulheres, vamos ter uma sessão especial na terça-feira, em que terão preferência os homens, para falar na sessão das mulheres, para podermos construir a nossa harmonia de gênero.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem, agradeço, falarei no Rio Grande do Sul sobre o assunto, obviamente sem o seu sotaque, quase gaúcho, de catarinense.

Mas, Senador, por causa de estar fora esses dias, nessa caminhada que venho fazendo desde o ano passado, cidade por cidade, carregando a bandeira do “Educação é Progresso”, não vou estar aqui amanhã, quando eu gostaria de falar mais e com mais detalhes sobre o dia das mulheres. Entretanto, neste curto pronunciamento, quero deixar claro aqui dois aspectos sobre os quais temos de refletir no o dia das mulheres: o primeiro é sobre o papel que os homens têm desempenhado na história da humanidade. Os nomes que ficaram na história, ao longo desses dez mil anos, são quase na totalidade masculinos. Mas a maldade que a história fez, ao longo desses dez mil anos, é responsabilidade também dos homens; raramente das mulheres. Este é um lado com o qual precisamos nos preocupar: o fato de a história ter sido feita pelos homens, excluindo as mulheres, e de que as maldades, portanto, foram produzidas pelos homens.

É por isso que este é um dia de luta pelos direitos das mulheres. Direito, por exemplo, a um emprego,

porque, no Brasil, as mulheres têm menos emprego. O número de desempregadas é maior do que o de desempregados, Senador Paim. Existe a luta pelo salário, porque o salário de uma mulher é menor do que o salário de um homem, quando fazem a mesma atividade. Também a luta pelo trabalho, que não é o mesmo que emprego, porque, embora haja menos emprego para as mulheres, o trabalho delas é muito maior, porque trabalham no emprego e trabalham em casa, exercendo atividades domésticas, pelo fato de os homens, ao longo da história, terem jogado toda essa carga doméstica para cima das mulheres.

Além disso, há o problema da violência. Senador Paim, 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil. Isso quer dizer que, nestes cinco minutos que tenho para falar aqui, há pelo menos 20 mulheres sendo espancadas. É um absurdo o que a gente vê desse ponto de vista no Brasil!. Isso em relação ao que a gente pode falar sobre o direito que temos de lutar pelas mulheres, da revolução que é preciso fazer na cabeça dos homens e nas leis para acabar com a falta de direito das mulheres nesses aspectos.

Quero falar um pouco sobre o protagonismo das mulheres, como falei hoje na Comissão presidida pelo Senador Paim. Eu disse: as mulheres sofrem grande parte disso, e a humanidade padece de todas essas maldades, porque as mulheres têm estado ausentes do poder. Não há a menor dúvida de que o exercício do poder com a ótica feminina – às vezes, muitos homens conseguem ter essa ótica, e muitas mulheres não a tem – traz urgência para a solução dos problemas que, em geral, a ótica masculina não traz. Quando um homem – eu dizia isto hoje de manhã – precisa trazer comida para casa, ele vai em busca de emprego, passa um mês, traz o salário, pára no boteco e, quando chega em casa, já está todo mundo morto de fome. A mulher, se falta comida em casa, naquela noite ela tem de colocar comida. Ela busca solução imediata, nem que seja pedindo ao vizinho ou à amiga vizinha alguma comida; nem que seja pedindo ao menino para engraxar sapato naquele dia, mas, de noite, tem de haver comida.

A pobreza não é resolvida no Brasil por falta de urgência, como não tivemos urgência para eliminar a escravidão neste País. E, talvez, não seja por coincidência que a Lei Áurea tenha sido assinada por uma princesa, e não pelo pai dela, Imperador.

Para terem uma idéia da exclusão das mulheres no processo político, dos 594 Parlamentares nacionais, entre Deputados e Senadores, apenas 49 são mulheres. Mas há um dado mais grave: das 5.560 prefeituras existentes, apenas 418 têm prefeitas – de 5.560, em apenas 418 há mulheres. Vai ver que é por isso que a maior parte

das nossas prefeituras não cuida tão bem das crianças; vai ver que é por isso que elas não cuidam tão bem dos jardins das cidades, por causa da ótica masculina, que domina o exercício do poder no Brasil.

Quero, por isso, ao mesmo em que defendo os direitos, trazer também aqui a idéia de que é preciso aumentar o protagonismo das mulheres.

Concluo, se o Presidente me der um tempinho, prestando algumas homenagens a algumas mulheres.

De Brasília, quero citar o nome de Gisele Santoro, que, como heroína, consegue manter atividades artísticas, que, às vezes, achamos que é por milagre, e não apenas por competência. Quero também prestar homenagem a 1,7 milhão de mulheres que são professoras do ensino fundamental e do ensino médio, porque estas são as construtoras do Brasil. Quem constrói um país é o professor, e, no Brasil, professor se escreve com “a” no final, de “professora”.

Quero dizer aqui que a permanência no Senado de cada um de nós deve ser no sentido de olharmos o mundo com a ótica feminina da urgência na solução dos problemas.

Os dois grandes problemas mundiais, o meio ambiente e a desigualdade, não tenho a melhor dúvida de que, primeiro, foram provocados pelos políticos homens, que, durante todos esses séculos, têm administrado com desprezo a natureza e com desrespeito a desigualdade e, ao mesmo tempo, com o abandono da educação.

E, segundo – aí eu concluo...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...o meio ambiente. Esse aquecimento global certamente não teria o nível que tem se a gente olhasse para a natureza com uma ótica característica do coração feminino de enfrentar os problemas.

O Brasil precisa fazer uma revolução, feminilizando a maneira como os problemas são enfrentados.

Embora o dia 8 seja, em geral, um dia de defesa do direito das mulheres, quero trazer o dia 8 também para ser um dia de luta pelas mulheres para aumentar seu protagonismo, sua ação, sua participação, o exercício do seu poder na transformação deste País, para que, no futuro, a escola do mais pobre menino e menina seja tão boa quanto a escola do mais rico menino ou menina deste País. Esta é uma visão feminista.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a quer mais um minuto, Senador, para concluir?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não, era isso o que eu tinha para falar, Presidente, e agrade-

ço ao Líder do meu Partido por ter me cedido o tempo a que tinha direito para que eu pudesse falar.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Vicente Claudino; Sr^{as} e Srs. Senadores, já na semana passada, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se preocupou com o problema, muito sério, de brasileiros e brasileiras que estão tendo dificuldades em viajar, ingressar e permanecer, mesmo por alguns dias, em países da Europa, em especial na Espanha.

Há poucos momentos, conversei com nosso Embaixador na Espanha, José Viegas, tendo em vista situações ocorridas tanto na semana passada quanto agora que estão nos preocupando sobremaneira.

Na semana passada, juntamente com diversos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentei requerimento para realização de audiência pública a fim de discutir o aumento de casos de não-admissão e/ou deportação de brasileiros na Europa, conforme tem sido amplamente noticiado pela imprensa nacional. Para tanto, sugeri a presença dos seguintes convidados: Embaixador Oto Agripino Maia, Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty; Dr. Romeu Tuma Júnior, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (Programa Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas); o Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração do Ministério do Trabalho (responsável pela cartilha para brasileiros no exterior); a Dr^a Laís Abramo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho em Brasília; a Delegada Gilse Aparecida Landgras, Coordenadora-Geral de Polícia de Imigração da Polícia Federal; Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos e integrante da Pastoral dos Brasileiros no Exterior, da CNBB; e, como caso importante, exemplar, para ilustrar o que se tem passado, a Sr^a Patrícia Camargo Magalhães, estudante de Mestrado em Física da Universidade de São Paulo.

Em sua passagem pelo aeroporto de Madri, com destino a Lisboa, onde iria participar do **Workshop on Scalar Mesons and Related Topics**, denominado Scadron 70, para apresentação de um estudo de amplitude unificada intitulado “**Study of the unitarized amplitude of two scalar resonances**”, a Sr^a Patrícia Camargo Magalhães, que é pesquisadora da Fapesp, acabou tendo dificuldades enormes, que não condizem com o tratamento adequado que as autoridades

espanholas poderiam e deveriam dar aos brasileiros que para aquele país viajam.

Quero ressaltar que o Brasil, em especial, tem uma tradição de bem receber cidadãos da Europa, como Portugal e Espanha. O Brasil tem um procedimento exemplar; então, seria próprio que houvesse reciprocidade por parte da Espanha.

O Embaixador José Viegas há pouco me esclareceu que, ontem, o Cônsul-Geral em Madri, Embaixador Gelson Fonseca, encaminhou por telefone e fax o seu testemunho sobre a informação dos estudantes brasileiros para o chefe da imigração, Sr. Carlos Salamanca, informando que se tratava de pesquisadores que iriam a Portugal. Infelizmente, não houve a devida atenção para com a manifestação da auto-riedade brasileira.

O Chanceler Moratinos recebeu a comunicação do Embaixador do Brasil na Espanha, José Viegas, dizendo que é preciso ser dado um tratamento adequado aos brasileiros, que esteja à altura do bom relacionamento que a Espanha sempre teve com o Brasil.

É importante que o Ministro interino, Embaixador Samuel Pinheiro de Guimarães, tenha chamado, hoje, o Embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró, para ressaltar que essas atitudes prejudicam a imagem da Espanha no Brasil.

Por isso, considero muito importante que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e nós, no Senado, venhamos a discutir mais aprofundadamente esses assuntos.

Solicito, Sr. Presidente, que seja transcrita na íntegra a carta de Patrícia Camargo Magalhães, deportada para o Brasil pelas autoridades espanholas.

Meu nome é Patrícia Camargo Magalhães, tenho 23 anos e sou mestranda em Física na USP. Dia 09 de fevereiro embarquei no voo IB6820 [da Ibéria], saindo de Cumbica, Guarulhos, para Madri, local em que faria escala e seguiria para o destino final: Lisboa. Em Lisboa, iria apresentar o trabalho de pesquisa na Conferência Scadron 70, que começaria dia 11/02 e terminaria 16/02. No entanto, a falta de documentos em mãos que provassem a minha estada em Lisboa fez com que ficasse retida na aduana, sob a desculpa inicial de verificação da quantidade de dinheiro que eu carregava. Ainda sem entender ao certo o que estava acontecendo, me dirigi ao local indicado e esperei ser chamada.

Cheguei ao aeroporto de Madri às 9h30 da manhã de domingo. Às 13h30 ainda esperava que alguém viesse falar comigo. Por diversas vezes, ressaltai delicadamente à polícia que

perderia a conexão para Lisboa. A resposta era sempre a mesma: **“Senta-te, espera, si perdes el vuelo después te darán otro”**.

Finalmente, após quatro horas esperando sem saber o que poderia acontecer, um policial apareceu com uma pilha de passaportes nas mãos e foi chamando os brasileiros, que iam sendo liberados.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Senador, vou conceder mais um minuto a V. Ex^a para a conclusão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

E, então, percebi que todos os homens tinham sido liberados e só restaram as mulheres, em sua maioria negras e mulatas. Quando, depois de horas de espera, chegou um outro avião da Venezuela, muitas outras mulheres se juntaram a nós e fomos todas levadas para o outro aeroporto, onde ficaríamos presas por três dias, até serem enviadas de volta, na manhã desta terça-feira.

E assim prossegue o depoimento que peço seja transcrito na íntegra, como o de outros brasileiros que passaram por situações semelhantes.

Requeiro, também, que seja registrada a carta do ex-Embaixador Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Fapesp, encaminhada ao Embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró Conde, em que expressa o seu sentimento de indignação...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (...) pelo tratamento recebido pela física brasileira Patrícia Camargo Magalhães.

Finalmente, Sr. Presidente, quero cumprimentar a disposição do Ministro Celso Amorim de, na próxima quarta-feira, às 15h, vir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para atender à solicitação dos Senadores, aprovada, hoje, em requerimento assinado por todos, para explicar os passos que estão sendo dados pelo Brasil para o melhor entendimento entre o Equador, a Colômbia, a Venezuela, o Brasil e todos os países da América do Sul, da América Latina.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

« “Foi preconceito social e sexual”, diz física
ONU quer turismo contra pobreza no Brasil »

Íntegra da carta de Patrícia Camargo, deportada para o Brasil pelas autoridades espanholas

Escrito por Daniela Alves em fevereiro 20, 2008

Meu nome é Patrícia Camargo Magalhães, tenho 23 anos e sou mestrandia em física na USP. Dia 9 de fevereiro embarquei no voo IB6820 saindo de Cumbica (Guarulhos) com destino a Madrid, local em que faria escala e seguiria ao destino final: Lisboa. Em Lisboa iria apresentar meu trabalho de pesquisa na conferência Scadron70, que começou dia 11/02 e termina 16/02. No entanto, a falta de documentos em mãos que provassem a minha estadia em Lisboa fez com que ficasse retida na aduana, sobre a desculpa inicial de verificação da quantidade de dinheiro que eu carregava. Ainda sem entender ao certo o que estava acontecendo, me dirigi ao local indicado e esperei ser chamada.

Cheguei ao aeroporto de Madrid 9h30 da manhã de domingo. Às 13h30 ainda esperava que alguém viesse falar comigo. Por diversas vezes ressalttei delicadamente à polícia que perderia a conexão para Lisboa. A resposta era sempre a mesma: “Senta-te, espera, si perdes el vuelo después te darán otro”.

Finalmente (após quatro horas esperando sem saber o que poderia acontecer), um policial apareceu com um pilha de passaportes nas mãos e foi chamando os brasileiros que iam então sendo liberados. E então percebi que todos os homens tinham sido liberados e só restaram as mulheres, em sua maioria negras e mulatas. Quando, depois de 5 horas de espera, chegou um outro avião da Venezuela, muitas outras mulheres se juntaram a nós e fomos todas levadas para o outro aeroporto onde ficaríamos presas por 3 dias até sermos enviadas de volta, na manhã desta terça-feira (12) às 11h35, no voo IB6821.

Preso em situação parecida comigo, Camille Gavazza Alves, baiana de 34 anos, estava indo estudar inglês em Dublin, Irlanda. Tem um trabalho fixo na Companhia Petrobrás e havia conseguido uma licença de seis meses para frequentar o curso.

Possuía toda a documentação necessária para provar o motivo da viagem e foi deportada pelo governo espanhol sob a acusação de não conseguir provar os motivos – a mesma razão que alegaram para o meu caso.

Como nós, havia outras mulheres em situação parecida. Nádia, funcionária pública em Maringá (PR), pretendia visitar sua filha durante seu mês de férias. A filha de Nádia vive legalmente na Espanha há um ano e meio e seria a primeira visita da mãe à Madrid.

Ficamos presos no último andar do aeroporto, sem comunicação alguma com o mundo exterior a não ser por um telefone público para o qual era preciso comprar cartão. Éramos homens e mulheres de diversas nacionalidades, todos latinos e alguns africanos, ao todo mais de cem pessoas. O consulado brasileiro na Espanha foi acionado por nós e pelo Brasil, diversas vezes e por muitas pessoas diferentes, e nada fez frente ao nosso chamado de socorro. Nem ao menos respondeu nossas ligações.

Do telefone público da sala, mobilizei amigos que já estavam no congresso em Lisboa e família no Brasil, para que me mandassem provas de que eu estava devidamente inscrita no congresso e possuía reserva no hotel para o período do congresso.

As 14h30 da segunda-feira (11), por fim fui chamada para uma entrevista com a polícia, um advogado e um intérprete. A entrevista durou até em torno de 16h e foi a primeira vez, desde domingo de manhã, que fui ouvida pelas autoridades espanholas. Ao final, li meu depoimento cuidadosamente e por duas vezes pedi que ele fosse corrigido. Nele constava minha profissão, o valor da bolsa de mestrado, o motivo da viagem, a quantidade de dinheiro que eu levava, provas materiais como a cópia do meu pôster de apresentação, a capa de um artigo científico que levava meu nome, além de telefones de muitas pessoas e lugares em Lisboa que poderiam comprovar tudo.

Porém, de nada adiantou tudo isso. Nenhum telefonema foi dado, a minha carta estava pronta antes mesmo de terminar a entrevista (o horário do documento é 14h). Quando questionei a polícia a esse respeito, os agentes disseram que nada poderiam fazer e que quem decidia sobre quem seria enviado de volta ou aceito

era o chefe da polícia. Perguntei: “Mas onde está o chefe da polícia?” e pedi que especificassem quais documentos faltavam. Fui ignorada. Não assinei a carta de expulsão.

Não levaram em consideração minhas explicações em momento algum. Me deixaram presa em um cárcere sem grades mas com regras. Fui privada da minha liberdade e de meus objetos de higiene pessoal – não pude ficar nem com minha escova de dente, pílula, ou qualquer outro artigo de higiene. Tampouco aceitaram os documentos e comprovações enviados por fax ou ligaram para os telefones fornecidos por mim para confirmar as informações. Fizeram a carta de expulsão antes mesmo de me ouvir quando pude falar.

Sobre as instalações do cárcere só tenho a dizer que se tratava de um ambiente degradante. No primeiro dia, não havia lugar para todos sentarem e tive que ficar uma boa parte do dia sentada no chão, inclusive na hora do almoço. Na janta, fazia frio não queria comer no chão, então fui comer sentada na bancada do banheiro.

Isso tudo é uma clara demonstração de preconceito social e sexual, e ainda uma violação clara dos Direitos Humanos e do Tratado de Fronteiras Shengen, do qual eles mesmos se utilizaram para me colocar fora de seu país. O próprio advogado presente na minha entrevista ficou irritado com a má-vontade em ouvir as pessoas entrevistadas.

Algo deve ser feito. O governo brasileiro não pode permitir que seus compatriotas sejam tratados de forma degradante. De minha parte, estou me informando para entrar com um processo contra o governo espanhol, via Itamaraty ou diretamente na corte espanhola (com o advogado que me acompanhou na entrevista) para reembolso da passagem e danos morais. No Brasil, vou processar o serviço consular brasileiro na Espanha – que não fez o seu trabalho.

Estou à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Patrícia Camargo Magalhães

Esta entrada foi publicada em fevereiro 20, 2008 às 12:50 pm e é arquivado abaixo Imigrantes. Tagged: consulado brasileiro na Espanha, direitos humanos, Espanha, Madrid, Patrícia Camargo Magalhães, preconceito, Tratado de Fronteiras Shengen. Você pode seguir qualquer respostas para esta entrada através de RSS 2.0 feed. Você pode deixe uma resposta, ou trackback do seu próprio site.

19 Respostas para “Íntegra da carta de Patrícia Camargo, deportada para o Brasil pelas autoridades espanholas”

1. *elisabete*
fevereiro 20, 2008 às 3:47 pm

Disse:

Por favor preciso muito entrar em contato com a Patricia camargo magalhães, pois eu cheguei em madrid, dia 9/2 as 9:30 e só voltei pra casa no dia 11/2 as 00:05, eu estava com meu bebê de 17 meses, minhas irmãs moram na espanha a mais de 10 anos e apesar da documentação exigida que era a tal carta convite que eles pedem me deixarm 3 dias la, estive no mesmo lugar que a patricia e no mesmo dia, pena que não nos encontramos la, minhas irmãs contrataram uma advogada pra me tirar de la, mas foi inutil provaram de todas as formas que eu estava indo pra visitar minha familia mas mesmo assim, não deram atenção a advogada fez uma denuncia ao juizado de menores de madrid sobre os maus tratos da assistente social do local que de assistente social não tem nada, ela é sim uma torturadora psicologica... não tinha agua quente pra dar banho na minha filha, pedi alimento pra ela, as 11:00 da manhã e ela só trouxe as 16:30 e só depois de todo esse tempo que ela também resolveu trocar meu dinheiro pra que eu pudesse comprar um cartão telefonico e entrar em contato com minha familia, se bem que ela já tinha percebido algo estranho porque estavam todas me esperando no aeroporto, os maus tratos eram horriveis só depois da advogada solicitar o comparecimento de um juiz de menores no local , que o tratamento foi outro, mas mesmo assim

camuflaram o lugar o maximo que puderam pro juiz achar que la sim poderia ficar um bebê, o lugar é mal cheiroso, não tinha agua quente a criança ficou misturado com mais de 40 pessoas, o banheiro é coletivo fora que não é limpo. POR FAVOR ME AJUDEM A ENTRAR EM CONTATO COM A PATRICIA, TBM QUERO FAZER UMA DENUNCIA FORMAL, E TÔ AQUI PRA AJUDAR NO DEPOIMENTO DELA... OBRIGADA POR ENQUANTO.

2. *Cláudia de Lima Moreira* Disse:
fevereiro 21, 2008 às 12:21 am

Quando li o depoimento da Patrícia revivi as mesmas angústias que ela viveu naquele cárcere no aeroporto de Barajas, Madrid. Essa situação aconteceu comigo e meus familiares no dia 22 de janeiro deste ano, onde passamos por momentos de grande angústia, sem saber o que estava se passando, e o porque de estarmos detidas naquele lugar terrível. Quando pedimos para acionar o consulado brasileiro na Espanha o que tivemos como resposta era que o nosso consulado de nada valia naquele país. Ficamos horrorizadas com tal resposta! Estávamos de férias escolares e escolhemos Madrid para passarmos uma semana. Compramos o pacote pela TAM VIAGENS. Nos deportaram no dia seguinte sem a menor explicação onde fomos escoltadas pela polícia até a escada da aeronave como se fôssemos criminosas. Como você Patrícia, fizemos todas as denúncias que podíamos, enviando o nosso relatório para o Itamaraty e para outros órgãos do governo tanto estadual como federal. Até o presente momento não tivemos nenhuma manifestação por parte das

autoridades. Estamos certas de que vamos até onde pudermos com as nossas denúncias, para que possamos ser ouvidas. Abraços, e que as autoridades tenham a dignidade de se manifestarem.

3. *Tiago* Disse:
fevereiro 21, 2008 às 2:50 am

Gostaria de dizer que passei exatamente pela mesma situação relatada pela Patrícia, naquele mesmo local, apenas alguns dias antes (fiquei lá de 19 a 21 de Janeiro). Sou doutor em engenharia, formado pela UFRGS, e atualmente sou bolsista-pesquisador em um projeto de pesquisa na UFRGS e professor na escola de engenharia da Ulbra. Estava indo para a Bélgica encontrar a minha namorada, que esta iniciando um período de 8 meses de estudos na Universidade Católica de Louvain La Neuve, como parte do doutorado dela (também em engenharia). No meu caso também faltavam apenas as reservas de hotel ou uma carta-convite. Para completar, ainda tive meu passaporte marcado, o que me impediu de tentar ir novamente. Eu sou testemunha do tratamento desumano que as pessoas recebem naquele lugar, e da falta absoluta de apoio aos brasileiros que ficam naquela situação. Tenho parentes na Europa que tentaram de tudo para me ajudar, e o único que tentou fazer alguma coisa foi o cônsul da Bélgica na Espanha. Faço questão de denunciar esta situação, e estou a disposição para qualquer esclarecimento.

4. *Beta* Disse:
fevereiro 21, 2008 às 12:23 pm


Angustias vividas por mim por CINCO DIAS no Aeroporto de Barajas em julho de 2007 voltaram à tona com a notícia nas rádios e jornais da frustrante viagem de Patrícia. Eu estava de férias e ia me hospedar na casa de uma amiga que mora há 5 anos em Madrid, tinha passagem de ida e volta e dinheiro suficiente para os passeios, sou formada em letras pela USP e funcionária da Escola Politécnica também na USP e tinha todos

esses comprovantes. Revolta-me a forma como vi latinos americanos e africanos sendo tratados naquela prisão, algo tem que ser feito, afinal o Tratado de Fronteiras Shengen não é bilateral? Como os europeus são tratados aqui? Alguém já ouviu história parecida no aeroporto de Guarulhos? Claro que não, o que nossos representantes fazem? À todos que passaram por isso deixo aqui minha solidariedade e contato para que possamos nos unir e reivindicar nossos direitos (zabeleza@hotmail.com)

Abraços cordiais

Beta

(ps. Elisabete, entre em contato comigo)

5.  *Verônica*
fevereiro 21, 2008 às 1:35 pm

Teresi

Disse:

Por Veronica Teresi

Estimados,

Imagino que já viram essa notícia... Estive pensando bastante nela e queria compartilhar com vocês e, quem sabe, até mesmo saber o que pensam sobre ela.

Não que este caso concreto seja o único, porque diariamente alguns de nós sabemos que eles acontecem não somente com universitários que iriam apresentar trabalhos no exterior, mas com pessoas comuns, estudantes, turistas, etc.

Acho que existem, pelo menos, duas coisas a serem levadas em consideração:

1. A posição do consulado. No caso desta brasileira, é inimaginável a intenção do consulado. Como se pretendia que a brasileira mandasse um pedido formal (escrito) para o consulado? Ela não tinha acesso nem à

escova de dente... Isso, ao meu ver, indica no mínimo, uma falta de sensibilidade para a situação de fragilidade em que se encontram esses brasileiros, o que deve ser repensado e construído.

2. A situação específica dessa brasileira em Madri. Sabemos da existência de restrições à entrada de migrantes na União Européia. Porém, o que mais sobressai são as formas como executam essa imposição. Não há informações claras sobre os documentos que estão faltando, as condições em que permanecem as pessoas não- admitidas esperando a devolução aos países de origem, na falta de informações gerais e, inclusive, no momento de reavaliar casos em que fica esclarecida a não intenção de permanecer como imigrante irregular (o caso dessa brasileira, isso fica bastante evidente). Penso que esse fato concreto pode e deve inspirar mudanças na forma de tratamento aos imigrantes que chegam ao espaço territorial da União Européia.

Penso que esse caso pode colocar em questão essas duas discussões: 1) a atuação do consulado brasileiro com relação à atenção aos brasileiros no exterior. e 2) a forma como a polícia estrangeira trata os imigrantes, entre eles os brasileiros, que por ali passam.

6. *N.Sandra*
fevereiro 24, 2008 às 5:44 pm

Disse:

Compartilho a mesma dor de ter ficado detida, no dia 22 de janeiro deste ano. Neste dia era o aniversário de minha prima que me aguardava e aguardou até praticamente o outro dia, juntamente com a sua família que lá reside. Ela já havia preparado a recepção que acabou não acontecendo. Seu esposo, com os pais, tentaram diversas formas para me tirar de lá. Minha família no Brasil de tudo fizeram. Comunicávamos pelo telefone da sala que fiquei juntamente com outros brasileiros e estrangeiros. E ficamos

25 horas até a saída de volta ao Brasil. Verdadeiramente nunca havia passado por tal humilhação, uma situação muito constrangedora para uma pessoa, como tantas outras, busca uma vez na vida conhecer outro país, em visitar parentes, pessoas muito queridas. Que não pretende trabalhar ou morar lá, ficar ilegal. Mostrei a polícia carta, dinheiro, cartões, comprovante de renda como funcionária pública, mas nada adiantou. Isso não deveria ficar impune. Estou à disposição para denunciar esta situação.

7. *Fabiana*

Disse:

março 1, 2008 às 5:29 pm

Olá Patricia sinto muito por essa situação. Eu passei tb por uma situação na Espanha. A Polícia da Espanha é desumana eu tenho uma carta de expulsão.. Fui presa ficaram com todos os meus objetos e fiquei numa cela parecia que eu era uma assassina uma delinquente... Fiquei uma noite inteira presa qd amanhaceu o dia foram 4 policias me levar café parecia que eu era uma bandida muito perigosa fui fichada como uma pessoa que comete um crime... Chorava muito que não conseguia me controlar nunca passei por situação dessa... Mas infelizmente é assim eles tratam Brasileiro como cachorro... Eu falei qd ia embarcar que europeu deveria ser tratado da mesma forma lá no Brasil...eu não tinha mas o que perder... Sinto muito Patricia o que aconteceu com vc... Um grande abraço Fabiana

Requerimento Nº 4, DE 2008 - CRE

Requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública para discutir o aumento de casos de não-admissão e/ou deportação de brasileiros na Europa, conforme tem sido amplamente noticiado pela imprensa nacional, com a presença dos seguintes convidados:

EMBAIXADOR OTO AGRIPINO MAIA - Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores

DR. ROMEU TUMA JÚNIOR - Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (Programa Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas)

DR. PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA - Coordenador-Geral de Imigração - CGI do Ministério do Trabalho (responsável pela cartilha para brasileiros no exterior)

DRA. LAÍS ABRAMO - Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília

DELEGADA GILSE APARECIDA LANDGRAS- Coordenadora-Geral de Polícia de Imigração da Polícia Federal

IRMÃ ROSITA MILESI - Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos e integrante da Pastoral dos Brasileiros no Exterior da CNBB

Patricia Camargo Magalhães

Sala das Comissões, 28 DE FEVEREIRO DE 2008.

Eduardo Suplicy
Senador Eduardo Suplicy

JUSTIFICATIVA

A audiência pública solicitada acima tem como fundamento a necessidade de urgente análise pelas autoridades brasileiras, estrangeiras e sociedade civil organizada em relação à política de repatriação de estrangeiros aplicada pela autoridade de imigração da Espanha em razão de matéria denunciada no Jornal “Folha de São Paulo” e na Revista “Época”, de 24 de fevereiro de 2008.

Consta nas matérias acima que a física brasileira “Patrícia Camargo Magalhães, de 23 anos, foi deportada no dia 12 de fevereiro último de Madri, depois de ficar retida por 53 horas numa sala de aeroporto, quando estava a caminho de um congresso científico em Lisboa, sem que a policia espanhola ouvisse suas explicações, nem respondesse a um fax de um professor da Universidade de São Paulo – USP, esclarecendo a situação.

Destaca-se que o episódio serviu de tema para um artigo do jornalista “Elio Gaspari”, publicado em dois jornais brasileiros – “O Globo” e “Folha de São Paulo”, com o título “A Espanha esquece que já exportou pobres”, referindo-se à emigração de espanhóis pobres, miseráveis e criminosos para o Brasil, desde o século 19 até o ano de 1972, período em que cerca de 800 mil deles desceram em solo brasileiro para aqui se radicar. Gaspari ressalta que “a onda de brasileiros na Europa é coisa recente”, e que estes seriam só 70 mil em toda a Espanha.

Diante desse quadro, é fundamental a intercessão do governo brasileiro junto à União Européia para que situações como a acima narrada não se repitam.

[Cadastre-se](#) | [Login](#) [Cadastre-se](#) | [Login](#)

- [Tornar Globo Online a sua página inicial](#)
- [Adicionar Globo Online aos seus favoritos](#)
- [Aumentar fonte](#)
- [Diminuir fonte](#)

BARRADOS NO AEROPORTO

Embaixador da Espanha discute com chanceler interino detenção de brasileiros em Madri

Publicada em 06/03/2008 às 12h36m
O Globo Online

RIO - O ministro interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, reuniu-se em Brasília com o embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró, para discutir a situação de pelo menos 30 brasileiros que estão retidos no aeroporto de Madri desde a manhã de quarta-feira. Entre os brasileiros estão alunos de pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Eles estavam seguindo para Lisboa, em Portugal, onde fariam palestra num congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política.

Os estudantes foram detidos sem qualquer acusação. De acordo com o presidente IUPERJ, José Maurício Domingues, os estudantes estão sendo constrangidos, inclusive passando fome e sede. Em outubro do ano passado, o GLOBO ONLINE relatou outros casos de brasileiros que denunciavam maus-tratos ao serem barrados no aeroporto de Madri.

" É uma situação absurda e um total desrespeito o que está acontecendo a estes jovens "

- É uma situação absurda e um total desrespeito o que está acontecendo a estes jovens, que foram convidados para apresentar um trabalho num congresso em Portugal e apenas passariam pela Espanha. Os familiares informam que eles estão sem poder comer e beber água - afirmou Domingues.

Os detidos tiveram poucas chances de falar com as famílias até quarta-feira. Segundo Domingues, um integrante do consulado brasileiro na Espanha foi até o aeroporto para tentar liberar os estudantes, mas não conseguiu.

O diretor do IUPERJ disse que eles teriam que dormir no aeroporto. Ainda não havia qualquer informação da imigração espanhola sobre se eles seriam liberados ou extraditados. A pedido das famílias, ele só deu os primeiros nomes dos estudantes: Pedro e Patrícia.

Imprimir | Fechar

AGÊNCIA FAPESPAgência de Notícias da Fundação de
Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**06/03/2008****Pesquisa barrada**

03/03/2008

Agência FAPESP – Celso Lafer, presidente da FAPESP, encaminhou ofício ao embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidro Conde, a respeito da deportação da física brasileira Patrícia Camargo Magalhães, ocorrida no dia 12 deste mês, na Espanha.

A aluna do curso de mestrado em física na Universidade de São Paulo e bolsista da FAPESP ficou presa por mais de 50 horas no aeroporto de Madri, quando se dirigia a Lisboa. Na capital portuguesa, Patrícia participaria do Workshop on Scalar Mesons and Related Topics (Scadron 70) com a apresentação do pôster intitulado *Study of the unitarized amplitude of two scalar resonances*.

Presidente da FAPESP envia ofício ao embaixador da Espanha no Brasil a respeito da deportação da física Patrícia Camargo Magalhães, da USP, presa em Madri e impedida de participar de congresso em Lisboa (foto: arq.pessoal)

“Além de ter sofrido grave constrangimento pessoal e significativa dor moral, [Patrícia] viu-se privada de contribuir para um evento cujo sentido, em evidente contraste com a decisão de sua inadmissão, é aproximar pessoas de diversas nacionalidades em favor do avanço do conhecimento humano”, destacou Lafer no ofício cujo texto está replicado a seguir.

Of. 33/2008-DP

Iv

São Paulo, 29 de fevereiro de 2008

Senhor Embaixador,

Como Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, órgão responsável pelo fomento à pesquisa científica e tecnológica nesse Estado, venho, em nome da instituição que presido e da comunidade científica a ela associada, externar a indignação com a situação vivida em Madri, entre os dias 10 e 12 do corrente mês, por Patrícia Camargo Magalhães, como seguramente é de seu conhecimento e foi amplamente divulgado pela imprensa.

Não se trata de questionar as competências legais próprias de um Estado soberano em matéria do ingresso de estrangeiros em seu território, mas sim de apontar a inadequação, no caso concreto, dos critérios de decisão que levaram a uma solução contrária à justiça e ao respeito à pessoa.

Com efeito, Patrícia, aluna do curso de mestrado em Física na Universidade de São Paulo – instituição parceira de diversas universidades européias e particularmente espanholas – e cujos

méritos pessoais ressaltam-se ainda pelo fato de ter feito jus a bolsa de estudos concedida pela FAPESP, em que pesem sua gestão pessoal e as medidas tomadas pelo Consulado Brasileiro em Madri, que também foram divulgadas pela imprensa brasileira, restou impedida de chegar ao seu destino em Lisboa e de participar de importante momento de intercâmbio científico e cultural (Conferência Scadron 70).

Desse modo, além de ter sofrido grave constrangimento pessoal e significativa dor moral, viu-se privada de contribuir para um evento cujo sentido, em evidente contraste com a decisão de sua inadmissão, é aproximar pessoas de diversas nacionalidades em favor do avanço do conhecimento humano.

Atenciosamente

Celso Lafer
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Embaixador **Ricardo Peidró Conde**
Embaixada da Espanha no Brasil
Brasília – DF

AGÊNCIA FAPESP - R. Pio XI, 1500 - Alto da Lapa - CEP 05468-901 - São Paulo-SP - Brasil
Tel: (+55) 11 3838 4000 Fax: (+55) 11 3838 4117 - E-mail: agencia@fapesp.br

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a já preencheu as vagas para comunicações urgentes?

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Já. Há três comunicações inadiáveis. Dois Senadores já usaram a palavra e o terceiro é o Senador Mão Santa.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – Então, queria ser o reserva, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Pois não.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero registrar que estou encaminhando um requerimento de congratulações, um voto de aplauso ao jornal **O Estado de Minas**, o mais tradicional do meu Estado, que completa 80 anos na data de amanhã. A sua atuação, durante

todos esses anos, foi sempre em defesa da democracia e da liberdade de imprensa. O jornal sempre teve, também, uma posição de vanguarda na busca de novas tecnologias, mas, especialmente na defesa dos interesses de Minas Gerais.

O assunto que quero abordar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a questão internacional, que nós já debatemos um pouco hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Todos temos acompanhado com atenção o desenrolar da crise que se abateu entre o Equador e a Colômbia, dois países irmãos, com os quais o Brasil, há muito tempo, mantém excelentes relações diplomáticas.

Na terça-feira, dia 4, o clima era bastante tenso, e as declarações do Presidente do Equador, Rafael Correa, ao desembarcar aqui em Brasília para o encontro com o Presidente Lula, foram bastante duras. Não fosse a retomada das negociações com esses dois países no dia de ontem na sede da OEA, em Washington, poderíamos estar realmente na iminência de presenciar o início de uma guerra entre Equador e Colômbia.

Como sabemos, tudo teve início no sábado, dia 1º, quando o governo colombiano atacou membros das Farc em território equatoriano e, nessa empreitada, matou alguns guerrilheiros daquela organização, incluindo o Sr. Raúl Reyes. Na seqüência, o Coronel Hugo Chávez, Presidente da Venezuela, determinou o fechamento da sua embaixada em Bogotá, e deslocou forças militares para a fronteira com a Colômbia. Ato contínuo, o Presidente Rafael Correa determinou a expulsão do embaixador colombiano de Quito. O clima de hostilidades e de acusações mútuas foi crescendo com o Presidente Uribe, da Colômbia, afirmando que o governo equatoriano possui ligações com as Farc e com a expulsão do embaixador e dos diplomatas colombianos da capital venezuelana.

Na seqüência dos fatos, a Colômbia acusou a Venezuela de doar US\$300 milhões às Farc e denunciou suposta intenção dessa organização de obter material radioativo para fazer uma “bomba suja”. Por fim, a Venezuela anunciou o fechamento de suas fronteiras com a Colômbia.

O desenrolar desses acontecimentos, Sr^{as} e Srs. Senadores, bem demonstra o nível de tensão a que chegaram esses países, tensões essas agravadas pela ação inseqüente do Presidente Hugo Chávez, que entrou em um conflito que não lhe dizia respeito diretamente, complicando ainda mais a situação.

Felizmente, parece que o momento pior já passou e que ambas as nações decidiram trilhar o caminho da paz. Pelo menos é o que sinaliza a resolução aprovada pela OEA no dia de ontem. Esperemos que tudo possa chegar a um bom termo, para que não haja risco de enfrentamento, de derramamento de sangue.

Sobre esse triste momento, gostaria, aqui, de tecer alguns comentários que julgo importantes. Primeiramente, tenho a dizer que a ação do presidente da Venezuela nesse episódio é de todo lamentável. Primeiro, porque contribuiu para colocar ainda mais lenha na fogueira e, segundo, porque traduz o desejo incontestado daquele mandatário por assumir um papel de liderança no continente, liderança essa que, com toda a certeza, não lhe pertence.

Do ponto de vista geopolítico, Brasil e Argentina são, sem nenhuma dúvida, os países com maior expressão regional. Muito mais o Brasil, tanto por seus recursos naturais quanto por suas extensas fronteiras, quer ainda pelo poderio de sua economia. Nossa diplomacia possui reconhecida tradição e habilidade em negociar conflitos desde os tempos do Barão do Rio Branco. Graças a ele, conseguimos demarcar pacificamente os nossos limites territoriais, incorporando os Estados do Acre e do Amapá e ainda boa parte dos

territórios de Santa Catarina e do Paraná, durante a chamada Questão de Palmas.

Participamos de várias forças internacionais, constituídas com o objetivo de solucionar conflitos, como foi o caso da Unavem III, em Angola, das Forças Internacionais da Paz, na República Republicana, e da Untaet, no Timor Leste. Atualmente, estamos comandando a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti, o Minustah.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há por que pensarmos que a liderança do Brasil esteja ameaçada por qualquer outro país do continente. Nisso temos de concordar com o Chanceler Celso Amorim. Digo apenas que precisamos ser mais veementes, mais firmes em nossas posições, para não darmos margens a aventureiros de plantão, como parece ser o caso do Presidente Hugo Chávez.

Nesse sentido, precisamos voltar os olhos para a situação de nossas Forças Armadas, sobretudo para a segurança de nossas fronteiras. É lamentável que, após a redemocratização, tenhamos presenciado a contínua redução dos orçamentos militares, proporcionalmente ao PIB. É compreensível que 20 anos de regime militar tenha provocado certa repulsa da sociedade pela caserna. Mas não podemos confundir questões de Estado com questões de Governo. Somos um País com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 15 mil quilômetros de fronteiras. Além disso, possuímos 7.367 quilômetros de costa litorânea, riquezas que exigem nossa vigilância responsável. Quanto a isso, não podemos vacilar!

Está mais do que provado e comentado que, por nossas fronteiras, é intenso o contrabando de mercadorias falsificadas, o tráfico de drogas e o comércio ilegal de armas. A distância entre os pelotões de fronteira é ainda muito grande e a quantidade de pessoal, escassa. Pude visitar alguns pelotões do Exército, e alguns Senadores aqui também os conhecem, como o Senador Romeu Tuma, com toda a experiência que tem, e S. Ex^{as} sabem bem que essa realidade mostra que o Exército precisa de mais recursos, que as Forças Armadas, como um todo, que a Força Aérea Brasileira precisa ter novas bases, especialmente na Amazônia.

Existem informações de que as Farc possuem cerca de 11 mil homens espalhados pelas fronteiras de Brasil, Venezuela, Peru, Equador e Panamá. Sobre a linha fronteira com o Brasil, por exemplo, estariam atuando três frentes: as frentes denominadas 16, a Primeira e a Frente Amazônica, esta, a mais nova de todas, com três anos apenas. Estas três frentes contarão com 700 guerrilheiros, na região que abrange os departamentos de Gauínia, Vaupés e Amazonas.

Então, Sr. Presidente, aparelhar e modernizar nossas Forças Armadas não é apenas uma necessidade, é uma prioridade do Estado brasileiro. Já diziam os romanos: “se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Apesar de sermos um País pacífico, precisamos guarnecer nossas fronteiras não apenas contra os interesses hostis de outras nações, mas também contra organizações criminosas e terroristas.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Eduardo Azeredo, não gostaria de interromper o importante discurso que faz V. Ex^a, que segue um ordenamento com objetividade, para que a Nação brasileira possa tomar conhecimento do que realmente acontece e qual é a situação do Brasil hoje, perante todos esses eventos que estão ocorrendo ao nosso redor. V. Ex^a falou no Projeto Calha Norte, que são os pelotões de fronteira. Realmente, as distâncias fronteiriças são enormes, e o efetivo não é aquele que possa corresponder a uma ação rápida de deslocamento. Conseguimos aprovar o projeto de mobilização, que vai ajudar um pouco nessa prática de permitir maior velocidade nos deslocamentos, quando necessários. Porém, quero levar algo ao conhecimento de V. Ex^a – talvez V. Ex^a até já saiba disto –, mas, certa vez, numa exposição do Comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), eu o questionei se nós tínhamos condições de impedir a invasão de algum exército bem organizado, com boa capacidade de investida. Ele disse que não; que somos preparados para formar guerrilhas de defesa e dificultar a invasão, por falta de efetivos, de equipamentos, de material. Não digo que o Chávez tenha o poder de querer invadir o território brasileiro. Outra coisa: não há bases de grupos revolucionários da Colômbia aqui. Realmente, desde o período em que estive à frente da Polícia Federal como também atualmente, pois tenho falado com delegados que cuidam da floresta, a informação é a de que não há bases, como colocaram no Equador. No entanto, eles entram em território brasileiro para comprar material de todo tipo, tendo em vista a facilidade que encontram em ingressar aqui e adquirirem todos os produtos necessários à continuidade da sua guerrilha e do narcotráfico. Temos a maior fronteira, daí a delicadeza no patrulhamento dessa fronteira. É difícil. V. Ex^a tem razão. Precisamos nos fortalecer, senão poderemos ser surpreendidos, principalmente pelo poder econômico do narcotráfico.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. O meu objetivo ao fazer este discurso é exatamente este: um relato dos acontecimentos, a necessidade de a diplomacia brasi-

leira estar atenta e, especialmente, a necessidade de termos mais vigilância na Região Amazônica.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fique à vontade, porque jamais vou cortar a sua palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Não vou precisar de todo esse tempo. Só de mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aqui é a atitude piauiense: sensibilidade, tranquilidade.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A união Piauí/Minas Gerais está sempre presente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Uma vez emprestamos um piauiense para governar Minas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Exatamente. Um grande Governador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Francelino Pereira.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Governador Francelino Pereira foi nosso Senador aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Lá, no Piauí, nascem os melhores homens do Brasil.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sem dúvida. Concordo.

Senador Romeu Tuma, dizia eu que, em relação às informações de que existem guerrilheiros na divisa com o Brasil, devemos estar atentos, porque é estranho, por exemplo, que o Governo do Equador não tenha dado importância à invasão do seu território pelos guerrilheiros, que instalaram acampamento lá dentro. Estavam lá dentro. Agora, o noticiário instantâneo traz a notícia de que as Farc cortaram, dinamitaram o oleoduto que liga o Equador à Colômbia como represália. Quer dizer, o Equador, com razão, se queixa de que seu território foi invadido em 1,5 quilômetros pelas forças da Colômbia, mas não se queixa de as Farc terem entrado em seu território.

Não queremos que as Farc entrem no Brasil. Se entrarem, teremos de, primeiro, brigar com as Farc e, evidentemente, não aceitar que nenhum outro país tenha de aqui entrar.

Essa necessidade imperiosa de que o Senado Federal acompanhe atentamente o desenrolar dos acontecimentos é que faz com que possamos reconhecer que foi muito importante a vinda do Ministro Nelson Jobim a esta Casa, na terça-feira, para prestar os devidos esclarecimentos às lideranças partidárias, ante as graves denúncias de venda ilegal de armas,

apresentadas pelo Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio.

Como membro e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, vejo a urgente necessidade de que o Senado Federal exerça, cada vez mais, influência na formulação e na fiscalização de nossa política externa. Tradicionalmente, essa é uma tarefa da Câmara Alta nos principais parlamentos do mundo. Vejam, por exemplo, a força do Senado dos Estados Unidos na execução da política externa daquele país. Com isso, não quero ir contra a atuação do Ministério das Relações Exteriores. Pelo contrário. O Itamaraty sempre fez um trabalho muito bom, graças ao elevado nível técnico e profissional de nossos diplomatas. Mas o fortalecimento da atuação do Senado caminha no sentido do aumento da transparência da nossa política externa e da consolidação de nossa democracia.

A propósito, Srs. Senadores, quero também dizer, em breve comentário, que em nada contribui para a busca do entendimento a entrevista dada pelo assessor do Presidente da República, o Sr. Marco Aurélio Garcia, ao jornal **Le Figaro**, da França, na qual diz, com todas as letras, que o Brasil não considera – o Brasil na opinião dele, porque eu sou representante do povo mineiro e não concordo com o que ele disse – as Farc uma organização terrorista. O Brasil é neutro em relação a isso.

Exatamente aí, está carecendo de uma posição mais firme o Governo no sentido de denunciar e mostrar claramente que as Farc são uma organização ilegal, ligada a assassinatos e ao narcotráfico, que extorque dinheiro e faz com que haja a presença de 700 presos em condições subumanas. Não é um movimento político, mas terrorista, contra todo e qualquer governo da Colômbia. Não somente contra o atual Presidente Uribe, já era contra os presidentes anteriores...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – E não há por que o Brasil ter qualquer tipo de condescendência ou simpatia como a que manifesta o Sr. Marco Aurélio Garcia. Ainda bem que é a opinião dele. E é importante que o Governo brasileiro tenha uma posição mais firme.

Da parte do Senado Federal, estaremos atentos para que essas opiniões não se confundam com a opinião da maioria dos brasileiros, que, tenho certeza, não aceitam ação terrorista.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que eu tinha a fazer neste momento. Faço votos de que consigamos chegar a bom termo nessa questão e que a paz prevaleça, como sempre, neste nosso

continente, tido e reconhecido no mundo todo como uma área de paz.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a comprova a generosidade do Piauí. Além do Governador Francélino Pereira, demos um tempo extraordinário para V. Ex^a. Mas não fique complexado, não, que demos um Governador para o Tocantins, o piauiense Moisés Avelino; para o Rio de Janeiro, Moreira Franco; para Santa Catarina, Paulo Afonso; e para o Ceará, Flávio Marcílio, que, por duas vezes, foi Presidente desta Câmara. E, aqui mesmo, há dois Senadores que emprestamos: o Sibá, que é do Piauí e que emprestamos para o Acre, e o Adelmir Santana, que emprestamos para o Distrito Federal.

Convidamos, então, o mais novo Senador do Piauí, João Claudino. Se para Minas houve abertura de tempo, V. Ex^a pode usar o tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Serei rápido, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para, nesta tarde, prestar uma justa homenagem a um médico – seu colega de profissão, Senador Mão Santa –, o Professor Dr. Antonio Carlos Lopes, como forma de reconhecimento e gratidão por toda a sua trajetória, especialmente por sua relevante contribuição para a melhoria das condições de saúde e da ética na Medicina.

Professor titular de Clínica Médica do Departamento de Medicina da Escola Paulista de Medicina e Presidente fundador da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, uma entidade que congrega os especialistas da área e ajuda a difundir o conhecimento, o Dr. Antonio Carlos Lopes, entre outros cargos, foi membro do Conselho Deliberativo da Associação Médica Brasileira, Diretor do Departamento de Residência Médica e Projetos Especiais na Saúde da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação e Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação.

Sr. Presidente, nessa última função, o Dr. Antonio Carlos exerceu papel fundamental no processo de mudança na seleção dos candidatos a programas de residência médica no País. Sua trajetória foi marcada por ações que visavam a humanizar a formação do médico e a assistência prestada aos pacientes, por

intermédio de um ensino conseqüente, que levasse em consideração a importância social da Medicina.

Até antes do ano de 2005, os candidatos aos programas de residência médica no País passavam por exames em que a prova teórica possuía um peso de 90% do valor da nota, e os 10% restantes correspondiam à prova oral, à entrevista ou à avaliação curricular do candidato. Em 2005, o processo foi alterado, e, desde então, esses candidatos devem passar por exame em que a prova teórica, escrita e objetiva, tem o peso de 50% da nota; os outros 40% serão resultado de avaliação prática do candidato; e os outros 10% poderão ser facultados em entrevista ou em avaliação curricular.

Outra medida adotada pelo Dr. Antonio Carlos Lopes durante os quatro anos em que ficou à frente da Comissão Nacional de Residência Médica diz respeito à grave injustiça que era imposta aos médicos residentes que eram convocados para o Serviço Militar. Em alguns casos, eles eram obrigados a prestar novo exame para a residência médica. Agora, quem é chamado para servir as Forças Armadas tem a vaga garantida, quando de seu retorno à vida civil.

Contudo, sua principal contribuição diz respeito à distribuição das bolsas de estudo para os programas de residência médica no País. Pela primeira vez, o Norte e o Nordeste foram vistos e contemplados com algumas dessas bolsas, em clara desconcentração promovida pelo Dr. Antonio Carlos Lopes.

O Piauí, em 2008, conta com 97 bolsas de estudo para residentes. Essas bolsas estão sendo ofertadas no Hospital Areolino de Abreu, Getúlio Vargas, Santa Maria, no Instituto de Doenças Tropicais Natan Portella e na Maternidade Dona Evangelina Rosa, nas diversas modalidades de especialização, a exemplo da Cardiologia, da Clínica Médica, da Cirurgia Geral, da Obstetrícia e da Ginecologia, da Ortopedia e da Traumatologia, entre outras.

Sr. Presidente, o Dr. Antonio Carlos nunca se omitiu diante de suas convicções, sempre foi um crítico contumaz da proliferação sem critérios de novas faculdades de Medicina. Para ele, parte do mau atendimento prestado pelos profissionais da saúde deve-se a faculdades médicas de péssima qualidade montadas no País nos últimos anos. São profissionais que estão sendo preparados para que passem nos exames de admissão dos programas de residências médicas, mas que são incapazes de realizar um bom exame ou de apresentar um raciocínio clínico que leve a um diagnóstico correto.

A residência médica é a melhor forma de treinamento e de aprendizado após a graduação, mas, na grande maioria das vezes, tem representado uma

mão-de-obra barata. Precisamos compreender os riscos que os pacientes estão correndo quando são criadas escolas médicas sem que sejam observadas as necessidades locais nem a obediência a parâmetros objetivos, como o compromisso com o ensino de efetiva qualidade aos futuros médicos.

Aproveito a oportunidade para encaminhar à Mesa do Senado voto de aplauso ao Dr. Antonio Carlos Lopes, subscrito também pelo Senador Tião Viana.

Senador Mão Santa, peço também que se registre nos Anais do Senado o pronunciamento que faria, enaltecendo uma visita que fiz à região do nosso São João do Piauí, no semi-árido piauiense, em que vi um projeto de assentamento, o Projeto Marrecas. Trata-se de um projeto de irrigação de fruticultura, que hoje abrange 20 hectares, mas que foi planejado para atingir mil hectares, irrigados com água subterrânea, de poço jorrante, com o qual não se gasta um real de energia elétrica. Ele já é um diferencial importante para a disputa de mercado.

Ao lado, na cidade de Capitão Gervásio Oliveira, vi também o projeto de níquel da Vale do Rio Doce, que planeja, para o futuro, um grande desenvolvimento econômico naquela região.

Queria também destacar a criação da Diocese de Oeiras, que, há anos – V. Ex^a conhece muito bem, como católico praticante –, era cobrada pela comunidade católica de Oeiras, pois a diocese era Oeiras-Floriano. A instalação da Diocese de Oeiras foi determinada pelo Papa, e foi escolhido agora Dom Juarez Souza para Bispo de Oeiras. Também temos de enaltecer o trabalho grandioso do Bispo de Floriano, Dom Augusto Rocha.

Eram essas as minhas palavras.

Agradeço à Presidência a colaboração e a paciência.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO.

O SR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho hoje a tribuna desta Casa reportar, com enorme alegria, visita que fiz ao Município de São João do Piauí, no meu querido Estado, onde estive visitando o Projeto de Irrigação Marrecas.

O Município de São João do Piauí, localizado no semi-árido piauiense, distante 486 Km de Teresina, nossa capital, possui uma população estimada em vinte mil habitantes e tem sua economia concentrada na agricultura familiar, apesar do crescimento econômico gerado pela pecuária e, mais recentemente, pelo comércio que vem se instalando na região, o que

torna o município de São João do Piauí um dos mais importantes do sul do Estado.

O Projeto Marrecas foi introduzido neste município, o primeiro assentamento do Piauí, há mais de 20 anos. E nesse assentamento foi implantado um projeto de irrigação que beneficia mais de 279 famílias de agricultores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para entender a sua importância é preciso compreender inicialmente detalhes do projeto. São 24 hectares de terra cultivados – com previsão de ampliação para 1.000 hectares – onde são cultivadas mangas, cajus, goiabas, bananas e uvas. A irrigação se dá pelo sistema de contenção de poço jorrante, por micro-aspersão através de adutoras, ou seja, a irrigação tem custo zero de energia. Basta perfurar um poço que atinja o lençol freático para a água aflor sem que seja necessária a utilização de bombas de sucção ou outros equipamentos do mesmo gênero. E esse é o grande diferencial do Projeto Marrecas, pois o custo da energia afeta a competitividade da produção agrícola.

O subsolo do território piauiense é rico em águas subterrâneas, de múltiplos aproveitamentos. Ao contrário de outros Estados do Nordeste, onde predominam os terrenos cristalinos, que apresentam poços com baixa vazão e com problemas de elevada salinidade da água, no Piauí cerca de 88% da sua área são constituídas de terrenos sedimentares com um excelente potencial hídrico e boa qualidade da água. Esse é o grande diferencial do Projeto Marrecas.

Sr. Presidente, o Projeto Marrecas leva também o nome de Hildo Diniz, ex-Superintendente da Codevasf no Piauí, que faleceu no dia 30 de janeiro deste ano e que participou da concepção e implantação do Projeto desenvolvido em Petrolina. Apesar de ser um projeto recente, já obteve resultados surpreendentes.

Podemos citar, por exemplo, o plantio de uva. São destinados 4 hectares com esta finalidade, para o plantio de uvas das variedades Itália e Brasil. A produção em pleno período de estiagem já se iguala aos resultados obtidos por grandes cidades produtoras de uva, a exemplo da própria Petrolina, em Pernambuco e Juazeiro, na Bahia.

Temos que incentivar projetos como esse, que beneficiam mais famílias com melhoria de renda e geração de trabalho.

Sr. Presidente, aproveito também esta oportunidade para falar também sobre um grande empreendimento que está sendo implantado no Município de Capitão Gervásio de Oliveira. Refiro-me ao Projeto Níquel do Piauí, da Companhia Vale.

Segundo estudos geológicos, o Estado do Piauí oferece variadas oportunidades de negócios na área

da indústria de base mineral, dada diversidade de ocorrências minerais e jazidas distribuídas em todo o Estado.

O início das pesquisas ocorreu em dezembro de 2003. Hoje, a Companhia Vale possui uma completa estrutura montada no Município, ocupando um espaço de 10 hectares da região e emprega 203 pessoas neste processo de pesquisas. Ressalto que 80% desses funcionários são piauienses, embasado na filosofia da Vale de utilizar o maior número possível de mão-de-obra local.

Atualmente a presença e o uso do níquel é cada vez maior na vida do homem moderno. O metal é muito usado sob a forma pura, para fazer a proteção de peças metálicas pois oferece grande resistência à oxidação. Suas principais aplicações são em ligas ferrosas e não-ferrosas para consumo no setor industrial, em material militar, em moedas, em transporte/aeronaves, em aplicações voltadas para a construção civil e em diversos tipos de aços especiais, altamente resistentes à oxidação, como os aços inoxidáveis. Contudo, o níquel é um recurso que está no fim em todo o mundo, o que torna ainda mais importante a reserva existente no município de Capitão Gervásio de Oliveira.

Os recursos minerais estimados para o Projeto Níquel do Piauí, em Capitão Gervásio de Oliveira são de 88 milhões de toneladas, com teor de 0,86% de níquel. As primeiras projeções indicam que o projeto piauiense deverá render 25 mil toneladas por ano de níquel. Nesse sentido, a Companhia Vale tem este projeto como prioritário, encontrando-se, atualmente, em fase de avaliação da tecnologia que será utilizada para a extração do níquel.

Estive visitando as instalações da Companhia no Município de Capitão Gervásio de Oliveira e pude perceber o grande potencial que esse empreendimento pode trazer para a região. Estima-se que 400 novos postos de trabalho serão gerados com a entrada em operação deste projeto. Esse projeto foi destaque em recente entrevista à Revista Carta Capital pelo Presidente da Vale, Roger Agnelli.

Sr. Presidente, para concluir meu pronunciamento, gostaria de congratular-me com os moradores do município de Oeiras, do Piauí, pela criação de sua Diocese. No dia 27 de fevereiro deste ano, sua santidade o Papa Bento XVI criou a Diocese de Oeiras ao desmembrá-la da Diocese de Floriano.

Essa é uma antiga aspiração da comunidade católica oeirense. Primeira capital do Estado do Piauí, Oeiras tem origem numa capela fundada em 1695 e dedicada a Nossa Senhora da Vitória.

É uma das cidades mais religiosas do Estado, onde ocorre uma densa manifestação religiosa. Oei-

ras é um ponto de peregrinação de fiéis em diversas datas religiosas. A tradicional Semana Santa, maior festa religiosa da região, atrai pessoas de várias regiões do Piauí, provendo um espetáculo ímpar de fé e religiosidade popular. A Procissão de Bom Jesus do Passos e a Procissão do Fogaréu são uns dos mais significativos eventos da Primeira Capital.

Para a Diocese de Oeiras foi nomeado o Bispo Dom Juarez Sousa da Silva. Atualmente é diretor do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, em Teresina. Com 46 anos, ele nasceu no hoje Município de Cabeceiras, antes de o mesmo se desmembrar de Barras, região norte do estado. Primeiro filho de uma família de sete irmãos, ele foi ordenado padre em 1994. É bacharel em filosofia e teologia pelo Seminário Maior Sagrado Coração de Jesus, em Teresina, e ainda fez Filosofia na Universidade Estadual do Ceará.

A Diocese de Oeiras tem 15.096 quilômetros quadrados de área, 133.140 habitantes, sendo 119.826 católicos. São 7 paróquias (45 igrejas), 12 sacerdotes, 2 religiosos professos, 6 religiosas e 7 seminaristas.

Eu gostaria também de parabenizar o Bispo Dom Augusto Alves da Rocha, da Diocese de Floriano, que em muito colaborou com a concretização desse sonho. Sua Diocese possui um território de 60.930 quilômetros quadrados, população de 193.111 habitantes, sendo os católicos 173.799. São 12 paróquias (43 igrejas), 29 sacerdotes, 16 religiosos professos, 35 religiosas e 11 seminaristas.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer nesta tarde de hoje. Todos esses fatos contribuem muito com o crescimento do Estado do Piauí. Agradeço a paciência e tolerância do Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador João Vicente Claudino.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, com muito brilho, primeiro trouxe uma homenagem justa a um médico brasileiro, Antonio Carlos Lopes, cuja preocupação maior é com o ensino médico e com a residência médica.

V. Ex^a, então, deu um grande apoio à formação do médico do Brasil. Nós somos sensibilizados como médicos e entendemos ser a ciência médica a mais humana das ciências; e o médico, um grande benfeitor da humanidade, aqui simbolizado pela grandeza de Antonio Carlos Lopes.

V. Ex^a, como bom Senador do Piauí, enalteceu o esforço dos nossos conterrâneos em prol do desenvolvimento da fruticultura, bem como a companhia de minérios Vale do Rio Doce e, sobretudo, a nossa

primeira capital, que traduz o sentimento cristão do povo piauiense. Nossa Senhora da Vitória ganhou um novo Bispo, cujo nome é Juarez. E Juarez Tapety é um dos melhores nomes que conheço da política, não do Piauí, mas do Brasil. Ele foi Líder do austero Governo de Lucídio Portella, e eu fui seu Vice-Líder.

Convidamos, para usar da palavra, o orador inscrito, Senador Gilvam Borges.

Passamos a Presidência da Mesa ao Senador piauiense João Vicente, que deverá me chamar, para usar da palavra como orador de uma comunicação inadiável.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que hoje retomo é decisivo para a vida nacional, no que diz respeito tanto à organização do Estado como aos serviços prestados à sociedade; é o verdadeiro cerne da vida nacional.

Considero-o importante tanto quanto o tema da reforma política, mas a reforma tributária é urgente, e o Governo Federal, após intensas discussões – desta tribuna sempre fui um dos que pediram para que o Senado discutisse e agilizasse essa grande reforma –, mandou ao Congresso a proposta de reforma tributária da qual o País tanto se ressentia e que, há muito, faz-se urgente.

Ora, o Brasil tem uma estrutura tributária muito complexa, com muitos tributos incidentes sobre a mesma base. Isso, para se falar o mínimo. Na verdade, é como diz a revista **Veja** desta semana:

Não se tem notícia de país que torture seu contribuinte mais que o Brasil. Um estudo internacional revelou que as empresas brasileiras são campeãs mundiais em tempo gasto para cumprir todas suas obrigações com o Fisco: são **2.600 horas por ano**, ou **mais de 100 dias** gastos na burocracia, **algo sem paralelo no planeta**. Esse pesadelo se deve ao fato, Sr. Presidente, de que existem 63 impostos e contribuições no País. Um deles, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tem 27 normas diferentes – uma para cada Estado da Federação.

Lidar com essa burocracia custa caro e mina a eficiência das empresas: a nossa carga tributária é a maior entre países em desenvolvimento e atinge 37% do PIB (o Produto Interno Bruto). [...]

De fato, Sr. Presidente, o problema é especialmente relevante no caso dos tributos indiretos sobre bens e serviços. Enquanto a maior parte dos países

tem um ou dois tributos indiretos, o Brasil tem seis, com grandes diversidades de legislações, que estão em permanentes alterações.

Somente na esfera federal são quatro tributos e três regimes tributários diferentes. O ICMS, de competência estadual, apresenta, como bem apontou a revista **Veja**, 27 diferentes legislações, com enorme variedade de alíquotas e critérios de apuração. No caso da tributação do lucro das empresas, há dois tributos distintos: o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Esse modelo implica altos custos burocráticos para as empresas apurarem e pagarem seus impostos, além de um enorme contencioso com os fiscos. Não é por acaso que um estudo do Banco Mundial aponta o Brasil como recordista mundial em tempo despendido pelas empresas para cumprimento das obrigações tributárias.

Um grande número de problemas dos ICMS tem a ver com a forma de cobrança desse imposto nas operações interestaduais. Nessas transações, uma parte do ICMS é devida ao Estado de origem da mercadoria (normalmente correspondente a uma alíquota de 12%) e outra ao Estado de destino. Nas vendas dos Estados do Sul e Sudeste (exceto o Espírito Santo) para os demais Estados, a alíquota no Estado de origem é de 7%.

Um dos problemas que essa estrutura gera é a resistência dos Estados em ressarcir as empresas exportadoras dos créditos acumulados relativos ao ICMS, sob o argumento de que teriam de ressarcir o imposto que foi pago em outra Unidade da Federação. Esse acúmulo de créditos é uma das maiores preocupações dos exportadores brasileiros e, em vários casos, tem levado o Brasil a perder investimentos para outros países.

O problema mais grave, no entanto, é a guerra fiscal, por meio da qual um Estado reduz o ICMS, para atrair investimentos para o seu território. No início, a guerra fiscal foi vista como opção dos Estados mais pobres, para atrair investimentos, compensando a falta de uma política mais efetiva de desenvolvimento regional. Com o tempo, no entanto, os Estados mais ricos passaram a praticar a guerra fiscal, a qual perdeu força como instrumento de desenvolvimento regional e passou a gerar uma série de distorções altamente prejudiciais ao crescimento do País.

Numa situação em que os Estados vêm concedendo benefícios fiscais mediante negociações caso a caso e sem qualquer coordenação, a guerra fiscal tem produzido uma verdadeira anarquia tributária, gerando uma enorme insegurança para os investidores.

De fato, ao fazer um investimento, uma empresa não sabe se seus concorrentes receberão benefícios que podem comprometer sua capacidade de competir e sobreviver no mercado. Essa insegurança leva os empresários a investir menos ou então a exigir um retorno mais alto dos investimentos, prejudicando os consumidores.

Mas há outros problemas que resultam da guerra fiscal, como a concessão de benefícios que favorecem as importações em detrimento da produção nacional.

Quando uma empresa importa um produto, todo o ICMS é devido ao Estado onde está a empresa, e o benefício pode alcançar 100% do imposto, mas quando o mesmo produto é comprado de outro Estado, parcela do ICMS fica no Estado de origem, e o benefício só reduz parte do imposto.

Por fim, a guerra fiscal leva à ineficiência econômica e ao deslocamento improdutivo de mercadorias entre Estados. Em muitos casos – principalmente em modalidades predatórias como a guerra fiscal no comércio atacadista – o benefício depende apenas do trânsito da mercadoria pelo Estado que concede o incentivo, contribuindo para o congestionamento de nossa malha de transportes.

Um dos estrangulamentos do sistema tributário brasileiro é a elevadíssima tributação da folha de salários dos empregados, que resulta não apenas da contribuição previdenciária e do FGTS, mas também do financiamento de programas que não têm qualquer relação com o salário dos trabalhadores, como as ações do Sistema “S” e a educação básica (financiada pela contribuição para o salário educação).

Essa elevada tributação da folha de pagamentos traz uma série de impactos negativos para a economia brasileira: piora muito as condições de competitividade das empresas nacionais; estimula a informalidade (ou seja, empregados sem carteira assinada) e baixa a cobertura da Previdência Social (hoje 51% dos ocupados no Brasil não contribuem para a Previdência).

Essa situação, Sr^{as} e Srs. Senadores, leva a um círculo vicioso no qual a elevada tributação provoca a informalidade e, por conta da alta informalidade, a tributação exigida das empresas formais acaba sendo mais elevada. É um efeito bumerangue semelhante àquele apregoado pelos biscoitos Tostines: vendem mais porque são sempre fresquinhos e são sempre fresquinhos porque vendem mais...

Quer dizer: a elevada tributação provoca a informalidade, e a informalidade, por sua vez, provoca a alta tributação...

A proposta de emenda constitucional (PEC) encaminhada ao Congresso Nacional tem seis objetivos principais:

1) simplificar o sistema tanto no âmbito dos tributos federais quanto do ICMS, eliminando tributos, reduzindo e desburocratizando a legislação tributária;

2) acabar com a guerra fiscal entre os Estados, com impactos positivos para o investimento e a eficiência econômica;

3) implementar medidas de desoneração tributária, principalmente nas incidências mais prejudiciais ao desenvolvimento;

4) corrigir as distorções dos tributos sobre bens e serviços que prejudicam o investimento, a competitividade e o crescimento das empresas nacionais;

5) aperfeiçoar a política de desenvolvimento regional, medida que isoladamente já é importante, mas que ganha destaque no contexto da reforma tributária como condição para o fim da guerra fiscal;

6) melhorar a qualidade das relações federativas, ampliando a solidariedade fiscal entre a União e os entes federados, corrigindo distorções e dando início a um processo de aprimoramento do federalismo fiscal no Brasil.

Basicamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a PEC que aí está propõe a fusão do PIS, da Cofins, da Cide, do salário-educação, e a fusão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ao Imposto de Renda. Prevê a unificação das 27 leis estaduais sobre o ICMS e a cobrança gradual do ICMS pelo Estado consumidor (e não mais pelo produtor) e, finalmente, a redução gradual, de 20% para 14%, do INSS sobre a folha de salários dos trabalhadores.

Já disse, Sr. Presidente, daqui mesmo, desta Tribuna, que uma reforma tributária é como uma casa que, com o uso ou o aumento da família, precisa ser ampliada, readaptada e consertada. A própria revista *Veja*, que aqui citei no início deste pronunciamento, considera que “ninguém pode ser contra a proposta do Governo”. Então, eu espero, sinceramente, que Governo e Oposição se atenham à relevância do tema e ajam no sentido de que a reforma tributária tenha prioridade na pauta do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, peço-lhe mais dois minutos para fazer alguns anúncios que o meu Estado está aguardando.

Dinheiro na conta! Sei que muitos corações se alegrem porque a geração de emprego prospera!

Para o Governo do Estado do Amapá: Ordem Bancária nº 2008OB905396. O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT remete, pela conta nº 59072, Banco do Brasil, R\$1.124.520,00 para a BR-156. Trata-se da implementação de projetos básicos.

Novamente dinheiro na conta para o Governo do Estado: Ordem Bancária nº 2008OB655604, Banco do Brasil, no valor de R\$1.280.520,45, destinados a ações na área de educação.

Dinheiro na conta, alegria no Amapá! Dinheiro federal, Governo atuando! Ordem Bancária nº 2008OB901346 para a Prefeitura Municipal de Santana (Prefeito Nogueira). Conta do Banco do Brasil nº 240672; agência nº 3346; valor liberado: R\$ 504.000,00. (Banco do Brasil). São recursos destinados à drenagem para controle da malária.

Srs. Vereadores, lideranças comunitárias, povo em geral, os recursos estão chegando aos poucos, mas são de muito importância.

Novamente, Sr. Presidente, para o Governo do Estado. Valor liberado: R\$110.304,81 – é pouco, mas é importante. Repasse para atender as ações do plano de trabalho anual – PTA/Especial. Projeto de educação especial.

Novamente dinheiro para o Governo do Estado – estão faltando somente três, Sr. Presidente. Ordem Bancária nº 2008OB655571. Banco do Brasil, agência nº 3575; conta nº 60976. Valor liberado: R\$92.196,72 – dinheiro destinado ao atendimento de projetos educacionais também.

Agora faltam apenas duas ordens – estou com um pacote muito grande, mas vou deixar para outra oportunidade. Cada moeda que chega é o Governo...

É o Governo Federal investindo; é a ação dos governos estaduais e municipais.

Fundação Nacional de Saúde manda dinheiro, Banco do Brasil, agência 3575, conta 58.122, dinheiro depositado. Valor liberado: R\$493.696,59 (quatrocentos e noventa e três mil seiscentos e noventa e seis reais e cinqüenta e nove centavos), para o sistema de abastecimento de água, Governo do Estado.

E, concluindo, novamente para o Município de Santana, Prefeito Nogueira, Srs. Vereadores, líderes comunitários, Ministério Público, comunidade em geral, ação efetiva da Bancada Federal interligada com as autoridades federais, liderada pelo Presidente Lula, operada pelos Ministérios, estabelecidos na Esplanada, e por aqui, Congresso Nacional. Mais R\$504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais), Banco do Brasil, agência 3346, conta 24.067-2. Drenagem para controle da malária.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Peço que conclua.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço, Sr. Presidente, mas fora os grandes temas nacionais, que, graças a Deus, o Congresso retoma, estamos atentos. Mas estamos atentos também a todas as moedas e recursos que chegam ao Estado do Amapá. Isso é muito importante, é um esforço conjunto de um trabalho que resulta no progresso do Amapá e do Brasil.

Viva o Presidente Lula!

Viva as nossas autoridades!

Viva a Bancada Federal!

Viva o povo do Amapá!

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável. Depois, ao Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Vicente Claudino, Senador do Piauí que preside esta sessão de 6 de março, parlamentares, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do nosso Senado, ó Deus, ó Deus, permita-me dizer: dinheiro na conta dos velinhos, dos aposentados.

“Ó Deus, ó Deus!”, disse Castro Alves no **Navio Negroiro**. No desespero, Deus!

Romeu Tuma, e isso vai acontecer.

Senador Jarbas Vasconcelos, Ernest Hemingway, no seu livro **O Velho e o Mar**, diz: a maior estupidez é perder a esperança. O homem não nasceu para ser derrotado. Ele pode até ser destruído. Sei que os velinhos estão derrotados, mas não vamos deixar os nossos velinhos aposentados, João Vicente, serem derrotados.

Este Senado – eu sempre disse – é o melhor Senado da história da República. Nós estamos aqui. Se tem alguns que não prestam, isso é normal. O Senadinho de Cristo, ele escolheu, eram doze. E teve rolo lá, dinheiro... Aqui não poderia deixar de ter. Mas este Senado... Ô Geraldo Mesquita, V. Ex^a tem a bênção de ter seu pai ainda, um grande político, probó, que simboliza os velinhos. Aliás, eu quero tomar a bênção ao seu pai.

Para esses, nós não vamos faltar. Vamos dizer: Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência fez uma grande besteira, Luiz Inácio. Arrota que é credor, não deve mais aos gringos, aos banqueiros, mas Vossa Excelência deve aos velinhos aposentados, Luiz Inácio. Se eu estivesse no lugar de Vossa Excelência, o País estaria melhor e eu deveria aos gringos, aos americanos

– rolava isso, Jarbas –, mas eu pagaria aos velinhos aposentados.

Cadê o Romeu Tuma? Cícero Lucena, sua mãe também foi para o céu. Pois, em nome daquela velhinha que nos abençoou, vamos estar solidários, na próxima semana, aos velinhos aposentados. Aqui! Aqui!

Está ali o Zambiasi, está ali o Paim, está ali o Pedro Simon. Eles, os gaúchos, começaram. Eles fizeram uma briga, a Farroupilha. Foram dez anos. Serviu para renascer a liberdade dos escravos – os lanceiros negros –, serviu para a proclamação da República.

Ô Zambiasi, V. Ex^a, que representa a comunicação, toda a história que passou por aqui, estará aqui na outra semana. Vamos fazer uma vigília. Vamos analisar o veto que este Congresso deu... Nós estudamos responsabilmente – comissão presidida por Tasso Jereissati – e demos um aumento de 16,7%. Luiz Inácio, orientado pelos aloprados, baixou para 4%.

Fizemos essa lei boa e justa. A Câmara se entregou. O Brasil se entristece com a Câmara que tem, mas nós exigimos o veto. E o Garibaldi não escapa, não! Não tem outra saída: ou o bicho pega ou o bicho come. Ou na Comissão de Assuntos Econômicos... E eu convoco o João Vicente, que é lá do Piauí: João Vicente, vá para a CAE! Não vamos deixar cair os velhos, não! Não vamos deixar matarem os velhos! Não vamos deixar assaltarem os velhos! Vamos devolver aos velhos o que é deles.

Este Congresso agachou-se. Eu, não! Nós, muitos que estamos aqui, quando taxaram os velinhos, que pagaram a Previdência por uma vida toda, fomos contra.

Eu quero lhe dizer, João Vicente, atentai bem V. Ex^a, que é do Piauí: o primeiro, ô Jarbas, relatório que me deram para ver... Eu votei no Luiz Inácio, em 1994. Aí eles pensaram que eu era do Piauí e que... Aí trouxeram um projeto de lei de Paulo Octávio, um homem como V. Ex^a, empresário, que entende de dinheiro. Aí, Geraldo Mesquita, eles pensaram que eu ia votar contra o projeto. Mas eu li, estudei, vi fundamentos na economia, vi verdades. Usaram toda a malandragem – é que eu não sou de dedurar companheiro, Jarbas –, todos os recursos, morais e imorais – e eu ajudei a eleger, V. Ex^a sabe disso –, para eu mudar o meu relatório, Geraldo Mesquita. Mas eu disse: “Vou-me embora hoje, mas, daqui a uma semana, eu volto”. E estudei mais. Paulo Octávio provou que jamais a Previdência iria falir se o dinheiro fosse todo para uma caixa, tivesse os ganhos bancários redundantes, como são normais. Jamais! Eu fui e fui para o pau. Foi oito a oito. Tiveram que, correndo, mudar o Presidente. Tiraram o Ramez Tebet, botaram o Hélio Costa, viu, Jarbas? Aí ele decidiu e enterrou esse projeto.

O dinheiro da Previdência, que é desvirtuado, desviado, vai para os aloprados. É muito melhor dar essa dinheiro para os cabos eleitorais na eleição. Ô Jarbas, são 25 nomeações. V. Ex^a recebia DS-4 quando era Governador. Aqui tem DS-6, que corresponde a R\$10.448,00. Pergunto: qual general está ganhando isso? Qual almirante? Qual brigadeiro? Qual professor? Qual médico?

Então, esse dinheiro dos velhinhos vai entrar este ano, mas vamos reagir.

Ô João Vicente, V. Ex^a é da CAE. O Piauí tem de estar unido. Temos de estar com os velhinhos. Faço uma homenagem a seu pai, que não está velhinho, mas é um vitorioso. Ele conseguiu – foi uma graça de Deus – não precisar se aposentar, mas a geração dele tem muitos velhinhos que precisam. Então, V. Ex^a tem de agradecer a Deus porque seu pai não precisa, mas há outros velhinhos que precisam, e filhos dos velhinhos e netos dos velhinhos.

Quero dizer o seguinte, Luiz Inácio, peço tempo. Senador Romeu Tuma, V. Ex^a foi o Cireneu do Sarney. V. Ex^a é o ícone da Polícia Federal, do qual nos orgulhamos. Olha, mas o Sarney teve uma coisa boa: ele teve uma mãe santa, Dona Kyola. Eu sou do Estado vizinho. Estudo e leio os escritos do Sarney. Ô Jarbas, Dona Kyola disse: “Meu filho, nunca prejudique os velhinhos”. E ele não os prejudicou, Luiz Inácio. Eu vi isso escrito em muitos sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Vou lhe conceder mais dois minutos, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E são esses velhinhos. Então, ô Paim, do Rio Grande do Sul, V. Ex^a começou; nós estamos aqui para continuar. E aí, sim, vou cantar aquele canto que nós queremos: dinheiro na conta dos velhinhos aposentados, que estão humilhados, sofridos.

E mais ainda, Jarbas! Abraham Lincoln, Luiz Inácio, disse para não basear sua prosperidade em dinheiro emprestado. Inventaram um negócio de um empréstimo consignado para os nossos velhinhos. João Vicente, a vista dos velhinhos está fraca, cansada. Não vêem, nas letras pequenas, o juro mais alto do mundo. Então, Jarbas, os velhinhos que pagaram sobre dez salários mínimos para se aposentar recebem quatro e pouquinho; sobre cinco salários mínimos, recebem dois. E caíram no empréstimo, de 30%. Tem velho sofrendo. Tem velho com dignidade, tem uns que até fugiram da vida, se suicidaram.

Mas, ó Deus, ó Deus, onde estás? Nos permita, a partir da próxima semana, rezarmos aqui: tem dinheiro na conta dos velhinhos aposentados do nosso Brasil!

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado pela concessão.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a vê que tem uma mão santa ajudando e que vamos colaborar com a aprovação do seu projeto. A aflição dos aposentados é muito grande, porque precisam receber o que o trabalhador na ativa recebe para equilibrarem suas finanças particulares. E os requerimentos referentes à discussão de qualquer desses problemas levam cinco, seis, dez anos para serem resolvidos. Isso é uma violência, pois a pessoa não consegue viver, porque o estresse vai matando-o devagarinho, ele vai sendo assassinado aos poucos pelo estresse, na expectativa de receber o que é justo e que lhe foi tirado por alguma razão.

Mas hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Mão Santa – V. Ex^a estava lá –, tivemos uma discussão bastante forte e aberta sobre as últimas ocorrências em nosso continente: o problema do Equador e da Colômbia, com a inexplicável intervenção do Presidente da Venezuela e várias outras coisas. Aos poucos, o Senador Eduardo Azeredo trouxe suas preocupações em relação à segurança das fronteiras – o Brasil faz fronteira com dez países –, para que seja reforçada, não com objetivo belicoso, mas para garantir que o crime organizado e o terrorismo não usem o território brasileiro para qualquer ação, em prejuízo dos países vizinhos.

Mas, durante as discussões, o Senador Fernando Collor fez uma análise muito boa sobre o problema geopolítico e econômico do continente, referindo-se aos últimos acontecimentos. Sobre dois deles, anteontem eu já havia dado o sinal de que me preocupavam muito. Um é Itaipu que, logisticamente, para a nossa economia, para a nossa atividade empresarial, tem um valor imenso. Tanto é que, com a mudança da estrutura das Forças Armadas, mantiveram em Foz do Iguaçu um batalhão comandado por um general. Por que essa situação aflixe muito? Porque ela passou a ser motivo de discussão na disputa eleitoral que se vai realizar naquele país. Ele levantou o problema dos brasileiros que trabalham na Bolívia, no Paraguai e em outros países.

Sr. Presidente, Senador Paim, meu Líder do PTB, Senador Sérgio Zambiasi, esses gaúchos maravilhosos que trabalham tanto neste Senado, a mídia sempre traz um documento que o Governo provavelmente insere, um informativo, o que achei que foi uma decisão muito importante do Ministério das Relações Exteriores, provavelmente com a anuência ou determinação do Presidente Lula:

Governo amplia ações para brasileiros no exterior. O **Em Questão** publica, a partir desta edição, uma série especial sobre polí-

tica externa. Cada tema resulta de estudos e ações desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores e mostra como o Brasil se posiciona em relação a esses assuntos no cenário internacional.

E aqui fala, Senador Sérgio Zambiasi, que eles tomaram essa medida como resultado de uma das decisões da CPI da imigração ilegal. Então, queria alertar que as CPIs não caem no vazio nunca, sempre alguma coisa importante do seu resultado é aproveitado, ou há punição quando há um crime identificado durante as investigações.

Não vou ler todo o documento, mas vou pedir que seja publicado. Diz o texto: “A migração é marcada por um processo de evolução no mercado internacional”.

São os brasileiros que estão indo para o exterior. Nós invertemos a posição. O Brasil era o País da esperança, a imigração era permanente. Agora virou emigração. Estão saindo do País, isso diz o Itamaraty, não sou eu que estou dizendo, O próprio Itamaraty, Senador Alvaro Dias, diz que estão saindo do Brasil para tentarem a chance nos países vizinhos.

Continuando, “a migração é marcada por um processo de evolução do mercado internacional. À medida que os mercados de trabalho se globalizam, a demanda por mão-de-obra estrangeira nos países desenvolvidos vai encontrando sua oferta.”

Isso foi dito e explicado pelo Embaixador Oto Maia, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, irmão do nosso colega Senador José Agripino, Líder o DEM.

Em 2007, como resposta às conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Emigração Ilegal, o MRE implantou a Secretária-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB). O relatório da CPMI recomendava a criação de uma instância governamental de alto nível para cuidar das comunidades brasileiras no exterior.

E vai aqui uma série de dados sobre o número de brasileiros que está lá fora, a carteira de matrícula consular para facilitar o trabalho.

Hoje se discutiu um projeto sobre o problema dos trabalhadores no exterior: qual é o tipo de proteção, a reciprocidade. Foi um assunto importante, Senador Sérgio Zambiasi.

Darei o aparte a V. Ex^a, com satisfação, como é meu Líder, pela importância da suspensão da discussão do projeto, porque querem ampliar aquilo que pode, realmente, reformar a legislação sobre estrangeiros.

Pois não, Senador.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Romeu Tuma, primeiro, quero cumprimentá-lo pela abordagem do tema, que acho extremamente impor-

tante. V. Ex^a, com sua experiência parlamentar, sua experiência profissional, na própria Polícia Federal – que acho extremamente importante nesse processo -, traz aqui um tema relevante, que é a questão das imigrações e emigrações, a questão migratória. Nos últimos dias, está ganhando relevância e espaço a questão dos brasileiros que são abordados em aeroportos europeus, especialmente na Espanha. As histórias impressionam realmente. Já vimos estudantes, cientistas, profissionais que são barrados e conduzidos para ambientes que são verdadeiras prisões nos aeroportos e, depois, deportados, praticamente sem chance de assistência. Eu mesmo vivenciei um caso: por meio do próprio Congresso, fizemos uma intervenção e conseguimos evitar uma deportação há cerca de alguns meses. Mas são situações raras. Normalmente, esses brasileiros que lá chegam, especialmente em Madri, acabam, muitas vezes, por desinformação da empresa que os transporta, sendo barrados, passando por humilhações realmente terríveis. Acredito que isso também possa ser tema de discussão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual V. Ex^a faz parte. Eu gostaria que V. Ex^a pudesse inserir no debate a questão dos brasileiros que são detidos, retidos e deportados, praticamente sem chance de defesa, especialmente na Espanha. Aproveitei o embalo da questão migratória, para levar até V. Ex^a esse tema, que, realmente, é preocupante, porque, todos os dias, estamos enfrentando esse problema com brasileiros, principalmente em Madri.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, eu queria adiantar a V. Ex^a, não só pela inteligência da sua observação, que, hoje, foi aprovado requerimento que convida a virem aqui o Ministro de Relações Exteriores e várias autoridades do Ministério da Justiça, para que sejam discutidos esses pontos que foram levantados, inclusive o problema que ocorreu na Espanha. O Senador Suplicy teve oportunidade, desta tribuna, de ler a carta de uma pesquisadora que foi lá a convite do governo espanhol e que foi deportada, sem poder entrar no país.

Este é um momento sério, porque atitudes como essa desacreditam o Brasil. É chocante ver 30, 40 brasileiros que não podem entrar num país que é amigo!

Então, temos, realmente, de debater o assunto.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço-lhe um minutinho só.

Senadora Ideli, eu queria aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fique tranquilo e use o tempo que V. Ex^a achar conveniente.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Sr. Presidente, falarei rapidamente.

Senadora Ideli, eu queria cumprimentá-la pela instalação da Subcomissão em Defesa da Mulher. S. Ex^a foi designada e eleita com voto meu. Pude votar na Senadora Ideli pela falta de uma das Senadoras, graças ao Presidente Paulo Paim, que não quis deixar que caísse por terra não só a eleição como a vida da Comissão, que terá início a partir de agora.

Houve um público enorme. A Senadora Ideli teve a cautela – e a Serys também, não é, Senadora? – de trazer aqui muitos convidados. E o Presidente, muito esperto, convidou todas as senhoras atrizes, as autoridades femininas, para um café da manhã. Eu fui lá, convidado, e ele me disse que não queria nenhum homem perto dele, porque o privilégio era dele. Retirei-me.

Foi um passo importante. A mulher ocupa um espaço maravilhoso hoje, dentro do cenário nacional, não só no campo econômico, mas no público. E o Governo cria o Pronasci, Senador. Precisamos votar matéria referentemente ao Pronasci, que cria a figura da mulher pela paz, que a Organização das Nações Unidas (ONU) já criou nos países do Oriente Médio, para evitar o envolvimento de jovens em atos de terrorismo. Aqui, trata-se de resgatar os jovens em regiões de risco, para não serem incorporados ao crime organizado, ao tráfico de drogas.

Eu só queria, para completar, dizer que recebi agora, do Deputado Presidente da CPI do Grampo Telefônico, Dr. Marcelo Itagiba, que é Delegado de Polícia como eu, levantamento dos grampos oficiais que estão sendo feitos. Não acredito que sejam dados sigilosos, porque estão sendo incluídos na relatoria.

A TIM Brasil comunicou, oficialmente – são dados oficiais de grampos autorizados pela Justiça –, que, em 2007, houve 28 mil grampos. O número de grampos vem crescendo desde 2004. Foram 28 mil grampos só na companhia TIM. A TIM de divisões especiais dá um total de praticamente 70 mil grampos, com crescimento anual de 10% dos grampos telefônicos. E na Claro, em relação às interceptações telefônicas, houve 33.219, fora o fornecimento de dados cadastrais, bilhetagem e outras demandas, que são oficiais.

Sabemos – várias queixas têm sido feitas, até dentro deste plenário – de grampos clandestinos, Senador. A venda dos equipamentos não é controlada. Fiz um projeto, obrigando a empresa que fabrica, por exemplo, o equipamento guardião, que é o mais usado pelas Polícias, a comunicar à Polícia Federal quem é o adquirente, para que se possa realmente fiscalizar se o aparelho está sendo usado no combate ao crime de qualquer espécie ou se está sendo usado clandestinamente para vigiar a vida de cidadãos de bem, de

políticos, de parlamentares, a fim de, no futuro, trazer intranqüilidade à sociedade.

Senador Cícero Lucena, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Romeu Tuma, primeiro, quero reconhecer a importância do projeto de V. Ex^a, do qual terei a honra de ser o Relator. Vou sugerir, nesse relatório, que não somente as empresas fabricantes, como também as empresas importadoras desse equipamentos comuniquem a aquisição do aparelho, já que alguns produtos são importados, para que estes passem pelo mesmo controle proposto por V. Ex^a para os produtos dos fabricantes.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ótimo! Perfeito! Agradeço muito a V. Ex^a. Essa emenda é perfeita. Não há dúvida nenhuma de que, hoje, há alguns países, como Israel, que fabricam equipamentos de alta qualidade.

Aqui se fala também do rastreamento do celular. Quem pensa que celular não é grampeado está redondamente enganado, porque é só decifrar o código do celular, que este, imediatamente, é rastreado por equipamentos especiais, fabricados principalmente em Israel.

Não estou fazendo propaganda, não, estou dizendo que se acautelem, porque telefone não foi feito para conversas demoradas, mas, sim, para se falar o que é útil e necessário.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Nem para conversas complexas.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Diz a Senadora Ideli: “Nem para conversas complexas”. E completo: nem para palavras de amor.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

É muito importante que continuemos discutindo, pegando mais dados da CPI, sem dúvida nenhuma levando avante o assunto.

Com relação ao que está acontecendo no continente sul-americano, não nos podemos descuidar. O alerta foi dado. V. Ex^a também usou a palavra e sabe que nossa aflição é grande.

Vamos lutar pelos velinhos. Estou entre eles. Não estou falando em matéria pessoal, mas devemos ter respeito por aqueles que conseguiram criar a Nação brasileira. Precisamos dar-lhes a estrutura econômica atual. Não podemos esquecer que muita gente, durante a sua vida, deu um pouco de si para construir um País melhor.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador pelas

Minas Gerais Eliseu Resende, um patrimônio da inteligência, da competência e da honradez no Brasil.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que preside, neste momento, o Senado da República. Muito obrigado pelas referências de V. Ex^a. Transmito saudações das Minas Gerais ao ilustre Senador do Piauí, grande brasileiro que tem presença marcante no Senado da República.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria de ter um minuto apenas de sua atenção, para registrar, nos Anais do Senado da República, nossas homenagens ao jornal **Estado de Minas**, que, nesta semana, dá início às comemorações dos seus 80 anos de circulação, por meio de solenidade a ser realizada em Belo Horizonte, no Grande Teatro do Palácio das Artes.

Fundado em 1928 por Assis Chateaubriand, o jornal **Estado de Minas** transformou-se no mais tradicional veículo de imprensa do Estado. Incorporado ao hábito dos mineiros, com uma trajetória de sucesso, ao longo dos anos, vem conquistando, a cada dia, o maior número de leitores, pois se moderniza e acompanha as evoluções tecnológicas, marcando presença também na mídia *on-line* e interagindo com a TV Alterosa.

Nossos parabéns à direção do jornal – ao Diretor-Presidente Britaldo Silveira Soares, ao Diretor-Geral Edson Zenóbio, ao Diretor Executivo Álvaro Teixeira da Costa, ao Diretor de Gestão Geraldo Teixeira da Costa Neto, ao Diretor de Redação Josemar Gimenez de Resende –, formulando nossos votos para que o jornal continue registrando os fatos com independência, com fidelidade, com equilíbrio e com isenção, como vem fazendo há 80 anos, e continue transcrevendo a história de Minas Gerais, do Brasil e do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a V. Ex^a a homenagem a esse valeroso órgão da imprensa, dos Diários Associados, e lembramos a V. Ex^a que, neste mês, completam-se 40 anos da morte de Assis Chateaubriand, ex-Senador da República. Essa também é uma homenagem merecida àquele que, além de construir um patrimônio da imprensa no Brasil, sem dúvida, foi um ícone no desenvolvimento aéreo, pois foi criador e fundador de quase todos os aeroportos do Brasil, além de ter sido um mecenas das artes.

O SR. ELISEU REZENDE (DEM – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço-lhe a contribuição como um apêndice importante à minha fala. Fico muito agradecido.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro, enquanto, pacientemente, aguarda nossa Senadora Ideli Salvatti, que falará como Líder do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a me inscrevesse para falar em nome da Liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito e o povo do Rio e do restante do Brasil aguarda, ansiosamente, suas palavras, suas orações e bênçãos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero já deixar o meu abraço, o meu carinho e um beijo no coração de todas as mulheres brasileiras, porque sábado, dia 08 de março, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. Vamos ter, inclusive, na próxima terça-feira, uma sessão especial em que poderemos debater todas as questões que nos angustiam.

Trago à tribuna, no dia de hoje, como costume e procuro sempre fazer, um pouco do mundo real, do que está acontecendo, efetiva e concretamente, no nosso País e as conseqüentes repercussões. Já há alguns dias está reservado para eu fazer esse registro, porque o *site* do **Wall Street Journal** saudou o Brasil como “o novo rei dos emergentes”, baseando-se no índice do Morgan Stanley.

De acordo com o *site* do **Wall Street Journal**, o Brasil passou a China e virou o maior emergente do mundo em capitalização de mercado. Para outro banco, o Citigroup, o salto “meteórico” se deve à Petrobras, à descoberta do campo de Tupi, ao preço das **commodities**, entre tantos outros motivos. O Brasil deixou para trás nada mais, nada menos do que a Coréia, Taiwan e, também, a China, que são importadores de **commodities**.

Também o **Economy.com**, da agência de avaliação Moody's, com eco por **Forbes** e outros órgãos de imprensa, postou que “a economia brasileira vai continuar a avançar em 2008 apesar da recessão nos EUA”.

Parece que o nosso Copom não leu isso, porque estava explicitado, na avaliação internacional, o sucesso da economia brasileira. Há até uma afirmação de que se pode até cortar mais os juros – infelizmente, o Copom manteve a posição de não os reduzir – se a inflação se mantiver sob controle, o que, efetivamente, está acontecendo.

Outra matéria que eu separei para registrar da tribuna trata de declarações do nosso Ministro Guido Mantega, avaliando a conjuntura econômica com relação ao **investment grade**. Inclusive, foram manchete do jornal as palavras do Ministro Guido Mantega: “É bom, mas pode esperar”. Ou seja, é tão significativa a entrada dos investimentos estrangeiros, com impacto na cotação do dólar em nosso País, que há poucos dias a moeda americana chegou a ser cotada a R\$1,60, tanto assim que torcemos pelo **investment grade**, o que, na prática, já vem acontecendo, ou ainda, já está colocado pelo volume significativo de ingresso de investimento estrangeiro.

Disse o Ministro Guido Mantega: “Não sei se, neste momento, o grau de investimento será um bom negócio”. Essa questão da entrada dos investimentos tem tido um impacto preocupante, sob determinados aspectos, na questão da cotação do dólar, que tem repercussão, inclusive, nas nossas exportações.

Além dessa boa avaliação dos indicadores econômicos e das perspectivas concretas, com o Brasil liderando os emergentes, sendo o maior emergente no momento, dominando e capitaneando, na economia internacional, o bom momento que estamos vivendo, sempre temos dito ao plenário que todo esse desenvolvimento econômico só vale à pena porque está sendo acompanhado da distribuição da riqueza gerada.

Ao mesmo tempo em que o **Wall Street Journal** coloca-nos como o capitão dos emergentes, superando a China e tantos outros países, é muito importante que o Centro Internacional da Pobreza, em parceria com a Organização das Nações Unidas e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), confirmem o papel absolutamente relevante e importante da distribuição de riqueza por meio do Bolsa-Família. Assim também o IBGE, no levantamento feito recentemente nas principais regiões metropolitanas do País, coloca que mais de 50% da população tem carteira de trabalho assinada.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos, com os outros cinco, são dez: é a nota que V. Ex^a merece: macérrima, elegante e culta. Eu sou mais a senhora ser candidata a presidente do PT do que a outra que estão falando.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pode deixar.

Então, é muito importante esse dado, Senador Paulo Paim: o aumento significativo da população que trabalha com carteira assinada. Esses sucessivos au-

mentos do número de trabalhadores com carteiras assinadas já é o maior da história, desde que o IBGE faz esse levantamento.

Portanto, estamos capitaneando os emergentes, ou seja, o Brasil passa à frente de várias outras economias; estamos com um **investment grade** de fato já acontecendo, apesar de as agências ainda não nos terem dado essa classificação; contudo, o que importa é que isso tudo está alicerçado na distribuição da riqueza, seja por meio da geração de empregos, das carteiras assinadas, da distribuição do Bolsa-Família.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Paulo Paim, para depois eu tratar de uma outra questão.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Vou ser muito rápido, Senadora Ideli, mas não poderia deixar de cumprimentá-la pela brilhante sessão, hoje pela manhã, em homenagem às mulheres. V. Ex^a foi eleita, por unanimidade, Presidente da Subcomissão dos Direitos das Mulheres. E, com alegria, vou tomar a liberdade de, aqui no plenário, mencionar que há uma tendência na Bancada do Partido dos Trabalhadores para que V. Ex^a seja, mais uma vez, reconduzida como nossa Líder. Por isso que, neste dia, ao anunciar informalmente, a Bancada que vai decidir, quero dar, aqui, o meu voto favorável pela sua caminhada, pela sua história e pela forma com que se tem destacado, não somente no plenário, mas no debate de toda a conjuntura nacional. Neste momento, faz um belo pronunciamento, lembrando a importância de termos no País mais trabalhadores com carteira assinada. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Vamos aguardar a reunião da Bancada na terça-feira. De qualquer forma, agradeço a gentileza com que V. Ex^a faz a antecipação de seu voto.

Por último, não poderia deixar de vir à tribuna no dia de hoje para agradecer ao Ministro Edison Lobão, que terminou de nos receber, a mim e ao Deputado Carlito Merss, do Município de Joinville.

Santa Catarina vivencia os bons problemas, aqueles oriundos do crescimento, do desenvolvimento e da necessidade de termos soluções rápidas para problemas emergenciais.

Joinville, hoje, está à beira de um apagão elétrico. Tanto isso é verdade que o Governador, na segunda-feira, baixou um decreto de emergência elétrica no Município de Joinville. O crescimento da demanda de energia, em Joinville, foi, nos anos de 2005 e 2006, da ordem de 3,9%; mas, nos anos de 2006 e 2007, foi de 14,8%. Portanto, houve um crescimento da necessidade de energia superior ao crescimento chinês, superior ao crescimento do nosso próprio País.

E, lá, temos a necessidade de uma subestação de distribuição de energia, uma obra emergencial, que, se não for feita rapidamente, não vamos dar conta do crescimento dessa demanda. Inclusive, Joinville tem uma perspectiva de acolher uma unidade da General Motors; a Toyota estuda a instalação de uma unidade em Joinville ou na região. Portanto, se não tivermos energia, não há como dar sustentabilidade a esse crescimento e a essas novas perspectivas que estão sendo colocadas e atraídas, inclusive por que Joinville vai sediar um **campi** da Universidade Federal de Santa Catarina, exatamente na área tecnológica.

O Ministro Edison Lobão, gentilmente nos recebeu há pouco, bateu o martelo e está autorizando, em nome do Ministério de Minas e Energia, a contratação emergencial da Eletrosul, para que possamos superar o período do leilão, ganhando...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – (...) algo em torno de dez meses, no mínimo, dependendo da agilidade da obra. A Eletrosul já tem o terreno em vista, já fez os estudos iniciais do projeto e as especificações técnicas, portanto, teremos condição de ganhar, pelo menos, de seis a oito meses no início da obra, tão importante para resolver essa emergência na distribuição da energia em Joinville.

Por isso, eu não poderia deixar de, aqui, agradecer o nosso Colega do Senado, que agora ocupa a Pasta de Minas e Energia, e que tão rapidamente nos atendeu, apresentando uma solução que todos nós, em Santa Catarina, esperávamos, e, de forma muito especial, Joinville, já que estávamos muito angustiados.

Então, quero, de público, agradecer não só a gentileza de nos receber emergencialmente, mas a firmeza com que o Ministro Edison Lobão tomou a decisão e está dando o encaminhamento que todo o Estado de Santa Catarina, em particular a região norte do Estado, precisava.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre.

V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias, setores da imprensa brasileira, que cobrem o Congresso, têm me provocado para que eu falasse sobre o recente imbróglio envolvendo questões fronteiriças entre Colômbia e Equador. A todos, pedindo

desculpas, eu dizia sempre: “Olha, vamos deixar a espuma baixar”.

Entendo que o interesse de setores da imprensa certamente se deveu ao fato de o Senador Geraldo Mesquita Júnior presidir a representação brasileira no Parlamento Mercosul, não é, Senador Paim?

Mas, com toda a franqueza, eu pedi que deixássemos a espuma abaixar. E a espuma abaixou, Senador Paulo Paim. E o que restou de todo esse imbróglio, afóra fatos lamentáveis como mortes de pessoas? Restaram alguns arroubos mais açodados, declarações que deveriam ter sido mais bem temperadas. Mas, enfim, superamos a crise. A OEA se reuniu. Creio, com toda a franqueza, que o Parlamento do Mercosul deveria ter convocado uma sessão extraordinária para tratar da questão, do assunto, e não o fez. Mas, na próxima sessão, que está marcada para os dias 31 e 1^o, faremos considerações a respeito.

Senador Paulo Paim, entendo que há uma onda de expectativa e desejo democrático das populações dos países que fazem parte da América do Sul e América Latina. Por mais que existam pessoas, grupos minoritários que tentam tensionar o ambiente aqui, não terão sucesso.

Vivemos, hoje, um período muito interessante na América Latina. A estrutura do Mercosul se consolida cada vez mais, e creio que essa estrutura deve ser mais bem utilizada, porque ela é uma ferramenta importante para o aprofundamento desse processo de integração na nossa região. Precisamos usá-la com mais intensidade, com mais audácia.

As crises que se mostram, que se anunciam, ao invés de me desanimarem, fazem com que eu fique mais animado ainda para levar esse assunto ao nosso Parlamento do Mercosul e enxergar a estrutura do Mercosul como aquela que será capaz de atrair outros países. Hoje, somos quatro países: Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai. A Venezuela está em processo de ingresso no Mercosul. Poderemos ter, aportando no Mercosul, países como Equador, Colômbia, Bolívia e Peru. O ideal é que construamos um bloco interessante, sólido, democrático, a partir do qual e no qual tratemos as nossas questões econômicas, sociais e políticas. Essa é a minha expectativa.

Essas crises não me desanimam. Pelo contrário. Fazem com que eu retempere o desejo e a vontade de fortalecermos mais ainda o Mercosul com a vinda desses outros países e, então, nos constituiremos – espero que seja muito em breve – um grande bloco na América do Sul, na América Latina, atraindo esses países que hoje têm questões fronteiriças.

Não se pode tapar o sol com a peneira. São questões graves inclusive. Mas tenho certeza absoluta de

que a perspectiva do ingresso deles na estrutura do Mercosul pode contribuir decisivamente para que essas questões sejam mais rapidamente superadas para que tenhamos um século de paz e de desenvolvimento na América Latina, que contemple as expectativas e os anseios de todos os nossos povos.

Além desse assunto, o que me traz hoje aqui é o registro de um ato público realizado pelos defensores públicos da minha terra, o meu querido Estado do Acre, ocorrido nesta semana em Rio Branco, na Capital. Infelizmente, não pude estar presente. Eu estava aqui trabalhando, mas quero suprir minha ausência transmitindo e enviando, como já fiz em outra oportunidade, minha solidariedade e meu compromisso com a luta dos defensores públicos do Acre.

Dias atrás, falei aqui do movimento que hoje tumultua, incomoda categorias de advogados públicos no nosso País. É uma situação muito complicada. A Constituição fala que as atividades dos membros do Judiciário, dos membros do Ministério Público e dos advogados, inclusive dos advogados públicos, são atividades essenciais ao funcionamento da Justiça, Senador Paim.

Como é que se traduz isso? Isso significa dizer que a ausência da atividade de um membro de uma dessas instituições impede que se instaure o devido processo legal. E o que está havendo no nosso País, e agora, particularmente, no meu Estado do Acre? Quando a Constituição fala que essas instituições, que essas atividades são essenciais ao funcionamento da Justiça, na verdade, a Constituição equipara, em termos de importância de atuação, todas essas instituições e os membros dessas instituições.

O Judiciário tem estrutura de funcionamento adequada, com as deficiências normais. O Ministério Público, igualmente. Agora, as carreiras da advocacia pública no nosso País estão descendo a ladeira em termos de desprestígio, em termos de defasagem de condições de trabalho, em condições remuneratórias. Isso gera um problema muito sério no nosso País, que é a hierarquização dessas categorias profissionais.

Imagine, Senador Paim, no meu Estado, um juiz, que deve ganhar 25 mil, sei lá quanto, por mês, Ministério Público muito bem remunerado, e, numa audiência, entra o defensor público, que opera, trabalha, o mais das vezes, sem as mais elementares condições para o exercício da sua atividade. Entra ali, com um saláriozinho deste tamanhinho. Isso, na prática, instala, realmente, a hierarquização. É uma coisa muito complicada, é uma coisa difícil! Os membros das carreiras da advocacia pública ficam desestimulados! Muitos fazem concurso para procurador da Fazenda Nacional, para defensor público, lá no meu Estado do Acre e,

logo no início da atividade, percebem que o horizonte não lhes é favorável, e migram para outras carreiras; normalmente vão para a magistratura ou para o Ministério Público. E está aí, Senador Paim, instalada a hierarquização!

Portanto, mais uma vez, faço um apelo às autoridades que lidam com esse assunto, ao Ministro da Fazenda, aqui, no caso dos advogados públicos federais, ao Ministro do Planejamento, ao Presidente Lula, que atendem para essa questão.

Uma vez, Senador Paim, ouvi de uma autoridade do meu Estado quando fui lá dizer: “olha, é um absurdo, a gente precisa melhorar as condições da Defensoria Pública do nosso Estado porque a Defensoria Pública atende pessoas absolutamente carentes que não podem pagar um advogado. Eu passava de noite em frente à Defensoria e as pessoas, às vezes, estavam na chuva, ao relento, ali esperando para pegar uma fichinha para poder serem atendidas por um defensor público.” E, como resposta, recebi:

“Não se deve promover muito a Defensoria, não se deve melhorar muito as condições de funcionamento da Defensoria porque isso gera demanda contra o Estado”. Quer dizer, é uma coisa absurda imaginar-se que a gente pode resolver a questão de milhares e, no caso do nosso País, de milhões de brasileiros que precisam, além do feijão e do arroz, da moradia, do transporte, precisam também da assistência jurídica.

É um absurdo imaginarmos que a gente pode resolver a questão fechando a porta para o fortalecimento dessas instituições, para a transferência de prestígio para esses profissionais que são dedicados e, por eles, as coisas estariam funcionando da melhor forma possível. Portanto, eu gostaria de mais uma vez fazer um apelo aqui às autoridades do nosso País, fazer um apelo ao Governador Binho Marques do meu Estado para que observe essa questão, porque, para um Governo que se diz democrático e popular, essa é uma questão essencial, ou seja, aquele cidadão com o qual a gente se preocupa em transferir o bolsa-família, em transferir alguns outros benefícios, requer também de forma essencial a assistência judicial. Porque muitos dos seus problemas só são resolvidos no âmbito da justiça. Assim como seu estômago só sossega, quando não tem os meios para prover, quando ele recebe um auxílio governamental para poder comprar os alimentos de que necessita.

Portanto, deixo aqui minha solidariedade e meu compromisso mais uma vez com essas importantes categorias, os advogados públicos do nosso País, entre eles os defensores públicos, tanto federais quanto estaduais. E no meu Estado, particularmente, a situação dos defensores públicos é crônica, é triste e carece ur-

gentemente de uma solução que contemple o estabelecimento de melhores condições, Senador Álvaro Dias, de melhor nível remuneratório, para que eles possam continuar exercendo com dignidade seus ofícios.

Muito obrigado pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

Sr. Presidente, encaminhei ontem à Mesa dois requerimentos com a assinatura da maioria dos Líderes para que votássemos, em caráter de urgência, tanto o PLS nº 296, do fator previdenciário, quanto o PL nº 58, que trata do reajuste dos aposentados e pensionistas.

Faço um apelo a V. Ex^a no sentido de que façamos a leitura no dia de hoje, para que os respectivos processos venham à Mesa, e aí votaremos de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, quero comunicar a V. Ex^a que já me dirigi ao Senador Aloizio Mercadante solicitando a remessa do projeto, que está em tramitação naquela Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa. Agora mesmo vou voltar a insistir para que haja essa remessa ainda agora à tarde. Depois disso, veremos com as Lideranças como enfrentar o problema da votação dos projetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento de voto de lembrança ao saudoso Senador Mário Covas pelo 7º ano de seu falecimento.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de lembrança ao saudoso Mário Covas, ex-Governador de São Paulo, pelo 7º ano de seu falecimento.

Requeiro, ainda, em nome das Bancadas do PSDB no Senado Federal e na Câmara dos Deputados,

como Presidente Nacional do Partido, que deste voto de lembrança sejam cientificados os familiares do homenageado, em especial Dona Lila Covas.

A homenagem que ora requeiro é justa pelo que significou para o Brasil o grande homem público Mário Covas.

Homem que não abria mão de suas convicções, ajudou a fundar o PSDB, governou São Paulo, foi Deputado Federal e Senador da República.

Sua força e influência estão registradas, de forma definitiva, na história política brasileira, na qual deixou uma marca de firmeza, transparência, competência executiva e excepcional desempenho parlamentar.

Qualquer homenagem a Mário Covas é homenagem ao que há de melhor na vida pública brasileira, na história republicana. E tenho certeza de que este Senado, este Brasil de hoje, carente de boas lembranças, de boas realidades e de um futuro melhor, com certeza, saberá, mais uma vez, dar a Mário Covas o valor que o Brasil e os brasileiros sempre o deram.

O Senador Arthur Virgílio e o Senador Tasso Jereissati pediram-me que informasse a V. Ex^a o empenho e a palavra deles também neste dia de hoje, pois não estão presentes por razões de força maior.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero me associar a esse inteligente requerimento do Senador Sérgio Guerra. V. Ex^a e eu fomos companheiros dele quando governamos nossos Estados. Ele foi uma figura ímpar.

Atentai bem! Lembrai bem! Quando ele morreu, não houve mais reuniões de governadores de Estado. Ele era o ícone.

Na passagem pelo Congresso, um dos momentos mais decisivos de coragem, de altivez, foi justamente quando houve a tentativa do governo revolucionário de cassar o mandato do jornalista Deputado Márcio Moreira Alves, e ele o defendeu.

É um dos discursos mais sublimes da História do Congresso Nacional. E eu tive o privilégio, como médico, de ver e ouvir – eu o acompanhei como amigo – o seu calvário da última doença. Ele era uma figura, sem dúvida nenhuma. Felizes nós, os políticos, que não precisamos buscar exemplos na história de outros países. O melhor exemplo de homem público honrado, probo, decente, leal é Mário Covas. Eu tive, Senador Álvaro Dias, o privilégio de, quando governava o Piauí, traduzir o respeito do povo piauiense àquele grande e extraordinário Líder, entregando-lhe a comenda maior

Grã-Cruz Renascença. Então, nós queremos nos associar às homenagens. Senador Garibaldi, eu represento a história do PMDB que homenageia Mário Covas, que também foi do nosso Partido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, só uma frase: eu fui Constituinte com Mário Covas. Fiz questão de assinar o requerimento. Mário Covas, à época, era o Líder da Bancada Progressista. Só havia dois momentos em que o Plenário ficava em silêncio: quando Mário Covas ia à tribuna defender as posições a que toda a Esquerda se alinhava, e, pelo outro lado, o ex-Senador Jarbas Passarinho. Por isso, eu quero aqui referendar. Fiz questão de assinar esta Sessão de Homenagem a Mário Covas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, não posso deixar de pronunciar-me neste momento. Subscrevi também o requerimento do nobre Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, de voto de lembrança a este grande brasileiro que foi Mário Covas. Acho que se todos os 81 Senadores aqui estivessem, assinariam esse requerimento em homenagem a Mário Covas e também em louvor à sua família e à D. Lila Covas.

Se Mário Covas tivesse sido eleito Presidente da República quando disputou as eleições, tendo como vice em sua chapa o então Senador Almir Gabriel, tenho certeza absoluta de que o Brasil já estaria em um patamar muito mais avançado. Então, é um ato de justiça o que o Senado Federal faz por este grande brasileiro, homem partidário do PSDB, que foi Mário Covas. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Também por ter subscrevido esse requerimento, Sr. Presidente, quero dar o testemunho de reconhecimento da história de vida pública do ex-Governador e ex-Senador Mário Covas, que deu uma belíssima contribuição à vida pública deste País com seu exemplo, com sua prática e também com os seus procedimentos.

Acredito que a Constituição de 1988 teve muitas páginas escritas pela coragem de Mário Covas, por sua determinação, bem como pelo seu exemplo

de administrador no Governo de São Paulo, quando, sem dúvida, foi uma referência à responsabilidade e ao compromisso com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Portanto, eu também me somo aos demais Senadores nessa justa homenagem ao ex-Governador Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, quero também me associar a esse voto de lembrança ao saudoso Mário Covas, pelo sétimo ano do seu falecimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 2008

Requer Voto de Lembrança ao saudoso Mário Covas, pelo sétimo ano do seu falecimento.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Lembrança ao saudoso Mário Covas, ex-governador de São Paulo, pelo sétimo ano do seu falecimento.

Requeiro, ainda, em nome das Bancadas do PSDB no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, como presidente nacional do partido, que deste Voto de Lembrança sejam cientificados os familiares do homenageado, em especial Dona Lila Covas.

Justificação

A homenagem que ora requeiro é justa, pelo que significou para o Brasil o grande homem público Mário Covas. Homem que não abria mão de suas convicções, ajudou a fundar o PSDB, governou São Paulo, foi Deputado Federal e Senador da República.

Sua força e influência estão registradas de forma definitiva na história da política brasileira.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008.

Senador SÉRGIO GUERRA
Presidente do PSDB

1667-2441

São Paulo

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Como muito bem afirma o Senador Sérgio Guerra na sua justificativa, a homenagem que requer é justa pelo que significou para o Brasil o grande homem público Mário Covas, homem que não abria mão de suas convicções, ajudou a fundar o PSDB, governou São Paulo, foi Deputado Federal e Senador da República. Sua força e influência estão registradas de forma definitiva na história da política brasileira.

Sendo assim, submeto à votação o Requerimento nº 222, de 2008.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário e feita a devida comunicação aos familiares do homenageado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 223, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, Requeiro a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 22 de abril de 2008, destinada a homenagear o Aposentado do Serviço Público.

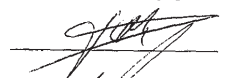
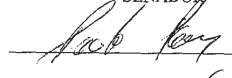
Sala das Sessões, 6 de março de 2008.

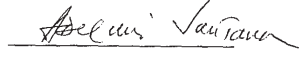
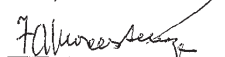
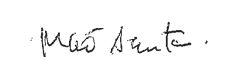
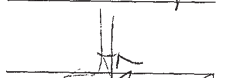
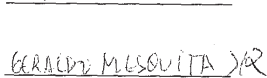
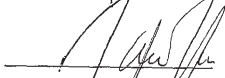
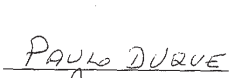
Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

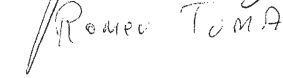
ASSINATURA

SENADOR





O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 224, DE 2008

O Senador que este subscreve, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, voto de aplauso ao jornal mineiro **Estado de Minas** pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, a partir do dia 7 de março de 1928.

Justificação

Conhecido pelo slogan “o grande jornal dos mineiros”, o jornal **Estado de Minas** completa a 7 de março seus 80 anos de fundação. Considerado um patrimônio virtual de todos os mineiros o jornal tem prestado um relevante serviço à sociedade mineira, como fonte permanente de informação, cultura e diversão.

O **Estado de Minas** foi fundado em 1928 pelos acadêmicos Pedro Aleixo, Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa, que se juntaram a Milton Campos e Abílio Machado para criar a sociedade. Os três compraram o acervo do **Diário da Manhã**, que em 7 de março de 1928 começava a circular com o nome **Estado de Minas**. Em 1929, Assis Chateaubriand incorpora o novo jornal aos Diários Associados.

Desde então, o **Estado de Minas** tem sido marcado pelo pioneirismo. Foi o primeiro jornal do país a adotar as tele-impressoras Extel (Telex). Em 1954, foi adquirida uma rotativa Mann em quatro cores, com capacidade para rodar mais de 60 mil jornais por hora.

Em 1979, o jornal passa a ser totalmente produzido em *off-set*, com a instalação do mais moderno parque gráfico do estado. Dezoito anos depois, é publicada a primeira foto colorida.

Em 1993, as editorias são informatizadas e o jornal passa a circular também na segunda-feira. Em 1996, o **Estado de Minas** passa a ser o primeiro jornal brasileiro a prover acesso à *internet*, além de tornar-se pioneiro em fornecer animação na homepage.

Carinhosamente chamado de EM, passa a ser o primeiro jornal interativo do país, permitindo a seus leitores participarem, darem sugestões de pautas e influir nos temas abordados pelas reportagens.

Sala das Sessões, 6 março de 2008. – **Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 225, DE 2008

Requeiro, nos Termos Regimentais, autorização para ausentar-me do País, representando o Senado Federal, em Porto Rico, em missão a convite do Senado daquele País e da Universidade Federal de Turano em Congresso sobre Tecnologia direcionada a Educação, nos dias 10, 11 e 12 de março do corrente conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – Senador **Magno Malta**.

OF. 78-08/GAB-MM

Brasília, 6 de março de 2008

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência correspondência que recebi da Universidade Federal de Turano e do Senado Federal de Porto Rico para participar de Congresso sobre Tecnologia dirigida à Educação, no período de 10 a 12 de março do corrente onde fui convidado para ser um dos palestrantes.

Submeto a Vossa Excelência os convites e coloco-me à disposição para servir o Senado Federal representando-o nos eventos citados. – Senador **Magno Malta**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 226, DE 2008(CRE)

REQUERIMENTO N° 47, DE 2007-CRE

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, as seguintes informações referentes a atos internacionais:

1. Relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares;

2. Esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou Organização Internacional interessada;

3. Justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, bem como seu estágio atual.

Justificação

Em definição clássica, a diplomacia tem como funções representar, informar e negociar. As negociações internacionais, com frequência, deságuam na elaboração e celebração de acordos internacionais atos jurídicos entre entidades de Direito Internacional Público – estados e organizações internacionais. Essas entidades têm a capacidade de serem sujeitos de direito e de contraírem obrigações no plano internacional. A contratação de obrigações pode chegar a ser cessão de atributos soberanos.

Nossa Constituição diz que compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (art. 21, I) e que compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (art. 84, VII). Estatui também que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (art. 49, I).

Assim, a Constituição determina claramente que os atos internacionais dependem da chancela do Congresso. No entanto, como essa chancela é dada **a posteriori** e **in totum**, depois de o ato ter sido firmado, o Congresso Nacional tem tido atuação precária nesse domínio. A rejeição do ato a ele submetido levaria a graves problemas de credibilidade dos agentes diplomáticos e afetaria a própria imagem externa do Brasil. Assim sendo, creio que seria prudente que a Comissão de Relações Exteriores passasse a acompanhar mais de perto a própria negociação dos acordos internacionais, inclusive cumprindo determinação constitucional que reza ser da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo (art. 49, X). Esse acompanhamento, sem ferir as atribuições do Executivo, visa a resguardar o interesse nacional e a legitimar o próprio processo negociador.

Sala da Comissão, 6 de março de 2008. – Senador **Fernando Collor**.

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

PROPOSIÇÃO: ROS Nº 47, DE 2007 - CRÉ
 ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 6/3/2008, OS SENHORES(AS)
 SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - INACIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - VAGO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - JOSÉ NERY (PSOL)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 227, DE 2008

Solicita a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal.

Requeiro, com base no art. 374, parágrafo único, do RISF, que o Senado Federal constitua uma Comissão integrada por 7 (sete) Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal, em 180 (cento e oitenta) dias, que terá a tramitação prevista no já referido art. 374.

A referida Comissão elaborará minuta de regulamento para disciplinar os seus trabalhos, o qual será definitivamente aprovado pela Mesa Diretora desta Casa, e que deverá, necessariamente, prever uma etapa para recebimento de sugestões de pessoas jurídicas e de pessoas físicas do país.

A Diretoria-Geral destinará do orçamento do Senado Federal, os recursos necessários para o funcionamento da Comissão de que trata este Requerimento.

Justificação

O Processo Penal Brasileiro encontra-se regulado pelo Decreto-Lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941. Nos seus sessenta e seis anos de vigência e apesar das alterações de que tem sido alvo, revela-se hoje inadequado às exigências de celeridade e eficácia, tendo em vista os mais atuais conceitos e teorias processuais penais que objetivam um direito processual funcional, instrumental, cuja decisão seja produzida em prazo razoável.

A experiência adquirida no âmbito da dogmática jurídica permite diagnosticar os principais problemas e insuficiências do Código de Processo Penal, o que torna o atual momento oportuno para a constituição de um grupo de alta qualificação auxiliar do Poder Legislativo. Mais do que proceder a alterações pontuais do atual Diploma

Normativo impõe-se uma revisão estrutural e conceitual, aproveitando seus méritos e corrigindo suas deficiências.

Vive-se um momento de violência amplamente disseminada em nossa sociedade, o que coloca em relevo a necessidade de eficácia punitiva penal. Em nome da segurança e previsibilidade jurídicas, o

processo deve ser um instrumento de celeridade e distribuição de justiça, algo que não vem ocorrendo presentemente.

A constituição, portanto, de uma Comissão de Juristas voltada para a construção desse Projeto de Código de Processo Penal mostra-se oportuna e necessária para tomar o processo penal mais ágil, célere, eficaz e justo.

Sala das Sessões, 6 de março de 2008. – **Renato Casagrande.**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Tendo em vista criação, através do Requerimento nº 2, de 2008 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB)	
Demóstenes Torres	Efraim Moraes
Antonio Carlos Júnior	José Agripino
Marconi Perillo	Alvaro Dias
Marisa Serrano	Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)	
Fátima Cleide	João Pedro
Serys Slhessarenko	João Ribeiro
(vago)	(vago)
PMDB	
Wellington Salgado Almeida Lima	Valter Pereira Valdir Raupp
PTB	
Gim Argello	João Vicente Claudino
PDT	
(vago)	(vago)
PSOL*	
José Nery	(vago)

(*)Rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PtdoB	
Carlos Willian	João Magalhães
Luiz Sérgio	Marcelo Guimarães Filho
Marcelo Melo	Marcelo Teixeira
Maurício Quintella Lessa	Márcio Reinaldo Moreira
Nelson Meurer	Nilson Mourão
Paulo Teixeira	Vignatti
PSDB/DEM/PPS	
Carlos Sampaio	Affonso Camargo
Moreira Mendes	Augusto Carvalho
Vic Pires Franco	Índio da Costa
PSB/PDT/PcdoB/PMN	
(vago)	(vago)
(vago)	(vago)
PV*	
Antonio Roberto	Edson Duarte

(*Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Portanto, está constituída a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal por integrantes da Administração Pública Federal.

Quero adiantar aos Sr^{as} e Srs Senadores que, tendo em vista o que dispõe o Regimento, caberá agora ao titular mais idoso da Comissão reuni-la para a escolha do Presidente – havendo acordo, naturalmente, isso se dará de forma fácil, acredito eu – e o Presidente designará o Relator.

Farei também a comunicação, já que estou lendo aqui no Senado, da composição à Câmara dos Deputados, ao Sr. Presidente Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, Líder do PRB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado e demais presentes a este plenário, acaba de ser lida pelo Sr. Presidente a composição da CPI de investigação dos cartões corporativos. Eu gostaria de falar da importância que esta CPI tem para esclarecer fatos que são, muitas vezes, divulgados na imprensa e que não correspondem à verdade.

Todos sabem da admiração, do respeito, do carinho que eu tenho pelo **Jornal do Brasil**, um dos maio-

res jornais da minha terra. Eu o leio desde menino. O **Jornal do Brasil** publicou, na sua edição do dia 2 de março, domingo, uma manchete dizendo o seguinte: “Cartão pagou até bailarinas. Servidor da Casa Civil contratou 20 moças”.

Apurada a notícia, Sr. Presidente, viu-se que se tratava de outras bailarinas: vasinhos de flores que se colocam em cima da mesa de secretárias para tornar o ambiente um pouco mais humano, menos árido. As bailarinas não eram moças, não eram dançarinas, não eram vedetes do teatro rebolado, o que fazia supor a manchete de capa. Eram vasos, pequenos vasos, que custavam R\$5,00 cada. O total foi de R\$100,00. Isso foi esclarecido ao jornal.

Poucas edições à frente, o **Jornal do Brasil**, pelo qual tenho o maior respeito, publica a manchete: “Bailarinas do cartão corporativo viram 20 vasos com flores”. “Bailarinas do cartão corporativo viram 20 vasos com flores”. Não, elas não viraram vinte vasos com flores; a manchete é que as virou. Desde o princípio, eram bailarinas, flores, inocentes, pueris, que estavam em cima da mesa das secretárias.

Fico preocupado, Sr. Presidente, Sr. Senador Magno Malta, se nós não vamos criar uma CPI com denúncias que, após investigadas, vão se transformar em desculpas.

É tão bonito quando o ser humano reconhece que errou. Eu não gosto de criticar, até porque errei demais. Há muitos colunistas que, quando erram, registram na coluna: “Esta coluna se enganou”; “esta coluna retifica..”; “esta coluna, apurando melhor os fatos...” Mas essa manchete “Bailarinas do cartão corporativo viram vinte vasos com flores” não é o que se esperava.

Aqui na frente, na página 3, temos uma nota fiscal e as explicações que, desde o princípio, se fossem apuradas, não iriam render uma manchete de capa. Não tira o brilho, absolutamente, do **Jornal do Brasil**, que é um grande veículo, que tem grandes profissionais. Aliás, presto aqui uma homenagem a Nelson Tanure, um grande brasileiro, um empreendedor, a quem o Brasil deve muito. Presto também uma homenagem a Mauro Santayana, um dos maiores articulistas do nosso País. Eu sempre leio o **Jornal do Brasil**, mas muitas pessoas que leram essa manchete “cartão pagou até bailarinas” talvez hoje não saibam que se trata de um vasinho de flor inocente.

Agora, Senador Magno Malta, hoje sai aqui uma notícia na **Folha de S. Paulo**, dizendo o seguinte: “Presidente da Força Sindical diz que vai processar jornais. Paulinho avisou que vai abrir 20 ações em 20 Estados diferentes e que poderão se transformar em mil ou duas mil em represália a notícias que ele con-

sidera infames, caluniosas, injurias e contumélias.” É preciso que a imprensa apure melhor isso.

Qualquer brasileiro que ame esta Pátria e que sabe que o poder é arrogante tem o maior apreço pela imprensa brasileira. Não se trata de coibir, de amarrar, de amordaçar a imprensa, porque ela tem um valor extraordinário, mas é um direito que têm os brasileiros de, sentindo-se ofendidos, ajuizarem ações. Nesse caso, é uma força sindical. Há pouco tempo, fez a mesma coisa uma igreja com representação no Brasil inteiro. Pode-se ajuizar mil ou duas mil ações. O que se vai fazer?

Eu pergunto ao Plenário: será que os ministros do Supremo Tribunal Federal vão se levantar agora e vão fazer pronunciamentos políticos atacando uma central sindical? Será que a Associação Brasileira de Imprensa, lá na minha terra, também vai se levantar contra a força sindical e a ação de trabalhadores sindicalistas que têm o direito de exercer aquilo que a Justiça lhes dá como garantia individual? Será que aquela associação internacional que mandou um comunicado também vai se manifestar?

É por isso, Senador Magno Malta, Sr. Presidente, que nós, desta tribuna, fazemos um apelo, um apelo às tradições de moderação da nossa cidadania, dos primórdios da nossa nacionalidade. Nós temos um Governo democrático. Está aí o Presidente Lula como um exemplo. Sua campanha ao Planalto foi uma epopéia! Não houve expediente, dos mais torpes aos mais virulentos, que não fosse empregado contra ele. Foi uma epopéia, foi a travessia de um terreno minado. Mas ele, nem mesmo no paroxismo das lutas, nem mesmo nos momentos mais difíceis, deixou cair a sua alta linha de compostura ou se tornou irascível. Temos cinco anos de prática ilesa da democracia, com instituições livres, imprensa livre, Judiciário e Legislativo intocáveis na sua majestade. Então, é um governo do povo e para o povo.

Portanto, quando vemos notícias como essa nos jornais, nos periódicos, eu, Senador Magno Malta, que, como V. Ex^a, nos últimos anos da minha vida, amargurei vilipêndios, quero dizer desta tribuna que eles não me diminuíram nem me abateram. Eu cresci no coração do meu povo e encontrei nas forças da humildade cristã condições de enfrentar e suplantar as maquinações das infâmias, das calúnias e das injúrias.

Sr. Presidente, registro o desabafo, o extravasar da minha consciência, dos profundos sentimentos de um homem conduzido a esta tribuna pela vontade do povo e que ama tanto as instituições livres e democráticas deste País. Todos sabem, Sr. Presidente, da minha moderação, todos sabem da minha postura nesses cinco anos servindo à Pátria na função que

os eleitores do meu Estado me delegaram. E aqui, Sr. Presidente, fica a constatação de certas notícias, de certos momentos da vida nacional que precisam da reflexão de nós todos.

Seria bom que a nossa imprensa, sempre livre, sempre altiva, como tem sido diante do poder político, do poder social, do poder religioso, porém nem tanto diante do poder econômico, fosse aperfeiçoada no futuro. Com certeza, será. Temos valorosos...

Aliás, Sr. Presidente, quero lembrar também que não é toda a imprensa que comunga, por exemplo, do parecer político de um Ministro do Supremo que disse que as ações abertas em todo o território nacional visavam mais prejudicar o andamento das ações que obter a efetiva sentença.

A revista **Veja**, a maior revista do País e a terceira maior revista do mundo em circulação, a revista *Veja* se manifestou favorável ao direito dos brasileiros que se sentem prejudicados por noticiários da imprensa de entrarem na Justiça em defesa da sua própria honra e da sua própria dignidade. Disse-me o repórter, inclusive, o seguinte: “Olha, Senador, uma companhia aérea que perde a bagagem de seu passageiro deve indenizar. É direito do passageiro. As pessoas precisam ser responsáveis pelos seus atos e pelos serviços que se propõem a fazer”.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Solicito um aparte, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Portanto, Senador Magno Malta, veja que há setores da imprensa...

Nós não estamos aqui empreendendo qualquer cruzada contra a imprensa. Respeitamos e imprensa e a queremos livre. Desejamos que seja sempre livre e altiva, mas é preciso ter cuidado com notícias que não são apuradas, que saem nas manchetes e que, depois, ficam difíceis de ser retificadas. E, quando são retificadas, fazem a retificação de maneira dúbia, que não esclarece. E pior: são incapazes de dizer “erramos”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marcelo Crivella, lamento informar a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu só gostaria de ouvir o Senador Magno Malta, que certamente vai se sentar para fazer o aparte – não é um pronunciamento, é um aparte; diz o Regimento que precisa ser sentado.

Precisa ser necessariamente sentado, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Esse negócio de fazer aparte em pé ou sentado é igual a estar dormindo no avião, e o cara o acorda mandando co-

locar a cadeira no lugar. Volta-se meio dedo. O avião não vai cair por isso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– É apenas para cumprir o Regimento, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Vou sentar, então.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Concedo-lhe um aparte e ouço V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Você está dormindo no avião, e o cara: “Acorda. Põe a cadeira no lugar”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Ouço V. Ex^a. É apenas para o Presidente entender que se trata de um aparte.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senão, o avião vai cair.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– O Presidente poderia pensar que V. Ex^a estaria pedindo a palavra para falar pela ordem.

Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Marcelo Crivella, achei que todo o mundo iria apartear-lo. A lógica no Brasil é infame. Quem ataca não pode ser questionado. Qualquer um pode atentar contra a honra de qualquer cidadão. Se uma pessoa tem um jornal que sai de 15 em 15 dias, de 30 em 30 dias, autodenomina-se jornalista, tem um **blog**, tem uma página ou qualquer outra coisa e ataca a sua honra, você não pode fazer nada, porque essa pessoa corre logo e diz assim: “É mordança. É a Lei da Imprensa”. O Supremo agora julgou e deu uma liminar referente à intervenção do Deputado Miro Teixeira em que argumenta que País nenhum tem Lei de Imprensa, baseando-se, pois, na Constituição cidadã de 88. Ou seja, cada um responderá pelo que falar, e cada um será enquadrado. Isso é o normal. Se você tem prova, escreva. Se você acha que é canalha, pústula, fraudador, fraudulento, nojentado, escreva. Agora, ninguém pode fazer ilação sobre a honra de ninguém, ninguém pode jogar na lama a história de ninguém, de um pai de família, de uma mãe de família, e ficar por isso mesmo, porque o cara corre e diz: “Olha, estão tentando me amordaçar, mas estou acobertado pelos meus direitos”. E os seus direitos são atacar a honra de qualquer um? Então, acho que, colocando no devido lugar os jornalistas responsáveis, os periódicos responsáveis, publicarão aquilo de que têm documento, fato e verdade. No dia em que eles forem levados às barras do tribunal, dirão: “Está aqui a verdade”. Mas os irresponsáveis e vilipendiadores da honra alheia certamente pararão, porque, na hora em que o primeiro for julgado criminalmente, os outros aprenderão a lição. Então, quanto a essa atitude do

Supremo Tribunal Federal, à liminar dada à inteligência e à independência do Deputado Miro Teixeira, por quem tenho a maior admiração, entendo que o mérito será julgado com o mesmo entendimento dado à liminar, a fim de que coloquemos as coisas no lugar. Afinal de contas, é preciso respeitar a história, é preciso respeitar os filhos das pessoas, é preciso respeitar a mãe de alguém, é preciso respeitar o pai de alguém, que chora ao ler uma notícia mentirosa, escabrosa, que ofende e destrói. E você nada poder fazer. Nossa Ministra Marina Silva diz que, infelizmente, no Brasil, se tem de provar – a lei diz que todo cidadão é honesto até que se prove o contrário – que é honesto até na Justiça. Penso que, as coisas indo para o devido lugar, os vilipendiadores da honra alheia pensarão dez vezes antes de escrever algo que não têm como provar, porque saberão exatamente que responderão pela sua indignidade. Achei que V. Ex^a, em razão do tema trazido à tribuna, fosse ser aparteadado por todos, mas eu não poderia deixar de apartear-lo, porque essa prática que ocorre em nosso País é infame e invertida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Peço ao Presidente que esse aparte fique incorporado ao meu pronunciamento.

Termino, dizendo que as bailarinas eram lindas, belíssimas, mas vasinhos de flores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para agradecer a V. Ex^a a celeridade dada à CPI da Pedofilia. O requerimento já foi lido, a Dr^a Cláudia rapidamente fez os cálculos, e a divisão na base da proporcionalidade já aconteceu, para as indicações dos partidos. O material é absolutamente vasto, e basta que os partidos, a partir de terça-feira, façam essas indicações, porque todos estão acordados, para que nós instalemos ainda na quinta ou na sexta-feira a CPI da Pedofilia.

E nós prestaremos um grande serviço a este País, não tenha dúvida, Sr. Presidente, porque, se nós conseguirmos tão-somente tipificar o crime de pedofilia, Senador Alvaro Dias, nós já estaremos prestando um grande serviço à Nação brasileira.

Muito obrigado ao senhor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, a minha inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É apenas para perguntar a V. Ex^a se há acordo de Líderes para votarmos alguma matéria hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a faz uma lembrança oportuna, e eu quero dizer a V. Ex^a e aos demais Senadores que não houve acordo entre as Lideranças. Então, no dia de hoje, não vamos votar nenhuma matéria.

São os seguintes os itens transferidos:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medi-*

da Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.*

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Ple-

nário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição*

Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de
1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o

Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de auto-

ria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural*.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

41

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

42

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

43

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia

Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

44

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

45

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

46

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

47

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Jayme Campos, por 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Senador Jayme Campos a concessão, na forma de permuta, do seu tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, a minha homenagem a Mário Covas, à sua família, à Dona Lila Covas. O Presidente do PSDB, Sérgio Guerra, apresentou requerimento, que subcrevemos.

Mário Covas foi sempre uma figura emblemática no Parlamento e, sobretudo, nos últimos tempos, no PSDB; sem dúvida, a mais afirmativa de todas as lideranças do nosso Partido. E é claro que a sua ausência deixa uma lacuna que não se preenche com o tempo, mas o seu exemplo, sim, o seu exemplo deve ser inspiração a todos nós, que, num partido de Oposição, devemos ser sempre afirmativos.

Quero, Sr. Presidente, manifestar a minha mais profunda admiração à liderança que exerceu Mário Covas, como Parlamentar e como Governador. Como Parlamentar, pelo preparo e pela capacidade de liderar, pela eficiência de articulação política e, sobretudo, pela competência à oratória ímpar. E, no Executivo, o administrador competente e capaz de estabelecer prioridades com sensibilidade, sobretudo, definindo, com muita eficiência, a relação custo-benefício dos investimentos públicos realizados, com a parcimônia que se exige, com o combate à corrupção, que deve ser prioridade indiscutível e, sobretudo, com respeito à população que governava.

Mário Covas, é bom lembrar, assumiu o Governo de São Paulo em tempos difíceis. Recebeu, aquela sim, uma herança maldita, com os cofres públicos arrombados, a situação financeira de São Paulo precária. E ele, Senador Pedro Simon, soube, com muito denodo, determinação, disposição para o trabalho e firmeza, corrigir os equívocos, sanear as finanças e desenvolver um grande programa de obras que a morte o fez repassar inesperadamente ao seu sucessor, Geraldo Alckmin. Portanto, associe-me às homenagens que o meu Partido presta, nesta tarde, a Mário Covas.

Sr. Presidente, creio ser oportuno. A lembrança de Mário Covas nos impõe responsabilidade diante daquilo que há pouco se anunciou: a instalação de uma CPI no Congresso Nacional, a chamada CPI dos Cartões Corporativos.

Não temos o direito de gerar uma falsa expectativa. A CPI, que é um instrumento precioso de fiscalização e deve ser uma ferramenta indispensável para a Oposição no Parlamento, sofre um desgaste imenso, em razão da forma com que nos conduzimos aqui, até porque nem sempre temos a competência necessária para definir os objetivos e as possibilidades de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desvirtua-se constantemente o papel da Comissão Parlamentar de Inquérito. Muitos imaginam que sairão pessoas presas, algemadas, conduzidas de camburão até o presídio. E é evidente que, exatamente porque isso não ocorre, há frustração.

Ainda agora, constantemente, recebemos cobranças: o que fez a CPI dos Correios? E respondo: perguntem a um dos 40 que se encontram sentados no banco dos réus, no Supremo Tribunal Federal.

Apesar disso, há questionamentos sobre aquela CPI, uma CPI que começou desacreditada, denominada de CPI “chapa-branca”, mas que indiciou mais de cem pessoas e possibilitou ao Procurador-Geral da República, de forma célere, denunciar 40 daqueles que foram indiciados pela CPI, obtendo admissibilidade por parte do Supremo Tribunal Federal, que instaurou os procedimentos para o julgamento dos acusados.

Não gero falsa expectativa. Participarei, na condição de suplente, da CPI dos Cartões Corporativos e oferecerei a minha contribuição, mas não tenho expectativas em relação ao relatório final.

O Governo armou como quis esta Comissão Parlamentar de Inquérito, impôs a sua vontade. Com uma maioria esmagadora, poderá aprovar e rejeitar o que bem entender. Escolheu a dedo o Relator da Comissão.

É claro que não podemos ter expectativas relativamente ao relatório final e por isso tenho insistido. A minha proposta às lideranças de oposição é de que procuremos investigar sem limites, radicalizando a investigação, alcançando o centro do poder e denunciando sempre que fato relevante puder ser anunciado. A cada descoberta importante uma denúncia ao Procurador-Geral da República, formal e oficial, através dos partidos de oposição, antecedendo-nos ao relatório final, que, repito, poderá ser faccioso.

Sei que é constrangedora essa antecipação, julgar o comportamento de alguém que vai redigir um relatório final numa CPI. Mas nós já passamos pelo tempo da ingenuidade. Creio que não temos o direito de ser ingênuos, sobretudo quando representamos aqueles que nos elegeram. Não há como alimentar expectativas favoráveis a um relatório afirmativo, contundente, que procure alcançar os principais envolvidos no escândalo. O que estamos imaginando é que tentarão

alcançar exatamente aqueles que foram usados para a consumação dos ilícitos, no jargão popular, a corda arrebentando do lado mais fraco. Encontrar servidores que foram utilizados para, aproveitando-se do cartão corporativo, sacar recursos no caixa eletrônico para despesas que beneficiaram outras pessoas. Esse é o cenário que antevejo nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E, para que ela não se constitua em grande frustração, é preciso esse alerta. Nós, que integramos a Oposição no Congresso Nacional, temos o dever de alertar. Essa é uma expectativa que lamento expor, mas é uma expectativa absolutamente sincera, já que, pela experiência adquirida nesses anos de Senado Federal, nós temos o dever de vislumbrar aquilo que pode ocorrer em termos de predomínio da base aliada sobre a oposição numa Comissão Parlamentar de Inquérito como essa.

Portanto, Sr. Presidente, não é um discurso de fuga da responsabilidade; ao contrário, é um discurso de quem quer assumir a responsabilidade de participar e contribuir com uma investigação que tenha como limite a lei, mas que não coloque acima do bem e do mal aqueles que eventualmente se constituíram em autoridades maiores do País.

Sempre discordei que a CPI fosse buscar anos anteriores, governos passados.

Governos passados passaram! Se não foram investigados, alguém não cumpriu o seu dever; alguém não assumiu a responsabilidade da investigação. Se fatos proporcionaram suspeição, deveriam investigar. Se não investigaram, houve outra oportunidade.

Quando um governo assume, navegando sobre as ondas das esperanças da população, com compromissos arraigados durante mais de 20 anos, com uma bandeira empalmada durante tanto tempo, a bandeira da ética, ao assumir, esse governo tem o dever de fazer o balanço e apresentá-lo à sociedade. Se não o fizeram, perderam a oportunidade; sobretudo, não cumpriram o dever. Agora, voltar atrás, fazer *mea-culpa* e afirmar: “Não investigamos. Queremos investigar agora”. Mas ainda é tempo?

Portanto, Srs. Senadores, Sr. Presidente, não concordei com uma CPI que queria abraçar o mundo com um horizonte temporal que vai muito além de nossas possibilidades de investigar, ampliando o raio de ação para confundir, para desfocar, para iludir, para enganar mesmo a sociedade brasileira.

E eu posso, com muita tranquilidade, Senador Pedro Simon, fazer este discurso porque, embora pertencesse ao Partido do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, àquela época declarei-me em uma posição de independência e fazia oposição ao Governo, como faz o Senador Pedro Simon, como faz

o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Mão Santa e tantos outros que, integrando um partido da base aliada do Governo, fazem oposição porque proclamaram sua própria independência em respeito à população brasileira. Assim me comportei. Por isso não tenho constrangimentos em dizer que não acho correta essa tentativa de volta ao passado, de investigação superada de fatos pretéritos. Sem fato determinado o que existe é fato indeterminado. Não há denúncia, o que existe é a tentativa de descobrir algo, sem saber o quê.

Concedo a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, o aparte que solicita.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Já que V. Ex^a me permitiu essa gentileza, primeiro quero dizer que me solidarizo com V. Ex^a, Líder do PSDB, pela manifestação de solidariedade, apoio e carinho à memória de Mário Covas. Pretendo subir à tribuna para levar o meu preito pessoal. Sabe V. Ex^a da admiração que tenho por Mário Covas, indiscutivelmente uma das figuras mais extraordinárias, mais dignas, mais corretas da política brasileira de todos os tempos. Por isso, acho que foi pouco. Deveriam ter feito uma solenidade ainda maior, porque Mário Covas merece. Como disse bem V. Ex^a, a essa altura, ele é um exemplo de como a gente deve fazer, de como deve se sair. Em segundo lugar, concordo com V. Ex^a. Onde é que estava o PT numa época – vamos fazer justiça – em que o Partido era radical, era duro, fazia oposição rígida, e a ética era a bandeira principal que ele tinha? Onde estava o PT, que, durante os oito anos do governo anterior, não disse uma palavra, não falou nada com relação a tudo isso que está acontecendo? V. Ex^a tem razão. Em terceiro lugar, onde estava o PT, que, quando assumiu o Governo, ainda com aqueles propósitos, que depois viu que não eram, mas que no início eram, não tomou uma providência nesse sentido? Só foi saber disso quando a imprensa o advertiu no segundo mandato do Presidente Lula? V. Ex^a também tem razão. Agora, com toda a sinceridade, eu diria que V. Ex^a está certo. Eu não aceito a tese de que vamos começar apurando o Fernando Henrique, vamos começar apurando não sei o quê. Nós temos de começar apurando o que está acontecendo, o que é hoje, os fatos. Apenas eu diria a V. Ex^a que, se trouxerem fatos, o que a rigor não poderiam fazer, também não vamos fugir de analisá-los.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Claro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Aliás, o próprio Presidente Fernando Henrique, na minha opinião, com muita categoria – gostei muito –, disse: “Não tenho nenhuma preocupação, se quiserem investigar o meu passado, o da minha família, o da minha mulher, o das minhas contas, podem investigar.” Também diz ele – e ele está certo – que uma CPI deve ser feita em

cima de fatos concretos, objetivos, e esse foi o oferecido pelas lideranças que apresentam a CPI. Mas acho que nem V. Ex^a nem o Presidente Fernando Henrique tem de estar preocupado em não querer investigar. Investiguem! Não queremos é fazer o que parece estar fazendo o Governo atual, dizendo: nós fizemos, mas vocês também fizeram. Acho que isso é um absurdo. Não tem lógica nenhuma. Quer dizer, nós fizemos isso aqui, mas vocês também fizeram; nós fizemos aquilo ali, mas vocês também fizeram. Até porque o PT não foi eleito com isso. O PT não foi eleito para continuar o Governo Fernando Henrique. O PT foi eleito para mudar e não mudou. E o que é pior, as coisas que estão acontecendo agora são muito mais graves do que as que aconteceram no passado. Agora, é triste isso. Não tenho comparecido, mas vou comparecer às reuniões da CPI das ONGs, onde não se sai do lugar. Veio um cidadão que tem as coisas mais graves com relação a ele, e a Liderança do Governo não deixa apurar. Um homem que considero extraordinário, o líder do PCdoB, o Senador do Ceará e que acho uma pessoa sensacional, é relator e falarei pessoalmente com ele que ele tem de se cuidar. O nome e a biografia dele estão em jogo nessa questão, e ele não pode fazer o jogo do Governo. Ele tem de fazer o jogo da imparcialidade. Agora, uns estão querendo denunciar as coisas atuais, e outros dizendo “ah, mas e aquela outra não-sei-quê”. Investigando as coisas que estão aqui, teremos autoridade para investigar as lá de trás. Vamos ter a correção e a isenção que V. Ex^a está tendo agora e dizer que investigaremos agora e investigaremos o passado. O que acontece é que os de agora não querem porque não querem, porque temos de investigar o passado, mas temos autoridade de investigar o de hoje e depois vamos investigar o passado. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

É claro que temos de investigar, mas quero deixar registrada nos Anais do Senado Federal essa contrariedade. A oposição errou ao aceitar incluir no requerimento o governo passado, sem nenhum fato determinado. Até porque alguém poderia sustentar a tese de que esse requerimento é anti-regimental, é inconstitucional, porque ele elenca fatos indeterminados. Não há fato determinado relativamente ao governo passado, porque não houve denúncia alguma. Portanto, não se sustenta regimentalmente um requerimento dessa natureza.

É por essa razão que eu quis, Senador Sibá Machado, vir à tribuna no dia de hoje para dizer que eu, particularmente, não concordo com os termos desse requerimento. Mas não fugirei à responsabilidade de

investigar, como membro da CPI, o Governo passado se denúncias forem aprovadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apesar de discordar do modelo, evidentemente, é fato consumado. E se há que investigar, investiguemos, desde que apresentem denúncias que ensejem investigação. Não podemos investigar o que não existe. Apresente as denúncias e estaremos colaborando para que se investigue.

E o Senador Pedro Simon disse muito bem que a Oposição tem que ser afirmativa. A Oposição não pode, Senador Mão Santa – e vou conceder o aparte a V. Ex^a –, deixar que pensem estar existindo qualquer tipo de acordo numa Comissão Parlamentar de Inquérito. A Oposição não faz acordo com o Governo para investigar o Governo. Seria ridículo, o absurdo dos absurdos, se isso prevalecesse.

É por essa razão que defendo a tese de que devemos encaminhar ao Procurador-Geral da República, a cada passo, todo fato importante que for revelado nas investigações.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, estava atentamente ouvindo e vendo o pronunciamento de V. Ex^a. Atentai bem, brasileiras e brasileiros – Pedro Simon também estava atento –, entendo que o animal político que é José Sarney teve uma grande inspiração quando deixou o Governo. O PMDB tinha vários candidatos – Ulysses, Waldir Pires, Iris Rezende –, e ele pensou no nome de V. Ex^a. Eu estava ouvindo. Nós animais políticos acompanhamos o momento de disputa democrática da nação irmã os Estados Unidos: quase todos são candidatos nascidos no Senado da República. Olha, V. Ex^a é melhor do que todos eles. Eu o acompanhei. Quando Sarney lembrou o nome de V. Ex^a – Ô Pedro Simon –, eram os anos de 1990. V. Ex^a saiu como governador do Paraná. E o nosso Partido não teve a felicidade, e V. Ex^a se esborrachou todo. V. Ex^a foi lembrado pelo animal político José Sarney para ser o nosso candidato do PMDB em 1990. De lá para cá, são 18 anos: maturidade. V. Ex^a mostra firmeza, conhecimento, oratória, caráter e grandeza. V. Ex^a engrandece este Senado, o Paraná, a República e o Brasil. O pronunciamento de V. Ex^a é extraordinário. V. Ex^a, então, tem a nossa admiração pelo que tem feito, pela maneira firme, conducente, culta, elegante com que tem defendido, e não vou dizer que V. Ex^a tem representado a Oposição. V. Ex^a tem representado o que há de melhor neste Senado e na democracia brasileira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a, ao seu estilo, encanta todos os dias muitos brasileiros da tribuna do Senado Federal. Sou testemunha disso. Além de tudo, tem essa generosidade que extrapola até os limites da bondade, para ser tão elegante com os seus companheiros e colegas.

Muito obrigado, Senador.

Diante desse aparte do Senador Mão Santa, meu caro Presidente, encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Senador Sibá Machado.

Em seguida, falará a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, e tenho certeza de que o Senador Sibá Machado concordaria, por se tratar até de um esclarecimento.

A Agência Brasil noticia, Sr. Presidente, que as dificuldades para a votação do Orçamento teriam sido de minha responsabilidade porque exigia a votação de um aumento da Lei Kandir. A declaração aqui está atribuída ao Relator José Pimentel e à Líder Roseana Sarney.

Quero desmentir veementemente tal afirmativa. Em nenhum momento, impus nenhuma regra, nenhuma condição, até porque não me compete.

Particpei, hoje, de uma reunião, representando o meu partido e com delegação do PSDB, tendo em vista, ainda, ter havido um acordo principalmente por divergência na própria Base do Governo, e sugeri o adiamento para terça-feira.

Eu quero fazer este esclarecimento, e vou mais além. A Oposição concorda com o teor da proposta do Deputado Maurício Rands, que é Líder do PT, na Câmara.

Portanto, Sr. Presidente, não há nenhuma obstrução por parte da Oposição, desde que haja uma evolução por parte da Base em aceitar o Relatório do Deputado Maurício Rands. Quero deixar isso bem claro, para que não passe para a opinião pública a imagem de que é a Oposição que está impedindo a votação do Orçamento. Apenas esse registro.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já é do conhecimento desta Casa e da sociedade brasileira, o sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais

(Inpe), registrou um aumento atípico no desmatamento que ocorre na Amazônia, contrariando a tendência de queda que se vinha conquistando, nos últimos anos.

Em função dessa constatação, o Governo Federal editou o Decreto nº 6.231, de 2007, em dezembro passado, instituindo ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento e sanções às condutas e atividades ilegais em Municípios do bioma amazônico sob ameaça ou efetiva devastação ambiental.

Esse decreto presidencial basicamente criou instrumentos institucionais para o cumprimento das leis ambientais de que o Brasil já dispõe.

Determina a identificação das áreas mais gravemente atingidas pelo desmatamento e as elege como prioritárias para as ações de fiscalização e controle; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos Municípios que mais desmatam; a punição a quem comprar produtos oriundos de áreas ilegalmente desmatadas; e o crédito da sustentabilidade na definição das políticas e investimentos públicos na região.

Assim, a grande novidade que esta medida introduz é a condição de produzir efeitos sobre toda a cadeia produtiva relacionada ao desmatamento, de modo que os imóveis rurais não recadastrados em tempo não poderão renovar autorizações de desmatamento, além de perderem o acesso a crédito público e a possibilidade de realizar qualquer transação que envolva o imóvel – como venda, arrendamento, desmembramento, transmissão em herança ou oferecimento em garantia.

As propriedades embargadas por desmatamento ilegal no bioma amazônico – ou seja, a derrubada da floresta em mais de 20% do imóvel ou nas áreas de preservação permanente – serão incluídas em uma lista publicada e periodicamente atualizada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Nas atuais condições, as medidas atingem diretamente 36 Municípios, nos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia, onde se registraram os mais altos índices de desmatamento no período de agosto a dezembro de 2007.

Em apoio aos dispositivos do Decreto nº 6.231, de 2007, o Governo editou também medidas complementares, tais como:

– reforço de 800 homens na Polícia Federal na região, para o combate aos crimes ambientais;

– monitoramento imediato e mensal das áreas embargadas nos Municípios críticos, com apoio das aeronaves do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam); e

– ações de fiscalização e combate ao desmatamento integradas com governos estaduais.

De modo geral, essas medidas estavam indicadas no Plano Interministerial de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

Contudo, apesar da reação dos setores punidos por essas medidas, há muito se reconhece que apenas a repressão eventual e restrita ao campo ambiental não é suficiente para conter o desmatamento, enquanto houver políticas de créditos, subsídios e infra-estrutura que não considerem critérios de sustentabilidade para o financiamento de atividades produtivas na região.

Segundo dados oficiais, a pecuária, por exemplo, que aparece como setor produtivo campeão no aumento do desmatamento na Amazônia, é largamente financiada pelos programas de crédito rural de bancos públicos e privados.

Nessas condições, portanto, é imprescindível que as políticas de crédito, os subsídios e a infra-estrutura previstas para a região também considerem critérios de sustentabilidade.

Com esse entendimento, o Conselho Monetário Nacional aprovou, quinta-feira passada, exigências adicionais para a concessão de crédito rural na Amazônia, tendo em vista atingir diretamente os setores campeões em desmatamento na Amazônia.

A Resolução do CMN vale para todos os bancos públicos e privados que trabalham com crédito rural, a partir do dia 1º de julho.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Conceda-me mais um tempo, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a.

Segundo as novas regras do Conselho Monetário Nacional, os bancos só poderão conceder crédito para empreendimentos rurais no bioma amazônico, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- certificado de Cadastro de Imóvel Rural vigente;
- a declaração de que não há áreas embargadas no imóvel, em função do desmatamento ilegal; e
- comprovante de regularidade ambiental do imóvel, sobretudo a averbação da Reserva Legal.

Além disso, as áreas embargadas por desmatamento ilegal efetivado após a concessão do crédito não receberão novas parcelas até que recuperem a área devastada. E as mesmas restrições valem para financiamentos a parceiros, meeiros e arrendatários.

Vale ressaltar ainda que essas regras terão duas exceções inicialmente. Uma diz respeito à agricultura familiar. Neste caso, o produtor terá apenas de assinar uma declaração de que está em situação regular, pois o Governo quer focar inicialmente nos grandes produtores, que são os principais promotores de desmatamento. A outra exceção é o chamado Pronaf B, voltado a produtores que têm renda de até R\$4 mil por ano, e que só podem obter financiamento de até R\$1.500. Nesse caso, não haverá exigência alguma, pois, seguramente, não são esses os produtores que mais devastam a Amazônia hoje.

Sr. Presidente, essas medidas, sem dúvida, propiciam grande avanço, sobretudo se comparadas a tentativas experimentais no passado. Mas ainda é só um bom começo.

É imprescindível o engajamento e o compromisso de todos os setores econômicos ligados às cadeias produtivas associadas ao desmatamento, assim como é necessário o engajamento dos diversos setores de governo e da própria sociedade, num grande pacto pela valorização da floresta em pé como recurso estratégico à economia do século XXI.

Portanto, não poderia deixar de repercutir nesta tribuna a importante determinação do Governo Federal, em crescente articulação de parcerias com as prefeituras e os governos estaduais, tendo em vista socorrer não apenas a maior floresta tropical do planeta, mas também os segmentos sociais diretamente vitimados pela economia ilegal da devastação amazônica.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, nobre Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Sr. Presidente já está-me dando um tempo meio curto. Eu gostaria muito. Mas, se V. Ex^a permitir, eu queria concluir a leitura, e, se o Presidente permitir, eu darei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu apelo a V. Ex^a para não conceder o aparte, porque V. Ex^a está usando o tempo da Liderança. Então, não é permitido pelo Regimento aparte.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perfeito. Eu peço a compreensão do Senador Flexa.

Nem tudo é crime e perversidade na economia da Amazônia de hoje, muito pelo contrário. Há empreendimentos de êxito social, ambiental e econômico, assim como a experiência de governos estaduais e municipais, demonstrando que vale a pena investir na exploração sustentável das riquezas amazônicas e em políticas públicas com essa vocação.

Por isso, o Governo segue tecendo a ainda longa pauta de aprimoramentos da estrutura e dos instrumentos institucionais, não apenas de repressão à degradação ambiental, mas em favor das práticas eco-

nômicas virtuosas, conforme também está previsto no Plano Interministerial de Combate ao Desmatamento e no Decreto nº 6.231, de 2007.

E, aqui, refiro-me especialmente ao disposto no § 1º de seu art. 14, segundo o qual: “A União priorizará em seus planos, programas e projetos voltados à Região Amazônica os Municípios constantes da lista referida neste artigo para fins de incentivos econômicos e fiscais, visando à produção florestal, agroextrativista e agropecuária sustentáveis”.

Na prática, isso significa que, para além das restrições na liberação de crédito às atividades degradadoras do bioma amazônico, é necessário o engajamento comprometido dos agentes financeiros no incentivo e apoio à produção florestal, agroextrativista e pecuária sustentáveis, financiando uma nova economia amazônica, solidária, distributiva e restauradora.

O Governo Lula, com a destacada contribuição da Ministra Marina Silva, está fazendo a sua parte, inaugurando mais uma página inédita na História do Brasil. Há um grupo interministerial em formação, encarregado de apontar soluções de socorro às vítimas diretas e imediatas dessa primeira fase do processo, em especial aos trabalhadores e trabalhadoras recém-desempregados em decorrência das operações de repressão às ilegalidades trabalhistas, fundiárias e ambientais, até então instaladas na produção agropecuária e madeireira do bioma amazônico.

É de se esperar, pois, que, emergencialmente, os agentes financeiros envolvidos transfiram suas aplicações para a reparação aos danos sociais e ambientais resultantes da ilegalidade e que passem a priorizar, finalmente e em caráter permanente, a opção corajosa do desenvolvimento socioambiental sustentável que as riquezas da Amazônia podem oferecer ao crescimento saudável do Brasil.

Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, quero dizer que as ações do Governo estão nitidamente em duas direções claras e objetivas. Uma refere-se ao impecável e rigoroso combate aos desmandos e aos crimes ambientais da região. De outro lado, o Governo também tem a consciência de que precisa fomentar e direcionar recursos e apoio de todos os níveis àquelas pessoas e empresas que trabalham de maneira correta, como também às trabalhadoras e aos trabalhadores que são vitimados por aquelas empresas que não chamo de empresas, mas de organizações criminosas que não podem continuar trabalhando dessa forma. Os empregados também não podem pagar essa conta. O Governo, atento a isso, vai tomar todas as providências para que essas famílias não tenham prejuízos.

Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, regimentalmente, não era possível apartear o ilustre Senador Sibá Machado, mas quero apenas chamar a atenção desse valoroso e grande Senador pelo Estado do Acre para o fato de que a operação que está sendo realizada nos Estados da Amazônia, sobretudo no Mato Grosso, no Acre e no Estado do Amazonas, é naturalmente muito oportuna. Todavia, causa-me muita preocupação, na medida em que essa operação não está oferecendo alternativas para as nossas populações, sobretudo para a classe trabalhadora.

Vou citar alguns dados a V. Ex^a, principalmente para o Senador aqui, que talvez não tenha conhecimento. No Brasil, há 300 milhões de hectares de terra de reservas públicas. Quando V. Ex^a fala em recadastramento das propriedades acima de quatro módulos, ressalto que o Incra não tem estrutura. No Mato Grosso, há 101 mil propriedades rurais. O Incra tem um pequeno contingente de servidores. E vou mais além, Senador Sibá Machado: para fazer o recadastramento da CCIR em alguns Municípios que estão no mapa, precisamos fazer o Geo. V. Ex^a talvez não saiba que o Geo, em qualquer parte deste País, sobretudo na nossa região, tem demorado quatro anos, Senador. Quem não tiver o Geo não pode ser recadastrado sem o CCIR. O cidadão fica inviabilizado, Senador-Presidente, Garibaldi Alves Filho, de contrair qualquer empréstimo, qualquer tipo de financiamento, o que é muito grave.

V. Ex^a tem toda a razão de defender aqui o Decreto nº 6.321. Todavia, temos de nos preocupar, na ponta, com o trabalhador. V. Ex^a sabe quantos operários que trabalham nas indústrias madeireiras de Mato Grosso estão desempregados? São 55 mil pais de família. E o Governo Federal não está oferecendo nenhuma alternativa. Está aumentando a violência no meu Estado, sobretudo no interior. Era um Estado promissor, que tinha perspectivas de melhores dias para o cidadão que ali chegava. Mas hoje nenhuma é oferecida, porque o Governo está agindo com poder de polícia, uma polícia repressiva, pior do que no tempo da ditadura, no tempo do regime militar.

Nós temos de nos preocupar, evidentemente, com a preservação. Ninguém está aqui, Senador Sibá Machado, para defender os devastadores, os grileiros

de terra, para os quais é muito bom chamar a atenção; mas o Governo tem de oferecer alternativas.

Como o Incra hoje demora três ou quatro anos para proporcionar seu georreferenciamento? Os manejos no Mato Grosso têm demorado na média três anos ou três anos e meio. Temos de fazer um conjunto de ações – Governo Federal, Governo Estadual e Prefeituras Municipais – para buscar soluções.

É muito fácil gastar R\$180 milhões numa operação policial levando 800 homens para assustar, para assombrar a população, sem oferecer nada.

E vou mais longe, Senador Sibá Machado. Da forma como está sendo conduzida a operação, aí é que vai haver clandestinidade, desmatamentos ilegais, porque o Governo não está oferecendo alternativa.

De forma que sou a favor, defendo a preservação, buscando o desenvolvimento auto-sustentado. Todavia, o Governo tem que ter mais respeito pelo cidadão brasileiro que está naquela região amazônica. São homens que saíram dos grandes centros deste País por incentivo do próprio Governo Federal. São milhares de brasileiros que estão ali fincados naquele sertão, buscando nova perspectiva de vida, e, agora, chega ali o poder de polícia fazendo prisões diárias de pessoas que são portadoras de documentos.

Se o Governo emitiu de forma errada os documentos, o próprio Incra, eu imagino que o Governo tenha que pagar, ou seja, ser responsabilizado. De tal forma que faço apelo a V. Ex^a, homem forte do Governo, que é, com certeza, conhecedor profundo do assunto, da matéria, sobretudo porque o senhor é da região amazônica: temos que ver com carinho.

Não podemos aceitar o que está acontecendo lá. Hoje, lamentavelmente, só na cidade de Sinop há 400 homens da Polícia Federal, assustando, destelhando casas de pequenos produtores com helicópteros da força federal. Por onde passam destelham até as casas dos cidadãos, assustando crianças. Hoje, acho que 30% da população que mora na roça ali está assustada com o poder de polícia. O Estado não pode fazer isso com os nossos brasileiros. Tem que haver mais respeito, tem que dar incentivo. Ele não oferece nenhuma alternativa, Senador Flexa Ribeiro, nenhuma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Jayme Campos!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O Governo Federal tem de dar nova maneira de obter condições de vida para aquela população.

Eu agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. E quero dizer ao Senador Sibá Machado: nos ajude, Siba! Não seja conivente com tudo isso, não. V. Ex^a também foi trabalhador, é homem sofrido, com certeza, e precisa

ver que aqueles milhares de brasileiros que estão na nossa região não podem ser tratados como bandidos como o Governo Federal os tem tratado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não vou demorar muito.

Só quero me associar ao que foi dito pelo Senador Jayme Campos e reiterar ao Senador Sibá Machado que já solicitei a audiência à Ministra Marina Silva há mais de 60 dias, já pedi o auxílio de V. Ex^a para que pudéssemos conversar. Nada do que está sendo feito na Amazônia vai resolver a causa; estão combatendo o efeito. Temos que combater a causa!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá, quero solicitar a V. Ex^a que não peça um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, porque ele pediu a palavra pela ordem. O orador que fala pela ordem não pode conceder apartes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, o que vou pedir a V. Ex^a é sobre outro assunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Sibá não quer discutir este assunto porque não tem resposta para dar!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por favor!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, sem problema. Ele pode concluir! Vou pedir a V. Ex^a a palavra pela ordem para tratar de uma nota do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, Senador Sibá Machado, é só para informar à Ministra Marina Silva e a V. Ex^a que, em relação a Paragominas, um dos Municípios incluídos na lista dos 36, a que já fiz referência, o Prefeito Adnan Demachki, assina dia 11 de março, com a presença do Secretário de Estado e Meio Ambiente Valmir Ortega e de um representante da Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, que poderia ser V. Ex^a, um protocolo de intenções para que Paragominas se habilite como o primeiro Município verde da Amazônia.

Nossa meta, com o apoio de toda a sociedade é...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Ele destaca que Paragominas tem hoje educação ambiental nas escolas para trinta mil crianças, a maior

área reflorestada com árvores nativas da Amazônia. São trinta milhões de árvores e a terceira maior área de floresta certificada da região Norte, com setenta e seis mil hectares”.

Esse é o Município que está sendo acusado de ser devastador – e na lista dos 36 – com Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar, Polícia Civil, além de outras polícias e a do próprio Partido dos Trabalhadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, me conceda a palavra para tratar de uma nota do Itamaraty. É sobre isso. Prometo que só vou tratar desse assunto na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, V. Ex.^a acabou de falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, é uma nota do Itamaraty que acabou de chegar. Conceda-me um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É que acabou de chegar esta nota na Comissão de Relações Exteriores emitida pelo Ministro Celso Amorim.

O Ministro das Relações Exteriores – que se encontra na República Dominicana para a reunião do grupo do Rio – tomou conhecimento, com profundo desagrado, de mais um episódio ocorrido ontem, 05 de março, de denegação de entrada de brasileiros na Espanha pelas autoridades imigratórias no Aeroporto de Madri.

Há poucas semanas, o Ministro havia manifestado ao Chanceler espanhol a insatisfação do Governo brasileiro com a repetição de tais medidas restritivas e ressaltado a importância de que se conceda tratamento digno e adequado a cidadãos brasileiros que ingressam na Espanha.

Por instrução do Ministro Celso Amorim, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, convocou o Embaixador da Espanha em Brasília para manifestar a inconformidade do Governo brasileiro com o novo episódio.

O Secretário-Geral das Relações Exteriores afirmou ao embaixador espanhol que as medidas recentemente adotadas pelas autoridades imigratórias da Espanha são incompatíveis com o bom nível do relacionamento entre os dois países.

O Embaixador do Brasil na Espanha, José Viegas Filho, fez chegar ao Chanceler espanhol a insatisfação do Ministro Celso Amorim com respeito ao tema.

O Ministro das Relações Exteriores está examinando a adoção de medidas apropriadas em resposta ao ocorrido, tendo em conta inclusive o princípio da reciprocidade.

Essa é a nota do Itamaraty, Sr. Presidente, que eu queria deixar registrada.

Quero agradecer a oportunidade ao nosso Senador Heráclito Fortes, nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do DEM. Em seguida, como oradora inscrita, terá a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava agora no cafezinho do Senado, como estive antes, e, adentrando o plenário, tive contato com muitos jornalistas que têm uma preocupação: a votação do Orçamento. São indagações que se repetem: por que não se votou o Orçamento? Onde está o impasse? Onde está o desentendimento?

Acho que é oportuno que nós tragamos uma palavra de esclarecimento, Senadora Lúcia Vânia, para que a Casa e o País tomem conhecimento do que está havendo porque é no mínimo surrealista.

Não votamos o Orçamento, Senador Sérgio Guerra, porque o Governo não se entendeu. Incrível! O que está havendo? Senador Jayme Campos, o que está havendo? Qual é o impasse? A preocupação dos Partidos de oposição, PPS, PSDB, Democratas, é com a lisura de procedimentos. Não é que haja desconfiança em relação a ninguém mas existe uma coisa chamada anexo de metas de prioridades.

O Senador Sérgio Guerra que é *expert* em orçamento sabe que esta é uma invenção recente, que passou a constar de orçamentos recentemente para abrir rubricas orçamentárias – não necessariamente com dotações –, abrir rubricas para que ali sejam sacramentadas as grandes prioridades constantes da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que tenham participado do PPA, Plano Plurianual de Investimentos.

Então, criou-se o anexo de metas e prioridades para que ali haja o enunciado, com abertura orçamentária, das grandes prioridades nacionais. Este ano ocorreu uma coisa diferente: o Governo resolveu não mandar para o Relator a relação das prioridades do Governo constantes da LDO ou do PPA. Aí o Relator sentiu-se no direito de colocar no anexo de metas e prioridades uma série de emendas de diversas matizes

e naturezas, que não quero aqui comentar, que somadas atingem o montante de R\$534 milhões.

Nós temos o direito de, conhecendo o Orçamento como conhecemos, fazer um reparo e fazer uma exigência: nós votamos o Orçamento, agora desde que se zere isto aqui, que não é fato aceito, nem corriqueiro, nem nós o entendemos como rigorosamente correto. O que nós estamos querendo? Nós estamos querendo o que o Líder do PT nos propôs. O Deputado Maurício Rands propôs ao PSDB, ao Democratas e ao PPS que se zere, que se retire aquilo que nós exigimos; nós exigimos retirar, zerar o anexo de metas e prioridades. Sai fora! Não nos parece uma coisa absolutamente correta, não está nos conformes. Fica sujeita a crítica a peça orçamentária, e nós, que vamos votar, responderemos solidariamente pela crítica. E não queremos responder por essa crítica; queremos remover as razões da crítica e eliminamos, portanto, o anexo. O Líder do PT na Câmara, Maurício Rands, nos propôs: “Ok, nós concordamos em eliminar o anexo de metas”. A proposta é a seguinte: os R\$534 milhões vão ser aproveitados naquilo que é a tradução da coisa mais importante para os 27 Estados da União.

Eu me reuni com a Governadora do meu Estado, com os companheiros Senadores e Deputados e elegemos as quinze maiores prioridades do meu Estado numa reunião grupal, transparente; todo mundo discutindo e olhando para frente. Escolhi a barragem de Oiticica, outros escolheram a irrigação da barragem de Santa Cruz, outros escolheram a BR número tal, dragagem de porto e por vai – obras de infra-estrutura fundamentais ao crescimento do meu Estado. São coisas de interesse público. Fizemos isso olhando para o futuro. Isso é a essência do que o Estado mais precisa. Assim aconteceu em Pernambuco, no Mato Grosso, em Goiás, em toda parte. Porque as emendas coletivas são emendas pactuadas entre os Parlamentares, uns olhando para os outros e dialogando com os Governadores.

A Governadora de meu Estado é minha adversária política, mas eu não sou adversário do meu Estado. E eu pactuei com ela a divisão de um recurso, que é do Parlamentar, para beneficiar o meu Estado. Nada mais legítimo, nada mais lícito, nada mais recomendável. Isso é Emenda Coletiva de Bancada. O que nós pactuamos? Pegar as Emendas de Bancada de todos os 27 Estados e dividi-las, por um critério bem feito, constante do art. 57 da Resolução nº 1, que considera o critério de distribuição do Fundo de Participação, entre outras coisas, para dar oportunidade aos menores a participarem com um pouco mais, aplicar aquele critério de distribuição e dividir os R\$534 milhões pelos 27 Estados em um critério de proporcio-

nalidade justa. Assim foi proposto pelo Líder do PT e assim aceitaram o PPS, o PSDB, o DEM. Estava tudo resolvido! Quando se reuniu, na sala da Presidência, o Colégio de Líderes da Câmara e do Senado, a base do Governo destoou da Oposição. Toda a Oposição concorda com esse critério proposto pelo Líder do PT na Câmara! Com o apoio do PMDB – é verdade – e de outros Partidos. Mas os Partidos da base destoaram. Se é para destoar, não há acordo! Se é para destoar, repito, não há acordo! E não se vota o orçamento. Em nome de quê? Em nome da probidade, da ética, da respeitabilidade da mais importante peça a ser votada pelo Congresso brasileiro, que é o orçamento, não se vota até que se chegue a um entendimento em torno de uma coisa que qualquer um de nós possa defender de cabeça erguida.

Muito bem, hoje pela manhã houve mais uma tentativa. Foi distribuído, Sr. Presidente, ainda há pouco, um papel com a distribuição dos recursos, mediante o acordo que nós propusemos ou que nos foi proposto e que aceitamos, mas a base do Governo não aceita, com a distribuição de recursos que não corresponde àquilo com que nós concordamos. Tendo em vista a proposta que foi distribuída, nós não faremos acordo. Faremos acordo com a distribuição equânime dos recursos, insofismável, baseada em um critério. Não tem nada aleatório; tem critério, critério de equalização de oportunidades. Com isso, estamos de acordo.

Não votamos o orçamento da União porque a Oposição, unida em torno de um pensamento ou parecer, não encontrou, nos maiores interessados, que são os da base do Governo, disposição de votar uma coisa que foi proposta pelo Líder do PT. Durma-se com um barulho desses!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Claro, com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a traz ao conhecimento de todo o Brasil os fatos lamentáveis que está ocorrendo nas discussões para um consenso na aprovação do orçamento. A Oposição ao Governo quer votar o orçamento. Hoje pela manhã e ontem, durante 4 horas, estivemos reunidos com o Presidente, Senador Garibaldi Alves, tentando encontrar uma fórmula para que houvesse um consenso. O PSDB, com o apoio do Democratas, não aceita isso que está sendo distribuído e não aceita também o corte dos recursos da Lei Kandir, que dá a compensação aos Estados exportadores, que é o caso do meu Estado, o Pará. E lamento a omissão da Governadora Ana Júlia no momento em que se discute o orçamento. V. Ex^a disse que a Governadora do

seu Estado é adversária política de V. Ex^a, a do meu Estado também é minha adversária, mas não faço oposição ao Estado. Como V. Ex^a, eu também trabalho para ajudar o meu Estado, o Pará. Não aceitamos a redução dos recursos da Lei Kandir, que já são minimamente próximos do necessário. Senador Agripino, estão distribuindo, nesse famoso Anexo, mais de R\$500 milhões que não existem, porque se existissem não estaria faltando recurso para a agricultura; não estaria faltando recurso para os tribunais superiores; não estaria faltando recurso para a saúde. Por que não pegam esses recursos, atendem essas áreas e não cortam aquilo que já está definido, por menos de 20% da necessidade? Então quero parabenizar V. Ex^a. O PSDB também não votará o orçamento da forma como está sendo imposto – não é conduzido; é imposto – pela base do Governo. Eu queria fazer um apelo à Governadora Ana Júlia, para que saia da sua omissão e venha defender os interesses do Pará porque a base do Governo e o PT querem cortar do nosso Estado – é bom que o povo do Pará saiba – R\$50 milhões. Isso é quanto o Estado vai perder se nós aceitarmos o corte que o grupo quer impor à Lei Kandir. Parabéns a V. Ex^a. O PSDB está coeso com o Democratas. Vamos votar aquilo que é melhor para o Brasil. Pedi o apoio do Senador Wellington Salgado, porque Minas Gerais, que também recebe consideráveis compensações da Lei Kandir, vai enfrentar dificuldades. Peço a V. Ex^a, Senador Wellington Salgado, que é da base do Governo, que não deixe haver corte na Lei Kandir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Agradeço a aparte do Senador Flexa Ribeiro.

Devo esclarecer o seguinte: na proposta feita para distribuição equânime dos R\$584 milhões do anexo de notas e prioridades, incrivelmente...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigada, Presidente.

No papel distribuído, pelo critério correto da aplicação do art. 57, foram distribuídos R\$340 milhões, e R\$195 milhões deles aleatoriamente. Não podemos concordar. Qual é o critério aleatório? Qual é o critério aleatório? Ou se tem um critério único, básico e definido de fazer justiça a cada Estado e por igual a todos os Estados ou não há critério; há injustiças e há eventuais influências localizadas que não são nem aceitáveis nem desejáveis.

Ouçó com prazer o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Agripino, até dispenso as palavras de elogio a V. Ex^a, já que é rotina esse comportamento afirmativo, principalmente na defesa da instituição. Nesse episódio do

Orçamento fica em risco a instituição. Há algum tempo, houve a CPI do Orçamento. Parece-me que não houve aprendizado, não bastou aquela CPI. A continuar desta forma, dinheiro público sendo alocado não em função de critério e prioridades previamente estabelecidos, mas em função de interesses até supostamente escusos, vamos chegar a um grande escândalo. Se isso continuar, não há dúvida, teremos CPI pela frente. Poderá haver uma explosão. E é claro que isso será irremediavelmente a destruição da imagem do Congresso Nacional, mais uma vez. Portanto, é preciso resistir sim. A Oposição tem esse dever. Não podemos compactuar. Não podemos avalizar esse tipo de procedimento na elaboração do orçamento. Ou o Governo se arma de competência suficiente para planejar o orçamento, articular politicamente e aprová-lo em tempo; ou temos que, realmente, acabar com essa Comissão de Orçamento e adotar aqueles procedimentos já conhecidos da Casa. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Comentarei o aparte de V. Ex^a. Antes, ouço o último aparteante, Senador Wellington, com muito prazer.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador José Agripino, V. Ex^a e todos os telespectadores da TV Senado que nos ouvem sabem que sou da Base de Apoio ao Governo. Tenho uma admiração muito grande pelo Presidente, assim como V. Ex^a também tem. Mas, sendo da Base de Apoio ao Governo, de maneira alguma vou apoiar que se tirem os recursos da Lei Kandir de Minas. Só para V. Ex^a ter um exemplo do discurso que estou preparando – V. Ex^a que é um homem estudioso com relação a todos os dados do Estado que representa –, o setor de petróleo, que recebe **royalties**, deu lucro de R\$20 bilhões e repassou, em **royalties**, na faixa de, se não me engano, R\$4 bilhões. A mineração deu de lucro R\$40 bilhões, sendo R\$20 bilhões da Vale do Rio Doce, o que nós todos sabemos, pois foi publicado. No entanto, criaram a Lei Kandir para repassar recurso para Minas, para o Pará. Agora, tanto o Governador de Minas quanto o do Pará, toda vez que vêm a Brasília, precisam pedir pelo amor de Deus para repassarem esses recursos, e, quando conseguem, é uma grande vitória. Esses recursos estão na lei e devem ser repassados automaticamente. Para acertar, o que eles fazem? Tiram o dinheiro da Lei Kandir de Minas e do Pará, que são os dois maiores Estados exportadores de minério de ferro. Isso é simplesmente um absurdo! Não vou participar disso, não acredito que isso esteja no interesse do Governo. Defendo essa Comissão de Orçamento. O Senador José Maranhão veio aqui e deu uma declaração. Agora, não vou concordar com isso de maneira

alguma. Espero que o meu Partido me acompanhe também na não-aprovação desse Orçamento, se for para cortar a Lei Kandir. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço os apartes do Senador Alvaro Dias e do Senador Wellington.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer, reafirmar e deixar claro que a posição do meu Partido, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal – porque conversei com o Presidente Sérgio Guerra e tenho conversado permanentemente com o Senador Arthur Virgílio e com o Líder na Câmara dos Deputados, José Aníbal, e também com o PPS –, é que a fórmula do entendimento é a fórmula de divisão equânime dos recursos mediante aplicação dos critérios contidos no art. 57, em que, inclusive, o Fundo de Participação entra. Fora isso é defender privilégios que podem esconder distorções ou desvios éticos. Com isso, nenhum desses Partidos vai se comprometer.

De modo que aqui está colocada, de forma clara, a nossa disposição de votar o Orçamento, terça ou quarta-feira, se aquilo que nos foi proposto pelo Líder do PT e aceito por esses Partidos, que traduzem distribuição equânime e defensável em qualquer fórum dos 534 milhões do anexo de metas, vier a ser aceito e pactuado entre Governo e Oposição.

A Oposição está firme nesse critério e espera a palavra do Governo unido.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar da palavra, a Senadora Lúcia Vânia, uma bela tucana que representa o Estado de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acaba de assumir esta tribuna o Líder do DEM, que aqui coloca a posição do seu Partido e do nosso, o PSDB, com relação ao Orçamento da União.

Estivemos reunidos ontem com o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, juntamente com todos os Líderes de partido, para solucionar o impasse em relação ao Orçamento da União.

Em nenhum momento a Oposição se opôs a votar o Orçamento. Entendemos que é importante a sua votação, para dar tranqüilidade à sociedade, neste momento em que temos obras em andamento, obras estruturantes que não podem ser retardadas.

No entanto, não podemos, como bem colocou aqui o Líder do DEM, assumir a responsabilidade de votar uma peça orçamentária que mantém vícios que condenamos durante todo o ano em relação à formação deste Orçamento.

O Senador Sérgio Guerra tem sido um incansável batalhador, no sentido de chamar a atenção desta Casa para a importância da discussão da peça orçamentária como sendo um dos projetos mais importantes aqui nesta Casa. Essa discussão tem sido adiada constantemente, e o que vimos agora é este impasse a que estamos assistindo, sem que haja uma solução.

Neste momento, quando a Comissão de Orçamento oferece uma proposta, nós não podemos concordar, uma vez que essa proposta vem eivada de vários vícios que combatemos durante todo esse período. Estão inseridas nessa proposta da Comissão de Orçamento, como forma de conciliar esta votação, as eternas “rachadinhas”, que combatemos durante toda a discussão do Orçamento. Durante o processo, temos de enfrentar a questão da construção de uma comissão de admissibilidade eivada de vícios que possibilitaram a aprovação de emendas inteiramente distorcidas de função, distorcidas de ministérios, trazendo constrangimento para os relatores setoriais. Tudo isso, acrescido a esse anexo de metas, é uma coisa que não podemos aceitar e que, sem dúvida nenhuma, temos de corrigir, porque, do contrário, não podemos votar este Orçamento.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Eu queria dizer alguma coisa aos Senadores, meus companheiros do Senado, que têm acompanhado os últimos dias. Algumas pessoas alegam o seguinte: o Senador Sérgio Guerra é uma pessoa ponderada, mas está bastante nervoso nesse episódio. Eu quero dizer que continuo ponderado, e por ser ponderando é que estou nervoso, porque pondero coisas importantes. Primeiro, que o Orçamento é a lei mais importante que o Congresso vota. Segundo, que há muitos anos se instalou a CPI do Orçamento aqui, a qual fez recomendações e examinou um determinado quadro. Vou explicar outro dia tudo isso. Todas essas recomendações foram rasgadas – todas, sem exceção. A terceira questão muito grave é uma certa passividade diante da questão do Orçamento de uma parcela muito grande dos Senadores e Deputados. Eu tenho um pedaço dessa responsabilidade, como todos nós. É algo que as pessoas já chegaram a pensar que não vale a pena botar muito a mão, porque o conceito daquelas instituições que trabalham nisso não é o melhor, e as pessoas ficam relativamente afastadas daquele núcleo que produz o Orçamento. Na verdade, um núcleo de não mais de vinte pessoas

está absolutamente dominando as práticas de Orçamento do Congresso. É claro que não é como eram antes os Anões do Orçamento, que dominavam vinte e distribuíam com quarenta aquilo tudo que produziam. Hoje, vinte distribuem com quatrocentos, trezentos, o produto em parte do seu domínio. Não é todo produto. Eles têm sempre muito mais. Esse negócio foi para frente, foi para trás, e este ano chegou a um nível que não dá mais para suportar. O Senador que não tenha o mínimo conhecimento da matéria e que não exponha a sua indignação não cumpre o seu papel de Senador nem de homem público. Estou cumprindo o meu e vou cumpri-lo até o final. O fato é o seguinte: inventaram um novo Orçamento. Como se não bastasse esse, que é muito ruim, inventaram um outro que vem através do Anexo de Metas, que foi incorporado pelo Deputado João Leão à LDO, quando nem sequer havia relatório preliminar ainda. As metas foram estabelecidas antes de o relatório preliminar chegar aqui. Ora, metas são as seguintes: eu pretendo construir trinta quilômetros da BR-232 para a BR-108, da estrada tal para a estrada qual, vou treinar cinco mil pessoas nisso ou naquilo. Isso são metas, e metas não é dinheiro. Então, apenas noventa Parlamentares ementaram esse tal Anexo de Metas. Só aqueles mais atentos, uns de boa-fé, e outros não. Os outros, se soubessem que aquilo era decisão sobre financiamento, recursos para os seus Municípios e seus Estados, teriam emendado também. Então, foi uma coisa para poucos, não foi uma coisa para tantos. Adiante, houve um relatório preliminar, e o relator preliminar fez uma indicação para que o relator-geral transformasse essas metas em dinheiro, em orçamento. Então, uma Bancada que tinha vinte emendas, porque era assim a decisão e o regulamento, essa mesma Bancada passou a ter 23, 24 emendas: vinte que resultaram da reunião da Bancada; três ou quatro que resultaram desse tal transplante que caracteriza este relatório aqui. Nós fomos lá. Isso é um absurdo do ponto de vista orçamentário. No ano que vem, se for mantido esse cenário, vai haver dois Orçamentos: um que a gente discute nas Bancadas, e outro que eles discutem lá no PPA, ou na LDO – que não é para isso; é para ter diretrizes e não para firmar recursos para finalidade alguma. Nesse momento, a gente foi lá. Eu fiz aqui no plenário uma certa palavra. Reuni-me com a Senadora Roseana Sarney, com o Relator, com o Presidente da Comissão, e todos, sem exceção, concordaram em retirar esse tal anexo de prioridade. O Relator foi até pródigo na sua palavra. Ele disse que enfrentou barricadas, e falou até, para quem quisesse ouvir, que, em determinado dia, aliás, em dois dias, ele enfrentou uma espécie de piquete. Alguém ficou na porta da Comissão – esse mesmo

grupo –, para evitar que Parlamentares entrassem lá e tomassem uma posição diferente. Ele falou tudo isso para nós lá. Pode mudar de opinião, pois todo mundo muda. Só não pode mudar a palavra que ele deu lá na frente dos outros. Pois é. Esse quadro caótico se caracterizou assim: decisão tomada aqui. Fomos todos para casa. No outro dia, o Presidente, meu amigo Senador José Maranhão, disse: “Sérgio, não consegui aprovar esse negócio. Houve uma reação enorme daquele pessoal lá.” Aí chega o Relator-Geral e diz: “Senador, não deu para aprovar. Houve uma reação muito forte.” Eu não falei com a Senadora Roseana, porque ela estava doente. Eu tenho certeza de que ela teria encarado esse assunto lá com bastante firmeza. Resultado: voltou tudo à estaca zero. Ontem, houve uma reunião no gabinete do Presidente do Senado que foi uma vergonha, uma vergonha total. Parecia uma feira livre. O Presidente teve que bater na mesa três ou quatro vezes e perguntar se ele era ou não era Presidente e se nós queríamos ou não que ele fosse Presidente, para impor a sua palavra de ordem. Um festival de mentiras. Houve lá um Deputado da Paraíba que disse que as emendas da Paraíba não eram divididas entre os Deputados. Desde que eu me entendo por gente, as emendas da Paraíba são divididas entre os Deputados, cada um é dono de uma. Todo mundo sabe disso. Nosso amigo lá disse que não, que era emenda da Bancada, do povo da Paraíba e daí para frente. Nada disso. Algumas emendas são boas, outras não. Chegamos a um acordo que nasceu da palavra do Maurício Rands, que propõe uma fórmula de distribuição desses R\$530 milhões aceitável. Não é nada brilhante não. Se dependesse de mim, esse dinheiro iria todo para a saúde, ou iria para outro lado, não iria ser mais dividido entre Deputado e Senador não, nem entre Bancadas. Acho que seria a melhor solução. Ou para algum setor que estivesse mais prejudicado que os outros. Tudo bem, hoje eu recebo a nova proposta, a proposta que deveria tirar os quinhentos e tantos milhões que estavam contaminados por esse vício...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Estou aqui com ela. Tirou lá duzentos ou duzentos e alguma coisa e manteve outros duzentos dentro do mesmo relatório. Aí eu me dei ao trabalho de ler o que está aqui mantido nessa decisão, nessa proposta que veio de quem quer aprovar o Orçamento – que é um objetivo claro – mas de uma forma errada. Foram mantidos lá vários milhões de reais, duzentos e tantos milhões de reais. Eu pensei que eram para emendas que pudessem ser defendidas. Não. Eram para emendas irregulares. Já eram irregulares na origem, porque a emenda tinha

que sair da decisão da Bancada com o número que a Bancada tinha direito de emendar. Além do mais, o que foi escrito na forma de projeto aqui também está errado. Por exemplo: *Aquisição de Equipamentos Para Unidade de Atenção Especializada em Saúde*. Os senhores ouviram, há poucos minutos, o Senador José Agripino dizer que as emendas de Bancada são para grandes projetos, projetos estruturantes. Está assim na lei, está assim no regulamento, está assim em todo lugar. Ora, não tem aqui um projeto estruturante. Esse negócio aqui *Aquisição de Equipamentos para Unidade de Atenção Especializada em Saúde* é algo que afastamos do Orçamento o ano passado. Chama-se rachadinha; é para dividir entre um certo grupo, R\$9.999.000,00 para um grupo que eu não sei qual é. Depois tem outra errada: *Construção de Estrada Estadual Curimatá a Paranaçuá, no Estado do Piauí*. Não se pode colocar dinheiro federal em estrada estadual. Mas fizeram, este ano, um tal comitê de admissibilidade, cujo Presidente também está nesse grupo que organizou esse processo de relatório de prioridades – aliás, é o mesmo grupo, os três que formam esse negócio são os três que produziam essa inovação tecnológica no Orçamento. E eles estão aprovando dinheiro para um projeto que nunca poderia ser admitido, porque é absolutamente fora das regras. Não estou entrando no mérito do projeto, se ele é bom ou é ruim, mas não tem dinheiro federal para estrada estadual. Todo mundo sabe disso. O DNIT transforma, investe. Os recursos públicos vão através do DNIT para estradas federais, ou para estradas que são delegadas ao Estado, e não para estradas estaduais. Está aqui, errada, aceita pelo tal comitê de admissibilidade, que admitiu tudo, rasgou o Regimento e a Resolução que foi aprovada pelos Parlamentares no ano passado. Logo a seguir: *Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário*. Pode haver algo mais geral? Algo que possa ser mais rachado? Uma exposição de animais aqui, uma construção no setor agropecuário ali na frente, enfim, duas, dez, vinte, trinta, quarenta iniciativas cabem nesse enunciado geral. Rachadinha! Mais adiante: *Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana*. Quer dizer, posso calçar dez ruas nessa cidade, cinco ruas na outra, vinte naquela terceira cidade, quarenta na outra. Rachadinha! Isso é o que eles estão defendendo. É uma irregularidade dentro da outra. Está aqui: *Implantação ou Melhoria... Isso aqui não é rachadinha. Há duas que não são. Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer no Estado do Pará*. Então, uma pessoa pode modernizar e construir infra-estrutura de esporte onde bem entender. Isso é obra estruturante? Tem de ser uma obra só! O regulamento é claro: tem de ser um projeto só, que tenha começo, meio e fim e

que possa ser acompanhado. São obras estruturantes aquelas propostas por emendas coletivas e de Bancada. O espaço destinado a esse tipo de atendimento está nas emendas individuais, e não para essa finalidade de emendas de Bancada. Há mais cinco, seis ou sete tão claras como essas. A questão é a seguinte: nós lemos esse documento, sabemos que está errado, sabemos que um grupo está mandando em tudo e que ele está se impondo. Converso com dez, vinte, trinta Senadores; dez, vinte, quarenta Deputados Federais, todos indignados, mas esse pessoal vai prevalecendo, vai continuando, vai fazendo valer a sua vontade até o dia em que esse negócio explodir de vez. Sabe o que vai acontecer? Vai ser preciso instalar uma CPI. Não podemos nos omitir. Sabe o que vai acontecer? Este Congresso vai lá para baixo. Vai ser um tiroteio incontrolável. E o Presidente da República, que nunca tem nada a ver com nada, fica lá em cima. Vamos plantar aqui talvez até um terceiro mandato, se fizermos isso. O Congresso vai lá para baixo. Esta é a armadilha a que estamos incorporados: o Governo que quer aprovar a TV pública, que não queremos aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sérgio Guerra, vou prorrogar a sessão, que deveria se encerrar às 18h30. Está aberto o livro de inscrições para os Parlamentares que quiserem inscrever-se para segunda-feira.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – O Governo, que deveria estar empenhado em aprovar aqui suas medidas provisórias, que com certeza vamos combater, não tem capacidade de enfrentar esse grupo, porque, se ele o enfrenta, nós do Congresso, nós da Oposição, votamos – contra ou a favor, mas aprovamos o Orçamento do Governo, com todos os defeitos que sabemos que ele tem, que são muitos, e não são apenas do Congresso; são muito mais do Governo do que do Congresso, porque nada disso se consuma se não houver lá o respaldo do Executivo. Já conversei com Ministros e com as mais relevantes autoridades do Governo, e todos estão indignados com isso, dando-me até informações sobre o assunto. Mas ninguém faz nada, não dá um passo para resolver essa história. Se também não temos capacidade de indignação, é preciso arquivar a democracia e dizer que não temos papel a cumprir numa lei desse tipo. Ontem, na reunião, o Senador Garibaldi, meu amigo, uma pessoa de alta qualidade, disse: “O Senador Sérgio Guerra está isolado.” Ele percebeu isso. Mas pouco me importa ficar isolado. Só não vou me separar da minha consciência. Entretanto, não estou isolado. Aqui, estão 50, 100, 200, 300 ou 400 Parlamentares que só precisam ser informados disso. Aqui não existem 300 picaretas, com disse o Presidente Lula. Tenho certeza de que a situação

não pode continuar assim. Isso não é de partido, do PMDB, do PSDB; isso aqui é o partido do Orçamento. Esse é que nós temos que combater aqui dentro. Não é um partido ou outro, não. E está por dentro de vários partidos, inclusive por dentro de partidos muito próximos de nós, senão de nós mesmos. É uma realidade que temos que enfrentar. Não dá mais para continuar com isso. Senão, vai haver uma CPI, ninguém vai poder evitar uma CPI, e não sei qual será o resultado de uma CPI dessas para a democracia brasileira. Lúcia Vânia é dos melhores quadros que nós temos. Firme, foi lá e fez um relatório limpo, seguro, inquestionável. Todo mundo o aprovou. Tem autoridade para falar o que bem entender. Alguns têm. Na Comissão de Orçamento, muitos têm autoridade. Não estou dizendo que não há lá gente boa e de qualidade, mas estou dizendo que há domínio de um certo grupo, que não tem qualidade, sobre o Orçamento, de uma maneira geral, através de processos que ninguém imagina quais sejam.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Sérgio Guerra...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, quero que V. Ex^a entenda que eu, na Presidência, permiti que S. Ex^a extrapolasse o tempo. Mas é a sensibilidade política, é o espírito da lei. Ele não é qualquer um, não; ele é o Presidente do PSDB. Democracia não se faz sem partidos grandes, e o PSDB é um partido grandioso. Então, é o momento de termos sensibilidade e responsabilidade.

Peço perdão a V. Ex^a, mas eu estava granjeando tempo para o maior Partido da Oposição, e a Oposição é o aperfeiçoamento da democracia. Governo nós temos desde o tempo da pedra lascada.

Use da palavra, Senadora Lúcia Vânia, pelo tempo que a senhora achar conveniente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Sr. Presidente, por sua sensibilidade, uma vez que o Senador Sérgio Guerra é um especialista nessa área de orçamento e é a pessoa que está liderando esse movimento de negociação em nome das oposições. Portanto, a fala de S. Ex^a aqui é importante para que a população possa acompanhar todo esse impasse que estamos vivendo em relação ao orçamento.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Um aparte, Senadora, bem rapidinho!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Eu quero, Senadora Lúcia Vânia, eu tenho necessidade de agradecer a V. Ex^a e ao Senador Sérgio Guerra, que, em nome do nosso Partido, estão prestando um extraordinário serviço à instituição Congresso Nacional e ao País. Se não se colocar um freio nesse apetite desmesurado de

alguns, estaremos empurrando a instituição para uma crise sem precedentes em matéria de ética, pois corremos o risco de um grande escândalo. Já aparteei o Senador José Agripino com esse objetivo. A presença de V. Ex^a, que também já é especialista em orçamento, ao lado de Sérgio Guerra, que se especializou há mais tempo, é a garantia de que não estaremos avalizando o erro. A presença de V. Ex^a e de Sérgio Guerra é a certeza de que estaremos condenando o que é errado, e é essa a nossa obrigação no Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a e ao Senador Sérgio Guerra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias e quero dizer a S. Ex^a que ele tem sido também um parceiro do Partido quando se trata das investigações, quando se trata da cobrança da ética e do respeito ao dinheiro público.

V. Ex^a faz parte também da CPI das ONGs e tem sido um representante do nosso Partido ali, defendendo, em todos os momentos, um aprimoramento nessa questão do repasse de dinheiros públicos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade e quero, Senador Sérgio Guerra e Senador Alvaro Dias, alertar para o primeiro ponto. Quem está demonstrando sua insatisfação é uma Senadora que foi Relatora setorial, que viu nas entranhas da preparação dessa peça orçamentária as falhas e que está tendo a coragem de, nesse pronunciamento, de maneira muito humilde, mas sincera, fazer com que nós não aproveemos a peça tal qual está. Mas uma coisa, Senadora Lúcia Vânia, me preocupa muito e para ela chamo a atenção dos colegas que estão em plenário e dos que nos ouvem. Esse Governo já desmoralizou as ONGs, um instrumento perfeito, esse Governo já desmoralizou o cartão corporativo, um instrumento moderno, esse Governo desmoralizou o Fundo Partidário, envolvendo-se, recentemente, em escândalo... Não é possível que esse Governo vá desmoralizar o orçamento da União. Não aceito isso. É inaceitável. Agora mesmo, Senador Sérgio Guerra, recebi uma informação em que não quero acreditar. Penso que seja “fogo amigo”, querendo torpedear as intenções e as ambições de cada um. A informação que me foi repassada é que essa posição contrariando o acordo prévio que havia sido feito de aceitarmos a proposta do Deputado Maurício Rands partiu de uma orientação da Ministra Dilma Rousseff. É o que está começando a surgir aqui, mas não quero acreditar nisso. Acho que é “fogo amigo” em cima da Ministra. Mas, de qualquer maneira, antes que a imprensa publique, amanhã, como vai publicar, quero fazer este registro demonstrando minha estranheza. Sei que a Ministra é

muito dura com irregularidades, é muito dura com esses partidos que querem os cargos a qualquer custo, que querem colocar nos cargos pessoas incompetentes, mas nunca vi a Ministra ser dura com o Congresso e tampouco a vi ser frágil, flácida, com irregularidades. De forma que não acredito nessa versão, que, possivelmente, amanhã sairá, e quero dizer que acho que continua sendo uma manipulação daqueles que querem fazer o Orçamento a seu bel-prazer. Não dá mais para segurar, como dizia o Gonzaguinha. Senadora Lúcia Vânia, ontem, a duras penas, chegamos a um entendimento, e a Oposição, em um gesto de maturidade, concordou com a proposta do Líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands. Hoje, pela manhã, já se discutiam penduricalhos. Quando pedi, autorizado pelo meu Partido e credenciado pelo PSDB, para se suspender para terça-feira, foi porque não havia clima. Na imprensa, há a notícia, colocada na boca do Relator do Orçamento e da Líder, de que eu teria feito, em nome dos partidos, algumas exigências com relação à Lei Kandir. Desafio qualquer pessoa que tenha ouvido de mim alguma palavra neste sentido, até porque o nosso compromisso está firmado, é com a proposta do Deputado Maurício Rands. Qualquer derivação não pode ser atribuída à Oposição. A Oposição estendeu a mão para o País. Embora saibamos que vamos colocar dinheiro na mão do Governo, dinheiro cheio de arapucas e de aprovações neste orçamento, estamos concordando, desde que seja feito de maneira transparente. Por qualquer outra derivação, por qualquer outro destino que se queira dar – vamos deixar bem claro –, que cada um assuma a sua responsabilidade, mas não poderemos coonestar nem ser coniventes com essa peça como está. Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes. Quero dar o testemunho de que a presença de V. Ex^a na reunião de ontem foi fundamental para que chegássemos a esse acordo. V. Ex^a, que tem uma vivência, nesta Casa, de mais de vinte anos, pôde chamar a atenção naquele momento, apaziguar os ânimos e fechar em cima de uma proposta que acredito tenha sido a mais ponderada possível.

Eu gostaria de chamar a atenção dos meus em relação ao Orçamento em função da experiência que vivi ali durante a discussão do projeto. Acredito que uma das coisas que nós temos que exigir na negociação é a recomposição de todos os recursos que visem a garantir o custeio dos órgãos que prestam serviços importantes, como a agricultura, na questão da vigilância sanitária, e como a questão dos tribunais federais. Veja que foi cortado o custeio do tribunal eleitoral. Num ano de eleição, foi cortado um dinheiro expressivo em todos os Estados para custeio desses tribunais. Também foi

cortada muita coisa de custeio na área de saúde e de educação, que precisa ser recomposta quando sentarmos para analisar essa proposta.

Ao mesmo tempo, quero chamar a atenção também para a Resolução nº 1, que veio disciplinar o poder dos relatores, tanto do relator-geral como dos relatores setoriais. Essa Resolução, se tivesse sido cumprida, poderia ter sido um salto de qualidade na formatação do novo Orçamento. No entanto, foi criada uma comissão de admissibilidade, que, na minha visão, teve o papel de romper com a Resolução para facilitar novamente a ampliação dos poderes dos relatores. Talvez isso tenha sido o responsável pelo grande insucesso que tivemos na votação deste Orçamento.

Sr. Presidente, trago à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares um tema a que me dediquei exaustivamente durante o período em que estive à frente da Comissão de Assuntos Sociais.

Refiro-me à Lei de Biossegurança, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula em 2005, que autoriza a utilização de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia na saúde humana. Tenho certeza de que os Senadores aqui presentes não de se lembrar da efervescência que tomou conta desta Casa no período que antecedeu a votação do Projeto de Lei da Câmara de nº 9/2004, de iniciativa do Governo.

Para buscar o melhor esclarecimento de todos os parlamentares, a CAS foi palco de uma das audiências públicas mais importantes realizadas nesta Casa. Falo da importância daquela audiência, porque tivemos a presença de quase 40 Senadores, entre eles os Líderes Partidários do PSDB, PFL, PT, PMDB. Participaram, como convidados daquela reunião, pesquisadores cujo trabalho com células-tronco era e é reconhecido em todo mundo científico: Dr^a Mayana Zatz, Dr. Dráuzio Varella, Dr^a Patrícia Pranke, Dr. Marco Antônio Zabo e o Dr. André Marcelo Soares e também o nosso ilustre Senador Tião Viana, Doutor em Medicina Tropical.

Foram mais de quatro horas de reunião em que o tema das células-tronco foi discutido à exaustão. A imprensa teve oportunidade de expor todos os pontos de vista, de ouvir os cientistas, os parlamentares, a sociedade, a Igreja.

Tão grande foi a repercussão da audiência pública que tivemos, naquela mesma tarde, de encaminhar cópia da transmissão feita pela TV Senado a todas as pessoas que a solicitavam. Assim, puderam avaliar, detidamente, os argumentos ali debatidos.

No pronunciamento que fiz neste plenário, no dia seguinte, recebi o apoio dos Srs. Parlamentares, em especial da Senadora Ideli Salvatti, cuja manifestação me permito agora reproduzir, em poucas

linhas: “Senador Lúcia Vânia, quero deixar o registro de que, indiscutivelmente, essa foi uma das audiências públicas mais importantes e emocionantes desta Legislatura e, quiçá, de várias legislaturas. E, como fruto dessa audiência, há uma mudança significativa no posicionamento da ampla maioria dos Senadores e Senadoras”.

Sr. Presidente, trago a lembrança dessa Comissão para responder àqueles que dizem que o projeto sobre células-tronco, a Lei de Biossegurança, passou praticamente despercebido no Congresso Nacional. Não foi verdade. V. Ex^a sabe disso como médico, como pessoa que participou atentamente de todo o debate.

Quero lembrar esse momento para dizer da decisão importante do Supremo Tribunal Federal a respeito desse tema. O Congresso Nacional está atento e acompanhando **pari passu** essa discussão. Tudo o que discutimos aqui foi com a maior serenidade. As discussões foram feitas de forma serena.

Tive apoio incondicional, como foi mencionado pelo Senador Osmar Dias, que foi Relator na Comissão de Educação. Tivemos a oportunidade de debater intensamente por meio de emendas, de participação do Senador Tasso Jereissati e de vários outros Senadores que contribuíram para a formatação e a negociação desse projeto.

Aguardamos com serenidade a resolução do Supremo Tribunal Federal a respeito do assunto. Estamos torcendo para que o Supremo entenda a importância desse projeto para o salvamento de muitas vidas e para avançarmos no sentido de trazer uma esperança àqueles que estão confinados numa cadeira de rodas ou àqueles que estão nos leitos de hospitais, sem nenhuma possibilidade de melhorar a sua qualidade de vida.

Esse projeto, sem dúvida nenhuma, é um grande avanço. Aqui deixo, como ex-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a nossa posição em relação a ele e também a posição do Congresso Nacional diante desse tema tão importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência convoca sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 13 de março, quinta-feira, às 10 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a reverenciar a memória do Cardeal D. Aloísio Lorscheider, ex-Arcebispo de Fortaleza e de Aparecida do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 12/2008-GLDAG

Brasília, 6 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Pedro como membro titular, em substituição à Senadora Fátima Cleide e o Senador Antonio Carlos Valadares como membro suplente, em substituição ao Senador João Pedro, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.
– **Ideli Salvatti.**

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Presidente, sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a matéria, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero entender um pouco. Essa substituição é ao nome anunciado uma hora atrás pelo Presidente Garibaldi?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Exatamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A agilidade da Base do Governo em substituir é fantástica. Lamento, porque parece que fica pairando sobre os colegas indicados e sobre os colegas substituídos algum tipo de dúvida. Não se pode substituir quem não foi testado. É lamentável, mas é a primeira prova das intenções, Senador Demóstenes, do Governo para com a CPMI dos Cartões Corporativos. Mal começou, já está substituindo. Bem-intencionado não está. É esperar para ver.

Muito obrigado pela oportunidade do registro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos informar que serão feitas as substituições solicitadas, de acordo com o Regimento, com o protesto...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não é protesto. É apenas um registro para os Anais. Simplesmente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será feito o registro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passamos a palavra, de acordo com a ordem de inscrição, ao Senador Augusto Botelho, que representa o Estado de Roraima e o Partido dos Trabalhadores.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

Sem objetar contra a sua decisão, parece-me que V. Ex^a estava usando o critério de falar um líder e um inscrito. Então, também sem qualquer contestação quanto ao direcionamento da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Realmente, após a Ordem do Dia, V. Ex^a tem precedente, mas usamos da sensibilidade, porque o companheiro Augusto vai pegar o avião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E

a presença de V. Ex^a é muito importante e necessária, V. Ex^a que, na vida fora do Senado, é aquele promotor padrão que fiscaliza a lei. Aqui a sua presença é mais fundamental quando foi denunciado que os anões do orçamento passado estão se transformando em gigantes deste orçamento.

Então, V. Ex^a tem que estar atento e estar aqui. Precisamos da vigilância e da competência do Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Parabéns pelo malabarismo, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Demóstenes, agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, por força da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro último, a comercialização e o oferecimento para consumo de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos situados às margens das rodovias federais em todo o País foram proibidos. A lei, que entrou em vigor no dia 1º de fevereiro, às vésperas do carnaval, mereceu a aprovação dos especialistas em trânsito e de amplos setores da sociedade que reclamavam medidas mais duras e eficazes para reduzir o elevadíssimo número de acidentes que todos os anos matam e mutilam milhares de brasileiros.

A verdade, Sr. Presidente, é que o consumo de bebidas responde por grande parte dos acidentes em nossas estradas. Ainda que o Código de Trânsito Brasileiro estabeleça punições para aqueles motoristas flagrados com quantidades de álcool no sangue acima da permitida pela lei, que é de seis decigramas por litro de sangue, o consumo abusivo de álcool, como se sabe, é um dos mais graves problemas de saúde pública em nosso País.

O trânsito brasileiro, por motivos variados, que vão da imprudência dos motoristas à má conserva-

ção das rodovias, é um dos mais violentos do mundo. A combinação destes dois fatores, álcool e direção, é simplesmente explosiva, resultando em um verdadeiro morticínio que infelicitiza milhares de famílias, além de ocasionar seqüelas graves, às vezes, irreversíveis, e causar prejuízos à economia nacional.

Antes de passarmos aos dados estarrecedores, que justificam plenamente a iniciativa governamental, cabe analisarmos, ainda que brevemente, a questão do alcoolismo, reconhecida pelas autoridades como uma das maiores causas de doenças e de mortes entre a nossa população.

A propósito, ao fazermos esses comentários, queremos expressar nossas expectativas de que as autoridades adotem medidas mais eficazes de políticas públicas para reverter o elevado consumo de álcool em nosso País, especialmente entre os jovens.

Levantamento realizado em 2001, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Cebrid, em 107 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, revelou que 77% dos homens entrevistados e 66% das mulheres entrevistadas faziam uso de bebidas alcoólicas e que, na faixa dos 12 aos 17 anos, 52% dos de 12 anos e 44% dos de 17 anos também consumiam bebidas alcoólicas, não obstante a proibição da sua venda para menores de 18 anos. O mesmo levantamento demonstrou uma situação de dependência alcoólica, ou seja, de pessoas viciadas em álcool: para cada 100 homens, 23 são viciados em álcool; para cada 100 mulheres, 7 são viciadas em álcool, entre as idades de 18 e 24 anos, o que é absolutamente preocupante.

Em outros levantamentos, realizados em 87, 89, 93 e 97, o Cebrid constatou que o uso de álcool permaneceu relativamente estável, em termos gerais, mas que o uso pesado de álcool, ou seja, o consumo em grande quantidade aumentou de forma significativa na maioria das capitais.

Esses dados são importantes, Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque permitem inferir que a população brasileira começa a beber ainda na sua juventude e que o consumo elevado, potencialmente perigoso, tem aumentado de forma expressiva. Em Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Curitiba esse consumo quase dobrou nos últimos anos.

As conclusões do Cebrid são referendadas pelas estatísticas do sistema público de saúde. Em 2002, um levantamento feito por estudiosos junto a clínicas psiquiátricas brasileiras constatou que 90% das internações de dependentes químicos tinham a sua origem na bebida alcoólica.

Em relação à associação entre álcool e direção, a Associação Brasileira de Trânsito, após pesquisar

quatro capitais: Brasília, Curitiba, Salvador e Recife, constatou que 27% das vítimas apresentavam níveis de álcool no sangue superiores ao permitido pelo Código Brasileiro de Trânsito. No que concerne à criminalidade, a avaliação de 120.111 laudos de autópsias realizados no Instituto Médico Legal, de São Paulo revelou que 15.2%, ou seja, 18.263 casos apresentavam alcoolemia, ou seja, presença de álcool no sangue, evidenciando uma triste associação entre violência e uso de bebidas alcoólicas, uma evidência científica, porque, na prática, todos nós sabemos que isso ocorre.

É, talvez, meramente coincidente, mas, de qualquer forma, significativo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a MP 415 tenha sido editada na véspera de o Código Brasileiro de Trânsito completar dez anos de existência. A análise que se faz desse diploma – que esperamos não venha ser feita da MP 415 – é que ele, tendo assustado os motoristas, no primeiro momento, tornou-se frouxo e defasado. O *Jornal Folha de S. Paulo*, em sua edição de 22 de janeiro, é incisivo em seu julgamento: “Dez anos depois, a falta de regulamentações, a burocracia e até a inflação afrouxaram o Código, aumentando os acidentes e mortes”.

A análise encontra respaldo nos indicadores. Em 1997, ocorreram 113 acidentes com vítimas para cada 10 mil veículos. Com a vigência do Código Brasileiro esse índice caiu para 84 acidentes para cada 10 mil veículos. Já, em 1999, as ocorrências retornaram ao patamar anterior, de 116 acidentes por 10 mil veículos. “Apenas entre 2006 e 2007 – a *Folha* registra –, os principais índices de trânsito da Polícia Rodoviária Federal registraram aumentos de até 10%”. O número de acidentes subiu de 112 mil para 122 mil; o de feridos, de 69 mil para 75 mil; e o de mortos, de 6.168 para 6.840.”

A carnificina se repete nas rodovias estaduais, como atestam os números do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. Em 1997, registraram-se 8.411 acidentes, com 452 mortos e 5.708 feridos; no ano passado, dez anos depois, foram anotados 10.189 acidentes, com 401 mortos e 7.058 feridos.

A drástica associação entre acidentes de trânsito e consumo de bebidas alcoólicas é salientada na exposição de motivos da MP nº 415. O documento, citando pesquisa da Secretaria Nacional Antidrogas – Senad –, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo, revela que dois terços dos motoristas brasileiros já dirigiram após ingerir bebidas alcoólicas em quantidade superior ao limite permitido pela lei. Outra pesquisa citada no documento, abrangendo as 27 capitais brasileiras, mostra que 76% das crianças e adolescentes que perambulam pelas ruas já haviam consumido bebidas alcoólicas. “Vale frisar – destaca a

exposição de motivos – que os problemas relacionados ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas não se limitam às populações vulneráveis e indicam associação com os índices de morbidade e mortalidade da população geral. Em 2004 – acrescenta o documento, baseado em dados do Ministério da Saúde – 35.674 pessoas morreram em decorrência de acidentes de trânsito no Brasil”. Trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro pessoas morreram, em 2004, em acidente de trânsito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Já estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu só adverti porque foi dez, e dez é a nota pra V. Ex^a. Só para lembrar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E V. Ex^a ainda dispõe de mais um minuto, em homenagem a Cristo, que fez em um minuto o discurso do Pai-Nosso.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado.

Os dados do Ministério da Saúde indicam também que, no período 1995–1997, o alcoolismo ocupava o quarto lugar no grupo das doenças incapacitantes; e revelam que, entre 2002 e 2006, os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com tratamento de dependentes de álcool e outras drogas em unidades extra-hospitalares atingiram a cifra de R\$36.887.000.000,00 (trinta e seis bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões de reais); outros R\$4.317.000.000,00 (quatro bilhões, trezentos e dezessete milhões de reais) foram gastos com procedimentos hospitalares de internações relacionadas com álcool e outras drogas, no mesmo período.

No que respeita aos custos decorrentes dos acidentes propriamente, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) estima que cheguem a R\$22 bilhões por ano, aí incluídos: perda de produção das vítimas mortas ou inválidas, que deixam de trabalhar; gastos com saúde, resgate e reabilitação; danos aos veículos; e outros.

O estudo chama a atenção para os acidentes de maior frequência e gravidade: os quatro mil atropelamentos por ano somente nas estradas, com 29 mortes em cada 100 ocorrências por ano (somente nas estradas), com 29 mortes em cada 100 ocorrências, e as colisões frontais, com 33 mortes em cada 100 acidentes. O próprio Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, estima que a repressão ao consumo de bebidas alcoólicas por motoristas pode representar

uma economia de R\$20 bilhões ao País, Sr. Presidente Mão Santa.

A proibição de vender ou oferecer para o consumo bebidas alcoólicas às margens das rodovias deve fazer-se acompanhar de outras medidas, em projetos a serem encaminhados ao Congresso Nacional. Anuncia-se, por exemplo, a redução do índice de alcoolemia, quantidade de álcool no sangue, de seis decigramas para dois decigramas por litro; a atualização dos valores das multas de trânsito; o agravamento das infrações, como a utilização de celular pelo motorista, que passaria da condição de grave para gravíssima; e fora do âmbito do Código de Trânsito Brasileiro, mas não alheias à questão, maiores restrições à publicidade de bebidas alcoólicas, que só poderia ser veiculada das 21 horas às 6 horas.

A confirmar-se, seria uma medida meritória. Especialistas diversos têm constatado que a propaganda de bebidas é atrativa para os adolescentes e jovens e que, ao reforçar as influências sociais e culturais no consumo de álcool, a publicidade joga por terra os continuados esforços para que esse consumo seja reduzido.

Infelizmente, no Brasil, a auto-regulamentação publicitária, no que respeita às bebidas alcoólicas, tem-se configurado um absoluto fracasso, o que impõe a adoção de leis mais restritivas para preservar nossa juventude da pressão exercida pela mídia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Temporão tem destacado, em entrevistas diversas, os resultados de uma pesquisa realizada no ano passado nas 27 capitais brasileiras, demonstrando que 150 mil pessoas dirigiam após terem ingerido quatro ou cinco doses de bebida alcoólica. O trânsito, em nosso País, já é por demais caótico e violento sem o concurso da bebida. A associação do consumo de álcool com a direção tem ocasionado uma verdadeira carnificina em nosso País, resultando numa legião de mortos, de mutilados, de órfãos, que se equipara a uma guerra civil, para tristeza e desespero dos lares brasileiros.

Por tudo isso, saúdo a iniciativa...

(Interrupção do som.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)
– Agora encerro de vez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senão vai perder o avião, não é?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)
– Por tudo isso, saúdo a iniciativa do Poder Executivo, augurando que à MP nº 415 venham se juntar outras medidas que permitam reduzir o consumo excessivo das bebidas alcoólicas e tornar mais seguras nossas

estradas e também as vias públicas das cidades brasileiras.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, por sua oportunidade.

Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Muitas felicidades, Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a pode beber tranqüilo no avião a cerveja e o uísque, enquanto o passageiro de ônibus não pode beber. Eu acho que quem não deve beber é o profissional responsável: o piloto e o motorista.

Convidamos para usar da palavra, pela força do Regimento, como Líder, Demóstenes Torres, que se está apresentando como Líder da Minoria, mas, na realidade, ele não é, ele é um Líder deste Brasil, Estado democrático de direito.

V. Ex^a pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Isso é o que eu acho que estou fazendo de melhor pela democracia e pelo Brasil: não limitar a inteligência de V. Ex^a a um Regimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: “Hugo Chávez é o demônio. É a coisa mais perigosa depois do islamismo fanático”, Arnaldo Jabor.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) ontem tomou a decisão que se esperava sobre a crise política criada pelo Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Sem muita retórica, a OEA conseguiu compor o conflito diplomático entre a Colômbia e o Equador com uma saída à brasileira. Ficou o dito pelo não dito. O pouco atuante organismo internacional reconheceu que o Equador teve o seu espaço territorial invadido, mas se esquivou de condenar a ação militar colombiana e ponto final. Na verdade, a OEA deve ser elogiada por ter reduzido o conflito à sua real dimensão. Em nenhum momento tive a percepção de risco iminente de uma guerra no subcontinente sul-americano. Era só mais uma expansão delirante de Chávez.

Tudo poderia ter sido resolvido com o telefonema que o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, fez ao seu colega equatoriano, Rafael Correa, ainda no sábado, logo após confirmada a ação militar que executou 21 narcoguerrilheiros das Farc, inclusive o número dois da organização bandida, Raúl Reyes. Mas o tolo e ingênuo Correa, depois de pedir permissão para falar, recebeu do Presidente da Venezuela a ordem para recusar o pedido de desculpas, expulsar o

embaixador colombiano e mobilizar tropas para eventual campanha militar.

Imaginou que estaria dando um passo político importante ao estimular os ânimos patrióticos dos equatorianos, quando saiu desmoralizado depois de fracassado périplo pelos países vizinhos e da própria decisão da OEA. Dá nisso seguir a esquizofrenia de Hugo Chávez e confiar na unidade ideológica da esquerda latino-americana! A fidelidade é só de discurso, e o Presidente do Equador só não ficou a falar sozinho com as tartarugas de Galápagos porque teve de pajear o líder bolivariano.

O Presidente da Venezuela, mais uma vez, como muito bem advertiu o seu ex-Ministro da Defesa, Raul Baduel, transformou o conflito em um **reality show**. Da televisão deu instrução ao corpo diplomático, mandou o Ministro da Defesa mobilizar tropas, depois rompeu relações com a Colômbia e ato contínuo fechou as fronteiras do país com a Colômbia. Tudo pirotecnia para disfarçar a crise estrutural que a Venezuela experimenta. Apesar de se beneficiar da alta do petróleo, Chávez está dissipando enorme reserva de recursos para criar focos de instabilidade na América Latina, enquanto a Venezuela afunda no abismo econômico e carece de instituições democráticas. A indústria do petróleo venezuelana está em avançado estado de sucateamento. A inflação permanece fora de controle. Há crise de abastecimento de alimentação. Os indicadores de criminalidade são piores do que os do Brasil, por incrível que pareça. O Poder Judiciário é submisso ao governo central. A imprensa tem sérios limitadores de liberdade de expressão, e o parlamento é uma instituição absolutamente servil aos mandamentos de Chávez.

O Presidente da Venezuela precisa da fanfarronice para manter o ambiente político interno sob controle. De fato, hoje, representa o segundo maior problema da América Latina. O primeiro, naturalmente, são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), razão primordial do conflito entre a Colômbia e o Equador.

As Farc precisam ser eliminadas da Colômbia para que haja estabilidade política no subcontinente. Os Governos do Brasil, da Argentina e do Chile, para ficar entre os principais países do Cone Sul, expressaram apenas platitudes quando condenaram o ataque colombiano ao território do Equador, que resultou na morte dos narcoguerrilheiros. Evidentemente, foram omissos e faltaram à responsabilidade de contestar com veemência a atividade terrorista das Farc. Foi jogada pela janela grande oportunidade de a América Latina assumir o protocolo de varrer o terrorismo teúdo e mantê-lo do crime organizado, especialmente do tráfico

de entorpecentes e de armamentos. Caso houvesse o compromisso decisivo dos países com influência na região de sufocar politicamente as Farc, a Colômbia certamente conseguiria ter êxito mais rápido em liquidar a fatura com os narcoguerrilheiros e encerrar uma guerra civil em curso há mais de 40 anos.

Sr. Presidente, o povo da Colômbia não aspira por outro acontecimento senão o de se livrar dos atentados, dos seqüestros, do tráfico de drogas, da instabilidade política e do custo exorbitante do esforço de guerra empreendido contra a narcoguerrilha. Foram aos milhares às ruas de Bogotá protestar contra as Farc e mais de 80% deles manifestaram apoio à ação militar no Equador. Não há margem de negociação com terroristas e as Farc são um grupo no qual não se deve depositar a menor confiança.

Por exemplo, o Primeiro-Ministro socialista da Espanha, José Luis Rodriguez Zapatero, deve ganhar as eleições no próximo domingo, mas tem experimentado momentos difíceis nesta campanha por conta do comportamento do seu governo com o ETA, grupo terrorista do país basco. A pusilanimidade não costuma ser perdoada por nações vítimas do terrorismo.

O Brasil é um país vulnerável à influência das Farc, particularmente a Amazônia Ocidental, onde há inúmeros conflitos agrários em uma fronteira de selva timidamente protegida. O Exército brasileiro faz um trabalho fantástico na região e já teve de intervir para conter as tentativas de operação das Farc no território nacional. Agora, é sabido que o Brasil não tem hoje capacidade para sustentar um conflito de longa duração na região, nem de guardar tamanho território. O Plano Estratégico de Reestruturação do Exército prevê investimentos pesados para a implantação de sete novas unidades na Região Amazônica, agora é preciso que isso se confirme, apesar da baixa resolução do atual Governo.

O Brasil faria um bem enorme a si mesmo se assumisse o repúdio incondicional às Farc e cooperasse com o Governo da Colômbia para vencer a guerra civil. As Farc não têm nada de marxismo ou de qualquer outra utopia revolucionária. Na há nada de ideológico nas Farc, a motivação é unicamente criminoso. A narcoguerrilha é uma indústria do tráfico de entorpecentes a serviço da desestabilização política da Colômbia. As Farc são apenas uma organização bandida e só possuem afinidade com uma gente desqualificada como esse Fernando Beira-Mar, alguns aloprados com cargo em comissão na Esplanada dos Ministérios e o próprio Hugo Chávez. O Governo do PT não condena a narcoguerrilha nos foros internacionais, porque tem ligações fraternais com as Farc como co-fundadores do Foro de São Paulo. Não pensem que me esqueci da

enorme dissimulação patrocinada nesta Casa quando das investigações dos cinco milhões de dólares doados pelas Farc para financiar a campanha eleitoral do PT. A Abin, por exemplo, ficou muito mal ao final do desmentido. Tenho notícia segura de que integrantes do mais alto escalão do Governo Lula estão condolentes e intimamente abalados pela morte do companheiro e amigo Raúl Reyes.

Sr. Presidente, de fato, não há como negar que a Colômbia invadiu o espaço territorial do Equador, e o próprio Presidente Uribe manifestou isso desde aquele primeiro telefonema que mencionei. Agora, é preciso deixar a hipocrisia de lado e reconhecer que o povo colombiano enfrenta uma guerra civil há quatro décadas. Não temos o direito de menosprezar a esperança da Colômbia.

O país tem poder econômico e influência geopolítica maior do que o Equador, que não tinha nada de abrigar comando das Farc em seu território. Aliás, o governo do Presidente Rafael Correa assumiu o risco de ter sua soberania violada quando recebeu o número dois das Farc para hipotecar apoio à narcoguerrilha, ao ponto de acenar com o reconhecimento de beligerância, *status* político conferido por Chávez ao bando de Manuel Marulanda.

O posicionamento, seja explícito, seja clandestino, em favor de um lado da guerra civil, gera consequência militar. As Farc são uma causa sem futuro, devem ser eliminadas do território colombiano e todo governo que se envolver com tais criminosos vai perder capital político. Não é sem razão que o Palácio do Planalto nutre simpatia pelas Farc. No entanto, por pragmatismo, mantém a devida distância formal dos narcoguerrilheiros e deixa aos cuidados dos operadores clandestinos do Estado o relacionamento de boa vizinhança com Marulanda.

Isolar a Colômbia, Sr. Presidente, neste momento, é a pior das estratégias, e a Organização dos Estados Americanos pôs ordem na casa ao conseguir solução negociada. Ainda não foi desta vez que Hugo Chávez mandou decolar seus caças Sukhoi, recém-adquiridos da Rússia, para testar a real capacidade militar da Venezuela. Por enquanto, ficou na bravata, mas a ameaça é potencial. Chávez é um coronel-caipira frustrado em busca de um **front** e ficaria melhor no realismo fantástico da literatura proscribida da década de 1960.

Felizmente, tem sido observado com o devido cuidado pelas Forças Armadas brasileiras, ainda que o Governo Lula faça de conta que o Presidente da Venezuela seja o cimento da integração latino-americana. Hoje, a eliminação das Farc e a gradual perda de importância política de Chávez são o sentido que se pode dar ao que foi o devaneio das esquerdas de um

dia encontrar a causa dos povos deste desencantado subcontinente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Brillante o pronunciamento do Senador Demóstenes Torres, que engrandece este Senado, o Brasil e a democracia. V. Ex^a se solidarizou com o povo colombiano, bravo povo. A maior população da América do Sul, depois do Brasil, é a Colômbia, praticamente 50 milhões de habitantes.

Wellington Salgado, eu a conheço, fiz lá um curso de planejamento familiar. Sendo a Colômbia um país de origem espanhola, foi turbulenta sua civilização. Quem bem a descreve é Gabriel García Márquez, Prêmio Nobel da Literatura: **Viver para Contar; Cem Anos de Solidão; Memória de Minhas Putas Tristes**. Esse grande autor descreve a epopéia daquele povo.

Mas, atentai bem, Demóstenes! Temos nossa formação democrática e cristã. Minha geração recebeu influência de Alceu Amoroso Lima, filósofo, jornalista, cristão, e ele define a democracia. Muitos a definiram.

Abraham Lincoln dizia que o governo é do povo, pelo povo e para o povo. Mas o nosso filósofo – democrata, cristão, jornalista – Alceu Amoroso Lima definiu como um governo da convivência. Não é da exclusão, mas um governo que busca as liberdades para conseguir uma ordem. As Farc, ô Wellington Salgado, é uma vergonha, não visa nada dessa ordem. As Farc tem quase meio século de banditismo, de terrorismo, que está na hora de acabar. Meio século de bandidagem! Então, não é da nossa tradição.

Ó Presidente Luiz Inácio, a nossa geração foi formada por filósofos cristão como Alceu Amoroso Lima. Nós somos é contra.

Estou nesta Presidência agora e quero dizer que aderi ao pronunciamento desse grande líder democrático que é o Demóstenes, que representa a democracia dos direitos. Aquilo não é estado de direito, aquilo foi uma “tolicinha”. Eles só entraram, Jayme Campos, V. Ex^a que conhece o que é terra, que veio do Mato Grosso, um quilômetro e oitocentos metros numa guerra – ali está a guerra. A democracia respeita a minoria; a minoria tem que se curvar, pois a maioria são os 50 milhões de democratas colombianos que querem Uribe, que é o comandante e que tem que proporcionar aquele povo isso.

Lá viveu, Jayme Campos, Simón Bolívar. Atentai bem, ele nasceu na Venezuela, mas viveu grande parte da sua vida lá na civilização colombiana. Conheço a casa dele, próxima à praça na qual tem um busto em que ele deixou a seguinte mensagem: “Abdicaria a todos os títulos que tive”.

Ele foi militar – como Chávez é –, comandante, general, presidente, libertador, jamais abdicaria ao título de ser bom cidadão, e isso Chávez não aprendeu, e isso Luiz Inácio tem que aprender. Nós estamos aqui contra, seguimos a linha do Demóstenes: as Farc têm que ter um fim, e acabou; isso embrutece e envergonha a América Latina.

Convidamos para usar da palavra esse líder extraordinário do Democratas, Jayme Campos, que pacientemente espera e ansiosamente todo o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul e o Brasil aguardam para ouvi-lo. V. Ex^a tem o tempo que achar conveniente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, de fato, já fui bastante paciente e, naturalmente, eu tinha que fazer a minha fala esta noite no plenário do Senado Federal, mas será uma fala rápida, pois não vou usar o tempo que V. Ex^a com certeza vai-me permitir regimentalmente

Na mesma linha do Senador Demóstenes Torres, a minha preocupação é em relação à divisa seca que o Mato Grosso tem com a Bolívia. São 750 quilômetros de linha seca, ou seja, de fronteira com a Bolívia sem nenhuma guarnição federal, sem nenhuma segurança. Tendo em vista que isso nos causa muita preocupação, tivemos que vir aqui chamar a atenção, sobretudo alertar o nosso Ministro da Defesa, Nelson Jobim, do risco que todos os dias vivenciamos por ser aquela uma das regiões em que mais circula a cocaína e a maconha. Por isso, venho a esta tribuna para dizer que a América do Sul vive hoje um sobressalto criado pelo incidente diplomático entre Colômbia, Equador e Venezuela, que ameaça, inclusive, Senador Wellington, evoluir para um conflito de proporção imprevisível.

A troca de acusações entre dirigentes desses três países vizinhos gera instabilidade em torno do continente. Aparentemente a disparidade política entre esses personagens encobre uma disputa suja pelos domínios do narcotráfico nessa região. O embate ideológico é apenas um pano de fundo para a ação dos grupos guerrilheiros e paramilitares que reivindicam a supremacia de um território criminoso transnacional.

Anteontem, ao responder a um repórter da TV Globo, o Presidente do Equador, Rafael Correa, admitiu que as Farc, Forças Revolucionárias da Colômbia, mantêm bases no Peru, na Bolívia e, provavelmente, no Brasil.

Ora, tal afirmação coloca todas essas nações em estado de guerra, pois representa uma ofensa irreparável à soberania desses países. Além do mais, o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara Alta do Congresso Nacional... Notícia vinculada, ontem,

na **Folha Online**, revela que a Jife, Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, ligada à ONU, cobrou providências do Governo brasileiro no sentido de evitar a passagem da cocaína produzida no Peru, na Colômbia e na Bolívia. Somente este último país possui uma extensão de fronteira seca com o Brasil superior a 3.500km, dos quais 750km estão na divisa com Mato Grosso.

Conforme o relatório da Jife, o escoamento da droga pela região fronteiriça brasileira alimenta a chamada rota sul, pela qual é transportada parte da cocaína consumida na Europa. O itinerário ainda alcança países africanos, Senador Wellington Salgado, antes de chegar ao seu destino final. Autoridades da Guiné-Bissau estimam que 60% dos entorpecentes que passam pela região são escoados pelo corredor, que tem em nossa nação o principal centro de distribuição.

Técnicos da Junta Internacional apontam o crescimento da utilização da rota sul, sobretudo pela precariedade no monitoramento das nossas fronteiras. Sendo as Farc o braço armado do narcotráfico sul-americano, fica evidente que as palavras do Presidente Rafael Correa fazem muito sentido e não soam apenas como um desabafo. Há realmente a possibilidade de expansões de núcleo da guerrilha para o território brasileiro.

Em que pese a declaração do Ministro da Defesa do Brasil negando a existência de facções de guerrilha na Amazônia, as evidências apontam o contrário. O temor é real. Diante de tal denúncia feita por uma autoridade da envergadura do Chefe do Estado do Equador, o Governo brasileiro precisa tomar uma atitude enérgica e inadiável, protegendo nossa comunidade dessa verdadeira dilatação do império do narcotráfico. O Brasil não pode ceder um milímetro sequer do seu sagrado território para o seqüestro, o crime e o genocídio patrocinados pelos guerrilheiros e traficantes. O futuro de nossos jovens tem sido roubado pela...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...indústria de drogas. A periferia dos grandes centros urbanos se tornou território livre para criminosos que se apropriam de um exército de excluídos para disseminar o medo e o banditismo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas esse não é mais um problema exclusivo das cidades-pólo. O tráfico de drogas já alcança o interior e ameaça os mais pacatos dos lares. O consumo de drogas atinge índices alarmantes entre crianças e adolescentes. Combater essa organização é restabelecer dignidade e esperança aos nossos filhos, pois a droga é um flagelo que não escolhe raça, religião ou condição social.

Repito, Senador Mão Santa, que somente Mato Grosso possui uma fronteira seca de 750 km com a Bolívia, Senador Wellington Salgado, que se destaca como terceiro maior produtor de cocaína do mundo. São 17 Municípios do meu Estado que estão vulneráveis ao tráfico, não possuem efetivo policial nem tampouco tecnologia para combater o crime organizado.

Por isso estou propondo ao Exm^o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Nelson Jobim, a criação da força nacional de fronteira, uma polícia militar de caráter federal, fortemente armada e equipada para enfrentar os narcotraficantes. Porque, Sr^{as} e Srs. Senadores, não estamos mais combatendo bandos isolados, mas nos defrontamos agora com um esquema multinacional do crime, que tem desde o braço político e corporações militares treinadas e preparadas para uma guerra.

O Brasil precisa profissionalizar-se, para que nosso território não seja manchado com o sangue dos nossos inocentes, muito menos com a bandeira da narco-guerrilha fincada no nosso torrão sagrado.

Concluo dizendo aos ilustres Senadores que há poucos dias fui Relator, como membro da Comissão de Orçamento e Relator Setorial do Ministério do Planejamento e do Ministério das Cidades, do Aviso n^o 5, encaminhado pelo TCU, relativamente às Forças Armadas. O que acontece, Senador Mão Santa? Lamentavelmente, tudo o que estava previsto no Orçamento para investimento nas nossas Forças Armadas não foi cumprido. Há rubricas em que 18% do que estava previsto na peça orçamentária foi desembolsado para nossas Forças Armadas.

Darei um dado significativo: das aeronaves da Marinha brasileira, apenas 10% estavam em condições de operação, ou seja, 90% das aeronaves estavam na tipóia, sem condições de uso. Os recursos previstos para o projeto Calha Norte praticamente foram investidos nas questões civis, esquecendo-se os investimentos nas forças federais, ou seja, nas Forças Armadas brasileiras. Assim, está desguarnecida a fronteira brasileira. Lamentavelmente, para todos os projetos previstos, os recursos não foram liberados.

Outro dado significativo: o projeto Sivam, que foi construído com o objetivo maior de fazermos a cobertura e a vigilância da região Amazônica, também não opera em condições suficientes para atender com certeza os pré-requisitos para a nossa segurança nacional.

Essa é a minha preocupação, ilustres Senadores. Espero que o Governo Federal, por meio do Ministério da Defesa, capitaneado e comandado pelo Ministro Nelson Jobim, tenha esta preocupação de fazer os investimentos necessários para garantirmos a nossa soberania nacional.

Era isso que tinha, na tarde de hoje, para falar diante desta tribuna.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentar V. Ex^a pela coragem e competência de mostrar a realidade do Ministério da Defesa do Brasil e das nossas Forças Armadas.

Há poucos dias, declarei desta tribuna que eu, Senador da República, da Reserva do Exército glorioso, fiz o CPOR. Se houvesse guerra na América do Sul, o Brasil só teria condições de vencer a Bolívia e o Paraguai.

V. Ex^a foi mais contundente ao afirmar que só 10% das aeronaves da Marinha de Guerra do Brasil têm capacidade de funcionamento. Essa é a realidade.

Vou completar V. Ex^a no mais importante: o ser humano. O ser humano, os militares das três Forças Armadas estão vivendo uma penúria salarial. Essa é a verdade. Outro dia, vi o contracheque do General Oliveira, que foi meu Secretário de Obras. É um terço de uma gratificação DAS-C de um alopado que entra sem concurso: R\$10,448 mil. O romano Vegetius disse: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Nós queremos a paz, temos que nos preparar.

Com a palavra, o ilustre representante de Minas Gerais, esse Estado extraordinário da história política, dos grandes vultos políticos, que aqui tem três extraordinários Senadores: Eliseu Resende, José Azeredo e Wellington Salgado. Eu disse pela ordem de idade. Há mais um, que foi emprestado ao Rio de Janeiro: o nosso fabuloso e extraordinário Dornelles, legítimo sucessor de Tancredo Neves.

V. Ex^a, que representa Minas Gerais, pode usar da palavra o tempo que achar conveniente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Senador Mão Santa, Senador Jayme Campos, telespectadores da TV Senado, demais Senadores, hoje, eu me dirijo à tribuna porque, ontem, eu tive a oportunidade de debater, em meu gabinete, com o Deputado José Fernando – filho do ilustre mineiro José Aparecido, que foi Governador do Distrito Federal nomeado pelo então Presidente José Sarney. Comparávamos os *royalties* com relação ao minério de ferro de Minas Gerais com os *royalties* relativos ao petróleo no Brasil.

Foi um debate muito importante, porque vimos que temos uma certa afinidade, eu e o Deputado José Fernando, pois achamos que Minas está sendo muito prejudicado.

Eu tinha combinado com ele preparar um discurso sobre esse assunto.

Mas eis que ontem, Senador Mão Santa, surgiu o assunto de que para a compensação desse anexo do Orçamento seria retirado dinheiro da Lei Kandir. Os recursos da Lei Kandir são destinados aos Estados produtores de minerais. É aquele imposto que seria cobrado para a exportação do minério, mas que não é mais cobrado para que as empresas brasileiras exportem bastante e venham a gerar caixa em dólares no País.

A primeira solução da Comissão de Orçamento foi: “para acertamos o anexo vamos retirar o dinheiro da Lei Kandir”, prejudicando de cara, prejudicando bastante o Estado de Minas e o Estado do Pará. V. Ex^a, Senador Jayme Campos, sabe disso porque o Estado de V. Ex^a também tem **royalties**.

Então, Senador Mão Santa, não agüentei e resolvi fazer o pronunciamento aqui hoje, já que V. Ex^a me concedeu este tempo e eu fiz a permuta com outro Senador.

O Governador Aécio sempre tem de vir ao Planalto pedir o dinheiro da Lei Kandir, que é uma lei. Ele vem com o seu jeito – todo mundo conhece o jeito do Governador Aécio – para conseguir recursos. Ele tem de vir implorar os recursos que são de Minas! Ele não tem de vir aqui implorar, Senador Jayme Campos, por esse dinheiro que está na lei! Ele vem, conversa e sai como vitorioso, por ter levado uma parte pequena do que a lei teria de dar para Minas Gerais.

Diante disso, eu e o Deputado José Fernando, essa liderança emergente, resolvemos preparar um pronunciamento a mão conjunta.

Os brasileiros, em especial os mineiros, fomos explorados no ciclo do ouro, no ciclo do diamante e estamos sendo explorados agora, no ciclo do minério de ferro, afirma, preocupado, o Deputado José Fernando Aparecido, numa conversa em que debatíamos os **royalties** e a Lei Kandir ontem à tarde no meu gabinete.

O Brasil possui uma reserva mineral de valor inestimável. E, assim como aconteceu com o ouro no século XVIII, está sendo explorada, sem que seja deixada para a população do País, a porcentagem do lucro dessa lavra que a ela é devida. Refiro-me à parcela justa dos frutos do solo de cada um dos Municípios brasileiros que fornecem matéria-prima para o mercado multibilionário.

O debate sobre o assunto não deve ganhar ares de imposto a ser cobrado, mas tem, necessariamente, que ser encarado como uma compensação à população brasileira pela exploração de um bem finito por parte das grandes empresas mineradoras.

Senador Mão Santa, Magalhães Pinto, ex-Governador de Minas Gerais, costumava dizer: “minério só dá uma safra”.

A Compensação Financeira pela Exploração Mineral – Cefem é uma pequena porcentagem dos lucros das mineradoras que é destinado aos Municípios, Estados e União. Também conhecida como **royalties**, essa pequena parte do minério brasileiro é ínfima perto do que seria o montante justo a ser pago para o povo brasileiro, o verdadeiro dono das riquezas do nosso subsolo. Em comparação ao setor petrolífero, as preocupações com o minério brasileiro se tornam claras.

Falo hoje como Senador eleito por Minas Gerais nascido no Rio de Janeiro, minha terra natal. O Rio de Janeiro, sozinho, arrecadou, no ano de 2007, R\$4,5 bilhões em **royalties** do petróleo. O setor mineral, no Brasil inteiro, arrecadou R\$547 milhões. Minas recebeu R\$265 milhões desse montante. Isso para não mencionar o fato de que o setor petrolífero, no Brasil inteiro, contribuiu com cerca de R\$17 bilhões no pagamento de compensação financeira.

Eu não estou aqui, Senador Mão Santa, Senador Jayme Campos, para dizer que o Rio não tem que receber esse **royalty**; tem que receber, sim.

O que estou dizendo é que Minas não pode receber só o que está recebendo. Todos os dois são bens naturais, explorados, tirados de cada Estado. E a população tem que ser compensada por tudo o que está passando, pela destruição que está acontecendo quando começam a cavar em Minas em todos os lugares.

Esses números se tornam ainda mais alarmantes quando se percebe que o lucro do setor mineral foi extraordinariamente maior do que o do setor petrolífero. Enquanto o minério gerou um lucro de R\$40 bilhões, o petróleo, que contribuiu cerca de 30 vezes mais em **royalties**, teve metade desse lucro, contabilizou algo em torno de R\$22 bilhões.

Então, veja bem, Senador Mão Santa, o petróleo gera **royalty** e gerou um lucro de R\$22 bilhões. As mineradoras, como a Vale do Rio Doce e outras, proporcionaram um lucro de R\$40 bilhões e pagam pouco **royalty** ao Estado de Minas Gerais, aliás, nem **royalty**; o que pagam é fundo de compensação.

A população de cidades como Diamantina sabe bem o que é essa diferença. Essas pessoas estão sentadas sobre bilhões de reais em riquezas mineiras e, de acordo com a legislação, só têm direito a 0,2% do faturamento líquido que as grandes empresas exploradoras obtêm com a extração do diamante ou 2% do lucro líquido obtido com o minério de ferro. Os senhores não escutaram mal; eu disse 0,2% do faturamento líquido.

Senador Mão Santa, permita-me. Um relatório da Consultoria desta Casa sobre as compensações financeiras em função da substância e do país, mos-

tra qual é o percentual que cada empresa paga para poder tirar essas riquezas minerais.

No caso do cobre, na Austrália, 5% do valor na mina; a China, 2% do valor na mina; a Indonésia, 4%; o Brasil, 2% do faturamento líquido abatido ainda todo aquele custo para levar e distribuir o cobre.

Vamos à bauxita: na Austrália, 7,5%; na China, de 2 a 4%; na Indonésia, 3,25%; no Brasil 3%. Está mais ou menos de acordo com o mercado internacional.

Agora vamos ao diamante, Senador Jayme Campos e Presidente Mão Santa: na Austrália, 7,5% do valor da mina; na China 4% do valor de venda; na Indonésia 6,5% do valor de venda. Sabe quanto é no Brasil? Apenas 0,2%, Senador Mão Santa.

O ouro: 1,25% na Austrália; 4% na China; 3,75% na Indonésia; no Brasil, 1% do faturamento líquido, Senador.

Agora vamos ao que me interessa, que é o minério de ferro: na Austrália, de 5 a 7,5% do valor na mina; na China 2% do valor de venda; na Indonésia 3% do valor de venda; no Brasil, 2% do faturamento líquido Senador. É um absurdo! Para se ter uma idéia, o preço do ferro teve um aumento internacional de 65% neste ano, e nós vamos recolher aqui 2% sobre o ferro.

No caso da cidade de Diamantina, para não citar outras tantas que estão na mesma situação, a população sobrevive com a ajuda da Sudene.

Está sentada sobre uma riqueza tremenda e está pobre. Isso parece com aquele que se casa com uma mulher rica e fica esperando que a sogra ou o sogro morra para poder herdar toda aquela fortuna. É a herança.

Se o Projeto de Lei nº 1.453, de 2007, em tramitação na Câmara, estivesse em vigência, Diamantina seria um dos Municípios mais ricos do Brasil, e justiça seria feita aos cidadãos diamantinenses. A injustiça cometida no valor dos **royalties** arrecadados para o Estado brasileiro é ainda mais pungente, quando se compara a porcentagem cobrada no Brasil com aquela cobrada em outros países, como aqui bem coloquei. Enquanto os brasileiros recebem 0,2% do valor de *royalties* sobre o valor de diamantes extraídos do nosso solo, a Austrália arrecada 7,5%; a Indonésia, 6,5%; o Azerbaijão, 24%. Ressalto, ainda, que a nossa compensação financeira é calculada sobre o nosso faturamento líquido, e a desses países sobre o valor na mina.

Nesse íterim, é importante deixar registrado que o Brasil é o único país que calcula a compensação financeira do setor mineral sobre o faturamento líquido, ou seja, toda a despesa decorrente de transporte e de todos os custos com pessoal é abatida.

Como representante de Minas Gerais, juntamente com o Deputado José Fernando Aparecido, cujas idéias citei aqui, ressalto que meu Estado, rico em minério de ferro, arrecada estimadamente 60% do que deveria. Nosso povo é que sai perdendo.

Segundo a revista **Consultor Jurídico**, de 1º de fevereiro de 2008, a mineradora Vale do Rio Doce foi condenada a pagar R\$1,8 bilhão, por não ter pago o percentual de *royalties* correto no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2006.

O povo brasileiro merece sua parcela nos ganhos obtidos com as riquezas minerais do País. Relembrando o imortal poeta Carlos Drummond de Andrade, arrisco o conceito de que ser mineiro é como alguém que tem coragem, bravura, fidalguia e elegância. Drummond, quando isso escreveu, se referia ao cidadão de Minas Gerais. Eu, hoje, estendo a descrição a cada brasileiro que luta pela sua parcela de direito sobre o minério brasileiro.

É digna de ser apresentada também a condição pela qual essas grandes mineradoras adquiriram o direito de lavra do subsolo do País. Por meio de legislação falha, as terras brasileiras só dependiam de um registro cartorial de quem o fizesse primeiro, para que fossem cedidos os direitos de exploração dos minerais de seu subsolo. Em outras palavras, sem nenhum tipo de leilão, bastava que uma grande empresa apontasse antes dos outros o local em que desejava explorar, que as riquezas minerais ali ficavam automaticamente sob o julgo dessa empreitada particular, e o resto da população brasileira mais uma vez era excluído.

Senador Mão Santa, eu conversava com o Deputado José Fernando e nós falávamos sobre este assunto. Ele foi Prefeito de Conceição do Mato Dentro, cidade que tem uma mina de ferro estupenda, que foi registrada por alguém que era filho do dono do restaurante da cidade vizinha. Ele passou um dia, teve uma boa idéia, e registrou o subsolo. Resumindo: uma grande mineradora do País, segundo informações, comprou dele esse direito por US\$100 milhões e o vendeu US\$5 bilhões. O que a cidade ganhou? Nada.

Em combate às distorções do setor mineral, mais uma vez, associo-me à luta para que o Projeto nº 2.375, de 2007, seja aprovado na Câmara, a fim de que o leilão se torne obrigatório.

Não obstante a luta para corrigir as injustiças que já foram cometidas, é importante dizer que o setor de mineração vem crescendo a pleno vapor e tem obtido lucros cada vez maiores. Se por um lado isso é ótimo para o País, por outro, é necessário que essa lucratividade seja dividida com a União, os Estados e os Municípios. O **royalty** brasileiro não pode continuar sendo o menor do mundo.

Em reportagem do jornal **O Globo**, do dia 18 de fevereiro de 2008, essa situação torna-se emblemática: a siderúrgica chinesa Nipon anunciou, segundo a notícia, que havia negociado com as grandes mineradoras do mundo, incluindo as brasileiras, um aumento de 65% no preço do minério industrial no mercado internacional.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pois não.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Wellington, quero cumprimentar V. Ex^a pela fala na noite de hoje. V. Ex^a, realmente, tem toda razão de chamar a atenção das autoridades para o prejuízo que têm sofrido, não só os Estados mineradores, mas, sobretudo, os Estados produtores, que é o caso de Mato Grosso especificamente, com a questão das *commodities*. São grandes produtores de soja, de algodão, que são *commodities*. O que ocorre? Os Estados, a bem da verdade, têm financiado a Federação. E já não é de hoje. Nós não temos mais recebido nem 15% daquilo que, certamente, nós teríamos que, por força, receber, porque o Governo Federal faz com que fiquemos com pires na mão, como aconteceu, como V. Ex^a disse aqui, com o Governador Aécio Neves, que veio ao Planalto Central tentar receber uma parte, naturalmente, daquilo que é seu direito assegurado. Penso que chegou o momento de nós conseguirmos rapidamente fazer uma inversão para que a Federação transfira aquilo que, certamente, os Estados vêm financiando já há algum tempo o Governo Federal. Por outro lado, V. Ex^a é muito feliz no seu pronunciamento, citando os dados, números e estatísticas de vários países. Vou dar só um exemplo a V. Ex^a. Há poucos dias, recebi um documento da Câmara Municipal, não só da Câmara, mas do Prefeito e das autoridades da cidade de Juína, que é uma região rica do meu Estado, a região noroeste, em relação aos minerais. Há, hoje, uma indústria de pessoas que requerem o subsolo e depois vendem-no por milhões de dólares, milhões de reais. Então, que o Governo Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sobretudo do DNPM, tome alguma providência. V. Ex^a acabou de citar aqui que uma pessoa foi até lá, requereu e vendeu por uma mixaria para alguém que tinha boas informações. É bom que se esclareça que essa pessoa que vendeu por R\$5 bilhões, como V. Ex^a disse aqui, tinha uma informação rica e passou a ser um dos homens mais ricos do planeta; não é o mais rico do Brasil, não. Trata-se de uma das maiores fortunas, conforme dados publicados em matéria da revista **Forbes** há poucos dias. É um dos homens mais ricos do Brasil, do mundo, melhor dizendo, uma das maiores fortunas. O que acontece? Acho

que temos o papel de fazer com que essas coisas mudem. Não podemos permitir que os Estados continuem financiando o Governo Federal nesse grande **boom** da exportação. O Governo tem dito que o Brasil tem aumentado, todos os dias, a sua exportação, mas quem está financiando esse **boom** da exportação são os Estados, que, lamentavelmente, estão praticamente quebrados, a bem da verdade. A maioria tem dificuldade, hoje, de fazer investimentos em infra-estrutura e, infelizmente, não temos recebido nada em contrapartida. Portanto, é oportuno o seu discurso. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo belíssimo pronunciamento que faz na noite de hoje no plenário do Senado Federal. Parabéns.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Para exemplificar, resalto que, por indicação do meu Partido, estou ocupando o cargo de Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Há pouco tempo, a Anatel fez um leilão para poder colocar o 3G no Brasil. Ou seja, foi leiloado o direito de ocupar com ondas um espaço vazio. Não é isso? É o direito de exploração do sinal naquela região. Quais foram os valores? Foram R\$165 milhões, R\$180 milhões. Bateram-se todos os recordes já acontecidos no País. No entanto, para se tirar do subsolo aquela safra que só existe uma vez, não é preciso nada disso. É só ir à frente e registrar. V. Ex^a foi Governador e deve ter conhecimento bem disso no seu Estado. Muitas pessoas devem ter registrado. V. Ex^a pode até conhecer alguém que seja proprietário de fazenda lá e tenha colocado boi em cima, havendo um dono embaixo: “Vigia bem minha parte de cima, porque sou dono da parte de baixo”. Deve ser isso o que está acontecendo.

Enquanto sobe a margem de lucro sobre a venda de nosso valioso minério, cresce também a luta do povo brasileiro pelo que a ele pertence. O minério do solo brasileiro pertence aos brasileiros e seus frutos também.

Muito obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço também ao Deputado José Fernando, que comunga das minhas idéias. Ele é um líder novo do PV, que está aparecendo agora e tem uma genética que V. Ex^a bem conhece, pois conheceu seu pai. Ele, com certeza, será um grande líder. Muito obrigado também àquele Deputado por ter me ajudado a preparar este discurso e a comungar das minhas idéias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a teve a oportunidade de debater com o Senador Jayme Campos, que representa um dos homens mais experientes deste País. Na escala democrática, reputo ao prefeito uma importância fundamental. Jayme Campos foi três vezes Prefeito no Estado de Mato

Grosso. E não foi apenas três vezes Prefeito. Foi três vezes um excepcional Prefeito, de visão de futuro, e a riqueza do desenvolvimento da agricultura e pecuária daquela região muito se deve ao trabalho e à visão de futuro de Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 13/2008-GLDBAG

Brasília, 5 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Fátima Cleide como membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.
– **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação o **Requerimento nº 225, de 2008**, de autoria do Senador Magno Malta, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos meses, o grupo que se autodenomina Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, mais conhecido como Farc, tem ocupado o noticiário, graças às gestões desenvolvidas para a liberação dos quase 800 reféns que mantém em cativeiro. E foi devido à soltura de dois deles e às cartas enviadas por outros seqüestrados que pudemos ter uma idéia, ainda que incompleta, da crueldade dos integrantes das Farc.

Há muito que se sabia que a organização, criada há décadas sob o pretexto de lutar contra a injustiça social na Colômbia, tornou-se uma quadrilha de seqüestradores e traficantes de cocaína, capaz de matar a sangue-frio e de cometer atentados em que inocentes

perdem a vida. O que desconhecíamos era o tratamento bárbaro que dispensam a suas vítimas.

Os relatos das duas reféns libertadas e as cartas enviadas por alguns dos seqüestrados que permanecem detidos descrevem as condições terríveis em que vivem os prisioneiros, isolados em campos de concentração na selva colombiana.

Consuelo González, uma ex-senadora seqüestrada em setembro de 2001, contou depois de sua libertação que os homens passam o dia inteiro presos pelo pescoço com correntes, e à noite são amarrados a árvores. Como as mulheres, eles não recebem qualquer tipo de atendimento médico, mesmo os que têm graves problemas de saúde. Tratamento idêntico é reservado às crianças seqüestradas.

Clara Rojas, seqüestrada em 2002 junto com a então candidata à presidência colombiana, Ingrid Betancourt, de quem era assessora, engravidou de um de seus seqüestradores no ano seguinte. O parto, uma cesariana, foi realizado com uma faca de cozinha, por três terroristas sem formação médica, que quebraram um braço do recém-nascido, devido à violência que empregaram.

Um grupo capaz de tais atrocidades não passa de um bando criminoso, formado por delinquentes comuns. Sabe-se que, hoje em dia, as Farc controlam praticamente todas as etapas de produção de cocaína na Colômbia. Estimativas de especialistas indicam que a organização obtém uma renda anual de US\$590 milhões com essa atividade.

É espantoso, portanto, que representantes de certas tendências políticas, no Brasil e em outros países, ainda tentem defender esses terroristas, caracterizando-os como “combatentes pela liberdade”. A exótica mistura de comunismo de fachada e narcotráfico que caracteriza as Farc, somada a práticas abomináveis como a dos seqüestros, deveria ser suficiente para valer à organização o repúdio de qualquer pessoa dotada de um mínimo de bom senso e de apreço aos valores da democracia e dos direitos humanos.

É o que pensam os próprios colombianos. Enquanto a taxa de aprovação do Presidente do país, Álvaro Uribe, chegou a 83%, segundo uma pesquisa de opinião realizada no mês passado, nada menos que 96% dos entrevistados manifestaram sua repulsa às Farc.

No início deste mês, o isolamento dos criminosos ficou ainda mais evidente, com a realização de manifestações contra os narcoguerrilheiros em mais de 130 cidades, numa inédita iniciativa de âmbito mundial. Só na Colômbia, 5 milhões de cidadãos, 1 milhão deles em Bogotá, saíram às ruas para exigir o fim dos seqüestros e a libertação dos reféns, empunhando cartazes que pediam “uma Colômbia sem as Farc”.

Os Estados Unidos e todos os países da União Européia qualificam as Farc como uma organização terrorista. Não poderia ser diferente. Hoje em dia, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, é uma voz solitária quando defende o reconhecimento da guerrilha colombiana como “força insurgente”, dotada de “um projeto político respeitável”.

Cabe indagar como Hugo Chávez pode considerar aceitáveis os métodos utilizados pela guerrilha, e como pode ser considerado “respeitável” um projeto político que pretende converter uma Colômbia democrática em ditadura de narcotraficantes. Mas, a propósito da Venezuela, é oportuno lembrar que, em 3 de fevereiro, o jornal inglês **The Observer** publicou uma extensa reportagem em que o repórter John Carlin revela conexões entre aquele país e os integrantes das Farc no transporte de cocaína por ar, mar e terra. Ele qualifica essa cooperação de “extensiva e sistemática”, e acrescenta que a Venezuela “fornece armas aos guerrilheiros, oferecendo-lhes a proteção de suas forças armadas e garantindo-lhes imunidade legal”.

De acordo com a reportagem, 30% das 600 toneladas de cocaína que as Farc exportam para a Europa passam pela Venezuela. A “convergência tática” entre as Farc e as forças armadas da Venezuela, diz o repórter, estende-se à área militar, com postos de controle da Guarda Nacional venezuelana garantindo proteção aos acampamentos dos guerrilheiros colombianos na fronteira entre os dois países.

As Farc foram bem-sucedidas durante algum tempo em seu propósito de aterrorizar e subjugar a população colombiana. Chegaram a controlar um terço das cidades do país, mas hoje – graças especialmente à reação comandada pelo Presidente Álvaro Uribe – estão encurraladas na selva. A Colômbia merece o apoio incondicional de toda nação democrática em sua guerra contra facínoras que nada têm de organização política legítima. São bandidos – e é como bandidos que devem ser tratados.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão do dia 6 de março de 2008, iniciada às 14 horas e terminada às 20 horas e 5 minutos, tendo como último orador o Senador de Minas Gerais, do PMDB, Wellington Salgado.

Esta sessão foi coordenada pela nossa Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra.

Convidamos os Parlamentares para a sessão não-deliberativa de amanhã, dia 7 de março de 2008, a realizar-se às 9 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

Ata da 25ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti e Cícero Lucena

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 62/2008

Brasília, 6 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o PMDB cede ao PSB vaga na comissão abaixo relacionada:

TITULAR

Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”	1 vaga
--	--------

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2006 (nº 5.136/2005, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único do art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências* (veda a propaganda comercial em livros didáticos).

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União as seguintes matérias:

– **Aviso nº 9, de 2008** (nº 144/2008, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 187/2008, proferido nos autos do processo nº TC 004.151/2005-4, bem como do Relatório e dos Votos que o fundamentaram, referente a Pedido de Reexame contra o Acórdão 2.289/2005, que julgou improcedente a representação a respeito de possível irregularidade na ocupação de espaços físicos no Senado Federal; e

– **Aviso nº 10, de 2008** (nº 134/2008, na origem), encaminhando Relatório de Atividades daquele Tribunal, referente ao 4º trimestre de 2007.

As matérias vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução nº 5, de 2008**, que autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999; e

– **Projeto de Resolução nº 6, de 2008**, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de sete milhões, cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 2, de 2008-CN (nº 135/GP/TCU/08, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 4º Trimestre de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Mão Santa, depois eu falarei. V. Exª em primeiro lugar.

O Senador Mão Santa dispõe de vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Exª não vai viajar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Vou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então V. Exª usa a tribuna antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Então o Senador Mão Santa assume a Presidência, já que estou inscrito antes dele, para que eu possa fazer uso da palavra. Em seguida, o Senador Mão Santa, e o Senador Paulo Paim logo a seguir.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Alvaro Dias, V. Exª não pode perder o vôo e deixar de ir ao Paraná, porque V. Exª tem dado os melhores exemplos a este País. Lembro-me de um filme que vi, em um noticiário, em que V. Exª estava visitando as casas dos mais necessitados e dos mais sofridos do Paraná. Amanhã, é o Dia Internacional da Mulher; V. Exª não pode deixar de estar ao lado da sua encantadora mulher e filhas. Então, V. Exª não pode perder o avião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, amanhã, dia 8 de março, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Gostaria de prestar um tributo a uma mulher em especial e, dessa forma, homenagear todas as mulheres brasileiras, que lutam bravamente, no dia-a-dia, para assegurar a sobrevivência e a defesa intransigente da ética e da dignidade.

A mulher a quem presto este tributo é Ingrid Bettancourt, seqüestrada no dia 23 de fevereiro de 2002

e mantida em cativeiro até hoje pelas Farc, nas selvas colombianas. A Senadora Ingrid Bettancourt, ex-candidata à Presidência da Colômbia, é filha de um político colombiano, que foi designado embaixador de seu país em Paris.

Em razão desse posto diplomático ocupado pelo seu pai, ela se educou na Europa e findou travando contato com figuras como o poeta Pablo Neruda e o escritor Gabriel García Márquez, que escreveu **Cem Anos de Solidão** e recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, se não me falha a memória, em 1982.

Senador Mão Santa, V. Exª tem o livro nas mãos?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tenho. Gabriel García Marquéz, **Cien Años de Soledad**, edição comemorativa Real Academia Española, Asociación Academia de Lengua Española. Também lhe recomendo **Viver para Contar** e outro que ele fez aos 90 anos **Mis Putas Tristes**.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Exª tem bom gosto pela leitura. É leitor de Gabriel García Marquéz.

Em seu retorno à Colômbia, Ingrid Bettancourt assumiu a luta contra o conluio entre a corrupção e o tráfico de drogas. Trilhou vitoriosa carreira política, interrompida bruscamente quando foi raptada pelos integrantes das Farc.

Em carta divulgada recentemente, ela assim descrevia o cativeiro: “Aqui vivemos como mortos”.

Sua tenacidade ficou patenteada na trajetória que percorreu. Sem dar trégua aos cartéis da droga, se elegeu senadora com a maior votação do País, mesmo candidatando-se por um partido pequeno que ela mesma criou pouco antes das eleições.

Mesmo com o atentado a sua vida, obrigada a se afastar dos filhos para preservar a segurança deles, só não pôde realizar o teste das urnas presidenciais. Foi seqüestrada antes disso.

Rogamos a Deus a misericórdia divina e aos homens de bem e bom senso envolvidos nas negociações que Ingrid Bettancourt possa ser libertada o mais rápido possível.

No Dia Internacional da Mulher, homenageamos Ingrid Bettancourt, hoje refém de um grupo criminoso nas selvas da Colômbia.

Em homenagem a esta mulher, ousou fazer um apelo ao Governo brasileiro, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência produzida pelas Farc. Não se ouvem, Senador Mão Santa, manifestações à altura da grandeza do nosso País contra a violência exposta para o mundo que lá se pratica. O que temos, ao contrário, é a recepção festiva àquele que recentemente foi morto e esteve no foro de São Paulo, há algum tempo, sendo recebido festivamente

por lideranças ligadas ao Governo brasileiro. O que se exige, nesta hora, é uma manifestação mais vigorosa em nome da liberdade, dos direitos humanos e da democracia. Isso cabe, sim, ao Governo brasileiro fazer, especialmente ao Presidente da República.

Mas, em homenagem às mulheres, especialmente as do Paraná, que aqui represento com muita honra, peço a V. Ex^a que autorize o registro nos **Anais do Senado Federal** de artigo que me chegou nesta manhã do Paraná, escrito pela advogada Dr^a Soraia David, de Cascavel. O título do artigo “*Provoque. Ou não*”, é sobre este Dia, o Dia Internacional da Mulher.

Peço a V. Ex^a que o considere lido e autorize a sua publicação.

Eu não poderia, Senador Paulo Paim, inspirado pela sua presença, deixar também, nesta hora, de manifestar o meu apoio ao seu projeto. Eu o subscrevi na condição de Líder do PSDB, para que ele tivesse tramitação em regime de urgência, buscando fazer justiça aos aposentados brasileiros.

Quem sabe, na próxima semana, o Presidente Garibaldi Alves Filho supere todas as dificuldades impostas, para que possamos votar essa matéria tão debatida nos últimos dias e corretamente colocada na pauta das discussões pelo Senador Paim e pelas Lideranças, principalmente opositoras, desta Casa.

É hora de deliberarmos sobre este assunto estabelecendo ou restabelecendo a isonomia que já houve. E ontem o Senador Mão Santa, daquela tribuna, lembrava que nos tempos do Presidente José Sarney havia a isonomia, o tratamento era igualitário entre os servidores da ativa com os aposentados, os inativos.

Temos que ver a via-crúcis que percorrem milhares de aposentados no Brasil. Não me refiro tão somente àqueles que permanecem em longas filas durante horas na espera e na expectativa do atendimento dos seus direitos, buscando os benefícios que são assegurados pela legislação do País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para interrompê-lo. Aliás, em homenagem à mãe do Sarney, que é a santa Kyola.

Vasculho a vida do estadista Sarney, e um dos momentos mais felizes da vida dele, além das bênçãos dela, foi quando ela disse: “meu filho, nunca prejudique os velhinhos”. Essa frase é encontrada em vários sindicatos de aposentados. E ele conseguiu a paridade, não faliu a Previdência, e, com certeza, a mulher, Dona Kyola, a sua mãe, e a minha estão lá no céu orando pelos velhinhos amigos que aqui ficaram.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem lembrado, Senador Mão Santa. Eu gostaria de dizer que há uma via-crúcis, muitos aposentados brasileiros. Lembro-me, por exemplo, dos aposentados do Banco do Estado do Paraná, que prestaram inestimáveis serviços

àquela instituição financeira do meu Estado e levaram o Banco do Estado do Paraná à condição de sétimo banco no *ranking* nacional quando eu fui governador. Pois bem, eles estão à espera do atendimento aos seus direitos, de respeito aos seus direitos.

Há poucos dias aqui, quando comemoramos o Dia dos Aposentados, fiz referência a este fato. Os direitos dos aposentados do Banestado foram usurpados, e é hora de restituí-los, assim como os aposentados da Varig encontram-se também à espera do respeito aos seus direitos.

Vou conceder um aparte ao Senador Paulo Paim, que tem sido realmente um baluarte nesta luta, tem sido exponencial, sempre atento e presente, e certamente não se esquece de que o Senado Federal concedeu um reajuste de 16,5% aos aposentados brasileiros, que foi vetado pelo Presidente da República.

Temos o dever de deliberar sobre este veto ao reajuste concedido pelo Senado, que, na verdade, não foi um aumento de vencimentos para os aposentados, mas uma recuperação parcial das perdas acumuladas durante anos. O Senado Federal não praticou nenhuma irresponsabilidade, não se excedeu, não exorbitou, não cometeu nenhuma injustiça com o Governo, apenas quis ser justo com os aposentados deste País, restituindo-lhes um pouco do que deles se retirou ao longo destes últimos anos, subtraindo direitos. Eles recebem muito menos do que deveriam e, é claro, muito menos do que merecem.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, permita-me elogiar as duas partes do seu pronunciamento. Ninguém no mundo pode concordar em que uma mulher, Senadora, candidata à Presidência do seu País, esteja seqüestrada e mantida na floresta, independentemente do tempo transcorrido, se um dia ou cinco anos. Eu acho que V. Ex^a foi feliz – confesso que vou falar sobre a mulher e não tocaria nesse ponto –, pois trouxe ao debate a importância de homenagearmos, hoje, essa mulher. A carta que V. Ex^a leu merece todas as nossas considerações. Cumprimento-o pela primeira parte, mas quero também cumprimentá-lo pela segunda, citando um dado, para ajudar na reflexão da situação dos aposentados e pensionistas. Se conseguirmos o reajuste dos aposentados e pensionistas, estaremos ajudando principalmente as mulheres idosas. Está comprovado. Podemos até dizer, infelizmente, que o número de homens que morrem é praticamente dois por um em relação às mulheres. Então, com esse reajuste – que, como muito bem disse V. Ex^a, é apenas parte da recuperação das perdas acumuladas – nós estaremos ajudando milhões e milhões de pensionistas neste País que estão praticamente criando os seus netos. Este rápido aparte é para cumprimentar V. Ex^a

pela felicidade nas duas partes do seu pronunciamento. Eu tenho muita esperança quanto ao requerimento de urgência. O Senador Garibaldi Alves Filho já pediu os dois processos e nós poderemos votá-los, aqui, já na semana que vem, e assim atendermos à demanda de cerca de nove milhões de aposentados e pensionistas. Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Que não se alegue falta de recursos porque recursos existem. Nós estamos verificando uma arrecadação fantástica, batendo todos os recordes, com o Presidente da República anunciando o aumento de investimentos na área social. O Bolsa-Família já extrapola, anualmente, R\$11 bilhões de investimentos. Anunciou-se, agora, um novo Programa com mais R\$11 bilhões de investimentos. Os recursos sobram. É uma questão de se estabelecer prioridades, e eu não conheço prioridade maior do que a dos idosos do País. Este País precisa respeitar mais os seus idosos – eu não diria o País –, as autoridades constituídas precisam respeitar mais os idosos deste País.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, muito obrigado pela oportunidade de ser o primeiro orador do dia.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, eu não poderia deixar de fazer este aparte quando V. Ex^a, sobretudo, homenageia a mulher. Quero dizer que, como já está claro, esse dia não é bem para homenagear os trabalhos que a mulher faz, o avanço que conquistou, mas, principalmente, para lembrar que, ainda hoje, persistem preconceitos e injustiças em relação à mulher. Espero que, realmente, essa lembrança que se faz a cada dia 08 de março possa servir para que corrijamos essas injustiças e esses sofrimentos que ainda existem. É verdade que isso mudou muito, a sociedade mudou muito desde o massacre de 1857, mas, de qualquer forma, ainda há muito por fazer. Pronunciamentos como o de V. Ex^a e outros que certamente ainda serão feitos ajudarão os governos, as instituições e a sociedade como um todo a dar à mulher o papel de destaque que ela merece.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Nós vinculamos um tema ao outro exatamente em função daquilo que disse o Senador Paulo Paim: as mulheres idosas são aquelas que mais sofrem o drama da ausência do Estado em suas vidas. Se o Estado não corresponde às suas expectativas, obviamente, são elas que se angustiam diante do drama que vivem, exatamente nos últimos anos de suas existências.

Que este apelo final, com a humildade, com a simplicidade que se faz necessária neste momento, possa significar a nossa homenagem a todas as mulheres idosas do Brasil.

Senador Mão Santa, muito obrigado a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – No próximo sábado, dia 08 de março, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. Nesse contexto, gostaríamos de prestar um tributo a uma mulher em especial e, dessa forma, homenagear todas as mulheres brasileiras que lutam bravamente no dia-a-dia para assegurar a sobrevivência e a defesa intransigente da ética e da dignidade.

A mulher a quem presto este tributo é INGRID BETTANCOURT, seqüestrada no dia 23 de fevereiro de 2002 e mantida até hoje em cativeiro pelas FARC nas selvas colombianas.

A Senadora Ingrid Bettancourt – ex-candidata à presidência da Colômbia – é filha de um político colombiano que foi designado embaixador do seu país em Paris. Em razão desse posto diplomático ocupado pelo seu pai, ela se educou na Europa e findou travando contato com figuras como o poeta Pablo Neruda e o escritor Gabriel Garcia Márquez.

No seu retorno à Colômbia, Ingrid Bettancourt assumiu a luta contra o conluio entre a corrupção e o tráfico de drogas. Trilhou uma vitoriosa carreira política, interrompida bruscamente quando foi raptada pelos integrantes das FARC.

Em carta divulgada recentemente, ela assim descrevia o cativeiro: “Aqui vivemos como mortos”.

Sua tenacidade ficou patenteada na trajetória que percorreu. Sem dar trégua aos cartéis da droga, se elegeu senadora com a maior votação do país, mesmo candidatando-se por um partido pequeno, que ela mesma criou pouco antes das eleições. Mesmo com o atentado à sua vida, obrigada a se afastar dos filhos para preservar a segurança deles, só não pôde realizar o teste das urnas presidenciais. Foi seqüestrada antes disso.

Rogamos a Deus – à misericórdia divina – e aos homens de bem e bom senso envolvidos nas negociações, que Ingrid Bettancourt possa ser libertada o mais rápido possível.

No Dia Internacional da Mulher homenageamos Ingrid Bettancourt, hoje refém de um grupo criminoso nas selvas da Colômbia.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Provoque. Ou não.

Tenho pensado seriamente há alguns dias em como escrever algo sobre as *mulheres sem parecer feminista ou promover alardes feministas* e sinceramente, tal proeza talvez seja impossível. Para entender melhor caro leitor, é preciso que baixe as armas machistas cültuadas através do tempo e que leia o jornal de hoje com olhos, mente e coração femininos. Prometo que não vai doer. Em tese.

Quando chega o esperado dia em que as mulheres do mundo inteiro são homenageadas por sua data, nos deparamos com todos os tipos de comentários possíveis na Internet, na mídia e até mesmo entre nossos amigos. Uns criticam duramente alegando não haver motivo para tal comemoração, se considerados os números que comprovam como a mulher é preterida ante os freqüentes indícios de sexismo por parte da sociedade. Por outro lado, os otimistas fazem questão de ressaltar a data levando em conta os feitos e conquistas da mulher ao longo da história. Afinal de contas, deve-se ou não comemorar esse raio de data? Fico com os otimistas, sempre! E salve as mulheres que arriscaram suas vidas desde o início dos tempos para impor ao mundo sua presença, sempre odiosamente sobrepujada pelas ditas regras de conduta de época!

Neste momento, impaciente leitor, quero ardentemente que devore com sua perspicácia, seja ela dotada de neurônios masculinos ou não, a célebre passagem da escritora Armelle Le Bras-Chopard:

“A grande obsessão (e medo) dos homens continua a ser a liberdade das mulheres: já não se trata de queimar uma boa parte delas, como no tempo das bruxas, mas a lei, uma vez que o Estado tem condições de, em nome da sua soberania, promulgá-la e fazê-la aplicar, é um meio que permite refrear a autonomia de todas as mulheres .”

Convenhamos... Como afirmar por aí que as mulheres possuem menor capacidade intelectual ou científica, depois de ler algo assombrosamente inteligente e lógico?

Retroceda no tempo. Se a memória falhar, pesquise nos livros ou no Google. Por qual razão mesmo as mulheres foram condenadas à fogueira, tidas como bruxas? Baseada em quais pilares a sociedade submetia as mulheres à humilhação da proibição do sufrágio universal ou ao direito da expressão política, artística ou profissional? Localize-se no tempo atual. Por que cargas d'água mulheres que ocupam os mesmos cargos masculinos ganham menos? Ou explique o motivo de termos na política nacional baixa representatividade feminina e estranhamente, mitigada com o passar dos anos? Armelle estaria certa ao escrever que os homens temem a autonomia feminina ou equivocou-se quanto a nossa capacidade de discernir sobre nossas escolhas? Respondo que o tempo nos tomou esse direito. A humanidade arrancou de nossas almas a essência de dirigir. Ficamos órfãs de vontades e realizações pessoais. Tivemos que sonhar por muitos. Nos vimos concretizando planos de outros. Adiaram nossos projetos e de repente, descobrimos que podíamos sonhar e realizar esses sonhos sem pedir autorização a ninguém. E pasmem, sonhamos, realizamos nossos desejos e ainda amamentamos nossos filhos e orientamos nossas secretárias do lar enquanto administramos empresas e comandamos pessoas. Quem disse mesmo que 08 de março é baboseira? É apenas uma forma de lembrar o passado, para que as ações presentes e futuras façam valer a pena cada lágrima, dor, humilhação e sofrimento vividos por mulheres anônimas e famosas, feministas ou não que enxergaram muito além do que lhes era permitido em nome da "lei".

E não é que a justiça é cega?

Sábado, 8 de março de 2008. Pode armar-se novamente com seu machismo exacerbado ou sutil. Estamos à espera de dias melhores... E não de guerra.

*Dra. Graia David. - de
Cassovel - PR*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento desse extraordinário homem público Senador Alvaro Dias, consulto a lista de oradores inscritos e convido para usar da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, que engrandece esta Casa por também representar a instituição secular maçônica.

Quero dar o testemunho de que eu tenho um familiar que é patrono de uma loja maçônica, Francisco Correia, na cidade de Parnaíba, Piauí. Na minha vida política, tive a oportunidade de participar de várias solenidades para as quais fui convidado, mas o meu entusiasmo aumentou quando vi, nesses cinco anos, aqui, esse líder dessa instituição clássica a estimular não só os maçons, não só os políticos, o Congresso, mas todo o Brasil. Ele é candidato lá ao posto máximo e não sei se isso é regulado pelo TSE, pelo TRE, mas a Constituição do Piauí é o livro de Deus, que diz: “pedi e dar-se-vos-á”.

Então, eu pediria a todos piauienses maçônicos, liderados pelo extraordinário Vice-Prefeito de Teresina, Elmano Férrer, que abraçassem a candidatura de Mozarildo, pela grandeza da Maçonaria, pela grandeza do Brasil.

Uma noção muito exata: está na hora de vermos a grandeza do Brasil. Em geral, essas posições são situadas só na grande São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Ele representa a todos.

Alceu Amoroso Lima, não sei se era maçom, mas sei que Gonçalves Ledo era, fez a independência deste País e me dá o direito de dizer, repetindo as suas palavras: democracia é a convivência, não a exclusão. Não podemos excluir os Estados pequenos, simbolizados, hoje, por Roraima, simbolizados pela sua candidatura. É o regime da convivência sem exclusão, que busca na liberdade a ordem, e Mozarildo simboliza isso tudo.

Seja vitorioso!

Abrindo a Bíblia, eu peço o apoio dos piauienses a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. Tive o prazer de ir ao Piauí, especificamente a Teresina, nessa campanha para ocupar o cargo máximo do Grande Oriente do Brasil. Foi uma peregrinação muito útil e, coincidentemente, a eleição vai se dar amanhã, no Dia Internacional da Mulher.

Ao agradecer a manifestação de V. Ex^a, quero, inicialmente, tratar do tema principal do meu pronunciamento:

o Dia internacional da Mulher, que será comemorado amanhã. E, depois, falarei também sobre a Maçonaria.

É importante, como disse em aparte ao Senador Alvaro Dias, que tenhamos uma visão do significado desse dia, porque, se fosse para homenagearmos as mulheres, teríamos de fazê-lo em todos os dias do ano. Afinal, quem de nós não se lembra da figura materna, da esposa companheira, leal e amante, das filhas, das netas, das amigas, das colegas, enfim, das mulheres de todo o País e do mundo?

Na verdade, todos sabemos, no dia 08 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos situada na cidade norte-americana de Nova York fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como redução da carga horária de trabalho para dez horas – as fábricas exigiam 16 horas de trabalho, na época –; equiparação de salário com os homens – as mulheres chegavam a receber um terço do salário de um homem para executar o mesmo tipo de trabalho –; e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com total violência; as mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Apenas em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que 08 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram naquela fábrica em 1857. Contudo, somente no ano de 1975, por meio de um decreto, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Então, o objetivo dessa data não é apenas o de comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões, cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe, um dia terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito já foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nessa história.

Eu gostaria de lembrar que, no Brasil, entre outros avanços, o dia 24 de fevereiro de 1932 foi, talvez, o maior marco na história da mulher brasileira, pois, nessa data, Getúlio Vargas instituiu o voto feminino. Vejam bem que, até então, 1932, as mulheres sequer tinham o direito de votar em quem representaria seu Município, seu Estado, muito menos nos parlamentares

federais e no Presidente da República. As mulheres estavam totalmente alijadas da realidade política do Brasil.

As mulheres conquistaram, depois de muitos anos de reivindicação e discussões, o direito de votar e de serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo. Ainda assim, Senador Mão Santa, apesar de a nossa legislação obrigar os partidos a ter uma cota para as mulheres, há, até por parte delas mesmas, um certo distanciamento da participação política.

Eu gostaria de concitar as mulheres, até porque, tendo sido Getúlio Vargas que instituiu o voto feminino, e eu, como Parlamentar pertencente ao PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, que é o Partido de Getúlio Vargas, a participarem mais. Realmente, com a sensibilidade que elas têm, com o sexto sentido aguçado, que sabemos que elas o tem, Senador Mão Santa, elas podem ajudar, e muito, a melhorar a qualidade da política nos Municípios, nos Estados e no próprio Brasil, dando sua colaboração decisiva ao assumirem o seu papel na política.

Para terminar este registro, passo a ler os marcos das conquistas das mulheres na História:

Em 1788, o político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres;

Em 1840, Lucrecia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos;

Em 1859, surge, na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento pela luta dos direitos das mulheres;

Em 1862, durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez, na Suécia – um País altamente civilizado, Senador Mão Santa;

Em 1865, na Alemanha, Louise Otto cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs;

Em 1866, no Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas;

Em 1869, é criada, nos Estados Unidos, a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres;

Em 1870, na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de Medicina. Veja, Senador Mão Santa, nós dois somos médicos, então, até 1870, as mulheres não tinham sequer o direito de estudar Medicina – e quantas grandes médicas temos por este Brasil afora, por este mundo afora!

Em 1874, criada no Japão a primeira Escola Normal para moças;

Em 1878, criada na Rússia uma universidade feminina; e

Em 1901, o Deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres.

Na verdade, se olharmos as mulheres que ainda hoje, em alguns países, são radicalmente isoladas da sociedade, observamos que o avanço tem sido paulatino, constante, mas, repito, muito ainda há por fazer.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, como parte deste meu pronunciamento, a transcrição, na íntegra, nos *Anais da Casa*, de um poema intitulado “Ser Mulher”, de autoria da Pastora Ângela Valadão, apresentadora do programa diário chamado Família, no canal 30. Lerei apenas três estrofes deste poema, mas peço a sua transcrição na íntegra, como parte integrante deste meu pronunciamento:

(...)

Ser mulher

É tomar nas mãos

Coisas pequenas de fato;

Pedrinhas, pedaços de pano,

Até mesmo um recém-nato

E transformá-los com arte

Dando forma e corações.

Ser mulher

É trabalhar

As mãos ao fuso estender

Vestes de linho fazer

Força, dignidade ter

Com tempo para ajudar.

É ser submissa ao marido [embora eu não ache que as mulheres sejam submissas]

Mãe zelosa e dedicada,

Ou jovem pura aplicada

Ao trabalho do Senhor.

É ser humilde, bondosa,

Discreta, meiga, carinhosa,

Com velhos, crianças ao redor.

Ser mulher

É ser sábia

Que saiba edificar,

Arar, plantar, cultivar,

Vendo o amor florescer,

O fruto amadurecer,

Sua casa estabelecer.

(...)

Sr. Presidente, como se trata de um poema é longo, peço que o mesmo seja transcrito na íntegra, como uma homenagem às mulheres. Reitero que, muito mais do que uma homenagem, é importante que tenhamos consciência, principalmente nós, médicos, e nós, políticos, de que, efetivamente, precisamos dar cada vez mais espaço às mulheres.

Quero homenagear especialmente minha mãe, que mora em Belém e que deve estar me ouvindo e vendo por meio da TV Senado, minhas irmãs, que também moram em Belém do Pará; minhas filhas, que moram aqui em Brasília; minhas netas – uma mora em Roraima, a outra aqui –; enfim, minhas homenagens a todas as mulheres do Brasil, mas, especialmente às mulheres da Amazônia, que, digamos, são verdadeiras heroínas, seja quais forem as atividades delas, principalmente as mulheres do campo, que, com essa campanha de “demonização” da Amazônia e de quem trabalha na Amazônia, feita pelo Governo Federal, são as que mais sofrem, seja a mulher do ribeirinho, seja a mulher do pecuarista, seja a do agricultor, seja a mulher do profissional liberal. Se a região amazônica, primeiro, é zona de altíssimo risco de febre amarela, de leishmaniose, de oncocercose, de malária, de tantas doenças, quem mais sofre são as mães, as mulheres, as filhas. Então, quero homenagear, de maneira muito especial, as mulheres da minha Amazônia.

Como segundo ponto do meu pronunciamento, já que amanhã será o dia da eleição do Grande Oriente do Brasil, que é a corrente mais antiga e mais histórica da maçonaria brasileira – mas não menos importantes são as outras duas correntes: as Grandes Lojas e a Confederação da Maçonaria Brasileira, a Comab –, quero agradecer, primeiramente, aos maçons de todos os Estados que percorri – foram 21, não deu tempo de ir a todos os 27. Quero, aqui, me dirigir especialmente àqueles em que não estive, como Tocantins, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, para lhes dizer que, espero que os irmãos, mesmo não tendo tido a oportunidade de falar pessoalmente com eles, sintam-se visitados e que colaborem nessa campanha que, independentemente de eu ganhar, ou ganhar o irmão que está concorrendo comigo, o importante é que possamos fortalecer a maçonaria, que tão útil foi ao Brasil no século XIX: fez a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, com vultos como José Bonifácio, Gonçalves Ledo, o próprio D. Pedro I, que foi Grão-Mestre da Grande Oriente do Brasil. Na Abolição da Escravatura houve tantos maçons envolvidos: Rui Barbosa,

Gonçalves Ledo, Castro Alves; e, na Proclamação da República, podemos simbolizá-la numa figura maior, que foi do próprio Marechal Deodoro, que também foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Ao longo da História, Senador Mão Santa, tivemos cinco Senadores que foram maçons, desde o Império até a República. O mais recente foi o Senador Osires Teixeira, de Goiás, responsável pela transferência da sede do Grande Oriente do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília, acompanhando, portanto, a transferência da Capital do Brasil do Rio para Brasília.

Então, a nossa eleição vai se dar amanhã em todo o Brasil. E um ponto fundamental da minha campanha, Senador Mão Santa, é tornar a maçonaria mais compreensível pelas pessoas, mais aberta para a sociedade, mais interativa com a sociedade, e que ela tenha uma participação mais forte no cenário nacional: na política, na administração, na área social. Porque somos, só no Grande Oriente do Brasil, 63 mil maçons, fora esposas e filhos – nas outras potências, tem mais ou menos um número próximo disso. Então, precisamos, realmente, até por um dever com a sociedade, nos envolver, participar, inclusive na política. Aqui no Senado somos oito Senadores maçons; na Câmara dos Deputados somos 57; temos vários Governadores, Deputados Estaduais, Prefeitos maçons, além de eles também participarem de diversas outras atividades humanas, seja na área empresarial, seja na área administrativa.

O que é a maçonaria? Esta, a grande pergunta que a maçonaria não explica, embora qualquer um que queira se dedicar ao assunto vai encontrar, nas livrarias, livros publicados, escritos por maçons e por não-maçons, explicando o que é a maçonaria, desde o início até o posto mais alto.

Mas, posso resumir, de maneira sucinta, para aqueles que não são maçons, que a maçonaria nada mais é do que uma instituição secular que, inclusive, no início constituída apenas por pessoas que tinham o ofício de serem construtores, pedreiros – daí a origem do nome, que vem justamente da palavra pedreiro. No início, eles se organizavam, como ainda acontece hoje – parece que isso persiste na atividade da construção –, em aprendiz, companheiro e mestre, que é o mestre-de-obras hoje, vamos dizer. Então, eles detinham segredos relativos à construção.

Naquela época, as construções eram feitas de quê? Nem cimento existia. Era o corte da pedra, era a argamassa. A pessoa que queria trabalhar ali entrava como aprendiz, assumia tarefas específicas, depois que dominava certas coisas, ia para o grau de com-

panheiro, e, depois, quando realmente dominava tudo, ele se tornava mestre; portanto, o mestre-de-obras.

A história da construção do templo de Salomão demonstra que já existia essa corporação desde muito antes. Aliás, dizem que desde o tempo da construção das pirâmides do Egito.

Na Inglaterra do século XVII, essa instituição foi observada sob a ótica daqueles elementos do Iluminismo. Filósofos, pensadores, profissionais de várias áreas não se conformavam com o obscurantismo da época, em que reis e o clero se uniam para manter a sociedade no obscurantismo. Esses intelectuais se aproximaram da corporação dos maçons e, utilizando justamente a sua forma de trabalhar, passaram a criar uma nova etapa na Maçonaria, que foi a Maçonaria Especulativa. Isto é, passaram a debater os problemas da sociedade, a analisar o que prejudicava a sociedade. Começaram a combater a tirania, o despotismo, os preconceitos de modo geral, que estavam associados entre reis e papas. Muitas monarquias tiveram de ser derrubadas ou aperfeiçoadas.

Com isso, também se combateu os abusos da religião. Contudo, isso causou para a Maçonaria, como consequência, uma perseguição atroz. Muito antes da Inquisição, muitos maçons foram mortos e perseguidos. Mas durante a Inquisição, principalmente na chamada Santa Inquisição, muitos foram para a fogueira. Daí foi aperfeiçoada uma forma – que já existia antes – de proteger o que poderia se chamar de “o segredo da Maçonaria”, uma forma de se identificarem, porque se descobrissem que eram maçons, eles seriam mortos.

Hoje, nós preservamos esses costumes apenas como forma de tradição. Felizmente, neste momento da história, ninguém precisa mais se esconder, mas já precisamos fazê-lo, aqui mesmo no Brasil. Por isso, no século XX, a Maçonaria ficou muito retraída, realizando um trabalho mais interno e também social importante.

Entendo que podemos fazer muito mais, haja vista que, como citei, fomos capazes de fazer a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, numa época em que, para se enviar uma mensagem de um Estado para outro era necessário ir a cavalo. E, com certeza, nem José Bonifácio nem aqueles grupos de maçons que estavam lá eram mais preparados e mais inteligentes do que os maçons de hoje, com os recursos materiais e humanos que temos, uma rede de lojas, os locais onde nos reunimos, os prédios onde nos encontramos.

Em todo o País, temos uma forma de organização que se baseia principalmente na ética, na moral e nos bons costumes, e defendemos princípios fundamentais, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Obviamente, continuamos com o princípio de trabalhar pelo soerguimento da humanidade, através do combate aos preconceitos, sejam religiosos, sociais ou políticos, assim como combater qualquer forma de governo tirânico.

Portanto, independente do resultado das eleições de amanhã, sou muito feliz por ser maçom, ser filho de maçom, ter um filho maçom e um neto que já pertence a uma instituição juvenil, que chamamos de Paramaçônica, que é a Ordem DeMolay, que nada mais é do que passar para esses jovens os ensinamentos da Maçonaria, que são resumidos em sete virtudes, começando pelo amor filial, a dedicação aos estudos e o patriotismo. Sete princípios que forjam o caráter do jovem, que, se resolver ser maçom, já está preparado; se resolver não ser maçom, está preparado para ser um cidadão útil para a sociedade.

E é muito importante essa abertura que, aliás, estamos fazendo aqui no Senado há vários anos. Por sete vezes consecutivas, no dia 20 de agosto, realizamos sessão de homenagem à Maçonaria, em que falam maçons e não maçons, como V. Ex^a, a respeito da Ordem.

Quem se preocupar em ler sobre o assunto, verá que a Maçonaria precisa voltar a atuar mais junto à sociedade, em todos os campos, no campo social, e inclusive acabar com o preconceito de algumas religiões ou de algumas instituições para com a Maçonaria, que é realmente uma instituição do bem e que só se preocupa em fazer o bem.

Não há por que continuarmos incompreendidos pela sociedade. Precisamos ter uma comunicação forte com a sociedade, colaborar com a sociedade. Por exemplo, por que não estamos, de maneira mais ampla, combatendo a corrupção? Como é que se combate? Afastando-se da política, criticando a política? Não. É entrando para a política e combatendo a corrupção. Também podemos esclarecer os eleitores. É outro trabalho que temos de fazer.

Atualmente, o que mais incomoda a sociedade é justamente a corrupção. Então, a Maçonaria tem que levantar essa bandeira com firme propósito, colocando maçons para disputar eleições para vereadores e prefeitos, no próximo ano, e de deputados estaduais e federais, de senadores e quem sabe até Presidente da República. Já tivemos Presiden-

tes da República: Nilo Peçanha, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. Três, pelo que me lembro.

É preciso realmente participar, mas, mesmo que não participemos, nós, como maçons, devemos apoiar pessoas que, não sendo maçons, têm o perfil de um bom maçom, como V. Ex^a. O importante é que temos que nos engajar, temos que ser mais claros. Essa é a minha defesa, a minha postura na Maçonaria. Não temos por que nos esconder; ao contrário, temos que transmitir as nossas doutrinas, que são só do bem, para a toda a sociedade. Aliás, um imperativo de nossas leis é levar os laços fraternos que nos unem a todos os homens e mulheres da terra, através da palavra e da ação.

Eu me dirijo, portanto, aos irmãos maçons de todo o Brasil. E espero que a eleição de amanhã transcorra, como vai, com certeza, transcorrer, na mais perfeita harmonia, e que depois possamos discutir exatamente esse novo papel da Maçonaria no século XXI.

É bom que se saiba que já estamos gastando a primeira década do século XXI. Portanto, é preciso que se unam todas as forças da sociedade, as religiões, a Maçonaria, outras instituições civis, os partidos políticos, todos, e não fiquemos mais esperando apenas pelo presidente de plantão para fazer o milagre da mudança deste País. Temos de nos organizar e, apesar de ou com o Presidente da República, fazer as mudanças que interessam a todos, não a um determinado segmento de pensamento, mas a todos. Somos uma sociedade plural e temos de ter, realmente, essa visão.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Com muita honra, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – De forma muito rápida, cumprimento V. Ex^a, que colocou seu nome à disposição. Tenho uma relação muito fraternal com a comunidade maçônica em meu Estado, e tenho certeza de que seu nome, por tudo que representa para o povo brasileiro e para o Senado da República sua vida pública, dará um destaque especial à comunidade maçônica. Por conhecê-lo tanto aqui na Casa, se eu pudesse ter direito a voto, tenha certeza de que votaria em V. Ex^a. Parabéns!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Fico muito honrado com a manifestação de V. Ex^a. É pena que V. Ex^a não vote, mas fica aqui até um convite público a V. Ex^a para vir a ingressar na Maçonaria. Terei o maior prazer de avaliar.

Senador Mão Santa, o importante, para concluir esta parte da Maçonaria, é que todos nós, mesmo aqueles que às vezes ficamos desestimulados porque não vemos as coisas mudarem no ritmo que queremos, devemos pensar que toda caminhada, como dizem os chineses, começa com o primeiro passo. E o grande primeiro passo que estamos dando é justamente, ao longo desses sete anos, dizer aqui do Senado, por meio de homenagens à Maçonaria, o que ela é, o que pode ser e o que queremos que seja.

A todos os irmãos maçons do Brasil, um fraternal abraço. Estou com o coração muito satisfeito, porque, qualquer que seja o resultado, repito, terei combatido o bom combate, que é o da pregação do avanço em nossa Ordem.

Por fim, Senador Mão Santa, gostaria de fazer a V. Ex^a, que está presidindo a Mesa, um pedido especial. Sei que ainda está dentro do prazo, mas que desse prioridade para a apreciação de projeto de resolução que apresentei, criando a Comissão da Amazônia no Senado.

Ora, a Amazônia está no foco internacional, seja apontada como a vilã do aquecimento global, pela destruição do meio ambiente, seja como alvo da cobiça internacional, claramente estabelecida. Todavia, o brasileiro não cobiça a Amazônia, não se interessa por ela, e isso está ajudando, e muito, nesse processo – claro, muito claro – de que amanhã possa haver, como já está proposto na ONU, uma gestão internacional sobre a Amazônia.

A Amazônia corresponde a 61% do País em área territorial, tem 25 milhões de habitantes e nove Estados da Federação a compõem. Assim, não é possível que aqui fiquemos como uma Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores. Então, estou propondo a criação dessa comissão. Espero que a Mesa Diretora aprecie a proposta e crie a Comissão, pela importância que a Amazônia tem, nacional e internacionalmente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

História do Dia Internacional da Mulher

História do Dia Internacional da Mulher, significado do dia 8 de março, lutas femininas, importância da data e comemoração, conquistas das mulheres brasileiras, história da mulher no Brasil, participação política das mulheres, o papel da mulher na sociedade brasileira

História do 8 de março

No Dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Objetivo da Data

Ao ser criada esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

Conquistas das Mulheres Brasileiras

Podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

Marcos das Conquistas das Mulheres na História

- 1788 - o político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres.
- 1840 - Lucrecia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos.
- 1859 - surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres.
- 1862 - durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia.
- 1865 - na Alemanha, Louise Otto, cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs.
- 1866 - No Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas
- 1869 - é criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres
- 1870 - Na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de Medicina.
- 1874 - criada no Japão a primeira escola normal para moças
- 1878 - criada na Rússia uma Universidade Feminina
- 1901 - o deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres

Ser mulher

Ser mulher Ser mulher,
É ser de Deus um poema;
Uma linda canção cujo tema
É meiguice, bondade, ternura...
Um canto com tanta candura,
Mensagem que para sempre dura
Provinda de alma pura.

Ser mulher,
É ser eleita
A companheira perfeita.
É ser de osso mudada,
Por um toque transformada
Na mais linda criatura
Colocada e feita de terra.

Ser mulher,
É ter *coração*,
Com tanta sensibilidade,
E até nem importa a idade
Ela ama de verdade
E sempre oferece perdão!

Ser mulher,
É ter valor,
Valor que ao de jóias excede,
Sua *missão não se mede*
Só enquanto vive e cede,
Mas ultrapassa sua geração.

Ser mulher,
É tomar nas mãos
Coisas pequenas de fato;
Pedrinhas, pedaços de pano,
Até mesmo um recém-nato
E transformá-los *com arte*
Dando forma e corações.

Ser mulher,
É trabalhar

As mãos ao fuso estender
Vestes de linho fazer
Força, dignidade ter
Com tempo para ajudar.
É ser submissa ao marido,
Mãe zelosa e dedicada,
Ou jovem pura aplicada
Ao trabalho do Senhor.
É ser humilde, bondosa,
Discreta, meiga, carinhosa,
Com velhos, crianças ao redor.

Ser mulher,
É ser sábia
Que saiba edificar,
Arar, plantar, cultivar,
Vendo o amor florescer,
O fruto amadurecer,
Sua casa estabelecer.

Ser mulher,
É ser bela
Não no conceito da moda
Do mundo que acomoda
E juntas a todas rotula.
É ter beleza especial
Da terra ela é o sal,
Por isso aborrece o mal;
Não tem atitude carnal,
Encanta com formosura.

Ser mulher:
É muito bom!
Deus proclamou este som
Quando a acabou de fazer.
Seja boa, bela, sábia,
Cante, dance, louve, faça,
Viva a vida intensamente
Dando a Deus inteiramente
A razão do seu viver.

Pastora Ângela Valadão. Apresenta todos os dias o programa Família, no canal 30, das 18h às 19h.

8 de março Dia Internacional da Mulher: em busca da memória perdida

SOF - Sempreviva Organização Feminista

Publicado em 8 de março de 2005

A referência histórica principal das origens do Dia Internacional da Mulher é a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em 1910, em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin propôs uma resolução de instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres. Nessa resolução, não se faz nenhuma alusão ao dia 8 de março. Clara apenas menciona seguir o exemplo das socialistas americanas. É certo que a partir daí, as comemorações começaram a ter um caráter internacional, expandindo-se pela Europa, a partir da organização e iniciativa das mulheres socialistas.

Essa e outras fontes históricas intrigaram a pesquisadora Renée Coté, que publicou em 1984, no Canadá, sua instigante pesquisa em busca do elo ou dos elos perdidos da história do dia internacional das mulheres.

Renée, em sua trajetória de pesquisa, se deparou com a história das feministas socialistas americanas que tentavam resgatar do turbilhão da história de lutas dos trabalhadores no final do século XIX e início do século XX, a intensa participação das mulheres trabalhadoras, mostrar suas manifestações, suas greves, sua capacidade de organização autônoma de lutas, destacando-se a batalha pelo direito ao voto para as mulheres, ou seja, pelo sufrágio universal. A partir daí, levanta hipóteses sobre o por quê de tal registro histórico ter sido negligenciado ou se perdido no tempo.

O que nos fica claro, a partir de sua pesquisa das fontes históricas é que a referência de um 8 de março ou uma greve de trabalhadoras americanas, manifestações de mulheres ou um dia da mulher, não aparece registrada nas diversas fontes pesquisadas no período, principalmente nos jornais e na imprensa socialista.

Houve greves e repressões de trabalhadores e trabalhadoras no período que vai do final do século XIX até 1908, mas nenhum desses eventos até então dizem respeito à morte de mulheres em Nova York, que teria dado origem ao dia de luta das mulheres. Tais buscas revelam, para Coté, que não houve uma greve heróica, seja em 1857 ou em 1908, mas um feminismo heróico que lutava por se firmar entre as trabalhadoras americanas. Em busca do 8 de março retraiu a luta pela existência autônoma das mulheres socialistas americanas.

As fontes encontradas revelam o seguinte:

Em 3 de maio de 1908 em Chicago, se comemorou o primeiro "Woman's day, presidido por Lorine S. Brown, documentado pelo jornal mensal *The Socialist Woman*, no Garrick Theater, com a participação de 1500 mulheres que "aplaudiram as reivindicações por igualdade econômica e política das mulheres; no dia consagrado à causa das trabalhadoras". Enfim, foi dedicado à causa das operárias, denunciando a exploração e a opressão das mulheres, mas defendendo, com destaque, o voto feminino. Defendeu-se a igualdade dos sexos, a autonomia das mulheres, portanto, o voto das mulheres, dentro e fora do partido.

Já em 1909, o Woman's day foi atividade oficial do partido socialista e organizado pelo comitê nacional de mulheres, comemorado em 28 de fevereiro de 1909, a publicidade da época convocava o "woman suffrage meeting", ou seja, em defesa do voto das mulheres, em Nova York.

Coté apura que as socialistas americanas sugerem um dia de comemorações no último domingo de fevereiro, portanto, o woman's day

Veja mais:

Programação Especial TVE para o Dia Internacional da Mulher

Confira a programação da TVE Brasil

Outras Notícias

Acesse o arquivo de notícias da TVE Brasil

Voltar

teve, no início, várias datas mas foi ganhando a adesão das mulheres trabalhadoras, inclusive grevistas e teve participação crescente.

Os jornais noticiaram , o woman's day em Nova York, em 27 de fevereiro de 1910, no Carnegie Hall, com 3000 mulheres, onde se reuniram as principais associações em favor do sufrágio, convocado pelas socialistas mas com participação de mulheres não socialistas.

Consta que houve uma greve longa dos operários têxteis de Nova York (shirtwaist makers) que durou de novembro de 1909 a fevereiro de 1910, 80% das grevistas eram mulheres e que terminou 12 dias antes do woman's day. Essa foi a primeira greve de mulheres de grande amplitude denunciando as condições de vida e trabalho e demonstrou a coragem das mulheres costureiras, recebendo apoio massivo. Muitas dessas operárias participaram do woman's day e engrassaram a luta pelo direito ao voto das mulheres (conquistado em 1920 em todo os EUA).

Clara Zetkin, socialista alemã, propõe que o woman's day ou women's day se torne "uma jornada especial, uma comemoração anual de mulheres, seguindo o exemplo das companheiras americanas". Sugere ainda, num artigo do jornal alemão Die Gleichheit, de 28/08/1910, que o tema principal seja a conquista do sufrágio feminino.

Em 1911, o dia internacional das mulheres, foi comemorado pelas alemãs, em 19 de março e pelas suecas, junto com o primeiro de maio etc. Enfim, foi celebrado em diferentes datas.

Em 1913, na Rússia, sob o regime czarista, foi realizada a Primeira Jornada Internacional das Trabalhadoras pelo sufrágio Feminino. As operárias russas participaram da jornada internacional das mulheres em Petrogrado e foram reprimidas. Em 1914, todas os organizadoras da Jornada ou Dia Internacional das Mulheres na Rússia foram presas, o que tornou impossível a comemoração.

Em 1914, o Dia Internacional das Mulheres, na Alemanha foi dedicado ao direito ao voto para as mulheres. E foi comemorado pela primeira vez no dia 8 de março, ao que consta porque foi uma data mais prática naquele ano.

As socialistas européias coordenavam as comemorações em torno do direito ao voto vinculando-o à emancipação política das mulheres, mas a data era decidida em cada país. Em tempos de guerra, o dia internacional das mulheres passou a segundo plano na Europa.

Outra referência instigante, que leva a indicação da origem da fixação do dia 8 de março, foi a ligação dessa data com a participação ativa das operárias russas em ações que desencadearam a revolução russa de 1917. Portanto, uma ação política das operárias russas no dia 8 de março, no calendário gregoriano, ou 23 de fevereiro, no calendário russo, precipitou o início da ações revolucionárias que tornaram vitoriosa a revolução russa.

Alexandra Kolontai , dirigente feminista da revolução socialista escreveu sobre o fato e sobre o 8 de março, mas, curiosamente, desaparece da história do evento. Diz ela: " O dia das operárias em 8 de março de 1917 foi uma data memorável na história. A revolução de fevereiro acabara de começar". O fato também é mencionado por Trotski, dirigente da revolução, na História da Revolução Russa. Nessas narrativas fica claro, que as mulheres desencadearam a greve geral, saindo corajosamente, às ruas de Petrogrado, no dia internacional das mulheres, contra a fome, a guerra e o czarismo. Trotski diz: " 23 de fevereiro (8 de março) , era o dia internacional das mulheres estava programado atos, encontros etc. Mas não imaginávamos que este "dia das mulheres" viria a inaugurar a revolução. Estava planejado ações revolucionárias mas sem data prevista. Mas pela manhã, a despeito das diretivas, as operárias têxteis deixam o trabalho de várias fábricas e enviam delegadas para solicitarem sustentação da greve... o que se transforma em greve de massas.... todas descem às ruas".

Constata-se que a revolução foi desencadeada por elementos de base que superaram a oposição das direções e a iniciativa foi das operárias mais exploradas e oprimidas, as têxteis. O número de grevistas foi em torno de 90.000, a maioria mulheres. Constata-se que o dia das mulheres foi vencedor, foi pleno e não houve vítimas.

Renée Coté encontra, por fim, documentos de 1921 da Conferência Internacional das Mulheres Comunistas onde " uma camarada búlgara propõe o 8 de março como data oficial do dia internacional da mulher, lembrando a iniciativa das mulheres russas".

A partir de 1922, o Dia Internacional da Mulher é celebrado oficialmente no dia 8 de março.

Essa história se perdeu nos grandes registros históricos seja do movimento socialista, seja dos historiadores do período. Faz parte do passado histórico e político das mulheres e do movimento feminista de origem socialista no começo do século.

Algumas feministas européias na década de 70, por não encontrarem referência concreta às operárias têxteis mortas em um incêndio em 1857, em Nova York, chegaram a considera-lo um fato mítico. Mas essa hipótese foi descartada diante de tantos fatos e eventos vinculando as origens do dia internacional da mulher às mulheres americanas de esquerda.

Quanto aos elos perdidos dos fatos em torno do dia 8 de março, levantam-se várias hipóteses, em busca de mais aprofundamento.

É certo que, nos EUA, em Nova York, as operárias têxteis já denunciavam as condições de vida e trabalho, já faziam greves. E esse momento de organização das trabalhadoras fazem parte de todo um processo histórico de transformações sociais que colocaram as mulheres em condições de lutarem por direitos, igualdade e autonomia participando do contexto social e político que motivaram a existência de um dia de comemoração que simbolizasse suas lutas, conquistas e necessidade de organização. É preciso, pois, entretecer os fios da história desse período.

Desse contexto, surge um dos relatos a ser precisado em suas fontes documentais, sintetizado por Gládis Gassen, (em texto para as trabalhadoras rurais da FETAG), nos indicando que, em março de 1911, dezoito dias após o woman's day, não em 1857, " numa mal ventilada indústria têxtil, que ocupava os 3 últimos andares de um edifício de 10 andares, na Triangle Schirwaist Company, de New York, estalou um incêndio que envolveu 500 mulheres jovens, judias e italianas imigrantes, que trabalhavam precariamente, com o assoalho coberto de materiais e resíduos inflamáveis, o lixo amontoado por todas as partes, sem saídas em caso de incêndio, nem mangueiras para água... Para " impedir a interrupção do trabalho", a empresa trancava à chave a porta de acesso à saída. Quando os bombeiros conseguiram chegar onde estavam as mulheres, 147 já tinham morrido, carbonizadas ou estateladas na calçada da rua, para onde se jogavam em desespero. Após essa tragédia, nomeou-se a Comissão Investigadora de Fábricas de New York, que tinha sido solicitada há 50 anos! E se iniciaram, assim, as legislações de proteção à saúde e à vida das trabalhadoras. A líder sindical Rosa Schneiderman organizou 120.000 trabalhadoras no funeral das operárias para lamentar a perda e declarar solidariedade a todas as mulheres trabalhadoras".

Assim, embora, seja necessário continuar a procurar o fio da meada, é certo que todo um ciclo de lutas, numa era de grandes transformações sociais, até as primeiras décadas do século XX, tornaram o dia internacional das mulheres o símbolo da participação ativa das mulheres para transformarem a sua condição e a transformarem a sociedade.

Estamos nós assim, anualmente, como nossas antecessoras comemorando nossas iniciativas e conquistas, fazendo um balanço de nossas lutas, atualizando nossa agenda de lutas pela igualdade entre homens e mulheres e por um mundo onde todos e todas possam viver com dignidade e plenamente.

Referências Bibliográficas:

- Cote, Renée. (1984) La Journée internationale des femmes ou les vrais dates des mystérieuses origines du 8 de mars jusqu'ici embrouillés, truqués, oubliés : la clef des énigmes .La vérité historique. Montreal: Les éditions du remue ménage.
 - Gassen, Gládis. (2000) Ato de solidariedade a mulher trabalhadora Ou, Afrodite surgindo dos mares. 8 de Março de 2000. Organização das trabalhadoras rurais. FETAG/RS.
- SOF: www.sof.org.br - sof@sof.org.br

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, sente-se aí e ouça o que vou dizer.

Eu tenho 65 anos de idade. Um irmão de meu avô, Francisco de Moraes Correia, padrinho de minha mãe, foi maçom e hoje é patrono. Então, há essa ligação sentimental, familiar: padrinho de minha mãe. Ele foi político, advogado, deputado, secretário de justiça e é hoje patrono da Maçonaria.

Eu, buscando cultura, procurei entender, ler, acompanhar. Na minha vida política, nos cargos que exerci, freqüentei várias solenidades. Entendi o respeito a Deus pelo brinde que levantavam ao arquiteto do universo; entendi o amor e a mulher – cunhada, como vocês a chamam; entendi as obras sociais que realizam. E gratidão até tenho. Tive um colega médico, uma das melhores pessoas que já conheci, já morreu, Valdir Edson. Quando fui lançado candidato a Governador do Piauí, foi esperteza, porque o PMDB estava acabado, sem chance nenhuma; era para eu ser boi de piranha, para eleger um Deputado Federal. Mas nós éramos médicos, e fui à casa de Valdir Edson, esse maçom que morreu. Eu simbolizava a classe médica e disse: “Valdir Edson, faça-me um favor. Faça uma cartinha, e vou sair por aí.” Ele era líder também, fazia política médica. “Faça uma cartinha, está aqui a minha assinatura, e mande para todos os médicos.” E deixei o papel assinado, com aquela confiança. Ele foi para o céu, e eu, para o Governo do Estado do Piauí.

Então, tenho essa admiração extraordinária. E, aqui chegando, encontrei V. Ex^a e o acompanhei. Não entendia a maçonaria, aquele negócio de segredo. Agora, quero dizer aqui que ninguém, no Brasil, explicou, com tanto fundamento, com tanto amor, o que é a maçonaria. E entendi. Até imaginava, Tancredo Neves jamais poderia ser maçom, porque, um dia, contaram-lhe um segredo, e ele foi contar. Aí, o aliado político disse, Mozarildo: “Mas, Tancredo, contei-lhe um segredo”. E Tancredo disse-lhe: “O segredo era teu, tu não o guardas, por que eu ia guardar?”

Então, V. Ex^a, buscando os fundamentos na cultura... E quis Deus que chegasse aqui o nosso Agaciél, intelectual: pegue isso, agora, e faça um livreto sobre a maçonaria. Ninguém teve a inspiração que V. Ex^a demonstrou, Senador Mozarildo Cavalcanti.

E vou dizer mais ainda: lá no Piauí, é o Elmano Férrer de Almeida, aquele nosso colega médico, que estava com outro pensamento. Mozarildo Cavalcanti pode falar em nome da classe médica, porque também é médico. Mas, lá na minha cidade, lembrei-me, tenho um primo, um intelectual, um brilhante professor da Universidade Federal – Israel Correia. Parece-me que ele sucedeu Francisco Correia. Ô meu primo

Israel Correia, nosso candidato para engrandecer a maçonaria é Mozarildo Cavalcanti. E quero até dizer, Israel Correia, que no passado fora convidado, mas costume me dedicar às coisas – à medicina, à política, era rotariano.

Mas Mozarildo Cavalcanti, sendo V. Ex^a um líder maior, quero pertencer a esta sua loja maçônica lá da Parnaíba, como o nosso Francisco Correia. Israel Correia, a pedido do seu primo, vamos trabalhar com Mozarildo Cavalcanti. Lá, ele é um líder maçônico. O outro, de grande admiração, foi para o céu, mas lá tem família – Valdir Edison, professor e maçom.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Mão Santa, peço licença, para agradecer as palavras elogiosas e a recomendação de meu nome. E, principalmente, pela última observação de V. Ex^a de que, caso eu seja eleito, V. Ex^a quer pertencer à Ordem, quero convidar V. Ex^a: independentemente de eu ganhar ou não, gostaria muito que aceitasse o convite de vir para a maçonaria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço. Felicidades a V. Ex^a.

Convidamos, para usar da palavra, nesta sexta-feira, 7 de março, numa sessão não-deliberativa... É preciso salientar que, em 183 anos, este Senado nunca funcionou às sextas-feiras. Convidamos, para usar da palavra, o Senador do Estado do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores.

Paulo Paim, V. Ex^a já lutou muito. Entrou em muitas lutas, que não vou recordar; não teve tempo ainda de descansar. Mas V. Ex^a acabou de ser o comandante da luta mais bela deste Senado da República, tão bela como as que libertaram os de cor negra com aquelas três leis: Lei do Sexagenário, Lei do Ventre Livre e Lei Áurea. V. Ex^a está fazendo uma lei, para libertar e levar a felicidade para os nossos velhinhos aposentados.

Quero dizer que somente uma palavra tenho a contestar de todas as que ouvi de V. Ex^a. V. Ex^a disse “se conseguirmos”. Não é “se conseguirmos”: nós vamos devolver aos velhinhos o que é direito deles. E digo mais, ô Mozarildo: Deus mandou, naquela época, o filho dele, que disse: “Vinde a mim as criancinhas”. Se Cristo viesse hoje ao mundo, diria: vinde a mim os velhinhos perseguidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a participação de V. Ex^a e do Senador Mozarildo nesta verdadeira cruzada que estamos fazendo, aqui dentro do Senado, em favor dos aposentados e dos pensionistas, porque eles não têm sindicato.

Alguém me disse: “Não, mas nós demos para eles a inflação.” Mas, se se analisar hoje, 90% das

categorias, no acordo coletivo realizado ou mesmo no dissídio – que nem existe mais –, ganharam a inflação e um *plus*, o chamado aumento real. Para o aposentado, estamos querendo somente manter o mesmo percentual do reajuste que é dado ao mínimo, porque isso é o mínimo que podemos ter como parâmetro. E devemos sonhar que eles possam voltar a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram.

Senador Mão Santa, amanhã é 8 de março, e quero hoje falar aqui sobre a caminhada dessas guerreiras, dessas lutadoras, que são as mulheres no Brasil e no mundo. Mas não posso, antes, deixar, no mínimo, de enfatizar meu protesto pela situação dos brasileiros na Espanha, a forma como aquele país está tratando os brasileiros que lá chegam: uns, deportados; uns, praticamente presos no aeroporto; e outros, como vi na capa de um jornal, dizendo que, naquele país, são tratados tais qual cachorro. É a manchete hoje do *Correio Braziliense*.

Ora, isso é inaceitável! Sei que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está se movimentando, e vamos fazê-lo também na Comissão de Direitos Humanos, porque isso é uma questão de direitos humanos. Vamos solicitar uma audiência pública, que poderá ser conjunta com as outras Comissões que estão se movimentando. O Parlamento brasileiro tem de se posicionar. E o Itamaraty tem de ser um pouco mais duro.

Eu dizia numa conversa, Senador Mozarildo, que sou um homem da diplomacia, do diálogo e do entendimento – claro, nós todos somos –, mas todos nós sabemos, a vida nos ensinou, que, até para uma boa negociação, você tem de ser muito firme e defender com muita convicção aquilo que você entende que é o correto, que é o certo, os seus princípios, a sua visão de vida. Eu sou obrigado aqui a dizer que a nossa posição é a de dialogar com o conjunto da população do mundo – isso é o correto, assim faremos –, mas cada um haverá sempre de defender o seu povo, a sua gente. E nós, portanto, haveremos de defender os brasileiros que estão nessa situação, que, aliás, não acontece só na Espanha. Se nós pararmos para lembrar – podemos até pegar dados que tenho da Comissão de Direitos Humanos –, veremos que as denúncias vêm também de outros países. Nós temos de começar a conversar um pouco sobre como o brasileiro é tratado, como ele é recebido em outros países e como nós recebemos os estrangeiros todos: com flores, com carinho, com muita atenção. E acabamos recebendo manifestações como essa, que nos deixaram não só chocados, deixaram-nos revoltados.

Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, quero me somar à indignação de V. Ex^a, pois isso realmente é de nos indignar. O diálogo diplomático que, como V. Ex^a diz, nós políticos aprendemos a fazer muito cedo – aprendemos ou não caminhamos na política –, não pode ter aquele significado de omissão. Dialogar se omitindo de tomar decisões, omitindo-se de se impor e adotar posturas firmes, como V. Ex^a colocou, realmente não significa diálogo. Lembro, a propósito, de um quadro de um programa humorístico em que uma pessoa fazia o papel de norte-americana e dizia que o brasileiro era bonzinho. Não sei se V. Ex^a se lembra disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Lembro, claro.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Realmente temos de deixar de lado esse bom-mocismo. A nossa diplomacia tem de ser, lógico, elogiável como é, mas tem de ser um pouco mais afirmativa. Em episódios recentes no nosso continente, a nossa diplomacia tem sido muito mais do “deixa estar para ver como é que fica” do que de agir para ficar como é conveniente. É preciso sim – V. Ex^a disse muito bem – que o Senado tome uma posição, por meio da Comissão de Relações Exteriores, da de Direitos Humanos e também de todo o Plenário. Não podemos aceitar uma situação dessa. Já que representamos a Federação, precisamos nos impor e não aceitar isso, não podemos deixar essa questão apenas nas mãos dos diplomatas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo. Com certeza vamos estar juntos nessa caminhada.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, amanhã é dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Para mim, todos os dias deveriam ser o dia das mulheres. Aproveitamos a simbologia dessa data para homenagear, como já foi feito aqui pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Mão Santa, esse ser especial, esse ser especial chamado simplesmente “Mulher”. Nessa data, com certeza, os olhares de todos se voltam com muito mais atenção para você, mulher.

Recebo – e sei que todos os senhores recebem também – correspondências de todo o Brasil. Sintetizo aqui uma delas, peguei apenas um trecho:

Senador,

(...) É impossível imaginar um mundo sem a ala feminina, um mundo que na verdade é habitado por 51% de mulheres e 49% gerados por elas próprias.

O importante é ter consciência de nosso *script* e que, entre tantas Marias, há sempre um diferencial para cada uma...

Somos mães que protegem e educam os seus filhos.

Somos felinas e vorazes quando defendemos o que conquistamos.

Somos guerreiras em defesa de nossas ideologias e contra os reveses da vida.

Somos astutas e estrategistas quando nos deparamos com as batalhas do universo profissional... Contamos com você.

É, sem dúvida, um belo texto!

Sr. Presidente, quero neste momento registrar um pouco sobre o muito que as mulheres fizeram e continuam fazendo pelo bem da humanidade ao longo de todos os tempos. Para que a minha memória não traia a bela história que elas construíram, eu vou começar lembrando um pouco a história das mulheres que viveram por volta dos anos 1800, mas chegarei aos dias de hoje, até 8 de março de 2008.

Naquele tempo, voltando a 1800, a vida da maioria delas era povoada pelo silêncio, pois as mulheres não tinham direito a nada, nem sequer a manifestar sua opinião.

Elas cresceram sob o jugo do pai e, depois, do marido, que algumas só vieram a conhecer praticamente no dia do casamento.

Elas não tinham direito ao voto, à escolha daquilo que seria o melhor para elas, para a sociedade e para sua própria família.

Vivendo aquela realidade, elas jamais poderiam prever que um dia conquistariam o direito de escolher seus representantes e iriam, ao mesmo tempo, unir o casamento, a maternidade e o trabalho fora da casa; que exerceriam uma profissão e seriam imprescindíveis em todas as áreas, seja no campo ou na cidade.

Sr. Presidente, as mulheres foram à luta, buscaram seus direitos e se tornaram Aqualtune. Quem é Aqualtune? Avó de Zumbi, que, sendo princesa no Congo, foi vendida como escrava no Brasil. Mais tarde, organizou a sua fuga e a de alguns escravos para Palmares, onde começou a organização de um novo Estado, no qual brancos, negros e índios tinham, efetivamente, direitos e oportunidades iguais. Foi uma mulher, foi a avó de Zumbi.

Vocês, mulheres, são Bárbara de Alencar, avó do escritor José de Alencar, que participou, em 1817, da movimentação antilusitana, sendo presa e deportada para a Bahia. Ela permaneceu no cárcere, juntamente com seus filhos, até 1821, quando os revolucionários receberam clemência.

Lembramos também a precursora Nísia Floresta, que também é uma de vocês. Em 1837, instalou um colégio para o sexo feminino onde usava um método de ensino avançado, pois dava mais força à educação humanística do que às artes de salão e aos trabalhos manuais. Ela fez ali, já no ensino técnico, uma revolução: estava preparando as mulheres para o mercado de trabalho.

Sr. Presidente, a luta das mulheres teve um marco inesquecível – todos aqui já comentaram isso – em 8 de março de 1957, em Nova Iorque, Estados Unidos, quando operárias de uma fábrica que reivindicavam melhores condições de trabalho foram trancadas dentro da fábrica que foi incendiada, causando a morte de 130 mulheres.

De lá para cá, foram 151 anos, 151 anos de luta das mulheres para conquistar somente o quê? O mesmo espaço dos homens!

Sr. Presidente, não posso deixar de citar aqui a importância da poesia “Vozes”, escrita por Ana Aurora do Amaral Lisboa em 1886, na qual critica a situação dos filhos dos escravos libertos pela Lei do Ventre Livre. Ela fazia um alerta sobre a situação de miséria, ignorância, desprezo e vergonha a que estavam relegados os filhos daquelas mulheres. a que estavam delegados aos filhos daquelas mulheres.

Lembro também de Narcisa Amália, outro grande exemplo de luta. Escritora fluminense, teve durante algum tempo a autoria de seus versos contestada, sendo atribuídos, inclusive, a um escritor do sexo masculino, porque não aceitavam que uma mulher que havia escrito tão belos versos. E quem tem mais sensibilidade que a mulher para escrever uma poesia ou um verso? Ela foi uma guerreira na batalha pelos direitos da mulher e, em seus versos, traçou o quadro hediondo da escravidão daquela época.

Enfim, vocês, mulheres, tornaram-se essas mulheres e outras, como Chiquinha Gonzaga, que foi ativista da campanha pela abolição e pela República. Ela chegou a vender, de porta em porta, partituras de suas músicas, sendo o dinheiro destinado à compra da alforria dos escravos. Ela as vendia para que os escravos fossem libertos.

De fato, vocês são o meu espelho. Vocês são o meu exemplo. Poderia falar da professora Leolinda de Figueiredo Daltro, que, em 1910, comanda a organização do Partido Republicano Feminino. Poderia falar da primeira médica no Brasil, Rita Lobato Velho, que se formou em 1887. Poderia falar de Berta Lutz que fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, após ter representado o Brasil na assembléia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Es-

tados Unidos, onde, naquela oportunidade, foi eleita vice-Presidente da Sociedade Pan-Americana.

Podia lembrar aqui do meu Rio Grande, de uma lutadora gaúcha, uma guerreira, apelidada de “Cabo Toco”. Ela lutou ao lado das forças provisórias da Brigada Militar na Revolução de 1923 entre maragatos e chimangos. E a história dessa mulher, heroína do meu Estado, é retratada em uma canção de Fátima Gimenez, que diz o seguinte:

Foi no lombo de um cavalo que descobri horizontes

Em vez de vestir bonecas andei gritando repontes

Entrei de frente na história e acredite quem quiser

Em vinte e três fui soldado sem deixar de ser mulher

Me chamam de Cabo Toco

Sou guerreira, sou valente

Do Primeiro Regimento

Enfermeira e combatente

Me chamam de Cabo Toco

Se não sabe quem não quer

Debaixo do talabarte

Há um coração de mulher...

E a lista de mulheres guerreiras segue:

Poderia falar de Alzira Soriano que, em 1928, torna-se a primeira prefeita eleita do País, no Município de Lages, no Rio Grande do Norte. Poderia falar de Antonieta de Barros, a primeira deputada negra do País eleita, em 1935, em Santa Catarina. Poderia falar da grande francesa Simone de Beauvoir, que publicou o livro *O Segundo Sexo*, onde faz uma análise da caminhada da condição feminina junto aos Jogos da Primavera ou, ainda, das Olimpíadas Femininas. Poderia falar da nossa Maria Esther Bueno que, em 1960, tornou-se a primeira mulher a vencer quatro torneios internacionais; conquistou 589 títulos na sua carreira. Poderia falar de Eunice Michilles, a primeira mulher a se eleger Senadora na história deste País. Poderia falar da líder sindical Margarida Alves, que foi covardemente assassinada em 1983 por liderar os camponeses e os trabalhadores rurais, na Alagoa Grande, na Paraíba – naquele tempo, eu era Secretário-Geral, em seguida vice-Presidente da Central Única do Brasil.

Como não citar aqui nomes como Tarsila do Amaral, Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, Madre Teresa de Calcutá, Eliane Potiguara, socióloga, militante e escritora indígena potiguara. Há que se falar que a participação das mulheres indígenas está crescendo, já estão liderando o seu espaço, mas muitas vezes são contestadas pelos próprios maridos.

Quero falar também da luta das mulheres quilombolas, que passam a cultura milenar dos seus antepassados para os seus filhos. Passam o amor à terra, à natureza e a luta pelos seus direitos. Peleiam como ninguém para tirar seus filhos dos braços da subnutrição e da pobreza.

Saudamos aqui as mulheres chefes de família. Em 2002, segundo dados da Fundação Carlos Chagas, ¼ das famílias brasileiras são lideradas por mulheres. Na maioria das unidades da Federação, as chefes de famílias são mulheres, pretas e pardas e, invariavelmente, o rendimento mensal dos domicílios chefiados por mulheres é inferior àqueles onde o homem é o chefe da casa.

Poderíamos falar aqui da violência e da discriminação contra as mulheres. Mas também tenho que dizer que, graças ao esforço e à luta das mulheres, nosso País está mudando. Hoje somos brindados, por exemplo, com a presença da Ministra Nilcéia Freire, que anunciou o lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, afirmando que um dos eixos de ação do seu governo será a participação feminina nos espaços de poder.

Poderíamos falar aqui da Ministra Marina Silva, uma guerreira, uma lutadora em defesa do meio ambiente. Poderíamos falar da Ministra Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, que exerce, no meu entendimento, o segundo cargo mais importante depois do Presidente da República. Poderíamos falar da competência e da forma de agir exemplar da Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, o quadro que se apresenta aponta, e não só no Brasil como no mundo, para a possibilidade real de as mulheres assumirem a Presidência da República. Para tanto, poderia lembrar do caso de Cristina de Kirchner, Presidente da Argentina. Poderia lembrar o caso da Presidente do Chile Michelle Bachelet. Poderia lembrar de Glória Arroyo, Presidente das Filipinas e outras tantas.

Ninguém pode negar a força e a importância de Condoleezza Rice, como Secretária de Estado, nos Estados Unidos. Todos sabem – e já falei desta tribuna – da minha simpatia e preferência pelo candidato Barack Obama nas eleições dos Estados Unidos, mas não deixo de reconhecer a importância da disputa que ocorre, no partido democrata, entre um negro e uma mulher, Hillary Clinton, ambos com possibilidades reais de chegar à Presidência da República do país que, queiramos ou não, é hoje o mais importante do planeta. Este país nunca teve nem uma mulher, nem um negro na Presidência.

Enfim, as mulheres são muitas, Senador Mão Santa. São aquelas que administram empresas com

uma enorme competência, salvam vidas, levam ensinamentos à sala de aula, criam programas de computadores, entre tantos outros, encontram a cura para a doença, engajam-se já na Marinha, na Aeronáutica, no Exército, na Segurança Pública. São, sem sombra de dúvida, organizadoras tanto na área do trabalho, como em suas casas; conduzem ônibus, táxis, transportam mercadorias em caminhões.

São mulheres que atuam em todas as áreas no dia de hoje. Mas quero ainda fazer uma homenagem para aquelas que, muitos de nós, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, homens da vida pública, simplesmente chamamos de empregadas domésticas, outros chamam de babás e outros até chamam de secretárias do lar. A vocês quero deixar um forte abraço e dizer: o que seria de nós se não fossem vocês a administrarem as nossas casas, quando o homem e a mulher não podem ficar no dia-a-dia com os filhos e na administração interna?

Então, um abraço enorme a você, empregada doméstica, a você, babá, a você, secretária. E repito: o que seria de nós, se não fossem vocês?

Não posso deixar de lembrar, Sr. Presidente, das mulheres do campo. Elas me procuraram, em comissão, ainda esta semana e afirmaram que são as primeiras a ser expulsas das atividades agrícolas e que estão lutando com muita convicção em defesa do bioma pampa. Estão preocupadas com a destruição ambiental e ratificam – aqui foi dito hoje – a importância da Amazônia e de outros biomas brasileiros, como o pampa, o aquífero guarani e o cerrado, que também precisam ser preservados.

Vamos fazer uma audiência pública para discutir esse tema na ótica das mulheres.

Enfim, Sr. Presidente, com passos firmes e corações resolutos, elas têm conseguido ir em frente. Os avanços são incontestáveis, e com certeza não haverá recuo. Acreditem, isso só alegra os milhões de brasileiros que palpitam o mesmo coração de vocês, mulheres!

Sr. Presidente, poderíamos lembrar de inúmeras situações tristes para as mulheres. Mas poderíamos lembrar que, em 1985, tivemos um avanço importante para combater a violência contra as mulheres – embora antes tarde do que nunca –, que foi a instituição das primeiras delegacias como espaço de denúncia de maus-tratos contra as mulheres.

Felizmente – e tenho de dizer sempre “felizmente” e “infelizmente” –, em 2001, o caso Maria da Penha retrata o quadro de violência doméstica contra as mulheres. Felizmente, tornamos, nós aqui no Congresso, a Lei Maria da Penha um instrumento forte na luta a

favor das vítimas desse flagelo, que é a violência contra as mulheres.

Sr. Presidente, poderia comentar o tráfico internacional de seres humanos. O Centro Humanitário de Apoio à Mulher chama a atenção para o caso específico das mulheres, já que praticamente 99% das pessoas seqüestradas de um país para outro são do sexo feminino.

Em vários países, as mulheres e as meninas são consideradas mercadorias que têm um preço no mercado do sexo. Ao chegarem a um país estrangeiro, seus documentos são confiscados, seus movimentos são restritos. Mesmo que tenham oportunidade, não procuram socorro por medo de represálias, de serem tratadas como criminosas ou da repatriação. Além disso, a maioria delas é submetida a cárcere privado. Ali, são estupradas, agredidas, drogadas pelos seus exploradores.

Sr. Presidente, é lamentável que a violência e o abuso sexual ainda rondem a vida de muitas delas. É terrível ver fatos como tantos aqui já relatados por nós, inclusive em audiência na Comissão de Direitos Humanos. Podíamos lembrar o caso do Pará entre tantos. A discriminação e a violência, tanto física como psicológica, sexual, social e econômica praticadas contra as mulheres são manifestações de preconceitos inadmissíveis.

Espero, sinceramente, que essas barreiras sejam vencidas e que vocês, mulheres, continuem lutando, sempre com a garra e a tenacidade que as tem acompanhado ao longo dos anos. Em caso de sentirem-se desanimadas, olhem para trás e vejam a história dessas mulheres, a história de luta, e que esse momento sirva de espelho para que essa batalha seja permanente, até que vocês, mulheres, tenham exatamente os mesmos direitos que têm os homens.

Cabe a nós, companheiros, colegas de trabalho, pais, filhos, amigos, demonstrarmos o devido respeito a vocês por sua luta, bem como nos juntamos a vocês, aprender a compartilhar o espaço com igualdade, reconhecer que os homens têm de mudar a sua prática em relação às mulheres.

Enfim, minhas caras, vocês não são tão-somente as ostras; vocês são as pérolas que elas afetosamente abrigam. Não são unicamente flores; vocês são muito mais: o perfume que delas exala. Vocês, além do vento, são também a música que ele sopra. Lembro-me do meu Minuano lá no Rio Grande. Vocês são cada dia em que se doaram para si mesmas, para suas famílias, para seus trabalhos, para seus amigos, para levar aos outros o melhor que puderem. Cada uma de vocês é uma das estrelas criadas para abrilhantar esse insondável e maravilhoso mundo feminino.

Sr. Presidente, quero terminar dizendo aos nobres Senadores e Senadoras e a todas as mulheres, que hoje com certeza nos escutam pela Rádio Senado ou mesmo pela tevê, que qualquer palavra que aqui eu usasse seja no lado sentimental, seja relatando fatos, seja apontando o futuro, seja até me atrevendo no campo da poesia, seria muito pequena para defini-las, ficaria muito aquém de como o meu coração as enxerga.

Sou eternamente grato pela convivência que tive com as minhas colegas lá na fábrica, quando eu era metalúrgico; lá no colégio, quando eu era estudante; lá no sindicato, quando eu era sindicalista; com as minhas colegas Deputadas, quando Deputado Federal e com as minhas colegas aqui no Senado; e pela convivência que tive com cada cidadã brasileira, seja na cidade ou no campo.

Minha trajetória de vida está ligada a vocês, para sempre. Nasci e fui embalado por uma mulher. Senador Mão Santa, se não for pedir muito ao Senhor lá do alto, peço a Deus que me permita morrer somente olhando para você, mulher.

Vocês são, de fato, não tão-somente o sol que ilumina a todos nós, refletido nas águas do mar; vocês são a poesia que a união de ambos consoma.

Quero ainda dizer da minha alegria pela instalação ontem de uma Subcomissão na Comissão de Direitos Humanos, para tratar especificamente dos direitos da mulher, que será presidida pela Senadora Ideli Salvatti. E, naquela reunião, Sr. Presidente – e pode ter certeza de que estou terminando –, recebi das mãos da cantora Leci Brandão, uma pessoa por quem tenho enorme carinho e que lá fez uma bela palestra, a música *Cidadã Brasileira*, escrita por Martinho da Vila, que ela interpreta com brilhantismo ímpar.

Quero deixar registrada nos *Anais* da Casa essa música, que diz o seguinte:

Mulher brasileira
 Que vai ao mercado
 E pechincha na feira
 Mulher brasileira...
 A bem-sucedida
 E a que está mal de vida
 Sem eira nem beira
 Mulher brasileira
 Cidadã brasileira
 Ela é Delegada, Deputada
 Prefeita e Juíza
 Uma grande mulher
 Com um grande ideal
 É o que a gente precisa
 Sempre foi retaguarda
 Mas vai pra vanguarda

De modo viril
 E é a esperança do futuro do Brasil.
 Fiz amor com ternura.
 Com uma doçura de fêmea guerreira.
 Para você vai um samba
 Cidadã brasileira.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, já que há este debate aqui na Casa – da valorização dos vencimentos dos idosos –, eu dizia, num aparte que fiz hoje, Senador Mozarildo Cavalcanti, que é preciso que se entenda que, queiramos ou não, na velhice há praticamente duas mulheres por um homem. Quando falamos em reajustar os benefícios de aposentados e aposentadas, das pensionistas e dos pensionistas, temos de lembrar que quase 70% são mulheres. Se isso é verdadeiro, há uma melhor forma de homenagear as mulheres idosas. E quero aqui fazê-lo neste momento. Quero falar para você, mulher idosa, para você, mulher da terceira idade que está me ouvindo. Você, já de cabelos brancos, pintados ou não, não importa. Você entende a nossa luta em favor dos aposentados, das aposentadas, das pensionistas e dos pensionistas. Você, tanto quanto eu, sabe que, a cada dia mais, as mulheres passam a ser chefes de família. Você sabe tanto quanto eu que o número de mulheres com mais de 60 anos avança a cada dia que passa. Você sabe que a nossa luta para que os aposentados e aposentadas, as pensionistas e os pensionistas recebam o mesmo reajuste dado ao salário mínimo é uma luta justa.

Esse é o momento das suas vidas em que as dificuldades mais aumentam e, muitas vezes, o companheiro inclusive já faltou. Se eu pudesse, neste momento – sei que a senhora está me ouvindo aí na sua casa e eu queria que fosse com muita alegria, mas não sei se é com tristeza também –, eu poria a mão nos seus cabelos, beijaria os seus olhos, de onde devem estar rolando algumas lágrimas devido ao seu salário. Acredite, faremos aqui no Congresso tudo o que for possível para que vocês voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam no ato da aposentadoria ou da pensão.

Eu já perdi o meu pai e a minha mãe. Sempre digo que ele, como era domador de cavalo, deve estar cavalgando lá nas pradarias do céu com a sua chinoca, já falecida, que se chamava Itália Paim. Mas quando luto aqui pelos idosos, podem ter certeza de que estou lutando também pelos ideais que eles sempre defenderam ao longo de suas vidas. Por isso, se alguém pensa que vou recuar nessa luta em defesa dos idosos, comete um grande engano. Jamais recuarei, porque entendo que envelhecer com dignidade tem de ser um direito de todo homem e mulher deste País.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, sei que fui um pouco longo, mas eu...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Não, Senador, o pronunciamento de V. Ex^a é perfeito, tanto no que tange às mulheres quanto no que tange especialmente às mulheres aposentadas e pensionistas. Quero, justamente com relação a esse último tópico, dizer que é realmente incompreensível que um projeto dessa envergadura, de altíssima justiça social, esteja engavetado. Agora, no Senado, nós temos um engavetador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Praticamente há um ano. Está há cinco anos na Casa e há um ano parado.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – É assustador. Nós tínhamos um Procurador-Geral da República que era chamado de engavetador-mor da República e, agora, aqui no Senado, nós temos um engavetador-mor de projetos – que, aliás, eu levantei, são dezenas na mão desse mesmo relator, que nós sabemos quem é. Infelizmente, é preciso que nós tenhamos uma posição dura para não permitir isso. O Governo não quer fazer, nomeia um “relator” para engavetar o projeto. Então, quero me colocar à sua disposição para entrar nessa cruzada, para sanar urgentemente essa grave injustiça contra os aposentados, mas especialmente, como frisou muito bem V. Ex^a, as aposentadas e pensionistas, porque são a maioria das pessoas que estão nesse nível. Parabéns e vamos à luta!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Eu só quero dizer que nós conseguimos a urgência, com a assinatura dos Líderes, para os dois projetos; do fator previdenciário, que pega todo mundo que está na ativa, que já aranca no ato da aposentadoria 40% a menos do que ele teria direito e, depois, passa a receber metade do percentual que é dado ao mínimo. É inaceitável! Algo tem que ser feito! Por isso estou muito feliz pela solidariedade que percebo aqui de 90% dos Senadores – 90% dos Senadores! Não é um tema de Situação ou de Oposição. Como já foi dito, quando a causa é nobre, é justa, sempre vale a pena fazer essa luta ou esse bom combate, como ouvi o termo que V. Ex^a usou na tribuna, antes que eu aqui assomasse.

Senador Mão Santa, muito obrigado. Peço desculpas pelo tempo, mas abusei nesta sexta-feira e fiz uma declaração, eu acho que de todos nós, a favor de todas as mulheres do Brasil e do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a não surpreendeu pela luta, mas pela a voca-

ção de poeta ao descrever a beleza e a participação da mulher no mundo Quero dar um testemunho de que eu vi Paim constrangido. Paim era Vice-Presidente da Comissão que estudou o aumento salarial dos velhinhos, dos idosos, dos aposentados. Aquele colegiado era presidido por Tasso Jereissati, e ele foi pressionado a se afastar da Comissão. E lá foram dados 16,7% de reconhecimento aos salários dos velhinhos aposentados e idosos. Eu vi Paim constrangido. Paim, diga a esse povo do seu Partido que lá na França, onde nasceu a democracia, um parlamentar, Voltaire, disse: “à majestade tudo, menos a honra”. A sua honra é o seu trabalho, é a sua luta pelos menores, os discriminados racialmente, os aposentados, os velhinhos, e V. Ex^a não pode abandonar essa gente na sua luta.

Vamos, juntos, devolver aos aposentados e aos velhinhos o que lhes é de direito. Foi uma vergonha o nosso Presidente da República se vangloriar. Somos credores, não devemos mais aos gringos, aos banqueiros, mas Vossa Excelência, Senhor Presidente Luiz Inácio, deve aos velhinhos, aos aposentados. Eu, no lugar de Vossa Excelência, o País estaria melhor, e eu daria preferência ao pagamento dos velhinhos, mesmo devendo aos banqueiros e aos gringos.

Com a palavra este Líder, médico, maçom, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, peço a palavra pela ordem para ler um artigo, publicado no *Correio Braziliense*, de autoria do Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal.

O artigo tem o seguinte título: A produção do Senado Federal:

O Senado Federal é conhecido como a Casa do equilíbrio federativo. A história é fiadora desse título, porque, mesmo nos momentos de turbulências políticas mais intensas, a Instituição soube dar as respostas exigidas pela sociedade e adequadas à estabilização da democracia e ao seu pleno funcionamento.

O aperfeiçoamento do processo legislativo reafirma o compromisso do Senado Federal com a produção de leis que estejam cada vez mais próximas das reais necessidades da cidadania e das instituições. Por isso mesmo, a Casa está empenhada na alteração de suas normas regimentais, tendo como meta obter mais rapidez e qualidade no trabalho.

Antes disso, relatório de importante consultoria privada já destacava um fato inédito, no atual regime constitucional, vigente desde 1988. Segundo o relatório, em 2005, ocorreu um fenômeno interessante: tivemos mais leis

(59% do total) promulgadas e sancionadas de origem parlamentar do que de outros Poderes, notadamente do Executivo, revelando o resgate da atividade congressional.

Além do aspecto quantitativo, vale ressaltar que, nesse mesmo ano, foram aprovados no Senado Federal temas de grande relevo nacional, tais como: a proposta de emenda à Constituição (PEC) “paralela” da Previdência [a famosa emenda que consertou um pouco a reforma da Previdência], que ameniza os efeitos da reforma previdenciária; a MP do Bem, com seus efeitos positivos na geração de emprego e renda, a partir de incentivos tributários; a minirreforma eleitoral, voltada para a redução dos custos de campanha; a reforma infraconstitucional do Judiciário, para qualificar ainda mais a prestação jurisdicional; a aprovação de um novo modelo para a Sudene e a Sudam, visando à redução das desigualdades regionais.

Em 2007, a Casa realizou cerca de 250 sessões plenárias, sendo aproximadamente 150 delas voltadas para a deliberação das matérias de interesse nacional. Nessas sessões do Senado, foram apreciadas quase 1.400 matérias. Assim, das cerca de 1.300 matérias aprovadas pelo Senado Federal, naquele ano, mais de 400 proposições foram aprovadas e promulgadas no âmbito do próprio Congresso Nacional, entre elas duas propostas de emenda à Constituição.

Destacaram-se, também, os mais de 50 projetos de lei aprovados e enviados à sanção presidencial e as quase 170 proposições igualmente aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados. Ressalte-se que essa produção legislativa ocorreu num cenário em que foram aprovadas mais de 60 medidas provisórias, cuja tramitação acarreta, em várias ocasiões, o trancamento da pauta nos plenários do Senado ou da Câmara.

Esses números revelam a vocação e o compromisso dos senadores com a superação dos grandes impasses nacionais. No último ano, o Senado aprovou a regulamentação das zonas de processamento econômico (ZPEs), que, após acordo político, transformou-se em medida provisória, já enviada ao Congresso Nacional. Aprovou-se, ademais, o cadastro positivo de crédito, com impactos relevantes na segurança jurídica e na redução dos custos das operações de crédito, o que permitirá

o acesso de mais brasileiros a um maior número de utilidades e benefícios associados às novas tecnologias.

Cumprir lembrar, ainda, a aprovação das mudanças na Lei Geral das Microempresas que beneficiam diretamente mais de 1,5 milhão de empresas e toda a sociedade indiretamente, em razão da formalização das suas atividades profissionais e econômicas. Vale ressaltar também a regulamentação do Fundeb, matéria das mais importantes para a valorização dos professores e da educação nacional.

Em que pese esse formidável trabalho dos senadores nem sempre obter reconhecimento nas páginas da grande mídia, até pela natureza complexa de algumas matérias que aqui são votadas, não resta dúvida de que o Senado Federal continua avançando na produção legislativa, contribuindo para aperfeiçoar as instituições e para eliminar gargalos ao nosso processo de desenvolvimento.

A contínua modernização das áreas administrativa e técnica do Senado, a dedicação e a elevada qualificação dos seus servidores, aliados à determinação política da atual Mesa Diretora, respondem, em grande parte, pelos excepcionais resultados obtidos no trabalho legislativo, cujo maior beneficiário é a sociedade brasileira. Mesmo vivendo um período de turbulência, o Senado Federal marcou excelente **performance** no trabalho legislativo ao longo do último ano, o que serve de referência para se medir o vigor e a firmeza da instituição.

Esse artigo, Senador Mão Santa, foi publicado no jornal **Correio Braziliense**, no dia 6 do corrente mês. Fiz questão de lê-lo aqui, para registro, porque lamento muito que grande parte da imprensa nacional só dê ênfase aos pontos negativos que ocorrem em qualquer instituição. Na medida em que a imagem do Legislativo, seja do Senado ou da Câmara, bem como a do Judiciário ficam ruins perante a opinião pública, a imprensa colabora para a volta da ditadura, da tirania, fortalecendo somente a figura do Presidente.

Então, temos de mudar isso, e artigos como esse do Dr. Agaciel são importantes, para que fique registrado, na mente de brasileiros e brasileiras, que aqui se faz muito, principalmente pela democracia.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Publicado no Correio Braziliense- 06 de março de
2008

A produção do Senado Federal

Agaciel da Silva Maia

Economista, é diretor-geral do Senado Federal

O Senado Federal é conhecido como a casa do equilíbrio federativo. A história é fiadora desse título, porque, mesmo nos momentos de turbulências políticas mais intensas, a instituição soube dar as respostas exigidas pela sociedade e adequadas à estabilização da democracia e ao seu pleno funcionamento.

O aperfeiçoamento do processo legislativo reafirma o compromisso do Senado Federal com a produção de leis que estejam cada vez mais próximas das reais necessidades da cidadania e das instituições. Por isso mesmo, a Casa está empenhada na alteração de suas normas regimentais, tendo como meta obter mais rapidez e qualidade no trabalho.

Antes disso, relatório de importante consultoria privada já destacava um fato inédito, no atual regime constitucional, vigente desde 1988. Segundo o relatório, em 2005 ocorreu um fenômeno interessante: tivemos mais leis (59% do total) promulgadas e sancionadas de origem parlamentar do que de outros Poderes, notadamente do Executivo, revelando o resgate da atividade congressional.

Além do aspecto quantitativo, vale ressaltar que, nesse mesmo ano, foram aprovados no Senado Federal temas de grande relevo nacional, tais como: a proposta de emenda à Constituição (PEC) "paralela" da previdência, que ameniza os efeitos da reforma previdenciária; a MP do Bem, com seus efeitos positivos na geração de emprego e renda, a partir de incentivos tributários; a minirreforma eleitoral, voltada para a redução dos custos de campanha; a reforma infraconstitucional do Judiciário, para qualificar ainda mais a prestação jurisdicional; a aprovação de um novo modelo para a Sudene e a Sudam, visando à redução das desigualdades regionais.

Em 2007, a Casa realizou cerca de 250 sessões plenárias, sendo aproximadamente 150 delas voltadas para a deliberação das matérias de interesse nacional. Nessas sessões do Senado, foram apreciadas quase 1.400 matérias. Assim, das cerca de 1.300 matérias aprovadas pelo Senado

Federal, naquele ano, mais de 400 proposições foram aprovadas e promulgadas no âmbito do próprio Congresso Nacional, entre elas duas propostas de emenda à Constituição.

Destacaram-se, também, os mais de 50 projetos de lei aprovados e enviados à sanção presidencial e as quase 170 proposições igualmente aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados. Ressalte-se que essa produção legislativa ocorreu num cenário em que foram aprovadas mais de 60 medidas provisórias, cuja tramitação acarreta, em várias ocasiões, o trancamento da pauta nos plenários do Senado ou da Câmara.

Esses números revelam a vocação e o compromisso dos senadores com a superação dos grandes impasses nacionais. No último ano, o Senado aprovou a regulamentação das zonas de processamento econômico (ZPEs), que, após acordo político, transformou-se em medida provisória, já enviada ao Congresso Nacional. Aprovou-se, ademais, o cadastro positivo de crédito, com impactos relevantes na segurança jurídica e na redução dos custos das operações de crédito, o que permitirá o acesso de mais brasileiros a um maior número de utilidades e benefícios associados às novas tecnologias.

Cumprir lembrar, ainda, a aprovação das mudanças na Lei Geral das Microempresas, que beneficiam, diretamente, mais de 1,5 milhão de empresas e toda a sociedade, indiretamente, em razão da formalização das suas atividades profissionais e econômicas. Vale ressaltar, também, a regulamentação do Fundeb, matéria das mais importantes para a valorização dos professores e da educação nacional.

Em que pese esse formidável trabalho dos senadores nem sempre obter reconhecimento nas páginas da grande mídia, até pela natureza complexa de algumas matérias que aqui são votadas, não resta dúvida de que o Senado Federal continua avançando na produção legislativa, contribuindo para aperfeiçoar as instituições e eliminar gargalos ao nosso processo de desenvolvimento.

A contínua modernização das áreas administrativa e técnica do Senado, a dedicação e a elevada qualificação dos seus servidores, aliados à determinação política da atual Mesa Diretora respondem, em grande parte, pelos excepcionais resultados obtidos no trabalho legislativo, cujo maior beneficiário é a sociedade brasileira. Mesmo vivendo um período de turbulência, o Senado Federal marcou excelente performance no trabalho legislativo ao longo do último ano, o que serve de referência para se medir o vigor e a firmeza da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foi muito oportuna a participação do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Quero dar um testemunho para a Pátria de que este é o melhor Senado em 183 anos desta República. Nunca, na história do Senado, houve reunião na sexta-feira, e, hoje, desde as 09 horas, já passaram por aqui influentes Senadores.

Uma função do Senado é fazer leis boas e justas, fiscalizar o Governo e denunciar. Norberto Bobbio disse que a denúncia é o mais importante. E não precisaríamos de Norberto Bobbio, pois Teotônio Vilela, moribundo, aqui disse: “Resistir falando, e falar resistindo”.

Aqui foram abordados os temas mais importantes, e são tão importantes, que, hoje, recebemos a visita de um dos jornalistas mais probos e competentes, natural das Minas Gerais, o Sr. Álvaro Pereira, que já serviu às melhores emissoras e que, hoje, está transitando pelo SBT. A grandeza dele está em buscar a verdade, e o comunicador só vale pela verdade que diz. Ele está aí. E digo que é verdade o que V. Ex^a apresentou.

Aqui, na Presidência, ouvi um dos temas mais importantes: o sofrimento do brasileiro na Espanha. O assunto foi debatido, e aqui estive o Presidente extraordinário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o piauiense Heráclito Fortes, preocupado com a repercussão disso.

Houve até um jornal que publicou que as pessoas são tratadas como cachorro, e acho que essa manchete não foi feliz, porque os cachorros são bem tratados por aí, como a gente vê, mas essa é uma maneira de se alertar.

Também, aqui, já se discorreu sobre a problemática indevida das ações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que, há meio século, perturbam a ordem e desagradam. Ouvimos o Senador Alvaro Dias denunciando as ações das Farc.

O nosso Senador Paulo Paim continua na sua luta, que engrandece este Senado: recuperar e devolver os atrasos dos pagamentos dos velhinhos aposentados, que, por meio de uma medida provisória, já foram indevidamente taxados. Paim, como outros, também prestou sua homenagem à mulher. Por aqui, passou o Senador Mozarildo Cavalcanti, traduzindo também o sentimento de amor à mulher e o seu ideal de líder maçônico.

Agora, com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana, que é figura mitológica. Quanto a Moisés, fala-se em rio, em cesto, se ele era hebreu ou egípcio. Com relação ao Senador, o

assunto também gira em torno de um rio, o Parnaíba, que separa o Piauí do Maranhão. Há ainda uma briga quanto à sua naturalidade, se ele é maranhense ou piauiense. Os piauienses são mais ativos: ganhamos a Batalha do Jenipapo, enquanto o Maranhão estava aliado a Portugal. Não nos sujeitamos e fomos mais afoitos.

A Câmara Municipal de Uruçuí e a Assembléia Legislativa já o reconheceram como cidadão. Então, V. Ex^a é, realmente, pela lei dos homens, um piauiense, que emprestamos para ser Senador da República pelo Distrito Federal.

Lembre-se: aqui há a melhor qualidade de vida, porque 300 mil piauienses fazem a grandeza desta cidade. Use o tempo que achar conveniente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa. Não tenho a veia poética de V. Ex^a nem dos Senadores que me antecederam, Mozarildo Cavalcanti e Paulo Paim, mas quero iniciar as minhas palavras associando-me às homenagens feitas à mulher pelo próximo dia 08, Dia Internacional da Mulher. Quero-me associar a tudo que foi dito no Senado, nesta manhã, e dizer que também participo dessas comemorações.

Do mesmo modo, também quero-me juntar à defesa dos aposentados, à defesa do projeto de lei que, realmente, está empacado. O pronunciamento do Senador Paim mostra-o como um verdadeiro líder de oposição. Quero dizer que, se está parada, a decisão é de vontade política da maioria do Governo, que não tem interesse em fazer esse equilíbrio na questão dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Permita-me, em respeito ao jornalista mineiro, dizer que trouxe a esta Casa uma reportagem de uma jornalista mineira que prova que, se continuar como está, ou seja, não se dando os aumentos devidos aos aposentados, os quais foram taxados, durante 30 anos, em 10 salários mínimos – estão recebendo quatro e fração, cinco salários mínimos, dois –, ela prova, com base em fundamento da economia, que, em 2030 – do jeito que está, Presidente Luiz Inácio – só teremos salários mínimos entre todas as hierarquias.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para falar do estudo elaborado pelo Observatório das Micro e Pequenas Empresas do Sebrae, em São Paulo, sobre os impactos da Lei Geral nas micro e pequenas e empresas que, a propósito, apresenta

boas e más notícias. Esse estudo, ontem divulgado, foi realizado, de outubro de 2007 a janeiro de 2008 – um período, portanto, pequeno –, com 3.097 empresas de todo o País. Uma amostragem extremamente significativa.

A comemorar, no levantamento do Sebrae, o fato de que a maioria dos pequenos empresários – 75% do universo pesquisado – manifestou-se favorável à nova Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; a Lei Complementar nº 123, que em boa hora sancionada pelo Presidente Lula em dezembro de 2006, e em vigência, de fato, desde julho do ano passado; e a lamentar a triste constatação de que, apesar da grande maioria se considerar favorável à lei, 46% dos pequenos empreendedores fazem ressalvas à questão dos tributos e à falta de possibilidades de seu enquadramento a este instrumento legal.

De fato, 27% dos entrevistados reclamam do aumento na carga tributária total. Isso está comprovado, pelo que se verifica em Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba, Santa Catarina e Minas Gerais, que concediam benefícios fiscais às micro e pequenas empresas e deixaram de fazê-lo com a adoção do Simples Nacional. Quer dizer, aquilo que para nós era um benefício, ao se promulgar a lei, passou a ser um malefício em alguns Estados brasileiros.

A oportuna pesquisa do Sebrae de São Paulo teve o objetivo de identificar o grau de conhecimento dos empresários sobre a Lei Geral e avaliar eventuais aperfeiçoamentos que a ela poderão ser adicionados para assegurar que esse importante segmento da economia continue contribuindo para a geração de empregos e para uma melhor distribuição de renda no Brasil.

Alguns dados apresentados no estudo apontam aspectos muito positivos. Um deles indica que, dos 3.097 empresários entrevistados pela pesquisa, mais de 67% disseram conhecer o documento único de pagamento dos seis tributos – a grande simplificação promovida por essa lei, que reúne oito tributos federais, um tributo estadual e um tributo municipal, deixando em separado o imposto estadual, ICMS e o municipal, que é o ISS.

Mas a pesquisa revela também que ainda existe grande desconhecimento de benefícios que a Lei Geral introduziu. Apenas 17% desses empreendedores declararam ter conhecimento de que a nova Lei Geral destina um mínimo de 20% do orçamento de entidades de tecnologia para investimentos nas pequenas empresas, o que terá reflexos importantes na qualidade e competitividade das empresas que se beneficiarem

desses recursos. Da mesma maneira, só 37% dos entrevistados sabem que a nova legislação também favorece o empresário de micro e pequenas empresas nas compras governamentais, com valor de até R\$80 mil. Isso, para todos os níveis de Governo: municipal, estadual e federal.

A pesquisa mostra ainda o grande interesse pelo Simples Nacional, já que 72% dos entrevistados disseram ter optado pelo Simples. Dos 28% que não optaram por ele, 11% não o fizeram por serem de atividades cujo enquadramento não é permitido, porque a lei não beneficia a todos. Muitos ficaram de fora, notadamente aqueles que se encontram na área de serviço. O maior número de adesões ocorreu no Paraná, com 84%, e o menor em Mato Grosso do Sul, que ficou com 59%. Aliás, o Governo do Paraná faz, inclusive, campanha, dizendo que, lá, micro e pequeno empresário não paga ICMS.

Vários pontos da pesquisa indicam o acerto das medidas contidas na Lei Geral. Curiosamente, a pesquisa revela que os principais problemas, identificados pelos entrevistados, referem-se a entraves estaduais. Por exemplo, 12% dos entrevistados, localizados nos Estados do Maranhão, Piauí, Alagoas, Roraima, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso, disseram que tiveram aumento nos custos de matérias-primas e mercadorias adquiridas de outros Estados; 12% declararam que passaram a pagar mais pelos serviços de contabilidade nos Estados do Maranhão, Rio Grande do Sul e Pernambuco; 11% informaram que estão pagando mais Imposto sobre Serviços, como se verifica em Municípios de Pernambuco, Maranhão e Santa Catarina. Outros 11% dizem que o Simples Nacional não permite o enquadramento do seu setor para fazer jus aos benefícios da lei. Isto é verdade. Muitos setores ficaram de fora, pois o Governo alegou que precisa ver o impacto disso para inclusão de novos setores nos benefícios da Lei Geral. Já 7% dos entrevistados informam que seus clientes solicitaram descontos para compensar a falta de crédito de ICMS – isso no caso das vendas de empresa para empresa, porque as microempresas, por não pagarem, não oferecem a oportunidade dos adquirentes de se creditarem do ICMS na aquisição – no caso dos Estados da Bahia, Ceará, Santa Catarina e Sergipe, enquanto 3%, localizados nos Estados de Pernambuco e Santa Catarina, afirmam que ficou mais difícil vender para outros Estados em razão da não possibilidade de crédito nessa operação de aquisição.

Os exemplos citados são de Estados onde o problema aparece com maior intensidade. São unidades federadas, segundo a pesquisa, que tinham legislações anteriores favoráveis a esses empresários. Paradoxalmente, em São Paulo, 75% das micro e pequenas empresas não pagavam ICMS antes da promulgação da Lei Geral e, após a Lei Geral, passaram a pagar. Aquilo que, para nós, seria um benefício, passou a ser um malefício para os micro e pequenos empresários de São Paulo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o exemplo de São Paulo é significativo. É inadmissível que as micro e pequenas empresas tenham sofrido cortes nos benefícios estaduais que tinham antes da implantação do Simples Nacional. E o mais grave é que essas distorções também penalizam pequenos empreendedores nos Estados do Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraíba, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará e Roraima, locais em que a carga tributária aumentou, pela falta de enquadramento da legislação estadual à Lei Geral. Pela falta desse enquadramento! Então, em vez de diminuir, cresceu a carga tributária.

Infelizmente, o que verificamos também são a desatenção e a insensibilidade por parte de alguns Governadores de Estados que ainda não deram a devida atenção às ações previstas na Lei Geral, tais como o registro unificado na abertura de empresas, acesso a certas linhas de crédito, benefícios em compras governamentais, apenas para citar alguns pontos importantes da Lei Geral. E é bom que se diga que a própria Constituição brasileira define e pede que as micro e pequenas empresas tenham um tratamento diferenciado dos entes federados.

É fato, devemos reconhecer, que existem algumas unidades da Federação onde houve manutenção ou adequação parcial dos benefícios anteriores. É o caso dos Estados de Sergipe e do Rio de Janeiro e do nosso Distrito Federal – o Governador José Roberto Arruda, desde o primeiro momento, tem-se manifestado sempre em adequar a legislação local à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa –, onde a expressiva maioria dos empresários considera que a carga tributária efetivamente diminuiu.

Justiça seja feita no que concerne ao elevado grau de satisfação dos pequenos empresários em relação à Lei Geral: em 17 Estados, as micro e pequenas empresas consideraram que a nova legislação as beneficiou. Há que se elogiar, igualmente, outros pontos positivos dessa lei.

Quando entrou em vigor, em julho de 2007, a Lei Geral substituiu os demais regimes de tributação do segmento em todo o País. Todavia, ela própria previu, como antídoto, que, onde os regimes tributários fossem mais favoráveis às pequenas empresas, eles seriam mantidos. Bastava para isso que os Estados editassem leis com esse objetivo, respeitando o modelo tributário do Simples Nacional.

Outra questão que ainda complica a vida das micro e pequenas empresas e que infelizmente apresenta alta incidência diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias. O ICMS é o maior responsável pela ocorrência, em alguns casos, de aumento na tributação para as micro e pequenas empresas incluídas no Simples Nacional, anulando um dos seus principais objetivos, que é exatamente a redução tributária. Isso acontece porque boa parte dos Estados não incorporou seus regimes especiais de ICMS ao Simples Nacional e, em alguns casos, até piorou a situação com leis e decretos que oneram as empresas ou distorcem a cobrança desse imposto.

De acordo com o estudo, a situação é mais grave em Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde se constata aumento da relação de produtos sujeitos ao pagamento de ICMS pelo regime de substituição tributária, atingindo principalmente pequenas indústrias e comércios.

Verificam-se também distorções no cálculo das alíquotas do ICMS, fazendo com que, ao comprar produtos de outros Estados, as empresas do Simples Nacional paguem o ICMS com base na alíquota interna integral, desconsiderando o percentual já recolhido pela empresa do Estado vendedor. E isso com valor estimado agregado muitas vezes superior ao próprio preço praticado no ato da venda.

Existem, ademais, outros problemas revelados pela pesquisa. Refiro-me à impossibilidade de empresas que aderiram ao Simples Nacional transferirem créditos do ICMS, o que dificulta a venda para grandes varejistas e atacadistas. Das empresas ouvidas, 19% afirmam que têm clientes que utilizam créditos do ICMS. Ainda do total de entrevistados, 7% garantem que, pela falta de crédito, os clientes pedem descontos equivalentes aos créditos que seriam no ato da venda. Essa é uma questão específica da lei e cuja solução consta do Projeto de Lei Complementar nº 126, que tramita na Câmara.

Lembro, por enquanto e por oportuno, Sr. Presidente, que isso pode ser contornado. É o caso, por exemplo, de Santa Catarina e do Piauí, vosso Piauí,

que já resolveram parte do problema. Para isso, instituíram o crédito presumido para as empresas que compram do segmento, sendo que o benefício vale para empreendimentos locais. No Piauí, esse crédito é da alíquota integral da operação, que na maioria dos casos é de 17%. Em Santa Catarina, é de 7%, que se aplica apenas para o setor da indústria.

O que estamos querendo dizer com isso? Que as micro e pequenas empresas podem vender para outras empresas, para grandes atacadistas, desde que o Estado considere, mesmo não havendo pagamento do ICMS, como um crédito presumido nessa operação de crédito e débito na hora da aquisição.

Concedo o aparte ao Senador Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a chama a atenção, conhecedor que é do segmento pequena, micro e média empresa, para um alerta que me fez um empresário da indústria de confecção no interior da Paraíba, mais particularmente, na cidade de Guarabira, quando discutíamos exatamente esse projeto no final do ano passado. Como ele possuía uma indústria de confecções que gera milhares de empregos em uma cidade a 100km de João Pessoa, alertava para a perda da concorrência, principalmente ele que era fornecedor de alguns órgãos, de algumas empresas públicas, e que teria problemas, além de fornecedores para empresas que não teriam o crédito do ICMS. A comprovação de V. Ex^a é algo que me deixa não digo feliz, porém mais atento ainda, para que possamos conseguir, dos Governos estaduais, encontrar a solução, já que a própria Paraíba foi citada como um dos Estados em que o micro e o pequeno empresário foi prejudicados pela lei. Parabéns a V. Ex^a por trazer esse assunto para que possamos, então, debatê-lo e encontrar a solução que não venha prejudicar, mas sim estimular esse segmento, que é o que todos nós desejamos.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Veja V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, que o ICMS, por ser um imposto estadual, no momento em que se fala no Projeto de Reforma Tributária e se discute inclusive a unificação da sua legislação, é algo salutar. Não é possível. É uma coisa tão simples. Basta que o Governo do Estado faça uma adequação e considere as vendas das micro e pequenas empresas para atacadistas, por exemplo, como se o crédito presumido de fato existisse, para não prejudicá-las, e o empresário atacadista ou o grande empresário, mesmo varejista, se credite da parte daquele ICMS e pague o ICMS apenas na operação complementar, na operação de venda, na parte subsequente. É uma forma de proteger os empregos,

já que, de fato, é nas micro e pequenas empresas que existe o maior volume de trabalhadores, e de não dificultar a vida desses pequenos empresários por não terem a capacidade competitiva de conceder o desconto equivalente, que seria o crédito do ICMS.

Há que se destacar, no entanto, que a apuração dessa pesquisa feita pelo Sebrae Nacional, feita por São Paulo, revela bons exemplos como os que foram dados pelos Estados do Paraná, Sergipe e Rio de Janeiro, que incorporaram totalmente seus regimes de ICMS ao sistema, sendo que Sergipe e Paraná ainda ampliaram os benefícios.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo Federal acaba de encaminhar ao Congresso Nacional a sua proposta de Reforma Tributária. Trata-se, ainda, de um esboço geral. O texto conhecido, que não explicita as alíquotas nem desce aos detalhes do que se fará de fato, faz com que os principais estudiosos e especialistas do tema tenham dúvidas se haverá, ou não, efetiva redução de carga tributária.

A reforma trata de processos de simplificação, mas ainda não consegui identificar, em nenhum momento, em nenhum ponto, a possibilidade de redução de carga tributária. Ao contrário, já existem até alguns especialistas que falam na possibilidade de aumento, por exemplo, ao cingir-se a Cide ao IVA, que incide apenas nos combustíveis, o que certamente vai ampliar a base de arrecadação, porque incidirá sobre todas as outras operações.

Reitero, portanto, aquilo a que me referi em pronunciamentos anteriores que fiz neste plenário, de que um dos principais problemas do sistema tributário brasileiro é a carga tributária elevada e desproporcional aos serviços públicos ofertados à população.

Reafirmo, ao finalizar, Sr. Presidente, a convicção da necessidade de se estabelecer mecanismo institucional de controle do crescimento dessa carga tributária asfixiante, que limita o desenvolvimento do País e que penaliza com maior perversidade o segmento dos pequenos empreendedores que, com seu extraordinário esforço, mais contribuem para assegurar emprego e renda à maioria dos brasileiros.

Essa pesquisa foi objeto de divulgação ontem, em todos os jornais brasileiros, no Jornal Nacional, o que demonstra a importância de que os Estados tenham a compreensão de que a Lei Geral, na verdade, busca benefícios. Mas é preciso que eles se incorporem a essa filosofia, a esse desejo de redução da carga tributária para as micro e pequenas empresas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nossos cumprimentos ao Senador e empresário Adelmir Santana, que analisou a situação das pequenas empresas no Brasil.

Senador Adelmir Santana, acho que todos podem fazer. Eu, quando Prefeito da minha cidade de Parnaíba, dispensei o IPTU de todas essas indústrias.

Senador Cícero Lucena, outro dia encontrei um empresário do Piauí, sério, honrado, trabalhador, Joaquim Costa, que disse: “Senador, a vida lá fora está difícil”. Não entendi o que era “vida lá fora”. Fora do Governo. O Governo está cheio de benefício para ele mesmo, os cartões corporativos, 25 mil nomeações graciosas, 40 Ministérios. Então, ela está difícil para o empresário que trabalha.

O nosso Senador Adelmir Santana analisou a real situação da carga tributária elevada, dos juros elevados.

Convidamos para usar da palavra – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está inscrito, mas pelo art. 17, como eu –, como orador inscrito, o Senador Cícero Lucena, do PSDB do Estado da Paraíba.

V. Ex^a pode falar pelo tempo que achar conveniente.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, ao chegar, ouvi a palavra do Senador Paulo Paim, relatando a história da mulher brasileira, da mulher do mundo como um todo, citando nominalmente algumas referências nacionais e internacionais para simbolizar a homenagem dele, desta Casa e de todos nós ao dia 8 de março, pelo seu simbolismo da luta histórica da mulher.

Senador Paulo Paim, obviamente poderia citar mais algumas, mas não o farei. Farei menção a algumas mães anônimas, porque esse é o primeiro 8 de março que passo sem a maior referência de mulher para mim: minha mãe, falecida há poucos dias. Passo sem ela, mas com a lembrança dela, porque todos nós que somos filhos mantemos a saudade, o amor e o carinho por aquela que nos apoiou e conduziu por tanto tempo.

Gostaria também de contar uma pequena história, que me contaram nesta semana, sobre um tema tão debatido – e aí a minha homenagem a essa mãe, simbolizando toda mãe nordestina, toda mãe sofredora do nosso Nordeste, principalmente da região do semi-árido. Numa reunião para debate da transposição das águas do Rio São Francisco, depois de

vários falarem – uns a favor, outros contra –, passaram a palavra ao General Fraxe, que, hoje, Senador Mozarildo Cavalcanti, é o comandante, por parte do Exército, das obras de transposição. Ele contou uma história, dizendo que, como general que ali estava comandando aquela obra, tinha uma razão para defendê-la. Em tempos passados, quando era um sargento que cuidava da distribuição das águas transportadas por carros-pipas, tinha como programação, como planejamento, dar duas latas com água a cada família – ordem a que tinha de obedecer, como militar. Chegou a uma casa, encheu as duas latas com água, e a mãe disse: “Mas, moço, me dê mais água, porque tenho dois filhos e uma cabra”. Ele contou nessa reunião que aquilo doeu muito. Sua vontade era dar mais água, mas disse à mulher que não podia dar, porque tinha superiores e estava cumprindo ordens. Ele só podia dar as duas latas que cabiam na cota para aquela mulher, que tinha duas crianças e uma cabra para beberem. Foi embora. Voltou um mês depois, passou na mesma casa, deu mais duas latas com água e perguntou à mulher: “A senhora não vai me pedir a lata para a cabra?”. Ela disse: “Não, a cabra morreu. E os meus filhos não têm mais o leite da cabra”. Por si só, ele queria dizer o quanto justificava a transposição das águas do rio São Francisco.

Em nome dessa senhora, quero também justificar a minha homenagem a essas mulheres sofridas que, muitas vezes, lá no nosso seco sertão, no interior do Nordeste, encontram caroço de feijão, mas lhes falta água para cozinhá-lo. Imaginem as heroínas mães de família que passam por esse sofrimento ainda nos dias de hoje!

Então, que a minha homenagem – permitam-me as mulheres heróicas deste País, que já foram nominadas justamente pelo Senador Paulo Paim e por tantos outros Senadores – também seja prestada a essas mães anônimas do sofrimento da seca do nosso Nordeste, do sofrimento da injustiça do nosso País.

A razão de fazer o meu pronunciamento era falar sobre o resíduo sólido, o lixo urbano, a reciclagem no País, mas aproveitei também para homenagear as catadoras de lixo, que participam de cooperativas, que disputam os espaços do alimento da sua família, somando-as a essa galeria de heroínas que aqui já foram citadas nesta Casa, nesta nossa verdadeira homenagem pelo dia 8 de março, que é o Dia da Mulher.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cícero Lucena, quero cumprimentar V. Ex^a. Eu comentava com os Senadores que V. Ex^a está sendo muito feliz no seu pronunciamento. V. Ex^a respeita a história das mulheres, heroínas ou não, que marcaram época na luta para avançar nos direitos, mas faz um pronunciamento, diria, do chamado mundo real. V. Ex^a fala do dia-a-dia, como poderíamos chamar aqui – eu, que não sou do Nordeste –, da mulher retirante, da mulher da caatinga, da seca, da região em que não se tem água para tomar. E essas mulheres, com certeza, muitas vezes deixam de tomar água para darem ao filho. Essa história que V. Ex^a contou, que está ligada também ao leite, é significativa para quantas heroínas que lá estão e que V. Ex^a homenageia neste momento, de uma forma mais do que justa. Não importa que elas não tenham televisão ou parabólica, mas a energia – digamos – desse seu pronunciamento há de chegar-lhes de uma forma ou de outra, porque aqui no Parlamento estamos pensando naquelas que estão lá na seca, sofrendo muito, muito. E V. Ex^a lembra a questão da transposição das águas do rio São Francisco. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, há uma associação chamada Abrelpe, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, que esta semana, aqui em Brasília, fez o lançamento do Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil em 2007. É um diagnóstico de algo que estamos debatendo nesta Casa – até com a satisfação de ter sido prorrogada por mais um ano, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a Subcomissão Temporária sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos –, para que nós possamos nos aprofundar no estudo do tema. Agora, inclusive, com mais oportunidade ainda, já que há uma mensagem do Governo, que começa a tramitar na Câmara Federal e que chegará a esta Casa, que vai ao encontro da idéia de se fazer um diagnóstico do problema do lixo para que, então, sejam buscadas alternativas legislativas, partindo de iniciativas que existam não só no Brasil mas no mundo todo, para enfrentar um dos problemas mais graves para o futuro da humanidade. É um problema cuja solução poderá trazer, entre outras coisas, mais qualidade de vida para as pessoas, na medida em que contribuirá, de forma séria e importante, para o combate ao aquecimento global.

Esse assunto, portanto, tem de ser matéria na pauta diária de todos nós, que devemos assumir o compromisso não só de identificar os problemas, mas também, e principalmente, de buscar suas soluções.

Nesse Panorama dos Resíduos Sólidos, faz-se um diagnóstico por Município: a forma como estão coletando seu lixo; o destino final que dão a esse material; o que fazem com os resíduos industriais; como processam os resíduos de serviços de saúde. Chama-se a atenção também para os possíveis ganhos que, na condição de seqüestradores de carbono, podemos ter se agirmos de forma correta em relação a esse importante tema.

Chamo atenção agora, Senador Mão Santa – o senhor que já foi Prefeito da bela cidade de Parnaíba e também foi Governador do Estado do Piauí, que tem uma legislação, em comparação com a de alguns Estados do Brasil, bastante avançada, mas que precisa cada vez mais ser aprimorada –, para a preocupação que devemos ter com relação ao resíduo sólido como um todo.

Temos visto, nas reportagens nacionais e internacionais, problemas que vêm vivendo partes de cidades na Itália e soluções que vêm sendo encontradas para esse tipo de problema. Para se ter idéia, Presidente Mozarildo, na Alemanha, quase 8% da energia gerada vêm da queima do lixo, quase 8%! Esse lixo, que seria um problema dependendo de onde fosse colocado, dependendo da forma como fosse armazenado, hoje é solução para colaborar com a redução do efeito estufa, do aquecimento global: gera energia e, inclusive, vapor para o parque industrial alemão e para o aquecimento das residências daquele país em determinado período do ano. Essa é uma demonstração de que, se avançarmos e investirmos cada vez mais em tecnologia, vamos encontrar as soluções compatíveis.

Isso, quanto ao resíduo final, mas a grande pergunta é: o que estamos fazendo para evitar a produção cada vez maior de resíduos? No Brasil, temos importantes conquistas, como a reciclagem das latinhas de alumínio. Ainda que isso seja resultado muito mais de uma situação econômica do que da consciência do nosso povo quanto ao problema, atinge-se índice superior a 90% na reciclagem de latinhas. Por quê? Porque o pobre encontrou na coleta da latinha uma alternativa de renda ou uma forma de complementação de renda.

Relacionado a esse tema, apresentei projeto com a intenção de evitar um problema ainda maior. Hoje, no Brasil, corremos grande risco de que aqui

aconteça o que já acontece em alguns países, onde a cerveja já começa a ser engarrafada em PET, em material plástico. O vidro, que é o vasilhame correto, totalmente reciclável, pode ser substituído pelo PET. Imaginem se à quantidade de PET que temos em função do envasamento dos refrigerantes e de outros produtos for somada a quantidade decorrente do envasamento de cerveja! Vamos virar um país plástico, um mundo peletizado!

Por isso, temos de ter cautela e cuidado ao fazer a discussão desse tema. Precisamos estimular o envasamento de determinados produtos, principalmente alimentos, em garrafas de vidro, porque elas são retornáveis, podem ser reutilizadas várias vezes – obviamente, obedecendo todo um processo de higiene, de lavagem – e podem, quando não puderem mais ser reutilizadas, ser recicladas para fazer novas garrafas e novos produtos de vidro.

Temos de buscar, cada vez mais – esse é um papel da sociedade como um todo, da imprensa, do Governo, quer seja o Governo Federal, os governos estaduais ou municipais –, através da educação, conscientizar a população.

Tivemos avanço? Tivemos. Hoje já se encontram, em decorrência da educação, crianças que não jogam mais palitos de picolé pela janela do carro ou não os jogam na rua, que reclamam quando os adultos jogam um cigarro na rua ou algo desse tipo. Precisamos aprofundar essa consciência e incorporá-la às nossas rotinas, ao nosso dia-a-dia para que se possa reduzir, de forma drástica, a tendência que temos de, cada vez mais, produzir e gerar resíduos sólidos.

O senhor é médico. É triste dizer, mas apenas trinta e poucos por cento dos resíduos da saúde são devidamente coletados e devidamente processados. Veja o senhor, que sabe o que isso representa para a saúde pública: muitas vezes, produtos contaminados são simplesmente colocados em locais impróprios e acarretam graves problemas de saúde pública para o nosso povo. É a consciência quanto a esse tipo de procedimento que precisamos buscar.

Lembro de algo que ocorreu na época em que eu buscava uma solução para o lixo na cidade de João Pessoa, que já tinha cinqüenta anos – eu buscava uma alternativa, e a alternativa cabível naquela oportunidade foi o aterro sanitário. Representando o Governo brasileiro, eu tinha ido à Alemanha para participar de um congresso sobre o meio ambiente, sobre resíduos sólidos – isso aconteceu há dez ou doze anos. Lá, o Ministro do Meio Ambiente alemão nos contou que,

em determinado período, foi proibido o transporte do lixo que antes era utilizado e depositado em países pobres – os países ricos pagavam aos países pobres para servirem de depósito para esse lixo. Isso foi proibido internacionalmente. O que a Alemanha fez? Determinou, em função do lixo que existia na Alemanha naquele período, a construção de usinas de reciclagem de lixo. Essas usinas foram dimensionadas para a quantidade de lixo produzida e transportada para os países pobres. Ocorre que, junto com a construção dessas usinas, houve um processo de conscientização da população, de educação da população para que comesse a fazer a coleta seletiva – hoje, em nosso País, pouco mais de mil cidades fazem a coleta seletiva. Aí, Senador Mão Santa, o alemão, consciente de suas obrigações, de seus deveres, passou a fazer a coleta seletiva, separando vidro, separando plástico, separando papel, separando metal, e as usinas ficaram superdimensionadas. Algumas ficaram sem matéria-prima, o lixo, porque esse material foi passado para outras etapas.

Eu estive recentemente na Alemanha e vi o que eles estão fazendo hoje, por exemplo, na reciclagem do papel. Até o papel com impressão é reciclado: eles lavam a tinta do papel; retiram o material químico, que é a tinta, e reciclam o papel. Com os produtos orgânicos é feita a compostagem, que vira adubo e pode ser utilizado nos jardins, nas praças e até mesmo na agricultura.

Na Alemanha, as pessoas que recebem o seguro-desemprego – alguns estão desempregados em função de algo que podemos denominar falta de educação no trabalho: chegavam atrasados, não tinham disciplina no trabalho – podem ter uma renda adicional. Além do seguro-desemprego, essas pessoas podem receber algo mais se participarem de cooperativas de reciclagem de produtos eletro-eletrônicos: computadores, televisões, frigobares, geladeiras, freezers. Com todo esse processo, avança-se na questão da reciclagem.

O Brasil está falando, e falando corretamente, Senador Heráclito, no sentido de trocarmos as nossas geladeiras, porque a tecnologia, hoje, permite não só a redução do consumo de energia, como também o gás, que contribui para o agravamento do efeito estufa. Estamos discutindo e precisamos adotar de imediato a questão da logística reversa.

Então, são essas preocupações fundamentais que devemos incorporar no nosso dia-a-dia.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Senador Cícero Lucena, quero parabenizá-lo por esse oportuno pronunciamento. A Paraíba está de parabéns. V. Ex^a traz hoje à tribuna um tema que vem sendo discutido no mundo inteiro nos últimos dez anos, e continuará sendo infinitamente, enquanto não se encontrar uma solução, o que é muito difícil. V. Ex^a citou a importação de produtos já não usados em alguns países. Vivemos aqui, durante muito tempo, a questão das carcaças de pneus, até que apareceu uma indústria no Paraná que resolveu viabilizar o problema de maneira industrial, mas vive em demanda na Justiça. Mas o que acontecia, há alguns anos, era a entrada desordenada de carcaças de pneus, que não serviam para a Ásia e para a Europa. No Brasil, tivemos exemplos de indústrias de pesca que se equiparam com pesqueiros que já não serviam mais para o Japão. A legislação limitava a dez ou quinze anos, e eles entraram no Brasil e fizeram a fortuna de alguns empresários no Nordeste, exatamente esses pesqueiros. E temos vários exemplos. Esta semana, eu vi na Globo News, se não me falha a memória, uma matéria que mostra esse espírito de preservação de grupos da sociedade civil, que fazem a coleta e a reciclagem de pilhas, baterias de celular e derivados. É um avanço. É um avanço. Mas temos que ter, caro Senador, uma preocupação permanente, principalmente em um País como o nosso, que consome grande quantidade de qualquer produto, pois temos uma população de mais de 180 milhões de habitantes. De forma que eu acho que temos que ser mais rígidos, temos que criar legislações mais claras com relação a essa questão e estimular, principalmente essa geração nova, a conviver com a economia do uso, principalmente desses produtos de difícil degradação. Essa febre do plástico já mostrou que se, por um lado, simplifica a vida de alguns, por outro, cria dificuldades tremendas no aspecto ambiental. Só para citar esse exemplo. E acho, Senador Cícero, que temos que ter a consciência não só de que a economia tem que começar pelo uso da água. Nós temos, talvez, um dos maiores potenciais aquíferos do mundo, mas se não tivermos a consciência da economia, vamos ter problemas. Imagine outros países que não possuem, em termos de água, o que possuímos! Então, é preciso que haja essa consciência. Temos aí a Amazônia, que é objeto da cobiça mundial e que tem também que ser preservada. “Sabendo usar, não vai faltar”, é o velho ditado. V. Ex^a está, portanto, de parabéns por trazer, nesta sexta-feira, um tema que é atual. Espero que fique sempre na memória de cada cidadão brasileiro, de

cada um de nós, porque é um tema, Senador Cícero Lucena, que é preocupante. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O senhor me faz lembrar, quando peço a conscientização de todos nós, de uma pequena história que eu vivi – para encerrar, Sr. Presidente –, em 1989. Eu não tinha entrado ainda na política e fiz uma viagem com um amigo meu à Suíça, Senador Mão Santa, e esse amigo fumava. Pegamos um voo, chegamos em Zurique no final da tarde e ele levava uma carteira de cigarros daquela tipo *box* no bolso. Colocamos as malas no hotel e fomos andar pelo centro da cidade, até para fazer uma refeição. Esse amigo, então, acendeu o último cigarro que tinha naquela caixa de cigarros, naquele *box*. Ele procurou uma lixeira, mas não achou e jogou a caixa no chão. Um suíço se agachou, pegou essa caixa – obviamente que estou traduzindo – e disse: “Cavalheiro, o senhor deixou cair esta caixa”, elegantemente. Esse meu amigo disse: “Não é que eu tenha deixado cair, é porque não quero mais”. E aí o suíço disse: “Nós também não queremos”.

Ou seja, estou falando de quase 20 anos atrás. A consciência do povo! Quando eu andava nos carros, tomando refrigerante, e, em alguns locais onde parávamos, o suíço que nos acompanhava pegava o refrigerante que havíamos tomado ou o lanche que havíamos feito e os guardava na mala do carro se não tivesse uma lixeira para que fosse depositado aquele material.

Então, é esse tipo de consciência que precisamos ter. Aqui mesmo, nesta Casa – e farei oportunamente um pronunciamento, um apelo à Presidência –, sabemos que há um programa de estudo da reciclagem, o qual precisamos aprofundar. Temos aqui um exemplo: antes, neste plenário, quando não havia um computador para cada Senador, a cada sessão havia volumes imensos de projetos que estavam à disposição dos Senadores, como hoje ainda ocorre, por exemplo, nas nossas comissões. É muito mais barato e mais conveniente se levarmos o nosso *laptop* e acoplá-lo em cada comissão do que termos aqueles relatórios, que podem ser lidos nos *laptops*. Ou se colocam computadores nas comissões ou levamos os nossos, a assessoria leva e instalamos em cada comissão que participarmos. A economia será não só financeira. A economia, Senador Paulo Paim, será a economia de estarmos contribuindo para evitar o desmatamento, a necessidade da matéria-prima maior do papel.

E, se levarmos em conta hoje o que a tecnologia percebe, a economia será ainda maior. Você, às vezes, entra em um corredor e ele está todo aceso. Mas, hoje, já existem células fotoelétricas que acenderiam as luzes com a presença de alguém. Sei que a administração do Senado está trabalhando nisso. Então, precisamos avançar, apoiar a Mesa, apoiar a Diretoria para que eles possam, efetivamente, adotar as mudanças que se façam necessárias.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quando eu afirmo e reafirmo que este é um dos melhores Senados da história da República é porque eu conheço os valores. Eis Cícero Lucena, numa sexta-feira! Vejam o tema que ele traz para cá: água. Eu queria dizer, como médico, que uma criança de dez quilos tem oito de água. Nós, adultos – e o Mozarildo sabe disso, como médico que é –, que pesamos 100 quilos, temos 60 de água. Água é vida, é tudo. E V. Ex^a adverte para as preocupações que o Governo deve ter. V. Ex^a fala sobre lixo. Eu quero dizer que este País tem 5.566 Municípios. O lixo é mal tratado, é mal planejado. E V. Ex^a está mostrando as preocupações. Mas Mozarildo Cavalcanti, também quero dar um testemunho: este é um homem que engrandece o Senado. Por isso que digo, com convicção, porque eu conheci muitos jovens. Sou do PMDB – aliás, agradeço a V. Ex^a, pois o PMDB Jovem, do Nordeste, vai se reunir na Bahia, e fui eleito entre todos os líderes dos dez Estados para representar a história do PMDB, amanhã ao meio-dia. Mas devo muito a V. Ex^a. Eu chamava a Paraíba de a capital do PMDB – V. Ex^a era do PMDB –, tanto é que me lançaram lá no Piauí não para ganhar a eleição, mas para ser boi de piranha, para eleger alguns Deputados Federais. Mas V. Ex^a foi lá, com Iris Rezende, e tenho essa gratidão. Mas não foi aí não. E fui um extraordinário Governador do Piauí, de visão de futuro: criamos 78 cidades, 400 faculdades, o maior desenvolvimento universitário e industrial. O Senador João Vicente era meu Secretário de Indústria e de Comércio.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas quero dizer que acreditamos no estudo, Mozarildo. Quando ganhei as eleições, antes de assumir o cargo, fui aprender com V. Ex^a, que era Governador da Paraíba no momento mais difícil, de conflito, e com Iris Rezende. E mais, tanto o Nordeste reconhece V. Ex^a como um dos maiores líderes que, quando Fernando Henrique

Cardoso foi eleito, nós, Governadores do Nordeste, nos reunimos e o apontamos para Ministro do Interior. V. Ex^a foi o melhor Ministro do Interior para o Piauí. Logo que assumi, houve aquelas enchentes e V. Ex^a não veio com conversa, não, levou um cheque – ele não se lembra – de US\$5 milhões: dei metade para o Prefeito Francisco Gerardo, que fez dois conjuntos habitacionais, Mão Santa e Wall Ferraz, e metade aos prefeitos. V. Ex^a enriquece, engenheiro brilhante, tão jovem, teve essa experiência e, depois, foi Prefeito. V. Ex^a conversou comigo, e eu disse: “Vá, ser prefeitinho é bom”. E, para felicidade de João Pessoa, V. Ex^a foi o melhor Prefeito, tanto é que, traduzindo, ô Mozarildo, a bravura e a gratidão do povo de Piauí, fui lá, pessoalmente, quebrando todas as formalidades, com meu **staff**, colocar no peito de Cícero Lucena a maior comenda do Estado, a Grã-Cruz Renascença, traduzindo o respeito e a gratidão do Piauí a este bravo Senador que hoje está contribuindo para o Brasil. Ó Luiz Inácio, atentai bem: ouça e analise as palavras e a experiência deste grande nordestino, administrador e técnico, que é o nosso Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a, sempre com a sua generosidade, só esqueceu de dizer que queria me botar num avião com um motor só para sobrevoarmos as áreas de cheias de Campo Maior e de Barras, no Piauí. Graças a Deus, tivemos a oportunidade de ajudar V. Ex^a na sua luta pelo povo daquele Estado, também querido, que é o Piauí.

Por fim, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria de pedir que fosse incluído nos **Anais** desta Casa este Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil/2007, da Abrelpe, para que todos possam ter acesso e oportunidade a essas informações, inclusive com comparações, nacional e internacionalmente, para que cada um de nós tenha preocupação com a geração do resíduo, bem como com a solução para o seu tratamento final em todos os setores – industriais, construção civil, saúde – e com o resíduo sólido urbano. Assim, iremos nos sentir co-responsáveis pela solução de um problema tão grave não só do Brasil, mas do mundo como um todo.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

3.1.3 Destino Final de RSU

Conforme muestra en la tabla 3.1.3.1, el destino final de los RSU continúa un problema de grandes dimensiones, porque solo 38,6% de los municipios brasileños dan destino y tratamiento adecuados a los RSU. El problema se hace aún más complejo cuando observamos las altas concentraciones de municipios situados en las macro-regiones norte, nordeste y centro-oeste que conforme datos presentados en el ítem 4.4.2 adelante envían los residuos recolectados para sitios inadecuados. En las demás regiones, aunque persista la existencia de algunos municipios con condiciones inadecuadas, la mayoría de estos municipios ya posee reflexos controlados significando una mejor convivencia del proletera y una facilidad, por lo menos en términos culturales, para solucionarlas.

Tabela 3.1.3.1 – Destinação Final dos RSU Coletados

Table 3.1.3.1 – MSW Final Disposal

Tabla 3.1.3.1 – Destino Final de los RSU Recolectados

Macro-Região	Municípios com Destinação Adequada	Municípios sem Destinação Adequada	Destinação Adequada (%)
Norte	67	382	14,8
Nordeste	448	1345	25,0
Centro-Oeste	163	303	35,0
Sudeste	789	879	47,3
Sul	691	497	58,1
Brasil	2158	3406	38,6



3.1.4 Dispendios Municipais com Resíduos Sólidos Urbanos

A análise do dispêndio médio dos municípios das diversas macro-regiões do país com os serviços públicos de coleta porta a porta de RSU e seu transporte até o destino final, apresentada no item 4.5.2 desse Panorama, revela que tais dispêndios, quando vistos sob o ângulo do custo mensal equivalente por habitante, em distintos municípios classificados por faixas populacionais, se traduzem em valores mensais significativamente pequenos quando comparados com qualquer outro serviço público.

A Figura 3.1.4.1 seguinte mostra esta realidade por habitante/mês e a correspondência para famílias típicas constituídas por quatro pessoas.

3.1.4 Municipal Expenditures with MSW Management

An analysis of the average municipal expenses applied to MSW collection and transportation to final disposal, per country region – shown in the item 4.5.2 ahead – reveals that for these services, the monthly amount expended by the municipalities per inhabitant is significantly low when compared to any other public service.

The following image 3.1.4.1 shows the Municipal monthly average expense per family of four people

3.1.4 Dispendio Municipal con los Resíduos Sólidos Urbanos

El análisis del dispêndio medio de los municipios de las diversas macro-regiones del país con los servicios públicos de recolección puerta a puerta de RSU y su transporte hasta el destino final, presentada en el ítem 4.5.2 de ese Panorama, revela que estos dispêndios cuando vistos bajo el ángulo del coste mensual equivalente por habitante, en distinguidos municipios clasificados por faixas poblacionales, se traducen en valores mensuales significativamente pequeños cuando en comparación con cualquier otro servicio público.

La Figura 3.1.4.1 siguiente muestra esta realidad por habitante/mês y la correspondência para familias típicas constituídas por cuatro personas

3.1.6 Outros Dados

Dois aspectos merecem destaque especial entre os dados que retratam o setor dos serviços públicos relativos aos RSU. Um, a expressiva força de trabalho constituída por cerca de 260.000 empregos diretos gerados pelo setor em todo o país, dos quais aproximadamente 145.000 na iniciativa privada. Outro, a avaliação do mercado de serviços de coleta de RSU que supera a casa dos R\$ 6 bilhões.

3.1.6 Other Data

Two aspects deserve special attention among the general data from the MSW management sector. One is the impressive 260,000 direct workforce generated by the waste management sector in the country, of which 145,000 generated by private enterprises. Another is the evaluation of the collection services market which is larger than R\$ 6 billion/year.

3.1.6 Otros Datos

Los aspectos merecen destaque especial entre los datos generales que retratan el sector de los servicios públicos relativos a RSU. Uno es la expresiva fuerza de trabajo constituída por los cerca de 260.000 empleos directos generados por el sector en todo el país, de los cuales aproximadamente 145.000 en la iniciativa privada. Otro es la evaluación del mercado de servicios de recolección de RSU que supera los R\$ 6 mil millones.

3.2 RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS

3.2 HEALTHCARE WASTE – HCW / 3.2 RESIDUOS DE ESTABLECIMIENTOS DE SALUD – RES

PROJEÇÕES ABRELPE / ABRELPE PROJECTIONS / PROYECCIONES ABRELPE

3.2.1 Geração e Tratamento de RSS

O ano de 2007 não registrou alteração sensível no quadro de geração e tratamento de RSS no Brasil em relação aos anos imediatamente precedentes. O item mais crítico continua sendo o tratamento destes resíduos onde, conforme mostrado na Figura 3.2.1.1 seguinte, pouco mais de 30% do total de resíduos gerados são tratados.

3.2.1 HCW Generation and Treatment

In 2007 there was no record of significant changes related to HCW generation and treatment when compared to previous years. The most critical aspect continues being the treatment of this kind of waste. Almost only 30% from the total HCW generated is treated, as shown in the Image 3.2.1.1.

3.2.1 Generación y Tratamiento de RES

El año de 2007 no registró ninguna alteración sensible en el cuadro de generación y tratamiento de RES en Brasil en relación a los años inmediatamente precedentes. El ítem más crítico continúa siendo el tratamiento de estos residuos donde, conforme mostrado en la Figura 3.2.1.1 siguiente, poco más del 30% del total de residuos generados son tratados.

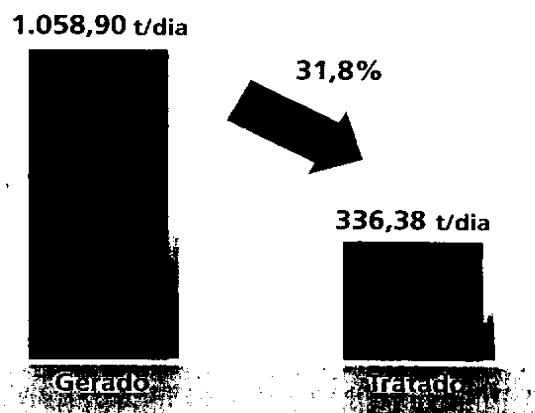


Figura 3.2.1.1 – Geração e Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde em 2007

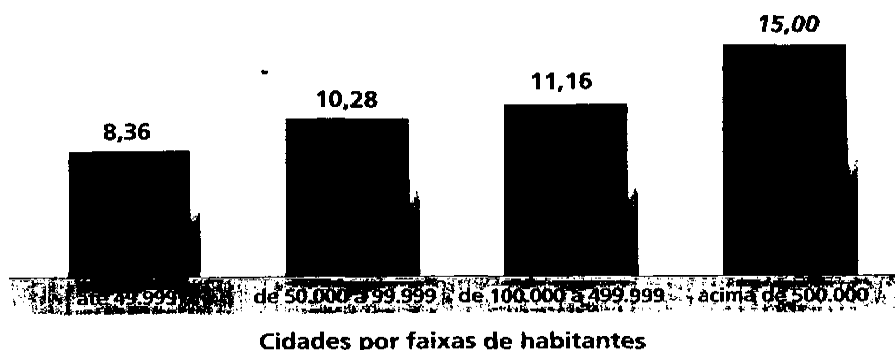
Image 3.2.1.1 – Healthcare Waste Generation and Treatment in 2007

Figura 3.2.1.1 – Generación y Tratamiento de Residuos de Establecimientos de Salud en 2007

Figura 3.1.4.1 – Dispêndio Municipal por Família (*) por mês com Coleta de RSU (R\$)

Image 3.1.4.1 – Municipal Expenses per Family (*) per month with MSW Collection and Transportation Services (R\$)

Figura 3.1.4.1 – Dispendio Municipal por Familia (*) por mes con Recolección de RSU (R\$)



(*) Família típica composta por 4 pessoas.

(*) Average family of four people.

(*) Familia típica compuesta por 4 personas.

3.1.5 Concessões de Serviços Relacionadas à Gestão de RSU

Cerca de 30 milhões de habitantes distribuídos em 29 diferentes municípios contam com serviços de gestão de RSU realizados através de contratos de concessão outorgados à iniciativa privada, conforme destacado no item 4.6.1 adiante. Neste universo, no qual os recursos comprometidos para investimento superam a casa dos R\$ 3 bilhões, predominam os contratos que têm por objeto a coleta e transporte dos RSU e a disposição final destes em aterros sanitários.

A ampliação da contratação pelos municípios de serviços públicos relativos aos RSU através de concessão à iniciativa privada, solução na qual os recursos necessários para investimento são de responsabilidade do prestador dos serviços, é uma tendência que se consolida e que pode ser percebida por ações como as importantes concorrências em andamento no final de 2007 em municípios de porte como Curitiba e Belo Horizonte. Um fato igualmente significativo é o do município de Osasco na região metropolitana de São Paulo, que concedeu os serviços de limpeza urbana através de uma Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa.

3.1.5 Public Concessions related to MSW Management Services

Approximately 30 million people from 29 different municipalities count with MSW management services performed through public concessions granted to private companies, as referred in the following item 4.6.1. In this universe of agreements, where the committed investment funds topped R\$ 3 billion, the predominant contracts are the ones objecting MSW collection and transportation services and its final disposal into sanitary landfills.

The increasing deals ran by Municipalities objecting MSW management services through public concessions granted to private companies, a solution in which the necessary funding for investments are under the responsibility of the service provider, is a trend under consolidation what might be noticed by actions as some significant biddings occurring by the end of 2007 in important cities such as Curitiba and Belo Horizonte. Another significant fact is the assignment of the public collection services through a Public-private Partnership by the city of Osasco, in the metropolitan region of São Paulo city.

3.1.5 Concesiones de Servicios Relativos a RSU

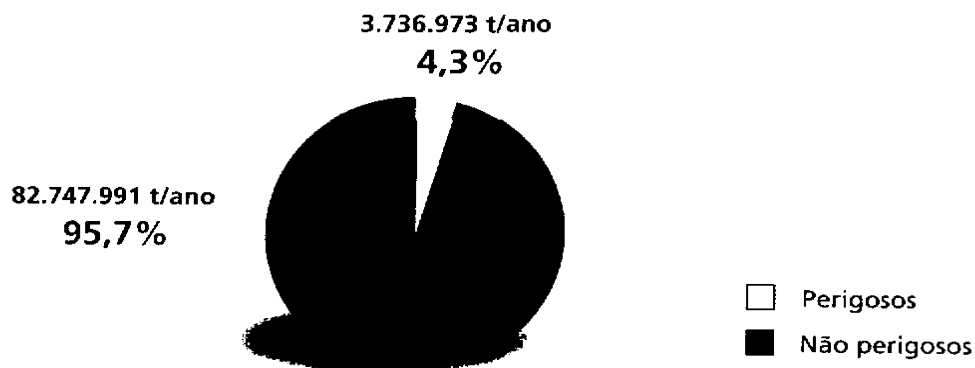
Cerca de 30 millones de habitantes distribuídos en 29 diferentes municipios cuentan con servicios públicos relativos a RSU realizados a través de contratos de concesión otorgados a la iniciativa privada, conforme destacado en el ítem 4.6.1 adelante. En ese universo, donde los recursos comprometidos para inversión superan R\$ 3 mil millones, predominan los contratos que tienen por objeto la recolección y transporte de RSU y la disposición final de estos en rellenos sanitarios.

La ampliación de la contratación por los municipios de servicios públicos relativos a RSU a través de la concesión a la iniciativa privada, solución en la cual los recursos necesarios para inversión son de responsabilidad del prestador de los servicios, es una tendencia que se consolida y que puede ser percibida por acciones como los importantes pliegos en marcha a finales de 2007 en municipios como Curitiba y Belo Horizonte. Un hecho igualmente significativo está en el municipio de Osasco en la región metropolitana de São Paulo, que concedió los servicios de limpieza urbana a través de una PPP – Asociación Público Privada en la modalidad de concesión administrativa.

Figura 3.3.1.1 – Geração de Resíduos Sólidos Industriais no Brasil

Table 3.3.1.1 – Industrial Waste Generation in Brazil (ton/year)

Figura 3.3.1.1 – Generación de Residuos Sólidos Industriales en Brasil (t/año)



Fontes: *Inventários Estaduais de R.S.I. e **Panorama das Estimativas de Geração de Resíduos

Sources: *State Reports on Industrial Waste and **Overview on the Estimation of the Waste Generation

Fuentes: *Inventarios Provinciales de R.S.I. y **Panorama de las Estimativas de Generación de Residuos

3.4 RECICLAGEM

3.4 RECYCLING

3.4 RECICLAJE

3.4.1 Visão Geral da Reciclagem no Brasil

De acordo com o apresentado no item 7 adiante verifica-se que o setor brasileiro de reciclagem de materiais provenientes de embalagens e outras origens ocupa um espaço importante. Porém uma análise da evolução dos índices dos principais materiais reciclados aponta para uma tendência de estabilização, o que pode ser observado na Figura 3.4.1.1 seguinte.

Obviamente que em relação à reciclagem de latas de alumínio e de aço esta tendência é bem natural, pois os elevados índices já atingidos determinam por si só este comportamento. Todavia, em relação à reciclagem das embalagens de PET e de vidro e à reciclagem de papel, materiais estes que registram índices médios de reciclagem, a estabilização dos mesmos parece refletir os problemas logísticos enfrentados por estes materiais no ciclo de distribuição e retorno à produção.

3.4.1 Recycling Overview in Brazil

According to the information exposed in item 7, ahead, it is acknowledged that the packaging and other waste recycling sector in Brazil, occupies an important market. However the indexes evolution for the main materials shown in table 3.4.1.1 suggests a trend of stability.

Obviously that for the aluminum and steel cans recycling, such trend is natural, once the high levels already achieved reveal this tendency. Nevertheless, in relation to PET and glass bottles recycling and to paper recycling, which are achieving medium recycling levels, the indexes stability seems to reflect logistical problems faced by those materials in the distribution and return cycles.

3.4.1 Visión General del Reciclaje en Brasil

De acuerdo con lo que fue presentado en el ítem 7 adelante se verifica que el sector brasileño de reciclaje de materiales originarios de embalajes y otros, ocupa un espacio importante. Sin embargo un análisis de la evolución de los índices de los principales materiales reciclados apunta para una tendencia de estabilización, lo que puede ser observado en la Figura 3.4.1.1 siguiente.

Claro que, en relación al reciclaje de latas de aluminio y de acero, esta tendencia es bien natural, pues los elevados índices ya alcanzados determinan por sí sólo este comportamiento. Sin embargo, en relación a la reciclaje de embalajes de PET y de Vidrio y la reciclaje de Papel, materiales que registran índices medianos de reciclaje, la estabilización de los índices parece reflejar los problemas logísticos enfrentados por estos materiales en el ciclo de distribución y retorno a la producción.

3.2.2 Capacidade Instalada de Tratamento

Com capacidade total instalada de 590 toneladas de RSS/dia, quase o dobro do total atualmente tratado, várias unidades de tratamento de RSS se encontram distribuídas por todas as macro-regiões brasileiras. Esta capacidade instalada, resultante de empreendimentos privados, contempla diversas tecnologias e é mostrada na Figura 3.2.2.1 seguinte.

3.2.2 Installed Capacity for HCW Treatment

With a total installed capacity to treat 590 tons per day, almost two times the total amount currently treated; there are HCW treatment units placed in all Brazilian regions. This installed capacity – resulting from private enterprises embraces to several technologies – is shown in the following Image 3.2.2.1.

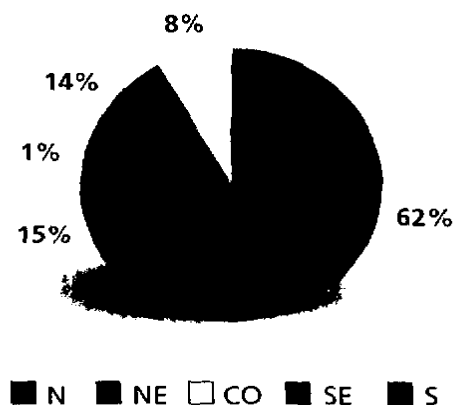
3.2.2 Capacidad Instalada de Tratamiento

Con capacidad total instalada de 590 toneladas día, casi el doble del total actualmente tratado, existen unidades de tratamiento de RES distribuidas por todas las macro-regiones brasileñas. Esta capacidad instalada, resultante de emprendimientos privados contemplando diversas tecnologías, está mostrada en la Figura 3.2.2.1 siguiente.

Figura 3.2.2.1 – Capacidade Instalada de Tratamento de RSS (t/dia)

Image 3.2.2.1 – HCW Treatment Installed Capacity (ton/day)

Figura 3.2.2.1 – Capacidad Instalada de Tratamiento de RES (t/día)



3.3 RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS – RSI

3.3 INDUSTRIAL WASTE

3.3 RESIDUOS SÓLIDOS INDUSTRIALES – RSI

3.3.1 Inventários Estaduais e Visão da Geração Brasileira de Resíduos Sólidos Industriais

Os inventários estaduais de resíduos sólidos industriais realizados por diversos estados vêm permitindo adquirir pouco a pouco uma visão da geração de RSI no país. No item 6 adiante estão apresentados dados de sete destes inventários.

Com melhor abrangência do que em anos anteriores, a reunião da somatória de conhecimentos disponíveis e provenientes de várias fontes sobre a geração de RSI nos permite ter uma visão da geração e da proporcionalidade entre resíduos perigosos e não perigosos, conforme pode ser visto na Tabela 3.3.1.1. seguinte.

3.3.1 Brazilian States Reports and Overview on the Brazilian Generation of Industrial Waste

Some state reports about industrial solid waste give a better vision of this waste generation in the country. In the following item 6 are presented some data from seven of such states reports.

With a better coverage than the previous years, joining the available data from many sources about generation of industrial waste provides us a better understanding of such generation and the proportion between hazardous and non hazardous waste, as it can be seen in the following Table 3.3.1.1.

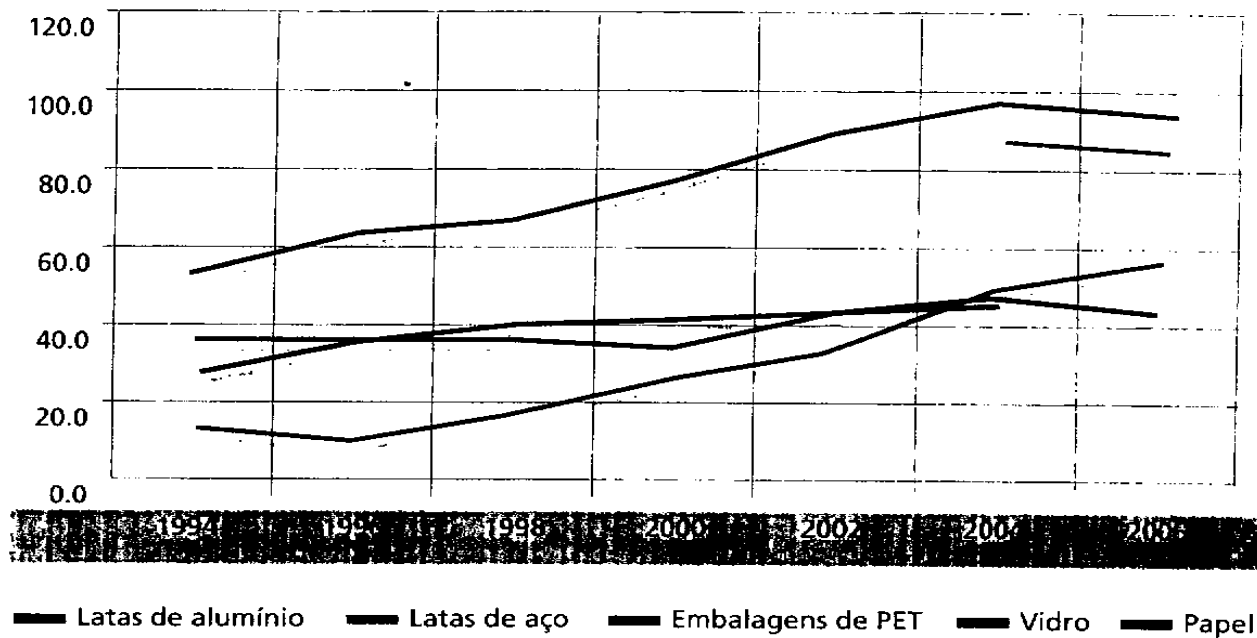
3.3.1 Inventarios Provinciales y Visión de la Generación Brasileña de Residuos Sólidos Industriales

Los inventarios provinciales de residuos sólidos industriales, realizados por diversas provincias permiten adquirir poco a poco una visión de la generación de RSI en el país. En el ítem 6 adelante son presentados datos de siete de estos inventarios. Con mejor amplitud que en años anteriores, la reunión de la suma de conocimientos disponibles y originarios de varias fuentes sobre la generación de RSI permite que tengamos una visión de esa generación y de la proporción entre residuos peligrosos y no peligrosos, conforme puede ser visto en la Figura 3.3.1.1. siguiente.

Figura 3.4.1.1 - Evolução Percentual do Índice de Reciclagem no Brasil

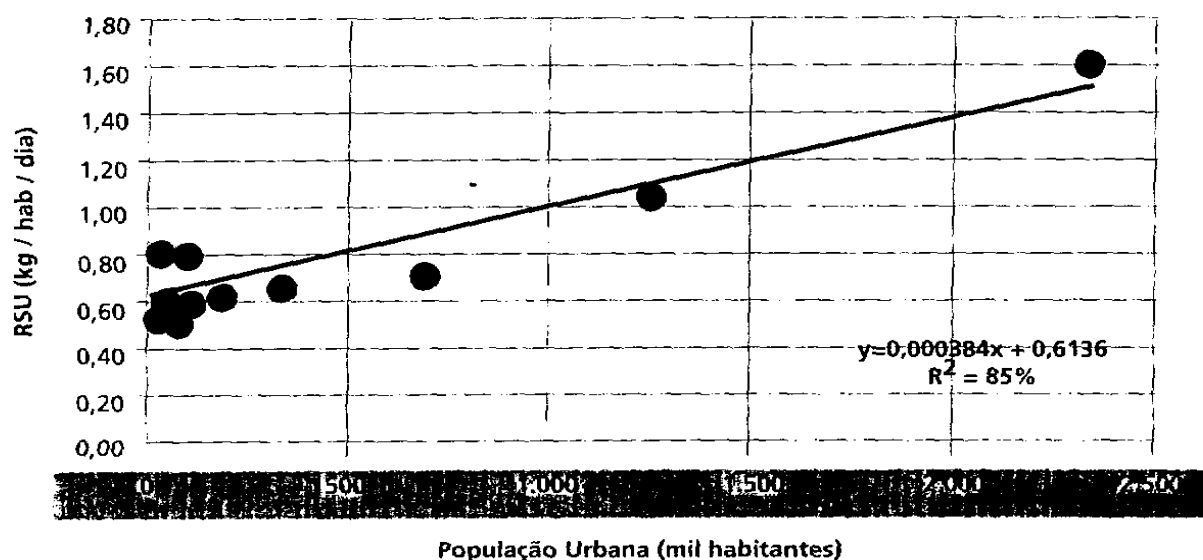
Table 3.4.1.1 – Annual Evolution of Recycling Indexes in Brazil by Percentage

Figura 3.4.1.1 – Evolución Porcentual del Índice de Reciclaje en Brasil



UF	Município	População Urbana 2007 (hab)	RSU (t / dia)	RSU Coletado por Habitante (kg / hab / dia)
MG	Vespasiano	94.191	50	0,53
RJ	Itatiaia	15.163	10	0,64
RJ	Resende	111.600	73	0,65
RJ	São Gonçalo	960.631	770	0,80
RJ	Volta Redonda	255.653	153	0,60
SP	Americana	199.094	125	0,63
SP	Araraquara	187.917	132	0,70
SP	Assis	89.639	50	0,56
SP	Atibaia	104.642	63	0,60
SP	Birigui	100.682	60	0,60
SP	Campinas	1.031.035	711	0,69
SP	Carapicuíba	379.566	216	0,57
SP	Diadema	386.779	263	0,68
SP	Itapira	63.002	43	0,69
SP	Jandira	103.578	57	0,55
SP	Mairiporã	57.899	36	0,62
SP	Marapoama	1.779	1	0,53
SP	Marília	211.551	131	0,62
SP	Matão	72.364	43	0,60
SP	Monte Castelo	2.975	2	0,57
SP	Osasco	701.012	589	0,84
SP	Pindamonhangaba	129.341	75	0,58
SP	Ribeirão Preto	547.417	471	0,86
SP	Santa Bárbara d'Oeste	183.593	119	0,65
SP	Santo André	667.891	568	0,85
SP	Santópolis do Aguapeí	3.801	2	0,61
SP	São Bernardo do Campo	774.590	542	0,70
SP	São José do Rio Preto	382.283	284	0,74
SP	São José dos Campos	592.894	391	0,66
SP	São Vicente	323.599	197	0,61
SP	Sorocaba	556.419	357	0,64
SP	Várzea Paulista	100.406	53	0,53
Total		14.602.065	11.163	

Macro-Região Centro-Oeste

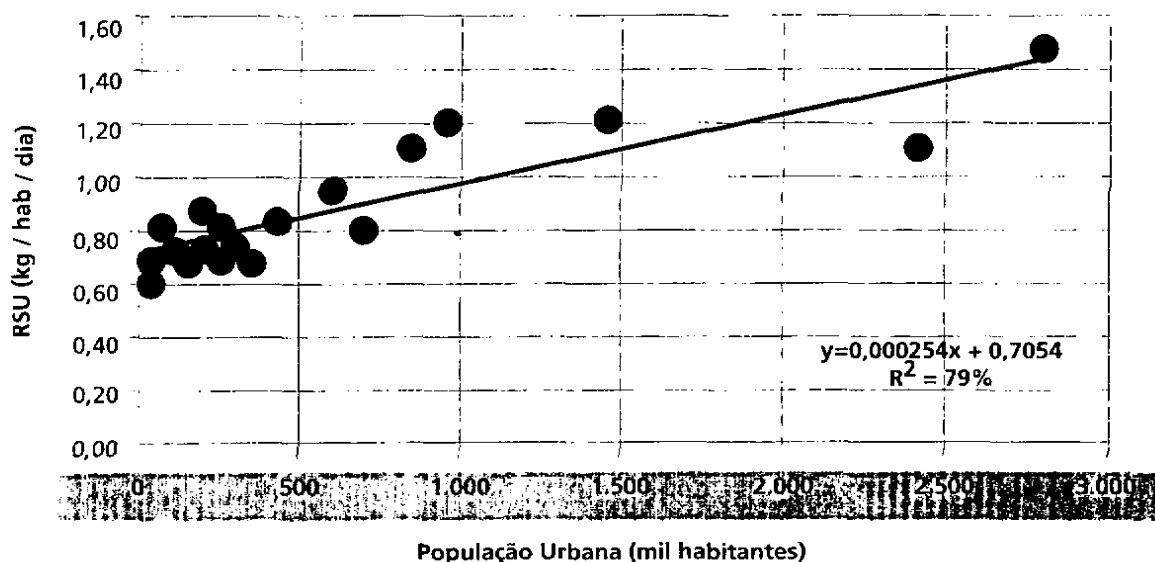


Macro-Região Sudeste

Tabela 4.1.1.6 – Amostragem Representativa dos Municípios da Macro-Região Sudeste com Dados de Coleta de RSU

UF	Município	População Urbana 2007 (hab)	RSU (t / dia)	RSU Coletado por Habitante (kg / hab / dia)
DF	Brasília	2.325.910	3.675	1,58
ES	Cariacica	356.536	214	0,60
ES	Serra	385.370	250	0,65
ES	Vitória	314.042	251	0,80
MG	Araguari	99.960	60	0,60
MG	Araxá	87.764	52	0,59
MG	Belo Horizonte	2.412.937	2.654	1,10
MG	Conceição do Mato Dentro	10.652	6	0,60
MG	Formiga	58.958	40	0,68
MG	Governador Valadares	256.956	154	0,60
MG	Ibirité	148.535	90	0,61
MG	Ituiutaba	90.147	54	0,60
MG	Juiz de Fora	513.348	411	0,80
MG	Pedro Leopoldo	47.041	25	0,53
MG	Taiobeiras	24.475	15	0,60
MG	Uberaba	287.760	173	0,60
MG	Varginha	114.596	73	0,64

Macro-Região Nordeste



Macro-Região Centro-Oeste

Tabela 4.1.1.5 – Amostragem dos Municípios da Macro-Região Centro-Oeste com dados de Coleta de RSU

UF	Município	População Urbana 2007 (hab)	RSU (t / dia)	RSU Coletado por Habitante (kg / hab / dia)
DF	Brasília	2.325.910	3.675	1,58
GO	Anápolis	312.126	198	0,64
GO	Catalão	66.890	54	0,80
GO	Cristalina	29.233	23	0,80
GO	Goiânia	1.221.644	1.200	0,98
MS	Campo Grande	706.319	530	0,75
MS	Dourados	168.025	92	0,55
MS	Maracaju	25.394	15	0,60
MS	Naviraí	39.292	24	0,61
MT	Cáceres	63.549	35	0,55
MT	Colíder	20.522	11	0,56
MT	Cuiabá	501.511	311	0,62
MT	Juína	29.734	24	0,80
Total		5.510.149	6.193	

Macro-Região Nordeste**Tabela 4.1.1.4 – Amostragem Representativa dos Municípios da Macro-Região Nordeste com Dados de Coleta de RSU**

UF	Município	População Urbana 2007 (hab)	RSU (t / dia)	RSU Coletado por Habitante (kg / hab / dia)
AL	Maceió	846.344	931	1,10
BA	Alagoinhas	112.412	79	0,70
BA	Amargosa	22.074	13	0,60
BA	Camaçari	206.285	150	0,73
BA	Itabuna	200.617	140	0,70
BA	Porto Seguro	93.295	63	0,67
BA	Salvador	2.833.424	4.080	1,44
BA	Santo Antônio de Jesus	70.695	57	0,80
CE	Fortaleza	2.431.415	2.675	1,10
CE	Sobral	167.311	115	0,69
MA	Açailândia	78.971	63	0,80
MA	Imperatriz	229.671	161	0,70
MA	São Luís	957.515	1.139	1,19
PE	Caruaru	245.555	195	0,79
PE	Jaboatão dos Guararapes	644.538	516	0,80
PE	Olinda	380.146	304	0,80
PE	Petrolina	202.325	142	0,70
PE	Recife	1.519.713	1.824	1,20
RN	Mossoró	213.452	175	0,82
SE	Aracaju	520.303	468	0,90
SE	Itabaiana	22.047	14	0,65
SE	Lagarto	57.556	40	0,70
Total		12.055.662	13.343	

Fontes: Pesquisa ABRELPE (2005 / 2006 / 2007), SNIS 2005 e IBGE (contagem da população 2007)

Projeções dos RSU Coletados por Macro-Região e para o Brasil

Os municípios que compõem a amostragem representativa das cinco macro-regiões brasileiras, com seus respectivos dados de coleta, são apresentados nas Tabelas 4.1.1.3 a 4.1.1.7 e após cada tabela é indicado o coeficiente de correlação para cada macro-região com o respectivo nível de significância.

As projeções totais de RSU coletados por macro-região do país e para o Brasil como um todo são apresentadas na Tabela 4.1.1.8, a qual também indica as respectivas margens de erro.

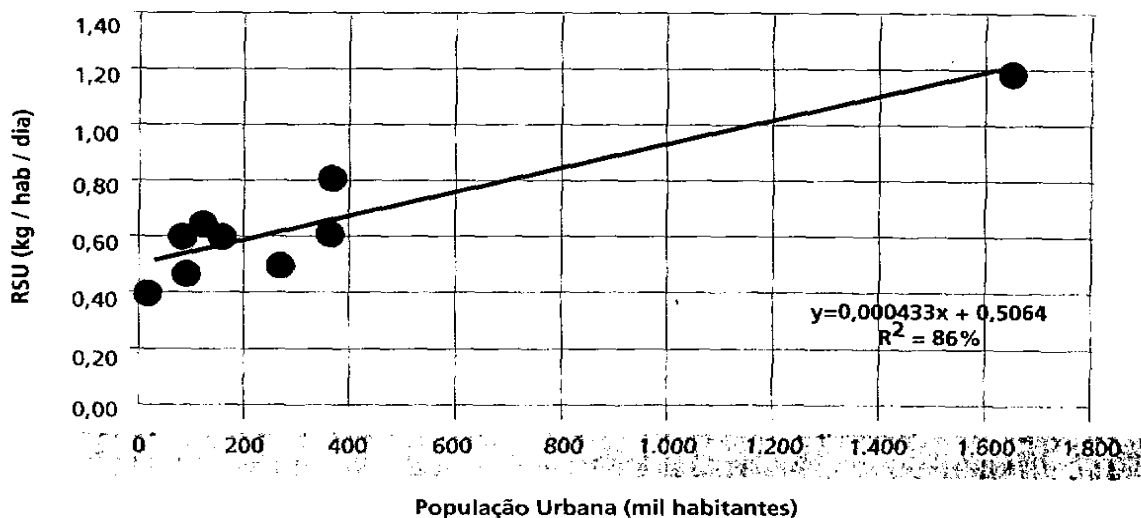
Macro-Região Norte

Tabela 4.1.1.3 – Amostragem Representativa dos Municípios da Macro-Região Norte com Dados de Coleta de RSU

UF	Município	População Urbana 2007 (hab)	RSU (t / dia)	RSU Coletado por Habitante (kg / hab / dia)
AM	Manaus	1.646.602	1.976	1,20
AP	Macapá	343.271	275	0,80
PA	Parauapebas	131.926	83	0,63
PA	Santarém	232.637	117	0,50
PA	Tucuruí	88.073	42	0,47
RO	Ji-Paraná	97.250	58	0,60
RO	Porto Velho	320.142	198	0,62
TO	Araguaína	101.925	61	0,60
TO	Palmas	163.970	98	0,60
TO	Tocantinópolis	16.638	7	0,40
Total		3.142.434	2.914	

Fontes: Pesquisa ABRELPE (2005 / 2006 / 2007), SNIS 2005 e IBGE (contagem da população 2007)

Macro-Região Norte



4. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – RSU

4.1 COLETA E GERAÇÃO DE RSU

A partir desta edição, o Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil passa a adotar como referência das quantidades de RSU coletados e gerados nas macro-regiões geográficas do país os dados resultantes das projeções realizadas pela ABRELPE através de metodologia científica, devidamente explicitada no item 2. Tais dados são respectivamente apresentados nos itens 4.1.1 e 4.1.2.

4.1.1 Coleta de RSU – Projeções ABRELPE

As informações relativas aos serviços de coleta de RSU utilizadas tiveram por origem as pesquisas realizadas pela ABRELPE junto aos municípios brasileiros em 2005, 2006 e 2007 e, subsidiariamente, às pesquisas do SNIS realizadas de 2002 a 2005.

O total de municípios analisados foi de 330, sendo que 116 (35%) foram selecionados como amostragem representativa para a projeção da quantidade de resíduos sólidos coletados no Brasil e em cada uma de suas macro-regiões, conforme tabela 4.1.1.1.

Tabela 4.1.1.1 – Municípios Analisados e Utilizados para Projeções (Amostragens Consideradas)

Macro-Região	Quantidade de Municípios Analisados (A)	Quantidade de Municípios Utilizados para Projeções (P)	(P) / (A)
Norte	27	10	37%
Nordeste	60	22	37%
Centro Oeste	21	13	62%
Sudeste	146	48	33%
Sul	76	23	30%
Total	330	116	35%

Seqüencialmente, a Tabela 4.1.1.2 mostra que a população dos municípios selecionados para projeção totaliza 40 milhões de habitantes, ou seja, 26% da população urbana total do Brasil (152,5 milhões de habitantes), segundo a contagem da população do IBGE/2007. Com isso, logrou-se obter maior consistência nas projeções da quantidade de resíduos sólidos urbanos coletados com o aumento dos coeficientes de correlação entre esses volumes e a população urbana de cada município.

Tabela 4.1.1.2 – População Urbana Geral e População Urbana dos Municípios Utilizados para as Projeções

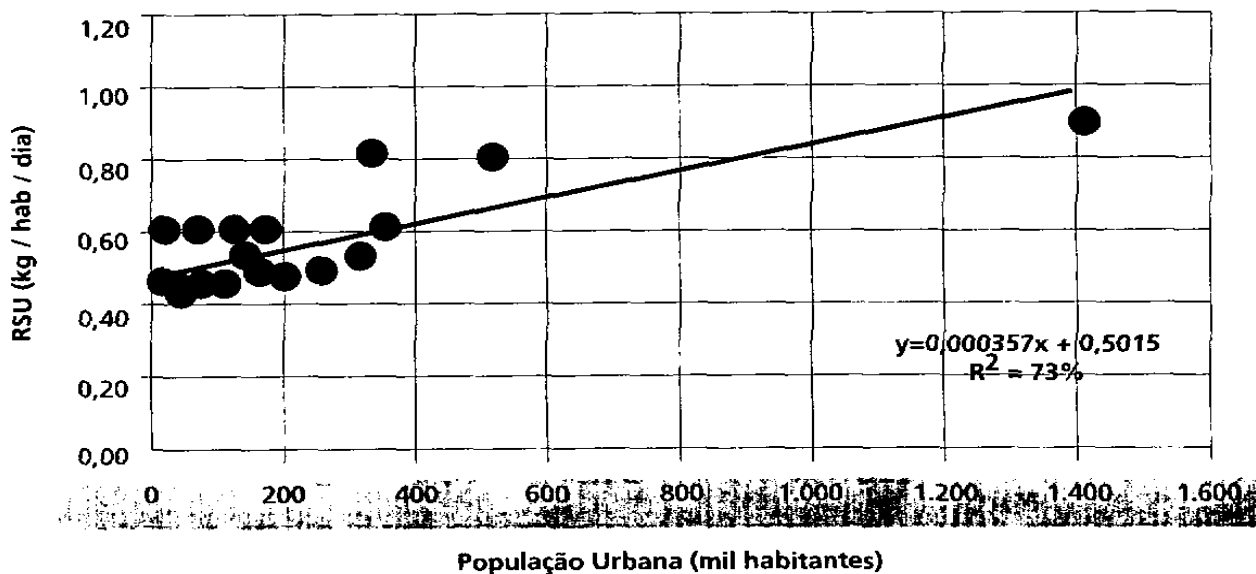
Macro-Região	População Urbana (A)	População Urbana dos Municípios Utilizados para Projeções (P)	(P) / (A)
Norte	10.058.979	3.142.434	31%
Nordeste	36.577.772	12.055.662	33%
Centro Oeste	12.269.829	5.510.149	45%
Sudeste	71.557.902	14.602.065	20%
Sul	22.032.325	4.723.677	21%
Total	152.496.807	40.033.987	26%

(cont.)

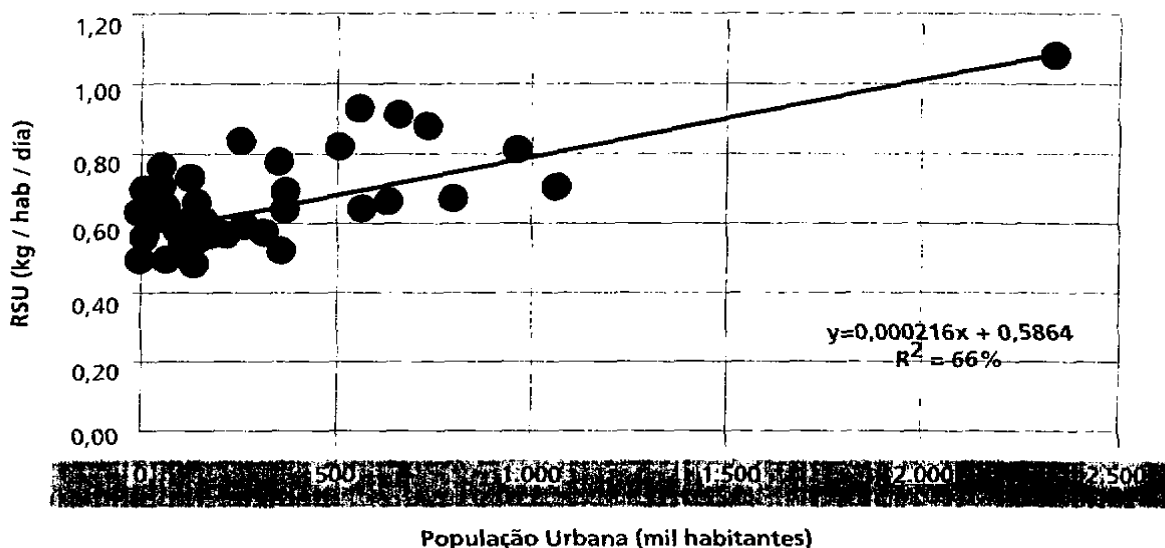
UF	Município	População Urbana 2007 (hab)	RSU (t / dia)	RSU Coletado por Habitante (kg / hab / dia)
RS	Três Coroas	19.847	10	0,50
SC	Biguaçu	49.248	25	0,50
SC	Blumenau	279.549	157	0,56
SC	Chapecó	155.835	94	0,60
SC	Criciúma	172.016	103	0,60
SC	São José	196.887	106	0,54
Total		4.723.677	3.325	

Fontes: Pesquisa ABRELPE (2005 / 2006 / 2007), SNIS 2005 e IBGE (contagem da população 2007)

Macro-Região Sul



Macro-Região Sudeste



Macro-Região Sul

Tabela 4.1.1.7 – Amostragem Representativa dos Municípios da Macro-Região Sul com Dados de Coleta de RSU

UF	Município	População Urbana 2007 (hab)	RSU (t / dia)	RSU Coletado por Habitante (kg / hab / dia)
PR	Londrina	494.087	395	0,80
PR	Marialva	23.677	12	0,50
PR	Maringá	325.968	261	0,80
PR	Palmas	163.970	89	0,54
PR	Rolândia	49.440	24	0,48
PR	São José dos Pinhais	242.231	128	0,53
PR	Toledo	98.411	49	0,50
PR	União da Vitória	49.103	25	0,50
RS	Canoas	322.034	196	0,61
RS	Carazinho	56.140	27	0,48
RS	Erechim	85.261	43	0,50
RS	Farroupilha	45.602	22	0,48
RS	Passo Fundo	175.778	93	0,53
RS	Porto Alegre	1.360.367	1.265	0,93
RS	Santa Cruz do Sul	99.585	60	0,60
RS	Santa Rosa	54.425	33	0,60
RS	São Leopoldo	204.216	110	0,54

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Cícero Lucena, vou solicitar que as notas taquigráficas com as observações de V. Ex^a sejam encaminhadas à Mesa Diretora, para, de acordo com o Regimento, deliberar.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço votos de que o chamado Encontro do Rio, que se está realizando hoje na República Dominicana, seja proveitoso para que Equador e Colômbia encontrem os rumos do entendimento e da paz.

Senador Paulo Paim, não sei se é guerra de informação ou se é realidade. Espero que seja apenas guerra psicológica o que a imprensa começa a noticiar. Ontem, as televisões – e os jornais hoje repetem – deram uma notícia que considero muito curiosa e altamente grave, senão vejamos: o Governo do Equador admite a possibilidade de, no embate havido em seu território, terem morrido estudantes mexicanos que ali se encontravam. A justificativa é a de que esses estudantes estariam fazendo pesquisa sobre a atuação de guerrilha na selva.

Senador Cícero Lucena, esse é um fato inusitado e curioso. Esses estudantes estavam fazendo pesquisa sobre guerrilha para atender a quem, a serviço de quem? Estavam autorizados pelo Governo do México? O Governo do México e a universidade a qual eles pertenciam tinham conhecimento disso? O Governo do Equador autorizou a entrada dos estudantes? Visto de estudante é um visto específico.

Ora, se isso for verdade, Senador Paim, esse é um fato grave que mostra outra face de todo esse episódio. Se é verdade, lamentamos de antemão o ocorrido, lamentamos pela perda de vida de jovens, mas é preciso que as autoridades que participaram desse episódio, autorizando o deslocamento desses universitários, sejam responsabilizadas por isso.

É um fato intrigante, Senador Mozarildo, como intrigante também – quero crer que seja guerra de informação – é a anunciada prisão de um comerciante internacional de armas feita ontem na Tailândia. Segundo a Polícia tai-

landesa, esse senhor estaria comprando armas para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Senador Cícero Lucena, a guerra psicológica, a guerra de informação, em momentos como este, existe, mas, se esses dois fatos forem verdadeiros, vamos ver que existe algo no ar além dos aviões de carreira. São muito curiosos fatos dessa natureza. Aliás, recomendo a leitura, no *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo, da transcrição, Senador Paim, do seu colega de Partido Marco Aurélio Garcia de uma entrevista sobre esses episódios e da visão do assessor do Presidente Lula – foram declarações dele. Ora, quem tem um assessor daquela natureza não precisa mais de inimigo. Bom, mas esse é outro assunto.

Penso que a Organização dos Estados Americanos (OEA) tem de conferir esses fatos, pois são graves. Senador Paim, estudantes do México irem pesquisar sobre atividade da guerrilha das Farc – e o curioso – não em território colombiano, mas em território equatoriano?! Se os estudantes foram atingidos no Equador, é sinal de que o Equador servia de base e não de que os membros das Farc estariam ali eventualmente. É preciso que essa análise seja feita com mais profundidade.

O segundo assunto de que quero tratar aqui e que vem chamando a atenção de todos é a questão desagradável envolvendo brasileiros que chegam à Espanha. A Comissão de Relações Exteriores tomou algumas providências. Cobramos explicações do Embaixador Ricardo Peidró e do Itamaraty. O Ministro interino Samuel Guimarães conversou com o Embaixador. A Comissão convocou algumas autoridades responsáveis pela área de imigração brasileira para dar depoimento. Convidamos a universitária da Universidade de São Paulo (USP) Patrícia Magalhães, para que venha ao Senado, à Comissão de Relações Exteriores, esclarecer fatos dessa natureza.

Não podemos permitir que isso se repita, até em respeito à amizade tradicional que nos une aos espanhóis. É preciso que se examine exatamente o que vem ocorrendo. Por outro lado, as autoridades brasileiras precisam também tomar cuidado, algumas cautelas com relação à documentação dos que deixam o País sem preencher todas elas, a fim de evitar, de diminuir esses dissabores. De qualquer maneira, o silêncio do Consulado em Madri e a pouca ação da Embaixada brasileira merecem pelo menos o registro. Principalmente o Consulado, no caso, teria de, imediata e constantemente, informar o Brasil sobre esses fatos. A queixa é generalizada, por falta de apoio e de solidariedade por parte das nossas autoridades.

Está em plenário o Senador Cícero Lucena. Antes de tratar desse assunto, quero dizer que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está tomando as providências que o Parlamento permite, mantendo contato com o Ministério das Relações Exteriores. Tivemos contato, inclusive, com o próprio Embaixador da Espanha, que se prontificou a conversar conosco, no começo da semana, sobre o assunto. Eu queria prestar esses esclarecimentos. Haverá uma audiência pública, Senador Paim – V. Ex^a está convidado a participar. Tomara que os esclarecimentos sejam prestados!

Eu queria falar, agora, um pouco, do Orçamento. Senador Cícero Lucena, participamos de algumas reuniões, e cheguei a uma conclusão. O Senador Paim vai me desculpar. Eu pensava que o PT fosse um partido forte e organizado. Qual nada! PSDB coisa nenhuma! P-SOL não existe! O Partido mais forte nesta Casa do Congresso chama-se “Partido do Orçamento”, ao qual se junta todo mundo: PT, PV etc. Quem tem acesso à Comissão fala a mesma linguagem e tem o mesmo credo; os interesses são comuns. Precisamos encontrar um caminho para evitar, ano a ano, esse constrangimento. Se abrirmos os Anais desta Casa, veremos que venho falando, constantemente, sobre a degradação na feitura do nosso Orçamento.

Senador Cícero Lucena, existe, em primeiro plano, uma guerra regional: os Estados mais fortes querem passar por cima dos mais fracos, e o nosso velho e sofrido Nordeste paga um preço altíssimo por isso. Mas tudo bem: é briga institucional, é briga legítima, onde cada um quer para o seu Estado o melhor. Mas o que não pode haver são essas brigas paralelas, esses orçamentos anexados, nos quais não há a participação da Casa como um todo, mas apenas de um grupo de privilegiados. É o caso do anexo, a que pouco mais de noventa Parlamentares tiveram acesso. E aí usam o argumento de que são os que se interessaram. É meia-verdade: são os que puderam se interessar. A Comissão tem alguns mecanismos de acesso: precisa ser membro, precisa estar informado. Essa esperteza do anexo é inédita e foi criada exatamente para fazer com que, além do Orçamento tradicional, viesse essa nova modalidade.

Preocupou-me muito, Senador Paim, porque, no atual Governo, já se desmoralizaram as ONGs, desvirtuou-se o objetivo das ONGs, já se desmoralizou o cartão corporativo, já se desmoralizou o fundo partidário, e temo que queiram também desmoralizar o Orçamento. Não sei, sinceramente, qual a intenção se isso vier a ser verdade. O que não pode ocorrer é essa guerra de informação e contra-informação.

Ontem, eu participaria, a pedido do Líder do Partido e por delegação do nosso aliado na Oposição, Senador Arthur Virgílio, de uma reunião que não começou. Cheguei às 9h. A sala estava cheia de Deputados, que legitimamente defendiam seus interesses e suas regiões. Havia ali dois ou três Senadores e uma quantidade imensa de pessoas que não sei quem são. Podiam ser assessores, interessados, lobistas, empresários, mas eram presenças impróprias para um assunto daquela natureza. E começou um bate-boca que não nos levaria a lugar nenhum, apenas desgastaria a relação e poderia levar a comentários da imprensa no fim de semana. Não discutimos, absolutamente, nenhum item, nenhuma proposta, até porque não havia a menor condição, não havia o menor clima.

Mais tarde, fui surpreendido com a notícia de que eu, como representante, teria sido um empecilho, porque teria exigido que R\$20 bilhões fossem destinados à Lei Kandir. Tenho vários defeitos, mas não sou doído nem burro. Se estávamos na tentativa de equacionar a redistribuição de R\$500 milhões, eu não poderia, de maneira nenhuma, exigir R\$15 bilhões. Seria uma loucura extrema! Em nenhum momento, falei em Lei Kandir; em nenhum momento, tratei desse assunto. Apenas me limitei a pedir o adiamento para terça-feira. Minha surpresa, Senador Lucena, foi que, logo mais, as agências noticiosas atribuíram a mim a idéia da Lei Kandir, e a informação prestada teria sido do Relator José Pimentel, com quem tentei, várias vezes, falar. Ao final da tarde, quando foi possível a ligação, ele negou peremptoriamente, dizendo que, em nenhum momento, teria feito tal afirmação.

Hoje, a imprensa dividiu-se: uma parte corrige a versão; a outra, não. Talvez, não tenha tido tempo de receber o desmentido. Depois, eu soube que o próprio Relator fez essa comunicação na tribuna da Câmara dos Deputados. Agradeço-lhe, porque, numa situação como essa, o que menos colabora e o que menos ajuda é o diz-que-me-diz-que.

Para deixar bem claro, Senador Cícero Lucena, de uma vez por todas, ninguém vai poder acusar a Oposição de não ter tido boa vontade e de não querer votar esse Orçamento. Com prejuízos, concordamos com a proposta feita pelo Líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands. É uma proposta lógica, com que nós, da Oposição, concordamos, num gesto não só de boa vontade, mas de grandeza. Não sei por que, na manhã seguinte, o acordo não se consumou, mas há uma diferença muito grande entre o acordo não se ter consumado e a acusação de que a Oposição não quer votar.

Paralelamente, começam-se a ouvir os burburinhos e os rumores da ameaça de o Governo mandar créditos por meio de medidas provisórias. Cabe ao Presidente da Casa aceitá-las ou não. Essa é uma questão que precisa ser bem definida. É preciso definir se vamos suportar mais esse tipo de humilhação, se a Casa vai-se agachar, se é constitucional, até porque existe, por parte do PSDB, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) em que se discute a inconstitucionalidade da matéria.

Senador Cícero Lucena, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Heráclito, entre os temas que V. Ex^a tem tratado com muita oportunidade, retrato um pouco ainda a questão da Espanha. Seu alerta e sua cobrança, práticas suas como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e como Senador, são muito oportunos. Por que nossa Embaixada já não esclareceu o assunto? Qual é o papel dela nesse trabalho? Dou meu testemunho de que já fui, várias vezes, à Espanha, algumas delas para percorrer o Caminho de Santiago de Compostela, e nunca vi nenhum clima de desatenção, de descortesia por parte do governo espanhol e, muito menos, do povo espanhol. O esclarecimento é fundamental. V. Ex^a está cobrando esse encontro que vai haver, a audiência pública, um encontro com o Embaixador, mas também a diplomacia brasileira tem de dar o esclarecimento ao povo brasileiro do que verdadeiramente está ocorrendo ali. Quanto à questão do Orçamento, V. Ex^a está retratando de forma fiel o que está ocorrendo na Comissão e o porquê de não aceitarmos o que estão dizendo, ou seja, que o Governo quer votar o Orçamento e a Oposição não quer. Daqui a pouco, vão dizer que está faltando recurso para o Bolsa-Família por que o Orçamento não foi votado. O Sr. Relator resumiu, de forma muito feliz, que nós, da Oposição, aceitamos a proposta feita pelo Líder do PT na Câmara, segundo a qual esses recursos que antes estariam destinados ao anexo criado no decorrer do processo fossem repactuados entre os Estados por um critério já previsto na lei: 50% em função do Fundo de Participação, e aí corrige-se um pouco a distorção para a Região Nordeste, que teria um percentual um pouco maior nessa partilha; 40% em relação à média dos três últimos anos da participação de cada Estado; e 10% *per capita*. Essa alternativa proposta, a Oposição a aceitou, mas alguns que se dizem da Base do Governo, efetivamente, pressionaram o Relator e não estão querendo conduzir da forma que achamos mais justa. Que, a partir daí, a partilha no Estado seja discutida com a Bancada! É a melhor alternativa. A Oposição

estaria pronta, com essas correções que precisam ser feitas urgentemente. É preciso parar com essa história de muitos não quererem cumprir o que conversamos e acertamos na reunião. Com medo de uma pressão que não sei de onde vem, não querem aceitar o que foi devidamente acordado. Parabens V. Ex^a por tratar de temas tão importantes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, quero dizer que, com relação a essa questão do Orçamento, entrei na última hora. Não sou membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em 26 anos de Parlamento, participei dessa Comissão por um ano. Não é o meu perfil, não é a minha vocação, mas, a pedido do Líder do meu Partido, tive de intermediar gestões conciliatórias.

O que me frustra, Senador Mão Santa, é a apatia com que o Governador do Piauí se comporta quanto à questão do Orçamento. O percentual do Piauí vem caindo ano a ano: era de 3,7, caiu para 3,5 e, agora, é de 3,2. Não caiu mais porque mostramos uma reação – eu, o Deputado Marcelo Castro e o Deputado Júlio César. Estávamos presentes e vínhamos lutando por isso há alguns dias, assim como o Deputado Mussa, coordenador da Bancada, mas o Governador não tem a menor preocupação em fazer com que mais recursos sejam destinados ao Piauí.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, num gesto de grandeza que o Piauí terá de reconhecer, um dia – agora, não espere, não –, abriu mão de uma emenda sob sua responsabilidade para o Governo do Estado, que optou pela recuperação do Porto de Luiz Correia, uma obra urgente e necessária, mas traiu a confiança de V. Ex^a e do Piauí, porque, paralelamente a isso, não está tomando as providências legais e jurídicas para retomar o controle desse porto, que foi privatizado há alguns anos.

O meu medo é que estejam fazendo uma malandragem inaceitável, e vou protestar, Senador Mão Santa, pois essa malandragem trairá sua confiança. Lá na frente, no mês de agosto ou de setembro, por aí, essa obra será remanejada para atender algum interesse de gulosos por Orçamento. Se não acontecer isso, o Piauí vai perder 16 milhões e vai cair para 2,7 o percentual, o que é uma desmoralização.

Senador Mão Santa, o Governador nunca procurou se reunir com a Bancada, a não ser uma vez, para retirar recursos com emendas que seriam da Prefeitura de Teresina, tradicionalmente – tem maioria, tem rolo compressor, ele tem os do Partido dele e tem os que aderiram. É lamentável que não haja uma obra de infra-estrutura do Governador. Eu quero isso para o

Piauí, é fundamental: união de energia, estrada estruturante, gasoduto, hidrelétricas, de que ele falou tanto, a Transnordestina, que vai viabilizar o escoamento dos minérios e dos produtos agrícolas que o Piauí possui. A soja produzida está tendo seu preço aumentado, então é lamentável, é triste.

Para o gasoduto, o dinheiro foi colocado, numa luta que todos tivemos, com a ajuda do Ceará e do Maranhão. E os setores da burocracia da Esplanada dos Ministérios, aqueles que não gostam do Nordeste e que desconhecem o Piauí, se negaram a liberar esses recursos, e não houve qualquer reação, não houve protesto algum.

Senador Mão Santa, a cada semana, vemos o Governador chegar, no Piauí, e dizer que “está tudo bem”, que tem “ilhões”, não vou mais dizer se são milhões ou bilhões, é tanto dinheiro que vamos criar uma nova moeda, são os “ilhões”; “ilhões” para isso, “ilhões” para aquilo...

Eu já disse uma vez e vou repetir: tenho uma admiração pelo Governador, pela paciência, mas, olha...

Quando eu era menino, havia um doido, um bom doido, um doido bom – lá na Paraíba havia aquela que andava no cavalo, que tomava conta do Palácio, a Vassoura (estou quase ficando paraibano), aquela que atazanava a vida da extraordinária figura, que foi meu companheiro, Ernani Sátyro. Ela tomava conta do Palácio. Lembro-me bem, eu era garoto, começando na vida pública, fui algumas vezes visitar o velho Ernani Sátyro e a Vassoura, cavalgando ali na frente, com a vocação udenista. Bom, o Jaime doido era um homem impressionado com números e dizia que havia um pecuarista em Campo Maior que tinha tanto boi que os números acabavam e os bois continuavam passando no curral. Era impressionado. Tinha mania de grandeza. O Governador tem essa mesma vocação. “ilhões” para lá, “ilhões” para cá, dinheiro daqui...

Recentemente, fez uma viagem de turismo, foi à Espanha, a Portugal, espero – não vou nem fazer essa citação –, foi à Itália.

Vai ver que tem planos para reequilibrar a Torre de Pisa. Ou então, fazer uma, no Piauí, maior ainda.

Senador Cícero Lucena, é triste o que vemos! E, aí, diz: “O Piauí vai ter o maior campo de golfe do mundo em Luís Correia”. Esse campo de golfe já vem sendo prometido por um grupo de picaretas espanhóis há quantos anos, Senador Mão Santa?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Desde o Alberto Silva.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente. Uns picaretas. “Duzentos milhões de dólares”, disse-me uma vez um empresário. Eu lhe

respondi: “Olha, investimento estrangeiro todinho somado não dão duzentos milhões de dólares. Você engana outro; a mim, não! Pé no chão, meu caro!” Agora vem essa história de novo. Enganar o Piauí com a promessa de vôos internacionais para Parnaíba. E aí vem vôo da Itália, vem vôo da Espanha, vem vôo de Portugal. Vamos ter um movimento parecido com o de Guarulhos, pelo otimismo do Governador. Enquanto isso, os jornais de ontem publicaram que está interdito pela Anac o aeroporto de São Raimundo Nonato, que é outro pólo turístico do Estado, porque lá se situa a Serra da Capivara. Durma-se com um barulho desse!

De maneira clara, hoje, não temos, Senador Mão Santa, qualquer alegria no Piauí, apenas tristezas; acima de tudo, escândalo. Não quero entrar no mérito, porque não conheço os detalhes, mas ontem fui surpreendido com um bate-boca entre o Secretário de Saúde e o Deputado Estadual, que conheço – o conheço toda a sua família, a partir do avô, que é Marden Meneses, neto do Tomaz Menezes e filho do Luiz Menezes. Não quero entrar no mérito, apenas alertar o Ministro da Saúde para esse fato. As denúncias de superfaturamento podem ser verdadeiras ou não. Mas o Ministro Temporão tem sido um homem atento a esses fatos. É preciso que eles sejam apurados, até para inocentar o Secretário e deixá-lo trabalhar em paz, ou para punir a pessoa que acusou o Secretário – uma pessoa de uma empresa, parecida com o nome da Finatec, só que, lá, é Funatec. Eu já não lhe disse uma vez que o Governo do Piauí copia tudo que aqui em Brasília se faz de errado?! É uma tal de Funatec, salvo engano, se eu estiver errado, depois eu corrijo na Taquigrafia. Isso tem tomado o tempo do Piauí todo. O noticiário da imprensa: acusação para lá, acusação para cá... Ministro Temporão, “cachorro mordido de cobra corre com medo de salsicha”. Sendo verdade ou não, mande examinar isso. O Ministério da Saúde já passou por vexames, por dissabores, por escândalos recentemente, não em sua administração. Mande conferir, até para dar segurança ao Secretário, para que o Secretário possa trabalhar. Não é justo que o Secretário, homem da confiança absoluta do Governador Wellington Dias, seja caluniado, massacrado...

Essas coisas precisam ser apuradas. O Deputado Marden Meneses, ao denunciar, cumpriu o seu dever. Evidentemente, espero que ele esteja embasado em documentações, consciente das denúncias que fez, até porque não pode passar pelo dissabor da desmoralização. Tenho essa esperança.

Senador Mão Santa, com muito prazer, dou-lhe o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, nós, do Piauí, estamos orgulhosos pela maneira como V. Ex^a, com muita competência, vem dirigindo a Comissão de Relações Exteriores. Não vou relembrar coisas do passado, mas o recente imbróglio das Farc, envolvendo Colômbia, Equador, Venezuela, quando, em um momento de muita competência, V. Ex^a trouxe o Ministro. Nunca houve tanta rapidez. Agora se debruça sobre a problemática do relacionamento Brasil e Espanha, com prudência e inteligência, além da preocupação com o Orçamento. Presidente Senador Mozarildo, todo o País se lembra daquele escândalo dos anões do orçamento. Senador Cícero Lucena, agora não tem mais anão, não, mas, sim, um gigante! Deoclécio Dantas, nosso jornalista, dizia: “É uma lastima!” O Piauí, nos Orçamentos passados, recebia 3,2%, agora, este percentual está em queda. Este Governador... Como era mesmo o nome do doido, Heráclito?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Jaime doido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Jaime doido. Rapaz, em Parnaíba, havia um caso parecido. Existia lá uma pessoa agradável, uma figura ótima, que atendia por Domingão. Senador Heráclito, Domingão era gente boa – olha, parece-me que baixou o espírito do Domingão nesse Governador. Domingão, quando passava um jipe – naquele tempo havia muitos jipes da Williams, porque as estradas eram um verdadeiro areal – corria atrás. Ele corria mais do que o jipe. Depois, vinha pedir um agrado. Então, eu acho que este Governador pegou o espírito do Domingão: ele está correndo o mundo todo, louca e irresponsavelmente. Outro dia – porque eu curto mesmo, gosto de ler em espanhol, agora estou lendo *Cien Años de Soledad* –, ele, de tanto ver, porque eu gosto de Buenos Aires, foi passar uns dez dias lá. Quando chegou, encheu a imprensa, Senador Heráclito: “Vou botar um avião de Buenos Aires para o Piauí”. Aí, vieram me perguntar, e eu disse que ele não sabe nem geografia, porque Buenos Aires é colado, é logo ali, é vizinho a Porto Alegre, até a pé chega-se lá – chegando em Porto Alegre, não tem problema. Então, ele saiu no mundo todo, como o Domingão, que corria atrás dos jipes, ele está correndo por aí, e aonde vai, ele diz que vai colocar um avião internacional em Parnaíba. Lá não tem nem teco-teco! E o aeroporto de São Raimundo Nonato – ontem V. Ex^a me mostrou um documento da Anac – foi fechado, porque só tem jumento na pista. Mas na mídia, na mentira, que é o forte do Partido dos Trabalhadores, tem aeroporto! Mas lá não tem mais nem teco-teco! Aquele avião, Heráclito Fortes, que V. Ex^a e eu conseguimos, botou lá a linha, mas ele não pagou as passagens, e foi tirado. Depois, o Abdon

Teixeira botou com um cheque, e também não pagou. Não tem nem mais teco-teco na minha cidade, Parnaíba. Mas ele anda por aí, e nós lamentamos. Quero dar o testemunho da luta de V. Ex^a, dos Parlamentares citados, para ver se diminui esse Orçamento que está viciado, Mozarildo. Uma advertência: tenho medo que dê o escândalo dos gigantes do Orçamento, porque são os mesmos, eles não saem de lá. Interessante, eles são bons Parlamentares, mas só naquilo, ninguém os conhece em outros problemas do País e do mundo. Então, os nossos cumprimentos pela sua atuação como Presidente da Comissão. Queria dizer que colocaram recursos no Porto de Luís Correia, porque quando governei fiz um modelo reduzido, com Elói Portela, e com US\$10 milhões terminaria. Pelo menos, Heráclito, seria um terminal de combustível, de petróleo, que hoje buscamos em São Luís ou Fortaleza. É o mais caro do País. E esse gás de que V. Ex^a falou, no meu governo, tinha um projeto de São Luís–Fortaleza passando por Parnaíba. Eu vi as valas. O primeiro presidente foi o meu segundo suplente de Senador, o engenheiro Eulálio. Então, já tinha lá as escavações, e não terminou. É o combustível mais caro. E coloquei esses recursos para viabilizar a conclusão desse porto que começou com Epitácio Pessoa, lá na Paraíba, para possibilitar, Heráclito, que não morra a ZPE. Faltam poucos dias. O jornalista Carlos Pessoa todo dia conta: “Faltam 120 dias...”. Vai expirar, e nada foi feito pelo Governador e pelo Prefeito da cidade de Parnaíba para a instalação e consecução do terreno da ZPE.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração, mas antes quero registrar a presença de um grupo de estudantes, Senador Mão Santa. É um fato positivo. Estava pedindo o nome para registrar. São alunos da Universidade Federal de Goiás. Eu registro a presença. É um prazer para este Senado, nesta sexta-feira, com pouca gente no plenário, vocês estarem aqui nos visitando. Espero que aqueles que tenham vocação para a vida pública que a abracem com garra e que tenham como objetivo o combate à corrupção e, acima de tudo, à violência.

Mas, Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Seria interessante esclarecer que hoje é um dia de sessão não-deliberativa, não há votação, não há comissões. É um dia somente de pronunciamentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é. Hoje é uma sexta-feira, não há Ordem do Dia. Ordem do Dia é exatamente quando se vota leis ou se discute assuntos, matérias, embaixadores... Bom, hoje é o final da semana e, em qualquer democracia do

mundo, acontece esse esvaziamento, que é quando os políticos se destinam às suas bases.

Mas, Senador Mão Santa, fico até envergonhado de falar perante jovens da corrupção que está acontecendo no meu Estado, o Estado do Piauí.

Criou-se a CPI das ONGs, idéia minha. Antes de ela ser instalada, alguns *blogs* com vinculações ao Palácio de Karnak começaram a divulgar relação de ONGs que seriam investigadas no Estado do Piauí. E uma atribuição de que aquela lista teria a minha participação. E colocavam o Museu do Homem Americano, Apaes, associação de cegos, entidades que não são foco, porque atuam com correção e dignidade. Eu achava aquilo estranho. Ia à Comissão, perguntava, não existia nada. Por critério técnico, eles resolveram levantar, Estado por Estado, aquelas que mais receberam dinheiro do Governo Federal. E caiu na malha deles uma tal de Cepac. Mão Santa, confesso: sou Senador, sou informado, eu não sabia da existência da Cepac. Você sabia? A primeira vez que eu soube, estive em Teresina, perguntei a um jornalista sobre ela, e ele me deu alguns detalhes, até detalhes heróicos, que precisam ser divulgados, de bravura.

Encontro-me com o Secretário – na discussão do Banco do Estado –, por quem eu tenho o maior apreço, e perguntei o que era, o que a Cepac fazia. Pronto, fiquei naquilo. Até porque existia uma outra fundação cujo nome não vou dizer aqui agora, mas que era também foco dessa investigação.

A Cepac é citada na CPI. Um jornalista da *Folha de S.Paulo*, do qual não sei o nome, sei apenas que estive em Teresina, fez uma matéria, colocou o nome da Cepac e revelou uma coisa que eu não sabia, Mão Santa, que o presidente da ONG – não me lembro do nome dele – é cunhado do Secretário de Educação Antonio José Medeiros e que havia doado R\$10 mil para a campanha de Deputado Federal do Antonio José Medeiros, Secretário de Educação do Estado do Piauí. Ele tem um irmão, Merlong, que é Presidente da Cepisa. Ele é Décio. Até me disseram que é um homem correto, que já foi encarregado na OAB da parte de direitos humanos. Não o conheço.

Moço, sou surpreendido com o ataque de nervo do Secretário Antonio José contra mim, não contra os jornalistas. Achando que aquilo era uma manobra política... Aliás, é uma tática do PT, quando se envolve em questões dessa natureza, sair do foco. Quer tirar o assunto do foco e desviar. O Antonio José, que sempre foi um homem discreto, comedido, foi furibundo para as televisões me fazer ataques, porque o cunhado tem que dar dinheiro é para ele. Não sabia do cunhado, não sabia da doação. E aí fico eu intrigado com o fato. O

Antonio José me chama de reacionário por conta disso. Ser chamado de reacionário, para mim... Agora, pelo o que eu não fiz? Se ser reacionário é reagir contra roubo, contra falcatura, contra recursos públicos mal gastos, eu vou ser a vida inteira, com a maior tranqüilidade. Eles agora voltaram à antiga catilinária da guerra das acusações para se safar do que cometem, do que fazem. Receberam um milhão e tanto – o que apareceu até agora –, é tudo para treinamento...

Mas o que o Antonio José precisa para continuar um debate qualificado é dizer quanto o Governo do Estado do Piauí repassou para a Cepac – porque esse dinheiro, até agora, é só federal –; quais são as pessoas que receberam salário da Cepac ao longo dos anos; se a Cepac realmente tem serviço prestado ou é cabide de emprego do PT; se tem serviço prestado, mas também é cabide de emprego do PT. Tem de dizer, mas não é para mim, é para a opinião pública do Piauí.

Sabe o que ele fez, Senador Mozarildo? Veio questionar a conta da minha campanha de 2002, que foi julgada, considerada isenta pelo Tribunal do Estado. Eles fizeram uma denúncia política, e o Procurador da República me surpreendeu – eu não sabia da denúncia, porque geralmente eles a fazem à socapa –, mandando arquivar. Isso já faz quatro anos. E aí vem o tema.

O Secretário precisa prestar estes esclarecimentos: quem recebeu, se recebe e desde quando recebe. Pelo que me contaram, a Cepac tem até algumas passagens bonitas de proteção, de atenção ao cidadão.

Mas eu queria saber!

O Antonio José é uma pessoa de boa postura. Ele é um homem de postura! De repente, descontrolou-se. E ele sabe, o Brasil todo sabe que não falo de família. Aqui mesmo, há alguns momentos em que familiares de dirigentes importantes se envolvem, e eu não falo. Não falaria do seu cunhado, Antonio José! Ou se você acha que falei, desculpe-me. Não sabia que era seu cunhado. E não sabia que você faz empreguismo de parente. Aliás, uma coisa que sempre combateu, quando estava na Oposição, porque você é de um Município chamado União, e chamaram seus adversários de oligarcas. E oligarquia é isso. Mas existem dois tipos de oligarquia: a escancarada, aquela que é pública; e aquela que é do subterfúgio, que é da calada da noite e de que só se vai saber, quando fatos como esse acontecem.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a tem o aparte, com o maior prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti. (PTB – RR) – Senador Heráclito Fortes, quero dizer a V. Ex^a que tive a

honra e ao mesmo tempo a dificuldade de presidir a primeira CPI das ONGs aqui no Senado. Àquela época, essas instituições eram consideradas – pela imprensa, principalmente, mas também pela sociedade, de um modo geral – como uma espécie de entidades sacrosantas. Ali só havia gente muito boa; gente que estava voltada para o voluntariado, para praticar o bem etc.

Nós começamos a investigar e tivemos extrema dificuldade de chegar perto das informações sobre essas ONGs. Levamos mais de dois anos trabalhando e concluímos que pelo menos 10 instituições estavam envolvidas com irregularidades sérias, principalmente desvio de recursos públicos. E ONGs para quê? Para cuidar da saúde dos índios. Estavam botando dinheiro nos bolsos – os caciques: não o cacique índio, mas o cacique branco e até estrangeiro. Pegavam o dinheiro para atender índio e o botavam no bolso. Também havia ONG fazendo descaminho de minério no Amazonas; e aquelas ONGs no Paraná. Enfim, foi a descoberta da ponta do *iceberg*. Depois disso, CGU e TCU descobriram enormes casos, piores do que o que conseguimos ver. E, agora, V. Ex.^a faz essa denúncia: é para todo lado! E pior: estão contaminando até o meio acadêmico; até as universidades estão envolvidas com essa picaretagem. Não é possível isso. Realmente, lamento não ter podido estar presente mais intensamente na atual CPI das ONGs, porque estava numa outra missão externa, mas, a partir da semana que vem, quero estar presente, para ajudar nesse trabalho de desvendar e punir essas más instituições.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex.^a. E veja bem, o Antonio José Medeiros sempre foi uma pessoa equilibrada e disse que sou contra ONG; que sou reacionário, porque sou contra ONG, e é um sistema moderno.

Sim. Sou a favor, Senador Cícero Lucena. Pedi a CPI, para apurar essas picaretagens que existem no Brasil e que ninguém sabe. O cidadão se dá o direito de criar, no seu Município, uma ONG. Isso, alguém poderoso, secretário de Estado, que se entope de dinheiro e fica iludindo a população. Há manipulação orçamentária? Também. O que o Orçamento brasileiro destina a ONGs por aí; o que o Governo coloca em ONG; o que a Petrobras coloca em ONG; o que a Fundação Banco do Brasil coloca em ONG...

Até nos disseram, Antonio José, que você tem outra ONG – outras! Não sabem todas, mas me falaram de uma tal de ONG Manoel Otávio, Cermo. Não sei se é verdade, mas quero dizer que, se não for verdade... Por sinal, você não vai me responder. Responda pelo jornal, e eu desminto aqui, na segunda-feira. Agora,

se existe, diga ao povo do Piauí o que ela faz, quanto recebe, de quem recebe.

O que não quero, Antonio José, é ver o dinheiro público sair pelo ralo. O que quero, Antonio José, é cumprir com o meu papel de Parlamentar – já encerro, Sr. Presidente –, com a consciência tranqüila de que lutei para que essas ONGs de picaretagem não atrapalhem as ONGs sérias. A Apae é uma ONG séria, conhecida no Brasil inteiro; a ONG de proteção aos cegos, também; a ONG Fundação Museu do Homem Americano é seriíssima, presidida pela Professora Niède Guidon. Não venham querer misturar as coisas. As ONGs de origem religiosas são sérias. Estamos querendo examinar essas ONGs criadas principalmente depois que alguns chegaram ao Poder.

Quero dizer que não me dobro e não me curvo a esse tipo de chantagem que se tenta fazer. Antonio José, fizemos política a vida inteira, nós nos conhecemos bem. Não me venha chamar de reacionário, nem do que quiser; sou uma estaca nessa questão. O senhor sabe de uma coisa? Nunca consegui entender, no Brasil, o que é ser de esquerda e o que é ser de direita. O que é isso? Tinha vontade de saber, porque nunca vi tanto esquerdista virar direitista, quando está com a caneta na mão. Pelo menos, mudam o discurso: o que pregavam no palanque e como agem com a caneta.

Quem mais combateu corrupção no Piauí do que Antonio José Medeiros? O PT. Quem mais convive hoje com esse tipo de coisa do que o PT do meu Estado? Não tem moral nenhuma, para querer dar conotação ideológica a quem combate falcatura. É uma coisa inusitada, mas esse assunto ainda vai render. E espero que renda bons frutos para o bem do Piauí e do Brasil. Chega de arapucas e de falcaturas.

Agora, estou na obrigação de mostrar a todos os piauienses – porque esse R\$1 milhão foi só de um ano – quanto a Cepac recebeu ao longo desse período todo, o que fez com o dinheiro e quem recebe salário, gratificação, ajuda de custo, juntamente com os recursos passados pelo sofrido povo do Piauí, por meio dos cofres públicos.

Não quero nem falar das doações das empresas, porque quem está no poder chantageia, quem ganha uma licitação tem de fazer depósito – essa malandragem sabemos que existe –: quero só aquele dinheiro que sai do suado povo piauiense. Fale, Antonio José!

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Aproveito, para parabenizá-lo pela escolha feita pelo PMDB Jovem, para o Congresso que vai ocorrer em Salvador: V. Ex^a foi o escolhido entre os ilustres peemedebistas nacionais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cícero Lucena, que preside esta reunião de sexta-feira, iniciada às 9h, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado da República, esta Casa, de 183 anos, vive seus melhores momentos.

Um quadro vale por dez mil palavras: nunca, em 183 anos, este Senado abriu às sextas-feiras e às segundas-feiras, e estamos aqui discutindo os temas mais importante.

E o que se passa agora, nesta Casa? Para onde vamos, levamos nossa formação profissional. Sou um médico cirurgião. O cirurgião é de decisão. As vezes, dá certo na política. Juscelino Kubitschek de Oliveira era um médico cirurgião, como nós: de Santa Casa, teve passagem pela vida militar como eu tive, foi prefeito, foi deputado, foi governador, foi cassado.

Trago aqui a minha decisão sobre temas que estão em pauta em nosso País.

Primeiro, a aposentadoria dos velhos. Quero dizer logo a minha posição a esse respeito. Tem um Senador do Governo – com todo o respeito, Gilvam Borges – que todos os dias anuncia assim o dinheiro que vai para o seu Estado: “Dinheiro na conta!”. Ó, Deus, permita-me rezar, declamar, cantar, como Castro Alves em seu *Navio Negreiro* – “Deus, Deus, onde estás?” – na próxima semana: “Dinheiro na conta dos velinhos aposentados!” – velinhos a quem nós estamos devendo. Esta Casa se curvou a uma medida provisória indecente e imoral que teve uma Joana D’Arc – foi a nossa Heloísa Helena que queimaram. Eu votei contra, mas conseguiram tirar os direitos dos velinhos, taxaram o que eles já tinham pagado, nós sabemos.

Ó, Luiz Inácio, Vossa Excelência não sabe um décimo do que eu sei de Previdência, porque eu trabalhei e trabalhei muito. Eu já criei um instituto. Eu, prefeito, criei um instituto municipal de previdência. Isso era permitido. Heráclito criou um em Teresina. As cidades grandes e capitais criaram esses institutos.

Dirigi o Instituto de Previdência do Estado do Piauí. Trabalhei muito. Trabalhei no Ipase, um instituto federal, fui médico; trabalhei na Prefeitura de Fortaleza, como médico; na Universidade Federal; no Exér-

cito, como Oficial da Reserva. Aposentei-me como médico, entrando pela porta estreita do estudo e do saber. Então, podemos dizer que temos uma vida dedicada a isso.

Aquilo estava cheio de erros. Tanto isso é verdade, que fizeram uma medida provisória paralela, com a finalidade de minimizar os erros. Os velinhos foram agredidos, eles foram roubados.

Luiz Inácio, Vossa Excelência fez uma grande besteira, dizendo: “É melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de livro”. Essa foi uma besteira, mas besteira maior foi Vossa Excelência se vangloriar, dizendo: “Fernando Henrique Cardoso é pé frio; eu sou pé quente”. Fernando Henrique Cardoso foi um estadista, enfrentou o monstro da inflação, domou o monstro. Essa é a verdade, e estamos aqui para dizer a verdade.

Vossa Excelência disse: “Somos credores. Nunca dantes isto havia acontecido: não devemos mais aos banqueiros, aos gringos”. Eu, no lugar de Vossa Excelência – seria muito bom para o País –, diria: “Devo aos banqueiros, devo aos gringos, mas pago, primeiro, aos velinhos aposentados”. Essa é minha posição. Senador Mozarildo, não há saída, não: vamos devolver o dinheiro dos velinhos. Essa é minha posição.

A segunda posição que quero apresentar diz respeito à venda de bebidas nas BRs. O Luiz Inácio tem de entender que somos pais da pátria. Aquela foi outra loucura, e sei o que é isso. Fui prefeito, fui Governador do Estado e estou falando diante de homens que governaram seus Estados, Mozarildo e Cícero Lucena. Sei o que é isso.

De uma hora pra outra, ele aumenta, bota quarenta Ministros. Não existe isso. Nos Estados Unidos da América, há catorze ou dezesseis Ministros, que lá são chamados de secretários. Muitos aloprados – como ele mesmo disse, são quarenta – querem mostrar serviço. Uma ou outra medida provisória enviada a esta Casa preenche os requisitos constitucionais, tem urgência e relevância. Governamos o Estado, sabemos o que é decreto, usamos essas coisas. Na maioria dos casos, porém, é aquele negócio: “Também vou levar...”. A grande maioria dos quarenta Ministros – a maior parte das pessoas não sabe o nome dos Ministros; não sei nem o nome de dez – é de aloprados e leva medidas provisórias para o Luiz Inácio que não preenchem os requisitos. Luiz Inácio, que diz que detesta ler, assina sem ler. Disse que ler uma página dá canseira, que é melhor fazer uma hora de esteira. Luiz Inácio taca a caneta, entope isto aqui e pára esta Casa. Essa é a verdade. Vem para cá cada besteira! São assuntos que não têm emergência nem prevalência, que são

condições constitucionais. Aliás, seria melhor V. Ex^a dar um dicionário para cada um, para saberem o que é urgência e o que é prevalência.

O processo começa na Câmara: sem força, sem dignidade, sem vergonha, o Presidente as recebe. Deveria tê-las recusado. O que é prevalência e o que é urgência? Chinaglia, sou mais o Severino! Está entupido, está parado. É questão de dicionário. Não era nem para virem aqui; paravam lá! É assim, é assim que se deveria fazer. O erro é nosso; nós fraquejamos.

Essa questão da bebida nas BRs está errada. Recebi muitos *e-mails* sobre isso, sei das coisas. Ô, Mozarildo, recebo centenas de *e-mails* – saio daqui, e está pinoteando, é um negócio!

Cícero, vamos analisar as coisas, esse negócio de álcool. Luiz Inácio, você toma lá a sua Havana, e eu tomo a minha Mangueira do Piauí. Chegou um Senador e me disse: “Você não deveria dizer que bebe, pega mal”. Pega mal nada! Não posso é mentir. Pega mal é mentir! Se eu dissesse que não bebo, ficaria mal quando me vissem tomando uma com o Lucena. Essa é a verdade. Não sou é viciado, bebo quando quero.

Bebida, Luiz Inácio, é coisa velha. Pensei até que o vinho fosse a bebida mais antiga. Não é, não! Outro dia, no Chile, comprei um livro lindo, *Historia del Mundo*. A cerveja veio antes. Naquele tempo, quase todas as epidemias aconteciam por causa da água; o cólera é um exemplo disso. Viram que, quando botavam essas leveduras, diminuía nos povoados a doença. Então, veio muito antes a cerveja. Depois veio Cristo, que multiplicou o vinho. Temos essa idéia, mas é recente. A cerveja veio antes do vinho, é milenar.

Agora, há essa discussão. Um aloprado chegou para ele e disse: “Vamos tirar as bebidas, e aí vai acabar...”. Está errado, Luiz Inácio – estamos aqui para ensinar –, totalmente errado. Ô Cícero, V. Ex^a é engenheiro. A mídia diz que diminuiu. Não tem nada a ver!

Vamos analisar as coisas. Luiz Inácio viaja no Aerolula e pode tomar bebida. Vou viajar amanhã para a Bahia para representar o PMDB num congresso – ganhei na eleição; entre todos, a juventude do Nordeste me escolheu. No avião, tomo minha cervejinha, tomo meu uísque. Posso fazer isso. Se, num ônibus, vai de férias um brasileiro trabalhador, debaixo do sol quente do meu Piauí ou da sua Paraíba, cumpridor do dever, passageiro, ele não pode tomar uma cervejinha? O que tem ele a ver com isso, Luiz Inácio? Ele não pode fazer isso? São sessenta passageiros, e ninguém pode fazer isso?! Já no avião, nós a tomamos, e é bom. Em vôo internacional, então! O Dr. Luiz Roberto ali vai só para beber, vai para Zurique. No avião, a gente pode fazer isso. Quem não pode beber, Luiz Inácio, é o piloto, o

aviador, mas a gente pode. Quem não pode beber é o motorista do ônibus. O motorista, este é que não pode beber. Luiz Inácio, você fez uma desgraceira!

Agora, fui ao Piauí, que você conhece, e eles mentem, dizem que há aeroporto internacional na minha cidade. Lá não há nem teco-teco. Já houve aeroporto internacional. Mente esse PT! Quando eu era menino, um dia, nunca faltou, mas, agora, não há mais nem teco-teco. Mas foi bom, porque vim por terra. Entre Parnaíba e o litoral, são 340 quilômetros. E a BR passa por mais de 20 quilômetros para chegar à praia, Cícero. Fiquei olhando as faixas, a choradeira, a desgraceira, a besteira e a preguiça de Luiz Inácio: não leu a medida provisória.

Há gente que, há 20 anos, fez um hotelzinho na praia, fez um restaurante. Mozarildo, aquela gente só sabe trabalhar naquilo.

Fui um brilhante cirurgião, um dos melhores cirurgiões mesmo deste País, mas não sei mais operar. Quando vi, já era Governador, Senador. Laparoscopia? Evoluiu. Eu não sabia, não conheço mais, sou daquele tempo... Quanto a abdômen, o Mariano de Andrade dizia: “Abro e digo o que é”. Na laparoscopia exploradora, não precisa nem abrir o paciente.

Então, é difícil. Aquele pessoal está lá há 20 anos, fez seu hotelzinho. Sua família trabalha de madrugada. E, de repente, não pode vender bebida. Olha, o que há de gente falindo, chorando. E não tem nada a ver com isso, Luiz Inácio! É um problema de educação. O seu Governo é o pior da História do Brasil. Você não educa ninguém!

Quero só citar um fato: li o **Código da Vida**, de Saulo Ramos. Saulo Ramos tem 80 anos, foi Ministro, foi tudo. Cícero Lucena, ele diz assim: “Não me preocupo com quem ganha Bolsa-Família, mas me preocupo muito com os filhos desses que estão ganhando”. É o mau exemplo: não trabalha, não tem perspectiva, não tem educação. Isso é problema de educação, Luiz Inácio! Vou lhe contar uma coisa: entendo das coisas; por isso, estou aqui. Temos de ser os pais da Pátria.

Cícero Lucena, quando vou a Miami, fico na Collins, num hotelzinho no nº 8.000: é o Hotel Normandia, que é barato e que é de um português amigo. Fico lá com a Adalgisinha, agarrado. Dou um vinho para ele, que baixa logo o preço para US\$50. Mas, Mozarildo, a 300 metros, há um posto de táxi. Não pego o táxi na porta do hotel, vou a pé até esse posto, porque ali há motoristas brasileiros, homens e mulheres que estão ganhando a vida lá, já que a vida aqui é difícil para quem trabalha. Então, ando a pé com a Adalgisa até lá. E, com meu jeito, começo a conversar.

Por que eles estão lá? Eles têm razão ao dizerem: “Espero me aposentar com 20 anos de trabalho. Ganho de US\$2,5 mil a US\$3 mil e me aposento aqui”. Não é muito para lá, mas para cá o é. São US\$3 mil. E eu, conversando com um brasileiro, perguntei: “Meu amigo, aqui, nestes Estados Unidos, você ganha mais dinheiro durante o dia ou à noite?”. Aí, ele disse: “Durante a noite. À noite, dá muito mais”. E eu disse: “Mas, meu amigo, como é que você ganha dinheiro? Eu passei ali, no Coral Gables, cada um tem quatro ou cinco carros”. V. Ex^a conhece, não é? E ele disse: “Aí é que é. É de lá mesmo, desse bairro rico, porque o americano jamais, jamais, jamais vai pegar um carro quando ele vai jantar. Ele chama o táxi”. Ele tem quatro ou cinco carros. É educação. Ele vai beber e não vai guiar bêbado. Não vai fazer isso, porque tem o poder policial. A polícia tem moral. Ela chega e prende mesmo, e não há negócio de justiça que vai demorar. É o poder de polícia. Esta é a verdade: não guia. É educado para isso. Ninguém guia bêbado.

Mas V. Ex^a pergunta: “E o Brasil?”. Atentai bem, Mozarildo Cavalcanti! V. Ex^a é um maçom justo. Por que não colocamos Luiz Inácio nessa Maçonaria? Vamos levá-lo! Não foi Gonçalves Ledo, José Bonifácio, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto? Era uma coisa boa.

O que há de gente falida não é mole! O sujeito passou 30 anos ali, fez seu hotelzinho, e, agora, vem essa proibição de bebida. Lascou-se! E por quê? Porque o que o hóspede quer é tomar uma cerveja. Então, ele vai para outro lugar. Eu conheço. Há faixas. Ô Luiz Inácio, estou te ajudando, e os aloprados estão te lascando. Eu vi as faixas na Parnaíba. Você ganhou as eleições, todo mundo votou em Vossa Excelência. Mas está lá: “Estou falido, não posso trabalhar”. Não é mole! Você vai se hospedar em um hotel onde não se pode beber? Eu não vou, não quero. E o Luiz Inácio também não vai se não houver bebida, porque ouvi dizer que ele gosta até mais do que eu.

Então, está tudo falido. Na minha cidade, Cícerro Lucena, são mais de 20 quilômetros de hotéis, de restaurantes. Que negócio é esse? Até mesmo Cristo andou tomando umas, multiplicou o vinho. Ele não pode é guiar bêbado. E tomar uma não tem nada a ver.

Três *e-mails* traduzem essa questão. Rapaz, essa televisão é forte! Somos fortes, Mozarildo, somos acreditados. Esse negócio de dizer que Senador... Não há esse negócio, estamos fortes. Ando por aí, sinto a emoção do povo, o respeito e a admiração. Essa é a verdade. Ontem, fui aplaudido de pé por vereadores. Então, não há essa questão.

Vou citar três *e-mails*, sintetizando todos que recebi. Um deles é do Japão. Não sei como é que eles ouvem isso lá, não entendo essa tecnologia, sou do tempo em que a gente ia à biblioteca e tirava o livro, a enciclopédia, mas o mundo está aí com a Internet. Para mim, a melhor invenção do mundo é o avião e, por isso, dei logo o exemplo do avião. Nesse negócio de computador não sei mexer, sou de outra geração, da enciclopédia.

Sabe por que acho que a melhor invenção é o avião? E hoje é o dia da mulher. Quando vai uma mulher bonita ali, Mozarildo, o que se diz? Olha um avião! Você não diz: olha um computador, uma Internet. Mas não sei como é que, no Japão, o cara, brasileiro, mandou... Não sei como é que ele pega isso lá. Há esses negócios aí. É imediato. Fiquei impressionado. Ele disse: “Sou brasileiro. No Japão, tenho três filhas. Minha mulher está no Japão, trabalhamos aqui e tal. No Brasil, não há emprego”. É aquele negócio. Eu fiquei surpreso. Vou mostrar o *e-mail*. No Japão, ele tem família. Disse: “Aqui, no Japão, não tem negócio de proibição de bebida, não, mas você, se dirigir bêbado e se for pego, não vai dirigir nunca mais na sua vida”. Isso é que lei dura! É como Átila: premiar os bons e punir os maus. Nunca mais! Nunca mais! Já era! Tem de saber isso. É a pena de morte da direção. Nunca mais! E há multa a 300 ienes. Não sei quanto é isso. Mas não há lei proibindo bebida, não.

Há outro que peguei, e é verdade. Nada melhor do que a mocidade. Fomos universitários. Não sei de qual a cidade ele é; parece que é lá da sua Paraíba. Ele disse: “Senador Mão Santa, não vou botar nem o meu nome, porque você vai ler [e ia ler mesmo], e todo mundo sabe que eu tomo umas. Tenho carro, sou estudante de Medicina, admirei-lhe, mas guio bêbado mesmo. Tomo uma”. Olha como ele é tão franco! Olha, Luiz Inácio, ele disse: “Mas sabe por que guio assim? Porque a punição aqui para gente bêbada que mata outro são cestas básicas. Se a punição fosse dura [olha o estudante puro!], eu não dirigiria, não. Não iria pegar táxi – V. Ex^a disse para pegar táxi, como o americano –, porque estudante é liso, não tem dinheiro, mas eu iria a pé para casa ou iria pedir carona de um colega”. O estudante pratica a infração por essa impunidade, essa irresponsabilidade, essa loucura de aloprado. Temos de punir é aquele.

Ô, Luiz Inácio, sempre tomei as minhas, não vou esconder. Chega um e diz que não bebe. Que besteira! O que nunca fiz foi operar bêbado. Aí, eu deveria ser cassado pelo Colégio Brasileiro de Cirurgiões e pelo Conselho Regional de Medicina (CRM).

Mas é o motorista, o piloto que tem de ser punido. O que vai lá no ônibus, de férias, não pode tomar uma cervejinha? Como ele não vai tomá-la, com um calor doido, passando pela minha Teresina, pela sua Paraíba?! Está errado.

Um era estudante; o outro, religioso. Encontrei aqui um Senador. É o seguinte: era evangélico, era religioso. E me disse: “O senhor tem razão. Não bebo, porque a religião não deixa”. Não há essas religiões que não permitem beber? Muçulmano não bebe, de jeito nenhum. Eles dizem que há uma compensação. Você sabe qual é? Dizem que casam com quatro mulheres. Mas não vamos ao caso de religião.

No *e-mail*, disse: “O senhor tem razão. Por que o Governo não bota um policiamento maior nessas rodovias? Não consertaria isso, se houvesse ostensivamente bafômetros?”. Por que não fiscaliza quem está dirigindo de forma responsável?

Ô, Mozarildo, isso temos de analisar. Afastar a zona urbana não adianta. Aí, na rua de trás, vão fazer um bar, vão beber, não pára. Esse negócio de cerveja vem antes de vinho.

Uns aloprados mandaram, e já está passando ali. Ali passa tudo! O Luiz Inácio disse que eram 300 picaretas. Passa tudo. Aqui vai ser difícil, Luiz Inácio. É melhor Vossa Excelência recolher. Vamos fazer uma lei boa e justa, aumentar a punição. Vai ser difícil, Luiz Inácio. Seu timezinho aqui é fraco. Vai ser difícil aqui. Aqui, não há aloprado. Aqui há 35 Senadores, que são iguais àqueles trezentos que defenderam Atenas da Pérsia, do ataque de Xerxes.

E a crente disso isso. Por que não aumentam a fiscalização, em vez de ficarem nomeando aloprados com DAS 6, que ganham um dinheirão? São R\$10.448,00; cada um que ocupa esses cargos comissionados ganha isso.

Concedo um aparte ao Mozarildo, esse extraordinário e bravo Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, como médico, faz uma abordagem muito importante sobre a lei de proibição de bebidas nas rodovias federais. Na verdade, nós, médicos, sabemos que a solução não está em proibir, mas em esclarecer, educar e convencer a pessoa a não fazer isso por que é prejudicial. Realmente, essa lei parece muito com aquela história do sofá: retirem o sofá, e estará resolvido o problema. Não é por aí. O que tem de acontecer é, evidentemente, proibir o motorista de beber e, aí sim, aumentar a pena daqueles que são pegos bebendo ou que causam acidentes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Será como no Japão: nunca mais ele vai guiar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Nunca deu certo essa questão de proibição. A lei seca dos Estados Unidos foi uma proibição. O que aconteceu como contrapartida? O surgimento da máfia, com o contrabando de bebidas e de armas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Apareceu o Al Capone.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. No Brasil, é muito simples para os governantes, quando há um problema, baixar uma lei repressora – não fazem uma medida que seja realmente educativa e também repressiva –, principalmente tornar a legislação mais severa. Penso que esse trabalho temos de fazer. Se formos esperar que o Presidente mande uma medida provisória nesse sentido, esta não virá. Nem ninguém quer mais medida provisória. Temos de propor uma legislação, a partir deste Senado, e esperar que a Câmara a aprove e que ele a sancione, já que, como V. Ex^a diz, surpreendentemente, parece que o que ele afirmou há tempos, quando ofendeu a Câmara dos Deputados dizendo que lá havia trezentos picaretas, repete-se. Parece que ele tem mais de trezentos que domina de alguma forma. E tudo o que ele quer, mesmo não prestando para o Brasil, é aprovado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a trouxe o assunto à tona, à luz: a lei seca dos Estados Unidos. O próprio Al Capone não foi pego por isso, não. No ilícito do contrabando de bebidas, floresceram os grupos, os Dom Vito Corleone, os chefões da máfia, todos eles.

Um promotor, Eliot Ness, pegou Al Capone por causa do imposto de renda. Então, V. Ex^a trouxe o exemplo, que está aí, às claras. Nós vamos fazer proliferarem os Al Capones. São os que vendem no câmbio negro, no escondido. Então, o Luiz Inácio está errado e estou lhe dando essa contribuição.

Por isso, fui escolhido, no voto, para estar na Bahia e abrir o Congresso do PMDB Jovem. Tem muitos que estão aí e não tiveram nem voto. Os líderes jovens me mostraram a votação. Tem gente que desejaria, mas não teve nenhum voto. E V. Ex^a acha que eles representam o PMDB.

Também quero dar minha posição quanto às Farc. Isso não existe, Luiz Inácio. Vossa Excelência tem de tomar uma atitude. A minha geração tinha um líder católico cristão, Alceu Amoroso Lima. Ele escrevia no jornal religioso, católico. Eu sei que democracia todo mundo define: povo, liberdade, igualdade e fraternidade. Abraham Lincoln: governo do povo, pelo povo e para o povo. Mas Alceu Amoroso Lima é melhor: é o governo da convivência, não da exclusão; das liberdades, buscando a ordem, que está na bandeira.

Isso aí é um desastre. O negócio das Farc não existe, ô Luiz Inácio! Isso não existe! Principalmente quando um Deputado, que é hoje o Secretário de Transportes, Fraga, acusou essas Farc de terem dado dinheiro para aloprado se eleger a deputado no Brasil. Então, tem de cortar a relação.

Moisés, foram 40 anos. Essa porcaria está há 50! Meio século de banditismo, narcotráfico, seqüestro! Isso aí, nós somos é contra mesmo. Nós temos é que acabar com isso. Nós temos é que ser contra.

A Colômbia, Luiz Inácio, eu sei, está ali o livro *Cien años de soledad, Viver para contar, Memoria de mis putas tristes*, de Gabriel Garcia Márquez, Prêmio Nobel. Eu fiz curso lá, ô doutor, planejamento familiar, eu conheço a Colômbia. É uma história muito complicada, esses países hispânicos são complicados. Atentai bem: Simon Bolívar viveu grande período lá. Ele nasceu na Venezuela. Eu conheci a casinha dele. Pronunciou uma das frases mais bonitas que eu já vi. No busto, tem uma frase dele: “Eu fui muita coisa – esse Chávez é coronel –, fui coronel, general, marechal, *el comandante, el ditador, el libertador de las Américas*, mas o título mais importante, do qual não abdicó, é ser bom cidadão”. Chávez não aprendeu a ser bom cidadão, Luiz Inácio. Essa é a verdade.

Então, este País tem de tomar posição clara, contundente. Nós somos contra as Farc. Esse Uribe – olha, depois do Brasil, a Colômbia é o país que tem mais gente, ser humano: praticamente 50 milhões, maior do que a Argentina, maior do que a Venezuela – é um herói. A criminalidade diminuiu lá. Está lá um Prêmio Nobel, Gabriel Garcia Márquez. Nós não temos nenhum. A criminalidade diminuiu tanto que o nosso Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, foi lá ver como fazer, como estão fazendo em Bogotá. E ele é a expressão da democracia, com ele está a maioria, tem que conviver. Mas há cinquenta anos não existe isso. O próprio Fidel Castro, Luiz Inácio, subiu a Sierra Maestra, mas foi coisa de um ano e pouco. Esses bandidos estão há quase meio século seqüestrando, torturando, vendendo maconha, cocaína. Não! Isso não é da nossa civilização.

Agora, Sr. Presidente, as palavras finais, e vão ser breves e diferentes. Amanhã é o Dia da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Nesse assunto é que V. Ex^a deveria demorar mais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu ouvi muito discurso e vou fazer o meu. Vai ser breve, o que não quer dizer nada. O perfume francês é pequenininho e é melhor do que os grandões. Olha, vamos facilitar. O Mozarildo deu toda a história: queimaram as mulheres na fábrica nos anos mil e oitocentos. Aprendi muito. O

Paim citou todas as mulheres do mundo. Então, não faltou nenhuma. V.Ex^a também falou na mãe. Aí, eu fiquei pensando: pois eu vou fazer do meu jeito. Amanhã é o Dia da Mulher. O Paim até declamou. Paim é poeta, eu não sabia desse dom. Mas eu sou mais o povo do que o Paim e os poetas. Eu vi num ônibus... Eu gosto de ler pára-choques, aquilo ali é a sabedoria popular. Eu nunca vi um provérbio errado. Eles estão até na Bíblia, os Provérbios de Salomão. Eu li num caminhão e nunca esqueci: “Se Deus fez um negócio melhor do que a mulher Ele não nos mostrou”. Mas não é por aí.

Então, uma homenagem à mulher. Cícero, o Senado homenageia Bertha Lutz, não é Cláudia Lyra? Não tem essa homenagem a Bertha Lutz? Vou pedir a Serys, que dá as medalhas, treze, que é o número do PT. Mas também nasci no dia 13 de outubro. Nossa Senhora de Fátima não apareceu na Cova da Iria, não sei o quê? Vou pedir uma medalhinha para mim. A primeira que dou logo é para a minha mulher, a minha Adalgisa. Olha, eu sou diferente. Já disseram o nome de todas, eu vou dar é para a minha mesmo. E, aliás, gosto muito de Deus, porque ele fez Adalgisinha para mim. Então, nunca vou ser contra Deus. Vai ser a primeira medalha. O Senado não dá?

Depois, eu vi a família. Rui Barbosa está ali, porque ele definiu bem o que é a pátria: pátria é a família amplificada. O próprio Deus, quando botou o filho no mundo, não o desgarrou. Botou numa família: Jesus, Maria, José. Então, eu estava conversando com Jonson ali. Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência não é um milímetro melhor do que aquele ali – garçom. Eu dei uma festa lá em casa, o Garibaldi foi. Ele se formou em Direito, o Jonson. E eu perguntei: o que é que eu digo, Jonson, se os homens já falaram tudo – Mozarildo, Paim, esses todos que me antecederam? Ele disse: “Olhe, fale da mulher mãe. A minha mãe... Fiquei órfão. Éramos doze”. Então está ali o Jonson.

Então, quero logo também uma medalha para a minha mãe, Janete, que está no céu, terceira franciscana – meu nome é Francisco, é um nome cristão – e para minhas avós. Avó é um negócio bom. A avó Nhazinha, avó paterna, fazia camarão; a avó Sinhá. Minha família era abastada. Mozarildo, tinha uma árvore de Natal e ela não esquecia de nenhum nos aniversários. Eram mais ou menos, hoje, uns quinhentos paus. Do dinheiro não me lembro, mas dava. Eu guardava para as férias em São Luís com a outra avó. Ela nunca se esquecia. Avó é um negócio Então, eu queria umas medalhinhas. A Serys fica dando as medalhas aí para quem ela quer, eu quero as minhas para dar para essas. Minhas irmãs, Cristina, professora, mais velha, e Yeda.

Deus foi bom para mim. Eu tenho quatro filhos: um homem e três mulheres. Mulher é melhor. É bem melhor.

E está ali Cristo. Vamos fazer uma reflexão só do momento mais difícil que passou no mundo: a crucificação dele. Todos os homens traíram Cristo. Anás, Caifás, Pilatos – político como nós. A mulherzinha de Pilatos, a Adalgizinha dele, chegou e disse: Pilatos, seja forte, o homem é bom, eu vi ele pregar, ajudar os pobres, curar cego, aleijado, leproso, tirar o demônio. Aí ele disse: mas eu tenho que servir a Herodes, o presidente do dia. E lá foi um fraco. Cadê o Pai, homem? Cadê os colegas dele, o Senadinho dele? Eram 13 com Ele, que é o número daqui. Pedro, que era forte e bravo, o negou três vezes, e nós sabemos. Cadê os homens? Um, forçado, Cireneu. Uma mulher venceu o cerco, enxugou-lhe o rosto. Lá havia dois homens. Diziam que eram ladrões. As mulheres, não. Estavam lá as três Marias. Mozarildo, quando Ele disse que voltou, nós acreditamos. Por quê? Porque foram três mulheres que foram ao túmulo. Se fossem homens, ninguém acreditaria, porque homem é fraco, como eu. Mulher é mais verdadeira.

Por isso esta homenagem às mulheres. Deus me fez feliz porque, dos quatro filhos, botou três mulheres: a Gracinha, que é engenheira, a Cassandra, que é advogada, e a Daniela, que é médica, como nós. E netas, a Emanuele, que faz Medicina também, a Janaína, a Adalgizinha e a Ana Beatriz. Essas são da minha família.

Ó Deus, ó Deus, abençoe todas as mulheres do meu Piauí e do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Mozarildo, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Senador Cícero Lucena, eu pedi a palavra pela ordem, aliás, para tratar de uma comunicação que recebi de Roraima e que me preocupa muito. Eu estive ontem com o Ministro Ayres Britto para falar a respeito do julgamento de ações que estão com ele, sobre a retirada dos moradores da área indígena Raposa Serra do Sol, já demarcada pelo Presidente Lula, e que estão sendo retirados de lá – são 458 famílias – de maneira arbitrária, sem indenização justa, sem reassentamento adequado. Agora, a Polícia Federal está com uma megaoperação para tirar os que ainda estão lá, de maneira arbitrária, porque não há decisão judicial.

Coloquei isso para o Ministro do Supremo Tribunal Federal, que disse que vai analisar com celeridade a questão, porque o que se está discutindo é o seguinte: se o Imperador quer retirar o pessoal, na fronteira da

Venezuela com a Guiana e o Brasil, que o faça decentemente, respeite as pessoas e o faça dentro da lei.

Então, quero deixar o meu protesto aqui, até porque o chefe da operação da Polícia Federal – que, na verdade, está obedecendo a uma determinação da FUNAI, do Governo Federal –, ele disse que a operação iria ser feita de qualquer maneira.

Quero saber: não estamos em um Estado Democrático de Direito? As pessoas não saíram de lá ou porque não foram indenizadas, ou porque não aceitaram a indenização oferecida, ou porque não foram, principalmente, reassentados.

Então, quero deixar aqui o meu protesto. Nós fizemos uma visita agora – eu, como representante do Senado, e a comissão da Assembléia Legislativa – e identificamos caso a caso. São 458 famílias que estão lá, expulsas, como nos tempos do regime nazista ou do regime soviético.

Quero registrar e protestar que isso esteja acontecendo no Brasil, numa área delicada da fronteira com a Venezuela e com a Guiana.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB.) – O Sr. Gerson Camata enviou discurso à Mesa para que seja publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, merece apoio a proposta anunciada nesta terça-feira, em conjunto, pelo Chile e Brasil, de enviar uma missão da OEA, a Organização dos Estados Americanos à fronteira entre o Equador e a Colômbia, para verificar o conflito entre os dois países. É bem vinda qualquer iniciativa que possa contribuir, pela via diplomática, para reduzir as tensões e eliminar a possibilidade de um conflito armado na região.

Mas também merece nossa atenção e análise o comportamento dos personagens desse lamentável episódio, no qual acabou se envolvendo, como já era previsível, a Venezuela do coronel Hugo Chávez, hoje um digno portador do título de incendiário-mor da América Latina.

É fora de dúvida que as forças de segurança colombianas violaram a integridade territorial do Equador, em sua perseguição aos terroristas das Farcs, as “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia”. A incursão resultou na morte do segundo homem na hierarquia da organização atentou contra a soberania equatoriana.

Mas está comprovado que, assim que soubesse das conseqüências da operação militar, o presidente colombiano, Álvaro Uribe, telefonou para o seu colega equa-

toriano, Rafael Correa, para explicar o que acontecera e pedir desculpas. Jornais citam fontes do governo colombiano, segundo as quais a conversa foi “calma e franca”. Correa teria admitido que as Farcs estavam infiltradas em seu país. Em resumo, tudo parecia encaminhar-se para uma solução rápida e civilizada, sem retórica belicosa, ameaças mútuas e deslocamento de tropas.

Mas eis que entrou em cena um terceiro presidente. O incidente não ocorreu nas fronteiras do seu país, ninguém pediu sua opinião ou interferência. Mas, fiel ao seu hábito de instigar conflitos, ou inventá-los quando inexistem, ele não perdeu tempo em meter seu nariz onde ninguém o tinha chamado.

Trata-se, é claro, de Hugo Chávez. Sua primeira providência foi telefonar para Rafael Correa. Operou-se, depois dessa ligação, uma transformação notável no ânimo do presidente do Equador. Ele rompeu relações diplomáticas com a Colômbia, despachou tropas para a fronteira e passou a chamar a incursão colombiana de “agressão inaceitável”.

Como não poderia deixar de acontecer, o coronel Chávez contribuiu com generosas cotas adicionais de gasolina, lenha e todo o tipo de material combustível para aumentar as dimensões da fogueira. Deslocou 10 batalhões para a fronteira com a Colômbia, retirou o embaixador venezuelano naquele país, tirou do seu arsenal retórico as frases costumeiras, chamou, com elegância e diplomacia que lhe são peculiares, o presidente Uribe de “cachorro”...

Mas o que nos deve deixar estarecidos foi a iniciativa de pedir um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao segundo homem das Farcs, Mamuel Reyes, que chamou de “um bom revolucionário, covardemente assassinado”.

O “bom revolucionário” era vice-líder de um bando de terroristas e traficantes de drogas que lutam contra um governo democraticamente eleito, governo que pode orgulhar-se de contar com o apoio de praticamente todo o povo colombiano.

O “bom revolucionário” cuja a morte o coronel Chávez lamentou tinha contra si – a informação é da Procuradoria-Geral da Colômbia – mais de 100 processos por crimes como terrorismo, seqüestro e assassinatos. Já tinha sido emitidas contra ele cerca de 30 ordens de prisão.

O “bom revolucionário” era acusado pelo Departamento de Estado americano de ser o principal responsável pela expansão do tráfico de cocaína para os Estados Unidos. Por sua captura uma recompensa de 5 milhões de dólares.

A que ponto chegamos, quando um traficante de drogas, que arruína vidas, seqüestra, tortura e mata

representantes do povo, camponeses, crianças – um homem se escrúpulos, um bandido comum, alguém que despreza a vida e a dignidade humanas – é promovido a “revolucionário”?

Se esta crise, lamentáveis sob todos os aspectos, está servindo a algum propósito, é o de tornar ainda mais evidente algo que todos já sabíamos: o crescente comprometimento dos governos da Venezuela e do Equador com as Farcs. Acuadas pelo exército e pelas forças especiais colombianas, elas estão recuando rumo à fronteira com os dois países, e encontrado, além de abrigo, aparentemente também apoio financeiro e logístico.

Denúncias gravíssimas foram feitas pelo chefe de polícia da Colômbia, com base em documentos e computadores encontrados em acampamentos de Raul Reyes. Segundo ele, a Venezuela, há pouco tempo, pagou 300 milhões de dólares às Farcs. O ministro equatoriano de Segurança, em reuniões com a cúpula da organização criminosa, e teria manifestado interesse em “oficializar relações” com a guerrilha. Cartas trocadas entre os bandidos indicaram o interesse em comprar 50 quilos de urânio – para fabricar uma bomba nuclear?

Finalmente, outro arquivo de computador indica que as ligações financeiras de Hugo Chávez com o narcoguerrilheiros vêm de longe, de 1992, época em que ele estava preso por chefiar uma tentativa de golpe de estado. Reyes, numa mensagem, diz que Chávez ficou grato pelo US\$150 mil que recebeu quando estava na prisão.

Este é o homem que se intitula portador da herança de Simon Bolívar, o libertador de vários territórios da América espanhola. Se há algum agente de instabilidade em território latino-americano, além da Farcs, é Hugo Chávez. Em nome da sensatez – e da paz no continente -, fariam bem os governantes que procurassem imitá-lo nem seguissem suas sugestões. Empenhado numa corrida armamentista, cercado de amigos de reputação duvidosa, ele não esconde sua ambição de torna-se líder continental. Se o Brasil souber exercer um papel de equilíbrio, agindo com decisão para mediar conflitos, poderá neutralizar com êxito a influência exercida por um governante tão nocivo.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB.) – Não tendo mais nada a discutir, está encerrada a presente sessão, pedindo a Deus que proteja a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB.) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 19 minutos.)

Ata da 26ª Sessão Não Deliberativa, em 10 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Mão Santa,
Gim Argello e Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 160, DE 2008

**Da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática, so-
bre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372,
de 2007 (nº 262/2007, na Câmara dos Depu-
tados), que “aprova o ata que renova a con-
cessão outorgada à Rádio Eldorado do Pa-
raná Ltda. para explorar serviço de radiodi-
fusão sonora em onda média na cidade de
São José dos Pinhais, Estado do Paraná”.**

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator *ad hoc*: Senador **Expedito Júnior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 372, de 2007 (nº 262, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 372, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

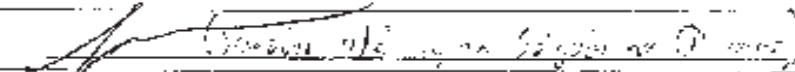
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 372, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na forma

do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008. – Senador **Wellington Salgado**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator – Relator **ad hoc**, Senador **Expedito Júnior**.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 372/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	 Banco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR <i>ad hoc</i>
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Majoria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 342 / 07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PHS, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PHS, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCÉLO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
ACQUISTO ROTHLO	X				FRANCISCO EXORNELLES	X			
REYATO CASAGRANDE	X				FÁTIMA CLÉIDE				
IDEIASAYATO					SUPLENTE - PMDB				
TITULARES - MAJORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	RÔMEO LÚCA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPT					GIBSON CAMATA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					MÃO SANTA				
GUANAM BORGES					LEONAR QUINTANILHA				
VALTER PEREIRA					SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	ELISEI RESENDE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FIMOSFENES TORRES					HERACLILO FORTES				
RÔMEO TIWA					MARCO MACIEL	X			
MARIA DO CARMO ALVES					ROSÁURIA CLARINI				
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				FLEXA RIBEIRO	X			
JOÃO TITURIO					MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEVEDO					PAPALDO FAES				
LEITRO LUCENA	X				SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT				
SERGIO ZAMBARI	X				(VAGO)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PVE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO					
CRISTOVAM BARGUE									

TOTAL: 00 SIM: 03 NÃO: 00 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/07/2008

STEVADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 161, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2007, (nº 244/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

Relatora; Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 397, de 2007 (nº 244, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permis-

são à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da

Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constituio-

nalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 397/07 NA REUNIÃO DE 05/03/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRÉSIDENTE:	<i>(Sin Wellington Salgado de Oliveira)</i>
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI RELATORA	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
	Majoria (PMDB)
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 397 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS				
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO	X			
IDELI SALVATI	X				FRANCISCO DOMINGUES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAJORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUICA				
WILLINGTON SAZGADO DE OLIVEIRA					GRISUN CAMATA				
GUYAM BORGES					MAD SANIA				
VALTER FREIRE					LEFOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DIVINISTENES TORRES					ELISIU RESNDE				
ROMEU TRACA					HERÁCLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTONIO GALVES JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO					PIEZA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CICERILU CENA	X				ZAPALLO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SAFA DAS REUNIÕES, EM 03/03/2008

SENADOR WELLINGTON SAZGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 162, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2007 (nº 265/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia.

Relator; Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº

405, de 2007 (nº 265, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 405, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 405, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Central a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia, na

forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 405/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRWELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Majoria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUÇÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR RELATOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CICERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PHS 405 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB E PP)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	EXPEDITO DINIZ					X			
AUGUSTO BOTELHO	FLAVIO ARNS	X							
RENATO CASAGRANDE	JOÃO RIBEIRO	X							
IDEUSA VITTI	FRANCISCO DORNELLES								
	FÁTIMA CLÉIDE								
TITULARES - MAJORIA - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUZY	ROMERO LUIZA								
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	GERSON CAMATA								
GILVANI PORCES	MÃO SANTA								
VALTER PEREIRA	LEONAR QUINTANILHA								
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTINES TORRES	EISEL RESENDE								
ROMEL LINGA	HERÁCLITO FORTES								
MARKA DO CARMO ALVES	MARCO MACIEL	X							
ANTONIO CARLOS JUNIOR	ROSALBA CAVKINI								
JOÃO TENÓRIO	FLESA RIBEIRO	X							
EDUARDO AZEVEDO	MARCONI PERILLO	X							
CÍCERO LUCCENA	PAPALEO PAES	X							
TITULAR - PTB	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIANI		X							
TITULAR - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUCARQUE	(VAGOS)	X							

TOTAL: 42 SIM, 11 NÃO, ABS. - AUTOR. - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 163, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2007 (nº 150/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 420, de 2007 (nº 150, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de

1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica

legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 420, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 420/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i> Wellington Salgado de Oliveira
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
	Maioria (PMDB)
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁGLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR RELATOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	
	PDT
CRISTÓVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, P, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLE					EXPERITO IGNOR	X			
AGOSTO BUJEIRO					FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
DELI SALVATI	X				FRANCISCO PORVELLES				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	FÁTIMA CLEIDE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR ZACUP					SUPLENTE - PMDB				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					ROMERO JUCA				
GILVAN BORGES					CHRISTY GAMA RA				
VAI TER PEREIRA					MÃO SANTA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	LEONAR QUENTANILHA				
DEMÓSTENES TORRES					SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROME LUTIMA					ETÍFIA RESENDE				
MARIA DO CARMO ALVES					HELACILTO FORTES				
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				MARCO MACIEL	X			
JÓÃO TENÓRIO	X				ROSÁLIA CARLINI	X			
EDUARDO AZEREDO	X				FLEXA RIBEIRO				
OUTERO LUCENA	X				MARCONI BELLIO	X			
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PAPALEO PAIS				
SÉRGIO ZAK BIASI	X				SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	(VACIO)				
CRISTOVAM BUARQUE					SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 12 SIM; 4 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; PRESIDENTE: 3

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962

Art 14. Sómente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 164, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007 (nº 197/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**
Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 424, de 2007 (nº 197, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar

serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992,

do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 424, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo G projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 424, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 424/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Wellington Salgado de Oliveira
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1. EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUGÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. MÃO SANTA

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTAMILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1. ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA
RELATOR

2. HERÁCLITO FORTES

MARIA DO CARMO ALVES

3. MARCO MACIEL

ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLETA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 624 / 07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PHS e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PHS e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELLO CRIVETLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS				
REYVALD CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
JOEL SALVATI	X				FRANCISCO DORNELLES				
					FA JMA GLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAIDIR RAUFF					ROMERU JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVANI FORGES					MÃO SANTA				
VALTER UTREIKA					LEOMAR QUINTANILRA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TOURÉS					ELISEU RESENDE				
ROMELI LIMA					PERACILTO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALDA GIALLINI				
JOÃO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
GERERO LUCENA	X				PAPALEO PAZ				
TITULAR - PTH	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTH	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: SIM: 13 NÃO: 03 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 165, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2007 (nº 216/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**
Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 428, de 2007 (nº 216, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 428, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 428, de 2007, não

evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Mídia Comunitária de Caieiras a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 428/07 NA REUNIÃO DE 05/10/31 2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>Wellington Salgado de Oliveira</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELEI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA RELATOR	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASKI	
<i>Relator Ad Hoc</i>	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VASO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 428 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CHAVELLA					EXELENTO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOTELHO	X				BLAVID ARS				
MENATO CASAGRANDE	X				JOAO RIBEIRO	X			
IDEEL SALVATI	X				FRANCISVALDIR NELLE				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - QVDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - QVDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VÁLCIR RAUPE					ROMERO DECA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GLVAN BORGES					MÃO SANTA				
VALTER FERREIRA					LEOMAR QUANTANHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEBORA LINDA FERREIRA					ELISEU RESENDE				
ROMEO TUMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANDRÉ CARLOS JUNIOR	X				ROSÁLIA CHARLNE				
JOAO TENORIO					FLEXA RIBEIRO	X			
FELICIANO AZEVEDO					MARCONI PERILAO				
GILBERTO LUCENA	X				PAPALEOPAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				SUPLENTE - PDB				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	(VAGOS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVANI BUARQUE									

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 166, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2007 (nº 243, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**
Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 436, de 2007 (nº 243, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ibaté, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feve-

reiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 436, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 436, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 436/07 NA REUNIÃO DE 05/03/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRÉSIDENTE: <i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RALIPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA RELATOR	2. HERÁCLITO FORTES
MÁRIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI Presidente do PTB	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOCAÇÃO NOMINAL PDS 436 12007

TITULARIS - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSD, DEB, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BOVEIRO	X				FLÁVIO ARAÚJO	X			
BENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO				
DELI SALVATI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPE					ROMERO LUCA				
WELINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GREGSON CAMATA				
GILVAN BORGES					MÁRIO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEONAR DINIZ FARIAS				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU REZENDE				
ROMFATUMIA					HURACILTO FORTES				
MARIA DELAÍRMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA GARDINI	X			
JOÃO ITADRID					FLEXA ALBEIRO				
EDUARDO AZEVEDO	X				MARCONI FERRELO				
CICERO LUCENA					PARA JÓ PAIS				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO CÂMBIASI	X								
TITULAR - PDS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM EDUARQUE					IVAGDO				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 01 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SAI A DAS REUNIÕES EM 05/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº167, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2007 (nº 280 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**
Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 438, de 2007 (nº 280, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 438, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atri-

buições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 438, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 438/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>Wellington Salgado de Oliveira</i> Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR <i>[assinatura]</i>
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>[assinatura]</i>
RENATO CASAGRANDE <i>[assinatura]</i>	3. JOÃO RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Membros (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUÇÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
REFRATOR	3. MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>
MÁRIA DO CARMO ALVES <i>[assinatura]</i>	4. ROSALBA CIARLINI <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
JOÃO TENÓRIO	6. MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	7. PAPALÉO PAES
CÍCERO LUCENA <i>[assinatura]</i>	
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[assinatura]</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 438 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSD, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CUNHILLA					EXPEDITO JUNIOR	X			
AUGUSTO BUIE JUNIOR					ILAVIO ARAÚJO				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
IDELI SALVATI	X				FRANCISCO DORRILLES				
					FATIMA CELEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WILLING DON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAVATA				
GILVAM BORGES					MÃO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEMSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROBERTO TOMA					HERACLITO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES					MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JONCIL	X				ROSALBA CAVALINI				
JONATO TENÓRIO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCOM PERELLO				
CÍCERO L. CENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAVIRIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDU	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDU	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVANI BLARQUE					(VAGO)				

TOTAL: AC SIM: 03 NÃO: 00 ABS: 00 AUTOR: 00 PRESIDENTE: CA

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 168, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2007 (nº 180/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Aurora, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

Relator *ad hoc*: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 448, de 2007 (nº 180, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 448, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 448, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela apro-

vação do ato que autoriza a Associação Comunitária Senhor Menino Deus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 448/07 NA REUNIÃO DE 05 DE 03 DE 2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	(Senador Wellington Salgado de Oliveira)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE AD. HOC	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES RELATOR
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 448 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPERIJO JUNIOR	X			
AGOSTO ROTEIRO	X				FLAVIO AKNS				
RENATO CASAGRANDE	X				JOÃO RIBEIRO	X			
IDEL SALVATI					FRANCISCO DORNELLES				
					PATIMÁ CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAJJP					ROMERO JUICA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEOMAR QUINLANEHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISCU RESENDE				
ROMEL JUNCA					MIRACLIJO FORTES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				MARCO MACIEL	X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					RUSALBA CIARLINI				
JOAO FERREIRO					FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEVEDO					MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA	X				PAZALEO PASS				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM MARQUEZ					(VAGO)				

TOTAL: 14 SIM; 09 NÃO; 01 PRESIDENTE; 01 ABR; 01 AUTOR; 01

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 (Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/03/2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 169, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2007 (nº 298/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 459, de 2007 (nº 298, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se,

nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 459, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atri-

buições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 459, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 459/07 NA REUNIÃO DE 05/03/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCA
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL RELATOR
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPAÉLIO PAES
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASTI	
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 459 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL, PR, PSB, PC, DB, PRB E PP)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL, PR, PSB, PC, DB, PRB E PP)	ABSTENÇÃO	ACTOR	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	EXPEDITO JUNIOR							X			
AUGUSTO BOTEELHO	FLAVIO ARAÚJO							X			
RENATO CASAGRANDE	JOÃO RIBEIRO							X			
IDELE SALVATI	FRANCISCO DORNELLES										
	FÁTIMA CEDE										
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SUPLENTE - PMDB	ABSTENÇÃO	ACTOR	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUZY	ROMERO JUCA										
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	GIBSON CAMATA										
GILVANI ROQUES	NÃO SANTA										
VALTER PEREIRA	LEOMAR QUINTELANHA										
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM U/PSDB)	ABSTENÇÃO	ACTOR	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	ELISU RESENDES										
ROMEU FUMA	VERACÍLIO FORTES										
MARIA DO CARMO ALVES	MARCO MACIEL							X			
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	ROSALBA GIARLINI							X			
JOÃO TEMERIO	FELIX RIBEIRO										
EDUARDO AZEVEDO	MARCOS PEREIRA										
CICERO LUCENA	PAPALEO PAES										
STACIO ZAMBALINI	SUPLENTE - PDB	ABSTENÇÃO	ACTOR	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PDI	SUPLENTE - PDI	ABSTENÇÃO	ACTOR	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ACTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	(VÁZIO)										

TOTAL: 40 SIM: 0 NÃO: 0 ABS: 0 ACTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/03/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 170, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2008 (nº 269/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 2, de 2008 (nº 269, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais foi mais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 2, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 2, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo re-

paros quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Altamira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de março de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 002/08 NA REUNIÃO DE 05/03/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>(Sen Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1. EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IOELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUÇA
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. MÃO SANTA
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
MARIA DO CARMO ALVES	3. MARCO MACIEL
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO RELATOR
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAS	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS CC-2 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARTELO CRIVELLA					EXPEDITO LUNDR	X			
ALGOSTO BUETELHO	X				FLAVIO ARAUS				
RENATO CASAGRANDE		X			JOAO RIBEIRO	X			
IDEU SALVATI					FRANCISCO DORNELLES				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th> <th>SUPLENTE - PMDB</th> <th>SIM</th> <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
OLYVIA BORGES					MAO SANTA				
VALTER PEREIRA					LEONAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTEVES TORRES					ELISEL RESENDE				
ROQUE TUMA					HERACLITO FORTES				
MARPA DO CARMO ALVES					MARCO MAJEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				RÓSALBA GARLINI	X			
JOAQUINORIO					ILEANA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				MARCONI PERILLO	X			
CICERO LUCENA	X				PAULÃO PAES	X			
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIANI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM DUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 12 SIM: 14 NÃO: ABS: AUTOR: PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 03 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 23, de 2008**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 372, 397, 405, 420, 424, 428, 436, 438, 448, 459, de 2007; e 2, de 2008.**

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº 23/2008 – CCT

Brasília, 5 de março de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 372, 397, 405, 420, 424, 428, 436, 438, 448, 459 de 2007 e 002 de 2008.

Atenciosamente. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o jornal **O Povo**, em comemoração aos 80 anos de sua fundação, de acordo com os **Requerimentos nºs 114, 150 e 164, de 2008**, da Senadora Patrícia Saboya, Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008** (nº 2.440/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, Ofício da Comissão de Assuntos Econômicos que será lido.

É lido o seguinte:

OF. Nº 11/2008/CAE

Brasília, 26 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro do corrente,

foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAE nº 04/2008-Circular, a Mensagem nº 56-Mensagem nº 46, 13 de fevereiro de 2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência determina o arquivamento da **Mensagem nº 46, de 2008**.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 50, DE 2008

(Nº 57/08, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANIT.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome: BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Afiliação: JOSÉ ARNALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
BEATRIZ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Identidade: 159072 – SSP/DF
CPF: 066814761-04
Profissão: Economista
Telefone: 61.3500 8100
Celular: 61.9966 7377
E-mail: bernardofigueiredo@terra.com.br

FORMAÇÃO

1973

Graduado em Economia pela Universidade de Brasília

1975

Pós-Graduado em "Elaboração e Análise de Projetos" pelo CENDEC – Ministério do Planejamento

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

2005 / 2007

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FUNÇÕES:

- Assessor Especial da Sub-Chefia de Articulações e Monitoramento da Casa Civil

2005 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

FUNÇÕES:

- Gerente de Projeto do Programa de Parceria Público-Privada

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração da Modelagem do Projeto da Ferrovia Norte-Sul dentro do Programa de Parceria Público Privada.
- Coordenador da Força Tarefa para implementação do Projeto da Ferrovia Norte Sul.
- Elaboração da Modelagem do Projeto do Ferroanel de São Paulo dentro do Programa de Parceria Público Privada
- Coordenação da Força Tarefa para implementação do Projeto do Ferroanel de São Paulo.
- Elaboração dos Estudos Preliminares para inclusão do Projeto da Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava do PARANÁ no Programa de Parceria Público Privada.

2004 / 2005

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

FUNÇÕES:

- Diretor Administrativo e Financeiro

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração e coordenação do Plano de Revitalização das Ferrovias
- Elaboração do Estudo de Avaliação Econômico-Financeira do Projeto da Ferrovia Norte Sul

1999 / 2003

ANTF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS

FUNÇÕES:

- Diretor Executivo

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS

- Representação dos concessionários de transporte ferroviário de cargas na Comissão Federal de Ferrovias – COFER, responsável pela elaboração dos marcos regulatórios do setor.
- Elaboração de diagnóstico e proposta de desenvolvimento para o Transporte Ferroviário Nacional.

1995 / 1999

INTERFÉRREA S.A. SERVIÇOS FERROVIÁRIOS E INTERMODAIS

FUNÇÃO:

- Diretor Presidente
- Membro do Conselho de Administração da FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.
- Membro do Conselho de Administração da FERROVIA SUL ATLÂNTICO S.A. (atual ALL LOGÍSTICA)
- Presidente da CÂMARA BRASILEIRA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Avaliação econômico-financeira e elaboração do plano de negócios para as malhas da RFFSA.
- Negociação da participação da empresa no Grupo Controlador da Concessão da Malha Centro-Leste da RFFSA.
- Negociação da participação da empresa no Grupo Controlador da Concessão da Malha Sul da RFFSA.
- Criação, em "joint-venture" com o Grupo SPÖORNET da ÁFRICA DO SUL, de subsidiárias para exploração do mercado de Locação de Locomotivas e de Logística Intermodal.
- Participação na estruturação das Concessionárias Ferroviárias FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A. e FERROVIA SUL ATLÂNTICO S.A..

1994**REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.****FUNÇÕES:**

- Chefe de Gabinete da Presidência
- Diretor da Área de Negócios da Região Nordeste

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração de Plano de Saneamento Financeiro e Gerencial da RFFSA
- Elaboração dos Estudos Preliminares do Programa de Desestatização da RFFSA

1992 / 1994**ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL****PRINCIPAIS CLIENTES:**

- TCJ – Planejamento e Consultoria Internacional
- Siderúrgica Mendes Jr.
- Tera Transportes

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Elaboração de Estudos e Compatibilização das Operações Portuárias do Projeto de Revitalização do Cais da Gamboa do Porto do Rio de Janeiro.
- Elaboração do Projeto de Reestruturação da Área de Transportes da Siderúrgica Mendes Jr.
- Coordenação das Negociações do Contrato Operacional da Siderúrgica Mendes Jr. Com a Companhia Docas do Rio de Janeiro.
- Coordenação do Plano Ambiental de Desenvolvimento Integrado da Baía de Ilha Grande - PADIBIG.
- Concepção e Elaboração do Projeto de Instalação do Terminal Integrado de Cargas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

1990 / 1991

GERAIS TRANSPORTES S.A.

FUNÇÕES:

- Diretor Presidente

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Reestruturação Organizacional e Operacional da Empresa
- Expansão e Diversificação dos Serviços.

1984 / 1990

SIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. – SIDERBRÁS

FUNÇÕES:

- Chefe da Assessoria de Transportes
- Chefe da Assessoria de Transportes e Comercialização
- Adjunto do Diretor de Desenvolvimento
- Adjunto do Presidente para Assuntos Estratégicos
- Presidente da Comissão de Transportes do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Coordenação das Negociações das Condições Comerciais e Operacionais dos Contratos do Setor Siderúrgico com a RFFSA, CVRD e PORTOBRÁS.
- Coordenação das Negociações das Condições Comerciais e Operacionais dos Contratos das Empresas do Sistema SIDERBRÁS com Fornecedores de Serviços de Transporte Rodoviário, Ferroviário e Portuário.
- Supervisão das Operações do Terminal Privativo de Produtos Siderúrgicos de Praia Mole – Vitória-ES.
- Representação do Setor Siderúrgico junto à PORTOBRÁS para elaboração do Estudo Comparativo das Tarifas Portuárias nos Portos Brasileiros, Europeus e Americanos
- Representação do Setor Siderúrgico no Grupo Executivo de Transporte para Siderurgia do Ministério dos Transportes.
- Representação da SIDERBRÁS no Comitê Assessor para Integração de Transportes na América Latina, da Diretoria do Instituto Latino Americano de Ferro e Aço – ILAFA.
- Representação do Ministério da Indústria e Comércio – MIC – na Comissão Nacional de Defesa Civil.
- Coordenação da Elaboração do Modelo de Gestão do Sistema SIDERBRÁS.
- Coordenação da Elaboração do Plano Estratégico do Sistema SIDERBRÁS.

1980 / 1984

EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE BELO HORIZONTE – METROBEL

FUNÇÕES:

- Chefe do Departamento de Transporte Ferroviário e Cargas
- Superintendente de Planejamento de Transportes
- Diretor de Operações

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Concepção e Implantação da Câmara de Compensação Tarifária do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Implantação do Plano de Reorganização do Transporte Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Implantação do Plano de Circulação de Veículos e Pedestres na Área Central de Belo Horizonte.
- Elaboração da Proposta de Transporte Ferroviário de Passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Trens de Subúrbio.
- Coordenação do Projeto de Integração do Sistema de Transporte por Ônibus com o Trem Metropolitano de Belo Horizonte.

1977 / 1980

SIDERÚRGICA BRASILEIRA S.A. – SIDERBRÁS

FUNÇÕES:

- Assessor de Transportes

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Supervisão do Estudo de Transportes para Siderurgia.
- Elaboração do Estudo de Localização de Unidades Industriais do Plano de Expansão das Siderúrgicas de Aços Planos
- Elaboração de Estudos Preliminares do Projeto de Implantação do Porto de Praia Mole – Vitória –ES.
- Representação da SIDERBRÁS no Grupo de Trabalho para Equacionamento das Exportações de Minério de Ferro pelo Porto do Rio de Janeiro.
- Representação da SIDERBRÁS na Comissão de Transportes do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

1973 / 1977

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – GEIPOP

FUNÇÕES:

- Coordenador de Avaliação Econômica de Projetos
- Chefe de Projetos

PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS:

- Pesquisa de Campo e Avaliação Econômica do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Malha Rodoviária do Pantanal de Mato Grosso.
- Estudo de Mercado e Revisão Final do Plano Integrado de Transportes da Região Centro-Oeste.
- Estudo de Mercado e Avaliação Econômica do Plano Diretor de Transporte Ferroviário da Região Centro-Oeste.
- Estudo de Mercado e Avaliação Econômica do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Ligação Ferroviária do Sul de Mato Grosso ao Paraná.
- Chefia do Plano Operacional de Transporte de Veículos e Autopeças.



Aviso nº 119 – C. Civil

Brasília, 5 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 51, DE 2008
(Nº 91/08, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Mario Rodrigues Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Brasília, 5 de março de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Mario Rodrigues Junior

Rua Pascal, 1.310 – Apto 21
04616-004 São Paulo, SP
Tel.: (11) 5042 0866
(11) 9412 6009

C.P.F. nº 022.368.829-12

R.G. nº 8.339.791-7

Objetivo:

Síntese de Qualificações

- Experiência de 25 anos no segmento de engenharia de transportes rodoviário, ferroviário e fluvial, atuando na direção e gerenciamento técnico / administrativo;
- Responsável por projetos e execução de obras e serviços na área de transporte em especial: - Programas de recuperação e implantação de rodovias como BID, Caminhos da Qualidade – DER, Rodoanel de São Paulo, Reforma de embarcações tipo Ferry-Boats em estaleiros da Secretaria de Transportes;
- Gerenciamento técnico/administrativo de concessões para construção, manutenção, operação, fiscalização e compra de materiais na modernização e privatização de rodovias e hidrovias, envolvendo recursos financeiros de até R\$ 2,0 bilhões / ano.
- Gerenciamento técnico/administrativo na elaboração e implantação de: - Caderno de Preços de Equipamentos, Mão de Obra e Serviços com apropriação de custos para orçamento, Critérios de Medição e Pagamentos, Gestão em processos de concessão e terceirização de serviços, Planejamento e Acompanhamento físico-financeiro de obras e serviços de engenharia;
- Facilidade de relacionamento e experiente em gerenciamento de equipes, tendo sido responsável por mais de 4.000 colaboradores.

Formação Acadêmica

Pós-graduação em Engenharia de Transportes – USP – Universidade de São Paulo

Graduação em Engenharia – Universidade de Mogi das Cruzes

Principais Cursos

- . Gestão de Qualidade Total, Fundação Christiano Ottoni, São Paulo;
- . Licitações Públicas – CETTA, São Paulo;
- . Seminário de Matemática Financeira, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo;
- . Tintas e Anti-Corrosivos, Tintas Sumaré, São Paulo;
- . Motores Marítimos, Scania do Brasil, São Paulo;
- . Reversores Marítimos, ZF do Brasil, São Paulo.

Idioma

- . Inglês Básico;
- . Espanhol Intermediário.

Experiência Internacional

FRANÇA – Visita Técnica a Rodovias

ESPANHA – Reunião Técnica com Associação de Carreteras e Visita Técnica a Rodoanel

Associações de Classes

Instituto de Engenharia de São Paulo;

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

AFD - Associação dos Funcionários da Dersa.

Histórico Profissional

10/2000 - 01/2007 - **DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo**

Autorquia do Governo do Estado responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias.

. Superintendente 05/2004 - 01/2007;

. Diretor de Engenharia - 02/2003 - 05/2004;

. Diretor Técnico de Serviços Licitações e Contratos 10/2000 - 02/2003.

04/2003 - 01/2007 - **DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Diretor de Engenharia - 04/2003 - 01/2007;

01/1989 - 10/2000 - **DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A**

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Gerente de Divisão de Orçamentos e Medições;

. Assistente de Diretoria de Terminais;

. Engenheiro do Setor de Licitações e Compras.

03/1983 - 01/1989 - **FEPASA - Ferrovia Paulista S/A**

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias.

. Commissionado no Departamento Hidroviário da Secretaria de Transportes do estado de São Paulo

. Diretor Administrativo Financeiro

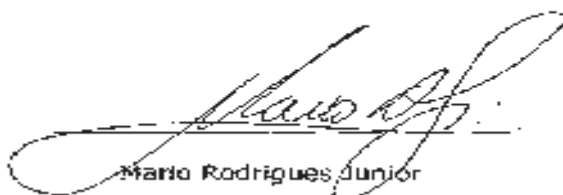
Dados Pessoais

Brasileiro, Casado, 49 anos, 2 filhas

Pai: Mario Rodrigues

Mãe: Yvone Bueno Rodrigues

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2.006



Mario Rodrigues Junior

Aviso nº 118 – C. Civil

Brasília, 5 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Mario Rodrigues Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para proferir seu discurso.

O Senador Paulo Paim fala por permuta com o Senador Gilvam Borges.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar sobre a questão do meio ambiente, tema que envolve toda a humanidade e que está sendo debatido em todo o mundo e que requer, com certeza, engajamento e consciência por parte de cada um de nós, para que possamos preservar aquilo que ainda é viável e urgente para nossa própria sobrevivência. Refiro-me, Sr. Presidente, à vida em condições saudáveis e respeitadas para com a natureza e para com nossos semelhantes.

Não podemos deixar de admitir que as belezas da nossa terra são inúmeras. Somos um País privilegiado. Essas belezas naturais, Sr. Presidente, são fontes de inspiração e deleite para os quatro cantos do mundo. O nosso rio Amazonas, por exemplo, inspirou Pablo Neruda em um poema lindíssimo:

Amazonas,
Capital das sílabas da água,
Pai patriarca, és
A eternidade secreta.
Só vou ler parte do poema, Sr. Presidente.

Em outro trecho, ele diz:

A lua não pode vigiar-te ou medir-te.

És carregado de esperma verde
Como árvore nupcial, és prateado
Pela primavera selvagem,
És avermelhado de madeiras,
Azul entre a lua das pedras,
Vestido de vapor ferruginoso,
Lento como um caminho de planeta.

Sr. Presidente, a mãe natureza vem sendo atacada de várias formas. Algumas vezes, com gestos grotescos e totalmente insanos; e outras, com pequenos gestos, algumas vezes até inconscientes, mas que pouco a pouco contaminam e destroem o meio ambiente.

Quero falar, Sr. Presidente, no dia de hoje, do aquecimento global, que já é, infelizmente, uma realidade. O aquecimento global é provocado pelo aumento da concentração dos chamados gases de efeito estufa, que impedem que o calor da terra volte para o espaço. O efeito estufa é um fenômeno natural e benéfico, mas a concentração excessiva dos gases que o provocam, principalmente o gás carbônico (CO₂), causa uma elevação da temperatura do planeta com conseqüências trágicas.

Cientistas prevêem um aumento da temperatura média no planeta entre 1.40°C e 5.80°C no final do século XXI. Tal aumento poderá causar secas em determinadas regiões e provocar inundações em outras. Haverá aumento no nível dos oceanos, derretendo geleiras, inundando regiões costeiras. O aumento do calor e da umidade fará aumentar o número de insetos e das doenças causadas por eles. E os efeitos serão ainda mais sentidos nos países mais pobres.

Entre as principais causas do aumento de concentração de CO₂ na atmosfera estão o uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural) e o desmatamento.

No Brasil, a emissão de dióxido de carbono é causada principalmente pelo desmatamento. Em nosso País, o processo de desmatamento começa com o Descobrimento e a chegada dos europeus. Primeiramente, o impacto foi sentido na Mata Atlântica, que cobria praticamente todo o litoral brasileiro, e, mais recentemente, esse processo chega de forma arrasadora à Amazônia.

Em matéria publicada no *Informativo* da LBV, o Engenheiro Dr. Marco Antonio Palermo, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, alerta:

A Bacia Amazônica possui uma biodiversidade de grande magnitude, com suas matas de terra firme, matas de igapó e matas de várzea, com suas árvores de copas gigantescas e a distribuição de 3.000 mil espécies de peixes. A Amazônia possui uma forte relação com a água, que constitui a base de sua sobre-

vivência. A região apresenta uma produção hídrica da ordem de 64% da vazão média total da Bacia e 10% da média mundial.

[E, mais uma vez, insisto, Sr. Presidente, em usar esta expressão: “água é vida”.]

A riqueza da biodiversidade da Amazônia e o seu delicado equilíbrio ecológico, aliados ao grande valor econômico de seus recursos naturais, exigem da sociedade, tanto nacional como mundial, uma nova consciência em direção ao desenvolvimento sustentável. Este é o grande desafio da Amazônia.

A Organização das Nações Unidas promoveu, de 05 a 07 de setembro do ano passado, a 60ª Conferência Anual do Departamento de Informação Pública, sob o tema “Mudança Climática: como impacta a todos nós”.

O evento aconteceu em Nova York e havia mais de duas mil representações da sociedade civil de todo o mundo. A ONU convidou a Legião Brasileira da Boa Vontade, que possui *status* consultivo geral no organismo, para contribuir na organização e mostrar como o Brasil tem enfrentado esse desafio.

A LBV tem sido incansável em seu engajamento em prol do meio ambiente e, no evento, ela expôs a linha educacional utilizada para a formação de indivíduos conscientes de seu papel, a fim de estabelecer uma Sociedade Solidária Altruística Ecumênica. Exemplo disso é a realização, há décadas, da campanha: “A destruição da Natureza é a extinção da Raça Humana”.

Recentemente, Sr. Presidente, recebi convite para participar da 2ª Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária, que ocorrerá em 19 de março, em Porto Alegre, e que a LBV promove em conjunto com a ONU. O tema será: “Desenvolvimento Sustentável”.

A busca por soluções para um mundo sustentável é o objetivo, também, do programa “Cidades e Soluções”, exibido todas as semanas na Globo News e no Canal Futura. Trata-se de um programa que destaca as iniciativas que já dão resultado e podem ser reproduzidas em outras cidades. Em 2006, “Cidades e Soluções” recebeu o Selo Iniciativa Verde – Neutro em Carbono, tornando-se o primeiro programa da televisão brasileira a ter suas emissões de carbono totalmente neutralizadas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como podemos ver, é urgente e vital para o Brasil e para todo o mundo deter o processo de devastação de nossas florestas.

Sr. Presidente, quando falamos em meio ambiente, para muitos pode soar como um discurso sem impacto, mas pode ter certeza de que falamos porque estamos, aqui, em defesa da vida.

Ações políticas e administrativas são essenciais para reverter esse quadro de abandono em que se encontram nossas matas.

O Brasil é um País de dimensões continentais e a nossa capacidade de controle é bem menor.

Recentemente, debruicei-me sobre uma matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** que pode ilustrar bem a necessidade de uma mudança no modo de agir política e administrativamente. A matéria fala do trabalho do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que, desde 2006, graças aos fundos setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia, possui cinco produtos prontos para serem patenteados. Entre eles, estão cosméticos, refrigerantes e reagentes químicos para tintas.

Ocorre, Sr. Presidente, que tais produtos não podem ser patenteados pelo simples fato de que o CBA não existe juridicamente, devido a uma indecisão sobre se o referido centro deve ou não ser uma fundação, um departamento ministerial ou mesmo uma autarquia. Enquanto isso, o Brasil perde a oportunidade de lançar no mercado esses produtos criados a partir de nossa biodiversidade e com tecnologia totalmente brasileira.

Outro grave problema que precisamos enfrentar é a conservação das espécies animais, que, muitas vezes, por ganância e por falta de escrúpulos, vêm sendo extintas sem dó nem piedade.

A lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção é um instrumento do Governo brasileiro de conservação da biodiversidade, onde são apontadas as espécies que, de alguma forma, estão sendo ameaçadas quanto à sua existência. A lista constitui, portanto, em elemento de referência na aplicação da Lei de Crimes Ambientais.

Muitos são os problemas, e precisamos encará-los de frente. O meio ambiente, Sr. Presidente, não pode esperar. A vida não pode esperar.

Estou preocupado, assim como os organismos nacionais, com a defesa da Amazônia, da Mata Atlântica, do bioma Pampa, do Aquífero Guarani e do próprio Cerrado.

Meus amigos, não apenas as florestas e os animais compõem o meio ambiente. A nossa realidade urbana também está ligada a ele de forma crucial. Precisamos repensar nossa rotina para a melhoria da qualidade de vida em todo o planeta. Falo do tratamento que dispensamos ao lixo que produzimos: líquido ou sólido, restos de comida, baterias de celulares e jornais velhos. No final do dia, tudo é descartado e vai parar nos famosos aterros sanitários.

Apresentei um projeto que dispõe sobre a coleta, o tratamento e a destinação final do lixo tecnológico.

Sr. Presidente, as características dos materiais que compõem esse tipo de resíduo tornam difícil sua absorção pelo ambiente e, o que é mais grave, são potencialmente capazes de contaminações irreparavelmente danosas à saúde da população e do meio ambiente.

Metais pesados, como os contidos em baterias de telefones celulares e em telas de televisores e de computadores, por exemplo, se dispostos em aterros sanitários ou em lixões a céu aberto – nossa realidade mais comum –, serão, em certo momento, absorvidos pelo solo, podendo contaminar o lençol freático que alimenta os nossos cursos de água.

Sr. Presidente, é fundamental que passemos a controlar esses fatores. Essas substâncias, assim disponíveis na natureza, passarão a ser incontrolavelmente ingeridas pela população, causando-lhe distúrbios no sistema nervoso central e câncer, pois suas propriedades cancerígenas são há muito conhecidas.

Sr. Presidente, o Brasil produz cerca de 100 mil toneladas de lixo por dia, mas recicla menos de 5% do lixo urbano – valor muito baixo se comparado à quantidade de material reciclado, por exemplo, nos Estados Unidos e na Europa. Lá, a reciclagem chega a 40%. A nossa chega a 5%.

De tudo que é jogado diariamente no lixo, pelo menos 35% poderiam ser reciclados ou reutilizados e outros 35% poderiam ser transformados em adubo orgânico.

O lixo é um problema relativamente recente, já que, há algumas décadas, era constituído, basicamente, por materiais orgânicos, facilmente decompostos pela natureza. Com a mudança nos hábitos, o aumento de produtos industrializados e o advento das embalagens descartáveis, o lixo tomou outra dimensão e sua “composição” também mudou.

Hoje, em vez de resto de alimentos, as lixeiras transbordam de embalagens plásticas, por exemplo, que levam mais de cem anos para se decompor; de papéis, que levam de três a seis meses; e de vidro, que precisa, Senador Mão Santa, de mais de quatro mil anos para se decompor. Vejam a diferença: plástico, cem anos; papel, de três a seis meses; vidro, mais de quatro mil anos.

Todavia, Sr. Presidente, o problema não é propriamente a característica do lixo produzido hoje nos grandes centros urbanos; o destino dado a ele é que nos assusta. Muitos desses materiais poderiam ser reaproveitados ou reciclados, diminuindo, assim, as enormes montanhas formadas nos lixões das cidades e, conseqüentemente, a degradação do meio ambiente.

Outro aspecto importante da reciclagem, além da consciência ecológica, é o fator social. A coleta

de material reciclável é, muitas vezes, a única fonte de renda dos catadores; a única fonte de renda e de emprego.

Muitas organizações não-governamentais, entidades sem fins lucrativos, empresas e a própria população têm se mobilizado para que, na medida do possível, se dê um tratamento adequado ao lixo produzido.

Quero enfatizar a importância de as empresas investirem cada vez mais na utilização de material reciclável.

Acredito, Sr. Presidente, que a realização de uma grande campanha junto aos órgãos públicos sobre a questão da reciclagem, enfim sobre atitudes ligadas diretamente à preservação da natureza, seria de ótima valia para todos.

Sei que muita gente está engajada em ações voltadas para o meio ambiente. Destaco aqui, como exemplo, o Instituto Sadia, uma organização de interesse público, fundada em dezembro de 2004 pela Sadia, para contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade. Sua responsabilidade inicial foi a estruturação do Programa 3S – Suinocultura Sustentável Sadia –, um programa de tratamento de dejetos de suínos, pioneiro no setor e o primeiro na indústria brasileira de alimentos a ser aprovado pela ONU.

Sr. Presidente, eu poderia aqui dar outros exemplos como o metano, gás que causa impacto 21 vezes maior que o gás carbônico em termos de aquecimento global e que está sendo lançado na atmosfera.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já vou passar a palavra a V. Ex^a.

Eu poderia também aqui falar, Sr. Presidente, da responsabilidade do Governo e do próprio Ministério do Meio Ambiente, do Ibama. E não quero aqui eximir ninguém de suas responsabilidades. No entanto, reconheço o esforço feito para reverter essa sua situação, principalmente no que tange à caminhada, à vida e à história da Ministra Marina Silva, que dedicou, eu diria, toda a sua vida em defesa do meio ambiente.

Senador Mão Santa, por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a nos surpreende. Na última reunião, V. Ex^a foi um poeta sobre o Dia Internacional da Mulher. Agora, V. Ex^a está superando o Al Gore como ambientalista, defensor da natureza. Mas vim esta semana para que V. Ex^a fosse o comandante, e eu, liderado. Queria lembrar que, nesse negócio de natureza – está aqui ao meu lado o Marco Maciel, intelectual da Academia Brasileira de Letras –, Sófocles disse que “muitas são as maravilhas da natureza, mas que a mais maravilhosa é o ser humano”. Então, é a esse que temos de dar

prioridade, porque o nosso ser humano, o ser humano brasileiro, os velhinhos e os aposentados estão sendo agredidos pelo próprio Governo, pela própria instituição que criamos. Então, está tudo bacana. V. Ex^a, na luta pelo direito e pelas conquistas civis, igualou-se a Martin Luther King e, agora, está se igualando ao Al Gore nos problemas do meio ambiente, que é justo, que é importante. Mas temos uma dívida maior e é para já. Sófocles disse que “muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano”. Então, esse ser humano, os nossos velhinhos, os nossos aposentados estão sacrificados. Para isso é que queremos que V. Ex^a – e viemos esta semana – lidere o processo. Quis Deus estar aqui do lado do Marco Maciel, que dirige, com muita competência, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Temos de combater essa injustiça. O próprio Rui já dizia que o atendimento de uma justiça, se for demorado, é uma injustiça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a não tem nenhuma dúvida de que amanhã é o dia “D”, pois está prevista, lá na Comissão de Assuntos Econômicos, a votação do PL n^o 58. Os aposentados virão aqui a Brasília, de ônibus inclusive, para assistir a essa votação. Espero que não enrolem para, de novo, não permitir a votação. Se não querem votar lá, vamos trazê-lo para o plenário. É o apelo que farei amanhã lá na Comissão.

Estou vendo aqui os Senadores Jarbas Vasconcelos e Marco Maciel. Todos já conversaram conosco sobre o seu compromisso para com os idosos. Só queremos votar. A votação é o símbolo da própria democracia.

O PL n^o 58 está pronto e será votado amanhã na Comissão ou no plenário esta semana. Creio que temos de fazer um acordo. Se tivermos de fazer um acordo para votar as MPs, que se faça o seguinte: votaremos as MPs e, a seguir, votaremos o dos aposentados e pensionistas...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (...) já que não podemos votar nada sem que primeiramente votemos as MPs. Vamos fazer o debate, é claro, cada expressando seu ponto de vista sobre cada MP. Depois de votadas, no meu entendimento, o primeiro projeto que tem de ser votado é o que trata do interesse dos aposentados. A Comissão, amanhã, trabalhará sobre essa questão.

Quero terminar, Sr. Presidente. É claro que não vou poder ler todo o meu pronunciamento, mas quero agradecer, inclusive, aos ambientalistas que me

ajudaram a redigi-lo. Que V. Ex^a o considere lido na íntegra.

Termino com uma frase, que menciono aqui, do mestre Dalai Lama, que diz: “Compaixão e amor não são meros luxos. Como fonte tanto de paz interior quanto da exterior, eles são fundamentais para a contínua sobrevivência de nossa espécie”.

Eu acho que, nesta frase, o Dalai Lama fala tanto do meio ambiente, como fala dos nossos idosos, como no caso que citamos aqui.

Por isso, Sr. Presidente, estou muito esperançoso que, amanhã, finalmente, a gente vote o PL n^o 58 de forma definitiva. Assim, a matéria poderá garantir ao aposentado e pensionista o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

Peço que V. Ex^a considere, como se tivesse lido, na íntegra, o meu pronunciamento.

Mais uma vez agradeço aos ambientalistas que me ajudaram a formular este pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apunhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar sobre o meio ambiente, tema que envolve toda humanidade e que, apesar de estar sendo debatido com mais frequência atualmente, requer mais engajamento e consciência por parte de cada um de nós para que possamos preservar aquilo que ainda é viável e urgente para nossa sobrevivência.

Eu me refiro à vida em condições saudáveis e respeitadas para com a natureza e para com os nossos semelhantes.

E não podemos deixar de admitir que as belezas da nossa terra são muitas, nós somos um país privilegiado!

Elas são fonte de inspiração e deleite para os quatro cantos do mundo. Nosso Rio Amazonas, por exemplo, inspirou Pablo Neruda em seu poema que diz:

Amazonas,
Capital das sílabas da água,
Pai patriarca, és
A eternidade secreta
Das fecundações,
Te caem os rios como aves, te cobrem
Os pistilos cor de incêndio,
Os grandes troncos mortos te povoam
de perfume,
A lua não pode vigiar-te ou medir-te.
És carregado de esperma verde
Como árvore nupcial, és prateado

Pela primavera selvagem,
És avermelhado de madeiras,
Azul entre a lua das pedras,
Vestido de vapor ferruginoso,
Lento como um caminho de planeta.

Mas, é lamentável constatar, Senhoras e Senhores Senadores, que a mãe natureza vem sendo atacada de várias formas. Algumas vezes com gestos grotescos e totalmente insanos e outras, com gestos pequenos, algumas vezes até inconscientes, mas que pouco a pouco a contaminam e destroem.

Primeiramente quero falar do aquecimento global, um fenômeno que já é uma realidade.

O aquecimento global é provocado pelo aumento da concentração dos chamados gases de efeito estufa, que impedem que o calor da terra volte para o espaço.

O efeito estufa é um fenômeno natural e benéfico, mas a concentração excessiva dos gases que o provocam, principalmente do gás carbônico (CO₂) causa um aquecimento na temperatura do planeta com conseqüências trágicas.

Cientistas prevêem um aumento de temperatura média no planeta entre 1.40° C (centígrados) e 5.8° C (centígrados) no final do século XXI. Tal aumento poderá causar secas em determinadas regiões e provocar inundações em outras, haverá um aumento no nível dos oceanos, derretendo geleiras, inundando regiões costeiras.

O aumento do calor e da umidade fará aumentar o número de insetos e as doenças causadas por eles. E os efeitos serão mais sentidos nos países mais pobres, é claro.

Entre as principais causas do aumento de concentração de CO₂ na atmosfera estão o uso de combustíveis fósseis: petróleo, carvão e gás natural e o desmatamento.

No Brasil, a emissão de dióxido de carbono é causada principalmente pelo desmatamento.

Em nosso país, o processo de desmatamento começa com o descobrimento e a chegada dos europeus. Primeiramente o impacto foi sentido na Mata Atlântica, que cobria praticamente todo o litoral brasileiro e mais recentemente, esse processo chega à Amazônia.

Em matéria publicada no Informativo da LBV o Eng. Dr. Marco Antonio Palermo, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, alerta:

“A Bacia Amazônica possui uma biodiversidade de grande magnitude, com suas matas de terra firme, matas de igapó e matas de várzea, com suas árvores de copas gigantescas e a distribuição de 3000 espécies de peixes.

A Amazônia possui uma forte relação com a água, que constitui a base de sua sobrevivência. A região apresenta uma produção hídrica da ordem de cerca de 64% da vazão média total da Bacia, e 10% da média mundial.

A riqueza da biodiversidade da Amazônia e o seu delicado equilíbrio ecológico, aliados ao grande valor econômico de seus recursos naturais, exigem da sociedade, tanto nacional como mundial, uma nova consciência em direção ao desenvolvimento sustentável. Este é o grande desafio da Amazônia.”

A Organização das Nações Unidas promoveu, de 5 a 7 de setembro do ano passado, a 60ª (sexagésima) Conferência Anual do Departamento de Informação Pública, sob o tema “Mudança Climática: como impacta a todos nós”.

O evento aconteceu em Nova York e havia mais de duas mil representações da sociedade civil. A ONU convidou a Legião Brasileira da Boa Vontade, que possui status consultivo geral no organismo, para contribuir na organização e mostrar como o Brasil tem enfrentado esse desafio.

A LBV tem sido incansável em seu engajamento em prol do meio ambiente e no evento ela expôs a linha educacional utilizada para a formação de indivíduos conscientes de seu papel, a fim de estabelecer uma Sociedade Solidária Altruística Ecumênica.

Exemplo disso é a realização, há décadas, da campanha “A destruição da Natureza é a extinção da Raça Humana”

E recentemente recebi convite para participar da 2ª Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária”, que ocorrerá em 19 de março, em Porto Alegre e que a LBV promove em conjunto com a ONU. O tema será o “Desenvolvimento Sustentável”.

A busca por soluções para um mundo sustentável é o objetivo também do programa Cidades e Soluções, exibido todas as semanas na Globo News e no Canal Futura.

Trata-se de um programa que destaca as iniciativas que já dão resultado e podem ser reproduzidas em outras cidades.

Em 2006 Cidades e Soluções recebeu o Selo Iniciativa Verde – Neutro em Carbono, tornando-se o primeiro programa da televisão brasileira a ter suas emissões de carbono totalmente neutralizadas.

Bem, Senhoras e Senhores Senadores, como podemos ver é urgente e vital para o Brasil e para todo o mundo deter o processo de devastação de nossas florestas.

Ações políticas e administrativas são essenciais para reverter este quadro de abandono em que se encontram nossas matas.

O Brasil é um país de dimensões continentais e a nossa capacidade de controle é bem menor.

Recentemente o Jornal Estado de São Paulo trouxe uma matéria que pode ilustrar bem a necessidade de uma mudança no modo de agir política e administrativamente.

A matéria fala do trabalho do Centro de Biotecnologia da Amazônia que, desde 2006, graças aos fundos setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia, possui cinco produtos prontos para serem patenteados. Entre eles estão: cosméticos, refrigerantes e reagentes químicos para tintas...

... Ocorre que tais produtos não podem ser patenteados pelo simples fato de que o CBA não existe juridicamente, isso por uma indecisão se o referido centro deve ser uma fundação, um departamento ministerial ou ainda uma autarquia.

Enquanto isso, o Brasil perde a oportunidade de lançar no mercado estes produtos criados a partir de nossa biodiversidade e com tecnologia brasileira.

Outro grave problema que precisamos enfrentar é a conservação das espécies animais, que muitas vezes por ganância, por falta de escrúpulos, vem sendo extintas sem dó nem piedade.

A lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção é um instrumento de conservação da biodiversidade do governo brasileiro, onde são apontadas as espécies que, de alguma forma, estão ameaçadas quanto à sua existência. A lista constitui-se em elemento de referência na aplicação da Lei de Crimes Ambientais.

Muitos são os problemas e precisamos encará-los de frente.

Estou preocupado, assim como os organismos nacionais, com a defesa da Amazônia, da Mata Atlântica, do bioma Pampa, do Aquífero Guarani e do Cerrado.

Bem, meus caros, mas não são apenas as florestas e os animais que compõem o meio ambiente. A nossa realidade urbana também está ligada a ele, de modo crucial.

Precisamos repensar nossa rotina para a melhoria da qualidade de vida em nosso planeta.

Falo do tratamento que dispensamos ao lixo que produzimos: líquido ou sólido, restos de comida, baterias de celular e jornais velhos. No final do dia, tudo o que é descartado, vai parar nos aterros sanitários.

Apresentei em um projeto que dispõe sobre a coleta, o tratamento e a destinação final do lixo tecnológico.

As características dos materiais que compõem esse tipo de resíduo tornam difícil sua absorção pelo ambiente e, o que é mais grave, potencialmente capaz

de contaminações irreparavelmente danosas à saúde da população e do meio ambiente.

Metais pesados, como os contidos em baterias de telefones celulares e em telas de televisores e computadores, por exemplo, se dispostos em aterros sanitários ou em lixões a céu aberto, nossa realidade mais comum, serão, em certo momento, absorvidos pelo solo, podendo contaminar o lençol freático que alimenta nossos cursos d'águas.

Essas substâncias, assim disponíveis na natureza, passarão a ser incontavelmente ingeridas pela população, causando-lhe distúrbios no sistema nervoso central e câncer, pois suas propriedades cancerígenas são há muito conhecidas.

Sr. Presidente, o Brasil produz cerca de 100 mil toneladas de lixo por dia, mas recicla menos de 5% do lixo urbano – valor muito baixo se comparado à quantidade de material reciclado nos Estados Unidos e na Europa (40%).

De tudo que é jogado diariamente no lixo, pelo menos 35% poderia ser reciclado ou reutilizado, e outros 35%, serem transformados em adubo orgânico.

O lixo é um problema relativamente recente, já que, há algumas décadas, era constituído basicamente por materiais orgânicos – facilmente decompostos pela natureza...

...Mas com a mudança nos hábitos, o aumento de produtos industrializados e o advento das embalagens descartáveis, o lixo tomou outra dimensão e sua "composição" também mudou.

Hoje, em vez de restos de alimentos, as lixeiras transbordam de embalagens plásticas (mais de 100 anos para decompor), papéis (de 3 a 6 meses) e vidro (mais de 4.000 anos).

Mas o problema não é, propriamente, a característica do lixo produzido, hoje, nos grandes centros urbanos, mas o destino dado a ele. Muitos desses materiais podem ser reaproveitados ou reciclados, diminuindo, assim, as enormes montanhas formadas nos lixões da cidade e, conseqüentemente, a degradação do meio ambiente.

Outro aspecto importante da reciclagem, além da consciência ecológica, é o fator social. A coleta de material reciclável é, muitas vezes, a única fonte de renda dos catadores.

Muitas organizações não-governamentais, entidades sem fins lucrativos, empresas e a própria população têm se mobilizado para, na medida do possível, dar um tratamento adequado ao lixo produzido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero enfatizar a importância de as empresas investirem cada vez mais na utilização de material reciclável.

Acredito que a realização de uma grande campanha de conscientização junto aos Órgãos Públicos sobre a questão da reciclagem enfim, sobre atitudes ligadas diretamente à preservação da natureza, seria de ótima valia para todos.

Sei que muita gente está engajada em ações voltadas ao meio ambiente.

O Instituto Sadia por exemplo, é uma organização social de interesse público (OSCIPI), fundada em dezembro de 2004 pela Sadia para contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade.

Sua responsabilidade inicial foi a estruturação do Programa 3S – Suinocultura Sustentável Sadia, um programa de tratamento de dejetos de suínos pioneiro no setor e o primeiro da indústria brasileira de alimentos a ser aprovado pela ONU...

... Graças ao Programa 3S, até junho de 2007, cerca de 980 suinocultores parceiros da Sadia já possuem em suas granjas biodigestores para tratar os dejetos de suínos...

...Com isso, o metano (gás que causa impacto 21 vezes maior que o gás carbônico em termos de aquecimento global) que seria lançado na atmosfera em decorrência da degradação anaeróbica dos dejetos em esterqueiras, pode tornar-se uma fonte de energia limpa para os produtores e convertido em CO2 que é menos poluente.

Sr. Presidente, é muito comum que a responsabilidade sobre todos os danos causados à natureza seja cobrada do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e eu não quero aqui eximir ninguém de suas responsabilidades, no entanto, temos que reconhecer os esforços feitos para reverter a situação.

O Governo sabe que a situação é séria e está tentando achar meios de solucioná-la, mas como o próprio Presidente Lula lembrou, nós ainda não temos controle sobre todo o descaso que alguns praticam, mas os instrumentos estão sendo aperfeiçoados e ações emergenciais vem sendo adotadas.

A Ministra Marina Silva sempre se dedicou e continua se dedicando às questões ambientais e sei do zelo com que ela trata tudo que diz respeito ao meio ambiente.

Vale salientar que amanhã a Comissão de Meio Ambiente desta Casa irá realizar Audiência Pública com o objetivo de ampliar a discussão sobre a gestão de recursos hídricos e subsidiar a participação do Brasil no V Fórum Mundial da Água, no período de 16 a 22 de março de 2009, na Turquia.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, sabemos que cuidar do planeta cabe a todos nós mas é muito importante que a iniciativa privada seja conscientizada de sua

responsabilidade frente à poluição causada no meio ambiente.

Podemos citar com exemplo o caso do Rio dos Sinos, onde ocorreu o maior dano ambiental do estado do Rio Grande do Sul, a maior mortandade de peixes do rio dos Sinos. E certamente no nosso País existem outros rios enfrentando sérios problemas de poluição.

O nosso Brasil é rico em seu manancial de águas, rico na diversidade da sua flora e fauna, rico em suas florestas exuberantes. É o País que conta com a maior área úmida do planeta, a extensa região do Pantanal. E o que diz a nossa consciência sobre as nossas atitudes em relação a essas riquezas?

Será que nós cuidamos devidamente de não maltratar a natureza? Será que nós imprimimos no dia a dia, de forma consciente e responsável, cada gesto simples em relação à natureza?

Nossa Floresta Amazônica abriga 1/5 de toda água doce do planeta. E onde fica a responsabilidade de cada um de nós naquilo que se refere ao uso irracional da água?

Tudo ao nosso redor está ligado ao presente divino que é a vida. Água, ar, terra, alimento, animais e seres humanos estão conectados à conservação da vida. Tudo em equilíbrio e num equilíbrio frágil, o que torna nossa responsabilidade ainda maior!

Como diz o mestre Dalai Lama:

“Compaixão e amor não são meros luxos.

Como fonte tanto de paz interior quanto Da exterior, eles são fundamentais para a contínua sobrevivência de nossa espécie”

Sr^a e Srs. Senadores, eu posso escolher entre cuidar ou não de mim, cuidar ou não do outro, colaborar ou não com a conscientização do coletivo, a decisão é minha, mas certamente essa decisão não irá afetar somente a mim!

Creio sinceramente que no dia em que formos abundantes em amor e compaixão para com a infinidade de presentes que nos são confiados, seremos todos mais felizes e viveremos a plenitude para a qual fomos criados.

Eu não posso finalizar sem deixar de dizer que acredito na educação como fonte para todas as mudanças.

As escolas deveriam, desde os primeiros anos escolares, destacar o estudo do meio ambiente. Sei que o ensino de ciências nas escolas inclui o tema meio ambiente, mas talvez fosse o caso de termos uma disciplina específica sobre ele, desde o pré até a faculdade.

Já existem exemplos de crianças que chamam a atenção dos pais quanto a não jogar o lixo nas ruas e isso é um bom sinal...

Li, em uma revista, que “jogar o lixo na lixeira, um ato bastante simples, é na verdade uma semente de dignidade”. Eu concordo, todos nós deveríamos plantar mais sementes de dignidade a cada simples gesto do nosso dia a dia.

Escolas, pais, filhos, sociedade interagindo farão com que alcancemos o nosso objetivo de preservar o planeta.

O respeito à natureza, assim como o respeito às diferenças, é uma questão cultural. Nós precisamos investir na educação, na transformação de conceitos e de atitudes pois se não fizermos isto, estaremos nos negando a fazer a parte que nos cabe para melhorar a nossa vida e a do coletivo.

Vou repetir uma frase que sempre digo e que resume tudo: “a educação é como a democracia, uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se”.

Em homenagem à natureza, que por si só já é uma poesia, leio ao final, para nosso deleite, a música “Luz do Sol” de Caetano Veloso:

Luz do sol
 Que a folha traga e traduz
 Em ver de novo
 Em folha, em graça
 Em vida, em força, em luz...
 Céu azul
 Que venha até
 Onde os pés
 Tocam a terra
 E a terra inspira
 E exala seus azuis...
 Reza, reza o rio
 Córrego pro rio
 Rio pro mar
 Reza correnteza
 Roça a beira
 A doura areia...
 Marcha um homem
 Sobre o chão
 Leva no coração
 Uma ferida acesa
 Dono do sim e do não
 Diante da visão
 Da infinita beleza...
 Finda por ferir com a mão
 Essa delicadeza
 A coisa mais querida
 A glória, da vida...

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
 – A solicitação de V. Ex^a será atendida, na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 228, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último domingo, dia 9, do ex-Senador e ex-Governador do Paraná Adolpho de Oliveira Franco.

Justificação

Adolpho de Oliveira Franco, paranaense de Ponta Grossa, onde veio ao mundo em 1915, filho de João de Oliveira Franco e Hilda Faro de Oliveira Franco, deixou a cidade onde nasceu para ir fazer seus estudos superiores na Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Alcançado aquele objetivo, o jovem advogado, graças à sua inteligência, competência, integridade e dedicação ao trabalho, veio a conquistar um lugar de destaque entre as figuras que se notabilizaram na vida pública paranaense e nacional.

Adolpho de Oliveira Franco ingressou na Caixa Econômica do Paraná como Consultor Jurídico e chegou a Procurador Geral. Agropecuarista, representou o Paraná no antigo Instituto Brasileiro do Café, foi diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e membro do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Por sua atuação como advogado, foi por duas vezes eleito presidente da OAB do Paraná. Seu notório domínio das atividades financeiras levou-o também, na iniciativa privada, à presidência do antigo Banco Comercial do Paraná e a ser convocado, posteriormente, para presidir o hoje extinto Banco do Estado do Paraná.

Em 1955, Bento Munhoz da Rocha Neto decidiu abrir mão do final de seu mandato, como governador do estado, atendendo convocação do então presidente Café Filho para assumir o Ministério da Agricultura. Coube então a Oliveira Franco, eleito pela Assembléia Legislativa, a missão de completar, até o ano seguinte, o mandato do notável estadista paranaense. E o fez com tal desenvoltura e competência que alguns anos mais tarde, em 1962, os paranaenses o elegeram para o Senado da República. Aqui nesta Casa, de 1963 a

1970, representou honrosamente nosso estado como um firme e ativo defensor dos interesses da agricultura paranaense e principalmente dos seus pequenos cafeicultores.

Não se pode falar nas contribuições que Adolpho de Oliveira Franco deixou, em sua profícua vida pública, para o progresso do Paraná, sem se lembrar também de que ele foi o autor de um Plano de Desenvolvimento Econômico para o nosso estado.

Por tudo isso, Adolpho de Oliveira Franco se faz merecedor dessa homenagem por parte de nós que o sucedemos nessa Casa onde atuou de maneira tão correta e honrosa.

Sala das sessões, 10 de março de 2008. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Adolpho de Oliveira Franco foi funcionário da Caixa Econômica Federal, Consultor Jurídico, e chegou a Procurador-Geral. Foi Presidente da OAB do Paraná por duas vezes. Em 1955, substituiu Bento Munhoz da Rocha Neto no Governo do Estado. Quando o Governador Munhoz da Rocha assumiu o Ministério da Agricultura, Oliveira Franco foi eleito pela Assembléia Legislativa e completou o mandato de Bento Munhoz da Rocha. Em seguida, depois de ter uma atuação importante no Governo do Paraná, elegeu-se Senador da República, em 1962. E, nesta Casa, de 1963 a 1970, representou honrosamente o Paraná como um firme e ativo defensor dos interesses da agricultura paranaense e, principalmente, dos seus pequenos cafeicultores.

Não se pode falar nas contribuições que Adolpho de Oliveira Franco deixou, em sua profícua vida pública, para o progresso do Paraná, sem se lembrar também de que ele foi o autor de um Plano de Desenvolvimento Econômico para o nosso Estado.

Por tudo isso, Adolpho de Oliveira Franco se faz merecedor dessa homenagem por parte de todos nós que o sucedemos nesta Casa, onde atuou de maneira tão correta e honrosa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado regimentalmente.

O requerimento lido, vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 229, DE 2008

Requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006.

Nos termos regimentais, requiro a Vossa Excelência a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que aprova o Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF, de minha autoria, que hoje tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 44 e 110, ambos de 2006.

Justificação

O PLS nº 254/2006 visa restituir à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que versa sobre gestão de florestas públicas, que na ocasião da sanção da referida Lei, teve os seguintes dispositivos que foram parcialmente vetados:

Art 1º. O art. 10 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 10.
.....

§ 4º O PAOF deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), nos termos do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º O art 58 da Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 58.

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro – SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal”

Na justificativa da proposição assim argumentei:

“Cumprе ressaltar que a matéria, quando tramitou no Congresso Nacional, em Sessão Legislativa Extraordinária, foi submetida a uma discussão bem limitada, dada a abrangência e o impacto da norma a ser criada. Num debate açodado, mas que a base governista fez por acelerar sua apreciação com os argumentos de imprescindibilidade, necessidade, urgência e modernidade no que estava proposto.

Além disso, afiançou à sociedade a garantia de ampla e coordenada execução deste novo paradigma de gestão de florestas. que, diga-se de passagem, está longe de ser con-

sensual no mundo inteiro, tanto como norma, quanto como modelo de gerenciamento.

E, ainda assim, na sanção da Lei houve o governo por bem entender da dispensa de mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional. Os dispositivos que pretendemos retomar do texto original não são um luxo ou um abuso de prerrogativas e de poder. Suas recolocações são o restabelecimento de um dever, de uma obrigação, para o Poder Legislativo.

O art. 1º deste instrumento visa a re-inserir o § 4º ao art. 10 da referida lei determinando que a concessão de florestas públicas que tenham área superior a 2,5 mil hectares seja, obrigatoriamente, submetida ao Congresso Nacional. Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão destas áreas, afim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões.

Já o art. 2º, aqui proposto, restabelece que cabe ao Senado Federal aprovar a nomeação dos membros e do Diretor-Geral do Conselho Diretor do SFB – Serviço Florestal Brasileiro, como era no texto original na referida lei.

E muito importante e imprescindível que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão das florestas públicas, pois trata-se de relevante interesse de toda a humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no país e a nós cabe o dever de preservá-las.”

Pois bem, passados quase 1 ano e 6 meses de sua apresentação, o que temos observado são os remanejamentos e outras mudanças no rito ordinário de tramitação desta proposição. Ela foi distribuída à Comissão de Meio Ambiente, no entanto, pouco após, retomou ao Plenário para ser apensada a outros projetos. Daí nova distribuição, nova espera de escolha de relator. Enfim, o projeto não avança.

Nesse ínterim, as ações em relação ao mérito do projeto, qual sejam, os processos de outorga de concessões seguem seu ritmo. São constantes e cada vez mais graves as questões e os conflitos relacionados ao desmatamento, ao desrespeito ao ambiente, à vida. As florestas estão acabando, seja pela lei ou seja principalmente por sua ausência. É necessário que o Congresso Nacional se manifeste e assuma suas responsabilidades enquanto ainda há tempo.

Sala das Sessões, 10 de março de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 230, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 10, em Maringá, Paraná, do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual Antonio Facci.

Justificação

Antonio Facci, natural de Cedral, interior de São Paulo, onde nasceu em 1941, mas que adotou Maringá como sua terra, fez por merecer o luto oficial de três dias que o município decretou hoje, pela sua morte prematura, ocorrida nesta manhã, poucos dias depois de completar 67 anos de idade.

Serventuário da Justiça, Facci, ao longo de sua vida, construiu em Maringá um grande círculo de amigos, do qual me orgulho de fazer parte. Integrou-se de tal forma à vida da cidade que os maringenses o elegeram vereador e, posteriormente, junto com os cidadãos de outros municípios da região, o conduziram à Assembléia Legislativa.

Sua atuação no Legislativo obteve o reconhecimento daqueles que o elegeram, tanto que foi agraciado com os títulos de Cidadão Honorário de Maringá, Floresta e Sarandi.

Cumprida a missão que os norte-paranaenses lhe haviam delegado, Facci passou a dedicar-se integralmente à sua grande paixão, a poesia, que descobriu ainda na adolescência e à qual permaneceu fiel até a morte. Por conta dessa paixão, veio a se tornar membro fundador da Academia de Letras de Maringá, na qual era titular da cadeira nº 20, que tem por patrono o escritor Humberto de Campos; titular de cadeira também na Academia Brasileira de Estudos e Pesquisas Literárias; colaborou de tal forma na criação da Academia Umuaramense de Letras e Artes que seus fundadores o homenagearam tornando-o patrono de uma de suas cadeiras; foi, também, integrante da União Brasileira de Trovadores.

A par de sua atuação literária, ao longo da qual publicou 14 obras, Antonio Facci também nunca deixou de estar ligado à vida da comunidade, principalmente

atuando como integrante do Lions Internacional, que reconheceu seu valor, sua dedicação e capacidade de trabalho guindando-o à destacada posição de Secretário do Distrito LD-6 da instituição.

Por todas estas razões é que, consternado com a inesperada morte do amigo, entendo que o Senado Federal deve aliar-se aos maringauenses prestando essa merecida homenagem ao seu exemplar cidadão que hoje se foi, deixando dor e saudade entre todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver.

Sala das sessões, 10 de março de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, só queria fazer uma correção. Ao interceptar o nobre Senador Paim, eu citei Rui Barbosa. E quero citá-lo agora, com as palavras exatas dele. Ô Senador Jarbas, é em referência aos aposentados, aos velhos... Já está demorado demais. Eles já estão sofridos demais. Eles já estão é morrendo sem receber. Isso é que é injusto.

Então, Rui Barbosa disse o seguinte: “Justiça tardia é injustiça manifesta”. Viu, Paim? “Justiça tardia é injustiça manifesta.” É isto que quero: que se acelere esse julgamento do justo salário dos aposentados e idosos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador João Ribeiro, pela Liderança do PR. Em seguida, o Senador Jarbas Vasconcelos, como orador inscrito.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, meu querido Estado do Tocantins vai estar em festa, porque receberá o nosso Presidente, o Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que vai a duas localidades no Estado.

Na parte da manhã, o Presidente e sua comitiva, com Ministros, estarão na cidade de Dianópolis. Eles vão descer no aeroporto daquela cidade para depois se dirigirem ao projeto de irrigação chamado Propertins, no rio Manuel Alves. Lá, o Presidente visitará a barragem e entregará à população a obra, quase toda concluída, já na sua fase final. Trata-se de uma obra, Sr. Presidente, que custou ao País, aos cofres da União, nada menos que R\$235 milhões. Portanto, é um projeto de irrigação extremamente importante. Desse total

de R\$235 milhões, já foram liberados R\$215 milhões. E aqui cumprimento a bancada tocantinense, da qual faço parte – sou um de seus membros, um dos três Senadores desta Casa que representam o Tocantins –, porque essa obra quase toda foi feita com emenda da nossa bancada.

Sr. Presidente, desses R\$235 milhões de recursos, R\$21 milhões são de contrapartida do Governo do Estado e R\$214 milhões são de repasse do Governo Federal, por meio de medida provisória, de repasse do Ministério e de emendas parlamentares, emendas da nossa bancada. Essa obra representa uma vitória muito grande da bancada tocantinense, do povo, mas ela se deve, sobretudo, ao apoio extremamente forte que recebeu do Presidente Lula, já que para ela não faltou apoio nem faltaram recursos, em momento algum. A obra, importantíssima, já estava no PPI, e está no PAC.

Meus cumprimentos, portanto, à população de Dianópolis, de Porto Alegre, a todos os moradores da região sudeste do Estado, que sofrem muito com o problema de escassez de água e de chuva.

De lá, o Presidente Lula se dirigirá à capital do Estado do Tocantins, Palmas, onde vai anunciar e assinar convênios de obras de infra-estrutura – pavimentação de ruas – e de moradias para vários Municípios tocantinenses, em parceria com o Estado. Será anunciada a construção de mais de cinco mil moradias. Para ser mais exato, 5.373 casas populares serão construídas, com repasse do Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, em parceria com o Governo do Estado e com os Municípios, a fim de melhorar a vida da população.

Cumprimento, portanto, o Governo do Presidente Lula, sobretudo seus Ministros, por este momento tão importante que o Tocantins vive e viverá no dia de amanhã, com a presença de Sua Excelência inaugurando essa obra tão importante para o Município de Dianópolis. Não apenas para o Município de Dianópolis, mas para toda a região, pois é um projeto de irrigação muito importante, além de outros que já existem e estão em andamento no Tocantins.

Sr. Presidente, para encerrar, o Presidente Lula tem sido realmente um grande Presidente para o Estado. Para nós, até hoje, é o melhor Presidente que já tivemos. O Tocantins é um Estado novo, mas tem recebido muito apoio por parte do Governo do Presidente Lula. O que seria de nós, no Tocantins, se não fosse o dinheiro do Governo Federal, os recursos do Governo Federal que têm ido para o nosso Estado, através da nossa bancada, através de convênios ou de financiamentos, ou diretamente dos Ministérios?

Mas a grande verdade, Sr. Presidente, é que temos que ser muito gratos ao Presidente Lula por tudo que tem feito para a população tocantinense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

Agradecemos a presença dos alunos do Colégio Maria Imaculada, de São Paulo. A presença dos estudantes honra o Senado Federal, em que pese, na segunda-feira, o plenário estar um tanto quanto vazio.

Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, muita gente afirma que o pernambucano tem mania de grandeza. Gostamos de dizer, entre outras coisas, que temos a maior avenida em linha reta da América Latina: a Avenida Caxangá, no Recife, para quem não sabe. Dizemos também que temos o maior bloco carnavalesco do planeta, o mundialmente conhecido Galo da Madrugada.

São muitos os exemplos dessa fixação pela grandiosidade, pelo maior, pelo mais expressivo, pelo superlativo. Trata-se de uma característica do imaginário popular do meu Estado natal, que se estende a todas as áreas da produção humana, da política, da cultura, da economia.

Mas discordo dos que dizem que Pernambuco tem mania de grandeza. A verdade é uma só: Pernambuco é grande. Grande na sua história; grande na sua cultura; grande nos seus sonhos; grande no seu povo; grande na sua criatividade e diversidade.

É para ter orgulho possuir uma história repleta de personagens como Frei Caneca, General Abreu e Lima, Joaquim Nabuco, Manuel Bandeira, Gilberto Freire, João Cabral de Melo Neto, Josué de Castro, Paulo Freyre, Joaquim Cardozo, Luiz Gonzaga, Mestre Vitalino, Cícero Dias, Vicente do Rego Monteiro, entre tantas outras referências de dimensão universal. É isso que leva os pernambucanos a buscarem sempre a vantagem em todas as áreas do conhecimento humano.

Feitas essas observações, V. Ex^{as} talvez tenham condições de dimensionar a situação na qual se encontrava a auto-estima dos pernambucanos em janeiro de 1999, quando assumimos o Governo do Estado pela primeira vez. Esse amor-próprio estava no fundo do poço. Não sou eu quem digo, basta recorrer aos jornais da época, que estamparam essa situação em manchetes da primeira página.

V. Ex^{as} talvez tenham tomado conhecimento pela imprensa nacional, mas não custa lembrar que tivemos de levar água potável por meio de navios, para abastecer o Recife, que estava às portas de um colapso no seu sistema de abastecimento.

Espremido pela dinâmica dos vizinhos Estados da Bahia e do Ceará, que cresciam e se modernizavam em ritmo bem superior, Pernambuco amargava indicadores negativos, que dificultavam ainda mais a situação de pobreza de um Estado do Nordeste brasileiro – Região que padece de imensa desigualdade econômica e social em comparação com as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Perdíamos, Sr. Presidente, investimentos públicos e privados, o que se refletia em baixo crescimento do Produto Interno Bruto do Estado, piorando progressivamente os nossos indicadores na áreas de saúde, educação e segurança pública.

Pois bem, Sr^{as} e Srs Senadores, foi assim que encontramos o Estado de Pernambuco. Diante desse cenário, o nosso trabalho se desenvolveu a partir de oito linhas: equilíbrio das finanças públicas, modernização da gestão estatal, planejamento descentralizado, requalificação da infra-estrutura, qualificação profissional, combate à pobreza rural, atração de investimentos e apoio à base produtiva já existente no meu Estado.

O desafio da nossa equipe era imenso, mas vínhamos de uma experiência vitoriosa na Prefeitura da cidade do Recife, que abria a perspectiva de mudar para melhor o astral dos pernambucanos.

O bom gestor, seja ele público ou privado, começa pela escolha eficiente da sua equipe. Tive o privilégio de contar com o apoio e a colaboração de ampla aliança política, integrada pelo PMDB, pelo PFL (hoje DEM), pelo PSDB, pelo PPS e por outras legendas, porque tinha a convicção de que vencer uma eleição poderia até ser viável: mais complicado seria governar, administrar um Estado tão complexo e com necessidades tão prementes, como era Pernambuco de dez anos atrás.

Mas não ficamos pelos cantos do Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo de Pernambuco, queixando-nos das dificuldades, apontando culpados, reclamando de uma “herança maldita”. Não. Nossa equipe optou pelo trabalho, com muita determinação.

Acertamos sempre? Com certeza, não. Mas nunca baixamos a cabeça diante dos problemas, alguns de dimensão nacional, que exigem uma ampla articulação entre União, Estados e Municípios.

Sr. Presidente, uma consistente aliança política e uma eficiente equipe de técnicos comprometidos, sem ceder ao fisiologismo e às promessas fáceis, esses foram os pilares da nossa administração à frente

dos destinos de Pernambuco, entre janeiro de 1999 e março de 2006, quando, obrigado pela legislação eleitoral, tive que renunciar ao mandato de Governador, para disputar uma cadeira nesta Casa. E aqui estou com o voto majoritário dos pernambucanos, que nunca me faltaram.

Nosso Estado tem diferenciais muito particulares, tanto do ponto de vista da posição geográfica quanto da sua formação histórica. Situado na região onde se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar, Pernambuco assumiu, desde cedo, um papel privilegiado na geografia econômica nordestina, tendo importância fundamental o posicionamento logístico do Porto de Recife.

Com um processo de industrialização baseado nos incentivos fiscais da Sudene, coube a Pernambuco sediar um conjunto diversificado de empresas que se aproveitaram da nossa tradição industrial, ganhando importância os setores químico, metal-mecânico e eletroeletrônico.

De forma paralela, os Governos Federal e Estadual investiram na criação de uma infra-estrutura econômica em que se destaca a construção do novo Complexo Industrial e Portuário de Suape.

A posição geográfica, a história econômica e os investimentos em infra-estrutura portuária explicam por que o mercado identificou Pernambuco, e em especial Suape, como o centro concentrador e distribuidor de cargas para toda a Região Nordeste. Afinal, partindo da região metropolitana do Recife, por rodovia, qualquer carga pode atingir um mercado correspondente a 90% do PIB do Nordeste em um dia de viagem no máximo.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a me permite um breve aparte?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Permito, Senador Marco Maciel, com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, serei breve, mesmo porque V. Ex^a está fazendo uma exposição extremamente oportuna, mostrando ao Senado e ao País o que nós, pernambucanos, sabemos, que foi o êxito da sua administração. V. Ex^a governou Pernambuco, praticamente, durante oito anos e só interrompeu sua presença à frente do Governo em função do afastamento para concorrer ao Senado Federal. Logo no início, V. Ex^a citou uma questão fundamental, quando disse que compôs uma boa equipe. Isso me faz lembrar frase de um primeiro-ministro francês, Mendès-France, que afirmou certa feita: “governar é escolher”. É verdade que V. Ex^a escolheu uma boa equipe e um bom programa de governo. Graças a esse trabalho, Pernambuco reconhece sua obra e se manifestou de maneira

consagradora, ao fazê-lo Senador da República. Não deixaria de mencionar o cuidado de V. Ex^a de manter Pernambuco atento às grandes questões, sobretudo àquelas voltadas à consolidação democrática. V. Ex^a, desde a primeira hora, apoiou a candidatura Fernando Henrique Cardoso, havendo contribuído com experiência e espírito público, para que o País alcançasse, em rápidos passos, uma democrática plena. Portanto, meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agradeço e incorporo, com muita honra e com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, Senador Marco Maciel. V. Ex^a, como Deputado estadual, Deputado federal, Senador da República, Governador do Estado, Ministro, Vice-Presidente da República, tem honrado as melhores tradições de Pernambuco pela sua desenvoltura, pelo seu conhecimento e, sobretudo, pela sua ética, num país tão carente, tão necessitado de exemplos, que V. Ex^a tem dado não só a Pernambuco mas também ao Brasil inteiro. Muito me engrandece o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, nas centenas de viagens que fiz por Pernambuco sempre afirmei que o nosso Governo não tinha criado a infra-estrutura do Estado. Ela era razoável e foi fruto do trabalho dos governantes que me antecederam, uns mais outros menos, mas todos colaboraram para dotar nossa economia de uma base, de pilares sobre os quais o nosso Estado, Pernambuco, foi recolocado no caminho do desenvolvimento econômico e social.

O que procuramos fazer foi um *up grade*, uma atualização, da nossa infra-estrutura para o século XXI, tudo feito a partir de um planejamento governamental descentralizado no programa Governo nos Municípios. Por meio desse programa as lideranças da sociedade civil de cada microrregião definiam as ações e as obras que consideravam estratégicas para o desenvolvimento local.

Há ainda uma visão distorcida e antiga de alguns de que investir em infra-estrutura é esquecer o social. Digo, Sr^s e Srs. Senadores, que não há equívoco maior. Certos de que só a infra-estrutura econômica leva ao desenvolvimento social, em Pernambuco tivemos a coragem de investir recursos próprios, o chamado “dinheiro azul e branco”, na malha rodoviária do Estado. Foram mais de R\$1,3 bilhão. Essa estratégia possibilitou recuperar cerca de mil quilômetros e construir 600 quilômetros de pavimentos novos de rodovias, sobre uma malha que somava à época cerca de 2.500 quilômetros.

Todas as regiões do Estado foram contempladas com mais de quarenta obras rodoviárias importantes, do Recife até os sertões do Araripe e do São Francisco.

Ninguém passa hoje no Estado sem divisar a BR-232, o nosso mais importante eixo de interiorização, duplicado durante o nosso Governo, entre a Capital e o Município de São Caetano, no Agreste.

O compromisso do Governo Federal foi o de bancar apenas 40% do custo total da obra, quando ela deveria ser integralmente bancada pela União por ser uma BR, mas não dava para esperar mais, a rodovia tinha que ser duplicada sob pena de estrangular o desenvolvimento do interior pernambucano.

Pasmem os senhores, depois de concluídos os serviços, parte dos 40% ainda não havia sido repassada ao Governo estadual. Aqui, neste plenário, existem muitos Senadores que já tiveram a honra de governar seus Estados. Os senhores sabem o quanto o ritmo de Brasília pode ser insuportável.

No setor hídrico, Sr. Presidente, que é um ponto crítico na maior parte do Nordeste, aplicamos cerca de R\$600 milhões em obras já concluídas e outros R\$200 milhões foram financiados com obra já em andamento ou a iniciar.

Como exemplo desses empreendimentos, refiro-me à Adutora do Oeste, obra federal, com grande intermitência na sua execução e que o Estado tomou para si, com o propósito de concluí-la, pois o povo do sertão de Araripe não suportava mais.

Várias cidades sertanejas que se abasteciam de pequenos “barreiros”, como lá se chamam os açudes, passaram a ter a água boa do Velho Chico, devidamente tratada, por meio da Adutora do Oeste.

Tivemos que colocar recursos do Estado para viabilizar esse benefício. Também deixamos ao término da nossa gestão, praticamente concluído, o seu principal ramal, denominada Adutora Luiz Gonzaga, com 85% das suas obras, um projeto viabilizado junto com o Banco Mundial.

Outra obra da mesma natureza e com problemas semelhantes – o Senador Marco Maciel acompanhou-a atentamente – foi a Adutora de Jucazinho, do Dnocs, fundamental para a cidade de Caruaru, conhecida como a “Capital do Agreste”. O Estado teve de entrar com recursos para completá-la. Aplicou o valor superior a R\$25 milhões em 2002. Recebemos a mais importante cidade do agreste, Caruaru, com um racionamento brutal, 30 dias sem água, para apenas um dia com água. O mesmo sistema Jucazinho que tirou Caruaru do pré-colapso beneficiou ainda outras 10 cidades agrestinas, promovendo o abastecimento regular de água.

Cito também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Barragem de Pirapama, localizada na região metropolitana do Recife, paralisada desde 1992, com sérios problemas no Tribunal de Contas da União. A

obra nos foi entregue no mesmo estágio, em 1999. Resolvemos todas as pendências legais e concluímos a barragem, que está cheia, permitindo que o atual Governo complete o sistema com a construção da rede de distribuição.

Sr. Presidente, o novo Aeroporto dos Guarapes foi outra grande conquista, como importante equipamento de infra-estrutura. O anterior era acanhado, muito aquém das necessidades de economia de Pernambuco.

Desde o início da nossa gestão, concentramos esforços nas desapropriações para possibilitar a ampliação da pista de pouso – muitas estavam paralisadas –, hoje a maior do Nordeste, e a ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves. Reconheça-se que no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a forte atuação do então Vice-Presidente Marco Maciel, a obra teve um desenvolvimento eficaz. Devo registrar, por dever de justiça, que no Governo Lula a modernização do Aeroporto continuou como prioridade, o que permitiu a conclusão das obras.

Novamente o Estado se fez presente numa importante parceria, inclusive com recursos financeiros: cerca de 20%, na parte referente às edificações do prédio garagem e do terminal de passageiros, e de 100% do complexo viário, imprescindível ao pleno funcionamento do aeroporto. Esse último custou aos cofres estaduais R\$30 milhões em valores da época.

Os serviços de infra-estrutura não se restringiram aos projetos de grande porte. Grandes somas foram aplicadas em milhares de pequenas obras de relevo social para o homem do campo. A eletrificação rural é um exemplo, com quase 100% das propriedades atendidas no fim do nosso Governo. Houve, para essa conquista de profundo impacto social, uma providência da maior valia no ato da privatização da Companhia Energética de Pernambuco: o Estado obrigou a empresa a aplicar 2% da receita anual líquida em obras rurais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Porto de Suape foi e continua sendo o grande diferencial para Pernambuco dar o salto atual. Fruto inicialmente de investimentos do Governo de Pernambuco e, depois, com o apoio do Governo Federal, Suape começou a sair das pranchetas na década de 70.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Jarbas, não se preocupe. V. Ex^a usará o tempo que achar conveniente. Sua obra é muito maior. “O essencial é invisível aos olhos.” Padre Antônio Vieira disse que um bem arrasta outro bem. Aprendi a ser prefeito vendo a administração de V. Ex^a. Acho que

Cícero Lucena já está ali pedindo um aparte. Fique à vontade.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Três décadas foram necessárias para que o porto fosse “tirado de dentro d’água”, como gosto de lembrar, em nosso Governo. Tanto que 70% de todos os investimentos privados feitos em Suape, desde seu início, ocorreram durante nossa gestão.

Ouçó V. Ex^a, nobre Senador Cícero Lucena, nosso vizinho.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos, quero apenas somar-me ao reconhecimento não só do Brasil, mas também do Estado vizinho, o Estado da Paraíba, às ações, ao trabalho e à forma de fazer política de V. Ex^a, ao longo desses anos em Pernambuco, mas com reflexos nos Estados vizinhos e – por que não dizer? – no Brasil como um todo. Antecedeu-me no aparte o Senador Marco Maciel, que também deu sua colaboração ao Estado de Pernambuco. Sem dúvida, eu o acompanho nas suas lutas democráticas e também como administrador público, desde a época que teve o prazer de administrar a cidade de Recife, o que fez com muita dedicação, com muita competência. Essas ações que V. Ex^a está relatando em seu pronunciamento são também vividas e sentidas pela Paraíba, ao acompanhar o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, principalmente pela visão de planejamento e de ações que podem projetar um futuro melhor na busca do desenvolvimento e de mais justiça social para o povo daquele Estado e, por que não dizer, de todo o Nordeste. Quero, então, em nome da Paraíba, somar-me ao seu pronunciamento, prestando reconhecimento e dando testemunho do maravilhoso trabalho que V. Ex^a fez como administrador e como homem público que é.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito agradeço o seu aparte, Senador Cícero Lucena, que, além de vizinho, é nosso amigo. Chegamos juntos aqui no Senado. V. Ex^a também tem marcado a sua atuação não somente com brilho, mas com grande desembaraço e com grande atuação em plenário e nas comissões. Para mim, é uma honra e uma satisfação ter a sua participação neste relato que faço sobre o meu Estado.

A partir de Suape e do seu entorno, conseguimos criar um pólo de logística e de distribuição de mercadorias, com a instalação de mais de 100 centrais de distribuição.

Nosso Governo conseguiu atrair para Suape três dos maiores empreendimentos do Brasil nos últimos 20 anos, Senador Marco Maciel: a Refinaria General Abreu e Lima, que está sendo construída numa sociedade da

Petrobras com a estatal venezuelana PDVSA; o Estaleiro Hemisfério Sul, da Camargo Corrêa e da Andrade Gutierrez, um dos maiores e mais modernos do mundo – e quem diz isso não são os pernambucanos apenas, mas os técnicos do setor –; e o Pólo de Poliéster, iniciado com a unidade do grupo italiano M&G.

Projetos como esses levaram o Estado de Pernambuco a ser, a partir do ano de 2004, um dos três maiores canteiros de obras do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, a nossa ousadia não se restringiu apenas em procurar parceiros externos. O nosso Governo também identificou setores com imenso potencial no próprio Estado de Pernambuco, na nossa própria base produtiva.

Foi o caso, por exemplo, do segmento da tecnologia da informação e comunicação.

Ouçó V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, fiz questão de descer da Presidência para apartear-lo. Considero importante destacar as obras administrativas que significam um grande exemplo, já que sabemos que a população do País se sente desesperançada em relação às instituições públicas brasileiras e um bom exemplo deve ser proclamado e conhecido por todos. Não há necessidade de Senador algum falar sobre a eficiência da gestão que empreendeu no Governo de Pernambuco. As pesquisas de opinião pública revelaram isso. E nós, que acompanhamos o noticiário nacional, sabemos que V. Ex^a sempre foi, nas pesquisas de opinião pública divulgadas pela imprensa nacional, um dos Governadores mais competentes do País, a gestão mais eficiente entre todos os governos estaduais no seu período. É por essa razão que queremos cumprimentá-lo e dizer que são princípios elementares que fazem uma administração bem-sucedida. O Senador Marco Maciel, com muita inteligência, já citou um deles: a capacidade de escolher equipe. Quem escolhe bem tem possibilidades de sucesso. Quem escolhe mal não pode esperar sucesso. A má escolha é o desastre da gestão. Não há como um Governador, por mais brilhante que seja, desincumbir-se com êxito da sua missão se não foi feliz no momento de escolher. Certamente, V. Ex^a tem a capacidade de aglutinar, de liderar, de escolher e de organizar equipes. E, evidentemente, com essa postura de austeridade e de honestidade, a conjugação de austeridade com honestidade é que possibilita ao Estado investir, já que a capacidade de investimento do Estado brasileiro está extremamente limitada. Por todas essas razões, V. Ex^a é um exemplo e o seu Governo tem de ser consagrado como um governo de eficiência. Nós só podemos parabenizá-lo nesta hora e dizer da oportunidade do registro que faz nos Anais do

Senado Federal, para que a História não se esqueça desses feitos administrativos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Eu o conheci na Câmara dos Deputados, num mandato muito profícuo e muito corajoso de V. Ex^a, naquela época, que não só cuidava das questões – desde saúde a educação – do Estado, mas, sobretudo, estava no combate ao regime de exceção. Depois, V. Ex^a também teve passagem no Executivo do Estado do Paraná, com a mesma vontade e a mesma determinação, com fatos que marcaram a sua administração. Hoje, sem dúvida nenhuma, se forem escolher os melhores Senadores da República, V. Ex^a constará de quaisquer listas feitas aqui ou fora do Senado. De forma que seu aparte só faz engrandecer o meu modesto pronunciamento.

Numa parceria com os setores privados e acadêmicos, nosso Governo criou o Porto Digital, destinando, em valores históricos, R\$33 milhões para criar a infra-estrutura e as condições necessárias para a implantação do empreendimento, que tinha como missão inserir Pernambuco no cenário tecnológico mundial. E assim foi.

Localizado no Bairro do Recife, o Porto Digital é o maior e o melhor parque de tecnologia de informação do País e uma referência internacional na área da tecnologia.

Na área social, empreendemos uma ousada política de combate à pobreza rural por meio do Projeto Renascer, tendo como estratégia incentivar e empreender a concepção do desenvolvimento local. O Renascer priorizou obras de infra-estrutura local, com o objetivo de superar a vulnerabilidade dos segmentos sociais mais pobres.

Outro programa de grande impacto social, Sr. Presidente, com preocupação de formar a infra-estrutura local, foi o Promata, criado com o objetivo de desenvolver, de maneira sustentável, a mesorregião da Mata de Pernambuco, composta por 43 Municípios. O Promata é financiado parcialmente com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, com um investimento de US\$150 milhões.

Com o Projeto Renascer e o Promata, o nosso Governo decidiu combater a pobreza endêmica de Pernambuco não com esmolas, não com assistencialismo, não com o paternalismo. Optamos pelo ensinar a pescar em vez de simplesmente dar o peixe.

Sr. Presidente, como desdobramento do Programa Governo nos Municípios criamos o Plano Integrado de Desenvolvimento Local, com o objetivo de reverter em médio prazo a situação de pobreza dos 11 Municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, em Pernambuco.

Esse plano tem como alvo as mesorregiões do Agreste Meridional e do Sertão do Moxotó com a formação de uma rede de proteção social às famílias carentes, possibilitando a que tenham os meios para uma vida digna. O nosso plano visa à dinamização e à diversificação da economia, com intervenções destinadas a incrementar e a desenvolver ações de capacitação e de apoio às atividades produtivas.

Seguramente, as mudanças nos indicadores sociais já se farão sentir na próxima avaliação.

A descentralização das ações do governo e das parcerias já começaram a reverter o perfil da economia do Estado, com as regiões do interior pernambucano crescendo mais do que a média do Estado e da região metropolitana do Recife.

As regiões do Pajeú e a do São Francisco, por exemplo, no nosso governo, cresceram mais do que o dobro da média da região metropolitana. Temos a convicção de que os Municípios beneficiados pelo PIDL vão alcançar uma reversão nos seus assustadores indicadores sociais.

Nesse sentido, Sr^s e Srs. Senadores, queremos registrar que o modelo do Programa Territórios da Cidadania – recentemente lançado pelo Governo Federal – já havia sido implantado em Pernambuco com o PIDL e com os territórios de desenvolvimento do Promata. Inclusive, nossa equipe entregou ao Governo Lula, há quatro anos, detalhes do programa da nossa gestão. A iniciativa federal é conceitualmente correta. Não entendemos por que demorou tanto a ser lançado. Esperamos que esse modelo do Governo Federal não venha servir a interesses subalternos de cunho apenas eleitoral.

Sempre pensando de maneira integrada, criamos, de forma pioneira, o Programa do Leite, que beneficia até hoje as famílias de baixa renda de todo o Estado e compra a produção do Pólo Leiteiro do Agreste de Pernambuco. Hoje, o Programa do Leite foi adotado pelo Governo Federal que o financia e estendeu-o a outros Estados.

Na área da educação, Sr. Presidente, iniciamos a experiência, também pioneira, da Escola em Tempo Integral. O Programa foi iniciado no ano 2000 e é constituído por 20 centros que adotam conteúdo, métodos e gestão inovadores. Dotados de laboratórios, eles fornecem gratuitamente três refeições diárias, uniformes e livros didáticos aos seus alunos.

O Programa resultou de uma parceria realizada entre o nosso Governo e a iniciativa privada. Esses centros são submetidos a constantes avaliações na qualidade do ensino e na sua eficiência, com foco na aprendizagem dos alunos. Essa parceria público-privada viabilizou os investimentos iniciais destes cen-

tros, numa concepção que a educação não é uma responsabilidade apenas do Estado, mas de toda a sociedade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, qual o objetivo deste pronunciamento? Registrar que, nesta Casa, estarei sempre, sempre em defesa dos interesses maiores de Pernambuco.

Nosso Estado sempre esteve na vanguarda dos mais importantes episódios políticos que formaram a Nação brasileira, como a Independência, a Federação, a Abolição da Escravatura, a República e a luta pela democracia, no combate ferrenho ao autoritarismo.

Por causa dessas posições ousadas e independentes, Pernambuco foi punido diversas vezes. Perdeu parte expressiva de seu território; teve filhos seus covardemente assassinados e reprimidos. Porém, isso nunca intimidou os pernambucanos.

Lutar por Pernambuco, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lutar pelo Brasil. Nada me afastará desse caminho.

Hoje, nosso Estado é governado pelo grupo político que nos fazia oposição – episódio normal do processo democrático. De forma alguma, esse fato será impedimento para defender as causas pernambucanas. O bem maior de Pernambuco é a minha bandeira. Dela jamais abrirei mão!

Senhoras e Senhores Senadores, muito ainda teria a dizer sobre as conquistas e os desafios que marcaram a nossa passagem pelo Governo de Pernambuco.

Hoje, quase dois anos após me afastar do cargo, ampliei a convicção pessoal e política de que o destino de Pernambuco é ser grande, atendendo ao imaginário popular. Grande no passado, grande no presente, mas com a perspectiva concreta de que tem um futuro ainda maior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, com os meus agradecimentos a V. Ex^a pelo tempo extrapolado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a interpreta a grandeza do Estado de Pernambuco.

Procedo assim na Presidência em relação ao tempo, Senador Marco Maciel, com base no livro *O Espírito das Leis*, de Montesquieu. Entre os melhores pronunciamentos, estão os de Roberto Campos, com os quais poderíamos fazer um livro. Os pronunciamentos

dele ficaram para a história! Paulo Brossard falava por três horas e meia, e Petrônio reduzia, freava seus discursos para uma hora. Então, esse discurso de meia hora do nosso Senador Jarbas Vasconcelos foi muito pouco diante da grandeza de Pernambuco.

Pernambuco teve a melhor influência européia, de Nassau, dos orientandos de Administração, dos grandes governantes. Na própria Medicina – quero salientar –, Senador Marco Maciel, formei-me em 1966. O Jarbas Vasconcelos, há um professor de Medicina chamado Arnaldo Marques, que escreveu um dos melhores livros de Semiologia Médica – há Vieira Romeiro e Arnaldo Marques, do Nordeste.

A grandeza de Pernambuco é materializada aqui na presença do Senador Marco Maciel, esse extraordinário homem público que enriquece a democracia e que preside, com muita competência, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e do Senador Sérgio Guerra, que é Presidente do PSDB.

Então, Senador Jarbas Vasconcelos, diante de dois Senadores Presidentes – o Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, S. Ex^a que foi Presidente da República por 87 vezes, e o Senador Sérgio Guerra, que preside o PSDB –, resta-me fazer um convite. Estive representando as lideranças e a história do PMDB, em Salvador. Havia um Ministro, o Geddel – lembrei o nome dele, que é Ministro baiano, do PMDB histórico. E me lembrei de V. Ex^a, para que nosso Partido chegue à Presidência da República.

Convidamos para usar da palavra o Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador inscrito Cristovam Buarque.

V. Ex^a, que é o Vice-Presidente desta Casa, terá o tempo que achar conveniente para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder do PSDB, o Senador Arthur Virgílio, encaminhou à imprensa uma nota em que responde às indagações do Presidente Lula feitas hoje, pela manhã, no seu programa de rádio. O Presidente criticou a Oposição, que, segundo Sua Excelência, é intransigente em relação ao Orçamento da União.

Disse o Senador Arthur Virgílio: “É feio e antidemocrático tentar colocar a opinião pública contra o Parlamento. Melhor faria o Presidente se desse os nomes dos 300 picaretas que ele disse haver no Congresso, num passado recente”.

O Orçamento só não foi ainda votado, segundo o Líder, por culpa da própria base parlamentar gover-

nista, que se deixa conduzir por um minúsculo grupo da Comissão de Orçamento. Foi esse grupo, lembrou o Senador Arthur Virgílio, que criou uma espécie de Orçamento paralelo no valor de R\$534 milhões, com o nome de Anexo de Metas e Prioridades, para privilegiar emendas daqueles poucos parlamentares.

Veja, Senador Mão Santa, que um grupo de parlamentares, constituindo-se como proprietários do Orçamento da União, elabora um Anexo de R\$534 milhões, para destinarem recursos públicos sem estabelecer critérios e prioridades, excluindo os demais parlamentares dessa tarefa de destinação de recursos especiais.

Ora, segundo a nota do Senador Arthur Virgílio, foi esse grupo que criou uma espécie de orçamento paralelo – e trata-se de um orçamento paralelo:

“Denunciamos essa manobra, que é inaceitável. Esse Anexo não votamos! Nisso não transigimos! Não há nisso nenhum jogo político. É somente questão de ética. Tanto que o PSDB está pronto para aceitar a sugestão do Líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands, de se ratearem aqueles R\$534 milhões entre as 27 bancadas estaduais, segundos os critérios populacionais e de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados. Ou então – é a proposta do PSDB – que sejam aqueles recursos integralmente destinados a recompor o orçamento do Ministério da Saúde, o qual não cumpriu o estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, em função da nova sistemática de aferição do PIB. Como está, esse Anexo é a porta escancarada para futuros escândalos, incompatíveis com o Brasil que queremos!”

Ou, Senador Mão Santa, adotamos uma postura de rigor em relação à elaboração do Orçamento nesta Casa, ou caminharemos para outro enorme escândalo, do tamanho do Congresso Nacional, porque são bilhões de reais do Orçamento da União que acabam sendo destinados de forma desonesta. Não há outra palavra para definir bem o que há nesta hora, é desonestidade mesmo!

Esse Anexo, que é uma espécie de orçamento paralelo, é desonestidade, é ausência de respeito não só em relação aos demais Parlamentares da Câmara e do Senado Federal, mas, acima de tudo, em relação ao povo brasileiro, que paga impostos, que é responsável por receitas recordes que vem obtendo o Governo e que deveria ser, portanto, o destinatário desses recursos. No entanto, alguns Parlamentares se julgam proprietários do Orçamento da União e passam a destinar recursos aleatoriamente, atendendo a outros objetivos – quem sabe, escusos –, não aos objetivos maiores, sustentados pela aspiração da sociedade brasileira.

Temos de acabar com essa Comissão de Orçamento; não há alternativa. Já houve uma CPI, a dos Anões, que culminou com a cassação de vários mandatos, mas esta não foi suficiente para ensinar. Não houve o aprendizado que se esperava.

Não há cuidado. Na verdade, há falta de escrúpulo. Corre-se o risco do escândalo, mas não se abre mão da corrupção. É claro que aí há corrupção esca-moteada. Não se trata de elaboração do Orçamento da forma como se deseja e se recomenda. Essa forma de se elaborar Orçamento abre as portas para a desonestidade, para o desvio de recursos. Há aí, claramente, desvio de finalidade na aplicação desses recursos.

Enfim, quase sempre, o Orçamento é uma peça de ficção, elaborado para o deleite de estudiosos ou para enfeitar as bibliotecas do Governo, porque, na verdade, não há respeito pelo Orçamento elaborado, não há execução orçamentária compatível com as necessidades do País. A execução orçamentária tem sido uma lástima no Governo Lula, proclamando sempre a incompetência de gerenciamento das finanças públicas no Brasil, e, a par dessa incompetência na execução, vem essa elaboração de má-fé. Ocorre essa elaboração, essa definição de metas e de prioridades, com lamentável má intenção. Não posso ver de outra forma.

É por essa razão que ganha força a tese de extinção da Comissão de Orçamento, para evitarmos um grande escândalo. Ou adotamos uma postura de rigor em relação ao que vem ocorrendo, extinguímos essa Comissão de Orçamento e passamos a elaborar e discutir o Orçamento nas Comissões temáticas, com uma última definição por meio de uma comissão de sistematização, ou estamos plantando a semente do grande escândalo, que poderá ocorrer futuramente.

Não é a previsão que desejo, é apenas um alerta que faço, pela obrigação de quem não quer ver este Congresso Nacional enxovalhado em razão da ação de alguns, que acabam comprometendo a presença de todos nesta instituição, que tem de ser defendida, preservada e respeitada pelo País, porque é essencial para o regime democrático.

Portanto, é claro que leio afirmações do Senador Arthur Virgílio, com as quais concordo integralmente. Essa é a posição da nossa Bancada. O Senador Sérgio Guerra, nos últimos dias, tem sido um porta-voz competente do Partido ao proclamar os vícios na elaboração orçamentária em curso e ao defender postura nova, moderna, em relação à elaboração do Orçamento no Congresso Nacional.

O que devemos ressaltar, nesta hora, é a incompetência do Governo não apenas neste ano, mas também em anos passados. Neste ano, alegou o fim

da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para retardar a aprovação do Orçamento. E nos outros anos? E no ano passado? Por que o Orçamento não foi aprovado no prazo estabelecido constitucionalmente?

Há desrespeito à Constituição até mesmo quando discutimos e elaboramos o Orçamento. Não respeitamos os prazos constitucionais estabelecidos, por incompetência do Governo, por incapacidade de planejar e, sobretudo, por incapacidade de articular politicamente, de buscar consenso em torno dessa peça, que é prioridade na administração pública. O Governo tem sido incapaz até mesmo de elaborar o Orçamento e muito mais incapaz tem sido no ato de executá-lo.

A execução orçamentária, mesmo em setores fundamentais para a população – segurança pública, para ficar em um único exemplo –, tem sido precária. A execução orçamentária implica alocação de recursos com percentuais ínfimos em relação àqueles que são estabelecidos orçamentariamente.

Portanto, Sr. Presidente, não cabe ao Presidente da República jogar sobre os ombros do Congresso Nacional toda a responsabilidade pela ausência de Orçamento, pela inexistência de Orçamento, neste momento da sua gestão. A responsabilidade maior e primeira é do próprio Poder Executivo, ao qual cabe armar-se de competência maior para elaboração do Orçamento. Esperamos que os exemplos desses últimos anos possam ser suficientes para que o Governo, no próximo ano, não cometa o mesmo equívoco, antecipe-se na elaboração do Orçamento e comece o ano com o Orçamento aprovado.

Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer referência, nesta segunda-feira, a uma importante divulgação da revista britânica **The Economist**, que diz que a vontade de burlar o ordenamento jurídico no Brasil “não surpreende”. É a afirmativa dessa revista britânica de conceito internacional: a vontade de burlar o ordenamento jurídico no Brasil não surpreende.

A revista enumera as inúmeras dificuldades enfrentadas para se abrir e se manter um negócio no Brasil e destaca que, nesse cenário, “não surpreende a vontade de burlar as leis”. E vai além: “Difícil explicar por que os empresários brasileiros existem.” Essa é uma afirmação radical, mas encontra justificativa na realidade que vivenciamos em nosso País. É difícil realmente explicar por que os empresários brasileiros existem.

A matéria dessa importante revista britânica faz referência à pesquisa da Corporação Financeira Internacional – organização do grupo do Banco Mundial –, que afirma que “os empresários brasileiros, apesar de estarem muito menos dispostos a correr riscos do

que os empresários na Rússia ou na China, acabam correndo muito mais riscos do que empresários de outros países”.

Segundo o estudo, o início de um negócio no Brasil consome 152 dias e “precisa de 18 procedimentos diferentes. Uma empresa de tamanho médio precisa de 2,6 mil horas de trabalho por ano para se manter em dia com os impostos”, ou seja, é preciso trabalhar 2,6 mil horas para pagar os impostos que pagam as empresas brasileiras.

Segundo estudo da Corporação Financeira Internacional, “a mesma empresa vai pagar 69% dos lucros do segundo ano de vida em impostos, se respeitar as regras e não receber incentivos fiscais especiais”.

O estudo mostra uma vertente muito preocupante: “essencialmente, o que determina bons empreendimentos no Brasil é a habilidade de navegar em volta da burocracia”, ou seja, o estudo faz referência ao tradicional “jeitinho brasileiro”.

As empresas grandes, por serem grandes, por serem economicamente poderosas e por poderem contratar brilhantes advogados, navegam com eficiência sobre as ondas da burocracia nacional, mas as pequenas empresas, aquelas que não possuem recursos para a contratação de brilhantes advogados, são obrigadas a migrar para a informalidade. Aliás, a informalidade, como diz essa própria revista em outra matéria recente, esconde, na realidade, a sonegação de impostos. Foi o pseudônimo que se arrumou para sonegação: informalidade. É o que ocorre no Brasil, lamentavelmente: cerca de 60% da economia nacional na informalidade.

Agora, estamos diante de uma grande oportunidade de reduzir a informalidade da economia no Brasil com a reforma tributária. Há, aí, o anúncio de que vamos discutir, no Congresso Nacional, uma reforma tributária. Há aqueles que imaginam estar o Governo produzindo uma cortina de fumaça para acobertar outros problemas que não deseja ver na pauta do noticiário nacional, especialmente as CPIs já instaladas e aquela que se instala nesta semana, para investigar os cartões corporativos, que é uma CPI também armada pelo Governo, arrumada, pois tem o modelo desejado pelo Governo. O Governo escolheu a dedo todos os integrantes da bancada situacionista e impôs o Relator. Obviamente, a Oposição acabou com a oportunidade de indicar a Presidência da CPI, num modelo que interessa, única e exclusivamente, ao Governo. É uma CPI fadada ao fracasso. É uma CPI que, provavelmente, para se justificar diante da opinião pública, penalizará alguns pequenos do serviço público, funcionários humildes que foram usados como ecônomos na utilização do cartão corporativo, para atender ao interesse

peçoal de seus chefes. Portanto, não é uma CPI que possa gerar expectativa favorável.

Não posso alimentar a falsa expectativa, mas me parece, Sr. Presidente Mão Santa, que o Governo, ao anunciar com certo alarde a discussão da reforma tributária, pretendeu, na verdade, produzir uma cortina de fumaça capaz de cobrir os efeitos, na mídia, da instalação da CPI dos cartões corporativos.

A proposta do Governo é tímida, para usar um adjetivo de salão, além de reunir uma miscelânea antiga de recortes de idéias que já circularam no passado: transformar as 27 legislações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em apenas uma; reduzir o número de alíquotas desse imposto estadual; cobrar no destino, não na origem; juntar alguns impostos federais no Imposto sobre Valor Agregado (IVA); extinguir contribuições etc. Ou seja, são assuntos já conhecidos da Casa, já conhecidos dos especialistas. Foram assuntos debatidos durante quase dez anos no Congresso Nacional; nada há de novo. A proposta é tímida, e, sobretudo, não há qualquer pista sobre possíveis mecanismos para impedir o aumento da carga tributária, nesse projeto do Governo.

Não temos tranqüilidade, Senador João Pedro, em relação à carga tributária. O objetivo principal de uma reforma tributária no Brasil, hoje, é reduzir a carga tributária, que inibe o crescimento econômico e que, na verdade, impede que o Brasil alcance índices de crescimento comparáveis aos índices alcançados pelos demais países emergentes do mundo. Aliás, o Brasil não alcança os índices de crescimento econômico nem mesmo dos países pobres do terceiro mundo. Perdemos para Cuba, para a Nicarágua, para a Bolívia. Nós, que combatemos tanto a eficiência administrativa de alguns países, que condenamos a postura administrativa de alguns líderes belicistas, sobretudo da América do Sul, estamos perdendo para eles em matéria de crescimento econômico, porque não ganhamos, na verdade, de ninguém, a não ser do Haiti.

Portanto, a reforma tributária é essencial para reduzir a carga que esmaga e para proporcionar um crescimento econômico maior, sobretudo com melhor distribuição da riqueza entre todos os brasileiros.

O Governo ainda não debateu o suficiente com a sociedade brasileira a reforma que pretende. O Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional têm de ser palco para esse debate, convocando representantes de todos os segmentos da economia e, sobretudo, especialistas em política tributária, para que possamos erigir um modelo tributário capaz de promover o avanço de que necessitamos: moderno e compatível com os modelos praticados nos países mais avançados do mundo.

A reforma do Governo não considera, por exemplo, a multiplicidade de legislação e competência tributária ou passou ao largo da multiplicidade de alíquotas e bases de cálculos aplicáveis aos diversos tributos, ignorando por completo todas as graves distorções dos tributos indiretos no plano nacional. Ignorou, igualmente, as distorções nos tributos sobre bens e serviços. Conforme demonstram os estudos técnicos, entre as principais conseqüências das distorções intrínsecas aos tributos brasileiros incidentes sobre bens e serviços estão: desestímulo aos investimentos produtivos; insegurança jurídica; inexistência de neutralidade no comércio exterior, em detrimento da produção nacional; alto custo de cumprimento das obrigações tributárias; elevado nível de sonegação e elisão; florescimento da informalidade, altamente prejudicial ao equilíbrio da concorrência.

A complexidade da estrutura de impostos no Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, vou prorrogar por mais cinco minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o suficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes, eu pediria permissão para saudar os alunos da Escola La Salle de Brasília, Distrito Federal.

Meus jovens estudantes, este é o Senado da República. Ali, em cima, está Rui Barbosa. Rui Barbosa simboliza este Senado. Foi ele o brasileiro mais importante para se fizesse a lei a fim de que os escravos fossem libertos. Foi ele o brasileiro mais importante para que nos tornássemos uma República. Ele passou 32 anos nesta Casa.

Digo, com muito orgulho, que este é um dos melhores Senados da República. Está na tribuna esse homem experiente, cumprindo sua missão de denunciar. Denunciou o Governo brasileiro. Esta Casa está desobediente à Constituição, não aprovando a Lei do Orçamento. S. Ex^a denuncia também as dificuldades para os que trabalham no Brasil.

Para que tenhamos otimismo, está neste recinto Pedro Simon, que revive Rui Barbosa nesta Casa.

Ô Pedro Simon, estão aí os jovens para conhecê-lo.

S. Ex^a simboliza a certeza de que o bem há de vencer o mal. S. Ex^a é o bem, é a virtude.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.) – Só Pedro Simon conseguiu igualar-se a Rui Barbosa

nesta Casa. Rui Barbosa passou 32 anos aqui. Pedro Simon está aqui há 25 anos, mas o povo, o gaúcho, o herói da Guerra da Farroupilha, que foi fundamental na libertação dos escravos na República, já lhe garantiu 32 anos. Então, S. Ex^a é o único brasileiro que se igualou à conquista de representar o povo brasileiro.

Digo isso, para que vocês saiam daí acreditando. Sei que somos cristãos e que muitos são como São Tomé: precisam ver para crer.

Está aí um homem que engrandece este Senado, engrandece a República e engrandece o Brasil. Felizes são vocês que não precisam buscar exemplos em outros países e em outra História! O exemplo está aqui, na virtude de Pedro Simon, que simboliza as virtudes de todos os Senadores que por aqui passaram.

Continua com a palavra o grande e brilhante Senador da República e Vice-Presidente desta Casa, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Com prazer, antes de continuar, vou conceder a palavra ao Senador João Pedro, que me solicita um aparte.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Alvaro Dias, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a, que tem sido marcado pela postura de um Senador de Oposição. Gostaria de fazer este aparte e de registrar que V. Ex^a está muito pessimista. Primeiro, a CPI do Cartão Corporativo, que começará amanhã, V. Ex^a acaba de dizer que ela não vai dar em nada pela forma como foi montada, que é a da legitimidade do Congresso Nacional. Vamos fazer o debate. Deixe a CPI se instalar. A Senadora Marisa Serrano, do Partido de V. Ex^a, vai presidi-la, vai estar lá mediando todas as reuniões. Então, deixe acontecer! A sociedade vai acompanhar, bem como os Senadores. Enfim, V. Ex^a já não acredita mais nos resultados, está fazendo uma avaliação extremamente pessimista. Quanto à reforma tributária, quero dizer que o Governo, se não a manda para cá, é criticado. E olhe que o Congresso Nacional vem discutindo a reforma, que não é só uma exigência do Congresso Nacional, mas também da sociedade brasileira. Penso que é um grande momento este em que temos aqui a proposta da reforma tributária. Então, vai ser com o Congresso Nacional. O Poder Executivo mandou a proposta de fazermos aqui o debate, a discussão, as proposições. V. Ex^a acaba de apresentar algumas propostas. E penso que é isso que deve ser feito. Precisamos trabalhar a reforma tributária e fazer valer um debate profundo, para diminuirmos a tributação, para olharmos melhor nossa legislação, para olharmos melhor nossas regiões. Então, penso que este é um grande momento. Está de

parabéns o Presidente Lula! Mas o Congresso pode alterar, melhorar, aprofundar, e teremos, sim, ao final desse debate, um grande produto, uma grande legislação: a reforma tributária. Na realidade, não estou contra o pronunciamento de V. Ex^a, mas, sim, estou registrando o pessimismo de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador João Pedro, agradeço-lhe o aparte, que me confere a oportunidade de ser mais explícito em relação ao meu posicionamento.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que o filósofo italiano Antonio Gramsci, de esquerda – e escolhi esse filósofo por que sei que é compatível com as convicções ideológicas de V. Ex^a –, afirma que devemos ser sempre pessimistas no diagnóstico e otimistas em relação à possibilidade de solução dos problemas. Sou pessimista no diagnóstico, mas confesso a V. Ex^a que sou sempre otimista em relação às possibilidades futuras deste País.

No que diz respeito à CPI dos Cartões Corporativos, não posso gerar falsa expectativa, até pela experiência adquirida e pelo conceito que a sociedade brasileira já alimenta em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional. Sou, sem dúvida alguma, um dos principais defensores desse instituto que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, mas, realmente, essa CPI nasceu comprometida pela forma como foi constituída: muita conversa, muita negociação. Fica a impressão de que a Oposição está fazendo acordo com o Governo para investigar o Governo. Isso retira dela a credibilidade!

Então, tenho o dever de mostrar a convicção pessoal de que essa CPI não foi constituída para chegar ao centro do poder, para revelar o que há na clandestinidade da utilização dos cartões corporativos nos órgãos ligados à Presidência da República, onde se justifica um propalado sigilo em nome da segurança da sociedade e do Estado brasileiro, para não revelar gastos e apresentar comprovantes desses gastos. Portanto, com esse modelo, realmente não posso acreditar.

É evidente que vamos trabalhar. Eu próprio vou participar dessa CPI, para tentar revelar fatos, para investigar, para colocar o mal à luz, para tentar, quem sabe, antecipando-me ao relatório final, encaminhar ao Procurador da República para instaurar os procedimentos, a fim de que se investigue judiciariamente, para que se possam responsabilizar civil e criminalmente os eventuais envolvidos em falcatruas com a utilização do cartão corporativo.

Em relação à reforma tributária, tenho também, como V. Ex^a, a convicção de que é um fato positivo

a apresentação da proposta do Governo. Não estou criticando o fato de o Governo apresentar a proposta de reforma. Estou criticando a proposta de reforma que o Governo apresenta. Acho que é tímida, insuficiente. Temos, como V. Ex^a bem disse, o dever de aprimorá-la com o debate que aqui devemos travar. Não só o Congresso Nacional deve discuti-la. Devem-se convocar especialistas em política tributária no País, que são muitos, como Ives Gandra, como Sacha Calmon. Enfim, são tantos os nomes que poderão ser convocados para esse debate no Congresso Nacional! Obviamente, também os representantes dos diversos segmentos da economia e dos trabalhadores serão convocados. Há as entidades organizadas, representativas da força econômica do País, que deverão ser auscultadas, para que, ao final, o produto a ser oferecido ao Brasil como modelo tributário seja adequado e compatível com nossa realidade econômica e social.

É evidente que tenho razões também para suspeitar das intenções do Governo neste momento. Há pouco tempo, o Presidente da República dizia que o Governo dele não necessitava de reforma tributária.

E não necessita mesmo por que o Governo arrecada o que quer, arrecada demais, bate recordes de receita um mês após o outro. E, é claro, o Governo teme sempre perder receita, num primeiro momento, após a reforma executada.

Portanto, tenho razões para suspeitar de que quer o Governo prolongar esse debate, deixar passar, quem sabe, o ano e deixar se aproximar o final do seu mandato, para que a reforma possa ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eu teria mais alguns pontos a destacar, mas, em respeito aos demais Senadores inscritos, agradeço a V. Ex^a e peço apenas que considere lida a parte final do meu pronunciamento que está redigida aqui.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo extra que me ofereceu nesta segunda-feira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

► Segundo a última edição da revista britânica *"The Economist"*, a vontade de burlar o ordenamento jurídico no Brasil **'não surpreende'**.

► A revista enumera as inúmeras dificuldades enfrentadas para se **abrir e manter um negócio no Brasil** e destaca que nesse cenário **"não surpreendente vontade de burlar as leis"** e vai além: **"difícil explicar por que os empresários brasileiros existem"**.

► A matéria da importante revista britânica faz referência a recente pesquisa da Corporação Financeira Internacional – organização do grupo do Banco Mundial –, que afirma que os **"empresários brasileiros, apesar de estarem muito menos dispostos a correr riscos do que os empresários na Rússia ou na China, acabam correndo muitos mais riscos do que empresários de outros países."**

► Segundo o estudo citado dar início a um negócio no Brasil consome **152 dias** e **"precisa de 18 procedimentos diferentes"**. Uma empresa de tamanho médio precisa de **2.600 horas de trabalho por ano para se manter em dia com os impostos"**, afirma um dos autores do estudo citado pela *"The Economist"*.

▶ Segundo o estudo da Corporação Financeira Internacional ligada ao Banco Mundial: "a mesma empresa vai pagar 69% dos lucros do segundo ano de vida em impostos, se respeitar as regras e não receber incentivos fiscais especiais".

▶ O estudo mostra uma vertente muito preocupante: "essencialmente, o que determina bons empreendimentos no Brasil é a habilidade de navegar em volta da burocracia".

▶ **REFORMA TRIBUTÁRIA enviada pelo Governo** : a proposta é tímida – para usar um adjetivo de ‘salão’ – além de reunir uma miscelânea antiga – corte recorte de idéias que já circularam no passado (transformar as 27 legislações do ICMS em apenas uma; reduzir o número de alíquotas desse imposto estadual; cobrá-lo no destino e não na origem; juntar alguns impostos federais num IVA; extinguir contribuições, etc).

▶ Não há qualquer pista sobre possíveis mecanismos para impedir o aumento da carga tributária, no projeto do governo.

▶ O Governo não debateu com a sociedade; a reforma tributária enviada não foi precedida de um exaustivo estudo; não passou pelo crivo dos atores envolvidos.

▶ A "reforma" do governo não considerou, por exemplo, a multiplicidade de legislações e competências tributárias, ou passou ao largo da multiplicidade de alíquotas e bases de cálculo aplicáveis aos diversos tributos, ignorando por completo todas as graves distorções dos Tributos Indiretos no Plano Nacional.

▶ Ignorou igualmente as distorções nos tributos sobre Bens e Serviços. Conforme demonstram os estudos técnicos, entre as principais conseqüências das distorções intrínsecas aos tributos brasileiros incidentes sobre bens e serviços estão:

- a) desestímulo aos investimentos produtivos;
- b) insegurança jurídica;
- c) inexistência de neutralidade no comércio exterior, em detrimento da produção nacional;
- d) alto custo de cumprimento das obrigações tributárias;
- e) elevado nível de sonegação e Elisão;
- f) florescimento da informalidade, altamente prejudicial ao equilíbrio da concorrência.

► A complexidade da estrutura de impostos no Brasil exige mais que elencar propostas antigas.

► Gostaríamos ainda de nos referir à matéria da "BBC BRASIL" que traz comentários de diversos especialistas e diplomatas sul americanos sobre o fato da liderança brasileira no continente ser ainda **uma promessa**.

► Dante Sica, presidente da consultoria argentina Abeceb, especializada nas relações entre Brasil e Argentina: o Brasil *"não tem todos os atributos de um líder, porque tem muitos problemas internos."*

► Teodoro Petkoff, ex-ministro do Planejamento, opositor a Chávez: *"acredito que Lula compreendeu apenas recentemente que não pode deixar o cenário latino-americano (e a América Sul) coberto somente pela vigorosa figura de Hugo Chávez"*.

► Ex-ministro da Defesa colombiano Rafael Pardo: *"Francamente (as aspirações de liderança brasileira), deveriam ser mais ativas. A idéia da união sul-americana ficou débil, o Brasil parece ter perdido o entusiasmo em relação a essa idéia, e acho que é necessário entusiasmo para a América do Sul ter um processo de integração mais dinâmico do que o tem tido até agora"*.

10-3-2008

ARTHUR VIRGÍLIO AFIRMA NÃO HAVER INTRANSIGÊNCIA PARA VOTAR ORÇAMENTO

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou hoje não haver nenhuma intransigência da parte das oposições em relação ao Orçamento da União para este ano.

"É feio e antidemocrático – assinalou o senador – tentar colocar a opinião pública contra o Parlamento. Melhor faria o Presidente Lula se desse os nomes dos 300 picaretas que ele disse haver no Congresso."

O Orçamento só não foi ainda votado, segundo o líder, por culpa da própria base parlamentar governista, que se deixa conduzir por minúsculo grupo da Comissão de Orçamento.

Foi esse grupo, lembrou o senador, que criou uma espécie de orçamento paralelo no valor de R\$534 milhões, com o nome de Anexo de Metas e Priorida-

des, para privilegiar emendas daqueles poucos parlamentares.

"Denunciamos essa manobra, que é inaceitável", afirmou Arthur Virgílio. "Esse Anexo não votamos! Nisso não transigimos! Não há nisso nenhum jogo político. É somente questão de ética. Tanto que o PSDB está pronto para aceitar a sugestão do líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands, de se ratear aqueles R\$534 milhões entre as 27 bancadas estaduais segundo os critérios populacionais e de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. Ou então – é a proposta do PSDB – que sejam aqueles recursos integralmente destinados a recompor o orçamento do Ministério da Saúde, o qual não cumpriu o estabelecido na Emenda Constitucional 29, em função da nova sistemática de aferição do PIB. Como está, esse Anexo é a porta escancarada para futuros escândalos, incompatíveis com o Brasil que queremos!"

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a me faz lembrar o Renascimento, Michelangelo, o grande artista cujas obras enriquecem a Capela Sistina. E a maior obra de Michelangelo foi, sem dúvida nenhuma, a estátua de Pedro. Ele julgou que atingira a perfeição e, tão convencido estava disso, bateu na estátua e disse: “Parla, Pedro. Parla, Pedro”. Eu acho que Deus concedeu a ele o dom da arte de fazer esculturas. Mas Deus não ia deixar que Pedro, o apóstolo mais ligado a Cristo, deixasse de falar. Entendo que mandou Pedro Simon, com as mesmas virtudes cristãs, falar a este Senado e ao povo do Brasil. Somos agradecidos a Deus por V. Ex^a representar essas virtudes e a iluminação. Aprendi na história que, diziam os gregos, o melhor orador do mundo era Demóstenes, o romano Cícero, mas ele não conhecia Pedro Simon.

Use da palavra o tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. esse programa do Senado é impressionantemente muito assistido no Rio Grande do Sul, muito, muito assistido. Eu permanentemente, falando com os companheiros, tenho que explicar quem é V. Ex^a. Esses são todos muito entusiasmados com a atuação, com o trabalho, com o debate, com a sinceridade de V. Ex^a. Eles querem saber quem é o Mão Santa, lá do Piauí.

Tenho explicado: é um homem fora do comum, fora de série. Um grande médico. Fez um sucesso imenso por duas questões: porque era um grande médico, um grande cirurgião, salvava vidas e mais vidas, e não cobrava nada, trabalhava de graça. Por isso o nome de Mão Santa. Mão Santa porque salvava vidas e Mão Santa porque não cobrava. E eles me perguntam: “Mas e esse seu estilo?”. Eu digo: “O Mão Santa tem um coração do tamanho do Brasil, na sua bondade, na sua grandeza, na sua dureza na hora da crítica. É um homem que tem grandes qualidades”. Tem um defeito: quando ele gosta, às vezes ele exagera. Eu mesmo fico com uma vergonha, uma vergonha muito grande, ao ver o Mão Santa se referir a mim, que sou um admirador seu. S.

Ex^a é quem merece os nossos elogios pelo que está fazendo nesta Casa, nesta segunda-feira, na sexta-feira, às 8 horas da noite. A qualquer momento, este Senado pode estar vazio, como praticamente está, mas a figura de Mão Santa vai estar, e sua firmeza também vai estar. É bonito ver um homem dizer, debater, analisar, trazer a sua cultura, a sua capacidade de conhecer os grandes líderes do pensamento mundial. Em síntese, caminhar numa verticalidade, buscando o que é bom.

Nós estamos no Congresso, numa hora da vida pública em que o Governo praticamente quase tudo pode. A gente vê os debates, as discussões, atrás do plenário, nos bastidores, e a gente vê o Governo acertando, ganhando tudo que quer e o que deseja.

Estamos aqui, numa CPI, a dos cartões. O PMDB, num gesto de “grandeza”, abre mão da Presidência, e troca pela Eletrobrás, mais a Eletronorte, mais a Eletronordeste, mais não sei o quê, mais não sei o quê. Parece que muitas pessoas têm um preço. V. Ex^a, (Senador Mão Santa, na presidência), o Senador Jarbas e mais alguns, esses não têm preço. Podem ser convencidos pelo argumento. Mas, um cargo da importância de um ministério como o de Minas e Energia ou de um cargo como Presidente da Eletrobrás, uma diretoria da Petrobras, ou do Banco do Brasil, não é por aí que chegam ao sentimento e ao voto de V. Ex^{as}.

Sr. Presidente, eu vou falar de um funcionário desta Casa. Eu sou das pessoas que menos me envolvo na questão interna da Casa. Tenho aqui muitos amigos. São 25 anos que estou aqui, nunca tive nenhuma interferência, nunca exerci nenhum cargo de mando ou de direção, nunca pedi. Não tem ninguém, nesta Casa, que tenha entrado como funcionário permanente pela minha mão.

Mas estou aqui para falar de um assunto, que acho que se nós não equacionarmos normalmente, vai ficar um lado negativo desta Casa. Nós temos um funcionário, Marcos Santi. Esse funcionário fez a sua parte achando que deveria cumprir a sua obrigação, e apresentou um fato sobre o debate que tivemos com relação à renúncia do último Presidente do Senado Federal.

E me chama a atenção o fato de sua punição, que não entendo. E vejo alguns exemplos que acompanhei: a Fernanda Karina Somaggio, secretária de Marcos Va-

lério, que perdeu o emprego e denunciou que estava sendo perseguida; o Francisco Eriberto Freire França perdeu o emprego, porque não deram amparo, nem nós nem ninguém; Francenildo Santos Costa, caseiro que denunciou o então Ministro Palocci, não consegue mais nenhum emprego, em lugar nenhum, aqui em Brasília, conforme notícia publicada no **Correio Braziliense**. Pessoas anônimas, simples, singelas, para não ganhar nada, tiveram a coragem de olhar para o bem e dizer aquilo que achavam que estava certo. E estão pagando, e pagando muito caro. Aquele motorista que teve a coragem, na CPI do **Impeachment**, de falar, de dizer o que pensava, quando todo mundo silenciava; aquela secretária que teve coragem de contar os fatos, dizendo o que havia; o Marcos Santi, que contou o que ele passou nesses instantes.

Estou aqui com o **Correio Braziliense**. Trata-se de Marcos Santi, membro desta Casa:

Marcos Santi pediu exoneração por presenciar pressões que o então Presidente do Senado exercia sobre funcionários e órgãos técnicos da Casa. Ele declarou o que toda população brasileira já sabia [e que foi objeto de inúmeros concursos nessa tribuna]: que o Presidente estava interferindo nos trabalhos referentes à denúncia que ele estava respondendo. O que é informado por Marcos Santi nunca foi devidamente apurado. A denúncia foi levantada, mas o processo contra o servidor foi prontamente instaurado.

Com relação ao Presidente do Senado, ele renunciou, espontaneamente, o Plenário o absolveu, e o assunto foi encerrado. Mas o processo contra o funcionário foi prontamente instaurado. Ele recebeu, no final, uma condenação de advertência formal, e ela foi colocada na sua ficha funcional. Ele não é mais réu primário. Daqui para diante, qualquer fato fora da linha, ele é demitido.

O que me causa estranheza é a razão alegada da punição: não haver o funcionário formalizado a acusação contra o Senador Presidente. Repito: ele foi condenado porque não formalizou por escrito a acusação contra o Senador. Ora, quem não sabe que o servidor depôs para o Corregedor, Romeu Tuma, e para os dois Relatores do Conselho de Ética? Mas quem não soube que esse funcionário público depôs perante o Senador Romeu Tuma, Corregedor, e perante os dois Senadores, Marisa Serrano e Renato Casagrande, Relatores do Conselho de Ética?

Quem é Marcos Santi? Marcos Santi Foi Secretário-Geral da Juventude do MDB de Porto Alegre, de 1976 a 1979. Lá se vão 30 anos. Entrou no Senado como Datilógrafo, em 1985, abrindo mão de ser servidor do Banco do Brasil. No Senado, trabalhou comigo, com o meu suplente, Senador Alcides, e com o Senador José Paulo Bisol. Em 1988, foi o único servidor do Legislativo, aprovado no primeiro concurso da Escola Nacional de Administração Pública. Ele foi o único aprovado, funcionário público. Em 1989, foi promovido para Analista Legislativo do Senado, em concurso interno, como segundo colocado.

Aí vieram as CPIs famosas deste Senado. O funcionário Marcos Santi foi colaborador de um número enorme de Senadores neste trabalho de CPI, como assessor, como orientador, aprofundando seu conhecimento dessa matéria. Os Senadores chegavam ali, e ele os orientava. Sempre agiu com responsabilidade e espírito público. Foi sempre um dos funcionários mais dedicados nas investigações.

Todo esse histórico do seu funcionamento profissional rendeu a Marcos Santi o convite para ser um dos Secretários-Adjuntos da Mesa, na gestão do nosso conhecido Dr. Raimundo Carreiro. Repito: foi dessa função que o funcionário pediu exoneração, por não concordar com as pressões exercidas sobre ele na questão da apuração dos delitos ou não do ex-Presidente. Ele poderia omitir-se. Aliás, seria normal omitir-se. É aquela célebre frase: em briga de cachorro grande, por que a gente vai-se meter? Fica-se de fora. E talvez fosse até ser indicado para outros postos mais importantes no futuro. Mas, entre a promoção e o dever, ele ficou com sua consciência, a mesma que conheci ao longo desses quase 25 anos.

O que isso pode significar para o servidor, para a Casa como um todo? Essa condenação, para o servidor do Senado, significa que qualquer irregularidade sabida ou presenciada deve merecer o silêncio sob pena de punição. Repare a gravidade desse fato. Todo funcionário público do Senado e da Câmara está olhando, viu a situação, a sua punição. "Ah, mas é uma punição singela incluir o nome dele! É uma punição de comunicação." Todo funcionário da Casa parece que está recebendo uma orientação. "Fique calmo. Fique calado. Não fale. Não abra a boca. Não diga nada sobre qualquer coisa de errado que está no Senado.

Você estando quieto, não acontece nada; você falando, pode ter a punição.” Essa é a orientação que se está querendo dar, nesta hora, nesta Casa. Um péssimo exemplo! Um péssimo exemplo do Senado para seus servidores e para todos os cidadãos brasileiros que não se omitem, quando tomam conhecimento da prática de qualquer tipo de crime.

Temos visto uma coisa fantástica: como a gente simples, como a gente humilde se apresenta, para ajudar, para colaborar, para buscar a verdade, para apontar os culpados. Nem sempre é gente importante, nem sempre é almotofadilha – esses se acomodam.

Esta Casa é constituída de funcionários honrados. Somos passagem, eles fazem a vida desta Casa. Eu conheço inúmeros funcionários da Casa, a começar pelos do meu gabinete, que estiveram comigo nestes anos todos. Eles passaram por concursos, são efetivados e não têm absolutamente nada a ver comigo – podem estar comigo hoje e, amanhã, com outro. Mas a dedicação, o carinho, o afeto, a preocupação em ver que as coisas sejam feitas corretamente são uma rotina nesta Casa.

Isso faz da punição de Marcos Santi uma orientação triste e dolorosa aos responsáveis funcionários desta Casa: “Omitam-se; calemb a boca, quando tomarem conhecimento de qualquer fato grave, de qualquer omissão, de qualquer crime até que se pratique nos bastidores”.

E isso contribui para a péssima legitimidade do nosso Parlamento. Não investiga, não pune quem deve. E pior, pune, somente quando alguém cumpre com os seus deveres legais. Não é à toa que o Congresso, que já tinha 1,1% de aprovação pública, agora tem 0,5%.

No caso do funcionário Marcos Santi, se for mantida a sua punição, há que se fazer o mesmo com os Parlamentares que também denunciaram a intromissão indevida do Senador no seu processo. Aqueles que falaram, debateram, vieram a esta tribuna, votaram também devem ser punidos. Por que não?

Peço daqui a V. Ex^a, Sr. Presidente Garibaldi – não sei a fórmula, V. Ex^a saberá logo –, que extin-

ga a pena imposta ao servidor Marcos Santi. Arquite imediatamente esse processo. É passado, já aconteceu. Eram quatro denúncias, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as aceitou. Veio a esta Casa. E esta Casa, por maioria, inocentou o Presidente. Está encerrado o caso.

É melhor assim, do que dizer que, de todos aqueles debates, todas aquelas manchetes, capas de revistas, longas horas de televisão, de tudo aquilo, houve uma conclusão: a ficha do Sr. Marcos Santi está borrada, manchada, pelo crime de dizer aquilo que achava que estava havendo e aquilo que achava que estava certo.

É muito melhor, Sr. Presidente. É o apelo que faço ao ilustre Presidente Garibaldi, que não tem nada a ver com esses fatos. Não foi ele quem os praticou, mas ele pode resolver.

(Simon mostra manchetes do jornal) Olhe aqui, Sr. Presidente: “Senado pune servidor que denunciou Renan”.

Este é outro artigo a que me referi aqui: “Caseiro cobra promessa da OPOSIÇÃO”.

O que ele cobra? É o caseiro que denunciou que o Ministro da Fazenda ia lá, à casa onde havia discussão e não sei mais o quê... Ele falou, contou: foi demitido e não consegue um emprego hoje em Brasília. Está quase dado ao vício do álcool.

É isso, ele denunciou. Fez-se um levantamento; um Conselho de Ética fez um debate enorme, por meses. Como quase tudo nesta Casa, não se fala mais no assunto. Mas ele pagou.

Sr. Presidente, Garibaldi, meu querido e bravo Senador Mão Santa, que, neste momento, está na Presidência, dou a V. Ex^a o meu pronunciamento e peço o favor de que faça chegar às mãos do Presidente Garibaldi.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



O FRANCEJILDO TEM QUE SER RESPEITADO. E AS PESSOAS PRECISAM AJUDÁ-LO A SAIR DESSA SITUAÇÃO. ELE NÃO PODE SER DISCRIMINADO POR SER HONESTO

نونو

O homem que se transformou no principal agente na queda do então poderoso ministro Antonio Palocci vive em São Sebastião, no DF, está desempregado e reclama ajuda de adversários do governo

Caseiro cobra promessa da OPOSIÇÃO

Dois anos depois de ser o pivô da queda de Antônio Palocci do Ministério da Fazenda, o caseiro Francisco dos Santos Costa não o esquece. Diz que muitas pessoas, inclusive senadores da oposição, prometeram ajudá-lo quando ele chegou ao fundo do poço e derubou o ministro. Até hoje, ninguém apareceu.

Francenildo, 52 anos, está desempregado. Mora numa casa simples em São Sebastião, no Distrito Federal, com a mulher e um filho de oito anos. Faz obra de Jardinópolis em algumas casas do Lago Sul. Cobra R\$ 60 por dia de trabalho. E não esquece dos promessistas feitas em 2006. "Alguns dizem: 'Quando a pedra batar, vença a...'. Já? Não, ninguém ligou", diz.

Francenildo e Cordeiro em casa em Jardimópolis. Foto: Roberto de Souza/Agência Brasil. No fundo do cartão de imagem, de duas páginas, estão as fotos de Francisco, quando ele era um jovem. Não se sabe quem ele é. A legenda diz: "Francenildo e Cordeiro".

Francenildo e Cordeiro em casa em Jardimópolis. Foto: Roberto de Souza/Agência Brasil. No fundo do cartão de imagem, de duas páginas, estão as fotos de Francisco, quando ele era um jovem. Não se sabe quem ele é. A legenda diz: "Francenildo e Cordeiro".

Segundo Francisco, quem contou a história sobre ele sou a fama como caseiro. "A fama para um brasileiro é sempre boa, não é? Já foi quando o caso aconteceu", afirma. "Eu quis ter um emprego digno, comecei a estudar, pagar INSS, hora para chegar para trabalhar, nesse caso", diz.

Sem arrependimento
Apesar das dificuldades, ele não se arrepende de ter ido à CBT dos litígios sociais que Palocci frequentava a mansão do Lago Sul casada por Jubbias de Jubbias e Jureia. Acasa em alugado por Rogério Jureia e Vladimir Palota, velhos amigos do ex-ministro, hoje deputado federal. Francenildo era o caseiro. Ele não tem qualquer problema com a família dos Jureias de Palocci no local.

No época, o estrato bancário do caseiro foi vendido e passou para R\$ 20 mil. Foram vendidos os bens. Alguns do ex-ministro tentaram passar a versão de que o dinheiro foi pago pela oposição para convencer Francenildo a falar. A Polícia Federal a denunciou e confirmou a versão de Francenildo de que os recursos foram depositados por seu pai, o Paulo. Na última reportagem, a Promotoria Geral da República denunciou Palocci, seu ex-assessor Márcio Neto, o Jorge Machado, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, por quebra de sigilo funcional e bancário. O Supremo Tribunal Federal (STF) agora decide se a obra ou o processo ou a família, enquanto Francenildo cobra a sua parte, uma indenização milionária da Caixa.

Dois anos se passaram desde então. Francenildo acredita que deve ao Congresso, e se diz "insidioso" com a denúncia do procurador. Ele volta a dizer que jamais receberá qualquer coisa financeira para depor. Conta que tomou a iniciativa de falar porque assim não estaria usando seu nome nos jornais em referência aos seus litígios.

Na época, seguiu a dica do carcereiro da casa, seu amigo, e procurou o então governador Paulo de Barros (PSDB-MT). "Ele foi atrás do Antero porque o carcereiro da casa falou que eu precisava de uma garantia no Senado", diz Francenildo.

Emprego
Caseiro sabia que seu trabalho poderia entrar em dificuldades na busca por um emprego. Acreditava nas promessas feitas na época do escândalo. "Prometeram e não pagou. O Antero falou que eu não tinha depois, para me seguir minha vida", conta.

Zacarias, pelo Cordeiro, Antero não quer qualquer promessa, mas se o caso do caso de Francenildo. "Nunca vou me envolver sobre isso. De fui procurado por ele naquele época. Não sabia de sua existência", diz. "Agora, eu acho que o Francenildo tem que ser respeitado. E as pessoas precisam ajudá-lo a sair dessa situação. Ele não pode ser discriminado por ser honesto", diz.

Enquanto isso, Palocci evita falar do assunto de qualquer maneira. Ele não quer falar. Isso, que não é decisão da Justiça, mas sim a vontade da imprensa. Procura não falar para a imprensa. Não foi acompanhado. O ex-ministro tem um bom relacionamento com o caso. Preferencialmente.

Escândalo e lobby

Uso de dinheiro de Antônio Palocci (PT-SP) para financiar de Antônio Palocci de Francisco, em 27 de agosto de 2006. Eleito pelo governador do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Roberto Campos, em 2006. Eleito pelo governador do estado de São Paulo, José Serra, em 2006.

Em um fim de semana que começou no sábado, quando o CPV dos litígios passou a ser pago, o presidente da Associação de Jornalistas de São Paulo, Roberto de Souza, foi ao encontro de Palocci. Antero falou que eu não tinha depois, para me seguir minha vida", conta.

Francenildo e Cordeiro em casa em Jardimópolis. Foto: Roberto de Souza/Agência Brasil. No fundo do cartão de imagem, de duas páginas, estão as fotos de Francisco, quando ele era um jovem. Não se sabe quem ele é. A legenda diz: "Francenildo e Cordeiro".

Na época de escândalo, Francenildo e Cordeiro em casa em Jardimópolis. Foto: Roberto de Souza/Agência Brasil. No fundo do cartão de imagem, de duas páginas, estão as fotos de Francisco, quando ele era um jovem. Não se sabe quem ele é. A legenda diz: "Francenildo e Cordeiro".

ENTREVISTA// FRANCENILDO COSTA

“Não fui herói de nada”

Você realmente não o garante ao CPV de Blagojevich?
Sobretudo. Não quero ficar em nenhuma dessas coisas. A única coisa que me arrependo na vida é o que minha mãe me mandou estudar e fazer o quê.

O que o levou a falar tudo aquilo?
O cara [Palocci] tá lá na casa do [Neto], é um vídeo na televisão e então que nunca tinha ido [L], não conhecia a casa, nunca dirigia em Brasília, não eu ia falar. Mas aí como que a sair meu nome, me envolveram. E então, não vou contar da realidade.

porque alguém falou que ia me ajudar, foi por vontade própria. Palocci para me defender. E procurou o Antero porque eu precisava de alguém para dar um suporte lá no Congresso. Se eu soube que o Antônio [Jureia] estava pelo Paulo [Neto], eu tinha que falar dele. Porque ele me ajudaria.

igualmente, não foi herói de nada. Não sou de um Big Brother, não fui herói de nada. Não procurei a situação para ser famoso. Não sou de um Big Brother, não fui herói de nada. Não procurei a situação para ser famoso. Não sou de um Big Brother, não fui herói de nada. Não procurei a situação para ser famoso.

O que você ganhou com tudo isso?
Só esperança e honabilidade. Não quero ficar em nenhuma dessas coisas. A única coisa que me arrependo na vida é o que minha mãe me mandou estudar e fazer o quê.

Alguma vez não recebeu ajuda?
Nunca. Não fui depois no CPI.

O que você faz quando vê o Palocci dando entrevista como deputado?
Eu desligo a televisão. E

Muito gente reclama de oportunistas na época...
Aé por isso, me chamaram para a programação de televisão e não foi porque sou quem sou. Não sou de um Big Brother, não fui herói de nada. Não procurei a situação para ser famoso. Não sou de um Big Brother, não fui herói de nada. Não procurei a situação para ser famoso.

Me diz que não gostei de ficar ali...
Não foi eu que quebrei. É aquela coisa de falar que não, eu não quero. A política tem o seu jeito de programar. E não é a política de quem não quer.

Me diz que não gostei de ficar ali...
Não foi eu que quebrei. É aquela coisa de falar que não, eu não quero. A política tem o seu jeito de programar. E não é a política de quem não quer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos requisitar as notas taquigráficas e encaminhá-las ao Presidente, para que se faça justiça. Rui Barbosa disse que “justiça tardia é injustiça manifesta”. E Cristo, que está acima dele, disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. E V. Ex^a apenas pede justiça, que enriquecerá o Senado, a República e a nossa Pátria.

Convidamos para usar da palavra, após brilhante pronunciamento de Pedro Simon, Senador da República, de acordo com a ordem de inscrição, o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores, que representa o Estado do Amazonas. Em seguida, está inscrito o Senador Augusto Botelho, também do Partido dos Trabalhadores, que representa Roraima e, sobretudo, a classe médica brasileira.

V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. Essa é uma liberalidade nossa em homenagem ao Governo que V. Ex^a representa.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana que passou, a mídia brasileira registrou com muita indignação o retorno dos brasileiros que não foram aceitos na Espanha. Foi publicado ontem no jornal **Folha de S. Paulo** um editorial, cuja inserção nos Anais do Senado eu solicito, sob o título “Eu não sou cachorro, não!” – salvo engano, o mesmo título de uma música popular –, que faz uma análise sobre a maneira como os brasileiros foram tratados nos aeroportos da Espanha.

Quero agora abrir um parêntese, Sr. Presidente, para dizer da minha alegria pelo resultado da eleição que se encerrou ontem na Espanha. Já temos o resultado: foram vencedores o Presidente Zapatero e o partido dele, o PSOE, Partido Socialista da Espanha.

Durante a campanha eleitoral, o tema da emigração e da imigração foi tratado com muita ênfase nos debates.

Tenho uma manifestação na imprensa expondo minha expectativa acerca do modo como o governo espanhol vai tratar esse assunto, que evidentemente, não diz respeito apenas à nacionalidade brasileira. Essa é uma decisão do governo espanhol. Quero respeitá-la, mas quero também me associar aos brasileiros, aos articulistas que abordaram e analisaram, com indignação, a situação dos brasileiros que passaram horas e horas nos aeroportos espanhóis sem água, sem nenhum tipo de assistência. Essa postura visava humilhar – essa é a verdade – os brasileiros que não foram aceitos. Quero associar-me a esses brasileiros e, na condição de Senador da República, repudiar a postura do governo espanhol.

Quero dizer a V. Ex^a e a este Senado que nós, brasileiros – o Congresso, o Governo, a sociedade civil –, precisamos refletir acerca não só dessa postura, que não considero isolada, mas também acerca da postura da União Européia. Há um mês, ela decidiu contrariar o nosso comércio, impondo critérios absurdos para a im-

portação da carne brasileira. Há uma série de medidas da União Européia que, no meu ponto de vista, contrariam uma relação democrática, respeitosa e civilizada com os países, principalmente os da América do Sul.

É preciso que o Governo brasileiro e o Itamaraty tirem lições dessa postura do governo espanhol em relação a brasileiros e brasileiras e que nós possamos estabelecer critérios claros, nítidos, para não constranger aqueles que buscam o direito universal de ir e vir. Penso que faltam critérios, e é preciso que a lição seja tirada no sentido de os dois países estabelecerem regras. O que não pode continuar é a postura da Espanha de impedir que brasileiros adentrem o seu país, baseada em critérios extremamente questionáveis, como cor, postura da pessoa e até se a mulher está sozinha. São critérios extremamente subjetivos.

Então, é preciso que a Espanha, que tem uma referência na Europa, e o Brasil, que tem papel importante na América do Sul, estabeleçam critérios claros para não constranger pesquisadores, estudantes, cidadãos que vão à Europa, cidadãos que querem visitar a Espanha.

É inconcebível que, em pleno século XXI, com os avanços da sociedade civil, com direitos que o mundo deve reconhecer ao cidadão, à cidadã, a Espanha trate os brasileiros da forma como foram tratados esses brasileiros.

Senador Augusto Botelho, eu não poderia me omitir. Quero colocar-me ao lado de outros Senadores, como o Senador Suplicy e o Senador Paulo Paim, que já registraram sua indignação. Existe uma proposta da Comissão de Relações Exteriores de discutir com o Embaixador brasileiro na Espanha essa situação. Penso que o Itamaraty e o nosso Governo precisam pautar essa crise, essa relação desrespeitosa, e estabelecer, de forma muito clara, normas, regras, critérios, para que o brasileiro não seja repatriado, não seja humilhado, não seja constrangido na Espanha.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar aqui o meu repúdio a esses fatos e a minha expectativa com o resultado das eleições no dia de ontem na Espanha, no sentido de que aquele país venha a rever a sua postura. Penso, inclusive, que os brasileiros e o Itamaraty deveriam apoiar a iniciativa das indenizações. A Espanha deve indenizar prejuízos. Além do prejuízo financeiro, o psicológico, o constrangimento dos brasileiros e das brasileiras que foram – acho que este é o termo – detidos horas e horas. Houve relatos que me impressionaram. Uma cidadã brasileira ficou perambulando numa sala por mais de 30 horas, sem água, sem condições de descanso e sem uma autoridade alfandegária para discutir, para esclarecer, para dialogar. Então, essa postura é lamentável. E, historicamente, são vários os registros. E isso não diz respeito apenas aos fatos dos últimos dias, mas à Europa, ao Velho Mundo, que tem posições tão importantes, avanços sociais em relação aos direitos universais, mas também é grande a marca de

posturas preconceituosas, principalmente com os povos africanos, asiáticos e os latino-americanos.

Então, é preciso que se condene essa postura de querer tratar alguns povos como periféricos e não como um cidadãos ou cidadãs de um país soberano, livre, como os que compõem as populações da América Latina, os povos africanos, os povos árabes e asiáticos. Quero, portanto, não só criticar essa postura da Espanha, mas também o comportamento de setores significativos da Europa, que discriminam as populações desses continentes.

Sr. Presidente, com o resultado eleitoral do dia de ontem, a vitória do Partido Socialista, a minha expectativa é de que, no marco dessa nova conjuntura, de uma nova composição do Congresso Nacional – com mudanças pequenas, mas foi eleito um novo Congresso Nacional –, a Espanha respeite o povo brasileiro e

trate o nosso País não de uma forma especial, mas de forma que possa dignificar o ser humano, de respeito ao ser humano, e que a Espanha e o Brasil possam ter regras claras no sentido de evitarmos, de forma absoluta, o constrangimento que dezenas de brasileiros e brasileiras passaram nesses últimos dias.

O que a Espanha fez feriu o povo brasileiro, a Nação brasileira. Neste sentido, chamo, aqui, a atenção das nossas autoridades e do Itamaraty no sentido de porem um fim, darem um basta à postura discriminatória e autoritária do governo espanhol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A2 • OPINIÃO Domingo, 09 de março de 2008

FOLHA DE S. PAULO

Editoriais

Eliane Catanhêde Eu não sou cachorro, não!

BRASÍLIA - Depois de barrados no aeroporto, de ficarem horas e horas sem beber, sem comer e sem contato com suas famílias e de passarem até três dias detidos em locais insalubres, os brasileiros escoraçados pelo governo espanhol chegam aqui dizendo que foram tratados "como cachorros".

Podemos até ser de um país em que milhares ou milhões de cidadãos preferem sair do que entrar, principalmente sair para os países mais ricos do norte ou da Europa. Mas é uma cachorrada tratarem nossos jovens, nossos mestrados e doutorados, nossos pobres ou nossos ricos, como cachorros.

Ninguém questiona o direito de a Espanha ou de qualquer outro país - inclusive o Brasil - barrar estrangeiros que batem à sua porta, em especial diante do crescimento brutal de latino-americanos, africanos e asiáticos na União Européia, muitos deles ilegais. (Estima-se que 10% dos residentes na Espanha sejam não-espanhóis.)

O que não se pode engolir são os critérios e sobretudo a forma. Se dois estudantes estão só fazendo uma escala para ir a um congresso em Lisboa; se o consulado brasileiro envia toda a papelada comprovando que eles não estão mentindo; se não há nenhum risco de eles virarem ilegais... aí a coisa passa a ter contornos de racismo. A moça e o rapaz preenchiam as exigências. Foram barrados por serem brasileiros. E, por serem brasileiros, tratados como cachorros.

Pesa a eleição de hoje, com forte tom antiimigração, e pesa também o confronto entre os ministérios do Interior e do Exterior. Um cuida dos imigrantes. O outro, dos viajantes. E não se entendem. Os dois ministros, aliás, são candidatos.

O Brasil foi decisivo para que Colômbia e Equador se dessem as mãos, e vai precisar de muita diplomacia para apertar as mãos da Espanha. As mesmas que maltratam os cidadãos sem ao menos pretexto; só porque são brasileiros.

elianec@uol.com.br


João Pedro
Senador PT/AM

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador Augusto Botelho, que representa o Estado de Roraima pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade que contesta a autorização dada pela Lei de Biossegurança, votada e aprovada pelo Congresso Nacional, do uso de embriões congelados em laboratórios para pesquisas científicas. A lei é bem clara: embriões congelados há mais de três anos.

O relator da ação direta de inconstitucionalidade, Ministro Carlos Ayres Britto, apresentou voto a favor da liberação desses estudos, bem como a Presidente da Corte, a Ministra Ellen Gracie.

Porém, o julgamento foi suspenso por um pedido de vistas do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Por isso, o caso ficará fora da pauta de votação do STF por até trinta dias, quando voltará para a fila das matérias a serem apreciadas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como médico e Senador por Roraima, quero deixar registrado que a pesquisa com células-tronco embrionárias representa uma esperança de cura e de vida para vários portadores de doenças neurodegenerativas e incapacitantes.

No programa Fantástico dos dois últimos finais de semana, foi mostrado um menino, um pequeno gênio da matemática, que é portador de uma dessas doenças para as quais a ciência só vai achar solução depois que desenvolver e passar a conhecer a utilização de células-tronco embrionárias.

Essa aplicação representa a possibilidade de se encontrar cura para várias doenças como Mal de Parkinson, diabetes e lesões de medula ou nervos. Lesões de medula são aquelas que geralmente ocorrem após acidentes e que deixam as pessoas paráliticas: paráliticas das duas pernas, de um membro só ou de todos os membros. Para essas pessoas, com o conhecimento da ciência atual, não temos nenhuma solução ou proposta de cura ou de tratamento. A esperança delas reside justamente no desenvolvimento do conhecimento das células-tronco embrionárias.

A célula-tronco embrionária pode se transformar em mais de 216 tipos de tecidos, enquanto as células-tronco adultas podem se transformar apenas em alguns tipos de tecidos. Por isso, as células-tronco embrionárias têm de ser estudadas, têm de ser utilizadas.

Vários países, como Austrália, Estados Unidos, China, Inglaterra, Japão e Israel, já autorizaram o uso

de embriões em pesquisas. Academias de Ciência de 65 outros países também já fizeram o mesmo.

Lembro que os embriões que os cientistas brasileiros irão usar são embriões que já estão há mais de três anos congelados. Não se pode usar nenhum embrião com menos tempo de congelamento do que esse período. E, para utilizá-lo, há de haver autorização também dos pais biológicos daquele embrião.

Os embriões que estão guardados nos bancos das clínicas de fertilização não têm mais chances de utilização. Geralmente, quando a pessoa faz uma fertilização e consegue ter um filho ou dois, fica satisfeita. Os outros embriões ficam lá guardados e não terão nenhuma utilidade, a não ser para experiências na tentativa de se encontrar tratamento para muitas doenças.

Vim hoje à tribuna do Senado para dizer que em nosso País temos mais de cinquenta pesquisas, que testariam o potencial das células-tronco, paralisadas por conta dessa ação de inconstitucionalidade. Estamos andando para trás, Sr. Presidente, Senador Gim Argello. Dessa forma, estamos andando para trás; estamos perdendo a chance de oferecer cura a brasileiros que sofrem de doenças como, por exemplo, a esclerose. Crianças acometidas da forma mais grave de esclerose não chegam a viver dois anos. Só um pai que tem um filho com esclerose é que sabe da gravidade da doença, ou os parentes que conhecem a criança.

Se o Supremo Tribunal Federal não decidir a favor da pesquisa com células-tronco embrionárias, a ciência brasileira vai retroceder e não poderemos oferecer cura aos mais necessitados no Brasil. Os que têm recursos poderão viajar, pegar um avião para a Inglaterra, o Japão, Israel, onde há tratamento. Mas, nós, a maioria dos brasileiros, que não temos condições de fazer isso, vamos continuar com as patologias que surgirem nas nossas famílias. Os brasileiros ricos irão buscar essa chance nos outros países; os que não tiverem recursos para pagar ficarão doentes e morrerão se tiverem doenças letais.

Sr. Presidente Gim Argello, Sr. Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, proibir as pesquisas com células-tronco embrionárias significa continuar dando aos embriões excedentes nas clínicas de fertilização o único destino que está previsto para eles: serem descartados ou serem jogados no lixo.

Permitir a pesquisa com células-tronco enseja a discussão sobre a vida, sobre dispor da vida. É um ser vivo; ele tem vida. Mas a família tem de autorizar, como autoriza a doação de qualquer órgão. Quando a pessoa tem morte cerebral em uma UTI, a família pode doar os órgãos, o coração, os pulmões, a pele, todos os tecidos daquela pessoa. Esses embriões congelados estão numa situação parecida com a desses

pacientes que estão nas UTIs e que não têm chances de viver.

Então, temos de fazer com que prevaleça a disposição legal no sentido de permitir que sejam feitas pesquisas com células-tronco e, assim, dar esperança para essas pessoas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Com prazer, ouço o aparte do Senador Mão Santa, médico, experiente cirurgião, que fez muito bem às pessoas do seu Estado, o Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, esse assunto foi debatido muito aqui, e o Senado viveu um de seus grandes dias, fazendo uma lei boa e justa. Esta Casa tem meia dúzia de médicos. Fui professor de Biologia, de Fisiologia, de Genética. Procurado por aqueles que eram os relatores na Comissão de Assuntos Sociais, aqueles que estavam ligados ao assunto na Subcomissão de Saúde, sugeri que convidássemos os melhores cientistas do País. E eles foram convidados e aqui estiveram em audiência pública. Se há uma lei boa e justa, é esta. No entanto, a ignorância é audaciosa. Sócrates, que começou o mundo civilizado, define esta situação hoje – e quis Deus que assumisse agora a Presidência o Senador Garibaldi Alves Filho. Sócrates já dizia: “Só há um grande bem: o saber; só há um grande mal: a ignorância”. E o mundo foi arredio à pesquisa. Na época medieval, esperava-se tudo de Deus. Então, uma juventude rebelde na história do mundo, justamente na época que antecedeu o descobrimento do Brasil, lá pelos anos de 1400, liderada por Leonardo da Vinci, talvez a maior inteligência da história da humanidade, Michelangelo, Rafael, Dante Alighieri, Maquiavel, na política, mudou, mostrando que, no mundo, precisávamos estudar e trabalhar. Aí é que evoluímos. Chamaram essa época de Renascimento. Nós, que somos médicos – eu sou médico-cirurgião –, estudando aqueles que nos antecederam, vemos como sofreram. A Igreja os condenava, os excomungava. Estudar a anatomia do corpo humano era um sacrilégio; era motivo de excomunicação. Abrir um tórax?! O tórax era sagrado, não podia. Hoje, vemos que se tira o coração de um e se dá a outro, restituindo-lhe a vida. Sempre houve essas dificuldades. Então, isso é a ciência... Isso é fruto do divino Espírito Santo, baixando na cabeça dos humanos. Se o nosso País não a buscar, os outros vão buscá-la. Depois, não vamos ter nem dinheiro para pagar esses benefícios que a pesquisa e a ciência trazem. Então, aquela lei foi elaborada como devia, fruto da exaustão e da competência dos debates realizados aqui. Por esta Casa passaram os maiores cientistas e chega-

mos àquela conclusão, dentro da ciência, para, com responsabilidade, servir ao mundo. Então, só temos de aplaudir aqueles que se debruçaram para elaborar a lei e aplaudir este momento de grandeza do Senado da República. Evidentemente que, numa democracia, há essa tripartição do poder. O outro Poder foi chamado a opinar, e a democracia vive da equípotência dos poderes, um freando o outro, como nós temos de estar atentos às mazelas do Poder Executivo ou do próprio Judiciário. Então, isso é normal na democracia. Mas nós, que nascemos para servir o povo – democracia é isto –, jamais poderemos frear a pesquisa, a ciência, que vem em benefício da humanidade. V. Ex^a, então, receba os nossos cumprimentos. Por isso que digo que este Senado é grandioso. Este é o primeiro Senado, Presidente Gim Argello – que tem uma trajetória política, brava e brilhante, sendo Cirineu de um dos maiores homens da política na história deste Brasil, que é o Roriz. Costumo dizer que Deus fez o mundo, mas Juscelino e Roriz fizeram Brasília. Então, ele está ali simbolizando essa força. Na política é assim: Winston Churchill disse que a política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, a gente só morre uma vez; na política, várias vezes. Todo mundo viu que Winston Churchill tombou. Depois ele ressurgiu. Todo mundo viu que Charles De Gaulle tombou. Getúlio Vargas, Perón e assim se sucede. Então, enganam-se aqueles. Roriz saiu daqui dessa cadeira, mas ninguém o tira do coração dos pobres de Brasília, do Piauí e do Brasil todo. Então, quero dizer que este Senado é um dos melhores da história. Ô, Gim Argello, no primeiro Senado da República eram 42 brasileiros e uns portugueses. Vinte e dois eram da área do Direito, os magistrados. Desde então eles fazem leis boas para eles. Olhe o nível salarial deles e o dos outros! O Senado tinha dez militares, Duque de Caxias etc. Tinha sete da Igreja, como o Padre Feijó. E tinha só dois médicos. Hoje somos mais de seis aqui, mostrando que houve essa evolução, essa crença. E V. Ex^a é um deles, que representa, com grandeza, a classe médica. Entendo que a ciência médica é a mais humana das ciências e que o médico é o grande benfeitor da Humanidade. V. Ex^a traduz essa grandeza.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Devo afirmar que sou católico e que a minha religião permite que sejam doados os órgãos de uma pessoa que está na UTI com morte cerebral.

Até os nossos conhecimentos atuais, esses embriões que estão congelados nas clínicas, que estão no máximo com dez, doze dias de evolução, não têm atividade cerebral, não têm sequer células nervosas; as células não se diferenciaram ainda.

Creio que a minha religião, numa oportunidade mais à frente, vai permitir, vai mudar a posição que atualmente tem com relação aos embriões.

Temos de analisar bem e chegar às conclusões, porque essas pesquisas trarão enormes benefícios às pessoas doentes. A vida dessas pessoas é limitada pela própria doença; a sua capacidade de locomoção e de viverem sozinhos é limitada, podendo ocorrer acidentes, como acidentes de trânsito, muitos deles relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas, outro problema grave em nosso País.

Então, reafirmo que o Supremo não pode tirar a esperança dessas pessoas. Há que se permitir que haja pesquisas com células-tronco embrionárias, de embriões que já estão congelados há mais de três anos e com autorização dos pais. É como se fosse doação de um órgão de um parente nosso que está com morte cerebral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gim Argello.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Gim Argello, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos ao Senador Augusto Botelho, parabenizando-o por tão belo discurso, tão importante e pela posição firme que S. Ex^a assumiu.

Da mesma forma, parabeno o grupo de estudantes do Senai de Taguatinga, que hoje visita o Senado da República.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pela ordem, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero pedir minha inscrição pela liderança do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – V. Ex^a terá sua inscrição atendida. Antes, porém, está inscrito o nobre Senador Mão Santa, representante do Piauí.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, tem dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gim Argello, que preside esta sessão de segunda-feira; Parlamentares aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Presidente Garibaldi, V. Ex^a está longe de imaginar a força desta tribuna e do sistema de comunicação do Senado, que V. Ex^a e Efraim ajudaram a implantar. O sistema de comunicação do Senado é um dos ícones de modernidade da comunicação.

Aliás, Efraim, entendo muito pouco desse negócio de computador. Muito pouco mesmo – confesso minha ignorância. Sou do tempo da enciclopédia, do livro, da biblioteca. Sou do tempo em que a maior invenção era o avião. Em relação ao computador, fico até complexado! Outro dia, eu estava mexendo nele, chegou um neto e disse: “Saí daí, você não sabe, não!” Ele sabe mais do que eu. Não sou do tempo do computador. Meu computador ainda é a mente, o cérebro, Efraim!

Mas, veja, isto é tão importante, Efraim! Quero lhe agradecer. Ontem, fui aplaudido de pé na Bahia, porque a televisão já está lá. Houve a reunião do PMDB Jovem do Nordeste, mas havia outros brasileiros. Estava o Geddel, que abriu a reunião. Pediram-me que a encerrasse. E, hoje, o Prefeito, filho do nosso Senador João Durval, é do PMDB.

Então, quero dizer que o PMDB lá está muito vivo e forte, Efraim, graças à sua ação. Recentemente, V. Ex^a colocou a televisão na Bahia, e quero saber quando V. Ex^a vai levá-la para o Piauí. Para a Paraíba, V. Ex^a já levou – “Mateus, primeiro os teus”. Garibaldi, o pedido é para os dois. Estou mais conhecido na Bahia do que no Piauí, por causa da televisão. Então, faço essa reivindicação.

Garibaldi, aqui tem um *e-mail* que traduz isso. Daqui me manifestei e tenho uma crença muito grande.

Gim Argello, a força disso..

Ninguém sabe por que Getúlio se suicidou. Affonso Arinos, poucos dias antes, daqui, disse: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Será mentira o mar de lama?” Porque a mídia era do Governo. Havia o DIP (Departamento de Informação e Propaganda) que dizia que tudo era mentira. Mas, daqui, Affonso Arinos fez um discurso que Getúlio não resistiu e desistiu da vida.

Efraim, V. Ex^a começou aquela problemática – e sou seu Cireneu. É uma aberração! Os aloprados do Luiz Inácio... Garibaldi, você sabe por que está havendo essa medida provisória? Gim Argello, Luiz Inácio colocou 40 Ministros. Nunca antes houve isso. Não há isso, Luiz Inácio! Nos Estados Unidos, só há de 14 a 16 secretários de Estado, o que corresponde ao nosso ministro.

O que está havendo de medidas provisórias, Garibaldi? Os aloprados nomearam 40. V. Ex^a não sabe o nome de 10, porque eu não sei. Não sabemos o nome de 10 ministros! Eu não sei. Eles querem mostrar serviço. Cada dia um leva um. Quarenta! Aí vêm os outros e vão até o Luiz Inácio: “Veja esta medida provisória. É boa para seu Governo”.

O nosso Luiz Inácio querido, Sibá, ele mesmo disse que não gosta de ler. Foi ele quem disse. Ele disse, na sua franqueza: “Ler uma página de livro dá uma canseira! É melhor fazer uma hora de esteira”. Palavras dele. Então, quando um Ministro, aloprado, chega na mesa dele e diz: “Veja esta medida”, ele assina – e assina rapidamente –, manda para cá e entope o Congresso. O Garibaldi e o Chinaglia não dão jeito, porque são 40 Ministros, e eles querem mostrar serviço. Mandam o pacotão, e o Luiz Inácio não o leu. Essa ele não leu.

O Efraim é muito atento, é muito esperto. Ele é caladão, mas, ô bicho sabido! Mais do que nós todos. O Efraim fez um discurso que chamo de “páginas amarelas”. Foi o primeiro.

É uma imoralidade isso! Foi um aloprado que colocou. O que estão fazendo não se faz, ouviu, Garibaldi? Garibaldi, a matéria não vai passar aqui. Isto aqui é diferente, isto aqui é a última trincheira do povo e da democracia. É por isso que dizem: “Vamos fechar o Senado”. É aqui a resistência democrática. É só aqui. Na Câmara, o Luiz Inácio mesmo disse que havia 300 picaretas. E eles não reagiram. Aqui, não; aqui é diferente.

Eles fizeram aquela medida provisória, e foi o Efraim o primeiro. Agora, já tomei a luta para ele. Essa aqui não vai passar, não. Pode vir Chinaglia, PT. Não passa.

Disseram: “É proibido bebida nas estradas”. Luiz Inácio vai no aerolula. Ele bebe, ele toma umas. Não é só ele, não. Eu também gosto de viajar. Eu tomo umas. Eu acho que empato com ele. Não é mal, não. Quando a gente viaja de avião, pede uísque, pede cerveja, pede vinho. E a bebida vem. Se for vôo internacional é que tem mesmo! A gente pode, Garibaldi. Agora, o passageiro do ônibus, depois de trabalhar um ano, tira suas férias, passa numa cidade, um calor danado, como Teresina, e o passageiro do ônibus não pode tomar uma cerveja. O que ele tem de ver com essa lei? Quem não pode beber é o piloto, o aviador; não pode beber é o motorista, mas, o passageiro?!

Ô Garibaldi, isso é tão sério! Um aloprado decidiu isto: “Vamos diminuir a bebida, fazer propaganda. O sistema de comunicação mostra que está diminuindo”. Não está diminuindo nada! Vimos lá, em Natal. Havia menor guiando aqueles *buggies*, aqueles jipizinhos das praias. Aí é que está!

Um brasileiro, lá do Japão, Garibaldi – vejam como esse negócio é interessante –, ouviu o discurso e disse: “Tem razão”. Vou ler aqui para V. Ex^{as}. Do Japão.

Ô Gim Argello, você não conhece minha cidade, não? Você conhece Parnaíba, o litoral? Você tem o direito de ser feliz. Aqui, não há praia. Sei que, para se chegar à praia, a gente percorre 20 quilômetros dentro da cidade. Ô Garibaldi, são 20 quilômetros de Parnaíba para se chegar à praia. O que fizeram de hotéis, de restaurantes... Pediram empréstimos para fazerem os hotéis. Cadê? Tudo falido. Tem faixa contra o nosso Luiz Inácio. Tudo. Não pode beber cerveja. Eu não me vou hospedar num hotel em que eu não possa tomar a minha cerveja, o meu uísque e o meu vinho. Não vou, ninguém vai! Está tudo falindo. Agora, um aloprado manda um negócio desses, incoseqüente, em vez de fazer uma lei boa. Está ali um empresário que já está vindo. Não pode! Tem gente se suicidando porque fez empréstimo para fazer um hotelzinho. Aí, abruptamente, os aloprados mudam. Que coisa! Tem gente que foi fazer o hotel – eu já conversei –, deve ao banco e o banco é desgraça toda. Daqui a pouco, querem tomar tudo dos homens, até a família – é porque não pode, é pecado.

Então, é isso, Sibá. Foi um aloprado que meteu na cabeça do Lula.

Olha o Japão. Eu sou daqueles para os quais o avião é a coisa mais importante. O computador, tenho até raiva desse negócio, mas está aí e tenho de aceitar. Eu não sei. O avião é melhor, mesmo, não é Efraim? Quando passa uma mulher bonita, o que é que o cara diz? “Olha um avião, lá vai um avião”.

Olha o computador. Lá do Japão, um ouvinte que busca a verdade, Domingos Takahashi, 7 de março, a gente faz automaticamente o negócio: “Multa aqui no Japão e polícia é lei, aqui a polícia manda”.

Atentai bem, Luiz Inácio. Você viaja, medite, estude um pouco e olhe lá. Nos Estados Unidos, eu tinha dado o exemplo, em Miami, de como funciona, segundo brasileiros.

“Mão Santa, tudo bem. Por aqui estamos todos bem, graças a Deus. Nós acompanhamos pela TV Senado...” No Japão, Garibaldi. Você tem uma face meio japonesa, por isso eu acho que botaram esse especial. O Garibaldi.

Ele diz: “...através da Internet todos os dias”. Olha lá! Está aqui: “Fico muito feliz por termos representantes do povo como o senhor, Mão Santa, como Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Kátia Abreu, Marisa Serrano e muitos outros. Quanto às multas de trânsito, aqui, no Japão, é diferenciada a mínima, 300 mil ienes, e varia de acordo com a dosagem alta de álcool, e mais prisão. Aqui, quem dirige bêbado tem de pagar multa, mais a

prisão; são até dez anos de prisão”. E nunca mais se guia no Japão, onde não há lei seca, não!

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas há lei lá: se guiou bêbado, são dez anos de cadeia, mais multa de 300 mil ienes, dinheiro deles, que não sei se é igual ao euro. E nunca mais se guia.

Aqui, deve haver lei para o infrator, não para acabar com o prazer e com a felicidade de quem vai num ônibus, que, desse jeito, não tem direito de tomar uma cervejinha. Enquanto isso, posso tomá-la no avião, e Lula toma a dele. Dizem que ele gosta. Eu também gosto; não estou falando mal dele, não.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim, Senador, somente deixe-me terminar o *e-mail* do brasileiro que está no Japão: “E mais prisão (...) Se atropelar e matar criança tem de indenizar por 60 anos...”. Se se mata uma criança lá, tem-se de indenizar por 60 anos, tem-se de pagar multa para a família. E continua: “(...) pois aqui se aposenta aos 60 anos, e calcula-se a vida útil de trabalho, e, se matar um médico, *san oko* ienes, ou 300 milhões de ienes, ou três milhões de dólares e mais dez anos de cadeia com serviços pesados. Aqui, o preso trabalha. Até para dormir, o preso só pode dormir olhando para cima. Aqui, dirigir falando no celular (...)”. Isso aí, sim, eu não estou com celular. Aliás, condeno. Está tudo doido. Se é pego falando no celular, a multa é de 28 mil ienes. Isso tem de ser colocado aqui, aqui!

Quem tem de ser punido é o responsável. Tomar umas, Sibá, eu tomo. Outro dia, chegou um Senador e me disse: “Rapaz, você disse que toma todas?”. Feio seria se eu dissesse que não tomo e se eles passassem bem ali e me vissem tomando uma cerveja. Vão dizer: “Ah, está mentindo!”. Não estou, não! Nunca fui para a minha sala de cirurgia tendo tomado umas, estando bêbado. Aí, eu deveria se cassado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) e pelo Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Tem de se punir o responsável!

Continuo a leitura do *e-mail*: “Aqui, dirigir falando no celular 28 mil ienes e suspensão da carteira por 90 dias. Aqui a polícia que é lei. Caso não pague, é chamado no fórum, mas todo mundo paga no prazo de 48 horas. Gostaria de receber resposta do senhor. Eu fiquei muito feliz de ter recebido vários *e-mails* do Senador Arthur Virgílio (...). Hamamatsu, 08 de março, Japão”.

Então, essa é a realidade, Efraim.

Recebi um *e-mail* de um jovem estudante. É bacana, a mocidade é pura. Ele disse: “Mão Santa, ouvi

sua conversa contestando essa medida provisória. Não vou botar nem meu nome [olha aí, Augusto Botelho, a juventude como é boa], porque meus colegas sabem que dirijo bêbado. Eu não vou botar meu nome, mas o senhor está certo. Eu guio bêbado, porque, aqui, se eu atropelar qualquer pessoa e matar, é uma cesta de alimentos que a gente dá, e está resolvido o problema. Mas, se fosse dura [é o estudante puro], eu não ia guiar bêbado, não. Eu não ia chamar um táxi, como você disse que o americano faz”. O americano não guia bêbado. Ele tem quatro, cinco carros, mas, se vai para o bar ou se vai beber, almoçar, jantar, chama um táxi. Ele tem quatro carros, mas não dirige.

É educação. Educação é o que falta, Luiz Inácio. Educação é o que falta. É disciplina o que falta. É isso! Não podemos levar à falência milhares e milhares que estão sustentando a família. Vão ser assaltantes. Vão falir, não vão pagar os empréstimos, não vão pagar os compromissos. Então, é isso.

O estudante disse: “É porque não é punido. Se fosse, eu ia a pé para casa ou ia pedir a um amigo para me dar carona, mas não ia guiar, não”. É porque não há lei dura para punir. Se a gente mata um aqui, dá-se uma cesta básica, e se resolve.

Para os que têm pudor quanto à bebida, quero dizer que recebi um *e-mail* de um evangélico que disse: “Sabe que o senhor tem razão? O Governo deveria aumentar a fiscalização, pagar a Polícia Rodoviária para fiscalizar. Devia pagar mais e liberar”.

Então, essas são nossas palavras.

Efraim, V. Ex^a começou essa luta e é da Paraíba. “NEGO” é o que está escrito na bandeira. V. Ex^a começou. Vamos modificar isso, porque está mal feito. Isso foi um aloprado que meteu na cabeça do Luiz Inácio, que não leu o que ele disse e que mandou para cá.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, o pior é que é medida provisória. Só falta ser a Medida Provisória nº 51, a “medida provisória da cachaca”. Não faltaria mais nada, Senador Mão Santa. O Governo já inovou, idealizando medidas provisórias as mais diversas, as mais esdrúxulas, afrontando a Constituição. São absolutamente inconstitucionais essas medidas provisórias que o Governo encaminha. Essa é inconstitucional e não é nada inteligente. V. Ex^a já desmontou, com muita competência, a medida provisória. Naturalmente, o Senado tem de rejeitá-la. Vamos votar contra, V. Ex^a, eu e muitos outros. Independentemente do assunto tratado nessa medida provisória, quando não há relevância e não há urgência, não há por que aprovar. Discursamos a respeito da inconveniência das medidas provisórias, do que significam essas medidas provisórias em termos de atraso, de comprometimen-

to da produção legislativa, de desgaste da imagem da instituição. Tudo isso discutimos aqui, mas precisamos agir. A ação é esta: rejeitar. Se a medida provisória é inconstitucional, nós a rejeitamos. Podemos até concordar com o teor dela, mas devemos rejeitá-la. O Governo que encaminhe de forma constitucional e jurídica, por meio de projeto de lei! Mas essa, inclusive no mérito, não há como aprovar. V. Ex^a diz bem: temos de punir o infrator. Creio que a liberdade que têm os empresários, as empresas que se estabelecem à margem de rodovias, no perímetro urbano, essa liberdade está sendo comprometida por essa medida provisória. Ou seja, ao invés de punir o infrator, o Governo quer punir quem não comete infração alguma. Portanto, V. Ex^a está coberto de razão. E estamos subscrevendo seu pronunciamento no inteiro teor dele. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, atentai bem! Os Estados Unidos fizeram uma lei seca, e foi aí que surgiu Al Capone. Com isso, vai surgir o contrabando de bebida, o garçom andando por debaixo. Isso não vai acabar, Luiz Inácio. Primeiro, nós bebemos, você bebe, eu bebo. Não vai acabar esse negócio de bebida.

E é velha, ouviu, Gim Argello? Eu pensei que o vinho era mais velho, mas nada! Outro dia, estudando a história do mundo, vi a cerveja lá no Egito, antes, muito antes de Cristo. As doenças eram transmitidas pela água, quase todas: cólera, febre tifóide. A humanidade viu que levedura de cerveja esterilizava a água, diminuía as doenças. Então, cerveja é velha, vinho é velho. Cristo já passou, multiplicou.

Os Estados Unidos têm experiência, eles fizeram uma lei seca, e aumentou... Foi aí que surgiu Al Capone, máfia, Dom Vitor Corleone. E ele nunca foi preso por isso, não. Se não se seguram as pontas das cocaínas, dos *cracks*... Como é que vai segurar isso? Vai é provocar o aparecimento dessas fraudes.

O problema é educacional. Temos de nos conscientizar, temos de ter disciplina, temos de ter responsabilidade.

São essas nossas palavras, Sr. Presidente.

Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem de mandar um presente para os Ministros, um dicionário, porque eles estão comprometendo o Luiz Inácio. A Constituição diz que medida provisória só se justifica em caso de urgência e de prevalência. Ele não sabe o que é urgência nem prevalência. Tem urgência esse negócio? Álcool existe há muito tempo. Não é urgência isso. Então, se não satisfizer o critério de urgência e de prevalência, será motivo de se fazer uma lei justa, para analisar essa questão.

Vamos afastar as zonas urbanas. Na minha cidade, a BR percorre 20 quilômetros. Vi pessoas boas,

idôneas, honradas, famílias falidas, desesperadas, com faixas. Não é mole, Senador Garibaldi!

Senador Garibaldi, sou cirurgião. Depois que me tornei Governador, nunca mais operei, não vou operar mais. Essa gente não pode mudar de profissão assim, não, Senador Alvaro Dias! Eles só sabem aquilo. O dono de um hotel sonhou aquilo. É o patrimônio dele. É o meio de vida dele, é a dignidade dele. É o trabalho dele. O Dubal, da churrascaria, vive disso. Mas um aloprado muda tudo de uma hora para outra. E os compromissos que eles têm?!

“É uma lástima!”, dizia um jornalista do Piauí que foi Deputado, Deoclécio Dantas. “Isso é uma vergonha!”, dizia Boris Casoy, que eles tiraram. Mas, Luiz Inácio, Vossa Excelência não consegue tirar-me daqui. Isso é uma vergonha! E vamos enterrar essa medida provisória.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Gim Argello, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do PT. V. Ex^a terá cinco minutos, com direito a uma prorrogação de três.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje fazer um balanço do resultado da experiência de Governo no Estado do Piauí pelo Governador Wellington Dias.

Relato do Governador.

“Desenvolvimento com qualidade de vida, com democracia, participação popular e planejamento: essa é a idéia fixa do Governador Wellington Dias no Estado do Piauí. Neste início do segundo mandato, colhe resultados de uma administração pública orientada para a organização do Estado. Pretende fazer isso, integrando as ações do Estado com os Municípios e, principalmente, com o Governo do Presidente Lula.

Sua eleição em 2002, com 51% dos votos no primeiro turno, foi claramente um misto de revolta contra o costumeiro atraso dos salários dos servidores públicos, contra direitos e condições de trabalho desrespeitados e contra a corrupção, contra a falta de capacidade de investimentos e a esperança numa liderança nova, casados com a perspectiva da eleição do Presidente Lula. Já em 2006, novamente uma belíssima vitória no primeiro turno, com cerca de 62% dos votos, prevaleceu a aprovação do projeto em andamento. O fato é que o povo percebeu que não só os salários estavam em dia, como o Estado do Piauí está mais organizado, voltou a ter capacidade de investimento; o desenvolvimento com

qualidade de vida prometido começou a ser sentido. Numa linguagem do povo: o Piauí decolou e é visível.

O Plano do Estado – e o governador faz questão de diferenciá-lo de um plano de governo –, debatido desde 2003 por mais de um milhão de pessoas em fóruns territoriais, congressos, conferências, encontros, seminários, etc., aponta para o longo prazo, 20 anos ou até 2022, um plano de metas com cinco grandes objetivos:

– Implantar uma rede de proteção aos mais pobres. Já são mais de 1,5 milhão de pessoas contempladas com programas integrados com o Governo do Presidente Lula – o Bolsa Família, Programa do Leite, Economia Solidária, subsídio na tarifa de água e energia, garantia da safra etc. Mas o Governo do Piauí faz questão de afirmar que essas medidas são emergenciais, não tiram da pobreza, mas impactam no combate à fome, desnutrição, garante água potável etc.

– Educação para todos. Hoje, próximo de 1,4 milhão pessoas no Piauí estão estudando alguma coisa. O programa de alfabetização colocou em sala de aula, desde 2003, mais de meio milhão de jovens e adultos e a redução do analfabetismo é uma realidade. Aproxima-se de 98% o número de crianças de 6 a 14 anos matriculadas e freqüentando a escola. Agora estão sendo ampliadas vagas, profissionais qualificados e equipamentos adequados para a educação de pessoas com deficiências, como surdos, mudos, deficientes físicos, mentais etc.

Destaca-se aqui o trabalho do Centro Integrado de Educação Especial em Teresina, um dos mais completos do País e que vai incorporar agora a área da saúde, com o Centro de Reabilitação a ser inaugurado neste semestre.

Outra aposta é na infra-estrutura de desenvolvimento. O Piauí é um Estado rico. Tem irregularidade de chuvas? Sim. O ano passado foi ano muito ruim, com forte irregularidade de chuvas no semi-árido. Mas o Estado tem cerrados, transição com a região amazônica, pois, da metade do Estado em direção ao oeste, próximo ao Maranhão, chove regularmente entre 800mm a 1.000mm. O grande atraso é justificado pelo atraso na educação e na infra-estrutura, especialmente de energia e transporte. Fortemente apoiado pelo Governo Federal e bem integrado e apoiado pela Bancada Federal, o Piauí se destaca na melhoria das estradas, pontes no norte, no centro e no sul. O próprio DNIT reconhece que o Piauí, que já recebeu a patente das piores rodovias do Brasil, hoje tem as melhores. Até

2002 restavam 78 cidades integradas por asfalto. O Piauí está chegando agora a 160 cidades, e a meta é chegar, em 2010, a cerca de 210 cidades integradas por asfalto. Foi recuperada a ferrovia ligando Teresina a São Luís, no Maranhão, Porto de Itaqui; no sentido para Fortaleza ligando ao Porto de Pecém.

Foi iniciada em Pernambuco, em direção ao Piauí e Ceará, a Ferrovia Transnordestina, devendo, nos próximos meses, chegar ao Piauí, em dois blocos: um de Elizeu Martins para Paulistana e outro de Trindade (PE) para Paulistana.

Está sendo licitado o projeto para retomada da obra do porto de Luís Correia, com recursos já empenhados e apoiados por emenda no OGU de 2008, da Bancada do Estado no Senado Federal.

O aeroporto de Parnaíba já está com a Infraero e recebendo vôos nacionais e internacionais. Consta do PAC, com projeto pronto para a ampliação da pista de 2.100 metros para 2.500 metros, e reforço na pista. A licitação da obra será lançada nos próximos 30 dias, pela Infraero, devendo ficar pronta até o início de 2009. Parnaíba vai ficar a seis horas de Lisboa, sete horas de Madri e de outras cidades da Europa. O aeroporto de São Raimundo Nonato teve suas obras retomadas e deverá ficar com a pista pronta até o final do ano, em condições de receber vôos internacionais.

Outro bloco de investimentos é no setor de energia elétrica. São redes integrando o Piauí, que é o produtor de energia da barragem de Boa Esperança, e há cinco hidrelétricas novas no PAC, na Bacia do Parnaíba, integrando o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. São os maiores investimentos do Governo do Presidente Lula no Piauí desde 2003, permitindo o reforço ou carga mais potente no sul, no centro e no norte do Estado.

Foi inaugurada agora a base de São João do Piauí, um dos maiores entroncamentos energéticos do meio norte do País, linha para o sul do Estado, a partir da grande subestação de Eliseu Martins, que agora vai abastecer Canto do Buriti, Bom Jesus, Corrente, Curimatá e Uruçuí.

Além do linha para Picos, contribuindo para várias subestações naquela região. No Norte, ficaram prontas várias subestações e linhas, em Teresina e Piri-piri, o que está permitindo as linhas de reforço para Campo Maior, Esperantina e, agora, para a região de Parnaíba, que contará ainda...

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...e está também no PAC, com uma base eólica, até 2009.

Deixe-me apenas concluir, já passo a V. Ex^a.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Serei rápido. É dentro desse assunto, se V. Ex^a me permite.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Poder ser.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – V. Ex^a tem ido ao Piauí recentemente ou foi apenas informação que o Governador mandou para V. Ex^a?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – As duas coisas.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – As duas coisas. V. Ex^a tem ido constantemente e visitado o interior do... Verificou isso tudo?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não tão constantemente, mas fui...

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Pelo que o Senador Mão Santa diz aqui, não é bem esse o quadro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É compreensível o que ele fala.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Eu não sei exatamente... Eu tenho que tirar essa dúvida com o Senador Mão Santa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É o que estou fazendo.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Estou citando S. Ex^a, até pelo art. 14, mas espero que haja o esclarecimento, porque o Senador Mão Santa tem reclamando inclusive de uma ponte. Apenas para tirar minhas dúvidas, porque eu, como V. Ex^a, ouço os pronunciamentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Posso concluir, Senador?

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

O Governo do Piauí reconhece que houve atraso no programa Luz para Todos, outro grande investimento, mas está confiante com a retomada de várias obras pela Cepisa e uma urgente definição sobre a situação da empresa, e com o trabalho da Chesf, que está concluindo licitações para o Programa Luz para Todos. De qualquer modo, os serviços de iluminação pública foram ampliados, chegando à casa de 87,7% em 2006. Todo o esforço é para completar cerca de 140 mil ligações que estão em andamento, projetadas e autorizadas para até 2009.

No Piauí, que, na zona rural, de cada 100 famílias, 70 viviam na lamparina até cinco anos atrás, é preciso comemorar Municípios como Acauã, Dom Expedito Lopes, Vila Nova, Campo Grande, Porto Alegre, etc., com 100% das comunidades com energia elétrica.

Esses investimentos repercutem na economia do Estado, que aposta no agronegócio, mineração e serviços, especialmente no comércio e turismo, para gerar emprego e renda e sustentar um crescimento de

longo prazo. O Produto Interno Bruto – PIB, do Piauí, em 2002, era de R\$7,42 bilhões, e chegou, em 2006, em cerca de R\$11,12 bilhões. Pelos dados de 2007, o Piauí tem tudo para dobrar o PIB durante estes oito anos de mandato do Governador Wellington Dias.

A produção de grãos dobrou, saindo de cerca de 600 mil toneladas para cerca de 1,2 milhão de toneladas de soja, arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar, etc., e tende a crescer ainda mais. A produtividade do algodão varia de 280 a 330 arrobas por hectare. São cerca de 65 sacas de soja por hectare. O Piauí é o segundo lugar do Brasil em produção de mel – e mel orgânico –, o segundo maior rebanho de caprinos, grande produtor de caju, mandioca, camarão, derivados da carnaúba, e agora se revela na produção de fruticultura.

O semi-árido do Piauí produz uva da melhor qualidade no vale do Piauí, Canindé e Sambito. Platô de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos, dois grandes projetos no PAC, são uma realidade pela força da Codevasf e a produção irrigada de goiaba, melão, abacaxi, acerola, banana, sementes, etc.

O Piauí é pioneiro na industrialização do *biodiesel* da mamona, do pinhão manso e também da soja. Conta com um profissional Programa de Desenvolvimento Florestal, atraindo empresas importantes do Brasil e do mundo.

O bloco de grandes investimentos é na qualidade de vida, com o conceito de universalizar serviços que são necessários para alongar a vida. Em esgotamento sanitário, o Piauí atendia 55% da população, em 2002, e passou a atender 67,1%. E agora, com o PAC, está dando um novo salto. Água potável para todos, nas cidades já chegando a 90%, considerando a zona rural, com base em dados do Pnad, realizado pelo IBGE, foi ampliado de 53,9% em 2002, chegando a 64,9% em 2006. A meta é, com cisternas, poços, adutoras, etc, chegar a 100% da população com água tratada até 2012; o Programa Luz para Todos, com rede e carga para todas as comunidades até 2010; e todas as cidades com unidade de saúde, mercado, ponto de cultura, base de informática, ensino básico completo, delegacias estruturadas, escritórios da Emater, etc, num total de 80 itens, permitindo forte impacto no aumento da longevidade, renda e média da escolaridade. Ou seja, fazendo crescer o IDH, até ultrapassar de 0,7 até 2012, e de 0,8 até 2022, que o mundo classifica como indicador de lugar desenvolvido.

Por enquanto, estamos nos aproximando de 0,6, e em 2010 estará o Piauí nessa caminhada, aproximando-se de 0,7.

Cresce o orgulho de ser piauiense. A reação dos piauienses no episódio Phillips do Brasil foi apenas

um exemplo. Se brincar, a Gysele Cajuína, piauiense, ganha o Big Brother Brasil.

Finalmente, um outro dado animador: o Piauí cumpre o seu Programa de Ajuste Fiscal, aumentado a capacidade de investimento, saindo da ordem de R\$42 milhões, no início do mandato, por ano, para mais de R\$210 milhões. Sua dívida, que era equivalente a 190% da receita corrente líquida, chegou a 65%, em 2007. E a dependência de recursos federais, que era de 65% em relação ao Nordeste, em 2005, foi registrado em 63%, e o Piauí ficou com 57,7%.

Sr. Presidente, são os dados que eu gostaria de registrar de uma brilhante administração, realizada por um grande Líder do Partido dos Trabalhadores na região Nordeste, que é o Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância pelo tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Art. 14.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas lembro que não citei o nome de nenhum dos Senadores. Se alguém citou, não fui eu.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fui citado, em paralelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, de acordo com o art. 14.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Só para dar um ensinamento ao jovem que nasceu lá no Piauí. O Piauí tem três Senadores aqui, e eu nunca vi nenhum falar tantas inverdades. São três Senadores! E também nunca vi um Deputado Federal do Piauí ter a ousadia de usar isso.

Agora, eu ensinaria – e é meu dever ensinar ao Sibá: o Benjamin Disraeli, no tempo da Rainha Vitória, teria ouvido desta, acertadamente, que o papel aceita qualquer coisa. Então, o papel que ele leu, sem fundamento, aceita qualquer coisa e aceitou muita mentira.

Eu só ia dar um quadro, porque a verdade é transparente, límpida. Um quadro vale por dez mil palavras.

Presidente Garibaldi, o Piauí votou. Três milhões de piauienses honrados votaram, mulheres e homens que trabalham e estudam, e conseguimos tirá-los dos piores índices. Vencemos os do Maranhão todos; alguns índices melhores da Paraíba, do Rio Grande do Norte. Sabe como é: índices. E, agora, o IBGE, que é do Governo, disse que o Piauí perdeu em todos os índices. Então, é um quadro. E veja: a própria Rainha Vitória teria dito ao seu primeiro-ministro, Benjamin Disraeli, que o papel aceita tudo. Então, o papel aceitou muitas mentiras.

Agora, esse homem tem uma qualidade: nasceu lá e tem coragem. É muita coragem e ousadia! Nenhum Senador teve coragem de dizer tantas mentiras, bem como nenhum Deputado Federal do Piauí.

Essas são as minhas palavras. Veja, o papel aceita tudo. O papel aceitou mentiras, mentiras e mentiras!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, como orador inscrito.

V. Ex^a terá dez minutos, com direito à prorrogação de cinco minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V. Ex^a com muito prazer, Presidente da nossa Casa, querido companheiro, Senador Garibaldi, que vem se conduzindo tão bem nessa espinhosa tarefa, mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero aqui, rapidamente, antes de entrar no tema que me traz, hoje, à tribuna, registrar a inauguração de uma agência da Caixa Econômica no Município de Sena Madureira. Faço aqui em meu nome e em nome do Senador Sibá, que também não pôde comparecer, certamente foi convidado como eu, e quero registrar esse fato. É um fato que, para muitos, pode ser pequeno, insignificante, mas, lá, para a população de Sena Madureira, é um fato importante, é mais uma agência de crédito que se instala no Município, além do Banco do Brasil, e faço votos de que a equipe da agência de Sena Madureira, como eles se intitulam aqui, sejam felizes na tarefa e na missão de estabelecer uma relação produtiva com a população de Sena Madureira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, o Acre perdeu a auto-suficiência na produção de alimentos. Hoje, importamos mais de 70% do que comemos no Estado, e não é por falta de gente para produzir, pelo contrário, ainda temos muita gente no campo que sabe e gosta de produzir.

O que tem faltado, nesse tempo todo, é uma política agrícola capaz de ordenar a produção, apoiar o homem do campo, garantir trabalho e renda para milhares de homens e mulheres e assegurar comida na mesa dos acreanos.

O discurso corrente no nosso Estado é que em breve teremos um mercado de milhões de pessoas que abasteceremos através da estrada do pacífico. Curiosamente, não conseguimos abastecer sequer Rondônia, com os seus quase dois milhões de habitantes que vivem ali do nosso lado. Rondônia, pelo contrário, é que nos abastece de grãos, de leite, de praticamente tudo.

Fala-se, naquele Estado vizinho, a título até de piada, Senador Garibaldi Alves, que se a estrada que nos liga for interrompida, em poucos dias, estaremos

com as dispensas vazias no Acre. Essa é uma incômoda verdade, mas nem sempre a situação foi essa.

Meu pai, o ex-Senador Geraldo Mesquita, governou o Acre em (entre) 1975 e 1979. A prioridade do seu Governo foi o fortalecimento do setor produtivo. Para tanto, organizaram-se ações, atividades e investimentos que, em quatro anos, mudaram a realidade do Estado.

O plano consistia em disponibilizar ao produtor os instrumentos necessários e a infra-estrutura adequada para permitir-lhe produzir com segurança para si e gerar excedente para o resto da população. Cuidou-se, inicialmente, de garantir o crédito, os equipamentos e insumos necessários. Os NARIS, Núcleos de Assistência Rural Integrados, instalados em pontos estratégicos, concentravam todos os serviços públicos de que careciam os produtores, do crédito à assistência técnica.

A Colonacre foi criada para abrir e manter ramais e construir açudes naquela oportunidade. A Cageacre, também instalada no período, encarregou-se de construir armazéns em todos os Municípios de então. Em quatro anos o Estado passou de capacidade zero de estocagem para estocar milhares de toneladas de grãos. Garantiu-se a política do preço mínimo. Assim, o agricultor passou a ter a garantia de armazenagem e renda garantida para o seu produto. Em pouco tempo os armazéns da Cageacre passaram a ficar abarrotados de grãos. Os açudes abertos pelos tratores da Colonacre passaram a ser abastecidos de alevinos produzidos em uma moderna estação de piscicultura instalada naquela ocasião para essa finalidade. Assentamentos foram instalados em razão do ordenamento fundiário praticado de forma solidária pelo Governo do Estado, INCRA e Poder Judiciário.

A chamada à produção fez florescer igualmente a atividade pecuária. O surgimento de uma forte bacia leiteira levou à instalação da Companhia de Laticínios do Acre (Cila), com financiamento do Banco do Brasil. Em pouco tempo o Acre passou a industrializar e a acondicionar leite, iogurte, queijo, manteiga de excelente qualidade.

A expansão da produção gerou a criação da Companhia de Desenvolvimento do Acre (Codisacre), responsável pela instalação do Distrito Industrial de Rio Branco.

A definição e execução de uma política agrícola naquele período garantiram o abastecimento de nossas cidades, cortando em grande parte nossa dependência com o restante do País.

O surto produtivo ocupou milhares de pequenos colonos, como lá chamamos nossos pequenos agricultores, o que minimizou os efeitos do êxodo rural provocado pela paralisação de nossos seringais. Em apertada síntese, foi isso o que aconteceu. Adotou-se

um modelo de política agrícola que foi executado rigorosamente conforme planejado.

Hoje, a realidade é adversa. As cidades do Acre estão inchadas em razão do êxodo rural, notadamente Rio Branco, nossa capital. Famílias inteiras com tradição na atividade agrícola estão há muito tempo se instalando de forma precária nas periferias das cidades, largando o campo em busca do que não encontram nos centros urbanos: trabalho, emprego, renda, seja lá o que for. Saem da zona rural não por vontade própria. São forçados a isso em razão da inexistência de uma política agrícola capaz de mantê-los produzindo. Ainda se produz no Acre, mas pela coragem e perseverança daqueles que vão ficando no campo em condições cada vez piores. Na zona rural do meu Estado os habitantes brincam com o próprio drama que vivem. Segundo eles vive-se um período de completa fartura no Acre, ou seja, “farta” estradas rurais, “farta” equipamentos agrícolas, “farta” assistência técnica etc. É a maneira que a população encontra de brincar com a própria agrura.

Ano passado, o atual Governador Arnóbio Marques lançou as bases para a formulação de um plano que coloque o Estado mais uma vez como parceiro daqueles que querem produzir. Na nossa região, o Poder Público precisa assumir o seu papel de indutor do processo de desenvolvimento. Não há como fugir disso. Ao Estado cabe planejar e suprir o setor produtivo da infra-estrutura mínima para o seu necessário desenvolvimento. Aos produtores cabe plantar, colher e produzir. Essa parceria costuma dar frutos, como tivemos oportunidade de demonstrar.

A iniciativa do atual Governador Arnóbio Marques é muito oportuna, porque surge no momento em que se alargam as possibilidades. O programa Território da Cidadania contempla, num primeiro momento, toda uma região do Acre com forte vocação agrícola. Assim, as ações do Estado, conjugadas com do governo Federal, poderão resultar, se efetivamente executadas, na reversão do dramático quadro atual que vivemos. Em curto espaço de tempo, ao invés de importarmos comida de Rondônia e outros Estados, poderemos estar abastecendo o mercado interno do nosso Estado e gerando excedentes. Não é tarefa impossível. Basta vontade política e amor ao povo acreano, bravo e trabalhador. E isso pode ocorrer sem qualquer prejuízo ao meio ambiente e à preservação. No Acre, Senador Augusto Botelho, já temos uma área imensa de floresta derrubada. Basta introduzirmos tecnologia adequada à sua utilização. Assim fazendo, podemos conciliar produção com preservação. Simplesmente proibir e punir os pequenos produtores sem oferecer-lhes alternativas de produção e sobrevivência não é atitude humana, nem inteligente. Eles não querem moleza. Querem continuar fazendo o que sabem e o que lhes agrada: produzir e viver com dignidade.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 18-11-2007)

Prazo final (prorrogado): 14-3-2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23-11-2007)

Prazo final (prorrogado): 19-3-2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

Relator revisor: Senador Renato Casagrande

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-11-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-3-2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta),

Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário

o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

17

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de*

contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle*

dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres -MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

40

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

41

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhes-

sarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

44

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

45

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

46

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Pedindo as bênçãos de Deus para todo o nosso País, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 33 minutos.)

Ata da 27ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, da Sra. Patrícia Saboya
e do Sr. Inácio Arruda

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/3/2008 07:46:17 até 12/3/2008 03:14:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		DEM	MA	LOBÃO FILHO	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X	PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica que está cancelada a sessão conjunta convocada para hoje, às 19 horas.

Comunica também que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 12 do corrente, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007**, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tempo destinado aos oradores na Período do Expediente da sessão de hoje é para a comemorar os 80 anos de fundação do Jornal **O Povo**, de acordo com os **Requerimentos nºs 114, 150 e 164, de 2008**, da Senadora Patrícia Saboya, do Senador Inácio Arruda e de outros Srs. Senadores.

Para compor a Mesa, eu convido o Dr. Demócrito Rocha Dummar; Presidente do Jornal **O Povo**; a Ex^{ma} Sr^a Senadora Patrícia Saboya; o Ex^{mo} Sr. Senador José Nery; o Ex^{mo} Sr. Senador Geraldo Mesquita; o Ex^{mo} Sr. Francisco César Rocha, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; o Sr. Ubiratan Aguiar, Ministro do Tribunal de Contas da União e o Deputado Federal Mauro Benevides.

Há oradores inscritos: Senadora Patrícia Saboya, Senador Inácio Arruda, Mão Santa, Geraldo Mesquita e Tasso Jereissati.

Primeiramente, Senadora Patrícia Saboya, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado da República, representando aqui o Presidente Garibaldi Alves Filho, Senador Alvaro Dias, a quem já agradeço por presidir esta sessão solene tão importante para nós cearenses, quero cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita Júnior e agradecer o carinho de S. Ex^a, nosso conterrâneo e amigo, que também está aqui conosco e que tem estreitos laços de amizade com o jornal **O Povo**. Meu querido Senador Inácio Arruda, conterrâneo cearense; querido Senador José Nery, também conterrâneo presente nesta nossa sessão;

Ex^{mo} Sr. Senador Tasso Jereissati, ex-Governador do Estado do Ceará; Deputado Federal Mauro Benevides, ex-Presidente do Congresso, que muito nos orgulha com sua presença; Ex^{mo} Sr. Francisco César Asfor Rocha, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que também está conosco; Ex^{mo} Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União Ubiratan Aguiar; Sr. Demócrito Rocha Dummar, Presidente do jornal **O Povo**, aqui presente representando o jornal; senhores membros da Associação Nacional dos Jornais; senhores jornalistas do jornal **O Povo** aqui presentes;

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia, para nós cearenses, muito especial, um dia em que estamos aqui todos reunidos para homenagearmos um dos meios de comunicação que tem, ao longo da sua história de 80 anos, dado um suporte muito significativo para o Estado do Ceará.

Durante os seus primeiros 80 anos, que agora comemoramos, **O Povo** destacou-se sempre por seu compromisso com a informação de qualidade, pela defesa intransigente da liberdade e pelo amor ao Ceará. São marcas desse grande jornal e certamente continuarão sendo por muitos anos mais.

Na verdade, ao homenagear **O Povo**, estamos homenageando toda a imprensa do Ceará, toda a mídia do nosso Estado, e há uma razão muito especial para isso. Ao longo do tempo, os jornais e emissoras do Estado firmaram-se como referência regional e até nacional. A importância dos veículos cearenses, justamente pelos vínculos que estabeleceram com o seu público, passou a ser reconhecida por todo o País. **O Povo** teve fundamental relevância nesse processo, em grande parte deflagrado por ele próprio.

Desde que foi criado por Demócrito Rocha, a 7 de janeiro de 1928, exerceu com maestria sua função de informar e também de propor um mundo melhor. Não seria ousadia dizer que **O Povo** começou, na verdade, a nascer alguns anos antes, quando Demócrito Rocha iniciou colaboração no **Jornal do Ceará**, de José Ibiapina.

Nas notas que escrevia, Demócrito mostrava sua combatividade, a ponto de, certa vez, ser agredido na rua por capangas dos poderosos do momento. A essa altura, já decidira criar seu próprio jornal.

O Povo surgiu sob o signo da modernidade. É o que mostra, inclusive, a principal manchete da sua primeira edição: “A imprensa modelo-antigo de elogios e ataques systemáticos desmoralizou-se perante a opi-

não sensata do paiz”. Tratava-se de carta enviada especialmente por Ibiapina a Demócrito, na verdade uma declaração de princípios que traduzia as convicções de ambos. O novo jornal não queria trazer elogios ou ataques. Queria na verdade trazer informação. Assim seria durante toda a sua vida.

Foram tempos muito duros. Como disse certa vez nossa inesquecível Rachel de Queiroz, “a profissão de jornal, embora honrosa e celebrada, não era fonte de lucros que desse para sustentar uma família”. Demócrito conseguiu superar as dificuldades, graças ao profissionalismo na administração e ao seu talento jornalístico. Recebeu sempre o apoio de sua mulher, Creuza Rocha, que acompanhou passo a passo a evolução do jornal. Viria a presidi-lo décadas depois, já nos anos 70.

Demócrito Rocha impôs um modelo inovador de gestão a **O Povo**. Desde o seu início o jornal adotou padrões modernos de programação visual e de texto. Faria isso ao longo do anos, em sucessivas reformas. Não por acaso, abrigou, já nos primeiros meses, grandes figuras das letras cearenses, inclusive circulando com revistas literárias.

Mas Demócrito foi além. Percebeu com nitidez que um jornal não se faz só com idéias. Assim, mesmo com enormes sacrifícios, investiu num equipamento gráfico. Se **O Povo** começou com uma velha impressora montada e remontada várias vezes, em 1930 já recebia uma rotativa alemã, substituída dez anos depois por um rotoplana Duplex. Da mesma forma, desenvolveu padrões empresariais, o que era incomum na Imprensa brasileira daquela época. O criador do jornal percebia um conceito que hoje é basilar para toda a mídia: sem independência financeira, um veículo de comunicação não terá independência para informar, arriscando-se assim a comprometer a credibilidade que constitui o seu maior patrimônio.

Também político, Demócrito Rocha foi Deputado Federal na curta democracia de 1934, até o fechamento do Congresso pelo Estado Novo. Morreu de tuberculose, doença incurável naqueles tempos, em 1943. Sua última mensagem ao jornal serviria como um dístico para os seus sucessores: “os que mourem nesta Casa são indivíduos afeitos ao trabalho e às causas públicas”.

Essas concepções seriam também de Paulo Sarasate, sucessor de Demócrito e marido de sua filha Albanisa. Talvez Paulo Sarasate seja mais conhecido, em nível nacional, por sua carreira política.

Com efeito, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Ceará, retornou à Câmara para mais dois mandatos e se elegeu Senador da República. Faleceu quando se encontrava nesta Casa. No entanto, Sarasate destacou-se, e muito, como jornalista e como administrador de **O Povo**, que se fortaleceu economicamente e profissionalmente durante sua gestão. Paulo Sarasate percorreu o Ceará como jornalista, produzindo reportagens de peso para o seu jornal. Esteve várias vezes em Juazeiro do Norte, por exemplo, para entrevistas com o Padre Cícero, essa figura tão marcante para todos nós nordestinos. Na direção do jornal, contou sempre com a participação da mulher Albanisa, que inclusive assumiria sua presidência por mais de dez anos.

Um exame das sucessivas edições de **O Povo**, na magnífica edição especial confeccionada por sua equipe, é possível constatar o apego à modernidade a que me referi. Foi dos primeiros jornais brasileiros a adotar manchetes fortes, mesmo sem refugiar-se no sensacionalismo e a manter a linha de sobriedade. De igual forma, já em seus primeiros anos, adotou uma diagramação leve – hoje se diria **clean** – em vez da apresentação de textos massudos, como era o padrão daquela época.

Conseguiu também um perfeito equilíbrio entre as informações de interesse nacional e as de referência local. Sabe-se hoje que um dos segredos para a longevidade e a prosperidade de um jornal está em jamais perder o contato com a comunidade, tendo-se sempre em vista que as notícias que afetam o dia-a-dia do cidadão comum são com frequência as mais relevantes para ele. **O Povo** e sua equipe jamais se esqueceram disso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda a imprensa brasileira viveu momentos muito difíceis durante os regimes autoritários impostos ao País. Os casos mais dramáticos foram o Estado Novo e o período que se seguiu ao golpe militar de 1964, em especial após o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

O publicidade do País, embora os jornais tenham conseguido voltar a ampliar um pouco a sua parcela. Viria, enfim, mais um desafio, o surgimento da Internet.

O Povo não constituiu exceção. Nos momentos de tensão que precederam o fechamento do Congresso pelo Ato Institucional, o jornal cearense cobriu a movimentação de estudantes, intelectuais, acadêmi-

cos, sociedade civil e parlamentares que cobravam a abertura do regime. Reforçou sua cobertura crítica das medidas federais. A partir do Ato nº 5, porém, foi submetido ao constrangimento de publicação de matérias filtradas pela censura dos poderosos naquele momento. Insistiu em mostrar sua independência e chegou a ter uma edição apreendida, em 15 de fevereiro de 1971, por ter noticiado a prisão de militantes na luta armada.

À medida que se encaminhava para a redemocratização, **O Povo** adiantou-se corajosamente na cobertura política. Com a volta das eleições diretas, foi um dos primeiros veículos de comunicação do País a publicar entrevistas e debates entre os candidatos. Abriu espaço para a campanha das diretas, inclusive com manchetes e reportagens de primeira página.

Não se vivia apenas um novo tempo político. Entrava-se também em um novo tempo da economia, com desafios marcantes para a indústria da comunicação. Esvaía-se o chamado milagre brasileiro, com as altas taxas de crescimento, para se enfrentarem problemas como a crise da dívida externa, a explosão inflacionária e, a partir daí, um período de estagnação. Também os jornais sofreram nesse processo.

Sob o comando de Demócrito Rocha Dummar, o jornal soube adaptar-se aos novos tempos. Registre-se que a mídia impressa sofria, de há muito, o impacto representado pelo rádio e, depois, pela televisão, drenando as verbas publicitárias. Hoje, registre-se, a TV recebe quase 60% da receita de publicidade do País, embora os jornais tenham conseguido voltar a ampliar um pouco a sua parcela. Viria, enfim, mais um desafio, o surgimento da Internet.

Demócrito Rocha Dummar, aqui presente, representando o Jornal **O Povo**, percebeu com clareza esse quadro. Cito aqui suas próprias palavras. “Antigamente”, diz ele, “o jornal pensava com a lógica de cada dia. Por conta disso, nos tempos modernos, as notícias podiam chegar a cada dia até ultrapassadas. Na era da sociedade do conhecimento, tivemos que reaprender a editar. O surgimento de novos meios implica a descoberta de novas formas sem, contudo, perdermos contato com o essencial de sua antiga feição”. A partir daí, chega a uma conclusão que me parece resumir toda essa moderna conceituação: “nós”, diz Demócrito, “fazedores de jornal somos eternos aprendizes”.

Hoje, **O Povo** é um grande grupo de comunicação, grupo, aliás, que leva o seu nome e é conduzido por Dummar. Soube investir em diversas mídias e obter a indispensável sinergia entre elas. Assim é que, além do jornal, conta com emissoras de rádio e, agora, de televisão, sempre voltadas para a informação, além de importantes operações na Internet. É, uma vez mais, o compromisso com a modernidade que marcou o Jornal desde o seu início, há 80 anos, por inspiração do fundador Demócrito Rocha.

Demócrito Dummar imprimiu feições próprias a sua administração, dentro de sua vivência de jornal, iniciada já na infância. Por isso mesmo, sempre considerou **O Povo** uma extensão de sua família. E dou meu testemunho de como trata os jovens jornalistas, inclusive meu filho e minha filha, de uma forma muito carinhosa, fazendo com que aqueles que trabalham em seu jornal possam ser profissionais sérios, transparentes, honestos, ao mesmo tempo em que se sintam confortáveis como se estivessem em sua própria família.

Por isso mesmo, é guardião das melhores tradições do jornalismo cearense e de sua empresa. Desenvolveu um estilo pessoal marcado pelo diálogo, pela simplicidade e pela humildade, demonstrado por sua abertura a acolher sempre as sugestões trazidas.

Parabenizo o Demócrito em nome de toda a equipe do jornal **O Povo**, mais uma vez, pelo seu talento, força e determinação de levar adiante uma idéia que se iniciou há 80 anos, pela sua obstinação. Mas, acima de tudo, pelo amor que desenvolve pelo jornalismo, principalmente pelo Ceará, um Estado ainda tão pobre, com tantas dificuldades, mas com um povo forte, corajoso e determinado. E, assim, o jornal **O Povo** tem seguido sua trajetória, respeitando principalmente as coisas que mais afetam o cotidiano do nosso Estado.

Hoje é presidente executiva do jornal a bisneta do grande fundador, Luciana Dummar, a primeira dos quatro filhos de Demócrito Rocha Dummar e também a primeira mulher a se tornar vice-presidente da Associação Nacional de Jornais. Sua juventude não a impede de ter uma profunda compreensão das missões do jornal e dos meios de comunicação em geral.

Uso aqui seu depoimento à edição especial dos 80 anos da folha que dirige.

“Somos operadores desses novos meios e temos de fazê-los conviver entre si, a partir do aprendizado constante e da formação ininterrupta de nossa equipe”.

Mantendo sua tradição, **O Povo** tornou-se um jornal muito mais aberto aos vários segmentos da sociedade do que a maioria dos jornais brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, referime, até agora, várias vezes, a sucessivos dirigentes de **O Povo**, protagonistas dessa jornada. Ela não poderia ter alcançado o êxito que conseguiu, entretanto, sem a indispensável e brilhante participação dos jornalistas que marcaram, e ainda marcam, a trajetória desse grande grupo de comunicação, assim como dos demais funcionários das empresas que o compõem.

Ressalto a presença aqui, também, de Vânia Dummar. Esta mulher incrível, que todos nós temos como exemplo, pelo seu dinamismo e força.

Eu poderia, portanto, aqui, citar centenas de profissionais que participaram da construção de **O Povo**. Não ousou fazê-lo justamente por isto: são tantas pessoas, com tantos méritos e tanto tempo de dedicação que seria impossível não cometer injustiças. Homenageio todos, portanto, na pessoa de Adísia Sá, que vai para os 53 anos de carreira na imprensa cearense. Foi repórter – como permanentemente o são todos os profissionais de mídia – e chefe de redação, além de editora e de professora de Jornalismo. Escreveu já 14 livros, dos quais o mais recente, **Jornalismo: Filosofia e Ética**, mostra, pelo título, a relevância e a atualidade de suas preocupações. O carinho, a admiração e o respeito que tenho por ela, assim como sua biografia, conduzem-me a escolhê-la para, em seu nome, expressar o meu reconhecimento pela missão desempenhada por todos os profissionais de mídia, aqui presentes e aqueles que não estão, de **O Povo** e do Ceará.

Registro aqui, em vez disso, que esses grandes profissionais souberam sempre, ao longo dos anos, manter e renovar as linhas fixadas no momento da fundação, obtendo, assim, grandes conquistas. Prova disso são os sucessivos prêmios recebidos em âmbito regional e, principalmente, nacional.

Ressalto exemplos que podem ser dados pelos prêmios Esso, apontados, habitualmente, como a mais importante honraria da mídia nacional.

O Povo ganharia seu primeiro Esso em 1959, com a série de reportagens Seca, Açudagem e Piscicultura do Nordeste. O mais recente veio no ano passado, com o caderno **Mares do Sertão**, em que sua equipe mostra o cotidiano de quem, em pleno semi-árido, convive com os sete maiores açudes do Ceará. A listagem dos prêmios Esso demonstra, uma vez mais, que **O Povo** conseguiu permanentemente equilibrar sua marca local, como na cobertura Banco Central – O Assalto do Século, premiada em 2005, com a referência nacional, como também o caderno especial **Amen-Karol Woitila**, destacado nesse mesmo ano na categoria Criação Gráfica.

Homenageio, por fim, quem não pode ser esquecido: os milhões de leitores que, nesses 80 anos, participaram do dia-a-dia de **O Povo**. Um jornal não existe sem os seus leitores. Por isso mesmo gostaria de destacar que, compreendendo esse processo, seus dirigentes investiram, cada vez mais, e continuam existindo, na participação e na interatividade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ceará pode se orgulhar hoje de sua imprensa, de seus meios de comunicação. Contamos com uma mídia de qualidade, que informa bem, que percebe seu papel educativo e cultural, que compreende as novas realidades, que revela responsabilidade social.

Por isso é que, há pouco, eu dizia que homenagear **O Povo** é homenagear toda a mídia cearense e aqueles que a fizeram crescer. Podemos ter uma convicção, a de que **O Povo** é um jornal que se confunde com a história do Ceará e do Brasil.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de incorporar a este pronunciamento que acabo de fazer o texto do jornalista Arlen Medina Néri, Diretor-Geral de Jornalismo do Grupo de Comunicação **O Povo** com um relato sobre a trajetória do jornal **O Povo**.

Muito obrigada a todos.

Sejam muito bem-vindos.

Parabéns, mais uma vez, a todos aqueles que fazem o jornal **O Povo**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Texto do jornalista Arlen Medina Néri, a que se refere a Senadora PATRÍCIA SABOYA

O tempo passa rápido. E como ele nos fez bem. Um legado que recebemos, junção das muitas gerações de jornalistas que passaram pelo O POVO, é a disposição para nos mantermos permanentemente ligados às transformações ocorridas no mundo desde 1928. O resultado se exprime em 80 anos contando histórias, analisando fatos, levantando bandeiras de grandes e intensas repercussões sociais, políticas, econômicas.

Esta tem sido uma das marcas mais intensas de O POVO: apresentar, a cada dia, um jornalismo preciso, transformador e extremamente moderno. Um conteúdo jornalístico e um design gráfico premiados e referenciados entre os importantes veículos da imprensa regional brasileira.

Ao longo dos anos, o resultado de nosso trabalho nos fez conquistar dezenas de prêmios Esso, Embratel, o Grande Prêmio Ayrton Senna de Melhor Contribuição à Imprensa Nacional, além de trabalhos referenciados na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Na essência, este é um jornal formador de opinião - um veículo de comunicação ímpar para quem quer desbravar as imensas potencialidades e sotaques da região Nordeste, uma das que mais cresce no País.

Fomos o segundo jornal do Brasil a criar e a manter em funcionamento um Ombudsman (com crítica externa semanal publicada há 12 anos), temos um Conselho de Leitores (que analisa a política editorial do jornal) e o Jornal do Leitor - uma publicação 100% colaborativa, editada há 25 anos, antes mesmo de se pensar, discutir e aplicar os conceitos de jornalismo colaborativo e da multimídia.

Fazemos parte de um Grupo de Comunicação que tem rádios AM e FM, jornal, Portal e uma TV (afiliada à TV Cultura de São Paulo) integralmente voltados para a produção de conteúdo jornalístico. Em síntese, nosso negócio é a informação de qualidade.

Todos nós que fazemos O POVO temos muito prazer em celebrar esta data. 80 anos sinalizam a longevidade, mas sobretudo, a perspectiva de um futuro com imensas potencialidades a explorar. Isso nos desafia e nos faz celebrar o hoje mirando o amanhã.

ARLEN MEDINA NÉRI
Diretor-Geral de Jornalismo
Grupo de Comunicação O POVO

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Convido a Senadora Patrícia Saboya a presidir esta sessão.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; bancada cearense no Senado, que hoje tem à frente a Senadora Patrícia Saboya, que assume a presidência dos trabalhos; Senador José Nery, de Pedra Branca, Minerolândia, Estado do Ceará; Senador Geraldo Mesquita, cearense que aqui representa o Estado do Acre; Senador Tasso Jereissati; Senador Mauro Benevides, aqui presente, hoje atuando como Deputado na Câmara; Deputado Arnon Bezerra, do nosso Cariri cearense; Chico Lopes, aqui presente nesta nossa homenagem; Senador Mão Santa, que está ali com um material do jornal **O Povo**; Senador Alvaro Dias; meus caros jornalistas, Fábio Campos, Plínio, nossos colegas do Estado do Ceará; Vânia Dummar, que está aqui conosco; Tales de Sá Cavalcante, dirigente da Faculdade Farias Brito, uma das organizações educacionais mais fortes, digamos assim, no Estado do Ceará; Ariston, da TAM, e seu filho Ariston Júnior; Demócrito Dummar, eu tive a oportunidade, na comemoração dos setenta anos, de realizar uma sessão como esta na Câmara dos Deputados.

A Câmara realiza um conjunto maior de sessões. No Senado, é mais raro, pois é mais contido em suas homenagens. Digamos assim que os escolhidos para as homenagens as recebem por grande merecimento, Senador José Sarney. E esse é o caso, Senador Arthur Virgílio, do jornal **O Povo**, por merecimento, pelas razões de sua nascença, como nasceu esse jornal. Eu comentava há pouco com o ex-Presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, por que o Demócrito Rocha resolveu criar o jornal **O Povo**.

Porque ele escrevia. Intelectual, queria escrever, queria contar o que acontecia na sua época nos governos locais, o que estava acontecendo. Então, perguntaram: mas ele não poderia escrever isso em outro jornal. Parece que não podia ou parece que ele não cabia mais em outro jornal. As suas idéias precisavam de um jornal próprio, as suas idéias não podiam mais ser contidas, e, para não serem contidas, nasceu o jornal **O Povo**.

A comemoração da passagem dos seus 80 anos, no âmbito do Senado Federal, reveste-se de grande importância histórica, pois é a primeira vez que esta Casa destina uma sessão solene para registrar, reverenciar e homenagear a trajetória de 80 anos do jornal cearense **O Povo**. A Senadora Patrícia convocou a

todos para que, em conjunto, os cearenses realizássemos esta homenagem.

Fundado em 7 de janeiro de 1928, teve como Presidente grandes personalidades: Demócrito, seu fundador, de 1928 a 1943; Paulo Sarasate, de 1943 a 1968; Creusa Rocha, de 1968 a 1974; Albanisa Sarasate, de 1974 a 1985.

A história do jornal se confunde com a epopéia de Demócrito Rocha. Nascido em Caravelas, município da Bahia, em 14 de abril de 1888, Demócrito Rocha foi poeta, odontólogo, jornalista e Deputado Constituinte. Ainda menino, perdeu os pais e teve de trabalhar como operário em uma oficina de locomotivas. Viveu em Sergipe dos 17 aos 23 anos de idade e concluiu lá o curso de Humanidades. Veio para Fortaleza trabalhar como telegrafista concursado do então Departamento de Correios e Telégrafos, hoje, Correios.

Já casado com Creusa do Carmo, em 1921, formou-se em Odontologia pela Faculdade de Odontologia e Farmácia. Em 1927, trabalhou no jornal **O Ceará**, onde, para conciliar a paixão pela saúde e pelas letras, montou um consultório na própria redação do jornal. Nesse mesmo ano, quando voltava do trabalho, Demócrito Rocha foi espancado nas proximidades da Praça do Ferreira por cerca de dez policiais em razão do jornalismo combatente que realizava contra os desmandos do Governo da época.

Demócrito nos brindou também com a sua poesia. Um dos seus poemas mais conhecidos é **O Rio Jaguaribe, Uma Artéria Aberta** – esse rio nosso, cearense, de que nós, às vezes, nos orgulhámos ao dizer que era o maior rio seco do mundo. E o Demócrito já pregava a sua perenização, que era possível. Hoje, assistimos a sua possibilidade. Alguns ainda duvidam, questionam e querem barrar que possamos perenizar o rio Jaguaribe.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a empresa jornalística **O Povo** começou com apenas dezesseis páginas e uma impressora francesa de segunda mão. A compra de sua primeira sede foi fruto de uma campanha de arrecadação financeira, onde não faltou a solidariedade de muitos amigos que apostavam no talento e ousadia de homens e mulheres.

A filha do fundador Demócrito Rocha, Maria Lúcia do Carmo Rocha, contava que, certo dia, Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados – que já era poderoso naquela época –, de passagem pelo Ceará, teve a idéia de comprar o jornal **O Povo**. Demócrito reagiu, respondendo simplesmente assim: “Você venderia um filho seu?”

Esse episódio, Sr^{as} e Srs. Senadores, demonstra o amor, a devoção e o esmero que todos dedicavam à construção do jornal.

Surgido dois anos antes da Revolução de 30, **O Povo** testemunhou vários episódios da história política do Brasil nesses 80 anos: a República Velha; o Getulismo; as Constituições de 1934 até 1988; o levante de 32; a Segunda Guerra Mundial; o Governo JK; o golpe militar; a perseguição política; a anistia; a campanha pelas eleições diretas; o retorno à democracia; a eleição de Lula. O jornalismo limpo e sadio é o ensinamento legado por Demócrito Rocha à imprensa brasileira.

Aqui, há pouco, estava o Sr. Evandro Guimarães, que faz parte da Abert e também já participou da Associação de Jornais por muitos anos e deve ter isso como testemunho. Esse é o legado de Demócrito. O jornalismo limpo e sadio é o seu ensinamento.

À época de sua fundação, o jornal **O Povo** se rebelou contra a política dos coronéis, que manipulavam as eleições e mantinham seu eleitorado no voto de cabresto. É isso aí. Nasceu por isso, por essa razão: não aceitava ser tutelado pelas regras da ocasião e precisou se insurgir. E se insurgiu Demócrito Rocha, que não aceitou isso, e fundou o seu jornal.

Numa ampla consulta popular entre os fortalezenses, a escolha do nome do jornal, por meio de concurso promovido pelo seu fundador, já indicava para quem se destinava o então vespertino. O chicote, estilizado na letra “p” de “povo”, já dizia a que vinha.

O editorial de capa definiu muito as suas intenções: “**O Povo** vinha com o propósito de defender os interesses d**O Povo**, sendo o chicote que iria ferir as oligarquias dominantes à época e ainda levar o desenvolvimento ao Ceará”. Não por acaso, seu *slogan* era “o jornal das multidões”.

Demócrito tinha muitos amigos e admiradores, mas também causou ira a muitos inimigos poderosos. Em 1927, próximo à Praça do Ferreira, foi agredido a sabre e patas de cavalo por doze oficiais da Força Pública. Não se intimidou, lutou com afinco e coragem para ter seu próprio meio de comunicação.

Sr. Presidente, ao homenagear o jornal **O Povo**, quero registrar a figura... Sempre fica este problema: se a gente destaca uma figura, cria dificuldade com outras personalidades que fazem parte da história do jornal **O Povo**; mas eu, então, vou escolher uma, não tem jeito, e o faço na figura de um brilhante jornalista, querido de todos: Blanchard Girão. E, para isso, recorro de um artigo publicado no próprio jornal **O Povo**, escrito pelo professor Edmilson Caminha, ex-funcionário do jornal, ex-Presidente da Casa do Ceará e Consultor da Câmara dos Deputados:

Com a morte de Blanchard Girão, desaparecem não apenas o jornalismo brilhante, o político sério, o escritor de talento, mas também o ser humano que, pela nobreza es-

piritual e pela generosidade de sentimentos, fazia o mundo melhor e a vida mais bela. Em um meio onde freqüentemente prevalecem o interesse e o arrivismo, deu-nos a todos uma admirável lição de inteireza moral, de rigor profissional, de conduta ética, com que se fez digno da admiração dos companheiros e do respeito da sociedade.

Homem de imprensa, honrou o jornalismo brasileiro pela coragem pessoal e pela bravura cívica que o levaram a defender a liberdade, a justiça a que todos os povos têm direito. Quando muitos se curvavam à prepotência dos tiranos, Blanchard foi a voz dos que não podiam falar ao dizer das arbitrariedades e das infâmias que se sucediam nos bastidores do Governo.

Deputado estadual, pagou com a cassação e a cadeia o atrevimento de provar que política não é, obrigatoriamente, uma arte menor, para homens pequenos, mas pode – e deve ser – um trabalho edificante para cidadãos descentes. Mais do que uma simples lembrança, Blanchard Girão nos deixou um legado. Em **O Povo** foi editor de esportes, editor de economia e editor-chefe. Sempre nos brindou com artigos significantes em defesa do Brasil, da soberania e das idéias avançadas e progressistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Povo** é um patrimônio do povo cearense, pois se firmou como um grande e moderno meio de comunicação no Ceará e no Brasil – claro, ele tem um proprietário, mas nos arvoramos em falar para você, Demócrito, que o jornal já é um patrimônio d**O Povo** cearense há muito tempo e assim se mantém.

São várias as causas que o jornal abraçou por intermédio de seus editoriais. Já falamos aqui das épocas mais difíceis, mais duras: ditadura, Estado Novo, Diretas, etc; por tudo isso o jornal **O Povo** passou. Mas o jornal, em seus editoriais, encampou causas d**O Povo** do Estado frente a muitas lutas, como o da fundação da própria Universidade Federal do Ceará (UFC), em uma belíssima campanha; do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o banco conterrâneo, o banco nordestino, em grande campanha; a campanha em favor da perenização da água do semi-árido, iniciada pelo próprio Demócrito, tema que é fonte de debate permanente no jornal **O Povo**; a luta pela integração das bacias do rio São Francisco com o Nordeste Setentrional, e os inúmeros editoriais de campanhas em defesa dos idosos, adolescentes, dos jovens, das crianças, além do acompanhamento e divulgação dos desafios e das conquistas das mulheres.

Nesta sessão solene, que coincidiu com a homenagem que o Senado prestou às mulheres em seu Dia Internacional, quero registrar que o jornal **O Povo** tem

uma Presidente Executiva, não é verdade, Demócrito? É verdade. Trata-se de Luciana Dummar, uma das poucas mulheres no Brasil a comandar um jornal, e a única mulher a ocupar uma cadeira de vice-Presidente na Associação Nacional de Jornais. Casaram-se as homenagens.

As mulheres que continuam a grande luta por sua emancipação em defesa **dO Povo** brasileiro e à causa do jornal **O Povo**, que também vejo como uma causa de emancipação do nosso Estado, que ainda é muito pobre, pois ainda registramos os mais baixos índices de desenvolvimento humano. Depois de toda a saga do **nossO Povo**, ainda é assim o nosso Estado. Então, ao lado da homenagem, eu registro também a luta. No jargão, digamos assim, da Esquerda brasileira, a luta continua!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Aplausos.)

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Patrícia Saboya.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Continuando com a lista de oradores, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Geraldo Mesquita, um dos Senadores que assinaram o requerimento e que teve a idéia de fazer esta homenagem ao jornal **O Povo** por ser cearense também.

Com prazer, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, querida amiga e companheira Senadora Patrícia Sabóia, que muito nos honra pela convivência aqui no Senado Federal; quero cumprimentar o jornalista Demócrito Dummar, Presidente do jornal **O Povo**; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, há pouco, estávamos aqui com dois ilustres cearenses que, em razão de atividades, tiveram que se ausentar: o Ministro Ubiratan e o Ministro César Asfor; cumprimento também meus conterrâneos cearenses aqui presentes e, em especial, os jornalistas integrantes do jornal **O Povo**.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados e homenageados nesta tarde, somos uma Nação singular, em que o autoritarismo, a autocracia, a repressão e a ditadura nunca deixaram de se alternar com os períodos de democracia, de liberdade e de livre expressão do pensamento.

Essa singularidade talvez explique o fato de que, no Brasil, tivemos jornalismo e jornalistas antes de termos imprensa. Hipólito José da Costa e seu *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário*, impresso em

Londres, é fruto dessa aberração, produto do obscurantismo que, durante mais de três séculos de domínio colonial, proibiu no Brasil a existência de prelos e livros. Não foi sem razão, portanto, que o primeiro prelo adquirido em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal tenha chegado ao País em 1808, na bagagem da Família Real, embarcado por ordem do Conde da Barca, aqui servindo para a instalação da Imprensa Régia no dia 13 de maio. O decreto do Príncipe Regente consignava que na repartição a seu real serviço “se possam imprimir todas e quaisquer obras”, o que fazia supor a liberdade de expressão que aqui nunca existira. Nas Instruções, de onze dias depois, porém, criando a Junta Diretora da Imprensa Régia, dava-se a esta a “incumbência de examinar papéis e livros que se mandassem publicar e de fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o Governo e os bons costumes”.

Os jornalistas, os artistas, os intelectuais e os escritores cedo tiveram que se habituar com essas expressões que se tornaram recorrentes, reiterativas e sempre lembradas nos momentos vividos sob as trevas da reação, do obscurantismo e da repressão que sempre permearam nossa evolução histórica.

Por isso mesmo, a história da imprensa no Brasil é uma saga de desafios de toda ordem, de obstáculos de toda natureza e de riscos de todas as origens.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas por estar interrompendo V. Ex^a. Ocorre que eu tenho que receber agora o Embaixador da Espanha, que vai nos fazer uma visita na Comissão, mas não sairia completo deste plenário se a generosidade da Senadora Patrícia não me permitisse este aparte, e V. Ex^a entende muito bem por quê. Embora Senador pelo Acre, na realidade, V. Ex^a é cearense. Eu sou piauiense; vivo da confusão geográfica promovida pela Iracema e depois confirmada, no Império, pela Zona do Contestado, que nos separa um pouco do Ceará. Foi uma troca que fizemos para ter direito ao mar e que ninguém contesta. Está lá como testemunha da história. Quero dizer que, nessa caminhada de fusão de sentimentos entre cearenses e piauienses, fui muito beneficiado pelo **Diário dO Povo**, ou melhor, pelo jornal **O Povo** no começo da minha vida. O **Diário dO Povo** é um jornal do Piauí inspirado no original **O Povo**. Quando comecei a minha vida pública, estávamos no regime da ditadura, Senadora Patrícia. Os jornais de caráter nacional eram censurados. No Piauí, tínhamos uma subditadura em

que também se censuravam os jornais estaduais, o que era algo terrível. Só saía notícia boa do poder dominante; as ruínas, infelizmente, saíam para quem estava fora do poder. Surgiu então uma oportunidade salvadora e salvaguarda para quem fazia oposição naquela época. O jornal **O Povo** instalou uma sucursal em Teresina. Fernando César Mesquita está aqui e sabe bem o que isso representava naquele momento. Conseguimos mostrar o que a oposição pensava por intermédio de um representante da sucursal. Durante algum tempo, por incrível que pareça, em Teresina, o jornal **O Povo** chegava a ser mais vendido do que os jornais locais. Isso foi um começo; a sucursal lá demorou algum tempo. Mais uma vez, não só o jornal **O Povo**, mas o jornalismo cearense me perseguem. Vim para Brasília e aqui reinava absolutamente o que chamávamos de “ciclo da jangada”, que eram os jornalistas cearenses – está aqui o Fernando César, vi o Marcone, os irmãos Hollanda, vários – que saíram do Ceará com uma experiência fantástica na redação do jornal **O Povo** e deram verdadeiro *show* de jornalismo em Brasília. Mandavam em tudo, eram presidentes dos comitês, enfim, exerceram realmente o que chamamos de “ciclo da jangada”. Mas, para que eles chegassem aqui, foi preciso que tivessem uma escola, que tivessem aprendido a fazer bom jornalismo, que tivessem tido o desenvolvimento da profissão. Daí por que esta homenagem aos 80 anos do jornal **O Povo** transcende a simples formalidade e a mera comemoração. Ela tem um sentido, pelo menos para nós nordestinos e particularmente para mim, piauiense, muito grande, porque foi aquela força que começou a quebrar os grilhões da ditadura na imprensa do meu Estado. Eu me lembro muito bem, Fernando César. O Sebastião Nery, naquela época, fazia uma série de reportagens sobre sucessão e fazia previsões. A previsão do Piauí foi destruidora para o sistema dominante, e só tivemos oportunidade de ler porque o jornal **O Povo** publicou. São essas e outras passagens e outros episódios, meu caro Demócrito, que me fazem estar aqui embotando o pronunciamento do meu colega Senador Geraldo Mesquita. Faço isso menos como Parlamentar e mais como cidadão num momento como este em que novamente, sem nenhuma razão de ser, a imprensa começa a ser contestada, os jornalistas começam a viver um período de ameaça e, por estranho que pareça, em plena democracia. Espero que os 160 anos desse fabuloso jornal transcorram da mesma maneira que hoje, com motivo para comemorar. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito bem, Senador Heráclito! Seu depoimento enriquece sobremodo o meu modesto pronunciamento.

Dando continuidade, eu vinha dizendo que a imprensa brasileira, que nasceu oficial, para se tornar livre teve que saciar a fome do poder com a vida dos seus mártires, a prisão de seus profissionais e as dificuldades do cerceamento econômico dos seus proprietários, sempre que persistiram em se manter livres da influência do poder e dos poderosos.

Além disso, teve de enfrentar as freqüentes tentativas de se destinar recursos públicos para sustentar jornais, rádios e televisões oficiais, sob os mais absurdos pretextos e os mais falaciosos argumentos como se o rótulo de “público” pudesse disfarçar a verdadeira face oficial que por trás dessas tentativas se esconde.

Por todas essas razões, Sr^a Presidente, é sempre com um sentimento de efusão que devemos comemorar momentos como estes, em que o Senado faz uma pausa em seus imensos desafios, para celebrar a existência de jornais como **O Povo**, do Ceará, na celebração de seus 80 anos de existência.

Cada jornal independente e livre, cuja longevidade aqui exaltada como uma vitória da obstinação, da persistência, da coragem e da bravura de seus fundadores, dos seus redatores, dos seus profissionais e, sobretudo, dos seus leitores e anunciantes, significa um passo a mais que damos, na escalada em defesa da livre manifestação do pensamento, sempre ameaçada, tantas vezes amordaçada, mas também tantas vezes vitoriosa na luta pela democracia, pela legalidade e pela liberdade.

Na esteira dessa longa e brilhante trajetória, num mar cheio de escolhos, sobreviver oitenta anos, mais que uma façanha, é o coroamento de uma epopéia. O Ceará, que tantas e tão relevantes contribuições deu e dá ao Brasil, não só no campo material, com sua potencialidade e suas riquezas, mas também e sobretudo na vida intelectual do País, merece os jornais que tem. E, com muito mais razão, merece a existência tão longa e tão rica de seu mais importante órgão de imprensa.

Para mim, mais que um tributo, foi uma oportunidade ímpar e resultado de um impulso pessoal comovente subscrever o requerimento de nossa Colega Patrícia Saboya e seus demais Colegas de Bancada, os Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda. Declino aqui, senhoras e senhores, a razão desse meu gesto de reconhecimento e carinho, pois uma parte importante da história de **O Povo**, contou com a participação como colaboradora e como **ombudsman** emérita, de uma personalidade da vida cearense que é muito cara à infinidade de amigos e alunos que granjeou como professora da Universidade Federal do Ceará, filósofa, escritora, jornalista, polígrafa e personalidade dotada de invejável cultura e de uma erudição que a

todos encanta e já tão rara nos dias de hoje. Refiro-me à professora e jornalista Adísia Sá, cujos laços de parentesco são orgulho meu e de minha família.

Com essa observação de caráter pessoal e afetivo, volto à rota de meu pronunciamento para dizer que um povo ilustrado necessita de livros, jornais e revistas, e também dos mais modernos recursos da mídia eletrônica. Uma democracia deles necessita com muito mais razão. O advento dos novos meios de comunicação, contudo, não podem dispensar, como jamais dispensarão, os jornais que fazem a crônica e a história de um povo e da nação a que pertencem e em razão da qual existem. Alguns jornais brasileiros, como de resto nos países de mais longa história e existência livre, mais que meios de informação, são verdadeiras instituições que desafiam o tempo, superam os obstáculos que periodicamente têm que enfrentar e se transformam em arautos do interesse nacional, em consciência coletiva de nosso **Povo** e em sentinelas de nossas franquias e liberdades de cuja supressão são sempre as primeiras vítimas.

Temos que entoar loas a órgãos de imprensa como **O Povo**, sim, hoje octogenário, à **Folha de S. Paulo**, em seus 88 anos de existência; a **O Globo**, nos seus 83 anos, e a **O Estado de S. Paulo**, atualmente decano da imprensa.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite aparteá-lo?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Vou aproveitar a boa transgressão do Senador Heráclito Fortes, com o consentimento de V. Ex^a e da Presidente, para também associar-me às celebrações que são feitas no Ceará e em todo o nosso País pelos 80 anos do jornal **O Povo**, que sempre foi uma referência do bom jornalismo no Brasil e marcante, sobretudo no Nordeste, na defesa das grandes causas da região. Quero recordar também, neste instante, não só a pessoa do seu fundador como também a continuidade que foi dada por intermédio dos seus descendentes. Quero louvar Paulo Sarasate, que tanto se dedicava àquele jornal e esteve presente em suas folhas permanentemente; Albaniza Sarasate e, agora, pelo seu neto, Demócrito Rocha, que continua essa obra tão valiosa para o Ceará, como é o jornal **O Povo**. Portanto, eu queria só associar-me a essas alegrias e a essas celebrações.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O prazer é de todos nós, Senador José Sarney.

Eu vinha exaltando aqui os jornais que ultrapassaram a barreira dos 80 anos e falava, por último, do nosso decano da imprensa, com seus 129 anos,

sobrevivente de todos os atentados e de todas as ditaduras sob as quais viveu o Brasil, que é o jornal **O Estado de S. Paulo**.

Não quero pecar por omissão e, por isso, deixo de aludir aos demais órgãos que são orgulho da imprensa regional, como é o caso de **O Povo**. Mas não podemos deixar de rememorar os que nessa luta caíram vítimas das ditaduras, do cerco econômico e da concorrência desleal, como foram o bravo e inesquecível **Correio da Manhã**, o **Diário de Notícias**, o **Diário Carioca** e os inúmeros jornais da antiga cadeia dos **Diários Associados**, de que o **Correio Braziliense** é um dos sobreviventes.

O extraordinário repositório documental, que é a publicação comemorativa dos 80 anos de **O Povo** – trago um exemplar aqui comigo porque, em seguida, quero pedir ao Demócrito Dummar que o autografe para a biblioteca que temos lá no nosso Estado –, é bem o retrato, não de uma história, mas de uma epopéia de lutas, desafios e vitórias que contam a saga, a têmpera e as adversidades que fizeram do sonho de seu fundador, Demócrito Rocha, uma realidade sem cuja colaboração a história do Ceará seria mais pobre, embora não menos brilhante. Saúdo aquele pioneiro na pessoa do Dr. Demócrito Dummar, seu neto, presente nesta cerimônia, e que hoje preside o complexo **O Povo**. Ao reverenciar os que o fundaram, os que o sustentaram e os que alimentam esse sonho, faço votos de que continuem a engrandecer, como até agora, a imprensa do nosso País.

Muito obrigado e meus parabéns sinceros ao jornal **O Povo**. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Temos aqui um pequeno problema porque, na verdade, todos os Estados têm três Senadores, e o Ceará tem cinco: Senador José Nery, Senador Geraldo Mesquita, Senador Tasso Jereissati, Senador Inácio Arruda e eu, Senadora Patrícia. Portanto, há certa confusão, e estamos nos organizando. Agora, com a palavra, o Senador José Nery e, logo em seguida, o Senador Tasso Jereissati, para que os outros inscritos possam também se pronunciar.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya, autora do requerimento de homenagem aos 80 anos do Jornal **O Povo**; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero cumprimentar em especial toda a representação do Estado do Ceará no Senado – Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda e Senador Geraldo Mesquita, que é cearense de origem e acaba de fazer um belo pronunciamento.

Quero cumprimentar o Sr. Demócrito Rocha Dumar, Presidente do Jornal **O Povo**, mesmo na ausência; lembrar aqui a presença, há pouco, do Ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, Ministro César Asfor Rocha, do Conselho Nacional de Justiça; os Srs. Deputados do Estado do Ceará aqui presentes e, especialmente, toda a equipe de jornalistas, editores, colaboradores do jornal **O Povo**.

Quero fazer um registro que julgo da maior importância, que é a passagem dos 80 anos do jornal **O Povo**, do Estado do Ceará.

Esse jornal constitui um marco na imprensa do Estado do Ceará, meu Estado de origem. Hoje, sou morador e representante do Estado do Pará, um dos mais importantes Estados da Amazônia, mas mantenho coerência com os vínculos de nossa origem. O Estado do Ceará é onde nasci e onde iniciei minha militância política e social nos movimentos que se organizavam na década de 70, em rebeldia contra as atrocidades da ditadura militar, pelo respeito aos direitos humanos, pela liberdade de imprensa. Era um tempo em que contestar os ditadores de plantão e todos os seus mecanismos de coerção, de força e de violência institucionalizada poderia custar a própria vida. Então, quero registrar e homenagear o jornal **O Povo**, que deu uma enorme contribuição nessa luta pela liberdade de imprensa, contra a censura, em um dos períodos mais difíceis de nossa história recente.

Quando Demócrito Rocha, seu fundador, lançou o primeiro número de **O Povo**, em 7 de janeiro de 1928, em Fortaleza, ele declarava, em editorial, que

É no jornal que **O Povo** encontra o seu pão espiritual de cada dia. O jornal descortina-lhe o mundo, vencendo distâncias. É a força propulsora e condutora das massas insatisfeitas para as grandes reivindicações de seus direitos postergados pela cáfila absorvente dos magnatas de todos os tempos ...

Mais adiante, no mesmo editorial, o lúcido jornalista fundador, antevendo o futuro, afirmava de forma vigorosa que:

...quando **O Povo** geme escravo, entorpecido pelas algemas do cativo, indiferente e modorrento, resignado à violência paralisante do grilhão, o jornal é o sangue novo, forte e generoso a nutrir-lhe as células dormentes, a despertar-lhes os neurônios amortecidos, a ondear-lhe, nas veias, a torrente vigorosa e enérgica da revolta ... **O Povo** necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento. Ao desfraldar a nossa bandeira de combate pelos mais puros

ideais de justiça e liberdade, não nos entontece a glória de vencer, porque a alvorada redentora ainda está muito longe de raiar no oriente da Pátria.

Esperamos que esse importante jornal do Estado do Ceará continue como uma trincheira da verdade e da correta informação a **O Povo** cearense e brasileiro. A liberdade de imprensa foi uma conquista da cidadania brasileira e precisa ser aperfeiçoada a cada instante.

As páginas dos jornais devem estar abertas às manifestações e reivindicações de todos os segmentos populares. Assim os fundadores de **O Povo** se posicionavam há oitenta anos. Gostaria imensamente de que este importante jornal cearense permanecesse fiel às suas origens, pois isso fortalece a democracia e cria os espaços necessários ao aperfeiçoamento da liberdade de imprensa em nosso País.

Queria agradecer a edição especial comemorativa dos 80 anos do jornal **O Povo** que recebi há pouco do Diretor-Presidente, jornalista Demócrito Rocha Dumar. É um registro importante da história da trajetória de um jornal que combateu, e combate, pelos mais importantes valores da democracia, da liberdade e do respeito aos direitos do nosso **O Povo**, registrado nessa belíssima edição.

Peço licença à nossa Presidente e a todos os homenageados para fazer um convite, o que pode parecer algo distante do que estamos tratando nesta tarde, nesta sessão especial dedicada a homenagear os 80 anos do jornal **O Povo**, Deputado Chico, do PCdoB do Ceará, e nosso amigo.

Amanhã, Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos, que V. Ex^a integra, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, criada recentemente na Câmara dos Deputados, e um conjunto de entidades da sociedade brasileira, promovem, às 10 horas, no Plenário Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, um ato em defesa da aprovação da PEC nº 438, de 2001, já aprovada no Senado, precisando ser votada, em segundo turno, na Câmara dos Deputados. É chamada de PEC do Trabalho Escravo porque define que as propriedades onde sejam constatadas práticas hediondas do trabalho escravo sejam confiscadas e colocadas a serviço da reforma agrária.

Trata-se da luta pela liberdade e por Justiça, especialmente em favor daqueles submetidos a condições análogas à de escravo, 120 anos depois de proclamada oficialmente o fim da escravidão. Então, amanhã teremos esse importante ato, com a presença de delegações de vários Estados e de um conjunto de

entidades da sociedade brasileira que estão na defesa e na luta pelos direitos humanos.

Tenho certeza de que esse convite que fiz, mesmo que possa parecer extemporâneo, tem a ver com a luta por justiça, por igualdade e por liberdade, causa a que o jornal **O Povo** tem dedicado o seu trabalho, o seu compromisso a sua trajetória.

Parabéns ao jornal **O Povo** e a todo **O Povo** do Ceará, que pode ter acesso à informação prestada cotidianamente por esse órgão da imprensa brasileira, esse cearense!

Parabéns aos editores, aos jornalistas e a todos que contribuem para que esse órgão de imprensa continue a realizar a sua missão, o seu trabalho em defesa das melhores causas do Brasil, em especial do **O Povo** do Ceará!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Com a palavra, agora, o Senador Tasso Jereissati, que abriu mão do seu discurso improvisado para falar com o coração.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Minha Presidente, Senadora Patrícia, o “improviso” ficou ali com o Tales, porque, na verdade, depois de todos os discursos aqui ouvidos não havia muito o que dizer em relação à história, à tradição, à força, à instituição e ao que representa o jornal **O Povo** no Estado do Ceará. É sempre difícil para os que ficam para falar por último ter alguma coisa de diferente a dizer.

Sabemos que é muito aborrecido ser repetitivo e ficar dizendo as mesmas coisas, por mais verdadeiras e importantes que sejam, embora algumas verdades devam ser repetidas, dada a significação dessas verdades na nossa cultura e na história do nosso Estado.

Por isso, deixei ali com o Tales o meu “improviso”, ele o lerá durante o fim de semana, com cuidado. Resolvi apenas falar aquilo que sinto em relação a essa importantíssima instituição que é o jornal **O Povo**. E já que falou-se aqui tanto do passado, da história, das suas raízes, das suas lutas e da sua fundação, eu resolvi falar um pouco do presente do jornal **O Povo**. Fui, como quase todos aqui sabem, Governador do Estado por três vezes, e hoje posso dizer que tenho uma relação profunda com o jornal **O Povo** – não confundir “relação profunda” com o jornal **O Povo** com relação de cumplicidade, de apoio recíproco, incondicional e imediato. É, isto sim, uma relação profunda de entendimento do que é o Estado do Ceará, do que representa a imprensa no Estado do Ceará, do que representa o jornal **O Povo**, a sua independência, do que represen-

ta principalmente a diversidade de opiniões dentro de uma convivência realmente democrática.

Tivemos realmente muitos e muitos embates, principalmente quando estava à frente do jornal **O Povo** o Demócrito Dummar, sobrinho-neto do Demócrito Rocha. Muitos embates. Alguns muito duros até. Mas o importante, até pelo que se vê no dia de hoje, é que nós nunca perdemos o respeito e a admiração, acredito que recíproca, tendo uma convivência, eu diria até, dentro dessas diferenças e desses embates, cada vez mais construtiva. Por incrível que pareça, dentro desses embates acredito que cada vez mais fomos afetuosos.

Como ele foi ficando mais velho e seus bigodes foram ficando grisalhos, ele hoje já não é quem manda de verdade no jornal **O Povo**. Quem manda é sua filha Luciana, que já assumiu. É muito mais bonita e charmosa do que ele e deu, realmente, outro charme à direção de **O Povo**. Se eu fosse Governador naquela época, talvez não tivesse coragem de manter aqueles embates que tive com você se fosse a Luciana que estivesse à frente.

Mas, não querendo perder o fio da meada, digo que esses embates, essas discordâncias ocorreram dentro de uma grande concordância, que era e sempre foi o Estado do Ceará. Ou melhor, a construção, o futuro de um Estado do Ceará mais justo; com mais oportunidades; com serviços públicos e políticas públicas de alta qualidade.

Dentro dessa grande concordância, esses embates tornaram a relação mais profunda – e também, talvez até pela idade – e mais afetuosa. Nessa situação, eu me considero suspeito de falar sobre o Demócrito porque a nossa relação tornou-se afetuosa. O mesmo afeto eu tenho pelo próprio jornal, pelo jornal **O Povo**, que representa, sem dúvida nenhuma, uma marca na história do Ceará.

Deus sabe como é difícil fazer alguma coisa no Ceará. Deus sabe, Governador Jarbas, como é difícil fazer alguma coisa no Nordeste. É difícil governar, os recursos são pequenos, as necessidades gigantescas, a diversidade de problemas é enorme. É difícil fazer imprensa, é difícil fazer empresa, é difícil fazer comércio, tudo é mais difícil num Estado como o nosso, numa Região como a nossa. Mas particularmente fazer jornal – e eu falo aí não “fazer imprensa” – no Estado do Ceará é muito difícil. É difícil porque não é fácil juntar equilíbrio financeiro ao equilíbrio editorial. E é difícil, nessa linha muito tênue entre o equilíbrio financeiro e o equilíbrio editorial, manter sua independência, manter seus princípios básicos intactos, sobrevivendo durante 80 anos diante de tantas intempéries que aparecem no meio de uma vida de um jornal, e, mais ainda, no meio

de uma vida de um jornal num Estado pobre como o Estado do Ceará.

É por isso que eu vejo sempre com muito carinho a trajetória desse jornal, a trajetória dessa família. Aliás, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, digo que o jornal **O Povo** teve na mulher uma participação sempre muito relevante, desde a D. Creusa, a nossa D. Albanisa e a D. Lúcia, mãe do Demócrito, que tem um papel relevantíssimo, tem uma sabedoria muito especial. Tem também a Vânia, que deu ao Demócrito em determinados momentos um equilíbrio importante e uma autoconfiança importante. Dizem que, atrás de todo grande homem, há sempre uma grande mulher – eu não sei se ela está do lado ou na frente do Demócrito. A agora tem à frente do jornal a Luciana, preservando essa tradição importantíssima da mulher na imprensa e a mulher no jornal **O Povo**.

Por isso a importância desse jornal, que é um jornal regional tradicional e respeitado, mas que talvez, considerando as suas características, a sua história, as suas dificuldades e as suas circunstâncias, tenha uma importância toda especial como jornal brasileiro, um jornal realmente brasileiro, um jornal do Brasil mais pobre, do Brasil das dificuldades, do Brasil das vicissitudes.

Quero dar os meus parabéns pelos seus 80 anos à toda a família que faz o jornal **O Povo** e desejar que realmente seja o início de uma vida longa, que apenas está começando.

Parabéns a todos e muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidenta. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Com a palavra, agora, o Senador Mão Santa. Em seguida, falará o Senador Papaléo Paes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a poderia ditar a lista dos inscritos, Senadora Patrícia?

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Senadores Mão Santa, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Kátia Abreu, Cícero Lucena e José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Patrícia, Srs. Parlamentares, convidados ilustres, a grandeza do Ceará foi traduzida aqui pela Senadora Patrícia. Aqui, temos cinco filhos cearenses que são

Senadores. Eu não sou filho do Ceará, Patrícia, mas quero dizer como conheci o Ceará.

A minha mãe é Terceira Franciscana. Eu recordava ali com o Mauro Benevides. Quando Nossa Senhora de Fátima chegou àquele bairro de Fátima, em 1954 para 1955, minha mãe fez meu pai pegar um jipe Land Rover e sair de Parnaíba em tudo quanto é igreja que tinha: Buriti, Piripiri, Sobral, Itapajé. Fomos rezando, e chegamos àquele bairro descampado que era o bairro de Fátima. Então, eu cheguei ao Ceará guiado por Nossa Senhora de Fátima. Eu vi aquilo. A Patrícia não tinha nascido ainda.

Depois, Deus me permitiu estudar como interno no Colégio Marista, São João, fiz CPOR no Ceará e me formei em Medicina. Isso, obediente e uma destinação muito importante entre Piauí e Ceará.

O Tasso disse que hoje era o Dia da Mulher. Não, Tasso, foi no dia 8; hoje o Senado comemorou a data. Mas, nós, parnaibanos...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Todo dia é dia da mulher.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Muito bom! Está certo! Com isso, nós, mais uma vez, estamos de acordo.

Então, essa batalha, Tasso, que vai ser no dia 13 de março, que o Presidente brasileiro cearense tornou uma batalha nacional, a do Jenipapo, em que nós expulsamos os portugueses numa batalha sangrenta, fomos buscar irmãos cearenses ali em Viçosa e Granja. O Maranhão era aliado de Portugal. Este Brasil seria dividido: o sul, brasileiro e o norte, país do Maranhão, ligado a Portugal. Então, fomos juntos.

Então, estudei em Fortaleza, formei-me médico em Fortaleza... Quer dizer, sou filho cultural do Ceará. Eu queria dizer que tudo nasceu aqui, com esse jornal. Antes de nós, ele viu nascer a universidade em que nos formamos, a Universidade Federal do Ceará.

Feliz idéia a da comemoração desses 80 anos. Isso vai mexer e vamos todos reviver a vida que vivemos.

Patrícia, esse Ceará tem mulheres belas há muito tempo! Aqui tem a Emília Corrêa Lima, em 1955, Miss Brasil.

O Tasso Jereissati falou do Dia da Mulher e eu pude recordar minha mãe, que acompanhou Nossa Senhora de Fátima.

Na minha cidade, havia uma Santa Casa de Misericórdia, onde eu exerci a minha profissão. Era uma Santa Casa, como há em Sobral, como há em Fortaleza e como há no Brasil. Meu pai era tesoureiro daquela Santa Casa. Minha mãe, escritora, escreveu uma carta para essa Emília Corrêa Lima, recém-eleita Miss Brasil, ir a festa de caridade. E ela foi. Eu era menino quando

a vi bailar com o Major Wilson Santa Cruz. Arrumou um noivo, casou e viveu na minha cidade. Quer dizer, ela foi fazer um ato de caridade e encontrou o amor e a felicidade, traduzindo a mulher.

Eu pude reviver aqui. E reviver aqui os momentos felizes de Paulo Sarasate, em quem eu votei para Deputado Federal. Ele era amigo do meu pai e foi inspetor do ensino federal. Meu pai pedira e eu votei. Mas quis o destino – e aqui rememoro – que, em 1968, eu fosse médico residente no Hospital dos Servidores do Estado, onde ele veio a falecer. Ele foi operado, mas teve uma complicação cirúrgica: uma embolia pulmonar após uma cirurgia de próstata.

Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a traduziu muito bem como é difícil ter um jornal. Eu tive um jornal e cheguei à conclusão de que isso não era meio de vida, mas meio de morte. É difícil! Eu tive um jornal na intenção de ajudar o Monsenhor Roberto Lopes, de Parnaíba. Ele estava no fim da vida e tinha um jornal que adquiri para proporcionar-lhe um fim de vida mais tranquilo. Dava dois salários mínimos. Fui, depois, eleito para a Prefeitura, não quis devolver o jornal e o dei para os funcionários. Mas é difícil manter um jornal.

Um jornal comemora 80 anos porque cultiva o que de mais importante faz um órgão de comunicação: ele busca a verdade, ele diz a verdade. Como o próprio Cristo diz: “Em verdade, em verdade, eu vos digo”. Esses 80 anos representam a verdade, essa semente que Demócrito Rocha cultivou, guardada por Paulo Sarasate e, hoje, por seus familiares. Agora, nós estamos aqui para falar da grandeza dele. Esse jornal não é apenas do grande Ceará ou do Piauí, mas um jornal do Brasil. E aqui nós trazemos e eu trago, em nome do Piauí, apreço e gratidão, porque esse jornal também orientou todos nós, piauienses, a fazermos uma sociedade como Demócrito sonhava: mais justa, igualitária e fraterna.

Ao jornal **O Povo** a admiração do **O Povo** do Piauí nesta data. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Obrigada, Senador Mão Santa, representante do Piauí. Agradecemos pelas palavras em nome do Ceará.

Queremos passar agora a palavra ao Senador Papaléo Paes para que profira o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É com muita honra para todos nós que está presidindo esta sessão a Senadora Patrícia Saboya e que estão compondo a mesa o Senador Tasso Jereissati e o ilustre Sr. Demócrito Dummar, em nome de quem cumprimento todos os servidores, colaboradores e membros do jornal **O Povo**.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu peço licença, neste momento, para citar um trecho do nobre jornalista Antonio Paiva Rodrigues, membro da Associação Cearense de Imprensa e da Academia de Letras dos Oficiais da Reserva do Ceará.

Eu peço, mais uma vez, permissão para dispensar os dois primeiros parágrafos do seu artigo e iniciar a minha leitura a partir do terceiro parágrafo:

“A qualidade da informação, o **layout** devem ser as molas propulsoras para uma grande mídia impressa. No Ceará, ocorreu um fato deveras inusitado como se fossem ficções. João Demócrito Dummar, o cearense que nasceu na Síria...”

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Pronuncia-se Dummar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Desculpe-me: Dummar. Em toda a referência que recebi aqui, está o “r” no final, e eu quis pronunciar como poderíamos ler. Então, corrija: “Dummar”.

O cearense que nasceu na Síria, no início do século passado, migrou com a família para o Brasil; passou por Belém e chegou ao Ceará aos sete anos; viveu parte de sua juventude no Crato, honrando a tradição do homem de negócios e se tornou, ainda na década de 30, um empresário de comunicação. Isso quando sírios e libaneses ainda nem sonhavam em se tornar personagens simpáticos e bonachões nos romances de Jorge Amado.

João Dummar era simpático, registro feito por familiares, companheiros de trabalho e amigos. Tinha o que hoje chamaríamos de determinação de empreendedor. Um pioneiro que conseguiu ver uma fresta no futuro do Ceará nos anos 20; um negociante, dono de seu próprio negócio ou firma, como se costumava dizer, que percebeu o potencial do advento da radiodifusão e só se deu por satisfeito quando fundou a Ceará Rádio Clube, em 1934.

O fato marcante foi seu encontro com Demócrito Rocha, outro homem de mídia jornalística de sua época. Há coincidências na trajetória de ambos. No mesmo ano em que a sociedade Dummar & Cia nascia, por exemplo, Demócrito Rocha fundava o jornal **O Povo**, em Fortaleza. Os laços se estreitaram quando João Dummar conheceu Dona Maria Lúcia, filha de Demócrito, que viria a ser sua esposa e mãe de seus seis filhos.

Um deles, João Dummar Filho, aproveitou o centenário de nascimento do pai para contar

sua trajetória em livro. Foi o que se poderia chamar de um desafio de mãe para filho. Um convite de Dona Lúcia a que ele, que era ainda um menino quando o pai morreu precocemente, em 1954, não pôde resistir. Esse livro narra a trajetória de um pioneiro que, como um personagem de ficção, também viveu momentos difíceis e de adversidades. Feitos, determinações, pressões, problemas de saúde, há na vida de João Dummar elementos suficientes para deixar o leitor estimulado. Eis, portanto, a história da vida de João Dummar, um verdadeiro cearense das arábias.

Para relatar os 80 anos do jornal **O Povo**, seria necessário se produzir uma enciclopédia com largo conteúdo e bem definido. Fundado em 7 de janeiro de 1928, teve como presidentes grandes personagens: Demócrito Rocha, de 1928 a 1943; Paulo Sarasate, de 1943 a 1968; Greuza Rocha, de 1968 a 1974; e Albaniza Sarasate, de 1974 a 1985.

A primeira edição do jornal **O Povo** circulou no dia 7 de janeiro de 1928. Havia uma época em que o jornal não circulava aos domingos.

O primeiro jornal no Estado a implantar o **Ombudsman**, um serviço de grande importância para o jornal, em especial para o eleitor. O jornal tem o aspecto noticioso voltado para a ética e informações confiáveis, pois as fontes são fidedignas. A produção sempre primou pela responsabilidade, pela verdade, para, como ponto alto, deixar o leitor bem informado. Possui o que há de melhor em tecnologia e profissionais voltados para a introspecção geradora de excelentes notícias e núcleos de qualidade.

Atualmente possui as seguintes editorias: Brasil, Buchicho, Ceará, Colunas, Economia, Fortaleza, Gol, Há 75 Anos, Mundo, Ombudsman, Opinião, Política e Vida&Arte. Semanais, o jornal tem: Buchicho + Guia, Ciência e Saúde, Clubinho, Empregos, Espiritualidade, Jornal do Leitor, Link, People, Páginas Azuis, Veículos, Viagens&Lazer. Como se denota, uma estrutura de peso com profissionais gabaritados para o mister, que é o sucesso e a maior circulação no Estado.

Na época, outros jornais faziam concorrência, mas a capacidade de cada profissional fez esse gigante crescer mais ainda, visto que, com o passar do tempo, os concorrentes não resistiram aos percalços e faliram.

Nosso tributo a esse grande jornal, onde iniciamos a arte de escrever, estimulado por uma figura genial, carismática, justa, que, apesar de uma fisionomia dura, era uma doçura de pessoa. Referimo-nos à figura de José Raymundo Costa ou seu Costa, como era carinhosamente chamado, vice-presidente que fez tudo para o engrandecimento de **O Povo**, até que um dia foi morar no mundo dos justos.

Resta-nos levar nosso voto de gratidão, de entusiasmo a todos que fazem esse grande matutino, desde o menos ao mais graduado funcionário, visto que todos trabalham em equipe, tendo como missão primordial informar bem. Deixamos, conseqüentemente, o público leitor mais consciente dos acontecimentos no Ceará, no Brasil e no mundo.

Queremos parabenizar os profissionais que fazem os cadernos Espiritualidade e Jornal do Leitor. Se o leitor gosta de emitir opiniões, tem a seu dispor um caderno aos sábados, e, para quem curte a sabedoria dos profetas, o Caderno Espiritualidade aos domingos. Levamos também nossos parabéns aos responsáveis pelos Anúncios Populares, o mais completo do Estado do Ceará.

Enfim, nossos elogios a todos que fazem **O Povo** e que seus 80 anos sejam bem comemorados com alegria, entusiasmo e galhardia. Nestes 80 anos, muita coisa passou para a história, e essa história foi contada nos mínimos detalhes pelo jornal de todos os cearenses, **O Povo**. Nossos parabéns ao octogenário, que continua novinho em folha e que muita disposição tem para engrandecer e se aliar de vez a todo o público leitor do Ceará.

Então, quero dizer ao Diretor-Presidente, Superintendente do jornal **O Povo** que acabei de ler um texto do jornalista Antonio Paiva Rodrigues com o qual quero prestar a homenagem desta Casa, em meu nome, ao jornal **O Povo**, que aqui tem também aliados como o Senador Inácio Arruda, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador Tasso Jereissati, principalmente estes dois Senadores muito queridos por nós. Honra-nos vir a esta tribuna falar sobre o jornal **O Povo**, porque sabemos que estamos falando do Ceará, e falando do Ceará estamos falando de Tasso Jereissati e de Patrícia Saboya.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Obrigada também pelas palavras, Senador Papaléo Paes.

E agora, com prazer, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que possa pronunciar o seu discurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senadora Patrícia Saboya, que preside esta sessão em homenagem aos 80 anos do jornal **O Povo**; Sr. Demócrito Rocha Dummar; Senador Papaléo Paes... Quero, também, Senadora Patrícia, saudar aqui os nobres Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda, do querido Estado do Ceará, assim como a Bancada de Deputados Federais, Deputados Estaduais e todos os cearenses que aqui participam desta sessão em homenagem aos 80 anos do jornal **O Povo**.

Não poderia deixar de estar aqui, Senadora Patrícia, porque o Ceará e o Pará são ligados, eu diria, umbilicalmente. Eu costumo brincar com o Senador Tasso Jereissati – e é uma brincadeira verdadeira – que, nas eleições do Pará, a presença dele é muito importante, porque o número de eleitores cearenses no Pará é grande, e ele sempre nos dá esse apoio. E agora, com o apoio da Senadora Patrícia Saboya e do Senador Inácio Arruda, nós vamos juntar todas as alas do Ceará para trabalhar, em conjunto, pelo Pará.

Faço questão de juntar-me aos que hoje homenageiam os 80 anos do jornal **O Povo**, diário cearense cuja importância, não só para o Ceará, mas para todo o Nordeste brasileiro, sem dúvida nenhuma, o coloca entre os principais jornais brasileiros.

Completar 80 anos de história ininterrupta, Sr^a Presidente, não é pouca coisa para um jornal que nasceu e cresceu longe das capitais do sul do País, longe dos maiores centros econômicos, longe dos pólos culturais mais ativos e ruidosos.

Lançado no final dos efervescentes anos 20, **O Povo** reuniu, em torno do fundador Demócrito Rocha, uma série de intelectuais que, na época, representavam a vanguarda e a mudança em Fortaleza: Rachel de Queiroz, Filgueiras Lima, Paulo Sarasate, Jader de Carvalho, que já colaboravam com as revistas **Mara-cajá**, **Cipó de Fogo** e **Ceará Ilustrado**, fundada pelo próprio Demócrito Rocha em 1924 e incorporado ao jornal em 1929.

Avançado culturalmente, também estava na vanguarda política da época. Forte opositor dos desmandos do então Presidente do Estado do Ceará, Moreira da Rocha, Demócrito Rocha chegou a ser agredido fisicamente por conta dos artigos publicados em sua revista e no jornal **O Ceará**. A fundação de **O Povo** foi sua resposta à agressão.

Desde o início voltado para a defesa do novo na política, o diário apoiou a Revolução de 30, o Governo Provisório de Vargas e a criação da Aliança Nacional

Libertadora. Luiz Carlos Prestes, aliás, era personagem freqüente do jornal, fundado pouco menos de um ano depois da dissolução da Coluna Prestes.

Aberto para o País e para o mundo, **O Povo** não esquece, também, sua circunstância imediata – o Ceará e o Nordeste, com sua cultura, sua tradição e também seus problemas peculiares. Estão lá, em cada uma de suas páginas, seja na forma de notícias, seja transparecendo na voz e na visão dos jornalistas e colunistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, um jornal com a tradição e a história de **O Povo** é mais do que um veículo de informação: é um elemento fundamental na construção da identidade de toda a comunidade em que se insere e que reflete, é um meio pelo qual essa comunidade se articula, se conhece e se dá a conhecer. Com suas oito décadas de existência, **O Povo** já se incorporou à consciência cearense, tornando-se parte indissociável de sua história. O fato de ter chegado agora aos 80 anos só vem comprovar que se tornou parte integrante da cultura cearense, enraizado que está em seu seio.

Para encerrar, Sr^a Presidente, futura Prefeita de Fortaleza, quero aqui citar um trecho do editorial que ocupou a primeira página da edição inaugural de **O Povo**, que circulou no dia 7 de janeiro de 1928. Dizia o texto que anunciava o nascimento do diário e resumia suas aspirações e princípios:

Quando **O Povo** geme escravo, entorpecido pelas algemas do cativo, indiferente e modorrento, resignado à violência paralisante do grilhão, o jornal é o sangue novo, forte e generoso a nutrir-lhe as células dormentes, a despertar-lhe os neurônios adormecidos, a ondear-lhe, nas veias, a torrente vigorosa e enérgica da revolta.

O Povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento.

Eis por que surgimos.

Foi com essa profissão de fé, Sr^a Senadora, futura Prefeita de Fortaleza, Srs. Senadores, que **O Povo** anunciou seu nascimento. Assim deve ser a grande imprensa: a voz que informa e desperta as consciências, que dá forma às opiniões que fazem avançar as mudanças quando elas são necessárias, a corrente que atravessa todo o corpo social e ajuda a lhe dar coesão e unidade de ação.

O Povo, para a felicidade dos cearenses, soube honrar com coerência e competência aquela profissão de fé que ostentou em sua primeira página, no dia 7 de janeiro de 1928. Hoje, com um jornalismo moderno

e tecnicamente apurado – não é por acaso que vem colecionando prêmios ao longo do tempo, sendo, juntamente com o **Jornal do Commercio**, de Pernambuco, o diário com o maior número de Prêmios Esso da região Norte/Nordeste, e eu incluiria aqui, com a generosidade da Presidente, o jornal **O Liberal** do meu Estado do Pará, também com vários prêmios Esso conquistados –, **O Povo** continua fiel à sua tradição, ao mesmo tempo em que se abre para a modernidade e ocupa novos espaços, como a Internet.

Deixo aqui, por fim, ao jornal **O Povo** e a todos os que o tornam possível minhas sinceras congratulações pela passagem do seu octogésimo aniversário, congratulações que estendo também a todo **O Povo** cearense, principal força por trás do empreendimento bem-sucedido de Demócrito Rocha.

Parabéns a todos e muito obrigado pelo excelente trabalho que realizam.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me permite uma pequena interrupção?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para mim é uma honra, Senador Marco Maciel, ser não interrompido, mas enriquecido por V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Obrigado a V. Ex^a. Gostaria, no momento em que V. Ex^a parece encerrar sua bela oração, de trazer a minha palavra para homenagear o octogésimo aniversário de **O Povo**. O filósofo espanhol Ortega y Gasset disse que “o jornal é uma praça intelectual”. Penso que, quando Gasset assim definiu o jornal, queria chamar a atenção para a sua importância enquanto instrumento de difusão cultural capaz de forjar, pelo debate das idéias, o aperfeiçoamento institucional. A afirmação de Gasset é válida quando olhamos que, no curso de nossa formação histórica, nos pródomos do século XIX, a imprensa cumpriu um papel muito importante não somente para suscitar o debate sobre a nossa independência, mas, ao mesmo tempo, para despertar o País para a necessidade de construir sólidas instituições. Não podemos desconhecer a participação de José Bonifácio, Patriarca da Independência, mais clara agora quando discutimos a proximidade do Bicentenário da Independência do Brasil, em função dos duzentos anos da vinda de Dom João VI para o Brasil. Devemos pensar o País com seus jornais, uma imprensa livre, democrática, aberta, para que, por meio do debate, possamos estabelecer estratégias necessárias ao nosso desenvolvimento, fixar políticas a garantir a solidez das nossas instituições e criar condições para nos firmarmos no cenário internacional, sobretudo nos tempos de aceleração histórica em que vive o mundo. Aproveito a ocasião em que aparteio V.

Ex^a para solicitar que transmita nossos cumprimentos aos atuais dirigentes de **O Povo**, especialmente a Demócrito Dummar Filho, e a todos que fazem o jornal **O Povo**. O Senador Tasso Jereissati mencionou – e, como nordestino, posso reiterar o que disse S. Ex^a – que empreender, no Nordeste, é mais difícil do que em outras regiões, até pelas nossas limitações econômico-financeiras. Fazer um jornal é um grande desafio. Exige não somente capacidade intelectual e de trabalho, mas também perseverar no meio de muitas vicissitudes. Considero importante que estejamos reunidos, pensando os 80 anos de **O Povo** e o papel da imprensa, de modo particular em seu campo cultural. A imprensa ajuda a enriquecer culturalmente o País na medida em que promove o debate dos nossos problemas, apontando rumos para fazer com que o Brasil seja a Nação com a qual sonhamos, atenta ao que o homem precisa: pão, espírito, justiça e liberdade. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, nobre Senador Marco Maciel. V. Ex^a, como sempre, enriquece qualquer pronunciamento feito desta tribuna, com os seus apartes. Ele será incorporado e, com certeza absoluta, ficará para os Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr^a Senadora.

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE) – Agradeço, também, ao Senador Flexa Ribeiro por essas palavras tão bonitas e generosas em relação a **O Povo** do Ceará.

Registro a presença dos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Manoel Salviano, Arnon Bezerra, Paulo Henrique, Mauro Benevides – que já esteve conosco –, Chico Lopes e Eunício Oliveira. Muito obrigada pela presença de todos os Parlamentares.

Cumprimento Tarcísio Dias, Presidente do Sindicato dos Médicos, e agradeço pela sua presença.

Passo, agora, com prazer, a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a cada uma e a cada um de vocês.

Em primeiro lugar, quero falar da satisfação, meu caro Demócrito, de estar aqui, em uma sessão convocada pela Senadora Patrícia, minha companheira de partido, nossa candidata a Prefeita de Fortaleza. Em segundo, por ter sua presença, Demócrito.

Eu poderia falar aqui sobre três aspectos de minha relação com o jornal **O Povo**. O primeiro seria de gratidão. Cheguei de volta ao Brasil, depois de anos fora, e talvez o primeiro jornal, além do **Jornal de Brasília**, a receber meus artigos e publicar minhas propostas tenha sido o jornal **O Povo**.

Eu era professor da UnB, simples professor, e publicava meus artigos, levando aquelas minhas palavras a **O Povo** do Ceará e do Nordeste. Mas eu não vou fazer um discurso de gratidão; já manifestei essa gratidão.

O segundo aspecto seria de elogio, como leitor, como nordestino. Mas elogios muitos já fizeram. Não tenho muito a acrescentar sobre a história de um jornal que resiste por 80 anos – 80 anos! São poucos no Brasil. Embora no meu Estado e do Senador Marco Maciel tenhamos o **Diário de Pernambuco**, que tem quase duas vezes isso, ou mais até, mas 80 anos é muito tempo. Isso é algo que a gente precisa elogiar, mas elogiar o nome de **O Povo**. Em 1928, colocar **O Povo** como nome, no Nordeste, significava uma opção. Uma opção que a gente pode ver na primeira página do primeiro jornal naquele janeiro de 1928, em que o jornal se apresenta como um órgão para levar a palavra não apenas da elite, mas do **Povo**. E também, como a gente vê, pouco depois, pelo livro bonito que foi distribuído, uma manchete que me chama a atenção, em que diz: “Dois campos de concentração”. Os dois campos de concentração se referiam aos nossos irmãos nordestinos retirantes protegidos contra a fome, mas continuando na pobreza e na miséria. Isso em 1932, quando ainda não se falava em campo de concentração no mundo. Quando não se conheciam os campos de concentração nazistas, já o jornal não apenas usava a expressão, mas a usava no sentido social e não como depois aconteceu nos demais países.

Mas eu vou fazer um discurso que não é de elogio, mas de reconhecimento, porque eu acho que faltou o reconhecimento como brasileiro do que o jornal **O Povo** faz de diferente dos outros.

Aliás, no primeiro número, o jornal já tinha uma manchete dizendo mais ou menos isto: “Precisamos de ensino profissionalizante”. Isso em 1928!

E essa preocupação do jornal **O Povo** tem caracterizado, pelo menos nas décadas em que o conheço, o trabalho de vocês. Os outros jornais buscavam leitores. **O Povo** procura fazer leitores com os seus cursos a distância, com a sua insistência em usar a mídia não apenas como beneficiária do processo de educação, mas como instrumento do processo de educação. E isso vocês já vêm, há décadas, fazendo.

Hoje, começa-se a perceber que a educação não é uma questão só de escola. Sem o tripé escola, família e mídia, não haverá educação. A educação é mídia, família e escola.

Tenho orgulho de dizer, como nordestino, como colunista, que o jornal **O Povo** procura fazer isso, não apenas do ponto de vista de formação mais leve, mas também de formação superior, com seus cursos, não

apenas com matérias, mas com programas sistemáticos de formação.

Com isso, posso dizer que vocês têm sido pioneiros no Brasil. É uma pena que o resto da imprensa brasileira, salvo raras exceções, não tenha percebido a obrigação de um papel educacional e os benefícios que vêm desse papel educacional.

Falei na NJ, há alguns anos, que me incomodava ver jornais brigando para ver quem consegue mais leitores. Uns distribuem enciclopédias, outros distribuem CDs, cada um querendo ganhar um leitor, tomando-o do outro, mas, se se juntassem todos os jornais do Brasil em uma campanha pela erradicação do analfabetismo, pela garantia do ensino médio para todos, pela qualidade desse ensino médio, o número atual de leitores, eu calculo, Senadora Patrícia, poderia ser multiplicado por seis.

Essa é uma característica não só dos donos dos jornais, mas do Brasil inteiro. Cada um quer pegar o seu pedaço e ninguém percebe que, juntando-se, sobraria mais para todos. Ninguém percebe essa sinergia que a gente poderia ter.

A Senadora Patrícia, com a sua luta pelas crianças, não consegue passar sempre. Quando conseguiu fazer com que as mulheres tivessem seis meses de licença após o nascimento da criança, as pessoas tomaram isso como custo, sem perceber o imenso benefício que isso vai trazer com a redução de gastos, porque, com a mãe ficando mais tempo em casa, a criança vai precisar menos de médico, vai ter uma alimentação melhor, vai, depois, educar-se melhor na escola. Os efeitos do projeto da Senadora só serão vistos daqui a 10 ou 15 anos, em uma próxima geração. Não se percebe essa sinergia.

O Povo, não sei se pensando ou instintivamente, tem trabalhado no sentido de ser um veículo de formação e não apenas de informação, um veículo de formação de leitores e não apenas de recepção de leitores.

Então, quero que fique aqui, nesses 80 anos, mais do que a minha gratidão, mais do que o meu elogio. Eu quero que fique aqui o meu reconhecimento, como brasileiro, pelo trabalho que vocês vêm fazendo e, obviamente, como nordestino, fica um pouquinho mais ainda de satisfação por dizer que, no Ceará, existe um jornal que faz aquilo que todos os outros deveriam fazer e que, se o fizessem, o Brasil seria outro.

Muito obrigado a todos vocês que fazem o jornal **O Povo** e à Senadora Patrícia, por ter permitido, com a sua iniciativa, que tivéssemos essa tarde sendo levada para o Brasil inteiro, para que o Brasil inteiro saiba que, em Fortaleza, há um jornal que é feito como deveriam ser feitos todos os outros. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Patrícia Saboya. PDT – CE.) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, pelas suas palavras gentis e, também, pelo **O Povo** do Ceará e pelo jornal **O Povo**.

Muito obrigada, Senador Cristovam.

Passo, agora, a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

Antes, Senador Arthur Virgílio, eu gostaria apenas de registrar a presença, mais uma vez, de alguns convidados, como o jornalista Fábio Campos, o jornalista Plínio Bortolotti, o Professor Tales e a Jornalista Vânia Dummar.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Patrícia Saboya, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, jornalista Demócrito Dummar, eu gostaria de registrar que aqui estavam o Ministro Cesar Asfor, que é uma das figuras mais dignas da elevada Magistratura brasileira, e, no mesmo tom e na mesma dose de respeitabilidade, o Ministro do Tribunal de Contas da União, meu prezado amigo e ex-colega de Câmara, Ubiratan Aguiar, dois cearenses ilustres.

Senhoras e senhores, eu dizia, ainda há pouco, ao Senador Tasso Jereissati que para um representante do Amazonas falar do Ceará é algo de comoção e, ao mesmo tempo, fácil. Do ponto de vista prático é fácil, porque nós, até o advento da Zona Franca de Manaus, quando começou a haver uma miscigenação muito forte com o elemento do centro-sul, e, também, quando o sul do Amazonas passou a ser colonizado por muita gente vinda do Sul, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina – a região de Humaitá, do Rio Madeira, de Apuí, no Rio Madeira –, era muito difícil encontrarmos, Dr. Demócrito, alguém que, sendo amazonense, não tivesse – e vou demonstrar isso ao longo deste discurso – uma clara ascendência cearense.

Ou nós teríamos que esquecer a epopéia da conquista do Acre e a brilhante ação diplomática do Barão de Rio Branco, o Tratado de Petrópolis, de 1903, que garantiu a posse do Acre, com todas as suas riquezas e, hoje, com a generosidade do seu povo, para a bandeira brasileira. Foi basicamente o homem cearense a conseguir aquela conquista tão significativa.

Então, é muito difícil nós misturarmos as coisas. Temos, por exemplo, uma família chamada Holanda no Amazonas. É uma família tão grande que há Holanda que não conhece Holanda no Amazonas, mas os dois Holandas sabem que todos os Holandas são parentes dos Holandas do Ceará. Esse é um fato.

Então, é um dever como Líder do PSDB, mas é um dever como amazonense eu aqui vir render homenagens aos meus antepassados, no fundo.

Estou com um discurso que lerei, um discurso muito bem feito pela assessoria, mas é aquela coisa que, no fundo, é tipo padrão, enfim. A minha assessoria é muito competente e muito atenta, mas eu tenho o que dizer sobre o Ceará. Eu poderia falar do Ceará da literatura e da política; eu poderia falar do Ceará de Raquel de Queiroz; eu poderia falar do Ceará de José de Alencar. Em José de Alencar, Senador Flexa, eu misturo a política com a literatura. Ele, de baixa estatura. Enorme, tanto no seu peso político quanto na sua dimensão corporal, o seu adversário Conselheiro Saraiva. E é famosa a discussão entre os dois em que Saraiva, em um momento infeliz, faz menção à baixa estatura física de José de Alencar. Ele disse: “Mas isso é uma vantagem, Conselheiro. Sendo assim, eu não preciso vergar a coluna vertebral”.

Eu gostaria de fazer aqui, neste momento, uma revisão histórica.

Como estudante, eu enfrentei, eu fui às ruas para enfrentar o golpe militar. E o primeiro Presidente, no período do golpe militar, chamava-se Humberto de Alencar Castello Branco. Para o meu Estado, ele foi absolutamente um profeta. Foi ele quem viabilizou, junto com a lucidez do Ministro, Senador, Deputado e Embaixador Roberto Campos, a pujança do pólo industrial de Manaus hoje. E mais: na hora, eu tinha e fiz o cumprimento do dever de enfrentar Castello Branco. Mas olhando de longe, com aquela distância que a boa análise histórica nos impõe, Deputado Salviano, vejo que a História absolverá Castello Branco, sim. Primeiro, porque ele não pretendia um regime de força longo. Ele pretendia um pequeno período. Segundo, porque ele fez tudo para impedir aquela agressão à inteligência política que era a ascensão de Costa e Silva à Presidência da República. Terceiro, porque ele pôde lutar, teve meios para lutar pela prorrogação do seu próprio mandato. Ele tinha noção de que devia ter um mandato, então, ele aceitou um mandato de dois anos e meio. Nesses dois anos e meio, promoveu reformas profundas, modernizadoras nas estruturas econômicas deste País.

Não consigo hoje condenar Castello Branco, seja pela minha gratidão de amazonense, seja por reconhecer que ele não tinha compromisso com uma ditadura. Ele tinha compromisso com o que ele imaginava que fosse – e aí, para mim, ele estava errado historicamente – uma limpeza política do País, por um certo tempo, para depois devolver o País mais saudável às urnas.

Eu não me arrependo um segundo de nenhuma das borrachadas que tomei nas ruas, protestando contra sua ascensão ao poder, e meu pai foi um dos dois únicos Senadores que teve aqui a coragem moral de votar contra Castello Branco na eleição indireta pelo Colégio Eleitoral. Meu pai e Josaphat Marinho, num momento de absoluta vergonha, quando, em massa, os adeptos de João Goulart acorriam, feito borboletas em torno da luz, feito mariposas em torno da luz, feito abelhas em torno do mel, adesão ao regime de força que se implantava. Meu pai não se curvou, tanto quanto José de Alencar, que também não se curvou diante da insólita agressão verbal que sofrera do Conselheiro Saraiva.

Vejo e recolho das palavras da Senadora Patrícia Saboya a homenagem ao jornalista Demócrito Dummar, figura respeitada e querida por todos nós. A importância da iniciativa da Senadora está no número de oradores que aqui se revezaram e estão se revezando na tribuna, ou seja, o peso do Ceará para todos nós – para nós amazonense é algo extraordinariamente forte – e o respeito que temos às iniciativas todas propostas pela Senadora Patrícia Saboya.

Mas estava vendo o discurso, que virou uma separata da Senadora, saudando **O Povo** do Ceará. Eu anotava algumas coisas, que me trouxeram algumas memórias do passado. Por exemplo, o jornalista Demócrito Rocha trabalhou num jornal – essa é uma outra curiosidade amazonense também – chamado *O Ceará*, de um cidadão chamado J. Ibiapina. Pois saiba que há uma família no Amazonas chamada Ibiapina. Então, todo Ibiapina do Amazonas é parente dos Ibiapina do Ceará. Os Ibiapina do Amazonas descendem dos Ibiapina do Ceará. Não importa se se conheçam ou não, mas são. Esse é um fato. Logo, temos uma relação de fraternidade que é histórica, que é avoenga, que é atávica.

Eu fui certa vez – e o Governador do Ceará era o meu prezado amigo Senador Tasso Jereissati – a Granja; e fui a Granja num comício – eu era Secretário Geral do PSDB – a favor do nosso candidato do Partido. Lá, eu percebi que quase todo mundo tinha o sobrenome de Frota; muita gente tinha o sobrenome Frota. Na minha terra, há uma família Frota enorme. O Vice-Prefeito de Manaus, Mário Frota – Deputado Federal por três vezes, Deputado Estadual por duas vezes, Vereador na cidade de Manaus –, é Frota nascido em Granja, e seu pai é Frota nascido em Granja. É muita ligação.

Mas eu diria mais: meu pai teve como adversário – ele que enfrentou o regime que ele considerava autoritário e que eu reputava autoritário e que a história reafirma como autoritário -, meu pai mantinha relações,

ainda assim, cordiais com o Deputado Paulo Sarasate, e sabia do valor do Paulo Sarasate, meu prezado Tasso, de sua esposa D. Albaniza, que chegou a dirigir, por cerca de oito ou dez anos, o jornal, imprimindo o mesmo ritmo de excelência empresarial que fez de **O Povo** esse veículo importante, referência para o País e referência para o Ceará.

Pois bem, Paulo Sarasate, adversário e amigo de meu pai, não teve filhos – D. Albaniza e ele não tiveram filhos, essas coisas da vida – e terminou toda essa herança histórica, toda essa herança política, toda essa herança empresarial indo às mãos competentes do jornalista Demócrito Dummar. E o Senador Tasso Jereissati, ainda há pouco, fez uma referência a sua filha, Luciana Dummar, que, hoje, toma conta do jornal, e que o jornal se encheu de muito mais beleza – e eu lhe digo, com toda a admiração, que nem precisava muito, porque, afinal de contas, não se trata, na admiração que tenho por V. S^a, de, aqui, lhe ficarmos inventando, assim, dotes de Brad Pitt, não caberia. Mas é bom saber que o que foi idealizado por esse lutador, que era Demócrito Rocha, e que passou por esse lutador, que foi Deputado Federal, Deputado Estadual, Governador do Ceará, Paulo Sarasate, passa por Demócrito Dummar e já tem em quem desaguar – em boas mãos para desaguar –, sob a forma da competência, da seriedade, do espírito público, da vontade de informar, do compromisso com a notícia, porque essa é a norma essencial do bom jornalismo: o compromisso com a notícia.

Eu tenho um fato, relatado pela Senadora Patrícia Saboya. É que, apesar da orientação, que eu chamaria, à época – e não sei se continuo não chamando hoje – de conservadora do jornal, diante do movimento militar, mas os fatos que antecederam o Ato Institucional nº 5 (AI-5) – lembrou muito bem a Senadora Patrícia Saboya – foram cobertos pelo **O Povo**. **O Povo** não deixou de registrar a presença de estudantes nas ruas, e não tinha, portanto, que ser a favor nem contra isso ou aquilo; tinha o dever – e cumpriu esse dever – de informar que estudantes foram às ruas, que trabalhadores foram às ruas para protestar contra aquele que seria o momento mais obscuro da ditadura militar, que por 21 anos, afligiu a vida institucional deste País.

Eu gostaria ainda de dizer que nós, aqui, temos cinco Senadores – Senador Geraldo Mesquita, eu soube hoje que V. Ex^a é cearense; eu o julgava acreano de nascimento, enfim, mas veja como há uma ligação entre Acre, Amazonas e Ceará – nascidos no Ceará: o Senador Inácio Arruda, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador Tasso Jereissati, o Senador José Nery, que representa o Estado do Pará, e o Senador Geraldo Mesquita, que é um brilhante representante do Estado

do Acre. Cinco! Eu diria que tem mais, porque todos nós, no meu Estado, temos uma ligação tão forte com o Ceará que eu não sei se não merecemos fazer parte, de maneira informal, dessa Bancada tão valorosa.

E aqui eu queria abrir um parêntese para dizer que o Ceará é muito afortunado, porque, em determinado momento de sua vida, ele pôde receber a injeção de sangue novo, de eficácia administrativa que veio impressa, imprimida, pela atuação do Senador Tasso Jereissati como Governador do Ceará. Quando não se falava em Lei de Responsabilidade Fiscal, S. Ex^a já demonstrava apego a esse princípio; quando não se falava em combater privilégios, S. Ex^a combatia privilégios para resguardar os direitos das minorias. Eu conheci o Senador Tasso Jereissati – talvez S. Ex^a não se recorde – em um restaurante de peixes chamado Trapiche, aonde eu fui juntamente com um querido amigo meu. Esse restaurante é muito conhecido, tem até uma filial em Brasília. Eu tinha vindo de um comício na Serra do Baturité e comi o melhor baião-de-dois da minha vida, acompanhado do meu querido amigo, e amigo de meu pai, Deputado Paes de Andrade. E foi o Paes quem me apresentou ao Tarso. Disse que o Tarso era um amigo da causa democrática e que, como empresário, nunca se recusava a ajudar o MDB e o PMDB, que eram, um depois o outro, os pilares da resistência à ditadura no País, e disse que havia um grande apreço pela figura daquele jovem empresário, que despontava como empresário, e no qual o Paes via perspectivas a perder de vista na vida pública, e o Tarso se recusava repetir a carreira brilhante de seu pai. Saí daquela viagem, e disse isso ao Paes de Andrade: Paes, eu não tenho um décimo da sua experiência, mas **feeling** não tem nada a ver com a idade; **feeling é feeling**: é nariz, é sensibilidade, é pele, é perceber que temos um fato que não está tão claro, mas que vai virar um fato claro se lutarmos para que ele vire um fato claro. Eu disse: Paes, o seu Partido aqui, a sua seccional aqui, se escolher um nome certo e for para a rua com garra, derrota o governo, do que chamavam, de coronéis, que estariam cansados. Percebi isso nas ruas, nos táxis; percebi no hotel, percebi isso nas falas públicas que fiz, jovem Deputado que era. Devo dizer que não estou aqui para denegrir qualquer dos governantes outros. Era governador à época o meu amigo Gonzaga Mota, meu companheiro de Partido. Poucas pessoas eu conheci, Senador Jereissati, mais cultas, mais aplicadas, mais competentes como Parlamentares, meu Colega de Congresso que foi, do que o Senador Virgílio Távora. Poucas pessoas mais aplicadas, mais competentes, mais cheias de boa vontade, alguém que curou a gagueira, alguém que aprendia tudo que queria à base de muito esforço quando não era do seu ramo

de atividade preferencial. Tenho relação muito boa com Adauto e tive uma convivência privilegiada com César Cals Neto, ele Deputado Federal tão jovem e eu ainda um jovem Deputado Federal.

Então, não estou aqui para simplesmente me intrometer e ficar dizendo que o que se fez para trás no Ceará não foi uma coisa boa, mas eu vejo que esse projeto comandado pelo Senador Tasso Jereissati, que redundou em três mandatos dele, um mandato do Ministro Ciro Gomes, e que continua, teve um mandato do Governador Lúcio Alcântara, depois o mandato do atual Governador Cid Gomes, eu percebo que, no conjunto... Eu não sei até que ponto que um dia ele não cansa, porque Tasso já me disse isto: tudo na vida cansa. É muito poder durante muito tempo, enfim, mas eu percebo que fez bem ao Ceará. O Ceará se modernizou nas suas relações econômicas, o Ceará melhorou todos os seus indicadores, o Ceará cresceu perante os investidores, que passaram a acreditar na sua economia, o Ceará cresceu conceitualmente perante o País, o Ceará passou a ser respeitado, e esse é um preito de homenagem que faço a esse movimento mudancista tão expressivo, que foi comandado pelo meu prezado amigo, Senador Tasso Jereissati.

Mas, então, meu prezado Demócrito, leio agora três paginazinhas daquelas que vieram da assessoria, porque, na verdade, tem dados que eu julgo importantes sobre o seu jornal.

Eu parabeno o jornal **O Povo** pelos seus 80 anos de fundação, comemorados no último dia 7 de janeiro. Por inspiração do jornalista Demócrito Rocha, um cearense autêntico. Aliás, eu não conheço nenhum cearense que não seja autêntico. Conheci cearense fazendo **sushi** no Japão; eu conheço cearense dando **show** na alta costura, por qualquer lugar.

Uma vez, Tasso, eu estava em uma praia na Grécia, e eu disse: “Aqui, a gente não encontra brasileiro”. De repente, eu ouço aquela história: “Sai dessa água gelada, esse menino!”. Eu digo: “Não é possível”. Fui lá e perguntei, e era cearense a família. Ou seja, um povo capaz de desbravar, capaz da coragem de desbravar, capaz da coragem de avançar, de conquistar mercados. Enfim, é difícil não encontrar um cearense vitorioso, vindo de baixo, em qualquer lugar do mundo onde se dirija um brasileiro.

Mas, muito bem, um cearense autêntico, nascido fora do Estado, na Bahia, cearense baiano. **O Povo** surgiu em 1928 para combater os desregramentos políticos da época. “Contrariamente ao pensamento de muitos, nunca será demais um novo jornal”, assim iniciava-se a apresentação do mais novo jornal cearense, que se propunha a descortinar o mundo e ser um grito a lutar por ideais de justiça e liberdade.

No seu início, o jornal era eminentemente político. Em relação a cada assunto abordado, ele se posicionava claramente, propondo-se a fazer de suas páginas uma arena para embates francos e leais. O primeiro tema a ser abordado com frequência pelo jornal foi o do banditismo de Virgulino Ferreira, conhecido como Lampião. E com ele surgiu a primeira bandeira ideológica do jornal contra a ação truculenta da polícia. E veja que lucidez. Porque, na verdade, em sã consciência, ninguém poderia permitir a desordem, mas as condições de injustiça social eram tão profundas no Ceará que essas mesmas condições sociopolítico e econômicas propiciavam o nascimento daquela verdadeira guerrilha liderada por aquele verdadeiro estrategista militar que era Virgulino, o Lampião.

Era preciso reforma, era preciso mudança, era preciso modernização, tudo o que Ceará veio lograr depois, a partir do primeiro mandato do Governador Tasso Jereissati.

Outro tema recorrente no começo do jornal foi Luís Carlos Prestes e sua Coluna, que havia começado a percorrer o País ainda em 1924.

Em sua primeira edição especial, em 1929, a também primeira arte do jornal: a foto emoldurada do Presidente eleito do Ceará, José Carlos de Mattos Peixoto, levando na parte de cima o brasão do Estado. Ao fundo, o sol, as jangadas e os morros. Entre vários anúncios de página inteira, o primeiro de cinema, com foto: **Os Últimos Dias de Pompéia**, que seria exibido no dia do aniversário do Cine Majestic, em 14 de julho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para não me alongar, ressalto que nesses oitenta anos o jornal **O Povo** tem sido um dos principais canais de informação do Estado do Ceará, primando pela ética e pelo comprometimento com a verdade dos fatos.

Cumprimento toda a equipe do jornal, desejando que **O Povo** continue sua caminhada, trilhada no jornalismo sério e independente e de notícias, formando criticamente o pensamento da população cearense. Homenageio, por essa via, os demais órgãos da mídia impressa, da mídia radiofônica e televisiva do Estado do Ceará.

Parabéns ao jornal mais antigo do Ceará pela contribuição dada, nessas oito décadas, ao padrão de jornalismo no Estado.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Patrícia Saboya, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Sr. Demócrito Rocha Dummar, Presidente do jornal **O Povo**.

O SR. DEMÓCRITO ROCHA DUMMAR – Exm^o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Casa; Exm^a Senadora Patrícia Saboya, autora da referida sessão solene de homenagem aos 80 anos de **O Povo**, ladeada pelos Senadores Tasso Jereissati, Geraldo Mesquita e Ignácio Arruda; Excelentíssimos Srs. Ministros aqui presentes, Francisco César Asfor Rocha e Ubiratan Aguiar, respectivamente do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União; membros da Associação Nacional de Jornais; prezados colegas jornalistas – e dirijo-me especialmente à jornalista Wânia Dummar e aos jornalistas Fábio Campos e Plínio Bortolotti, que aqui representam a direção e a liderança editorial de **O Povo** –; Srs. Senadores; Srs. Deputados Federais cearenses aqui presentes; queridos cearenses presentes a esta sessão solene, que vieram do Ceará para participar deste momento, bem como cearenses aqui radicados; prezados Senadores Mão Santa, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Arthur Virgílio, Heráclito Fortes, José Sarney, Marco Maciel, que se alternaram em pronunciamentos e apartes generosos pelos 80 anos de fundação do jornal **O Povo**.

Sinto-me muito honrado e – por que não dizer? – muito à vontade por estar nesta Casa para expressar os agradecimentos do jornal **O Povo** por esta homenagem em reconhecimento aos seus 80 de diuturna batalha em favor das causas mais nobres do povo do Ceará e do Brasil. E o sentir-me à vontade tem relação direta com a percepção de que esses mesmos objetivos são, igualmente, compartilhados por esta Casa, o que reitera a visão clássica do Parlamento e da imprensa como instituições indissociáveis na tarefa de viabilizar o Estado democrático de direito.

A nota particular dessa percepção é o fato de aqui comparecermos com a identidade própria de um órgão de comunicação social que, ao largo de sua história, expressa a maneira de ser do povo cearense, a sua rica diversidade cultural, sua sabedoria de vida e, sobretudo, coragem e determinação. É isso que dá a esse povo, como ao jornal, a força para enfrentar e superar adversidades aparentemente intransponíveis. O símbolo dessa tenacidade é muito bem expresso na figura do nosso vaqueiro, que enfrenta com determinação as adversidades da seca. E recebe com intensa alegria a abundância do inverno.

Como jornal, senhores, somos assim: resistentes. Não desistimos nunca, em que pese as dificuldades que têm sacudido nossas conjunturas econômicas e políticas.

Para não sermos levados pelos ventos, tomamos uma decisão bem clara desde o início da nossa trajetória: a de nunca sermos neutros diante das questões fundamentais que interpelam o direito, a razão e a verdade, sobretudo os direitos fundamentais, que dão substância às instituições políticas e cidadãs da democracia.

Compartilhamos da opinião de que é preciso ter uma clara hierarquia de valores, de modo a sempre dar proeminência ao interesse público. A esse propósito, o jornalista Gerald Levin acentua que “a imprensa influencia hoje mais do que outrora o fizeram as igrejas e as universidades na configuração em marcha das sociedades modernas”.

Isso, evidentemente, abre o flanco para algumas tentações em um contexto em que o poder e o prestígio podem ser fatores altamente corrosivos. Para isso, nessa área, é sempre preciso ter um norte bem definido. O que distingue uma empresa jornalística de outra qualquer é que ela produz um valor imaterial. Portanto, tem de estar ancorada, firmemente, em valores éticos, que se traduzem no objetivo de fornecer informação veraz e de conectar o cidadão com os problemas da atualidade, dando-lhe meios auxiliares para uma tomada de posição. Sobretudo cabe à imprensa animar o debate das idéias, ajudando o preparo da argamassa que dará textura e consistência ao edifício social.

Numa correlação mundial de forças em que os Estados nacionais e os cidadãos, em particular, são colocados em uma situação de poder decisório praticamente virtual, a sociedade tem necessidade de encontrar meios de articulação, para fazer frente a esse tipo de **capitis diminutio**. Nesse contexto, o papel da imprensa é insubstituível como veículo de conexão e expressão das forças dispersas da sociedade. Nesse afã, cabe ao jornalismo construir uma aliança mais consistente com as universidades e com os núcleos produtores do saber, para neles se apoiar e assim poder realizar, com o máximo rigor científico e moral, a sua missão.

Nós próprios, como instituição jornalista, Presidente Garibaldi, organizamo-nos, de modo a construir uma relação institucionalizada com a sociedade, fundada em procedimentos transparentes e interativos.

Do ponto de vista normativo, dispomos de uma série de documentos essenciais, para orientar esses procedimentos:

- Carta de Princípios do jornal, subscrita por figuras de notável saber, como o constitucionalista Paulo Bonavides e a inesquecível Rachel de Queiroz, ambos oriundos da nossa redação;

- Código de ética da empresa jornalística mantenedora do jornal;

- Regimento do Cargo de **Ombudsman**;

- Código de Ética da Associação Nacional de Jornais (ANJ), documento orientador de uma centena dos renomados jornais brasileiros;

- Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de autoria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), um documento de notável precisão ética;

- Declaração de Chapultepec, que reafirma a liberdade de informação como direito dos povos;

- e, coroando todos esses princípios, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento indispensável para nortear a vida social.

Criamos, igualmente, uma estrutura de participação da sociedade, em diversos níveis, na orientação e monitoramento do jornal. Ela é composta por diversas instâncias: o Conselho Editorial, o Conselho de Leitores, e o **Ombudsman**, que vem atuando com crescente êxito, há mais de uma década, fazendo a crítica diária do jornal em nome do leitor.

Dessa forma nós estamos contribuindo de maneira criativa, para tornar o jornalismo uma instituição cada vez mais digna de crédito e a serviço da sociedade brasileira.

Cada jornal opera junto a um tipo específico de demandas sociais, refletindo suas particularidades e identidade. Não é diferente com **O Povo**, que tem sido, desde o seu nascedouro, um veículo comprometido com as expectativas da sociedade cearense.

Priorizamos, desde o início, em 1928, a questão da segurança hídrica, por ser um condicionante basal a travar o desenvolvimento do Ceará.

Embora vivamos a plenitude da Era do Conhecimento, com imensas possibilidades na linha do horizonte, enquanto persistir a falta de segurança hídrica, a economia nunca alcançará a dimensão mínima capaz de possibilitar um ciclo equânime do desenvolvimento que deveria chegar a todos. A resolução dessa questão é objeto de permanente inquietação, há quase dois séculos.

Alcançar essa solução faz parte da exigência de um desenvolvimento nacional harmônico, e isso é perfeitamente possível, não só tecnicamente, como também em termos de viabilidade econômica.

Para abordar outra de nossas inúmeras causas, não nos falta também espírito atilado, para continuar a perceber que as políticas públicas ainda estão por

demais voltadas para regiões já suficientemente estruturadas.

Não havendo um basta às disparidades socioeconômicas, nunca teremos um todo harmônico. Somos inconformados com esse estado de coisas e, como tal, temos coragem de lançar luzes e esperanças. Acreditamo-nos capazes de formular uma contribuição criativa à construção de uma Nação mais justa e igualitária.

Por questão de justiça, registre-se que esta Casa, o Senado brasileiro, sempre esteve atento ao debate, propondo políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades regionais.

Por fim, temos de dizer que confiamos plenamente no Brasil, na capacidade de nosso povo em descobrir respostas criativas para antigos e novos problemas, nos nossos representantes públicos, nas nossas instituições e, sobretudo, no cidadão brasileiro. Todos estão imbuídos da convicção de que a cultura do interesse público está lançando raízes cada vez mais alongadas no solo brasileiro.

Certamente ainda esta geração colherá os frutos desse novo patamar político civilizatório.

Constata-se que algo mais transcendente começa a se firmar no horizonte crítico brasileiro, dando lugar à universalização crescente de uma consciência cidadã. E, para isso, **O Povo** se orgulha de ter contribuído nos seus 80 anos de existência.

Para finalizar, agradecemos a esta Casa, na pessoa da Senadora Patrícia Saboya, autora do requerimento desta sessão solene, e fazemos chegar às suas mãos a nossa edição comemorativa de 80 anos de **O Povo**, com a assinatura de centenas de nossos jornalistas e colaboradores.

O mesmo agradecimento ao Senador cearense pelo Acre, Geraldo Mesquita Júnior, bem como aos Senadores Inácio Arruda e Tasso Jereissati, admiradores de **O Povo** e subscritores desta sessão.

Referimo-nos, mais uma vez, igualmente, ao Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta sessão solene e desta Casa, que gentilmente nos concedeu a palavra. Aos demais Parlamentares, aos cearenses que aqui compareceram, também o nosso muito obrigado.

Em nome da memória do nosso fundador, Demócrito Rocha, do seu sucessor, Paulo Sarasate, de Albanisa e Creusa Rocha, que, durante anos seguidos, lideraram, com prudência e pertinência, a direção da nossa empresa jornalística, reafirmo a continuidade do nosso compromisso de continuarmos firmes na luta por uma imprensa cada vez mais livre, mais atuante.

Na oportunidade, dirijo-me também à Jornalista Wânia Dummar, minha mulher, diretora de **O Povo**, aqui presente, e não poderia esquecer D. Lúcia Dummar, filha de Demócrito Rocha. Do alto dos seus 91 anos, é arquiteta de uma ponte que nos liga do passado ao presente e do presente ao futuro. Em nome deles, reafirmo essas mesmas propostas.

Para finalizar, dirijo-me aos sucessores, à quarta geração, nas pessoas de Luciana Dummar Azevedo, presidente executiva do jornal, João Dummar Neto e Demócrito Filho, diretores da casa em plena atividade na liderança do jornal e que manterão incólumes a confiança de que a chama inaugural será certamente levada à frente e de que voltaremos aqui daqui a alguns anos, se Deus quiser, para comemorar a evolução do Ceará, a evolução do nosso País.

Quero ainda consignar que é possível, apesar de todas as dificuldades manifestas pelo Senador Inácio Arruda e pelo Senador Tasso Jereissati, manter-se uma imprensa íntegra, sadia, comprometida com o crescimento e com o desenvolvimento do País.

Farei chegar em seguida as assinaturas dos nossos funcionários, dos nossos redatores e dos nossos diretores às mãos da Senadora Patrícia Saboya em agradecimento à sua iniciativa, que nos comove e que também nos inspira a continuar a luta, a continuar fazendo um bom jornalismo em favor dos cearenses, em favor dos nordestinos e dos nortistas que aqui se manifestaram de forma tão efetiva, em favor de uma sociedade mais justa, mais equânime, em favor de uma imprensa livre e soberana, fortalecendo cada dia mais a democracia brasileira.

Senadora, em nome de todos os que fazem **O Povo**, faço chegar às suas mãos esta lembrança. Esta homenagem ficará em nossa memória, não a esqueceremos e tudo faremos para honrá-la a cada dia, a cada edição.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar à homenagem que acabou de ser prestada aos oitenta anos do jornal **O Povo** por solicitação da Senadora Patrícia Saboya, contando com a solidariedade dos Senadores Tasso Jereissati e Inácio Arruda. Quero dizer da minha satisfação em cumprimentar o Dr. Demócrito Rocha Dummar, que, nesta oportunidade, representa esse jornal, que é orgulho não apenas para os cearenses, mas também para todos nós, nordestinos. Esse jornal é uma trincheira democrática na luta pelos melhores valores da nossa sociedade. O jornal **O Povo** merece, portanto, nossos parabéns. Agradeço ao seu Presidente, Dr. Demócrito Rocha Dummar, a presença honrosa. Muito obrigado por sua presença.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de estar inscrito, não tive oportunidade de manifestar minha palavra de cumprimentos àqueles que fazem o jornal **O Povo**, do vizinho Estado do Ceará, que exerce grande influência sobre a cidade onde nasci, Mossoró. Durante muito tempo, o jornal **O Povo** foi para nós, potiguares, uma referência. Para Mossoró, talvez tenha sido, ao lado do jornal **O Mossoroense**, o balizamento da tribuna livre, da imprensa corajosa, da ação de Paulo Sarasate, amigo de meu pai, que conheci. É padrão de jornalismo e, durante muitos e muitos anos, significou um bastião de resistência democrática e elemento vanguardista na difusão de idéias.

Desse modo, com essas palavras, na pessoa do jornalista Demócrito, quero também cumprimentar aqueles que fazem o jornal **O Povo** e dizer que a iniciativa da Senadora Patrícia, do Senador Tasso e do Senador Inácio Arruda é meritória e merecedora do aplauso do meu Partido.

Mas pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para denunciar ao País um fato que me está constringendo muito.

V. Ex^a, Presidente Garibaldi, conhece a esposa do Senador Antonio Carlos Magalhães, D. Arlete Magalhães, mãe do nosso companheiro Antonio Carlos Magalhães Júnior. V. Ex^a sabe, como sei, quem é D. Arlete, uma figura doce e frágil, mas V. Ex^a, talvez, não saiba o que aconteceu em Salvador de ontem para hoje.

Não quero entrar em questões de família, em disputa de espólio, mas não posso deixar de manifestar meu repúdio pessoal à truculência com que o apartamento, a residência, o lar onde mora D. Arlete foi invadido mediante ordem judicial concedida por uma juíza de Salvador, por acaso esposa do Deputado Nelson Pelegrino do PT da Bahia. Não vai aqui nenhuma ilação, mas a juíza que ordenou a entrada de oficiais de justiça no apartamento onde mora D. Arlete é esposa do Deputado Nelson Pelegrino. D. Arlete, se fosse contactada, tranqüilamente, teria aberto a porta do apartamento, para que as pessoas não precisassem usar de tal truculência: com chave-mestra, abriram a porta do apartamento, para fazer inventário de obra de arte.

Faço essa denúncia com muito constrangimento, mas com muita revolta, por se tratar da invasão do

lar do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, onde mora a doce D. Arlete, viúva de Antonio Carlos, mãe de ACM Júnior. Ela, no meu entendimento, foi ultrajada por um gesto de violência que merece a atenção do País e nosso repúdio.

Quero deixar esse fato registrado, para que os Senadores saibam do que está acontecendo neste momento no Estado da Bahia, produto de truculência inaceitável que denuncio a esta Casa e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria aqui de me associar às palavras do Senador José Agripino. Mais do que isso, quero juntar minha revolta e indignação à revolta e à indignação do Senador José Agripino e, mais do que tudo, à indignação da família do falecido, querido e saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães.

Julgará inadmissível esse ato quem quer que tenha tido o privilégio de conhecer D. Arlete Magalhães – figura que hoje aqui também foi homenageada, já que se comemorou no Senado Federal o Dia Internacional da Mulher –, uma das mulheres mais dignas, verdadeira doçura e meiguice em pessoa, incapaz de qualquer ato de agressividade contra outra pessoa. É inaceitável que D. Arlete tenha sido vítima dessa violência inexplicável em sua residência.

Soubemos, inclusive, que D. Arlete não teve sequer a oportunidade de dar àqueles que invadiram sua casa, seu lar, uma autorização para que fizessem o que quisessem em sua casa a mando de uma juíza que, segundo o Senador José Agripino, é mulher de um ex-Líder do PT na Câmara Federal. O Senador José Agripino não quer fazer a ilação, mas eu a faço, porque não acredito que ninguém de bom senso neste País, conhecendo D. Arlete, pudesse promover invasão policial armada ao seu apartamento, ao seu lar. Isso é inadmissível! Só alguém que tivesse algum tipo de preconceito, de prejulgamento ou de rancor injustificável guardado em seu coração faria isso.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Marco Maciel, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a traz ao conhecimento da Casa – como já o fez anteriormente o nobre Líder Senador José Agripino – um fato de extrema gravidade. Está, portanto, a reclamar

a atenção do Senado Federal: para o ocorrido na residência de D. Arlete, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães, como aqui ressaltado, uma senhora de grande expressão na sociedade do seu Estado, muito simples, educada, um modelo de mãe e de esposa. Pois bem. O fato é muito grave e precedente que não pode ser repetido. Portanto, receba V. Ex^a o nosso apoio e a certeza de que devemos apurar devidamente esse fato.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que, inclusive, seria perfeitamente cabível que esta Casa tomasse uma providência e pedisse averiguação, já que se trata de uma viúva de um Senador ilustríssimo, o que, com certeza, como disse o Senador Marco Maciel, pode abrir um precedente muito perigoso para quem faz política de maneira livre e democrática neste País, ficando indefesas as pessoas, os familiares, enfim, todos aqueles que, por algum motivo, discordam ou fazem política diferentemente dos outros, têm opinião diferente dos outros. Uma atitude como essa não pode ser natural neste País.

É extremamente grave o que aconteceu. Tenho a certeza de que não vamos deixar passar isso em branco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Faço um apelo para que as manifestações legítimas, às quais desde logo me associo, possam ser feitas num tempo breve, tendo em vista que devemos entrar na Ordem do Dia agora.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a me conceda um tempo, é claro, o mais breve possível dentro do necessário, porque podemos estar diante de pessoas capazes de tudo. Acabo de receber agora mesmo uma pressão democrática – e peço a atenção de V. Ex^a – e legítima de queridos amigos, a começar pelo Ziraldo, no sentido de que facilitasse aqui a votação da TV Pública.

Pergunto: a TV é pública mesmo? Na cabeça do Ziraldo, ela o é. Na cabeça dessa gente que invade a casa da D. Arlete, é TV pública? Ou é TV Chávez? É TV pública na cabeça dessa gente que acha que uma juíza casada com um Deputado Federal do PT não se deveria considerar impedida para julgar qualquer feito ligado a um adversário político tão arraigado como era Antonio Carlos Magalhães para essas pessoas?! Não se considera impedida, e é tudo normal, tudo natural, vale bomba atômica, vale bomba de hidrogênio, vale qualquer coisa, não

há respeito à família, e há briga medíocre, mesquinha, por causa de quadro, por causa de partilha antecipada e extralegal de bens.

Não sei se podemos falar tão pouco sobre isso, até porque minha Bancada quer falar sobre isso. Claramente, minha Bancada, muito mais do que manifestar sua solidariedade ao Senador Antonio Carlos Júnior, quer, em homenagem também à memória ao Senador Antonio Carlos Magalhães, dizer que não compactua com quem quer que não respeite o Estado de direito neste País.

Falo da minha proposta, Sr. Presidente. Vejo aqui no **broadcast**: “Lula diz que Oposição pensa em 2010, enquanto ele pensa no agora”. Sua Excelência produz uma torrente de tolices todos os dias. Acabamos de fazer uma aproximação de acordo muito importante no seu gabinete, e o que a Oposição queria era apenas o gesto moralizador de retirar o tal anexo. Quando o Governo percebeu que, com o anexo irregular, não aprovaria o Orçamento, chega à nossa posição, tira o anexo, que não é regular, e aí a Oposição diz que está disposta a reunir sua Bancada para criar condições para se votar o Orçamento.

Sr. Presidente, veja a situação: primeiro, a covardia. Se Antonio Carlos Magalhães fosse vivo, isso não aconteceria. Vamos inverter a situação: se, Deus o livre, tivesse morrido D. Arlete, o mesmo genro não obteria da mesma juíza o mesmo beneplácito para invadir a casa de Antonio Carlos Magalhães. Conhecendo Antonio Carlos, como conhecíamos, sabemos que isso não ia acontecer. Agora, com a D. Arlete ficou mais fácil.

Disse-me, ainda há pouco, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto: “Arthur, minha avó, na idade dela, está proibida de entrar na casa dela; na idade dela, está proibida de entrar na casa dela!”. E pergunto se há alguma coisa mais importante do que isso, se vamos discutir agora uma medida provisória que, para mim, esconde a perspectiva de negociata grossa na Eletrobrás. E vou denunciar isso daquela tribuna daqui a pouco. Vou dizer por que desconfio da lisura dessa medida provisória, que, a meu ver, não visa aos interesses mais legítimos da economia brasileira.

Não temos, Sr. Presidente, como silenciar diante disso. É invadida a casa de uma senhora. E é uma senhora de uma família forte e poderosa na Bahia. Imaginem o que não fariam com uma pessoa humilde, o que já não fizeram com o Francenildo da vida! Imaginem o que não fariam com uma pessoa humilde!

O Presidente ameaça o tempo inteiro. O tempo inteiro, seu discurso é no sentido de jogar a opinião pública contra o Congresso, contra a Oposição. Aí pe-

dem a TV Pública, que poderia vir por projeto de lei, para chegarmos a algo parecido com uma TV pública francesa e muito diferente de uma TV estatal à moda de Chávez, aquela coisa atrasada, bolorenta, em que fica um pobre coitado como aquele dizendo tolices quatro, cinco, seis horas sem parar, aborrecendo as pessoas e afrontando a democracia venezuelana.

Vejo agora esse outro fato, Sr. Presidente. Quero trazer um ângulo novo, outro fato. Exijo, Sr. Presidente – e sei que não precisaria exigir –, uma posição muito enérgica, muito mais do que uma coisa burocrática de dizer que “daqui a pouco, vamos votar”. Quero energia. Quero saber o que o Senado Federal vai fazer contra esse gesto que aqui denuncio: uma juíza que é parenta próxima, que é casada com um Deputado do PT não se considera impedida para julgar qualquer feito envolvendo o nome de Antonio Carlos Magalhães. Seria o mínimo da ética, o mínimo da justiça, o mínimo do senso de responsabilidade dizer: “Olha, em relação a esse homem, que tanto odeio, de quem não gosto, não vou julgar”. Pronto! Aí eu diria: tenho o maior respeito por quem está agindo assim. Mas alguém que aproveita o múnus da magistratura para fazer algo que significa tomar partido de um dos herdeiros – um suposto herdeiro –, um cidadão que, para mim, deve ter um caráter muito ruim e que não quero conhecer. O Sr. César não sei das quantas, não quero conhecer. Alguém que faz isso, não quero conhecer. Alguém que coloca o dinheiro nessa monta, alguém que dá ao dinheiro esse peso, alguém que dá ao dinheiro esse relevo, não faço a menor questão de conhecer. Já devo ter cruzado com ele em aeroporto, em avião ou em restaurante. Não faço a menor questão de conhecê-lo. Aliás, ele me faz um favor se me permitir não o conhecer ao longo da minha vida, que espero que seja longa – e espero que a dele seja longa também. Mas, na minha vida, não persigo viúva, não! Não brigo por dinheiro espúrio, não brigo por privilégio para esmagar direito de pessoas, não tripudio sobre família de adversário meu. Minha vida se pauta pela lealdade. Eu gostaria muito que todos agissem assim.

Então, não estou aqui fazendo algo protocolar. Estou aqui dizendo, em nome do PSDB, Partido que tenho a honra de liderar nesta Casa, que não aceitamos, que repudiamos esse gesto como um gesto que agride o respeito mais comezinho, que é o direito da pessoa humana.

Esse é meu repúdio, esperando e cobrando que o Senado Federal seja enérgico e que manifeste todo o apreço que, em vida, Antonio Carlos Magalhães sabia cobrar. Se há um homem de quem eu discordava um milhão de vezes a cada mês, esse homem era alguém

que não permitia que o desrespeitassem em nenhum milímetro das suas prerrogativas e da sua vida. Às vezes, até exagerava.

Com Antonio Carlos vivo, seria bem diferente; com Antonio Carlos morto, acham que podem pisar na vida e na saúde psicológica de sua esposa, D. Arlete.

Sr. Presidente, com muita revolta, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o Senador Arthur Virgílio e concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo.

Acho que todos somos solidários a esse fato, que tramitou na Justiça e deve ser denunciado à sociedade e averiguado. Mas são 17 horas e 30 minutos, passado uma hora do horário da Ordem do Dia. Há matérias importantes, e a pauta está trancada. Pediria que fosse cumprido o Regimento, que entrássemos imediatamente na Ordem do Dia e que os inscritos falassem sobre esse tema posteriormente às votações. Temos de votar matérias importantes, sendo que algumas estão para perder o prazo de validade e precisam ser votadas hoje.

Portanto, faço esse apelo em homenagem a todas as Senadoras e os Senadores que querem votar, em especial ao Senador Cafeteira, que se deslocou do hospital, sem receber alta, para votar hoje essas matérias no plenário do Senado.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Romero Jucá está fazendo um apelo, que eu aceito, mas não vou deixar de consignar em ata a minha solidariedade total e absoluta à viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães. Foi um absurdo, um escândalo, que não se entende; porque, se há uma pessoa digna, correta e que tem a simpatia do Brasil inteiro, é aquela senhora. Uma senhora que suportou lutas, dificuldades, problemas e tem dignidade, correção, seus filhos, seus netos.

Aproveitaram um dia em que ela não estava em casa para, em 24 horas, invadi-la. É um absurdo! É algo que revolta toda a sociedade brasileira. Os amigos, os que não eram amigos, os companheiros, os adversários têm de protestar, porque é algo que revolta a sociedade brasileira.

À querida viúva, ao seu filho que se encontra ao nosso lado aqui, nosso abraço e nossa solidariedade, o nosso protesto e a nossa revolta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos iniciar a Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou há meia hora olhando V. Ex^a e pedindo para falar. Quero ter o direito de falar, Sr. Presidente. Não abro mão de minha fala, do meu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, estamos...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, estou há meia hora tentando falar, quero falar sobre o assunto. Não abro mão do meu direito de falar. Outros Senadores falaram antes de mim e eu respeitei, esperei. Agora, quero ter o direito de falar. Regimentalmente tenho o direito de falar e quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a como...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas quero falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... como último orador inscrito.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por que o último orador?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós precisamos votar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Essa Ordem do Dia irá longe. Havendo disposição, ela irá longe. As pessoas não vão fazer isso às 4 da manhã, querem fazer agora. É um fato, Sr. Presidente. Não podemos ignorar essa violência por causa de Medida Provisória nº 327 ou nº 473. Não podemos. Antonio Carlos Magalhães haveria de dar enorme espaço para todos falarem, se presidisse esta sessão e se isso tivesse acontecido com V. Ex^a ou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Inscreva-me, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Antonio Car-

los Magalhães tem de ter o respeito de todos nós nesta Casa, de todos nós. Quando se fala o nome de ACM pode-se falar à tarde inteirinha, mesmo com interesses em pauta. Todos devemos respeitar o homem que presidiu esta Casa, que se sentou nessa mesma cadeira que V. Ex^a está sentado e que o deixaram ir para, então, perseguir sua família. Nenhum de nós, Senadores e Senadoras, deveremos calar diante disso.

Sr. Presidente Garibaldi, há uma intenção nesse fato. Ele foi intencional e já está provado. Esta Casa tem a obrigação de falar, de se referir, de dar sua opinião sobre o caso.

Desde agora, conclamo todos os Líderes, Senador Arthur Virgílio, a se reunirem, se possível, ainda hoje, para que este Senado, mediante decisão dos seus Líderes e do Presidente, tome uma posição em relação ao caso.

Dona Arlete precisa do respeito da Nação brasileira, porque é uma mulher digna e seu marido foi um dos homens mais importantes desta Nação e representou **O Povo** baiano nesta Casa, com muita dignidade.

Por isso, acho que o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, todos os líderes deveriam, ainda hoje, reunir-se com V. Ex^a para tomar uma providência. O fato está claro: foi intencional, teve o objetivo político de, simplesmente, perseguir uma senhora que merece o respeito de toda a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, porque não será dessa forma que vamos prestar a solidariedade que merece a Sr^a Arlete, genitora do Senador Antonio Carlos Júnior.

Depois de feitas as ponderações, designo uma comissão composta do Senador José Agripino, Líder do DEM, do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, a Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, com, naturalmente, a solidariedade dos outros Líderes, para encaminharem a esta Presidência as sugestões a respeito de providências que o Senado deve tomar em solidariedade à família deste que foi um dos grandes Presidentes desta Casa, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Está designada essa comissão.

Vamos iniciar a Ordem do Dia.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Não posso abrir mão de usar da palavra, por favor, em nome das mulheres. Hoje, aqui, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Premiamos várias mulheres deste Brasil afora. Fizemos uma solenidade, presidida por V. Ex^a, da maior grandeza e beleza. E não é dessa forma, no final do dia, que poderemos nos calar diante de tudo o que fizemos aqui hoje em favor da mulher, pelo prestígio da mulher.

Em nome das Senadoras desta Casa e das mulheres de todo o Brasil, queremos protestar com o que ocorreu com Dona Arlete, uma mulher de 78 anos de idade. Estão lá na sua casa, neste momento, vasculhando suas gavetas, vasculhando seus armários, vasculhando sua vida íntima.

Isso não é justo, Sr. Presidente. Precisamos, sim, que o Senado Federal, com seu apoio de sempre, por tudo o que V. Ex^a fez hoje, no Dia Internacional da Mulher, numa das solenidades mais bonitas que esta Casa já viu em favor da mulher brasileira, tome uma atitude enérgica contra essa situação.

Quisera nós que a Justiça fosse tão dura, como está sendo com Dona Arlete, com os 40 quadrilheiros, com os donos dos cheques corporativos, gastando dinheiro público todos os dias, que fosse tão dura com a casa de Waldomiro Diniz – é assim que eu queria que a Justiça fosse – e não com uma senhora de bem, como Dona Arlete, mãe de um Senador da República e esposa do grande Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ordem do Dia, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Mão Santa. Peço a V. Ex^a que seja breve.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, antigamente para ser Senador era obrigatório jurar sobre a Bíblia. Aboliu-se isso, mas não abolimos Cristo, que está ali.

Então, está aqui no Livro de Deus, II Coríntios, Deuteronômio, leis de caráter humanitário: ai daqueles que humilharem, que perseguirem as viuvinhas. Acima da Constituição, está o Livro de Deus. Isso é uma aberração contra os princípios cristãos de nós

Senadores contra a viúva, modelo de mãe, modelo de mulher, modelo de brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Vou passar à Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007.

Discussão em turno único do Projeto de Lei de Conversão.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, há oradores querendo se manifestar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não vejo por que esse inconveniente de entrarmos pela madrugada a dentro, Sr. Presidente. Não vejo por quê. Diz o Senador Raupp: “Já fizeram.” Não fizeram; não dá para se fazer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, V. Ex^a já iniciou a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ficaria uma sessão de homenagem às mulheres e, ao mesmo tempo, poder-se-ia coonestar a invasão da casa de uma senhora de idade. Há Senadores querendo falar sobre isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia já foi iniciada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E há mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...Já designei uma comissão para tratar da solidariedade à Sr^a Arlete.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, agradeço, isso é muito importante, mas não satisfaz aos Senadores, que querem manifestar pessoalmente sua solidariedade.

Vejo aqui o Senador Marconi Perillo, vejo o Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, já estamos na Ordem do Dia!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora, por outro lado, Sr. Presidente, vamos partir para a obstrução. Vamos partir para isso, o Senador Romero concorda...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^{as} já estão em obstrução!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! E mais, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não estou aqui para, realmente, tolerar, meu caro Senador Arthur Virgílio, uma tentativa não de obstrução ao Governo, mas de obstrução à minha direção à frente dos trabalhos desta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não, não! V. Ex^{as}...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Preciso iniciar a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantos apelos eu não recebo aqui, dos Senadores, para que a Ordem do Dia seja iniciada às 16 horas, todos os dias!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, mas não é usual se invadir a casa de uma viúva todos os dias. Isso nem na ditadura acontecia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas designei uma comissão, Senador Arthur Virgílio!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem! Agora, Presidente, por favor, V. Ex^a sabe a estima que lhe dedico. Não confunda, ou seja, uma obstrução a determinada medida é um direito da Minoria. E não é disso que se está tratando neste momento. Vamos fazê-lo daqui a pouco. Não se confunda com isso, porque, senão, V. Ex^a traz o problema para o campo pessoal, e não há necessidade de fazê-lo. Nada temos contra sua Presidência. Ao contrário, estávamos no gabinete de V. Ex^a, ainda há pouco, procurando soluções para o Orçamento; estávamos lá procurando ajudar a limpar a área do ponto de vista ético, para produzirmos um Orçamento digno do País. Nesse momento, V. Ex^a disse: “Estão obstruindo a mim.” De jeito algum. Não obstruí V. Ex^a coisa alguma! Obstruímos, legitimamente, medidas do Governo, quando quisermos, quando acharmos que é nosso direito, nosso dever, mas, neste momento, trata-se de dar vazão a pessoas que estão revoltadas. Pode ser que alguém, inclusive mulheres, não estejam aqui revoltadas com o que houve com D. Arlete. Eu estou. E outras pessoas estão. Essas pessoas querem se manifestar fora de comissão, fora da burocracia; querem manifestar seu sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, peço a colaboração de todos os Senadores no sentido de que possamos ter aqui uma sessão absolutamente tranqüila. Vários Srs. Senadores já se manifestaram.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Ordem do Dia já iniciou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Minha questão de ordem é sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Inclusive o Senador Arthur Virgílio fala pela sua Bancada. Então, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...Eu faria um apelo, para que pudéssemos começar a Ordem do Dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, ela já foi iniciada. V. Ex^a já leu o Item 1. Falta designar o Relator para proferir parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu faria um apelo para iniciarmos a Ordem do Dia ...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre a ordem dos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...fazendo um apelo ao Senador Epitácio Cafeteira, para que S. Ex^a possa deixar sua manifestação para depois da Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre procedimentos em relação aos trabalhos do Senado Federal. Eu gostaria que V. Ex^a me concedesse.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Isso não está em discussão agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Qual é o artigo do Regimento, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O artigo que V. Ex^a quiser.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Qualquer um, qualquer um!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero, Sr. Presidente...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para questão de ordem, tem que se de explicitar o artigo, Sr. Presidente!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a escolha o artigo e me conceda a palavra, por favor. Já que V. Ex^a concedeu para tantos sobre o mesmo assunto, eu gostaria...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não é pela ordem. Para questão de ordem, tem que se de citar o artigo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... de usar da palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia já foi iniciada. V. Ex^a já leu o Item 1. Falta designar o Relator para proferir parecer sobre a constitucionalidade da medida provisória.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É sobre os trabalhos do Senado Federal, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não acredito que V. Ex^a vá negar a palavra ao Senador Epi-tácio Cafeteira, que está fazendo um enorme sacrifício físico para estar em pé naquela tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Epi-tácio Cafeteira será o último orador antes da Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o Governo não pode ganhar no grito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Epi-tácio Cafeteira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu me inscrevo para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 395**, de 27 de setembro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito mil reais), para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de março do corrente ano.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para os fins do dis-

posto no art. 11 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência comunica que designou os Deputados Manato (PDT – ES) e Silvio Costa (PMN – PE), como titulares e os Deputados Severiano Alves (PDT – BA) e Perpétua Almeida (PcdoB – AC), como suplentes, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos, de conformidade com o Ofício/B/031/08, do Líder do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN e PRB, desta data.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 52, de 2008** (nº 90/2008, na origem), de 5 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a Mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 52, DE 2008

(Nº 90/2008, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossa Excelência o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Brasília, 5 de março de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 008 /2008-BCB

Brasília, 27 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

2. Na forma do que estabelece a mencionada lei, o demonstrativo das emissões do Real deve ser enviado aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional.

Respeitosamente,


HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente

Anexo à EM nº 008/2008-BCB, de 27.02.2008

Demonstrativo das emissões do real – Mês de janeiro de 2008.

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

Em janeiro, a média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$141,9 bilhões, apresentando queda de 1,2% no mês e aumento de 21,9% no período de doze meses. O saldo do papel-moeda emitido reduziu-se em 3,5%, enquanto as reservas bancárias cresceram 3,7%, ainda refletindo a intensidade dos depósitos à vista em dezembro.

Demonstrativo de emissões do real	
Janeiro - 2008	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2008 ^{1/} (Voto CMN nº 123/2007)	153,80
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	141,86
b.1 - Usos - saldos ^{2/}	141,86
b.1.1 Papel-moeda emitido	95,18
b.1.2 Reservas bancárias	46,68
b.2 - Fontes	141,86
b.2.1 Saldos em 31.12.2007	146,62
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	102,89
b.2.1.2 Reservas bancárias	43,73
b.2.2 Fluxos em Janeiro /2008 ^{3/}	-4,76
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	8,10
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-14,56
b.2.2.3 Operações com o setor externo	2,68
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-0,97
C - Saldo de emissão (A - B)	11,94
D - Reservas Internacionais disponíveis	330,07
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	153,80
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	176,27

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Com relação às fontes de emissão monetária, tendo como referência os fluxos mensais, as operações do setor externo foram expansionistas em R\$4,4 bilhões em janeiro, como resultado das compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio. No mesmo sentido, o movimento na conta única do Tesouro Nacional atingiu R\$5,5 bilhões.

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
		R\$ milhões							
2006 Jan	65 938	-4,6	12,4	30 716	5,3	12,5	96 655	-1,7	12,4
Fev	63 931	-3,0	13,1	28 527	-7,1	8,0	92 458	-4,3	11,5
Mar	61 998	-3,0	12,5	28 486	-0,1	8,2	90 484	-2,1	11,1
Abr	62 542	0,9	14,7	28 384	-0,4	9,5	90 926	0,5	13,0
Mai	62 516	-0,0	15,1	28 241	-0,5	8,3	90 757	-0,2	12,9
Jun	63 958	2,3	16,3	29 831	5,6	18,1	93 790	3,3	16,9
Jul	66 013	3,2	17,4	29 515	-1,1	12,2	95 528	1,9	15,8
Ago	67 093	1,6	19,2	28 916	-2,0	12,1	96 009	0,5	17,0
Set	70 881	5,6	24,2	29 593	2,3	15,4	100 474	4,7	21,5
Out	72 040	1,6	23,6	29 863	0,9	16,7	101 903	1,4	21,5
Nov	72 986	1,3	24,7	31 896	6,8	19,9	104 882	2,9	23,2
Dez	82 881	13,6	19,9	35 423	11,1	21,5	118 304	12,8	20,3
2007 Jan	80 499	-2,9	22,1	35 829	1,1	16,6	116 328	-1,7	20,4
Fev	78 486	-2,5	22,8	33 465	-6,6	17,3	111 951	-3,8	21,1
Mar	75 677	-3,6	22,1	33 346	-0,4	17,1	109 023	-2,6	20,5
Abr	75 912	0,3	21,4	34 782	4,3	22,5	110 694	1,5	21,7
Mai	76 067	0,2	21,7	35 235	1,3	24,8	111 301	0,5	22,6
Jun	77 561	2,0	21,3	35 634	1,1	19,5	113 195	1,7	20,7
Jul	79 218	2,1	20,0	37 240	4,5	26,2	116 458	2,9	21,9
Ago	79 704	0,6	18,8	37 722	1,3	30,5	117 425	0,8	22,3
Set	83 917	5,3	18,4	39 264	4,1	32,7	123 181	4,9	22,6
Out	84 694	0,9	17,6	39 651	1,0	32,8	124 345	0,9	22,0
Nov	86 141	1,7	18,0	41 252	4,0	29,3	127 393	2,5	21,5
Dez	98 620	14,5	19,0	45 022	9,1	27,1	143 642	12,8	21,4
2008 Jan	95 182	-3,5	18,2	46 676	3,7	30,3	141 858	-1,2	21,9

As operações com títulos públicos federais no mês, incluindo a atuação do Banco Central com o objetivo de ajustar a liquidez do mercado monetário, proporcionaram contração de R\$26 bilhões. No

mercado secundário, as vendas líquidas somaram R\$60,7 bilhões, enquanto no mercado primário ocorreram resgates líquidos de títulos do Tesouro Nacional no montante de R\$34,7 bilhões.

Fatores condicionantes da base monetária							
Fluxos acumulados no mês							
							R\$ milhões
Período	Operações com o Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária	
2006 Jan	9 838	-26 578	5 541	991	1 773	-8 404	
Fev	8 267	3 478	5 156	69	1 349	1 784	
Mar	-9 465	-3 157	6 567	778	-615	-5 892	
Abr	-7 839	1 412	4 714	69	1 959	177	
Mai	-10 245	528	9 054	1 465	-3 555	-2 754	
Jun	-6 246	13 247	-5	-1 373	2 853	8 476	
Jul	-29	-10 716	9 626	697	379	-43	
Ago	-12 426	6 235	9 904	567	989	5 289	
Set	1 812	-3 326	3 227	804	-398	511	
Out	-7 680	-3 316	9 338	669	480	-510	
Nov	6 834	8 197	5 677	1 291	-276	5 473	
Dez	-2 159	13 309	5 589	1 451	499	15 767	
2007 Jan	-1 924	-20 246	10 320	36	436	11 406	
Fev	-4 108	-19 659	18 487	419	332	4 559	
Mar	-350	-16 004	17 330	99	1 024	2 098	
Abr	-8 741	-6 738	22 328	66	257	7 171	
Mai	-5 560	-31 496	29 170	-358	2 038	-6 158	
Jun	-143	-10 757	16 209	631	675	7 353	
Jul	1 284	-12 008	13 106	749	1 144	208	
Ago	-7 570	3 257	5 794	-914	-1 892	-1 324	
Set	-3 654	8 917	-3	-2 270	2 851	5 852	
Out	-6 244	930	6 430	478	1 938	2 627	
Nov	-11 197	10 601	10 010	-1 006	-527	7 881	
Dez	-4 826	19 229	4 210	-3 329	485	15 769	
2008 Jan	5 479	-26 009	4 408	489	-377	-16 029	

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$1.649 bilhões, apresentando crescimentos de 2% no mês e de 21,2% nos últimos doze meses. Dentre seus componentes, o estoque de títulos públicos em mercado atingiu R\$1.416 bilhões, elevação de 3,5% no mês. Esse comportamento deveu-se, basicamente, à atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada												R\$ em bilhões		
Saldo em final de período												Variação percentual		
Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais						Total	Mês	12 meses		
				Títulos do BCB			Títulos do Tesouro Nacional						Total	
				Remunerados ^{2/}	Não remunerados ^{3/}	Posição de carteira	Financiamento ^{4/}	Total	Posição de carteira					Financiamento ^{4/}
2006	Jan	82 843	72 665	725	6 506	- 63	6 443	954 206	57 319	1011 525	1017 968	1184 202	2,6	18,4
	Fev	94 627	73 185	754	6 329	- 108	6 221	981 704	39 229	1020 933	1027 154	1195 730	1,0	18,0
	Mar	88 735	73 277	807	6 513	- 110	6 403	992 480	46 106	1038 586	1044 989	1207 808	1,0	17,0
	Abr	88 913	73 869	850	6 207	- 136	6 071	976 002	71 828	1047 830	1053 901	1217 533	0,8	17,9
	Mai	88 159	73 243	827	6 827	- 32	6 595	966 335	94 927	1061 262	1067 857	1228 085	0,9	18,1
	Jun	94 635	75 275	1 037	6 294	0	6 294	990 045	70 082	1060 107	1066 401	1237 348	0,8	17,5
	Jul	94 592	75 686	836	6 389	- 7	6 382	988 090	95 780	1081 870	1088 252	1259 365	1,8	17,8
	Ago	99 831	76 033	887	6 340	0	6 340	1011 136	78 456	1089 592	1095 932	1272 713	1,1	17,4
	Set	100 372	77 483	979	6 505	0	6 505	1033 567	71 899	1105 466	1111 971	1290 805	1,4	17,8
	Out	99 862	77 656	1 000	2 773	0	2 773	1034 584	91 232	1125 796	1128 569	1307 087	1,3	17,3
	Nov	105 335	79 620	1 088	0	0	0	1060 349	72 813	1132 962	1132 962	1319 005	0,9	16,9
	Dez	121 102	82 024	1 123	0	0	0	1072 568	60 030	1132 596	1132 596	1336 845	1,4	15,8
2007	Jan	109 696	82 846	1 058	0	0	0	1067 217	99 825	1167 042	1167 042	1360 642	1,8	14,9
	Fev	105 137	83 444	1 124	0	0	0	1099 314	98 347	1197 661	1197 661	1387 366	2,0	16,0
	Mar	107 236	84 147	1 148	0	0	0	1121 298	105 937	1227 235	1227 235	1419 766	2,3	17,5
	Abr	114 406	84 985	1 150	0	0	0	1130 519	115 898	1246 217	1246 217	1446 759	1,9	18,8
	Mai	108 251	86 037	1 207	0	0	0	1153 027	137 832	1290 859	1290 859	1486 354	2,7	21,0
	Jun	115 604	87 416	1 252	0	0	0	1176 431	136 677	1313 108	1313 108	1517 380	2,1	22,6
	Jul	115 812	89 091	1 186	0	0	0	1147 823	191 538	1339 361	1339 361	1545 450	1,8	22,7
	Ago	114 488	90 749	1 242	0	0	0	1167 472	184 568	1352 040	1352 040	1558 519	0,8	22,9
	Set	120 340	93 660	1 344	0	0	0	1180 030	176 086	1356 116	1356 116	1571 480	0,8	21,7
	Out	122 967	94 903	1 368	0	0	0	1174 765	190 835	1365 600	1365 600	1584 838	0,9	21,2
	Nov	130 847	96 610	1 383	0	0	0	1202 175	173 008	1375 183	1375 183	1604 003	1,2	21,6
	Dez	146 617	100 777	1 446	0	0	0	1201 965	165 813	1367 778	1367 778	1616 618	0,6	20,9
2008	Jan	130 588	101 172	1 454	0	0	0	1187 444	228 346	1415 790	1415 790	1649 004	2,0	21,2

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Exigibilidade adicional sobre depósitos à vista e de poupança: SELIC.
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia, do DEMAB (-) oversold (+) undersold e posições da Res. 2308, de 28.8.96.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento (M1), considerada a média dos saldos diários, alcançaram R\$199,5 bilhões em janeiro, com redução de 5,2% no mês e crescimento de 21,6% em doze meses. Os saldos médios do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista registraram quedas de 3,3% e 6,4% no

mês. Considerado o período dos últimos doze meses, tais componentes elevaram-se em 17,7% e 24,1%, respectivamente.

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2006 Jan	54 537	-4,4	11,2	83 364	-2,4	10,7	137 900	-3,2	10,9
Fev	52 046	-4,6	11,2	79 688	-4,4	7,9	131 734	-4,5	9,2
Mar	50 624	-2,7	11,1	81 369	2,1	9,7	131 993	0,2	10,2
Abr	50 739	0,2	13,0	80 315	-1,3	10,4	131 054	-0,7	11,4
Mai	51 210	0,9	14,1	80 789	0,6	13,1	131 999	0,7	13,5
Jun	52 410	2,3	15,0	81 388	0,7	12,1	133 797	1,4	13,2
Jul	53 888	2,8	15,7	83 244	2,3	12,6	137 132	2,5	13,8
Ago	54 603	1,3	17,4	83 325	0,1	13,1	137 928	0,6	14,8
Set	57 506	5,3	22,8	85 992	3,2	17,6	143 498	4,0	19,8
Out	58 015	0,9	22,5	88 215	2,6	17,9	146 230	1,9	19,7
Nov	58 680	1,1	22,3	91 448	3,7	19,5	150 128	2,7	20,6
Dez	67 072	14,3	17,6	100 118	9,5	17,2	167 190	11,4	17,4
2007 Jan	65 157	-2,9	19,5	98 960	-1,2	18,7	164 117	-1,8	19,0
Fev	62 801	-3,6	20,7	94 814	-4,2	19,0	157 615	-4,0	19,6
Mar	61 526	-2,0	21,5	95 800	0,8	17,5	157 126	-0,3	19,0
Abr	61 402	-0,2	21,0	97 434	1,9	21,3	158 836	1,1	21,2
Mai	61 885	0,8	20,8	96 679	-0,8	19,7	158 564	-0,2	20,1
Jun	62 958	1,7	20,1	99 652	3,1	22,4	162 610	2,6	21,5
Jul	64 453	2,4	19,6	103 226	3,6	24,0	167 678	3,1	22,3
Ago	65 257	1,2	19,5	105 440	2,1	26,5	170 698	1,8	23,8
Set	68 174	4,5	18,6	107 615	2,1	25,1	175 789	3,0	22,5
Out	68 510	0,5	18,1	110 768	2,9	25,6	179 278	2,0	22,6
Nov	69 380	1,3	18,2	114 345	3,2	25,0	183 725	2,5	22,4
Dez*	79 263	14,2	18,2	131 276	14,8	31,1	210 540	14,6	25,9
2008 Jan*	76 686	-3,3	17,7	122 825	-6,4	24,1	199 510	-5,2	21,6

* Dados preliminares.

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, atingiu 1,41 ante 1,47 em dezembro.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário ^{1/}						
Média dos saldos nos dias úteis						
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$\frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
2006 Jan	0,40	0,60	0,14	0,37	1,43	
Fev	0,40	0,60	0,15	0,36	1,42	
Mar	0,39	0,62	0,14	0,35	1,46	
Abr	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44	
Mai	0,39	0,61	0,14	0,35	1,45	
Jun	0,39	0,61	0,14	0,37	1,43	
Jul	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44	
Ago	0,40	0,60	0,15	0,35	1,44	
Set	0,40	0,60	0,18	0,34	1,43	
Out	0,40	0,60	0,16	0,34	1,43	
Nov	0,39	0,61	0,16	0,35	1,43	
Dez	0,40	0,60	0,16	0,35	1,41	
2007 Jan	0,40	0,60	0,16	0,38	1,41	
Fev	0,40	0,60	0,17	0,35	1,41	
Mar	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44	
Abr	0,39	0,61	0,15	0,36	1,43	
Mai	0,39	0,61	0,15	0,36	1,42	
Jun	0,39	0,61	0,15	0,36	1,44	
Jul	0,38	0,62	0,14	0,36	1,44	
Ago	0,38	0,62	0,14	0,36	1,45	
Set	0,39	0,61	0,15	0,36	1,43	
Out	0,38	0,62	0,15	0,36	1,44	
Nov	0,38	0,62	0,15	0,36	1,44	
Dez	0,38	0,62	0,15	0,34	1,47	
2008 Jan	0,38	0,62	0,15	0,38	1,41	

1/ Onde:

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
PMPP - Papel-moeda em poder do público	CX - Encaixe de moeda corrente
M1 - Meios de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RB - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

A redução do M1 refletiu-se em queda de 3,4% no estoque do M2, que recuou para R\$755,7 bilhões. Não obstante, os saldos dos depósitos de poupança e de títulos privados elevaram-se 1,2% e 4%, alcançando R\$237,6 bilhões e R\$323,6 bilhões, respectivamente. Esse aumento deveu-se, em grande medida, às captações líquidas de R\$1,2 bilhão nas cadernetas de poupança e de R\$10,4 bilhões nos depósitos a prazo.

Em seu conceito M3, que agrega ao M2 as quotas de fundos de investimentos e os títulos públicos federais que dão lastro à posição líquida de financiamento em operações compromissadas, observou-se relativa estabilidade, com a manutenção do saldo de R\$1,62 trilhão. As quotas de fundo de investimento e o estoque de operações compromissadas elevaram-se 3% e 2%, respectivamente. O conceito M4, que agrega ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, expandiu-se 0,4%, totalizando R\$1,89 trilhão.

Meios de pagamento ampliados												R\$ milhões	
Saldos em final de período													
Período	M1	Depósitos		Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromissadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	Títulos estaduais e municipais	M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança									No. meses	Em 12 meses
2005 Jan	129 951	1 109	168 740	267 453	567 253	586 534	25 676	1 179 463	146 722	997	327 182	1,1	19,0
Fev	131 136	1 181	169 964	272 574	574 855	600 493	26 828	1 202 176	146 651	1 009	349 735	1,7	19,2
Mar	128 748	1 135	167 242	281 669	578 795	611 674	27 357	1 217 826	152 956	21	370 802	1,9	18,9
Abr	127 513	1 232	166 661	284 251	579 657	617 968	27 901	1 225 525	153 791	21	379 338	0,6	18,7
Mai	130 857	1 278	166 049	295 798	593 981	620 958	30 941	1 245 880	155 167	21	401 068	1,6	19,7
Jun	132 055	1 138	167 620	299 629	600 442	622 123	29 976	1 252 541	156 717	21	409 279	0,6	19,0
Jul	133 558	1 212	170 110	299 933	604 813	635 993	30 804	1 271 609	163 119	21	434 749	1,8	19,1
Ago	136 342	1 154	171 003	298 533	607 033	648 529	28 169	1 283 731	166 567	21	450 319	1,1	18,5
Set	143 061	1 339	174 233	293 241	611 875	663 273	26 714	1 301 881	169 455	22	471 337	1,4	18,5
Out	145 009	3 698	176 209	297 493	622 409	666 931	30 825	1 320 165	173 576	22	493 763	1,5	18,8
Nov	151 875	3 320	180 119	302 411	637 724	677 167	33 233	1 348 123	179 252	22	527 397	2,3	19,3
Dez	174 345	3 731	187 864	295 559	661 500	684 082	32 123	1 377 704	180 681	22	558 607	2,0	18,8
2007 Jan	155 630	3 082	189 735	297 305	645 752	710 837	34 939	1 391 528	190 475	22	582 024	1,5	19,2
Fev	153 682	2 749	192 045	298 490	646 966	722 353	37 179	1 406 498	197 717	23	604 236	1,4	18,9
Mar	155 577	2 798	194 376	297 484	650 734	726 128	34 955	1 413 816	213 306	23	627 145	1,4	18,7
Abr	156 468	3 155	197 640	299 867	657 130	746 789	37 109	1 441 028	223 504	23	664 555	2,3	20,7
Mai	157 893	2 783	200 246	302 977	663 900	753 843	41 287	1 459 030	238 625	23	697 677	2,0	21,2
Jun	164 171	3 052	203 955	308 042	677 220	759 169	42 363	1 478 753	249 063	23	727 839	1,8	22,4
Jul	168 891	3 113	208 214	304 406	682 624	774 627	41 879	1 499 130	253 145	23	752 298	1,4	22,4
Ago	170 027	3 236	212 971	311 853	698 087	771 293	40 017	1 509 397	252 693	23	762 113	0,6	21,5
Set	174 810	3 358	218 432	315 106	711 706	793 190	40 149	1 545 045	263 755	23	808 823	2,7	22,9
Out	178 096	3 541	221 169	319 547	722 353	806 478	40 750	1 569 580	266 846	23	836 449	1,5	22,9
Nov	187 793	3 631	225 355	318 210	735 189	807 044	43 345	1 585 577	271 311	24	856 912	1,1	21,6
Dez	232 023	4 249	234 672	311 084	782 028	794 163	42 529	1 618 721	267 828	24	886 672	1,6	21,0
2008 Jan*	190 747	3 742	237 597	323 622	755 709	817 703	43 382	1 616 794	277 011	24	893 829	0,4	19,7

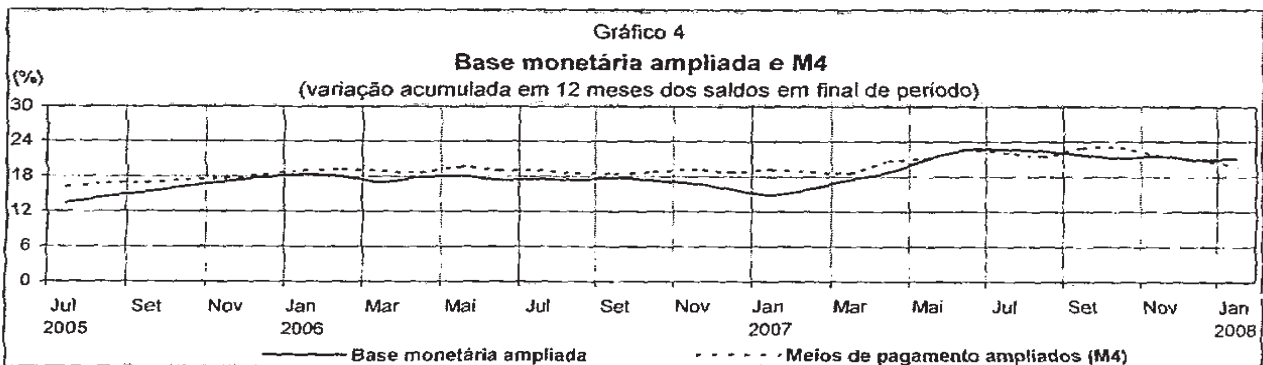
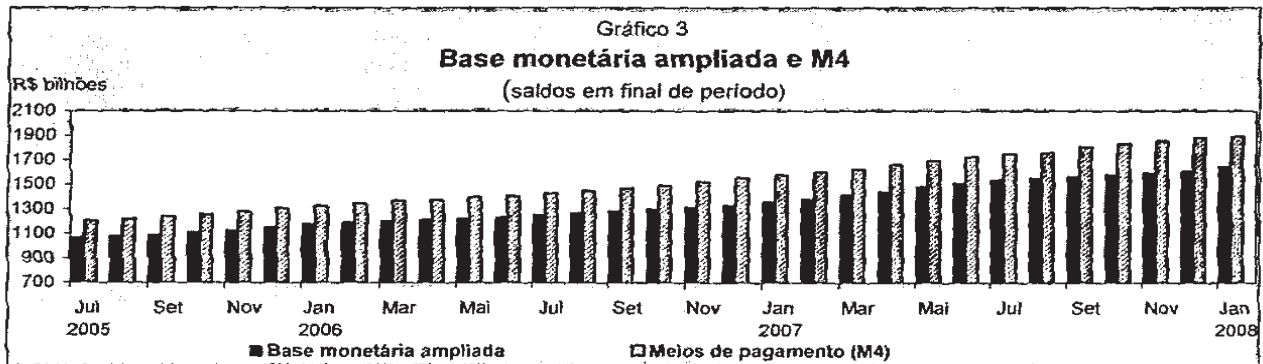
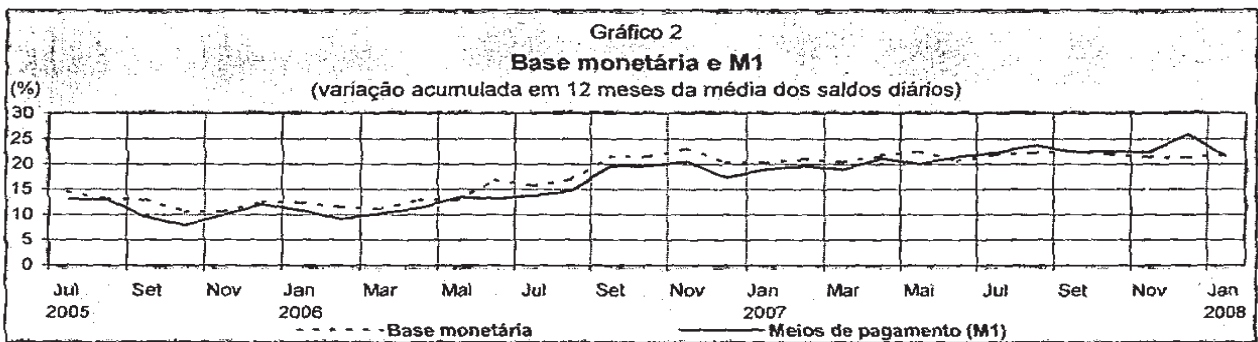
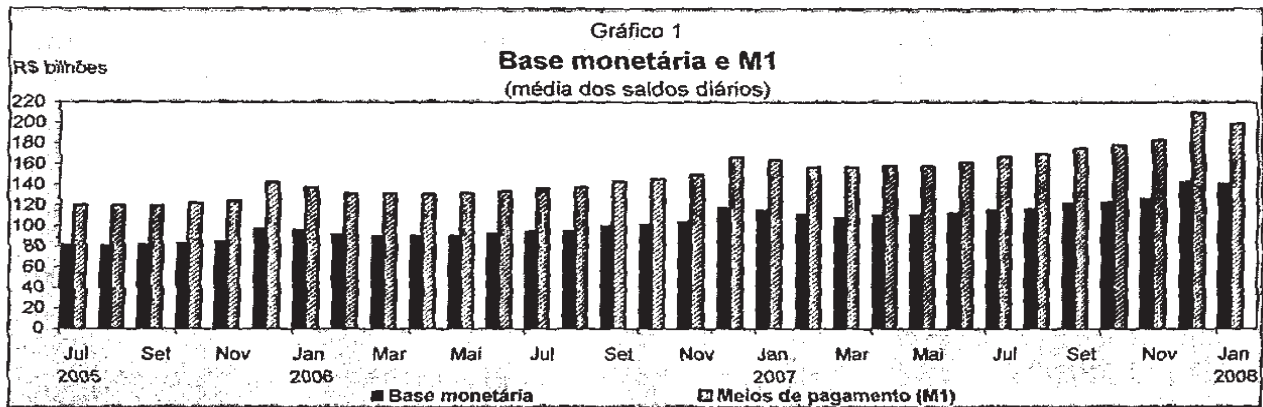
1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.

2/ - Excluso lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* - Dados preliminares

V – Anexos



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o exposto no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.
6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.
7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.
8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.
9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:
- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
 - encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
 - encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
 - encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
 - assistência financeira de liquidez;
 - operações com derivativos;
 - recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
 - outras contas.
10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

Aviso nº 117 – C. Civil.

Brasília, 5 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: **Demonstrativo das emissões do Real.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

ofício nº 5/5, de 2008

– **Projeto de Resolução nº 1, de 2004**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dá nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal; e

– **Projeto de Resolução nº 20, de 2007**, de autoria do Senador Tião Viana, que denomina “Campus Universitário Senador Lauro Campos” a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Presidência recebeu o **Ofício nº S/5, de 2008** (nº 274/2008, na origem), do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2007, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o Ofício recebido:

GAPRE.2008/ **0 2 7 4**

Fortaleza, **04 /03 /08**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência as *Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE*, referentes ao ano de 2007, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27.09.89.

Respeitosamente,



ROBERTO SMITH
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2007

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Paranjana, 5700 Fortaleza CE - Sociedade de Capital Aberto - Carta Patente nº 3465 - C.N.P.J nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2007

No exercício de 2007, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) manteve o seu compromisso de fomentar o desenvolvimento da região Nordeste por meio do apoio financeiro aos diversos públicos que compõem o cenário de desenvolvimento da Região: empresas de grande e médio portes, micro e pequenas empresas, empreendedores informais, agricultores familiares e outras pessoas físicas, além de Governos.

As contratações globais de operações de empréstimos e financiamentos durante o ano somaram R\$ 7,5 bilhões, tendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) como a principal fonte de recursos. Com o valor de R\$ 4,2 bilhões em financiamentos com o FNE, 2007 foi o terceiro ano consecutivo de contratações acima de R\$ 4 bilhões com essa fonte de recursos, demonstrando a importância do FNE para o cumprimento da missão do BNB. A Agricultura Familiar foi beneficiada com créditos no valor total de R\$ 1,2 bilhão e os empreendedores informais com R\$ 794,3 milhões por meio do programa de microcrédito Crediamigo.

Como parte da estratégia de diversificação de fontes para financiar suas operações, o Banco realizou em 2007 as primeiras contratações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), além da estruturação de uma operação com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

A criação do Ambiente de Responsabilidade Socioambiental e da Ouvidoria do BNB, a inauguração de mais um Centro Cultural e a implementação de uma linha de financiamento voltada exclusivamente para o setor da cultura – o Programa de Apoio à Cultura (PROCULTURA) – marcam a relevância que tem sido dada pelo Banco à sustentabilidade de suas ações e a importância que tem sido reservada à cultura.

Com todas essas ações, o Banco intensifica cada vez mais a sua atuação na região Nordeste e parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, participando ativamente da promoção do desenvolvimento de forma sustentável.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Contratações Globais

No exercício de 2007, o BNB contratou financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo voltados para o desenvolvimento da região Nordeste no valor total de R\$ 7,5 bilhões.

	CONTRATAÇÕES GLOBAIS R\$ milhões		
	2006	2007	Variação
Operações de Longo Prazo ⁽¹⁾	5.223,4	4.989,4	-4,5%
Operações de Curto Prazo ⁽²⁾	2.065,0	2.489,6	20,6%
Total	7.288,4	7.479,0	2,6%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infra-estrutura; e comércio e serviços; (2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida.

Os setores rural e comercial foram os que mais receberam recursos no período, com R\$ 2,7 bilhões e R\$ 2,5 bilhões respectivamente. O setor de serviços foi o que mais cresceu em termos percentuais, com 43,6% a mais em comparação ao período anterior.

Setor	CONTRATAÇÕES GLOBAIS POR SETOR ECONÔMICO R\$ milhões		
	2006	2007	Variação
Rural	2.709,8	2.710,1	0,0%
Industrial	1.482,4	1.165,0	-21,4%
Infra-estrutura	741,7	502,6	-32,2%
Comércio ⁽¹⁾	1.940,4	2.506,8	29,2%
Serviços	414,1	594,5	43,6%
Total	7.288,4	7.479,0	2,6%

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

Dentre as contratações de operações de longo prazo, o FNE mantém-se como a principal fonte de recursos, com 85,1% do total. Com a estratégia de diversificação de fontes para financiar suas operações, o Banco realizou importantes contratações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), além da estruturação de uma operação com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO CONTRATADOS R\$ milhões

Fonte	2006	2007	Variação
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	4.588,2	4.246,5	-7,5%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	316,7	-	-100,0%
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	100,7	250,2	148,5%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	-	65,2	-
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	-	55,3	-
Demais fontes ⁽¹⁾	217,8	372,2	70,9%
Total	5.223,4	4.989,4	-4,5%

(1) Recursos Internos, Poupança e Fundo de Terras.

Os empréstimos de curto prazo apresentaram um crescimento de 20,6%, destacando-se a contribuição dos produtos de crédito comercial para esse resultado. Os valores contratados de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro apresentaram um crescimento de 42,1% se comparados com o ano anterior.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS R\$ milhões

Produto	2006	2007	Variação
Crédito Comercial	1.060,2	1.300,1	22,6%
Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro	449,8	639,1	42,1%
Desconto	217,7	287,6	32,1%
Contas Garantidas	392,7	373,4	-4,9%
Câmbio ⁽¹⁾	365,2	395,2	8,2%
Crediamigo	639,6	794,3	24,2%
Total	2.065,0	2.489,6	20,6%

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo BNB e principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para financiar suas operações de desenvolvimento da Região, foi responsável por R\$ 4.246,5 milhões em financiamentos no ano. Mesmo com pequena redução do valor em relação ao ano anterior, o ano de 2007 é o terceiro período seguido de contratações acima de R\$ 4 bilhões. O setor rural contou com a maior participação nos financiamentos do FNE, com operações que totalizaram R\$ 2.192,2 milhões, seguido do setor Comércio/Serviços com R\$ 895,3 milhões e o Industrial com R\$ 721,5 milhões.

FNE - CONTRATAÇÕES POR SETOR ECONÔMICO R\$ milhões

Setor	2006	2007	Variação
Rural	2.444,5	2.192,2	-10,3%
Industrial	1.032,7	721,5	-30,1%
Infra-estrutura	425,0	437,5	2,9%
Comércio/Serviços	686,0	895,3	30,5%
Total	4.588,2	4.246,5	-7,5%

Microcrédito

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. O volume de empréstimos realizados no ano de 2007, por meio do Crediamigo, foi de R\$ 794,3 milhões, representando um crescimento de 24,2% em relação ao ano de 2006, quando foram emprestados R\$ 639,6 milhões. A quantidade de empréstimos desembolsados obteve, também, significativo crescimento de 19,5%. Em 2007, foram realizadas 824,8 mil operações e, em 2006, foram contratadas 690,4 mil. Ao final de 2007 o Crediamigo alcançou o número de 299.975 clientes ativos, o que representa um crescimento de 27,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o Programa contava com 235.729 clientes. A Carteira Ativa cresceu 37,5%, passando de R\$ 170,6 milhões para R\$ 234,7 milhões.

PROGRAMA CREDIAMIGO EM 2007

	Valor
Quantidade de operações – ANO	824.782
Valor contratado (R\$ mil) – ANO	794.257,1
Valor médio contratado (R\$ 1.00) – ANO	962,99
Clientes Atendidos – ANO	766.582
Clientes Atendidos com operações por DIA	3.312

Clientes Ativos - 31.12.2007	299.975
Carteira Ativa (R\$ mil) - 31.12.2007	234.656,5
Valor Médio Ativo (R\$ 1,00) - 31.12.2007	782,25

Em 2007 foi concluída a expansão do Crediamigo Comunidade para todos os Estados do Nordeste e Minas Gerais, com 113 Unidades treinadas e formando bancos comunitários - conjuntos de 15 a 30 pessoas que desejam iniciar ou ampliar uma atividade produtiva, com planejamento, crédito, poupança, pagamento de parcelas do crédito, capacitação e melhorias para os negócios, a família e a comunidade, por meio de princípios da auto-gestão. Até o final do ano encontravam-se formados mais de 1.000 bancos, atendendo a quase 17 mil clientes. O produto possui um grande potencial para inclusão da população com atividades econômicas incipientes ou mesmo sem atividade, contribuindo fortemente para sua inclusão social.

Agricultura Familiar

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: O BNB tem se firmado como principal agente financeiro do PRONAF para o Nordeste, com uma carteira ativa da ordem de R\$ 4,4 bilhões, envolvendo 1,5 milhão de operações. Os 505,9 mil financiamentos contratados no âmbito do PRONAF em 2007 totalizaram R\$ 1.183,5 milhões. O BNB firmou convênio com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, objetivando o acesso das mulheres à documentação, alcançando a emissão de mais de 91 mil documentos de mulheres em 124 municípios. Essa ação contribuiu para o acesso das mulheres ao crédito, obtendo-se em 2007 a marca de 43% das operações para esse público.

PRONAF - CONTRATAÇÕES POR GÊNERO R\$ milhões

Gênero	Quantidade de Operações	Valor Contratado	% Quant.	% Valor
Feminino	216.468	407,8	42,8%	34,5%
Masculino	289.471	775,7	57,2%	65,5%
TOTAL	505.939	1.183,5	100,0%	100,0%

Agroamigo: Programa que utiliza metodologia de microcrédito produtivo orientado na concessão de empréstimos destinados a agricultores familiares do Grupo B do Pronaf, o BNB contratou, com o Agroamigo, 192,7 mil operações totalizando R\$ 259,5 milhões. O Programa está implantado em 164 agências do Banco assistindo a 876 municípios por meio de 401 assessores de microcrédito rural. A utilização dessa metodologia visa agilizar o processo de concessão de crédito e expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares.

Crédito Fundiário: Durante do ano de 2007, o Banco contratou, por meio dos Programas de Crédito Fundiário, nas linhas Combate à Pobreza Rural - com seus dois subprojetos de Aquisição de Terra e Investimentos Complementares - e Consolidação da Agricultura Familiar, 713 operações no valor total de R\$ 124,0 milhões.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE)

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) foi concebido para atender parte das demandas da cadeia do turismo, investindo em ações de natureza pública no suprimento de algumas carências na Região, notadamente de infra-estrutura e desenvolvimento institucional. A segunda fase do Programa - o Prodetur/NE II -, em execução, beneficia os mesmos pólos dos Estados nordestinos que receberam investimentos da primeira fase, além do pólo do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Essa fase teve seu escopo de ações expandido, contemplando, além de infra-estrutura, ações voltadas para o fortalecimento da gestão do turismo e de planejamento e capacitação profissional e empresarial. O Prodetur/NE II envolve recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões oriundos do Contrato de Empréstimo firmado entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 160 milhões de contrapartida da União Federal, dos Estados, dos Municípios e, eventualmente, da iniciativa privada. O comprometimento total dos recursos do Programa se concretizou no ano de 2006.

Operações Estruturadas

Operações Estruturadas são aquelas resultantes de propostas de crédito que requerem atendimento específico e soluções diferenciadas, dadas as suas especificidades e evidente importância para a promoção do desenvolvimento do Nordeste. Durante o ano de 2007 o Banco analisou 50 Cartas-Consulta de propostas de Operações Estruturadas e contratou 17 financiamentos no valor de R\$ 1,1 bilhão, viabilizando empreendimentos de forte impacto econômico para a região Nordeste. Com isso, chega a 68 a quantidade de projetos contratados classificados como operações estruturadas envolvendo financiamentos totais no valor de R\$ 4.745,3 milhões.

OPERAÇÕES ESTRUTURADAS CONTRATADAS

POR SETOR DE ATIVIDADE

R\$ milhões

Setor	Quant. Projetos	Valor Financiamentos	%
Produção e Distribuição de Energia	23	1.465,7	30,9
Comunicação	7	998,4	21,0
Petroquímica	6	691,0	14,6
Indústria	4	332,0	7,0
Agroindústria	6	308,3	6,5
Siderurgia	2	230,4	4,9
Papel e Celulose	1	195,7	4,1
Comércio	5	145,2	3,1
Indústria de Calçados	1	112,0	2,7
Serviço de Transporte	2	95,2	2,0
Indústria de Produtos Alimentícios	1	51,3	1,1
Hotelaria	2	40,4	0,9
Plástico	2	32,8	0,7
Serviço de Tratamento de Resíduos	2	19,1	0,4
Indústria Gráfica	1	14,0	0,3
Serviço - Hospital	2	9,7	0,2
Serviços	1	4,0	0,1
Total	68	4.745,3	100,0

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPE)

O BNB colocou à disposição das linhas de crédito para apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) o valor de R\$ 600,0 milhões, adotado como meta para o ano de 2007. No mesmo período, o Banco contratou mais de 55 mil operações com mais de 15 mil empresas no valor total de R\$ 753,1 milhões. O montante representa 125,5% dos recursos destinados a esse público para o ano. Dentre as ações que contribuíram para esse resultado, destacam-se: a simplificação do processo de crédito, envolvendo regras para vistorias e fiscalizações e questões relacionadas a registros cartorários; adoção de estratégias de negócios com clientes preferenciais para a realização de negócios junto às redes de franquias e de fornecedores e cadeias produtivas de grandes empresas; a participação no Fórum da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte promovido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); e a celebração de parceria de estratégia empresarial com o Sebrae, priorizando o apoio financeiro às MPEs que venham recebendo assistência técnica daquele Serviço.

Carteira Comercial

Em 2007, foram contratados R\$ 1.300,1 milhões em operações de crédito comercial, representando um crescimento de 22,6% diante do volume de contratações do ano anterior. Os produtos de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro apresentaram um crescimento de 42,1%, chegando ao volume de R\$ 639,1 milhões em operações contratadas.

Resultado do compartilhamento de redes de atendimento bancário com outras instituições, com o objetivo de ampliar os canais de atendimento, os clientes do Banco tiveram acesso às suas contas por meio de 7 mil pontos de auto-atendimento da rede do Banco do Brasil e em mais de 32 mil pontos da Rede Verde-Amarela (RVA). O Banco também liberou para os clientes o acesso de informações via celular das suas contas-correntes, poupanças e aplicações financeiras. Ao final de 2007, a quantidade de correntistas do Banco aumentou significativamente, em especial as contas simplificadas, como parte do processo de "bancaização", que passaram de 235 mil, ao final de 2006, para 288 mil.

Recuperação de Crédito

No ano de 2007 foram regularizadas 254.163 operações que se encontravam em atraso ou prejuízo atingindo a cifra de R\$ 1.032,9 milhões. O valor representa 129% da meta estabelecida para o ano, de R\$ 800 milhões. Do valor envolvido, R\$ 162,5 milhões, ou 16%, correspondem ao recebimento em espécie. Em operações do FNE foram R\$ 622 milhões ou 60% do valor total.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**Ativos Totais**

Ao término de 2007, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 13,3% em relação ao final de 2006. Esse crescimento foi proporcionado, além da apropriação de receitas geradas pelos ativos, pelo ingresso de recursos oriundos de novas captações de poupança e depósitos a prazo, bem como de recursos do FNE. A carteira de crédito própria, cujos saldos antes de retificados por provisões para devedores duvidosos cresceram 8,5%, embora tenha havido declínio nos saldos de aplicações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (-3,9%) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (-8,4%). Os saldos de operações de crédito da carteira do BNB destinadas à indústria, comércio e serviços apresentaram crescimento de 18,7%, enquanto os financiamentos rurais e agroindustriais evoluíram 7,1%. Por sua vez, os saldos de provisões para créditos de liquidação duvidosa caíram 2,8%. Os saldos totais de ativos do FNE cresceram 14,8% ao longo de 2007 por conta, principalmente, da expansão dos saldos de operações de crédito líquidos de provisões e do aumento de ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Em 2007, ingressaram no patrimônio do FNE recursos provenientes do Tesouro num montante de R\$ 3.216 milhões, contra R\$ 2.776 milhões em 2006. Quando são comparadas as posições de 31.12.2007 e 31.12.2006, percebe-se um acréscimo de 16,9% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (antes de retificados por provisões) e de 185,3% nos saldos de provisões para créditos de liquidação duvidosa. O acréscimo nas provisões foi consequência, principalmente, da necessidade de aprovisionar valores de operações renegociadas pela Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, conforme determina a Portaria Interministerial Nº 46, de 07.03.2007, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. Destaca-se, também, a recuperação no ano de 2007, para o ativo do FNE, do volume de R\$ 436 milhões relativos a créditos anteriormente baixados como "Prejuízos". Desse valor, R\$ 336 milhões recuperados por meio de renegociações no âmbito da Lei Nº 11.322. Em 2006, o volume total recuperado foi de R\$ 76 milhões.

Discriminação	ATIVOS GLOBAIS		R\$ milhões	
	BNB		FNE	
	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007
Disponibilidades, ⁽¹⁾ Aplicações				
Interfinanceiras e TVM	7.678,6	8.810,6	3.678,2	4.452,6
Operações de Crédito - Saldo Líquido de Provisões	3.578,0	3.916,2	15.555,3	17.642,0
Operações de Crédito	3.882,3	4.212,0	15.875,4	18.555,2
- Indústria, Comércio e Serviços	1.042,8	1.237,6	3.745,8	4.638,1
- Rurais e Agroindustriais	1.689,7	1.808,9	10.895,7	12.201,6
- Infra-estrutura e Desenvolvimento	622,3	599,1	1.233,8	1.715,6
- Refinanciamentos	502,8	525,3	-	-
- Outras	24,8	40,6	-	-
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(304,3)	(295,8)	(320,1)	(913,2)
Relações Interfinanceiras, Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.037,1	1.222,4	177,0	198,1
Permanente	183,7	193,8	-	-
Total	12.477,4	14.143,1	19.410,5	22.292,7

⁽¹⁾ Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis do FNE.

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2007, correspondia a R\$ 5.129 milhões. Ao final de 2006, a carteira totalizava R\$ 6.653 milhões. Essa redução de 22,9% ocorreu, basicamente, pelo vencimento dos títulos cujos recursos resgatados foram direcionados para aplicações interfinanceiras de liquidez, que apresentaram um saldo,

em 31.12.2007, no valor de R\$ 3.623 milhões, contra R\$ 977 milhões, em 31.12.2006.

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS R\$ milhões

	31.12.2006	31.12.2007
Títulos para Negociação	1	1
Títulos Disponíveis para Venda	6.570	5.100
Títulos Mantidos até o Vencimento	82	28
Carteira Total	6.653	5.129

Atendendo à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o BNB elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, o qual aponta disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens, totalizavam, em 31.12.2007, sem a dedução de provisões, R\$ 22.999 milhões, o que representa um crescimento, no exercício, da ordem de 15,2%.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA¹ R\$ milhões

Fonte	31.12.2006	31.12.2007
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	15.875	18.555
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	1.341	1.442
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	741	712
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	620	568
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	386	389
Fundo de Terras/Reforma Agrária	295	371
Poupança BNB	142	265
Captações Externas (Câmbio)	228	255
Crediamigo (utiliza recursos do BIRD, FAT, DIM e Recursos Internos)	178	245
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	79	79
INCRA - Conta Fundiária	61	63
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	-	36
FRT (Fundo Rotativo de Terras)	9	10
BNDES-Finsocial, CEF, Fungetur, Sudene e Outras	12	10
TOTAL	19.967	22.999

¹ Inclui operações de crédito e outras rubricas com características de crédito, tais como adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens.

Recursos Totais

De 31.12.2006 a 31.12.2007, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 14,3%, conforme a tabela seguinte.

	RECURSOS TOTAIS		R\$ milhões
	31.12.2006	31.12.2007	
Depósitos à vista	132	143	
Depósitos de poupança	546	728	
Depósitos a prazo	1.761	2.073	
- FAT	673	550	
- Finor - Disponib. e Reinvestimentos Lei nº 8.167	156	396	
- Outros	933	1.127	
Depósitos Interfinanceiros e Outros	208	173	
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.678	4.454	
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.228	1.188	
- BNDES e FINAME	802	660	
- Outras Instituições	426	528	
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	740	653	
Obrigações por Empréstimos	325	322	
Captações no Mercado Aberto	224	201	
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	521	560	
Passivos Contingentes	660	837	
- FNE	513	648	

. Causas Cíveis, Fiscais e Outras	53	72
. Causas Trabalhistas	94	117
Provisões Sociais e Estatutárias	95	85
Pagamentos a Efetuar	781	1.025
. Deliberação CVM 371 (Benefícios pós-emprego)	712	810
. Outros	69	215
Outras Obrigações	74	99
Total das obrigações para com terceiros	10.975	12.541
Patrimônio Líquido	1.502	1.602
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	12.477	14.143
Recursos FNE (exceto Disponibilidades)	15.732	17.840
Total	28.210	31.983

Patrimônio Líquido

O BNB apresentou, em 31.12.2007, um Patrimônio Líquido de R\$ 1.602,5 milhões (R\$ 1.502,3 milhões, em 31.12.2006). O Capital Social Realizado de R\$ 1.299 milhões, em 31.12.2007, manteve-se igual ao valor em 31.12.2006. O Capital Social do BNB está representado por 870.019.022.574 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido do BNB no exercício de 2007 importou em R\$ 219,7 milhões, montante 8,4% superior ao apresentado em 2006 (R\$ 202,7 milhões). O lucro líquido por lote de mil ações que, em 31.12.2006, era de R\$ 0,23, passou, em 31.12.2007, a R\$ 0,25. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2007 foi de 13,71% a.a. Esse índice foi de 13,49% a.a. em 31.12.2006. Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 2007, a rentabilidade do ano foi de 14,14% a.a., enquanto em 2006 foi de 13,82% a.a.

Índice de Adequação Patrimonial

Em 31.12.2007, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do BNB alcançou 16,28% (18,97%, em 31.12.2006), com o Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 1.602 milhões (R\$ 1.502 milhões, em 31.12.2006). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam, para 31.12.2007, um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 1.083 milhões.

Fundos de Investimento

No exercício de 2007, o BNB manteve sob sua administração 15 fundos de investimento, sendo nove destinados aos clientes de varejo, dois exclusivamente para o setor público e quatro para investidores exclusivos. Dentre quatro fundos de varejo administrados pelo Banco e avaliados pela revista Guia Exame – Investimentos Pessoais 2007, três se destacaram obtendo a classificação máxima de 5 estrelas. Para essa avaliação, a metodologia utilizada pelo Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas considera a relação rentabilidade e risco. Um fundo que obtém 5 estrelas está entre os 10% melhores nessa relação. O patrimônio líquido dos fundos atingiu, ao final de 2007, R\$ 2.060,8 milhões, o que representou um crescimento de 15,12% em relação à última posição de 2006.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO

Programas e Fontes de Financiamento

Em consonância com a estratégia para a diversificação de fontes, o Banco efetivou importantes investimentos utilizando novas fontes de recursos: o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT Infra-estrutura) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM). O FDNE proveu recursos para a contratação de um financiamento no valor de R\$ 47 milhões. Já com o FAT foram contratadas três operações no valor total de R\$ 65 milhões para projetos destinados à distribuição de energia. Em relação ao FMM, o BNB atuou como agente financeiro apoiando o fomento da indústria naval brasileira, tendo contratado projeto no valor de R\$ 55 milhões para construção de embarcações para travessias marítimas. Em 2007 o BNB implementou nova linha de financiamento voltada exclusivamente para o setor da

cultura – o Programa de Apoio à Cultura (PROCULTURA) –, dentro de uma parceria celebrada com o Ministério da Cultura.

Apoio às Políticas Públicas

Durante o ano de 2007, o BNB realizou importantes ações de apoio às políticas públicas, articulando parcerias com diversas entidades, reforçando sua missão desenvolvimentista na Região. Dentre as ações destacam-se: o desenvolvimento do Programa PROLAGOSTA – em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR; o Programa de Indenização dos Proprietários de Redes Caçoeiras e Compressores – em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR; o apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, em parceria com os Governos Estaduais, Petrobrás e movimentos sociais; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR – com vários parceiros, dentre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e o Programa Luz Para Todos – com a formação de 180 multiplicadores do Programa, em parceria com o Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) do BNB concluiu e publicou diversos estudos setoriais, pesquisas e livros em 2007. Na área rural, concluiu e publicou os seguintes estudos: Floricultura: perfil da atividade no Nordeste brasileiro; Floricultura: caracterização e mercado; Setor sucoalcooleiro nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas; Fruticultura nordestina: desempenho recente e possibilidades de políticas; Vitivinicultura Nordestina: Características e Perspectivas. Nas áreas industrial e de serviços, os trabalhos concluídos foram: Infra-estrutura (energia eólica); Cenários; Estimativas de variáveis econômicas e financeiras para FEBRABAN; Levantamento de usinas eólicas em operação no Brasil; Mercado de energia elétrica no Nordeste até 2015; Síntese do Setor Rochas Ornamentais no Espírito Santo; Informações de empregos diretos e indiretos de setores da matriz econômica de insumo-produtos e seus multiplicadores; Conjuntura sobre Setor Têxtil; Rochas Ornamentais; Informações sobre Mica; Consórcio Público; Texto para discussão sobre integração do Nordeste; Texto para o relatório de progresso do PRODETUR - setor de turismo; e Informes sobre Conjuntura do Nordeste para o Congresso Nacional. Na área de Indústria e Serviços foram publicados os seguintes Informes: Setor de Siderurgia e Setor de Petroquímica.

Fundos de Apoio Científico e Tecnológico

Ciente da importância do apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento regional e para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, o Banco administra três fundos de apoio a pesquisas: o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste (FASE) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Em 2007, o Banco contratou 199 projetos do FUNDECI totalizando R\$ 11,3 milhões em recursos não-reembolsáveis, contemplando as mais diversas atividades. Com o objetivo de financiar projetos e pesquisas socioeconômicas de interesse do Nordeste, o FASE apoiou 54 projetos no total de R\$ 2,3 milhões. Com o FDR foram apoiados 43 projetos no valor de R\$ 2,0 milhões.

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Gestão de Pessoas

O Banco findou o ano com 5.726 funcionários, quase 11% acima do quantitativo existente ao final do exercício anterior. O Programa de Bolsistas possibilitou, em 2007, o ingresso de 416 novos estagiários, sendo 220 de nível médio e 196 de nível superior. Foi iniciado em janeiro de 2007 o Projeto Gestão de Desempenho e Potencial que tem como objetivo principal desenvolver Modelo de Gestão de Desempenho e Potencial por Competências, que permita vincular a valorização do Capital Humano ao seu nível de contribuição para os resultados organizacionais. Durante o ano de 2007, participaram de treinamento

5.269 funcionários, representando 92% do total de colaboradores. Foram mais de 26 mil oportunidades de treinamento nas duas linhas de atuação: educação formal e educação profissional.

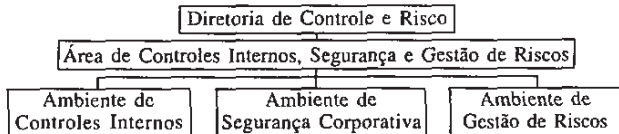
GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura organizacional do Banco está desenhada com base em princípios de Governança Corporativa que visam a prover solidez à empresa por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos. Dentre as ações de fortalecimento da prática da Governança Corporativa, desenvolvidas ao longo de 2007, destacam-se: criação do Ambiente de Gestão de Riscos com a responsabilidade pelo gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado e operacional; criação e instalação da Ouvidoria Institucional; aperfeiçoamento do Regimento Interno e do Manual de Procedimentos do Comitê de Auditoria; alteração na estrutura organizacional do Ambiente de Controles Internos compreendendo a criação da Gerência de Controle de Ilícitos Financeiros e de Processos Centralizados, alteração das funções e denominação da Célula de Estruturação de Controles Internos e Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e criação dos Agentes de Compliance; e implantação do Sistema de Rastreamento da Reciclagem de Capitais de Origem Ilícita – SIRCOI, relacionado ao combate à lavagem de dinheiro.

Estrutura de Gerenciamento dos Riscos Operacional, de Crédito e de Mercado

O BNB conta com uma Diretoria específica para tratar de Controle e Risco, atendendo às Resoluções 3.380 e 3.464 do Banco Central que determinam às Instituições Financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional e de risco de mercado. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos. O Ambiente de Gestão de Riscos foi criado em 2007 e, com relação ao risco operacional, dará continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Basileia II. A gestão estratégica dos riscos é realizada pelo Comitê Corporativo de Gestão dos Riscos composto por representantes de diversas áreas de negócios do Banco.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO



A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional; definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar as ações de segurança corporativa; e implementar controles internos de forma segregada das demais áreas. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos; acompanhar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição; verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como função definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança de pessoas. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito e de mercado do BNB constará de seu Relatório Anual 2007, a ser editado ao longo do ano de 2008. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal www.bnb.gov.br e distribuído a público de relacionamento do Banco.

Comitê de Auditoria

O BNB conta com o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, que tem o papel de exercer acompanhamento da eficiência e da eficácia dos controles internos, da auditoria interna, da auditoria independente e da contabilidade. Dentro de seu papel institucional, o Comitê participa das reuniões do Conselho de Administração e mantém contatos constantes com a Diretoria e áreas do Banco de forma a aferir a qualidade das informações contábeis e financeiras da Instituição, o aperfeiçoamento dos controles internos e o cumprimento das normas legais e regulamentares internas, além de referendar, ao final de cada semestre, o Relatório da Ouvidoria.

Ouvidoria Institucional

Em setembro de 2007, o BNB criou e instalou a sua Ouvidoria Institucional conforme a Resolução 3.477 do Banco Central que determina instituir componente organizacional de ouvidoria compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas de cada instituição financeira. A atividade de Ouvidoria promove a transparência das ações da empresa; cria canais de comunicação próprios entre a administração e o cidadão; e melhora a prestação de serviços. Com o objetivo de aprimorar o relacionamento do Banco com seus públicos e atenta à defesa dos direitos do consumidor, a Ouvidoria do BNB atua como canal de comunicação entre os cidadãos e a instituição – em particular clientes e usuários de seus produtos e serviços – e no tratamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios que não sejam solucionadas pelos canais habituais de atendimento do Banco. Atua, também, como parceira no aperfeiçoamento e qualificação dos processos internos, produtos e serviços, acompanhando as sugestões e implementação de melhorias. Nos quatro meses de funcionamento em 2007, a Ouvidoria recebeu 126 manifestações, as quais geraram 8 sugestões de melhoria, envolvendo diversas áreas do Banco.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)

Responsabilidade Socioambiental: o BNB criou o Ambiente de Responsabilidade Socioambiental com o objetivo de sistematizar e realizar gerenciamento das políticas e ações do Banco com o tema e para uma maior efetivação de investimentos em arte, cultura, meio ambiente, educação, formação profissional e apoio às políticas de proteção à criança e ao adolescente. Dentre as ações realizadas no ano destacam-se a aplicação de incentivos fiscais em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas e unidades do Banco em Fortaleza, em cumprimento do Decreto Federal nº 5.940/2006, que dispõe sobre a separação de resíduos recicláveis pelos órgãos da administração pública e a distribuição com associações organizadas de catadores de lixo.

Apoio à Cultura: Foi inaugurado em 2007 o Centro Cultural Banco do Nordeste de Sousa, na Paraíba, expandindo a cultura para o interior dos Estados. Os três centros culturais do BNB – Fortaleza, Cariri e Sousa – receberam no ano 790 mil visitantes. Em 2007, o BNB voltou a investir recursos financeiros em projetos culturais, por meio da renúncia fiscal oferecida pela Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), beneficiando 21 projetos culturais, totalizando um investimento de R\$ 1,3 milhão.

INSTRUÇÃO CVM

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste do Brasil informa que, em 17 de abril de 2007, firmou contrato de auditoria externa com a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, vencedora de licitação pública, para prestação exclusiva de serviços de auditoria externa, a partir da data de referência de 31 de março de 2007. Objetivando evitar eventual conflito de interesses, o Banco rescindiu o contrato de consultoria tributária que mantinha com a Deloitte, imediatamente após a contratação da Empresa como Auditoria Independente.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2008

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.2007	31.12.2006		31.12.2007	31.12.2006
CIRCULANTE	6.639.439	4.876.844	CIRCULANTE	4.875.429	4.047.293
DISPONIBILIDADES	59.369	48.147	DEPÓSITOS (Nota 9)	1.735.189	1.376.212
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4) ..	3.622.628	977.037	Depósitos à Vista	96.725	68.091
Aplicações no Mercado Aberto	3.289.202	859.166	Depósitos de Poupança	728.395	545.906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	333.426	117.871	Depósitos Interfinanceiros	162.096	199.639
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC.			Depósitos a Prazo	737.156	553.843
DERIVATIVOS (Nota 5)	635.137	1.918.753	Outros Depósitos	10.817	8.713
Carteira Própria	614.770	1.901.469	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	200.966	224.005
Vinculados à Prestação de Garantias	20.367	17.284	Carteira de Terceiros	200.966	224.005
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	224.023	167.664	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	0	11
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.050	579	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	0	11
Créditos Vinculados:			RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.690	3.030
Depósitos no Banco Central	215.791	159.090	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.687	2.993
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	3.967	5.475	Transferências Internas de Recursos	3	37
Repasse Interfinanceiros	870	518	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	250.918	247.701
Correspondentes	2.345	2.002	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	11.866	10.691
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	1.177.306	1.154.980	Empréstimos no Exterior	239.052	237.010
Setor Público	44.629	15.647	OBRIG POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES		
Setor Privado	1.270.205	1.267.610	OFICIAIS (Nota 12)	321.441	521.507
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) ..	(137.528)	(128.277)	Tesouro Nacional	175	200
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	902.727	599.438	Banco do Brasil	0	3
Créditos por Avals e Fianças Honorados	11	7	BNDES	220.845	242.722
Carteira de Câmbio	220.152	209.506	CEF	205	289
Rendas a Receber	25.222	20.822	FINAME	19.371	24.337
Créditos Específicos	291	291	Outras Instituições	80.845	253.956
Diversos	675.604	375.091	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	23.045	0
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18.553)	(6.279)	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.045	0
OUTROS VALORES E BENS	18.249	10.825	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13) ..	53.844	57.228
Outros Valores e Bens	13.042	12.199	Repasse do Exterior	53.844	57.228
(Provisões para Desvalorizações)	(5.696)	(5.430)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	2.284.336	1.617.599
Despesas Antecipadas	10.903	4.056	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.618	5.317
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.309.864	7.416.836	Carteira de Câmbio	68	2.513
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC.			Sociais e Estatutárias	84.914	95.184
DERIVATIVOS (Nota 5)	4.493.484	4.734.673	Fiscais e Previdenciárias	560.246	127.276
Carteira Própria	4.426.943	4.675.552	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	581.795	1.137.344
Vinculados à Prestação de Garantias	66.160	59.121	Diversas	1.052.695	249.965
Instrumentos Financeiros Derivativos	381	0	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.665.059	6.927.706
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39.771	28.903	DEPÓSITOS (Nota 9)	1.381.950	1.271.862
Créditos Vinculados:			Depósitos à Vista	46.378	64.366
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	3.898	565	Depósitos a Prazo	1.335.572	1.207.496
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.479	17.833	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11)	71.570	71.287
Repasse Interfinanceiros	7.394	10.505	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	71.570	77.287
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6)	2.738.934	2.423.017	OBRIG POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES		
Setor Público	1.048.613	1.107.938	OFICIAIS (Nota 12)	866.449	706.955
Setor Privado	1.829.798	1.483.401	Tesouro Nacional	1.212	1.309
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) ..	(139.477)	(168.322)	BNDES	376.178	475.149
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	37.675	230.243	CEF	96	297
Créditos por Avals e Fianças Honorados	17	15	FINAME	43.124	59.786
Diversos	66.861	257.259	Outras Instituições	445.839	170.414
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(29.203)	(27.031)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	0	4.206
PERMANENTE (Nota 8)	193.762	183.744	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	4.206
INVESTIMENTOS	943	605	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13) ..	599.036	683.211
Outros Investimentos	5.782	8.744	Repasse do Exterior	599.036	683.211
(Provisão para Perdas)	(4.839)	(8.139)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	4.746.054	4.184.185
IMOBILIZADO DE USO	187.452	177.376	Fiscais e Previdenciárias	0	393.417
Imóveis de Uso	115.454	106.852	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.936.488	2.566.129
Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.629	Diversas	809.566	1.224.639
Outras Imobilizações de Uso	114.670	97.770	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	78	77
(Depreciações Acumuladas)	(154.300)	(138.875)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	78	77
DIFERIDO	5.367	5.763	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	1.602.499	1.502.348
Gastos de Organização e Expansão	10.829	10.259	CAPITAL	1.299.000	1.299.000
(Amortização Acumulada)	(5.462)	(4.496)	De Domiciliados no País	1.298.984	1.298.947
			De Domiciliados no Exterior	16	53
			RESERVAS DE CAPITAL	291	0
			RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	37.819	40.499
			RESERVAS DE LUCROS	200.934	94.278
			AJUSTE AO VALOR DE MERCADO-TVM E DERIVATIVOS ..	64.455	68.571
TOTAL DO ATIVO	14.143.065	12.477.424	TOTAL DO PASSIVO	14.143.065	12.477.424

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2007	Exercício/2007	Exercício/2006
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 16)	827.756	1.543.178	1.655.717
Operações de Crédito	379.090	648.444	571.991
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	441.947	887.715	1.065.939
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.963)	(40.651)	(5.305)
Resultado de Operações de Câmbio	13.267	21.499	18.367
Resultado das Aplicações Compulsórias	9.415	26.171	4.725
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 17)	(485.302)	(948.054)	(1.066.821)
Operações de Captação no Mercado	(125.663)	(247.397)	(269.692)
Operações de Empréstimos e Repasses	(287.265)	(565.310)	(690.704)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(72.374)	(135.347)	(106.425)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	342.454	595.124	588.896
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 18)	(215.594)	(335.306)	(259.815)
Receitas de Prestação de Serviços	417.435	752.126	722.911
Despesas de Pessoal	(319.589)	(608.605)	(602.055)
Outras Despesas Administrativas	(240.135)	(452.248)	(394.262)
Despesas Tributárias	(53.492)	(96.007)	(88.787)
Outras Receitas Operacionais	294.672	573.814	472.350
Outras Despesas Operacionais	(314.485)	(504.386)	(369.972)
RESULTADO OPERACIONAL	126.860	259.818	329.081
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	961	1.239	4.008
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	127.821	261.057	333.089
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	24.634	(21.536)	(112.119)
Provisão para Imposto de Renda	(38.941)	(61.999)	(48.424)
Provisão para Contribuição Social	(14.723)	(23.152)	(18.067)
Ativo Fiscal Diferido	78.298	63.615	(45.628)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(9.187)	(19.777)	(18.236)
LUCRO LÍQUIDO	143.268	219.744	202.734
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 15.d)	(51.639)	(94.000)	(80.346)
Nº de Ações (em milhões)	870.019	870.019	870.019
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)	0,16	0,25	0,23

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVME DERIVATIVOS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31.12.2005	1.277.000	0	0	43.282	8.090	22.053	30.371	0	1.380.796
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES								(24.799)	(24.799)
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS ...							38.200		38.200
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reserva:									
- Transferência p/Aumento de Capital		22.000					(22.000)		0
- Incorporação ao Capital	22.000	(22.000)							0
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
Valor Bruto				(4.199)				4.064	(135)
Encargos Tributários				1.416				(1.342)	74
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								202.734	202.734
- Destinações(Nota 15.c e d):									
- Reservas					10.137	75.999		(86.136)	0
- Dividendos								(14.175)	(14.175)
- Juros sobre o capital próprio								(80.346)	(80.346)
SALDOS EM 31.12.2006	1.299.000	0	0	40.499	18.227	76.052	68.571	0	1.502.349
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	22.000	0	0	(2.783)	10.137	53.999	38.200	0	121.553
SALDOS EM 31.12.2006	1.299.000	0	0	40.499	18.227	76.052	68.571	0	1.502.349
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS ...							(4.116)		(4.116)
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reserva:									
OUTROS EVENTOS:									
- Atualização de Títulos Patrimoniais			291						291
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
Valor Bruto				(4.060)				4.060	0
Encargos Tributários				1.380				(1.380)	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								219.744	219.744
- Destinações (Nota 15.c e d):									
- Reservas					10.987	95.668		(106.655)	0
- Dividendos								(21.769)	(21.769)
- Juros sobre o capital próprio								(94.000)	(94.000)
SALDOS EM 31.12.2007	1.299.000	0	291	37.819	29.214	171.720	64.455	0	1.602.499
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	0	0	291	(2.680)	10.987	95.668	(4.116)	0	100.150
SALDOS EM 30.06.2007	1.299.000	0	291	39.159	22.051	76.052	94.881	31.631	1.563.065
AJUSTE AO VR. DE MERC.-TVM E DERIVATIVOS ...							(30.426)		(30.426)
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
Valor Bruto				(2.030)				2.030	0
Encargos Tributários				690				(690)	0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE								143.268	143.268
- Destinações (Nota 15.c e d)									
- Reservas					7.163	95.668		(102.831)	0
- Dividendos								(21.769)	(21.769)
- Juros sobre o capital próprio								(51.639)	(51.639)
SALDOS EM 31.12.2007	1.299.000	0	291	37.819	29.214	171.720	64.455	0	1.602.499
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	0	0	0	(1.340)	7.163	95.668	(30.426)	(31.631)	39.434

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2007	Exercício/2007	Exercício/2006
ORIGEM DOS RECURSOS	2.381.501	3.483.734	1.116.126
LUCRO LÍQUIDO	143.268	219.744	202.734
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO:	11.553	22.802	19.664
Depreciações e Amortizações	11.279	21.852	19.426
Provisão para Perdas em Investimentos	135	135	0
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	139	815	238
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0	1	(1.818)
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO-TVM E DERIVATIVOS	(30.426)	(4.116)	38.200
AJUSTE DE PERÍODOS ANTERIORES	0	0	(24.799)
ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	0	291	0
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	0	0	(61)
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:			
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	1.251.526	1.719.159	154.421
Depósitos	259.236	469.065	134.823
Relações Interfinanceiras e Interdependências	0	2.649	0
Obrigações por Empréstimos e Repasses	108.630	0	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.723	18.839	4.206
Outras Obrigações	880.937	1.228.606	15.392
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	1.004.808	1.524.805	726.403
Títulos e Valores Mobiliários	1.002.916	1.524.805	726.403
Outros Valores e Bens	1.892	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS:	772	1.048	1.382
Bens Não de Uso Próprio	676	928	1.017
Imobilizado de Uso	99	130	363
Investimentos	(3)	(10)	2
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	2.376.181	3.472.512	1.105.502
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS	21.769	21.769	14.175
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS	51.639	94.000	80.346
INVERSÕES EM:	12.638	32.647	34.447
Bens Não de Uso Próprio	601	2.258	2.886
Imobilizado de Uso	11.913	29.927	31.507
Investimentos	124	462	54
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	673	1.734	1.924
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	2.262.825	3.168.692	586.796
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.639.800	2.645.591	317.864
Relações Interfinanceiras e Interdependências	42.221	67.227	55.115
Operações de Crédito	393.086	338.243	109.926
Outros Créditos	187.718	110.721	100.108
Outros Valores e Bens	0	6.910	3.783
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	26.637	153.670	387.814
Captações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	14.923	23.039	142.498
Relações Interfinanceiras e Interdependências	11.714	0	6.529
Obrigações por Empréstimos e Repasses	0	130.631	238.787
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	5.320	11.222	10.624
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA: Aumento das Disponibilidades	5.320	11.222	10.624
Início do Período	54.049	48.147	37.523
Fim do Período	59.369	59.369	48.147

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características
Nota 2- Apresentação das Demonstrações Contábeis
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 5- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Nota 6- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas
Nota 7- Outros Créditos
Nota 8- Permanente
Nota 9- Depósitos
Nota 10- Obrigações de Longo Prazo
Nota 11- Obrigações por Empréstimos
Nota 12- Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais
Nota 13- Obrigações por Repasses do Exterior
Nota 14- Outras Obrigações
Nota 15- Patrimônio Líquido
Nota 16- Receitas de Intermediação Financeira
Nota 17- Despesas de Intermediação Financeira
Nota 18- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 19- Impostos e Contribuições
Nota 20- Provisões e Contingências Passivas
Nota 21- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 22- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 23- Benefícios a Empregados
Nota 24- Saldos Patrimoniais Vinculados a Moedas Estrangeiras
Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
Nota 26- Limites Operacionais - Acordo de Basiléia
Nota 27- Fluxo de Caixa
Nota 28- Demonstração do Valor Adicionado
Nota 29- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa – e a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira, bem como de acordo com as instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1) Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- a.2) As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido;
- a.3) São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário, cabendo salientar que:

- b.1) As operações de crédito estão pactuadas às taxas normais de mercado;
- b.2) A provisão para operações de crédito está constituída de acordo com a Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional;
- b.3) Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:
 - Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
 - Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício;
 - A classificação em Circulante e Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez. Os Títulos para negociação são apresentados no Circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição, observado o seguinte:

- c.1) Os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- c.2) Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- c.3) O Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: edificações - 4%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%;
- c.4) O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

d) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

- d.1) As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

d.2) As provisões referentes à concessão de benefícios pós-emprego são reconhecidas em conformidade com as orientações da Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

e) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

Os aprovisionamentos são constituídos às alíquotas abaixo demonstradas e consideram para cada tributo a base de cálculo prevista na legislação vigente:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PASEP	0,65%
COFINS	4,00%

NOTA 4 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.289.202	859.166
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	3.088.236	635.172
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	200.966	223.994
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	333.426	117.871
TOTAL	3.622.628	977.037
SALDO DE CURTO PRAZO	3.622.628	977.037
SALDO DE LONGO PRAZO	-	-

O incremento de 271% no saldo de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez decorre de resgate de títulos públicos federais vencidos no decorrer do exercício e ingressos de recursos dos programas governamentais administrados pelo Banco, disponíveis para contratação de operações de crédito.

NOTA 5 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2007 estão assim distribuídos:

a.1) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO em R\$ Mil

TIPO	31.12.2007		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	718	717	
Letras Financeiras do Tesouro	718	717	2008
TOTAL DA CATEGORIA	718	717	

TIPO	31.12.2006		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	641	640	
Letras Financeiras do Tesouro	641	640	2008
TOTAL DA CATEGORIA	641	640	

No exercício de 2007, para os títulos classificados na categoria acima, foi registrado um ajuste positivo no valor de R\$ 0,8 mil (R\$ 4 mil de ajuste negativo em 2006).

a.2) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA em R\$ Mil

TIPO	31.12.2007			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	4.769.809	4.753.294	(16.515)	
Letras Financeiras do Tesouro	4.749.136	4.752.028	2.892	2008 a 2011
Títulos Públicos Federais - FCVS	1.731	1.204	(527)	2027
Títulos Públicos Federais - Outros	18.862	-	(18.862)	1993
Títulos da Dívida Agrária	80	62	(18)	2008 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.084	-	(1.084)	
Fundos de Desenvolvimento Social-FDS	1.084	-	(1.084)	Sem Vencimento

	144.159	259.718	115.559	
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	259.718	115.559	
Ações de Companhias Abertas	139.948	259.259	119.311	Sem Vencimento
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	459	(3.752)	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	86.827	86.526	(301)	
Letras Financeiras do Tesouro	86.350	86.526	176	2008 a 2009
Títulos Públicos Federais - Outros	477	-	(477)	1993
TOTAL DA CATEGORIA	5.001.879	5.099.538	97.659	
Crédito Tributário	-	-	209.281	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas	-	-	(242.485)	
TOTAL DO AJUSTE	-	-	(242.485)	
A VALOR DE MERCADO	-	-	64.455	

TIPO	31.12.2006			FAIXA DE VENCIMENTO
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	
TÍTULOS DE RENDA FIXA	6.244.732	6.231.904	(12.828)	
Letras Financeiras do Tesouro	6.225.228	6.230.724	5.496	2007 a 2011
Títulos de Renda Fixa - Outros	1.707	1.052	(655)	2027
Títulos Públicos Federais - Outros	17.694	-	(17.694)	1993
Títulos da Dívida Agrária	103	128	25	2007 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.003	-	(1.003)	
Fundos de Desenvolvimento Social-FDS	1.003	-	(1.003)	
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	262.170	118.011	
Ações de Companhias Abertas	4.211	490	(3.721)	Sem Vencimento
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	139.948	261.680	121.732	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	76.691	76.406	(285)	
Letras Financeiras do Tesouro	76.243	76.406	163	2007 a 2009
Títulos Públicos Federais - Outros	448	-	(448)	1993
TOTAL DA CATEGORIA	6.466.585	6.570.480	103.895	
Crédito Tributário	-	-	180.736	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas	-	-	(216.060)	
TOTAL DO AJUSTE	-	-	(216.060)	
A VALOR DE MERCADO	-	-	68.571	

A rubrica Títulos Públicos Federais - Outros registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado.

a.3) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO em R\$ Mil

TIPO	31.12.2007		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	27.984	27.981	
Letras Financeiras do Tesouro	19.373	19.370	2008
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	8.269	8.269	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	342	342	2012 a 2014
TOTAL DA CATEGORIA	27.984	27.981	

TIPO	31.12.2006		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	82.306	82.275	
Letras Financeiras do Tesouro	76.184	76.153	2007 a 2008
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	5.804	5.804	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	318	318	2012 a 2014
TOTAL DA CATEGORIA	82.306	82.275	

a.4) Durante o exercício de 2007 não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA;
- Títulos da Dívida Agrária - TDA e Títulos de Renda Fixa/Outros: deságio médio observado na última negociação registrada na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidas pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Na posição de 31.12.2007, o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor global) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

Posição Ativa	Valor Global	Diferencial a Receber
Moeda Estrangeira (Dólar)	150.000	381
Posição Passiva	Valor Global	Diferencial a Pagar
Mercado Interfinanceiro (CDI)	150.000	23.045
Valores em Risco de Operações de Swap	Valor	
Valor de Mercado Positivo de Swap	2.748	
Valor de Mercado Negativo de Swap	-	
Risco de Crédito de Swap	8.842	
HEDGE DE RISCO DE MERCADO - ATIVO	140.350	
ITENS OBJETO DE HEDGE - PASSIVO	119.906	
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
3 a 12 meses	-	23.045
1 a 3 anos	381	-
TOTAL	381	23.045

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA. Na determinação do Risco de Crédito são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 6 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Adiantamentos a Depositantes	717	549
Empréstimos	641.583	493.115
Títulos Descontados	58.790	48.117
Financiamentos	536.330	500.805
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	22.410	17.099
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal	525.293	502.821
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.808.863	1.689.651
Financiamentos Imobiliários (*)	195	175
Financiamentos de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	599.064	622.264
Subtotal de Operações de Crédito	4.193.245	3.874.596
Avais e Fianças Honoradas	28	22
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	4.022	4.902
Devedores por Compra de Valores e Bens	4.968	3.154
Títulos e Créditos a Receber	13.221	2.552

Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (*)	228.221	206.295
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	250.460	216.925
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	4.443.705	4.091.521

(*) Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

(*) Contas classificadas como OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal (1)

Tipo Cliente/ Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Rural	80.615	86.032	108.117	1.418.834	1.693.598	1.612.856
Indústria	216.322	54.139	46.160	140.594	457.215	452.698
Governo	16.265	7.315	468	1.069.193	1.093.241	1.123.539
Outros Serviços	78.144	37.283	82.309	138.970	336.706	305.049
Comércio	273.221	150.990	106.618	36.932	567.761	369.850
Intermediários Financeiros	11	3	5	18	37	43
Habitação	31	17	42	105	195	175
Pessoas Físicas	14.364	7.814	6.979	13.076	42.233	43.472
TOTAL	678.973	343.593	350.698	2.817.722	4.190.986	3.907.682

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas						
Tipo Cliente/ Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Rural	206	438	92	43.541	44.277	14.172
Indústria	1.463	531	617	5.954	8.565	7.689
Outros Serviços	5.078	2.085	2.716	11.242	21.121	3.627
Comércio	6.875	2.581	3.056	2.764	15.276	4.193
Intermediários Financeiros	4	2	6	10	22	3
Pessoas Físicas	953	391	353	638	2.335	951
TOTAL	14.579	6.028	6.840	64.149	91.596	30.635

Parcelas Vencidas						
Tipo Cliente/ Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Rural	2.494	4.368	3.455	67.569	77.886	70.868
Indústria	7.063	3.137	4.580	287	15.067	38.455
Outros Serviços	20.147	2.487	13.892	625	37.151	18.145
Comércio	11.168	7.099	7.937	667	26.871	20.963
Intermediários Financeiros	40	-	-	-	40	16
Pessoas Físicas	1.509	886	1.513	200	4.108	4.757
TOTAL	42.421	17.977	31.377	69.348	161.123	153.204

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

30.12.2007				
Nível de Risco	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
A A	2.549.031	-	2.549.031	-
A	850.138	-	850.138	4.251
B	439.712	9.293	449.005	4.490
C	73.202	15.206	88.408	2.652
D	122.601	40.527	163.128	16.313
E	40.480	36.175	76.655	22.997
F	13.229	20.094	33.323	16.661
G	4.729	13.876	18.605	13.023
H	97.864	117.548	215.412	215.412
TOTAL	4.190.986	252.719	4.443.705	295.799

30.12.2006				
Nível de Risco	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
A A	2.518.243	-	2.518.243	-
A	650.580	-	650.580	3.253
B	350.976	8.111	359.087	3.591
C	77.314	11.539	88.853	2.665
D	133.558	13.040	146.598	14.660

E	30.492	14.698	45.190	13.557
F	9.745	8.223	17.968	8.984
G	11.493	13.080	24.573	17.201
H	125.281	115.148	240.429	240.429
TOTAL	3.907.682	183.839	4.091.521	304.340

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Saldo Inicial	304.340	344.397
(+) Constituição de provisão líquida no período	131.955	98.581
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(140.496)	(138.638)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	295.799	304.340
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	28.962	25.569
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	324.761	329.909

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	117.614	93.342
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	15.757	5.989
(-) Reversões de provisões operacionais	(1.416)	(750)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	131.955	98.581
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	5.206	10.282
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	(1.814)	(2.438)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	135.347	106.425

f) No Exercício foram recuperados Créditos Baixados como Prejuízo no montante de R\$ 255.889 mil (R\$ 119.102 mil em 31.12.2006) e as renegociações de operações importaram em R\$ 284.859 mil (R\$ 264.260 mil em 31.12.2006).

g) Em decorrência da aplicação da Lei n° 11.322, de 13.07.2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco um efeito positivo no valor de R\$ 264.673 mil, a seguir demonstrado, em R\$ Mil. Conforme autorização da própria Lei, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Efetivação de receitas	26.270
Recuperação de operações baixadas do ativo	194.742
Despesas de deságios	(69.787)
Efeito líquido de provisões	113.448
TOTAL	264.673

NOTA 7 - Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Créditos por Avals e Fianças Honrados	28	22
b) Carteira de Câmbio	220.152	209.506
Câmbio Comprado a Liquidar	216.130	203.714
Direitos sobre Vendas de Câmbio	20	1.613
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(20)	(723)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	4.022	4.902
c) Rendas a Receber	25.222	20.822
d) Negociação e Intermediação de Valores	-	-
e) Créditos Específicos/Tesouro Nacional – Alongamento de Crédito Rural/ Resolução N° 2238	291	291

f) Diversos	742.465	632.350
Créditos Tributários - Diferenças Temporais	118.678	55.063
Créditos Tributários – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.a.2)	209.281	180.736
Devedores por Depósitos em Garantia	197.332	218.415
Impostos e Contribuições a Compensar	74.166	67.296
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do FAT	56.702	41.324
Outros Valores	59.558	42.768
g) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.756)	(33.310)
Com Característica de Concessão de Crédito	(18.794)	(7.741)
Sem Característica de Concessão de Crédito	(28.962)	(25.569)
TOTAL	940.402	829.681
SALDO DE CURTO PRAZO	902.727	599.438
SALDO DE LONGO PRAZO	37.675	230.243

NOTA 8 - Permanente em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Investimentos	943	605
a.1) Outros Investimentos	5.782	8.744
Investimentos por Incentivos Fiscais	4.547	4.411
Ações e Cotas	443	3.878
Bens Artísticos e Valiosos	792	455
a.2) Provisões para Perdas	(4.839)	(8.139)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(4.546)	(4.411)
Ações e Cotas	(293)	(3.728)
b) Imobilizado	187.452	177.376
b.1) Imóveis de Uso	115.454	106.852
Terrenos	6.051	5.996
Edificações	109.403	100.856
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.629
Terrenos – Reavaliações	10.930	10.931
Edificações – Reavaliações	100.698	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	114.670	97.770
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	52.005	45.449
Sistema de Processamento de Dados	46.229	39.129
Sistema de Segurança	9.894	8.327
Outros	6.542	4.865
b.4) Depreciações Acumuladas	(154.300)	(138.875)
Imóveis de Uso	(119.716)	(109.087)
Outras Imobilizações de Uso	(34.584)	(29.788)
c) Diferido	5.367	5.763
c.1) Gastos de Organização e Expansão	10.829	10.259
Gastos em Imóveis de Terceiros	10.325	9.773
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	504	486
c.2) Amortização Acumulada	(5.462)	(4.496)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(5.089)	(4.221)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(373)	(275)
TOTAL	193.762	183.744

NOTA 9 - Depósitos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Depósitos à Vista	143.103	132.457
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	54.573	73.996
Depósitos de Governos	24.468	19.688
Depósitos Vinculados	13.903	13.317
Pessoas Jurídicas	43.525	18.038
Pessoas Físicas	5.033	6.144
Outros Valores	1.601	1.274
b) Depósitos de Poupança	728.395	545.906
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	447.722	379.986
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	280.242	165.823
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	431	97
c) Depósitos Interfinanceiros	162.096	199.659
d) Depósitos a Prazo	2.072.728	1.761.339
Depósitos a Prazo	1.090.251	908.773
Depósitos Judiciais com Remuneração	36.508	23.823

Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 10.c)	51.069	108.141
Proger Urbano	598	1.768
Proger Rural	1.963	315
Pronaf	737	355
Protrabalho	8.557	7.243
Infra - Estrutura	39.120	97.095
Estiagem	94	1.365
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 10.c)	499.148	564.409
Proger Urbano	73.449	100.146
Proger Rural	13.296	4.777
Pronaf	28.360	34.499
Protrabalho	332.248	401.533
Infra - Estrutura	31.195	-
Estiagem	20.600	23.454
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	395.608	156.193
Outros Valores	144	-
e) Outros Depósitos - Depósitos para Investimentos	10.817	8.713
TOTAL	3.117.139	2.648.074
SALDO DE CURTO PRAZO	1.735.189	1.376.212
SALDO DE LONGO PRAZO	1.381.950	1.271.862

NOTA 10 - Obrigações de Longo Prazo

- a) Em relação às obrigações por empréstimos e repasses contratados no País, as taxas de juros variam de 0 a 10,5% a.a., com prazos que variam de 4 a 20 anos e prazo médio de 7 anos. A atualização monetária, quando aplicável segundo as disposições legais e contratuais, é calculada com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil.
- b) As obrigações contraídas junto ao sistema BNDES, da ordem de R\$ 659.518 mil (R\$ 801.994 mil em 31.12.2006), têm encargos com base na TJLP, acrescida de "spread" médio de 1,0% a.a. e prazo médio de 4 anos.
- c) As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 550.217 mil (R\$ 672.550 mil em 31.12.2006), têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicadas em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 51.069 mil (R\$ 108.142 mil em 31.12.2006). A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02/06/2005 estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:
- A partir de 2 meses, com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
 - A partir de 3 meses, relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.
- d) Quanto às obrigações externas, as taxas de juros variam de 4,25% a 6,0% a.a., o prazo médio é de 10 anos e o vencimento final junto ao BID ocorrerá em 2027. A correção cambial, quando aplicável segundo as disposições contratuais, é calculada com base em taxas oficiais divulgadas pelo Banco Central do Brasil.
- e) Os repasses ativos são feitos, no mínimo, nas mesmas condições dos passivos, quanto a encargos e prazos, e são amparados por garantias reais, avais e fianças ou outras garantias colaterais.
- f) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos
Empréstimos no País	-	11.866	19.731	19.732
Empréstimos no Exterior	81.393	157.659	-	-
Repasses do País	150.890	170.551	198.889	215.533
Repasses do Exterior	4.029	49.815	102.323	102.323
TOTAL	236.312	389.891	320.943	337.588

Especificação	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2007	Total em 31.12.2006
Empréstimos no País	32.107	-	83.436	87.978
Empréstimos no Exterior	-	-	239.052	237.010
Repasses do País	256.847	195.180	1.187.890	1.228.462
Repasses do Exterior	372.313	22.077	652.880	740.439
TOTAL	661.267	217.257	2.163.258	2.293.889

NOTA 11 - Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Empréstimos no País - Instituições Oficiais/Refinanciamentos	83.436	87.978
b) Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	239.052	237.010
TOTAL	322.488	324.988
SALDO DE CURTO PRAZO	250.918	247.701
SALDO DE LONGO PRAZO	71.570	77.287

NOTA 12 - Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Tesouro Nacional	1.387	1.509
b) Banco do Brasil	-	3
c) BNDES (Nota 10.b)	597.023	717.871
Programa de Operações Conjunto POC	269.991	378.594
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	327.032	339.277
d) CEF	301	586
e) FINAME (Nota 10.b)	62.495	84.123
Programa Automático	49.219	70.821
Programa Agrícola	13.199	13.053
Importação	77	249
f) Outras Instituições	526.684	424.370
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	74.304	69.857
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	139.939	169.229
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	310.912	182.147
Outros Programas	1.529	3.137
TOTAL	1.187.890	1.228.462
SALDO DE CURTO PRAZO	321.441	521.507
SALDO DE LONGO PRAZO	866.449	706.955

NOTA 13 - Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) BID-Produtor (Nota 10.d)	638.163	721.593
b) Outros Programas	14.717	18.846
TOTAL	652.880	740.439
SALDO DE CURTO PRAZO	53.844	57.228
SALDO DE LONGO PRAZO	599.036	683.211

NOTA 14 - Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.618	5.317
Recursos do Proagro	4.018	4.131
IOF a recolher	273	1.083
Outros Tributos e Assemelhados	327	103
b) Carteira de Câmbio	68	2.513
Obrigações por Compras de Câmbio	228.221	207.139
Câmbio Vendido a Liquidar	20	1.611
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(228.221)	(206.295)
Outros Valores	48	58
c) Sociais e Estatutárias	84.914	95.184
Dividendos e Bonificações a Pagar	72.020	80.329
Participações nos Lucros	12.894	14.855
d) Fiscais e Previdenciárias	560.246	520.693
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20)	184.463	199.707
Impostos e Contribuições	182.826	171.888
Causas Fiscais	1.637	27.819
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	256.337	231.292
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.a.2)	242.485	216.060
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	13.852	15.232
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	86.532	60.878

Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	32.914	28.816
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.518.283	3.703.473
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	4.453.618	3.678.912
Outros Valores	64.665	24.561
f) Diversas	1.862.261	1.474.604
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 20)	837.421	660.370
Causas Trabalhistas	117.273	94.348
Causas Cíveis	71.742	53.103
Outras Causas	447	47
FNE (Nota 25.c.2)	647.959	512.872
Provisão para Pagamentos a Efetuar	952.127	780.683
Benefícios a Empregados - Deliberação CVM Nº 371 (Nota 23.e)	809.566	711.768
Plano de Aposentadoria e Pensão	646.142	584.835
Plano de Assistência Médica	163.424	126.933
Despesa de Pessoal	37.719	30.504
Outros Valores	104.842	38.411
Outros Valores	72.713	33.551
TOTAL	7.030.390	5.801.784
SALDO DE CURTO PRAZO	2.284.336	1.617.599
SALDO DE LONGO PRAZO	4.746.054	4.184.185

NOTA 15 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O valor do Capital Social é de R\$ 1.299.000 mil (R\$ 1.299.000 mil em 31.12.2006), representado por 870.019.022.574 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Acionistas	Ações		% Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
União Federal	465.952.800.540	353.731.907.693	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	14.737.043.790	23.732.649.036	3,04	4,42
BNDESPAR	258.853.432	4.397.554.822	0,05	0,54
Outros (35.248 acionistas)	3.899.057.582	3.309.155.679	0,81	0,83
TOTAL	484.847.755.344	385.171.267.230	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

Refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. A realização ocorrida neste exercício, no valor de R\$ 2.680 mil (R\$ 2.722 mil em 31.12.2006), foi transferida para "Lucros ou Prejuízos Acumulados-LPA".

c) Lucro Líquido - Destinações em R\$ Mil

1. Lucro Líquido	219.744
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.680
3. Lucro Líquido Ajustado	222.424
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	10.987
Dividendos (Nota 15.d)	21.769
Juros sobre o Capital Próprio -JCP (Nota 15.d)	94.000
Reserva Estatutária(item 3 - Reserva Legal - Dividendos - JCP)	95.668

d) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o resultado do lucro líquido, apurado em cada exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembléia Geral, o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio imputados ao valor do dividendo, de 50,0039% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Segue-se a demonstração dos cálculos dos dividendos/ juros sobre capital próprio do exercício de 2007 em R\$ Mil:

1. Lucro Líquido do Exercício	219.744
2. Reserva Legal Constituída	(10.987)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.680
4. Participações nos Lucros e Resultados	19.777
5. Base de Cálculo do Dividendo/Juros sobre o Capital Próprio	231.214
6. Juros sobre o Capital Próprio	94.000
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	153
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 - item 7)	93.847
9. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	43.776

10. JCP complementar (item 6 - item 9)	50.224
11. Dividendos propostos	21.769
12. Dividendos e JCP Complementares (item 10 + item 11)	71.993
- JCP de R\$ 0,07924033985 por lote de 1.000 ações ordinárias	38.420
- JCP de R\$ 0,08716437389 por lote de 1.000 ações preferenciais	33.573
13. Total destinado aos acionistas (item 6 + item 11)	115.769

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos/juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei Nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303/01 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os dividendos e juros sobre capital próprio serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista, de acordo com o Decreto Nº 2.673, de 16.07.1998, com a nova redação dada pelo Decreto Nº 3.381, de 13.03.2000.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos/juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10/1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores em R\$ Mil

Os ajustes de Lucros ou Prejuízos Acumulados referem-se à retificação de erros de exercícios anteriores. Os efeitos tributários foram devidamente apurados na forma das disposições do artigo Nº 273 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto Nº 3.000/99).

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Ajuste decorrente de erro no cadastramento da operação de crédito e no pedido de cobertura do PROAGRO gerando receita indevida desde 2002	-	(5.496)
Diferença no valor da taxa de administração e "Del credere" sobre operações do FNE pelo não reconhecimento da provisão de risco de crédito no FNE em 2005	-	(26.256)
Efeito tributário de IR e CSLL sobre os ajustes de exercícios anteriores	-	6.953
TOTAL	-	(24.799)

NOTA 16 - Receitas da Intermediação Financeira em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2007	31.12.2007	31.12.2006
a) Operações de Crédito	379.090	648.444	571.991
Juros e Comissões	145.801	310.613	373.004
Correção Monetária	49.940	66.520	45.970
Varição Cambial	15.247	15.422	33.915
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	168.102	255.889	119.102
b) Resultado de Operações com Títulos e Valores	441.947	887.715	1.065.939
Títulos de Renda Fixa	285.618	665.231	947.578
Outras Aplicações	153.945	219.849	138.846
Lucro, Prejuízo e Ajuste	2.384	2.635	(20.485)
c) Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	(15.963)	(40.651)	(5.305)
d) Resultado de Operações de Câmbio	13.267	21.499	18.367
Operações de Câmbio	6.977	13.776	12.529
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	51	85	325
Variações e Diferenças de Taxas	6.239	7.638	5.513
e) Resultado das Aplicações Compulsórias	9.415	26.171	4.725
Juros e Comissões	9.071	25.547	4.061
Correção Monetária	344	624	664
TOTAL	827.756	1.543.178	1.655.717

NOTA 17 - Despesas da Intermediação Financeira em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2007	31.12.2007	31.12.2006
a) Operações de Captação no Mercado	(125.663)	(247.397)	(269.692)
Juros e Comissões	(67.123)	(132.130)	(152.456)
Correção Monetária	(57.719)	(114.446)	(114.555)
Varição Cambial	(821)	(821)	(2.681)

b) Operações de Empréstimos e Repasses	(287.265)	(565.310)	(690.704)
Juros e Comissões	(42.587)	(85.700)	(100.728)
Correção Monetária	(10.915)	(16.155)	(21.133)
Correção Monetária do Disponível do FNE	(213.348)	(443.033)	(527.221)
Varição Cambial	(20.415)	(20.422)	(41.622)
c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			
(Nota 6.e)	(72.374)	(135.347)	(106.425)
Operações de Crédito	(68.196)	(131.955)	(98.581)
Operações sem Característica de Concessão de Crédito	(4.178)	(3.392)	(7.844)
TOTAL	(485.302)	(948.054)	(1.066.821)

NOTA 18 - Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2007	31.12.2007	31.12.2006
a) Receitas de Prestação de Serviços	417.435	752.126	722.911
Administração de Fundos e Investimentos	3.444	6.578	5.482
Administração de Fundos e Programas	345.036	611.624	590.956
Prestação de Serviços	68.955	133.924	126.473
b) Despesas de Pessoal	(319.589)	(608.605)	(602.055)
Proventos	(173.354)	(324.382)	(279.956)
Encargos Sociais	(65.533)	(120.425)	(108.984)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 371 (Nota 23.g)	(27.416)	(61.308)	(117.129)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 371 (Nota 23.g)	(18.355)	(36.491)	(44.305)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(34.931)	(65.999)	(51.681)
c) Outras Despesas Administrativas	(240.135)	(452.248)	(394.262)
Processamento de Dados	(37.512)	(71.541)	(74.223)
Propaganda e Publicidade	(13.232)	(22.949)	(20.587)
Serviços de Terceiros	(40.449)	(70.801)	(48.944)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(18.310)	(36.602)	(35.821)
Viagens	(8.187)	(14.941)	(14.245)
Comunicações	(12.982)	(26.034)	(22.895)
Depreciação e Amortização	(11.278)	(21.851)	(19.426)
Manutenção e Conservação de Bens	(9.057)	(18.308)	(17.178)
Vigilância, Segurança e Transporte	(9.487)	(18.354)	(17.516)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(6.674)	(12.873)	(11.068)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.318)	(11.755)	(10.578)
Serviços Técnicos Especializados	(8.037)	(13.677)	(12.633)
Cota Patronal da Capef e Camed - Aposentados	(36.379)	(67.803)	(57.855)
Outros Valores	(22.233)	(44.759)	(31.293)
d) Despesas Tributárias	(53.492)	(96.007)	(88.787)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(47.933)	(85.106)	(76.944)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(2.750)	(6.149)	(7.202)
Outros Valores	(2.809)	(4.752)	(4.641)
e) Outras Recelitas Operacionais	294.672	573.814	472.350
"Del credere" de Fundos Administrados	174.907	299.546	251.655
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	69.770	177.922	138.364
Recuperação de Encargos e Despesas	3.778	8.667	7.014
Reversão de Provisões Operacionais	17.242	28.943	44.208
Juros e Comissões	3.184	8.759	14.106
FNE - Recuperação de Valores Honorados pelo Banco	21.923	40.459	8.749
Outros Valores	3.868	9.518	8.254
f) Outras Despesas Operacionais	(314.485)	(504.386)	(369.972)
Varição Cambial da Área de Câmbio	(391)	(391)	-
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(51.940)	(129.217)	(108.312)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(23)	(23)	(24)
Descontos Concedidos em Renegociação	(300)	(300)	(702)
Encargos de Operações de Crédito	(441)	(441)	(1.373)
Riscos Fiscais	(4.297)	(14.729)	(30.818)
Riscos com Operações do FNE	(147.845)	(214.873)	(169.865)
Causas Trabalhistas	(33.511)	(41.287)	(11.961)
Causas Cíveis	(13.807)	(26.450)	(21.591)
Outras Causas	(249)	(403)	(19)
Demais Provisões Operacionais	(58.671)	(58.671)	-
Outros Valores	(3.010)	(17.601)	(25.307)
TOTAL	(215.594)	(335.306)	(259.815)

NOTA 19 - Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no exercício de 2007 foi de R\$ 61.999 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 23.152 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Resultado Antes da Tributação	147.281	234.505	147.281	234.505
Adições/Exclusões Permanentes	16.887	(15.394)	16.911	(15.370)
Adições/Exclusões Temporais	209.100	44.051	209.100	44.051
Resultado Tributável antes das Compensações	373.268	263.162	373.292	263.186
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(111.980)	(78.949)	(111.987)	(78.956)
Resultado Tributável após Compensações	261.288	184.213	261.305	184.230
Tributos Devidos	(64.283)	(50.156)	(23.152)	(18.067)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.284	1.732	-	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(61.999)	(48.424)	(23.152)	(18.067)
Ativo Fiscal Diferido	46.776	(33.550)	16.839	(12.078)

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporais

A Lei Nº 9.430, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, as quais diferem das disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 2.682, de 21.12.1999. A parcela de provisão constituída pelas regras do Conselho Monetário Nacional que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada temporariamente na base de cálculo dos tributos citados. O provisionamento temporariamente indedutível reduzirá os resultados tributários de períodos seguintes, quando o mesmo passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Diante da temporariedade da adição das provisões para devedores duvidosos e conforme disposição da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002, Deliberação CVM Nº 273, de 20.08.1998 e artigo 8º da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24.08.2001, o Banco vem registrando, desde 1996, crédito tributário correspondente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre referidas diferenças temporais.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos disponíveis para venda. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Diferenças temporais	TVM	Diferenças temporais	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2006	40.481	132.894	14.582	47.842
(+) Constituição de Créditos	67.929	24.844	24.454	8.944
(-) Realização de Créditos	(21.153)	(3.855)	(7.615)	(1.388)
(=) Saldo Final em 31.12.2007	87.257	153.883	31.421	55.398

O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
1. Total das Diferenças Temporais	2.260.426	2.051.325	2.260.426	2.051.325
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	649.326	759.401	651.011	761.094
3. Base de cálculo total "1" + "2"	2.909.752	2.810.726	2.911.437	2.812.419
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporais+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	727.438	702.682	262.029	253.118
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	153.883	132.894	55.398	47.842
6. Total dos Créditos Tributários	881.321	835.576	317.427	300.960
7. Créditos Tributários Ativos (Nota 7.f)	241.140	173.375	86.819	62.424
8. Créditos Tributários Não Ativos "6" - "7"	640.181	662.201	230.608	238.536

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporais sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a conseqüente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei Nº 9.249/95.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2007 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
	2008	22.751	22.026	8.193	7.932	30.944
2009	6.937	6.226	2.499	2.243	9.436	8.469
TOTAL	29.688	28.252	10.692	10.175	40.380	38.427

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068/01, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
	2008	150.354	150.354	54.127	54.127	204.481
2009	2.195	2.195	790	790	2.985	2.985
2010	24	24	9	9	33	33
2011	13	13	5	5	18	18
2012	1	1	-	-	1	1
2013 a 2015	3	3	1	1	4	4
2025 a 2027	1.293	1.293	466	466	1.759	1.759
TOTAL	153.883	153.883	55.398	55.398	209.281	209.281

NOTA 20 - Provisões e Contingências Passivas

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial.
- b) A avaliação da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Essa classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros), Ações Fiscais e Previdenciárias (representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões e Delegacias Regionais do Trabalho).
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, não cabendo provisão

para as enquadradas como possível e remota, conforme demonstração a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	Valor da Base	Provisão
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 14.d)		
Impostos e Contribuições	182.826	182.826
Provável	7.422	7.422
Remota	175.404	175.404
Causas Fiscais	342.985	1.637
Provável	1.637	1.637
Possível	82.691	-
Remota	258.657	-
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 14.f)		
Causas Trabalhistas	167.040	117.273
Provável	117.273	117.273
Possível	28.076	-
Remota	21.691	-
Causas Cíveis	512.812	71.742
Provável	71.742	71.742
Possível	126.961	-
Remota	314.109	-
Outras Causas	3.022	447
Provável	447	447
Possível	1.340	-
Remota	1.235	-

e) A Provisão para Riscos Fiscais de Impostos e Contribuições, classificada como remota, corresponde ao total dos valores compensados do Imposto de Renda e Contribuição Social, pagos em decorrência do expurgo inflacionário (Plano Verão) relativamente ao ano - calendário 1989.

f) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2007
a) Impostos e Contribuições (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	171.888
Constituição	14.211
Reversão/Utilização/Baixa	(3.273)
Saldo Final	182.826
b) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	27.819
Constituição	810
Reversão/Utilização/Baixa	(26.992)
Saldo Final	1.637
c) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	94.348
Constituição	25.108
Reversão/Utilização/Baixa	(2.183)
Saldo Final	117.273
d) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	53.103
Constituição	20.875
Reversão/Utilização/Baixa	(2.236)
Saldo Final	71.742
e) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial	47
Constituição	403
Reversão/Utilização/Baixa	(3)
Saldo Final	447
f) Férias	
Saldo Inicial	21.212
Constituição	32.107
Reversão/Utilização/Baixa	(26.987)
Saldo Final	26.332
g) FNE	
Saldo Inicial	512.872
Constituição	214.873
Reversão/Utilização/Baixa	(79.786)
Saldo Final	647.959

g) O Banco tem causas patrocinadas por advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja provisão é realizada na forma da Resolução Nº 2.682/99. A partir do momento em que essas demandas venham a gerar a

possibilidade de contingências para o Banco, a sua avaliação será realizada, pela Área Jurídica, na forma da alínea "b", retromencionada.

- h) Os depósitos judiciais são mantidos em contas do ativo sem ser compensados com as provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.
- i) O risco assumido pelo Banco nas operações do FNE, contratadas a partir de 01.12.1998, é calculado de forma análoga ao previsto na Resolução Nº 2.682/99 (Nota 25.c).

NOTA 21 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Funcionários (1)	Administradores (2)
Máxima	14.802,97	21.200,00
Mínima	627,13	19.382,86
Média	3.629,62	

(1) Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Valores aprovados pela 80ª reunião da Assembléia Geral de Acionistas do Banco, realizada em 22/08/2007.

Em 31.12.2007, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 5.726 (5.161 em 31.12.2006), registrando-se, no período, um acréscimo de 10,95% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 22 - Participação nos Lucros e Resultados

No exercício de 2007 foi provisionado o valor de R\$ 19.777 mil, referente a participação dos empregados e administradores no lucro, equivalente a 17,07% dos dividendos e 9% do lucro líquido do exercício, conforme Resolução Nº 10/1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

NOTA 23 - Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste, no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política Contábil Adotada pelo Banco no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o disposto nos itens 52 a 55 do anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, é reconhecida a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Características do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que suplementa a aposentadoria de funcionários associados e a pensão de seus dependentes. São apresentadas, a seguir, as informações relevantes atinentes ao funcionamento da CAPEF:

c.1) Regime Atuarial

A CAPEF adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas relativas aos Institutos Previdenciários, Benefícios de Suplementação de Aposentadoria, Suplementação de Pensão e Pecúlio.

c.2) Plano de Benefícios

O tipo de plano adotado é o de benefício definido, assegurando Institutos de Proteção Previdenciária, Suplementação de Aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez aos participantes, assim como Suplementação de Pensão e Pecúlio aos dependentes dos participantes.

c.3) Obrigações Vencidas

Não existem.

c.4) Dívida de Contribuições

Não Existem.

c.5) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial da CAPEF, na posição de dezembro/2007, apresenta-se superavitário, no valor de R\$ 348.033 mil (superávit de R\$ 184.453 mil em 31.12.2006), conforme Avaliação Atuarial da PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda.

c.6) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20/98, registrando, em 31.12.2007, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2006 1:1).

d) Características do Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é contribuinte do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

d.1) Obrigações Vencidas

Não existem.

d.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

e) Conciliação de Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

A conciliação dos ativos e passivos é demonstrada a seguir, em R\$ Mil, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto no item 49 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Valor Presente das Obrigações Atuariais		
Total ou Parcialmente Cobertas	2.495.576	351.221
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	1.878.756	16.677
3. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto (item 1 menos item 2)	616.820	334.544
a. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto Reconhecidas	646.142	163.424
i. Despesas Correntes	248.128	85.604
ii. Valor Líquido das Perdas Atuariais	11.579	46.439
iii. Custo do Serviço Passado	152.803	-
iv. Parcela do Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001	233.632	31.381
b. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto não Reconhecidas	(29.322)	171.120
i. Valor Líquido das Perdas/Ganhos Atuariais	(108.809)	171.120
ii. Custo do Serviço Passado	79.487	-
iii. Parcela do Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001	-	-

f) A Movimentação do Passivo Atuarial Líquido no Período é demonstrada a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Passivo Atuarial Líquido, no final do exercício anterior	737.056	309.244
2. Resultado da Movimentação no Passivo Atuarial a Descoberto no Exercício Corrente	(120.236)	25.300
a. Despesas Correntes	34.812	27.318
b. Valor Líquido das Perdas (Ganhos) Atuariais	(155.048)	(2.018)
c. Custo do Serviço Passado	-	-
3. Passivo Atuarial Líquido, no final do período	616.820	334.544

g) A Despesa Reconhecida na Demonstração de Resultado é demonstrada a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF	CAMED
1. Despesas Correntes	97.884	48.404
a. Custo do Serviço Corrente, Deduzido das Contribuições de Empregados	19.476	12.276
b. Custo dos Juros	267.154	37.451
c. Rendimento esperado sobre os Ativos do Plano	(188.746)	(1.323)
2. Perdas e Ganhos Atuariais Reconhecidos no Exercício	-	9.173
3. Custo do Serviço Passado	26.496	-
4. Passivo Atuarial apurado em 31/12/2001 reconhecido no exercício	-	-
5. Despesa reconhecida na Demonstração do Resultado	124.380	57.577
a. Despesa de Provisão	61.308	36.491
b. Despesa de Contribuição	63.072	21.086

h) Comentários adicionais

- h.1) Despesas Correntes** – obrigações apuradas no exercício, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;
- h.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas** – obrigações apuradas no exercício, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – item b desta nota;
- h.3) Custo do Serviço Passado** - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 38, 56 e 57 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371;
- h.4) Passivo Atuarial Apurado em 31.12.2001** – valor presente das obrigações atuariais a descoberto, apuradas em 31.12.2001, conforme o disposto no item 49 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371.

i) Premissas utilizadas

- i.1) Premissas Biométricas:** Tábua de Mortalidade Geral de Válidos – AT2000 Homens; Tábua de Mortalidade de Inválidos – Experiência do IAPC - Fraca; Tábua de Entrada em Invalidez – Experiência da CAPEF e Tábua de Rotatividade – Nenhuma.
- i.2) Premissas Econômicas:** Taxa Real de Rendimento Esperada dos Ativos do Plano – 6% a.a.; Taxa de Inflação Futura – 5% a.a.; Índice de Aumento Salarial Real Estimado – 1% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios – 0% a.a.; Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial – 6% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do INSS – 0% a.a. e Taxa de Crescimento Real dos Gastos Assistenciais – 4% a.a..
- i.3) A taxa de inflação futura** é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

NOTA 24 - Saldos Patrimoniais Vinculados a Moedas Estrangeiras

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 31.12.2007, saldo líquido de exposição cambial comprada no importe de R\$ 17.693 mil (R\$ 8.828 mil em 31.12.2006), na forma demonstrada a seguir em R\$ Mil:

	31.12.2007	31.12.2006
Disponibilidades	1.381	1.457
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.435	16.863
Operações de Crédito	609.747	662.333
Outros Créditos	220.152	209.506

Total de Ativos em Moedas Estrangeiras	834.715	890.159
Operações de Swap	137.601	179.794
Total de Exposição Ativas em Moedas	972.316	1.069.953

	31.12.2007	31.12.2006
Depósitos	54.573	73.996
Relações Interdependências	5.687	2.994
Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	2.363	4.174
Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	891.932	977.449
Outras Obrigações	68	2.513
Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	954.623	1.061.126

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central. O descasamento apresentado neste exercício representa 1,82% do valor das operações indexadas a moedas estrangeiras, o que reafirma a política conservadora do Banco a esse tipo de risco.

O saldo líquido da exposição cambial é apurado diariamente. Com vistas a reduzir os descasamentos, o Banco opta entre realizar operações no mercado financeiro de compra e venda de títulos federais indexados à variação cambial e operações de swap cambial. Neste exercício o Banco resolveu adotar como política de hedge realizar operações com swap cambial.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE** no montante de R\$ 22.292.718 mil (R\$ 19.410.490 mil em 31.12.2006) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).
- b) O disponível do Fundo** no valor de R\$ 4.452.552 mil (R\$ 3.678.226 mil em 31.12.2006), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extra-mercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 443.033 mil (R\$ 527.221 mil em 31.12.2006).
- c) A provisão para fazer face ao risco de crédito nas operações contratadas ao amparo do FNE** é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998**, o Banco é isento de risco operacional;
- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998**, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido), o risco de crédito do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução Nº 2.682/99. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos (A)	% de Risco (B)	Valor do Risco C = (A x B)	Provisão em 31.12.2007 D = (C x 50%)	Provisão em 31.12.2006
AA	2.619.070	0%	-	-	-
A	3.050.386	0,50%	15.252	7.626	5.713
B	3.873.514	1,00%	38.735	19.368	15.200
C	394.646	3,00%	11.839	5.920	7.418
D	827.715	10,00%	82.772	41.386	46.904
E	341.848	30,00%	102.554	51.277	20.562
F	164.704	50,00%	82.352	41.176	17.430
G	135.863	70,00%	95.104	47.552	33.573
H	867.309	100,00%	867.309	433.654	366.072
TOTAL	12.275.055		1.295.917	647.959	512.872

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998**, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco de crédito for de 50% e de 6% quando contratadas em nome do próprio Banco. A receita de “del credere” foi de R\$ 299.546 mil (R\$ 250.203 mil em 31.12.2006).

- e) A taxa de administração de 3% a.a.** é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF

(Grupos B, A/C, Floresta e Semi-árido), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 541.869 mil (R\$ 520.465 mil em 31.12.2006).

NOTA 26 - Limites Operacionais - Acordo de Basileia

Em 31.12.2007, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Nordeste era de 16,28% (em 31.12.2006, 18,97%), enquanto o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 1.602.266 mil (R\$ 1.501.615 mil, em 31.12.2006). A Resolução Nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam, para 31.12.2007, um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 1.082.706 mil (R\$ 870.554 mil, em 31.12.2006).

Especificação	31.12.2007		31.12.2006	
	Valor dos Ativos	Ativos Ponderados pelo Risco	Valor dos Ativos	Ativos Ponderados pelo Risco
Ativos sujeitos a risco nulo	9.023.602	-	8.021.068	-
Ativos sujeitos a risco 20%	52.769	10.554	62.871	12.574
Ativos sujeitos a risco 50%	905.027	452.514	644.876	322.438
Ativos sujeitos a risco 100%	8.370.315	8.370.315	6.842.354	6.842.354
Ativos sujeitos a risco 300%	327.726	983.177	235.065	705.196
TOTAL	18.679.439	9.816.560	15.806.234	7.882.562

Apresenta-se, a seguir, o cálculo do patrimônio líquido exigido e do coeficiente de adequação de capital (R\$ Mil):

Fator de Ponderação do Risco	31.12.2007	31.12.2006
(A) Ativos sujeitos à ponderação de risco	18.679.439	15.806.234
(B) Ativos ponderados pelo risco (APR)	9.816.560	7.882.562
(C) Risco de crédito de Swap	8.842	14.090
(D) Exigência de patrimônio líquido sobre APR (11% de "B")	1.079.822	867.082
(E) Exigência de patrimônio líquido sobre SWAP (20% de "C")	1.768	2.818
(F) Exigência de patrimônio líquido sobre exposição de taxa de juros	1.116	654
(G) Patrimônio Líquido Exigido (PLE): "D" + "E" + "F"	1.082.706	870.554
(H) Patrimônio de referência (PR):	1.602.266	1.501.615
Nível I	1.560.716	1.461.116
Nível II (Reservas de Reavaliação)	41.550	40.499
(I) Razão entre patrimônio de referência e patrimônio líquido exigido: ("H"/"G")	0,68	0,58
(J) Excesso/(insuficiência) de patrimônio líquido: PR - PLE ("H" - "G")	519.560	631.061
(L) Excesso/(insuficiência) de alavancagem: ("J" x 100)/11	4.723.269	5.736.918
(M) Coeficiente de Adequação do Patrimônio Líquido		
$\text{ÍNDICE DE BASILÉIA} = \frac{H}{B + 9,09 \times (E + F)}$	16,28 %	18,97 %

NOTA 27 - Fluxo de Caixa

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações		
Lucro Líquido do Exercício	219.744	202.734
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:		
- Despesas de Depreciação e Amortização	21.852	19.426
- Provisão para Perdas em Investimentos	135	-
- Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	815	238
- Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.594)	(32.806)
- Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	14.446	593
Lucro Líquido Ajustado	237.398	190.185
Títulos e Valores Mobiliários	1.524.805	726.403
Outros Valores e Bens	(6.910)	(3.783)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.645.591)	(317.864)
Relações Interfinanceiras	2.649	(6.529)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(67.226)	(55.115)
Operações de Crédito	(318.649)	(77.120)
Outros Créditos	(125.167)	(100.701)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	1	(1.818)
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(24.799)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	(4.116)	38.200
Reserva de Reavaliação	-	(61)
Atualização de Títulos Patrimoniais	291	-
Caixa Gerado/(Utilizado) pelas Operações	(1.402.515)	366.998

Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento

Depósitos	469.065	134.823
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(130.630)	(238.787)
Captações no Mercado Aberto	(23.039)	(142.498)
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.839	4.206
Outras Obrigações	1.228.605	15.392
Dividendos e bonificações propostos	(21.769)	(14.175)
Juros sobre o Capital Próprio	(94.000)	(80.346)
Total dos Ingressos/(Saídas) de Recursos	1.447.071	(321.385)
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Investimento		
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(2.258)	(2.886)
Inversões em Imobilizado de Uso	(29.927)	(31.507)
Inversões em Investimentos	(462)	(54)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	928	1.017
Alienação de Imobilizado de Uso	130	363
Alienação de Investimentos	(10)	2
Aplicações no Diferido	(1.734)	(1.924)
Total dos Recursos Captados	(33.333)	(34.989)
Varição Líquida de Caixa	11.222	10.624

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA:

No início do período	48.147	37.523
No fim do período	59.369	48.147
Aumento das Disponibilidades	11.222	10.624

NOTA 28 - Demonstração de Valor Adicionado

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
RECEITAS	2.813.309	2.636.442
Intermediação Financeira	2.195.291	2.128.067
Prestações de Serviços	752.126	722.911
Provisão para Devedores Duvidosos	(135.347)	(106.425)
Não-operacionais	1.239	(108.111)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(812.707)	(960.396)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(937.983)	(734.544)
Materiais, energia e outros	(432.353)	(379.220)
Serviços de terceiros	(178.186)	(147.716)
Perda/Recuperação de valores ativos	(327.444)	(207.608)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.062.619	941.502
RETENÇÕES	(21.852)	(19.426)
Depreciação e amortização	(21.852)	(19.426)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	1.040.767	922.076
PELA ENTIDADE	1.040.767	922.076
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho	562.538	562.767
- Proventos, encargos e benefícios	444.962	383.097
- Provisões - benefícios pós-emprego (Deliberação CVM 371)	97.799	161.434
- Participações no lucro	19.777	18.236
Impostos, taxas e contribuições	247.002	146.311
Aluguéis	11.483	10.264
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	115.769	80.346
- União	108.954	75.617
- Outros	6.815	4.729
Lucros retidos	103.975	122.388

NOTA 29 - Outras Informações

a) Gestão de Riscos

Os instrumentos de governança corporativa do Banco do Nordeste incluem estrutura de controles internos revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos operacionais no Banco observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, priorizando a identificação das fragilidades existentes nos diversos processos da Instituição, a implementação e acompanhamento de indicadores-chave e de mecanismos de mitigação dos riscos identificados. As eventuais perdas decorrentes de risco operacional ficam armazenadas na base de dados do sistema de recuperação de informações contábeis do Banco, com as qualificações necessárias para o acompanhamento efetivo das ocorrências verificadas, permitindo o desenvolvimento e utilização de instrumentos de controle. O risco de crédito é gerenciado por meio do acompanhamento de cadastro de clientes, revisão e desenvolvimento de modelos de avaliação de risco e concessão de limites adaptados à classificação de risco dos clientes e de suas operações, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução Nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional. O acompanhamento dos riscos de mercado e de

liquidez é realizado pela unidade de gestão de riscos da Instituição, que mensura e gerencia impactos de oscilações em taxas de juros, moedas e índices de ações e de preços nas carteiras de crédito e de investimentos do Banco. O Banco utiliza sistema próprio de gerenciamento de risco de tesouraria, contemplando mecanismos como: VaR (Value at Risk); Duration global (ativos e passivos) por carteira, título e indexador; fluxos de caixa previstos, com a identificação de eventuais descasamentos entre ativos e passivos com relação a prazos; e saldos globais de ativos e passivos, por carteira e por título, apontando eventuais descasamentos por moedas.

b) Transações com partes relacionadas

b.1 O Banco do Nordeste não realizou transações com empresas coligadas e controladas.

b.2 As principais operações com empresas, programas e fundos sob o controle e a gestão do Governo Federal - acionista majoritário do Banco - estão discriminadas nas notas explicativas 9.d (FAT), 12 (Obrigações com o Tesouro Nacional, Banco do Brasil, sistema BNDES, CEF, Outras Instituições Oficiais) e 25 (FNE).

b.3 O Banco é patrocinador da CAPEF e CAMED e em função disso ocorreram as transações descritas nas notas explicativas 14.f e 23.

c) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Créditos Abertos para Importação	8.579	7.199
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	3.285	3.236
- FNE	6.128.022	4.885.534
- Outras Entidades	-	3.563
Coobrigações em Cessões de Crédito	402.494	329.498

d) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 354.295 mil (R\$ 325.403 mil em 31.12.2006) assim distribuídos:

Especificação	31.12.2007	31.12.2006
Bens Móveis	112.310	95.874
Bens Imóveis	238.571	226.839
Bens Imóveis de Terceiros	2.224	1.500
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.190	1.190
TOTAL	354.295	325.403

e) Eventos Subseqüentes

e.1) Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei Nº 11.638/07 que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil. Em razão do curto período de tempo entre a promulgação da Lei Nº 11.638/07, o Comunicado ao Mercado da CVM e a aprovação e publicação do balanço do Banco do Nordeste, ainda não foi possível estimar os efeitos no seu patrimônio e resultado. Entretanto, mencionamos abaixo as principais alterações contábeis da Lei Nº 11.638/07 que poderão afetar as Demonstrações Contábeis do Banco do Nordeste em 2008:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, a qual é atualmente apresentada apenas em nota explicativa.
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, a qual é atualmente apresentada apenas em nota explicativa.
- Estrutura das Demonstrações Contábeis: a) o ativo permanente passa a ser dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido; b) o patrimônio líquido passa a ser dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- Nos Ajustes de Avaliação Patrimonial serão classificadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a

elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado.

- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido.
 - Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social de 2008.
 - Ajustes a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- e.2) Em 3 de janeiro de 2008, foi editada a Medida Provisória Nº 413, que dentre outras medidas tributárias eleva a alíquota da contribuição social exigida das instituições financeiras, de 9% para 15%, com vigência a partir de maio de 2008. A aplicação dessa nova alíquota sobre as diferenças temporais existentes em 31 de dezembro de 2007, elevaria o crédito tributário diferido de contribuição social em R\$ 20.947 mil, em contrapartida ao resultado.
- e.3) Em 14 de janeiro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria Interministerial Nº 334/2007, que cria grupo de trabalho interministerial para analisar as negociações extrajudiciais com redução de encargos realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, na qualidade de agente operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e, caso necessário, propor regulamentação relativa à recuperação de créditos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos operadores. O grupo será formado por um titular e um suplente dos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Fazenda, a quem caberá a coordenação; Ministério da Integração Nacional; Advocacia-Geral da União; Controladoria-Geral da União e Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2008.

A Diretoria

OBS.:As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB ("Banco"), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício e semestre findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 13 de julho de 2006, o Governo Federal promulgou a Lei nº 11.322, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações

de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. Referida Lei autorizava a repactuação de dívidas de operações contratadas, até 15 de janeiro de 2001, por agricultores familiares; mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais; suas cooperativas e associações, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; do FNE combinado com outras fontes ou de outras fontes cujas operações tenham sido contratadas perante os bancos oficiais federais, de valor originalmente contratado de até R\$ 100 mil, seguindo as condições regradas na Lei. O processo de repactuação proporcionava benefícios de natureza relacionada com rebates no saldo devedor; bônus de adimplência de até 25% do valor da parcela; prorrogação dos prazos para amortização das dívidas, incluindo ainda carências e taxas de juros menores. Em 31 de dezembro de 2007, existiam aproximadamente 8.000 propostas de renegociação de dívidas devidamente deferidas até 28 de dezembro de 2007, as quais se encontravam em fase de conclusão do processo. Com isso, os efeitos totais possíveis que resultarão nas demonstrações contábeis do Banco, só serão conhecidos quando da finalização desse processo de contratação.

5. Adicionalmente, examinamos as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas respectivamente como nota explicativa nº 27 e 28 às demonstrações contábeis, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não requeridas pela legislação societária brasileira, foram elaboradas para propiciar informação adicional. Em nossa opinião, essas demonstrações representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o fluxo de caixa e o valor adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A. correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer, datado 12 de fevereiro de 2007, com parágrafo de ênfase relacionado aos eventuais efeitos que poderiam advir da conclusão do processo de repactuação de dívidas oriundas de operações de créditos rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, previstas na Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC-SP Nº 97.866 - TPE S/CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e com base no Parecer dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu, de 30 de janeiro de 2008, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial, no exercício de 2007, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. É de opinião, também, que, conforme o § 4º do Parecer dos Auditores Independentes e Nota Explicativa 6.g, os efeitos totais possíveis da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, só serão conhecidos e registrados nas demonstrações contábeis do Banco quando da finalização desse processo de contratação.

Fortaleza (CE), 31 de janeiro de 2008.

O Conselho Fiscal

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º. Semestre de 2007

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), instituído pela Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, é um órgão de assessoramento ao seu Conselho de Administração, com atribuições e demais requisitos exigidos para seu funcionamento, inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê

A atuação do Comitê de Auditoria no semestre findo em 31/12/2007 foi focada em atividades que lhe permitisse avaliar a efetividade dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos e Riscos, bem como, a revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, no corrente exercício, por força da Resolução CMN 3.477/2007, o Comitê de Auditoria teve, também, que desenvolver ações no sentido de examinar o resultado das atividades da Ouvidoria do Banco.

Em adição, e por delegação do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, vem realizando o acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo, inclusive daquelas originadas do próprio Conselho.

Além desses assuntos, o Comitê de Auditoria elaborou e submeteu ao Conselho de Administração proposta de revisão do seu Regimento Interno e Manual de Procedimentos, que após aprovados por aquele Colegiado, foram inseridos na página do Banco da Internet e agregados ao seu conjunto de normas.

Para o desenvolvimento do seu mister, no segundo semestre de 2007, o Comitê de Auditoria realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e 4 (quatro) extraordinárias tendo como pauta assuntos relacionados com as áreas acima citadas. Para subsidiar seus exames, os integrantes do Comitê mantiveram contatos e reuniões de trabalho com os componentes da Diretoria do BNB, com as áreas responsáveis pelos dados financeiros e contábeis, controles internos, gestão de riscos e analisou relatórios de desempenho da instituição, tendo, ainda, participado de todas as Reuniões do Conselho de Administração.

Relativamente ao conjunto das demonstrações contábeis, na posição de 31.12.2007, o Comitê de Auditoria promoveu reuniões com os responsáveis pela sua preparação e com a Auditoria Independente e, juntamente com os membros do Conselho Fiscal, participou da reunião do Conselho de Administração que aprovou as referidas demonstrações.

Controles Internos

Visando aperfeiçoar a política corporativa de riscos, o Banco modificou sua estrutura organizacional mediante a criação do Ambiente de Gestão de Riscos, vinculado à Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, para gerenciar de forma agregada em uma única área, os riscos de crédito, de mercado e operacionais.

Tal medida resulta em melhoria na mitigação dos riscos inerentes aos processos, eficiência das operações, dos negócios, dos sistemas geradores de relatórios financeiros e gerenciais, identificando, avaliando seus pontos de controles para assegurar níveis de risco compatíveis com as estratégias e estrutura de capital da Instituição.

No que diz respeito à adequação do Banco aos requisitos do Novo Acordo de Capital - Basileia II, o BNB procedeu a implantação da Estrutura de Gerenciamento dos Riscos Operacionais, desenvolve melhorias nos modelos de avaliação de risco de crédito e vem ajustando seus procedimentos para avaliar risco de mercado ao que estabelece a Resolução CMN 3464/2007.

Auditoria Interna

Os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna foram orientados para o cumprimento do seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo

Conselho de Administração, para o exercício de 2007. Houve mudanças internas ao longo do semestre, com alterações de escopo, no sentido de adotar como foco de atuação a avaliação dos riscos, objetivando dar maior eficácia aos trabalhos por ela desenvolvidos, procedimento que se constituiu na base do Planejamento para 2008.

Pela análise dos resultados apresentados e exames nos documentos e relatórios por ela produzidos tem-se que a Auditoria Interna do Banco manteve boa atuação no que diz respeito ao cumprimento do seu Plano Anual de Trabalho, carecendo, porém de melhorias no fluxo de informações para com este Comitê.

Auditoria Independente

Do exame dos trabalhos apresentados para o semestre, e análise dos pareceres e relatórios por ela emitidos, nada foi evidenciado que possa comprometer a independência, o resultado e a qualidade dos trabalhos realizados pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES nesse período.

Demonstrações Contábeis

O exame do conjunto das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data base de 31.12.2007, por parte dos integrantes do Comitê de Auditoria, foi complementado com informações e esclarecimentos adicionais obtidos em reunião conjunta com as áreas envolvidas, oportunidade em que, também foram discutidos com o Auditor Independente os Pareceres por ele emitidos sobre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

Examinados os documentos acima, e discutidas as práticas contábeis utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis na posição de 31.12.2007, tem-se que guardam estas conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, com a legislação societária aplicável, com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (Ce), 30 de janeiro de 2008.

O Comitê de Auditoria

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores em R\$ Mil)

ATIVO	PASSIVO				
	31.12.2007	31.12.2006			
CIRCULANTE	7.691.978	6.902.525	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 6.c)	22.292.718	19.410.490
DISPONIBILIDADES (Nota 6.b.1)	4.452.552	3.678.226	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:		
Recursos a Alocar	2.367.399	1.789.447	No Exercício	3.215.577	2.775.685
Recursos Alocados	2.085.153	1.888.779	Em Exercícios Anteriores	17.918.747	15.143.062
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	52.779	75.801	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.466.268	1.458.184
Crédito Rural - Proagro a Receber	3.947	4.626	RESULTADO DO EXERCÍCIO	(307.874)	33.559
Devedores por Repasses	48.832	71.175			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6.b.2 e Nota 7)	3.184.053	3.147.812			
Financiamentos	892.225	682.364			
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	145.565	33.724			
Financiamentos Agroindustriais	99.201	72.346			
Financiamentos Rurais	2.960.292	2.679.447			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(913.230)	(320.069)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6.b.3)	1.066	686			
Direitos s/bens Recebidos em Operações de Crédito	1.066	686			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 6.b.4)	1.528	0			
Títulos da Dívida Agrária	2.312	0			
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(784)	0			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	14.600.740	12.507.965			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	142.715	98.830			
Crédito Rural - Proagro a Receber	7.269	3.453			
Devedores por Repasses	135.446	95.377			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 6.b.2 e Nota 7)	14.457.967	12.407.495			
Financiamentos	3.745.883	3.063.441			
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.570.016	1.200.117			
Financiamentos Agroindustriais	433.193	310.260			
Financiamentos Rurais	8.708.875	7.833.677			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 6.b.4)	58	1.640			
Títulos da Dívida Agrária	79	2.547			
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(21)	(907)			
TOTAL DO ATIVO	22.292.718	19.410.490	TOTAL DO PASSIVO	22.292.718	19.410.490

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores em R\$ Mil)

	Exercício/2007	Exercício/2006
RECEITAS		
De Operações de Crédito (Nota 6.a.6)	936.071	816.430
De Remuneração das Disponibilidades (Nota 6.b.1)	443.034	527.221
DESPESAS (Nota 6.a.7)		
De Administração	(541.869)	(520.465)
PRONAF-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance	(65.774)	(55.143)
De Provisões Operacionais	(1.079.285)	(734.468)
De Auditoria	(51)	(16)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(307.874)	33.559

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2005	15.143.062	1.449.444	16.592.506
Transferências da União no Exercício	2.775.685	0	2.775.685
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	8.740	8.740
Lucro Líquido do Exercício	0	33.559	33.559
SALDOS EM 31.12.2006	17.918.747	1.491.743	19.410.490
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.775.685	42.299	2.817.984
SALDOS EM 31.12.2006	17.918.747	1.491.743	19.410.490
Transferências da União no Exercício	3.215.577	0	3.215.577
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(25.475)	(25.475)
Lucro/Prejuízo do Exercício	0	(307.874)	(307.874)
SALDOS EM 31.12.2007	21.134.324	1.158.394	22.292.718
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.215.577	(333.349)	2.882.228

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores em R\$ Mil)

	Exercício/2007	Exercício/2006
ORIGEM DOS RECURSOS	3.215.631	2.817.984
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Transferências da União no Exercício:		
Recursos Livres	3.215.577	2.775.685
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	8.740
Lucro Líquido do Exercício	0	33.559
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Outros Valores e Bens	54	0
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	2.441.305	2.957.308
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Relações Interfinanceiras	20.863	25.805
Operações de Crédito	2.086.713	2.930.817
Outros Créditos	380	686
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	25.475	0
Prejuízo do Exercício	307.874	0
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	774.326	(139.324)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA	774.326	(139.324)
Início do Exercício	3.678.226	3.817.550
Fim do Exercício	4.452.552	3.678.226

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Índice das Notas Explicativas

- Nota 1 - Histórico
 Nota 2 - Administração
 Nota 3 - Fiscalização
 Nota 4 - Auditoria Externa
 Nota 5 - Isenção Tributária
 Nota 6 - Diretrizes Contábeis
 Nota 7 - Risco de Crédito e Provisão para Perdas
 Nota 8 - Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do BNB
 Nota 9 - Ajustes de Exercícios Anteriores
 Nota 10 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI
 Nota 11 - Evento Subseqüente

NOTA 1 - Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea "c"), sendo regulamentado pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar Nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis Nº 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 - Administração

Ao Banco do Nordeste cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar conta sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

NOTA 3 - Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 4 - Auditoria Externa

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre suas demonstrações contábeis, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

NOTA 5 - Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame.

NOTA 6 - Diretrizes Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco do Nordeste para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São os seguintes os principais destaques dos procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5 a 11,5% a.a. (6% a 14%a.a., em 31.12.2006), de acordo com a área de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do BNB. Na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários prevêm que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

a.3) A Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco do Nordeste, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
- Para as operações contratadas com risco de crédito de 50% para o Banco do Nordeste, o *del credere* do BNB será de 3% a.a.;
- Nas operações resultantes de repasses de recursos ao BNB, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.

a.4) A Portaria Nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o BNB faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

a.5) Nos financiamentos enquadrados no PRONAF, Grupos A, B, A/C, Semi-árido e Floresta, não há incidência de *del credere* em favor do Banco do Nordeste, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

a.6) Na Demonstração do Resultado, as "Receitas de Operações de Crédito" estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição, em R\$ Mil:

Discriminação	31.12.2007	31.12.2006
Rendas de Operações de Crédito	1.695.902	1.405.273
Despesa de <i>del credere</i> do Banco do Nordeste	(299.546)	(250.203)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.285)	(3.083)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(5.115)	(15.023)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações-Lei 10.696/11.322	(34.256)	(5.258)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência- Ops. Contratadas pelo BNB	(371.048)	(313.424)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência- Repasses a Outras Instituições	(118)	(560)
Despesas de Rebate Principal-Ops. c/Rec. FAT-BNDES-Lei 10.193/2001	(576)	(1.216)
Despesas c/Ops.-Outras Fontes-Aquisições Lei 11.322/06	(45.887)	(76)
TOTAL	936.071	816.430

a.7) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do BNB sobre os financiamentos no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco do Nordeste pelo FNE, é apropriada mensalmente, sendo calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF, Grupos B, A/C, Floresta e Semi-árido, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

Por meio do Decreto Nº 5.641, de 26.12.2005, foi regulamentada a sistemática de cálculo da taxa de administração, a partir do exercício de 2005, que passou a ser apurada à base de 0,25% do patrimônio líquido do Fundo em cada mês, observadas as deduções previstas na legislação e o limite de 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional em cada exercício.

A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do PRONAF Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, segue os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Disponível é formado pelos Recursos a Alocar, que representam as disponibilidades livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Alocados, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7). A Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações. As renegociações formalizadas no exercício de 2007 diminuíram o resultado do Fundo em R\$ 255.863 mil, a seguir demonstrado. Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes, adquiridas pelo Fundo, conforme autorização da própria Lei:

Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	335.524
Despesas de Bônus e Dispensas	(136.119)
Efeito Líquido em Provisões	(455.268)
TOTAL	(255.863)

b.3) São registrados na rubrica "Outros Créditos" os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo BNB para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial Nº 11.

b.4) Os títulos registrados na rubrica "Outros Valores" estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.

NOTA 7 - Risco de Crédito e Provisão para Perdas

a) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA/Programa da Terra:

a.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

a.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do PROCERA;
- Nas operações no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta e Semi-árido, o risco de crédito é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo BNB;
- Nas operações de repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratadas até 30.11.1998, o risco de crédito é de 100% para a instituição operadora;
- Nas operações de repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratadas a partir da vigência da Portaria Nº 616, de 26.05.2003, o BNB detém 100% do risco;
- Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco do Nordeste.

b) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco. A movimentação do saldo da provisão no período é demonstrada no quadro a seguir, em R\$ Mil:

Discriminação	31.12.2007	31.12.2006
Saldo Inicial	320.069	5.638.794
.Risco Integral do FNE	276.355	5.491.075
.Risco Compartilhado	43.714	147.719
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	1.168.842	734.602
.Risco Integral do FNE	992.721	651.035
.Risco Compartilhado	176.121	83.567

Banco do Nordeste

O nosso negócio é o desenvolvimento

Ministério da Fazenda

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Paranjana, 5700 Fortaleza CE - Sociedade de Capital Aberto - Carte Patente nº 3465 - C.N.P.J nº 07.237.373/0001-20

(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	575.681	6.053.327
.Risco Integral do FNE	495.894	5.865.755
.Risco Compartilhado	79.787	187.572
(=) Saldo da Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	913.230	320.069
.Risco Integral do FNE	773.182	276.355
.Risco Compartilhado	140.048	43.714

- c) Considerando que é de responsabilidade do PROCERA o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- d) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial Nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- d.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo;
- d.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo;
- d.3) para as operações adquiridas pelo Fundo foi registrada uma provisão, em contrapartida a operações de crédito, no valor de R\$ 84.761 mil. Para as operações do FNE renegociadas foi provisionado, em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais, o montante de R\$ 459.963 mil, sendo R\$ 390.288 mil, referentes às operações com risco integral para o Fundo, e R\$ 69.675 mil às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no item "Constituição de Provisão Líquida no Período" do quadro apresentado na alínea b acima.

NOTA 8 - Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do BNB

- a) Observando a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, o reconhecimento de perdas, na contabilidade do FNE, segue o critério estabelecido no inciso II, do Art. 3º, da referida Portaria, qual seja, por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo.
- b) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do BNB é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do Art. 5º da Portaria Interministerial Nº 11.
- c) No período, o BNB devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 79.786 mil, relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores baixados para prejuízo.

NOTA 9 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo de R\$ 25.475 mil, em 31.12.2007, refere-se a recalculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 10 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no SIAFI, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 11 - Evento Subseqüente

Em 14 de janeiro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria Interministerial Nº 334/2007, que cria grupo de trabalho interministerial para analisar as negociações extrajudiciais com redução de encargos realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, na qualidade de agente operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e, caso necessário, propor regulamentação relativa à recuperação de créditos dos Fundos Constitucionais de Financiamento pelos bancos operadores. O grupo será formado por um titular e um suplente dos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Fazenda, a quem caberá a coordenação; Ministério da Integração Nacional; Advocacia-Geral da União; Controladoria-Geral da União e Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2008

A Diretoria

OBS.:As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)
Fortaleza - CE

1. Examinamos o balanço patrimonial do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 13 de julho de 2006, o Governo Federal promulgou a Lei nº 11.322, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. Referida Lei autorizava a repactuação de dívidas de operações contratadas, até 15 de janeiro de 2001, por agricultores familiares; mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais; suas cooperativas e associações, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; do FNE combinado com outras fontes ou de outras fontes cujas operações tenham sido contratadas perante os bancos oficiais federais, de valor originalmente contratado de até R\$ 100 mil, seguindo as condições regradas na Lei. O processo de repactuação proporcionava benefícios de natureza relacionada com rebates no saldo devedor; bônus de adimplência de até 25% do valor da parcela; prorrogação dos prazos para amortização das dívidas, incluindo ainda carências e taxas de juros menores. Em 31 de dezembro de 2007, existiam aproximadamente 29.000 propostas de renegociação de dívidas devidamente deferidas até 28 de dezembro de 2007, as quais se encontravam em fase de conclusão do processo. Com isso, os efeitos totais possíveis que resultarão nas demonstrações contábeis do Fundo, só serão conhecidos quando da finalização desse processo de contratação.
5. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer, datado de 12 de fevereiro de 2007, com parágrafos de ênfase relacionados à diferença no cálculo do valor da baixa de operações de créditos para prejuízos, com efeito, na apresentação a maior dos saldos das rubricas de operações de créditos e provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 82.991 mil e aos eventuais efeitos que poderiam advir da conclusão do processo de repactuação de dívidas oriundas de operações de créditos rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, previstas na Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC-SP Nº 97.866 - TPE S/CE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Waldir Quintiliano da Silva (Presidente) – Roberto Smith (Vice-Presidente) – Álvaro Larrabure Costa Corêa - Nilde Pereira Sabbat – Vera Maria Rodrigues Ponte

DIRETORIA: Roberto Smith (Presidente) – Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco) - Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva (Diretor Financeiro e Câmbio) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Pedro Rafael Lapa (Diretor de Gestão do Desenvolvimento e Administrativo)

CONSELHO FISCAL: Glauben Teixeira de Carvalho (Presidenta) – João José Ramos da Silva - Ricardo Massao Matsushima – Roberta Carvalho de Alencar – Sérgio Rosa Ferrão

COMITÊ DE AUDITORIA: José Wilkie Almeida Vicira (Presidente) – José Lucinério Pimentel – Francisco Leão de Freitas

SUPERINTENDENTES: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro) – Henrique Silveira Araújo (Jurídico)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

Banco do Nordeste

ÁREA DE LOGÍSTICA

Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística

Célula de Produção Gráfica

OS 2008-2/2.659 - Tiragem: 500

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

~~Art. 20. Cada instituição financeira federal de caráter regional apresentará, semestralmente, ao Conselho Deliberativo da superintendência de desenvolvimento de sua respectiva região, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.~~

~~Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001)~~

Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007)

§ 1º O exercício financeiro de cada Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2º Deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

§ 3º Os bancos administradores deverão colocar à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posições de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados dos Fundos respectivos.

§ 4º O balanço, devidamente auditado, será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

~~§ 5º O Ministério da Integração Nacional encaminhará ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste os relatórios de~~

~~que trata o caput. (Incluído pela Lei nº 10.177, de 12-1-2001)~~

§ 5º O relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno. (Redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007).

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os Avisos:

- **Nº 11, de 2008** (nº 191/2008, na origem), de 5 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5); e
- **Nº 12, de 2008** (nº 153/2008, na origem), de 5 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 353, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, sobre levantamento realizado em diversos contratos da Administração Pública Federal, na terceirização do setor de tecnologia da informação (TC 031.531/2007-7).

Os expedientes vão à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 64/2008

Brasília, 10 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador, Almeida Lima – PMDB – SE, como membro suplente, na Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência designa o Senador Almeida Lima para integrar, como suplente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do expediente lido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 64, DE 2008**

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41.
§ 1º

IX – pagamento de compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela preservação de área coberta por floresta acima do exigido como área de preservação permanente e de reserva legal pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

§ 7º Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos, salvo o estabelecido no inciso IX do § 1º deste artigo.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

As florestas são elementos fundamentais para a manutenção de vida de todos os seres vivos. Elas equilibram o clima, melhoram a qualidade do ar, filtram a água, conservam os habitats para a fauna e a flora que nela residem, mantêm a temperatura agradável e ainda for-

necem os recursos necessários para o desenvolvimento econômico. Da interação das florestas com o ar resulta a despoluição do ambiente, visto que retiram grande quantidade de dióxido de carbono da atmosfera.

Entretanto, as florestas foram, ao longo do tempo, a vegetação mais utilizada no processo de desenvolvimento econômico dos países. No Brasil, a sua degradação começou no período imperial, com a exploração do pau-brasil. Atualmente, o desmatamento da Amazônia preocupa não apenas a sociedade brasileira, como também gera críticas da comunidade internacional. É evidente que os mecanismos legais existentes hoje não coíbem a destruição da floresta amazônica. É necessário, portanto, implementar modelos mais eficazes para a preservação da região. Entre eles, o uso de mecanismos de incentivos fiscais para a conservação da mata nativa.

Pelas razões expostas consideramos de elevada importância a participação dos nobres Parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

.....
Art. 41. Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, de natureza contábil, gerido pelo órgão gestor federal, destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas:

I – pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;

II – assistência técnica e extensão florestal;

III – recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;

IV – aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;

V – controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;

VI – capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;

VII – educação ambiental;

VIII – proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

§ 2º O FNDF contará com um conselho consultivo, com participação dos entes federativos e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação.

§ 3º Aplicam-se aos membros do conselho de que trata o § 2º deste artigo as restrições previstas no art. 59 desta Lei.

§ 4º Adicionalmente aos recursos previstos na alínea **c**, do inciso II do **caput** e na alínea **d**, do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 desta Lei, constituem recursos do FNDF a reversão dos saldos anuais não aplicados, doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinadas, inclusive orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

§ 5º É vedada ao FNDF a prestação de garantias.

§ 6º Será elaborado plano anual de aplicação regionalizada dos recursos do FNDF, devendo o relatório de sua execução integrar o relatório anual de que trata o § 2º do art. 53 desta Lei, no âmbito da União.

§ 7º Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 8º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será feita prioritariamente em entidades públicas de pesquisa.

§ 9º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o § 1º deste artigo poderá abranger comunidades indígenas, sem prejuízo do atendimento de comunidades locais e outros beneficiários e observado o disposto no § 7º deste artigo.

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Institui o novo Código Florestal.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2008

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º

§ 7º Sobre os encargos de que trata o Inciso I deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de trinta e cinco por cento para os mutuários que desenvolvem suas atividades na região da Amazônia Legal, nos termos do inciso VI do § 2º do art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, caso mantenham a área de Reserva Legal igual ou maior que os limites estabelecidos no Código Florestal e paguem cada parcela da dívida até a data do respectivo vencimento. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na área da Amazônia Legal, os produtores rurais são, atualmente, penalizados pelo ônus de manter intocados 80% de seus recursos florestais, caso o imóvel esteja localizado em região de floresta, ou 35%, caso a localização seja em área de cerrado. Essa norma dificulta o aproveitamento dos recursos de solo e água disponíveis em cada imóvel rural e representa uma perda de flexibilidade para o produtor rural na gestão dos recursos naturais de sua propriedade ou imóvel rural.

Cabe reconhecer o elevado custo econômico do não-uso das terras mantidas sob a forma de Reserva Legal, custo esse que recai exclusivamente sobre os produtores rurais, as empresas rurais, os governos estaduais e municipais, e as demais entidades e empresas localizadas nas cidades do interior.

Afinal, todos se submetem à exigência de manutenção de extensas áreas agricultáveis como Reserva Legal que lhes é imposta com a justificação de ser uma necessidade o atendimento a algumas importantes funções ecológicas, como evitar o efeito do desmatamento sobre a proteção das bacias hidrográficas; proteger complexos ciclos de nutrientes, importantes para o solo, a água e a atmosfera; preservar a biodiversidade da floresta amazônica para as gerações futuras; e se precaver em relação ao efeito estufa e o eventual aquecimento do Planeta.

São argumentos sérios e incontestáveis. No entanto, o ônus pelo não-uso destes recursos naturais recai sobre comunidades rurais, governos, entidades

e pessoas que deveriam ser recompensadas, de uma forma ou de outra, por estarem sendo privadas das oportunidades de renda, emprego, bem-estar e perspectivas mais favoráveis que lhes seriam propiciadas pelo aproveitamento dos recursos naturais mantidos intocados como Reserva Legal.

Como são objetivos de natureza plural, em atenção a interesses comuns, que justificam a exigência de manutenção da Reserva Legal, deveria haver mecanismos compensatórios em benefício dos que arcam com os custos de sua promoção.

Afinal, pessoas e entidades, públicas e privadas, abrem mão de seus planos, objetivos, desejos e necessidades, sem que haja compensação por parte daqueles que lhes impõem restrições ao desenvolvimento de suas atividades produtivas para o alcance de objetivos que extrapolam as fronteiras da Amazônia Legal e suas comunidades rurais, famílias e governos estaduais e municipais.

Assim, proponho a concessão de Bônus de Adimplência de 35% aos produtores rurais mutuários dos fundos constitucionais de financiamento caso mantenham a área de Reserva Legal igual ou maior que os limites estabelecidos nos incisos I e II, do art. 16, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e paguem cada parcela da dívida até a data do respectivo vencimento. Trata-se de uma pequena compensação, talvez mais simbólica que efetiva, para sinalizar o elevado valor social da manutenção de áreas agricultáveis como Reserva Legal.

Portanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares e esperamos o aperfeiçoamento desta proposição, no curso da tramitação pelas comissões técnicas desta Casa.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Expedito Júnior**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Art. 1º A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, serão os seguintes:

I – operações rurais:

a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

– PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

b) mini produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;

c) pequenos e médios produtores, suas cooperativas e associações: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

d) grandes produtores, suas cooperativas e associações: dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II – operações industriais, agroindustriais e de turismo:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

III – operações comerciais e de serviços:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O *del credere* do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 3º Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderá realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período.

§ 5º Sobre os encargos de que tratam as alíneas **b, c e d** do Inciso I e as alíneas dos Incisos II e III deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do Semi-Árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais

regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 2º Para os efeitos deste Código, entende-se por:

VI – Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão.

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

I – oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;

II – trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo;

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996,

que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 66, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

Altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer, entre as atribuições do conselho de gestão fiscal, as de acompanhar a evolução da carga tributária e de propor medidas para sua redução.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 67

§ 3º O conselho a que se refere o **caput** deverá acompanhar a evolução da carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e elaborar estudos e diagnósticos com sugestões de medidas para sua redução, encaminhando suas conclusões para o Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmaras municipais. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei de Responsabilidade Fiscal representou marco importante no processo de amadurecimento de nossas instituições. Regras de gestão fiscal são essenciais para que o desenvolvimento econômico do nosso País seja estável e duradouro.

Naquela Lei, foi prevista a criação de um conselho de gestão fiscal, com participação de representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, com o objetivo de propor medidas de racionalização das receitas e despesas públicas. A pluralidade de entidades participantes já demonstra a capacidade do conselho de oferecer análises, estudos e diagnósticos sobre os diversos aspectos da gestão fiscal.

Parece-nos, portanto, ser esse o foro adequado para enfrentar uma questão central para o nosso

País: a constante elevação da carga tributária. Não é possível pensar em gestão fiscal eficiente quando se arrecada quase 35% do Produto Interno Bruto. É questão preliminar a qualquer Reforma Tributária, portanto, a eleição de um órgão técnico e representativo apto a realizar o acompanhamento da evolução da carga tributária e elaborar sugestões para sua redução. O resultado dessa avaliação, por sua vez, será encaminhado aos Poderes Legislativos de cada ente estatal para auxiliar em suas deliberações.

Com essa medida, acreditamos, fortalecemos a participação da sociedade civil na gestão fiscal, ao mesmo tempo em que reforçamos o papel do Poder Legislativo na condução da política tributária.

Sala das Sessões, 1º de março de 2007. – Senador **Adelmir Santana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I – harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II – disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

III – adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV – divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o **caput** instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios

em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação na delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que visitará Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã, no período de 16 a 21 de março de 2007.

Informo, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 14 a 23 de março do corrente, para participar da missão supracitada.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2008

Com base nos arts. 154, III e § 5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de sessão especial em comemoração ao centenário de fundação do Jornal **O Norte**, que se dará em 7 de maio de 2008.

Justificação

O Norte nasceu em 7 de maio de 1908, através do empreendedorismo dos irmãos Oscar e Orris Soares, filhos de comerciantes portugueses na capital paraibana, à época chamada Parahyba do Norte. Do nome da cidade, naqueles tempos, provavelmente teria surgido a marca “O Norte” que atravessou gerações levando informação com seriedade e responsabilidade.

Democracia e liberdade de imprensa são, como sabemos, conceitos indissociáveis, que inexistem se-

paradamente. Por isso, é sempre motivo de celebração, entre os que prezam as conquistas do Estado democrático de Direito, o registro de aniversário de um respeitável órgão de imprensa.

Foi o primeiro jornal paraibano a lançar o seu portal na internet. A primeira edição de **O Norte on line** foi ao ar em 2002, passando a fornecer aos internautas, desde então, notícias em tempo real.

E é nessa condição, de órgão pioneiro e sempre em sintonia com a modernidade, sem prejuízo da fidelidade aos valores de sua origem, que **O Norte** chega ao seu centenário.

Diante disso, solicito a realização de Sessão Especial para homenagear os 100 anos de fundação do Jornal **O Norte**.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2008.

– Senador **Efraim Moraes**.

Senador EFRAIM MORAIS

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 233, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 199, § 1º do Regimento Interno, na forma de aditamento ao Requerimento nº 50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 10 de abril de 2008.

Justificação

Em razão da não proposição de data específica para realização da Sessão Especial para comemoração do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, proposta pelo RQS nº 50/2008 – SF, adita-

mos o presente requerimento para que a supracitada Sessão seja realizada em 10 de abril do corrente ano, tendo em vista que a ABI completará 100 anos no dia 7 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 11 de março 2008. –

Senador INÁCIO ARRUDA

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 234, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Presidente da Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO pelos nove anos de trabalho no Estado do Pará.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Ilustríssima Srª Ana Klautau Leite.

Justificação

A AVAO é uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Nasceu com o objetivo de prestar assistência aos pacientes acometidos de câncer em tratamento no Hospital Ofir Loyola – HOL, localizado em Belém – capital do Estado do Pará.

Pela seriedade do trabalho desenvolvido pela AVAO, ela é reconhecida por todos os paraenses e recebe apoio de toda a comunidade, empresas e instituições.

O meu pedido de Voto de Aplauso é um reconhecimento à luta da Srª Presidente Ana Klautau Leite e demais voluntários da ONG em acolher os pacientes de uma enfermidade, como câncer, que ainda atinge um número enorme de pessoas no mundo todo e cujo tratamento é oneroso e prolongado.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**

REQUERIMENTO Nº 235, DE 2008

Requer voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar pelo lançamento de seu novo livro Calhau, coletânea de poemas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar, pela publicação de seu livro **Calhau**, coletânea de poemas, gênero com o qual se tornou conhecido em Manaus e fora do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor seja levado ao conhecimento do autor.

Justificação

Luiz Bacellar completa em setembro próximo 80 anos de idade. Seu nome é muito conhecido e respeitado no Amazonas, que nele vê um de seus mais notáveis poetas. São de sua autoria, entre outras, as obras **Fruta de Barro, Sol de Feira, Quatro Movimentos, O Crisântemo de Cem Pétalas, Quarteto e Satori. Com Fruta de barro**, ele ganhou em 1959 o Prêmio Prefeitura do Rio de Janeiro. Natural de Manaus, Bacellar é profundo conhecedor de música e foi professor de Literatura e Língua Portuguesa no Colégio Estadual D. Pedro II.

Por mais essa iniciativa cultura, Luiz Bacellar é merecedor do Voto de Louvor que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 236, DE 200

Como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fui indicado para participar da delegação parlamentar que visitará Cingapura, Indonésia, Timor Leste e Vietnã, em atendimento a convites formulados pelo Legislativo dos referidos países.

Requeiro, assim, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida viagem.

Informo-lhe que estarei ausente do País no período de 14 a 24 de março para participar da referida missão.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB – AC)

REQUERIMENTO Nº 237, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do RISF, e do disposto no art. 55, inciso III, da CF, seja autorizado meu afastamento dos trabalhos desta Casa no período de 14 a 24 de março, para cumprir missão oficial em Cingapura, na Indonésia, no Vietnã e no Timor Leste. A missão, decorrente de convite daqueles Parlamentos, tem por objetivo fomentar maior intercâmbio entre o Brasil e aquela região asiática, bem como verificar a salvaguarda da comunidade brasileira estabelecida no Timor Leste, em face das mudanças do quadro político interno daquele país.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, inciso I e parágrafo único do inciso II, do RISF, que estarei ausente do país no mesmo período.

Sala das Sessões, – **Heráclito Fortes**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 26/2008-GLGOV

Brasília, 10 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, indico como Vice-Líder do Governo o Senador João Pedro, do PT/AM.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

Of. nº 27/2008-GLGOV

Brasília, 10 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, indico como Vice-Líder do Governo o Senador Gim Argello, do PTB/DF.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Os Ofícios lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 17/2008 – GLDBAG

Brasília, 11 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, em substituição ao Senador João Ribeiro, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, Ofício do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É lido o seguinte:

OF. Nº 43/08 – CDH

Brasília, 11 de março de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico a Vossa Excelência a instalação da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulheres no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em reunião ocorrida no dia 6 de março de 2008.

Na reunião supracitada, foram eleitas para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão as Excelentíssimas Senhoras Senadoras Ideli Salvatti e Serys Shlessarenko, respectivamente.

Após as indicações das lideranças partidárias, a subcomissão passou a ter a seguinte composição:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)	
Ideli Salvatti (PT/SC)	Fátima Cleide (PT/RO)
Serys Shlessarenko (PT/MT)	Patrícia Saboya (PDT/CE) *
PMDB	
Roseana Sarney (PMDB/MA)	Vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	Romeu Tuma (PTB/SP)
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	

Informo, ainda, que a Excelentíssima Senhora Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão como Suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para professar minha estima e consideração. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi citado aqui que deixei o Hospital Sírio-Libanês não com alta médica; deixei o Hospital Sírio-Libanês com alta a pedido. E nesta alta tem anotado: “Curado? Não. Melhorado.”

Então, Sr. Presidente, se vim, é porque esta Casa tem matéria urgente para votar.

De repente, a primeira coisa que fiz foi reunir minha Bancada. Reuni a Bancada para saber qual era nossa posição.

Sr. Presidente, no dia 21 de fevereiro deste ano, o Banco Central divulgou documento que se revelou, para dizer, no mínimo, histórico. No boletim intitulado “Indicadores de Sustentabilidade Externa do Brasil – Evolução Recente”, o Banco Central comunica que, pela primeira vez na história brasileira, as reservas internacionais superaram o total da dívida externa.

Em outras palavras, Sr. Presidente – Mão Santa, Mão Santa, eu lhe escuto todo dia! –, Sr^{as} e Srs. Senadores, alcançamos a condição inédita de credores externos, em virtude do fato de que, no primeiro mês de 2008, nossa dívida externa – ou seja, a diferença entre a dívida externa bruta e as reservas internacionais – registrou valores diferentes.

Sr. Presidente, a notícia surpreendeu a maioria dos brasileiros – maioria na qual eu mesmo me incluo. Jamais imaginei que o Brasil tivesse condições de pagar o que devia. É claro que já sabíamos da força de nossa economia, da justiça da nossa política econômica, do crescimento constante de nossas reservas internacionais e da pujança das nossas exportações, apesar do quadro recente de valorização do real diante do dólar. Mas nada nos preparou para uma notícia tão alvissareira, sobretudo em um momento que mais uma crise internacional ronda as páginas dos jornais, desta vez detonada por problemas enfrentados pela economia norte-americana.

Enfim, Sr. Presidente, procurando ser rápido, tornamo-nos um País atraente aos olhos dos investidores externos, pois transmitimos uma imagem de austerida-

de, baseada em números, num ambiente econômico seguro e convidativo. Tornamo-nos, principalmente, um País menos vulnerável.

Sr. Presidente, há pouco tempo, víamos fazerem o levantamento da dívida, ou seja, o estoque da dívida. Mas o estoque da dívida não tinha sentido senão na hora em que tivéssemos uma economia pujante, onde pudéssemos selecionar a quem pagar.

Sr. Presidente, quero me solidarizar com a família do Senador da Bahia, meu amigo pessoal. Foi a meu pedido que ele trouxe a imagem de Rui Barbosa para aquele pedestal, e Rui Barbosa vivia, ali no fundo, escutando reclamação.

Eu quero dizer que o meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, que tem sete Senadores, vai dar seis votos “sim” ao Orçamento. Vai dar seis votos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Epitácio Cafeteira, faço um apelo a V. Ex^a para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pois não. Já vou encerrar, Sr. Presidente. Vamos colaborar com seis votos, entre sete Senadores, lutando por este País, que tem condições de pagar a sua dívida.

Aqui, posso nominar os votos de Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, João Claudino, o meu próprio voto e mais o voto de Romeu Tuma. Enfim, são os votos que queremos dar, votos de confiança num Governo que conseguiu, mercê de seu grande esforço, reunir condições de pagar a dívida do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que deixem a Presidência iniciar a Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem. Artigo 403, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós estamos aqui para votar!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, questão de ordem do Senador Alvaro Dias. Artigo 403.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Artigo 403, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Item 1. Não, vamos votar, vamos começar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Ex^a, embora V. Ex^a esteja, com justificada razão, com pressa para iniciar

a Ordem do Dia, já que não posso conseguir de uma juíza, esposa de parlamentar do PT, uma ordem judicial para invadir a Presidência da República e vasculhar os documentos que comprovam os gastos da Presidência da República com os cartões corporativos, eu gostaria que V. Ex^a designasse uma reunião da Mesa do Senado Federal para que pudéssemos deliberar sobre um requerimento, que já há algum tempo aguarda por deliberação. Esse requerimento, submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, deu origem a uma manifestação daquela Comissão favorável a procedimentos que deveriam ser adotados pela Mesa do Senado Federal, que dizem exatamente o seguinte: a Mesa do Senado Federal reencaminharia à Presidência da República requerimento de informações indagando sobre gastos com cartões corporativos, oferecendo um prazo de dez dias para as respostas. Não ocorrendo resposta, a Mesa do Senado Federal convocaria a Advocacia-Geral do Senado para as providências judiciais cabíveis.

As prerrogativas do Senado Federal estão sendo usurpadas ou a Constituição está sendo afrontada, na medida em que essas prerrogativas não valem para o atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador Alvaro Dias para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Senado Federal, Sr. Presidente, tem de adotar as providências que se exigem para esse caso.

Evidentemente, eu não poderia deixar também, ao final, Sr. Presidente, de manifestar a minha solidariedade à família de Dona Arlete.

Eu imagino, Sr. Presidente, que todos os brasileiros gostariam que a Justiça fosse mais célere quando há uma solicitação, como houve da CPMI dos Correios, para a prisão do Sr. Marcos Valério. A Justiça não foi tão célere como nesse caso. Infelizmente, não conseguimos um juiz ligado a algum parlamentar do PT para proceder com tanta agilidade e com tanta eficiência.

Da mesma forma, Sr. Presidente, quando o sigilo bancário do caseiro foi quebrado por uma ação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, faço um apelo a V. Ex^a para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... de desrespeito à Constituição por parte da presidência da Caixa Econômica Federal, também não se verificou essa mesma eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, faço um apelo a V. Ex^a para que encerre o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, esse gesto de truculência e de arbitrariedade só poderia ser condenado por todos nós.

Eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, escusas, mas eu não poderia deixar, também, de registrar o meu protesto e a minha solidariedade à família, sobretudo, do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

Eu gostaria que V. Ex^a respondesse a nossa questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, em discussão o Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A questão de ordem de V. Ex^a não foi uma questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não é questão de ordem. É questão de desordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi uma advertência à Mesa e a Mesa vai se reunir na próxima semana para, justamente, apreciar o que V. Ex^a acaba de colocar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Item 1, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Comece a Ordem do Dia, Sr. Presidente! Item 1.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem. Art. 403.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a é o Líder do Governo e eu sou o Presidente da Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Por isso mesmo, Sr. Presidente. Está havendo obstrução deliberada!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faltam três oradores. Faltam o Senador César Borges, o Senador Romeu Tuma e o Senador Marconi Perillo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o art. 403 do Regimento Interno diz o seguinte: “Art. 403. Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento”. Não é isso que estão fazendo! Não é dúvida sobre o Regimento. Estão usando o art. 403 para voltar a uma polêmica que V. Ex^a já encaminhou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O cabimento da questão de ordem do Senador Alvaro Dias é total, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Art. 403.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não vou dar mais a palavra a nenhum Senador!.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nenhum Senador.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Art. 403, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou dar a palavra apenas depois da Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Art. 403.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente. É regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação da Medida Provisória nº 395, de 2007.

Transcorre hoje a oitava sessão da matéria constando da pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Darei já a palavra a V. Ex^a para discutir a matéria.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à medida provisória cinco emendas.;

– a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 17 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 12 de fevereiro;

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Eduardo Cunha (Bloco/PMDB-RJ);

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 70, de 2007, e se esgotará no dia 14 de março de 2008;

– a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 19 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Dornelles, Relator revisor da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Era isso que eu ia pedir a V. Ex^a.

PARECER Nº 171, DE 2008 – PLEN

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, antes de iniciar o meu relatório, quero apresentar a minha solidariedade integral ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, pela violência ocorrida em Salvador e narrada aqui no Senado. É lamentável essa invasão de residência sem que existissem pressupostos mínimos para tal coisa. O mais lamentável, Sr. Presidente, é que fatos como esse estão ocorrendo com frequência em todo o Brasil. Assistimos, hoje, e sem qualquer respaldo jurídico, à invasão de área de residências,

grampos telefônicos, prisão de pessoas, contrariando todos os princípios da ordem jurídica. É lamentável o clima de insegurança que foi hoje instituído no Brasil! O Senado tem de reagir contra essa brutalidade e violência que ocorreu em Salvador e está ocorrendo em todo o País.

Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 396, que chega ao Senado por meio de Projeto de Conversão nº 1, prorrogou até 31 de dezembro de 2007 a autorização que tinha a União para permutar até 31 de dezembro de 2003 os Certificados Financeiros do Tesouro, de forma a apoiar o financiamento aos Estados que promovessem a capitalização dos respectivos Fundos de Pensão ou Caixa de Previdência.

O objetivo da permuta era de trazer maior liquidez aos Estados na administração dos Fundos de Pensão ou Caixa de Previdência, na medida em que os Certificados Financeiros do Tesouro, de longo prazo, eram permutados por certificados de prazo mais reduzido.

A Câmara dos Deputados introduziu duas modificações no texto.

A primeira, de caráter formal, estabelece que, para recomposição do fluxo de caixa original dos Certificados Financeiros do Tesouro, seriam utilizados, preferencialmente, os recursos dos *royalties* e dos fundos de participação.

A segunda emenda, a mais polêmica, ampliou os poderes da Eletrobrás e de suas subsidiárias para a constituição de consórcios e participação em sociedade, no Brasil e no exterior. Esse artigo, Sr. Presidente, tem propiciado dois tipos de discussão.

Em primeiro lugar, dever-se-ia incluir, numa medida provisória que trata de fundos de pensão ou caixa de previdência, artigo relacionado com a Eletrobrás?

Entendo, Sr. Presidente, que estamos vivendo, no Brasil, uma ditadura legislativa do Poder Executivo. Por meio de medidas provisórias que trancam as pautas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, essas Casas se vêem quase impossibilitadas de participar do processo legislativo. Acontece que o Deputado ou o Senador que deseja apresentar uma sugestão faz uma emenda a uma medida provisória, porque esse é o único caminho que encontra hoje um parlamentar para participar do processo legislativo. Acho que – e o Presidente já abordou este assunto – temos de discutir com profundidade o problema das medidas provisórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Mas eu não vejo, embora não seja de boa técnica, nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade no fato de uma inclusão, numa medida provisória, de emenda que trata de assunto que não é objeto de seu *caput*.

Em segundo lugar, existe alguma discussão sobre a possibilidade, concedida pela medida provisória, de que a Eletrobrás se associe, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, para a constituição de consórcios empresariais.

Sr. Presidente, entendo que tudo que deve ser feito pelo setor privado não deve ser feito pelo setor público. O setor privado é mais competente que o setor público, principalmente no exercício de atividades empresariais. Mas, no momento em que a organização do Estado brasileiro aceita, ou permite, ou estabelece que num determinado setor vai existir a presença de empresas privadas e de empresas públicas, entendo que dois princípios devem regulamentar, devem ter por base a participação das empresas estatais nesses setores. Em primeiro lugar, uma empresa estatal não deve ter qualquer vantagem ou privilégio que não tenha uma empresa privada. Em segundo lugar, uma empresa estatal não deve ter qualquer restrição que não tenha também uma empresa privada. Igualdade de condições. É nesse ponto que digo: por que motivo a Eletrobrás não pode se associar tendo maioria do seu capital? Temos condições operacionais práticas. Estamos tomando conhecimento do interesse do Governo brasileiro para que a Eletrobrás faça associações, constitua empresas fora do Brasil para explorar, para entrar no setor energético. Por que motivo a Eletrobrás teria de fazer uma associação com a empresa da Argentina ou da Bolívia sendo minoritária? É falta da lógica. Ela tem de se associar sendo majoritária. E, muitas vezes, a subsidiária da Petrobras faz uma sociedade de propósitos específicos, em que tem maioria na sociedade, mas é minoritária no empreendimento. O que acontece? Por que motivo uma subsidiária da Eletrobrás ou a própria Eletrobrás não pode se associar tendo maioria?

Então, fala-se: "Estamos restabelecendo o processo de estatização." Por quê? Estamos estabelecendo na área de energia a mesma situação que existe na do petróleo. Existe uma empresa estatal sem monopólio, permitida a presença de outras empresas privadas. Estamos implantando no campo da energia a mesma situação. Uma empresa estatal, a Eletrobrás, e suas subsidiárias não devem e não podem ter qualquer privilégio em relação às empresas privadas. No entanto, também não devem sofrer as restrições que não existem para as empresas privadas.

Por esse motivo, Sr. Presidente, opino favoravelmente à aprovação do projeto de conversão da Câmara dentro dessa linha de que as empresas estatais não podem ter privilégios, mas também não podem sofrer restrições que não são impostas às empresas privadas.

Sr. Presidente, os pressupostos constitucionais foram atendidos. Assim sendo, opino pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

No mérito, sou pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 171, DE 2008

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

Relator Revisor: Senador **Francisco Dornelles**

I – Relatório

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, editou a Medida Provisória nº 396, de 4 de outubro de 2007, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro.

A rigor, com a redação adotada, ficou restabelecida a possibilidade de permuta dos referidos títulos, cujo prazo definido na Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, expirou em dezembro de 2003. A União poderá promover a permuta dos Certificados Financeiros do Tesouro até 31 de dezembro de 2007.

A Medida Provisória prevê, ademais, que a permuta se realizará, observada a equivalência econômica dos títulos a serem trocados, mediante a substituição dos Certificados Financeiros do Tesouro emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais, na modalidade de nominativos e inalienáveis, por outros Certificados Financeiros do Tesouro com as mesmas características. Para tanto, é previsto o aditamento do contrato firmado entre a União e os Estados, que originou a emissão dos Certificados Financeiros do Tesouro.

Pretende-se, em verdade, com o novo prazo para permuta dos mencionados títulos, apoiar financeiramente os Estados que promoveram a capitalização de seus respectivos fundos de pensão ou caixas de previdência por intermédio dos referidos certificados emitidos pela União.

Assim, nos termos da exposição de motivos submetida ao Presidente da República, o Ministro de Estado da Fazenda justifica a proposição:

1. No âmbito de operações de saneamento do setor público, amparadas por legislações específicas, a União emitiu Certificados Financeiros do Tesouro para capitalização de fundos ou caixas de previdência estaduais.

2. Para essas capitalizações foram utilizados Certificados Financeiros do Tesouro Nacional – CFTs na modalidade nominativos e inalienáveis, com prazos de resgate variáveis, que se estendem até 2024.

3. Em virtude de dificuldades financeiras, diversos Estados têm sistematicamente pleiteado à União a antecipação do resgate desses títulos públicos de modo a permitir que seus respectivos fundos previdenciários possam arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas estaduais, hoje sob o encargo do Estado.

4. O alívio financeiro para esses Estados se daria pela desoneração das despesas com aposentados e pensionistas, que passariam a ser realizadas mensalmente pelos seus fundos previdenciários, até o montante dos valores que vierem a ser antecipados.

O Deputado Eduardo Cunha, designado relator para proferir o parecer pela Comissão Mista do Congresso Nacional a esta Medida Provisória e às emendas a ela apresentadas, concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela sua adequação financeira e orçamentária. Quanto às emendas, concluiu o relator contrariamente a seu mérito (nºs 1, 2, 3 e 4).

Entendeu o relator, por outro lado, como convenientes e oportunas algumas alterações à Medida Provisória nº 396, de 2007, a saber:

1. alteração da redação do inciso II do art. 2º da Lei nº 10.841, de 2004, prevista no art. 1º da MP nº 396, de 2007, para repor a sua redação original, mantendo, assim, a vinculação dos **royalties** e participações especiais como fonte de recursos para a recomposição do fluxo no CFT, vinculação essa não explicitada no texto da medida em exame. Ademais, para tanto, a redação proposta acrescenta a vinculação das parcelas do FPE para os Estados que porventura não tenham este tipo de receita e possam ter condições de realizar esta operação, como o caso do Estado de Santa Catarina.

2. introdução de novo art. 2º, que propõe nova redação ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25

de abril de 1961, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Com a redação proposta, visa-se dar agilidade à Eletrobrás e suas subsidiárias ou controladas para participarem de novos investimentos para novas gerações de energia elétrica, no momento em que o País atravessa o risco de uma nova crise nesse setor, que pode afetar o crescimento econômico.

Na Câmara dos Deputados, foi, assim, aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, na forma do parecer oferecido pelo relator Deputado Eduardo Cunha, ora submetido à apreciação do Senado Federal.

II – Análise

II.1 – Cumprimento da Exigência Constante do § 2º do Art. 1º da Resolução nº 1, de 2002–CN

Esta exigência diz respeito à publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, seu envio ao Congresso Nacional, acompanhada de Mensagem e de Exposição de Motivos do ato, tendo sido plenamente atendida, conforme o Termo de Autuação do respectivo processado.

II.2 – Constitucionalidade, Inclusive Atendimento aos Pressupostos de Relevância e Urgência

Cumpre-nos examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Inicialmente, cabe ressaltar que os pressupostos constitucionais para a edição da medida provisória encontram-se atendidos, tendo em vista que a iniciativa trata, certamente, de matéria relevante, qual seja antecipação do resgate de títulos públicos, de modo a permitir que seus titulares, fundos de pensão e caixas de previdência estaduais, possam arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas, hoje sob o encargo do Estado.

A urgência para a edição do ato está presente, uma vez que as alterações procedidas pela medida provisória se fazem imediatamente necessárias, em virtude das dificuldades financeiras ora experimentadas por diversos estados, publicamente manifestadas.

Em suma, o assunto tratado na medida provisória é urgente e relevante, atendendo os pressupostos do art. 62 da Constituição, uma vez que a iniciativa proposta auxiliará os estados no pagamento de aposentados e pensionistas e, por conseqüência, liberando recursos para que eles possam dar continuidade à prestação dos demais serviços públicos essenciais à população.

No que tange à constitucionalidade, não há reparos a fazer. O Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna,

ao editar a medida provisória em tela e submetê-la à deliberação do Congresso Nacional. O objeto da medida não infringe as limitações materiais constantes do § 1º desse dispositivo.

Ademais, por tratar-se de matéria financeira, deve ser disciplinada em lei ordinária. É, portanto, competência da União, sobre a qual cabe ao Congresso Nacional legislar, conforme prevê o art. 48 da Constituição Federal.

Assim, o diploma legal ora analisado insere-se no âmbito das competências do Presidente da República, tendo sido observadas, em especial, as normas referidas nos arts. 61, 62, 84, II e XXVI, e 167 da Constituição Federal, não tratando, ainda, o seu conteúdo, de matéria de competência privativa estabelecida em seus arts. 49, 51 e 52. Portanto, a medida não apresenta quaisquer óbices quanto a sua constitucionalidade.

II.3 – Adequação Financeira e Orçamentária

Em relação à adequação financeira e orçamentária da proposta, nos termos do parecer de plenário a ela oferecido na Câmara dos Deputados, fica evidenciado que o **caput** do art. 1º da medida provisória garante a equivalência econômica dos títulos envolvidos, assim como a manutenção das mesmas características. Os novos e antigos papéis possuem, portanto, o mesmo valor presente, não resultando em perdas para a União. Ademais cumpre salientar que não há adiamento, mas antecipação no resgate dos títulos.

A União emite e mantém em estoque um volume de títulos superior ao montante já colocado, além do que na realidade os certificados não são receita da União e sim dívida com compromisso de pagamento de juros.

Com relação a esse aspecto, cabe observar que o art. 5º, § 1º, Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

A presente medida, bem como o projeto de lei de conversão, não cria receita nem despesa pública para a União, limitando-se, tão-somente, a troca de títulos públicos, respeitada sua equivalência econômica. Dessa forma, a medida provisória e o projeto de lei de conversão sob análise apresentam-se ade-

quados no que diz respeito aos aspectos financeiros e orçamentários.

II.4 – Mérito

Como é do nosso conhecimento, os Certificados Financeiros do Tesouro Nacional (CFT) são títulos emitidos pela União com vistas à capitalização de fundos de pensão ou de caixas previdenciárias estaduais, no âmbito de operações financeiras celebradas entre os Estados e a União, amparadas por legislação específica, inclusive aquelas que envolvem as aquisições de créditos estaduais relativos à participação governamental obrigatória, nas modalidades de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras, e que objetivam o saneamento do setor público.

Para a capitalização dos referidos fundos ou caixas foram, e ainda o são, utilizados CFT, na modalidade nominativa e inalienável, resgatável em parcelas mensais, que se estendem até 2024.

São esses títulos públicos, e nesse contexto, de que trata a matéria contida na Medida Provisória nº 396, de 2007.

É conveniente lembrar que a Medida Provisória em exame não traz qualquer novidade relativamente à ação já adotada em 2003: a Lei nº 10.841, de 2004, conversão da Medida Provisória nº 137, de 2003, ensejou operações de permuta dos certificados detidos por fundos ou caixas previdenciários estaduais, e que visava, também, enfrentar dificuldades então experimentadas pelos Estados, notadamente o Estado do Rio de Janeiro.

À época, o Estado do Rio de Janeiro pleiteou junto à União, o resgate antecipado de parte do fluxo futuro dos CFT do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência), de forma que aquele Fundo pudesse arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas estaduais, desonerando assim o Tesouro Estadual da necessidade de fazer aportes adicionais para aquele fim, num cenário de restrição fiscal.

O alívio financeiro para o Estado do Rio de Janeiro, da mesma forma que agora se pretende com a Medida Provisória nº 396, de 2007, se deu por meio do mecanismo de desoneração das despesas com aposentados e pensionistas. Também a medida provisória em exame busca proporcionar aos Estados a possibilidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para o pagamento de aposentados e pensionistas, cujo custeio, hoje, encontra-se sob a responsabilidade dos próprios Estados.

Com a definição de novo prazo para que se proceda a permuta dos títulos públicos, 31 de dezembro de 2007, os Estados seriam desonerados daquelas

despesas, até o montante dos valores que vierem a ser antecipados.

Assim, a proposta amplia o montante de recursos financeiros disponíveis para serem aplicados no financiamento dos serviços públicos prestados pelos estados, num contexto onde são crescentes as demandas sociais e as dificuldades e as restrições financeiras que os afligem.

Conforme já ressaltado, em virtude de dificuldades financeiras, diversos Estados pleitearam à União a antecipação do resgate desses títulos públicos, de modo que seus respectivos fundos previdenciários arcassem com suas obrigações junto a aposentados e pensionistas estaduais, desonerando as contas estaduais.

De acordo com informações veiculadas, esta Medida propiciou à STN celebrar contratos com os Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. No primeiro caso, o Tesouro liberou CFT no valor de R\$650,25 milhões em nome do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), com resgate em 2018. Os títulos trocados tinham vencimento em 2024.

Já o Rioprevidência teria recebido R\$1,58 bilhão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com vencimento em 2010. Os CFT em poder do fundo tinham prazo de resgate em 2014.

O Governo informou que a troca dos títulos foi uma demanda dos estados, que reivindicaram o recebimento de recursos novos para “arcar com as obrigações junto a aposentados e pensionistas”, segundo consta na exposição de motivos da MP.

Do ponto de vista das finanças públicas, a operação representa, no curto prazo, uma antecipação de despesas para a União, que emitirá mais títulos públicos, e uma redução de despesas para os estados, pois os novos recursos significam menos aporte financeiro a seus fundos previdenciários.

No longo prazo, porém, a situação se inverte e torna-se desfavorável para os Estados, já que os novos papéis têm prazo menor. Ou seja, no futuro os entes federados não poderão contar com os rendimentos dos papéis antigos, que tinham vencimento longo.

Porém, como prévia condição, objetivando à preservação do capital dos referidos Fundos, seria exigida, pela União, a celebração de instrumento contratual entre os Estados beneficiários e os seus Fundos de Previdência, pelo qual os primeiros se obrigariam perante o segundo a recompor o fluxo de caixa original dos CFT.

Mais ainda, na redação proposta no Projeto de Lei de Conversão fica assegurada a recomposição dos Fundos de Previdência mediante a vinculação de recursos dos Estados não comprometidos com a União,

provenientes de participações governamentais obrigatórias, nas modalidades de **royalties**, participações especiais e compensações financeiras, ou do Fundo de Participação dos Estados.

Essa medida visa dar maior segurança de recomposição dos valores resgatados dos Certificados Financeiros do Tesouro, preservando a capacidade financeira dos Fundos de Previdência Estaduais. Em outras palavras, serão mantidos os mesmos rendimentos caso os títulos que estão sendo trocados permanecessem em poder das previdências estaduais.

Por seu turno, o novo art. 2º proposto no Projeto de Lei de Conversão objetiva em verdade evitar os obstáculos à concessão de financiamentos para novas gerações em energia elétrica, em função do impedimento de que uma sociedade estatal possa dar ações de sua propriedade em uma nova sociedade, ou como garantia, o que a obriga a obtenção de fianças de custos elevados, levando-a muitas vezes a desistir da atividade nova de geração que se pretendia fazer.

A nova redação conferida ao texto do § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, permitirá que as sociedades estatais constituam sociedades de propósitos específicos para participarem de outras sociedades concessionárias, inclusive sem aporte de recursos ou com participação majoritária, no Brasil ou no exterior.

Dessa forma, são ampliadas as possibilidades de associação da Eletrobrás e suas subsidiárias ou controladas, conferindo-lhes as mesmas oportunidades que hoje a Petrobras já detém, sendo que a mesma ainda tem a possibilidade de atuar através de empresas de sua propriedade no exterior.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Francisco Dornelles**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Francisco Dornelles, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, inscreva-me para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou inscrever V. Ex^a para discutir a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que, na discussão da matéria, V. Ex^a pudesse alternar um contra e um a favor da matéria, para que nós pudéssemos equilibrar o debate.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente que, não havendo a favor, falariam dois contra, um atrás do outro. Não é isso, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estou de acordo também.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, inscreva-me a favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, gostaria de transmitir que vamos pedir verificação de quórum já na admissibilidade. Quero deixar bem claro isso. Por uma questão bem disciplinada, eu queria alertar que pediremos verificação eu próprio, o Senador Heráclito Fortes, o Senador José Agripino e o Senador Mão Santa. Eu pediria aos demais Senadores todos que se retirassem do plenário nessa ocasião, para não darmos a presença, que justifique a habilidade do Senador Romero Jucá, que é inigualável, no terreno da luta regimental.

Então, eu vou repetir a todos: nós vamos pedir verificação de **quórum**, o Senador Mão Santa, o Senador José Agripino, eu próprio e o Senador Heráclito Fortes. Peço aos demais Senadores que não concordam com a aprovação dessa matéria que se retirem do plenário. Se vencidos formos – se o Governo colocar os 41 votos necessários, 37 com a nossa ajuda de 4 –, aí os Senadores retornarão para nós começarmos a discussão da matéria, antes do encaminhamento necessário para que haja uma elucidação efetiva.

Repetindo, Sr. Presidente, peço a todos os Senadores que não concordam com essa matéria que se retirem do plenário, à exceção dos Senadores José Agripino, eu próprio, Heráclito Fortes e Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação a V. Ex^a. Quando há obstrução, creio que não há necessidade de se retirar do plenário. Quando há obstrução. Neste caso, há obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esclareça, Sr. Presidente, porque, se for assim, melhor para nós.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi solicitado, segundo entendi, pelo Senador Arthur Virgílio, não a obstrução...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente. Vamos nos declarar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi a verificação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, nós vamos nos declarar em obstrução. Pedirei verificação de quórum, com obstrução nossa. Então, significa dizer o quê? Para ficar bem claro, para não haver dúvidas: estou certo ao pedir que apenas os quatro que se responsabilizarão pelo pedido de verificação fiquem presentes e os demais se retirem, ou todos poderão estar presentes, sem que suas presenças sejam contadas para efeito de quórum?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é o § 2º do art. 12 que define essa matéria. Art. 13.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a quer a palavra para uma questão de ordem?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para definir regimentalmente o que expus aqui anteriormente. O art. 13, §2º, estabelece que, quando há obstrução, não há necessidade de se ausentar do plenário. Em caso de obstrução, não há razão para ausência do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, podemos fazer um entendimento e um acordo de lideranças para que a presença continue sem precisar contar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estamos aqui em uma decisão madura. Cada um tem a sua posição, entendemos as circunstâncias...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Todos nos enriquecemos com a presença uns dos outros.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não precisamos forçar ninguém a se retirar efetivamente para marcar sua posição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Fico agradecido ao Senador Romero Jucá.

Será uma luta leal. Fico agradecido ao Senador Romero Jucá. E digo, então, que o Senador José Agripino, eu, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Mão Santa – Senador Mão Santa está aqui? – pediremos verificação de quórum. E só nós. Ninguém mais levantará a mão nesse momento. Só levantarão a mão o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Mão Santa, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB pede verificação de quórum, com a entrada em obstrução, levantando a mão o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Mão Santa apenas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aprovados os pressupostos de relevância e urgência, vamos fazer agora a verificação solicitada pelo Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB entra em obstrução, Sr. Presidente. Apenas eu darei presença e consignarei o meu voto, Sr. Presidente. Apenas eu. E, no PFL, acredito que a mesma coisa. O Senador Mão Santa também. Os demais votam, se quiserem, dos outros partidos, ou nos acompanham nesse pedido de obstrução.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, faço um apelo para que V. Ex^a toque a campanha, solicitando a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que venham para a votação nominal que ocorrerá agora no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente, a favor da constitucionalidade da matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Liderança do PT e do Bloco de apoio ao Governo encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O Democratas está em obstrução. Somente eu e o Senador Heráclito votaremos. Peço aos demais companheiros que não registrem o voto.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – A Liderança do PTB recomenda o voto “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”. Faz um apelo à Base do Governo para comparecer ao plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução. Pede aos Srs. Senadores e Senadoras que não manifestem seus votos em plenário.

Registro, Sr. Presidente, enquanto se processa a corrida dos Senadores governistas à votação, registro o fato. Eu não o havia ouvido, mas o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior disse que oficiais de justiça foram transportados em viaturas – vou usar a expressão que é da polícia –, em automóveis da empreiteira OAS. Se é verdade, é um escândalo de proporções, Sr. Presidente, que quero trazer à preocupação de V. Ex^a, que sei que está sensibilizado com esse fato, sentando na cadeira que, honrosamente aliás, foi ocupada, em duas ocasiões, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pelo PDT, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a se lembra que, na última sessão, tivemos a interrupção, a suspensão da sessão, por meia hora, para que houvesse um acordo de liderança. Nesse acordo de liderança, o que foi proposto é que o projeto de lei que está na Câmara dos Deputados desde o ano de 2001 fosse pautado e votado. O Governo assumiu esse compromisso. O projeto de lei que trata do tempo de direção dos caminhoneiros e motoristas de ônibus, projeto de lei aprovado no Senado em 2001. Eu disse que, enquanto esse projeto não fosse votado ou pelo menos pautado na Câmara dos Deputados, eu votaria contra as medidas provisórias que chegassem a este plenário.

Por isso, estou encaminhando aqui, Sr. Presidente, como Líder. No meu partido, os Senadores que estiverem presentes – não estou vendo nenhum neste momento – podem votar como quiserem. Mas eu voto contra, porque, mais uma vez, o acordo não foi cumprido, a palavra não foi cumprida, o projeto não foi pautado na Câmara dos Deputados. E, enquanto não for, meu voto será sempre contra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por entender que este projeto é de alta relevância para o País, e foi relatado por um grande homem público, o Ministro Senador Dornelles, que proferiu, diga-se de passagem, um brilhante relatório, peço à bancada do PMDB, do meu partido, que vote “sim”, Sr. Presidente. Encaminho o voto “sim”.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quería apenas uma informação de V. Ex^a. Eu e os Senadores Geraldo Mesquita, Mão Santa, Flexa Ribeiro e tantos outros Senadores aqui queremos saber qual foi a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos com referência ao projeto dos aposentados, o PL nº 58. Temos uma decisão a tomar com relação a esse assunto e gostaríamos de saber de V. Ex^a qual foi o procedimento da Comissão, se encaminhou à Mesa, se votou, se não votou. Parece-me que o projeto era terminativo, terminaria na Comissão, mas fui informado, hoje pela manhã, que teria sido encaminhado à Mesa Diretora. V. Ex^a poderia nos informar, no decorrer desta sessão, se realmente o Projeto nº 58 e um outro projeto que também se refere aos aposentados foram encaminhados à Mesa? Gostaria de saber – todos os Senadores estão interessados nesse assunto – ainda na tarde de hoje.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tomarei as providências, Senador Mário Couto, para atender a V. Ex^a. Até o final desta sessão, darei a informação solicitada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A informação e as providências.

Agradeço a V. Ex^a profundamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço também a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, são 18h20. Temos 35 Senadores com registro no painel. Consulto V. Ex^a sobre até que horas vai esperar para encerrar o painel e conferir a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, darei o prazo de mais 15 minutos para iniciar a verificação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – A verificação ou a abertura do painel?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A abertura do painel.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Às 18h35, portanto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC.) – Às 18h35, Sr. Presidente? Há três Senadores que estão a caminho. Acredito que, em cinco minutos, chegarão aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Já que V. Ex^a está dando um tempo para fazer a abertura do painel, vou aproveitar esta oportunidade para, como Senador representante do Estado da Bahia, o que muito me honra, dizer a V. Ex^a e aos Senadores desta Casa que a Bahia vive um momento triste na sua história. É um fato que entristece a Bahia...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... Perdão, perdão!

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Senador Arthur Virgílio.

Então, Sr. Presidente, dizia que o fato que está acontecendo, que ainda está transcorrendo na Bahia é de uma violência inominável, acobertado talvez por uma decisão da Justiça, de uma juíza que deveria se declarar impedida para esse tipo de ato, por seus laços de parentesco com pessoas que fizeram oposição forte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Essa seria

talvez a maneira mais correta de agir, e não perpetrar esse ato que, lamentavelmente, é a invasão de um lar, um lar respeitado, que tive a honra de freqüentar e que freqüento com muita alegria e muita honra. Dona Arlete, uma pessoa que tem todo o respeito da Bahia, pela sua maneira serena, tranqüila, cordial, educada, não poderia estar sofrendo uma violência como essa. Uma pessoa de 78 anos, viúva do nosso colega Antonio Carlos Magalhães – duas vezes Presidente desta Casa, três vezes Governador da Bahia, Prefeito da cidade de Salvador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Ministro de Estado, lembra aqui o Senador Heráclito Fortes –, neste momento sofre uma violência que é de uma brutalidade inaceitável pela sociedade baiana.

Estamos aqui trabalhando, todos nós, sob a égide de Rui Barbosa, e tenho certeza de que Rui Barbosa nunca concordaria que a Justiça fosse utilizada para um ato tão perverso, tão brutal. Sabe Deus o que há por trás desse ato!

Então, espero que o Senado Federal, em respeito a um Senador que esteve aqui, com mandato de 16 anos, duas vezes representando o Estado da Bahia, eleito democraticamente, possa, por meio da liderança de V. Ex^a, tomar providências mais enérgicas, mais rápidas, para que realmente se faça justiça verdadeira no Estado da Bahia. Que o Senado se pronuncie perante essa realidade triste que hoje vive o Estado da Bahia!

Queria, em meu nome pessoal, pela amizade que sempre nutri pelo nosso aqui colega Senador Antonio Carlos Magalhães, um grande líder político na Bahia, transmitir a minha solidariedade à família, ao nosso colega Senador Antonio Carlos Júnior, aos seus netos, a todos os seus familiares e amigos da Bahia, que estão chocados com a brutalidade, a violência desse ato.

Quero, neste momento, agradecer também a todos os Senadores que se manifestaram. Tenho certeza de que, se V. Ex^a fosse um pouco mais liberal, todos praticamente se manifestariam, porque não há o desejo de obstrução aqui. Estou usando a palavra sem qualquer tipo de obstrução. Se há desejo de votar, que se vote. É o papel nosso nesta Casa.

Entretanto, prestar solidariedade a um Senador que se foi, mas que deixou sua marca de serviços prestados a esta Casa, ao País e à Bahia em particular acho que qualquer um faz de bom grado e de coração aberto. É isso que faço neste momento, sensibilizado e triste, porque esse não é o exemplo que a Bahia tem dado ao País – o exemplo de direito, o exemplo de Rui Barbosa.

Então, lamento profundamente e espero que a justiça possa vir a se fazer muito rapidamente no meu querido Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, já podemos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que atingimos o quórum, gostaríamos de solicitar a abertura do painel, para continuarmos a discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Uma vez atingido o quórum, Sr. Presidente, peço aos Senadores do PSDB que acorram ao Plenário para o voto "não" a essa matéria, que será discutida amplamente e que vai ser desnudada no que possa conter de intenções negativas em relação à economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Às 18 horas e 35 minutos abriremos o painel.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ouço V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me somar a todos os Senadores que manifestaram a sua justa solidariedade à Sr^a Arlete Magalhães, viúva do nosso querido e saudoso Antonio Carlos Magalhães.

Não podemos, em hipótese alguma, concordar com esse ato de violência. Que as questões que eventualmente envolvam patrimônio sejam resolvidas na esfera legal apropriada, na família. Não dá para aceitarmos calados o fato de que um assunto como esse resvale para a seara política.

O fato de a juíza que concedeu a liminar autorizando a invasão à casa da Sr^a Arlete Magalhães ser esposa de um parlamentar, um parlamentar do PT, que ao longo de toda sua vida fez oposição à família nos deixa extremamente apreensivos em relação aos rumos que estão sendo tomados no Brasil em relação a esse tipo de atitude.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, *in memoriam*, D. Arlete e o nosso colega, Senador Antonio Carlos Júnior, merecem a nossa solidariedade e o nosso apoio irrestritos.

Era essa a razão de minha intervenção pela ordem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Quero também me solidarizar com a família do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior em razão da brutalidade com que a Sr^a Arlete Magalhães, esposa do nosso querido e falecido Senador Antonio Carlos Magalhães, teve sua casa invadida.

Sr. Presidente, ouvi atentamente a palavra de todos os Srs. Senadores – do Senador Tasso Jereissati, do Senador Arthur Virgílio, do Senador Mário Couto –, mas me chamou especialmente a atenção o que disse o Senador Francisco Dornelles, que tocou em um ponto crucial, ponto que merece a atenção de todos nós: estamos passando batidos, sonolentos diante das arbitrariedades que estão ocorrendo em nosso País. Essa grave arbitrariedade ocorrida no Estado da Bahia é só mais uma das diversas ocorridas no País, e nós temos de ficar atentos, porque sempre há uma ligação com o Partido dos Trabalhadores.

A senhora juíza, que, coincidência ou não, é esposa de um líder petista na Bahia, deveria ter se declarado suspeita para tomar essa decisão. Contudo, não o fez e tomou uma decisão de força – logicamente amparada por um ambiente propício, que é o ambiente político, ambiente que, acredito, é muito agradável ao PT.

Sr. Presidente, quero aqui dar outro exemplo que serve para nós discutirmos politicamente essa situação.

A Polícia Federal invadiu a Secretaria de Saúde do meu Estado e levou presa uma cidadã, uma senhora bioquímica, que tinha o mesmo nome da empregada de um dos envolvidos nas suspeitas da Polícia. Essa senhora foi algemada e jogada na cela de uma cadeia. Somente depois de muito tempo de exposição à opinião pública, de condenação pública, viu-se que havia um engano de nome.

Sr. Presidente, V. Ex^a já enumerou todas as providências que serão tomadas por esta Casa, mas quero aqui prestar a minha solidariedade ao Senador

Antonio Carlos Magalhães Júnior, ao Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães Neto, a toda a família e também ao Senador César Borges, representante da Bahia e grande amigo do falecido Senador Antonio Carlos Magalhães.

Registro a minha solidariedade e o meu protesto contra esse gesto grosseiro. No meu entender, além da grosseria da Justiça, houve a grosseira alimentada pelo rancor político do marido da senhora juíza que determinou essa arbitrariedade na residência da Sr^a Arlete Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me encontrava em outra dependência da Casa quando foi noticiado o ocorrido na residência de D. Arlete Magalhães. Quero me solidarizar com D. Arlete e com toda a sua família, com os que se sentiram atingidos por esse ato brutal da Justiça, desnecessário sob todos os aspectos. É inaceitável e inadmissível a invasão à casa de uma senhora com uma história de luta, com uma tradição de serviços prestados à Bahia.

Queremos registrar este protesto e queremos nos solidarizar com D. Arlete e com os atingidos nesse episódio. Tenho, Sr. Presidente, o dever de fazer esta manifestação não somente pelo apreço, pela amizade e pela convivência que tive com o Senador Antonio Carlos Magalhães, mas principalmente pela convivência que tive com seu filho, Luís Eduardo, que marcou história no Congresso Nacional.

Esse é um episódio que não engrandece, esse é um episódio que não acrescenta, e a infeliz coincidência das pessoas envolvidas no ato nos leva a crer que tenha sido um errado gesto de brutalidade política, inaceitável nos dias de hoje. Daí por que faço este registro, enviando minha solidariedade à D. Arlete e aos familiares atingidos por esse ato de violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São 18h35min. Vou abrir o painel neste momento.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, permita-me só anunciar o resultado da votação.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Sr. Presidente.

(Procede-se à apuração.)

(PRESSUPOSTOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA MP 396/2007) - PARECER 171/2008

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA, URGÊNCIA E ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 396, DE 2007 (Verificação)

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 11/3/2008 18:15:07
 Data Sessão: 11/3/2008 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 11/3/2008 18:35:33

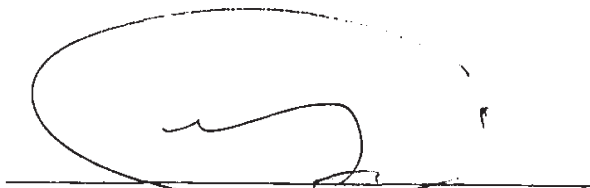
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
DEM	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM

PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 42
 Votos NÃO : 17 Total : 59
 Votos ABST. : 00


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 17 Sr^{as} e Srs. Senadores.

Nenhuma absolvição. Perdão, não é absolvição, mas abstenção. Não houve abstenções.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, esperamos que, nesta Casa, todos sejam absolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Inclusive eu! Peço absolvição!

Total: 59 Senadores.

Foram aprovados os pressupostos de relevância, urgência e de adequação financeira e orçamentária.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveitando mais uma vez a comemoração do Dia Internacional da Mulher, uma bela comemoração presidida por V. Ex^a, e conforme conversamos na Presidência da Casa, gostaria de fazer aqui uma solicitação. Eu quero aqui trazer uma reivindicação de algumas jornalistas que foram abordadas na entrada do plenário do Senado porque não usavam saia ou calça comprida, mas bermuda na altura do joelho.

O nosso Regimento é muito antigo, Sr. Presidente.

Nós poderíamos reformulá-lo no que diz respeito ao vestuário permitido na Casa. Atualmente é permitido o uso de vestido, mas não se fala em comprimento. O que tem de valer é o bom senso.

A jornalista Adriana Vasconcelos, que me autorizou a dizer o seu nome, estava vestida com bermuda na altura do joelho, salto alto, blazer. É uma jornalista que tem todo o respeito da Casa e que anda com compostura.

Então, eu gostaria de pedir neste dia, em homenagem às mulheres, que possamos modernizar o nosso Regimento, que possamos acompanhar a modernidade e a moda, Sr. Presidente, fazendo com que prevaleça o bom senso de nossos seguranças, da Mesa Diretora da Casa. Que possamos permitir o uso cuidadoso de outro tipo de vestuário que não seja apenas o vestido e a calça comprida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, estamos comemorando o Dia Internacional da Mulher. V. Ex^a será atendida.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, mais uma comemoração para o Dia Internacional da Mulher.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não entendi se a Senadora Kátia Abreu é contra ou a favor da medida provisória. Gostaria de saber para poder contabilizar a posição dela.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falando pelo PSDB, eu hipoteco a mais irrestrita solidariedade à jornalista Adriana Vasconcelos. Entendo que, no terreno dos costumes, as mulheres conseguiram que se lhes reconhecessem direitos básicos, comezinhos e fundamentais, além das grandes conquistas civilizatórias, que são históricas, delas e dos homens que as compreendem.

Sr. Presidente, sinceramente, não vejo, no traje da jornalista Adriana Vasconcelos, nada que quebre o decoro desta Casa. Quebraram o decoro da Casa os mensaleiros que participavam do Congresso Nacional; quebraria o decoro um Senador que não se portasse com dignidade diante da coisa pública. Eu não vejo por que o Senado Federal não deva tomar agora, sob a orientação de V. Ex^a, uma atitude ousada: a de quebrar esse tabu e permitir que à mulher seja concedido o direito de se vestir como ela queira e com o decoro que cabe à uma jornalista séria, correta, como é a jornalista Adriana Vasconcelos.

Eu digo isso, Sr. Presidente, por entender que nós estamos comemorando muito mal o Dia Internacional da Mulher: invasão da casa da Sr^a Arlete Magalhães, proibição a uma jornalista de se vestir como ela deseja, algo que, sinceramente, empana a beleza da sessão que V. Ex^a presidiu com tanto brilho no dia de hoje em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para contestar, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já tivemos duas orientações contrárias à medida provisória. Eu gostaria agora que usassem da palavra o Senador

Marcelo Crivella e o Senador Delcídio Amaral falando favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido. Na verdade, conversando com a nossa querida Senadora, S. Ex^a me autorizou a dizer que, realmente, o nosso Regimento é tão antigo que não admitia sequer a existência desse traje que a jornalista estava usando, que, na verdade, não é uma bermuda, mas um traje que se assemelha a uma bermuda, um traje moderno que o nosso Regimento, que é muito antigo, sequer admitia a sua existência.

Portanto, esta é uma retificação que a Senadora Kátia Abreu me permitiu fazer aqui, a bem da verdade, para que as jornalistas, as Senadoras, enfim, as mulheres de uma maneira geral possam freqüentar o Senado Federal e usar os trajes modernos que hoje, na sociedade, são absolutamente admitidos.

Era essa a retificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro que estamos na discussão da matéria. Com a palavra, para discutir...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem.) – Queria registrar o meu voto “não” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 273 e art. 274.

Art. 273. Anunciada a matéria, será dada a palavra aos oradores para a discussão.

Art. 274. A discussão não será interrompida, salvo para:

I – formulação de questão de ordem [que ninguém fez, a não ser pela ordem];

II – adiamento para os fins previstos no art. 279;

III – tratar de proposição compreendida no art. 336, I;

IV – os casos previstos no art. 305;

V – comunicação importante ao Senado;

VI – recepção de visitante;

VII – votação do requerimento de prorrogação da sessão;

VIII – ser suspensa a sessão (art. 18, I, f).

Portanto, o comprimento da saia ou da bermuda não faz parte da discussão da medida provisória sobre a questão do sistema elétrico.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para contestar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, Sr. Presidente, faço uma questão de ordem. A discussão está iniciada.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Que possamos ter o debate da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para contestar, Sr. Presidente, a questão de ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, primeiro orador inscrito para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, quero contestar a questão de ordem, antes de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero contestar, quero oferecer as minhas razões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, óbvio que juízes – e parlamentares o são, em certa medida – devem usar da figura do bom senso. Então, qualquer fato que perturbe o andamento normal dos trabalhos – como, por exemplo, a invasão da residência da Sr^a Arlete Magalhães; como, por exemplo, o episódio de uma jornalista impedida de cumprir com o seu trabalho, simbolicamente no Dia Internacional da Mulher – deve ser levado em conta por uma Casa que, não sei por que, está com tanta pressa, por que está tão absurdamente com pressa em relação ao atropelamento da voz até dos que querem livremente, como

sempre foi praxe do Congresso – e não acredito que alguém intente mudar essa praxe.

Portanto, Sr. Presidente, não se tomou muito tempo. Foi a solidariedade do meu Partido e a solidariedade do DEM a uma jornalista impedida de cumprir com o seu trabalho. Não foi nada assim como se houvesse um tumulto aqui, algo que não acontece no Senado, porque é uma Casa de homens e mulheres educados. V. Ex^a não prosseguiria com a votação porque o tumulto se imporia.

Digo que há a letra fria da lei e há também a capacidade de tirar-se as inferências, de buscar-se o espírito da lei para que se dê liberdade ao julgador de agir com bom senso e com senso efetivo de justiça e de justeza. Eis aí, portanto, Sr. Presidente, antes de dirigir-me à tribuna, a forma que encontrei para contestar o que me pareceu um argumento frio, que não corresponde à consideração que temos pelos profissionais de imprensa, que devem trabalhar de qualquer jeito. Quero que ela trabalhe. Está muito bem vestida. Quero que trabalhe, quero que observe o encaminhamento da sessão e veja, Sr. Presidente, se as coisas estão se processando de acordo com o Regimento, de acordo com a praxe, ou se há alguma vontade de se impor algum resquício de comportamento ditatorial aos encaminhamentos que vamos dar nesta Casa. Eu estou muito tranqüilo e vejo a Casa muito nervosa não sei por quê.

Agora, a jornalista é um assunto importante, sim; a mulher é um assunto importante, sim. Não é apenas colocar a Bandeira brasileira na mesa e, uma vez por ano, a respeitarmos. Respeitar a mulher o tempo inteiro. Então, neste momento, simbolizando a jornalista Adriana, estou aqui dizendo que o meu Partido respeita as mulheres o ano inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, estamos em discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, tenha calma!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Calma, Senador Romero; calma!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero levar a minha solidariedade à família do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães pela invasão levada a efeito na residência de D. Arlete. Também quero dizer que a polícia do Governo do PT, na Bahia, invadiu a casa de uma senhora

de 78 anos de idade. E é lamentável que isso venha a ocorrer, desrespeitando a história de Antonio Carlos Magalhães, de Antonio Carlos Magalhães Júnior e a do Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, ACM Neto. Foi uma verdadeira ação política contra a família de Antonio Carlos Magalhães. É lamentável que a Dr^a Juíza, que é esposa de um Deputado Federal do PT, que pretende disputar a Prefeitura daquela capital, tenha exatamente utilizado, no Dia Internacional da Mulher, maneiras tão brutais contra essa senhora e essa família.

Mas ainda quero dizer que não estou entendendo a agressividade dos aliados do Governo contra V. Ex^a, querendo pautá-lo. V. Ex^a é o Presidente desta Casa. Sua decisão é incontestável. Daí por que eu não entendo o motivo de tanto nervosismo e tanta violência contra V. Ex^a.

Peço, portanto, à Base do Governo que tenha respeito a V. Ex^a como Presidente desta Casa. Ninguém tem que pautar a sessão. V. Ex^a está acima de qualquer um dos nossos companheiros, porque preside esta Casa. Peço, pois, respeito para com V. Ex^a pelos companheiros e companheiras que se encontram nervosos neste momento.

É este o apelo. Vamos conduzir, mas não querendo pautar a sessão do microfone de apartes. V. Ex^a é quem comanda a sessão e a está comandando muito bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB, Sr. Presidente, solidariza-se com V. Ex^a do mesmo modo. O PSDB se solidariza com V. Ex^a de corpo e alma, por entender que V. Ex^a, de fato, está sendo muito maltratado pela Base governista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, queria anunciar que a jornalista Adriana Vasconcelos acabou de adentrar o recinto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme relatei a V. Ex^a ontem, comunico a esta Casa que recebi, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró. A visita aconteceu em meu gabinete, com a presença de 12 Senadores.

Quero dizer, Sr. Presidente, a bem da verdade, que o fato de o Embaixador Peidró concordar em vir ao Senado para manter essa conversa com os companheiros da Comissão de Relações Exteriores já foi altamente positivo.

Participaram da reunião também representantes da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, faço um apelo a V. Ex^a para concluir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Serei bem rápido, Sr. Presidente. Fique absolutamente tranquilo, porque acho até que é um fato importante.

Veja bem, V. Ex^a, o Embaixador Peidró nos expôs a dificuldade que está se vivendo com relação a esse fluxo migratório. Justificou, inclusive, a possibilidade desses fatos terem se acirrado tendo em vista a aproximação do pleito espanhol, que já ocorreu.

Os Senadores Fernando Collor, Pedro Simon, João Tenório, Eduardo Suplicy – quero registrar pelo menos esses Senadores –, todos os presentes usaram da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, vou encerrar.

Tivemos, portanto, informações, algumas consideradas sigilosas e outras não. Quero deixar bem claro que todos os Senadores mostraram e demonstraram a sua insatisfação com relação ao tratamento dado ao cidadão brasileiro em território espanhol.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Cumprimos com a nossa parte. O Senador Romeu Tuma participou de maneira muito efetiva.

Sr. Presidente, não podemos dizer que estamos numa crise entre o Brasil e a Espanha, seria exagero. Temos um mal-estar, que precisa ser solucionado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O Senador César Borges foi altamente feliz, quando disse que não podemos falar em retaliação, mas podemos falar em reciprocidade.

Queria prestar esse esclarecimento, Sr. Presidente, pelo momento que vivemos nessa relação que, para nós, é histórica, da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Daí por que faço esse registro na certeza de que esse encontro e abertura desse diálogo do Embaixador da Espanha com o Senado da República sirva para diminuir as tensões e que se possa construir um caminho que retome o diálogo que se sempre tivemos com o bravo povo espanhol e nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador Romeu Tuma, para ser breve.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Queria fazer uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, dei a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Um segundo só, porque não poderia deixar de hipotecar solidariedade ao Senador Antonio Carlos Júnior, porque o pai era muito amigo meu e a Dona Arlete era chamada de santa pelo próprio Senador.

A conduta correta seria o oficial de Justiça procurar cumprir a ordem judicial sem a força policial, até que houvesse uma negativa ou um enfrentamento.

A proposta de V. Ex^a de constituir uma comissão dá por satisfeito o Plenário, com a solidariedade ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Não poderia deixar de fazer isso, com todo o respeito e agradecimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos passar à discussão da matéria.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, contra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Gostaria que fosse marcado o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois o Senador Arthur Virgílio a favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não falar a favor o Senador Marcelo Crivella, a Senadora Ideli e o Senador Delcídio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se o Senador Arthur Virgílio for falar a favor, Sr. Presidente, cedo a minha vez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Houve uma confusão que precisa ser esclarecida. Acertou-se que haveria alternância de Senador a favor e Senador contra. A impressão que tive é a de que eu tinha pedido a inscrição em primeiro lugar. De qualquer maneira, peço ao Senador Papaléo Paes que troque comigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a vai me permitir. V. Ex^a já falou tanto que precisa fazer uma pausa. En-

tão, peço a V. Ex^a que compreenda e dê oportunidade ao Senador Papaléo Paes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Senador. Permita-me, Sr. Presidente. Sei que V. Ex^a diz isso no bom sentido, porque a minha voz deve ser maviosa para os seus ouvidos. É que V. Ex^a precisa se munir de muita paciência para exercitar, como exercita tão bem, sob a nossa solidariedade, a Presidência da Casa.

Preciso falar, porque sou Líder da Bancada. Gostaria de, na minha fala, orientar os meus liderados. Por isso, em uma questão de economia interna, proponho ao Senador Papaléo Paes que façamos algo corriqueiro. Estamos fazendo abertamente, mas poderíamos fazer em *petit comité* ou até mesmo com um único gesto. Bastava um pequeno gesto, até jovial, para significar que estaríamos trocando de posição. Eu falaria em primeiro lugar para que fosse dada a orientação à Bancada; o Senador Papaléo falaria como próximo contra. Digo inclusive a V. Ex^a, Sr. Presidente, que peço a todos os Senadores do PSDB que se inscrevam para a discussão e, depois, para o encaminhamento. Todos os Senadores do PSDB estão dispostos a discutir e a encaminhar a matéria.

Portanto, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que meramente registre que, se o Senador Papaléo concordar, sou o primeiro a falar e que o Senador Papaléo falará na vez que couber ao segundo contestador dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre o meu voto “não” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V. Ex^a será consignado na Ata dos nossos trabalhos.

Vou dar a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, gostaria de registrar também o meu voto “não” na votação anterior.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de pedir que fosse utilizado o cronômetro para marcar o tempo de dez minutos, que é o horário regimental.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder cinco minutos para cada orador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, cedo, para discussão, a minha palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, já que o Senador Romero pede tanto que se mantenha o Regimento, o Regimento diz que são dez minutos para cada parlamentar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente, eu ia pedir a palavra, pela ordem, para esclarecer isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, no caso da matéria que está trancando a pauta e está em regime de urgência, o art. 347 diz que o tempo cai pela metade. Pelo Regimento, art. 347, são cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é praxe da Casa, em qualquer circunstância, desde que estou aqui. Aliás, sou até filho de Senador, e nunca a vi ser quebrada desse jeito. Um dia vem depois do outro, Sr. Presidente. Uma noite antecede ao sol. Esperamos não ter de tomar medidas extremas daqui para a frente na convivência com o Governo. Não temos uma força insuficiente a ponto de admitirmos que patrulagem seja praticada contra nós.

Portanto, reivindico que V. Ex^a arbitre dez minutos para cada orador, conforme a praxe da Casa, conforme o que sempre se viu aqui, ou os Senadores se sentirão castrados na sua capacidade de intervir sobre os debates. Isso não será bom, inclusive para os futuros passos que o Governo tenha de dar.

Haverá quintas-feiras aqui, Sr. Presidente, em que acordos não serão feitos, haverá...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está sendo descontado o tempo de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a agir assim, eu nem falo, Sr. Presidente. Significaria entrarmos quase em situação de ruptura, porque não comecei a falar. Estou questionando a atitude do Senador Romero Jucá que não me pareceu justa, porque quebra uma praxe do Senado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não comecei arrazoar sobre a matéria. Essa matéria encerra a possibilidade de negociata contra o dinheiro público, e não posso fazer isso em cinco minutos. Isso é que é essencial, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que, da mes-

ma forma que a Oposição está usando o Regimento para postergar as votações – e está indo inclusive além do Regimento –, estou me atendo ao Regimento, que define o tempo de cinco. E mais, o Regimento define que só tem o direito à palavra um Senador por partido. Já quero registrar que tem requerimento meu na Mesa, três encaminhamos contra, três a favor, votaremos o requerimento para encerrar a discussão e partir para a votação também usando o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Insisto que V. Ex^a faça cumprir a praxe. A praxe é dez minutos por orador e sem limites de oradores. A obrigação do Governo é manter a sua Base aqui. É manter sua Base aqui. Fora disso, recomendo uma lembrança do que aconteceu recentemente com a CPMF, é coisa recente, recomendo uma imersão na história antiga, a vitória do General Pirro, que foi tão sangrenta que não valeu a pena ter sido obtida. Não sei se não é imprudente o que está propondo neste momento o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a para colaborar com esta Presidência e passar a ocupar a tribuna na qualidade de primeiro orador inscrito para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por dez minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pelo prazo regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá cinco minutos e uma prorrogação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De cinco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... de três minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Fora do Regimento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a sabe que tenho um comportamento marcado pela ponderação e pela moderação. Acho que estamos caminhando para um estado de desinteressante excitação. Matéria como a que vai ser votada vai ser votada com debate minimizado. Dessa forma, não se vai qualificar o voto de forma conveniente. Tudo isso acontece em função de uma disputa de obstrução, que é regimental e legítima, contra a vontade desesperada do Governo de votar a toque de caixa para chegar à

tevé pública – na minha opinião, uma coisa desinteressante ao interesse nacional.

Eu gostaria de fazer uma ponderação a V. Ex^a, ao Líder do Governo, para que, em nome da preservação das relações futuras, caísse na real e estabelecesse um diálogo respeitoso, conveniente, permitindo debate racional, profundo, lógico, para que o voto pudesse ser dado com a devida coerência e com o devido conhecimento de causa. Do contrário, estaremos agindo emocional e irracionalmente e, desta forma, estaremos caminhando para um comportamento que não é o que condiz com o do Senado da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse ritmo e até as coisas se consertarem – eu discutiria com o Senador José Agripino – pergunto se não é mais correto retirarmos a Bancada oposicionista e os dissidentes dos outros partidos do plenário. Aí votam tudo, votam até transformar o País em monarquia para coroar o Presidente Lula rei. É uma hipótese. Agora, a partir de amanhã, não passa mais nenhuma matéria em comissão nenhuma. Todas terão pedido de vista. Todas, sem exceção, inclusive pedido de nomeação de embaixadores. Nunca mais haverá acordo, nunca mais se votará nada numa quinta-feira aqui, a não ser que haja **quórum** da Base, que hoje vejo excitada e que vejo tão murcha às quintas-feiras, quando a obrigação é trabalhar segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado e, se V. Ex^a quiser, domingo, e o tempo todo.

Portanto, Sr. Presidente, acho que deveríamos parar para pensar. Se é assim, não vou deixar de dizer o medo que tenho desse caso da Eletrobrás. Mas, se a ganância, se essa coisa de se criar a TV Chávez é tão grande e se se vai partir mesmo – e se a Mesa vai anuir com isso – para se quebrar uma praxe, negando a palavra aos Senadores de se explicitarem e de dizerem o que pensam o tempo todo, coisa que nunca vi nesses quase seis anos de Senado, posso perfeitamente retirar minha Bancada, sugerir ao Senador José Agripino para que faça a mesma coisa e aí aprovarão, em dez minutos, tudo o que quiserem aqui. Talvez valha a pena para o Governo. Pode ser que não valha, porque, a partir de amanhã, nosso comportamento já será outro, inclusive no Orçamento; já será outro no Orçamento e será outro nas comissões. E será assim daqui até o final do Governo do Presidente Lula.

Não reclamaremos mais de regras do jogo trocadas em cima do laço, mas pedimos que nunca mais

nos peçam para negociar o que quer que seja, porque estaremos estabelecendo não mais aquela relação fraterna em que se perde ou se ganha dentro da regra do jogo democrático, e, sim, algo que se separará entre adversários, entre praticamente inimigos numa guerra, inimigos numa guerra que não deveria haver.

Eu gostaria de ter essa definição. Se for assim, irei a essa tribuna, farei a leitura, mas, estou dizendo a V. Ex^a que acaba o compromisso com o Orçamento amanhã. E, a partir de amanhã, pediremos vista, sistematicamente, de todas as matérias nas comissões técnicas. De todas. A partir de amanhã, o Senado viverá um clima de confronto entre Governo e Oposição, que não é que desejo. Queremos simplesmente dizer que há matérias inconvenientes.

Essa matéria da TV Pública deveria ter vindo por projeto de lei. Poderia dar numa tevê francesa, mas querem uma tevê Chávez. Essa matéria e outra encerram negociata. E quero dizer por que, Sr. Presidente. E a outra matéria encerra leviandade, a do meio, porque tiraram essa matéria da Câmara dos Deputados, a tramitação na Câmara, para facilitar o caminho da CPMF, e, depois, com uma cara dura inigualável, fizeram a matéria voltar sob forma novamente de medida provisória. Não podemos compactuar com isso. Isso diminui a Presidência de V. Ex^a, isso diminui o peso da Casa perante a Nação, isso desmoraliza o Congresso Nacional.

Agora, se essa é a regra, podem determinar que eu fale dois minutos até. Podem até pedir que eu não fale. Agora, muda completamente nosso comportamento em relação ao Governo.

Eu gostaria de ouvi-lo e de ouvir o Líder do Governo sobre isso.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem com base no art. 347.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Ex^a, para uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, competente que é, acaba de informar à sua Bancada, à Bancada do Governo e à Casa, que, no caso de discussão em regime de urgência, o tempo para discussão da matéria ou para encaminhamento de voto cai pela metade. E eu gostaria de discordar disso, Sr. Presidente, com base no Regimento Interno. O art. 347 deixa claro que na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência, no caso do art. 336, inciso I, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em

tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de orador de cada partido.

Sr. Presidente, quero remeter-me ao art. 336, inciso I. Ele diz respeito ao seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marconi Perillo...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – “Art. 336 – Urgência poderá ser requerida, quando se trata de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender à calamidade pública.”

Não é o caso, Sr. Presidente. Portanto, esse argumento não pode ser utilizado, salvo melhor juízo e salvo, inclusive, a contestação do Líder do Governo, que é, certamente, um ás do Regimento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente. Sr. Presidente. Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra para...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...contestar, o Senador Romero Jucá. Em seguida, darei a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Aguardo resposta, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente!

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Aguardo resposta, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Quero dizer ao Senador Marconi Perillo que a urgência está emblemada em duas questões: primeiro, no momento em que trunca a pauta, passa a ter urgência de votação. Portanto, uma urgência regimental dentro da Casa. E mais do que isso, Senador Marconi Perillo: quem está dizendo que essa medida é urgente é a Constituição, no seu art. 62, que diz que “é utilizada a medida provisória para caso de urgência e relevância”. E nós já aprovamos a urgência e relevância agora. Portanto, essa matéria é urgente e relevante quer pela Constituição, quer pelo Regimento, que foi aprovado, porque está truncando a pauta.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente,...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Portanto, o prazo...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Para contestar, Sr. Presidente.

Trata-se de eufemismo grosseiro, Sr. Presidente, do Líder do Governo.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ...o cumprimento do Regimento Interno, Sr. Presidente. Ele está claríssimo!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, não pode haver argüição de questão de ordem, ela ser contraditada e, depois, haver réplica.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro! A Mesa decide.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Quem preside a sessão é V. Ex^a, Sr. Presidente. Não é aqui debaixo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É por isso que apelamos a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – V. Ex^{as} estão nervosos!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero fazer um apelo a V. Ex^{as} no sentido de podermos encaminhar esta votação com tranqüilidade. Faço um apelo. Não vejo motivo para esse comportamento de verdadeiro desespero, como o de alguns Senadores aqui. Afinal de contas, estamos votando matéria de um projeto de conversão de uma medida provisória, coisa que já foi feita aqui centenas de vezes na maior tranqüilidade.

Então, faço um apelo a todos. Não vamos criar um clima mais desagradável nesta Casa por conta de dois minutos.

Concedo a palavra, então, ao Senador Arthur Virgílio por dez minutos.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se são dois minutos apenas, tem a palavra V. Ex^a.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora, para discutir a matéria...

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, temos de esclarecer, porque está em jogo o destino do Senado. Eu, desde que estou aqui, fui presidido pelo Presidente José Sarney, pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães e pelo Presidente Renan Calheiros. Nunca, em nenhum momento, vi essa limitação ao exercício da Oposição aqui na Casa. Nunca vi. Dez minutos a mim, porque talvez eu seja uma pessoa chata, não é o que eu quero. As pessoas agradáveis não levariam os dez minutos. Quero que se consagre a praxe da

Casa: de que é ilimitado o direito de se discutir. Cada Senador fala por dez minutos, depois por mais cinco minutos no encaminhamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com a palavra, Senador Romero. V. Ex^a poderá falar depois, à vontade.

Ao final, haverá uma sessão com quórum ou sem quórum. A obrigação da Base é a de estar aqui; a obrigação nossa é a de estar aqui fazendo o que se está fazendo. A quebra dessa praxe vai significar uma ruptura que, daqui a pouquinho, vai levar o Governo ao arrependimento, tudo isso para aprovar uma matéria menor, de uma televisão que representa o caráter ditatorial do Governo. É uma matéria menor, sem importância, que deveria vir por projeto de lei. Aqui estamos, neste momento, vendo toda essa pressa para aprovar um projeto que pode gerar negociatas que, depois, vão abalar a credibilidade deste Governo mais uma vez, como se já não bastasse o que já abalou a credibilidade deste Governo do ponto de vista ético. Não estou falando, aqui, de distribuição de bolsa para ter voto, não. Estou falando de ética.

Então, Sr. Presidente, está em jogo, para mim, isso. Volto a dizer, antes de subir à tribuna, agradecendo a V. Ex^a os tais dez minutos – finalmente, minha chatice serviu para alguma coisa...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero concluir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero saber mesmo se vai ser assim daqui para frente. Se for assim, vamos denunciar essa negociata; depois, estaremos fora das votações. E começaremos a agir no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, não estou aqui para receber ameaça.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não é a V. Ex^a, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não estou aqui para receber ameaça.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não é a V. Ex^a. Saiba que não há nenhuma ameaça. Estou dizendo a V. Ex^a o que vai acontecer. Não é ameaça, não. Eu não sou obrigado a votar, Sr. Presidente. Não é ameaça, não. É o exercício de um direito. Ou é ameaça eu dizer que vou me retirar e vou ficar ali, vendo a televisão, o Congresso para-

guaio funcionando, Sr. Presidente? Vou ficar vendo o Congresso paraguaio sem Oposição, um Congresso em que a Oposição tem a voz negada?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já dei a palavra a V. Ex^a por dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a para ocupar o tempo reservado a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, V. Ex^a não respondeu a questão de ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Estou pedindo a palavra a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pedi a V. Ex^a que respondesse a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Oportunamente, darei a palavra a V. Ex^as.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor. Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O que quero dizer tem a ver com a andamento dessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ler a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que diz o seguinte:

Art. 7º. O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: (...)

.....
II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão; (...)

É exatamente o caso dessa medida provisória, que trata, inicialmente, de recomposição do fluxo de caixa dos Certificados Financeiros do Tesouro e que pega carona em outro assunto completamente dife-

rente – o que, claramente, a lei complementar diz que não é legal –, que é o dispositivo que muda a norma regulatória do sistema energético brasileiro. Aqui, está claramente manifestada a irregularidade dessa medida provisória.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente essa matéria foi vencida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Essa matéria foi vencida, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu gostaria de ouvir a palavra da assessoria de V. Ex^a, a palavra da Dr^a Cláudia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não há o que discutir mais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Darei a resposta a V. Ex^a oportunamente.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu solicitaria que fosse marcado o tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, não tome como ameaça a V. Ex^a, porque V. Ex^a está aqui como Presidente do Senado e como árbitro. E, como bom árbitro que é, merece todo o nosso respeito.

É uma decisão. Se se pretende tratar a Oposição brasileira como a oposição paraguaia, do tempo do Stroessner, vamos nos retirar do plenário, sim, e, daqui para a frente, começará uma guerra de guerrilha. Daqui para a frente, haverá dificuldade em todas as comissões técnicas. Daqui para a frente, e amanhã já será o primeiro dia, haverá dificuldades no Orçamento. Já está absolutamente destrutado aquilo que foi contratado na reunião de hoje, no seu gabinete, se houver limitação à fala das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

É uma decisão, não é uma ameaça. Uma coisa é ameaça; outra é decisão. É a decisão que tomaremos, e não estaremos aqui para coonestar votação de televisão de Chávez, a menos que se discuta isso a partir da palavra de preferência de todos os Senadores que queiram se manifestar, sem cerceamento a quem quer que seja.

Sr. Presidente, essa Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro do corrente ano, Certificados Financeiros do Tesouro, os CFTs, emitidos para caixas ou fundos de previdências estaduais na modalidade nominativos e inalienáveis, por outros títulos com as mesmas características, mediante aditamento do contrato firmado entre a União e o Estado. Determina que os Estados recomponham, no mínimo, o fluxo de caixa original dos CFTs resgatados, incluindo-se os juros e

as atualizações monetárias, calculados nos mesmos critérios dos CFTs originais.

Nos termos da emenda que acompanha a medida provisória, em virtude de dificuldades financeiras, diversos Estados – e me refiro a essa exposição de motivos, Sr. Presidente – têm, sistematicamente, pleiteado à União a antecipação do resgate desses títulos, o que poderá ocorrer até 2024, de modo a permitir que seus fundos previdenciários possam arcar com obrigações junto a aposentados e pensionistas, hoje sob o encargo do Estado.

Essa medida praticamente reproduz a Medida Provisória nº 137, de 2002, convertida na Lei nº 10.841, de 2004, de forma a permitir que a permuta se estenda a todos os Estados. Originalmente, essa possibilidade se restringia, devo dizer, a operações com o Rio de Janeiro e com seu fundo de previdência, o Rio-Previdência, mas, na Câmara dos Deputados, foi incluída – atenção, Sr^{as} e Srs. Senadores! – emenda que constitui um retrocesso significativo para o setor elétrico brasileiro. Hoje, a geração e a transmissão de energia são limitadas pelo Sistema Eletrobrás e por suas subsidiárias ou controladas a 49% dos investimentos. A emenda acaba com essa limitação e constitui, na prática, a reestatização do setor elétrico, sob o manto de “se dar mais agilidade à Eletrobrás e às suas subsidiárias ou controladas para participarem de novos investimentos para geração de energia no momento em que o País atravessa o risco de uma nova crise desse setor, que pode afetar o crescimento econômico”.

O que é importante ressaltar, Sr. Presidente, é que o gargalo no setor em que nos encontramos hoje se dá exatamente em função da excessiva participação do setor público na atividade, durante décadas de má gestão, inclusive com a briga que se vê pela imprensa para indicar nomes para o setor. Aí, não teremos, evidentemente, bons resultados à vista.

O planejamento dos investimentos estatais no setor elétrico brasileiro não se tem materializado. Esse é um fato, Senador Delcídio Amaral; esse é um fato, Senador Jarbas Vasconcelos. Por outro lado, os empreendedores privados têm investido mais que as empresas estatais.

Percebam a freqüente frustração entre investimentos previstos e investimentos realizados da Eletrobrás. O mais relevante é lembrar que o Brasil precisa de cerca de R\$15 bilhões anuais em investimentos de geração, transmissão e distribuição de energia. Os números demonstram que é impossível que a Eletrobrás chame a si essa responsabilidade.

Especialmente num momento delicado como o atual, de déficit estrutural de energia, é importante sensibilizar o Governo e o Congresso para a neces-

sidade de convivência harmoniosa entre estatais e o setor privado.

O art. 2º da Medida Provisória nº 396, de 2007, foi incluído de forma intempestiva, sem nenhuma discussão com a sociedade. Aqui, hoje, se busca interditar ainda mais o diálogo do Parlamento com a sociedade e até do Parlamento com o próprio Parlamento, Sr. Presidente, o que leva a uma situação de agudização de convivência entre Governo e Oposição.

Essa alteração produz, Senador Francisco Dornelles, pelos menos dois efeitos negativos. Primeiro, elimina o eficiente mecanismo que impõe disciplina empresarial às estatais, que hoje participam de projetos limitados à participação de 49,9% e, portanto, se vêem condicionadas, necessariamente, à racionalidade econômica e aos padrões privados de governança corporativa. Perdem os contribuintes brasileiros, que verão suas estatais destruindo valor com maior freqüência, vide os balanços da Eletrobrás e de suas subsidiárias. Segundo, Senador Francisco Dornelles, afasta a participação privada dos projetos por distorcer o ambiente da competição. Ao verificarem a atuação estatal sem nenhuma referência formal sobre racionalidade econômica e empresarial, cai, dramaticamente, a atratividade dos projetos para os agentes privados. Perde toda a sociedade, que pode vir a ter de enfrentar novo racionamento de energia por falta de empreendedores privados para executarem os projetos, uma vez que, conforme o gráfico demonstra, a Eletrobrás não tem conseguido arcar com toda a necessidade de expansão.

O papel do Governo em relação aos investimentos em energia elétrica deve contemplar simultaneamente, a meu ver, dois princípios, Senador Francisco Dornelles: primeiro: que os investimentos sejam feitos com base na racionalidade econômica para contribuintes e consumidores; segundo: que a atuação direta do Governo nos investimentos, via estatais, não se configure em fator inibidor para a atuação privada.

O art. 2º da Medida Provisória nº 396, de 2007, incluído na Câmara dos Deputados, contraria frontalmente os dois princípios acima.

Sr. Presidente, na verdade, houve o loteamento do setor elétrico por partidos políticos. Já temos visto seguidos escândalos no interior do setor elétrico brasileiro neste Governo. Isso dá, a quem hoje dirige o setor elétrico, a possibilidade de fazer consórcios, que não sei se serão de fácil fiscalização ou, quem sabe, de funestas conseqüências, do ponto de vista do crédito do próprio sistema, e do crédito do País em relação aos investidores, e do crédito do País em relação à Justiça brasileira.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que assiste inteira razão ao Senador Tasso Jereissati quando S. Ex^a mostra que não é possível mais a Mesa do Senado continuar aturando contrabandos em medidas provisórias. Medida provisória fala em futebol, aí entra a medida do voleibol; fala em alguma coisa, entra uma outra coisa completamente diferente. Nós temos o direito, inclusive, de ir à Justiça; e iremos, se necessário for.

Volto a fazer um apelo ao bom senso. A idéia, por mais que o Presidente Lula esteja puxando a orelha da sua base, imaginando que se deva impor ritmo ditatorial ao trabalho de uma Casa democrática, como é o Senado da República, de se pensar que se pode patrolar uma oposição do calibre moral e do calibre numérico da nossa não é uma idéia fácil de ser executada. Nós, hoje, estamos vivendo um momento de luta. Essa matéria, para mim, é muito mais importante até do que essa TV que visa a fazer propaganda oficial. Essa matéria é importante porque vejo nela a perspectiva de nós atrasarmos, ainda mais, o sistema elétrico brasileiro na sua capacidade de atrair investimentos.

Mas eu digo a V. Ex^a, Sr. Presidente, não era ameaça alguma, eu registro aqui uma decepção inicial, que espero não se confirme. Entendo que todos os Senadores que quiserem falar vão falar; os que não quiserem falar não falarão. Não se vai inaugurar, justamente sob a sua Presidência – Presidência que mereceu de mim apoio no primeiro momento –, justamente na sua Presidência, depois de eu ter sido presidido por José Sarney, por Antonio Carlos Magalhães, por Renan Calheiros, de repente, é aqui que se vai dizer que não se pode ter o debate amplo, que faz parte da tradição da Casa de Rui Barbosa.

Aguardarei isso impávido. Aguardarei isso na minha posição. Aguardarei isso para que possamos, a partir daí, tomar as providências concretas. E devo dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente – quando lhe peço um minuto para concluir –, que sou uma figura afeita à luta, afeita ao combate, afeita ao confronto. Claro que me entristeço com os rumos propostos pelo Líder do Governo. Se for assim, vai ser assim. Quem sabe leve essa vitória de Pirro! Começaremos a mostrar, a partir de amanhã, que é vitória de Pirro mesmo.

Senador Eduardo Suplicy, devo dizer que, pegando V. Ex^a como símbolo, se tem algo que me causa decepção é V. Ex^a não lutar, como sempre foi a tônica da sua vida, para que se respeite o direito da minoria, para que se respeite o direito ao livre debate. Eu não estou me referindo a mais ninguém. Estou-me referindo a V. Ex^a, pelo respeito que V. Ex^a sempre mereceu de mim. V. Ex^a não poderia, a esta altura, falar em celular; não poderia, a esta altura, estar olhando para o outro lado; teria de, a esta altura, estar dizendo que não se

pode quebrar essa praxe sob pena de se quebrar a harmonia com que funciona o Senado da República. Sr. Presidente, não me decepciono com mais ninguém. Estou dizendo ao Senador Suplicy, o que é uma prova de apreço por S. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, V. Ex^a, se quiser, fale em seguida, até pelo art. 14, se desejar. Sr. Presidente, eu já o citei. Apenas digo que peguei um símbolo, um símbolo de honradez, de ética, cantado em verso e prosa pelo País inteiro, lutador pela democracia; não houve um dia, dos 21 anos da ditadura, em que o Senador Eduardo Suplicy não tenha feito alguma coisa para derrubá-la. De repente, como é que pode, pelo silêncio, compactuar com o que está sendo proposto nesta Casa, e que traz às raias da indignação qualquer um de nós e todos nós em conjunto! Tenho a impressão de que isso que foi proposto aqui estarrece a Casa, porque, de repente, três pessoas apenas falarem numa matéria tão grave, que pode redundar em prejuízos morais para o País, redundar em prejuízos morais para o setor elétrico, uma matéria tão grave! Três pessoas de um lado, três pessoas de outro. Se eu puder até adivinhar, os do lado de lá vão falar por um minuto, tentando ganhar tempo para provar e apresentar ao Presidente Lula, de maneira subserviente, serviçal, o resultado: “Olha, Presidente, hoje vencemos a oposição. Hoje, está aqui o resultado do nosso trabalho. Hoje, nós produzimos”. Não se constrói, Sr. Presidente, a dignidade de um Parlamento desse jeito! Não se constrói a independência de um Poder dessa maneira! Não se constrói a interdependência dos Poderes dessa forma!

Por isso, Sr. Presidente, ao encerrar, volto a dizer da minha decepção com o Senador Eduardo Suplicy, que, para mim, é um símbolo. Volto a dizer. E tenho a impressão de que não adianta lhe fazerem acenos para não falar, porque eu me decepcionaria de novo. V. Ex^a nunca foi de ficar calado. Não vai ficar calado agora, porque, se ficar calado, V. Ex^a perderá, pode não ser muito para V. Ex^a, no meu conceito, de quem o admira e o estima de maneira fraterna, como alguém que nunca vai perder, qualquer que seja a idade que venha a obter na sua vida, o caráter de rebeldia que o faz o consagrado Senador eleito três vezes pelo Estado de São Paulo, Sr. Presidente.

Por ora, Sr. Presidente, vai prevalecer...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...o bom senso, acreditando que vai prevalecer o sentimento de respeito ao direito da minoria, à praxe da Casa.

Imaginando eu que vamos ter, em algum momento, o voto “sim”, mas vamos ter depois de uma discussão ampla. Porque este aqui – repito – não é o congresso paraguaio de Alfredo Stroessner. Vamos provar isso na prática, no momento em que for possível e necessário fazê-lo.

Digo a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me reservo o direito de usar da palavra, enquanto acreditar que a praxe vai ser mantida e que não vão desmoralizar o Congresso e a democracia sob a sua gestão. Eu conheço V. Ex^a, não vão! V. Ex^a não vai agir pior do que agiu Renan, não vai agir pior do que agiu Sarney, não vai agir pior do que agiu Antonio Carlos! Não vai ser no seu governo sobre a Casa que vão minimizar o debate. Não vai ser! Posso dizer que aqui está empenhada toda a tradição de luta e todo vigor ético e cívico que fez com que o meu partido, da primeira hora, declarasse apoio a V. Ex^a, até quando V. Ex^a não sabia ainda se ia ser candidato. Eu disse: “O melhor, do lado do Governo, para ser o candidato neste momento de crise do Senado chama-se Garibaldi Alves”. E não vai ser aí que eu teria de ter uma segunda decepção: de repente, o debate acaba; de repente, isto aqui vira uma Casa de coonestação; de repente, vira uma Casa em que almoxarifes levam para o Presidente o inventário do que fizeram: “Aprovamos não sei quantas matérias; sufocamos a oposição”. No dia seguinte vão ver como não andam as Comissões; amanhã, vamos ver se anda o Orçamento, Sr. Presidente.

Por ora, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço-lhe permissão. Pedi uma resposta à Mesa sobre a Lei Complementar nº 95. Gostaria que fosse respondida pela Mesa, em voz alta, por favor. Se é ilegal ou não....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati, vou encaminhar a questão de ordem de V. Ex^a à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que tenhamos o esclarecimento da matéria. É regimental, como sabe V. Ex^a, esse expediente de se enviar a questão de ordem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, hoje, este Parlamento vive um dia memorável. Depois de quatro meses em que não votamos nada, volta-se a fervilhar aqui o debate, a verve da Oposição e da Situ-

ção em torno de um assunto importante para o Brasil: o relatório do Senador Francisco Dornelles. E talvez não haja aqui autoridade maior que possa se referir à matéria, porque se trata de um Senador com extrema experiência nesse campo, porque já exerceu cargos ilustres, não neste Governo, mas nos anteriores, e que com muita sabedoria, eu diria, com muita competência e percuciência emitiu um relatório irretocável.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar aqui de um dizer do Presidente Auro de Moura Andrade. S. Ex^a dizia o seguinte: “A maioria, como maioria, pode tudo, menos massacrar e passar por cima dos direitos da minoria. A minoria, como minoria, tudo pode, menos se negar a votar, que é a expressão da democracia”. O voto é a essência do mandato. Para isso, recebemos a ordenança do povo. “Sim” ou “Não”, mas votamos.

A Medida Provisória nº 396 autoriza a União... Não é uma autorização nova; é uma concessão de prazo. Aumenta-se o prazo para que possamos, até 31 de dezembro de 2007, fazer com que os Certificados Financeiros do Tesouro, que haviam expirado em dezembro de 2003, tenham validade.

A medida provisória prevê que a permuta se realizará, observada a equivalência econômica dos títulos a serem trocados, mediante a substituição dos Certificados Financeiros do Tesouro emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais, na modalidade nominativos e inalienáveis.

Pretende-se, com o novo prazo para a permuta dos mencionados títulos, apoiar financeiramente os Estados que promoverem a capitalização de seus respectivos fundos de pensão ou caixas de previdência por intermédio dos referidos certificados emitidos pela União.

Sr. Presidente, nada mais democrático, nada mais dentro das regras de mercado, nada mais justo, diria eu, no regime que hoje vivemos, de capitalismo aberto: permitir que esses fundos de pensão se recorram do mercado e possam, dentro das regras clássicas, capitalizar, e não deixar, no mundo financeirizado, que haja qualquer risco para as pensões e aposentadorias dos nossos servidores.

Mas não é apenas esse artigo que vamos aprovar. Há também o art. 2º, que dá maior agilidade à Eletrobrás, que já tem autorização expressa da lei para fazer associações e parcerias. Hoje, o que se permite é que essas parcerias tenham a mesma dimensão daquelas realizadas com sucesso pela Petrobras no mundo inteiro.

Ora, sabemos que as fronteiras brasileiras são verdadeiros desertos demográficos. E, a partir do momento em que obras de infra-estrutura são realizadas com os parceiros, com os países vizinhos, coloca-se

em realce enormes disparidades e conflitos potenciais. Alguém neste plenário poderia supor que, amanhã, a Eletrobrás faria parceria com algum vizinho nosso minoritariamente? Seria de bom alvitre, seria aconselhável, Sr. Presidente? Com toda a instabilidade política que vivem as repúblicas da América Latina?

Hoje, o que estamos fazendo aqui é permitir que uma empresa brasileira tenha soberania em acordos que faça para a produção e a geração de energia.

É isso, Sr. Presidente, que a Oposição tenta obstaculizar, tenta polemizar, mas que, tenho certeza absoluta, é de interesse do Brasil, de interesse dos brasileiros, e é, seguramente, para o bem da nossa infra-estrutura e do progresso do Brasil.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita humildade devo afirmar que esta Casa há pouco cometeu uma imprudência da maior gravidade ao aprovar a admissibilidade, considerando esta medida provisória jurídica e constitucionalmente perfeita.

O que estamos votando, na verdade, é um monstro jurídico. Num linguajar bem popular, eu diria que esta medida provisória é uma espécie, no reino dos animais, de cruzamento de rinoceronte com javali. Eu não tenho a intenção de ofender os músicos dizendo que é o samba do crioulo doido, até porque sei que a Senadora Ideli Salvatti não gostaria. Não, não é o samba do crioulo doido. Isto é muito pior que qualquer confusão que a música possa retratar.

O Senador Tasso Jereissati já suscitou a necessidade de uma verificação da legalidade dessa proposta. Não temos dúvidas quanto à sua ilegalidade, porque, juridicamente, não se sustenta a junção de temas diametralmente opostos, totalmente diferentes, como ocorre nesta medida provisória.

O Senador Arthur Virgílio já se reportou a esse fato. Questões atinentes ao setor energético misturadas a questões que dizem respeito a emissão de títulos públicos para atender institutos de previdência. Com o maior respeito a quem possa deliberar favoravelmente a esta matéria, com ela não posso concordar.

Sr. Presidente, veja o que estamos votando. Estamos aprovando a emissão de títulos públicos por parte do Tesouro Nacional numa antecipação de despesa da parte da União para o atendimento de necessidades dos Fundos de Previdência dos Estado do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

O Relator destaca que para o Rio Previdência serão liberados R\$1.580.000.000,00, com vencimentos em 2010. E esses títulos do Tesouro atenderão à necessidade do Estado para cobrir o déficit previdenciário. Da mesma forma, com Santa Catarina. Seriam liberados R\$650.000.000,00 em nome do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, com resgate em 2008.

A emissão de títulos públicos implica endividamento. Eu me lembro, quando era governador do Paraná, Tasso Jereissati era governador no Ceará, e o Presidente da República era José Sarney, que houve uma proibição: não se emitia títulos públicos àquela época em nome da contenção do endividamento público, que se tornava cada vez maior.

Uma medida que tinha por objetivo sanear as finanças. Estamos na contra-mão dessa medida. A emissão de títulos públicos impulsiona a dívida pública. Em um primeiro momento, trata-se de uma antecipação de despesa para a União e, posteriormente, os Estados terão de arcar com os débitos advindos da utilização desses títulos públicos, obviamente com juros e correção monetária.

Poderia questionar também o fato de não se respeitar o princípio da isonomia. A Previdência dos Estados, de modo geral, está falida; as dificuldades existem em todos os Estados: no Paraná, certamente no Rio Grande do Norte do Presidente Garibaldi, obviamente no Estado de Alagoas, que, governado por Teotônio Vilela, enfrenta as maiores dificuldades financeiras. E estamos verificando que há aqui um benefício explícito, atendendo a dois Estados da Federação: R\$650 milhões para o Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPESC) e R\$1,58 bilhão, com vencimentos já em 2010, para o Estado do Rio de Janeiro.

Senador Mão Santa, é evidente que isso alivia as atuais gestões desses dois Estados. Agora, imagine V. Ex^a as conseqüências para as futuras gestões. Os Governos é que terão de arcar com esse débito contraído neste momento, com a utilização desses títulos do Tesouro Nacional.

O Governador Sérgio Cabral, Senador Arthur Virgílio, bate palmas ao Presidente Lula. E bate palmas ao Senado Federal, que aprova esta Medida Provisória. Ele será extraordinariamente beneficiado e já foi anteriormente com uma medida dessa natureza.

Sr. Presidente, assim fica fácil governar. Governar dessa forma é viver no paraíso. Os buracos abertos hoje ou ontem, não importa quando, nem mesmo por que, se pela incompetência de gerenciamento ou se pela corrupção, mas buracos que foram abertos podem ser tapados graças à generosidade do Governo, que, emitindo uma medida provisória, autoriza a emissão de

títulos públicos, que aumenta a dívida pública interna do País, para atender às necessidades conjunturais de alguns Estados privilegiados, administrados por parceiros do Presidente da República.

Não se respeita o princípio da isonomia. Eu indagaria aqui: R\$1,58 bilhão para o Rio de Janeiro, e quanto para o Paraná? Lá também é o Estado do Senador Flávio Arns, que é do PT, governado pelo Governador Roberto Requião, que é aliado do Presidente da República. Há o Paraná Previdência, que vive dificuldades.

Portanto, Sr. Presidente, não creio ser esse o modelo de gestão que se almeja para o Brasil. Aumenta-se a dívida pública interna, que já é impagável, e depois, é claro, o Governo acaba esticando o braço longo, com a mão grande no bolso do contribuinte, aumentando alíquotas de impostos, como ocorreu em janeiro, exatamente no dia 2, com o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras. E o Presidente da República certamente gostaria que a Oposição o aplaudisse neste momento. O Presidente Lula, numa reunião do Conselho Político, no dia 11 de março, afirmou: “A Oposição está falando mais do que o Governo. Chegou a hora de virar o jogo. Não dá para ficar refém da Minoria. Quem está no Governo tem que ser Governo”.

Ora, o Presidente da República não quer que a Oposição fale.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Entende que a Oposição fala mais do que o Governo. Mas cabe a quem falar? Ao Governo cabe agir.

Senador Arthur Virgílio, a quem vou conceder o aparte, quando deixei o Governo do Paraná afirmei, Senador José Agripino, que não me arrependia de nada que havia feito, mas sim de algumas coisas que havia dito, porque quem governa deve falar menos e fazer mais. O Presidente Lula acha que tem de falar mais que a Oposição.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, será de maneira muito breve. O Presidente tem todo o direito de cobrar fidelidade da sua base, e, de preferência, não a peso de cargos que resvalem por essa iniciativa deste Deputado, que para mim tem um comportamento estranho: o Deputado Eduardo Cunha. Mas o Presidente não pode é cobrar que se coloque de joelhos o Senado Federal, que se coloque de joelhos o Congresso Nacional, que se coloque genuflexa a Câmara dos Deputados – o que querem e não conseguirão. Perceberão, ao longo dos próximos

momentos, dos próximos dias após essa tentativa de atropelamento das Oposições hoje, que é vitória de Pirro. Quem avisa, bom adversário é. É vitória de Pirro, se tiverem a vitória no dia de hoje, porque terá sido algo escatológico mesmo, algo típico da excrescência interditar-se o debate – pela primeira vez, na história do Senado; acho que nem no período ditatorial isso aconteceu –, limitando-se um número “x” de um lado ou de outro. V. Ex^a faz um discurso muito feliz, e eu o parabeno por isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Acrescento que esta medida provisória é um desestímulo à austeridade na gestão pública, é a facilitação dos maus costumes na gestão do dinheiro público. Provocar endividamento, para superar dificuldades emergenciais é confortável para quem governa. É desconfortável para quem assume depois a herança maldita que dessa postura advém.

Não gostaria, Sr. Presidente, de ser pitonisa de mau agouro, mas é evidente que não é solução para as dificuldades previdenciárias enfrentadas pelos Estados brasileiros o que o Governo propõe por meio de medida provisória e que o Senado Federal aprova nesta noite. É, sem dúvida alguma, uma solução passageira, eventual, que beneficia os governantes de agora, mas, a médio e longo prazo é um desastre para a administração pública do País.

Entre tantas razões que nos levam a votar contra esta medida provisória, essa talvez passasse despercebida...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... mas, Sr. Presidente, é uma das razões mais relevantes, para que todos nós reflitamos sobre a necessidade de adotarmos uma nova postura em relação às finanças públicas do País.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que gostaria que a Oposição passasse a obstruir sempre a votação de todas as medidas provisórias inconstitucionais nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para informar a V. Ex^a que a Oposição apresentou uma

emenda, propondo a retirada do texto do art. 2º, procedente da Câmara.

Nós consideramos uma excrecência o que foi aprovado na Câmara e temos absoluta convicção de que, levando-se em consideração o interesse público, esta sessão haverá de fazer a derrubada do art. 2º, conforme emenda proposta pelo ilustre Senador Arthur Virgílio, Líder da nossa Bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª será atendido na hora oportuna. O destaque será votado.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ser muito breve, até porque este País não pode esperar. Este País não pode estar submetido a esta situação de paralisia quando estão em jogo matérias tão relevantes, tão importantes para a sustentabilidade do nosso crescimento.

Amanhã, o IBGE deverá divulgar o número referente ao crescimento do PIB no ano de 2007. Tudo leva a crer que teremos um crescimento do PIB da ordem de 5,2% ou talvez até 5,3%. Tudo se desenha para que, este ano, tenhamos algo em torno de 6% de crescimento do PIB. Portanto, este País precisa de energia suficiente para dar sustentabilidade e segurança a seu crescimento, garantindo aos investidores que o crescimento poderá se manter nesse ritmo e com essa pujança tão importantes e tão fundamentais para o nosso País.

Portanto, nada mais correto do que o que faz essa medida provisória, que dá condições à Eletrobrás de adotar procedimentos semelhantes aos da Petrobras, podendo participar, em condições de igualdade, conforme a iniciativa privada, dos investimentos em energia elétrica dos consórcios no Brasil e no exterior.

São inúmeras as possibilidades de obras que nós temos, inclusive em conjunto com os países do Mercosul, aqui na América Latina, e é muito importante que a Eletrobrás tenha condições, principalmente diante dos investimentos internacionais, de não ser minoritária nesses investimentos.

O crescimento deste País, que felizmente vem sendo acompanhado por distribuição de renda e crescimento do emprego e da inclusão social, precisa ter na geração de energia seu principal elemento de sustentabilidade. A medida provisória que apreciamos dá essa sustentabilidade, essa garantia ao nosso crescimento, permite que a Eletrobrás sinalize nesse sentido por meio dos investimentos que poderá fazer e dos consórcios dos quais passará a ter condições de participar.

Portanto, sem mais delonga: quem não quer que não atrapalhe o crescimento do País. Para nós, é muito importante que este País continue crescendo, gerando empregos e distribuindo renda. Quem for contra isso que se manifeste de forma clara, mas não impeça que o País cresça e que o povo brasileiro tenha melhores condições de vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente, conforme o art. 403 do Regimento Interno da Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Arthur Virgílio. Depois darei a palavra a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pretendo chamar a Casa à razão.

O art. 15 da matéria em tela diz que:

(...)

§ 1º A Eletrobrás, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, poderá associar-se, com ou sem aporte de recursos, para a constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem, direta ou indiretamente, à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização.

Muito bem, Sr. Presidente.

Vou, agora, ao art. 246 da Carta Magna do País, que diz o seguinte:

Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive. ([EC nº 6/95, EC nº 7/95 e EC nº 32/2001])

Sr. Presidente, aí vamos para o que chamarei aqui de o verdadeiro pulo do gato, ou seja, a solução estaria aqui, no art. 241 da mesma Constituição Federal, Sr. Presidente:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei [e não de medida provisória] os consór-

cios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (EC nº 19/98)

Ou seja, Sr. Presidente, a medida provisória em apreço agride frontalmente a Constituição vigente no País. V. Ex^a, outro dia, mostrava justa revolta – e eu me solidarizava com sua revolta – contra as medidas provisórias de crédito orçamentário. Derrubamos uma, felizmente, e estamos com três ADINs, entre DEM e PSDB, contra todas as medidas provisórias de créditos extraordinários.

Agora, estamos diante de uma outra medida provisória que não deveria sequer ser apreciada nesta Casa, porque o art. 241 da Constituição diz expressamente que o que se quer fazer deve ser feito por projeto de lei e não por medida provisória.

Repito, para que fique bem claro para a Casa, o art. 241. Faça-o com a voz mais tranqüila, mais zenbudista que alguém possa usar, e gostaria de obter resposta para isso.

Vamos ao art. 241 da Constituição Federal:

Art. 241. A União, os Estados...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem. Estou...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Senador Arthur Virgílio já discutiu a matéria e está voltando a discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a terá a palavra para contestar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, estou levantando algo fundamental. Quem achava que a Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a terá a palavra para contestar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem achava que a Constituição não era importante era o General Walter Pires. Pelo amor de Deus! A Constituição é importante, é fundamental. Não vamos agora trabalhar medida provisória acima do que prega e do que reza a Carta Magna do País.

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei [e não de medida provisória] os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos,

serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (EC nº 19/98)

Trata-se, Sr. Presidente, da Emenda Constitucional nº 19 de 1998. Estamos, portanto, votando aqui uma ilegalidade, perpetrando uma agressão à Carta Constitucional, o que nos dá subsídios para, na hipótese de aprovação desse mostrengo, irmos à Justiça deste País para repor a verdade jurídica dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para contraditar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a tinha me dado a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, é apenas para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, em seguida concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero que a palavra seja concedida ao Senador Mário Couto, que está na tribuna. Essa matéria já teve sua constitucionalidade discutida e aprovada. O Senador Arthur Virgílio já teve doze minutos para discutir a matéria. Essa é uma questão de mérito. Vamos discutir e votar, Sr. Presidente. Não há o que contraditar, porque o Senador Arthur Virgílio levantou uma questão preclusa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá quer ocupar a sua cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra, mas por dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero aqui dar testemunho da forma como V. Ex^a dirige o Senado Federal: de forma independente e democrática. Não fica ouvindo a base do Governo, que quer comandar a sessão, assumir a Presidência, que é, de direito, de V. Ex^a.

Então, quero pedir a V. Ex^a a minha inscrição para discutir a matéria.

V. Ex^a já me disse que o Senador Romero Jucá deu entrada na Mesa a requerimento para limitar a discussão a três Senadores. S. Ex^a está assumindo o espírito de Hugo Chávez! É impossível!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, faça um apelo para que V. Ex^a encerre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu atendo a todos os apelos de V. Ex^a, desde que V. Ex^a me permita discutir a matéria. Nós não podemos retroceder no processo de desenvolvimento do País. Além de praticar

uma inconstitucionalidade, como já colocou aqui o Líder Senador Arthur Virgílio, querem ainda que andemos feito caranguejo, querem fazer com que o Brasil ande para trás. Nós já lutamos muito para chegar à condição em que a Senador Ideli Salvatti vem à tribuna anunciar crescimento de 5%, 6% – nós queríamos que fosse de 8% ou 9% e não de 5% ou 6% Quer dizer, o Brasil está crescendo apesar do Presidente Lula, apesar do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda não conclui, Sr. Presidente.

Concluo, pedindo a V. Ex^a minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido oportunamente.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá tem de ficar um pouco mais calmo. S. Ex^a está muito nervoso. V. Ex^a está calmo, todos estão calmos, e o Senador Romero está muito nervoso. O Senador Romero não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, se nós...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio! Peço silêncio!

Tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se nós votarmos essa matéria hoje, ratificaremos aquilo que, quase todos os dias, digo nesta tribuna: minha preocupação, que, tenho certeza, é a de muitos políticos brasileiros. Estamos vendo claramente que a matéria que se discute hoje, aqui, é inconstitucional, o que está provado na Constituição, o que está provado por todos aqueles que podem ler a Constituição brasileira. Assim, se votarmos essa matéria hoje – mais uma vez, afirmo –, caminharemos para uma ditadura política.

O Presidente da República, este Governo faz o que quer. Falam sobre as medidas provisórias. “Ah, em outros Governos, também havia medidas provisórias!”. Havia medidas provisórias, sim, mas este Governo bate todos os recordes, todos os recordes na história da República Federativa deste País. Nunca se emitiram, Senador Arthur Virgílio, tantas medidas provisórias!

E há algo mais constrangedor, Senador. Quando cheguei aqui, Papaléo Paes, quis me inteirar com o

Senador Flexa Ribeiro, que é do meu Estado, o Pará, do porquê de tantas medidas provisórias. E S. Ex^a disse o seguinte: “O pior, Senador, é que, quando todas essas medidas provisórias vêm ao Senado Federal, o dinheiro já foi gasto”. A população brasileira tem de saber disso. Olha a ditadura política implantada neste País! O Governo manda os Senadores discutirem uma matéria, Sr. Presidente, cujo dinheiro já foi gasto, cujo orçamento já está sendo aplicado, sem que a matéria passe nas Comissões, sem que se discuta a matéria, Presidente Collor, que é de suma importância para este País. Não adianta mais: aprovemos ou não, o plano já está em execução, Senador. Estamos aqui fazendo papel de tolos, de bobos. Estamos discutindo o quê? Uma medida provisória inconstitucional. E o Governo já está executando o que está sendo pedido, Senador Papaléo.

Dizem: “Ah, é de extrema emergência”. Não o é, não, Senador. Cito um exemplo, Senador. A TV do Governo é de extrema urgência, Presidente Collor? É de extrema urgência? Com certeza, não o é. De extrema urgência, Senador Arthur Virgílio, é a situação dos aposentados deste País. Isso é que é de extrema urgência, porque eles estão na miséria, sofrendo, mendigando com o pires na mão. E o Governo bloqueia os projetos neste Senado.

É triste a situação deste País, porque se esqueceram dos aposentados. E o Presidente da República não tem a dignidade de mandar uma medida provisória para os aposentados, como manda todos os dias a respeito de coisas que não têm emergência e sobre as quais o Senado teria, obrigatoriamente, de discutir. Por que não manda, Senador Papaléo, uma medida provisória em respeito aos aposentados? Essa, sim, Senador Cícero Lucena, seria uma medida provisória de urgência, de dignidade. Seria uma medida de dignidade em respeito àqueles que sofrem, que não têm plano de saúde, que trabalharam tanto por este País! Eles devem estar vendo esta discussão na TV Senado e dizendo assim: “Isso é emergência? E por que no nosso caso não é?”.

Câncer, hipertensão, diabetes, doenças de todos os tipos acometem aqueles que têm mais de 60 anos. Eles sofrem com essas doenças. E V. Ex^a, que é médico, sabe quantas são. Quantas são, Senadores? Esses homens e mulheres que trabalharam com tanta dignidade neste País não têm o privilégio de contar com uma medida provisória para resolver seus problemas, Senador? Não contam com isso, estão abandonados. E quantas promessas fizeram a eles? E quantas promessas tem o Governo Lula em relação a eles? Mas absolutamente nada se resolve.

Amanhã, Senador, quero poder dar a notícia de uma decisão que foi tomada hoje na Comissão a respeito de todos os aposentados e pensionistas deste País, que têm, aqui nesta Casa, um representante chamado Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, eu gostaria de votar uma medida provisória do seu Governo. V. Ex^a é o grande comandante dos aposentados e dos pensionistas nesta Casa. Gostaria, Senador Paulo Paim, de votar uma medida provisória neste Senado, para resolver a situação daqueles miseráveis que estão com o pires na mão, que estão nas ruas: os aposentados e os pensionistas deste País, que tanto V. Ex^a defende, com toda a sensibilidade e com todo o coração.

O que V. Ex^a acha, Senador Paulo Paim? A matéria de hoje é mais importante do que a situação dos aposentados? A TV Brasil, ou TV pública, é mais importante do que a situação dos aposentados? Será que a situação dos aposentados não é uma emergência muito maior do que essas medidas que estão mandando para cá, todas inconstitucionais?

Se pode fazer, se pode mandar, se o Governo tem força para passar por cima da nossa Constituição... E está claro, está visível, está no nosso nariz – está no nosso nariz, Senador! – que o Governo faz o rolo compressor e diz que nossa Constituição não precisa ser respeitada neste Senado. Como não vai ser respeitada? O que pensam os brasileiros de nós e deste Senado quando o Líder Arthur Virgílio prova que a matéria é inconstitucional, lendo a Constituição, provando que a Constituição está sendo rasgada no dia de hoje neste plenário?

Ninguém liga para isso, ninguém quer saber disso! Querem saber de agradar o Presidente, aprovando matéria sem caráter de emergência, sem que seja constitucional. As matérias de extrema necessidade e de emergência estão aí, como a que diz respeito à situação dos aposentados e dos pensionistas, e ninguém liga.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador. É com muita honra que o escuto.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Mário Couto, V. Ex^a chama a atenção neste debate para dois aspectos muito importantes. Primeiro, há a questão dos aposentados, da insensibilidade, do descompromisso do Governo de resolver um problema que se agrava a cada reajuste do salário mínimo, fazendo com que todos sejam iguais, mas por baixo, sem assistência de saúde, sem melhores condições de vida.

Daqui a pouco os aposentados estarão, se brincar, com salário igual ao do bolsa-família. Aqueles que

despenderam suas vidas no trabalho, luta, dedicação e deixaram, muitas vezes, de dar melhor condição para a sua família para contribuírem com a Previdência, ao chegarem ao momento de maior necessidade, a aposentadoria, não podem ter tranquilidade, pelo menos no lado financeiro, para enfrentar os problemas que se agravam com o avançar da idade. E a demonstração que V. Ex^a faz é exatamente da insensibilidade do Governo nesse sentido, porque usa a urgência urgentíssima da medida provisória, atropelando a nossa Carta Magna, fazendo com que esta Casa se curve, como está parecendo hoje, a uma cobrança. Como diz na minha terra, na Paraíba, trata-se de um “puxavanco” de orelha do Presidente da República com a sua base aliada, no sentido de atropelar a Constituição para aprovar aquilo que o Governo acha conveniente neste momento, sem o olhar do futuro. Por isso, V. Ex^a está de parabéns. Devemos debater e discutir a urgência urgentíssima dos verdadeiros temas e assuntos que merecem colaborar para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, primeiro, solicitando a V. Ex^a que faça uma avaliação do pedido do Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, se aprovarmos a matéria hoje, tenha certeza de que o Senador Mário Couto, mais uma vez, vai sair deste sessão decepcionado, porque a matéria é visivelmente, Sr. Presidente, visivelmente, inconstitucional.

Desço da tribuna também pedindo que V. Ex^a ainda hoje, sem o estar pressionando, com todo o respeito, responda-me como vão ficar os dois projetos dos aposentados que vieram para a Mesa no dia de hoje. Até que enfim, Sr. Presidente, até que enfim, graças a Nossa Senhora de Nazaré, meu eterno Governador Tasso Jereissati, graças a minha Santa Filomena, desengavetaram, Senador, desengavetaram hoje o projeto, até que enfim, graças ao nosso Presidente, desengavetaram os projetos dos aposentados e pensionistas. Estão na mão do Presidente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não tenho dúvida nenhuma.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou. Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – AM) – Senador Papaléo, peço que V. Ex^a colabore,

porque o tempo do Senador Mário Couto está esgotado.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Serei breve.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu lhe dou aparte e depois eu concluo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto. Quero parabenizar V. Ex^a que realmente expõe à sociedade brasileira a usurpação que o Executivo faz no Legislativo, tirando nosso dever, nossa obrigação de votar. O Governo está legislando pelo Congresso Nacional, usando a ditadura do poder em cima do Congresso Nacional. Parablenizo V. Ex^a. Acerca das medidas provisórias, temos um grande exemplo que cabe muito bem com respeito aos aposentados. O Governo está tirando dinheiro dos aposentados para jogar nessa tal TV Pública, onde já conseguiu uma série de cabides de emprego. A tevê já está funcionando, o dinheiro público já está sendo gasto, e agora vamos ter de aprovar, de qualquer maneira, para não desmontarem essa criação do Governo? Eu não entendo por que ela foi criada. Será que não é um preparo para a continuar a imitação do presidente deles, o Hugo Chávez? Então temos de tomar muito cuidado com isso. Temos pelo menos de fazer a nossa parte como Oposição. Se o PT hoje, com a base aliada, quer atropelar a Constituição, atropele-a, esqueça seu passado, mas temos de viver o nosso presente, denunciando o fato à sociedade brasileira.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, peça a V. Ex^a que não conceda mais apartes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria de ter a oportunidade de conceder um último aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. Faça um apelo ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – São apenas 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a terá oportunidade de falar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Só para parabenizar o Presidente. V. Ex^a me permite?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É um Senador do meu Estado, e eu não posso dizer não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço, Sr. Presidente. V. Ex^a cada vez mais dá provas da sua

independência e da forma correta como comanda os trabalhos, não se deixando levar pelos gritos da base do governo que quer ganhar a votação no grito. Aqui, no grito, não vai ganhar, não, porque o Senador Mário Couto grita mais que qualquer um, pelo conjunto de toda a Oposição. Ele vai para a tribuna e, se for para gritar, vamos gritar juntos. Senador Mário Couto, V. Ex^a falou da indignação de todos nós. O Presidente não vai deixar rasgar, mais uma vez, a Constituição brasileira, a nossa Carta Magna. A Constituição de 1988, que está fazendo vinte anos, tem de ser respeitada, e o Presidente é constitucionalista. Então, ele vai acompanhar exatamente o que diz a Carta Magna. V. Ex^a, Senador Mário Couto, trouxe aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, faça um apelo a V. Ex^a para encerrar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente. Não posso deixar de atender a um apelo de V. Ex^a, mas já concluo. Quero dizer ao Senador Mário Couto que V. Ex^a, da forma como dirige esta Casa, vai trazer para o plenário a PEC n^o 58, dos aposentados, remetida pelo Senador Aloizio Mercadante, da CAE, sem o parecer do Líder Romero Jucá, que não disse se era contra ou a favor e encaminhou-a para o plenário. Então, queremos pedir a V. Ex^a que paute a PEC n^o 58, porque precisamos atender aos nossos aposentados. E V. Ex^a sabe que lá no Rio Grande do Norte há uma porção muito grande de seus eleitores que são aposentados ou recebem benefícios da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente. E estão necessitando que se discuta essa questão no plenário do Senado Federal. Parabéns pela forma como V. Ex^a conduz os trabalhos. V. Ex^a tem de nós todo o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Votarei em V. Ex^a novamente para Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero que V. Ex^a olhe para mim um instantinho só.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Tenho total admiração por V. Ex^a e tenho absoluta certeza de que V. Ex^a vai continuar dirigindo este Senado como está dirigindo. Por favor, Sr. Presidente, não deixe este Senado se desmoralizar na tarde de hoje. A matéria é

inconstitucional. Responda a questão que o Senador Líder do meu Partido fez, responda que V. Ex^a vai ver que a matéria é inconstitucional.

Não deixe, Sr. Presidente, este Senado se desmoralizar na tarde de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou aguardar para falar depois do Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bastante objetivo na minha fala, primeiro para dizer que a juridicidade e a admissibilidade da medida provisória já foram votadas. Acho que não está mais em questionamento esse assunto, mas gostaria de esclarecer que o art. 241 da Constituição Federal fala de consórcio entre entes públicos, União, Estados, Municípios e Distrito Federal. E o PLV nº 1, de 2008, fala em consórcios empresariais. É muito diferente o conceito. Portanto, não se aplica o art. 241 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, falo com absoluta tranquilidade, todo mundo conhece as minhas posições.

Acompanhei um processo parecido na Petrobras, que é o objetivo desta medida provisória: o fortalecimento da Eletrobrás. A Eletrobrás patina há muito tempo, porque ela tem sido preterida nos investimentos na área de energia elétrica. Foi uma decisão de Governo até então seguida, ainda porque existia uma legislação que impedia a Eletrobrás de participar de projetos, especialmente na expansão do setor elétrico brasileiro. A única possibilidade era atuando como minoritária. E, muitas vezes, ela era impedida até por decisões de Governo.

A primeira questão que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, é o medo de essa medida provisória viabilizar a participação da Eletrobrás na privatização da Cesp. Isso não existe! Até há uma decisão: entre as empresas que se inscreveram para o leilão da Cesp, que será realizado no dia 26 de março, não consta nenhuma empresa estatal. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, a impressão que passa é que a Eletrobrás vai tomar conta de tudo. A Eletrobrás tem, naturalmente, um planejamento estratégico; a Eletrobrás vai investir naquilo que o portfólio indica como importante, que consolida a posição da empresa e que, mais do que nunca, traz retorno para seus acionistas. A Ele-

trobrás é uma empresa que tem acionistas privados; a Eletrobrás está na iminência de lançar ADRs nível 2 na Bolsa de Nova York.

Então, esse projeto vem a calhar; esse projeto é importante, porque ele valoriza a Eletrobrás, que tem um grande portfólio, grandes ativos na Eletrosul, na Chesf, na Eletronorte e em Furnas. As centrais nucleares também estão sob o comando da Eletrobrás, além de Itaipu e das termoelétricas a carvão, no Rio Grande do Sul.

Portanto, empresarialmente, essa é uma decisão correta.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A Eletrobrás terá, mais que nunca, um papel fundamental nas bolsas de valores, e vamos ter ações da Eletrobrás que correspondem ao valor intrínseco da companhia, que foi bastante desvalorizado, subestimado e depreciado, em função da inatividade da Eletrobrás.

Este projeto, mais do que nunca, vai fortalecer as ações da Eletrobrás, sem deixar de dar o espaço necessário aos investidores privados. A Eletrobrás não tem recursos para investir em todos os projetos de geração e de transmissão. A Eletrobrás vai colocar seus recursos nos projetos em que seus acionistas, seu Conselho e sua Diretoria entenderem como os mais razoáveis, ou naqueles que atendam aos objetivos empresariais da Eletrobrás.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Flexa Ribeiro, prefiro fazer toda a defesa dessa proposta. V. Ex^a sabe da admiração e do carinho que tenho por V. Ex^a, mas, infelizmente, não vou conceder apartes. Embora seja um debatedor, Sr. Presidente, democraticamente, não concederei apartes durante esta minha exposição.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a por não me conceder apartes, mas eu queria aprender com V. Ex^a, fazendo algumas perguntas importantes.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, Sr. Presidente, continuando a exposição, quero salientar uma questão de absoluta relevância, sobre a qual não ouvi menção, que é a integração energética. Como é que começou a Comunidade Econômica Européia? Pela integração energética, geração de energia na França, gás natural siberiano. A Comunidade Econômica Européia nasceu com a energia. Não vai ser diferente com o Mercosul na América do Sul. Há integração por meio das linhas de transmissão, por meio da geração de energia, do gás natural. Assim,

vamos consolidar um grande mercado e um grande bloco comercial com a participação dos principais países da América do Sul, especialmente os do Cone Sul. Como é que vamos fazer essa integração energética? Claramente: vamos fazer essa integração energética discutindo com os países vizinhos.

Portanto, a participação da Eletrobrás, principalmente em projetos fora do País, tem uma importância muito grande para o Brasil. Vamos ter condição de trocar energia entre sistemas, aproveitando a sazonalidade dos países vizinhos com as condições intrínsecas do setor energético brasileiro.

Portanto, acho que essa medida vem no momento correto. É uma medida importante. Como foi dito aqui, o desafio da energia é fundamental para o País crescer.

Enfrentei vários racionamentos, Sr. Presidente: na Região Nordeste, na Amazônia; enfrentei racionamentos que afetaram o Brasil inteiro. E o Governo, o País, todos nós temos de, mais do que nunca, não só incentivar os investimentos privados, mas ter participação efetiva, principalmente por meio da Eletrobrás – como a Petrobras também o faz –, em um setor que é crucial e estratégico para nosso crescimento, que é o setor de energia elétrica.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar muito clara minha posição, minha convicção: haverá espaço para a Eletrobrás voltar a ter um papel fundamental, um espaço para que ela se valorize, mas também um espaço para a iniciativa privada. Isso é incontestável, porque a Eletrobrás sozinha não vai ter os recursos necessários para fazer todos os investimentos e não vai se envolver em todos os investimentos.

Por último, a integração energética, que é absolutamente fundamental para o nosso País...

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – (...) para garantir a otimização dos sistemas interligados futuros.

Sr. Presidente, era isso o que eu gostaria de falar. Quero agradecer a oportunidade e...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permitiria um aparte, Senador Delcídio Amaral?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – (...) tenho absoluta convicção de que o Senado Federal está tomando uma medida...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite-me um aparte, nobre Senador Delcídio?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Senador...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – (...) está votando um projeto absolutamente coerente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Permite-me um aparte, Senador Delcídio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral, que usou apenas sete minutos dos dez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Uma questão de ordem, Presidente, com base no art. 180.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Temos três minutos. Gostaríamos de apartear-lo nesses três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com base no art. 180 do Regimento da Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas ele já desceu da tribuna, Senador!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ele volta; são três minutos!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, com base no art. 180 do Regimento Interno da Casa, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, para mais uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida. V. Ex^a mostra como gosta de mim, porque o povo do Amazonas sabe que não durmo. Estou presente, seja a defendê-lo, seja a cuidar dos interesses do meu Partido, Sr. Presidente, e do País, pelo meu ângulo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, art. 180. Posso estar enganado, mas consultei várias pessoas, e elas não ouviram V. Ex^a prorrogar a sessão.

Eu gostaria de resgatar as notas taquigráficas, porque o art. 180, do Regimento Interno, diz o seguinte: “Seção V – Da Prorrogação da Sessão...”

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente, mas tem consequência isso.

Art. 180. A prorrogação da sessão poderá ser concedida pelo Plenário, em votação simbólica, antes do término do tempo regimental:

I – por proposta do Presidente;

II – a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º A prorrogação será sempre por prazo fixo, que não poder ser restringido, salvo por falta de matéria a tratar ou de número para o prosseguimento da sessão.

§ 2º Se houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para consulta ao Plenário sobre a prorrogação.

§ 3º Não será permitido encaminhamento da votação do requerimento.

§ 4º Antes de terminada uma prorrogação, poderá ser requerida outra.

Sr. Presidente, isso vem complementar o espírito do art. 189.

Em outras palavras, no meu entendimento, Sr. Presidente, caiu a sessão. Vamos ser justos! Não foi feito o requerimento. Temos de cumprir com a formalidade neste momento, Sr. Presidente.

Esta é a questão de ordem que, imagino, será respondida positivamente por V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O processo está em votação!

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Caiu a sessão, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, mas, antes de concedê-la...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, atente para art. 178, porque só leram metade do Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Depois, vou para o art. 177, Sr. Presidente, para completar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, calma!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos ouvir o Presidente com o respeito que ele merece, Sr^{as} e Srs. Senadores. Esta é a mais alta Casa Legislativa do País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode considerar a palavra do Senador Arthur Virgílio, que pediu que a sessão, hoje, fosse até a madrugada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não deu a resposta que lhe pedi, no plano ético, com relação a seu comportamento. Fiquei decepcionado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Estou atendendo à exigência de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a silenciou e está-se portando como mais um governista qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a V. Ex^{as}...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Estou atendendo à exigência de V. Ex^a, respondendo o ponto certo que V. Ex^a pediu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não respondeu a interpelação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu tive de desligar os microfones. Não é possível!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A primeira vez...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é possível!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso é muito ruim.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço serenidade. Peço serenidade aos Senadores para que eu possa ler o art. 353, parágrafo único:

Art. 353.

Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

E o art. 179:

Estando em apreciação matéria constante do art. 336, I e II, a sessão só poderá ser encerrada quando ultimada a deliberação.

Portanto, a sessão não será encerrada, respondendo a questão de ordem do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Outra questão de ordem. Artigo nº 177, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Outra questão de ordem?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Outra questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Seção IV, do Término do Tempo da Sessão:

Art. 177. Esgotado o tempo da sessão ou ultimadas a Ordem do Dia e os discursos posteriores a esta, o Presidente a encerrará.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Tem de acabar a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não vejo assim, Sr. Presidente, não vejo assim.

Sr. Presidente, eu só falo na minha vez. V. Ex^a me conhece pela disciplina. Só falo na minha vez. Estão tentando falar pela minha vez. Só falo na minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns V. Ex^a pela forma enérgica e justa com que conduz a sessão.

Sr. Presidente, tem gente catimbando. Está parecendo jogo do Uruguai, aqui.

Sr. Presidente, não havendo a prorrogação, considere-se – na verdade, este é o espírito da lei, este é espírito do Regimento – encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, a Presidência já decidiu e pede a V. Ex^a que receba com espírito democrático a decisão da Presidência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro. Então, Sr. Presidente, aceito, com o espírito que não pode me faltar, porque sempre defendi democracia neste País. Aceito por entender que de V. Ex^a não partiria nada que não se casasse com o bom senso e com o apego ao direito. Eventualmente, pode até cometer um erro, mas V. Ex^a não erraria por má-fé. E, por isso, aceito e me resguardo para os novos momentos de luta que estão a vir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino. V. Ex^a terá dez minutos, improrrogáveis, agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja V. Ex^a como é importante o debate, como é importante que se dê oportunidade às pessoas que se debruçam sobre os assuntos que estão em apreciação para que possam emitir opinião e para que, com a opinião ouvida, o voto possa ser de convicção.

Ouvi, com muita atenção, a palavra do Senador Delcídio Amaral, Senadora Kátia Abreu, que é um *expert*. Ele já foi Ministro das Minas e Energia, já foi diretor da Petrobras, e teceu comentários airosos com relação ao fortalecimento da Eletrobrás. É onde temos a nossa grande divergência e onde podemos cometer o grande equívoco desta noite.

Senador Geraldo Mesquita, só não houve apagão porque choveu. Não houve apagão por quê? Porque

não houve investimento do setor privado, principalmente na geração de energia elétrica. Por quê? Porque se privilegiaram, neste País, os investimentos públicos e desestimulou-se o investimento privado. O processo de privatização, neste País, está satanizado. O que aconteceu com o processo de privatização das concessionárias de distribuição de energia elétrica deste País?

Senadora Lúcia Vânia, fui Governador por duas vezes. Havia uma empresa, no meu Estado, chamada Cosern – havia e há. No meu tempo, ela era estatal, deficitária. Para fazer os ramais de eletrificação rural ou urbana, não tinha um real, um centavo para investir, de capital próprio. Era uma empresa estatal, como eram as distribuidoras de energia elétrica de Pernambuco, de Alagoas, da Bahia, do Maranhão, do Piauí. Todas elas deficitárias, quase todas elas deficitárias.

Houve o processo de privatização. Quando eu fazia investimentos, o fazia com o dinheiro do Estado, doado por convênio à Cosern. Fiz muita coisa investindo dinheiro do Estado na companhia elétrica. Depois que a companhia elétrica foi privatizada e foi vendida pelo então Governador Garibaldi Alves Filho – que fez um belo negócio e vendeu-a por US\$700 milhões, na época –, a empresa progressivamente se capitalizou e, hoje, é, senão a maior, uma das três maiores recolhedoras de impostos do Estado do Rio Grande do Norte. No meu tempo, não recolhia nada. E investe tudo que precisa investir. É uma empresa saudável, produto de quê? Da privatização.

Muito bem. Privatizou-se o setor de distribuição de energia elétrica. Agora, e a geração de energia elétrica, Senador Casagrande? Teve a mesma sorte? Não. A geração de energia elétrica, no Brasil, continua, em enorme medida, completamente estatizada. E o que é que se pretendeu fazer há três, quatro anos? A modernização do setor, abrindo a perspectiva para investimentos privados na geração de energia elétrica, com o elemento chamado marco regulatório. O que houve com o marco regulatório? Eu debati demais. Lembro-me demais da Ministra Dilma Rousseff, no gabinete do Senador Aloizio Mercadante, então Líder do Governo, numa reunião de Líderes – o Senador Arthur Virgílio estava lá e o Senador Sérgio Guerra creio que estivesse lá também –, quando debatemos e eu praticamente ameacei a Ministra de que levaria o meu pessoal todo a votar contra, a obstruir, a lutar para derrubar aquele marco regulatório, porque o que se propunha era o imenso prestígio do capital velho, da energia velha, em detrimento da energia nova. O que é energia velha? É a energia gerada pelas estatais: Furnas, Três Marias, Itaipu, Chesf. Em detrimento de quê? Da energia nova. Qual é a energia nova? É a energia, que está por vir, da iniciativa privada.

Privilegiaram-se as estatais Furnas e Itaipu. Com que objetivo? O de estatizar o setor ainda mais, possibilitando a empresas que tinham capital já amortizado, com uma tarifa boa, capitalizar, ganhar dinheiro e crescer. Em detrimento de quê? Da energia nova, à qual se deu uma tarifa pequena, pouco atrativa, que não gerou os investimentos que tinham de ser gerados, levando-me a dizer, no começo das minhas palavras: só não houve apagão porque choveu! Não houve apagão porque choveu!

Em jogo está um conceito. O que se está querendo votar? Entre outras coisas, a possibilidade de a Eletrobrás se associar em capital, majoritariamente, com outras empresas para, possivelmente, operar geração de energia elétrica. Competindo com quem? Com as afiliadas dela: com Furnas, Três Marias, Itaipu. É pôr a mãe competindo com o filho, e com o filho que não deu certo. E desestimulando quem? O filho que pode dar certo, que é o capital privado. Quanto mais exclusividade se der ao setor público, menos estímulo se dará à iniciativa privada.

O que se quer aqui, Senador Sérgio Guerra, é possibilitar o gigantismo do Estado, o gigantismo da Eletrobrás, com um detalhe: competindo com aqueles a quem já se deu a oportunidade privilegiada da tarifa da energia velha que não fez com que Furnas e Três Marias crescessem ao ponto de fazer o que eles queriam, ou seja, associar-se, em capital majoritário, com outros empreendimentos. Por que eles não deram certo? Agora, querem que a Eletrobrás, numa volta ao passado, dê certo. É por que querem o quê? Querem que o Brasil dê errado?

Em nome de um Brasil certo, voto “não” a essa Medida Provisória.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedem um aparte, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Ouço, com prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, V. Ex^a faz um discurso magnífico, abordando, com muita segurança, os defeitos técnicos da Medida Provisória. Isso vem somar-se à deformação da própria Medida Provisória, que admitiu – o que é tradicional, infelizmente – contrabandos para resolver questões outras que não aquelas do escopo essencial da própria Medida Provisória. V. Ex^a vem complementar o questionamento feito pelo Senador Tasso Jereissati, que será secundado pelo Senador Mão Santa, na sua intervenção nesta Casa, porque não acredito que alguém pense em interditar o debate na Casa – sinceramente, não penso assim, não acredito que alguém possa pensar isso. E chegará a vez de o Senador Mão Santa falar. V. Ex^a ouviu o questionamento do Senador Jereissati, o que já nos dá um pé para irmos à Justiça. E há mais: V. Ex^a ouviu, certamente, meu

modesto questionamento, em que argumentei, com base em dois artigos da Constituição, quanto à impossibilidade de se criarem os tais consórcios sem ser por projeto de lei. Ou seja, o desrespeito é total. O desrespeito do Governo ao Congresso é absurdo, é absoluto. Estou vendo, aqui, a notícia da Radiobrás. E a Radiobrás não tem pejo em publicar isto: “Café com o Presidente (10/03)”. Então, vem aquela conversa em que o apresentador faz aquelas bazófilas todas, e o Presidente diz: “Luciano, quero crer que os Senadores e os Deputados têm responsabilidade com o Brasil tanto quanto eu. E não posso crer que apenas eu queira trabalhar e eles não”. O Presidente não despacha com seus Ministros, não tem o hábito de despachar com seus Ministros; não se interessa por questões técnicas; trabalha essencialmente o desgaste do Congresso Nacional, numa atitude pouco democrática; não busca parceria. Se, em relação a essa TV Pública, tivesse vontade de fazê-la como a TV francesa, teria usado a forma democrática do projeto de lei, mas não perde uma oportunidade sequer de dizer, primeiro, essa balela de que ele próprio é dedicado ao trabalho e de, segundo, o insulto de que o Congresso não o seria. Meus parabéns a V. Ex^a pelo belíssimo pronunciamento que faz, complementando todas as questões aqui levantadas, que mostram por que essa Medida Provisória não deve nem ser apreciada, quanto mais ser aprovada.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, nobre Senador?

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Peço-lhe um aparte, nobre Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, ouço o Senador Marconi Perillo, o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Flexa Ribeiro, se der tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Marconi Perillo, peço-lhe um minuto só.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Agripino, tenho absoluta convicção de que nosso Presidente, democrático como é, do Estado de V. Ex^a, permitirá que o debate flua. V. Ex^a deveria responder ao Senador Arthur Virgílio. Depois, eu gostaria de apartear-lo; em seguida, o Senador Tasso Jereissati o faria, bem como o Senador Flexa Ribeiro. Conhecendo o espírito democrático do Senador Garibaldi, estou convencido de que S. Ex^a permitirá, Senador José Agripino, nosso Líder...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Meu espírito é democrático, mas o espírito do Regimento não o é nesse aspecto. O Regimento não o permite.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Mas V. Ex^a pode fazer como fazia o Senador Renan, então Presidente; o Senador José Sarney; o Senador Antonio Carlos. Um tema tão importante como esse precisa ser debatido à exaustão, Sr. Presidente. Não se nega a palavra a um Senador da República, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço ao Senador José Agripino que conclua o pronunciamento.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – São apartes necessários, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Lamento muito não poder ouvi-los. Tenho a certeza absoluta de que as idéias que o Senador Marconi Perillo, o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Flexa Ribeiro iriam aduzir ao meu modesto pronunciamento enriqueceriam muito o debate. Lamento não ter essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Também lamento, mas o Regimento não permite isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, não vou dialogar com a Mesa, até porque minhas relações políticas e pessoais com V. Ex^a são muito estreitas. Então, acolhendo a recomendação do Regimento e de V. Ex^a, vou concluir, dizendo que cada Senador, na hora em que for votar, Senador Marconi Perillo, tem de avaliar se está votando contra o futuro do Brasil ou se está votando a favor do futuro do Brasil.

Aqui, podemos cometer o segundo erro. Quando votamos um marco regulatório defeituoso lá atrás, pretendemos fortalecer as estatais, não conseguimos e desestimulamos as empresas privadas a virem a investir, produzindo a iminência de um novo apagão se hoje não chovesse.

Se votarmos “não” a essa Medida Provisória, estaremos dizendo “não” ao gigantismo do Estado, que deu errado. Na prática, deu errado. Dá errado aqui, dá errado no mundo inteiro. Estaremos abrindo, como demos no caso da CPMF, um aviso ao Brasil e ao mundo de que aqui se quer prestigiar a iniciativa privada e a competência, mas se dando a oportunidade real, não estimulando a exclusividade do setor público, fortalecendo a Eletrobrás, para que esta estabeleça uma competição com seus afiliados que não deram certo.

É erro em cima de erro. E, para não errar duas vezes, vou votar contra essa Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está sobre a

mesa um requerimento que invoca o art. 275 do Regimento Interno, que pede a suspensão, o encerramento da discussão quando já tiverem falado três oradores a favor e três contra. Assim sendo, já houve mais de três oradores contra e três a favor. Portanto, solicito a V. Ex^a que possamos votar meu requerimento, para irmos diretamente à votação da matéria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, estou inscrito há bastante tempo. Aqui, em meu lugar, discretamente, estou esperando a chance de falar. Entendo que a tentativa de cercear nossa palavra pelo Líder Romero Jucá não faz jus à sua tradicional vida democrática.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – À vida de S. Ex^a, não é?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – À vida de S. Ex^a, é claro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para ser bem prático, a depender do resultado que, suponho, no levantar de braço, seja favorável à proposta do Líder Romero Jucá, o Senador José Agripino, eu próprio, o Senador Cícero Lucena, o Senador Marconi Perillo, somente nós levantaremos a mão na hora em que pedirmos a verificação de quórum, para conferirmos se há sustentação da Casa para o requerimento.

Eu não faria isso sem antes avisar, Sr. Presidente, com muita serenidade, que estamos trocando de patamar no relacionamento político desta Casa. Vai acontecer o que nunca aconteceu nesta Casa, já amanhã. Amanhã, o PSDB pedirá vista de matéria que trata de embaixadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; o PSDB pedirá vista da tramitação de autoridades na Comissão de Infra-Estrutura; o PSDB pedirá vista de todas as matérias, quaisquer que sejam elas, em todas as Comissões técnicas. Já estou pedindo à minha assessoria que se organize para fazer esse papel, porque não compactuaremos com o fato de, em plena democracia, fazer-se uma violência desse porte aqui. É uma coisa impressionante! Rui Barbosa está olhando, ali atrás. Está atrás de V. Ex^a. Se V. Ex^a olhar para trás, verá que ele está ali atrás. Rui Barbosa está olhando. É algo grave, tratando-se do Senado. É algo que tem de ter conseqüências, que terá conseqüências.

Portanto, V. Ex^a, ainda há pouco, interpretou mal, e eu lhe expliquei muito bem: não há nada de ameaça a quem quer que seja; é um direito. Não é um direito pedir vista de um processo? É. É vexatório? É. É vexatório o

embaixador fulano de tal ter sua indicação retardada. O que o país lá pensará? Vai pensar mal, com certeza. Temos a dizer que, depois do acordo que fizemos, por parte do Senado, sem poder falar pela Câmara, evidentemente, não temos mais compromisso com a votação do Orçamento amanhã. Iremos enfrentar as forças do Governo no Orçamento, cumprindo a parte que nos cabe, de acordo com o que a nossa consciência aponte.

Se é essa a decisão, nós, simplesmente, vamos tentar mostrar para o Governo, na prática do dia seguinte, que o Governo terá obtido, quem sabe – hoje, não sei; a noite é uma criança para mim –, ao fim da jornada, uma Vitória de Pirro. A Vitória de Pirro é aquela em que o rei, de repente, percebe que a vitória lhe custa tanto – tanto sangue, tanto prejuízo, tantos homens, tantas riquezas –, que não vale a pena aquela vitória ser obtida.

Nós estamos aqui, portanto, muito claros, em posições que são, neste momento, muito claramente antagonicas, muito claras para todos nós. E vamos, então, para a regra do jogo, tal como o Governo a propõe, sabendo que não vai adiantar tentar mudar o jogo depois. Está previsto que todos nós aqui teremos vida muito longa. Todos nós temos, uns um mandato longuíssimo, e outros um mandato ainda bastante longo pela frente. Aqueles que, como eu, como o Senador Aloizio e tantos outros nos elegemos em 2002 temos muita convivência pela frente. Tenho certeza, tanto quanto estou vivo neste momento, de que este fato é premido pelos puxões de orelha do Presidente Lula, que de parlamento entende muito pouco, até porque não foi um Deputado operoso como constituinte. O Presidente Lula depois vai perceber que não andou bem, não andou bem a ordem que deu, e não terá sido boa a vitória colhida, se é que vai colher alguma vitória.

Lembro que temos o Presidente falando em corte de gastos e temos aí uma TV estatal, não é TV pública coisa nenhuma, que vai consumir mais de R\$1 bilhão por ano. A gente percebe qual o padrão do Governo quando se fala de austeridade em gastos. Sei quanto custa cada TV Cultura dessas, e sei quanto será isso aí multiplicado por 27 Estados, enfim. Mas, de qualquer maneira, é uma opção que se fez. Só espero que aceitem a opção que nós próprios estamos fazendo em relação ao Orçamento, em relação ao funcionamento da Casa, seja no plenário, seja nas comissões. A partir de amanhã, nossa presença já será sentida, e eu lamento, até porque meu desejo era ver V. Ex^a ter a mais fluida das administrações. V. Ex^a merece isso. Mas, infelizmente, a democracia merece atitudes e rasgos acima de V. Ex^a e de mim, para que não permitamos que o Senado vire uma Casa de “senta, levanta”, para que não permitamos que o Senado vire uma Casa do “sim, senhor”, para que não permitamos que o Senado

vire uma Casa agachada, para que não permitamos que o Senado vire uma Casa homologatória do que quer que venha do Palácio do Planalto.

Vamos procurar, com todas as nossas forças psicológicas, políticas, morais, evidenciar qual é o ponto de vista correto. E o futuro dirá. Já dizia um colega nosso, Senador por Alagoas – e tenho que repetir essa filosofia –, que o tempo é senhor da razão. Vamos ver a quem ele conferirá razão, ao fim e ao cabo. Estamos prontos para a luta, e vamos com ela até o final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito, é sobre a matéria?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre a palavra de V. Ex^a, sobre o que V. Ex^a afirmou, e que para mim é da maior importância.

V. Ex^a, há poucos minutos, numa tentativa de negar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, alegou o Regimento. E é baseado no que V. Ex^a disse, Sr. Presidente, que quero fazer um apelo a V. Ex^a perante todo este plenário. É chegada a hora de uma revisão urgente no Regimento desta Casa. Estamos vivendo num mundo globalizado, estamos vivendo uma outra época, e este Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a já foi atendido...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu queria apenas justificar o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Porque existe uma comissão, já designada pela Mesa, para fazer uma revisão no Regimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Há quanto tempo, Sr. Presidente? A minha questão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há pouquíssimos dias, mas já foi publicado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, a questão é que estamos com um Regimento que veio do Rio de Janeiro, com a mudança para Brasília. Nós não podemos... E hoje aqui está um exemplo. V. Ex^a, democrata como é, sei o quanto lhe é constrangedor muitas vezes se ver obrigado a impedir que se debata, de maneira livre, temas importantes para o País como este, exatamente por estar preso a questões regimentais.

Sr. Presidente, o apelo que faço a V. Ex^a é no sentido de que sua passagem pela Presidência desta Casa seja marcada por transformações e por mudan-

ças, que têm que começar exatamente pela mudança do Regimento. V. Ex^a criou a comissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas essa comissão, Sr. Presidente, tem que ter rapidez, tem que ter urgência. Estamos aqui, muitas vezes, sendo vítimas de filigranas regimentais para não poder exercer o papel de opositor, para não poder exercer nem expressar nossas convicções.

O poder é transitório, Sr. Presidente. Hoje, está na mão do Partido dos Trabalhadores; amanhã, poderá estar na mão de outro partido. Temos que ter um Regimento que não sirva a esses caprichos que possibilitam esses emperramentos por firulas regimentais. Temos que fazer um Regimento para o Senado, temos que fazer um Regimento para o Brasil. E tenho certeza de que a administração de V. Ex^a marcará essa mudança nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 275 do Regimento Interno, o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1/2008.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, estou inscrito há mais de cinco horas, e não vai ser o Senador Romero Jucá, por mais inteligente que seja, que vai nos fazer calar.

Ele já foi da oposição, já foi do Governo, e sabe que o melhor é respeitar a democracia. Não é uma boa atitude essa de querer calar os companheiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, V. Ex^a não irá concordar com isso. Estou inscrito e há mais de duas horas aguardando para falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadores...

Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria que os Senadores de oposição me escutassem com muita atenção. Neste Senado, já fui líder do governo Fernando Henrique, sou Líder do Governo do Presidente Lula. Tenho agido aqui com toda responsabilidade, toda distinção, toda compreensão, e não há neste plenário – pode haver igual – ninguém que tenha procurado mais o entendimento e a construção coletiva do que eu. Posso falar isso com muita tranquilidade. Muitas vezes, aqui, nós deixamos de votar matérias em entendimento com a oposição, mesmo o Governo sendo maioria, para construir o clima de construção futura, entendendo a circunstância do papel da oposição. Muitas vezes. Em algumas delas, ouvindo desaforo, mas relegando, em nome do entendimento e do papel da construção política.

Pois bem, quantas vezes nós fizemos acordo aqui neste plenário? Agora, sempre preservando a responsabilidade e o papel de cada lado.

O que está ocorrendo hoje aqui? Está ocorrendo uma inversão de papéis. Desculpem-me. Se alguém está radicalizando, se alguém está fazendo chicana, se alguém está catimbando, não é a base do Governo. A base do Governo quer votar.

Aqui, nós já discutimos o modelo de saída de uma jornalista, da semana passada, já discutimos a invasão de um apartamento por decisão judicial, já discutimos de tudo, e não nos centramos no tema definitivo, que não é essa matéria. Vamos ser sinceros. O Governo quer votar a TV Pública e a oposição quer atrapalhar e não votar a TV Pública. Esse é o cerne da questão.

E eu quero dizer, com muita tranquilidade: da mesma forma, da mesma forma...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É a prática da lei. É o não atropelamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Da mesma forma que agi, continuarei agindo, dentro do Regimento. Se a oposição está utilizando o Regimento para obstaculizar a votação, eu tenho a responsabilidade de usar o mesmo Regimento para trazer a votação da matéria, porque eu não teria responsabilidade se deixasse cair essa matéria da TV Pública por decurso de prazo. Não deixarei isso acontecer, pelo menos no que estiver no meu alcance. Não vão ganhar, para mim, no grito. Desculpem-me, não vão, não vão.

Nós queremos votar. Na quinta-feira, nós fizemos um entendimento. Nós deixamos cair a medida provisória de suplementação, dentro de um entendimento para votarmos hoje as duas medidas provisórias antes da TV

Pública, e isso não ocorreu. Isso não ocorreu. Estamos aqui, ainda, a uma hora desta, com os Senadores se sacrificando, como o Senador Eptácio Cafeteira, que veio do hospital na responsabilidade de votar essa matéria, e, em vez de discutir e ir para o voto, ficam fazendo manobra para atrapalhar a votação. É legítimo? É legítimo. Está no Regimento? Está no Regimento. Agora, desculpem-me, se usam o Regimento para postergar a votação, eu usarei o Regimento para buscar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu estou inscrito, há duas horas. Agora, há mais de duas horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A palavra está comigo, Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Agora, eu preciso falar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Este é o papel que tenho de fazer. A Oposição não dobrará a base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a companhia.*) – Srs. Senadores, deixem o orador concluir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RN) – A base do Governo, que é Maioria, quer votar. Se a Oposição disser, aqui e agora, que faz um entendimento para votar esta matéria, antes de ela cair por decurso de prazo, fazemos um entendimento. Está posta a mão, aqui estendida. Se quiserem fazer, construímos um entendimento. Agora, não vamos nos curvar e deixar a matéria cair. Não vamos fazer isso, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com todo o respeito que a Oposição merece, não é nossa intenção passar por cima de ninguém. Agora, não é nossa intenção também baixar a cabeça e deixar que a minoria diga o que se vota e o que não se vota aqui neste Senado. Isto aqui é o Senado da República! Não é a favela “Portelinha”, em que o Juvenal Antena manda e desmanda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É o que parece. Às vezes, parece.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Que ótima analogia!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Às vezes parece.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Aqui não há Juvenal Antena. Aqui tem Senadores iguais, que vão votar pelo Regimento – a Maioria – na forma como a Maioria quiser votar.

Essa é a minha posição, e eu a defendo agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu estou inscrito há mais de duas horas, Sr. Presidente, e não consigo falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, com a palavra o Senador Tasso Jereissati. Advirto que, no encaminhamento da votação do requerimento, só falará um Senador por bloco partidário. Parágrafo único do art. 308: um representante de cada partido ou de bloco partidário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. O Senador Romero Jucá fez uma série de ponderações...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... nas quais prejulga companheiros. Ele não tem a menor autoridade, para dizer que ninguém vai catimbar coisa alguma, até porque não sabe que alguns não iam falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Qual é a autoridade que o Senador Romero tem para dizer que vou catimbar ou qualquer outro Senador? Que conversa é essa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para o bom andamento dos trabalhos desta Casa. Pela ordem, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadores...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Nós não temos essa prática.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não me negue o direito de contraditar o Senador Romero Jucá.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não quero catimbar: quero criticar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ele vai encaminhar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, dois minutos para que eu diga algumas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a falará oportunamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não posso aceitar o apelo. Pela ordem, tenho que colocar...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Exerça a sua autoridade, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... para que reponhamos em ordem o andamento da Casa, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Após a palavra do Senador Tasso Jereissati...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu peço antes do Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... que vai encaminhar pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, peço antes do Senador Tasso Jereissati, porque vou falar de uma questão política muito clara.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O Senador Arthur Virgílio quer conduzir os trabalhos do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é possível, Senador...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V. Ex^a: não negue a palavra ao Líder de um Partido, com assento nesta Casa.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O Senador Arthur Virgílio quer conduzir os trabalhos desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Arthur Virgílio, peço a V. Ex^a que colabore.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não negue a palavra ao Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há um orador do PSDB na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele concede que eu fale antes dele, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peça um aparte a ele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a ditadura se recusava a caçar Líderes. A exceção foi Alencar Furtado. A ditadura se recusava a caçar Líderes. Eu peço a palavra como Líder do PSDB, Sr. Presidente, por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu peço ao Senador Tasso Jereissati que, dentro do seu tempo, conceda um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já começo aparteando o Senador Tasso Jereissati.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu faço o maior empenho que o Senador Arthur Virgílio fale, mas por que vai falar o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou abrir uma exceção, porque, inclusive, não cabe aparte em encaminhamento. Mas eu estou profundamente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já pedi o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... decepcionado e constrangido...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... com o comportamento de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu também, Sr. Presidente.

Senador Tasso Jereissati, peço a V. Ex^a aparte e, já que está tudo errado, vou falar em pé – eu deveria falar sentado.

Sr. Presidente, não foi feliz o Senador Romero Jucá. Não dá para considerar de somenos importância a invasão da residência de uma senhora por força policial de um partido adversário do marido dela, falecido. Não dá para se considerar de somenos importância.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ordem judicial.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ordem judicial, conferida por uma senhora casada com um Deputado do partido do Governador.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O PT não tem polícia, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Senador Tasso Jereissati, não dá para considerar de somenos importância o direito de uma jornalista exercer o seu trabalho. E não quero aqui trazer a conversa para esse nível de Juvenal não sei de quê. Eu não quero isso. Quero dizer apenas que é profundamente grave o que se está perpetrando neste momento; é profundamente grave. O Senado está indo para um outro patamar. Isso não será bom para os trabalhos da Casa; isso não será bom, Sr. Presidente, para a Presidência de V. Ex^a; isso não será bom para o aproveitamento das bancadas.

A nossa decisão já foi tomada.

Nós temos absoluta convicção de que tudo que estão querendo – disse o Líder que tudo que quereríamos seria não aprovar a TV Pública, que não é pública, é estatal. E eu diria: tudo que querem é aprovar esse sorvedouro de dinheiro novo, que cria um imposto, inclusive, achando que isso é tão importante, a ponto de passarem por cima do que aqui falamos a respeito da Sr^a Arlete, do direito da jornalista. Em outras palavras, vou ouvir seu discurso, Senador Tasso Jereissati – muito bem representado está o nosso Partido –, sabendo que V. Ex^a saberá fazer o protesto indignado de quem não vai permitir – como não vamos permitir – que força nenhuma externa venha colocar de joelhos o Senado da República, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Eu vou ficar sem falar? Não vou, não. Não vou, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de dizer que o discurso do Senador Romero Jucá foi um dos mais lamentáveis que já ouvi aqui nesta Casa, a começar pelo momento em que acusou de catimbar esta sessão aqueles Senadores que fizeram um protesto pelo que aconteceu com a viúva do nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães.

É lastimável essa declaração do Líder do Governo, o eterno Líder do Governo, Romero Jucá, que, em nome da Maioria, também qualificou qualquer tentativa de que fizéssemos valer a verdade e a legalidade das propostas aqui apresentadas como uma indevida atitude de catimba por parte da Minoria.

E não vou aqui hoje dizer, Senador Romero Jucá, como essa Maioria é construída. Não vou dizer como essa Maioria é construída, porque, infelizmente, o Brasil todo sabe – está nos jornais todos os dias – como essa Maioria é construída.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa MP explica como essa Maioria é construída.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Essa MP explica como essa Maioria é construída. Há muita coisa que explica como essa Maioria é construída. O Orçamento explica como essa Maioria é construída; o empenho do Governo em votar o tal do Anexo I – ilegal, ilegal e corrupto – explica como essa Maioria é construída.

Vamos entrar num debate fundo sobre este assunto, de agora em diante: como essa Maioria é construída, comandada aqui por essas Lideranças que são eternamente do Governo!

Segundo ponto: é triste, Senador Delcídio Amaral, que eu tenha vindo fazer aqui um discurso – e agora o próprio Senador Romero Jucá –, para discutir nesta Casa, Presidente Garibaldi, um modelo energético brasileiro. Aqui foi dito por eles, não por mim. O Senador Delcídio Amaral disse aqui, com todas as letras, como um profundo e maior conhecedor de energia desse Partido: “Estamos discutindo aqui o modelo energético brasileiro. Não estamos discutindo apenas uma pequena questão ou outra: estamos discutindo a integração da América Latina via integração de energia.

E isso tudo, Senador Delcídio – que tristeza! –, por medida provisória. Nós estamos discutindo o modelo energético brasileiro, numa noite, por medida provisória! A que ponto, Senador Garibaldi, chegou este Senado Federal! A que ponto de humilhação o Poder Executivo está nos levando: ver que homens de valor, como Delcídio e outros aqui, aceitam discutir o modelo energético brasileiro, que influi na integração energética da América do Sul, por medida provisória!

Isso é uma humilhação!

É um dos dias mais tristes que já vivi nesta Casa. E, atrás disso, ainda vamos discutir a criação de uma medida... Isso tudo – vejam bem! – serve para ter uma tevê estatal na frente. Estamos ultrapassando, pulando o limite de discutir nesta Casa o que há de mais importante em termos de infra-estrutura, que é o modelo energético, reestatizando – não vou entrar no mérito –, reconstruindo, fazendo com que a Eletrobrás se torne uma Petrobras da energia elétrica, sem ter de lançar licitações, por exemplo, tendo condições de fazer obras ou compras no exterior sem licitação e sem a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). E isso está sendo feito por meio de medida provisória, em quinze minutos!

Ninguém, aqui – a não ser V. Ex^a, que entende do assunto –, está sabendo que hoje se está discutindo isso. Duvido que alguém aqui esteja sabendo que estamos fazendo alterações como essas por meio dessa medida irresponsável, por medida provisória.

Senador Garibaldi, Senador-Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho muita pena de ver determina-

dos Senadores de valor humilhados, cabisbaixos, de quatro mesmo – de quatro, Senador Suplicy! –, diante dessa humilhação que o Executivo está impondo a esta Casa. É uma humilhação que não podemos aceitar. E muito menos vamos aceitar que líderes profissionais venham dizer que não podemos falar por que isso se torna uma catimba. Não vamos aceitar isso!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento. Fui citada pelo Líder Romero Jucá e gostaria de ter essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a foi citada?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Fui citada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O nome de V. Ex^a foi citado?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Foi citado, Sr. Presidente, na matéria que discutimos anteriormente com relação à jornalista Adriana, do jornal *O Globo*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, tenho de acreditar em V. Ex^a, principalmente porque comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria que as mulheres pudessem ser homenageadas todos os dias por V. Ex^a, assim como na noite de hoje.

Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, dois Senadores ocupam a tribuna?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, quero apenas dizer ao Líder que, há pouco, mencionou a matéria que discutimos que não venha menosprezar as discussões dos Senadores desta Casa quando não tratam de matérias de interesse do Governo. S. Ex^a tem suas prioridades, suas prerrogativas, suas obrigações, mas não pode impor a nós, Senadores da Oposição, o que quer que façamos.

Mencionei o episódio das jornalistas que foram barreadas na entrada desta Casa, porque esse é um assunto importante, sim. Não é S. Ex^a nem outro Senador desta Casa que vai medir minhas palavras e a importância do que aqui eu possa dizer, a não ser o povo do meu Estado, que me elegeram para estar aqui no dia de hoje.

O Senador Romero Jucá disse que não queremos a aprovação da TV Pública. Não queremos mesmo! Está aqui um exemplo claro do que o Presidente da República tem na mão hoje: a Radiobrás. No programa “Café com o Presidente” de ontem, tive o desprazer, o dissabor de ouvir o Presidente chamando a atenção do Congresso Nacional.

Disse o jornalista Jânio de Freitas: “Lula ontem meteu o nariz nas coisas do Legislativo”. É expressão usada por ele próprio. Com a TV Pública, vai fazer o que está fazendo com a Radiobrás, vai usá-la para chamar a atenção de Senadores e Deputados por não votarmos o Orçamento.

O Presidente responde ao locutor: “Quero crer que os Senadores e os Deputados têm responsabilidade com o Brasil tanto quanto eu. Não posso crer que apenas eu queira trabalhar e eles não, que apenas eu queira fazer as obras e eles não. É de interesse de todo mundo”.

O Presidente vai usá-la, sim, Sr. Presidente, assim como usa a Radiobrás contra a Oposição. Nem parece que esteve na oposição durante vinte anos, pois não respeita a Oposição nesta Casa, não respeita a posição da Minoria.

Quero aqui deixar meu protesto com relação a essa participação terrível, mesquinha. O Presidente usa o Brasil, usa os pobres do Brasil e usa a Radiobrás em seu favor, à sua maneira, numa atitude populista e demagógica.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o art. 14, X, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos encaminhando o requerimento do Senador Romero Jucá. V. Ex^a já leu a regra e o que estabelece o Regimento Interno da Casa: é um Senador por partido ou, quando houver bloco, um Senador por bloco. Já houve os pronunciamentos dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, e meu amigo Senador Sérgio Guerra está na tribuna do Senado Federal.

Então, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, como seu apoiador e eleitor, devo dizer-lhe: se V. Ex^a não passar a seguir o Regimento, não teremos como organizar o trabalho da Casa. V. Ex^a precisa respeitar o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a precisa

entender que não vou aqui receber ameaça, seja do Governo, seja da Oposição. Não estou aqui para ser ameaçado, para ser pressionado; estou aqui para cumprir este Regimento, porque ele é nossa bíblia. Não há possibilidade, a esta altura, de adotarmos outra forma de organizar os nossos trabalhos que não seja nos valendo deste Regimento.

Então, faria um apelo ao Senador Sérgio Guerra no sentido de que, pela ordem, falasse durante três minutos, numa liberalidade em homenagem à figura de S. Ex^a, que ainda não teve oportunidade de falar hoje. Depois, vou submeter o requerimento à votação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está decidido! Não admito diálogo. Ninguém pode dialogar com a Presidência. Está decidido!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, vou falar pelo Bloco da Minoria, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está decidido!

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, falei pelo art. 14 do Regimento. Agora, quero falar pelo meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está decidido. Senadora Kátia Abreu, faço um apelo a V. Ex^a. No Dia Internacional da Mulher...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Não falei pelo Partido, Sr. Presidente; falei pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Ex^a já concluiu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Não, Sr. Presidente. Eu apenas me defendi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O tempo está esgotado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Almeida Lima, V. Ex^a tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 23, II, do Regimento Interno estabelece que constituirá desacato ao Senado: “II – agressão, por atos ou palavras, praticada por Senador contra a Mesa ou contra outro Senador nas dependências da Casa”. O Art. 24 determina: “Em caso de desacato ao Senado, proceder-se-á de acordo com as seguintes normas: I – o Segundo-Secretário, por determinação da Presidência, lavrará relatório pormenorizado do ocorrido;...”.

Sr. Presidente, a questão de ordem é para requerer a V. Ex^a providências em conformidade com o art. 24, inciso I, diante do que foi dito pelo Senador do PSDB, ex-Presidente Nacional do PSDB, quando afirmou textualmente, referindo-se a toda a Base do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Almeida Lima, conclua sua questão de ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a adoção das providências determinadas pelo inciso I do art. 24 do Regimento Interno, por entender ter ocorrido desacato, desrespeito ao Senado, agressão a Senadores da Base do Governo.

Sou da Base do Governo, sou do PMDB, e aqui não me encontro agachado diante do Governo.

Isso é uma agressão e um desacato, sobretudo a informação de que sabe como o Governo constrói a maioria nesta Casa.

Se os demais aceitam é problema dos demais. Não aceito, porque não sou vendido, não sou comprado pelo Governo. Eu me respeito, tenho dignidade e aqui não me encontro agachado.

Portanto, a questão de ordem: em decorrência do descumprimento do art. 23, peço a V. Ex^a que tome as providências do inciso I do art. 24 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As providências serão adotadas oportunamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

Sr. Presidente, quero uma questão de ordem, por favor.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, se é questão de ordem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Olha, eu fui acusado aqui formalmente, de uma maneira...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^as vão me obrigar a suspender a sessão...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não, temos que respeitar o Regimento, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A base não permite, não aceita.

Suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 21 horas e 21 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra...

Senadores! Senadores!

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, não, não, Presidente. O Senador Tasso Jereissati foi citado, Sr. Presidente. Ele tem o direito de falar pelo art. 14. Ele foi citado, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Será dada oportunamente a palavra a ele.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, Sr. Presidente. Ele tem direito regimental, ele tem o direito de falar, ele foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Vai ser dada oportunamente!

Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, Presidente. V. Ex^a está equivocado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Vai ser dada, sim!

Fala, Senador Sérgio Guerra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Fala, Sérgio. Deixa ele falar primeiro, ele tem direito regimental.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma consulta, mas, primeiro, é fundamental que retomemos o mínimo de tranquilidade. O Senador Romero Jucá fez aqui um discurso, eu diria, desequilibrado, vários tons além daqueles que S. Ex^a normalmente percorre, que produziu a reação que está aí. Segundo, o Senador Tasso Jereissati foi questionado de maneira bastante contundente por um Senador de Sergipe. Gostaria de perguntar ao Presidente, com todo respeito e solidariedade – devemos ser solidários a S. Ex^a –, se o Senador Tasso Jereissati

terá a palavra a seguir para responder às considerações feitas sobre S. Ex^a pelo Senador de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não concedi a palavra ao Senador Tasso Jereissati porque V. Ex^a está na tribuna.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Tudo bem. Estou apenas consultando V. Ex^a com a maior tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Querem que V. Ex^a desça da tribuna, mas eu não quero.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não. Ninguém quer que eu desça da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, fala V. Ex^a.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então, Presidente, queria dizer o seguinte...

Sr. Presidente, queria pedir aos companheiros um pouco de atenção.

Não há nada mais natural do que um procedimento no qual o Governo deseja votar uma matéria e a oposição deseja discutir essa matéria. O fato de essa discussão tomar tempo, ganhar tempo faz todo sentido parlamentar. Não inauguramos isso hoje. Isso acontece muitas e muitas vezes em todos os parlamentos.

Além dos que já falaram hoje, três ou quatro, não mais do que isso, estavam inscritos para falar.

O Senador Romero Jucá fez uma intervenção desproporcional. Eu não queria estabelecer nenhum tipo de confrontação com o Senador Romero. S. Ex^a tem todo o direito de defender o Governo – é uma tarefa que tem que cumprir –, mas S. Ex^a tem que entender que é neste Congresso, é neste Senado que S. Ex^a vive...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele não tem o direito de cassar a minha palavra, não! Isso ele não tem direito, não!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – ... e que aqui é muito mais importante a convivência e o respeito pela opinião e pela atitude dos outros...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há um orador na tribuna!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) –... do que qualquer necessidade compulsiva de resolver, em 30 ou 40 minutos, uma votação que interessa ao Governo.

O nosso problema aqui no Congresso não é, de forma nenhuma, do Congresso; o nosso problema no Congresso é a submissão do Congresso ao autoritarismo permanente do Governo Federal. O nosso

problema no Congresso é a produção em massa de medidas provisórias.

Não faz dois dias, o Governo foi anunciar que ia mandar dezenas ou centenas de medidas provisórias para o Congresso. O Governo que afirma isso não tem respeito pelo Congresso nem pelos parlamentares, no plural. Tem que haver indignação, tem que haver afirmação do Congresso. E, para que haja a afirmação do Congresso, Senador Romero Jucá, mais importante do que cumprir a tarefa do rei é ter alto, elevado e compreensivo espírito democrático, respeitar a opinião dos outros e ouvi-los, mesmo que a sua palavra prejudique objetivos que o senhor tenha traçado para a sua Liderança de Governo.

Tem que ouvir, sempre foi assim. Por que não fez assim agora? Terá sido porque o Presidente estava irritado esses dias? Terá sido porque o Presidente fez gestos agressivos com o Congresso há poucos minutos: “Eu trabalho e os outros não!”?

Não dá para continuar desse jeito! São duas matérias que estão em discussão. A primeira, é evidente que essa matéria não poderia vir aqui por medida provisória, muito menos a da TV Pública. Qualquer pessoa de bom senso sabe disso. No entanto, argumentos são levantados a cada instante para dar substância a uma atitude que é esta: de desrespeito aos direitos do Congresso e à democracia no geral. Temos que reconhecer à democracia esses direitos, oposição e Governo, e não ficar nessa defesa ensandecida do que não merece verdadeiramente defesa.

O Senador Romero sempre teve a minha compreensão, por exemplo, mesmo em momentos difíceis para a sua vida pública. Fui daqueles que se levantou aqui para dizer que ele estava sendo injustiçado por acusações feitas a ele. Era da oposição, sou da oposição e vou continuar nela. Mas tive a coragem de afirmar isso. O Senador Romero não deve fazer o que fez agora: mandar um requerimento apressado para inibir que companheiros seus, que sempre conviveram de forma democrática, pudessem expressar aqui as suas palavras.

Se V. Ex^a mantém esse requerimento, provoca um confronto e um enrijecimento nas relações que nos coordenam, de forma a levar todo este plenário a um processo de radicalização.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo a V. Ex^a para concluir.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – TV Pública e todas essas medidas são polêmicas, precisam ser discutidas à exaustão.

E ninguém deve ser cassado por isso, até porque nós Senadores não trabalhamos assim demais. Então quero pedir ao Senador Romero Jucá que não mantenha esse requerimento, que mantenha a dis-

cussão, porque ela é da democracia e é muito cedo ainda para terminar o debate hoje aqui. Vamos levá-lo adiante, que no final vença a maioria, mas que ela tenha trabalho para isso também, porque assim que tem de ser a luta democrática.

Além do mais, Sr. Presidente, reconheço toda a suas intenções. Sei que V. Ex^a é uma pessoa correta, de profundo senso democrático, quer acertar na Presidência do Senado e penso que todos devemos colaborar para isso. Espero que o seu primeiro discurso aqui, que foi convincente, seja correspondido em todo o seu mandato de Presidente do Senado.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Faço um apelo ao Senador Romero para que não mantenha essa disposição belicista, regimental ou não, mas que não honra a sua tradição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati, pelo art. 14.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 também, logo após o Senador Tasso Jereissati.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Fui usurpado no meu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a falará.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria primeiro de esclarecer algumas coisas que são muito caras para mim, que é a convivência neste Senado Federal. E talvez até a minha indignação tenha nascido desse apreço e desse respeito que tenho por esta Casa do Senado Federal.

Vou esclarecer algumas coisas sobre o que acabei de dizer. Disse que sabia como era construída a maioria deste Governo. Não generalizo porque reconheço pessoas ilustres, lideranças dignas, que têm sua independência e a defendem legitimamente por acreditar naquilo que estão fazendo e o fazem com na plenitude do seu direito.

Quero deixar isso bem claro. Mas quero deixar bem clara também uma interpelação que fiz e que foi mal-entendida, infelizmente, não sei por quê, pelo Senador Eduardo Suplicy. Olhei para ele e disse: “Senador Eduardo Suplicy, me dá pena ver este Senado agachado diante do que está acontecendo, medidas como essas, questões estratégicas nacionais, por pressão e por ordem do Governo, votadas por medida provisória”.

Senador Eduardo Suplicy, estranha-me ver isso acontecendo e me dá pena deste Senado. Não disse que V. Ex^a estava agachado, nem que V. Ex^a estava de cabeça baixa. Mas quis dizer que me estranhava que V. Ex^a, que sempre gritou tanto pelos direitos desta Casa, estivesse calado neste momento, enquanto isso acontecia.

Acho que ficou bem clara a minha posição. Esperava mais de V. Ex^a realmente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Claro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, depois concederei a palavra a V. Ex^a, pelo art. 14.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já não é mais possível, também vou falar pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há oportunidade, porque só podem falar dois oradores pelo art. 14. Não é permitido aparte.

Espero que haja um mínimo de sensibilidade dos Srs. Senadores para com esta instituição que tanto respeitamos, dando-me um crédito de confiança para que eu possa conduzir esta sessão de maneira equilibrada. V. Ex^{as} reconhecem em mim esse equilíbrio, mas agora, de repente, estou sendo contestado, quando não estou aqui privilegiando nenhum bloco partidário, nenhum partido político. Então, peço a compreensão de V. Ex^a e peço desculpas...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou respeitar o apelo de V. Ex^a e apenas reiterar que sempre tratei o Senador Tasso Jereissati com muita civilidade e espero que ele sempre faça o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo novamente a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não pode Senador. Senador Epitácio Cafeteira...

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Pelo amor de Deus, sou líder de um partido que o nobre Senador Tasso Jereissati disse que sabia como era construído...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não falei do seu partido.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Sou Líder de homens dignos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não falei do seu partido.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Pelo menos esse esclarecimento...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Qual é seu partido mesmo?

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Claro. Desculpe-me.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Nós somos da base do governo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Certo. Acabei de reiterar que existem homens dignos que fazem parte deste Governo e que muito me orgulha ser companheiro deles nesta Casa, mas que boa parte da maioria deste Governo é construída de maneira absolutamente fisiológica, com trocas de cargos, que estão aí nos jornais, todos os dias. Não sou a primeira pessoa que está dizendo isso.

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E que se não fossem esses cargos não estariam no Governo. Isso não sou eu que estou dizendo, Senador Cafeteira, com todo o respeito que V. Ex^a me merece, não sou eu que estou dizendo, nos jornais, todos os dias, lideranças declaram que se não tiverem tal cargo vão sair do Governo. Se tiverem aquilo, se não tiverem aquilo outro... Não sou eu que estou dizendo, está nos jornais. Se quiser, eu lhe mando uma coleção de jornais.

Acho que está bem esclarecido, mas reconheço o acentuado número de grandes líderes que fazem parte da base aliada do Governo.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Pois é, eu me dou por satisfeito com o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Entendo a que ponto se chegou no acirramento da coisa, mas pedi a palavra porque conheço os homens do meu Partido. Sei, como Líder, o que está se tratando no Governo e nunca visamos negociação de cargos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Parabéns, Senador Cafeteira.

Senador Garibaldi, repito aqui o que eu disse, com muita tranquilidade: lamento muito, quando falei de pessoas que trocam de partido em função das facilidades ou benesses que lhe são oferecidas aqui e acolá, quando falei de pessoas que, num dia, são os adversários mais ferrenhos do Governo e, no dia seguinte, são os maiores defensores do Governo, sem ninguém entender por que mudanças tão bruscas, sem ninguém compreender o que houve na psicologia ou

no dia-a-dia de cada um, essas pessoas, às vezes, vestem a carapuça sem a gente estar se referindo especificamente a ninguém. Estão ali o Senador Tião Viana – estou vendo rapidamente –, o Senador Renato Casagrande, o Senador Marcelo Crivella, ilustres nomes com quem tenho a maior relação de debate e, ao mesmo tempo, de respeito na adversidade das nossas idéias. No entanto, existem outros, aqui e, na maioria, na Câmara dos Deputados, que estão aí em troca de cargos, em troca de vantagens, em troca de emendas. Isso está nos jornais todos os dias. Se alguém se sentiu atingido a ponto de se exasperar, a ponto de ameaçar até com violência física, quero dizer que lamento profundamente, porque a coisa mais triste que poderia haver nesta Casa seria algum tipo de agressão física. Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, na minha vida, nunca participei de nenhum episódio de agressão física. Nunca, na minha vida, participei disso. Participei de grandes embates políticos. Evidentemente, gostaria que o Conselho de Ética desta Casa verificasse, com cuidado, essas ameaças que acontecem aqui.

Alguns acham que podem, de uma maneira ou de outra, evitar discursos mais claros, mais explícitos sobre como se constrói essa maioria parlamentar, que acho que vai ter de vir à tona, e que isso pode ser feito até por meio de ameaças de agressão física. Isso é profundamente lamentável, triste! Lamento profundamente ter participado, Senador Sérgio Guerra, de um momento como este. Até procurei me resguardar aqui, no canto, o máximo possível, para não parecer que iria participar de qualquer ato de pugilato, de demonstração de hombridade, de músculos, de masculinidade. Estou fora dessa, não participo disso.

Não quis me referir a ninguém, Senador Mão Santa, especificamente. Existe isso. Está nos jornais. Se quiserem, podemos fazer um levantamento de todos os nomes que estão nos jornais: se algum tem cargo, se outro não tem cargo. Podemos fazer isso tranquilamente numa sessão, numa reunião, para saber se isso existe, se isso não existe. Faremos isso tranquilamente sem precisar de nenhuma demonstração de masculinidade, nem de macheza de parte de ninguém.

Era isso o que eu queria esclarecer aqui, pedindo desculpas a V. Ex^a, a quem prezo tanto e admiro tanto, pelo que aconteceu.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de dar a palavra ao Senador Mão Santa, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Romero Jucá no sentido de que prevalecesse o acordo: fariam dois oradores contra e dois oradores a favor. Após

isso, então, encerraríamos a discussão. Ou então, três e três. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, qual é a proposta?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Qual é a proposta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria que o Senador Romero Jucá... Só S. Ex^a pode retirar o requerimento de sua autoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E voltamos à praxe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pediria a ele para retirar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não se limita o número de discursos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. Haveria um acordo de Lideranças.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sem limitação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não; com limitação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, deixe eu lhe dar minha opinião.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente, minha questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só um minuto. Sr. Presidente, deixa eu lhe dar uma opinião.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estou na fila das questões de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Um minuto, Senador Flexa, por favor.

Sr. Presidente, há uma praxe que, neste momento, está sendo desrespeitada. Não quero discutir as razões. O Senador Romero deve tê-las. Não estou aqui para colocar gasolina em fogueira nenhuma. Só estou dizendo, Sr. Presidente, que, se me julgo portador de um direito, prefiro que esse direito me seja retirado à força do que eu tenha de conceder esse direito. Prefiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Romero Jucá, dê uma de Juvenal Antena e concorde, já que V. Ex^a está na Portelinha!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vista-se de Juvenal...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Heráclito Fortes, por favor!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou fazendo uma proposta ao Senador Romero.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não dei a palavra a V. Ex^a. Por favor!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou tentando ajudar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu, que tanto prezo V. Ex^a, ser obrigado a chamar a sua atenção? Isso é um constrangimento a mais!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Presidente, constrangimento é, para mim e para o País, ver o que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas devemos colaborar, Senador!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, mas procurei foi colaborar com V. Ex^a. Minha intenção foi exatamente colaborar com V. Ex^a. Pedi ao Senador Romero Jucá, que hoje resolveu viver aqui a Portelinha, não sei por quê que se vestisse no espírito de um daqueles personagens mais famosos e perdoasse, revogando a decisão anterior. Acho que essa posição solicitada por V. Ex^a é positiva.

Não quis, de maneira alguma, Sr. Presidente, prejudicar. Pelo contrário, quis ajudar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não havendo acordo nem sobre isso... Hoje não há acordo aqui sobre nada – essa que é a verdade!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

Peço a V. Ex^a que seja breve.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Atentai bem, Presidente Garibaldi! Rui Barbosa. Atentai bem: “Um homem que não luta pelos seus direitos não merece viver” – Rui Barbosa. Está ali.

É direito adquirido. Chegando aqui, como Senador da República, pelo Piauí, fomos presididos pela sensibilidade e experiência do Presidente Sarney. Nunca dantes me foi imposto não poder usar da palavra por dez minutos para discutir e por cinco minutos para encaminhar. Seguiu-se, também com muita sensibilidade, o Senador Renan Calheiros. Nunca dantes fomos impedidos de discutir por dez minutos e de encaminhar por cinco minutos. Seguiu-se o Presidente Tião Viana, e V. Ex^a é extraordinário. A expectativa é a esperança. Nenhum o excede em sensibilidade política, em justiça e firmeza. Então, eu me sinto usurpado pelo decreto do Romero Jucá. Ele chegou aí e bagunçou o coreto.

Eu me preparei, auscultei os companheiros sobre a problemática, aprendi com os mais experimentados.

Está aqui. E o Romero, com um decretozinho, tirou meu direito. O direito é igual para todos. Se os outros falaram, por que eu não posso? Não abro mão disso, em respeito a Rui Barbosa e com confiança em V. Ex^a.

Sempre foi assim, é praxe, é tradição, é correto, é Montesquieu, é o espírito da lei. Todos têm direito.

Esse negócio de líder... Sou líder do povo do Piauí. Jamais, em um milímetro, Romero Jucá tem firmeza e dignidade para me afastar do meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou submeter a votos o requerimento do Senador Romero Jucá.

Em votação o Requerimento nº 238, de 2008.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir, pelos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para encaminhar, então.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Para encaminhar ou discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vou fazer uma constatação, o que faço com muito pesar. Estamos vivendo aqui uma crise de truculência, o que não é normal, principalmente na forma de agir do Senador Romero Jucá, que hoje está irreconhecível. Aqui e acolá, S. Ex^a recebe cumprimentos de membros da Base, que o aplaudem e o incentivam.

Vou revelar o meu sentimento íntimo: o Senador Romero Jucá tem sido conciliador e tem tido alguns êxitos. Ainda hoje, instalou-se a CPMI em clima de razoável entendimento; elegeu-se a Presidente Marisa Serrano, que indicou o Relator; e elegeu-se o Vice-Presidente.

Tudo isso produto de quê? De atitude racional, lógica, razoável do Senador Romero Jucá, que, sei, foi criticado pela Base do Governo na Câmara dos Deputados, mais especificamente pelo Partido do Presidente da República, que está como a que a exigir de S. Ex^a prestação de serviço, em atitude que entendo – posso estar errado – tem de ser tomada custe o que custar. Só que acho que o que vai custar é desinteressante ao próprio Governo.

O que estamos apreciando? Uma medida provisória. A discussão dessa medida provisória mostrou uma série de coisas que está irritando o Plenário. Senador Crivella, estamos votando medida provisória claramente inconstitucional, reconhecidamente inconstitucional pelo Regimento, pela Constituição. Mas foi

dito: “Já se votou a constitucionalidade!” Votou-se na marra, no rolo compressor; votou-se com base no número de integrantes do Governo *versus* o da Oposição. Isso irritou o Plenário? Claro que irritou! Uma medida provisória claramente inconstitucional, que foi votada no rolo compressor.

O mérito dela é discutível. Ficam alguns com um modelo; outros, com outro modelo energético, mas o processo de radicalização está posto.

Neste momento, Senador Arthur Virgílio, há um claro desafio do Governo aos Partidos de Oposição, eu não tenho nenhuma dúvida. Esse desafio é mau conselheiro. Pode até ser que ganhe esse *round* agora, mas haverá um segundo, um terceiro, um quarto, e o Governo vai perder.

Senadora Kátia Abreu, o que está acontecendo aqui é a importação do espírito de Tocantins. O Presidente Lula chegou lá e disse que só ele trabalhava, que o Congresso não trabalhava e desafiou todo mundo. Salto do sapato: 40. Aqui, os Líderes do Governo adotam a postura truculenta do Presidente da República e provoca-se o confronto, confronto que nunca levou a lugar nenhum nas relações entre Governo e Oposição, que vão caminhando, bem ou mal, mas vão caminhando – é verdade que, ultimamente, com dificuldades, pelo acúmulo de edição de medidas provisórias.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a que está aí observando o panorama, que é um bom conselheiro, que é um homem de diálogo, chame seu companheiro Romero Jucá e diga-lhe: “Romero, volte a ser o que você era. Você vinha dando certo. Romero Jucá, acabe com essa truculência. Não importa o princípio do Palácio do Planalto, não. Aqui, as relações são mais igualitárias. Aqui, não há imposição de cima para baixo, não. Pode até ser que ganhe agora, mas perderá amanhã. Volte a ter o seu sentido de conjunto, a sua visão de conjunto.”

Na minha opinião, Senador Papaléo, se o Líder Romero Jucá voltar a ser o Romero, o Romerinho que eu conheço, ele virá à tribuna e dirá: “Vamos completar o processo de discussão.”. Faltam quatro ou cinco Senadores completarem o processo de exposição dos seus pontos de vista. Feito isso, vai-se votar. Inevitavelmente, vai-se votar. Mesmo com algum tipo de procrastinação, vai-se votar. Vota-se, quem tiver mais voto ganha e encerra-se esta sessão. Ao invés de requerimento de encerramento de discussão truculento, encerra-se a sessão, Presidente, para ver se uma ducha fria na cabeça dos exaltados retoma a racionalidade nas votações.

É isso que eu desejo propor.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Não sei nem se tenho o “de acordo” dos meus companheiros de Oposição do PSDB, mas, em nome da racionalidade, dever-se-ia tentar esse tipo de entendimento. Quem está inscrito fala, completa-se o processo de exposição e retira-se esse requerimento de encerramento de discussão, que não é bom conselheiro nas relações entre Governo e Oposição. É um fato novo e ruim. Em seguida, vai ter que se votar. Ou às 21h30min, ou às 22h, ou às 22h30, vai ter que se votar, mas vota-se e encerra-se esta sessão, porque não se vai chegar a lugar nenhum depois disso. A menos que o Líder Romero Jucá, sentindo-se desafiado, queira insistir. Se quiser insistir, ficamos aqui até às 5h da manhã, com os nervos à flor da pele, acumulando estresse, vamos cumprir a nossa obrigação, mas eu não sei se vamos fazer o melhor procedimento.

Esta é a proposta que desejo fazer em nome do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para encaminhar, ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente, peço a palavra pela ordem. Está assegurado o meu direito de encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, faço um apelo a V. Ex^a: colabore com a Presidência e V. Ex^a falará ainda nesta sessão, nem que seja para encerrar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr^s e Srs. Senadores, o Senador Garibaldi, hoje, está passando pelo teste da paciência, da tolerância, e eu o parabenizo por isso.

Sugeri a ele, quando o Senador Sérgio Guerra estava na tribuna, dizendo que o Senador Romero Jucá realmente deveria retirar o requerimento porque faltavam apenas três oradores, que cedesse a palavra aos três oradores e conversássemos com o Senador Romero Jucá para retirar o requerimento.

Já falaram os Senadores Tasso Jereissati, Mão Santa e José Agripino.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Eu estou inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já falaram três.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu não falei.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Neste momento, sugiro: se forem apenas três para falar por cinco ou dez minutos, é possível. O Arthur não aceitou. Quando o Presidente sugeriu que falassem dois de cada lado, dois da Oposição e dois da Situação, o Senador

Arthur, Líder do PSDB, não concordou, disse que se deveria liberar para todos os que quisessem falar. Se for assim, vamos ficar aqui até de madrugada.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E daí? Fique. Não é nada demais ficar até de madrugada. É dever. Estamos ganhando muito bem para isso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estamos aqui já há mais de seis horas...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E daí?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ... sem encaminhar uma votação – apenas a relevância da medida provisória – e vejo que, neste momento, há uma atitude um tanto deliberada, mesmo, de não se votar. Agora, se for para um acordo, vamos discutir.

Eu sou o que menos fala nesta Casa. Eu sou o Líder do maior Partido, da maior Bancada e sou o que menos fala. Há Senadores que já falaram oito, cinco, quatro, três vezes hoje. Deve existir um limite. Se o limite for falarem mais três, vamos chegar a um entendimento para falarem mais três, mas não podemos ficar aqui, indefinidamente, procrastinando, sem votar nenhuma matéria.

Essa é a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador Romero Jucá sobre se aceita fazer esse acordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, tenho procurado o acordo desde o início da votação. Aqui, está-se falando uma coisa e fazendo outra, na prática. Na minha visão, quem não quer acordo é a Oposição.

Temos a votação dessa primeira medida provisória; temos uma segunda medida provisória, que vai ter uma votação de constitucionalidade e, depois, de mérito; e vamos ter uma terceira medida provisória. Ou seja, ou usamos o Regimento e fazemos um pacto de entendimento para encaminhamentos, ou, ao me calar e ao me dobrar, eu estarei colocando as medidas provisórias na vala da desaprovação. Não farei isso. Se houver entendimento, vamos suspender o requerimento. Se não houver entendimento, farei requerimento agora e farei requerimento nas outras medidas provisórias, porque não posso deixar caírem essas medidas provisórias.

Aqui não está nenhum radicalismo. É minha função como Líder do Governo. Não posso abdicar disso. Sou solidário a cada Senador. Todos sabem, aqui, dessa relação.

O Senador Sérgio Guerra disse que foi solidário a mim, mas eu também sempre fui solidário ao Senador Sérgio Guerra. Sou amigo do Senador Arthur Virgílio também, do Senador José Agripino e de todos. Agora, não podemos misturar as coisas. Não é em troca da amizade e da relação fraterna que sempre tivemos, que

a maioria vai-se curvar e deixar de aprovar algo que o Governo acha importante e que a Oposição acha que não é importante. Então, vamos discutir no voto aquilo que, efetivamente, pode ser feito ou não.

Usei o Regimento agora como usei quando fui Líder do Governo Fernando Henrique. Isso não é a primeira vez que acontece neste plenário. Já fizemos outras vezes. Agora, fizemos em casos emergenciais. Este caso é emergencial porque, na próxima semana, cai a medida provisória e é Semana Santa. Se houvesse mais prazo, estaríamos discutindo e levando ao prazo máximo, só que não tenho mais prazo.

Do jeito que eu disse aqui, na minha primeira fala, não fui agressivo com ninguém e continuo com a mão estendida para que possamos fazer o entendimento. Agora, não me peça a Oposição que imole a maioria e que imole a medida provisória sem nenhum tipo de reação, sem nenhum tipo de esforço. Não posso fazer isso. Desculpem-me, não posso fazer isso.

Então, Sr. Presidente, se houver entendimento para votação das matérias, concordo com qualquer tipo de entendimento, desde que seja razoável. Se não houver, os requerimentos ficam mantidos, esse e os outros que já preparei para as outras matérias que virão em seguida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, sinceramente, entender as razões do Líder Romero Jucá. Não quero duvidar de sua lógica, porque vejo que é uma premência, uma exigência do Palácio, que entope o Congresso com medidas provisórias, humilha o Congresso Nacional e, agora, quer a aprovação de qualquer jeito. Agora, não com a nossa anuência.

Vou ser bem franco, Sr. Presidente, como temos de ser mesmo.

Façamos de conta que não há ninguém nos ouvindo; que isso é uma conversa *tête-à-tête*, bem franca mesmo: prefiro ser derrotado hoje; prefiro ser derrotado. E prefiro que, depois do evento, vejamos e meçamos as conseqüências disso. O Senador Romero tem as suas razões, mas não posso aceitá-las. Já que ele usou a linguagem do futebol, da catimba, enfim, vou usar uma outra: não podemos fazer com o Governo uma marmelada, ou seja, combinarmos, aqui, algo que, no final, vai dar na aprovação de matérias que julgamos nocivas para o País, a começar por esta.

Então, vamos pedir verificação de quórum daqui a pouco. Vou dizer a V. Ex^a que será o Senador Mão San-

ta, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Flexa Ribeiro, e pronto. Que ninguém mais levante a mão. Vamos entrar em obstrução. Não vamos mais ficar com esse constrangimento. Afinal de contas, não queremos uma concessão dada pelo Senador Romero nem pelo Governo; não queremos uma concessão. Temos o direito, que é consagrado há muito tempo, de falar, os Senadores todos. De repente, vi o Senador Mão Santa não podendo falar; o senador beltrano pode não querer falar, é um problema dele, Sr. Presidente. Então, vamos ser bem francos e acabar de uma vez por todas com qualquer véu de hipocrisia que possa estar nas faces de uns ou de outros.

Sr. Presidente, vou dar minha opinião: não vamos aceitar concessões. Prefiro lutar para resgatar um direito. O Senador Mão Santa diz muito bem: “O homem que não luta pelo que julga que é seu direito não merece viver”. Prefiro ser derrotado, se for assim, e que o Governo assuma as conseqüências da sua “vitória de Pirro”.

Então, vou anunciar outra vez: Senador Mão Santa, Senador Tasso Jereissati, Senador Flexa Ribeiro e eu iremos pedir verificação de quórum. Muito bem; após a verificação de quórum, entraremos em obstrução – acredito que o DEM, do Senador José Agripino, e, com certeza, o PSDB, que é o Partido que lidero nesta Casa – e vamos tocar a segunda medida provisória, a depender do resultado desta, com a mesma disposição de luta que aqui estamos. Agora, fica advertido que, antes da segunda medida provisória e, a seguir desse episódio da verificação de quórum, teremos – e V. Ex^a sabe disso, e como ninguém a Dr^a Cláudia – a fase do encaminhamento. Não vi que o Regimento diga que tem limitação para o encaminhamento. Talvez daqui a pouco surja um outro requerimento para nos cercear o direito de encaminhar. Aí, talvez, o Senador Mão Santa não consiga falar de novo. Mas vamos, depois, brigar pelo máximo de encaminhamentos possíveis com clareza.

Vamos ser bem claros, Sr. Presidente: não queremos aprovar esta matéria porque entendemos que a matéria é nociva ao País. Entendemos que a outra, a matéria que reestatiza o setor de energia, não deve ser aprovada, porque significa, a meu ver, um lance fisiológico, dando privilégio a partidos políticos e contra os interesses do País.

Temos, em seguida, outra matéria, que foi grotescamente retirada de tramitação da Câmara para abrir caminho para a CPMF. Depois o Governo, com muita cara dura, fez novamente essa matéria tramitar, sob a forma de outra medida provisória, na Câmara, e ela aqui está. Não somos a favor de aprovar essa matéria.

A terceira é a da TV pública. Não consigo achar justo que se priorize esse tipo de investimento em um País com tantas carências, com tantas necessidades.

Alguém disse que o que queremos é barrar a TV pública. Não! Queremos barrar a TV pública; queremos barrar a segunda medida provisória; queremos barrar esta que está em tela. Com muita sinceridade, vamos, então, trabalhar com franqueza. Quero deixar o Líder Romero muito à vontade para apresentar todos os requerimentos que deseje, todos. Amanhã, faremos, então, o nosso retorno. Amanhã, agiremos em relação ao Orçamento, em relação às Comissões, em relação a embaixadores, em relação a autoridades na Comissão de Infra-estrutura do jeito que nos caiba agir.

Sendo assim, no Orçamento, eu já disse, estaremos firmes na obstrução, porque estamos sendo atropelados e não vamos consentir nisso. Tenho a impressão de que poderemos agora, até em linguagem muito civilizada, sem essa coisa de “ficar arrastando o pé” – e isso aqui não é gafeira para se ficar arrastando o pé, de jeito algum –, ficar aqui, de maneira bem civilizada, com clareza, de pé, nós, impávidos, nós...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Esse negócio de impedir Senador de falar não dá não!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, mas eles querem impedir! Então, nós vamos ter de conquistar o nosso direito, vamos ter de conquistar o nosso direito. Impedir não dá; eu concordo que não dá. É muito melhor perder uma medida provisória dessas do que impedir Senador de falar. Mas se acham que podem, que arquem com a responsabilidade. Não sou eu quem estou aqui a radicalizar coisa alguma, não. A radicalização vem de quem não está aceitando a regra do jogo.

Então, tem uma medida provisória, a da TV pública, Sr. Presidente... Se o Governo quiser tomar uma atitude digna... Eu peço, Senador Mão Santa, silêncio, que me ouça um minuto. Não sou contra TV pública; sou contra TV estatal. Sou contra o Presidente Lula, eventualmente, caindo dez pontos numa pesquisa, resolver ocupar, **a la Fidel Castro**, por seis horas, uma TV como se fosse propriedade dele. Sou contra isso. Por que não retira isso e manda por projeto de lei? Discutiríamos para valer e em profundidade, e certamente chegaríamos a um modelo parecido com o francês, que eu admiro muito. E essas outras medidas provisórias temos o dever, como opositores e fiscalizadores do Governo que aí está, de tomar conta delas.

Então, sem mais nenhum hipocrisia: somos contra a aprovação das três medidas e ficaremos aqui até de madrugada. Não temos nenhum compromisso; aliás, todo mundo aqui tem família, eu suponho. Não é agradável ficar aqui, mas não é nada de estranhar não, viu?! Não é nada de estranhar!

O cumprimento do dever exige que se fique na trincheira...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, não vamos estranhar não: porque é tarde, por que não sei o quê. Não é tarde coisa alguma para tomarmos as atitudes que convém à consciência de cada um. Que cada um assuma as suas responsabilidades. Estou aqui, de maneira muito frontal, assumindo as minhas. Por mim, não passa nenhuma. Vou enfrentar os requerimentos como puder e, amanhã, agirei do jeito que o meu Partido entende que deva ser a reação à atitude de arbítrio que o Governo está tomando, tentando pôr de joelhos o Senado da República, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, que assim está redigido: “Nos termos do inciso II do art. 275 do Regimento Interno, requer o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão n^o 1, de 2008”.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Verificação de quórum, Sr. Presidente, com apoio do Senador Tasso Jereissati, eu próprio, o Senador Mão Santa e o Senador Flexa Ribeiro. Apenas os quatro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aprovado o requerimento.

Vamos agora fazer a verificação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que acionasse as campanhas, recomendando o comparecimento ao Plenário de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão em seus gabinetes.

A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Minoria está em obstrução. O PSDB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB, lamentando os rumos dessa discussão numa Casa cuja tradição é a moderação, o equilíbrio, a ponderação, encaminha nesse requerimento, como único caminho e única hipótese, o voto “sim”.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – O PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela Minoria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas, por inteiro, mantém-se em obs-

trução. Nenhum de nós pediu a verificação; nenhum de nós está, portanto, obrigado a votar; nenhum de nós haverá de registrar o nome no painel.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que estabeleça o tempo para o encerramento da votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Começou agora, Senador, e V. Ex^a já quer encerrar?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não, Sr. Presidente; não quero encerrar agora, só quero saber o tempo que V. Ex^a destinará para a conclusão da votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O encaminhamento já foi encerrado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu não encaminhei pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora estou dando a palavra aos Líderes para que eles possam orientar as suas Bancadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu quero orientar a Minoria; estou na Liderança da Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é hora do encaminhamento. Para cada Senador, cinco minutos. Essa é a praxe da Casa, e é isso que eu recomendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é essa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É, Sr. Presidente. Eu sou Senador há menos tempo que V. Ex^a. V. Ex^a está no segundo mandato e eu no primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós estamos no processo de votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perdão, V. Ex^a tem razão desta vez. Vencida esta etapa, nós entraremos na fase do encaminhamento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não foi só desta vez não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço desculpas por todas, e mais pelas futuras. Depois entraremos na fase de encaminhamento do mérito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, vou ter que melhorar minha voz.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há encaminhamento, Senador Flexa Ribeiro. Estamos num processo de votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É para orientar a Minoria, para orientar a votação.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota “sim”. Sr. Presidente...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em nome do PT e o Senador Epitácio Cafeteira está pedindo a palavra em nome do PTB.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de lembrar que ainda vai haver o encaminhamento da votação da matéria. Estamos agora votando o requerimento. É porque está havendo um certo açodamento aqui no plenário, infelizmente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para orientar sua bancada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente, e pede às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estiverem nas dependências da Casa que venham ao plenário para votar.

Obrigado.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Epitácio Cafeteira.

Concedo a palavra, para orientar sua bancada, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, a Bancada do PT orienta o voto “sim”. Mas pediria a V. Ex^a que deixasse claro quais foram os Senadores que pediram a verificação de quórum, tendo em vista que o Senador José Agripino anunciou que ninguém do PFL, do Democratas, não sei como se chama agora...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Ideli Salvatti, atendendo ao pedido de V. Ex^a, os Senadores que solicitaram a verificação foram: o Senador Mão Santa, o Senador Sérgio Guerra, o Senador Arthur Virgílio, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Tasso Jereissati e Sérgio Guerra não, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – AC) – Então, só para conferência, Sr. Presidente: Senador Tasso Jereissati, Senador Mão Santa, Senador Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou pedir aos Senadores que colaborem comigo pelo menos nisso.

Os Senadores Arthur Virgílio, Mão Santa, Sérgio Guerra e Flexa Ribeiro.

Sérgio Guerra não?

Peço ao Senador Arthur Virgílio que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não é o Senador Sérgio Guerra. É o Senador Tasso Jereissati. Foram os nomes que anunciei por último.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, desculpe V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Não há de quê.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em vez de Sérgio Guerra, entra Tasso Jereissati.

Faço um apelo aos Srs. Senadores que não estiverem em plenário que venham votar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande com a palavra.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, V. Ex^a conseguiu serenar o ambiente aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por hora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serenou nada, não. Só depois...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por hora.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a conseguiu serenar. Mesmo que as convicções sejam muito arraigadas e as decisões de cada partido e cada bancada...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, não pode falar por mim, não. Eu não estou sereno, não. Você lidera lá o seu Partido. Eu estou é injustiçado...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, me garanta a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente, eu fui estuprado. Está aqui na Constituição, para o Romero ler, “Dos Direitos e Garantias”,...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Toda regra tem exceção, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Igualdade...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Toda regra tem uma exceção, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Igualdade, no art. 5º. Eu peço igualdade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, toda regra tem uma exceção. O Senador Mão Santa não está sereno ainda. Ainda não está. Acho que um dia ficará.

Mas V. Ex^a conseguiu serenar o ambiente. Os partidos estão muito fincados nas suas posições, e o Senado é uma Casa do debate, é uma Casa onde é natural que haja disputa, é natural que a Oposição queira obstruir, que o Governo queira votar. Agora, o que não é natural, Sr. Presidente, é que nós, de fato, não tenhamos o Regimento sendo cumprido. Isso não é natural.

V. Ex^a conseguiu serenar. Daqui para frente, o pulso de V. Ex^a vai determinar o ambiente e o clima que vamos vivenciar. Mesmo que haja disputa, mesmo que haja posições bastante firmes, mas é importante que V. Ex^a continue do jeito que está neste momento, conduzindo com mão firme, pulso firme, esta sessão até o final.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a Deus, peço a Deus que me ilumine.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Sr. Presidente, apenas para fazer um registro à Base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para fazer um registro à Base do Governo, que nós teremos ainda cinco

votações nominais na noite de hoje. Portanto, peço que todos continuem firmes para que possamos votar essas matérias, e elas não caiam na próxima semana. Elas são fundamentais para o País, e nós votaremos, hoje, as três Medidas Provisórias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 308 do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio para uma nova questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Então, Regimento Interno, Subseção V, Do Encaminhamento da Votação. “Art. 308. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador...” Ou seja, a V. Ex^a, não neste momento, como Presidente, mas ao Senador Sérgio Guerra, ao Senador Mão Santa, à Senadora Kátia Abreu, a todos e a cada um, e esta é a minha interpretação. E para mim está meridianamente claro isto aqui no Regimento, e vou repetir a redação: “Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la”.

O Senador. Ou seja, cada Senador. Então, não me parece que desta vez caiba limitação do tipo: “Agora vamos com o requerimento A, com o requerimento B”. Parece-me que agora nós temos o direito de encaminhar. Ou seja, se ninguém quiser encaminhar, facilita-se no tempo o retorno a casa para quem quiser retornar mais cedo para casa.

Se quiser encaminhar; ou seja, se o Senado quiser encaminhar por inteiro e por cada um, nós, então, teremos que entrar na madrugada. A madrugada inspira poetas, a madrugada torna as pessoas mais criativas. Eu, por exemplo, acordo muito devagar e vou ficando, assim, menos lento ao longo do tempo. A madrugada para mim é uma maravilha.

Eu estou pronto aqui para isso, e meus companheiros também, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para contraditar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para contraditar. Sem revisão da oradora.) – É para contraditar, Sr. Presidente, até porque eu prefiro ocupar minhas madrugadas com outras atividades.

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência [que é o caso, no caso do art. 336, inciso I] só poderão usar

da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido.

Portanto, o art. 347 se sobrepõe ao art. 308, colocado pelo Senador Arthur Virgílio, para a sanidade das nossas madrugadas, inclusive desta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, isso já foi matéria de uma questão de ordem levantada pelo Senador Marconi Perillo, que vai repeti-la para talvez elucidar a compreensão da Senadora Ideli Salvatti.

Volto a dizer, Sr. Presidente, antes de encerrar, que nós não podemos esquecer algo que é muito forte na tradição deste Congresso, que é a praxe. Ou seja, se recorrermos ao General Pirro ele nos avisa, numa sessão espírita, que não foi boa aquela vitória para ele. Mas o Senador Perillo vai retomar a sua questão de ordem, e nós estamos reivindicando com clareza neste momento que os Senadores que quiserem encaminhar a matéria – e eu gostaria de fazer a mesma coisa, gostaria de ser o primeiro, se não tiver ninguém inscrito, eu já me inscrevo para encaminhar a matéria –, que cada Senador tenha o prazo de cinco minutos, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta questão de ordem, eu gostaria de confirmar a minha inscrição. Fui o primeiro a me inscrever para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Em primeiro lugar, não é, Sr. Presidente? Estou aguardando há quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em primeiro lugar, graças à generosidade do Senador Arthur Virgílio.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, vamos à questão de ordem. Eu acabei de ler, ainda há pouco, o art. 347, que remete essa questão da redução à metade do tempo ao art. 336, inciso I.

O inciso I do art. 336 dispõe que:

Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

I – quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública.

Portanto, não está de acordo com o que está sendo proposto pela Senadora Líder do PT.

Era o que eu tinha a colocar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O Plenário desta Casa é absolutamente soberano. O Plenário desta Casa, em votação nominal, aprovou a urgência desta matéria. Portanto, estamos cumprindo a deliberação do Plenário. Esta matéria está em regime de urgência por deliberação soberana do Plenário. Portanto, esta matéria tem metade do prazo previsto para as matérias em tramitação, e só poderão usar da palavra o autor da proposição, os relatores e um orador de cada partido. Isso é o que estabelece o nosso Regimento.

E há procedimentos aqui que são respeitados por todos nós quando há acordo. Não havendo acordo, como aconteceu, infelizmente, nesta sessão, vale o nosso Regimento. E o nosso Regimento é claríssimo: a matéria está em regime de urgência, o Plenário se manifestou soberanamente, por maioria, por votação nominal de todos os membros desta Casa.

Então, não há mais o que discutir. É cumprir o Regimento, que todos nós juramos cumprir quando assumimos o mandato de Senador ou de Senadora.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, para réplica.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência vai decidir de acordo com a prestímosa colaboração da nossa Assessoria, principalmente da nossa Secretária-Geral da Mesa.

Estabelece o art. 347 do Regimento Interno:

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência no caso do art. 336, I, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Ele remete ao art. 336, I, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Art. 336: "(...) quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional".

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é o caso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até pode ser, Sr. Presidente; pelo que li ali, até pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – “(...) ou de providência para atender a calamidade pública”.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não é o caso, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não é o caso. Não vamos ganhar no grito, Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, com base art. 336 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para uma questão de ordem, com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao contrário até do que se possa imaginar, esta sessão está fazendo história: está mostrando forças muito vivas, combatendo pelos fatos e pelas coisas em que acreditam.

Muito bem; como a urgência na medida provisória não se refere a nada constitucional, então ela não poderia ter sido requerida. Mas vamos lá: supostamente, não envolve perigo para a segurança nacional – tomara que não envolva perigo para as finanças públicas também – nem visa a atender a situação de calamidade pública. Outra situação seria: quando se pretendesse “a apreciação da matéria na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente à aprovação do requerimento”. Não é o caso. Inciso III: quando se pretendesse “incluir em Ordem do Dia matéria pendente de parecer”. Também não é o caso.

Então, Sr. Presidente, não consigo imaginar lógica nem respaldo regimental ou constitucional para nós, mais uma vez – e aí volto à praxe –, fugindo à praxe, obstaculizarmos, com tudo que vai acontecer de novo aqui, a palavra das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que queiram expender os seus pontos de vista sobre a matéria.

Ainda há pouco, fui avisado por uma querida colega da Bancada do Governo que ali estamos com a tribuna de honra repleta de ilustres representantes da Eletrobrás. Se não fosse importante, não estaria ninguém aqui.

Então, se é importante, Sr. Presidente, como se pode pedir a um Senador que não fale? Como se pode pedir a um Senador que não argua? Como se pode pedir a um Senador que não inquiria?

Suponho que deve haver ali gente contra e gente a favor – a maioria, torcedora do Flamengo, com certeza. Mas diria que estão todos ali atentos. Não sei se todos

morrendo de satisfação comigo, mas, enfim, a democracia eu ajudei um pouquinho a construir, para que possamos, tranqüilamente, ter esse tipo de convivência.

Muito bem. O fato é que a matéria é importante. É um bloco; é um grupo de pessoas ligadas à Eletrobrás.

Agora, vamos dizer o seguinte: eles têm a obrigação, cumprindo o dever deles – concorde eu com o ponto de vista deles, ou não; isso é o de menos –, de ficar aqui. E os Senadores não têm o direito de falar, Sr. Presidente? De repente baixa-se um *dictat*, e se tem de aprovar de qualquer jeito.

Sr. Presidente, quero lembrar – e não é mais dos Presidentes anteriores: sei que V. Ex^a é capaz desse rasgo, até porque já o teve em duas ocasiões, em duas CPIs momentosas. Em uma, eu não estava, não era seu colega, mas V. Ex^a se portou muito bem. Na outra, eu era seu colega e vi a sua energia.

Vou me lembrar de Adauto Lúcio Cardoso, quando o Ato Institucional nº 2 levou o General Meira Mattos a pensar que gratuitamente invadiria a Câmara dos Deputados para resgatar três Deputados cassados, entre os quais Doutel de Andrade, que era líder do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Adauto disse: “Eu não entrego”. Fecharam a luz, cortaram a água, tomaram as medidas mais extremas, e Adauto Cardoso disse que não os entregava. O General Meira Mattos, com as luzes apagadas, invadiu e disse: “Represento o poder militar”. E Adauto disse: “Eu represento o poder civil”. Não se poderia fazer mais do que aquilo. O gesto foi esboçado.

Ou seja, é cabível imaginarmos que a sessão transcorra calma, tranqüila, serena e plácida se a decisão não for fala um, fala outro? Presidente, apelo para o bom senso de todos. Não é possível desconhecer o peso simbólico e numérico da Oposição brasileira em lugar nenhum. Nesta Casa é impossível, Sr. Presidente!

O Governo colherá as mais amargas lembranças da noite de hoje se não tornar a enveredar pelo caminho do equilíbrio, aceitando vitórias e derrotas. E ele tem tido muito mais vitórias do que derrotas no convívio conosco, muitas vezes, inclusive, com nossa ajuda na aprovação de matérias. Sem a nossa ajuda, não aprovaria certas matérias. Ou o Governo aceita a vitória ou a derrota como contingência da democracia, ou terá percalços. Aí, sim, conhecerá, depois de uma vitória de Pirro, o sabor amargo de derrotas que vão se seguir, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Ex^a se pronunciasse, porque aqui está a questão de ordem e não vejo... Só tenho dúvida em relação ao Inciso I, porque, de repente, se acontece aquilo tudo... O Deputado acho uma pessoa estranha. De repente isso pode representar uma calamidade pública mesmo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para uma nova questão de ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para orientar minha bancada. Já que foi atingido o quórum, gostaria de recomendar aos companheiros do Partido Democratas que votem “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A mesma coisa, Sr. Presidente, digo ao PSDB, que, aliás, já estava votando. Na verdade, o Governo colocou o quórum com certa ajuda nossa, dos quatro que pediram verificação. Os tucanos já estão assinando. Peço que todos os demais firmem suas assinaturas eletrônicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Ideli tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nem por uma madrugada, da forma como o Senador Arthur Virgílio propõe, nem por todas as calamidades que S. Ex^a apregoa, caso não cumpramos o Regimento da Casa – apocalípticas, como me diz o Senador Gerson Camata, auxiliando-me.

Há uma resolução, a Resolução nº 01/2002, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências. Portanto, os Regimentos, tanto da Câmara quanto do Senado, estão subordinados a essa resolução.

O art. 8º da Resolução nº 01/2002 estabelece:

Art. 8º O Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional decidirá, em apreciação preliminar, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência de Medida Provisória ou de sua inadequação financeira e orçamentária, antes do exame de mérito, sem a necessidade de interposição de recurso para, ato contínuo, se for o caso, deliberar sobre o mérito.

Portanto, o Plenário desta Casa votou, sim. Estão tentando dizer que foi votada apenas a constitucionalidade. Não. O Plenário desta Casa votou a urgência. Portanto, como o nosso Regimento estabelece que, em caso de urgência, diminui o tempo e só fala o autor, os relatores e um por cada partido, nós estamos absolutamente acobertados pela Resolução nº 1 e pelo artigo do Regimento que estabelece como se procede em caso de urgência quando não há acordo.

Nós não fizemos acordo. Se tivéssemos feito acordo, como sempre fazemos... Aliás, o ideal é que tivéssemos feito acordo. Aliás, tínhamos feito o acordo de votar as duas MPs hoje, não é?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. Não fizemos, não. Não participei desse acordo, não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já que não foi possível construir o acordo, eu invoco o artigo do Regimento da nossa Casa que estabelece a regra de votação em regime de urgência baseado na Resolução nº 1, de 2002. A norma específica prevalece sobre a geral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base nos arts. 347 e 336.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu espero, Sr. Presidente, que V. Ex^a estabeleça a regra regimental e da Resolução como soberanas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra com base nos arts. 347 e 336.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pede a palavra para uma nova questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a vai contraditar o Senador Arthur Virgílio?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Não, vou contraditar a Senadora Ideli.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser atendido no meu pedido de questão de ordem com base no art. 347 e, depois, eu retorno ao art. 336.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, evidentemente, V. Ex^a vai ter de decidir, e é claro que a decisão é grave.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – RN) – V. Ex^{as} não me estão deixando decidir...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Meu papel é procurar, como procura a Senadora Ideli, dar-lhe a maior quantidade possível de subsídios para que V. Ex^a possa decidir.

Não há sequer uma menção no texto do art. 347 às palavras “medida provisória”. Vou lê-lo:

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência no caso do art. 336, I, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido.

Não há referência a medida provisória.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que não há menção à urgência constitucional na propositura que aqui estamos a apreciar. Volto a dizer isso.

E mais: se V. Ex^a compulsar os Anais da Casa a partir de 2003, não vai encontrar... Eu quero disputar o seu ouvido com os dois; senão, eu perco.

O Senador Romero disse que atropelou muito do Governo Fernando Henrique... Eu não prego nada errado, prego que rompamos com o erro.

Sr. Presidente, se V. Ex^a compulsar os Anais da Casa de 2003 para cá, não vai encontrar nada parecido com isso, nada parecido, nunca houve isso. Mais: já teríamos esgotado os oradores, já teria sido esgotado o encaminhamento e já teria sido votada esta matéria – a segunda ainda não, mas esta matéria provavelmente já teria sido decidida pela maioria dos votos, pendesse para que lado pendesse. Ou seja, é grave. Nós não podemos concordar passivamente com a tentativa de inovarem hoje, firmando uma jurisprudência que significará o cerceamento de nossa palavra o tempo inteiro, Sr. Presidente.

Nós não vamos merecer o direito de sermos Parlamentares, capazes de fiscalizar o Governo, se nós nos abastardarmos e cedermos a algo que é inédito nos Anais da Casa – V. Ex^a pode se dar ao trabalho de compulsar os Anais da Casa de 2003 para cá. Eu nunca vi isso. Isso nunca ocorreu. E já houve momentos de confrontos – e confrontos bonitos – aqui. Eu já vi muitos. Nunca aconteceu isso.

Significa dizer, Sr. Presidente, que, daqui a pouco, ficará impossível fazer transitar qualquer proposta de emenda constitucional aqui, a exemplo do que aconteceu com a proposta do imposto do cheque.

Portanto, aguardo, com ansiedade, que V. Ex^a aja como o juiz que vai à letra da lei com o espírito aberto – até pela analogia –, pela compreensão política que tem – não é um juiz togado – do quadro que o envolve e da grave responsabilidade de deliberar sobre os fatos que estamos argüindo aqui perante V. Ex^a.

Só digo a V. Ex^a que, às 22 horas e 34 minutos, não conseguimos votar a primeira. Estamos discutindo agora como faremos o encaminhamento da primeira medida provisória. Esta, pelos meus cálculos e pela experiência da Casa, já teria sido votada, e estaríamos discutindo a segunda a esta altura, mas, de repente, apareceram os falcões a imaginar que nós não teríamos direito à palavra, a não ser quando a nossa palavra não ofendesse os interesses do Governo que aí está constituído.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Congresso não vai se conformar com isso. Essa é a postura da Oposição forte e rígida que aqui está se manifestando, essa é a minha palavra neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para fazer um registro, Sr. Presidente: a Mesa já tomou essa decisão, que é a urgência, quando tivemos os encaminhamentos anteriores, e foram cinco minutos. V. Ex^a deu cinco minutos e depois deu três minutos ao Senador Arthur Virgílio. Isso é matéria preclusa. A Mesa já decidiu.

Gostaria que V. Ex^a tomasse a decisão e pudéssemos avançar nas votações.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o entendimento é que não cabe o cerceamento da palavra dos Senadores, que se deve conceder cinco minutos a cada um dos que quiserem falar para encaminhar a matéria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para uma questão de ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entenda as coisas. Foi longo e sinuoso o caminho para chegar aqui com dignidade. Aprendi, sou cristão, obedeço às leis de Deus.

O País todo revive... Quem pode falar pelo PMDB é Ulysses, que beijou a Constituição – 5 de outubro de 1988 – e disse: “Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira brasileira”.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Muitos países já fizeram isso e não deu certo.

Então, jamais – só na cabeça do Romero! – um Regimento pode ser superior à Constituição. Temos de obedecer à Constituição, e V. Ex^a está aí para zelar por isso.

Disseram que se jurou o Regimento. Não é preciso jurá-lo não: temos a obrigação de obedecer à Constituição. Desobedecer, disse Ulysses, é rasgar a Bandeira do Brasil.

Atentai bem:

Titulo II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais
Capítulo I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes

no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade [...].

Eu não tive direito a essa igualdade. Eu fui injustiçado pelo Romero, que está ditando aqui as normas. Ele não é meu líder, não tem virtude para sê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou apurar a votação e depois decidir sobre a questão de ordem.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2008

(Verificação)

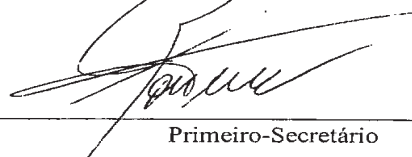
Num.Sessão: **1** Num.Votação: **2** Abertura: **11/3/2008 22:07:10**
Data Sessão: **11/3/2008** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **11/3/2008 22:38:07**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BÓTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
DEM	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERY'S SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANÃ	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : **41**
Votos NÃO : **17** Total : **58**
Votos ABST. : **00**



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM, a favor do requerimento, 41 Srs. Senadores; e, NÃO, 17 Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 58 votos.

Foi aprovado o requerimento.

Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Falta a decisão da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há, sobre a mesa, requerimento a ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

Antes da leitura, porém, a Mesa informa que decidiu que cada orador terá cinco minutos. As inscrições já foram abertas, e já há quatro oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parabéns V. Ex^a, Sr. Presidente, pela grandeza do gesto e pela coragem de afirmar a soberania do Senado Federal.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito, Senador Alvaro Dias.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 239, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para Votação em Separado, para suprimir o art. 2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de destaque para votação em separado de autoria do Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a pretende suprimir o art. 2º do PLV nº 01, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para encaminhar a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos submeter o requerimento à votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas já estamos em processo de votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Estou pedindo para encaminhar meu requerimento. Quero esclarecer à Casa o que penso sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a terá cinco minutos improrrogáveis, mas improrrogáveis mesmo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu puder, concluirei em 4 minutos e 55 segundos.

Sr. Presidente, vamos ao que é justo: desta vez, tem razão o Líder Romero Jucá, pois só tem razão em fazer o encaminhamento o autor do requerimento. Das outras vezes, não. Isso fazia parte da praxe da Casa, e a praxe foi mantida neste episódio agora, e não me insurjo contra ela. Se eu fosse trabalhar num raciocínio governista, eu estaria aqui a cobrar – e aí, sim, usando a expressão do Líder, a catimbar – que déssemos o mesmo tratamento que se dá ao mérito, obrigando a Mesa a aceitar a inscrição de todos os Senadores, e sinto que isso não seria direito. Isso não é direito, e não o fazemos.

Então, Sr. Presidente, volto a dizer que a tentativa é a de tirar o que, pela lavra do Deputado Eduardo Cunha, a meu ver, abre espaço para manobras nebulosas nesses consórcios. Traçando o quadro, Senador Delcídio Amaral, em miúdos, transmito aqui meu sentimento à Casa. Estamos vendo, do ponto de vista ideológico, a regressão, a reestatização do sistema, o prosseguimento do fracasso, porque não tem havido investimento significativo no campo da energia, e o que foi dito pelo Deputado Cunha, nesse episódio, é precisamente a brecha que não está aclarada nas suas conseqüências finais para esse setor reestatizado fazer os consórcios mais esdrúxulos.

O Senador Tasso Jereissati foi de extrema felicidade quando aqui se referiu à não-licitação. Há pouco tempo, houve um problema com a Petrobras. Foram US\$8 bilhões. Alguém aqui, Sr. Presidente, ouviu falar naqueles US\$8 bilhões outra vez? A licitação era para ser feita, talvez, quem sabe. São viúvas do quem sabe, viúvas do talvez. Já que me lembrei tanto da ditadura hoje aqui, estou me lembrando agora do grande Alencar Furtado. Licitações foram feitas pela Petrobras com o governo holandês, muito pouco preocupado com a lisura dos instrumentos licitatórios. Ou seja, vejo aí uma brecha para a fuga da licitação; vejo aí uma brecha para

a negociata; vejo aí, além do retrocesso do ponto de vista da gestão da economia, Senador César Borges, a transferência para a Eletrobrás de alguns defeitos dos quais deveria livrar-se essa grande empresa brasileira, que é orgulho de todos nós, que é a Petrobras.

O Senador Tasso Jereissati obrou com muita percuência, com muita clarividência, com muita nitidez, ao nos ter dito, ao nos ter provado, ao nos ter exibido que, no fundo, no fundo, isso pode ser um subterfúgio para escapar às licitações, para escapar à fiscalização do Tribunal de Contas da União, para escapar ao crivo do Ministério Público, para tornar obscura a aplicação de um dinheiro que é muito suado, muito sofrido por parte da sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de ver essa votação ferida após esse arrazoado. Gostaria de ver essa votação decidida sempre na idéia de que não haveria aqui grupos monolíticos. E eu, muitas vezes, não vi aqui grupos monolíticos.

Votamos tantas vezes a favor do Governo em matérias essenciais, como a Lei-Geral das Micro e Pequenas Empresas, como a nova Lei de Falências, que prefiro chamar de “lei de reabilitação de empresas”. Foram tantas matérias, tantas quintas-feiras sem quórum aqui, e nós concedendo e concedendo e concedendo, em nome do interesse público. Foram votações simbólicas; se fossem elas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o tempo de V. Ex^a está encerrando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a olhar para o painel, verá que não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – São 35 segundos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Olhe, preste atenção: vou terminar com cinco segundos a menos. Não vou nem pedir prorrogação dessa interrupção tão agradável, Sr. Presidente. Vou terminar. Fique atento, que sou preciso nisso: 25, 24, 23 segundos. Vamos já acabar.

Peço apenas que esta Casa se abra para acabar com essa coisa de bloco monolítico. Se já se vai, quem sabe, aprovar a matéria, que eu condeno, pelo menos que se retire algo que pode cheirar à falta de decoro, Sr. Presidente. E preste atenção para o relógio: cinco segundos, e encerro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Em votação o requerimento de destaque.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”. Onde está a liderança do PMDB?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Bloco é contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento foi rejeitado.

Passa-se ao encaminhamento da votação.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me inscreveu, Sr. Presidente?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, poderia informar quantos estão inscritos?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, meu tempo já está contando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode começar, Senador.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui, com muita tranqüilidade, apresentar minha opinião em relação a essa Medida Provisória. E o faço na qualidade de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não são permitidos apartes.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – O que deforma essa Medida Provisória, sobremaneira, Sr. Presidente, é exatamente a adução do art. 2º, que foi, na minha opinião, incluído de forma indevida durante a discussão na Câmara. Na minha opinião, essa Medida Provisória, com o acréscimo do art. 2º, significará, representará um grande retrocesso, uma espécie de reestatização do setor elétrico.

O pior de tudo, Sr. Presidente, é que estamos apreensivos. Eu particularmente, como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, tenho conversado com investidores do Brasil e do mundo, com investidores de todas as áreas da infra-estrutura e da logística, não apenas do setor elétrico. Segundo a opinião da maior parte deles, o problema é que, se não houver excesso de chuvas, muito mais do que o esperado, certamente já haverá racionamento sério ou apagão a partir deste ano.

Eu alertava, no ano passado, a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro Paulo Bernardo, quando, em conjunto com o Senador Aloizio Mercadante, propusemos uma audiência pública para discutirmos o PAC, que, a partir de 2009/10, corríamos o risco de um apagão elétrico. Mas, pelas informações de que disponho, o Brasil corre sério risco de já ter, a partir de agora, um racionamento sério. Conseqüentemente, não teremos como ver o Brasil crescer à altura das nossas expectativas.

O País amargou, nos anos 2005/06, um crescimento píffio, até porque não tínhamos planejamento estratégico algum. Cresceu acima apenas do Haiti na América Latina e cresceu, na média mundial, abaixo da metade da média de crescimento de outros países, incluindo os africanos.

Essa medida provisória em nada contribuirá para que o Brasil possa efetivamente garantir condições para crescer, do ponto de vista de agregação de energia, para atendimento das demandas, que são crescentes.

Além disso, estamos diante da possibilidade real e concreta de racionamento também do gás veicular, do gás combustível. O pior de tudo é que os órgãos reguladores, as agências reguladoras, estão cada vez mais desacreditadas e cada vez têm menos autonomia e menos independência.

Senador Tasso Jereissati, há um ano ou mais, vi o esforço de V. Ex^a para aprovação de uma PEC que procurava garantir autonomia e independência às agências reguladoras. Até hoje, Sr. Senador, ex-Presidente Tasso Jereissati, não conseguimos ver, em função do trancamento da pauta por conta das medidas provisórias, a aprovação da PEC de V. Ex^a.

Eu próprio, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, já apresentei outras PECs e outros projetos de lei ordinária e complementar buscando assegurar às agências reguladoras a autonomia de que elas precisam.

Essa medida provisória, Sr. Presidente, elimina o eficiente mecanismo que impõe disciplina empresarial às estatais. Essa medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Marconi Perillo...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Eu estou sabendo.

Essa medida provisória está na contramão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... fique de olho no relógio.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Essa medida provisória está na contramão do processo de modernização do Brasil, que foi fortemente impulsionado no Governo do Presidente Collor, aqui presente. Ela está na contramão, Sr. Presidente, porque certamente vai retirar a possibilidade de termos maiores investimentos por parte do setor privado e, conseqüentemente, teremos menos condições de garantir o suprimento de energia de que o Brasil necessita.

Temos uma série de outras razões, de outros argumentos para defender a rejeição dessa medida provisória. O Brasil vai sofrer um pouco mais a partir da aprovação dessa medida provisória, na minha opinião extremamente equivocada.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para encaminhar a votação, por cinco minutos, improrrogáveis.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo, antes de mais nada, o retorno à praxe que, a meu ver, conduz à convivência parlamentar civilizada. Porque seria descabido, sob todos os prismas, Senador Jarbas, sob todos os primas, até pelo ângulo do pragmatismo, que o Governo de repente se arvorasse dono da vontade do Senado Federal, torcendo a verdade das urnas, que deu à minoria a posição forte de que aqui desfruta, a ponto de ter sido essa minoria capaz de articular algo tão justo para a sociedade brasileira como o fim do malfadado imposto do cheque, a Contribuição Sobre Movimentação Financeira, CPMF. Seria um desajuste.

A segunda medida provisória foi retirada do caminho da CPMF para facilitar a tramitação desse imposto e, portanto, naquele momento, o Governo desafivelou uma certa máscara, porque quando ele edita uma medida provisória, ele o faz, supostamente, atendendo às exigências constitucionais de urgência e relevância, e, depois, diz que não é urgente nem relevante e retira de tramitação a medida provisória para dar passagem, para fazer o abre-alas para o carro da escola de samba da CPMF. Agora, volta essa matéria. Vamos discuti-la e muito – vamos discuti-la e muito – e vamos pedir verificação de quórum, vamos fazer o que nos cabe fazer, porque isso significa, Senador Mão Santa, dizermos ao Governo que cobramos respeito.

Não nos fechamos para o diálogo. O meu partido, contrariando muitos companheiros da oposição – o DEM, tão bem liderado por este fraterno amigo que é o Senador José Agripino –, foi ao Ministro Guido Mantega para negociar a CPMF, e dissemos: “CPMF por um ano e se aprova, neste ano, a reforma tributária”. E, àquela altura, o Ministro Mantega dizia: “Mas, Arthur, pelo amor de Deus, é ano de eleição no ano que vem, não dá para aprovar a reforma tributária agora”. Agora, estão achando que dá para aprovar. Ou seja, isso me leva a não crer na seriedade da proposta de uma efetiva reforma tributária neste País, porque, se não dava àquela altura, meses atrás, como é que dá agora?

Mas, neste episódio, considero que a Mesa tomou uma atitude histórica, mantendo a praxe, interpretando com correção, com sensibilidade, com justeza o Regimento.

Volto a dizer que os argumentos são muito simples, são muito claros. Para falar com tranqüilidade, gostariam mesmo, os que engendraram a tal emenda, era de fazer a fuga das licitações, transferir, repi-

to, defeitos desta grande empresa que é a Petrobras, defeitos que ela não nasceu com eles, para a Eletrobrás. Com isso, Senador Alvaro Dias, burlando as leis e pelo lado do jeitinho, propiciar mais desperdício de dinheiro público, propiciar mais perda de densidade para a economia pública brasileira.

Estudamos isso sob todos os ângulos; cada Senador abordou de uma forma; cada Senador formou a sua própria visão sobre a questão. Ouvimos aqui o Senador Cícero, o Senador Tasso, o Senador Flexa Ribeiro, vamos ouvir o Senador Mão Santa, ouvimos os Senadores do Governo, que merecem de mim todo o acatamento, todo o respeito. Ouvimos a visão dos Senadores do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o tempo de V. Ex^a está quase esgotado. Faço um apelo para que V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a não pode me pedir que acabe quando ainda tenho um minuto. Sr. Presidente. Em um minuto sou capaz de meter o meu corpo entre uma bala e V. Ex^a. Em um minuto dá para salvar a sua vida. Então, não me corte a expressão para que eu não lhe peça a prorrogação do tempo. Mas esteja certo: o amor é tão grande que eu me meto entre V. Ex^a e uma bala. Morro por V. Ex^a. Morro de paixão fraterna, enfim. Mas vou encerrar no tempo, precisamente no tempo. Cinco segundos antes. V. Ex^a parece que já não gosta mais de me ouvir. Eu pensei que gostava. Antigamente parecia tão deleitado ao me ouvir... Eu era vaidoso com isso. Eu dizia para os meus netos – tenho dois netinhos que não entendem nada de português – e dizia para os meus filhos.

Mas, Sr. Presidente, para cumprir a palavra, como V. Ex^a cumpriu a sua, encerro neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, principalmente o anúncio desse gesto heróico.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer um registro que intriga a muitos, que foi a mudança de comportamento da figura sempre doce, sempre amena, do nosso Líder Romero Jucá.

O Senador Romero Jucá, que sempre primou pela cortesia, hoje exibiu um comportamento de quem teve as orelhas puxadas e tinha de mostrar serviço a esta Casa. Vai ver que a carapuça caiu sobre ele quando o Presidente mandou o Congresso trabalhar.

Evidentemente, deve ter sido o recado dirigido ao Governo e à Base, como que a pedir ao Governo e à base de sustentação que parem de ficar no Pa-

lácio, pedindo cargo, e venham cumprir seu dever no Congresso. Parece que surtiu efeito, Sr. Presidente, o recado presidencial, ouvido por todos, hoje, na conversa do rádio.

De maneira pouco usual, pouco comum, finalmente, vê-se a base aqui no plenário; evidentemente que sem querer discutir e querendo votar, para amanhã chegar aqui novamente e continuar com suas reivindicações ao Presidente da República.

Fico feliz, meu caro Senador Raupp, que V. Ex^a tenha resistido e continue, no plenário, a figura afável e amena que sempre é.

À Liderança do Governo, que cabe ao Senador Romero – já treinado nessa tarefa há vários anos – coube a responsabilidade de convocar seus colegas a vir a este plenário, finalmente, cumprir com seu dever.

Sr. Presidente, ouvimos aqui provocações. Pediu-se que a Oposição não atrapalhasse, quando, na realidade, o que a Oposição faz é colaborar.

Estamos votando, Sr. Presidente, medida provisória. E já não se sabe mais distinguir o que é importante do que é desimportante.

A banalização da medida provisória faz com que assunto dessa natureza, um assunto delicado, que é a modificação no funcionamento da Eletrobrás – para fortalecê-la, é claro –, deixe esta Casa toda em dúvida; dúvida com as intenções, com as entrelinhas e com o objetivo do Governo.

Quero parabenizar a Bancada do Rio de Janeiro. Quero parabenizar a Bancada de Santa Catarina, porque somente as duas foram contempladas – somente as duas, meu caro amigo Dornelles – com recursos antecipados de LTN. O Rio de Janeiro tem o que comemorar. Santa Catarina, também. Por isso, Santa Catarina pediu pressa. Claro, tem de pedir. E nós outros? E nós, nordestinos, Presidente, vamos, amanhã, dizer o quê?

Senador Sibá Machado, V. Ex^a, aqui, ontem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, faltam 48 segundos para V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Confio na sua generosidade, uma vez que estou falando da sua região.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Minha generosidade acabou. (Risos.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, protesto. Ela é inesgotável. Protesto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a arrancou risos da base do Governo, mas a falta de generosidade com meu tempo fez com que ele se esgo-

tasse. A interrupção é legítima, mas V. Ex^a vai ter de ser generoso, porque V. Ex^a interrompeu minha fala.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a, ontem, fez uma defesa do Piauí que nós, piauienses...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, vou dar um minuto a V. Ex^a e ainda vou dizer: serei com esse gesto um homem muito generoso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está-se vendo, e agradeço!

Sr. Presidente, o Senador Sibá Machado fez uma apologia, ontem, ao Piauí que não conhecíamos. Se hoje, Senador Sibá Machado, o Piauí que V. Ex^a defendeu ontem – que não temos coragem de defender com a convicção com que V. Ex^a defendeu – está aqui, passando batido mais uma vez, sendo humilhado pelo Governo de V. Ex^a, como é que podemos votar sem discutir questões como essa? Como é que V. Ex^as, que estão aqui, baixam a cabeça sem defender, em primeiro lugar, o interesse do Estado de cada um? Somos representantes de Estado e temos de ter, em primeiro lugar, a convicção de que, do jeito em que se encontra, do jeito que foi conduzido esse projeto, vamos atirar contra nossos Estados e contra nossa gente.

O Governo, com essa mania de rolo compressor, de querer levar tudo na calada da noite e no empurrão, está prestando um grande desserviço ao País.

No momento em que parabeno o Senador Dornelles, o Senador Crivella, o Senador Paulo Duque, o Rio de Janeiro, lamento pelo resto do Brasil.

Senador Tasso Jereissati, temos de ficar atentos às medidas provisórias do Governo, porque sempre há, nas entrelinhas, as maldades, as pegadinhas.

O Senador Romero Jucá tem razão: estão transformando isto aqui em uma Portelinha. Só que quem a comanda é a base do Governo, e não a Minoria, a quem não querem dar sequer o direito de gritar; a quem não querem dar nem o direito...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Fora do microfone.) – ...de protestar.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o registro do protesto do Piauí pela condução, nesta noite, dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse embate entre

Oposição e Governo é da tradição do Parlamento e deveria sempre valorizar, engrandecer, a instituição. Isso é verdadeiro, quando esse confronto se dá na lei e na ordem, em obediência ao Regimento. Não se trata de responsabilizar quem quer que seja. Todos somos responsáveis.

Há muito tempo não respeitamos o Regimento nesta Casa. Antes, quando não tínhamos a TV Senado, as conseqüências do embate anti-regimental não chegavam à opinião pública e, com isso, não comprometiam a imagem da instituição.

Hoje, não nos podemos esquecer de que estamos sempre diante dos olhos da Nação, por meio dos veículos de comunicação que nos levam a todos os cantos do País. E preservar a instituição deve ser preocupação permanente de todos nós. É possível até que se admita o desgaste individual, mas não podemos contribuir para que ocorra o desgaste permanente do coletivo, da instituição onde estão fincados alicerces básicos do estado democrático de Direito.

Alimento uma esperança, Sr. Presidente – e espero que seja também a esperança de todos nós: estamos proclamando a hipótese de termos um Regimento renovado. Quem sabe a mudança do Regimento, a reforma do Regimento possa estabelecer o marco de um novo rumo, possa estabelecer um novo tempo de respeito regimental? Se isso ocorrer, será uma vitória. O fato novo da reforma regimental pode nos estimular a respeitá-lo. Não é só o Regimento, Sr. Presidente. A Constituição, acima de tudo, Senador Tasso Jereissati, tem sido afrontada constantemente pelo Poder Executivo com respaldo do Legislativo.

Essa medida provisória não deveria estar sendo debatida no plenário do Senado Federal. Se instituíssemos a tramitação preliminar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, certamente ela já teria sido arquivada, por não guardar relação com os pressupostos básicos indispensáveis da relevância e da urgência.

Estamos debatendo, há muito tempo, procedimentos que devem ser adotados com o objetivo de contermos esse processo crescente de edição de medidas provisórias inconstitucionais. Se estabeleçêssemos essa preliminar de toda medida provisória, obrigatoriamente, passar pelo crivo de Parlamentares habilitados a conferir juridicidade e constitucionalidade, certamente, eliminaríamos mais de 80% das medidas provisórias que tramitam no Congresso Nacional e não estaríamos sujeitos a esse debate interminável. Mas discutimos sempre e não praticamos o discurso.

O Senado deveria ser o principal guardião da Constituição do País. Se o Senado não respeita a Constituição, que exemplo oferece à Nação? Se o Senado não respeita a Constituição, como pretende alterá-la, como

faz constantemente? Com que autoridade política apresentamos emendas à Constituição do País, para, depois, rasgá-la e jogá-la na lata do lixo da História?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, faltam-lhe 31 segundos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Por essa razão, Sr. Presidente, em respeito a quem nos assiste neste momento, estamos num processo de obstrução, porque não queremos que se aprove uma medida provisória absolutamente inconstitucional, que institui, que cria a TV estatal no País. Como disse o Senador Arthur Virgílio, não somos contra a TV. Somos contra a medida provisória, somos contra o modelo.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Queremos discutir o modelo.

Sr. Presidente, só quero dizer: até logo!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Até logo, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas quero dizer “até logo” ao Presidente Garibaldi. Até breve, Sr. Presidente!

Queremos discutir o modelo. Não queremos aprovar, instituir uma TV pública no País, desrespeitando a Constituição e, sobretudo, onerando ainda mais o contribuinte brasileiro, que terá de pagar mais impostos para oferecer sustentação financeira a essa TV que deseja o Presidente Lula. Desejou-a tanto, que a instalou antes que o Congresso pudesse aprová-la. Exatamente essa é a outra distorção constante, porque, quando discutimos medida provisória, seus efeitos já se fazem sentir na sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, vamos respeitar a lei, acima de tudo.

Até logo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, por cinco minutos improrrogáveis, à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Hoje, estou-me lembrando dos tempos da Câmara Federal: são cinco minutos para cada Deputado, e olhe lá, quando há tempo.

Sr. Presidente, estamos aqui, nesta noite, mais uma vez, pegando carona numa medida provisória, tratando de matéria completamente diferente do que diz a ementa dessa Medida Provisória.

Para quem não foi curioso e não deu uma olhadinha na ementa dessa Medida Provisória, lembro que ela diz o seguinte: “Autoriza o Tesouro Nacional a resgatar antecipadamente títulos emitidos para fundos de previdências estaduais”. Sinceramente, nem sei o que é isso direito. Dentro dessa Medida Provisória, o próprio Governo, por meio do Relator, pega uma carona e trata do setor elétrico, da Eletrobrás.

Eu gostaria muito de lembrar aos colegas Senadoras e Senadores quem foi o Relator dessa Medida Provisória na Câmara: foi o mesmo Deputado da Base do Governo que levou 75 dias para entregar o relatório da CPMF, até que ganhasse o cargo de Furnas. Esse Relator da CPMF, que trocou a entrega do relatório por Furnas, é o mesmo Relator dessa Medida Provisória na Câmara, a qual nada tem a ver com a Eletrobrás. Então, no momento em que ganhou o casamento com Furnas, usou essa Medida Provisória no seu relatório, para também levar o enxoval junto.

Sr. Presidente, estamos caminhando para o atraso do setor elétrico. Estamos caminhando para a estatização desse setor. Estamos inibindo os talentos nacionais. Estamos impedindo que a iniciativa privada cresça.

Há, aqui, três medidas provisórias, e ainda somos obrigados a ouvir o Presidente, usando a Radiobrás no seu programa “Café com o Presidente” e nos palanques montados pelo Brasil, quer seja em Recife, quer seja em Alagoas, quer seja no meu Estado, Tocantins – como foi no dia de hoje –, num eterno comício, tratando a Oposição da forma como vem tratando atualmente.

Parece que o Presidente se esqueceu, Senador Paulo Paim, de que foi oposição por 20 anos e que seu Partido mereceu o respeito desta Casa, pois usa esses palanques para nos desmoralizar, dizendo que acabamos com a CPMF no intuito de prejudicar os pobres, que só tratamos dos ricos e dos Bancos. Temos os dados e os números para mostrar que nunca o empresariado e os Bancos ganharam tanto dinheiro neste País. Continua mentindo o Presidente, insistindo na mentira de que a CPMF não é tirada do bolso dos pobres. Mente nos palanques deste País, querendo desmoralizar a Oposição nos nossos Estados.

Quero dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que não tenho medo da sua demagogia, que não tenho medo do seu gogó, porque o povo do Tocantins me conhece muito bem e conhece meu trabalho há 20 anos. Não será com meia hora de palanque, querendo desmoralizar a Oposição no meu Estado, que Vossa Excelência vai conseguir denegrir minha imagem. Vossa Excelência precisa cuidar da imagem do seu Governo, dos 40 mensaleiros que foram denunciados ao Ministério Público, dos seus usuários de cartões corporativos! Deixe de mandar medidas provisórias

para cá, mentindo para o Brasil, para esconder a CPI das ONGs, para esconder os cartões corporativos!

Mente ao Brasil, mais uma vez, ao dizer que está interessado numa reforma tributária. Essa é uma reforma tributária mentirosa, uma reforma tributária que não vai chegar a esta Casa, que não vai chegar ao Senado. Se o Governo quisesse, de verdade, a reforma tributária, estaria usando aquela Comissão Mista em que Virgílio Guimarães foi Relator em 2003, que já andou meio caminho, pois já foi aprovada na CCJ. É a Comissão Mista montada. Se tivesse mesmo esse desejo, assim se estaria mostrando e cancelaria a emissão de medidas provisórias. Já há mais uma medida provisória após o protocolo da reforma tributária nesta Casa.

É essa seriedade e esse tipo de discurso que o Presidente quer trazer ao Senado e à Câmara Federal, para enganar todo o País. Mas não nos vai enganar, não nos vai intimidar com seus discursos demagógicos, querendo colocar a Oposição contra o povo. Vamos continuar com a luta contra os impostos, sim, pois os impostos estão saindo do bolso do trabalhador, da trabalhadora, da dona de casa, do pai de família.

Essas mentiras não vão alcançar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Kátia Abreu, queria dizer a V. Ex^a que lhe restam seis segundos.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Faltavam sete segundos quando V. Ex^a começou a falar, mas tudo bem, Sr. Presidente. V. Ex^a tem sido delicado com todos nós. Quero apenas dar um tchau.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há mais um minuto.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço-lhe mais um minuto, Sr. Presidente.

Apenas quero pedir aos colegas Senadoras e Senadores que observem o que esse Governo está tentando fazer conosco: uma desmoralização pública. Quando vai à Radiobrás, no programa “Café com o Presidente”, cita todos nós, Base e Oposição, como um grupo que não quer trabalhar. Diz que só ele trabalha para o Brasil e que não queremos votar o Orçamento.

Não votamos o Orçamento por causa de um anexo escuso e imoral, que a Oposição não vai aceitar votar, por conta da maioria de medidas provisórias que aqui são implementadas, pela CPMF que foi atrasada, porque ele colocou no Orçamento um dinheiro que não tinha o direito de colocar, porque não tinha sido aprovado por esta Casa.

Responsabilizar-nos, não, Senhor Presidente! Temos esta tribuna. Vossa Excelência tem a Radiobrás e quer uma televisão pública, mas temos a nossa tribuna e os palanques espalhados em nossos Municípios e em nossos Estados para levar a consciência e

a verdade ao povo brasileiro, especialmente ao povo do meu Estado, o Tocantins.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por cinco minutos, improrrogáveis.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mão Santa, quero comunicar a Casa que está cancelada a sessão do Congresso Nacional que estava convocada para amanhã, às 11h. Ao mesmo tempo, convoco sessão conjunta do Congresso para amanhã, às 15h, destinada à apreciação do Orçamento. Em virtude disso, está cancelada a sessão deliberativa ordinária de amanhã.

A Presidência convoca sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se amanhã, às 10h, com a mesma pauta da sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Agradeço ao Senador Mão Santa, e fique certo de que V. Ex^a terá mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras, olha, quero lhe ajudar, Presidente Garibaldi. Este Governo é fraco, são despreparados, eles não foram como nós. Foi longo e sinuoso o caminho para chegarmos aqui, fomos Prefeitinho. Eles fizeram uma porcaria de uma medida provisória que acabou com os velinhos: taxou-os. E nós, aqui, sabemos, porque somos os pais da Pátria, que não nos roubaram. Paim, o melhor do PT, se sensibilizou e fez uma medida paralela para minimizar. Então, foi por isso, porque nós sabemos, nós entendemos, nós somos os pais da Pátria – não esses aloprados! Isto é uma imoralidade: medida provisória! Não tem urgência e nem prevalência. Ô Luiz Inácio, pegue um dicionário, olha ao menos essas palavras: urgência e prevalência. Os seus aloprados, quarenta – não sabe o nome de dez – querem mostrar serviço e entopem isso aqui.

Atentai bem! Sarney nos dava a palavra, o Renan nos dava, Tião, ô Garibaldi, V. Ex^a é o irmão camarada. Eles querem lhe comprometer. Então, nós é que melhoramos essas porcarias que vêm dos aloprados. Esta aqui é uma imoralidade.

“Mal pela raiz”, vou resumir. Ele diz aqui, um artigo muito bem feito, em *O Globo*, “Mal pela raiz”: “O Governo erra ao usar medida provisória para ampliar atuação da Eletrobrás. É o problema energético do País uma complexidade. “É preferível que esse mal seja logo cortado pela raiz”. Vocês vão se arrepender, vocês estão se agachando, muitos estão se vendendo!

Atentai bem! Medida provisória. Quem foi o relator da CPMF na Câmara? É o mesmo dessa porcaria, e já

ganhou o seu cachê, conforme denúncia já feita. Essa é a verdade. esta é a verdade. E quero dizer o seguinte, eu sei, eu fui prefeitinho, governei o Piauí. O Piauí, que tem 22 obras inacabadas desse governo despreparado. Ele disse ontem – atentai bem! – que tem vôo internacional na minha cidade. Olha, pode pegar esse vôo. Ele disse que, em cinco horas, estaremos em Lisboa. Olha, pode pegar esse avião, eu pago as passagens. Não tem nem teco-teco pra gente ir para Fortaleza e para São Luís. É um governo da mentira. Goebbels do Hitler já dizia: “uma mentira repetida se torna verdade”. São esses aloprados!. Até quando, até quando Luiz Inácio vai abusar da nossa paciência? Hoje o alopradinho cassando o direito de falar. Jamais, jamais, jamais, Garibaldi! Eu sou é do Piauí. Nós fomos, numa batalha sangrenta, expulsar os portugueses, que eram bem melhores que os aloprados que aí estão, porque cobram menos impostos. Mas os aloprados, o que eles querem? É só isto: não se sujeitem mais à Lei nº 8.666. Sabe o que é isso? É a licitação. Esses aloprados, malandros, traquinos, com a licitação eles estão fazendo todo malabarismo. Nunca dantes houve tanta corrupção! Collor, você foi um injustiçado. É para pequenas causas aquele negócio do Fiat Elba. A roubalheira é grande, é imensurável.

E Ulysses? Eu represento o PMDB! Ô Renan, na Bahia, de Rui Barbosa, Senador Papaléo Paes, domingo passado houve um Congresso, MDB Jovem. Não foram esses que cassaram a minha palavra, fui eu que ganhei a escolha; fui eu que representei a juventude, que é a pureza. E disse: “A corrupção é o cupim que corrói a democracia”. Isso aqui é a corrupção, é para essa malandragem. Então, isso não pode. O Senado é a única esperança de aprimorar a democracia!.

Ernest Hemingway, no livro “O Velho e o Mar” – cadê o Senador José Sarney e seu livro O Lobo e o Mar? –, disse: “Não se pode perder a esperança. É a maior estupidez. Podemos ser derrotados. O homem não é para ser derrotado. Pode até ser destruído. Não vamos aceitar essa derrota.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, já concedi um minuto na prorrogação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse foi do tempo. E a generosidade?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acabou. A generosidade, Senador Mão Santa, já disse: acabou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, queria apenas pedir que Deus... assim fez Castro Alves diante do navio negreiro ao dizer: “Ó Deus, onde estás? Eu digo: Ó Deus! Ó Deus! Salve este Senado da República para salvar a democracia!

Pode tirar o som, mas, não tira a verdade.

A verdade é que V. Ex^a tem de trazer para cá a Medida nº 58. Vocês vão ganhar, mas nós vamos distribuir para o Luiz Inácio devolver o que ele tirou dos velhinhos aposentados, o que está devendo.

Tasso Jereissati, demos 16,7% e ele baixou para 4%. Tem o projeto do Paim, o PL nº 58 para pagar, e o Governo se alvoroça. Paga os gringos, aos banqueiros, deve aos velhinhos e aposentados. Vamos restituir isso a partir do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por cinco minutos improrrogáveis, ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos participamos, desde cedo, do debate, em particular sobre o objetivo maior, que seria a medida provisória. Quem não estava presente, quem não teve a oportunidade de participar dos debates, das discussões ou mesmo dos diálogos que ocorreram paralelamente às discussões, que porventura tivesse ouvindo a *Rádio Senado* ou assistindo a *TV Senado* teria muitas indagações a fazer sobre o dia de hoje nesta Casa.

O Senador Mário Couto chamou a atenção para o achatamento das aposentadorias, mas não ecoou nesta Casa um assunto tão importante como deveria ter ecoado. Alguns vão dizer que não era a oportunidade, havia outros temas mais importantes, para alguns, a serem discutidos.

Falou-se sobre a legalidade. E aquele jovem, talvez estudante de Direito, universitário, que estivesse assistindo à TV Senado, ouvindo a Rádio Senado, deveria estar se perguntando se não é nesta Casa, se não é neste fórum que deveria ser discutida a constitucionalidade no nosso País. Como é que ele viu o debate? De uma forma clara, colocada, que estamos votando algo inconstitucional, e tantos fazendo de conta que isso não é relevante, que não é importante, Senador Romeu Tuma. Coloque-se com o ouvido no rádio ou com a visão em uma televisão. Em todos os recantos deste País, os jovens, aqueles que não conhecem leis, entendem que o que não é constitucional não é legal. Mas isso aqui também foi desprezado, foi relegado ao interesse que, de repente, pareceu maior: votar uma medida provisória que foi apresentada com um objetivo e totalmente distorcida.

Imagine, Presidente Garibaldi Alves, se essa moda pega! O que será desta Casa? O que estão pensando os ex-Senadores que aqui já tiveram assento e que participaram de tantos debates? O que estarão pensando futuros Senadores que pensam, um dia, chegar a esta Casa?

A tarde e a noite de hoje do Senado merecem uma reflexão de todos nós, independentemente do resultado que venham a ter as votações a serem concluídas, mas muito mais pelo faz-de-conta feito aqui. Nós temos a obrigação, sim, de conhecer o Regimento Interno, mas não é possível que, em cinco ou seis horas de debate, o que mais se tenha discutido tenha sido o direito ao aparte, o tempo estabelecido, a oportunidade de quem pode falar, de quem deve falar, quem tem o direito e quem não tem de falar. E aquele que está atrás da televisão? Está sem voz, não está podendo falar nesta Casa, porque não estão dando oportunidade para que ele possa ouvir.

É por isso que temos o dever e a obrigação de dizer à Nação que, independentemente do resultado desta votação, se discutiui, Senador Delcídio Amaral, um dos itens mais importantes da infra-estrutura do País, que é como vai ser a Eletrobrás daqui para frente. E eu conversava com V. Ex^a e dizia que sou defensor da reestruturação da Eletrobrás, que ela seja, amanhã ou depois, uma empresa dinâmica, eficiente e capaz.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Cícero Lucena, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Espero que V. Ex^a me conceda pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Um minuto.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, que a Eletrobrás adote as medidas necessárias. Não precisava de medida provisória, precisava de um bom gerente; precisava de uma decisão política, da responsabilidade e do compromisso com o futuro deste País. Para a Eletrobrás se transformar em uma Petrobras, como muitos dizem, não precisava dessa medida provisória; precisava adotar postura de gerenciamento, de gestão eficiente, de compromisso com a coisa pública, não de uma medida provisória apensada a outra medida provisória. Por isso, registro, neste momento, meu pronunciamento e minha posição, sem discutir o mérito. E deixo o meu protesto pela condução, não pelo Presidente, mas da forma como foi discutido um item tão importante para o futuro da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, minha Líder veio me pedir que eu deixasse para lá, e não ocupasse a tribuna. Acontece que eu não iria dormir direito se não dissesse o que vou dizer. Hoje,

a Eletrobrás vive uma situação irreal do ponto de vista de sua estrutura administrativa, de sua estrutura de organização como ente estatal da Administração do País. É uma empresa que precisa de flexibilidade; que precisa, para sobreviver, não apenas de apoio do Governo, da União, mas também do apoio da iniciativa privada.

E é isto que está propondo a medida provisória: consórcio, sociedade com empresas privadas, a fim de que ela possa se capitalizar e fazer os investimentos que o Brasil precisa para enfrentar futuras crises que poderão advir, se não mudarmos essa postura no setor elétrico brasileiro.

Sr. Presidente, já houve tempo em que eu vi nesta Casa venderem empresas estatais que renderam R\$60 bilhões ao Brasil. Na época, dizia-se que a venda dessas empresas era para o pagamento da dívida. E o que se viu é que o Governo Fernando Henrique Cardoso deixou uma dívida de quase R\$700 bilhões. Com arrecadação de R\$60 bilhões, queria pagar quase R\$700 bilhões!

Sr. Presidente, venderam a Vale do Rio Doce por R\$3,3 bilhões e, dentro de três anos, ela deu tanto lucro que dava para pagar o preço da venda e ainda sobrava mais de R\$1 bilhão. Estou vendo que alguns de nossos colegas estão levantando os cabelos porque estamos querendo fortalecer uma empresa estatal; e, na época, foi vendida a preço de banana uma empresa estatal que, hoje, é a segunda mineradora do mundo, a Vale do Rio Doce.

Que orgulho, sem dúvida alguma, para o Brasil. Mas ela passou das mãos da União para o setor privado. E, naquela época, não vi ninguém gritar, como eu vi tantos e tantos Senadores com uma postura que eu não vi quando se vendeu a Vale do Rio Doce. E, agora, o que se quer? Fortalecer uma estatal, e há essa reação tremenda, que eu não sei por quê, Sr. Presidente! A serviço de quê! Porque o setor privado também, sem dúvida alguma, será prestigiado, porque poderá se associar a uma empresa estatal do porte da Eletrobrás, que não cresce mais por falta de capital; não melhora sua prestação de serviços porque não dispõe de dinheiro, de recursos; só depende da União.

Por isso, Sr. Presidente, minha palavra aqui é de reconhecimento à validade dessa proposta do Governo. E, nesse ponto, o Senador Delcídio Amaral falou com mais propriedade do que eu, porque ele é uma pessoa que entende do setor, é uma pessoa experiente, e sabe o que está falando. Delcídio Amaral merece, portanto, o nosso respeito e a nossa admiração, e suas palavras merecem, sem dúvida alguma, o nosso respaldo.

Acompanhando o nobre Senador Delcídio Amaral, voto conscientemente a favor dessa medida provisória, porque sei que estou votando pelo fortalecimento de uma estatal, e não vendendo o capital nacional para beneficiar

outros países, como fizeram no passado, empobrecendo o Brasil e estimulando que distribuidoras de energia elétrica fossem vendidas também a preço de banana.

Por isso, Sr. Presidente, aqui estou, com a mesma coerência, como fiz no passado, votando contra a Vale do Rio Doce. Muitos votaram favoravelmente e hoje estão gritando contra a Eletrobrás.

Voto, agora, Sr. Presidente, pelo Brasil. Voto com a Eletrobrás, para fortalecer não o Governo, que é provisório, mas o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos prorrogáveis.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi, o “improrrogável” que V. Ex^a usou para mim foi dito com mais ênfase do que para os outros. Não entendi o motivo. Gostaria que V. Ex^a recomeçasse a contar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Começou de novo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O Senador Romero Jucá está comandando a sessão e, de lá, já está dizendo: “Já está contando o tempo”. Eu sei que já está contando o tempo, Senador Jucá. Está contando, e faço questão de perder alguns segundos para valorizar V. Ex^a como Líder: Líder deste Governo, Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, Líder do próximo Governo do PSDB. V. Ex^a é o Líder laico; então, está a serviço dos Governos que passaram, dos que estão e dos que virão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A serviço do País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu queria, Presidente, Senador Garibaldi Alves, conversar com o meu professor Delcídio Amaral. Ele, lamentavelmente, não permitiu o aparte, mas sabe muito bem como se avalia a segurança de suprimento.

V. Ex^a sabe o que é um balanço estrutural, o que é um risco de racionamento. V. Ex^a sabe, com certeza absoluta, que, no dia 8 de novembro de 2007, o Presidente da República disse: “Este País já tem energia garantida até 2012. Probleminha de gás no Rio”. Nesse mesmo dia, o Dr. Gerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel, disse: “Não é possível descartar a possibilidade de um racionamento em 2008. É necessário um plano B”. Mais adiante, no dia 10 de janeiro, veio o então Ministro de Minas e Energia, Dr. Nelson Hubner, que disse: “Governo determina aumento de 800 megawatts de geração a óleo e analisa possibilidade de aumentar a geração das termelétricas a gás”. Volta o Presidente Lula, no dia 15 de janeiro, a dizer: “Apagão está descartado. É boato!

Vamos dar a prioridade do gás às termelétricas. O que sobrar atende à indústria e aos veículos”.

V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, sabe que o Presidente Lula, se racionasse o gás para a indústria, levaria o setor produtivo ao caos; ele diminuiria a capacidade produtiva da indústria brasileira em mais de 50%.

Então, isso é demagogia, é querer enganar o povo brasileiro, Senador Garibaldi Alves. V. Ex^a, com a independência que mostrou em seu discurso de posse, não pode aceitar isso. O Senador Delcídio Amaral sabe. Estou citando o Senador para que S. Ex^a use o art. 14; para que possa falar pelo art. 14. S. Ex^a sabe muito bem que a Eletrobrás não cumpriu com as suas metas de investimento ao longo dos últimos cinco anos.

Aqui está...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já acabou meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem mais dois segundos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Dois segundos ou dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não acredito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ah, dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a já começa a preocupar-me. A amizade que nos une não permite que V. Ex^a, além de dizer que meu tempo era improrrogável com mais ênfase, queira cortar dois minutos de minha fala. Já ganhei mais dois minutos. Esse primeiro não valeu, Sr. Presidente.

Continuando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Esse um minuto não valeu, Presidente.

Continuando, Sr. Presidente, quero dizer que a Eletrobrás não tem capacidade de recursos para bancar seu programa de investimentos. Não fez isso nos últimos quatro anos. O que vai acontecer com o setor energético? O Senador Antonio Carlos Valadares está enganado, Senador: não somos contra o fortalecimento da Eletrobrás; somos contra o fato de a Eletrobrás ser majoritária. O que foi dito pelo Senador Delcídio Amaral é que ele estava aqui querendo fortalecer a Eletrobrás. Nós queremos também fortalecer a Eletrobrás, mas a Eletrobrás pode continuar investindo, minoritariamente, e o capital privado, que está...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Meus dois minutos, Sr. Presidente.

E o capital privado, que tem buscado as parcerias, evidentemente se afastou, ao longo desses últimos quatro anos, porque houve a mudança do marco regulatório. A sinalização da então Ministra de Minas e Energia, hoje Ministra-Chefe da Casa Civil, era para que isto acontecesse agora: a reestatização do setor elétrico. Isso estava dito pelo Governo há cinco anos. E hoje ele pretende fazer isso por meio de uma medida provisória.

Vou encerrar, aproveitando meu último minuto, Presidente. V. Ex^a me comeu dois minutos. Dê-me um minuto a mais, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a ainda tem um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ah, ainda tenho um minuto? Fora o outro que V. Ex^a tomou.

Agora, quero aproveitar para fazer aqui um apelo. Quero fazer um apelo às Bancada do Pará, de Minas, dos Estados exportadores. Quero fazer um apelo, pela TV Senado, à Governadora Ana Júlia, do meu Estado do Pará, para que pegue um avião de madrugada e venha para cá, para Brasília, para defender os interesses do Estado do Pará, que poderá ser cortado em mais de R\$700 milhões da Lei Kandir pela Base do Governo, pelo PT. Não sei quanto isso vai trazer, Presidente Garibaldi, para o seu Estado, mas, para o meu Estado, é um prejuízo de mais de R\$80 milhões pela falta de recursos da Lei Kandir.

É por isso que não vamos votar o Orçamento amanhã. O meu Partido, pela sua Liderança, já se colocou em obstrução ao Orçamento.

A Governadora Ana Júlia tem de vir para cá, a fim de, junto com a Bancada, defender os interesses do Estado; tem de sair de lá da comodidade. Venha para cá, Governadora Ana Júlia! V. Ex^a não quer a TV Senado em Belém, porque não quer que o povo ouça as verdades que são ditas aqui, neste plenário.

Querem calar a voz dos Senadores. Senador Garibaldi Alves, a minha voz só quem cala é o povo do Pará. Não é o Líder do Governo que vem calar ninguém aqui, não. Pode pôr quantos requerimentos quiser, porque não calará a voz de nenhum dos Senadores. Pode ser a dele, que se dobra aos interesses deste Governo que ele hoje defende.

Boa noite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, adeus!

Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati. Depois falarão, consecutivamente, os Senadores Mário Couto, Marisa Serrano, José Agripino e Sérgio Guerra.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, volto à tribuna hoje e não o faço com alegria. V. Ex^a, Sr. Presidente, sabe que não sou muito usual nesta tribuna, pelo contrário.

Realmente, o dia de hoje é muito importante para todos nós. Vemos o Senado Federal votar medidas importantes, fundamentais, para a discussão do futuro deste País dessa maneira, num dia só, sob a ameaça da medida provisória, sem a oportunidade de discutir, sem a oportunidade de emendar, sem a oportunidade de corrigir, jogando fora, assim, todas as prerrogativas de um Congresso, todas as prerrogativas de um Parlamento, fazendo quase uma confissão de inutilidade, quase admitindo que podemos ser considerados inúteis.

Continuo acreditando muito em V. Ex^a, Senador Garibaldi. Infelizmente, eu não estava aqui no dia de sua posse, mas foi um dos melhores discursos de posse de um Presidente a que já assisti. V. Ex^a apenas ratificou, na voz de Presidente, aquilo que toda esta Casa vem falando ao longo de vários governos: “Se não acabarmos com as medidas provisórias, estas vão acabar conosco”. E estão acabando conosco. Basta ver o resultado de qualquer tipo de enquete que se faça junto à opinião pública, por qualquer órgão: o Congresso Nacional aparece com o menor nível de credibilidade entre todas as instituições brasileiras.

E não é à-toa. Hoje, por exemplo, estamos aqui novamente, todos nós, agachados. O Senador Suplicy se aborreceu comigo quando eu disse que estávamos agachados aqui – espero que não invoque o art. 14 do Regimento por causa disso. Estou apenas dizendo a verdade. Estamos, sim, agachados aqui, porque, apesar de reclamarmos todos os dias das medidas provisórias e do mal que estão fazendo a este Congresso, destituindo-o de todas as suas prerrogativas, estamos aqui hoje votando, na marra, três medidas provisórias que não poderíamos votar. Em uma delas, a ilegalidade é flagrante, Senador Marco Maciel. A Lei Complementar nº 95, se não me engano, fala, com toda clareza, que, numa mesma lei, não podem ser votados dois assuntos distintos, não podem ser colocados dois pontos distintos. No entanto, estamos votando aqui uma proposição do Governo Federal que tem a ver com fluxo de caixa das beneficências dos Estados e, na mesma lei, estamos votando praticamente uma reformulação da lei relativa ao marco regulatório do sistema energético brasileiro, coisas que nada têm em comum. Quando votamos urgência e relevância, não sabemos nem o que estamos votando, não sabemos se dizem respeito a um assunto ou a outro. Fere-se, assim, de maneira

fatal, toda a inspiração do legislador quando determinou nosso papel, quando estabeleceu nosso papel.

Estamos discutindo, como bem disse aqui o Senador Delcídio Amaral – faço questão de ressaltar as palavras do meu amigo –, a estratégia de longo prazo para o setor energético do País, a política energética, e estamos fazendo isso numa noite só, por meio de uma medida provisória, sem poder, como eu disse, nem remendar, nem corrigir, nem sequer criticar, porque somos premidos pelo tempo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Mais um minuto só, e já termino, Senador Garibaldi.

Ainda na mesma proposição, estamos votando questões que têm referência direta com as finanças dos nossos Estados, mas somos incapazes de defendê-las, porque não sabemos sequer as razões que levam um Estado a receber mais de R\$1 bilhão enquanto outros nada recebem. Por que razão meu Estado, por exemplo, o Estado do Ceará, não está recebendo? Por que razão, Senador Sérgio Guerra, o seu Estado de Pernambuco não está recebendo? Desafio quem quer que seja aqui a dizer por que seu Estado não está recebendo. É porque não tem Letra do Tesouro? É porque não tem sistema de previdência? Por que razão isso acontece? No fundo, a grande questão é: por que um Estado recebe R\$1 bilhão, que é dinheiro, que é liberação de recursos, e outro Estado, não?

É com muita tristeza que vejo este dia. É uma desmoralização flagrante para todos nós. Estamos aqui jogando fora tudo o que dissemos, tudo o que defendemos. Estamos até desmoralizando nossos mandatos ao votarmos, por medidas provisórias, essas proposições que estão aí.

Senador Eduardo Suplicy, com toda certeza, eu esperava muito mais de vários dos Senadores que estão aqui em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero parabenizar o meu Líder Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, saiba V. Ex^a que, na noite de hoje, V. Ex^a engrandece este Parlamento. Bravamente, como Líder da Oposição, lutou por uma causa justa. Todos nós, Senador José Agripino, que vamos para casa daqui a pouco fazer nossas orações antes de dormir, vamos pensar, vamos refletir sobre o que aconteceu: foi-nos tirado o direito de falar na noite de hoje.

Presidente Collor, este Senado, na noite de hoje, sai enfraquecido. Este Senado, na noite de hoje, Senador Jarbas Vasconcelos, sai enfraquecido, principalmente pela atitude do Líder do Governo.

Meu prezado Senador Romero Jucá, notei que V. Ex^a não foi amparado nem pelos seus Pares hoje. Acho que alguém quer tirar o seu lugar. A maneira como V. Ex^a se conduziu na noite de hoje, Senador... Olhe para mim, Senador Romero Jucá! Com um ano de Senado, sinceramente, eu o admirava; hoje, saio daqui decepcionado. Não vi, em toda a minha história parlamentar – são dezessete anos de Parlamento, Senador! –, algo assim. Fui Líder de Governo. V. Ex^a, ainda agora, passou por mim e disse que há notas taquigráficas de quando eu era Líder. Não há problema; leia-as na tribuna deste Senado! Eu, nunca na minha vida, vi um Líder de Governo se portar da maneira como V. Ex^a se portou, comparando os Senadores de Oposição com Juvenal Antena.

Aliás, V. Ex^a está por dentro da programação da Globo. Ainda agora, perguntei a V. Ex^a quem ficou no “Big Brother Brasil”, no BBB, e, na hora, V. Ex^a falou que quem saiu do BBB foi aquele Marcelo.

E V. Ex^a, na hora, falou que quem saiu do BBB foi aquele Marcelo. V. Ex^a está por dentro da programação da Globo. V. Ex^a não sabe que a figura de Juvenal Antena, e V. Ex^a como Líder... Poderia até eu dizer, não sou Líder de Governo. Era suave para mim dizer isso, Senador, mas para V. Ex^a, não. Para V. Ex^a é duro, Senador. É muito duro como Líder do Governo dizer isso, Senador.

Mesmo nos nove meses que V. Ex^a passou com o PL nº 58 dos aposentados em sua gaveta, eu, em momento nenhum, saí da minha linha para criticá-lo. Tive vontade de fazê-lo, mas em respeito à admiração que tenho por V. Ex^a não o fiz. Mas hoje não poderia ir para a minha casa sem dizer que V. Ex^a – desculpe a expressão, o linguajar brasileiro – “pisou na bola”. V. Ex^a, hoje, pisou na bola. Não venho discutir nem o mérito. Eu acho que a maioria dos Senadores... Se esta matéria, Senador Papaléo Paes, viesse por meio de um projeto de lei do Governo, com certeza iríamos discutir, não iríamos criar nenhum problema. A causa aqui são as medidas provisórias. Precisamos acabar com isso, Senadores. Percebam, Senadores, que a democracia deste Parlamento vai saindo pelo ralo sucessivamente, a cada dia, a cada momento, Senadores. Percebam isso! A mim, não! A mim, não! A mim, eu digo igual a Arthur Virgílio, ninguém me calará. Eu não preciso, Senador Tasso Jereissati, de cargo público; não preciso para exercer minha função aqui neste Senado.

Eu quero representar o meu Estado com dignidade. Quero dizer o que penso. Não quero ser impedido

por troca de favores. Jamais! Não quero ser impedido por troca de favores. Não me ajoelho a nenhum rei. Ajoelho-me no pé do meu povo, no pé do paraense. Beijo o pé de um paraense, mas não me ajoelho a nenhum rei. Pensem na democracia deste Parlamento que está indo e caindo pelo ralo.

Sr. Presidente, espero que V. Ex^a ainda nesta noite possa me dar uma definição sobre o PL n^o 58 dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

V. Ex^a terá cinco minutos improrrogáveis.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu ficaria muito triste se V. Ex^a não dissesse “improrrogáveis”.

Quero colocar aqui aos nobres Pares e a todos que ainda nesta hora da noite possam estar nos vendo e ouvindo por meio da televisão que, em um mundo globalizado como o nosso, em um mundo que anda celeremente para a modernidade, em um mundo do empreendedorismo, em um mundo da iniciativa privada, em um mundo em que todos procuram – e, aí, quando falo de todos, falo inclusive da China comunista que todos pensavam que nunca poderia enveredar pelos caminhos da iniciativa privada, de forçar a que a iniciativa privada possa trazer desenvolvimento, possa trazer empregos, possa trazer riquezas –, é difícil virmos aqui a esta tribuna falar de uma possível reestatização. É difícil pensarmos nisso; é difícil imaginarmos que um Governo que quer colocar um PAC em funcionamento, que fala em jogar o País para o futuro possa pensar em segurar, em trazer para perto de si, em amordaçar empresas que, por intermédio da iniciativa privada, podem contribuir para o desenvolvimento brasileiro.

Não vejo como o Brasil pode crescer e se desenvolver se não tiver energia farta. A energia é a mola propulsora do desenvolvimento.

E estamos aqui, nesta noite, discutindo uma benedita ou maldita inclusão, uma mudança em uma MP que, por si só, já é preocupante. E essa mudança no art. 2^o, que foi incluído na MP n^o 396, mostra que é possível a nossa maior empresa de energia, a Eletrobrás, chamar a si a responsabilidade de elevar a sua participação em até 100%, quer dizer, o total, para geração e transmissão de energia. Isso preocupa. E preocupa porque dá a idéia de que estamos caminhando na contramão da História.

E, quando falo assim, também falo que medida provisória nos deixa com muito pouca condição de discutir e muito menos de aprofundar as discussões. É por isso que estamos contra as medidas provisórias

que estão chegando de enxurrada. E o Governo ainda diz que poderão vir muitas e muitas mais. E estão pensando em votar, nesta noite, quiçá na alta madrugada, a TV Pública.

Gente, comunicação hoje é a mola que move o mundo também. A mudança na condição de cidadania de um povo também se faz por meio da comunicação. Quantos dos senhores e das senhoras aqui têm empresas de televisão? Quantos dos senhores lutaram para ter um meio de comunicação na sua família porque sabem da força da palavra? E vamos votar por medida provisória, sem discutir?! Isso me deixa muito irritada, principalmente quando não tenho possibilidade de fazer com que todos os brasileiros, cidadãos deste País, tenham oportunidade de discutir uma emenda como esta que foi colocada numa medida provisória que muda a feição energética deste País.

Se isso não é importante, gostaria de saber o que é importante para se discutir. Votar como estamos votando, na alta madrugada, sem saber muito bem aquilo que pode trazer de maléfico para o futuro do País? Vejam: o Presidente que aí está, passa, mas o Brasil não passa.

As discussões têm que ser feitas pensando não só no hoje, mas no futuro. Eu não gostaria que, daqui a dez anos, as pessoas dissessem que não tivemos a responsabilidade de votar contra algo que pode ser maléfico para o futuro do nosso País. É por isso que me aperta o coração quando vejo que até as agências reguladoras, que deveriam estar tendo todo o apoio justamente para garantir a liberdade de empreendimento das pessoas, estão sendo sucateadas e amordaçadas para que nem isso se faça, ou seja, a fiscalização e o controle, e que as empresas particulares possam ser vistoriadas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Marisa Serrano, o tempo V. Ex^a está terminando.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Possam ser despojadas daquilo que é mais importante que é o acompanhamento da área pública, da comunidade, das pessoas que trabalham e que produzem neste País.

E quero deixar a minha fala a todos os senhores e senhoras. Não é assim que se constrói um País grande, um País para o futuro, um País que pode nos orgulhar e orgulhar os nossos filhos. Não é estatizando, não é amordaçando as nossas grandes empresas que vamos melhorar a *performance* de todos aqueles que querem fazer do Brasil um País grandioso, como eu disse, mas, principalmente, um País de que todos nós podemos nos orgulhar.

Quero dizer que é triste para nós votarmos essa MP. Tenho ouvido os discursos de tantos que hoje estão calados e que sempre vêm a esta tribuna falar da iniciativa privada, do empreendedorismo, da força daqueles que produzem neste País, da importância de uma civilização voltada para a globalização e para a difusão das riquezas entre todos aqueles que vivem num País tão grande e tão distinto como o Brasil. Fico triste porque sei que, neste momento, estão pensando em outros interesses que não o interesse maior de fazer do Brasil o melhor para todos nós e para os nossos filhos.

Sr. Presidente, agradeço a possibilidade de ter colocado um pouco das minhas idéias. É mais de meia-noite de um dia estafante, mas gostaria de deixar essas palavras para a reflexão de todos aqueles que estão aqui presentes.

Obrigada, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu e quero dizer a V. Ex^a que, hoje pela manhã, instalamos a CPI dos Cartões e elegemos como Vice-Presidente, que não havia sido indicado pelos Líderes, o Deputado Marcelo Coelho, do PMDB de Goiás.

Eram essas as minhas palavras, agradeço pela possibilidade de ter apresentado minhas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado por não recomendar os cinco minutos. Vou lhe premiar com um minuto a menos do que o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, veja só. São 0h11min e o Plenário ainda está sortido. Todo mundo cansado de trabalhar, diferentemente do que o Lula diz, demagogicamente. Demagogicamente! Estamos aqui trabalhando, Senador Fernando Collor, para, no entendimento de uns, aprovar o que interessa ao Brasil e, no entender de outros, para evitar um mal que o Brasil não merece. De qualquer maneira, estamos aqui para votar medidas provisórias. Vejam só!

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a foi presidente desta Casa. Eu me lembro bem da discussão do marco regulatório, endereçado a esta Casa por projeto de tramitação como lei normal. Tramitando por comissões, com debate aberto, com emendas, com aprimoramento de texto, com discussão acalorada, com puxa e encolhe. Eu mesmo tive oportunidade de, no gabinete do líder do Governo, na época Aloizio Mercadante, ter uma posição extremada e negociar. O que esta-

mos negociando? Coisa alguma. Quem é o Relator? É alguém da base do Governo. Quem foi Relator na Câmara? Foi o mesmo Deputado que foi Relator da CPMF, que manteve 75 dias a matéria presa, até que deram ao PDMB Furnas. Foi ele o Relator na Câmara e mandou para cá o projeto que estamos votando. É este o projeto, sem tirar nem pôr, porque os destaques que apresentamos caíram.

Estamos discutindo uma coisa que é fundamental, a projeção para o futuro dos investimentos em matéria de geração de energia elétrica, sem direito a emendar, a mudar, a opinar, a debater, por um defeito chamado medida provisória, que não começou neste Governo, começou antes. Só que este Governo é useiro e vezeiro, entope a pauta, uma atrás da outra.

Eu não sei a que horas vamos terminar esta sessão. Se o quórum se mantiver, vamos para a próxima e, depois da próxima, para a próxima, e não termina, porque, depois de amanhã, depois de depois de amanhã, tem mais MPs. Tem vinte na Câmara, vinte; instrumentos que nos colocam de goela abaixo pelo próprio processo de discussão. É uma Comissão que não se reúne nunca, uma Comissão Mista para apreciar, não tem debate, não tem coisa nenhuma e, no final, se vota. Se é bom para o País, ótimo. Se não é bom, o País engole goela abaixo.

É isso que estamos votando à meia-noite e quinze. Já se vão quatro minutos, Presidente Garibaldi, e vou já terminar.

Eu já disse e vou repetir: eu vou votar contra essa matéria; vou votar contra e, ah, se conseguíssemos voto para derrubá-la! Porque o recado que passaríamos como o recado bom da CPMF é que aqui neste País tem gente que pensa para frente, que oxigena um pouco a cabeça, que acredita que, como, no mundo moderno, não é o Estado que deve operar o investimento graúdo, principalmente o Estado que não é rico como é o Estado brasileiro. Quem tem de operar é a iniciativa privada, estimulada por uma tarifa conveniente, oferecendo um serviço de boa qualidade, oferecendo a oportunidade de, com os investimentos privados, ajudar o crescimento do País.

E, com a oportunidade que se abre com essa medida provisória para a Eletrobrás se agigantar, vamos dar um passo para trás. Deus queira que esta Casa vote certo e não dê um passo para trás. Jogue certo e jogue naquilo que já deu certo: na privatização da telefonia, na privatização das concessionárias de distribuição de energia elétrica e na privatização que, se Deus quiser, haverá de vigorar neste País também para a geração de energia elétrica.

O voto do nosso Partido é entusiasticamente “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra por cinco minutos, improrrogáveis.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, apenas dar um aviso breve?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas não no tempo do Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não; no meu, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Darei a V. Ex^a um minuto e não vou descontar no tempo do Senador.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã está prevista a vinda a esta Casa do Ministro Celso Amorim, uma vez que os Senadores gostariam muito de que S. Ex^a pudesse nos explicar todos esforços para o bom relacionamento entre o Equador, a Colômbia, a Venezuela, o Brasil e outros.

Então, quero informar que está confirmada a vinda de S. Ex^a às 15 horas. Acredito que, dados os esforços que estão sendo feitos, o tempo das 15 às 16 horas será suficiente para que, no momento em que começar a Ordem do Dia do Congresso Nacional, possamos ter concluído a reunião.

Eu quero até fazer um apelo a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para iniciarmos, pontualmente, às 15 horas, amanhã, o diálogo com o Ministro Celso Amorim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro a V. Ex^a que está convocada uma sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 15 horas, para a votação do Orçamento.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a estruturação econômica do nosso País nos últimos anos produz, nesse instante, bons resultados. Não foi obra do Governo Lula, é uma obra de muito tempo, de muitos anos, que teve momentos importantes.

No Governo do Presidente Collor, sinais muito claros para uma nova capacidade de o Brasil conviver com o capitalismo foram dados e foram produzidos resultados. Nos Governos subseqüentes, houve certa continuidade no processo de integração brasileira.

O Governo do Presidente Fernando Henrique recompôs o País, fez com que ele tivesse capacidade de

assumir uma posição real de uma sociedade econômica a caminho da modernidade. A construção de uma moeda – não há país sério nem respeitável sem uma moeda –, a definição de uma nova estrutura para o Estado brasileiro e a construção de um novo ambiente para as atividades econômicas prosperaram de maneira segura no Governo do Presidente Fernando Henrique.

O Governo do Presidente Lula começa com a ameaça no discurso do PT, que o Presidente, com sabedoria, revogou na prática. Os compromissos de sempre do PT, suas palavras de sempre foram simplesmente abandonadas, para o bem do País. Prevaleceu a posição defendida por outros Ministros da economia e por dirigentes do Banco Central, que conduziram o País num princípio de equilíbrio e bom senso.

Produz-se um novo ambiente econômico e social no Brasil. Nessa nova construção, é fundamental que empresas brasileiras tomem envergadura, escala, assumam dimensões internacionais. Política sensata é fazer com que empresas brasileiras que demonstrem capacidade – e são várias – reúnam condições reais para se transformarem em grandes empresas do mundo, empresas que o Brasil tem pelo mundo afora, a exemplo da Vale do Rio Doce e de tantas outras empresas brasileiras no ramo da siderurgia, de maneira especial, que poderiam transitar da mesma forma no conteúdo e no desempenho de empresas capitalistas, empresas privadas.

Eis que, de repente, não mais do que de repente, determinado grupo propõe uma reversão de expectativas: “Vamos, agora, restabelecer o capitalismo que defendemos no passado”. Emerge uma espécie de nacionalismo primitivo, do qual são sócias pessoas sem a menor respeitabilidade, como as que tomaram de assalto Furnas, em troca da CPMF – e depois não pagaram ao Presidente da República. Compraram Furnas e não pagaram aos brasileiros nem ao Governo a empresa que levaram.

Essa gente, agora, começa a fazer projetos, que são mais amplos. Amplifica-se por dentro o sistema elétrico, no campo de energia. No princípio, era absolutamente inconsistente, porque, se há dificuldade no sistema brasileiro de produção de energia, essas dificuldades se devem à falta de capacidade, de definição, de regulamentação, enfim, de mobilização de interesses privados e públicos para projetos que tivessem dimensão, escala e eficiência para suprir a demanda brasileira de energia. Nada disso. Agora, querem dar ao Estado ou às estatais capacidade de voltarem a padronizar sistemas estatais de produção.

Essa discussão não é de um minuto ou de dois, nem de dez. Aqui tem gente com capacidade técnica de promovê-la, mas vamos ter de votar a matéria por medida provisória, ao sabor das pressões de um infeliz movimento do Líder Romero Jucá, que, nunca tendo

feito isto, resolveu agora produzir para seus colegas constrangimento: cassar a palavra de companheiros, coisa que nunca ninguém fez aqui com ninguém, nos cinco anos em que sou Senador, presidido pelo Senador José Sarney, por Renan Calheiros e, agora, pelo meu companheiro, honrado, Senador Garibaldi. Isso nunca se deu aqui; isso não serve à construção de um ambiente democrático entre nós.

Se a oposição protela, discute, fala mais do que devia, vamos conviver com isso. Não vamos produzir constrangimentos, nem radicalização. Há que haver inteligência, unidade de definição da base do Governo, para que ela termine prevalecendo e mostrando sua maioria. Nada de atividades desse tipo, que só criam constrangimentos e barreiras entre as pessoas e influem na convivência do Congresso, de maneira geral, e do Senado, que sempre esteve imune a esse tipo de constrangimento.

Essa votação é precária, não é democrática, não serve ao Brasil, não serve ao setor elétrico, não serve ao desenvolvimento de uma nova sociedade econômica no Brasil. Servirá a alguns interesses e servirá a essa política de entregar empresas brasileiras a gente que não tem competência, como estão fazendo na Petrobras. Há um desserviço sendo produzido, neste instante, ao sistema brasileiro na Petrobras, com a introdução de gente sem qualidade para assumir posições que jamais poderiam assumir.

Essa é que é a realidade, sobre a qual será que o Senado não vai falar, nada vai dizer, não vai ser ouvido? Vamos aqui, pela madrugada afora, apenas contar o tempo para, no final, o Governo aprovar e conseguir uma vitória que não vale nada, porque não tem conteúdo, não tem a aprovação da consciência dos brasileiros. Esse negócio de o Presidente Lula ser popular ou não ser popular é conjuntural. O Brasil vale muito mais que isso.

Acho que devemos votar contra essa medida. Convicção e firmeza. Isso não é uma questão de Governo e oposição. O melhor é que o Senador Romero vá para casa, e vamos derrotar essa medida provisória hoje, porque ela deve e precisa ser derrotada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Papaléo Paes, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, quero fazer meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a, antes de protestar, já vai ter um minuto a mais.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 396, de 2007, altera a Lei nº 10.841, de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e a de nº 3.890-A, de 1961, que autoriza a União a constituir a Eletrobrás.

Essas alterações, em suma, prorrogam até 31 de dezembro de 2007 o prazo que permite à União permutar Certificados Financeiros do Tesouro, emitidos para fundos ou caixas de Previdência estatais, na modalidade nominativos e inalienáveis, por outros Certificados Financeiros do Tesouro com as mesmas características.

No entanto, o que pretende, na verdade, a referida medida provisória é mudar a lei que proíbe o controle acionário de empresas estatais no setor elétrico, abrindo a possibilidade para que a Eletrobrás entre na disputa pela compra da Companhia Energética de São Paulo – Cesp.

Com a alteração incluída na Câmara dos Deputados, as estatais poderão controlar empresas do setor, em associação com privadas. Hoje, as estatais somente podem ter 49% do capital se os demais sócios forem privados. Lembro que a Eletrobrás é uma *holding* que controla seis estatais, entre elas Furnas e a metade da Hidrelétrica de Itaipu.

O problema, Sr. Presidente, é que analistas do mercado prevêm que esse movimento afugentaria os investidores privados, porque o preço que a estatal estaria disposta a oferecer é maior do que o oferecido pelas empresas privadas. Argumentam ainda que faltam regras seguras de governança corporativa nas estatais, principalmente nesse momento em que se discutiram tantas indicações eminentemente políticas para a Eletrobrás, quando o ideal seria ter gestores indicados pelos melhores critérios usados na iniciativa privada.

Em resumo, o texto da medida provisória volta a autorizar as estatais do setor elétrico a participarem de forma majoritária em novos consórcios. Como a portaria editada pelo governo estadual para leilão da Cesp proíbe apenas outras empresas públicas estatais que oferecem lances de compra, a empresa federal poderá entrar no páreo.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar claro que autorizar a Eletrobrás a constituir consórcios, com ou sem poder de controle, no Brasil e no exterior, para a sua atividade de exploração, produção e transmissão de energia, é uma temeridade, nessa linha de afogadilho, lateralmente embutida numa medida provisória que não tem relação com o setor elétrico.

Sr. Presidente, como sou autor de um projeto de lei que extingue as medidas provisórias, quero deixar, como Senador da República e como cidadão brasileiro, como alguém que está representando o povo do

Amapá, o meu protesto contra as medidas provisórias que o Governo usa para entulhar e desmoralizar esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, fazendo com que o nosso dever, a nossa missão de legisladores seja usurpada pelo Poder Executivo.

Se fizermos uma análise política, e muitos estão de olhos fechados para isso, vamos ver ou sentir que a maioria das medidas que o Governo está mandando para cá tem uma segunda intenção. Além dessa medida que trata da Eletrobrás, cito a da TV Pública, que é uma verdadeira usurpação do nosso direito de discutir, como deveríamos estar discutindo um projeto de lei do Governo sobre a questão da Eletrobrás. Como disse o Senador Arthur Virgílio, não somos contra, mas queremos ter esse direito de discutir.

Presidente Collor, desde o momento em que V. Ex^a teve o seu mandato cassado eu já acreditava em sua inocência, mas, a cada dia que passa, vejo que realmente fizeram uma grande injustiça contra V. Ex^a. V. Ex^a não usou o Poder Executivo para subornar votos na Câmara e no Senado Federal para...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – PA) ... se manter no Governo. V. Ex^a deixou a democracia agir. A democracia agiu de forma errada, cassando-o, mas V. Ex^a não interferiu nas ações democráticas, como está ocorrendo com o Governo.

Nós todos, brasileiros, gostando ou não de Lula, depositamos as nossas esperanças num homem trabalhador, num presidente de sindicato. Como cidadão brasileiro – sou do PSDB, mas não estou falando como membro do Partido –, este Senhor Presidente da República me decepcionou completamente.

A cada dia ele ajuda a destruir as instituições democráticas, principalmente o Legislativo e o Judiciário, e está mostrando que não tinha preparo para ser um democrata e para assumir aquilo que, realmente, o Brasil merece: a participação do povo em todas as decisões.

Ele está-nos impondo tudo, de cima para baixo, e a maior prova que temos dessa imposição é que ele já tomou conta do Senado e da Câmara. Nós, da Oposição, temos o dever e a obrigação de ficar ao lado do povo, mostrando-lhe que o Executivo não faz conosco o que bem entende, não.

O Executivo tem de ser simpático. O Presidente da República faz seus discursos simpáticos, dizendo que não sabe de nada, e vai levando, vai levando com uma irresponsabilidade aparente, mas, por trás disso, como diz o Senador Mão Santa, há um monte de aloprados deixando o Brasil numa situação muito...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ... difícil e insustentável política e democraticamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrado o encaminhamento, passa-se à votação do Projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já que estamos lutando pela boa praxe na condução dos trabalhos do Senado Federal, quero anunciar, antecipadamente, a V. Ex^a e às nossas Bancadas de oposição que quatro de nós pediremos votação nominal e, a depender do resultado, o PSDB já anuncia que entrará em obstrução.

O Senador José Agripino, eu próprio, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Marconi Perillo, nós quatro, pediremos votação nominal tão assim seja proclamado o resultado, qualquer que seja ele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o Projeto de Lei de Conversão queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a verificação de quórum, com o apoio do Senador José Agripino, da Senadora Marisa Serrano e da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos, então, proceder à verificação solicitada por V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que faça soar a campanha. Quero convidar todas as Senadoras e Senadores que estão nos seus gabinetes para virem ao plenário votar.

A orientação da Liderança do Governo é o voto SIM, Sr. Presidente, a favor da medida provisória que amplia a condição do País de investir em energia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a registrasse que são meia-noite e 35 minutos. V. Ex^a poderia dar 10 minutos para o processo de votação. As pessoas devem estar aqui e eu gostaria, portanto, que V. Ex^a, aos 45 minutos, encerrasse a votação, para avaliarmos se teremos ou não **quórum**.

Quero comunicar que os meus companheiros estão orientados para não votar. O Partido está em obstrução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB está, também, em obstrução.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigados a votar, eu próprio, o Senador Marconi Perillo e a Senadora Marisa Serrano.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito o tempo de até 15 minutos, para que se dê o quórum de 41. Se for antes dos 15 minutos, fica aqui o prazo que foi já mantido.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto SIM e pede aos Senadores que votem com a orientação do Governo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, estamos orientando o voto SIM, pedindo que todos venham rapidamente, inclusive antes do prazo, para que possamos ouvir ainda mais algumas intervenções do Senador Arthur Virgílio, com todo o prazer, nesta madrugada em que ele nos convocou para passar junto a ele, aqui no plenário do Senado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB, Sr. Presidente, encaminha o voto SIM.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para mim, chega a ser emocionante pensar que vou passar a madrugada na companhia da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB, encaminha o voto SIM, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto SIM, Sr. Presidente. Acredito que, no caso de uma matéria cuja discussão durou quase seis horas, podemos demorar 20 minutos para votar. Peço aos Senadores que estejam fora do plenário que venham votar. O PMDB encaminha o voto SIM.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para mais uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diz o art. 293, inciso VIII:

Art. 293. (...)

VIII – verificada a falta de *quorum*, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar a campanha durante dez minutos, após o que está será reaberta, procedendo-se a nova votação.

Ou seja, na verdade, dez minutos parece que são justamente o prazo que, a esta altura, caberia como lógico, levando-se em conta o avançado das horas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só depois de verificada a falta de quórum.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente, Sr. Presidente. Só quando for visível a falta de quórum, o que não é o caso aqui agora.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se for praxe, estamos de acordo, Senador Arthur Virgílio. Se for praxe, estamos de acordo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É da praxe. A boa praxe, Senador Inácio, é para ser seguida. A gente não deve seguir a má praxe, mas a boa praxe é para ser seguida.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, por mim, pode abrir.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, ainda há Senadores votando, aguarde um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sérgio Zambiasi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O Senador Cafeteira está chegando e vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Cafeteira é o maior exemplo de dedicação ao Senado Federal na noite de hoje.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada. Já está atingido o quórum, recomendo aos companheiros Democratas que votem “não”. Podem votar. O voto é “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, do mesmo modo, os Senadores tucanos estão convidados a também aporem os seus votos, ficando evidente que sem esses votos a sessão já teria caído.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel para fornecer o resultado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ainda não deram os quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quantos minutos?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quinze minutos até atingir o **quórum**, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)
– Pelo Regimento, são só dez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não.
Dez, após constatada a verificação de quórum, ou seja, teria mais dez, se fosse o caso. Mas acho que bastam cinco para cumprir a boa praxe, como gosta o Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, a essa altura não estou buscando só a praxe, estou buscando a paz.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E V.
Ex^a não se esqueça daquele provérbio latino: **Si vis**

pacem, para bellum – se queres a paz, prepara-te para a guerra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estamos todos armados. Vamos abrir esse painel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em relação a V. Ex^a, não tenho nenhuma dúvida. Sempre a vi armada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel e fornecer o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

Senado Federal

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (MP 396/2007) (Verificação)

ALTERA OS ARTS. 1º E 2º DA LEI 10.841/2004, QUE AUTORIZA A UNIÃO A PERMUTAR CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOUREIRO, AO § 1º ART. 15 DA LEI 3.890-A, DE 25/04/1961, QUE AUTORIZA A UNIÃO A CONSTITUIR A EMPRESA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS

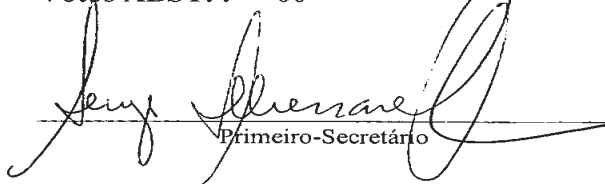
Num.Sessão: **1** Num.Votação: **3** Abertura: **12/3/2008 00:35:21**
Data Sessão: **11/3/2008** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **12/3/2008 00:42:03**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYC	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	SIM
DEM	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : **41**
Votos NÃO : **17** **Total : 58**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e, NÃO, 17.
Não houve abstenções.
Total: 58 votos.
Foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam
prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela
apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica a União autorizada, até 31 de dezembro de 2007, a permutar, observada a equivalência econômica, Certificados Financeiros do Tesouro emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais, na modalidade de nominativos e inalienáveis, por outros Certificados Financeiros do Tesouro com as mesmas características, mediante aditamento do contrato firmado entre a União e o Estado que originou a emissão dos Certificados Financeiros do Tesouro.” (NR)

“Art. 2º

II - o Estado deverá, obrigatoriamente, recompor, no mínimo, o fluxo de caixa original dos Certificados Financeiros do Tesouro resgatados na permuta a que se refere o art. 1º desta Lei, incluídos os juros e as atualizações monetá-

rias calculadas nos mesmos critérios dos respectivos Certificados Financeiros do Tesouro onde couber, mediante utilização preferencialmente dos valores financeiros provenientes de participações governamentais obrigatórias, nas modalidades de royalties, participações especiais e compensações financeiras e Fundo de Participação dos Estados."(NR)

Art. 2º O § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.,

§ 1º A Eletrobrás, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, poderá associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização.

..... "(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão em turno único...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de trazer a V. Ex^a uma questão.

Ainda há pouco, V. Ex^a estava coberto de razão. De acordo com o art. 178, do Regimento: “Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, esta será ultimada independentemente de pedido de prorrogação”.

Estava errado eu àquela altura. V. Ex^a não havia feito pedido de prorrogação, como parece que não fez até o momento. Agora se trata de outra matéria, e não estamos em processo de votação. Trata-se de outra matéria. Diz o art. 177: “Esgotado o tempo da sessão ou ultimados a Ordem do Dia e os discursos posteriores a esta, o Presidente a encerrará”. Ou seja, parece-me que é o caso agora de, que com o mesmo senso de justiça que V. Ex^a aplicou ao momento anterior, declarar encerrada a sessão ordinária que estávamos vivendo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador, para contraditar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tem o que contraditar. Estamos em processo de votação na Ordem do Dia. Votamos o primeiro item, vamos para o item segundo. Não é possível que a Oposição continue querendo evitar a votação! Estamos aqui presentes; estamos com 58 Senadores na Casa, não há nem o que contraditar. O consenso é a contradição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agora é discussão, Sr. Presidente. Não é votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vi todo mundo correndo para esse ilustre senhor de cabelo branco que está ali, e fiquei curioso para saber se ele é o presidente da Eletrobrás, é um dos que está querendo ser, é o que é ou é o que está na disputa?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É diretor da Eletrobrás.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É porque tenho visto nos jornais que existe um, que vai ser de um, que vai ser de outro... Curiosidade. Não posso saber? Ô Juvenal da favelinha, não se pode saber? Eu não posso fazer uma pergunta, Juvenal da favelinha?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Tasso, se o Presidente não ralar comigo dessa vez, eu vou esclarecer: ele é o que foi.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ele é o que foi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É o que foi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, lembro a V. Ex^a que o parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno diz o seguinte:

Art. 353 [...]

.....
Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

Apelo novamente para o espírito democrático do Senador Arthur Virgílio, e sei que S. Ex^a há de compreender o ofício, o dever do Presidente da Casa de interpretar o Regimento, como eu estou interpretando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em relação à boa-fé de V. Ex^a, eu não tenho dúvida alguma. V. Ex^a é aquele tipo de homem que quando erra, erra de boa-fé e quando acerta, acerta de boa-fé. Isto, todos reconhecem em V. Ex^a, isso está na sua face. Eu apenas cumpro, aqui, o meu dever de vigilância. Inclusive, V. Ex^a chegou a concordar comigo:

“De fato eu não proroguei a sessão”, como quem devesse ter prorrogado e não o fez, como quem tivesse se esquecido de prorrogar, não o tendo feito. Mas digo a V. Ex^a que o que está em jogo não é nem isso. O que está em jogo aqui, Sr. Presidente, é que nós tivemos o requerimento do Senador Jucá, que causou um enorme mal-estar aqui na Casa, que causou um clima que amanhã nos leva mesmo a interromper o funcionamento de todas as comissões técnicas da Casa, a romper o acordo feito para a votação do Orçamento, tudo aquilo que eu havia dito com muita clareza, com muita tranquilidade.

Estou pedindo a todos os Senadores tucanos que permaneçam no plenário, estou solicitando a todos eles que se inscrevam para a fase de discussão.

Eu serei, outra vez, o primeiro. Peço a inscrição em primeiro lugar, se nenhuma outra pessoa pediu. Gostaria de me inscrever outra vez e pedir que todos se inscrevam, todos falem, a menos que apareça de novo um daqueles requerimentos que nunca aconteceram nos meus quase seis anos de Senado. Em cinco anos e não sei quantos meses de Senado, nunca vi esse tipo de requerimento que visava cercear a opinião dos Senadores. E não obtive do meu amigo Suplicy, nem a fórceps, não obtive a manifestação de S. Ex^a. Eu queria aquele Suplicy altaneiro, altivo, aquela figura rebelde. Fiquei mais triste do que qualquer outra pessoa ficaria.

Mas, muito bem, eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar bem claro que deu toda essa confusão, estamos aqui quase a 1 hora da manhã. Teríamos votado, se todos tivessem falado, muito antes, esta matéria. Não é fácil se votar uma matéria quando se tem uma oposição numericamente expressiva e se tem um governo determinado a votar. Não é fácil, mas teríamos votado antes, se tivéssemos feito o normal, seguido a praxe. Não seguimos a praxe. Houve a tentativa do golpe. O golpe foi rechaçado. Os Senadores ficaram indignados. Nunca vi o Senador Mão Santa tão indignado. Percebi que no Senador estava doendo a tentativa de lhe castrarem o mandato, de lhe castrarem a expressão, de lhe castrarem a vontade, de lhe castrarem a opinião. Isso é um mau começo. Isso corresponde ao espírito do café da manhã do Presidente Lula, àquela história de o Congresso não trabalha, eu trabalho. Nossa Senhora! Em verdade, a essa hora, ele deve estar onde? Eu sei onde estou, trabalhando eu aqui, a esta hora, enfim, junto com adversários e com companheiros.

Mas, Sr. Presidente, então, eu estou pedindo a todos os Senadores tucanos que se inscrevam para debatermos a matéria seguinte, e peço para ser o primeiro, deixando claro que vamos cumprir todas as etapas num processo que é nitidamente de obstrução, porque não temos interesse em ver aprovada esta medida provisória...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... que é uma bofetada no rosto do Congresso.

Já concluo, Sr. Presidente.

Uma bofetada no rosto do Congresso, porque o Presidente disse que era urgente e era relevante, era relevante e urgente, portanto constitucional a medida provisória. Depois, para facilitar o caminho da CPMF, tira de circulação a medida provisória. Depois, torna a considerá-la urgente e relevante, para, enfim, chegar aos seus intentos. Manda para cá, atravança a pauta do Congresso. No final do ano, dizem que o Congresso

não trabalha, que pouco se votou, que pouco se fez... Eu, então, tenho todo interesse em debater ardentemente esta matéria, Sr. Presidente.

Portanto, eu serei o primeiro inscrito se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E a todos os companheiros meus solicito que façam a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação do item 1 da pauta.

Transcorre hoje a oitava sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à medida provisória não foram apresentadas emendas.
- a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 13 de fevereiro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Eudes Xavier (PT – CE);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 71, de 2007, e se esgotará no dia 19 de março de 2008;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 19 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Relator, certamente, lerá o seu relatório agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Relator-Revisor da matéria, o Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – S. Ex^a vai fazer um longo relatório, tenho muita certeza disso.

PARECER Nº 172, DE 2008 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 397, na verdade, revoga a Medida Provisória nº 385. O parecer que eu darei, apesar de ser um assunto relevante, a matéria perdeu a urgência porque matéria idêntica já foi aprovada na Câmara dos Deputados. Portanto, meu parecer é pela queda da urgência e, portanto, pela rejeição do princípio da constitucionalidade da urgência e relevância.

O voto é “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer do Relator revisor, Senador Romero Jucá, conclui pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Em votação os pressupostos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu lhe confesso que é como se eu tivesse recebido um *hook* no fígado. Eu não entendi. O Senador Romero Jucá votou contra o Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu votei contra a urgência da medida, tendo em vista que matéria idêntica já foi aprovada na Câmara. O meu parecer é contrário à urgência e relevância. Portanto, é contrário à medida provisória.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Isso é uma palhaçada, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É a segunda vez que esta matéria deixa de ser relevante e urgente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Está fazendo de brincadeira esta Casa, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É a segunda vez! Sr. Presidente, isso é um deboche, é um escárnio com o Congresso Nacional. É um desrespeito ao Congresso Nacional! É a segunda vez que esta matéria é considerada não urgente e não relevante, depois de ter sido considerada urgente e relevante pelo Presidente da República. Isso mostra, Sr. Presidente,...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um minuto só, Senador Jereissati.

Isso mostra a que ponto está chegando o desrespeito do Palácio do Planalto para com esta Casa. Ou esta Casa se dá o respeito... Minha avó tinha uma expressão... Minha avó às vezes era um pouco rude. Ela dizia: “Quem muito se abaixa, meu filho, aparece algumas coisas lá”.

Não é hora de se abaixar. É a segunda vez. Tudo porque o Governo quer votar, quer apreciar a tal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me falar. Fui vítima de uma violência. Isso é uma violência, Sr. Presidente. Fui vítima de uma violência agora. Eu não mereço essa sua campanha agora. Fui vítima de uma violência. Eu digo eu, a Oposição brasileira. Eu e a parte da população brasileira que quer um Congresso funcionando, independentemente do Poder Legislativo.

Eu quero o direito de falar. Eu quero o direito de expressar. Quero o direito de esperar. Ninguém vai me enforçar sem que eu esperneie. Eles querem enforçar a prerrogativa de este Congresso se manter de pé. Este Congresso vai se manter de pé, a depender de mim e a depender de todos os meus companheiros.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente, passou de todos os limites. Isso é uma palhaçada que não tem tamanho. Está se gozando com a cara do Congresso Nacional. Eu não tenho dúvida nenhuma mais dos intuítos deste Governo que está aí, e usando esse tipo de artifício e de palhaçada. Não dá mais para agüentar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É um desrespeito a V. Ex^a, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Se continuar desse jeito,...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a não deveria permitir isso, como Presidente da Casa, representante de 81 Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a não merece...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ficamos até uma hora da madrugada pelo direito de ação, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a não merece isso, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Esta Casa não merece e não aceita isso, Presidente. Eu não aceito isso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Implantou-se neste Senado uma ditadura política, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – É a sem-vergonhice institucionalizada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Queremos respeito.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Encerre a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, não aceitamos isso. V. Ex^a, como Presidente da Casa, poderia encerrar esta sessão.

(Superposição de intervenções das Sr^{as} e Srs. Senadores.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Chega de canalhice aqui dentro!

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, tratar a gente igual cachorro!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É uma avacalhão desse Governo petista com o povo brasileiro, desmoralizando o Congresso Nacional.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Essa sessão não pode continuar, Sr. Presidente.

(Superposição de intervenções das Sr^{as} e Srs. Senadores.)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Lamento que pessoas de bem entreguem seu caráter, seu pudor a peso de ...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, é hora de impor a autoridade de sua Presidência. Está havendo um claro desrespeito ao Congresso Nacional.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É preciso defender o Congresso Nacional, Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O próprio líder do Governo vem se desmoralizar aqui. Desmoraliza com o Governo, com a Casa, com todo mundo, Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a, como Presidente da Casa, que não aceite essa avacalhão que o Executivo quer fazer com a Casa. Solicito a V. Ex^a... V. Ex^a poderia muito bem encerrar a sessão em nome do Congresso Nacional, em nome do Senado, Presidente, da democracia brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não deixar o Executivo fazer o que quer fazer com o Congresso Nacional. Lembre V. Ex^a que a única maneira de combater essa ditadura do Governo Lula é esta Casa. Todos estão rindo aí...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, como líder do PSDB.

(Superposição de intervenção das Sr^{as} e Srs. Senadores)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não aceite, Sr. Presidente, em nome do Senado Federal, essa avacalhão que o Presidente da República quer fazer aqui através de seus representantes que votam por interesses pessoais.

(Superposição de intervenção das Sr^{as} e Srs. Senadores)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Conceda-me a palavra, como líder do PSDB, para me dirigir ao Plenário da Casa que pertença.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Honre a sua honra, Sr. Presidente. V. Ex^a foi eleito por nós Senadores. Encerre esta sessão, em nome da sua dignidade, em nome do Congresso Nacional, do Senado Federal e de todos os brasileiros que estão aqui representados por 81 Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a palavra como líder do PSDB para me dirigir a Casa a que pertença. Quero me dirigir ao Plenário, olhando nos olhos de cada companheiro, de cada adversário, daquela tribuna, se V. Ex^a me concede a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, vamos encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... para encaminhar a votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, como encaminhar? Nem discutimos, Sr. Presidente. Permita-me, estamos vivendo uma crise. Permita-me falar sobre essa crise.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai deixar o Senado Federal desmoralizar-se por causa do Líder do Governo, que se predispõe a fazer essa palhaçada aqui na nossa frente?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero falar sobre essa crise. Quero falar sobre essa crise aos meus companheiros. Quero recordar um episódio histórico. Tenho certeza de que vai sensibilizar V. Ex^a e, quem sabe, os corações e os cérebros das pessoas da base governista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a, para falar sobre essa crise. Há uma crise. Pode ser como Líder. Pode ser, Sr. Presidente, que nem fiquemos neste plenário...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Como Líder, ele já falou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pode ser que nem fiquemos neste plenário, tamanha a agudez da crise que vivemos. Não estou disposto a encaminhar coisa alguma por ora. Estou precisando de que V. Ex^a me conceda a palavra como Líder do Partido, para dirigir-me aos meus colegas sobre um momento de crise que significa a desmoralização do Congresso.

Se o resultado for um, encaminharemos e votaremos; se for outro, podemos nem ficar no plenário, deixando que o Governo faça o que quiser aqui, na noite de hoje. Peço a V. Ex^a a palavra como Líder de um Partido de Oposição do peso do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Dou a palavra a V. Ex^a, se a tranqüilidade voltar ao plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho a impressão de que ela voltará, nem que seja com a nossa ausência em seguida.

Peço a V. Ex^a a palavra. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá cinco minutos improrrogáveis.

V. Ex^a, Senador José Agripino, usará da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

(Tumulto no plenário)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço que não conte o tempo, Sr. Presidente, antes de...

Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu era um jovem... Senador Tasso Jereissati... Senador Tasso Jereissati, gostaria muito de ser ouvido pelos meus colegas.

(Tumulto no plenário)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu não falei. O painel está marcando quatro minutos. (Pausa.)

Sr. Presidente, reponha o tempo, por favor, que vou começar a falar. Reponha o tempo.

Reponha o tempo, por favor, Dr^a Cláudia. Reponha o tempo, por favor. (Pausa.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs...

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campanha.*) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

Senador Papaléo Paes, peço a V. Ex^a que me ouça.

Senador Garibaldi Alves, eu era um jovem Deputado Federal, e a ditadura militar mandara para o Congresso Nacional um decreto dito de arrocho salarial. Um grupo de pessoas, um grupo de jovens Deputados inexperientes, entre os quais eu próprio, o Deputado José Genoíno, o Deputado Márcio Santilli, o Deputado Domingos Leonelli, um grupo muito especial de companheiros, nós estávamos prontos para cometer um gesto de rebeldia imperdoável que redundaria na cassação dos nossos mandatos, que seria deslocar da Mesa o Presidente Nilo Coelho, caso ele respondesse a uma questão de ordem que havia sido formulada pela Liderança das Oposições de maneira comprometida com o Governo ditatorial.

Senador Mão Santa, V. Ex^a me honrará muito, se me ouvir com tranqüilidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Nilo Coelho foi responder à questão de ordem, e havia um *frisson*. As pessoas todas da chamada base governista – o Senador Renan Calheiros se lembra disso muito bem – estavam supondo que Nilo Coelho iria fazer o jogo do Palácio do Planalto. E o ditador de plantão se chamava João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Tive uma surpresa que me emocionou à época e que me emociona até hoje, até porque veio de onde eu não esperava. Eu vivia um certo maniqueísmo:

quem estava comigo, com meu Partido e com meus companheiros era bom, e quem estava contra mim, contra meu Partido e contra meus companheiros era alguém que não deveria merecer respeito. O Senador Nilo Coelho, sentado na cadeira de Presidente do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, iniciou a sua oração, dizendo as palavras que não precisariam ser seguidas de nenhuma outra. Ele disse: “Sou Presidente do Congresso Nacional, não sou Presidente do Congresso do PDS”. Ele decidiu a questão de ordem a favor do que lhe pedira a Liderança do PMDB – na época, se não me engano, encarnada pelo Deputado Freitas Nobre.

Sr. Presidente, aquilo a que assisti hoje aqui é um agravo a V. Ex^a. As conseqüências virão amanhã. As conseqüências começarão no momento seguinte ao do encerramento desta infeliz sessão.

Estou começando a ficar convencido, Sr. Presidente, de que estão pagando qualquer preço. Se é Eletrobrás para uns – a bancada da Eletrobrás já foi toda embora daqui –, se é essa TV estatal, que não sei para que serve, parece-me claramente que tem um caráter “fasticizante”, um caráter pouco democrático, a ponto de desrespeitarem, como fizeram, a autoridade de V. Ex^a; a ponto de fazer o que fizeram, neste momento, com a retirada da urgência, de novo, de uma medida provisória que não deveria nunca ter sido editada, porque jamais foi urgente, jamais foi relevante.

Sr. Presidente, sugiro ao Senador José Agripino, a quem ouvirei com o respeito e a admiração de sempre, uma coisa bem simples. Já que não se vai discutir a outra medida provisória; já que se percebe o Governo inebriado com essa tal “TV Chávez” dele – e não interprete como pressão sobre V. Ex^a, mas é uma decisão que vamos tomar –, esta sessão não tem a menor condição moral de continuar. Não tem.

Esta sessão não continuará com a minha presença, com a presença do PSDB. Esta sessão não continuará com a presença do DEM, a depender do que imagino que seja o pensamento do Senador José Agripino.

Quero ver o Governo referendar sozinho. Vá aprovar, numa sessão de fancaria, numa sessão falsa, numa sessão tipo feira do Paraguai, à base do golpe, sem ter legitimidade para fazê-lo, a tal TV e depois amargar uma convivência absolutamente dura, improdutiva e contraproducente com a bancada de Oposição.

Sr. Presidente, V. Ex^a não vai precisar, com o seu bom humor habitual, me fazer nenhuma observação a respeito do tempo. Hoje já falei mais do que todo mundo. Estou muito cansado, minha garganta me acusa isso.

V. Ex^a vai poder, tranqüilamente, decidir agora. Esta sessão não tem, repito, condições morais de ser mantida. V. Ex^a sabe disso no fundo de seu coração. No fundo de seu coração e de seu cérebro de homem honrado, V. Ex^a sabe disso.

V. Ex^a é um homem honrado. V. Ex^a hoje tem a oportunidade de afirmar o seu comando ou de simplesmente virar um Presidente do qual a bancada do Governo vai fazer o que quiser. Acima de tudo, o exemplo a ser seguido não é outro, é o exemplo de Nilo Coelho. V. Ex^a não é Presidente do Congresso do partido do Presidente Lula; V. Ex^a é Presidente do Congresso Nacional e deve, a esta altura, zelar pelo decoro, zelar pelo respeito, zelar intangibilidade da instituição que preside e para qual nós o indicamos com tanto afeto, com tanto calor, com tanta responsabilidade.

Esta sessão não prossegue com o PSDB. Poderá prosseguir num convescote governista, e as conseqüências virão amanhã, Sr. Presidente.

Por hora, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a estava aqui e, portanto, não viu a coisa mais triste que, na minha opinião, hoje aconteceu: no corredor, à direita, um grupo de Senadores ouvia atentamente a sua palavra. Por incrível que pareça, o Senador Sibá Machado, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Aloizio Mercadante e a Senadora Ideli Salvatti gargalhavam.

Não entendo, não entendo, não entendo: Ideli, Fátima Cleide, Sibá e Aloizio Mercadante gargalhando. Gargalhando de quê, Presidente Garibaldi? Da desmoralização da nossa Casa? Do discurso que V. Ex^a fez em sua posse condenando as medidas provisórias em excesso? E o que dizer das ridículas, como as que estamos apreciando?

Veja em que o Governo transformou o Congresso. O Senador Romero Jucá, lépido, fagueiro, rápido, sobe à tribuna e nega aquilo que entrou e saiu, entrou e saiu e, pelas mãos de S. Ex^a, saiu mais uma vez: saiu, junto com a MP, a credibilidade do Líder e a credibilidade do Congresso.

Temos a obrigação, Senador Tasso Jereissati, de manter a credibilidade. V. Ex^a foi Governador, eu fui Governador. Temos a obrigação de manter a credibilidade desta Casa. Não temos outro caminho senão esse. Nada de algazarra. Não!

Vamos nos retirar. Se querem aprovar essa brincadeira, que aprovem sozinhos; que apodreçam sós. Se querem aprovar a medida provisória da TV Pública,

aprovem sozinhos, apodreçam sós, prestem contas à opinião pública depois sozinhos. Nós não! Nós, não!

Desculpem-me a sinceridade. Eu tenho vergonha na cara e, pela vergonha na cara que eu tenho, convindo os meus companheiros para nos retirarmos deste plenário em manifestação de respeito ao Congresso Nacional e ao Senado da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de uma decisão extrema como essa, ouço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, esta sessão não tem sido uma sessão muito feliz, mas não pensem os senhores que a infelicidade recaiu apenas sobre a cabeça da Oposição ou sobre a cabeça do Governo. Esta sessão se tornou infeliz por erros cometidos de parte a parte, por excessos cometidos de parte a parte. Quem observou esta sessão com imparcialidade, quem observou esta sessão com tranqüilidade, quem não se deixou envolver por esse clima emocional viu, lamentavelmente, que nós não nos comportamos à altura das nossas responsabilidades.

Não poupo ninguém. Eu sou rigoroso comigo mesmo. Sei que até mesmo eu posso ter cometido erros. Mas, se esta sessão transcorreu assim, não tenhamos o melancólico desfecho que V. Ex^{as} querem dar a ela, até porque, sendo ela apenas uma sessão, amanhã virá o dia seguinte, e o dia seguinte levará os senhores a uma reflexão. Ninguém, ninguém, movido por qualquer convicção, haverá de bater no peito e dizer que é dono da razão, ainda porque já se disse que só o tempo é o senhor da razão.

Vejo aqui que algumas pessoas assumiram o que, para mim, nunca se constituiu motivo de temor. Não tenho temor daqueles que se dizem donos da verdade. Não tenho temor daqueles que se dizem os donos do tempo e da hora das decisões. Eu tenho a minha consciência absolutamente tranqüila de que o meu comportamento não concorreu para o que está acontecendo e para o que vai acontecer melancolicamente nesta Casa.

Sonhei – sonhar é humano – com um Senado diferente; não sonhei com isto. Quando pedi para ser Presidente do Senado Federal, pensei que iria encontrar um Senado amadurecido para fazer as reformas e as mudanças necessárias para que se afirmasse como poder.

Mas o poder não se afirma por gritaria. Ninguém ganha no grito. Eu nunca havia gritado como hoje fui obrigado a gritar. É uma coisa, meus caros colegas Senadores e Senadoras...

Faço um apelo a V. Ex^{as}. Se quiserem, eu me desponho a suspender a sessão por alguns minutos para

que possamos ajustar uma conduta, um procedimento. Faço um apelo a todos no sentido...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, permita-me encerrar. Peço apenas para concluir e, depois, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, desculpem-me. Este não foi o Senado que sonhei presidir. Este não é o Senado que a opinião pública espera que vote as transformações de que este País precisa.

O Governo tem exorbitado, o Governo tem violentado este Congresso. Fui o primeiro a dizer isso, como V. Ex^{as} lembraram. Fui o primeiro a dizer isto durante a instalação dos trabalhos do Legislativo: este Governo está concorrendo para a queda das nossas instituições, para a fragilidade das nossas instituições.

Este Governo merece uma resposta, mas não a resposta que V. Ex^{as} estão dando. Permitam-me dizer isto: não é essa a resposta. A resposta a ser dada a este Governo é votar, para que as medidas provisórias não tranquem a pauta; é votar, para que as medidas provisórias sejam barradas. Devemos votar, como está lá na Câmara, uma proposta de emenda à Constituição. Pela primeira vez, temos um entendimento entre Senado e Câmara que vai possibilitar que essa proposta seja votada.

A resposta ao Governo não é essa que ouvi aqui. A resposta ao Governo é a votação dos vetos, que estão encalhados, que estão aí cheirando a mofo. A resposta ao Governo é uma proposta de emenda à Constituição que reformule a Comissão de Orçamento. Quem fala assim, quem diz isso não é um Presidente auxiliar do Governo. Não vim ser Presidente para ajudar o Governo, vim ser Presidente para ajudar a Nação! Meu compromisso não é com o Governo, mas não pense a Oposição que meu compromisso é com a Oposição. Não tenho compromisso nem com o Governo nem com a Oposição.

Não vim aqui para macular uma carreira que se fez vitoriosa ao longo do tempo, levando-me a ser, durante quatro vezes, o Deputado Estadual mais votado do Rio Grande do Norte, o Prefeito de Natal da redemocratização do País, o Senador que aqui chegou sem ter sido antes Governador e que aqui não se pôde demorar, porque o povo me convocou para ser seu Governador. E fui Governador eleito e reeleito.

Agora, voltei ao Senado. Não pensava em ser Presidente. Sou um homem modesto, rigoroso e mo-

desto comigo mesmo. Não pensei em ser Presidente; as circunstâncias me levaram a ser Presidente. Mas o que digo é que, se as circunstâncias concorreram para isso, não vou decepcionar como Presidente do Senado. Não me interessa o que a Oposição possa pensar! Não me interessa o que o Governo possa pensar! Vou dirigir o Senado com independência e com retidão.

Se V. Ex^{as} têm alguma coisa a dizer a mim, que não deixem para amanhã! Digam-me hoje, digam-me agora, levem-me para uma reunião em que possamos chegar a um entendimento!

Não podemos abrir mão de conquistas que se estão avizinhando. Não podemos abrir mão da possibilidade de termos, pela primeira vez, algo de concreto que faça barrar essas medidas provisórias que só vieram trazer a cizânia, a desunião e a desmoralização deste Congresso.

Eu gostaria de dizer estas palavras: já tenho um mandato muito curto, talvez o mandato mais curto da história dos Presidentes do Senado, e, se V. Ex^{as} quiserem encurtá-lo ainda mais, que o encurtem, mas não vou abrir mão das minhas convicções! Ninguém vai me desmoralizar. Ninguém vai se sobrepor a mim, não porque sou eu que estou deslumbrado com o poder. Ninguém vai se sobrepor a mim, porque, na verdade, estou aqui para dizer aos senhores que vim servir e não para ser servido. Eu, aqui, tenho uma oportunidade que agradeço aos senhores, mas os senhores, se quiserem retirar subitamente aquele crédito de confiança que me deram, retirem-no. No entanto, não contem comigo para ser condescendente com ninguém. Só vou ser aqui o Presidente que, se Deus quiser, irão reconhecer como aquele que não foi condescendente com ninguém, que não baixou a cabeça para ninguém, que foi um Presidente que sonhou com um Congresso melhor.

O sonho terminou em um sonho, não se transformou em uma realidade. Há um chavão, uma coisa que se repete, mas é importante que se diga: se você quiser apenas sonhar, você pode sonhar sozinho, mas, se quiser transformar o sonho em realidade, você tem de sonhar com todos.

Se V. Ex^{as} querem acabar com meu sonho, eu me recolho à minha realidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se me permite, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me V. Ex^a, é a emoção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Compreendo e respeito a emoção de V. Ex^a, porém, se o achincalho perpetrado pelo Líder do Governo em relação à medida provisória que seria a segunda matéria da pauta não é motivo para que V. Ex^a suspenda a sessão, não tenho outra saída...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... respeitando a sua emoção, a não ser lhe dizer que, neste momento, o PSDB se retira do recinto do plenário do Senado Federal, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero dizer a V. Ex^{as} que me dispus ao diálogo e que estou suspendendo a sessão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... para que amanhã não digam que fui intransigente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu suspendo a sessão por vinte minutos para que os Senadores possam, com a minha participação, refletir e assumir compromissos com o Senado Federal.

(Suspensa à 1 hora e 31 minutos, a sessão é reaberta à 1 hora e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está reaberta a sessão.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, já estando em andamento o processo de votação e não havendo acordo, vou continuar a votação desta matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E da próxima, Sr. Presidente, das duas medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Reservo-me a uma decisão a respeito da próxima matéria depois de apreciarmos esta. Não posso, de maneira nenhuma, interromper uma votação que já foi iniciada.

Então, após o parecer contrário do Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela rejeição da matéria.

Já que os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária não foram atendidos na sua plenitude, coloco a matéria e os pressupostos em votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que sou o único da oposição presente e que vou retirar-me em protesto aos recentes acontecimentos.

Lamento apenas, Sr. Presidente, que o Senador Romero Jucá, que hoje foi um herói, quero reconhecer, já tenha pautado V. Ex^a com relação às votações seguintes. Estou falando isso para a Nação, Sr. Presidente, para o País. Vamos nos retirar, lamentando que o Senador Romero Jucá, em um desrespeito à Casa, já tenha pautado as duas próximas votações, sem aguardar uma decisão de V. Ex^a. Vamos nos retirar. Os acontecimentos estão aí, a história está aí para ser contada, estão aí as imagens do que aconteceu para que todos analisem com cautela, com calma, com serenidade.

Lamentamos, Sr. Presidente. E concordo com V. Ex^a, este não era o sonho que V. Ex^a sonhava. Isto está se transformando num pesadelo, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Continuam em votação os pressupostos de relevância e urgência e a adequação financeira e orçamentária.

Vamos, então, colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados.

Rejeitados os pressupostos de relevância e urgência, a matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flávio Arns. Em seguida, o Senador Almeida Lima e, depois, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria que V. Ex^a esclarecesse um aspecto, se for possível, em relação ao item 2 da pauta, porque esta-

mos tratando da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E dissemos, em relação à Medida Provisória nº 397, que ela não atende aos pressupostos constitucionais – acabamos de votar isso – de urgência, relevância e adequação financeira. Na minha ótica, se recusarmos essa medida provisória, passa a valer a Medida Provisória nº 385. Inclusive, a Câmara dos Deputados, dentro do parecer que li do Deputado Relator, votou pela urgência e relevância da 397, para revogar a 385. E nós, aqui, no Senado, votamos contrariamente à urgência e à relevância.

Então, parece-me que há um conflito entre a posição do Senado e a posição da Câmara e me parece que continua, de acordo com nossa decisão, vigendo a MP nº 385, que foi revogada na Câmara e que continua em vigor no Senado, salvo melhor juízo.

Eu gostaria de trazer essa questão de ordem a V. Ex^a para que houvesse, se possível, alguma orientação nesse sentido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para um esclarecimento ao Senador Flávio Arns, Sr. Presidente: essa matéria já foi aprovada como projeto de lei na Câmara dos Deputados. Então, ao cair a medida provisória, restabelece a 385, que também vai perder a eficácia por conta do prazo e vai ficar valendo o projeto de lei que já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Portanto, a matéria não tem nenhum prejuízo quanto ao resultado prático.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não. Quanto ao resultado prático, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite contraditar, sei que não há diferença, mas há um vício, na minha opinião, um vício formal de encaminhamento dessa matéria, porque na Câmara dos Deputados votaram pela urgência e pela relevância da 397, que revoga a 385. E o objeto dessa medida provisória já foi aprovado em lei em dezembro de 2007. Porém, aqui, no Senado, não votamos pela urgência e pela relevância. Nós a recusamos, porque a matéria não atende aos pressupostos – não sei por que não atende aos pressupostos se a Câmara decidiu de maneira contrária em relação à 397.

Na minha ótica – eu só queria que isto constasse, porque precisa ser esclarecido –, se se recusa a

397, continua valendo a 385, porque a 397 estava a revogar a 385. Na minha opinião, o Relator se equivocou no relatório. Deveria ter dito que são atendidos os pressupostos de urgência e de relevância. Deveríamos ter votado a favor da medida provisória, e não contra ela, porque, senão, também não vamos, na verdade, revogar a 385.

V. Ex^a me entende? Desculpe-me até por ter-me prolongado demais, mas acho que isso é algo importante, que vai dizer, eu até diria, da validade ou não da nossa votação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Garibaldi, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Tião Viana, pedindo a compreensão do Senador Almeida Lima e do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou levar menos de um minuto, Sr. Presidente.

Em se tratando dessa questão levantada pelo Senador Flávio Arns, trago apenas à memória do plenário do Senado que, há menos de três meses ou, no máximo, quatro meses, o Senador Romero Jucá subiu a esta tribuna para falar sobre medida semelhante. Disse que votava contra os pressupostos de urgência e relevância, e a Casa inteira concordou com ele. Não houve divergência de nenhum parlamentar. Entra a revogatória, e passa a vigorar a medida provisória que estava na Câmara dos Deputados.

Hoje é a mesma coisa. A medida provisória está lá, há alguns dias, em vigência, e ela passa a vigorar imediatamente, com a queda desta aqui. É um recurso absolutamente normal dentro do Parlamento em termos de interpretação. E há decisão do Supremo Tribunal Federal sobre esse tipo de procedimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima. Em seguida, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para prestar um esclarecimento, a despeito das palavras do nobre Senador Heráclito Fortes há poucos instantes.

S. Ex^a disse que estávamos pautando o trabalho da sessão de hoje. Devo dizer que, ao ser convocado para esta sessão, que é a 27^a, acompanho os trabalhos via *on-line*, instrumento regimental que nos indica a Ordem do Dia. Vejo, portanto, a pauta: o primeiro item; o segundo item, que acabamos de votar; o terceiro; o quarto; o quinto e se prolonga até o quadragésimo sexto item. Portanto, essa não foi uma pauta feita pela base

do Governo aqui no plenário, na noite de hoje. Essa é uma pauta previamente estabelecida pela Presidência e com as lideranças, para a qual fomos convocados com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer, de forma muito breve, o seguinte comentário: ao longo desta noite, mantive meu silêncio. Acho que foi a forma que encontrei de contribuir para que os trabalhos pudessem evoluir de forma positiva. Nos momentos mais tensos, tentei conversar e dialogar com a oposição e buscar sempre uma saída mediada, que é meu estilo.

Não consigo compreender por que meu sorriso possa criar qualquer tipo de constrangimento ou o que quer que seja. É da natureza humana – e, por sinal, um dos mais belos gestos da natureza humana –, e não havia outro sentido, a não ser rir de um comentário que me foi feito.

No entanto, entendo que essa pauta foi convocada, e, se foi difícil esta sessão, mais difícil é o Congresso, durante quase 40 dias, não estar votando, não estar debatendo, não estar confrontando matérias relevantes para a sociedade brasileira.

Esta noite, a matéria mais importante, no meu ponto de vista, é a votação que precisamos fazer. É a criação do sistema público de comunicações, porque o sistema público de comunicações está previsto na Constituição brasileira, no art. 223, há 20 anos! Há 20 anos que a Constituição estabeleceu que haveria um sistema privado, um sistema estatal e um sistema público, tarefa que o Congresso não concluiu, e para a qual este Governo busca encontrar um caminho.

Esse debate sobre a democracia; sobre o pluralismo; sobre o papel que os meios de comunicação têm na educação popular, na construção da cidadania; sobre o porquê de um sistema público em que haja controle da sociedade, em que haja outros mecanismos de participação da sociedade, dos meios de comunicação, que poderiam estar sob o controle do Governo, como a TVE e a Radiobrás, que estão sendo fundidas neste momento, esse debate precisamos travar nesta noite.

Foi a única matéria para a qual me inscrevi e gostaria, sinceramente, que pudéssemos iniciar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante.

Acredito que o Senador Flávio Arns, depois dos esclarecimentos prestados, concorda com o que foi aqui dito.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato, apesar de a assessoria também ter-me explicado, devo confessar a V. Ex^a que ainda continuo na dúvida.

Foi editada a Medida Provisória nº 397, que revoga a de nº 385, e o Supremo Tribunal Federal, conforme o Senador Tião Viana disse, afirma que uma medida provisória pode revogar outra medida provisória. Isso, inclusive, está no parecer. Até aí, está tudo bem. Mas os dois pareceres foram diferentes. O parecer da Câmara se deu no sentido de acatar a Medida Provisória nº 397, dizendo: “É relevante, é urgente. Com base nisso, está revogada a MP nº 385, cujo conteúdo já havia sido aprovado em novembro”. E nós, no Senado, estamos dizendo: “Não, não é urgente, não é relevante e não atende os pressupostos constitucionais”.

Então, nesse sentido, parece-me que, no mínimo, existe uma divergência entre o que a Câmara deliberou e o que o Senado deliberou. Quer dizer, existe uma divergência, que, parece-me, pode, eventualmente, causar algum transtorno na tramitação legislativa.

Então, é só esse ponto que, de fato, Sr. Presidente – até me desculpe pela insistência –, não ficou muito claro, para que eu pudesse entender.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço-lhe, Senador Flávio Arns, a compreensão. Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados a respeito da decisão adotada por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero fazer um registro antes de submeter à discussão e à votação a matéria seguinte, o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo. Infelizmente, não há aqui a presença do Senador Mário Couto. Sendo assim, vou apenas deixar registrado que, se S. Ex^a tivesse permanecido no plenário, ouviria minhas informações a respeito do que solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua adminis-

tração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação do item 1 da pauta.

Transcorre hoje a quinta sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à medida provisória 131 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 24 de outubro de 2007, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 de fevereiro último;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Valter Pinheiro (PT – BA);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 72, de 2007, e se esgotará no próximo dia 21 de março;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 27 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Renato Casagrande, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 173, DE 2008 – PLEN

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, devo dizer que o Projeto de Lei de Conversão nº 2 atende aos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência. Sugerimos a votação e a aprovação com relação à urgência e aos pressupostos constitucionais.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, eu me preparei para um debate mais acirrado com a Oposição, que, desde o primeiro momento, tomou a decisão de fazer um enfrentamento político nessa matéria.

Naturalmente, como Relator designado pelo Presidente do Senado, aprofundei-me no tema e debati-o com as entidades, com as pessoas do Governo ligadas ao setor da comunicação pública. Nesse processo de análise, de estudo, verificamos, Senador Marcelo Crivella, que, pela primeira vez, os princípios e os objetivos da radiodifusão pública brasileira estão colocados numa proposta. Pela primeira vez, Senador Renan Calheiros,

há a definição e a regulamentação de princípios e de objetivos para a radiodifusão pública.

Hoje, existe a Radiobrás. Ouvi, aqui, a argumentação de alguns Senadores e de algumas Senadoras da Oposição de que o Presidente da República, no programa “Café com o Presidente”, fez críticas ao Congresso Nacional, como se esse fosse um comportamento adotado após a edição da medida provisória. Já tínhamos o sistema Radiobrás, com a TVE do Rio, com a TVE do Maranhão. Já tínhamos e ainda temos esse sistema. Esse programa citado pela Oposição é feito pelo Presidente da República há muito tempo. Então, não é essa a razão do voto da Oposição ou da anunciada posição contrária à matéria, porque já existia antes dessa medida provisória, da proposta do Governo, o sistema Radiobrás.

Esse projeto, que estabelece princípios e objetivos, além de começar um debate efetivo sobre a rádio-comunicação pública brasileira, vai também fazer com que os Estados que têm sistema de comunicação – muitas vezes, esse sistema de comunicação não tem o controle da sociedade – possam ter, efetivamente, um sistema semelhante ao sistema nacional, com controle.

Além de estabelecer princípios e objetivos, a Medida Provisória cria também a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). E a questão da EBC é importante que seja votada – mesmo que não haja, aqui, a presença da Oposição – com tranquilidade, naquilo que estamos debatendo, posicionando-nos com tranquilidade com relação ao mérito.

Pela primeira vez, um diretor-presidente de uma empresa de comunicação vai ter um mandato de quatro anos. Será um mandato de quatro anos. Pela primeira vez, um diretor-presidente da EBC terá um mandato de quatro anos.

Pela primeira vez, teremos um Conselho Curador, com 22 membros, sendo um membro indicado pelo Senado, um membro indicado pela Câmara, não parlamentares, mas profissionais indicados pelo Senado e pela Câmara, como funciona no Conselho Nacional de Justiça, como funciona no Conselho Nacional do Ministério Público. Teremos um representante dos servidores, teremos quatro Ministros e quinze entidades da sociedade civil. Então, um Conselho Curador com diversas funções, entre elas a de estabelecer voto de confiança para o diretor. Se o diretor não tiver a competência para coordenar uma programação adequada para a empresa pública de comunicação, o Conselho Curador, que é um Conselho independente, vai poder dar o voto de desconfiança para que o diretor possa ser afastado de seu cargo e o Presidente faça uma nova nomeação. Esse voto de desconfiança é uma

inovação. Essa Empresa Brasil de Comunicação incorpora a Radiobrás. A Radiobrás não vai continuar existindo; ela será incorporada pela EBC, Senador Delcídio Amaral.

Esses exemplos demonstram, efetivamente, que passamos a ter, senão um projeto perfeito... E tenho algumas sugestões, que serão encaminhadas como sugestões, porque, se alterarmos o Projeto de Lei de Conversão, ele terá de retornar à Câmara e, portanto, não teríamos tempo de votar essa matéria, que é apoiada por todas as entidades do setor de produção, de comunicação, de jornalismo do Brasil. Todas as entidades fizeram um ato público aqui no Senado manifestando apoio à iniciativa. Se não votarmos essa matéria, vamos jogar a água suja com a criança fora. Então, precisamos votar a matéria e fazer as sugestões de aperfeiçoamento necessárias.

A Câmara a aperfeiçoou, e a aperfeiçoou bem. O Deputado Valter Pinheiro trabalhou bem ao apresentar uma fonte do Fistel, do Fundo de Telecomunicações, 10% da taxa de fiscalização. Isso vai dar R\$150 milhões por ano para ajudar a financiar a empresa. A empresa tem ouvidoria. Então, temos toda uma estrutura de controle social estabelecida. Se o Governo quisesse manter uma empresa e um sistema estatal ou governamental, permaneceria com a Radiobrás do jeito que ela era. Do jeito que ela era. Se quisesse permanecer, seria do jeito que ela era.

Então, estamos tranquilos no sentido de que votaremos votando um projeto que avança. Poderíamos avançar mais. Portanto, estou sugerindo e recomendando alguns pontos para o Governo, que poderá depois encaminhar como proposta de lei. Se o Governo não encaminhar, nós poderemos apresentar conjuntamente essa proposta aqui.

Ainda mais: a aprovação, pelo Senado, do Diretor Presidente. Aprovar, pelo Senado, o Diretor Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, para dar mais independência ainda. Passar de cinco para dez a produção independente. O mínimo de produção independente veiculado por essa empresa. E de dez para quinze a produção regional.

Quanto aos eventos esportivos, que a Câmara anunciou que a Empresa Brasil de Comunicação poderia transmitir, caso a empresa detentora do direito não transmitisse, estamos dizendo que, primeiro, a empresa pode oferecer a outra empresa privada e, depois, se nenhuma outra empresa privada quiser nem a empresa detentora, a Empresa Brasil de Comunicação pode, de fato, transmitir esses eventos esportivos.

Também há uma alternativa, qual seja, a de recomendarmos o veto a este art. 31, que é uma pos-

sibilidade real, que o Senador Romero Jucá já está tratando também.

Então, estamos encaminhando este tipo de sugestão. Mas, se o Governo achar que não há a possibilidade de encaminhar por iniciativa do Governo, acho que nós deveremos fazer essas apresentações, após a sanção dessa legislação.

Sr. Presidente, é o relatório pela aprovação da matéria.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 173, DE 2008

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007.

Relator-Revisor: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, é submetido à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências, oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória (MPV) nº 398, de 10 de outubro de 2007. Da ementa do ato normativo original não constava a referência à alteração da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) e dá outras providências, incluída em vista de dispositivo acrescentado pelo relator da matéria no art. 32 do PLV.

O texto final foi aprovado pela Câmara dos Deputados, com os respectivos destaques, no dia 26 de fevereiro de 2008, conforme parecer proferido em plenário pelo Relator, o eminente Deputado Walter Pinheiro, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da medida provisória; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela aceitação das Emendas de nºs 10,

12, 52, 59, 62, 72, 83 e 123, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A MPV nº 398, de 2007, tem dois propósitos bem definidos: (1) instituir os princípios e os objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e (2) autorizar a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O art. 2º da medida provisória estabelece que a prestação dos serviços de radiodifusão pública deverá observar os seguintes princípios:

- complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- promoção da cultura nacional, com estímulo à produção regional e à produção independente;
- autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo; e
- participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Desse modo, o sistema público de radiodifusão caracteriza-se pela autonomia editorial e de distribuição de conteúdo, bem como pela participação da sociedade civil no controle do cumprimento desses princípios. Observe-se que os sistemas privado e estatal devem respeito, igualmente, aos mandamentos constitucionais constantes do art. 221 da Carta Magna, que prevêem as finalidades educativas e informativas das programações, o estímulo à produção regional e à produção independente, reproduzidos no texto sob análise.

Com relação aos objetivos do serviço, a MPV estabelece, no art. 3º, que a radiodifusão pública deve:

- oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
- desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;
- fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação

na sociedade, garantindo o direito à informação do cidadão;

- cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

- apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento por intermédio do oferecimento de espaços para exibição de conteúdos produzidos pelos diversos grupos sociais e regionais;

- buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

- direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores; e

- promover parcerias e fomentar a produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão.

O art. 4º determina que esses serviços de radiodifusão pública serão prestados pela EBC. A empresa será constituída como sociedade anônima de capital fechado com participação mínima de cinquenta e um por cento da União em seu capital, admitindo-se na parcela restante a participação de entidades da administração indireta federal e de estados, municípios e seus órgãos da administração indireta. O Estatuto da empresa deverá ser publicado por decreto do Poder Executivo. A integralização do capital da União será efetuada com recursos das dotações orçamentárias destinadas à Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS), bem como pelos bens móveis e imóveis dessa entidade, que será incorporada à EBC.

A EBC sucederá a Radiobrás em seus direitos e obrigações, inclusive com respeito às outorgas de serviço de radiodifusão por ela exploradas.

O objetivo da EBC, expresso no art. 6º da proposição, é a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos. Dentre as competências da empresa figuram, a teor do art. 8º:

- implantação e operação de emissoras e redes de repetição e retransmissão de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

- colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, para a formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

- produção e difusão de programas de caráter informativo, educativo, artístico, cultural, científico, de cidadania e de recreação;

- formação e treinamento de profissionais especializados para as atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

- prestação de serviços de radiodifusão e comunicação, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

- distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal;

- exercício de outras atividades afins, atribuídas pelo seu Conselho Curador ou pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

A MPV estabelece a dispensa de licitação para a celebração de convênios de colaboração com entidades públicas e privadas de radiodifusão para formação da Rede Nacional de Comunicação Pública. Além disso, determina que a EBC possa ser contratada diretamente, com dispensa de licitação, por órgãos da administração pública para a realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

De outra parte, a norma autoriza a edição, por decreto, de regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

As receitas da EBC terão origem em dotações orçamentárias e na remuneração pelo exercício de suas atribuições legais, especialmente da exploração dos serviços de radiodifusão, da prestação de serviços de comunicação e de publicidade institucional e da distribuição da publicidade oficial, assim como de convênios que venha a celebrar ou de eventuais doações, legados ou subvenções. Cumpre registrar a expressa proibição à EBC para veiculação de anúncios de produtos ou serviços, a exemplo da que se aplica atualmente às emissoras educativas.

Tendo em vista a criação da EBC, a MPV determina que o contrato de gestão firmado entre União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) deverá ser repactuado, para redução de seu objeto. O referido contrato de gestão envolve a operação de um conjunto de emissoras de radiodifusão pela Acerp.

A estrutura da EBC é composta de Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Curador. O Conselho de Administração da EBC será integrado por cinco membros nomeados pelo Presidente da República: um presidente, indicado pelo ministro de Estado Chefe da Secretaria de

Comunicação Social da Presidência da República; o diretor-presidente da Diretoria Executiva; e três conselheiros, sendo dois deles indicados, respectivamente, pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministro de Estado das Comunicações, e um terceiro, nos termos do Estatuto.

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão mensais, autorizando-se a convocação de reuniões extraordinárias pelo seu presidente ou por dois terços de seus membros. As suas decisões dependem de aprovação por maioria simples, estando presente a maioria absoluta de seus membros, assegurado o voto de qualidade ao presidente, nos casos de empate.

A Diretoria Executiva da EBC, cujas atribuições deverão ser definidas pelo Estatuto, será integrada por um Diretor-Presidente, com mandato de quatro anos, e um Diretor-Geral, ambos nomeados pelo Presidente da República; e por até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. O Conselho Curador da EBC poderá emitir, por decisão da maioria absoluta de seus membros, voto de desconfiança com relação a membros da Diretoria Executiva. A emissão de dois votos de desconfiança em um período de doze meses, com interstício mínimo de trinta dias entre ambos, implicará a destituição do membro da Diretoria Executiva agravado.

O Conselho Fiscal será integrado por três membros, e seus suplentes, indicados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, vedada a recondução. Um dos membros representará o Tesouro Nacional, sendo também assegurada a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto. Suas reuniões serão realizadas a cada dois meses, ou por convocação do Conselho de Administração, tendo caráter deliberativo apenas quando contarem com a presença do Presidente e mais outro membro. As suas decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate.

O Conselho Curador, por sua vez, será integrado por vinte membros designados pelo Presidente da República, que sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público. Dentre eles, quatro Ministros de Estado, um representante dos funcionários e quinze representantes da sociedade civil, selecionados segundo critérios de representatividade regional, diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, após a realização de consulta pública. O representante dos funcionários terá mandato de dois anos, vedada a recondução, enquanto os representantes da sociedade civil terão

mandato, renovável apenas uma vez, de quatro anos, com exceção de uma parcela dos primeiros a serem designados, que deverão ter mandato de apenas dois anos, para assegurar que a renovação da composição do grupo não se dê em um único momento.

As reuniões do Conselho Curador serão realizadas, de forma ordinária, a cada dois meses, e, extraordinariamente, sob convocação de seu Presidente ou dois terços de seus membros. O Conselho Curador deverá, nos termos do art. 17 da Medida Provisória:

- aprovar as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas da política de comunicação proposta pela Diretoria Executiva da EBC;
- aprovar a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;
- zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos da e opinar sobre matérias a eles relacionadas;
- deliberar pela imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, relativo ao cumprimento dos princípios e objetivos da radiodifusão; e – eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

A MPV determina a adoção do regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para os empregados da EBC, que receberá em seu quadro de pessoal os funcionários vinculados à Radiobrás. Além desses profissionais, a EBC poderá contratar pessoal em caráter temporário para sua implantação, pelo prazo máximo de três anos, sendo dispensada, nesse caso, a realização de concurso público. A seleção dos empregados temporários, nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, será baseada na análise de *curriculum vitae*.

Autoriza-se, também, a contratação, em caráter excepcional, de especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no *capta* do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993.

Embora trate de matéria estranha ao objeto principal da norma, o art. 29 da MPV prevê a disponibilização gratuita, pelas prestadoras de serviços de TV a Cabo (CATV), de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), e de Televisão por Assinatura (IVA), bem como as prestadoras de outros serviços afins, independentemente da tecnologia empregada, que vierem a ser disciplinados

pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), de dois canais para uso do Poder Executivo Federal, a serem operados pela EBC. Um destinado ao estabelecimento da Rede Nacional de Comunicação Pública e outro para a transmissão de atos e matérias de interesse do Governo Federal.

O PLV nº 2, de 2008, traz alterações importantes em relação ao texto original da Medida Provisória.

Em primeiro lugar, é digna de nota a alteração referente à localização da sede da EBC. Pelo novo art. 6º proposto, a empresa terá sede e foro em Brasília, mantendo como principal centro de produção o localizado na cidade do Rio de Janeiro. Poderá, no entanto, instalar escritórios e unidades de produção e radiodifusão em qualquer local.

De forma a garantir espaço para exibição de produções regionais e independentes, o art. 8º passa vigorar acrescido de um inciso IX que obriga a EBC a garantir na sua programação semanal a veiculação de, no mínimo, dez por cento de conteúdo regional e cinco por cento de conteúdo independente, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre seis e vinte e quatro horas.

No art. 17 do PLV, que trata do Conselho Curador da EBC, o relator acresce dois parágrafos de modo a legitimar a indicação a ser feita por entidades da sociedade civil para sua composição. Adicionalmente, prevê, mediante um novo inciso V, que as deliberações do colegiado devem ser encaminhadas ao Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional para as questões relativas às comunicações.

Quanto à composição do Conselho Curador, o PLV determina, a partir de alterações no art. 15, que também farão parte desse órgão dois novos membros, na qualidade de representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

A inovação constante do art. 20 do PLV é a criação, no âmbito da EBC, de uma Ouvidoria com competência para exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação.

Outro dispositivo alterado é o que dispõe sobre formas de a EBC auferir receitas. O PLV aprovado na Câmara dos Deputados determina, no inciso XII do art. 11, que a EBC poderá receber recursos de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e os objetivos da radiodifusão pública, e, para maior clareza, define “apoio cultural” e “publicidade institucional”, limitada, esta última, a quinze por cento do tempo total de programação da EBC (§§

1º e 2º). Veda, ainda, no inciso VII do mesmo artigo, a veiculação de anúncios de produtos ou serviços.

De outra parte, o relator propõe nova redação ao art. 29 da MPV, que trata da extensão às outras modalidades de televisão por assinatura, da obrigatoriedade de disponibilizar ao público os chamados canais de programação de distribuição obrigatória válida, atualmente, apenas para operadoras de televisão por cabo. Além de disponibilizar canais obrigatórios para EBC e para a emissora oficial do Poder Executivo, prevê um canal para a Câmara dos Deputados, um para o Senado Federal e outro para o Supremo Tribunal Federal. Determina ainda que, no caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios, fica o órgão regulador de telecomunicações responsável pela designação dos canais que deverão ser oferecidos.

Outra inovação apresentada pelo Deputado Walter Pinheiro, constante do art. 31 do PLV, diz respeito à garantia de que os sinais de eventos desportivos de interesse nacional, objetos de contratação com exclusividade e que não forem transmitidos na televisão aberta, sejam colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral. Além disso, o parágrafo único do dispositivo determina que no caso de a emissora não ter gerado o respectivo sinal, deverá autorizar a EBC a fazê-lo, alternativamente.

Por fim, o art. 32 do PLV nº 2, de 2008, contém proposta incluída na Câmara dos Deputados com vistas ao financiamento do sistema de radiodifusão pública. Trata-se da criação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública.

Na prática, a nova contribuição terá como valor dez por cento dos valores da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), devida ao Fistel por todas as prestadoras de serviços de telecomunicações e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Para manter a carga fiscal das empresas, que recolhem a referida taxa, alterou-se o art. 8º da Lei do Fistel, que trata da TFF, reduzindo seus valores para quarenta e cinco por cento, ao invés de cinqüenta por cento, dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação. O inciso III do art. 111 do PLV determina que no mínimo setenta e cinco por cento dos recursos da contribuição devam constituir receita da empresa, que, assim, pode se tornar menos dependente de recursos orçamentários.

II – Análise

Cabe, de início, em atendimento ao que determina o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, emitir parecer quanto à constitucionalidade, à adequação financeira ou orçamentária e ao mérito da medida provisória sob exame, inclusive quanto à urgência e relevância da matéria tratada.

No que tange à constitucionalidade da medida, não há reparos a fazer. A medida provisória foi editada em conformidade com as normas previstas no art. 62 da Constituição Federal e no § 1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

Verifica-se, ainda, que se trata de matéria não incluída entre aquelas assinaladas como de competência exclusiva do Congresso Nacional – art. 49 – ou do Senado Federal – art. 52 –, caracterizando-se como tema tipicamente enquadrado no art. 48 da nossa Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a disposição sobre as matérias de competência da União, na forma de leis.

Adicionalmente, não dispõe o texto da MPV sobre matéria cuja deliberação ou tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos no art. 60, § 4º, da Carta Magna.

De outra parte, a autorização para criação da EBC por meio de medida provisória que trata também da instituição de princípios e objetivos da radiodifusão pública não representa violação à exigência do art. 37, XIX, da Constituição, a partir da qual autorizações para criação de empresas públicas sejam firmadas em leis específicas, tendo em vista que essa matéria relaciona-se diretamente aos objetivos institucionais da empresa.

A contratação sem concurso público de pessoal para implantação da EBC, se realizada nos termos previstos pelo PLV, limitando-se ao pessoal técnico e administrativo imprescindível para esse fim e pelo prazo máximo de três anos, não representa violação ao princípio constitucional de vinculação da investidura em cargos públicos à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Essa medida insere-se harmonicamente na previsão de contratação de pessoal por tempo determinado em razão de necessidade temporária de excepcional interesse público do art. 37, IX, da Constituição Federal. O processo simplificado de seleção e os requisitos da contratação temporária encontram-se em conformidade com as disposições da legislação específica.

Com relação à permissão de dispensa de licitação para a EBC celebrar convênios para implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública, o questionamento possível situa-se no campo do mérito e da conveniência da medida, uma vez que, do ponto de vista constitucional e legal, ela se afigura válida.

Segundo avaliamos, a proposição está também adequada do ponto de vista econômico-financeiro. Por um lado, a EBC sucederá a Radiobrás, incorporando seu patrimônio e absorvendo seu quadro de pessoal. Por outro, como a nova empresa poderá obter recei-

tas de diversas fontes, inclusive da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão criada por emenda do relator da matéria na Câmara dos Deputados, é lícito prever que não haverá necessidade de aumento de recursos orçamentários.

Com respeito ao cumprimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, é nosso entendimento que a relevância da matéria é incontroversa, tendo em vista que a MPV nº 398, de 2007, passados quase 20 anos da promulgação da Carta Magna, dá positividade legal ao mandamento que estabelece a existência do sistema público de radiodifusão, como complementar aos sistemas privado e estatal, por meio da construção de um arcabouço jurídico-administrativo que normatiza sua exploração.

Com efeito, a Constituição Federal, no **caput** de seu art. 223, estabelece o princípio da complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal de radiodifusão. Vale ressaltar que a exploração dos serviços de radiodifusão foi objeto de acirrados debates quando da elaboração da Carta de 1988. Questionavam-se, fundamentalmente, os fins e os limites de atuação das emissoras concessionárias de um bem público, assim entendidos os canais de rádio e televisão e as frequências a eles associadas, o seu uso com finalidades estritamente comerciais, sem considerar os interesses culturais, informativos e educacionais da população a quem deveriam servir.

Resultou do debate constituinte a previsão da existência de uma forma mista que, mantendo o direito à exploração comercial dos meios eletrônicos, desde que atendidas exigências mínimas, e suprindo as necessidades de programações institucionais do Governo, por meio do sistema estatal, garantisse voz a crescentes segmentos da sociedade por meio de um sistema público de comunicação.

Registre-se, ainda, por oportuno, que a distinção conceitual entre o sistema público e o sistema estatal também mereceu a atenção dos constituintes, pondo fim ao falso entendimento de que a “coisa pública” é necessariamente “do governo”. Prevaleceu o entendimento de que o sistema estatal de comunicação é aquele controlado pelo Executivo, do qual fazem parte as TV Educativas atualmente em operação, e o sistema público de comunicação, aquele a ser gerido por organizações autônomas, com estatuto próprio, e sob o controle da sociedade civil.

De outra parte, consideramos presente o requisito da urgência, tendo em vista a necessidade de se promoverem a reestruturação e os ajustes previstos no ato, sem que o funcionamento e a operação das emissoras envolvidas sofressem solução de continuidade. Para além do argumento constante da Mensagem

Presidencial nº 747, de 2007, de urgente necessidade de adequação ao início das transmissões da televisão digital no País, a instituição do serviço de radiodifusão pública por meio de medida provisória justifica-se pela repercussão de suas determinações.

Observe-se que não se cuida, na medida provisória sob análise, da criação de uma nova ou de novas emissoras de radiodifusão de sons e imagens. Na verdade, nos termos previstos na MPV, propõe-se um novo formato de gestão para emissoras já existentes, com a otimização dos recursos materiais e humanos pertencentes à Radiobrás e à Acerp, mantenedora da TVE-RJ e da TVE-MA. A EBC sucederá a Radiobrás nos seus direitos e obrigações, e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal (art. 22, § 2º), além de receber, por transferência, as outorgas por ela atualmente exploradas (art. 24). De outra parte, incorporará o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp (art. 26, §§ 3º e 4º).

A par da complexidade inerente a processos de incorporações de patrimônio, absorção de atribuições e transferências de competências no âmbito da administração pública, é preciso ter em mente os reflexos das medidas aqui propostas sobre os servidores desses órgãos. Trata-se de um universo integrado por 2.431 funcionários, 1.067 servidores da Radiobrás, 1.126 da TVE do Rio de Janeiro e 219 na TVE do Maranhão, que não poderiam ficar expostos à insegurança da natural morosidade do rito legislativo bicameral.

Desse modo, somos de parecer que as disposições baixadas não poderiam ser submetidas ao processo legislativo ordinário, por envolverem matéria carente de normatividade dotada de vigência e eficácia imediatas.

Do ponto de vista da competência para explorar o serviço de radiodifusão pública, observe-se que, no Brasil, a exemplo do modelo norteamericano, o controle da radiodifusão pelo Estado tem como fundamento o chamado **trusteeship model**, no qual os radiodifusores atuam como **trustees**, ou fiduciários do público, sob controle governamental. De natureza pública, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cuja exploração compete diretamente à União, são outorgados, mediante autorização, concessão ou permissão, à exploração privada de terceiros.

Note-se que a delegação de tarefas que lhe competiria com exclusividade não quebra a posse do Estado aos bens naturais, do qual faz parte o espectro de frequências eletromagnéticas. Não se despoja o poder concedente de suas prerrogativas apenas delegando a execução dos serviços, sempre sujeitos a sua regulamentação e fiscalização. Age, portanto, em nome do

público receptor, devendo garantir que a exploração de tais serviços seja sempre e sobretudo exercida em função do interesse público.

Nesses termos, a EBC é competente para prestar os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo. Os programas poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras, além de outras entidades públicas ou privadas parceiras.

Ressalte-se, no entanto, que, embora a Constituição Federal preveja a existência de um “sistema” de radiodifusão pública, a norma restringe-se a regular a prestação do serviço pelo Poder Executivo, sendo omissa com relação a órgãos dos estados, municípios, do Distrito Federal, bem como de outros poderes, igualmente competentes para a prestação do serviço, nos termos da legislação em vigor.

Por fim, manifestamo-nos quanto ao mérito da iniciativa e sobre as alterações constantes no PLV.

Em importante ensaio sobre comunicação, o Professor Octavio Ianni consegue fazer justiça, talvez de forma definitiva, à centralidade que os meios de comunicação eletrônicos desfrutam nas sociedades modernas. Como sucedâneo de **O Príncipe**, de Maquiavel, e do **Moderno Príncipe** de Gramsci, surge **O Príncipe Eletrônico**, arquiteto da ágora eletrônica, onde todos estão representados e refletidos e sem o qual seria difícil compreender a teoria e a prática da política.

Nosso **Príncipe Eletrônico** constitui entidade presente, predominante e ubíqua, permeando todos os níveis da sociedade. De fato, no atual cenário de convergência tecnológica fica cada vez mais evidente a influência dos meios de comunicação em um ambiente de proliferação quase infinita da oferta de canais de áudio e vídeo proporcionada pelo recente desenvolvimento de tecnologias de distribuição de sinais mais modernas, que já vem sendo chamado de “democracia eletrônica”.

Embora sedutoras do ponto de vista da oferta de uma gama maior de programas e de informação, essas promessas ignoram ou escondem importantes obstáculos à sua concretização. A peculiar economia da indústria de comunicação, considerada pela teoria econômica como exemplo de um mercado imperfeito, faz a livre competição praticamente impossível. O fenômeno de economia de escala característico do setor torna a entrada de novos operadores extremamente difícil.

Assim, são necessários mecanismos legais de regulação que possibilitem a correção dessas disfunções. No caso em tela, a impossibilidade de o mercado se ordenar sozinho e manter o equilíbrio entre os

sistemas previstos no art. 223 da Constituição Federal justifica a edição da norma para a criação do serviço de radiodifusão pública.

De fato, o próprio desenvolvimento técnico-industrial da televisão no País gerou uma centralização da produção no Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, e a conseqüente hegemonia cultural da região. A estruturação do sistema de radiodifusão em redes nacionais, ao mesmo tempo em que oportunizou a construção de uma "identidade nacional", relegou a difusão autônoma da cultura regional e local a segundo plano. Olhares independentes, visões diferentes, outras palavras ficaram de fora das telas de nossa televisão.

Esse, em nosso entendimento, o mérito fundamental da MPV n° 398, de 2008: o de abrir o espectro de radiodifusão brasileiro para a manifestação de múltiplas identidades, em um movimento que pode ser chamado de um "florescimento de várias telas". O modelo institucional da radiodifusão pública possibilita, em todo o mundo, a geração de programação não-pautada pela necessidade do faturamento e das ingerências políticas. Essa a promessa que a MPV propõe-se a cumprir com vistas à efetiva democratização da comunicação em nosso País.

Por fim, quanto às alterações feitas pelo PLV n° 2, de 2008, somos de parecer que elas vão no sentido do aperfeiçoamento da proposição.

Convém, por sua repercussão, comentar em maior detalhe a criação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (art. 31). Segundo o relator da matéria, esse tributo, a ser recolhido pelas empresas de telecomunicações e de radiodifusão, e descontado, na mesma proporção, do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, gerará uma receita anual próxima a R\$150 milhões. Desses, setenta e cinco por cento constituirão receita da EBC, de forma a "aumentar seu grau de autonomia e independência financeira em relação ao Governo Federal".

No que se refere a essa Contribuição, observamos que há previsão expressa de seus contribuintes, fato gerador, valor devido e destinação. Além disso, o art. 33 determina que a contribuição somente será cobrada a partir do ano seguinte ao da publicação da conversão em lei da proposição em análise (art. 150, III, **b**, da Constituição Federal).

Quanto ao meio utilizado para a instituição da mencionada Contribuição, já está sedimentado que a criação de nova contribuição de intervenção no domínio econômico não exige lei complementar, razão pela qual a utilização de Medida Provisória revela-se viável (art. 62, § 1º, III, da Constituição Federal).

Em virtude da instituição dessa nova contribuição, toma-se possível a redução da taxa prevista no art. 80 da Lei n° 5.070, de 7 de julho de 1966, tal como proposto no art. 32, sem que se comprometa o equilíbrio fiscal exigido pela Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). De acordo com o art. 33 da proposição, a eficácia do art. 32, que concede o benefício fiscal, ocorrerá no mesmo momento em que a nova contribuição passará a ser devida.

Dessa maneira, não vislumbramos óbices à criação da nova Contribuição, nos termos em que foi estabelecida.

III – Recomendações

Nada obstante, ao longo do presente parecer, tenhamos reconhecido os louváveis princípios introduzidos pela Medida Provisória n° 398, de 2007, entendemos que o texto que chega da Câmara dos Deputados para revisão desta Casa poderia sofrer ajustes pontuais.

Trata-se de praxe regimental, prevista no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o oferecimento de emendas, pelo próprio relator ou pelos demais senhores Senadores, com vistas ao aprimoramento das matérias em tramitação ordinária. Esse seria o caminho natural para oferecermos nossas contribuições ao texto sob análise. No entanto, por se tratar de iniciativa apresentada mediante medida provisória, cuja eficácia se expira nos próximos dias, ficamos inibidos de assim proceder, sob o risco de não-aprovação da matéria.

Observe-se que, conforme estatui a Constituição Federal, no § 8º do art. 62, a apreciação das medidas provisórias tem seu início na Câmara dos Deputados. A Resolução n° 1, de 2002, do Congresso Nacional (CN), que regula a tramitação dessas espécies normativas, por seu turno, estabelece, no art. 6º, um prazo para que a Câmara analise estes instrumentos normativos. Assim, aquela Casa tem até o 28º dia de sua vigência para concluir seus trabalhos. Antes de esgotar-se esse prazo, deverá, então, a medida ser encaminhada ao Senado, que a apreciará até o 42º dia de sua vigência. Embora possa ser analisada pelo Senado, decorridos os 28 dias de sua publicação, e antes da conclusão dos trabalhos pela Câmara, a proposição somente poderá ser aqui votada após finalizada a deliberação naquela Casa (art. 7º).

Ocorre que, em certos casos, a apreciação da Câmara dos Deputados não se conclui no prazo estipulado pelo art. 6º. Assim, quando a matéria chega ao Senado, a discussão e a votação têm de ser feitas rapidamente, para que se cumpra o prazo constitucional.

O resultado é uma célere apreciação na análise e julgamento das iniciativas presidenciais, pelo Senado Federal, consubstanciadas nas medidas provisórias. Nesse contexto, faz-se necessário uma revisão do rito de tramitação das medidas provisórias, de modo que o Senado não seja afetado por uma eventual morosidade na deliberação dessas normas.

Ante o exposto, e tendo em vista nosso parecer pelo mérito irrefutável da MPV em análise, pelo que representa para a democratização da comunicação no país, apresentamos nossas contribuições sob a forma de recomendações. Para fins de sistematização, discorreremos, a seguir, sobre os arts. 8º, 19, 29 e 31, os quais, em nosso entendimento, merecem ajustes de natureza conceitual e/ou redacional, e apresentamos sugestões de alteração dos respectivos dispositivos. As numerações dos artigos referem-se àquelas constantes do PLV nº 2, de 2008.

– Sobre o art. 8º, inciso IX

Cabe, em primeiro lugar, fazer referência ao preceito constante do inciso IX do art. 8º do PLV nº 2, de 2008, que trata de garantir percentuais mínimos para veiculação de conteúdo regional e de produção independente. De fato, a concepção de medidas que incentivem a produção e a veiculação dessas manifestações artísticas, culturais e jornalísticas é exigência da maior importância para a afirmação e a valorização de nossa cultura, de nossa identidade.

Temos, hoje, no País, uma televisão aberta livre e gratuita, um modelo reconhecido internacionalmente, que oferece programação brasileira de qualidade. Em tempos de convergência tecnológica, no entanto, a demanda por conteúdo audiovisual só tende a crescer, e o País precisa estar preparado para produzi-lo e ofertá-lo. A digitalização dos meios de transmissão acaba com a escassez de canais e abre a perspectiva de maior espaço para a veiculação de variados conteúdos. É recomendável, portanto, que esse novo ambiente estimule o fomento à produção do conteúdo nacional proveniente de variados emissores.

Nesse sentido, propomos alteração do inciso IX do art. 8º, aumentando, para quinze por cento o percentual mínimo de conteúdo regional e para dez por cento o de conteúdo de produção independente a serem veiculados pela TV Brasil semanalmente, nos seguintes termos:

– Dê-se ao inciso IX do art. 8º do PLV nº 2, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 8º

IX – garantir os mínimos de quinze por cento de conteúdo regional e de dez por cento

de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre seis e vinte e quatro horas.

(NR)

– Sobre o art. 19

O dispositivo trata da composição da Diretoria Executiva da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Tendo em vista a natureza e a dimensão das atribuições confiadas ao Diretor Presidente da EBC, e por ser este, dentro da estrutura gerencial do órgão o único com mandato fixo preestabelecido, consideramos razoável que o nome escolhido para o cargo seja submetido à aprovação do Senado Federal, a exemplo do que ocorre para candidatos a titulares de agências reguladoras e diretorias do Banco Central.

A repercussão das determinações constantes do instrumento, porém, a reestruturação e os ajustes previstos no ato, além da necessidade de que o funcionamento e a operação das emissoras envolvidas não sofressem solução de continuidade, exige que se excetue da determinação prevista no artigo o Diretor Presidente já empossado.

Nesses termos, recomendamos a seguinte redação para o art. 19 do PLV nº 2, de 2008:

– O art. 19 do PLV nº 2, de 2008, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º, renumerando-se os atuais:

“Art. 19.

§ 3º O Diretor Presidente será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, nos termos da alínea f, do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 4º A obrigatoriedade de aprovação pelo Senado Federal do titular ao cargo de Diretor Presidente aplica-se apenas aos mandatos com início após a entrada em vigor desta Lei.

..... ” (NR)

– Sobre o art. 29

O dispositivo determina que as prestadoras de serviços de televisão por assinatura deverão tornar disponíveis, em sua área de prestação, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória para utilização pela EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pela emissora oficial do Poder Executivo.

Esclarece, em seu parágrafo único que, no caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios, o órgão regulador

de telecomunicações deverá dispor sobre que canais deverão ser oferecidos aos usuários.

A nosso ver, uma das grandes conquistas com vistas à democratização dos espaços televisivos foi a introdução do conceito dos chamados “canais de acesso público” na legislação que normatiza a TV a Cabo no País. Com base nesse princípio, estabelecido pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, foi possível, por exemplo, ao Legislativo Federal aperfeiçoar seu sistema de comunicação, criando a TV Senado e a TV Câmara, veículos fundamentais de aproximação do Parlamento com a sociedade.

Entretanto, esses canais só podem ser acessados, além dos municípios que dispõem da TV Senado e da TV Câmara em radiodifusão aberta, pelos assinantes de serviço de televisão via cabo, já que a legislação que regula os demais serviços de distribuição de sons e imagens por assinatura é omissa nesse particular. O art. 29 do PLV pretende, assim, determinar que as prestadoras do Serviço Especial de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) e do Serviço Especial de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), ou por qualquer outra forma de transmissão que vier a ser desenvolvida, também devam reservar canais, nos termos em que especifica.

Em que pese concordarmos com a importância, para a Democracia, de que se disponibilizem esses canais ao maior contingente possível de telespectadores, entendemos ser necessário considerar as diferenças técnicas entre as modalidades de serviço de televisão por assinatura hoje disponíveis.

O serviço de TV a cabo, regulamentado pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, não apresenta as limitações na quantidade de canais transmitidos presentes nas demais modalidades. A depender do dimensionamento e capacidade das redes das operadoras, o número de canais pode ser virtualmente ilimitado.

Não é essa, entretanto, a realidade no DTH e no MMDS, que se utilizam do espectro radioelétrico para viabilizar suas transmissões. Destaca-se, sobretudo, o caso do MMDS, que ainda operando com tecnologia analógica, tem capacidade de veiculação de apenas 31 canais. Assim, as determinações constantes da proposição comprometeriam sobremaneira a grade de programação dessas operadoras. Por outro lado, ao migrar para a tecnologia digital, o número de canais do MMDS aumenta consideravelmente, o que torna possível a aplicabilidade da norma proposta.

Nesse sentido, propomos que apenas as novas operações de DTH e MMDS estejam vinculadas às obrigações de disponibilização dos canais previstos pelo art. 29 do PLV nº 2, de 2008, de modo a formatar, da melhor maneira, sua grade de programação.

Nesses termos, recomendamos a seguinte redação ao art. 29 do PLV nº 2, de 2008:

– O art. 29 do PLV nº 2, de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único:

“Art. 29

§ 2º Para as modalidades de televisão por assinatura não reguladas pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, o disposto no **caput** aplica-se, exclusivamente, às operações outorgadas a partir da vigência desta Lei. (NR)”

– Sobre o art. 31

O PLV nº 2, de 2008, em seu art. 31, garante que os sinais de eventos desportivos de interesse nacional, objetos de contratação com exclusividade e que não forem transmitidos na televisão aberta, sejam colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral. Além disso, o parágrafo único do dispositivo determina que, no caso de a emissora não ter gerado o respectivo sinal, deverá autorizar a EBC a fazê-lo, alternativamente.

Conquanto se possa concordar com a conveniência de dar à população em geral o maior acesso possível a eventos desportivos de que participem equipes e atletas brasileiros, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a fórmula proposta pelo relator da matéria na Câmara dos Deputados para viabilização de tal intento.

Em primeiro lugar, observe-se que, no que tange à transmissão de eventos esportivos, duas práticas de mercado são verificadas, especialmente no futebol. Note-se que os direitos de transmissão de eventos esportivos pertencem às entidades de prática desportiva, por força do art. 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé).

Assim, ao negociar esses direitos com determinada emissora, os clubes estão firmando contrato particular, relativo a relações comerciais entre entidades privadas. É preciso ter em mente que a aquisição de direitos de transmissão de eventos esportivos insere-se na estratégia empresarial das emissoras de televisão, já que são extremamente valorizados por seu grande poder de geração de audiência e de atração de assinantes, no caso de televisão por assinatura. Também não se pode deixar de lembrar que estamos tratando de situações em que há custos operacionais e comerciais envolvidos e que é direito dos produtores e programadores de conteúdo decidir quem pode distribuir suas obras e de que forma.

No caso em tela, nem todos os eventos adquiridos são efetivamente transmitidos devido à sua simultaneidade, à transmissão de outros programas, aos custos

elevados de transmissão e devido à falta de interesse comercial em face dos elevados custos. Por isso mesmo, a exigência de que a detentora do direito de transmissão ceda graciosamente à EBC os direitos sobre determinado evento poderia ser questionada do ponto de vista da quebra de contrato de exploração de serviço de radiodifusão e do não-restabelecimento do equilíbrio das condições econômico-financeiras originalmente pactuadas.

Nos casos em que a emissora prefira, por estratégia comercial ou por falta de capacidade operacional, não transmitir o evento ou parte deste, poderá oferecê-lo a outro interessado para ser retransmitido, mas mediante o pagamento de valor compatível com o mercado. Tal raciocínio encontra respaldo em decisões das autoridades que tratam de matéria concorrencial: a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Assim, recomendamos a seguinte alteração ao art. 31 do PLV nº 2, de 2008:

– Dê-se ao art. 31 do PLV nº 2, de 2008, a seguinte redação:

“ Art. 31. No caso de o detentor dos direitos de exclusividade, para a transmissão, através do serviço de radiodifusão de sons e imagens, de eventos esportivos de relevante interesse nacional, de que participem equipes e atletas representando oficialmente o País, optar por não transmiti-los, oferecerá os direitos de transmissão a terceiros interessados, mediante ressarcimento dos valores envolvidos na aquisição.

Parágrafo único. Sem prejuízo do que determinam os arts. 42 e 84-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, no caso de não haver interessados na aquisição dos direitos para a transmissão do evento, a detentora deverá ceder os sinais gratuitamente à EBC”. (NR)

IV – Voto

Os elementos anteriormente expostos, a título de recomendações, não depõem, de forma alguma, contra a essência dos princípios constantes do PLV nº 2, de 2008, proveniente da MPV nº 398, de 2007. Constituem, em verdade, contribuição deste Relator ao processo de maturação acerca do sistema de radiodifusão pública e questões relacionadas.

Pelas razões expostas, somos de parecer favorável ao PLV nº 2, de 2008, proveniente da MPV nº 398, de 2007.

Sala das Sessões, – Senador **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Renato Casagrande, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Temos, como primeiro orador inscrito para a discussão, o Senador Aloizio Mercadante, a quem concedo a palavra. Em seguida falarão os Senadores Francisco Dornelles e Tião Viana.

S. Ex^{as} disporão de dez minutos cada um. No entanto, há um apelo do Plenário no sentido de que cada orador tenha cinco minutos improrrogáveis. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a certeza de que V. Ex^a terá a mesma generosidade que teve com a Oposição. Não é porque a Oposição não está aqui que nós não vamos esclarecer, a quem nos acompanha a história, o porquê de nossa decisão.

Eu começaria lendo a Constituição brasileira em seu art. 223:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Este artigo foi construído na Constituição pelo campo progressista, liderado, naquela ocasião, pelo saudoso Senador Mário Covas, depois Governador do meu Estado.

Foi uma luta muito longa para que se pudesse conceber essa visão de complementaridade entre o que é o papel do Estado – e aqui temos a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça e a TV do Executivo – e o que é o sistema privado de telecomunicações, em que as empresas brasileiras têm, hoje, um padrão de eficiência, de competência e de profissionalismo que permite, inclusive, exportar produtos de conteúdo nacional para muitos países. E o sistema público, que

é um sistema que, no Brasil, até este momento, não ganhou a importância e a relevância que os Constituintes estabeleciam, agora o Governo, em parceria com o Congresso Nacional, tenta constituir como política de Estado.

A complementaridade é necessária. Em primeiro lugar, o sistema público vai abrir espaço à produção independente, valorizando iniciativas que nem sempre têm o espaço na televisão brasileira para poder veicular as inovações, a criatividade, a possibilidade de produzir e participar desses instrumentos fundamentais na comunicação da sociedade moderna. Em segundo, o pluralismo e o regionalismo – 15% da produção é regional –, valorizando a diversidade regional, cultural, social, que é tão fundamental para a constituição da unidade da Nação.

Quero lembrar também que o sistema público é concebido exatamente porque pressupõe a participação da sociedade na gestão do empreendimento.

Essa não será uma televisão do Governo, mas uma televisão pública, em que o Governo tem a sua participação, mas há mecanismos de controle social como Ouvidoria e o Controle Gestor. Na concepção do próximo Conselho Gestor, teremos, inclusive, representantes do Congresso Nacional, eleitos pela Câmara e pelo Senado Federal, além da ouvidoria, que será um canal permanente de comunicação.

Lembro àqueles que dizem que isso não é possível em uma sociedade democrática que a BBC é uma referência mundial de competência e inclusive está presente no Brasil, na América Latina, cotidianamente no nosso noticiário, e é uma televisão pública inglesa. Lembro que a PBS é uma televisão pública americana. Os Estados Unidos têm televisão pública, como nós estamos, tardiamente, concebendo neste momento da história do Brasil. Lembro que a CBC canadense é uma das mais importantes televisões de veicular documentários, que é uma linguagem inovadora e fundamental na televisão e na teledramaturgia moderna. A RTP portuguesa, que passa na tevê a cabo no Brasil, também é uma televisão pública. A TVE, que passa na tevê a cabo e que tantos brasileiros que têm o privilégio da tevê a cabo vêem, também é uma TV pública, que é transmitida, inclusive, com programas internacionais. Além da NHK japonesa, que também é uma TV pública.

O que mais me espanta neste debate é que eu pertenço a um Estado em que a TV Cultura tem uma longa história, e há quase 20 anos é governada pelo PSDB. E nunca fechou a TV Cultura. Ela tem um conselho gestor, ela é a concepção própria de uma TV pública; ela é um espaço plural, ela tem uma produção educativa, ela tem uma produção cultural. Por

que não é possível elevar essa condição para as 22 outras televisões estaduais que hoje estão obsoletas e sem resposta?

Esse sistema integrado é uma inovação fundamental para nós melhorarmos a qualidade da formação da cidadania e veicularmos informações culturais, educacionais, políticas, sociais, de grande alcance da nossa sociedade, aprimorando o acesso à informação de qualidade.

Concluo perguntando: por que uma medida provisória? Uma medida provisória porque já existe a TVE e já existe a Radiobrás,, e o Governo Federal poderia fazer isso por decreto. E não o fez. Fez, em respeito ao Congresso Nacional, permitindo o debate plural, aberto e democrático. É a fusão de duas estruturas existentes que estavam ansiosas, inseguras, e que agora terão uma resposta pronta e ágil.

Digo, ainda, àqueles que afirmam que os investimentos serão muito grandes para a realização desse empreendimento: não. Comunicação é uma dimensão fundamental da sociedade moderna. Nós temos agora a convergência dos meios de comunicação com a inclusão digital. Vendemos mais de dez milhões de computadores com a Internet. O acesso à informação, o pluralismo das idéias, a diversidade cultural são essenciais na formação do Estado Democrático de Direito, são fundamentais numa sociedade que controla o Estado. E esse investimento na formação do povo não é jogar dinheiro fora, é construir o futuro diferente, é valorizar a cidadania, é estimular o pluralismo, a diversidade e um novo padrão de relação entre sociedade civil e Estado.

Concluo, Sr. Presidente, homenageando a todos aqueles profissionais que trabalham na TVE, que trabalham na Radiobrás, profissionais da mais alta qualidade. E aqui rendo homenagem a pelo menos duas profissionais com quem aprendemos a conviver e a respeitar nesta Casa, que saíram do setor privado. Recebiam grandes salários, tinham um currículo inquestionável na imprensa brasileira e arregaçaram as mangas para construir esse espaço público que vai ficar para as futuras gerações. Saúdo, nesta noite, Tereza Cruvinel e Helena Chagas, e, saudando-as, saúdo a todos os demais profissionais que participaram – eu diria com tanto empenho – da construção desse empreendimento.

Parabéns ao Congresso Nacional. A história vai fazer justiça a esta noite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer perante todos que considero um grande equívoco a criação da Empresa Brasileira de Comunicação. Os objetivos que ela pretende atingir poderiam ter sido alcançados com a rede de TVE existente, sem a criação de uma nova empresa. Mas reconheço que o projeto foi amplamente aperfeiçoado na Câmara e que o Senador Casagrande fez um grande debate.

Existe – eu queria falar ao Líder Romero Jucá – um artigo extremamente inconstitucional, porque fere o direito de propriedade. Devo dizer a V. Ex^a que, se esse artigo for mantido, não tenho condições de votar. Refiro-me ao art. 31, que praticamente obriga um determinado canal de televisão a ceder, gratuitamente, para a Empresa Brasileira de Comunicação, direitos que ele decidir não utilizar. Portanto, é inconstitucional esse artigo. Não estava no projeto do Governo, foi colocado por um Deputado que nem é da base do Governo. Qual é a posição em relação ao art. 31 do projeto?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero não apenas esclarecer ao Senador Dornelles, mas garantir a todos as Senadoras e Senadores que o Governo se compromete a vetar o art. 31. Garanto aqui a posição do Governo e, portanto, ao Senador Dornelles e a todas as Senadoras e Senadores que podem votar com tranquilidade, que essa matéria será retirada do texto, na sanção do Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, agradeço a notícia dada pelo Senador Romero Jucá. Neste caso, votarei favoravelmente ao projeto. E cumprimento a todos aqueles que participam dessa nova empresa, na pessoa da jornalista de maior dignidade, de maior competência e de maior credibilidade da imprensa brasileira, que é a jornalista Tereza Cruvinel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. Em seguida, falará o Senador Flávio Arns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero expressar o mais absoluto respeito às palavras proferidas por V. Ex^a, que afirmou sua condição de Presidente de uma instituição que tem de estar à altura dos Poderes da República com sua independência e com suas prerrogativas. Meu mais absoluto sentimento de respeito às suas palavras.

Externo também minha insatisfação com esse comportamento de medidas provisórias como um recurso da vida republicana. Creio que isso tem agredido

as prerrogativas do Poder Legislativo, é inconveniente e deveria ser tratado como exceção, mas não há essa consideração.

V. Ex^a também falou em nome de todos nós, no dia da abertura dos trabalhos legislativos, elevando a grandeza e a necessidade de autonomia e de o Poder Legislativo ter as suas prerrogativas. Não entendo que devamos aceitar a continuidade da edição de medidas provisórias nos temos que vem ocorrendo.

Gostaria de lembrar à Casa a criação de duas televisões no Poder Legislativo, a TV Senado e a TV Câmara. O Presidente Sarney foi o criador, o edificador do projeto da TV Senado, a quem darei a palavra com muita honra. A TV Senado foi feita por um projeto de resolução do Senado Federal. Não sofreu qualquer contestação. A TV Câmara, do mesmo modo, foi gerada por um projeto de resolução na Câmara dos Deputados, não sofreu qualquer contestação, e o alcance é extraordinário para a cultura política brasileira. A TV Justiça, por um projeto de lei do Judiciário brasileiro, também foi apresentada, não sofreu contestação. É justo que a TV pública não sofra contestação. Ela pode estar suscetível a sugestões e aperfeiçoamentos, como tão brilhantemente fez o Senador Dornelles, vigilante nas prerrogativas de constitucionalidade, que é uma missão nossa.

Eu, pessoalmente, quero incorporar com setores da Oposição um expediente de leitura, de estudo, para aperfeiçoar este projeto no seu campo. Um projeto de lei que é correto. Por exemplo, o marco regulatório das agências reguladoras que estabelece mandato, que estabelece uma recondução e que passa pelo crivo de avaliação, julgamento e aprovação do Senado Federal, eu estarei defendendo esse estudo, porque vi, nas palavras do Senador Cristovam Buarque, esse tipo de defesa que venha a melhorar esse projeto, mas, no seu tempo e na sua sede. Portanto, quero contribuir

E concluo, Sr. Presidente, oferecendo o espaço para o eminente Presidente José Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Tião Viana, muito obrigado a V. Ex^a. Eu apenas queria ressaltar que espero que a TV Pública atinja suas finalidades. E qualquer receio que tivéssemos em relação a ela, esse receio seria afastado pela presença, na direção da empresa, da jornalista Tereza Cruvinel, que, sem dúvida alguma, é uma das mais brilhantes inteligências que nós tivemos no jornalismo brasileiro contemporâneo. E justamente ao seu lado estará Helena Chagas e toda a equipe constituída para fazer a TV Pública. Por outro lado, com a aprovação do Senado dos nomes que irão dirigir essa entidade, temos absoluta certeza de que os objetivos serão atingidos. Ao mesmo tempo, o Senado exercerá o controle que

nós teremos que exercer em assuntos dessa natureza. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a trouxe uma contribuição marcante na história da política brasileira, com a consolidação de tantas obras, mas considero a TV Senado um patrimônio da democracia e da busca da cidadania no nosso País.

Senador Garibaldi, sabemos que, a cada minuto, pelo menos oito mil brasileiros acessam a TV Senado; sabemos a dimensão social e o alcance político dela.

Então, encerro, homenageando também a condutora desta instalação no Brasil, a jornalista Tereza Cruvinel, que é uma trincheira de resistência pelo bom jornalismo no Brasil e pela democracia brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, falará o Senador Marcelo Crivella.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo V. Ex^a pela condução dos trabalhos, pela preocupação com a preservação e com o crescimento do Poder Legislativo e também pelos posicionamentos que vem assumindo nessa defesa, particularmente em relação à análise, à postura crítica quanto ao abuso de edição de medidas provisórias. Quer dizer, esse contraponto serve para resgatar o papel do Poder Legislativo.

Quero que V. Ex^a saiba que os comentários no Senado e na sociedade têm sido extremamente positivos em relação a esse tipo de abordagem.

Quero também dar o meu voto favorável, o meu pensamento favorável à criação da Empresa Brasil de Comunicação, cujo aspecto mais visível é o da TV pública – não da TV estatal, e, sim, da TV pública.

Houve audiências das mais interessantes e proveitosas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, presidida pelo Senador Wellington Salgado, e também na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com a presença do Ministro Franklin Martins; da Presidente da empresa que está sendo votada nesta noite, a jornalista Tereza Cruvinel; de Helena Chagas; da diretoria; e da sociedade, representada pelas associações vinculadas a essa área. Existe, podemos dizer, um consenso da sociedade, demonstrado por meio de documentos e também dos posicionamentos nas audiências públicas, a favor da criação da empresa.

Existe a preocupação de que a empresa não se transforme numa televisão, numa rádio, numa comunicação chapa-branca. Por isso, foi criado o Conselho

Curador, composto de pessoas das várias de comunicação e com aspecto regional. Esclareceram-se, nas audiências públicas, as formas de financiamento que vão levar essa iniciativa da Empresa Brasil de Comunicação – esperamos – para níveis cada vez mais desenvolvidos.

Havia a preocupação com outros aspectos, como os relacionados à competição e às leis de incentivo à cultura, os quais foram plenamente explicados nas audiências públicas.

Enfatizo que termos no Brasil uma TV pública não-estatal – há a responsabilidade de todos nós nessa direção – significa também, no meu ponto de vista, soberania, democracia, espaço para debate, tendo em vista não a lógica do mercado, mas a do interesse público.

Por tudo isso, voto com tranquilidade e posiciono-me favoravelmente a essa medida provisória, que chegou, eu diria, tarde ao Congresso Nacional. Mas sobre essa medida provisória houve um grande debate, anterior ao Congresso Nacional, com todos os setores da sociedade.

Cumprimento a jornalista Tereza Cruvinel e todo o grupo de trabalho, porque esses primeiros passos são fundamentais para que o espírito da TV Pública não-estatal seja, de fato, construído. E a jornalista, como o grupo de trabalho, tem todas as condições de levar a cabo, com bons resultados, essa tarefa, que é grande.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, observo que agora começamos a fazer obstrução contra nós.

É consuetudinário abrir-se o placar, quando há quase unanimidade e a opinião formada; os a favor têm posição consolidada a favor, e os que são contra têm posição consolidada a favor.

Acho que se poderia abrir o painel.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não há problema, a votação é simbólica.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas abra o painel, que isso facilita....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro a V. Ex^a, Senador Gerson Camata, que a votação é simbólica, não é no painel, a não ser que se queira.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não precisa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores, pois há ainda oradores inscritos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos votar, depois continua...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vamos votar; quem quiser fala depois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores, pois ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Queria fazer um apelo ao Senador Marcelo Crivella, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador José Nery, para que pudéssemos votar simbolicamente. Depois, eles fariam declaração de voto com base no voto que fosse escolhido. Fica essa sugestão, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Concordo, Sr. Presidente. Sem problemas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sendo assim, também me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a concordância dos oradores inscritos – S. Ex^{as} falarão depois da votação –, continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de destaque, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 240, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 31 do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008.

Justificação

O dispositivo incluído pelo relator no PLV nº 2, de 2008, garante que os sinais de eventos desportivos de interesse nacional, objetos de contratação com exclusividade e que não forem transmitidos na televisão aberta, sejam colocados à disposição da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para transmissão ao público em geral. Além disso, o parágrafo único do dispositivo determina que, no caso de a emissora não ter gerado o respectivo sinal, deverá autorizar a EBC a fazê-lo, alternativamente.

Conquanto se possa concordar com a conveniência de dar à população em geral o maior acesso possível a eventos desportivos de interesse nacional, convém observar que, ao negociar direitos de transmissão com determinada emissora, os clubes, detentores desses direitos, estão firmando contrato particular, relativo a relações comerciais entre entidades privadas.

É preciso ter em mente que a aquisição de direitos de transmissão de eventos esportivos insere-se na estratégia empresarial das emissoras de televisão, já que são extremamente valorizados por seu grande poder de geração de audiência e de atração de assinantes, no caso de televisão por assinatura. Também não se pode deixar de lembrar que estamos tratando de situações em que há custos operacionais e comerciais envolvidos e que é direito dos detentores, produtores e programadores de conteúdo decidir quem pode distribuir suas obras e de que forma.

Por isso mesmo, a exigência de que a detentora do direito de transmissão ceda gratuitamente à EBC os direitos sobre determinado evento pode ser questionada do ponto de vista da quebra de contrato de exploração de serviço de radiodifusão e do não-restabelecimento do equilíbrio das condições econômico-financeiras originalmente pactuadas.

Nos casos em que a emissora prefira, por estratégia comercial ou por falta de capacidade operacional, não transmitir o evento ou parte deste, poderia oferecê-lo a outro interessado para ser retransmitido, mas mediante o pagamento de valor compatível com o mercado.

Note-se, por fim, que a Lei Pelé já assegura a livre reprodução de flagrantes do espetáculo que tenham relevância jornalística ou educativa (art. 42, § 2º). De outra parte, garante que todos os jogos das seleções brasileiras de futebol, em competições oficiais, deverão ser exibidos, pelo menos em uma rede nacional de televisão aberta, com transmissão ao vivo, inclusive para as cidades brasileiras, nas quais os mesmos estejam sendo realizados (art.84-A).

Nesse sentido, torna-se controversa a utilização do mecanismo proposto pelo relator da MPV nº 398, de 2007, como contrapartida social pela concessão do serviço de radiodifusão.

Sala das sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Antonio Carlos Magalhães Junior**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não se encontrando S. Ex^a presente para encaminhar a matéria a que se refere, nos termos do art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno, fica prejudicada a iniciativa do Senador Antonio Carlos Júnior.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;

II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;

III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;

IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;

V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;

VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;

VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;

VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e

IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;

II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;

III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;

IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;

VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informati-

vas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;

VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e

IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

Art. 4º Os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo serão prestados pela empresa pública de que trata o art. 5º desta Lei e poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema público de radiodifusão e outras entidades públicas ou privadas parceiras, na forma do inciso III do caput do art. 8º desta Lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 6º A EBC tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. A EBC, com prazo de duração indeterminado, terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal, mantendo como principal centro de produção o localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,

podendo instalar escritórios, dependências, unidades de produção e radiodifusão em qualquer local, dando continuidade obrigatoriamente àquelas já existentes no Distrito Federal, Rio de Janeiro e Maranhão.

Art. 7º A União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis.

Art. 8º Compete à EBC:

I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC; e

IX - garantir os mínimos de 10% (dez por cento) de conteúdo regional e de 5% (cinco por cento) de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do caput deste artigo, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

§ 2º É dispensada a licitação para a:

I - celebração dos ajustes com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública mencionados no inciso III do caput deste artigo, que poderão ser firmados, em igualdade de condições, com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão, por até 10 (dez) anos, renováveis por iguais períodos;

II - contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas na realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

§ 3º Para compor a Rede Nacional de Comunicação Pública, nos termos do disposto no inciso III do caput deste artigo, a programação das entidades públicas e privadas deverá obedecer aos princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso IX do caput deste artigo, entende-se:

I - conteúdo regional: conteúdo produzido num determinado Estado, com equipe técnica e artística composta majoritariamente por residentes locais;

II - conteúdo independente: conteúdo cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico.

§ 5º Para o cumprimento do percentual relativo a conteúdo regional, de que trata o inciso IX do caput deste artigo, deverão ser veiculados, na mesma proporção, programas produzidos em todas as regiões do País.

Art. 9º A EBC será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) serão de titularidade da União.

§ 1º A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei n° 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26 desta Lei.

§ 2º Será admitida no restante do capital da EBC a participação de entidades da administração indireta fede-

ral, bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios ou de entidades de sua administração indireta.

§ 3º A participação de que trata o § 2º deste artigo poderá ser realizada mediante a transferência para o patrimônio da EBC de bens representativos dos acervos de estações de radiodifusão de sua propriedade ou de outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

§ 4º A EBC divulgará anualmente, como parte do balanço da empresa, listagem contendo nomes dos empregados, dos contratados, dos terceirizados e dos demais prestadores de serviços com que haja contratado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda designará o representante da União nos atos constitutivos da EBC, dentre os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O Estatuto da EBC será publicado por decreto do Poder Executivo, e seus atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

- I - de dotações orçamentárias;
- II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta Lei;
- III - no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 32 desta Lei;
- IV - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;

V - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

VI - de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projetos;

VII - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;

VIII - da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei;

IX - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis n.ºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;

X - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

XI - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

XII - de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se apoio cultural como pagamento de custos relativos à produção de programação ou de um programa específico, sendo permitida a citação da entidade apoiadora, bem como de sua ação institucional, sem qualquer tratamento publicitário.

§ 2º O tempo destinado à publicidade institucional não poderá exceder 15% (quinze por cento) do tempo total de programação da EBC.

§ 3º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, fica a EBC equiparada às agências a que se refere a Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

Art. 12. A EBC será administrada por 1 (um) Conselho de Administração e por 1 (uma) Diretoria Executiva, e na sua composição contará ainda com 1 (um) Conselho Fiscal e 1 (um) Conselho Curador.

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

I - de 1 (um) Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

II - do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva;

III - de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e

V - de 1 (um) Conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º O quórum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros e respectivos suplentes designados pelo Presidente da República.

§ 1º O Conselho Fiscal contará com 1 (um) representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto.

§ 2º Os conselheiros exercerão suas atribuições pelo prazo de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter deliberativo se contarem com a presença do Presidente e de pelo menos 1 (um) membro.

Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por 22 (vinte e dois) membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

- I - 4 (quatro) Ministros de Estado;
- II - 1 (um) representante indicado pelo Senado Federal e outro pela Câmara dos Deputados;
- III - 1 (um) representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto;

IV - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro.

§ 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

I - pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva;

II - agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e III do § 1º deste artigo.

§ 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso III do § 1º deste artigo será de 2 (dois) anos, vedada a sua recondução.

§ 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º deste artigo será de 4 (quatro) anos, renovável por 1 (uma) única vez.

§ 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso IV do § 1º deste artigo serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de 2 (dois) e 4 (quatro) anos, na forma do Estatuto.

§ 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração.

§ 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente, o Diretor-Geral e o Ouvidor da EBC.

§ 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos III e IV do § 1º deste artigo perderão o mandato:

I - na hipótese de renúncia;

II - devido a processo judicial com decisão definitiva;

III - por ausência injustificada a 3 (três) sessões do Colegiado, durante o período de 12 (doze) meses;

IV - mediante a provocação de 3/5 (três quintos) dos seus membros.

Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º do art. 15 desta Lei nas suas reuniões será remunerada mediante pro labore, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições serão suportadas pela EBC.

Parágrafo único. A remuneração referida no caput deste artigo não poderá ultrapassar mensalmente 10% (dez por cento) da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente.

Art. 17. Compete ao Conselho Curador:

I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;

II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;

III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;

IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;

V - encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião;

VI - deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta Lei; e

VII - eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

§ 1º Caberá, ainda, ao Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso IV do § 1º do art. 15 desta Lei.

§ 2º Para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, a EBC receberá indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente:

I - à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia;

II - à educação ou à pesquisa;

III - à promoção da cultura ou das artes;

IV - à defesa do patrimônio histórico ou artístico;

V - à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente;

VI - à representação sindical, classista e profissional.

§ 3º Não serão consideradas, para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, indicações originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais.

Art. 18. A condição de membro do Conselho Curador, bem como dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e de direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 222 da Constituição Federal.

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º O mandato do Diretor-Presidente será de 4 (quatro) anos.

§ 3º Os membros da Diretoria Executiva serão destituídos nas hipóteses legais ou se receberem 2 (dois) votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de 12 (doze) meses, emitidos com interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre ambos.

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria Executiva serão definidas pelo Estatuto.

Art. 20. A EBC contará com 1 (uma) Ouvidoria, dirigida por 1 (um) Ouvidor, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação.

§ 1º O Ouvidor será nomeado pelo Diretor-Presidente da EBC, para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 2º O Ouvidor somente perderá o mandato nas hipóteses de renúncia ou de processo judicial com decisão definitiva.

§ 3º No exercício de suas funções o Ouvidor deverá:

I - redigir boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva;

II - conduzir, sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo 15 (quinze) minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro horas), voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC;

III - elaborar relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Conselho Curador até 5 (cinco) dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado.

Art. 21. Observadas as ressalvas desta Lei e da legislação de comunicação social, a EBC será regida pela legislação referente às sociedades por ações.

Art. 22. O regime jurídico do pessoal da EBC será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal permanente da EBC far-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º A EBC sucederá a Radiobrás nos seus direitos e obrigações e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

§ 3º Para fins de implantação, fica a EBC equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com vistas na contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 4º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da EBC.

§ 5º As contratações a que se refere o § 3º deste artigo observarão o disposto no *caput* do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do *caput* do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e não poderão exceder o prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da instalação da EBC.

§ 6º Durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias a contar da constituição da EBC, poderá ser contratado, nos termos dos §§ 3º e 4º deste artigo, mediante análise de *curriculum vitae*, e nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, pessoal técnico e administrativo para atendimento de

necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo prazo improrrogável de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 23. Fica a EBC autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Art. 24. As outorgas do serviço de radiodifusão exploradas pela Radiobrás serão transferidas diretamente à EBC, cabendo ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a EBC, as providências cabíveis para formalização desta disposição.

Art. 25. A EBC terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, editado por decreto, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 26. Com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, o contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, podendo ser prorrogado por até 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º Até a data do seu encerramento, o contrato de gestão firmado entre a União e a Acerp terá seu objeto reduzido para adequar-se às disposições desta Lei, garantida a liquidação das obrigações previamente assumidas pela Acerp.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão

referido no § 1º deste artigo em decorrência do disposto nesta Lei, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 5º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 3º Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a Acerp pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput deste artigo.

§ 4º Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp sujeitos ao disposto na alínea i do inciso I do caput art. 2º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Art. 27. A EBC poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28. A Radiobrás será incorporada à EBC após sua regular constituição, nos termos do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Os bens e equipamentos integrantes do acervo da Radiobrás serão transferidos e incorporados ao patrimônio da EBC.

Art. 29. As prestadoras de serviços de televisão por assinatura deverão tornar disponíveis, em sua área de prestação, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória para utilização pela EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pela emissora oficial do Poder Executivo.

Parágrafo único. No caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios de que trata este artigo, o órgão regulador de telecomunicações deverá dispor sobre quais canais de programação deverão ser oferecidos aos usuários.

Art. 30. Os servidores em exercício na Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP poderão ser cedidos para a EBC, na forma do art. 93 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, mediante termo de opção.

Art. 31. Deverão ser colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral os sinais de televisão gerados a partir de eventos esportivos dos quais participem equipes, times, seleções e atletas brasileiros representando oficialmente o Brasil, realizados no Brasil e no exterior e que tenham sido objeto de contrato de exclusividade entre entidade esportiva e emissora de radiodifusão que decida não transmiti-lo na televisão aberta.

Parágrafo único. No caso de a emissora detentora dos direitos decidir não gerar o sinal correspondente a um determinado evento, deverá autorizar a EBC a fazê-lo em seu lugar.

Art. 32 Fica instituída a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, com o objetivo de propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações.

§ 1º A Contribuição é devida pelas prestadoras dos serviços constantes do Anexo desta Lei, e o seu fato gerador é a prestação deles.

§ 2º A Contribuição será paga, anualmente, até o dia 31 de março, em valores constantes do Anexo desta Lei.

§ 3º A Contribuição sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais e de consulta, previstas no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, bem como, subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do imposto de renda, especialmente quanto às penalidades e aos demais acréscimos legais.

§ 4º São isentos do pagamento da Contribuição o órgão regulador das telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Cíveis e os Corpos de Bombeiros Militares.

§ 5º A totalidade de recursos de que trata este artigo deverá ser programada em categoria específica e utilizada exclusivamente para o atendimento dos objetivos definidos no caput deste artigo.

§ 6º Na ocorrência de nova modalidade de serviço de telecomunicações, será devido pela prestadora, em caráter provisório, o valor da contribuição prevista no item 1 da Tabela constante do Anexo desta Lei, até que lei fixe seu valor.

Art. 33. O caput do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a 45% (quarenta e cinco por cento) dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação.

..... "(NR)

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente aos arts. 32 e 33 desta Lei, a partir do ano seguinte à sua publicação.

ANEXO

Valores da Contribuição para o Fomento da Radio-difusão Pública

1. Serviço Móvel Celular	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
2. Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário/ Telestrada	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
3. Serviço Radiotelefônico Público	a) até 12 canais	1,34
	b) acima de 12 até 60 canais	6,70
	c) acima de 60 até 300 canais	13,00
	d) acima de 300 até 900 canais	20,00
	e) acima de 900 canais	26,00
4. Serviço de Radiocomunicação Aero-náutica Público - Restrito	a) base	335,00
	b) móvel	26,00
5. Serviço Limitado Privado	a) base	6,70
	b) repetidora	6,70
	c) fixa	1,34
	d) móvel	1,34
6. Serviço Limitado Móvel Especializado	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34

7. Serviço Limitado de Fibras Óticas		6,70
8. Serviço Limitado Móvel Privativo	a) base b) móvel	33,00 1,34
9. Serviço Limitado Privado de Radiochamada	a) base b) móvel	6,72 1,34
10. Serviço Limitado de Radioestrada	a) base b) móvel	6,72 1,34
11. Serviço Limitado Móvel Aeronáutico		6,70
12. Serviço Limitado Móvel Marítimo	a) costeira b) portuária c) móvel	6,70 6,70 1,34
13. Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais	a) base b) móvel	6,87 2,68
14. Serviço Especial de Radiorrecado	a) base b) móvel	33,00 1,34
15. Serviço Especial Radiochamada	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34
16. Serviço Especial de Frequência Padrão		isento
17. Serviço Especial de Sinais Horários		isento
18. Serviço Especial de Radiodeterminação	a) fixa	33,00
	b) base	33,00
	c) móvel	1,34
19. Serviço Especial de Supervisão e Controle	a) fixa	6,70
	b) base	1,34
	c) móvel	1,34
20. Serviço Especial de Radioautocine		6,70
21. Serviço Especial de Boletins Meteorológicos		isento
22. Serviço Especial de TV por Assinatura		120,00
23. Serviço Especial de Canal Secundário de Radiodifusão de Sons e Imagens		16,00
24. Serviço Especial de Música Funcional		33,00
25. Serviço Especial de Canal Secundário de Emissora de FM		16,00
26. Serviço Especial de Repetição de Televisão		20,00
27. Serviço Especial de Repetição de Sinais de TV Via Satélite		20,00
28. Serviço Especial de Retransmissão de Televisão		25,00
29. Serviço Suportado por Meio de Satélite	a) terminal de sistema de comunicação global por satélite.	1,34
	b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4m, controlada por estação central.	10,00
	c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras	20,00
	d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e	670,00

	outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5m.	
	e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão.	167,00
	f) estação espacial geoestacionária (por satélite)	1.340,00
	g) estação espacial não-geoestacionária (por sistema)	1.340,00
30. Serviço de Distribuição Sinais Multiponto Multicanal	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
31. Serviço Rádio Acesso		16,00
32. Serviço de Radiotáxi	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
33. Serviço de Radiocamador	a) fixa	1,68
	b) repetidora	1,68
	c) móvel	1,34
34. Serviço Rádio do Cidadão	a) fixa	1,68
	b) base	1,68
	c) móvel	1,34
35. Serviço de TV a Cabo	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
36. Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos		260,00
37. Serviço de Televisão em Circuito Fechado		67,00
38. Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	a) potência de 0,25 a 1kW	48,00
	b) potência acima de 1 até 5kW	62,00
	c) potência acima de 5 a 10 kW	77,00
	d) potência acima de 10 a 25 kW	145,00
	e) potência acima de 25 a 50 kW	194,00
	f) potência acima de 50 a 100 kW	243,00
	g) potência acima de 100 kW	291,00
39. Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas		48,00
40. Serviço de Radiodifusão em Ondas Tropicais		48,00
41. Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada	a) comunitária	10,00
	b) classe C	50,00
	c) classe B2	75,00
	d) classe B1	100,00
	e) classe A4	130,00
	f) classe A3	190,00
	g) classe A2	230,00
	h) classe A1	290,00
	i) classe E3	390,00
	j) classe E2	490,00
	l) classe E1	600,00

	a) estações instaladas nas cidades com população até 500.000 habitantes	610,00
	b) estações instaladas nas cidades com população entre 500.001 e 1.000.000 de habitantes	720,00
	c) estações instaladas nas cidades com população entre 1.000.001 e 2.000.000 de habitantes	930,00
42. Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	d) estações instaladas nas cidades com população entre 2.000.001 e 3.000.000 de habitantes	1.125,00
	e) estações instaladas nas cidades com população entre 3.000.001 e 4.000.000 de habitantes	1.350,00
	f) estações instaladas nas cidades com população entre 4.000.001 e 5.000.000 de habitantes	1.552,00
	g) estações instaladas nas cidades com população acima de 5.000.000 de habitantes	1.703,00
43. Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas, Reportagem Externa, Comunicação de Ordens, Telecomando, Telemando e outros		
43.1 - Radiodifusão Sonora		20,00
43.2 - Televisão		50,00
43.3 - Televisão por Assinatura		50,00
44. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	a) até 200 terminais	37,00
	b) de 201 a 500 terminais	92,00
	c) de 501 a 2.000 terminais	370,00
	d) de 2.001 a 4.000 terminais	737,00
	e) de 4.001 a 20.000 terminais	1.106,00
	f) acima de 20.000 terminais	1.474,00
45. Serviço de Comunicação de Dados Comutado		1.474,00
46. Serviço de Comutação de Textos		737,00
47. Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH)	a) base com capacidade de cobertura nacional	838,00
	b) estação terrena de grande porte com capacidade para transmissão de sinais de televisão ou de áudio, bem como de ambos	670,00
48. Serviço Móvel Pessoal	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
49. Serviço de Comunicação Multimídia	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34

São os seguintes os itens transferidos:

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

nia, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolpho Tourinho.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveita-

mento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo

único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria

do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa

da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

40

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

41

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

42

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.

43

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Ca-

valcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

44

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

45

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

46

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a autorização e com a compreensão no nosso Senador Crivella, gostaria de dizer que, durante os debates que tivemos aqui, acalorados e apaixonados, o Líder Romero Jucá disse que nós perdemos tempo nesta tarde, fazendo a Oposição algumas referências de solidariedade à viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães que não podiam ser feitas naquele momento.

Peço que o Senador Romero Jucá solicite que seja retirada dos Anais essa sua referência, porque, na realidade, todos nós estamos constrangidos e profundamente solidários com a família do nosso ex-colega, Senador Antonio Carlos.

Pessoalmente, sinto-me muito ligado à família, à viúva do nosso saudoso companheiro Antonio Carlos, e também sou solidário com o seu sofrimento. Acho que ficaram evidenciadas, no meio do debate, uma certa incompreensão e uma falta de solidariedade que não representam o espírito da Casa ou, pelo menos, não representam o meu espírito. É com amargura que eu falo nesse assunto. É incompreensível que isso tenha acontecido.

Muito obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nada como a experiência e os ensinamentos do Presidente Sarney.

Eu quero registrar que, no momento em que foi comunicada a invasão do apartamento, prestei solidariedade à Dona Arlete e à família. Depois, no calor do debate, se me excedi em algum momento, peço desculpas. Quero aqui registrar a minha solidariedade e dizer que aplaudo a posição de V. Ex^a, que criou uma comissão para tomar providências e acompanhar a questão.

Portanto, agradeço a oportunidade ao Senador José Sarney de me redimir de algum tipo de gesto ou de palavras que disse no calor da discussão. Se fiz isso, peço desculpas, porque a intenção jamais foi atingir Dona Arlete ou sua família.

Peço para retirar dos Anais a menção que fiz no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sessão de hoje teve momentos que realmente me emocionaram. A fala de V. Ex^a tocou profundamente, acredito, a alma de cada um de nós, que assistimos à condução de V. Ex^a com espírito democrático, harmonioso. Foi, realmente, o transpor de um terreno minado. Outro teria desanimado, mas V. Ex^a, mesmo no paroxismo das lutas, se mostrou tranqüilo com a sua consciência e intemorato no seu coração, como homem de bem, como um grande Senador, dos maiores do seu tempo.

V. Ex^a conduziu com brilhantismo esta sessão que, infelizmente, para a nossa amargura, não contou com companheiros que prezamos tanto, que admiramos, pelos quais temos profundo apreço, companheiros que estamos acostumados a ver sentados deste lado do plenário, mas que decidiram se retirar. Respeitamos esse direito democrático por eles exercido e esperamos que eles respeitem o nosso direito democrático de votar.

Sr. Presidente, ao concluir o meu pronunciamento, gostaria de fazer aqui uma homenagem à figura de Franklin Martins, à figura de Helena Chagas e à figura de Tereza Cruvinel, que foram incansáveis no plenário, nos corredores, nas comissões, trabalharam muito para que chegássemos a essa aprovação.

São duas verdadeiras guerreiras com fibra de gladiador. Elas, seguramente, em sua personalidade culta, harmoniosa e sedutora, enastram todas as virtudes das delicadezas e também das resistências morais da mulher brasileira. Parabéns a essas fulgurantes jornalistas que, tenho certeza, com o apoio desta Casa, irão prestar um grande trabalho à Nação.

Parabéns também a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador José Nery.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, em primeiro lugar quero apoiar o esforço de V. Ex^a para que possa haver um melhor entendimento entre a Base de Apoio, a Oposição e o Executivo, inclusive o apelo de V. Ex^a para que o Presidente Lula apresente mais projetos de lei do que medidas provisórias para que esses embates sejam minimizados.

Em segundo lugar, quero também cumprimentar todos aqueles que, como Franklin Martins, Tereza Cruvinel e Helena Chagas, estão à frente da empresa Brasil de Comunicação, que, espero, virá atender o anseio de democratização e equilíbrio na transmissão de informações por meio de uma TV pública que possa, efetivamente, atender o interesse maior da população brasileira no sentido da qualidade da informação.

Gostaria de aqui registrar e pedir que seja transcrito nos Anais do Senado o documento intitulado “TV Pública: uma necessidade democrática”, assinado por dezenas de entidades que apóiam essa iniciativa.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TV PÚBLICA: UMA NECESSIDADE DEMOCRÁTICA

TV PÚBLICA: UMA NECESSIDADE DEMOCRÁTICA

As entidades abaixo-assinadas, diante da iminente votação da MP 398/07, que cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil e espinha dorsal do sistema público de comunicação, afirmam:

1. Ratificamos nosso apoio à criação da EBC, na expectativa de um sistema público de comunicação, ressaltando sua importância para a democracia brasileira e sua necessidade para a consolidação da comunicação como direito social e humano.
2. Diferentemente das principais democracias consolidadas no mundo, que contam com um sistema público de radiodifusão, o Brasil até hoje não deu esse passo necessário.
3. Defendemos que a nova TV Pública deve ser uma referência para as demais televisões no que diz respeito à qualidade da programação e ao estabelecimento de mecanismo de participação e envolvimento da sociedade na sua gestão, produção e programação, bem como no encaminhamento de críticas e sugestões pela população.
4. Entendemos que a TV Pública deve manter independência tanto em relação aos governos como ao mercado, produzindo conteúdo de interesse público, sintonizada com as necessidades da sociedade.
5. Ressaltamos que a TV pública deve considerar o cenário de convergência tecnológica, buscando formas de agregar à sua rede uma oferta de serviços digitais, viabilizando a inclusão social.
6. Repudiamos as tentativas de desqualificação da TV Pública que tentam obstaculizá-la ou retirar-lhe as prerrogativas indispensáveis para o seu bom desempenho, cerceando a pluralidade da sua programação e a busca de fontes de financiamento não governamentais.
7. Por tudo isso, defendemos a aprovação da Medida Provisória 398/07, entendendo que ela é o primeiro passo na direção da criação do sistema público de comunicação no Brasil.
8. Reivindicamos, todavia, o aperfeiçoamento da MP, mediante a consideração das contribuições formuladas pela sociedade civil, movimentos sociais, movimentos que lutam pela democratização da comunicação, pesquisadores e trabalhadores da comunicação. Tais contribuições dizem respeito especialmente aos conceitos de gestão, programação e financiamento, de modo a aperfeiçoar o caráter público da EBC e da TV Brasil e garantir sua continuidade nos governos futuros.
9. Por fim, afirmamos que estamos mobilizados para defender a implantação da TV Pública brasileira.

Brasília, 11 de março de 2008.

Comissão de Mobilização pela I Conferência Nacional de Comunicações

- 1) FNDC – FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO
- 2) MNDH – MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
- 3) FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
- 4) CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
- 5) CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
- 6) ABCCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CANAIS COMUNITÁRIOS
- 7) CDHM – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 8) SUBCOMISSÃO DE TV E RÁDIO-DIFUSÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
- 9) INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 10) FITERT – FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO
- 11) LAPCOM-UNB – LABORATÓRIO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO - UnB
- 12) ABRAÇO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA
- 13) PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
- 14) AMARC-BRASIL – ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS
- 15) ENECOS – EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 16) MST – MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
- 17) ARPUB – ASSOCIAÇÃO DAS RÁDIOS PÚBLICAS DO BRASIL
- 18) CAMPANHA QUEM FINANCIAM A BAIXARIA É CONTRA A CIDADANIA
- 19) OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Entidades que apoiam este Manifesto:

1. SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL
2. ARTIGO 19 – BRASIL
3. ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA
4. REVISTA VIRAÇÃO
5. ARTICULAÇÃO MULHER E MÍDIA
6. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
7. TV COMUNITÁRIA – BRASÍLIA
8. COMULHER - COMUNICAÇÃO MULHER
9. ABGLT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
10. SINDICATO DOS RADIALISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
11. OBSERVATÓRIO DA MULHER
12. BLOG MÍDIA EM DEBATE
13. REVISTA FÓRUM
14. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM RADIO E TV – SINTERT-MG
15. CONSELHO NACIONAL DA UMBANDA DO BRASIL – CONUB

16. COLETIVO DAS ENTIDADES NEGRAS DO RIO DE JANEIRO – CEN/RJ
17. PORTALDAGENTE.COM
18. SIND-SAÚDEMG – SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE DE MINAS GERAIS
19. RÁDIO RALACOCO FM
20. MNU-DF – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DO DF
21. REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS
22. CIVES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESÁRIOS PELA CIDADANIA
23. CBC – CONGRESSO BRASILEIRO DE CINEMA
24. ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS CINEMATOGRAFÍCOS DO RIO GRANDE DO SUL
25. ABEPC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS PRODUTORAS DE CINEMA
26. REVISTA CONSCIÊNCIA.NET.
27. ABTU – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA
28. COMISSÃO DE JORNALISTAS PELA IGUALDADE RACIAL – DF (COJIRA)
29. CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB
30. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS TVs LEGISLATIVAS – ASTRAL
31. ONG MOVIMENTO DOS SEM-MÍDIA

As entidades que desejarem assinar esta nota podem entrar em contato pelo e-mail cdh@camara.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador José Nery e, em seguida, aos Senadores Inácio Arruda e Delcídio Amaral.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, como sabe V. Ex^a, estou envolvido diretamente na organização do ato nacional contra o trabalho escravo e pela aprovação da PEC nº 438, ato esse que se realizará às 10 horas, na Câmara dos Deputados, e que contará, inclusive, com a presença de V. Ex^a e do Presidente Arlindo Chinaglia.

Estamos aqui, às 2h37min, após o Senado ter tomado uma decisão muito importante, relacionada a uma das áreas nas quais há maior concentração de poder, às vezes de manipulação, que é a área da comunicação.

A Bancada do PSOL na Câmara já havia votado pela aprovação da TV pública e aqui, seguindo a mesma orientação, também nos posicionamos a favor de sua criação por entender a necessidade da criação de um canal de comunicação que não estivesse vinculado aos interesses do mercado e do lucro, como são efetivamente as TVs. Ainda que sob concessão do Estado, buscam, na verdade, muito mais o lucro, muito mais o comércio do que exatamente o serviço de informação, informação para cidadania que a TV pública pode tornar possível. Isso, evidentemente, se a TV pública

cumprir os pressupostos e as diretrizes que balizam a sua criação e fazem parte de sua constituição.

Portanto, o argumento de que a TV pública pode se transformar num canal de propaganda governamental só vai prosperar se a sociedade e o conselho curador assim permitirem. Porque o sentido é democratizar a informação, democratizar o conhecimento do Brasil, em sua diversidade, especialmente a diversidade cultural, porque não há espaço nos meios de comunicação em geral para que as coisas mais legítimas da alma, da experiência e da cultura do nosso povo sejam difundidas, sejam discutidas.

Então, a TV Pública cumprirá um papel fundamental se caminhar pela independência, pela maneira democrática de fazer o seu trabalho, ouvindo cada informação prestada, ouvindo as versões sobre fatos que despertam polêmica ou que têm interesses diferentes sendo veiculados. O que temos assistido é a uma ditadura da comunicação, em que, sobretudo os setores populares, que têm opinião divergente daqueles que dirigem os grandes órgãos de comunicação, normalmente não têm espaço, não há uma participação democrática da cidadania.

O argumento daqueles que têm posição contrária à criação da TV Pública, eu diria, é um argumento autoritário. Isso porque, se o Poder Legislativo hoje tem o seu sistema de comunicação – TV, rádio e jornal –, se o Judiciário tem o seu sistema de comunicação, por que não pode ter o Executivo, balizado nos princípios que orientam a criação da TV Pública?

Por isonomia, se um outro Poder não pode – o Executivo –, porque não deve estar a serviço dos interesses de quem governa o País em qualquer momento e em qualquer circunstância, mas a serviço da sociedade, por esse raciocínio, não deveria existir a TV Senado, já que, com o dinheiro do povo, o Senado banca e constrói a sua TV, que permite que, nesta hora, estejamos falando aos brasileiros que todos os dias assistem à TV, os brasileiros que ainda estão acordados nesta madrugada, quando, creio eu, tomamos uma decisão histórica e importante.

Alguns talvez até se perguntem como um Senador do P-SOL, da oposição, vota em um projeto enviado pelo Governo. É porque aqui há um sentido fundamental de democratização de um setor dos mais difíceis e dos mais fechados, que é o setor da comunicação. Talvez muitos se oponham porque podem dispor dos meios de comunicação dos quais são proprietários, são sócios. Talvez temam a concorrência com a TV Pública, se essa fizer uma programação de qualidade, que atraia a atenção e conte com a participação do povo brasileiro.

O problema é um setor que é extremamente dominado por interesses pouco afeitos aos direitos da cidadania. Portanto, a TV Pública pode cumprir um papel fundamental na democratização da comunicação, da informação e da integração do nosso País, fazendo principalmente com que o Brasil conheça verdadeiramente o Brasil. Essa é a nossa posição por entender o sentido que tem a televisão.

E mais, o Governo Lula e os Senadores da base de apoio poderíamos, sim, tratar de outros temas tão importantes quanto esse e afirmar a soberania, o papel do Estado em setores fundamentais para o desenvolvimento do País. Por esse motivo, defendi que o Governo deveria ter uma posição mais firme em relação às privatizações, que foram feitas de forma criminosa, porque já disse que, se houvesse compromisso com a história que construímos ao longo dos últimos 25, 26 anos, as privatizações que foram feitas no governo passado deveriam ter sido revistas. Infelizmente, não foram.

Então, Sr. Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos, e parabéns ao Senado, que toma a decisão de contribuir para a democratização da comunicação em nosso País com a criação da TV Pública, esperando um trabalho independente, autêntico e que valorize a cultura e a criação independente do povo brasileiro, dos artistas, dos produtores culturais.

A equipe que dirige a TV Pública, capitaneada pela jornalista Tereza Cruvinel, tem a enorme e desafiante tarefa de desenvolver esse papel em nome da

cidadania, fortalecendo a comunicação democrática a que o nosso povo tem direito.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Inácio Arruda, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É breve, porque eu considero que um debate bastante qualificado ainda está por vir com o Senador Delcídio Amaral, que está devidamente inscrito.

Nós aguardamos 20 anos depois da Constituição brasileira. É ela, a Constituição de 1988, que completa 20 anos neste ano, que abriu esse caminho, esse espaço, e é exatamente em um Governo de feição popular, com a esquerda participando do Governo, e em amplos setores da sociedade, que se dá a materialização desse encaminhamento e desse dispositivo que a Constituição ofereceu ao povo brasileiro: termos uma TV pública mais aberta, mais arejada. Não é só uma relação de Governo, não é só uma relação estatal, é você permitir que o conjunto da sociedade possa estar representado numa instituição de radiodifusão de som e imagem no País.

Isso é uma conquista, é uma grande vitória do povo brasileiro. Acho que se abriu um caminho novo na nossa Nação. E, mesmo após a votação – queríamos que fosse votada a matéria –, queríamos registrar a nossa posição, a nossa opinião, a opinião do nosso partido, do Partido Comunista do Brasil, que vem desde a Constituinte, tendo passado por vários governos, inclusive o Governo anterior, de Fernando Henrique, onde reivindicamos sucessivamente a regulamentação da Constituição para abrir um espaço de democratização dos meios de comunicação de massa no País, que não é fácil, não é tarefa fácil, porque é um instrumento de relação com o povo muito forte, mas muito forte. Imagine um rádio lá no Amazonas, ou mesmo no Pantanal, ou no Rio Grande do Sul, ou no Nordeste brasileiro, nos confins, no interior, uma propriedade exclusiva de meio de comunicação, que são concessões públicas, mas que eram sempre exploradas de forma privada!

Mas isso não vai acabar, não; não é num passe de mágica. No entanto, termos um instrumento público, um espaço aberto onde o debate qualificado de temas estratégicos do País possam ser discutidos num processo de interação forte com a sociedade. Isso é outra coisa, esse é um outro debate. Poderíamos ouvir as correntes de opinião, as que são situação e as que são oposição, dando a sua opinião, e não apenas uma voz única, em um caminho único. Isso é diferente. Isso é uma conquista, é uma vitória.

Quero registrar o nosso apreço pela direção da TV. Uma jornalista que sempre se pautou no mais alto nível, com a condução dos seus debates, dos seus programas, das suas informações, da sua coluna em jornais que trabalhou e que ocupa essa posição destacada de comandar uma TV pública e de montar essa TV, pois há um trabalho grande pela frente. Mas considero que o acerto do Ministro e do Presidente da República tem que ser registrado por nós.

E temos de dar todo o apoio a essa equipe. É preciso dar-lhe todo o apoio do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para que possamos ajudar uma pessoa que – tenho a convicção – estará sempre colocando no topo o interesse público do nosso País.

Tereza, você trabalhou corretamente, debateu com os Senadores e com os Deputados, realizou audiências públicas, veio aqui e não se furtou a dar sua opinião e a responder nenhuma questão a respeito da TV Pública.

E mais: considero o dia excepcional. Aliás, foram dois dias seguidos excepcionais. Começou com a homenagem às mulheres; em seguida, houve a homenagem a um jornal do Ceará; depois, contamos aqui com a presença de Luiz Barreto, de Zivaldo e de muitos outros artistas da área de produção, de conteúdo do nosso País, que aqui conversaram e debateram com os Senadores, deram sua opinião. E o resultado foi vitorioso. É uma vitória do Brasil. Esse é um tema de vitória do Brasil.

Por isso, parabéns, Sr. Presidente! V. Ex^a teve um comportamento exemplar de independência. V. Ex^a jamais será refém nem de Presidente da República, nem de Situação, nem de Oposição. V. Ex^a conduz os trabalhos na sua convicção. E, nesse sentido, tem todo o nosso apoio. Tem o apoio do meu Partido, o PCdoB. Considero que tem o apoio dos Partidos que compõem aqui a Base do Governo e deveria, sim, ter o apoio dos Partidos da Oposição no seu conjunto.

Aqui está presente o Senador Nery – reputo muito sua presença –, que registrou seu apoio na condução que o Presidente deu aos trabalhos nesta madrugada.

Sr. Presidente, meus parabéns a V. Ex^a pela condução dos trabalhos!

Parabéns a você, Tereza, e a toda a sua equipe! Desejamos todo o êxito, sucesso na condução dessa nova instituição do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve pelo adiantado da hora, mas, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela direção dos trabalhos. Foi um dia muito difícil, com ânimos exaltados, e V. Ex^a esteve sempre muito sereno e muito equilibrado nas votações do Senado. Quero cumprimentá-lo não só como meu Presidente no Senado, mas como amigo também.

Também quero me solidarizar com a família do Senador Antonio Carlos Júnior e com D. Arlete, pelos tristes acontecimentos no dia de ontem.

Sr. Presidente, serei muito breve. Hoje, votamos um projeto importante, o da TV Pública, que abre muitos espaços para a cultura nacional, que é um incentivo mais do que nunca às programações regionais. É um novo mercado de trabalho que se abre.

Fico surpreso com os questionamentos que ocorreram, porque há vários exemplos em Estados de atividade assemelhada. Aqui, foi citada a TV Cultura. Também não estamos inventando nada. É importante para o País, é importante para a cidadania o País ter uma TV Pública.

Foram aqui citados os exemplos da CBC, do Canadá, importantíssima; da BBC, de Londres; dos canais de televisão franceses, italianos, alemães. Não tenho dúvida nenhuma de que avançamos bastante. Fomos até muito tarde hoje, mas avançamos bastante. São 2h53 do dia 12 de março. Começamos nossos trabalhos às 14 horas do dia 11 de março.

Quero aproveitar para desejar muito sucesso. Parabenizo o Ministro Franklin Martins, a jornalista Tereza Cruvinel, a jornalista Helena Chagas e toda a sua equipe. Desejo-lhes muito sucesso. Como foi dito aqui pelo Senador Inácio Arruda, elas fizeram um trabalho de bastidor competente. Conhecem muito bem os canais do Congresso. Quero desejar a elas, que estão presentes até o momento, e a toda a equipe técnica muito sucesso, muitas realizações e muito trabalho, acima de tudo um trabalho profícuo por um Brasil solidário, por um Brasil fraterno, por um Brasil cidadão. Que Deus ilumine todas elas nesse grande desafio da TV Pública brasileira!

Muito obrigado, meu Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro e, em seguida, ao Senador Paulo Paim.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se estou terminando o dia ou se estou começando o dia. Tenho a convicção de que estou em um momento, em uma hora de muita importância para a história do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, quando o Senado da República, depois de essa matéria ter passado pela Câmara dos Deputados, encerra uma discussão e vota aquilo que chamo de conquista da sociedade civil, Sr. Presidente.

Esta madrugada é histórica. Estava ali consultando a nossa eficiente Secretária, a Dr^a Cláudia, que me dizia que, há muito tempo, não havia uma sessão tão longa, tão histórica, madrugada adentro. Essa é uma conquista do povo brasileiro.

Senador Paulo Paim, que ainda vai usar a palavra, fico me perguntando: por que o medo da TV Pública? Quem tem medo da TV Pública tem medo da sociedade civil, tem medo da democracia, tem medo do encontro do Brasil com o Brasil.

Acredito muito, Senador Nery, que esse veículo, verdadeiramente, vai fazer um Brasil mais próximo do Brasil, da cultura, dos povos, da culinária, da dança. Vamos poder, verdadeiramente, de forma democrática, conhecer melhor este Brasil plural; este Brasil de negros, de índios, de crianças, de excluídos, de artistas, de professores, de jovens, de atletas; este Brasil de florestas, de minerais, de lagos, de rios, de pequenas cidades, de vilas, de estradas, de ramais.

Então, Sr. Presidente, estou tranquilo. O Senado vota uma matéria relevante para o povo brasileiro, principalmente para o povo simples deste Brasil.

O que estamos fazendo hoje a Europa fez há 50 anos. As principais tevês da Alemanha são públicas. A grande televisão de Portugal é pública. Está aí a Inglaterra com a BBC, a Itália com sua TV pública.

Em pleno século XXI, um Partido como o PSDB, que tem experiência de Governo, que tem presença de governabilidade em vários Estados do Brasil, é contra a TV Pública. Fico a me questionar. Lamento, porque estamos num debate do qual a Oposição saiu. Não agüentou o debate desta noite, o fato de os Partidos da Base do Governo estarem todos aqui.

Quero aqui registrar a postura do Líder Romero Jucá e quero abrir um parêntese para a postura do Presidente do Senado, que, na hora mais dura da ses-

são, no momento mais renhido da disputa política, o Presidente teve força e fez uma oração belíssima em defesa das prerrogativas de um debate democrático aqui, no Senado da República.

Quero parabenizar V. Ex^a por estar, a esta hora, presidindo uma sessão histórica, porque é a história do povo, é a história do Senado a aprovação da TV Pública.

E não poderia ser diferente. A TV Pública também vem com a história de um Governo que tem um Presidente que veio do movimento social, das lutas democráticas deste País, das lutas mais bonitas destes últimos vinte anos, que é o Presidente Lula, nas lutas pelas diretas. E o Presidente Lula lá estava, em 1988. Foi ali que nasceu a TV pública. Essa é que é a verdade. Está lá no art. 223: TV pública, a privada e a estatal.

Doeu-me muito, Senador Inácio Arruda, uma confusão deliberada aqui, a mistura de TV pública com estatal. Meu Deus, por que isso? Que maldade! O Governo tem sua estatal. Quem não tinha TV pública era a sociedade civil. Hoje, ela tem esse instrumento, e espero que o instrumento da TV pública sirva para alavancar ainda mais e fazer com que possamos avançar na melhoria da democracia, da qualidade de vida, da história que podemos contar, refletir e fazer melhor.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores funcionários do Senado, que estão até esta hora do dia nesta sessão histórica – Zezinho, que está aqui nesta longa sessão; Tereza Cruvinel e toda a equipe, que continua presente neste momento da nossa história –, penso que estão de parabéns o Governo do Presidente Lula; os dirigentes da nossa TV pública, que já estão trabalhando; a jornalista Tereza Cruvinel, mas de parabéns está a sociedade civil do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Antes, porém, agradeço a presença vigilante do Senador Eurípedes Camargo.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a pela forma como conduziu os trabalhos do dia de hoje. Mesmo quando o Plenário ficou intranquilo, V. Ex^a fez um pronunciamento firme, propositivo, afirmativo e deixou muito claro, Senador Garibaldi – gostei de ouvir –, que V. Ex^a não estava aqui nem para servir ao Governo, nem à Oposição. V. Ex^a assim se conduziu e colocou em votação as matérias. É legítima a obstrução, é legítima mesmo a saída dos parlamentares

da Oposição do plenário, como fizeram. Havendo quórum, V. Ex^a colocou as matérias em votação. Quero dizer que V. Ex^a, a cada dia, surpreende aqueles que tiveram dúvida sobre sua conduta, não só o Plenário, mas também o Brasil. Quero aqui, com muito carinho, transmitir meus cumprimentos a V. Ex^a.

Quero também aproveitar o momento, como todos os Senadores o fizeram, e cumprimentar a Casa por ter aprovado a nossa, eu diria, TV pública, porque essa TV é de todo o povo brasileiro. Essa TV pública, tenho certeza absoluta, não vai discriminar ninguém: pela cor da pele, pela etnia, pela origem, por gênero, por, orientação sexual. Essa, de fato, será uma TV pública.

Meus cumprimentos à jornalista Tereza Cruvinel. Estou na Casa há mais de 22 anos e aqui assisti sempre ao trabalho brilhante dela como jornalista. Também o da Helena Chagas. O Franklin Martins aprendi a conhecer e a respeitar por toda sua trajetória. Citando só esses três nomes, tenho a tranquilidade de assinar embaixo e avaliar que esta será, de fato, uma grande TV pública para todo o povo brasileiro.

Por último, Senado Garibaldi, informo que estive ontem reunido com o Presidente Lula na companhia da Bancada do PT no Senado. Naquela reunião, coloquei, com muita convicção, meu compromisso com os aposentados e com os pensionistas. Informei ao Presidente que eu havia encaminhado a V. Ex^a requerimento dos Líderes para urgência sobre a questão do fator previdenciário, que é um instrumento que reduz, no ato da aposentadoria, em 40%, o benefício do assalariado brasileiro do Regime Geral da Previdência – aquele que ganha de 6,5 salários mínimos para baixo. Hoje, o Regime Geral está com um teto máximo de 6,5 salários mínimos.

Também disse que apresentei requerimento ao PL nº 58, que trata da recuperação dos benefícios. Disse também que não criaríamos nenhum obstáculo, até pela importância da TV pública, para votarmos todas as medidas provisórias, e, claro, como V. Ex^a orientou, inclusive para o Orçamento, se depender de nós, ser votado amanhã.

Deixo muito claro, contudo, Sr. Presidente, e sei do compromisso de V. Ex^a também, que, a partir da semana que vem, voltaremos ao debate da questão dos aposentados e pensionistas.

Foram milhares de correspondências, para não dizer milhões, e a todas respondi: “a pauta está obstruída”. Só depois de votarmos as medidas provisórias e o Orçamento, voltaremos a debater essa matéria, o que será na semana que vem.

Marquei na terça-feira, Sr. Presidente, para mostrar toda a nossa boa vontade para o diálogo, uma reunião com o Ministro da Previdência, a fim de buscarmos

uma solução tanto para o fator previdenciário quanto para a recuperação do benefício dos aposentados e dos pensionistas.

Dou esse informe à Casa, Sr. Presidente, para dizer que estou cumprindo minha parte. Tudo aquilo que pactuei estou cumprindo. Espero que, a partir da semana que vem, os requerimentos sejam colocados em votação e que, em amplo acordo entre os aposentados, o Executivo e o Legislativo, possamos votar tanto o fim do fator previdenciário quanto uma política permanente, que garanta para o aposentado o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo.

Eu não poderia, Sr. Presidente, até para dormir em paz com minha consciência – são 03h07min – deixar de fazer esse depoimento, sabendo que meus companheiros de Partido sabem que assumi esse compromisso tanto com o Presidente quanto com a Bancada e, naturalmente, com V. Ex^a. V. Ex^a disse que colocaria o encaminhamento desses requerimentos só depois de a pauta ser desobstruída.

Estou torcendo para que possamos construir um entendimento com o Ministro da Previdência, na próxima terça-feira – oxalá a matéria seja votada em seguida.

Parabéns, mais uma vez, a V. Ex^a, Presidente Garibaldi!

Agradeço a oportunidade de poder concluir meu pronunciamento às 03h08min desta madrugada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

A Presidência vai encerrar a presente sessão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 241, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo transcurso, no dia 11 de março de 2008, da missa de sétimo dia do falecimento do ex-Delegado-Geral de Polícia do Estado de São Paulo, Dr. Jorge Miguel:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências aos seus familiares.

Justificação

Há seis dias, faleceu aos 74 anos de idade, o Dr. Jorge Miguel, ex-Delegado-Geral de Polícia de São Paulo, que em 40 anos de carreira, dirigiu quase todos

os departamentos da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Trata-se de uma das mais brilhantes autoridades policiais brasileiras e seu desaparecimento comoveu a Polícia paulista e levou tristeza a outros setores do poder público do meu Estado.

Assim, apresento este Requerimento de Voto de Pesar, solicitando a sua aprovação dessa Casa, por fazer questão de retratar o quanto representou a passagem, como profissional, do Dr. Jorge Miguel na Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 11 de março de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar esta sessão, que foi iniciada às 14h33. Talvez tenha sido uma das mais longas sessões que ocorreram no Senado Federal. Mas quero dizer também da minha satisfação por ter presidido esta sessão, que culminou com o debate democrático sobre a criação da TV pública e quero manifestar minhas congratulações e a minha confiança de que a TV Pública, cuja direção estará nas mãos de Tereza Cruvinel e Helena Chagas, salientado também o papel do Ministro Franklin Martins, vai, efetivamente, cumprir o seu papel perante a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que hoje, às 10 horas, será realizada uma sessão extraordinária, cuja pauta será a mesma da sessão ordinária. Também lembro que, às 15 horas, o Congresso Nacional está convocado para votar o Orçamento da República de 2008.

Espero contar com a presença das Sr^{as} e Srs. Senadores.

É a seguinte a

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos,

Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a *Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em*

que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana,

ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o*

artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº

12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

38

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

39

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys

Shlessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

42

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

43

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com

o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

44

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em outubro deste ano, o eleitorado do País e, por seu intermédio, o Brasil todo, acorrerá uma vez mais às urnas, dessa vez, para escolher os novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos nossos Municípios.

Célula básica do Estado e do País, é no município que primeiramente se forja a nacionalidade. O eleitor das nossas comunidades, das metrópoles às pequenas cidades e vilas do grande interior brasileiro, está mais próximo dos seus representantes nos Legislativos e igualmente dos prefeitos, democraticamente escolhidos pelo povo. Por isso, tem todas as condições para acompanhar, passo a passo, as ações dos eleitos e, sobretudo, para o exercício, inerente à boa prática democrática, de fiscalização aos atos dos dirigentes e legisladores.

As Instruções do TSE enquadram-se nos propósitos daquela Corte de assegurar transparência ao voto, como tem sido insistentemente proclamado pelo seu Presidente, o Ministro Marco Aurélio Mello.

As instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para as eleições municipais de 2008 apresentam diversas inovações, baseadas na legislação em vigor, sobretudo a Lei nº 9.504/97 e a Lei nº 11.300/2006. As normas, repito, visam a assegurar maior transparência

ao pleito para a escolha de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Volto a enfatizar que é no município, célula básica da cidadania, que deve começar a rígida observação das normas legais, uma vez que é propósito de todos os cidadãos que postulam o voto popular pautar-se pela lisura e, em conseqüência, a sua transparência.

Por isso, estou pensando a este pronunciamento a Resolução nº 22.579, para que passe a constar dos Anais do Senado e, assim, oferecer aos candidatos e militantes partidários o conhecimento das normas que vão reger as eleições.

A publicação nos Anais, e, por conseguinte, transposto para o Portal do Senado da República, representa na prática a democratização do conhecimento da legislação que regerá o grande encontro do eleitorado brasileiro com as urnas, em outubro próximo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RESOLUÇÃO Nº 22.579

INSTRUÇÃO Nº 111 – CLASSE 12ª – DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Relator: Ministro Ari Pargendler.

**CALENDÁRIO ELEITORAL
(Eleições de 2008)**

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 23, inciso IX, do Código Eleitoral e o artigo 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir a seguinte instrução:

**OUTUBRO DE 2007
5 de outubro – sexta-feira
(um ano antes)**

1. Data até a qual todos os partidos políticos que pretendam participar das eleições de 2008 devem ter obtido registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 4º).
2. Data até a qual os candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2008 devem ter domicílio eleitoral na circunscrição na qual pretendem concorrer (Lei nº 9.504/97, art. 9º, *caput*).
3. Data até a qual os candidatos a cargo eletivo nas eleições de 2008 devem estar com a filiação deferida no âmbito partidário (Lei nº 9.504/97, art. 9º, *caput*).

**DEZEMBRO DE 2007
14 de dezembro – sexta-feira**

1. Último dia para os tribunais regionais eleitorais designarem, para os municípios onde houver mais de uma zona eleitoral, o juiz eleitoral que ficará responsável pelo registro de candidatos e de pesquisas eleitorais, pela propaganda eleitoral, com as reclamações e representações a elas pertinentes, pelo exame das prestações de contas e pelas investigações judiciais eleitorais.

**JANEIRO DE 2008
1º de janeiro – terça-feira**

1. Data a partir da qual as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigadas a registrar no juízo eleitoral ao qual compete fazer o registro dos candidatos as informações previstas em lei e em instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 33, *caput* e § 1º).

2. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).

MARÇO DE 2008
5 de março – quarta-feira

1. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral expedir as instruções relativas às eleições de 2008 (Lei nº 9.504/97, art. 105, *caput*).

ABRIL DE 2008
5 de abril – sábado
(6 meses antes)

1. Data a partir da qual todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas e nos computadores da Justiça Eleitoral para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Ministério Público (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 1º).

8 de abril – terça-feira
(180 dias antes)

1. Último dia para o órgão de direção nacional do partido político publicar, no *Diário Oficial da União*, as normas para a escolha e substituição de candidatos e para a formação de coligações, na hipótese de omissão do estatuto (Lei nº 9.504/97, art. 7º, § 1º).

2. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII e Resolução nº 22.252, de 20.6.2006).

MAIO DE 2008
7 de maio – quarta-feira
(151 dias antes)

1. Último dia para o eleitor requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio (Lei nº 9.504/97, art. 91, *caput*).

2. Último dia para o eleitor que mudou de residência dentro do município pedir alteração no seu título eleitoral (Código Eleitoral, art. 46, § 3º, II c.c. o art. 91, *caput*, da Lei nº 9.504/97 e Resolução nº 20.166, de 7.4.98).

3. Último dia para o eleitor portador de deficiência solicitar sua transferência para seção eleitoral especial (Lei nº 9.504/97, art. 91, *caput* e Resolução nº 21.008/2002, art. 2º).

JUNHO DE 2008
10 de junho – terça-feira

1. Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/97, art. 8º, *caput*).

2. Data a partir da qual, até o dia 30 de junho de 2008, dependendo do dia em que os partidos políticos ou coligações escolherem seus candidatos, é vedado às emissoras de rádio e de televisão transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção (Lei nº 9.504/97, art. 45, § 1º).

3. Data a partir da qual os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/97, art. 94, *caput*).

4. Início do período para nomeação dos membros das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Resolução nº 21.726, de 27.4.2004).

30 de junho – segunda-feira

1. Último dia para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/97, art. 8º, *caput*).

JULHO DE 2008
1º de julho – terça-feira

1. Último dia para a designação do juiz eleitoral responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral nos municípios com mais de uma zona eleitoral.

2. Data a partir da qual não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista na Lei nº 9.096/95, nem será permitido nenhum tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 36, § 2º).

3. Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão, em programação normal e em noticiário (Lei nº 9.504/97, art. 45, I a VI):

I – transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou de qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II – usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo, que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido político ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito;

III – veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido político, coligação, a seus órgãos ou representantes;

IV – dar tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

V – veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

VI – divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com a variação nominal por ele adotada.

**5 de julho – sábado
(três meses antes)**

1. Último dia para os partidos políticos e coligações apresentarem no cartório eleitoral, até as 19 horas, o requerimento de registro de seus candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador (Lei nº 9.504/97, art. 11, *caput*).

2. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas (Lei nº 9.504/97, art. 73, V e VI, a):

I – nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 5 de julho de 2008;

d) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

e) transferência ou remoção *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;

II – realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

3. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, *b e c*, e § 3º):

I – com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

II – fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

4. Data a partir da qual é vedado aos candidatos aos cargos de prefeito e de vice-prefeito participar de inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77, *caput*).

5. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/97, art. 75).

6. Último dia para os tribunais e conselhos de contas tornarem disponível à Justiça Eleitoral relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 5º).

7. Data a partir da qual permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados os cartórios eleitorais e as secretarias dos tribunais eleitorais, em regime de plantão (Lei Complementar nº 64/90, art. 16).

8. Data a partir da qual órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados pelos Tribunais Eleitorais, ceder funcionários em casos específicos e de forma motivada pelo período de até 3 meses depois da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 94-A).

6 de julho – domingo

1. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 36, *caput*).

2. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos e as coligações poderão realizar comícios e utilizar aparelhagem de sonorização fixa, das 8 horas às 24 horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 4º).

3. Data a partir da qual os partidos políticos registrados podem fazer funcionar, das 8 horas às 22 horas, alto-falantes ou amplificadores de som, nas suas sedes ou em veículos (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º).

4. Último dia para a apresentação do requerimento, nos municípios em que não haja emissora de televisão, pelos órgãos regionais da maioria dos partidos políticos participantes do pleito, para que seja reservado dez por cento do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita para divulgação em rede da propaganda dos candidatos pelas emissoras geradoras que os atingem (Lei nº 9.504/97, art. 48, *caput*).

5. Data a partir da qual, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos oficiais ou concedidos farão instalar, nas sedes dos diretórios nacionais, regionais e municipais, devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas (Código Eleitoral, art. 256, § 1º).

7 de julho – segunda-feira

1. Último dia para os candidatos requererem seus registros perante os cartórios eleitorais, até as 19 horas, caso os partidos políticos ou coligações não os tenham requerido (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 4º).

2. Último dia para o eleitor portador de deficiência que tenha solicitado transferência para seção eleitoral especial comunicar ao juiz eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades, a fim de que a Justiça Eleitoral, se possível, providencie os meios e recursos destinados a facilitar-lhe o exercício do voto (Resolução nº 21.008/2002, art. 3º).

8 de julho – terça-feira

1. Data a partir da qual o juiz eleitoral designado pelo Tribunal Regional Eleitoral deve convocar os partidos políticos e a representação das emissoras de televisão e de rádio para a elaboração de plano de mídia para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito (Lei nº 9.504/97, art. 52).

14 de julho – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos constituírem os comitês financeiros, observado o prazo de 10 dias úteis após a escolha de seus candidatos em convenção (Lei nº 9.504/97, art. 19, *caput*).

21 de julho – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos registrarem, perante o juízo eleitoral encarregado do registro dos candidatos, os comitês financeiros, observado o prazo de 5 dias após a respectiva constituição (Lei nº 9.504/97, art. 19, § 3º).

27 de julho – domingo

(70 dias antes)

1. Último dia para que os títulos dos eleitores que requereram inscrição ou transferência estejam prontos (Código Eleitoral, art. 114, *caput*).
2. Último dia para a publicação, no órgão oficial do estado, dos nomes das pessoas indicadas para compor as juntas eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).

**30 de julho – quarta-feira
(67 dias antes)**

1. Último dia para os partidos políticos impugnarem, em petição fundamentada, os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas eleitorais (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).

31 de julho – quinta-feira

1. Data a partir da qual, até o dia do pleito, o Tribunal Superior Eleitoral poderá requisitar das emissoras de rádio e de televisão até 10 minutos diários, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, para a divulgação de seus comunicados, boletins e instruções ao eleitorado (Lei nº 9.504/97, art. 93).

**AGOSTO DE 2008
6 de agosto – quarta-feira
(60 dias antes)**

1. Data a partir da qual é assegurada prioridade postal aos partidos políticos para a remessa da propaganda de seus candidatos registrados (Código Eleitoral, art. 239).
2. Último dia para os órgãos de direção municipal dos partidos políticos preencherem as vagas remanescentes para as eleições proporcionais, no caso de as convenções para a escolha de candidatos não terem indicado o número máximo previsto no artigo 10 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 10, § 5º).
3. Último dia para o pedido de registro de candidatura às eleições proporcionais, na hipótese de substituição; o requerimento, todavia, somente será tempestivo se observado o prazo de até 10 dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição (Lei nº 9.504/97, art. 13, § 1º e § 3º).
4. Último dia para o pedido de registro de novos candidatos, observado o prazo de 10 dias contados da decisão, na hipótese de anulação da convenção partidária por órgão superior do partido político, quando a deliberação sobre coligações desobedecer às diretrizes estabelecidas pela convenção nacional (Lei nº 9.504/97, art. 7º, § 2º e § 3º).

5. Último dia para a designação da localização das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, arts. 35, XIII, e 135, *caput*).

6. Último dia para nomeação dos membros das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 35, XIV).

7. Último dia para a nomeação dos membros das juntas eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 36, § 1º).

8. Último dia para que o juiz eleitoral mande publicar no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em cartório, as nomeações que tiver feito, fazendo constar da publicação a intimação dos mesários para constituírem as mesas no dia e lugares designados, às 7 horas (Código Eleitoral, art. 120, § 3º).

9. Data em que os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do artigo 29 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 28, § 4º).

10. Último dia para o eleitor que estiver fora do seu domicílio requerer a segunda via do título eleitoral ao juiz da zona em que se encontrar, esclarecendo se vai recebê-la na sua zona ou naquela em que a requereu (Código Eleitoral, art. 53, *caput* e § 4º).

11 de agosto – segunda-feira (55 dias antes)

1. Último dia para os partidos políticos reclamarem da nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, *caput*).

2. Último dia para os membros das mesas receptoras recusarem a nomeação (Código Eleitoral, art. 120, § 4º).

12 de agosto – terça-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral realizar sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito (Lei nº 9.504/97, art. 50).

13 de agosto – quarta-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral decidir sobre as recusas e reclamações contra a nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, *caput*).

16 de agosto – sábado

(50 dias antes)

1. Data em que todos os pedidos de registro de candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador, mesmo os impugnados, devem estar julgados pelo juiz eleitoral e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).
2. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do juiz eleitoral sobre a nomeação dos membros da mesa receptora (Lei nº 9.504/97, art. 63, § 1º).
3. Último dia para os responsáveis por todas as repartições, órgãos e unidades do serviço público oficiarem ao juiz eleitoral, informando o número, a espécie e a lotação dos veículos e embarcações de que dispõem para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 3º).

19 de agosto – terça-feira

1. Início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 47, *caput*).
2. Último dia para os tribunais regionais eleitorais decidirem sobre os recursos interpostos contra a nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, § 1º).

**26 de agosto – terça-feira
(40 dias antes)**

1. Último dia para os diretórios regionais dos partidos políticos indicarem integrantes da Comissão Especial de Transporte e Alimentação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 15).

28 de agosto – quinta-feira

1. Último dia para verificação das fotos e dados que constarão na urna eletrônica por parte dos candidatos, partidos políticos ou coligações.

30 de agosto – sábado

1. Último dia para os candidatos, partidos políticos ou coligações substituírem a foto que será utilizada na urna eletrônica.

**SETEMBRO DE 2008
5 de setembro – sexta-feira
(30 dias antes)**

1. Último dia para entrega dos títulos eleitorais resultantes dos pedidos de inscrição ou de transferência (Código Eleitoral, art. 69, *caput*).

2. Último dia para o juiz eleitoral comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral os nomes dos escrutinadores e dos componentes da junta nomeados e publicar, mediante edital, a composição do órgão (Código Eleitoral, art. 39).
3. Último dia para a instalação da Comissão Especial de Transporte e Alimentação (Lei nº 6.091/74, art. 14).
4. Último dia para a requisição de veículos e embarcações aos órgãos ou unidades do serviço público para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 3º, § 2º).
5. Último dia para os tribunais regionais eleitorais designarem, em sessão pública, a comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela (Resolução nº 21.127, de 20.6.2002).
6. Último dia de publicação, pelo juiz eleitoral, para uso na votação e apuração, de lista organizada em ordem alfabética, formada pelo nome completo de cada candidato e pelo nome que deve constar da urna eletrônica, também em ordem alfabética, seguidos da respectiva legenda e número (Resolução nº 21.607, de 3.2.2004, e Resolução nº 21.650, de 4.3.2004).

6 de setembro – sábado

1. Data em que todos os recursos sobre pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelos tribunais regionais eleitorais e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).
2. Data em que os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do artigo 29 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 28, § 4º).

8 de setembro – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos oferecerem impugnação motivada aos nomes dos escrutinadores e aos componentes da junta nomeados, constantes do edital publicado (Código Eleitoral, art. 39).
2. Último dia para os partidos políticos e coligações impugnarem a indicação de componente da comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela (Resolução nº 21.720/2004, art. 4º).

15 de setembro – segunda-feira (20 dias antes)

1. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral apresentar aos partidos políticos os programas de computador a serem utilizados nas eleições (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 2º).
2. Último dia para a instalação da Comissão de Auditoria, para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela (Resolução nº 21.127, de 20.6.2002).

**20 de setembro – sábado
(15 dias antes)**

1. Data a partir da qual nenhum candidato poderá ser detido ou reso, salvo em flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º). Inst nº 111/DF.16
2. Último dia para os partidos políticos e coligações impugnarem os programas de computador a serem utilizados nas eleições (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 3º).
3. Último dia para a requisição de funcionários e instalações destinados aos serviços de transporte e alimentação de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 1º, § 2º).
4. Data em que deve ser divulgado o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 4º).

**23 de setembro – terça-feira
(12 dias antes)**

1. Último dia para a reclamação contra o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 4º, § 2º).

**25 de setembro – quinta-feira
(10 dias antes)**

1. Data em que todos os recursos sobre pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).
2. Último dia para o eleitor requerer a segunda via do título eleitoral (Código Eleitoral, art. 52, *caput*).
3. Último dia para o juiz eleitoral comunicar aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares, a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 137).

26 de setembro – sexta-feira

(9 dias antes)

1. Último dia para o juiz eleitoral decidir as reclamações contra o quadro geral de percursos e horários para o transporte de eleitores, devendo, em seguida, divulgar, pelos meios disponíveis, o quadro definitivo (Lei nº 6.091/74, art. 4º, § 3º e § 4º).

**30 de setembro – terça-feira
(5 dias antes)**

1. Data a partir da qual e até 48 horas depois do encerramento da eleição, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

2. Último dia para os partidos políticos e coligações indicarem aos juízes eleitorais representantes para o Comitê Interpartidário de Fiscalização, bem como os nomes das pessoas autorizadas a expedir as credenciais para fiscais e delegados (Lei nº 9.504/97, art. 65).

**OUTUBRO DE 2008
2 de outubro – quinta-feira
(3 dias antes)**

1. Data a partir da qual o juiz eleitoral ou o presidente da mesa receptora poderá expedir salvo-conduto em favor de eleitor que sofrer violência moral ou física na sua liberdade de votar (Código Eleitoral, art. 235).

2. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 47, *caput*).

3. Último dia para propaganda política mediante comícios ou reuniões públicas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

4. Último dia para a realização de debates (Resolução nº 22.452, de 17.10.2006).

5. Último dia para o juiz eleitoral remeter ao presidente da mesa receptora o material destinado à votação (Código Eleitoral, art. 133).

**3 de outubro – sexta-feira
(2 dias antes)**

1. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido político ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide (Lei nº 9.504/97, art. 43, *caput*).

2. Último dia para propaganda eleitoral em páginas institucionais na Internet (Resolução nº 22.460, de 26.10.2006).

3. Data em que o presidente da mesa receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para o seu recebimento (Código Eleitoral, art. 133, § 2º).

**4 de outubro – sábado
(1 dia antes)**

1. Último dia para substituição do cargo majoritário, até as 8 horas, quando o candidato for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo de registro, ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado; o requerimento, todavia, somente será tempestivo se observado o prazo de até 10 dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição (Lei nº 9.504/97, art. 13, *caput* e § 1º).

2. Último dia para entrega da segunda via do título eleitoral (Código Eleitoral, art. 69, parágrafo único).

3. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 horas e as 22 horas, bem como para a promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º, § 4º e § 5º, I).

4. Último dia para a promoção de carreatas e distribuição de material de propaganda política (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, I e III).

**5 de outubro – domingo
DIA DAS ELEIÇÕES
(Lei nº 9.504, art. 1º, *caput*).**

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral (Código Eleitoral, art. 142).

Às 8 horas

Início da votação (Código Eleitoral, art. 144).

Às 17 horas

Encerramento da votação (Código Eleitoral, arts. 144 e 153).

Depois das 17 horas

Emissão do boletim de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

7 de outubro – terça-feira

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade do salvo-conduto expedido pelo juiz eleitoral ou presidente da mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

3. Início da propaganda eleitoral do segundo turno (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

4. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 horas e as 22 horas, bem como a promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único c.c. Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º, § 4º e § 5º, I).

5. Data a partir da qual será permitida a promoção de carreatas e distribuição de material de propaganda política (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único c.c. Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, I e III).

8 de outubro – quarta-feira

1. Último dia para o mesário que abandonar os trabalhos durante a votação apresentar ao juiz eleitoral sua justificativa (Código Eleitoral, art. 124, § 4º).

10 de outubro – sexta-feira

1. Último dia para conclusão dos trabalhos de apuração pelas juntas eleitorais.

11 de outubro – sábado (15 dias antes)

1. Último dia para o juiz eleitoral divulgar o resultado da eleição para prefeito e vice-prefeito e proclamar os eleitos, se obtida a maioria absoluta de votos, nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, ou os dois candidatos mais votados (Resolução nº 21.650, de 4.3.2004).

2. Data a partir da qual nenhum candidato que participará do segundo turno de votação poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º).

3. Data a partir da qual, nos municípios em que não houver votação em segundo turno, os cartórios eleitorais não mais permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados, e as decisões, salvo as relativas à prestação de contas de campanha, não mais serão publicadas em cartório.

4. Data a partir da qual, nos estados em que não houver votação em segundo turno, as secretarias dos tribunais regionais eleitorais não mais permanecerão abertas aos sábados, domingos e feriados e as decisões não mais serão publicadas em sessão.

13 de outubro – segunda-feira

1. Último dia para o início do período de propaganda eleitoral gratuita, no rádio e na televisão, relativo ao segundo turno (Lei nº 9.504/97, art. 49, *caput*).

21 de outubro – terça-feira

(5 dias antes)

1. Data a partir da qual e até 48 horas depois do encerramento da eleição nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

**23 de outubro – quinta-feira
(3 dias antes)**

1. Início do prazo de validade do salvo-conduto expedido pelo juiz eleitoral ou presidente da mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia para a propaganda política mediante comícios ou reuniões públicas (Código Eleitoral, art. 240, parágrafo único).

3. Último dia para o juiz eleitoral remeter ao presidente da mesa receptora o material destinado à votação (Código Eleitoral, art. 133).

**24 de outubro – sexta-feira
(2 dias antes)**

1. Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 49, *caput*).

2. Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido político ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide (Lei nº 9.504/97, art. 43, *caput*).

3. Último dia para a realização de debates (Resolução nº 22.452, de 17.10.2006).

4. Último dia para propaganda eleitoral em páginas institucionais na Internet (Resolução nº 22.460, de 26.10.2006).

5. Data em que o presidente da mesa receptora que não tiver recebido o material destinado à votação deverá diligenciar para o seu recebimento (Código Eleitoral, art. 133, § 2º).

**25 de outubro – sábado
(1 dia antes)**

1. Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 horas e as 22 horas, bem como para a promoção de comício ou utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º, § 4º e § 5º, I).

2. Último dia para a promoção de carreatas e distribuição de material de propaganda política (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, I e III).

26 de outubro – domingo
DIA DA ELEIÇÃO
(Lei nº 9.504/97, art. 2º, § 1º).

Às 7 horas

Instalação da seção eleitoral (Código Eleitoral, art. 142).

Às 8 horas

Início da votação (Código Eleitoral, art. 144).

Às 17 horas

Encerramento da votação (Código Eleitoral, arts. 144 e 153).

Depois das 17 horas

Emissão do boletim de urna e início da apuração e da totalização dos resultados.

28 de outubro – terça-feira

1. Término do prazo, às 17 horas, do período de validade do salvo-conduto expedido pelo juiz eleitoral ou pelo presidente da mesa receptora (Código Eleitoral, art. 235, parágrafo único).

2. Último dia do período em que nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

29 de outubro – quarta-feira

1. Último dia para o mesário que abandonou os trabalhos durante a votação de 26 de outubro apresentar justificativa ao juiz eleitoral (Código Eleitoral, art. 124, § 4º).

31 de outubro – sexta-feira

1. Último dia em que os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/97, art. 94, *caput*).

NOVEMBRO DE 2008
4 de novembro – terça-feira

1. Último dia para a retirada da propaganda relativa às eleições nos municípios em que não houve votação em segundo turno (Resolução nº 21.610/2004, art. 85).

2. Último dia para encaminhamento da prestação de contas pelos candidatos às eleições proporcionais que optarem por fazê-lo diretamente à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 29, § 1º).

3. Último dia para os comitês financeiros encaminharem ao juiz eleitoral as prestações de contas referentes ao primeiro turno, salvo as dos candidatos que concorreram no segundo turno das eleições (Lei nº 9.504/97, art. 29, III e IV).

4. Último dia para o pagamento de aluguel de veículos e embarcações referente à votação de 5 de outubro, caso não tenha havido votação em segundo turno (Lei nº 6.091/74, art. 2º, parágrafo único).

5. Último dia para o mesário que faltou à votação de 5 de outubro apresentar justificativa ao juiz eleitoral (Código Eleitoral, art. 124).

5 de novembro – quarta-feira

1. Último dia para o encerramento dos trabalhos de apuração pelas juntas eleitorais (Código Eleitoral, art. 159, e Lei nº 6.996/82, art. 14).

13 de novembro – quinta-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral divulgar o resultado da eleição proporcional para vereador e proclamar os candidatos eleitos.

2. Último dia para o juiz eleitoral divulgar o resultado da eleição majoritária de 26 de outubro e proclamar os candidatos eleitos.

3. Data a partir da qual os cartórios e as secretarias dos tribunais eleitorais não mais permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados, e as decisões, salvo as relativas às prestações de contas de campanha, não

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a luta das mulheres por igualdade social e econômica é uma luta histórica, permanente, que vem desde tempos remotos, em que o predomínio masculino se baseava na utilização da força física.

Infelizmente, em pleno século XXI, ainda persistem resquícios, tradições e heranças negativas dessas situações que colocam a mulher em condição de inferioridade, ao longo da História. Perduram até os dias atuais as mais diversas formas de discriminação aberta ou disfarçada, em muitos campos da atividade humana.

Certamente não podemos aceitar nem admitir essas práticas desumanas nem essas violações de direitos e garantias assegurados pela Constituição, como os princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

O Dia Internacional da Mulher nos oferece uma oportunidade de refletirmos sobre o papel da mulher na história, no trabalho, na vida política e também sobre

os direitos humanos e sobre todos os tipos de discriminação existentes contra a dignidade das mulheres.

Hoje é essencial não perdermos de vista os objetivos maiores de igualdade política e econômica das mulheres, consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Promover a igualdade de gênero no trabalho, na educação, nas relações econômicas e sociais, na política e no ambiente doméstico é uma obrigação e um dever de todos nós, independentemente da situação pessoal de cada um. Queremos uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todos os credos, de todas as condições e origens e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente pelas mulheres mais pobres e excluídas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos dizer que devemos tudo, ou quase tudo, às mulheres, começando com aquela mulher que nos deu a vida: a nossa mãe, assim como nossas primeiras professoras, geralmente mulheres.

Faço aqui uma homenagem às muitas mulheres brasileiras que se destacaram pelo trabalho, pela abnegação, pelo amor e pela dedicação incansável, em mais diversos campos de atividade humana.

Sou, antes de político, um médico. No campo da medicina, temos inúmeros exemplos de mulheres, médicas e enfermeiras, que realizam, dia e noite, seu trabalho com carinho, dedicação, afeto, abnegação e amor aos pacientes, salvando muitas e muitas vidas humanas.

O sorriso e a bondade dessas mulheres contribuem para a saúde do corpo e da alma e faz com muitas pacientes perseverem na luta e na vontade de viver, mesmo quando tudo parece perdido.

Meus cumprimentos especiais a todas as mulheres dedicadas à medicina e à enfermagem e a todas as profissões que contribuem diretamente para a promoção da saúde humana. Sem elas, o mundo seria mais pobre, mais triste, um verdadeiro “vale de lágrimas”. Com elas, com essas mulheres destemidas, corajosas, o mundo nos dá mais esperança de um futuro e nos faz acreditar em dias melhores.

A galeria de mulheres brasileiras que ajudaram a construir nossa história é imensa e ultrapassaria os limites deste meu modesto pronunciamento. Citaria apenas algumas grandes e corajosas mulheres, mesmo correndo o risco de não mencionar muitas outras, igualmente merecedoras de homenagem especial.

Francisca de Sande, a primeira enfermeira do Brasil, cuidou dos doentes de febre amarela, na Bahia, entre os anos 1670 e 1702.

Joana de Gusmão levou vida de profeta e mensageira da fé na antiga Província de Santa Catarina.

Bárbara Heliodora é a primeira mulher em nossa história a participar de uma insurreição republicana.

Ana Néri, viúva do Capitão de Fragata Isidoro Antônio Néri, aos 50 anos de idade, participou da guerra do Paraguai como enfermeira.

Anita Garibaldi, heroína brasileira nascida em Santa Catarina em 1821 e falecida em Ravena, na Itália, em 4 de agosto de 1849, foi companheira de Giuseppe Garibaldi, “herói de dois mundos” e construtor da unificação italiana.

Anésia Pinheiro Machado, aos 18 anos, realizou sozinha o primeiro vôo entre Rio e São Paulo num pequeno avião.

Maria Augusta Generosa Estrella foi a primeira doutora brasileira em Medicina: saiu do Brasil, em 1874, com apenas 14 anos de idade, para estudar Medicina nos Estados Unidos, formando-se em 1881.

Chiquinha Gonzaga, pianista e compositora, foi a primeira maestrina do Brasil.

Nise da Silveira revolucionou a psiquiatria, humanizando o tratamento de doentes mentais no Brasil.

Bertha Lutz foi líder do movimento pelo voto feminino no Brasil.

Maria Quitéria de Jesus foi a primeira mulher a ingressar numa unidade militar: disfarçada de homem, lutou contra os portugueses pelo reconhecimento da Independência do Brasil.

Finalmente, eu gostaria homenagear as muitas mulheres anônimas, essas muitas mulheres pobres e desconhecidas que realizam tantos trabalhos considerados de pouca importância por uma sociedade preocupada com luxo e riqueza e vaidade.

Essas mulheres, cujos nomes sequer são lembrados, realizam as tarefas invisíveis, mas imprescindíveis para que o mundo vá girando e caminhando para frente.

A todas elas as minhas homenagens e os agradecimentos por todo o bem que realizam e continuarão a realizar.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para fazer o registro da matéria “Um raio x da saúde dos brasileiros”, da revista **Veja**, em sua edição nº 2050, do dia 5 de março de 2008.

A matéria apresenta os dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, o VIGITEL, um dos mais completos levantamentos sobre os hábitos de saúde da população brasileira analisados por meio de pesquisa conduzida pelo Ministério da Saúde.

O objetivo primordial do trabalho é monitorar hábitos alimentares e de comportamento que contribuem para o surgimento e desenvolvimento das chamadas doenças crônicas não transmissíveis, como câncer, diabetes e hipertensão, por exemplo, e que são responsáveis por dois terços das mortes no País.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EXCLUSIVO

RAIO X DA SAÚDE DOS BRASILEIROS

A maior pesquisa sobre hábitos de vida revela que os brasileiros ignoram as causas das doenças que mais matam

Pesquisa inédita do Ministério da Saúde revela que os brasileiros sabem menos do que precisam sobre as causas das doenças crônicas

Elas se cuidam mais

As mulheres se saem melhor do que os homens em nove de dez itens associados à manutenção da saúde e à prevenção de doenças

INDICADORES

 Negativos
 Positivos

HOMENS		MULHERES
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM FUMA MAIS	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM FAZ MAIS USO ABUSIVO DE ALCOOL	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM COSTUMA TOMAR MAIS LEITE INTEGRAL	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM CONSUME MAIS REFRIGERANTE	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	QUEM CONSUME MAIS FRUTAS REGULARMENTE	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM CONSUME MAIS FREQUENTEMENTE CARNE COM EXCESSO DE GORDURA	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM PRATICA MAIS ATIVIDADES FÍSICAS REGULARMENTE	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM SOFRE MAIS DE OBESIDADE	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	QUEM TEM MAIS EXCESSO DE PESO	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	QUEM MAIS SE PREVINE CONTRA CÂNCER DE PE	<input checked="" type="checkbox"/>

Adriana Dias Lopes, Anna Paula Buchalla e Naiara Magalhães

Quando o assunto é o cuidado com a saúde, os brasileiros vão mal, obrigado: a maioria tem hábitos alimentares pouco saudáveis e pratica menos esporte do que deveria, quase 60% estão acima do peso e 17,5% bebem de forma abusiva. Os dados são do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, o Vigitel, um dos mais completos levantamentos sobre os hábitos de saúde da população já feitos no país. Conduzida pelo Ministério da Saúde, a pesquisa ouviu, entre julho e dezembro do ano passado, 54 000 homens e mulheres moradores de 26 capitais brasileiras, além do Distrito Federal. O objetivo do trabalho é monitorar hábitos — alimentares e de comportamento — que contribuem para o aparecimento de doenças como diabetes, hipertensão, enfiseima pulmonar e câncer, as chamadas doenças crônicas não transmissíveis, responsáveis por dois terços das mortes no país. “Certos costumes que adotamos podem funcionar como fator de proteção ou de risco para o desenvolvimento desse grupo de doenças”, afirma Ruy Laurenti, professor do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. “Mas grande parte dos brasileiros ainda subestima esse fato.”

Os homens subestimam mais do que as mulheres, como aponta o Vigitel. No que diz respeito aos comportamentos relacionados à prevenção de doenças, as mulheres se saem melhor do que os homens em onze de dezesseis itens pesquisados: elas controlam melhor o peso, comem mais frutas e menos gorduras e protegem-se melhor do sol. Os homens só ganham delas no que diz respeito à decisão de parar de fumar (25,8% dos entrevistados já abandonaram o vício, enquanto apenas 18,6% das mulheres ouvidas fizeram o mesmo) e à prática de exercícios (19,3% dos homens dizem fazer alguma atividade física regularmente contra 12,3% das mulheres — veja o quadro na pág. 74). O fato de o Vigitel apontar a

existência de um menor número de homens com diagnóstico de diabetes, hipertensão ou taxas elevadas de colesterol e triglicérides é relativizado por especialistas. Para eles, o resultado não indica necessariamente que a incidência dessas doenças seja mais baixa entre os homens. “É provável que seja consequência do fato de as mulheres fazerem consultas médicas com mais frequência e, portanto, conhecerem melhor seus problemas”, diz o cardiologista Ibraim Masciarelli, do Hospital do Coração, em São Paulo.

O Vigitel foi inspirado em um modelo de pesquisa adotado pelo governo dos Estados Unidos desde 1984 para monitorar os fatores de risco que afetam a saúde dos americanos. No Brasil, ele foi aplicado pela primeira vez em 2006. “É uma ferramenta essencial para corrigir ou aprofundar as políticas de saúde”, diz o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A comparação dos dados do Vigitel 2007 com a versão 2006 da pesquisa mostra que, embora ainda estejam distantes do ideal, os costumes dos brasileiros relacionados à prevenção de doenças vêm apresentando pequenas melhoras. O número de pessoas que se alimentam de frutas regularmente, por exemplo — hábito que ajuda a evitar a ocorrência de doenças cardiovasculares e de diversos tipos de câncer —, passou de 44% para 57%. Já a porcentagem de entrevistados que consomem carnes excessivamente gordurosas (prática associada ao aumento de doenças cardíacas, hipertensão, diabetes e obesidade) diminuiu de 39,2% para 32,8%. Confrontados com pesquisas anteriores, os dados do Vigitel também sinalizam uma queda na quantidade de brasileiros fumantes. Em 2003, levantamento do Instituto Nacional de Câncer e da Secretaria de Vigilância em Saúde, feito em dezoito capitais, mostrava que 20% da população fumava. Hoje, de acordo com o Vigitel, esse número é de 16,4% — o que coloca o Brasil entre os países com menor incidência de tabagismo. A porcentagem de brasileiros que fumam chega a ser inferior à dos americanos, por exemplo, ainda que nos Estados Unidos as campanhas antifumo sejam mais antigas e agressivas do que as daqui. Nas páginas seguintes, VEJA detalha os resultados da pesquisa do Ministério da Saúde, analisa como os brasileiros se comportam diante de doze temas relacionados a doenças ou à sua prevenção e revela as consequências desses hábitos para a saúde.



Este ícone indica as curiosidades da pesquisa

Esta é, sem dúvida, uma das melhores notícias do levantamento do Ministério da Saúde. Com um índice de 16,4% de fumantes, o Brasil está entre os países com menor incidência de tabagismo do mundo. Nos Estados Unidos, onde as campanhas antifumo são mais antigas e agressivas do que as daqui, os fumantes somam cerca de 20% da população adulta. A queda no consumo brasileiro de cigarros começou a se desenhar no início dos anos 90, com as campanhas antitabagistas e as leis de restrição ao fumo. Na ocasião, 35% dos brasileiros tinham o hábito de fumar.

Em sete capitais, o número de fumantes supera a média nacional. Porto Alegre é a líder do ranking. E o índice alto é puxado pelo vício feminino. A capital gaúcha é a que registra o maior percentual de mulheres fumantes — 20,1%. As gaúchas ilustram com perfeição a mudança no perfil dos tabagistas desde o início da ofensiva anticigarro. Nas regiões brasileiras mais desenvolvidas, tal qual acontece nos países de Primeiro Mundo, a tendência é de que o sexo feminino ultrapasse o masculino nas batforadas. “Com a diminuição do consumo de cigarros pelos homens, a indústria do tabaco passou a investir pesado no público feminino, especialmente nas jovens”, diz Liz Maria de Almeida, gerente de epidemiologia do Instituto Nacional de Câncer (Inca). Nos Estados Uni-

dos, por exemplo, nos últimos trinta anos a quantidade de fumantes masculinos caiu pela metade e a de mulheres fumantes aumentou, em média, 25%.

A grande preocupação é que elas se iniciam cedo no vício. Segundo uma pesquisa realizada recentemente pelo Inca em Porto Alegre, cerca de 55% das garotas entre 13 e 15 anos fumaram pelo menos uma vez nos trinta dias anteriores à entrevista. Quanto mais cedo uma pessoa começa a fumar, maiores serão os danos para a sua saúde. O fumante que deu suas primeiras baforadas antes dos 15 anos, por exemplo, tem o risco de morte por câncer de pulmão aumentado em quatro vezes em relação a quem começou a fumar aos 25 anos. São necessários quinze anos para que um ex-fumante volte ao patamar de risco de doenças cardiovasculares de um não-fumante. Entre as mulheres, esses perigos são potencializados. Quando elas fumam, o risco de ansiedade e depressão é duas vezes maior do que entre os homens. O de infartos e derrames, quatro vezes. Segundo o levantamento do Ministério da Saúde, a maioria só abandonará o hábito entre os 45 e 54 anos. É muito tempo sob os efeitos nocivos da nicotina.

Bebida em alta

Ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, o consumo de álcool tem aumentado nos países em desenvolvimento. É o caso do Brasil, onde não há praticamente controle sobre a indústria de bebidas alcoólicas. Segundo os especialistas, é preciso uma política pública para o álcool tão ofensiva quanto a do cigarro. “Um litro de pinga aqui custa menos do que 1 dólar”, diz o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Nos países desenvolvidos, uma garrafa de destilado não sai por menos de 10 dólares.” Além dos preços baixíssimos, no Brasil o marketing da indústria do álcool é muito agressivo e mira sobretudo os jovens. O levantamento do Ministério da Saúde confirma essa tendência. Os brasileiros que bebem exageradamente têm, em sua maioria, entre 18 e 24 anos.

Uma das principais preocupações é a tendência de aumento no abuso do álcool pelas mulheres jovens. Um estudo conduzido recentemente pela Unifesp revela que o consumo exagerado de álcool aumenta principalmente entre as meninas adolescentes. Elas já se equiparam aos meninos e três em cada dez bebem com frequência. Quanto mais se bebe na juventude, maior será a propensão ao alcoolismo na idade adulta.

Quantidades moderadas de álcool, algo como dois copos de vinho por semana, trazem benefícios ao coração e ao sistema circulatório. Mais do que isso pode resultar em danos irreversíveis ao fígado. Há indícios de que o abuso de álcool pode lesionar o cérebro. Em excesso, a bebida está associada a danos nas regiões cerebrais ligadas à memória e ao aprendizado. De acordo com um relatório da Organização Mundial de Saúde do início dos anos 2000, o álcool mata mais do que o tabaco. “Ele lidera a lista dos fatores de risco para as doenças crônicas, seguido por excesso de peso, hipertensão e tabagismo”, diz Carlos Augusto Monteiro, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Com 21,7% de fumantes, Porto Alegre concentra o maior número de tabagistas do país

O Rio Grande do Sul é o maior produtor brasileiro de fumo, com pouco mais da metade de toda a produção nacional — o que, segundo

os especialistas, favorece o vício do cigarro. Uma pesquisa da Organização Pan-Americana da Saúde indica que sete de cada dez jovens da capital gaúcha têm pai e/ou mãe fumante

São Paulo tem o menor índice de consumo excessivo de álcool

O abuso de bebidas alcoólicas costuma ser mais frequente em cidades pequenas, onde a oferta de atividades culturais tende a ser mais limitada. Como o consumo exagerado de álcool diminui nas classes mais escolarizadas, isso também pode explicar por que São Paulo está em melhor situação

ALIMENTAÇÃO

Entre 18 e 24 anos, 61% dos brasileiros consomem leite integral

Embora o leite seja ótima fonte de cálcio, além de ser rico em magnésio e vitaminas A e D, o integral é rico em gordura saturada, o que aumenta o risco de distúrbios cardiovasculares. Passada a infância, o ideal é dar preferência ao leite desnatado, menos gorduroso

A frequência do consumo de refrigerantes diminui com a idade — de 38,7% entre 18 e 24 anos para 11,7% entre os que têm mais de 65 anos

O brasileiro toma refrigerante demais. Uma em cada três pessoas consome a bebida em cinco ou mais dias da semana. Um estudo publicado no ano passado na revista americana de cardiologia *Circulation* mostrou que o consumo de pelo menos 350 mililitros de refrigerante por dia, o equivalente a uma lata, aumenta em 31% o risco de uma pessoa se tornar obesa e em 25% o risco de ela ter os níveis de triglicérides e glicose no sangue elevados

Embora a pesquisa do Ministério da Saúde mostre que 53,2% da população adulta brasileira toma leite regularmente, a quantidade ainda é insuficiente. O consumo per capita de leite no país, que é de cerca de 130 litros por ano, está abaixo do preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Isso significa que bebemos, em média, um copo por dia. Essa quantidade deveria ser três vezes maior. O leite é a principal fonte alimentar de cálcio. O mineral é um ingrediente essencial para um esqueleto forte, prevenindo a osteoporose. Ele é também rico em vitaminas A, D e magnésio. Além de tomar pouco leite, o brasileiro bebe o menos adequado à saúde, sobretudo em se tratando de adultos. O integral é rico em gordura saturada, a mais nociva ao organismo. O risco maior é para

quem tem o colesterol alto. Para se ter uma idéia, a principal gordura do leite integral é o ácido mirístico, substância capaz de fazer o colesterol ruim, o LDL, subir às alturas.

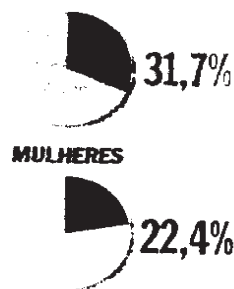
O leite integral é indicado para bebês e crianças que se beneficiam da gordura durante a fase de crescimento. Para os adultos sem riscos de doenças cardiovasculares, ele pode ser consumido, desde que se reduza a ingestão de gorduras provenientes de outros alimentos, como queijos e carnes. Caso contrário, a melhor opção é o leite desnatado, menos gordo, mas com a mesma quantidade de cálcio.

INTERESSANTE

No lugar do suco

Os brasileiros adoram refrigerante. Três em cada dez tomam a bebida não-dietética cinco ou mais dias da semana. Em 2007 foram consumidos no Brasil 14 bilhões de litros da bebida. Desse total, 91% referem-se aos refrigerantes tradicionais regulares e apenas 9% às versões adoçadas artificialmente. "Além do teor calórico alto, o grande problema dos refrigerantes é que eles costumam substituir os sucos de frutas, mais nutritivos e saudáveis", diz a nutricionista Ana Maria Lottenberg, do Hospital das Clínicas, de São Paulo. Os principais consumidores de refrigerante no Brasil estão nas faixas etárias mais baixas, entre 18 e 24 anos. Um estudo da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, alerta: quando um jovem tem o hábito de tomar um copo de refrigerante por dia, corre quase duas vezes mais risco de se tornar um quarentão acima do peso do que o rapaz ou a moça sem esse costume. A realidade é ainda mais cruel com o sexo feminino. A probabilidade de uma mulher que bebe refrigerante diariamente vir a desenvolver o diabetes tipo 2 é 80% maior do que entre os homens.

26,7% dos brasileiros tomam regularmente refrigerantes não dietéticos

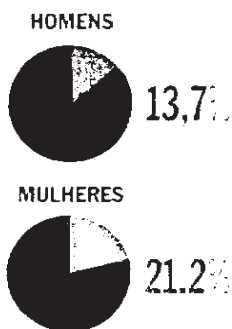


FRUTAS E HORTALIÇAS

Cardápio pobre

Quase metade dos brasileiros consome frutas cinco ou mais dias na semana. Parece um número razoável, mas, quando se associam frutas a hortaliças nas quantidades ideais, esse índice cai para 17,7%. E o que isso significa? Que estão faltando nutrientes importantes na dieta dos brasileiros. Recentemente, um estudo feito pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, o Brazos Nutricional, identificou o que faltava no prato das mulheres, que consomem quase o dobro desses alimentos em relação aos homens. Havia deficiência de

17,7% dos brasileiros consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana



praticamente todas as vitaminas. Pelo menos 88% delas apresentavam carência de vitamina C. Presente em frutas e vegetais, essa vitamina é fundamental para a defesa do organismo, para a produção de colágeno e para a absorção de ferro.

Cerca de 85% das entrevistadas tiveram consumo deficiente de beta-caroteno, antioxidante que se converte em vitamina A. Cerca de 10% sofriam de deficiência de ferro, causa frequente de anemias.

! Porto Velho é a capital onde menos se consomem frutas e hortaliças (10%) e São Paulo aparece com o melhor resultado (23%)

Esse cenário reflete uma tendência brasileira: os moradores das regiões Sul e Sudeste têm hábitos mais saudáveis à mesa do que os habitantes do Norte e do Nordeste. O motivo principal é a oferta mais abundante de frutas e hortaliças

! Campo Grande é a capital onde mais se consomem carne vermelha (45,6%) sem retirar a camada gordurosa e frango com pele

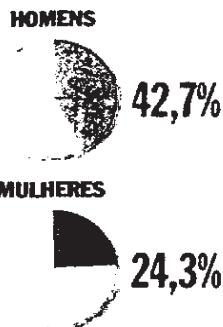
Tradicionalmente pecuaristas, as cidades do Centro-Oeste tendem a conservar hábitos alimentares típicos da zona rural, como a ingestão frequente de churrasco com camadas generosas de gordura

CARNES GORDUROSAS

Pingando gordura

A carne vermelha foi recentemente reabilitada pelos médicos e pelos nutricionistas. A volta do alimento ao cardápio deve-se, sobretudo, ao seu valor nutricional. A carne é rica em ferro, zinco e vitaminas, como a B12, fundamental para a memória e a cognição. Mas isso não é carta-branca para cometer excessos. Mais de 30% dos brasileiros têm o hábito de comer carne com gordura exposta. É um veneno para o coração. Cerca de 20% a 25% da composição da carne é gordura. Ou seja, mesmo quando se retira a capa de gordura

32,8% dos brasileiros consomem carnes gordurosas regularmente



16,3% de redução em relação a 2006

da picanha, o prato ainda continua bastante gorduroso. O mesmo raciocínio vale para o frango com pele. E, aqui, com uma agravante: a pele da ave é rica em colesterol.

ATIVIDADE FÍSICA

! Vitória é a capital onde mais se praticam exercícios físicos — 20,5% contra 15,5% da média nacional

Os moradores de Vitória dispõem desde os anos 80 de um serviço de orientação ao exercício, o SOE. O

programa oferece aulas gratuitas de ginástica nos espaços públicos da cidade. O SOE atende cerca de 4 000 pessoas por mês

Falta ânimo

! O sedentarismo é mais alto entre os brasileiros com mais de 45 anos. E é ainda maior no grupo de pessoas com alta escolaridade, em que 40% dos homens e 36,7% das mulheres são completamente inativos

É a partir dessa idade que os benefícios da prática regular de atividade física são maiores. Isso porque nessa fase da vida o ritmo metabólico já está mais lento, favorecendo o acúmulo de gordura corporal e a perda de massa óssea e muscular. A manutenção de uma rotina de exercícios tende a retardar esse processo

O Brasil é um país de preguiçosos. Cerca de 30% dos adultos não se mexem para nada. Se têm de caminhar um quarteirão, pegam o carro. Se têm de subir um andar de escadas, tomam o elevador. O país com o menor índice de sedentarismo em todo o mundo é a Finlândia, com apenas 6% de inativos fisicamente. Isso mesmo: o grau de indolência dos brasileiros é cinco vezes maior do que o dos finlandeses. A situação é ainda mais vexatória quando se contabiliza o número de pessoas habitadas a algum esforço físico. Apenas 15,5% praticam exercícios conforme o preconizado — no mínimo, meia hora diária, cinco vezes por semana. Não é novidade para ninguém que a prática regular de atividade física é um aliado e tanto da boa saúde. Mantém o metabolismo no ritmo, reduz os riscos de hipertensão, diabetes, vários tipos de câncer e protege o coração. A ginástica praticada com frequência faz bem à alma. Recentemente, pesquisadores da Universidade Duke, nos Estados Unidos, publica-

ram um estudo com vítimas graves de depressão, comparando os efeitos dos exercícios aos de um determinado antidepressivo. Pois bem, eles descobriram que a ginástica pode ser tão útil quanto o remédio no controle de muitos desses pacientes.

Motivos para se exercitar não faltam. O que é preciso para convencer os brasileiros a sair do sofá? Mudar o estilo de vida é tarefa das mais árduas. E, quanto mais o tempo passa, menor é o ânimo para as mudanças.

De acordo com o pesquisador canadense Steven Bray, da Universidade McMaster, a primeira grande baixa na disposição para praticar uma atividade física se dá com o ingresso na faculdade.

As demandas da vida acadêmica, segundo ele, são o principal motivo. E as desculpas para não suar continuam ao longo da vida adulta. Num momento é a mudança de trabalho. No outro, o casamento. Em seguida, a chegada dos filhos. "Recuperar ao menos um pouco da energia que tínhamos na infância pode tornar a vida bem mais saudável", escreveu o médico Sanjay Gupta recentemente num artigo para a revista americana *Time*.

15,5% dos brasileiros praticam atividade física regularmente

HOMENS



MULHERES



4% de aumento em relação a 2006

29,2% dos brasileiros são sedentários

HOMENS



MULHERES

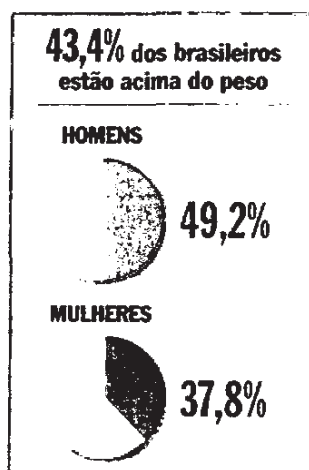


PESO CORPORAL

Está tudo errado

Nada menos do que seis em cada dez brasileiros romperam o limite aceitável da balança. Ou seja, 42 milhões estão pelo menos 5 quilos acima do peso. O número é assustador e ao mesmo tempo revelador dos péssimos hábitos de homens e mulheres à mesa. Recentemente, um levantamento sobre os hábitos alimentares dos gordos brasileiros mostrou que, além de comerem muito, eles o fazem rápido demais. Conclusão: o estômago não tem tempo de transmitir a informação de saciedade ao sistema nervoso central e o sujeito continua a comer, comer, comer... Um processo de mastigação mais lento é essencial para que o cérebro receba a mensagem de que é hora de cruzar os talheres. O peso em excesso está diretamente associado

43,4% dos brasileiros estão acima do peso



ao sedentarismo, outro péssimo hábito da vida moderna. A matemática dos quilos em excesso é simples: quem consome mais calorias do que gasta engorda.

Conforme o levantamento do Ministério da Saúde, o contingente de gordos é maior entre as pessoas menos escolarizadas. Entre os que estão acima do peso, os homens e mulheres com menos de oito anos de estudo somam 47,1%

do total. No grupo dos obesos, eles representam 14,9%. Os mais pobres engordam mais porque, com o aumento do poder aquisitivo e o maior acesso à comida, mas sem informações adequadas sobre saúde, eles passaram a ingerir uma quantidade enorme de carboidratos e gorduras, sobretudo de origem animal. O resultado é um só: corpos inflados. A epidemia de quilos em excesso é mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 2 bilhões de pessoas estão acima do peso. Deles, 400 milhões são obesos. Em 2025, esses números devem saltar para 3 bilhões e 700 milhões, respectivamente. O acúmulo de tecido adiposo está associado às doenças crônicas mais comuns: o diabetes, os distúrbios cardiovasculares e uma série de cânceres, como os tumores malignos de mama. Pouco se avançará na prevenção de doenças enquanto não houver uma mudança radical de comportamento.

! A maior incidência de excesso de peso está entre os homens com mais de doze anos de escolaridade — 57,9% contra 43,4% da média nacional

Pelo menos três fatores explicam o fenômeno. O poder aquisitivo mais alto facilita o acesso a uma variedade gastronômica maior (e mais calórica). Além disso, os homens mais escolarizados tendem a praticar menos atividade física. O índice de sedentarismo entre esses homens chega a 40%, quando a média nacional é de cerca de 30%

13% dos brasileiros estão obesos

HOMENS



MULHERES



13,2% de aumento em relação a 2006

! As cariocas estão entre as mulheres mais obesas do país

É o “paradoxo carioca”. Apenas 10% dos moradores do Rio de Janeiro moram na orla ou perto dela, o que serve de incentivo para o culto à boa forma. Nos bairros de classe média baixa e nas favelas, o aumento do poder aquisitivo facilitou o acesso à comida, geralmente do tipo engordativo

PREVENÇÃO AO CÂNCER

Os brasileiros que mais se protegem contra os malefícios da radiação solar têm de 35 a 44 anos

É nessa idade que começam a surgir os primeiros sinais de envelhecimento da pele. A proteção aqui é decorrente de uma questão puramente estética

53,3% dos brasileiros costumam se proteger contra a radiação solar

HOMENS



MULHERES



Acima das expectativas

A revelação de que metade dos brasileiros tem o hábito de se proteger contra o sol foi recebida com entusiasmo pelos médicos. Nem as estimativas mais otimistas chegavam perto de um contingente

te tão grande de precavidos. Nos poucos levantamentos realizados no país sobre o assunto, esse índice raramente ultrapassa 30%.

A proteção contra a radiação ultravioleta é um hábito recente, do fim da década de 80, que, graças às campanhas de esclarecimento, ganha mais e mais força. Há, no entanto, um longo caminho a percorrer. Afinal, falta convencer a outra metade dos adultos brasileiros de que o bronzeado mais bonito é também o mais seguro.

A pesquisa do Ministério da Saúde avaliou o grau de proteção dos brasileiros em relação ao sol das 10 horas da manhã às 4 da tarde. Nesse período do

dia, a radiação ultravioleta do tipo B (UVB) fica mais intensa. Os raios UVB são os que causam vermelhidão e podem levar ao câncer de pele, a neoplasia mais frequente entre os brasileiros. Até o fim do ano, 120 000 brasileiros devem receber o diagnóstico da doença. A medida mais eficaz para barrar a radiação solar é o uso de fotoprotetores. Recomenda-se aplicar o produto meia hora antes da exposição solar, o que garante a sua absorção pela pele. Além disso, deve-se evitar o corpo com o produto duas horas ou de evitar entrar n'água.

MAMA

Parece, mas não é

A primeira vista, a notícia parece muito boa. De cada dez brasileiras entre 50 e 69 anos, oito já se submeteram à mamografia. É índice de Primeiro Mundo. Se o exame é a principal arma contra o câncer de mama, por que então o número de vítimas fatais da doença cresce no Brasil? Até o fim do ano, 10 000 brasileiras devem morrer vítimas do mal — um aumento de 20% nas taxas de mortalidade em relação ao início dos anos 90. O levantamento do Ministério da Saúde não aponta a periodicidade com que as brasileiras fazem uma mamografia. “A nossa experiência em consultório indica que, no Brasil, o exame tende a ser feito tardiamente e sem nenhuma regularidade”, diz a mastologista Maria do Socorro Maciel, do Hospital do Câncer, em São Paulo. A chave da prevenção ao câncer de mama está na realização anual do exame a partir dos 40 anos. Nos Estados Unidos, 80% das americanas nessa faixa etária passam anualmente por uma mamografia. Lá, graças às medidas de prevenção, a mortalidade por câncer de mama caiu 10% na última década.

A maioria dos casos da doença no Brasil é descoberta quando ela está em estágio avançado. Nessas condições, as chances de cura

82,2% das mulheres brasileiras entre 50 e 69 anos foram submetidas a uma mamografia pelo menos uma vez na vida

○ **83,1%** têm entre 50 e 59 anos

○ **80,7%** têm de 60 a 69 anos

giram em torno de 25%. Se, no entanto, o tumor é detectado em fase inicial, 90% das mulheres conseguem se livrar da doença. Apesar de todas as campanhas de alerta sobre o câncer de mama, um dos principais obstáculos para combatê-lo continua a ser a falta de informação sobre como preveni-lo. Pesquisas regionais indicam que ainda é alto o número de mulheres que desconhecem a importância da mamografia e não sabem fazer o auto-exame em casa. Conforme o relatório do Ministério da Saúde, o número de brasileiras com mais de doze anos de estudo submetidas à mamografia é 20% maior em relação às menos escolarizadas.

COLO DE ÚTERO

Tarde demais

O câncer de colo de útero é o segundo tumor feminino mais comum no Brasil, com 18 680 novos casos previstos para 2008. Nos Estados Unidos, ele aparece em 14º lugar no ranking dos cânceres mais frequentes entre as mulheres. O abismo entre uma realidade e outra pode ser explicado por um equívoco no modo como as brasileiras se armam contra a doença. Elas tendem a se engajar numa rotina de prevenção tarde demais. O melhor exame contra esse tipo de tumor é o papanicolau, e ele deve ser repetido anualmente, depois da primeira relação sexual. No Brasil, porém, as mulheres mais jovens são as que menos se submetem ao exame. Com isso, as chances de detecção precoce do câncer caem drasticamente. "É uma pena, já que o papanicolau consegue descobrir a doença até dez anos antes de sua formação", diz o mastologis-

82% das brasileiras entre 25 e 59 anos se submeteram pelo menos uma vez, nos últimos três anos, ao exame papanicolau

● **76%** têm de 25 a 34 anos

● **86%**, de 35 a 44 anos

● **86,5%**, de 45 a 54 anos

● **80,2%**, de 55 a 59 anos

ta Luiz Henrique Gebrim, professor da Universidade Federal de São Paulo.

Em 90% dos casos, o câncer de colo de útero está associado à infecção pelo vírus HPV, transmitido sexualmente. No início da contaminação, o HPV provoca alterações na estrutura das células uterinas. Apesar de minúsculas, essas lesões são facilmente identificadas pelo papanicolau. Deixados sem tratamento, esses pequenos machucados podem vir a se transformar em um tumor maligno.

Oito em cada dez brasileiras entre 50 e 69 anos já se submeteram pelo menos uma vez na vida a uma mamografia

A princípio, é uma boa notícia. Mas a pesquisa do Ministério da Saúde não informa a periodicidade com que esses exames foram feitos. Para prevenir o câncer de mama, é necessária uma mamografia a cada ano, a partir dos 40 anos

As brasileiras que mais fazem o exame papanicolau têm entre 45 e 54 anos

Quanto mais ativa sexualmente é uma mulher, maior o risco de ela contrair infecções e, conseqüentemente, mais alta a probabilidade de desenvolvimento de câncer uterino. Ou seja, as brasileiras mais jovens, entre 18 e 44 anos, deveriam estar à frente na realização desse exame preventivo

Doentes sem tratamento

DOENÇAS

! O maior número de diagnósticos de diabetes é feito em pessoas com mais de 55 anos

No Brasil, o diabetes, especialmente o tipo 2, costuma ser detectado tardiamente, entre sete e dez anos depois do início da enfermidade, com o aparecimento dos primeiros sintomas. Estima-se que entre 4 milhões e 6 milhões de brasileiros não saibam que são portadores da doença

O levantamento do Ministério da Saúde comprova uma antiga suspeita dos médicos: a de que o diabetes é uma doença muito mal diagnosticada no Brasil. Apenas 7,6% dos homens e mulheres entre 45 e 54 anos declararam ser portadores do distúrbio. "Esse índice deveria ser no mínimo duas vezes maior", diz Antonio Chacra, professor de endocrinologia da Universidade Federal de São Paulo. "Trata-se de um problema de ordem comportamental: as pessoas nessa idade apenas descobrem que têm a doença de forma indireta, quando vão ao médico por outros motivos." Até uma década atrás, acreditava-se que o diabetes tipo 2, responsável por pelo menos 90% dos casos da doença, se manifestava a partir dos 45 anos. Hoje, sabe-se que ele aparece na faixa dos 30 anos. Apesar de inúmeras campanhas de sociedades especializadas e do próprio governo, pelo menos metade dos 10 milhões de brasileiros não sabe que é portadora da doença.

De progressão silenciosa, o diabetes é resultado de um defeito no metabolismo da glicose. Obtido a partir dos alimentos, esse açúcar funciona como combustível do organismo. Para chegar às células do

corpo pela corrente sanguínea — e fornecer a energia necessária para o funcionamento do corpo humano —, a glicose precisa de insulina. Nos diabéticos, por deficiências no funcionamento da insulina, a glicose tem dificuldade de entrar nas células e se acumula no sangue. Esse excesso de açúcar machuca a parede das artérias, favorecendo as doenças cardiovasculares e as neuropatias. A obesidade e o stress estão entre os principais fatores de risco para o diabetes tipo 2. O excesso de células adiposas barra a entrada de glicose nas células. O stress, por sua vez, favorece a produção do hormônio adrenalina, que ajuda a inibir a ação da insulina. Ou seja, sobra açúcar no sangue.

Mulheres sob pressão

Os diagnósticos de hipertensão e o colesterol alto são mais comuns entre as mulheres brasileiras. Quando se analisa a relação entre os sexos por faixa etária, chama atenção a taxa de incidência dessas doenças entre os mais jovens. De acordo com o levantamento do Ministério da Saúde, a incidência de um dos dois distúrbios em mulheres entre 18 e 44 anos é, em média, 1 ponto porcentual maior do que nos homens da mesma idade. "Mesmo baixa, essa diferença surpreende. Nessa fase, não há explicação biológica para que as mulheres sejam mais acometidas por essas doenças", diz o cardiologista Ibraim Masciarelli, do Hospital do Coração, em São Paulo. Dados internacionais mostram, por exemplo, que tanto a hipertensão quanto o colesterol alto têm se alastrado entre as mulheres, mas não a ponto de fazê-las ultrapassar os homens. A cada mulher com distúrbios cardiovasculares provocados ou pelo colesterol alto ou pela hipertensão, há três homens com o mesmo problema. A justificativa para, no Brasil, o volume de diagnósticos ser maior no sexo feminino pode ser de ordem comportamental.

"Ao que tudo indica, as brasileiras cuidam mais da saúde do que os homens e, por isso, descobrem mais facilmente a existência dessas doenças", diz Masciarelli.

Depois da menopausa, as curvas masculina e feminina da incidência de hipertensão e colesterol alto se afastam ainda mais. Com a queda na produção do hormônio estrogênio, a mulher se torna naturalmente mais vulnerável às duas doenças. O estrogênio, hormônio produzido pelos ovários, é um dos maiores aliados do coração — e, portanto, inimigo do

O perigo do colesterol: as estruturas amarelas são as placas de gordura depositadas na parede das artérias

colesterol alto e da hipertensão. De um lado, o hormônio influencia diretamente na conversão da gordura dos alimentos em colesterol. Ele estimula a fabricação do HDL, o colesterol bom, e reduz a de LDL, o ruim. Em excesso, o LDL contribui para a formação das placas de gordura que entopem as artérias — 40% das mortes por infarto e derrame estão relacionadas ao colesterol alto. O estrogênio é também um potente vasodilatador. A falta do hormônio feminino pode desencadear o estreitamento das artérias e veias. A diminuição no calibre dos vasos, por sua vez, dificulta a chegada de oxigênio a todos os órgãos do corpo. É o primeiro passo para infartos e derrames. Para se ter uma idéia, a hipertensão está associada a 40% das mortes por infarto.

! A partir dos 55 anos, a incidência de colesterol alto entre as mulheres passa a ser, em média, 66% maior do que nos homens. Com a menopausa, as mulheres perdem a proteção cardiovascular do hormônio estrogênio

15,9% dos brasileiros têm colesterol alto

HOMENS



13,3%

MULHERES



18,2%

22,9% dos brasileiros são hipertensos

HOMENS



20,3%

MULHERES



25,1%

Entre outras funções, ele participa da fabricação de HDL, o colesterol bom. Baixas doses de estrogênio favorecem, portanto, o acúmulo de LDL, o colesterol ruim, nas artérias

! A incidência de hipertensão é quase duas vezes maior entre os brasileiros com escolaridade mais baixa

Pessoas com menos de oito anos de estudo tendem a ter menos informações sobre os fatores de risco para as doenças. Em se tratando de hipertensão, há de se levar em conta ainda que a doença é mais comum entre os negros. Por determinação genética, os negros tendem a reter mais sódio, um potente vasoconstritor

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, decorrido um ano desde o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já estão aparecendo, nos mais diversos setores, significativos resultados que essa importante iniciativa do Governo do Presidente Lula veio propiciar. Com efeito, já não existem dúvidas, a esta altura, de que o PAC atingirá os objetivos para os quais foi formulado, de ser a grande marca do segundo mandato do Presidente Lula, colocando o processo de desenvolvimento nacional em um novo patamar, relançando as bases do crescimento da nossa economia, assegurando, enfim, mais prosperidade ao nosso povo.

No setor habitacional, de tão relevantes repercussões para o bem-estar social, o Governo vai injetar, por meio do PAC, mais de R\$106 bilhões até 2010. Nesse montante, estão contabilizados, além dos recursos oriundos da União ou por ela geridos, investimentos do setor privado e contrapartida de Estados, Municípios e mutuários.

Quando o Governo realizou, em janeiro último, o balanço de um ano do Programa, apurou-se que foram investidos, no ano passado, quase R\$34 bilhões em habitação. Somando-se a esse montante a contrapartida desses investimentos, da ordem de quase R\$8 bilhões, chegamos a um total de quase R\$42 bilhões canalizados para o setor em 2007.

Na escolha das obras a serem realizadas, foi utilizado como critério a sua localização em regiões metropolitanas, capitais e municípios com mais de 150 mil habitantes. Foram privilegiadas obras de grande impacto e que contribuíssem para a recuperação ambiental em bacias críticas, bem como aquelas voltadas para o atendimento à população de baixa renda. Favoreceu-se, ainda, a complementação de obras que já se encontravam em andamento e aquelas em localidades onde se observam elevados índices de mortalidade infantil.

Vultosos recursos foram destinados à urbanização de favelas. O PAC selecionou nada menos que 544 projetos de urbanização de favelas, de todos os Estados da Federação e de 282 municípios, reservando-lhes investimentos da ordem de R\$10,7 bilhões. Desses, R\$9,4 bilhões foram contratados, beneficiando 723 mil famílias. Em dezembro último, mais de 32% dos projetos estavam em licitação e 6,4% já tinham suas obras iniciadas.

No que se refere a projetos de produção de moradias, foram selecionados 1.112, de todas as unidades da Federação e de 1.024 municípios, representando mais de R\$850 milhões em investimentos do Orçamento Geral da União. Até dezembro, haviam sido contratados R\$276 milhões, beneficiando 14 mil famílias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o principal alvo do Programa de Aceleração do Crescimento é, como se sabe, a recuperação da infra-estrutura do País. E também nesse aspecto já começam a se fazer sentir os resultados do Programa, com a instalação de canteiros de obras em todas as regiões.

No setor de transportes, o PAC, já no ano de 2007, proporcionou melhorias em portos, aeroportos e rodovias. Foram concedidos sete trechos de rodovias federais no Sul e no Sudeste, foi ampliada e recuperada a infra-estrutura portuária e foram realizadas obras para reforma e ampliação de terminais aeroportuários.

A criação, em maio passado, da Secretaria Especial de Portos e do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, em consonância com o disposto na Lei n^o 11.610, de 2007, garantiu fortalecimento institucional ao setor portuário. Um dos destaques da área foi a solução para as obras do porto de Itaqui, no Maranhão.

Para o corrente ano, estão previstas licitações para obras em nove aeroportos e a conclusão dos trabalhos em outros sete terminais. Já se encontram prontas as obras de ampliação da capacidade nos terminais de passageiros do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e de Congonhas, em São Paulo. Neste último aeroporto, recursos do PAC garantiram, também, a reforma das pistas principal e auxiliar. Já no aeroporto internacional que serve à cidade de São Paulo, localizado em Guarulhos, estão sendo realizadas melhorias na pista e nos pátios. Cancelado por inviabilidade técnica e financeira o projeto da terceira pista desse terminal, encontram-se em avaliação duas alternativas, que são a ampliação do aeroporto de Viracopos, em Campinas, e a construção de um novo aeroporto no Estado de São Paulo.

No segmento de transporte rodoviário, um dos destaques, como já mencionei, é a concessão de sete trechos de rodovias federais, no leilão realizado em outubro último. Pelas regras da concessão, serão conservados e duplicados 2.600 km de pavimentos. Os pedágios que serão cobrados dos usuários terão tarifas entre R\$0,99 e R\$2,64, bem abaixo das previ-

sões iniciais. As licenças ambientais foram emitidas pelo Ibama no dia 15 de janeiro.

Também no transporte ferroviário, tivemos resultados a comemorar no ano passado. Um deles foi a conclusão do trecho de 147 km da ferrovia Norte-Sul entre Aguiarnópolis e Araguaína, no Estado do Tocantins. Foi dada solução, no final do ano, para as obras da ferrovia Transnordestina.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é notória a necessidade de uma boa infra-estrutura de transportes para assegurar custos competitivos à produção nacional e, assim, estimular a expansão das atividades produtivas. Igualmente imprescindível a essa expansão é a oferta adequada de energia, na medida em que ela constitui insumo básico nos mais diversos ramos da economia.

No enfrentamento decidido dessa questão, o Programa de Aceleração do Crescimento vem instalando novas usinas, que ampliam a oferta de energia elétrica para todo o País. A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira, na região Norte, é um bom exemplo desse esforço. O leilão dessa usina, com 3.150 MW, resultou em valor inferior a R\$79,00 por MWh, representando deságio de 35%. A previsão do início da obra é para o final de agosto.

Importa ressaltar, contudo, que, embora seja a Hidrelétrica de Santo Antônio um dos maiores empreendimentos no setor energético hoje em andamento no País, ela está bem longe de ser o único. De fato, outras 15 hidrelétricas, somando 2.775 MW, já tiveram suas obras iniciadas, com destaque para a de Estreito, no Estado de Tocantins. Duas usinas termelétricas, as de Quirinópolis e Interlagos, estão concluídas, já tendo sido iniciadas as obras de construção de 16 térmicas, representando, no total, 1.373 MW.

Na área de transmissão, foram leiloados 1.930 km de linhas, com deságio médio de quase 55%. Foram concluídos 850 km de linhas de transmissão e iniciadas as obras de instalação de mais 2.240 km. Uma dessas obras é a da linha de transmissão denominada Interligação Norte-Sul III, com 1.654 km, que virá aumentar a capacidade de transferência de energia do Norte para o Sul. Já a linha de transmissão Desterro-Palhoça vai garantir segurança no abastecimento da ilha de Santa Catarina, cidade de Florianópolis.

No primeiro ano de existência do PAC, foram nele incluídos 43 empreendimentos de geração, que somam 4.071,5 MW de energia, e 13 linhas de transmissão, totalizando 1.265 km. Para o corrente ano, estão previstos quatro leilões, com estimativa de geração de 7.000 MW. Um deles será o da Usina Hidrelétrica de Jirau, a segunda do complexo do Rio Madeira, em Rondônia, com 3.300 MW, o qual está previsto para ocorrer no dia 9 de maio. Cinco hidrelétricas já começaram a ser construídas este ano, estando previsto o início da construção de mais 31 empreendimentos de geração, sendo 6 usinas hidrelétricas, 20 usinas termelétricas e 5 pequenas centrais hidrelétricas. Esses 31 empreendimentos somam 7.731 MW.

Deve ser mencionado, outrossim, o leilão de 11 empreendimentos de transmissão, correspondendo a 5.680 km, com destaque para a linha de transmissão Tucuruí-Manaus-Macapá, de 2.627 km. Além do leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, foram realizados mais três leilões de energia nova, resultando em 6.778 MW de potência instalada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as informações que acabo de trazer ao conhecimento do Plenário, referentes às ações do PAC nas áreas de habitação, transportes e energia elétrica, ilustram de maneira eloqüente o bom andamento que o Programa vem tendo. Com critérios bem ajustados para definição dos investimentos prioritários e acompanhamento metódico do andamento dos projetos, o Programa de Aceleração do Crescimento vai cumprindo a contento seus objetivos de recuperar a infra-estrutura do País, dinamizar a economia nacional e melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com meus agradecimentos ao corpo de funcionários desta Casa e à Secretaria-Geral da Mesa, que tem à frente a competente Diretora Dr^a Cláudia Lyra, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 3 horas e 11 minutos.)

(Publicada no DSF de 12/03/07)

ATA DA 16ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 14, de 27 de fevereiro de 2008)

RETIFICAÇÕES

No sumário, página 3578, 1ª coluna, na leitura do Requerimento nº 173, de 2008,

Onde se lê:

“(...) de autoria do Senador Eduardo Azeredo, (...)”

Leia-se:

“(...) de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Eliseu Resende, (...)”

No sumário, página 3578, 2ª coluna, exclua-se o item 2.2.7, renumerando-se os seguintes.

No sumário, página 3578, 2ª coluna, item 2.2.8 – **Comunicações**, inclua-se, por omissão, o seguinte:

Do Senador Gilberto Goellner, de 26 de fevereiro de 2008, informando a assunção, a partir desta data, da cadeira pelo Estado de Mato Grosso, em substituição ao Senador Jonas Pinheiro.

No sumário, página 3582, 1ª coluna, renumere-se os itens 2.3.1 e 2.3.2 para 2.3.3 e 2.3.4, respectivamente.

No sumário, página 3582, 1ª coluna,

Onde se lê:

“(...) 160 e 163, de 2008. (...)”

Leia-se:

“(...) 160, 163 e 50, de 2008. (...)”

No sumário, página 3582, 1ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte:

2.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 27, com Ordem do Dia anteriormente designada.

Ata da 28ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 12 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Gerson Camata, César Borges, Papaléo Paes, Osmar Dias,
Augusto Botelho, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, e da Sra. Serys Slhessarenko

(ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESEN-
TES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:)

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

4-13/200

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 12/3/2008 07:33:55 até 12/3/2008 21:05:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
DEM	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						

Compareceram: 72 Senadores

Helio Ferreira Lima

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica que está convocada Sessão Conjunta Solene do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, quinta-feira, dia 13 do corrente mês, no Plenário do Senado Federal, destinada a reverenciar a memória do Cardeal D. Aloísio Lorscheider, ex-Arcebispo de Fortaleza e de Aparecida do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2006** (nº 2.854/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a Universidade Federal de Goiás a alienar, por meio de doação, imóveis à Universidade Federal do Tocantins*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2007** (nº 1.140/2007, na Casa de origem), que *inscreve o nome do Marechal Osório no Livro dos Heróis da Pátria*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2006 – Complementar**, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que *acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para garantir a aplicação das normas legais a todo cidadão, independentemente de gênero*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002**, de autoria do Senador José Agripino, que *altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financie*

estágio remunerado em empresas e universidades, bem como curso superior de graduação (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003);

- **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2004**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividades de saúde pública*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que *institui o “Selo Estatuto da Cidade”, com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera os arts. 61, 121, 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos crimes hediondos, para prever como qualificadora e circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ou de o autor, ser agente do Estado, no exercício de cargo ou função pública ou em decorrência da mesma*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2007**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclitas profissionais*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, o **Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003**, rejeitado, vai ao Arquivo. As demais matérias, aprovadas, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 14/2008/CAE

Brasília, 4 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, realizada em 4 de março do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAE nº 7/2008-Circular, o Aviso nº 8, de 2008 (56/GMF, na origem), 25 de fevereiro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de janeiro de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência determina o arquivamento do **Aviso nº 8, de 2008**.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 242, 2008

Excelentíssimo Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Digníssimo Presidente do Senado Federal

Requeiro nos termos do Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentarme do País durante o período de 14 a 24 do corrente mês, tendo em vista minha viagem em caráter oficial a Cingapura, Indonésia, Timor Leste e Vietnã, na qualidade de membro da delegação de Senadores desta Casa em visita àqueles países.

Brasília, 12 de março de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

Unidos. A matéria gerou muita polêmica e merece destaque a reflexão do dirigente do Comitê de Inteligência do Senado Americano, Jay Rockefeller que afirmou, na ocasião: “o uso das técnicas duras se voltará um dia contra os EUA. A retaliação é uma lei mundial. O que nós fizemos aos outros, eles farão contra nós – e ainda de maneira pior” e acrescenta “esse debate é sobre algo a mais que a legalidade. É um debate sobre a moralidade, a maneira como nos vemos. A maneira como nos mostramos ao mundo”.

O próprio diretor geral da CIA, Michael Hayden, disse ter proibido o “afogamento” de suspeitos nos interrogatórios da CIA em 2006; segundo ele, a “técnica” não é usada desde 2003.

A simulação de afogamento tem sido condenada por muitos integrantes do Congresso Americano, grupos de direitos humanos, vários países e organismos internacionais como uma forma de tortura ilegal. Também o manual do Exército norte-americano proíbe o afogamento como forma de se conseguir informações de prisioneiros.

O veto do Presidente George W. Bush à lei em questão encerra de forma melancólica o debate americano sobre a tortura. Essa lei foi fruto de amplo debate entre parlamentares que a entendiam como uma resposta às diversas denúncias de tortura surgidas na guerra do Iraque a partir das revelações sobre a masmorra de Abu Ghraib.

Nos anos 60, essa forma de tortura foi usada na guerra do Vietnã. Tal técnica consiste em provocar afogamentos sucessivos no prisioneiro, diminuindo a presença de oxigênio nos pulmões e no cérebro. Com isso, a respiração torna-se cada vez mais difícil, o sofrimento psicológico aumenta e no estágio seguinte vem o horror e a perda dos sentidos. Caso o afogamento não seja interrompido, ocorre a morte.

A capacidade de reflexão e sensibilidade do povo americano sobre métodos de tortura é algo que merece admiração e foi muito bem descrita no

The right margin contains several vertical handwritten signatures and scribbles, including one that appears to be 'Senado'. The bottom of the page is filled with various handwritten marks, including a large 'A', a signature that looks like 'allop', and several other illegible scribbles and initials.

documentário "Taxi to the Dark Side", de Alex Gibney, premiado com o Oscar em 2008 e tem como foco principal as torturas praticadas pelos norte-americanos em Abu Gharab, Bagram e em Guantánamo. Gibney conta no documentário, que dedica ao seu pai, ex-inquiridor durante a 2ª Guerra Mundial, a história do taxista que não voltou da viagem ao lado negro e expõe todos os atos desumanos cometidos pelos torturados, calando a alma dos telespectadores.

Destaca-se que a organização humanitária *Human Rights Watch*, HRW, aplaudiu a aprovação do Projeto que veio a ser vetado no último dia 08 (oito) de março. A HRW considerou que "a asfixia simulada é e sempre será ilegal" e lembrou que a Convenção de Genebra de 1949, da qual os Estados Unidos são signatários, proíbe o uso da tortura contra prisioneiros de guerra.

No momento em que o mundo comemora 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos merece reflexão a decisão do governo americano que mantém prática tão cruel de interrogatório. O afogamento é uma crueldade antiga, registrada em documentos anteriores aos primórdios da civilização. Tal procedimento é considerado, nos dias atuais, como uma forma de tortura e como tal condenada pelos tratados internacionais e rejeitada como técnica legítima de interrogatório até pelo Exército dos Estados Unidos. Importante ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 5º., inciso III, estabelece que "ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante".

Sala das Sessões, em 12 de março de 2008.

Senador Eduardo Suplicy

Walter A.

Sibri Machado

Via B. Viana

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

F. J. [Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

SENADO FEDERAL

Gab. Senador Eduardo Suplicy

DADOS DO DOCUMENTÁRIO “Taxi to the Dark Side” A SER REGISTRADO EM PLENÁRIO

O documentário tem como assunto as torturas praticadas pelos norte-americanos no Afeganistão, Iraque e em Guantánamo. O foco central do filme é um inocente taxista do Afeganistão, que é torturado e morto em 2002

Sinopse: A história de um jovem taxista no Afeganistão é empregada como pano de fundo para discutir as cruéis táticas empregadas pelo exército norte-americano em suas mais recentes guerras, num desrespeito flagrante ao determinado pela Convenção de Genebra.

Alex Gibney foi o realizador responsável pela abertura da 5.^a edição do DocLisboa. O filme Taxi to the Dark Side é um filme pessoal sobre as inquisições e abusos em Abu Ghraib, Bagram e Guantánamo.

Taxi to the Dark Side é um filme surpreendente.

O que o torna surpreendente é a forma como Gibney consegue chegar a todos aqueles testemunhos e construir uma boa narrativa.

Gibney é o Americano que não se deixa levar por patriotismos ou lavagens cerebrais. Vai fundo na investigação, empresta a voz ao filme e ainda o dedica ao pai, ex-inquiridor durante a 2.^a Guerra Mundial. “Este é um filme pessoal”, tal como o diretor anunciou na apresentação na Culturgest.

É através da história de Dilawar, o taxista que não voltou da viagem ao lado negro, que Gibney expõe não só a sua tese, como todos os atos desumanos cometidos pelos soldados norte-americanos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 59/2008

Brasília, 26 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros para CPMI

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Augusto Carvalho – PPS –DF, para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes – PPS/RO e o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, para ocupar a vaga de suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 24/08-DEM

Brasília, 12 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito que o Senador Adelmir Santana assumira a titularidade da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Senador Gilberto Goellner ocupe a suplência da mesma Comissão.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder dos Democrata no Senado Federal.

OF. Nº 25/08-DEM

Brasília, 12 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito que o Senador Gilberto Goellner assumira a titularidade da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, e o Senador Adelmir Santana ocupe a suplência da mesma Comissão.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder dos Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) –Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, Substitutivo que passo a ler.

É lido o seguinte:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2006
(Nº7.648/2006, naquela Casa)**

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, a fim de prorrogar o prazo para elaboração dos planos diretores municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. Os municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do **caput** do art. 41 desta lei e que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta lei deverão aprová-lo até 30 de junho de 2008.

Parágrafo único. O Executivo Municipal deverá enviar o projeto de plano diretor para discussão na respectiva Câmara Municipal até 28 de fevereiro de 2008.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 10 de outubro de 2006.

**PROJETO APROVADO PELO SENADO
E ENCAMINHADO A CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARA REVISÃO**

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. Os municípios enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41, que não tenham plano diretor aprovado na entrada em vigor desta lei, deverão aprová-lo até 30 de dezembro de 2007.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 10 de julho de 2006.

Senado Federal, 12 de dezembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 730

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do **caput**, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

Art. 50. Os Municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41 desta Lei que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei, deverão aprová-lo no prazo de cinco anos.

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

Of. nº 19-8/PS-GSE

Brasília, 11 de março de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de PL para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 7.648-C, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 93/2006 na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, a fim de prorrogar o prazo para elaboração dos planos diretores municipais.”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006, vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sobre a mesa, Projetos de Lei da Câmara que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2008 (Nº 1.946/99, na Casa de origem)

Altera as Leis nºs 9.991, de julho de 2000, 10.925, de 23 de junho de 2004, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Tarifa Social de energia elétrica)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica, será calculada de modo cumulativo, conforme indicado a seguir:

I – para a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 30 kWh/mês, o desconto será de 65% (sessenta e cinco por cento);

II – para a parcela do consumo compreendida entre 31 kWh/mês e 100 kWh/mês, o desconto será de 40% (quarenta por cento);

III – para a parcela do consumo compreendida entre 101 kWh/mês e 220 kWh/mês, o desconto será de 10% (dez por cento);

IV – para a parcela do consumo superior a 220 kWh/mês, não haverá desconto.

Art. 2º A Tarifa Social a que se refere o art. 1º desta lei será aplicada para as unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda, desde que atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

I – seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico do Governo Federal – com renda familiar mensal **per capita** menor ou igual a meio salário mínimo nacional;

II – tenham entre seus moradores quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

III – seus moradores pertençam a uma família que, mesmo ainda não inscrita no CadÚnico do Governo Federal, tenha um consumo médio mensal inferior a 80 kWh, nos 12 (doze) meses anteriores a cada faturamento.

1º As unidades consumidoras com consumo médio mensal igual ou inferior a 80 kWh que, em 12 (doze) meses consecutivos, tiverem 2 (dois) consumos mensais superiores a 120 kWh deverão também atender ao critério estabelecido no inciso I ou no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 2º A Tarifa Social será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

Art. 3º Com a finalidade de serem beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, os moradores de baixa renda em áreas de ocupação não-regular, em habitações multifamiliares irregulares ou em empreendimentos habitacionais de interesse social, caracterizados como tal pelos Governos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal ou pelo Governo Federal, poderão solicitar às Prefeituras Municipais o cadastramento das suas famílias no CadÚnico, desde que atendam a uma das condições estabelecidas no art. 2º desta lei.

Parágrafo único. Caso a Prefeitura não efetue o cadastramento no prazo de 90 (noventa) dias, após a data em que foi solicitado, os moradores poderão pedir ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS as providências cabíveis, de acordo com o Termo de Adesão ao CadÚnico, firmado pelo respectivo município.

Art. 4º Sob pena da perda do benefício, os cadastrados na Tarifa Social quando mudarem de residência deverão informar o seu novo endereço para a concessionária distribuidora de energia elétrica, que fará as devidas alterações, comunicando à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Art. 5º O Poder Executivo deverá informar a todas as famílias inscritas no CadÚnico, que atendam às condições estabelecidas nos incisos I e II do art. 2º desta lei, o seu direito à Tarifa Social de Energia Elétrica.

§ 1º Para atender ao disposto no **caput** deste artigo, será disponibilizado ao responsável pela unidade familiar o seu respectivo Número de Identificação Social – NIS, acompanhado da relação do NIS dos demais familiares.

§ 2º Periodicamente, deverá ser encaminhada ao Poder Concedente a relação de cadastrados que atendam aos critérios fixados nos arts. 2º e 9º desta lei.

Art. 6º As concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão dar ampla divulgação desta lei aos consumidores nas respectivas áreas de atuação.

Art. 7º Quando solicitado e desde que tecnicamente possível, as distribuidoras de energia elétrica deverão instalar medidores de energia para cada uma das famílias que residam em habitações multifamiliares irregulares de baixa renda.

Parágrafo único. O Poder Concedente regulamentará a aplicação da Tarifa Social para moradores de habitações multifamiliares irregulares de baixa renda onde não for tecnicamente possível a instalação de medidores para cada uma das famílias residentes.

Art. 8º As unidades consumidoras atualmente classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda, nos termos da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e que não atendam ao que dispõe os incisos I, II e III do **caput** do art. 2º desta lei, deixarão de ter os descontos previstos no art. 1º desta lei.

Parágrafo único. No regulamento desta lei, o Poder Executivo definirá os procedimentos necessários para excluir do rol dos beneficiários da Tarifa Social as unidades consumidoras a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 9º Excepcionalmente, será também beneficiada com a Tarifa Social a unidade consumidora habitada por família com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento.

Art. 10. Havendo uma definição legal de linhas de pobreza regionais e onde a renda familiar mensal **per capita** for maior do que meio salário mínimo, o Poder Executivo, após estudos de impacto econômico-financeiro, poderá ampliar o cadastramento para inclusão de novos beneficiários da Tarifa Social até o limite da linha de pobreza de cada região.

Art. 11. Nas faturas de energia elétrica enviadas as unidades consumidoras beneficiadas pelos descontos previstos no art. 1º desta Lei, deverá constar, em destaque, no canto superior direito, que a Tarifa Social foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterada por esta lei.

Parágrafo único. As faturas das distribuidoras de energia elétrica deverão discriminar as alíquotas e os valores dos tributos e encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica.

Art. 12. Os critérios para a interrupção do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento pelas unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social, bem como o parcelamento da dívida, deverão ser objeto de resolução emitida pela Aneel.

Art. 13. Os custos de instalação dos padrões de entrada de novos consumidores beneficiados pela Tarifa Social correrão por conta das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Art. 14. As concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão responsabilizar-se pelos custos de aquisição e instalação dos equipamentos associados ao processo de medição e faturamento da energia vendida aos consumidores que, atendidos em baixa tensão, exerçam atividades de irrigação e de aqüicultura, desde que estejam enquadrados na classificação de agricultura familiar, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 15. O art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – até 31 de dezembro de 2015, os percentuais mínimos definidos no **caput** deste artigo serão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para pesquisa e desenvolvimento, como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia;

.....
III – a partir de 1º de janeiro de 2016, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a 1.000 (mil) GWh por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programas de eficiência energética no uso final poderá ser ampliado de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para até 0,50% (cinquenta centésimos por cento);

.....
V – as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão aplicar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos dos seus programas de eficiência energética em atividades tais como a distribuição de lâmpadas e geladeiras mais

eficientes, a melhoria de instalações internas e o fornecimento de sistemas de aquecimento solar de água para unidades consumidoras beneficiadas pela tarifa social.

Parágrafo único. Os recursos dos programas de eficiência energética não poderão ser usados para ampliação das redes das distribuidoras ou para a realização de novas ligações.”(NR)

Art. 16. O **caput** do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 1º

XIV – energia elétrica para consumidores beneficiados pela tarifa social de energia elétrica.

..... ” (NR)

Art. 17. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º O rateio dos custos relativos à contratação de capacidade de geração ou potência (kW) referidos no **caput** deste artigo não se aplica ao consumidor beneficiado pela tarifa social de energia Elétrica, integrante da Subclasse Residencial Baixa Renda.

..... ” (NR)

“Art. 3º

I –

c) o valor pago pela energia elétrica adquirida na forma do inciso I do **caput** deste artigo, os custos administrativos, financeiros e os encargos tributários incorridos pela Eletrobrás na contratação serão rateados, após prévia exclusão do consumidor beneficiado pela tarifa social de energia elétrica, integrante da Subclasse Residencial Baixa Renda, entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado;

.....
II –

.....
i) o valor pago pela energia elétrica adquirida na forma do inciso II do **caput** deste artigo, os custos administrativos, financeiros e os encargos tributários incorridos pela Eletrobrás na contratação serão rateados, após prévia exclusão do consumidor beneficiado pela tarifa social de energia elétrica, integrante

da Subclasse Residencial Baixa Renda, entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

.....” (NR)

Art. 18. Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogados os §§ 5º, 6º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.946, DE 1999

Institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores residenciais de baixa renda.

O Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48, 61 e 66 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º Esta lei institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores residenciais de baixa renda.

Art. 2º Fica instituída a tarifa social de energia elétrica, a ser cobrada de consumidores residenciais que sejam considerados enquadrados na classe de baixa renda.

Art. 3º Os critérios para o enquadramento na classe de consumidores residenciais de baixa renda serão definidos em ato regulamentar do Poder Executivo, dentro do prazo de noventa dias a contar da publicação desta lei.

Art. 4º O valor da tarifa social será calculado sobre a tarifa básica da classe residencial, definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), à qual se aplicarão os seguintes descontos:

I – sessenta e cinco por cento, sobre a parcela de consumo mensal até trinta quilowatts/hora;

II – quarenta por cento, sobre a parcela de consumo mensal entre trinta e um e cem quilowatts/hora; e

III – dez por cento, sobre a parcela de consumo mensal entre cento e um e duzentos quilowatts-hora.

Art. 5º As concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica terão prazo de noventa dias, a contar da data de regulamentação desta lei, para realizar o cadastramento de seus consumidores que se enquadrem nos critérios definidos para a classe residencial de baixa renda.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará os infratores às multas e demais penalidades previstas no regulamento, sem prejuízo de outras sanções previstas nos respectivos contratos de concessão e na legislação aplicável.

Art. 6º Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Num país com tantas desigualdades sociais como o Brasil, os grandes contingentes de cidadãos carentes necessitam de pronto atendimento e socorro, visando reduzir seu sofrimento, pois muitos de nossos conterrâneos não têm como prover o seu sustento e o de suas famílias sem ajuda, que deve vir principalmente da esfera governamental.

Uma das várias atitudes de que se pode lançar mão para a redução desse verdadeiro **apartheid** social é a implantação de uma tarifa social de energia elétrica, visando permitir o acesso dos mais necessitados a um insumo verdadeiramente indispensável no mundo atual – a energia elétrica – a preços módicos, adequados à capacidade de consumo dessa parcela da população.

É fato que, em vários estados e municípios, já se experimentou algum tipo de programa para a redução de tarifas visando à população carente, obtendo-se algum êxito; na própria esfera federal, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) determinou, através da Portaria nº 437/95, que as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica apresentassem suas propostas para a definição de critérios de identificação e classificação de consumidores residenciais de baixa renda.

Tal programa, contudo, não surtiu o desejado êxito, em razão da falta de interesse da maioria das concessionárias. Isso se deu, em boa parte, pela falta de uma legislação que as obrigasse à implantação da chamada tarifa social, e levou mesmo a distorções gritantes, que ficaram demonstradas em recente estudo da ANEEL (“Nota Técnica nº 21/1999 – SCR/ANEEL”, de 1º de setembro de 1999), do qual destacamos, para ilustrar o que afirmamos, os seguintes trechos:

“(…) Com relação à aplicação dos critérios para enquadramento dos consumidores de baixa renda, algumas empresas promoveram alterações entre dezembro/97 e março/99. (...) As empresas Cerj, AES-SUL, Copel, Cemat, Celpa, Celb, Coelba, Ceal, Ceron e Saelpa promoveram recadastramento das unidades consumidoras enquadradas na subclasse baixa renda, o que levou a uma redução do número de unidades consumidoras nesta subclasse.(...)”

“(…) A região Sudeste, a mais rica do Brasil, apresenta o maior índice de consumidores de baixa renda, chegando a 46,77% dos consumidores da classe residencial em dezembro/97 e 42,34% em março/99, e a re-

gião Nordeste apresenta índices de 14,67% e 11,80% no mesmo período. (...)”

“(...) O Estado do Piauí, área de concessão da Cepisa, apresenta um dos menores índices de consumidores residenciais classificados na subclasse baixa renda: 0,13% em dezembro/97 e 0,11% em março/99.(...)”

Ressalte-se, ainda, que o mesmo estudo apresenta os resultados de uma pesquisa entre as diversas concessionárias, que verificou diversos valores máximos para o enquadramento dos consumidores de baixa renda, variando entre 140 e 220 kWh, enquanto que algumas delas não apresentaram seus critérios ou sequer informaram se dispunham de tal classificação.

É, portanto, no sentido de proteger e defender os interesses da população mais necessitada de nosso País e garantir seu acesso a um serviço tão fundamental quanto a energia elétrica, a preços acessíveis e dentro de suas possibilidades de consumo, permitindo-lhes usufruir dos confortos da sociedade atual e propiciando-lhes uma vida mais digna, que viemos apresentar a presente proposição, para a qual pedimos o importante e decisivo apoio dos nobres pares desta Casa.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 1999. – Deputado **Gilberto Kassab**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

CAPÍTULO IV

Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

Seção I

Do Benefício de Prestação Continuada

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 9.720 de 30-11-1998).

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30-11-1998)

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30-11-1998)

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido. (Redação dada pela Lei nº 9.720 de 30-11-1998)

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no **caput**, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

LEI Nº 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, setenta e cinco centésimos por cento de

sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, vinte e cinco centésimos por cento em programas de eficiência energética no uso final, observado o seguinte:

I – até 31 de dezembro de 2010, os percentuais mínimos definidos no **caput** deste artigo serão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia; (Redação dada pela Lei nº 11.465 de 2007)

II – os montantes originados da aplicação do disposto neste artigo serão deduzidos daquele destinado aos programas de conservação e combate ao desperdício de energia, bem como de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, estabelecidos nos contratos de concessão e permissão de distribuição de energia elétrica celebrados até a data de publicação desta lei;

III – a partir de 1º de janeiro de 2011, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a 1.000 (mil) GWh por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programas de eficiência energética no uso final poderá ser ampliado de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para até 0,50% (cinquenta centésimos por cento); (Redação dada pela Lei nº 11.465, de 2007)

IV – para as concessionárias e permissionárias de que trata o inciso III, o percentual para aplicação em pesquisa e desenvolvimento será aquele necessário para complementar o montante total estabelecido no **caput** deste artigo, não devendo ser inferior a cinquenta centésimos por cento.

.....
LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

Mensagem de veto

Texto compilado

Conversão da MPv nº 14, de 2001

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.648, de 27 de maio de 1998, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 5.655, de 20 de maio de 1971, 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os custos, inclusive de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica (kWh) e à contratação de capacidade de geração ou potência (kW) pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE serão rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Nacional Interligado, proporcionalmente ao consumo individual verificado, mediante adicional tarifário específico, segundo regulamentação a ser estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

§ 1º O rateio dos custos relativos à contratação de capacidade de geração ou potência (kW) referidos no **caput** não se aplica ao consumidor integrante da Subclasse Residencial Baixa Renda, assim considerado aquele que, atendido por circuito monofásico, tenha consumo mensal inferior a 80kWh/mês ou cujo consumo situe-se entre 80 e 220kWh/mês, neste caso desde que observe o máximo regional compreendido na faixa e não seja excluído da subclasse por outros critérios de enquadramento a serem definidos pela Aneel.

§ 2º O rateio dos custos relativos à aquisição de energia elétrica (kWh) referidos no **caput** não se aplica ao consumidor cujo consumo mensal seja inferior a 350kWh integrante da Classe Residencial e 700kWh integrante da Classe Rural.

§ 3º Os resultados financeiros obtidos pela CBEE serão destinados à redução dos custos a serem rateados entre os consumidores.

§ 4º Até a efetiva liquidação das operações do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, fica autorizada a aquisição de energia elétrica e de recebíveis do MAE, bem como a contratação de capacidade pela CBEE, como instrumentos do Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 5º A regulamentação da Aneel de que trata o § 1º, referente aos consumidores com faixa de consumo mensal entre 80 e 220kWh, será publicada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias e, ultrapassado este prazo sem regulamentação, será estendido a eles também o critério de enquadramento baseado exclusivamente no consumo mensal.

§ 6º Durante o prazo de que cuida o § 5º, fica mantido o enquadramento eventualmente já existente e aplicável, em cada região ou concessionária, aos consumidores com faixa de consumo mensal entre 80 e 220kWh.

§ 7º Os consumidores com consumo médio mensal inferior a 80 kWh que, em 12 (doze) meses conse-

cutivos, tiverem 2 (dois) consumos mensais superiores a 120 kWh deverão observar os critérios a serem estabelecidos na regulamentação prevista no § 1º.

§ 8º (VETADO)

.....
Art. 3º Fica instituído o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional, mediante os seguintes procedimentos: (Regulamento)

I – na primeira etapa do programa: (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003) (Regulamento)

a) os contratos serão celebrados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS até 30 de junho de 2004, para a implantação de 3.300 (três mil e trezentos) MW de capacidade, em instalações de produção com início de funcionamento previsto para até 30 de dezembro de 2008, assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 (vinte) anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato, observados os valores e pisos definidos na alínea **b** deste inciso; (Redação dada pela Lei nº 11.075, de 2004)

b) a contratação a que se refere a alínea **a** deverá ser distribuída igualmente, em termos de capacidade instalada, por cada uma das fontes participantes do programa e a aquisição da energia será feita pelo valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte, valor este a ser definido pelo Poder Executivo, mas tendo como pisos cinquenta por cento, setenta por cento e noventa por cento da tarifa média nacional de fornecimento ao consumidor final dos últimos doze meses, para a produção concebida a partir de biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e energia eólica, respectivamente; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

c) o valor pago pela energia elétrica adquirida na forma deste inciso I, os custos administrativos, financeiros e encargos tributários incorridos pela Eletrobrás na contratação, serão rateados, após prévia exclusão da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês, entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

d) a contratação das instalações de que trata este inciso I, far-se-á mediante Chamada Pública para conhecimento dos interessados, considerando, no conjunto de cada fonte específica, daquelas habilitadas,

primeiramente as que tiverem as Licenças Ambientais de Instalação – LI – mais antigas, prevalecendo, em cada instalação, a data de emissão da primeira LI, caso tenha ocorrido prorrogação ou nova emissão, limitando-se a contratação por estado a vinte por cento das fontes eólica e biomassa e quinze por cento da Pequena Central Hidrelétrica – PCH; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

e) concluído o processo definido na alínea **d** sem a contratação do total previsto por fonte e existindo ainda empreendimentos com Licença Ambiental de Instalação – LI – válida, o saldo remanescente por fonte será distribuído entre os estados de localização desses empreendimentos, na proporção da oferta em kW (quilowatt), reaplicando-se o critério de antiguidade da LI até a contratação do total previsto por fonte; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

f) será admitida a participação direta de fabricantes de equipamentos de geração, sua controlada, coligada ou controladora na constituição do Produtor Independente Autônomo, desde que o índice de nacionalização dos equipamentos e serviços seja, na primeira etapa, de, no mínimo sessenta por cento em valor e, na segunda etapa, de, no mínimo, noventa por cento em valor; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

g) fica a Eletrobrás autorizada, no caso da não contratação a que se referem as alíneas **d** e deste inciso, pela insuficiência de projetos habilitados, a celebrar contratos por fonte até 28 de dezembro de 2004, da diferença entre os 1.100 (mil e cem) MW e a capacidade contratada por fonte, seguindo os mesmos critérios adotados nas alíneas **d** e deste inciso; (Redação dada pela Lei nº 11.075, de 2004)

h) no caso das metas estipuladas para cada uma das fontes não terem sido atingidas conforme estabelece a alínea **g** caberá à Eletrobrás contratar imediatamente as quotas remanescentes de potência entre os projetos habilitados nas demais fontes, seguindo o critério de antiguidade da Licença Ambiental de Instalação; (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

II – na segunda etapa do programa:

a) atingida a meta de 3.300MW, o desenvolvimento do programa será realizado de forma que as fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa atendam a 10% (dez por cento) do consumo anual de energia elétrica no País, objetivo a ser alcançado em até 20 (vinte) anos, aí incorporados o prazo e os resultados da primeira etapa;

b) os contratos serão celebrados pela Eletrobrás, com prazo de duração de vinte anos e preço equivalente ao valor econômico correspondente à geração de energia competitiva, definida como o custo médio ponderado

de geração de novos aproveitamentos hidráulicos com potência superior a 30.000kW e centrais termelétricas a gás natural, calculado pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

c) a aquisição far-se-á mediante programação anual de compra da energia elétrica de cada produtor, de forma que as referidas fontes atendam o mínimo de 15% (quinze por cento) do incremento anual da energia elétrica a ser fornecida ao mercado consumidor nacional, compensando-se os desvios verificados entre o previsto e realizado de cada exercício, no subsequente;

d) o produtor de energia alternativa fará jus a um crédito complementar, calculado pela diferença entre o valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte, valor este a ser definido pelo Poder Executivo, e o valor recebido da Eletrobrás, para produção concebida a partir de biomassa, pequena central hidrelétrica e eólica; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

e) até o dia 30 de janeiro de cada exercício, os produtores emitirão um Certificado de Energia Renovável – CER, em que conste, no mínimo, a qualificação jurídica do agente produtor, o tipo da fonte de energia primária utilizada e a quantidade de energia elétrica efetivamente comercializada no exercício anterior, a ser apresentado à Aneel para fiscalização e controle das metas anuais;

f) o Poder Executivo regulamentará os procedimentos e a Eletrobrás diligenciará no sentido de que a satisfação dos créditos complementares de que trata a alínea d não ultrapasse 30 (trinta) dias da requisição de pagamento feita pelo agente produtor;

g) na ordenação da contratação, que será precedida de Chamada Pública para conhecimento dos interessados, a Eletrobrás aplicará os critérios constantes do inciso I, alíneas **d**, e **f**, observando, ainda, o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses entre a assinatura do contrato e o início de funcionamento das instalações;

h) a contratação deverá ser distribuída igualmente, em termos de capacidade instalada, por cada uma das fontes participantes do programa, podendo o Poder Executivo, a cada 5 (cinco) anos de implantação dessa segunda etapa, transferir para as outras fontes o saldo de capacidade de qualquer uma delas, não contratada por motivo de falta de oferta dos agentes interessados;

i) o valor pago pela energia elétrica adquirida na forma deste inciso II, os custos administrativos, financeiros e os encargos tributários incorridos pela Eletrobrás na contratação, serão rateados, após prévia exclusão da Subclasse Residencial Baixa Renda

cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês, entre todas as classes de consumidores finais atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado. (Incluída pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

§ 1º Produtor Independente é Autônomo quando sua sociedade, não sendo ela própria concessionária de qualquer espécie, não é controlada ou coligada de concessionária de serviço público ou de uso do bem público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, nem de seus controladores ou de outra sociedade controlada ou coligada com o controlador comum. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003) (Regulamento)

§ 2º Poderá o Poder Executivo autorizar à Eletrobrás realizar contratações com Produtores Independentes que não atendam os requisitos do § 1º, desde que o total contratado não ultrapasse a vinte e cinco por cento da programação anual e dessas contratações não resulte preterição de oferta de Produtor Independente Autônomo, observando-se, no caso da energia eólica, que na primeira etapa do Programa o total das contratações seja distribuído igualmente entre Autônomos e não Autônomos. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003) (Regulamento)

§ 3º Caberá ao Ministério de Minas Energia a elaboração de Guia de Habilitação por fonte, consignando as informações complementares às Licenças Ambientais de Instalação, necessárias à participação no Proinfa. (Incluído nela Lei nº 10.762, de 11-11-2003) (Regulamento)

§ 4º Somente poderão participar da chamada pública, Produtores que comprovem um grau de nacionalização dos equipamentos e serviços de, no mínimo, sessenta por cento, na primeira etapa e noventa por cento na segunda etapa, em cada empreendimento. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003) (Regulamento)

§ 5º As concessionárias, permissionárias e o Operador Nacional do Sistema – ONS emitirão documento conclusivo relativo ao processo de acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, conforme Procedimentos de Rede, no prazo máximo de trinta dias após a contratação do empreendimento pela Eletrobrás, cabendo à Aneel diligenciar no sentido de garantir o livre acesso do empreendimento contratado pelo critério de mínimo custo global de interligação e reforços nas redes, decidindo eventuais divergências e observando os prazos de início de funcionamento das centrais geradoras estabelecidos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003) (Regulamento)

§ 6º Após um período de 3 (três) anos da realização da Chamada Pública, o Produtor Independente

Autônomo poderá alterar seu regime para produção independente de energia, mantidos os direitos e obrigações do regime atual, cabendo à Eletrobrás promover eventuais alterações contratuais. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 7º Fica restrita à 1ª (primeira) etapa do programa a contratação preferencial de Produtor Independente Autônomo. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

.....

LEI Nº 10.925, DE 23 DE JULHO DE 2004

Mensagem de Veto

Texto compilado

Conversão da MPv nº 183, de 2004

Reduz as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de: (Vigência) (Vide Decreto nº 5.630, de 2005)

I – adubos ou fertilizantes classificados no Capítulo 31, exceto os produtos de uso veterinário, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002, e suas matérias-primas;

II – defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da Tipi e suas matérias-primas;

III – sementes e mudas destinadas à semeadura e plantio, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e produtos de natureza biológica utilizados em sua produção;

IV – corretivo de solo de origem mineral classificado no Capítulo 25 da Tipi;

V – produtos classificados nos códigos nos 0713.33.19, 0713.33.29, 0713.33.99, 1006.20, 1006.30 e 1106.20 da Tipi;

VI – inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio, classificados no código nº 3002.90.99 da Tipi;

VII – produtos classificados no Código nº 3002.30 da Tipi;

VIII – (VETADO)

IX – farinha, grumos e sêmolos, grãos esmagados ou em flocos, de milho, classificados, respectivamente,

nos códigos nos 1102.20, 1103.13 e 1104.19, todos da Tipi; (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

X – pintos de 1 (um) dia classificados no código nº 0105.11 da Tipi; (Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)

XI – leite fluido pasteurizado ou industrializado, na forma de ultrapasteurizado, leite em pó, integral, semidesnatado ou desnatado, leite fermentado, bebidas e compostos lácteos e fórmulas infantis, assim definidas conforme previsão legal específica, destinados ao consumo humano ou utilizados na industrialização de produtos que se destinam ao consumo humano; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

XII – queijos tipo mozzarella, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão e queijo fresco não maturado; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

XIII – soro de leite fluido a ser empregado na industrialização de produtos destinados ao consumo humano. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a aplicação das disposições deste artigo.

.....

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2008

(Nº 6.981/2006, na Casa de Origem)

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do **caput** do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas

ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no **caput** deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I – otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II – formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;

III – evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV – propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2º desta lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I – sob regime de mutirão; e

II – em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

§ 3º As ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

§ 4º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a eles devem ocorrer por meio de sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

Art. 4º Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por

profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

I – servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II – integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

III profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

IV – profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do **caput** deste artigo, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no **caput** deste artigo deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstos no **caput** deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

Art. 7º O art. 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 11.
.....

§ 3º Na forma definida pelo Conselho Gestor, será assegurado que os programas de habitação de interesse social beneficiados com recursos do FNHIS envolvam a assistên-

cia técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do FNHIS fixadas em cada exercício financeiro para a finalidade a que se refere este parágrafo.” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.981, DE 2006

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto pelo art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado pelo art. 4º, inciso V, alínea r, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no **caput** abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I – otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II – formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação junto ao Poder Público municipal e outros órgãos públicos;

III – evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV – propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2º deve ser efetivada mediante o oferecimento, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I – sob regime de mutirão;

II – em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

§ 3º As ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento do disposto no **caput** devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

§ 4º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a eles deve ocorrer por meio de sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 4º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

I – servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II – integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

III – profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área, objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município;

IV – profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do **caput**, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no **caput**, deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstos no **caput** devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais, estaduais e municipais direcionados a habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

Art. 7º Os programas habitacionais financiados ou subsidiados por recursos da União ou por recursos gerenciados por ente público vinculado ao Governo Federal devem incluir os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei.

Art. 8º O art. 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 11.

§ 3º Na forma definida pelo Conselho Gestor, será assegurado que os programas de habitação de interesse social beneficiados com recursos do FNHIS envolvam a assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. (NR)”

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Justificação

O objetivo deste Projeto de Lei é assegurar às famílias de baixa renda a assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de sua habitação, entendendo-se essa assistência como um direito derivado ou mesmo integrante do direito social à moradia previsto pelo art. 6º da Constituição Federal. Institucionaliza-se, assim, o conceito de arquitetura e engenharia públicas.

Esse conceito surgiu no âmbito das entidades profissionais dos arquitetos (Federação Nacional dos Arquitetos – FNA e Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB) e do Sistema Confea/Crea, por força da de-

manda social e da intenção dos profissionais do setor de atuar de forma mais efetiva em assistência técnica voltada para a moradia de interesse popular.

A importância da criação e manutenção de sistemas de arquitetura e engenharia públicas parece evidente, diante de um País em que não só as capitais dos estados, mas praticamente todas as áreas urbanas convivem com números inaceitáveis em termos de déficit habitacional e com a urbanização desordenada realizada sem orientação técnica adequada.

Perceba-se que, a partir da consagração da moradia como um direito social dos brasileiros, geraram-se deveres diretos ao Poder Público relacionados à questão habitacional. Entende-se que o dever de oferecer à população de baixa renda uma habitação digna e construída de forma cuidadosa, com respeito às condições de salubridade, estabilidade e convivência social, é decorrência direta do estatuído pelo art. 6º de nossa Carta Política.

Deve-se registrar que este Projeto de Lei, que permite aos arquitetos e engenheiros o pleno exercício social de suas profissões, deriva de ação iniciada ainda na década de 70 do século passado por profissionais competentes como o arquiteto Clóvis Ilgenfritz, o qual, enquanto dirigente sindical, Vereador e Deputado Federal, batalhou pela instituição do programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica – ATME e, de forma ampla, pelo direito da população de baixa renda à assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de sua habitação.

Com trajetória semelhante à de Clóvis, assumi, com muita honra, a responsabilidade de levar adiante a luta pela institucionalização da arquitetura e engenharia públicas. Após duas audiências públicas na Câmara dos Deputados, dirigidas a debater o tema, diversas mesas-redondas no Fórum Mundial Social e 14 seminários estaduais promovidos pela FNA e com o participação do IAB, Confea/Crea, Ministério das Cidades, prefeituras e universidades, coroados por um seminário nacional realizado em outubro de 2005, em Campo Grande, chegou-se ao texto consolidado neste projeto de lei.

Devo ressaltar e agradecer a contribuição especial dada à proposta pelos arquitetos Ângelo Arruda, Presidente da FNA e Demetre Anastassakis, Presidente do IAB, bem como por todos os profissionais que participaram dos eventos acima citados voltados à concepção deste projeto de lei.

Trata-se de proposição da mais alta relevância social, que traz medida de justiça para as populações mais carentes do País. A população de baixa renda tem inegável direito a ter assistência de profissionais habilitados naquele que é, na quase integralidade dos

casos, o mais importante empreendimento de uma família: a construção de sua habitação.

O projeto aqui apresentado, cabe dizer, traz um complemento relevante para as normas federais que regulam o setor, em especial a recente Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, fruto de projeto de lei de iniciativa popular aprovado depois de treze anos de tramitação no Congresso Nacional.

Diante do exposto, conta-se, desde já, com o pleno apoio dos Senhores Parlamentares para o aperfeiçoamento e a aprovação da proposta aqui apresentada.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2006. – Deputado **Zezéu Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, ad-

quirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

**Regulamenta os arts. 182 e 183 da
Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.**

Art. 4º Para os fins desta lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – planejamento municipal, em especial:

a) plano diretor;

b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

c) zoneamento ambiental;

d) plano plurianual;

e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

f) gestão orçamentária participativa;

g) planos, programas e projetos setoriais;

h) planos de desenvolvimento econômico e social;

IV – institutos tributários e financeiros:

a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

V – institutos jurídicos e políticos:

a) desapropriação;

b) servidão administrativa;

c) limitações administrativas;

d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;

e) instituição de unidades de conservação;

f) instituição de zonas especiais de interesse social;

g) concessão de direito real de uso;

h) concessão de uso especial para fins de moradia;

- i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
 - j) usucapião especial de imóvel urbano;
 - l) direito de superfície;
 - m) direito de preempção;
 - n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
 - o) transferência do direito de construir;
 - p) operações urbanas consorciadas;
 - q) regularização fundiária;
 - r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
 - s) referendo popular e plebiscito;
- VI – Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).

§ 1º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei.

§ 2º Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.

§ 3º Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Art. 11. As aplicações dos recursos do FNHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FNHIS.

§ 1º Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

§ 2º A aplicação dos recursos do FNHIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no plano diretor de que trata o Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ou, no caso de municípios excluídos dessa obrigação legal, em legislação equivalente.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2008
(Nº 439/2007, na Casa de origem)

Denomina José Hosken de Novaes o Campus Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no Município de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado José Hosken de Novaes o **Campus** Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 439, DE 2007

Denomina José Hosken de Novaes o campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no Município de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado José Hosken de Novaes o **campus** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em Londrina, localizado no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo render uma justa e oportuna homenagem ao ex-governador do Paraná e ex-prefeito de Londrina José Hosken de Novaes.

José Hosken de Novaes nasceu em Carangola, Estado de Minas Gerais, em 7 de fevereiro de 1917, filho de Américo Moreira Novaes e Maria Hosken de Novaes. Fez o curso fundamental onde nasceu. Mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar Direito.

Em 1939 obteve o grau de bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade Nacional de Direito. Em 1942 a família mudou-se para Londrina, norte do Paraná, dedicando-se à advocacia. Ingressou na política após a redemocratização do País em 1945, na União Democrática Nacional. Seu prestígio como advogado e líder ultrapassou as fronteiras do município.

Exerceu assim os cargos de Procurador-Geral do Estado, Secretário de Estado da Fazenda e membro da Comissão Estadual de Revisão de Terras e Consultas.

Em 1963 elegeu-se prefeito municipal de Londrina, com administração modelar. Eleito vice-governador, em 1979, assumiu o poder para completar o período governamental, dada a desincompatibilização de Ney Braga, candidato ao Senado. No discurso de posse declarou: "Pretendo terminar este governo sem descaracterizá-lo ou renegar seus compromissos políticos".

Parcimonioso, destacou-se pela contenção de gastos, apoio às atividades culturais e proteção ao social. Presidiu, com total isenção, as eleições governamentais com transparente austeridade. Professor de Direito Civil, ao deixar o governo, voltou às aulas e ao seu escritório de advocacia em Londrina, onde iniciou sua vida política.

A homenagem é modesta pelo que José Hosken de Novaes fez por Londrina e pelo Paraná, mas é a forma encontrada por esta Casa, para prestar seu reconhecimento a um dos mais honestos e notáveis políticos que o Paraná e o Brasil já produziu.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos demais nobres Pares.

Sala das Sessões, 14 de março de 2007. – **Alex Canziani**, Deputado Federal – PTB/PR.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2008

(Nº 7.505/2006, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República)

Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Estatuto do Garimpeiro, destinado a disciplinar os direitos e deveres assegurados aos garimpeiros.

Art. 2º Para os fins previstos nesta lei entende-se por:

I – garimpeiro: toda pessoa física de nacionalidade brasileira que, individualmente ou em forma associativa, atue diretamente no processo da extração de substâncias minerais garimpáveis;

II – garimpo: a localidade onde é desenvolvida a atividade de extração de substâncias minerais garimpáveis, com aproveitamento imediato do jazimento mineral, que, por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possam ser lavradas, independentemente de prévios trabalhos de pesquisa, segundo critérios técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; e

III – minerais garimpáveis: ouro, diamante, cassiterita, columbita, tantalita, wolframita, nas formas aluvionar, eluvional e coluvial, scheelita, demais gemas, rutilo, quartzo, berilo, muscovita, espodumênio, lepidolita,

feldspato, mica e outros, em tipos de ocorrência que vierem a ser indicados, a critério do DNPM.

Art. 3º O exercício da atividade de garimpagem só poderá ocorrer após a outorga do competente título minerário, expedido nos termos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, sendo o referido título indispensável para a lavra e a primeira comercialização dos minerais garimpáveis extraídos.

CAPÍTULO II Das Modalidades de Trabalho

Art. 4º Os garimpeiros realizarão as atividades de extração de substâncias minerais garimpáveis sob as seguintes modalidades de trabalho:

I – autônomo;

II – em regime de economia familiar;

III – individual, com formação de relação de emprego;

IV – mediante Contrato de Parceria, por Instrumento Particular registrado em cartório; e

V – em Cooperativa ou outra forma de associativismo.

CAPÍTULO III Dos Direitos e Deveres do Garimpeiro

Seção I Dos Direitos

Art. 5º As cooperativas de garimpeiros terão prioridade na obtenção da permissão de lavra garimpeira nas áreas nas quais estejam atuando, desde que a ocupação tenha ocorrido nos seguintes casos:

I – em áreas consideradas livres, nos termos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967;

II – em áreas requeridas com prioridade, até a data de 20 de julho de 1989; e

III – em áreas onde sejam titulares de permissão de lavra garimpeira.

Parágrafo único. É facultado ao garimpeiro associar-se a mais de uma cooperativa que tenha atuação em áreas distintas.

Art. 6º As jazidas cujo título minerário esteja em processo de baixa no DNPM e que, comprovadamente, contenham, nos seus rejeitos, minerais garimpáveis que possam ser objeto de exploração garimpeira poderão ser tornadas disponíveis, por meio de edital, às cooperativas de garimpeiros, mediante a manifestação de interesse destas, conforme dispuser portaria do Diretor-Geral do DNPM.

Art. 7º As jazidas vinculadas a títulos minerários declarados caducos em conformidade com o art. 65 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, relativos a substâncias minerais garimpáveis que possam ser objeto de atividade garimpeira, poderão ser tornadas disponíveis, por meio de edital, às cooperativas de garimpeiros, mediante a manifestação de interesse destas, conforme dispuser portaria do Diretor-Geral do DNPM.

Art. 8º A critério do DNPM, será admitido o aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis por cooperativas de garimpeiros em áreas de manifesto de mina e em áreas oneradas por alvarás de pesquisa e portarias de lavra, com autorização do titular, quando houver exequibilidade da lavra por ambos os regimes.

Art. 9º Fica assegurado ao garimpeiro, em qualquer das modalidades de trabalho, o direito de comercialização da sua produção diretamente com o consumidor final, desde que se comprove a titularidade da área de origem do minério extraído.

Art. 10. A atividade de garimpagem será objeto de elaboração de políticas públicas pelo Ministério de Minas e Energia destinadas a promover o seu desenvolvimento sustentável.

Art. 11. Fica assegurado o registro do exercício da atividade de garimpagem nas carteiras expedidas pelas cooperativas de garimpeiros.

Seção II

Dos Deveres do Garimpeiro

Art. 12. O garimpeiro, a cooperativa de garimpeiros e a pessoa que tenha celebrado Contrato de Parceria com garimpeiros, em qualquer modalidade de trabalho, ficam obrigados a:

I – recuperar as áreas degradadas por suas atividades;

II – atender ao disposto no Código de Mineração no que lhe couber; e

III – cumprir a legislação vigente em relação à segurança e à saúde no trabalho.

Art. 13. É proibido o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos na atividade de garimpagem.

CAPÍTULO IV

Das Entidades de Garimpeiros

Art. 14. É livre a filiação do garimpeiro a associações, confederações, sindicatos, cooperativas ou outras formas associativas, devidamente registradas, conforme legislação específica.

Art. 15. As cooperativas, legalmente constituídas, titulares de direitos minerários deverão informar ao DNPM, anualmente, a relação dos garimpeiros cooperados, exclusivamente para fins de registro.

§ 1º A apresentação intempestiva ou que contenha informações inverídicas implicará multa de R\$2.000,00 (dois mil reais), a ser aplicada pelo DNPM.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, podendo, no caso de não pagamento ou nova ocorrência, ensejar a caducidade do título.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Art. 16. O garimpeiro que tenha Contrato de Parceria com o titular de direito minerário deverá comprovar a regularidade de sua atividade na área titulada mediante apresentação de cópias autenticadas do contrato e do respectivo título minerário.

Parágrafo único. O contrato referido no **caput** deste artigo não será objeto de averbação no DNPM.

Art. 17. Fica o titular de direito minerário obrigado a enviar, anualmente, ao DNPM a relação dos garimpeiros que atuam em sua área, sob a modalidade de Contrato de Parceria, com as respectivas cópias desses contratos.

§ 1º A apresentação intempestiva ou que contenha informações inverídicas implicará multa de R\$1.000,00 (mil reais), a ser aplicada pelo DNPM.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, podendo, no caso de não pagamento ou nova ocorrência, ensejar a caducidade do título.

Art. 18. É instituído o Dia Nacional do Garimpeiro a ser comemorado em 21 de julho.

Art. 19. Fica intitulado Patrono dos Garimpeiros o Bandeirante Fernão Dias Paes Leme.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Estatuto do Garimpeiro, destinado a disciplinar os direitos e deveres assegurados aos garimpeiros.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei entende-se por:

I – garimpeiro: toda pessoa física de nacionalidade brasileira que, individualmente ou em forma associativa, atue diretamente no processo da extração de substâncias minerais garimpáveis;

II – garimpo: a localidade onde é desenvolvida a atividade de extração de substâncias minerais garimpáveis, com aproveitamento imediato do jazimento mineral que, por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possam ser lavradas, independentemente de prévios trabalhos de pesquisa, segundo critérios técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; e

III – minerais garimpáveis: ouro, diamante, cassiterita, columbita, tantalita, wolframita, nas formas aluvionar, eluvional e coluvial, sheelita, demais gemas, rutilo, quartzo, berilo, muscovita, espodomenio, lepidolita, feldspato, mica e outros tipos de ocorrência que vierem a ser indicados a critério do DNPM.

Art. 3º O exercício da atividade de garimpagem só poderá ocorrer após outorga do competente título minerário, sendo o referido título indispensável para a lavra e a primeira comercialização dos minerais garimpáveis extraídos.

CAPÍTULO II

Das Modalidades de Trabalho

Art. 4º Os garimpeiros realizarão as atividades de extração de substâncias minerais garimpáveis sob as seguintes modalidades de trabalho:

I – autônomo;

II – em regime de economia familiar;

III – individual, com formação de relação de emprego;

IV – mediante Contrato de Parceria, mediante Instrumento Particular registrado em cartório; e

V – em cooperativa ou outra forma de associativismo.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Deveres do Garimpeiro

Seção I

Dos Direitos

Art. 5º As cooperativas de garimpeiros terão prioridade na obtenção de título para aproveitamento mineral

dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, desde que a ocupação tenha ocorrido nos seguintes casos:

I – em áreas consideradas livres, nos termos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967;

II – em áreas requeridas com prioridade, até a data de 20 de julho de 1989; e

III – em áreas onde sejam titulares de permissão de lavra garimpeira.

Parágrafo único. É facultado ao garimpeiro associar-se a mais de uma cooperativa, que tenha atuação em áreas distintas.

Art. 6º As jazidas consideradas pelo DNPM como exauridas economicamente que, comprovadamente, contenham, nos seus rejeitos, minerais garimpáveis que possam ser objeto de exploração garimpeira, poderão ser disponibilizadas por meio de edital às cooperativas de garimpeiros, mediante a manifestação de interesse destas, conforme dispuser Portaria do Diretor-Geral do DNPM.

Art. 7º Os títulos minerários que tenham como objeto substâncias minerais garimpáveis, em processo de caducidade, que possam ser objeto de atividade garimpeira, poderão ser disponibilizados por edital pelo DNPM às cooperativas de garimpeiros, mediante a manifestação de interesse destas, conforme dispuser Portaria do Diretor-Geral do DNPM.

Art. 8º Fica assegurado ao garimpeiro ou à cooperativa de garimpeiros, em qualquer das modalidades de trabalho, que tenham cumprido todas as exigências legais em relação ao meio ambiente e direito minerário, o acesso ao aproveitamento de minerais garimpáveis nas áreas tituladas.

Art. 9º Fica assegurado ao garimpeiro, em qualquer das modalidades de trabalho, o direito de comercialização da sua produção diretamente com o consumidor final, desde que se comprove a titularidade da área de origem do minério extraído.

Art. 10. A atividade de garimpagem será objeto de elaboração de políticas públicas pelo Ministério de Minas e Energia destinadas a promover o seu desenvolvimento sustentável.

Art. 11. Fica assegurado o registro do exercício da atividade de garimpagem nas carteiras expedidas pelas cooperativas de garimpeiros.

Seção II

Dos Deveres do Garimpeiro

Art. 12. O garimpeiro, a cooperativa de garimpeiros e a pessoa que tenha celebrado Contrato de Parceria com garimpeiros, em qualquer modalidade de trabalho, fica obrigado a:

I – recuperar as áreas degradadas por suas atividades;

II – atender o disposto no Código de Mineração no que lhe couber; e

III – cumprir a legislação vigente em relação a Segurança e Saúde no Trabalho.

Art. 13. É proibido o trabalho do menor de dezoito anos na atividade de garimpagem.

CAPÍTULO IV

Das Entidades de Garimpeiros

Art. 14. É livre a filiação do garimpeiro às associações, confederações, sindicatos, cooperativas ou outras formas associativas, devidamente registradas, conforme legislação específica.

Art. 15. As cooperativas, legalmente constituídas, titulares de direitos minerários, deverão informar ao DNPM, anualmente, a relação dos garimpeiros cooperados, exclusivamente para fins de registro.

§ 1º A apresentação intempestiva ou que contenha informações inverídicas implicará em multa de R\$2.000,00 (dois mil reais), a ser aplicada pelo DNPM.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, podendo, no caso de não pagamento ou nova ocorrência ensejar a caducidade do título.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 16. O garimpeiro que tenha contrato de parceria com o titular de direito minerário deverá comprovar a regularidade de sua atividade na área titulada mediante apresentação de cópias autenticadas do contrato e do respectivo título minerário.

Parágrafo único. O contrato referido no **caput** não será objeto de averbação no DNPM.

Art. 17. Fica o titular de direito minerário obrigado a enviar, anualmente, ao DNPM, a relação dos garimpeiros que atuam em sua área, sob a modalidade de contrato de parceria, com as respectivas cópias desses contratos.

§ 1º A apresentação intempestiva ou que contenha informações inverídicas implicará em multa de R\$1.000,00 (um mil reais), a ser aplicada pelo DNPM.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro, podendo, no caso de não pagamento ou nova ocorrência ensejar a caducidade do título.

Art. 18. É instituído o Dia Nacional do Garimpeiro a ser comemorado em 21 de julho.

Art. 19. Fica intitulado Patrono dos Garimpeiros o Bandeirante Fernão Dias Paes Leme.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 858, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências”.

Brasília, 28 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM INTERMINISTERIAL Nº 68/MME/MTE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei, com o propósito de instituir o Estatuto do Garimpeiro e dar outras providências.

2. Embora prevista na Constituição Federal e na Legislação Mineral, a atividade garimpeira no País ainda não foi, com raras exceções, foco de políticas públicas visando ao seu desenvolvimento sustentável. Dessa forma, essa atividade e, principalmente, aqueles que nela atuam, os garimpeiros, vêm enfrentando toda sorte de dificuldades, além de serem responsabilizados por danos ambientais.

3. Sem dúvida, há problemas diversos no contexto dessa atividade, mas, também, existem formas de conduzi-la a patamares de sustentabilidade. O passo inicial para as transformações necessárias é reconhecer efetivamente a existência de condições geológicas e econômicas que favorecem a atividade garimpeira e, portanto, a projeção do garimpeiro como profissional, para, a partir disso, estabelecer programas de apoio e fomento à atividade. Essa foi a opção feita pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a partir de 2003.

4. O objetivo central dos programas estabelecidos pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, do MME, foi a formalização da atividade garimpeira. O grande número de garimpos clandestinos no País leva a problemas tais como: a evasão fiscal, o não comprometimento com o meio ambiente, saúde e segurança no trabalho e, é claro, a marginalização social do garimpeiro.

5. Dadas essas condições, pretende-se deflagrar um programa de formalização da atividade garimpeira, que será acompanhado de ações de conscientização e capacitação dos garimpeiros. Nesse cenário, o projeto de Estatuto do Garimpeiro apresentado traz importantes elementos que se coadunam com as políticas do MME, entre os quais se destacam:

a) o reconhecimento como trabalhador do garimpo apenas daqueles que atuam em áreas tituladas pelo Departamento Nacional da

Produção Mineral – DNPM, por meio de um instrumento definido em lei, conforme previsto no art. 3º do Projeto;

b) a admissão de vários regimes de trabalho existentes no garimpo, inclusive os contratos de parceria entre o detentor da Permissão de Lavra Garimpeira – PLG no DNPM e os garimpeiros que atuam na área, evitando, dessa forma, o trabalho escravo, que desqualifica o trabalhador do garimpo e o mantém à margem da sociedade. Isso será objeto do Capítulo II do Projeto, intitulado “Das Modalidades de Trabalho”;

c) a exigência de que as cooperativas de garimpeiros e os detentores de PLG com contrato de parceria com garimpeiros informem ao DNPM os trabalhadores que estão a eles associados, resguardando-lhes os seus direitos e munindo o DNPM de dados que ele hoje desconhece como, por exemplo, quantos são realmente os garimpeiros no País. Essas obrigações emanam das normas contidas nos arts. 15 e 16 do Projeto;

d) a necessidade de que as cooperativas de garimpeiros, os detentores de PLG com contrato de parceria com garimpeiros e os próprios garimpeiros, quando atuem individual e autonomamente, tenham responsabilidade social, no que se refere à não contratação de trabalho proibido ao menor, a cuidados com a saúde e segurança do trabalhador e à responsabilidade perante o meio ambiente. A Seção II, do Capítulo III, do Projeto, nesse diapasão, cuida “Dos Deveres dos Garimpeiros”; e

e) a atribuição de um “endereço” ao garimpeiro através da PLG.

6. Além de corroborar com a formalização da atividade e sua condução para a sustentabilidade econômica, ambiental e social, o estatuto pretende resgatar a cidadania do garimpeiro, conferindo-lhe maior dignidade. Para tanto, pretende-se instituir o “Dia Nacional do Garimpeiro” a ser comemorado em 21 de julho, em razão de ser o dia em que se registra, no ano de 1764, a saída do Bandeirante Fernão Dias Paes Leme de São Paulo em direção ao interior do País, atual Estado de Minas Gerais.

7. Ao seu turno, o Bandeirante Fernão Dias Paes Leme, nos termos da minuta do Projeto de Lei, passará a ser considerado Patrono dos Garimpeiros, uma vez que foi ele o primeiro garimpeiro que a história das conquistas bandeirantes registra e, neste ato, representa todos aqueles que, à semelhança dos garimpeiros, desbravaram o território nacional à procura de pedras e

metais preciosos, interiorizando e ampliando as nossas fronteiras.

8. Enfim, percebe-se que a minuta de Projeto de Lei, caso convertida em lei, será um importante passo para a formalização e o desenvolvimento sustentável da atividade de garimpagem na República Federativa do Brasil, o que, sem dúvida nenhuma, propiciará uma melhoria geral na condição econômica e social dos garimpeiros, permitindo-lhes que, finalmente, tenham sua cidadania resgatada.

9. Essas são, Senhor Presidente, as considerações a respeito da proposta de Projeto de Lei, que ora levamos à superior deliberação de Vossa Excelência.

Respeitosamente, **Silas Rondeau Cavalcante Silva, Luiz Marinho.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI
Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Dá nova redação ao Decreto-Lei nº
1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código
de Minas)**

Art 65. Será declarada a caducidade da autorização de pesquisa, ou da concessão de lavra, desde que verificada quaisquer das seguintes infrações: (Renumerado do art. 66 para art. 65 pelo Decreto-Lei nº 318, de 1967).

a) caracterização formal do abandono da jazida ou mina;

b) não cumprimento dos prazos de início ou reinício dos trabalhos de pesquisa ou lavra, apesar de advertência e multa;

c) prática deliberada dos trabalhos de pesquisa em desacordo com as condições constantes do título de autorização, apesar de advertência ou multa;

d) prosseguimento de lavra ambiciosa ou de extração de substância não compreendida no Decreto de Lavra, apesar de advertência e multa; e,

e) não atendimento de repetidas observações da fiscalização, caracterizado pela terceira reincidência, no intervalo de 1 (um) ano, de infrações com multas.

§ 1º Extinta a concessão de lavra, caberá ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral – D.N.P.M. – mediante edital publicado no **Diário Oficial da União**, declarar a disponibilidade da respectiva área, para fins de requerimento de autorização de pesquisa ou de concessão de lavra. (Incluído pela Lei nº 6.403, de 1976)

§ 2º O edital estabelecerá os requisitos especiais a serem atendidos pelo requerente, consoante

as peculiaridades de cada caso. (Incluído pela Lei nº 6.403, de 1976)

§ 3º Para determinação da prioridade à outorga da autorização de pesquisa, ou da concessão de lavra, conforme o caso, serão, conjuntamente, apreciados os requerimentos protocolizados, dentro do prazo que for conveniente fixado no edital, definindo-se, dentre estes, como prioritário, o pretendente que, a juízo do Departamento Nacional da Produção Mineral – D.N.P.M. – melhor atender aos interesses específicos do setor minerário. (Incluído pela Lei nº 6.403, de 1976)

.....
LEI Nº 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989

Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.

.....
(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais).

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Há oradores inscritos. A Mesa comunica também que a lista de inscrição continua aberta para esta sessão.

O primeiro orador inscrito é o Senador Romeu Tuma, que, pelo Regimento, tem a palavra pelo tempo de dez minutos. Com a palavra S. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, agradeço a V. Ex^a. Tenha certeza de que é uma honra usar da tribuna com V. Ex^a na Presidência, pela grande admiração que nutro por V. Ex^a desde o tempo em que, como Diretor da Polícia Federal, visitei o Espírito Santo e V. Ex^a, Governador, com mão firme e disposição, enfrentava o crime organizado naquele Estado. V. Ex^a sempre tem uma palavra de carinho e atenção com a minha pessoa. Que Deus o abençoe! Espero vê-lo futuramente novamente no Governo ou na Presidência. Isso depende da sua decisão e da sua esposa, que também sempre foi brilhante no trabalho que procurou desenvolver na ação social do Estado.

Sr. Presidente, ontem deixei um requerimento sobre a Mesa, com base nos arts. 218 e 221 do Regimento Interno, para homenagear um delegado que foi meu colega de Conselho e que faleceu alguns dias atrás. Trabalhamos juntos em várias horas difíceis na

Polícia de São Paulo. E ontem, dia 11, foi a missa de sétimo dia, mas, infelizmente, não pude comparecer. Dr^a Cláudia providenciou a leitura do requerimento.

Depois daquele tumulto de ontem à noite, a que V. Ex^a e eu assistimos angustiados, pelo sofrimento do Presidente para manter a ordem, com a participação eficiente de todos os Parlamentares, chegou-se a um dramático final em que, inclusive, o Presidente ofereceu de volta a confiabilidade que foi depositada em suas mãos pelo Congresso ao elegê-lo Presidente. É claro que a recusa ao tumulto tem de ser total, porque ele tem conduzido com ética, carinho e muito amor ao Congresso, para recuperar sua imagem. Ontem, ele sofreu muito com os debates, com as discussões, com as ofensas, com as agressões, que infelizmente aconteceram em momentos de nervosismo, intercalados com ocorrências que trouxeram também intranquilidade, como a invasão da casa da esposa do nosso saudoso e querido Senador Antonio Carlos Magalhães. Um dia, já no hospital, ele me disse que D. Arlete era uma santa. Foram feitas, com toda correção, várias manifestações de apoio, das quais nós participamos. E ainda houve outros fatos que foram obrigados pela necessidade da imediata reação do Senado de ocupar um bom espaço de tempo.

Mas eu queria pedir a V. Ex^a para fazer a leitura de minha homenagem ao delegado Dr. Jorge Miguel. Sua missa de sétimo dia foi ontem, dia 11. Infelizmente, hoje não conto com a presença do Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia, que aqui esteve junto com o Dr. Caio, da Polícia Federal, e outros delegados para ouvir este pronunciamento e, provavelmente, alguns apartes que pudessem ser feitos.

Vou ler rapidamente, Sr. Presidente, porque sei que V. Ex^a e o Senador Osmar Dias querem fazer uso da palavra e eu não tenho o direito de ficar demorando.

Há seis dias, o falecimento de uma das mais brilhantes autoridades policiais brasileiras comoveu a Polícia paulista e levou tristeza a outros setores do poder público do meu Estado, querido São Paulo. Deixou-nos, aos 74 anos de idade, o Dr. Jorge Miguel, ex-Delegado Geral de Polícia que, em 40 anos de carreira, dirigiu quase todos os departamentos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Por onde passou, o Dr. Jorge Miguel deixou marca pessoal e profissional com o relevo proporcionado pela competência e honestidade. Graças à perspicácia e ao destemor, inseriu-se no rol das figuras que serão enaltecidas na história de São Paulo. Granjeou o respeito de todos quantos, como eu, seu amigo, colega e admirador de longa data, desfrutaram a felicidade de com ele poder partilhar marcantes momentos da vida

pública. Tanto que sequer sua aposentadoria, há quase quatro anos, foi capaz de privá-lo do prestígio e da liderança sempre presentes desde que ingressou na carreira de Delegado de Polícia, em 1964.

Aqui, abro um parêntese, Presidente, para dizer que, quando meu filho, aprovado no concurso para Delegado de Polícia, ingressou na carreira, teve Jorge Miguel como seu primeiro chefe. Então, além disso, digo que ele era um tio, um padrinho, como é costume na colônia árabe. Ele, descendente de árabe, como eu, conduziu, no caminho correto da formação profissional, o meu filho, que hoje, graças a Deus, concluiu a carreira com brilhantismo.

Uma das características dessa autoridade ímpar era a capacidade de organizar e comandar equipes, atraindo, para nelas se engajarem, os melhores profissionais disponíveis. Foi assim que estruturou departamentos e desvendou inumeráveis casos famosos, a exemplo da morte do Governador Edmundo Pinto, do Acre, em 1992. Foi aquela morte ocorrida em um hotel, que trouxe uma série de dúvidas sobre sua ação. Ele tinha um oficial ao seu lado, eu também estava na Polícia, ele chefiou as investigações e conseguiu concluí-las com êxito e sucesso, apontando o responsável pelo homicídio.

Como outro traço indelével de personalidade, tornou-se notável sua permanente dedicação em defesa das melhorias, principalmente salariais, para a categoria profissional que integrava. Durante sua gestão na Delegacia Geral, a Polícia Civil paulista obteve reajuste salarial de 115%, um dos maiores de sua história e que produz alguns reflexos nos vencimentos dos servidores até hoje.

Aqui faço um apelo ao Governador de São Paulo. V. Ex^a, Senador Gerson Camata, foi Governador e sabe que a polícia tem de ser bem tratada, com respeito, com carinho e salários razoáveis. O que me amargura profundamente é que o meu Estado, o Estado de São Paulo, é o penúltimo na escala salarial para as autoridades policiais e os delegados de polícia. Faço um apelo ao Governador Serra para que olhe com carinho para a Polícia e entregue a eles o que é de direito. Tenho certeza de que o resultado na defesa da sociedade, sem dúvida, melhorará, não pelo aumento salarial, mas pela dignidade que isso pode representar à atividade policial. Com isso, sem dúvida alguma, pagando bem, estruturando bem, reaparelhando permanentemente, a corrupção será vencida; caso contrário, a corrupção poderá dominar, cada vez mais, as estruturas policiais. É o que tem acontecido em vários Estados. Isso nos entristece, amargura-nos e nos traz algumas dúvidas sobre o futuro. Temos de pensar ra-

pidamente e recuperar a situação das autoridades policiais do Brasil inteiro.

Ainda naquele posto, o Dr. Jorge Miguel dobrou o número de delegacias distritais paulistanas e resgatou o prestígio das carreiras policiais, ao lhes recuperar a dignidade, que hoje começa a ser ferida novamente.

Ele nasceu na cidade mineira de Conceição de Aparecida, mas seguiu para São Paulo aos 10 anos de idade. Era apaixonado pela profissão de Delegado de Polícia e, quando dirigiu o extinto Departamento Estadual das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (Degran), criou as primeiras delegacias de homicídios e equipes do Garra nas unidades seccionais da Grande São Paulo. Comandou o Degran por quatro anos, trabalhou em outros departamentos, como o antigo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), e dirigiu o Departamento de Polícia Judiciária da Capital (Decap), antes de assumir a Delegacia Geral de Polícia, em 8 de abril de 1994.

Em seguida, dirigiu o Instituto de Identificação Civil e Criminal Ricardo Daunt durante três anos, para, depois, assumir a diretoria do Departamento de Investigações sobre Narcóticos (Denarc). Foi ainda Diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e do Departamento de Identificação e Registro Diversos (Dird). Aposentou-se em abril de 2004.

Mesmo padecendo de incurável moléstia, a única que conseguiu abatê-lo, continuava a pregar a união da classe e a defender os rumos que para ela almejava com vistas a uma polícia cada vez melhor.

“A polícia precisa se unir mais e deixar as picuinhas, para que, unidos, possamos chegar a algum lugar”, repetiu até o fim.

O Dr. Jorge Miguel faleceu na madrugada de quarta-feira, dia 5 último, e teve o corpo velado na Academia de Polícia Civil Dr. Coriolano Nogueira Cobra. Deu-se o sepultamento no dia seguinte. A missa foi ontem, às 19 horas e 30 minutos, na Igreja Nossa Senhora do Brasil, em São Paulo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse inesquecível amigo deixou viúva a D^a Marli, com quem teve os filhos Jorge e Abrão. A eles envio condolências também em nome de minha família e digo-lhes que sequer o registro destas minhas palavras nos **Anais do Senado da República** pode retratar por inteiro o quanto representou, para a Polícia Civil do Estado de São Paulo, a passagem daquele profissional, marido e pai exemplar em suas fileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Essas eram as minhas palavras em homenagem ao Delegado Jorge Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Romeu Tuma, a Mesa participa do

sentimento do Estado de São Paulo, principalmente da sua Polícia, e do sentimento pessoal de V. Ex^a pelo passamento do Dr. Jorge Miguel. E apresenta, por iniciativa de V. Ex^a, à sua família e aos seus amigos os votos de pesar. Que Deus os conforte e os console!

Continuamos com a lista de oradores inscritos para esta sessão extraordinária.

O orador seguinte é o Senador Osmar Dias, que, pelo Regimento Interno, tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo encaminhou à Câmara dos Deputados a sua proposta de reforma tributária. Faz treze anos que estou no Senado e vejo que todos os anos começam com o Governo, tanto este quanto o anterior, falando que vai fazer a reforma tributária. Aí nos envolvemos, estudamos, trabalhamos, fazemos reuniões nos Estados que representamos, discutimos com as entidades de classe, e acaba que a reforma tributária não é feita, nem por este nem pelo Governo anterior. Quem estava na Oposição antes criticava o Governo Fernando Henrique Cardoso por não fazer a reforma tributária; quem está na Oposição hoje, que era Governo antes, critica o atual Governo.

Mas a sociedade tem o direito de cobrar de todos os Governos essa reforma tributária que não é feita, porque temos um fator de crescimento dos tributos no País que elevou a carga tributária.

Quando Fernando Henrique assumiu o governo lá no primeiro mandato, Presidente, a carga tributária era 24% do Produto Interno Bruto, ou seja, de tudo o que se produzia no País, 24% era imposto. Aí, o Fernando Henrique entregou o governo para o Lula com 32%. Se você faz uma conta rápida – não precisa ser rápida –, dá 1% ao ano. Oito anos, 24% para 32%: 1% de crescimento da carga tributária em relação ao PIB por ano.

O Governo Lula tem cinco anos. No início do Governo, estava 32%; hoje está em 37%. Então, continua tudo igual, crescendo 1% ao ano.

Se isso não for paralisado, Sr. Presidente, no próximo mandato, mais 4%, vai para 41%, 45%. Daqui a pouco, tudo vai virar imposto no Brasil, porque a reforma tributária não é feita.

E o que está empurrando o aumento da carga tributária? O que está empurrando o aumento da carga tributária é o crescimento das despesas correntes do Governo.

Senador Gerson Camata, que preside esta sessão, quando o Presidente Lula assumiu, as despesas correntes, ou seja, pessoal, viagem, refeição, cartão corporativo, etc, significavam 14% do PIB. Gastavam-

se 14% de tudo que o País produzia. Hoje, são 19%. Iguazinho, Sr. Presidente, ao crescimento da carga tributária: 1% ao ano – 14% para 19% em cinco anos.

Hoje eu estava conversando com as pessoas no Paraná, por meio da rádio – e V. Ex^a estava ouvindo, pois estávamos junto no café; e o que eu estava dizendo, e o que estava sendo perguntado pra mim? “Mas que relação tem o cidadão comum com essa reforma tributária, se sai ou não sai? O que vai interferir na vida dele?” Interfere porque, quando ele vai à padaria, deixa imposto; quando vai à farmácia, compra e traz o remédio para casa, deixa na farmácia o imposto. Supermercado, carro, tudo o que ele compra tem imposto.

Se a carga tributária é 37% do PIB, significa que, na média, 37% do que se consome é imposto. Aí, o cidadão também tem que saber que os empresários, que também pagam os impostos, poderiam estar remunerando melhor o trabalhador se estivessem pagando menos impostos. Competindo mais, aumentando a sua produção, o País poderia estar produzindo mais, e nós poderíamos estar hoje comemorando outros índices de crescimento, caso a carga tributária não fosse tão alta e tão pesada nos ombros de quem trabalha e de quem produz no País. Então, é preciso que a reforma seja feita.

A proposta de reforma tributária que veio do Governo para a Câmara e que está sendo debatida naquela Casa é boa? É boa. Mas é boa para quem? É boa para o próprio Governo Federal, porque o Governo Federal não mandou uma proposta que seja do agrado nem dos empresários, nem dos trabalhadores, nem dos governos estaduais, nem dos governos municipais, nem do Congresso.

Então, fica parecendo que o Governo Federal mandou a proposta para não ser feita reforma nenhuma. Porque, aí, ele fala: “Ah, o Congresso não quis fazer”. Aliás, o Presidente Lula já falou que a reforma não é feita porque o Congresso não quer. Mas ele tem maioria na Câmara e tem maioria no Senado.

Pois bem. Ontem, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Francisco Dornelles reuniram um grupo de Senadores que compõem a Subcomissão de Reforma Tributária, de que eu faço parte. E o que nós acertamos ontem? Nós não vamos ficar esperando a Câmara dos Deputados estudar, aprovar a proposta lá. Nós vamos nos antecipar, e, quando ela vier para cá, nós vamos ter um projeto pronto para, em forma de emendas, tentar modificar a proposta que veio lá da Câmara dos Deputados.

V. Ex^a foi Governador do Espírito Santo e sabe que está cada vez mais concentrada a receita nas mãos de quem? Do Governo Federal. Sessenta e quatro por cento de tudo o que se arrecada hoje fica com o Go-

verno Federal, 14% com os Municípios; e os Estados ficam, então, com 22%. É pouco para fazerem tudo o que têm de tarefa e atribuição o Governo Estadual e os Municípios.

O que nós estamos propondo é uma melhor distribuição, em primeiro lugar. Segundo, qual a diferença fundamental entre o que nós queremos - esse grupo de Senadores que vai se reunir semanalmente para propor um projeto - e a proposta do Governo? A diferença fundamental é que o Governo está propondo dois IVAs: um estadual e um municipal.

Mas não há a danada da nota eletrônica? E essa nota eletrônica já não pode, ao ser acionada, acionar exatamente as alíquotas que vão ser distribuídas para os Estados e para os Municípios? Claro que pode. Então, vai continuar no tempo da nota de papel? Não. Vai ser a nota eletrônica.

Então, nós precisamos mudar essa proposta para um IVA, ou seja, um imposto que vai agregar uma série de impostos, porque a reforma tributária tem essa proposta de agregar vários impostos e diminuir o número de impostos para simplificar o sistema.

Há outra coisa com a qual nós não concordamos, Sr. Presidente – aí, eu mexo com os interesses do Estado do Espírito Santo e muito com os interesses do Paraná. Quero chamar a atenção, porque este é um assunto muito importante para todos os Estados brasileiros; para alguns, importante porque é positivo; para outros, importante porque é negativo. Mas nós não podemos ficar com essa injustiça.

Segundo a Constituição de 1988, quem produz energia elétrica não tem nada do imposto. O Paraná tem Itaipu, tem outras hidrelétricas, que, para serem construídas, inundaram 300 mil hectares de terras férteis. Famílias de lá saíram para serem assentadas em outras localidades menos férteis e com mais problemas. E V. Ex^a sabe o que é tirar uma família de um lugar e colocar em outro. Muita gente foi para o Paraguai; são “brasiguaios” que lá estão.

Aí, Sr. Presidente, o Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro recebem essa energia produzida no Paraná, produzem carro nas suas indústrias, produzem bicicletas, ferro elétrico, televisão, etc, produtos que acabam vendendo para o Paraná. E mais: eles cobram imposto da energia elétrica que o Paraná produziu – fica tudo para eles – e cobram imposto dos produtos que são vendidos para o Paraná, ração para animal, etc.

O que nós estamos propondo? Já que, com a reforma tributária, está sendo proposto que 2% de todos os produtos vendidos fiquem com a origem e que o restante da alíquota fique com o Estado que vai vender... É engraçado, Sr. Presidente, porque alguém

está pensando no Estado de São Paulo, mas não está pensando no Paraná. Estão pensando muito, aliás, no Estado de São Paulo, porque, desde a Constituição de 1988, São Paulo vem sendo beneficiado com isso. E aí tiraram o quê? Energia elétrica e petróleo. Só. De tudo, Presidente, o que um Estado produz, ele terá 2%, segundo proposta do Governo, porque produziu, mas não terá o Estado que produzir energia elétrica e petróleo. Aí pega o Paraná, aí pega o Espírito Santo, aí pega o Pará, aí pega o Rio de Janeiro, que produz 80% do petróleo brasileiro.

Nós mandamos tudo isso para outros Estados e não ficamos com nada. Nós não queremos cobrar os 2% do consumidor do Paraná. Nós queremos cobrar do Estado de São Paulo, que vai repassar esses 2%. E sabe quanto dá isso? Dá R\$100 milhões por mês para o Paraná. Cem milhões de reais por mês – R\$1,2 bilhão por ano – é mais do que o Paraná tem investido em saúde pública; é muito mais do que o Paraná investe em ensino superior; é o dobro, aliás, do que investe em ensino superior.

Aí a gente vê: o Paraná tem hoje o mesmo contingente de Polícia Militar que tinha há 15 anos, com o dobro da população. Só no Município de Curitiba, houve 139 assassinatos nos dois primeiros meses do ano; na região metropolitana, 274, o que dá quatro assassinatos por dia. Mas não tem dinheiro para comprar viaturas, para equipar polícia, treinar, pagar um salário melhor, colocar mais polícia na rua, reativar os módulos policiais. Não tem dinheiro para os postos de saúde, não tem dinheiro para os hospitais. Aliás, nós estamos esperando ainda a conclusão dos 23 hospitais, que foi uma promessa feita durante a campanha eleitoral. Falta dinheiro para tudo, Presidente.

E eu acho que é o momento de nos unirmos. Os Estados produtores de energia elétrica e petróleo não podem deixar que o Governo Federal continue praticando essa injustiça. O Paraná não vai aceitar.

Estou aqui, fui adversário do Governo nas eleições, mas as intrigas, as brigas, as confusões têm que ser deixadas de lado, porque, acima de tudo, está o interesse do Paraná. Vou defender a união do Governo do Estado, com uma bancada de Deputados Federais, de Senadores e das entidades de classe, trabalhadores e empresários, para que, unidos, possamos defender esse interesse do Paraná.

Não podemos perder essa oportunidade de corrigir uma injustiça que existe desde a Constituição de 1988. Faremos isso com muita força, com muito vigor, porque o Paraná não pode continuar perdendo. Se o percentual for, Sr. Presidente, de 2%, o total será de R\$100 milhões; se forem 3%, R\$150 milhões, mas queremos 4% – esta é a nossa proposta – para atingir

R\$200 milhões por mês, o que corresponderia a casas populares, creches, hospitais, policiais nas ruas. Isso é o que o Estado precisa fazer, mas não tem dinheiro, Sr. Presidente. E o Governo Federal não pode nos negar esse direito.

Os paranaenses estão cobrando; os capixabas estão cobrando. Todos os Estados que produzem estão cobrando, porque não podem ter um tratamento que represente uma exceção à regra. A regra é 2% para todos os produtos, mas queremos 4%. O Congresso existe exatamente para proceder às mudanças que a sociedade deseja, e a sociedade deseja principalmente a redução da carga tributária e a aplicação melhor dos recursos, porque não adianta pagar essa quantidade de impostos e ver a saúde nesse caos, ver a segurança pública nesse caos, ver a educação sem investimentos. Queremos a escola em tempo integral no nosso Estado.

Vamos trabalhar muito duro, Sr. Presidente, para defender os interesses do Paraná, junto com o Governo do Estado e junto com os Deputados Federais. Como eu disse, vamos deixar as intrigas, as picuinhas, vamos deixar a confusão de lado e vamos trabalhar unidos pelo interesse do Paraná. É agora ou nunca mais: ou mudamos essa regra na reforma tributária, ou o Paraná vai continuar perdendo R\$200 milhões por mês, o que faz muita falta para os paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Cumprimentos a V. Ex^a pelo seu pronunciamento, antecipando os debates sobre a reforma tributária no plenário.

Continuamos com a lista dos oradores inscritos. O próximo orador é o Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp. S. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre o tema que trago a esta tribuna nesta manhã, queria enaltecer o trabalho do Senado Federal no dia de ontem, que, aliás, terminou hoje, às 3h10min, com a votação de matérias importantes para o País. Em especial, Sr. Presidente, queria elogiar a atitude do Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, o Senador Garibaldi Alves Filho, pela sua determinação, pela sua paciência, pela sua tolerância com todos os Srs. Senadores. Os ânimos estavam realmente muito exaltados, e o Senador Garibaldi conduziu com pulso firme aquela sessão, que ficará, com certeza, marcada na história do Parlamento brasileiro, com muitas discordâncias, muitas desavenças, mas é a democracia. Dizem que a democracia não é um regi-

me perfeito, mas é o melhor que existe no mundo. Não criaram, não inventaram outro melhor. Nós temos que conviver com as suas virtudes e os seus defeitos. Assim é o Parlamento brasileiro, que vai sobreviver, com certeza, às brigas, às rugas e a divergências como as que ocorreram na reunião de ontem. Por isso, louvo mais uma vez o trabalho do Senador Garibaldi Alves e de toda esta Casa, da Oposição, da Situação, porque, no final, a democracia brasileira vai sair vencendo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago nesta manhã um tema que está afligindo a Amazônia brasileira: o meu Estado, Rondônia e - por que não? - toda a Amazônia, principalmente a Amazônia Legal.

Quanto à operação Arco de Fogo, há muito tempo o Estado de Rondônia, o Estado do Mato Grosso e o Estado do Pará vêm se destacando nessa questão ambiental, talvez porque para lá foram, no passado, milhares e milhares de brasileiros de outras regiões do País. Naquela época, principalmente do governo militar, há 30 anos, havia até um lema, uma propaganda nacional: "Vamos ocupar a Amazônia. Integrar para não entregar". Era uma nova fronteira, e o Governo da época incentivava as pessoas a irem para a Amazônia, para os Estados amazônicos.

E Rondônia, Mato Grosso e Pará são terras boas. O Estado do Amazonas, onde há um grande pólo industrial, a Zona Franca de Manaus, só tem 3% desmatados. Por quê? Porque as terras não são agricultáveis. A grande maioria das terras do Estado do Amazonas são alagadas, são baixas. Existem muitos rios e muita dificuldade de acesso. E o grande pólo industrial de Manaus concentra 400 empresas de grande porte, multinacionais, que empregam mais de 300 mil trabalhadores. Isso talvez tenha sido um amortecedor para não se desmatar o Estado do Amazonas. E o Governo Eduardo Braga tem incentivado muito os povos que moram na floresta a não desmatar, inclusive dando uma cesta, pagando uma mensalidade para que as pessoas não desmatem. Trata-se de um programa em que já foram gastos mais de R\$60 milhões, que vai continuar incentivando o não-desmatamento.

Voltando aos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, essas pessoas foram chamadas para lá, como já falei, e tiveram que fazer as derrubadas. Na época, o Incra entregava uma terra, um lote, e obrigava as pessoas a desmatarem. Se não derrubassem, não obtinham o documento. A derrubada era uma condição para se receber o título definitivo da terra, e eram 50%. Depois, as leis mudaram. No nosso Estado de Rondônia, há um zoneamento: na Zona 1, são 50%; nas Zonas 2 e 3, 20%. Mas existe zoneamento em que se estabelece a preservação de 70% das florestas, podendo-se usar 30%.

É um Estado que recebeu, como já falei, milhares e milhares de brasileiros de todos os Estados da Federação, inclusive do Espírito Santo, Estado de V. Ex^a. Em algumas cidades, há de 50% a 60% de capixabas, como Espigão d'Oeste e Ji-Paraná, onde há um irmão de V. Ex^a - o Camata, que é nosso amigo, em Ji-Paraná - que já foi Vice-Prefeito da cidade e hoje é radialista, uma profissão digna, que V. Ex^a também já exerceu no passado, no Espírito Santo. Assim como eu, que estou há 30 anos em Rondônia - cheguei em Rondônia em 1977, portanto, completei 30 anos de Rondônia. Eu fui para lá, acompanhando um irmão que ali estava há dois, três anos. Então, foi uma migração incentivada, e não podemos hoje mudar a regra do jogo e simplesmente dizer que agora essas pessoas têm que sair de lá. Vejo isso com muita preocupação.

É claro que algumas operações devem acontecer, a fiscalização deve acontecer, mas no passado não aconteceu. No passado, o Ibama - o antigo IBDF -, há 30 anos, recebia um fundo de todas as empresas madeireiras da Amazônia e do Brasil para reflorestar, um tal de fundo, e nunca plantou uma árvore. Que eu me lembre, o IBDF nunca plantou uma árvore, nunca reflorestou. E o Ibama continuou também com o mesmo procedimento, negligenciando, porque não fiscalizava.

Nós temos, em Rondônia e em toda a Amazônia, milhares de pessoas dentro das reservas. O Ibama, quando chegaram as primeiras famílias, não foi lá, para fiscalizar e retirar essas pessoas. A reserva Bom Futuro, em Rondônia, é um parque nacional que tem simplesmente 2.500 mil famílias lá dentro. Como é que o Governo Federal, o INCRA ou o Ibama vão resolver um problema dessa natureza?

Estou falando de uma reserva, mas são várias. As madeiras nas áreas indígenas não existem mais. As madeiras nas reservas indígenas, nas áreas indígenas, foram todas extraídas, principalmente as madeiras de lei. E onde estava o Ibama naquele momento em que os madeireiros compravam dos índios, compravam dos caciques? Tem cacique em Rondônia, com todo o respeito, porque penso que eles merecem também um espaço ao sol, mas andando de caminhonete Mitsubishi, Jeep Cherokee, vendendo diamantes, vendendo madeira, na ilegalidade.

Então, o que o Governo tem que fazer? Tem que resolver; tem que regulamentar; tem que regularizar essa situação.

Mas, voltando à questão do desmatamento e da Operação Arco de Fogo, hoje o Mato Grosso, o Pará e Rondônia sobretudo estão neste momento vivendo uma das maiores tensões da história: operações da Polícia Federal, do Ibama, da Polícia Florestal, enfim,

de vários órgãos federais que estão lá prendendo milhares e milhares de metros cúbicos de madeira das serrarias, multando aqueles que desmataram. E penso que a multa, Sr. Presidente, é repressiva e, às vezes, não educa. Se fosse um trabalho permanente...

E cito o exemplo da operação da Polícia Rodoviária Federal. O Governo criou uma lei para não vender bebidas alcoólicas às margens das rodovias. A lei é válida, mas trouxe algumas injustiças, porque proibiu também nos perímetros urbanos, onde a população de toda uma cidade se socorre de um supermercado, de um restaurante, o que, hoje, está proibido em alguns lugares do Brasil.

Mas essa operação das bebidas alcoólicas funcionou porque foi um conjunto de ações. A Polícia Federal que foi aos postos, às barreiras, às rodovias, proibir que as pessoas alcoolizadas dirigissem, e aí houve um resultado positivo no índice de acidentes no final do ano. Mas isso deve continuar, não é simplesmente uma lei que vai resolver o problema. Tem que se colocar em prática a fiscalização, o que o Ibama não fez, no passado, nos nossos Estados da Amazônia.

Trago aqui uma proposta de vários setores da sociedade civil de Rondônia, principalmente do setor produtivo, de associações rurais, de prefeitos. Conversei com catorze prefeitos do meu Estado, perguntando se essa proposta era interessante, e foi quase unanimidade. Um apenas disse que talvez no seu Município precisasse ainda derrubar alguma parcela de propriedade que não foi derrubada, dentro da legalidade, dentro do que prevê a lei. Mas, na grande maioria dos Municípios do meu Estado, e creio que na Amazônia, os prefeitos têm dito que não é preciso derrubar mais. Derrubar, sim, com plano de manejo.

O extrativismo deve continuar, inclusive nas reservas nacionais, porque a extração de madeira de árvore adulta não agride o meio ambiente. Quando se derrubam árvores, abre-se uma pequena clareira no meio da floresta; mas, como chove muito no clima quente e úmido da Amazônia, depois de oito anos, essa floresta já está regenerada. Eu falei isso aqui várias vezes sobre o gasoduto Urucu-Porto Velho. "Ah, mas vai desmatar uma faixa de dezessete metros no meio da floresta." E daí? Com oito ou dez anos, já estará regenerada, o clarão do gasoduto estará praticamente coberto. E acho que essas ações têm que ser feitas na Amazônia. O corte raso, não.

Quero apresentar uma proposta, como falei, do setor produtivo de Rondônia - e isso pode se estender por todos os Estados da Amazônia -, de fazer um pacto, um armistício. Neste momento, o Governo Federal precisa enfrentar esse problema, mas não com operações repressivas, Sr. Presidente. Operações

repressivas momentâneas não vão resolver o problema. Só acredito se houver um pacto amazônico, um acordo do setor produtivo do meu Estado e de todos os Estados da Amazônia com os governos estaduais e municipais.

E o que seria esse pacto?

Desmatamento zero. É uma proposta ousada. Sei que é uma proposta muito ousada, já disse isso aqui no ano passado. Tem que ter coragem para fazer uma proposta desse tipo. E os produtores do meu Estado, a maioria da classe política do meu Estado, está tendo essa coragem, neste momento, de propor ao Governo Federal que se zere o futuro e o passado.

O que é zerar o futuro e zerar o passado?

Vamos baixar uma medida para o desmatamento zero daqui para frente. Mas vamos passar uma borracha no passado, porque não vai resolver o problema. Quem já derrubou não vai conseguir, de uma hora para outra, reflorestar. Isso vai demorar de trinta a quarenta anos. Pode até se implantar um programa desses financiado pelas instituições de crédito nacionais. Mas isso vai demorar muito. Então, teria que zerar o passado, para que essas pessoas possam tirar crédito e produzir mais nas terras já desmatadas. Acho que, se frear agora, se colocar um freio no desmatamento neste momento, o mundo vai ganhar, o Brasil vai ganhar, a Amazônia vai sair ganhando, porque o que se tem derrubado na Amazônia é suficiente para talvez dobrar, triplicar a produção que lá existe hoje. É só melhorar a tecnologia, a Embrapa, as Secretarias de Agricultura, o Ministério da Agricultura, os órgãos de fomento, a Sudam, a Suframa, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, incentivar a melhoria genética do nosso gado de leite e do nosso gado de corte, da produção agrícola nas terras já desmatadas.

Sr. Presidente, vi na semana passada uma reportagem da revista *Época* que trouxe os seguintes dados: temos na Amazônia Legal, nos nove Estados da Amazônia brasileira, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Olhem só a imensidão de terra que tem para ser aproveitada na Amazônia sem fazer mais derrubadas.

É por isso que trago, com muita convicção, esta proposta para o Governo Federal. Já conversei com a Ministra Marina Silva, com o Ministro Tarso Genro, com o César Alvarez, da Presidência da República, que está encarregado de tratar com os outros Ministros, conversei com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e todos ficaram entusiasmados com essa proposta. Mas só o entusiasmo não basta, quero ver isso sendo colocado na prática.

Faço aqui este desafio ao Governo Federal, ao Presidente Lula, à Ministra Marina Silva, ao Ministro

Tarso Genro, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministro da Agricultura e a todas as autoridades da Amazônia e do Brasil para implantar este programa, o Desmatamento Zero. Vamos zerar o futuro e o passado para o bem do Brasil, da Amazônia e da humanidade, porque dizem que a Amazônia é o pulmão do mundo.

E vou mais além. Lembrei-me, Senador Geraldo Mesquita – e V. Ex^a já falou muito também sobre esse assunto aqui da tribuna do Senado Federal –, do projeto a que dei entrada em 2005 e que está parado até hoje, sem relator, na CCJ, que é a criação do Ministério da Amazônia. Se houver um acordo, um pacto feito com a sociedade do meu Estado e da Amazônia, para se criar um Ministério que coordene todas as ações daquela região, tenho certeza de que vai funcionar.

Concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Raupp...

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Geraldo Mesquita, eu pediria que V. Ex^a se mantivesse no tempo do aparte, porque...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – 20 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – ...estamos já no final do pronunciamento do Senador.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Pode contar, Senador, 20 segundos. Eu queria apenas parabenizar o Senador Raupp por trazer mais uma vez esse assunto ao Plenário do Senado e comunicar, Senador Raupp, que tomei a liberdade de conversar ainda ontem com o Senador Pedro Simon, que pleiteia a relatoria do seu projeto, e com o Presidente da CCJ, Senador Marco Maciel. Fiz um apelo, uma solicitação ao Senador, em nosso nome, em seu nome, em meu nome, em nome do Senador Pedro Simon, para que ele fosse designado relator desse projeto, a fim de que a gente inaugure, mais uma vez, essa discussão no âmbito da CCJ, trazendo a matéria para o Plenário deliberar acerca dessa sua proposta, que eu reputo da maior importância. A criação do Ministério da Amazônia já faz falta há muito tempo ao nosso País. Creio que seria o Ministério mais importante a ser criado, desde os primórdios da República, em nosso País. Eu queria parabenizá-lo por trazer mais uma vez esse assunto e por ferir a questão da produção na nossa região. O Brasil costuma festejar o superávit na balança comercial por conta das supersafras que colhemos, e, ao mesmo tempo, há uma tendência a se criminalizar a atuação daqueles que estão envolvidos com a produção, principalmente de grãos, em nosso País. A gente

precisa resolver essa dicotomia, essa questão, mas precisa resolver como V. Ex^a sugere, com tecnologia, com substituição de tecnologia, com aproveitamento de áreas já degradadas, inclusive na nossa região, já derrubadas. Como V. Ex^a diz, não precisamos derrubar mais nada na Amazônia durante muito tempo se introduzirmos novas tecnologias ali para dar suporte àqueles que gostam, que querem produzir na região e estão ávidos por uma parceria forte com o Governo Federal, com os Governos estaduais, para que continuem a fazer o que eles sabem e gostam: produzir para este País, para si e para suas famílias, gerando excedentes para o Brasil, inclusive para exportação. Parabéns, por ferir, mais uma vez, esse assunto tão importante, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a que também tem debatido as questões amazônicas aqui nesta Casa e falou do Senador Pedro Simon. Eu fico muito feliz por saber que o Senador Pedro Simon quer relatar este projeto. E digo mais, vou mais além, Sr. Presidente: seria o nome ideal, porque ele tem defendido, com muita garra, a soberania da Amazônia brasileira. Seria um nome à altura para assumir o Ministério da Amazônia. O Senador Pedro Simon estaria à altura para assumir, caso seja criado, o Ministério da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Próximo orador inscrito, Senador Gerson Camata, que tem a palavra por 10 minutos, com direito à prorrogação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sem prorrogação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, improvisadamente, vou secundar minha fala no pronunciamento do meu Líder, Senador Valdir Raupp.

Ontem, no Aeroporto de Vitória, encontrei-me com um velho amigo, colega de faculdade, que se tornou famoso no mundo inteiro: o fotógrafo Sebastião Salgado. Esse mineiro “acapixabado”, que, residente no Espírito Santo, pegou a propriedade que herdou do pai, uma fazenda devastada, situada na região entre Espírito Santo e Minas, no Município de Aimorés, e a transformou em um santuário da Mata Atlântica. Foi um trabalho de oito anos feito por ele e sua esposa Leila. Com 80 funcionários trabalhando, já começa a produzir em torno de um milhão de mudas de árvores autócto-

nes (ali da região), distribuindo-as para todos aqueles municípios ao longo do rio Doce, recuperando-o.

Ele quer agora produzir oito milhões de mudas por ano, para distribuir, mas há um outro problema: não é só a recuperação das matas ciliares, da Mata Atlântica. Ele está levando crianças de colégios e estudantes universitários, porque fez ali uma hospedaria para 100 pessoas, que passam o fim de semana, mudando as consciências, no sentido da implantação da consciência ecológica na região, a recuperação do rio Santa Joana.

Por isso, ontem, ele recebeu do jornal *O Globo* o Prêmio Faz Diferença, como o grande destaque nacional. Sebastião Salgado, esse grande fotógrafo, com projeção no mundo inteiro, viajou ontem à noite para a Malásia, onde está fazendo um trabalho sobre o café no mundo para a Illycaffè, da Itália.

Registro, portanto, dentro dessa consciência ecológica e da fala ecológica, a presença desse grande brasileiro e capixaba Sebastião Salgado.

Sr. Presidente, quero reportar-me aos fatos que ocorreram na madrugada de hoje neste plenário, solidarizar-me e cumprimentar o Presidente do Senado Garibaldi Alves, pela sua postura, comandando a sessão que, começada ontem, terminou hoje de madrugada.

Temos de criar aqui, na Casa, um grupo de Senadores que reforcem a ação do Presidente, que reforcem a ação do Regimento Interno. Sem este, não podemos viver, não podemos produzir, não podemos resolver, não podemos votar. Temos de fazer com que o Regimento Interno, que considero antiquado e cãpanga, seja obedecido.

Quando vamos a reuniões de condomínio do prédio em que moramos, vemos que há regimento interno, ata, hora para começar e para terminar, para se inscrever para falar, momentos em que há quórum e em que não há. Se em um condomínio, que é uma coisa muito simples, deve ter um regimento, mais ainda o Senado da República, e que seja obedecido pelos Srs. Senadores.

Penso que temos de acabar aqui com um outro problema: estamos vivendo sob a ditadura dos Líderes. O Senado tem horário para começar a sessão, horário para começar a Ordem do Dia, que é a hora das votações, mas estes são mudados. Os Líderes chegam aqui e querem votar às 20h, às 21h, e não às 16h30, conforme está escrito no Regimento. Penso que a maioria do Senado tem de começar a exigir dos seus Líderes que eles dêem exemplo no cumprimento do Regimento Interno.

O Regimento limita as falas dos Srs. Senadores, impõe condições de convivência, para que possamos, caso haja discordância, conseguir votar as matérias que

tramitam pela Casa. Então, penso que, se formarmos um grupo para dar força e peso, como fizemos ontem, como decidiu o Sr. Presidente, estaremos colaborando para que o Senado melhore a resolutividade, a praticidade e a efetividade de suas decisões.

O parêntese que fiz, Sr. Presidente, foi para registrar aqui alguns fatos tristes que estão ocorrendo no Brasil e que aconteceram no fim de semana no Espírito Santo até segunda-feira.

Há um movimento nacional de organismos – e vou usar a palavra subversivos, bandidos – para desestabilizar a economia do Brasil. Eles são comandados pelo foro de São Paulo e pelas Farc. Estou dizendo aqui há cinco anos que as Farc estão atuando no Brasil. A Abin sabe que as Farc estão atuando no Brasil; a Abin sabe que as Farc estão matando mais no Brasil do que na Colômbia. Os jovens brasileiros estão morrendo em consequência do tráfico de cocaína que as Farc enfiam pelas fronteiras do Brasil. As armas que estão matando os jovens brasileiros são infiltradas pela fronteira, pelas Farc, e não se vê uma providência a ser tomada pelo Brasil.

O Brasil, o contribuinte brasileiro, você, brasileiro, paga a Marinha mais cara da América Latina; paga o Exército mais caro e melhor aparelhado da América Latina; paga a Aeronáutica melhor aparelhada da América Latina e não recebe nada de volta. A fronteira do Brasil é um queijo cheio de buracos – entram armas, drogas, maconha. E o nosso Exército? Cheio de unidades no Rio e em São Paulo, aqueles quartéis precisam estar na divisa. Por que a Marinha não patrulha as nossas águas, onde são lançadas as armas para serem recolhidas pelos bandidos? Por que não vigiamos as nossas fronteiras? Por que temos as Forças Armadas mais poderosas da América Latina e ninguém nos respeita? Os paraguaios roubam as nossas armas, enchem o Brasil de maconha, metem contrabando para dentro do Brasil; a Bolívia faz a mesma coisa, a Colômbia faz isso também. E quem respeita o País?

Temos de começar a pensar, pois as Farc atuam na divisa do Espírito Santo com Minas. Paralisaram os trens da Companhia Vale do Rio Doce.

Trezentas mil toneladas, comprometendo o prestígio do Brasil no mercado internacional, de minério de ferro deixaram de ser embarcadas. Navios parados ao longo do litoral do Espírito Santo, congestionando os portos, aguardando serem abastecidos, Sr. Presidente. E mais, 2.500 passageiros da única ferrovia do Brasil que tem dois trens por dia, que liga Vitória a Belo Horizonte, que é uma ferrovia para a Companhia Vale do Rio Doce, deficitária, mas que serve ao fluxo de passageiros, 2.500 a 3.000 passageiros por dia, entre Belo Horizonte e todas aquelas cidades vi-

zinhas ao longo do Rio Doce, que estão dentre Vitória e Belo Horizonte.

E víamos na televisão, na estação ferroviária de Vitória e na estação ferroviária de Belo Horizonte – e é preciso dizer que são as pessoas mais humildes, porque a passagem de trem custa um terço da passagem de ônibus. Essas pessoas usam esses trens, gente humilde, que estavam indo ao médico, parados, passando fome, porque acabou o dinheiro deles. Foi preciso que a assistência social da Prefeitura de Cariacica se deslocasse até à estação com lanche para aquelas pessoas paralisadas ali.

O que essa gente ganha fazendo o pobre sofrer? Essa Via Campesina, esse MST, essas organizações marxistas, que desapareceram na Europa e nos países civilizados, nem na África existem mais, mas prosperam na América Latina. Quem é que mantém essa associação que um dia invade no Pará, noutro dia invade no Rio Grande do Sul? De onde vem esse volume de dinheiro para manter esses malandros fazendo baderna pelo País afora, desonrando o Brasil, fazendo que o País passe vergonha em âmbito nacional?

Quem paga os aviões fretados dos índios de Aracruz – falsos índios – que vão para Europa, para porta dos concorrentes desfilarem de tanga? Quem aluga esses aviões? Quem é que leva esses caras para Portugal, para a Suécia, para a Itália, para fazer dança na chuva na porta dos escritórios Aracruz Celulose, que é brasileira? Precisamos saber disso.

Precisamos fazer uma CPI porque eles chegam aqui e rebentam, quebram os vidros do Congresso Nacional. Sabe o que aconteceu? Nada, Sr. Presidente. Param as estações de pedágio, quebram os computadores todos. Sabe o que acontece? Nada. Vão para a sede do Incra, arrebentam os computadores, quebram os vidros, destroem os escritórios. Sabe o que acontece? Nada. Que diabo de País é este em que não acontece nada com essa gente? Quem patrocina essa gente? Quem os abriga? Quem os defende? É na Justiça que está o problema ou na estrutura do País que está apodrecendo ideologicamente a favor dessas ideologias ultrapassadas, que não existem no mundo e que só o atraso do Brasil permite que existam aqui?

Eu acho que isso é que merece uma CPI; isso precisa de uma CPI. Essas leis precisam ser mudadas, para que o brasileiro não fique cada vez mais passando vergonha aos olhos do mundo por ações antiquadas, ultrapassadas, orquestradas, bem pagas e, com a conivência de altas autoridades brasileiras, envergonhando o Brasil, fazendo mal aos brasileiros, diminuindo as oportunidades de investimentos, as oportunidades de trabalho para milhões de brasileiros.

Eram essas as colocações que queria fazer, apresentando a solidariedade à Vale do Rio Doce, que está sendo perseguida por criar tantos empregos no Brasil.

Como católico, eu tenho medo que alguns setores da Igreja Católica estejam metido nisso. Eu falei, aqui, há algum tempo, que estava assistindo a uma missa, em São Paulo, quando veio o padre e parou tudo para distribuir um folheto, no qual se pedia a reestatização da Vale. E, dentro da igreja, estava ali a Via Campesina. Eu me retirei de lá, pois se vai num domingo à igreja para rezar, fazer uma reconciliação com Deus e é agredido com uma coisa dessas! Será que a Igreja Católica está atrás dessas coisas?

Um amigo meu disse outro dia: “Gerson, quando eu vou à missa, eu não dou mais contribuição, porque eu não sei, se esse dinheiro é para financiar o culto, se é para melhorar a minha igreja, ou se vai parar lá na mão de uma organização clandestina, comunista para fazer baderna, no Brasil, por trás de alguns sacerdotes da Igreja Católica”.

Os bispos, a CNBB... Eu, que sou católico, tenho o direito de cobrar uma certa posição diante de certos extremismos, porque, no final, a gente vê que, lá por trás, há alguma ação de alguns padres que, desviados da doutrina de Jesus Cristo, partem para a doutrina marxista para agredir, atacar, semear a cizânia e o ódio entre os brasileiros. Isso não é função de quem é cristão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Senador Gerson Camata, eu quero me referir à primeira parte do seu pronunciamento, colocando-me à disposição de V. Ex^a, pois, como Senador, também eu não concordo com o andamento dos trabalhos da Casa, nesses últimos dias, especialmente na ocasião em que Líderes estão ultrapassando os limites determinados pelo Regimento Interno, não permitindo que ninguém mais fale, só liderança.

E nós estamos vendo os horários do Senado sendo todos alterados. Às 3 horas da manhã não é horário de votar matéria nenhuma. Nós podemos votar durante o dia. E a Ordem do Dia tem hora para começar. Não tem para acabar, mas tem para começar. E não está começando na hora, exatamente em função desse tipo de comportamento.

Coloco-me à disposição de V. Ex^a no tocante a este assunto. Presto também minha solidariedade a V. Ex^a no que diz respeito à atitude do Presidente Garibaldi, que tem tentado disciplinar o Senado para recuperar o conceito desta Casa.

Mas S. Ex^a precisa de apoio.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E merece, Sr. Presidente, todo o apoio de um grupo de Senadores, que, na hora da sessão, poderá sentar-se ao lado dele dando suporte à autoridade de S. Ex^a. A autoridade do Presidente nasce do Regimento, e, toda vez que o Regimento é transgredido, perde autoridade o Presidente e perde força e moral o próprio Senado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)
– Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)
– Passo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever e de saber quantos Senadores estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)
– V. Ex^a pode se inscrever como orador. Estão inscritos o Senadores Marco Maciel, Francisco Dornelles, Flávio Arns, que usará da palavra agora, o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Cleide.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)
– Então, eu gostaria de me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)
– Na sequência, V. Ex^a falará.

Então, com a palavra o Senador Flávio Arns, que dispõe de dez minutos com direito a prorrogação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Ex^a em primeiro lugar. Cumprimento também as Sr^{as} e os Srs. Senadores. Mas, Sr. Presidente, cumprimento particularmente V. Ex^a por ser um Senador do Paraná na Presidência do Senado Federal neste momento da sessão. Aproveito para dizer ao Brasil e ao Paraná, em especial, que nos orgulhamos muito da atuação de V. Ex^a num conjunto de áreas fundamentais para o Brasil, mas, de maneira muito particular, na questão da agricultura, que foi e continua sendo a mola mestra para o desenvolvimento do País e que merece do Governo, da sociedade e do Legislativo todo apoio necessário.

E V. Ex^a conta tanto com o Senador Alvaro Dias quanto comigo, que somos colegas de Bancada. Mas, certamente, o seu prestígio, a sua liderança são importantes no contexto do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)
– Obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero também me associar ao Senador Gerson Camata e a V. Ex^a, Senador Osmar Dias, em relação ao cumprimento do Regimento. Isso, ontem à noite, apesar de ser duas,

três horas da manhã, nós ainda enfatizamos de maneira veemente. O próprio Presidente estava ressaltando este aspecto: cumprir-se a nossa Constituição, e, entre outras coisas essenciais, o horário. Por exemplo, uma coisa simples, vamos começar na hora. Se às quatro horas é a Ordem do Dia, vamos começar às quatro horas. Fomos até às três da manhã, porque naturalmente, no dia de ontem, houve um conjunto de percalços, de dificuldades, mas a Ordem do Dia foi iniciada às seis e meia. E isso acabou atrasando todo o andamento da discussão, da votação. Então, daí a importância do cumprimento das falas, da oportunidade de as pessoas utilizarem o microfone e se aterem ao tempo previsto no Regimento para as suas intervenções, de não ultrapassá-lo. Às vezes, a pessoa tem o direito de falar por dez minutos e fala por uma hora e dez minutos.

Quer dizer, essa situação realmente complica a vida de todos que vêm na sequência. O cumprimento do Regimento é, digamos assim, o pré-requisito para que tenhamos uma vida harmoniosa, tranqüila, que se vote, que se ganhe, que se perca, tudo de acordo com aquilo que a nossa Lei Maior determina. Isso é muito importante.

Gostaria, no dia de hoje, neste tempo que me cabe, falar sobre a Associação Pestalozzi de Niterói.

A Associação Pestalozzi, que está presente em centenas de Município do Brasil, dedica-se há muitos anos, há quase 80 anos, em nosso País, ao atendimento da pessoa com deficiência que apresenta necessidades mais acentuadas em seu desenvolvimento. Nunca uso a expressão “que apresenta mais dificuldades”, porque dificuldade é sempre um conceito negativo em relação a alguém, mas sim “necessidades acentuadas de desenvolvimento”.

Quero destacar, então, Sr. Presidente, que, nesta quarta-feira, 12 de março, hoje, serão abertas as comemorações pelos 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói, no Rio de Janeiro. Parabéns a Niterói! Parabéns ao Rio de Janeiro! Parabéns ao Brasil! Porque temos as Associações Pestalozzi, como disse, em cerca de 300 Municípios de nosso País.

As atividades comemorativas se estenderão durante o ano de 2008, homenageando e resgatando a história dessa entidade fundada em 1948 pela educadora russa Helena Antipoff e dirigida, lá em Niterói, hoje, pela Sr^a Lizair Guarino, duas mulheres que ajudaram a construir a história dos movimentos sociais que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

A Associação Pestalozzi de Niterói, em seu sexagésimo ano de fundação, é um exemplo de organização da sociedade a favor de uma causa, buscando, por meio da união de esforços, oferecer apoio e oportunidades de desenvolvimento ao seu público, neste

caso, as pessoas com deficiência e suas famílias. As famílias precisam ser apoiadas também.

Ao mergulharmos na história da Pestalozzi de Niterói, encontramos na entidade a concentração do sonho de dois grandes educadores: a educadora russa Helena Antipoff, que já havia criado em 1932, portanto, há quase 80 anos, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, e Rubens Falcão, então Secretário de Educação do Governo de Amaral Peixoto, considerado o maior incentivador da educação no Estado do Rio de Janeiro.

Amaral Peixoto conheceu em Minas Gerais o trabalho realizado por Helena Antipoff, que aplicava a pedagogia social e educava crianças carentes e com deficiência utilizando os métodos desenvolvidos por Johan Henrich Pestalozzi, e enviou para lá três professoras para fazerem um estágio. Imaginem três professoras que foram para lá fazer um estágio há tantos anos.

Ao retornarem ao Rio de Janeiro, Amaral Peixoto as incumbiu de reunir pessoas ligadas à educação e à saúde a fim de criarem, em Niterói, uma nova Pestalozzi. Na época, além da Pestalozzi de Minas, havia a Pestalozzi do Brasil, fundada por Helena Antipoff em 1945, no então Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro.

No dia 03 de dezembro de 1948, ocorreu então a primeira assembléia para a constituição da Pestalozzi de Niterói. Segundo registros da entidade, naquela ocasião, a educadora Helena Antipoff relatou o trabalho que desenvolvia em Minas Gerais e, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, mostrando os resultados obtidos com a cooperação de outros órgãos de amparo à criança. A presidência da entidade foi então assumida pelo médico pediatra Almir Madeira, que, na época, há 35 anos, mantinha o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói – Ipain.

E foi com o apoio de voluntários como o Dr. Almir Madeira, a Dr^a Lizair Guarino, atual Presidente da instituição, e de todos aqueles que, ao longo desses 60 anos vêm se dedicando à Pestalozzi de Niterói, que a entidade se tornou uma referência no atendimento de pessoas com deficiência, avançando também para o campo da ciência, por meio das pesquisas que desenvolve na Escola Superior de Ensino Helena Antipoff – Eseha, mais conhecida como “Faculdades Pestalozzi”.

Em suma, são 60 anos de atuação que consolidaram a Pestalozzi de Niterói como um dos principais centros de atendimento de pessoas com deficiência no Brasil, sempre valorizando suas potencialidades e lutando para que essas sejam protagonistas de suas vidas, para que tenham seus direitos assegurados, disponham de atendimento de qualidade e, principalmente, que sejam felizes e tenham uma vida plena.

Mais do que homenagear a Pestalozzi de Niterói pelos seus 60 anos, devemos nos preocupar com os seus desafios, com suas necessidades, e buscar, juntos, os caminhos e as alternativas possíveis para que esse trabalho extraordinário continue sendo disponibilizado para milhares de pessoas.

Este é o meu apelo aos nobres colegas Senadores e Senadoras. Prestemos mais atenção sempre a iniciativas como essa, oriundas da sociedade, que dão prova de que, com esforço conjunto e muita dedicação ao próximo, podemos modificar realidades e transformar vidas.

Sr. Presidente, faço esta homenagem à Associação Pestalozzi de Niterói, que está comemorando neste ano 60 anos de existência. Essas entidades estão presentes em cerca de 300 Municípios. Uma das mais antigas é a Pestalozzi de Canoas, terra do Senador Paulo Paim, aqui presente, que há décadas faz um trabalho voltado para a cidadania, a dignidade, a construção de respeito, a participação da pessoa com deficiência e de suas famílias.

As associações Pestalozzi vão estar aqui dentro do Congresso Nacional, no segundo semestre, no auditório Petrônio Portella, com uma comemoração oficial pelos 60 anos.

Todos teremos a oportunidade, então, de nos associar aos nossos Estados aqui presentes, também lá no Espírito Santo, terra do Senador Gerson Camata, em todos os Estados do Brasil. No meu Estado, Paraná, as pestalozzis também são bem atuantes e boas, em termos de competência e de qualidade. As pestalozzis ajudaram a fundar a primeira Apae, há 54 anos, associação que engloba hoje 2 mil Municípios no Brasil e é considerado o maior movimento mundial a favor da pessoa com deficiência e de suas famílias e em relação à prestação de serviços.

Sr. Presidente, quero deixar este pronunciamento como lido e transcrito nos *Anais* da Casa assim como o pronunciamento que faria, no dia de ontem, em relação ao Dia Internacional da Mulher, oportunidade em que várias mulheres foram homenageadas por esta Casa, recebendo o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz. Nesse sentido, gostaria também de fazer o meu reconhecimento a todas as mulheres homenageadas, principalmente às brasileiras que enfrentam maiores dificuldades e às que lutam muito ainda por cidadania, por dignidade, por valorização, por políticas públicas, pelo fim da discriminação e, em especial, pelo que acredito ser o sonho de todas elas, de mães e pais também, o pleno atendimento das necessidades dos filhos, como cidadãos, no decorrer da vida: escola, saúde, remédio, lazer, esporte, distância das drogas,

políticas públicas bem definidas e orçamentos que façam com que essas políticas se concretizem.

Gostaria também de dar como lido este pronunciamento para constar nos *Anais* desta Casa.

Agradeço e quero, principalmente, reforçar o pleito do Senador Paulo Paim em relação aos aposentados para que possamos também aprovar as leis, particularmente em relação a queda do fator previdenciário, valorização do salário mínimo, uma luta tanto dos aposentados como das pessoas com deficiência e das mulheres. Outra luta essencial do Brasil é a valorização do aposentado até para cumprir e colocar em prática o nosso compromisso assumido neste plenário no Dia Nacional do Aposentado.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância em relação ao tempo.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS

O SR FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, associe-me às homenagens prestadas, no dia de ontem nesta tribuna às mulheres de todo o mundo pela ocasião do Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 08 de março. Parabênizos também às senhoras que receberam o Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, uma justa homenagem desta Casa às cidadãs que se dedicam à defesa dos direitos da mulher em nosso País, nas mais diversas áreas de atuação.

Graças a mulheres, lutadoras, que avançamos para uma sociedade mais justa e igualitária em termos de gênero. A luta contra a discriminação da mulher é uma luta constante, que requer o esforço não só das próprias mulheres, mas também de todos nós, de toda a sociedade. Neste campo, merecem destaque as ações desenvolvidas por organizações de defesa dos direitos das mulheres, como aquelas que buscam promover mudanças na sociedade a favor da cidadania e da autonomia das mulheres.

Mais do que reconhecer sua importância, é preciso valorizar seu trabalho, seja na atuação profissional, com a igualdade de salários, seja no seu papel como mães, formadoras de cidadãos, e como, muitas vezes o são, responsáveis por suas famílias.

Essa valorização, em muitas oportunidades, pode-se buscar na elaboração e no cumprimento de leis. Nisto, cabe a nós, legisladores, uma atuação cada vez mais consciente, mais justa. Por isso, considero ainda mais fundamental que a sessão de ontem, com a presença das ilustres homenageadas, seja um espaço de reflexão sobre o trabalho que estamos desenvolvendo nesta Casa de Leis a favor das mulheres brasileiras. Mais do que discursos, precisamos buscar a concretização de direitos, procurar

avançar em termos de legislação e, acima de tudo, lutar para que as leis sejam efetivamente cumpridas.

Esse é o nosso dever diante das mulheres brasileiras, trabalhadoras, mães, líderes e símbolos da perpetuação da vida humana. Como cidadãos, somos todos responsáveis pelas discriminações que ainda hoje se fazem presentes no cotidiano das mulheres e, por este motivo, precisamos lutar para que estas situações não mais ocorram em nossa sociedade.

Mais uma vez, parabeno as homenageadas com o Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz” e a todas as mulheres brasileiras por serem guerreiras e, com muita luta e amor ao próximo, ajudarem a construir um Brasil melhor. Minhas congratulações!

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serão abertas nesta quarta-feira, dia 12 de março, as comemorações pelos 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói, no Rio de Janeiro. As atividades comemorativas se estenderão durante o ano de 2008, homenageando e resgatando a história desta entidade fundada em 1948 pela educadora russa Helena Antipoff, e dirigida há 49 anos pela Sra. Lizair Guarino, duas mulheres que ajudaram a construir a história dos movimentos sociais que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

A Associação Pestalozzi de Niterói, em seu sexagésimo ano de fundação, é um exemplo de organização da sociedade a favor de uma causa, buscando, por meio da união de esforços, oferecer apoio e oportunidades de desenvolvimento ao seu público, neste caso, as pessoas com deficiência e suas famílias.

Ao mergulharmos na história da Pestalozzi de Niterói, encontramos na entidade a concretização do sonho de dois grandes educadores: a educadora russa Helena Antipoff, que já havia criado em 1932 a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, e Rubens Falcão, então secretário de Educação do governo de Amaral Peixoto, considerado o maior incentivador da educação no Estado do Rio de Janeiro.

Amaral Peixoto conheceu em Minas Gerais o trabalho realizado por Helena Antipoff, que aplicava a pedagogia social e educava crianças carentes e com deficiência utilizando os métodos desenvolvidos por Johan Henrich Pestalozzi, e enviou para lá três professoras para fazerem um estágio. Ao retornarem ao Rio de Janeiro, Amaral Peixoto as incumbiu de reunir pessoas ligadas à educação e à saúde a fim de criarem, em Niterói, uma nova Pestalozzi. Na época, além da Pestalozzi de Minas, havia a Pestalozzi no Brasil, fundada por Helena Antipoff em 1945, no então Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro.

No dia 03 de dezembro de 1948, ocorreu então a primeira assembléia para a constituição da Pestalozzi de Niterói. Segundo registros da entidade, naquela ocasião, a educadora Helena Antipoff relatou o trabalho que desenvolvia em Minas Gerais e, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro, mostrando os resultados obtidos com a cooperação de outros órgãos de amparo à criança. A presidência da entidade foi então assumida pelo médico pediatra Almir Madeira, que há 35 anos mantinha o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói (IPAIN).

E foi com o apoio de voluntários como o Dr. Almir Madeira, a Dra. Lizair Guarino, atual presidente da instituição, e de todos aqueles que, ao longo desses 60 anos vêm se dedicando à Pestalozzi de Niterói, que a entidade se tornou uma referência no atendimento de pessoas com deficiência, avançando também para o campo da ciência, por meio das pesquisas que desenvolve na Escola Superior de Ensino Helena Antipoff – ESEHA, mais conhecida como “Faculdades Pestalozzi”.

Em suma, são 60 anos de atuação que consolidaram a Pestalozzi de Niterói como um dos principais centros de atendimento de pessoas com deficiência no Brasil, sempre valorizando suas potencialidades e lutando para que estas sejam protagonistas de suas vidas, para que tenham seus direitos assegurados, disponham de atendimento de qualidade e, principalmente, que sejam felizes e tenham uma vida plena.

Mais do que homenagear a Pestalozzi de Niterói pelos seus 60 anos, devemos nos preocupar com os seus desafios, com suas necessidades, e buscarmos, juntos, os caminhos e as alternativas possíveis para que este trabalho extraordinário continue sendo disponibilizado a milhares de pessoas.

Esse é o meu apelo aos nobres Colegas Senadores. Prestemos mais atenção a iniciativas como esta, oriundas da sociedade, que dão prova de que, com esforço conjunto e muita dedicação ao próximo, podemos modificar realidades e transformar vidas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Flávio Arns, a Mesa se congratula com V. Ex^a e se associa às manifestações dos sessenta anos da Sociedade Pestalozzi de Niterói, conhecedor que sou do trabalho da Pestalozzi do Espírito Santo.

Continuamos com a lista de oradores inscritos. O próximo orador é o Senador Paulo Paim. Estão inscri-

tos, pela ordem, a Senadora Fátima Cleide, o Senador Expedito Júnior e o Senador Renato Casagrande.

O Senador Paulo Paim, regimentalmente, dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gerson Camata, Presidente da sessão, eu não fiz um aparte ao Senador Flávio Arns para não ocupar-lhe o tempo, mas queria deixar bem claro aqui o meu compromisso com a sua luta em relação às pessoas com deficiência.

O Senador Flávio Arns, Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria, fez um substitutivo que ampliou, e muito, o projeto original. Quando o projeto chegou às mãos do Senador Flávio Arns, tinha cerca de 60 artigos; terminou com mais de 300. S. Ex^a mostrou sua capacidade de elaboração e de discussão com toda a sociedade.

Por isso, quero iniciar minha fala nesta manhã cumprimentando, mais uma vez, o Senador Flávio Arns pela sua luta pelas causas sociais.

Quero também, Senador Gerson Camata, dizer da minha satisfação por esta Casa ter aprovado, ontem à noite, nossa TV pública – digo nossa, porque é de todo o povo brasileiro. Tenho certeza de que a TV pública não vai discriminar ninguém por raça, por etnia, por cor, por idade, por orientação sexual, por gênero, nem pela questão ideológica e muito menos partidária, senão não seria uma TV pública.

Estou muito otimista com o papel da TV pública. E digo isso, Senador Camata, Presidente da sessão, porque estou me espelhando neste espaço. Essa é uma TV que não tem nenhuma censura. Daqui falamos para todo o Brasil, por meio da TV Senado. Tenho certeza de que a TV pública, aprovada ontem, vai ser o mesmo espaço democrático onde todos poderão expor seu ponto de vista. Quero torcer muito para que dê certo e ela siga a mesma linha da TV Senado, porque ninguém tem dúvida de que estou falando neste momento sem nenhum tipo de censura para milhões de brasileiros aqui pela nossa TV Senado. Espero que a TV pública se espelhe na TV Senado, para que tudo aquilo que eu aqui disse se torne efetivamente realidade. Estou apostando que realmente vai dar certo.

Sr. Presidente, ainda quero ir lá para a Câmara dos Deputados. Sei que os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Fátima Cleide, Augusto Botelho e Flávio Arns também vão se deslocar para lá, onde será discutida a PEC que combate o trabalho escravo. Ela prevê a desapropriação, para efeito de reforma agrária, da terra onde for, efetivamente, comprovado que há trabalho escravo.

Mas, antes de me deslocar para lá, Sr. Presidente, quero deixar mais uma vez enfatizado, Senador Mesquita Júnior, o meu compromisso com dois projetos.

Dialogamos muito com inúmeros Senadores e com setores do Governo, a fim de, uma vez desobstruída a pauta, votadas as MPs, trazermos para o debate a situação dos aposentados e dos pensionistas.

Quero começar, falando, de novo, do fator previdenciário. Todo assalariado brasileiro que está me ouvindo neste momento, seja de São Paulo, seja do Rio Grande do Sul, seja de qualquer Estado deste País, tem que se concentrar na luta pela derrubada do fator previdenciário. Digo, Senador Botelho, que o fator previdenciário e o não reajuste dos aposentados em percentual igual ao do salário mínimo traz um prejuízo direto para 40 milhões de brasileiros, porque todos os trabalhadores com carteira assinada que estão no Regime Geral da Previdência têm um redutor de cerca de 40% nos seus vencimentos no ato da aposentadoria. Vamos discutir esse tema aqui e vamos votá-lo. É preciso que a gente derrube o fator previdenciário e que prevaleça aquela forma de cálculo que, inclusive, é adotada para os servidores públicos que entraram naquele sistema a partir da mudança da lei recentemente, que estabelece sejam consideradas as oitenta maiores contribuições de 1994 para cá para calcular a média. Esse é o cálculo feito para a aposentadoria do servidor, mas para o trabalhador não! Para ele não é adotado esse critério, e ainda é aplicado o fator previdenciário, que diminui o benefício em até 40%. Para mim tem de ser uma questão de honra do Senado da República e também da Câmara derrubar, de uma vez por todas, o fator previdenciário.

E a segunda questão é o PL nº 58, que todo mundo conhece, que visa simplesmente garantir que o aposentado receba o mesmo percentual de reajuste que o do salário mínimo. Não vou entrar em detalhes, só quero dizer o seguinte: eu tenho estudos, que apresentarei ao Ministro da Previdência e ao Ministro da Fazenda, mostrando que a inflação para o aposentado, em 10 anos, foi 46,7% a mais do que para o cidadão mais jovem. Medida pela Fundação Getúlio Vargas, essa é a chamada “inflação da terceira idade”. Ora, se em 10 anos ele teve um prejuízo de quase 47% só relacionado com a inflação, por que ele não pode receber uma recomposição dessas perdas acumuladas, só para ter o valor real de compra como manda a Constituição, arts. 201 e 202?

Senador Geraldo Mesquita Júnior, por favor.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Paim, rapidamente, queria cumprimentá-lo por, mais uma vez, trazer esse assunto ao debate. Há um compromisso nosso – seu, meu, do Senador Augusto Botelho, do Senador Flávio Arns, da Senadora Fátima, enfim, de um grande número de Senadores – de abraçar a causa justíssima da recomposição dos valores recebidos pelos aposentados. Estamos aqui deba-

tendo esse tema, conforme anunciamos dias atrás. Por requerimento de V. Ex^a, os projetos já se encontram na Mesa do Senado. Nosso objetivo agora é colocá-los em pauta e fazer com que esta Casa delibere acerca desse assunto. Não dá mais para aceitar aquela desculpa esfarrapada de que a recomposição dos valores recebidos pelos aposentados está condicionada à solução do problema da Previdência. Eu acho que devemos tratar das duas coisas. Não podemos condicionar o reajuste, que é justíssimo, dos valores recebidos pelos aposentados a essa questão. Resolvamos este e sentemos para discutir e equacionar o problema da Previdência e a sua sustentabilidade, porque senão essa história vai longe, Senador Paim. Com relação ao fator previdenciário, ou acabemos com ele, ou o generalizemos. Acho que só assim muita gente vai perceber que ele é uma coisa anacrônica, injusta, perversa. Ele é fruto da cabeça daquelas pessoas que estão no Poder Público de forma servil, subserviente, construindo imagens fantasiosas. Isso é de uma crueldade impressionante. O fator previdenciário é um mecanismo de crueldade que se instituiu e se instalou neste País. Portanto, devemos retirá-lo do ordenamento jurídico ou, então, generalizá-lo de modo que ele passe a valer para todos, ou seja, para as pessoas que estão na iniciativa privada e para os Ministros do Supremo, Parlamentares, altos funcionários, enfim, para todo mundo. Ele vai ter de valer para todo mundo, senão vamos perpetuar essa injustiça e esse anacronismo que se instalou no ordenamento jurídico brasileiro. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador Mesquita Júnior.

Concedo, de imediato, a palavra ao Senador Expedito Júnior e, em seguida, aos Senadores Augusto Botelho e Tião Viana.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Paulo Paim, gostaria de associar-me ao pronunciamento que faz V. Ex^a na manhã de hoje. V. Ex^a tem sido um abnegado e tem defendido os aposentados como ninguém. Desde que cheguei a esta Casa, praticamente todos os pronunciamentos de V. Ex^a, sempre que pode usar da tribuna do Senado, são no sentido de reivindicar, solicitar e pedir a favor dos aposentados do Brasil. Sei que o PLS nº 58, cujo Relator parece-me ser o Senador Rodolpho Tourinho, que inclusive, de comum acordo, melhorou muito o Projeto de V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aperfeiçoou muito.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Esse projeto está pronto para ser votado. Não sei por que usam desses subterfúgios, para não deixar que esse projeto venha a plenário, para que possamos, de uma vez por todas, dar uma resposta àqueles que contri-

buíram muito para o desenvolvimento do nosso País. Então, associe-me a V. Ex^a. Acho que já passou da hora de nós tirarmos da Comissão e trazermos para o Plenário. É regimental, e faremos isso. Vamos votar esse projeto aqui no Senado, dando uma resposta aos aposentados brasileiros. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e pelo trabalho que faz em favor dos aposentados brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Expedito Júnior.

Ouçó o Senador Augusto Botelho .

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a traz à pauta um assunto que é do maior interesse dos trabalhadores, principalmente dos que ganham menos no Brasil. Como o Senador Geraldo falou, ou tiramos o fator previdenciário de todos ou colocamos para todos. O ideal é que se tire dos pequenos, pois só atinge os pequenos. V. Ex^a puxa esse assunto de novo, está sempre batendo dele, e reclama. Quando se fala em reforma tributária, lembro que teremos de fazer alguma alteração na Previdência. E faremos essa alteração. Estou pedindo um aparte para me colocar ao seu inteiro dispor, pois estarei sempre solidário com a posição de V. Ex^a em relação ao fator previdenciário. Tenho certeza de que, graças a Deus, os trabalhadores têm V. Ex^a para defendê-los dentro desta Casa há vários anos. Antes de ser Parlamentar, já conhecia V. Ex^a da luta pelo salário mínimo, que, graças a Deus, agora já passou de US\$200.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Chegou a US\$246.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – E vamos começar a sonhar em chegar perto de US\$400 ou de US\$500. Estamos juntos lutando por isso. Parabéns pelo pronunciamento. Parabéns aos trabalhadores brasileiros, principalmente aos gaúchos, por terem trazido V. Ex^a a esta Casa para defendê-los há tantos anos. V. Ex^a continua firme nos seus pontos de vista e nos seus ideais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Botelho.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Paim, é sempre bom poder testemunhar a trajetória de vida e a luta política de V. Ex^a, que dedicou a sua vida ao Parlamento, com mais de vinte anos de Casa, entre Câmara e Senado. São mais de 1.300 projetos de lei de sua autoria, muitos em favor da luta dos trabalhadores organizados deste País, da classe trabalhadora, com ênfase na política de salário mínimo e nas condições de trabalho dos trabalhadores do Brasil. Quero dizer que só tenho admiração por essa trajetória. E, quando V. Ex^a traz o debate da política de financiamento da vida,

da família e dos trabalhadores aposentados, o faz com muito respeito. Não traz por oportunismo, não traz para querer ganhar alguns votos com o discurso que faz, mas traz como uma causa de vida. É por essa razão que faço questão de dar o testemunho e tenho a plena confiança na responsabilidade política que V. Ex^a tem para conduzir essa questão. Nós vamos estar ao seu lado. O Presidente Lula está ao seu lado nessa caminhada. Foi graças a ele que V. Ex^a avançou no Estatuto do Idoso, que implicou um gasto do Governo Federal de mais de R\$600 milhões por ano só com a pessoa idosa no Brasil. Ninguém teve essa coragem em outros tempos, e ele teve. Esta semana, ele disse uma frase que me marcou e que levarei pela frente. Ele disse a nós Senadores, V. Ex^a estava junto: “Olha, a coisa que é mais barata nesta vida é ajudar um pobre”. Só Lula é capaz de dizer isso com a força e o valor humano que tem. Quero dizer que estarei ao seu lado nessa caminhada e espero que a equação seja respondida aos desafios que V. Ex^a está enfrentando, pelo diálogo com o Ministro Marinho, pela responsabilidade dos órgãos de financiamento do Governo Federal, pelas instituições ligadas ao Ministro Marinho, para achar uma equação racional e solidária aos trabalhadores aposentados do Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Vamos todos torcer para a construção de um grande entendimento. Não tenho nenhuma dúvida de que esses dados da Fundação Getúlio Vargas que recebi ontem - e que mostram que a inflação do idoso, em dez anos, na retrospectiva feita, chegou a ser 46,7% maior que a do cidadão com menos de 60 anos - são um componente importante para que possamos ir recompondo o valor de compra dos benefícios daqueles que são mais pobres, ou seja, dos que estão no Regime Geral da Previdência, que não ganham mais de seis salários mínimos.

Senador Dornelles, por favor.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP- RJ) – Senador Paim, primeiro quero cumprimentá-lo pela aprovação ontem, na Câmara dos Deputados, de um projeto que deveria ter o nome de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O nome de nós três: Senador Dornelles, Lúcia Vânia e Paim.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – O nome de V. Ex^a, o grande comandante, que realmente manteve o imposto sindical, até que seja votada a contribuição negocial. Quero dizer a V. Ex^a que ninguém pode escrever a história das conquistas sociais no Brasil sem colocar em destaque o nome de V. Ex^a, que tem sido um grande lutador, um grande líder, aquele que representa as grandes conquistas que o Brasil obteve. Quero dar a V. Ex^a o meu integral apoio à luta, à bata-

lha que V. Ex^a está liderando para garantir o poder de compra dos aposentados, o que acho da maior justiça. Quero cumprimentá-lo por essa iniciativa e reiterar a V. Ex^a meu total apoio. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Dornelles, agradeço a todos os Senadores que fizeram aparte. A Senadora Fátima Cleide só não fez aparte porque tem de falar em seguida, eu sei, e vamos para outra atividade.

Termino, agradecendo a V. Ex^a, Senador Camata, pelo tempo a mais que me concedeu, que permitiu esses apartes que sinalizam para essa grande caminhada da recomposição dos benefícios dos aposentados e pensionistas e também pelo fim do fator previdenciário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a sabe que, certa vez aqui, o Senador Petrónio Portella disse que, para os bons oradores, o Regimento é flexível.

O próximo orador inscrito é o Senador Francisco Dornelles. Logo a seguir, Senadora Fátima Cleide.

Com a palavra S. Ex^a, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer a V. Ex^a que considero da maior importância que as autoridades, que o setor público tomem medidas bastante rígidas contra todos aqueles que dirigem alcoolizados. O motorista alcoolizado é o responsável por grande parte dos acidentes nas nossas estradas.

O Governo devia ser rigoroso, não devia ter qualquer tipo de conciliação com pessoas que dirigem nesse estado. Entretanto, Sr. Presidente, o Governo tomou, por medida provisória, uma iniciativa que – acho – não tem nenhum efeito prático e que atinge enormemente a criação de renda e de emprego em nosso País. Ele estabeleceu uma diretriz no sentido de que bares e restaurantes situados em determinadas proximidades de estradas não podem vender bebida alcoólica.

Então, nós temos a seguinte situação, Sr. Presidente. Dou o exemplo de uma cidade do Estado do Rio, a cidade de Sapucaia, na qual a BR Rio-Bahia passa no meio. Ora, Sr. Presidente, sabe V. Ex^a que nem o supermercado pode vender bebida alcoólica, porque todo supermercado está na proximidade daquela estrada. Nós temos a situação em que ônibus de turismo param em determinados bares, os turistas descem e não podem tomar uma bebida alcoólica, uma cerveja, um vinho. Mas o motorista, que fica no ônibus, leva a bebida de casa e, realmente, ingere a bebida alcoólica.

Eu acho que nós temos de derrotar essa medida provisória. Não podemos aprovar uma medida provisória desse tipo, porque está totalmente inconstitucional. Todos os bares e restaurantes do Rio já estão funcionando na base de liminar, o que mostra os problemas jurídicos dessa medida provisória. É uma violência! É uma violência contra o empresário; é uma violência com aquele que investe; é uma violência com aquele que gera renda e emprego, sem qualquer efeito prático. Aquele que deseja consumir a bebida alcoólica – o motorista do ônibus, do caminhão ou do carro – leva-a de sua casa. E a medida provisória pune todos aqueles turistas, aquelas famílias que muitas vezes recorrem a churrascarias, a bares, num dia de lazer.

Sr. Presidente, nós precisamos enfrentar esse problema. Em todo o Brasil, hoje, há até supermercados e bares praticamente inviabilizados, porque as estradas cortam as cidades. Pequenas cidades têm as estradas passando por seu centro, e até supermercados estão sendo proibidos de vender bebidas alcoólicas. Eu acho que o Governo deveria tomar medidas duras: fazer uma amostragem com mais frequência, parar caminhões, ônibus e carros nas estradas, fazer o exame no motorista, tomar o maior rigor contra aqueles que dirigem alcoolizados. Mas esse caminho escolhido pelo Governo, de proibir a venda em bares e restaurantes em proximidades, é uma violência. Atinge o nível de renda, de emprego, de investimento e não tem nenhum efeito sobre o consumo da bebida, que continua sendo feito por aqueles que levam bebida da sua casa no ônibus, no caminhão, no automóvel. O caminho é outro.

Por isso, quero dizer a V. Ex^a que, quando chegar essa medida ao Senado, eu vou fazer o maior esforço para impedir a sua aprovação, porque ela não soluciona o problema que pretendia solucionar e está criando grandes problemas para aqueles que investem, para aqueles empresários que geram renda e emprego no Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francisco Dornelles, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra a próxima oradora inscrita, que é a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, nesta manhã de hoje, gostaria de registrar a minha felicidade também pelo trabalho realizado por

esta Casa na noite de ontem, na madrugada de hoje, principalmente pelo resultado desse trabalho.

Nós aprovamos a criação da primeira TV pública deste País. E o importante disso, Srs. Senadores, é que, pela primeira vez, a sociedade brasileira poderá participar das decisões de um canal de comunicação. A história dirá da importância da matéria aprovada na madrugada de hoje. E, com certeza, o dia 11 de março e a madrugada do dia 12 de março de 2008 ficarão na história como um marco e um ganho, uma conquista da sociedade brasileira na comunicação social.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro também sobre os avanços do ensino tecnológico no nosso País. Esses avanços estão alcançando Estados como o meu Estado de Rondônia, que até hoje conta com apenas uma escola agrotécnica federal, que sobrevive à custa de muito empenho de membros da Bancada Federal que ajudam a escola.

E agora, com a determinação do Presidente Lula de retomar o incentivo, retomar a manutenção, ampliação e expansão das escolas técnicas e do ensino tecnológico no Brasil, o meu Estado de Rondônia terá a primeira Escola Técnica Federal, no Município de Porto Velho, que é a nossa capital, e terá duas unidades avançadas, sendo uma em Ji-Paraná e uma no Município de Vilhena. E nós já estamos trabalhando, Sr. Presidente, para que a escola, hoje administrada pela Ceplac – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira – e, portanto, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, localizada no Município de Ariquemes –, também faça parte da rede de Educação Tecnológica neste País.

E quero neste momento fazer um agradecimento especial ao Ministério da Educação, ao Secretário Eliezer, que não tem medido esforços no sentido de garantir que essas escolas sejam implantadas o mais breve possível. Recentemente, nós articulamos – pedimos e fomos atendidos – uma visita da equipe técnica ao local onde será instalada a Escola Técnica de Porto Velho. E agora, nesta sexta-feira, nós realizaremos, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, a audiência pública na sede da OAB, chamando toda a sociedade de Porto Velho para discutir os rumos dessa Escola Técnica na cidade de Porto Velho, que é a capital do Estado de Rondônia, e que está passando por um momento muito interessante, Sr. Presidente, um momento de crescimento. Cresce todo o País, e a cidade de Porto Velho talvez seja a que mais cresça no País, principalmente pela expectativa da construção das duas hidrelétricas no Madeira, e pelo desenvolvimento que ocorre no setor da construção civil.

Enfim, quero aqui agradecer ao Ministério da Educação, à equipe do Professor Eliezer, principalmente ao Professor Gimenez, ao Professor João Dias,

que não têm medido esforços para que a gente possa garantir, já no ano de 2009, o início das atividades da Escola Técnica Federal de Porto Velho.

Mas, Sr. Presidente, no dia de ontem, um dia muito atribulado de afazeres nesta Casa, eu não pude fazer o meu pronunciamento de saudação pela passagem do Dia Internacional da Mulher, ocorrido no dia 8 próximo passado, no sábado, portanto. E ontem houve, nesta Casa, uma cerimônia muito especial. Quero aqui parabenizar a organização da Senadora Serys Slhessarenko com relação à entrega do prêmio Bertha Lutz.

Em 2008, Sr. Presidente, temos um grande desafio, seguindo a deliberação da Bancada feminina do Congresso e da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres: lutar por uma implementação mais eficaz da Lei Maria da Penha, que, todos sabemos, se materializou a partir de uma antiga exigência do movimento organizado de mulheres em todas as regiões do Brasil. Essa antiguidade, Sr. Presidente, remonta a cerca de duas décadas.

Pois bem, somente com a chegada de Lula à Presidência da República é que as mulheres tiveram a real oportunidade de ver adotada no Brasil uma legislação que atendesse seus anseios. E o Presidente abraçou o compromisso, feito não apenas com as mulheres, mas com a sociedade brasileira, com o Brasil. Ora, nosso País havia assinado diversas convenções sem que seus governantes até então cumprissem tais acordos. Agora, o Brasil passou a ser o 18º país da América Latina a contar com uma lei específica para os casos de violência contra a mulher.

A cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil. Essa é uma realidade conferida pela Fundação Perseu Abramo e pelo Instituto Patrícia Galvão. A Organização Mundial da Saúde, OMS, em 2005, advertiu: 29% das mulheres no Brasil já foram violentadas física ou sexualmente. Destacam-se, entre as agressões, os ferimentos por armas, chutes, socos e ameaças de morte.

A recomendação de Maria da Penha é esta: “Não adianta conviver, porque a cada dia essa agressão vai aumentar e terminar em assassinato. É preciso denunciar.”

Com a lei que leva seu nome, foi-se o tempo da mentalidade “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Com a lei, o Direito saiu do âmbito privado e foi para a esfera pública.

A Justiça sempre considerou a violência doméstica e familiar como um crime de menor potencial ofensivo e sempre postulou o apaziguamento das relações entre os casais, para não quebrar a harmonia familiar.

Enquanto isso, Sr. Presidente, milhares de mulheres encerradas em seus lares, sem que ninguém metesse a colher, eram agredidas por toda uma vida, com

prejuízos incalculáveis para seus filhos, para toda a sua família e, principalmente, para a economia do País.

A Lei Maria da Penha subverte essa situação.

Mas, para sua efetiva implantação, um esforço é fundamental: a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Esse papel cabe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, às Justiças estaduais.

Desde que entrou em vigor, a Lei Maria da Penha encontra apoio incontestado em 14 Estados. Neles foram criados os Juizados. Infelizmente, eu tenho que lamentar, porque, em meu Estado, Rondônia, não foi criado, até o dia de hoje, nenhum Juizado de Violência Doméstica e Familiar.

No ano passado, Sr. Presidente, encaminhei ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça à época, solicitando a criação dessa instância. Pelo menos um juizado na capital Porto Velho, onde a violência contra a mulher é acentuada. Infelizmente, até os dias de hoje, não obtive resposta alguma. Sr. Presidente, em todos os momentos em que me pronuncio publicamente em meu Estado, peço à atual Presidenta do Tribunal de Justiça que determine, imediatamente, a instalação desse juizado.

O juizado permite dar celeridade aos inquéritos policiais e, no âmbito de sua atuação, institui equipe multidisciplinar para dar assistência à vítima e aos seus filhos.

Essa situação, Sr. Presidente, no Estado de Rondônia, torna-se ainda mais grave, porque somos o segundo Estado em homicídios de mulheres; perdemos apenas para o Estado do Espírito Santo. No entanto, temos notícias de que alguns juizes arquivam cerca de 90% dos processos que chegam às suas mãos. O percentual de 90% não é um número qualquer. Isso é um desestímulo à denúncia, isso é uma compactuação com o crime de violência praticado contra as mulheres no meu Estado.

Entre outras medidas previstas na Lei Maria da Penha, cito a ampliação do número de delegacias da mulher, o aparelhamento das delegacias já existentes, a criação dos centros de referência de atendimento às mulheres vitimadas pela violência e a instituição de casas-abrigo. Essas são algumas das recomendações trazidas pela Lei Maria da Penha, que infelizmente não recebem, por parte dos Estados e da Justiça, a importância que lhes deveria ser dada.

Por isso, seria muito importante, Sr. Presidente, que os governos estaduais se engajassem nessa batalha. Graças a Deus, temos bons exemplos. O exemplo que quero registrar aqui é o da Prefeitura de Porto Velho, cujo prefeito é um homem de sensibilidade para as questões de gênero e comprometido efetivamente com a superação das desigualdades.

Um dos primeiros passos do Prefeito Roberto Sobrinho foi a criação da Coordenadoria de Políticas para

as Mulheres. Criou o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, e agora está já licitando, com meu apoio e também do Deputado Eduardo Valverde, a primeira casa-abrigo do Município de Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senadora Fátima Cleide...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – É só para fazer uma observação. A senhora começou a falar às 11 horas e 42 minutos e já são 11 horas e 53 minutos. Então, até agora, 44 mulheres sofreram violência no Brasil, nesse intervalo de tempo durante o qual a senhora estava falando aí. Quarenta e quatro até agora! Era só para lhe dizer isso.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Esse é um dado que pede desta Casa e dos governos agilidade e muita responsabilidade. São vidas e vidas de mulheres, Sr. Presidente. Eu agradeço o seu aparte e a boa lembrança.

Ouçó, com prazer, a Senadora Patrícia Saboya.

A Sr^a Patrícia Saboya (PDT – CE) – Senadora Fátima Cleide, eu gostaria apenas de cumprimentar V. Ex^a por trazer, mais uma vez, a esta Casa algo que deve preocupar toda a sociedade brasileira e não só nós que somos mulheres. Ontem, tivemos aqui uma solenidade na qual várias mulheres foram homenageadas, pelo destaque que têm tido em várias posições na sociedade. É claro que precisamos reconhecer esses avanços, mas, ao mesmo tempo, não nos podemos acomodar com essas conquistas, porque é preciso fazer muito mais. V. Ex^a está falando de um tema que trata da vida humana, da vida de pessoas: são mulheres que sofrem essa violência dentro da sua própria casa, dentro do seu lar. É a famosa violência doméstica, que atinge milhares e milhares de mulheres, que acabam vendo seus lares completamente destruídos pelo medo, pela vergonha, pela humilhação. Apesar da grande conquista que foi a Lei Maria da Penha – tenho muito orgulho por ser a Maria da Penha uma referência tão forte no meu Estado –, pela qual lutaram homens e mulheres de bem, de acordo com o que observei no pronunciamento de V. Ex^a, que ressalta isto, se não tivermos uma infra-estrutura, um serviço de apoio a essas mulheres, vamos perder uma grande oportunidade, porque vamos, cada vez mais, inibir a denúncia de outras mulheres contra a violência doméstica. O Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão, lembrou, com a sua sensibilidade e com a sua atuação tão veemente na defesa principalmente das pessoas mais discriminadas e que estão à margem da nossa sociedade, que, enquanto V. Ex^a faz o seu pronunciamento, mais de

40 mulheres podem estar sendo vítimas desse tipo de violência. Então, quero apenas parabenizar V. Ex^a, lembrando também aqui do nosso projeto que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses, porque, com a evolução dos tempos, com as conquistas que nós mulheres conseguimos implementar, hoje o nosso grande desafio é conciliar com a família a nossa profissão, a nossa vocação, o desejo de trabalhar, pois, infelizmente, em nossa sociedade, não há essa repartição de tarefas domésticas entre homens e mulheres. Graças a Deus, os novos casais e as novas gerações têm conseguido fazer essa conciliação. O próprio Senador Augusto Botelho é um desses homens que têm procurado participar. Digo isso porque tenho ouvido o seu testemunho sempre. Por isso, acho tão importante que nós mulheres possamos também ter a garantia do tempo necessário para dar o carinho, o amor e aquilo que é tão sagrado e considerado a melhor e maior vacina que pode haver no planeta, que é o leite materno. E, mesmo para que possamos aliar o trabalho da mulher com o cotidiano de sua casa, também apresentei um projeto que amplia a licença-paternidade para que os homens também possam cumprir o seu papel dentro de casa e ao lado dos seus filhos. Portanto, quero apenas parabenizar V. Ex^a, que sempre tem tanta sensibilidade para essas questões e traz, no dia de hoje, esse assunto que, certamente, toca a todas nós mulheres, mas também aos homens de bem que acreditam e sonham com uma sociedade melhor e mais justa para todos. Parabéns!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senadora Patrícia. Acolho, com muito carinho, seu aparte no meu pronunciamento.

Devo dizer que, na sexta-feira passada, realizamos um ato em Porto Velho, fruto de todo esse trabalho da Prefeitura, que cria o Centro de Referência, que cria a Coordenadoria de Mulheres. Foi uma semana intensa de atividades. Na sexta-feira, fizemos um ato suprapartidário, convocado pelo coletivo de mulheres do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, e foi apresentada uma pesquisa feita pelo Fórum Popular de Mulheres, do qual faço parte há vinte anos. Essa pesquisa foi às ruas durante duas semanas e ouviu cerca de duas mil pessoas. A pesquisa perguntava se a pessoa era a favor ou contra o aumento da licença-maternidade. Devo lhe informar que menos de 40 pessoas disseram “não”. Então, é com muito prazer que trago essa informação para V. Ex^a. De lá, surgiu uma proposta para que fizéssemos essa pesquisa como forma de mobilização, inclusive nacionalmente, de apoio ao seu projeto e a essa luta que é nossa e que tão brilhantemente é capitaneada por V. Ex^a. Meus parabéns a V. Ex^a também.

Para concluir, Sr. Presidente, só quero dizer que citei aqui um bom exemplo da minha realidade no Estado de Rondônia, que é o da Prefeitura de Porto Velho. Posso citar outro, que, com muito esforço, está sendo capitaneado pelo Prefeito Chico Pernambuco, na cidade de Candeias do Jamari, na região metropolitana de Porto Velho, que criou a Secretaria Municipal de Política para as Mulheres também.

Quero lamentar a atitude do Governador do meu Estado, desse Estado que é o segundo, segundo o Datasus, em homicídio de mulheres – cerca de 86 mulheres em média morrem por ano vítimas de violência no meu Estado, Sr. Presidente. O Governador, até hoje, não fez a assinatura do pacto pelo enfrentamento à violência. Ao não assinar esse pacto pelo enfrentamento à violência disponibilizado pelo Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, ele inviabiliza que o meu Estado possa ter uma resposta efetiva para as famílias que estão perdendo as suas mães, as suas irmãs, as suas filhas para a violência em Rondônia e inviabiliza também que os recursos disponibilizados pelo Presidente Lula, R\$1 bilhão, possam chegar ao Estado de Rondônia.

A Sr^a Patrícia Saboya (PDT – CE) – Senadora Fátima Cleide, se me permite, acabei de ter uma notícia: assim que terminei o aparte, ligaram-me para dizer que a licença-maternidade de seis meses acaba de ser aprovada na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, tendo sido Relatora a Deputada Thelma de Oliveira. Então, eu queria repartir, aproveitando o final do seu pronunciamento, esta notícia que vai, certamente, alegrar a todas nós mulheres e garantir esse direito fundamental aos nossos filhos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com certeza. Agradeço, Senadora Patrícia, e aproveito a oportunidade também para parabenizá-la e dizer que estamos muito felizes esta semana, pois o Congresso Nacional está produzindo, efetivamente, aquilo que a sociedade brasileira exige que façamos aqui, que é trabalhar pelo bem do povo e da Nação brasileira.

Era isso, Sr. Presidente, e agradeço a sua tolerância.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senadora, muito obrigada.

Oitenta mulheres podem ter sido espancadas, pelas estatísticas que ela apresentou. Ela falou 20 minutos.

Antes de conceder a palavra ao Senador Expedito Junior, gostaria de registrar a presença, na galeria de honra, dos acadêmicos da Faculdade de Direito da UniVerde, de Cascavel, do primeiro ao quinto ano,

que estão visitando a nossa Casa. Os senhores são bem-vindos à Casa.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior, do Estado de Rondônia. Rondônia hoje está dominando o plenário.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É. Hoje os três Senadores do nosso Estado estão podendo fazer uso da tribuna desta Casa e falar sobre algumas coisas do nosso Estado, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar V. Ex^a, que, além de Parlamentar, é também um cidadão amazônico e representa tão bem a nossa região. Fico feliz por V. Ex^a estar presidindo a sessão neste momento, porque farei exatamente um pronunciamento sobre o Calha Norte.

Antes de adentrar nesse assunto do Calha Norte, Sr. Presidente, eu ouvi aqui o Senador Raupp falar sobre a questão do desmatamento da Região Amazônica, do nosso Estado também, principalmente do Estado de Rondônia.

Agora há pouco, quando eu estava sentado, o Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado, o Deputado Neudir, me ligou para relatar uma audiência pública que foi realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e solicitou que nós conseguíssemos urgentemente uma audiência com o Presidente da República, com a Ministra Dilma. Aí, eu faço um apelo ao Senador Raupp, que é do maior Partido da base aliada, do PMDB, aqui no Senado, para que nós juntos, também com a Senadora Fátima Cleide, possamos conseguir essa audiência com o Presidente Lula e trazer aqui os 24 Deputados Estaduais de nosso Estado que não concordam com essa fiscalização e operação que está sendo feita hoje, denominada Arco de Fogo.

Não que sejamos contra; muito pelo contrário. Nós não estamos querendo aqui tapar o sol com a peneira. Nós sabemos de algumas dificuldades que acontecem na Região Amazônica. Mas também sabemos quem são os responsáveis. E o responsável por tudo isso não é o povo de nosso Estado, não é o povo do seu Estado. O responsável por tudo isso – nós estamos carecas de saber – é o próprio Governo.

O Inkra, na década de 70, quando saía alguém de Brasília, de São Paulo, do Rio, de Minas Gerais, do Espírito Santo, os capixabas, e iam para Rondônia, iam com o Código Florestal, que determinava que o desmatamento podia ser de 50%. Caso contrário, se não houvesse a benfeitoria, o Inkra não titulava a área.

Então, esses pequenos produtores, os pequenos parceiros, essa classe que aquece a economia de nosso Estado, que é o setor madeireiro do Estado de Rondônia, não podem ser tachados de bandido,

não podem ser tratados da maneira como estão sendo tratados.

Que a Força Nacional vá ao interior de Rondônia, para fiscalizar madeireiro, acho que não é necessário. Acho que a Força Nacional deveria estar trabalhando em nossas regiões de fronteira, coibindo e impedindo que adentrem em nosso País a droga, o armamento. Acho que esse é o papel da Força Nacional.

Eu até entendo a preocupação da Ministra Marina Silva, mas acho que nós temos de buscar uma convivência.

Eu acho que nós temos que buscar um entendimento. E ninguém mais do que o povo do meu Estado, Rondônia, que tem o seu zoneamento... Eu acho que um dos primeiros Estados brasileiros que aprovaram o seu zoneamento socioecológico e econômico foi o Estado de Rondônia. Todas as áreas indígenas estão demarcadas em nosso Estado, todas as áreas de reservas estão demarcadas no nosso Estado. Então, eu acho que Rondônia tem que ser respeitada, eu acho que a Região Amazônica tem que ser respeitada.

Continuo afirmando que uma árvore não pode valer mais do que um ser humano. Eu até entendo, como já disse, a preocupação da Ministra Marina Silva, mas nós temos que buscar aí uma convivência harmoniosa.

Quando eu venho aqui falar sobre Rondônia, principalmente sobre a questão da segurança pública do nosso Estado, eu não posso deixar de reconhecer o trabalho do Governador Ivo Cassol, principalmente no quesito segurança pública. Foi o Governador que mais investiu em segurança pública no meu Estado.

Há 20 anos – já disse da tribuna e repito –, havia um efetivo da Polícia Militar em torno de quatro mil homens; hoje nós temos três mil homens, depois de praticamente dobrarmos a população do nosso Estado. Há 20 anos, nós tínhamos uma população quase chegando à casa de um milhão de habitantes; hoje, nós estamos chegando à casa de dois milhões de habitantes no Estado de Rondônia. E este Governador foi o que mais investiu em segurança pública. Só nos primeiros quatro anos do seu governo, o Governador fez um concurso público para mais 2,4 mil policiais militares no nosso Estado.

Então, nós temos que reconhecer esse papel importante e o trabalho do Governador Ivo Cassol para o nosso Estado.

Sr. Presidente, nem tudo é festa e nem tudo se pode comemorar no nosso Estado. Pela terceira vez consecutiva, o Governo Federal seqüestra o dinheiro do Banco do Estado de Rondônia, que aprovamos aqui, nesta Casa, pela maioria dos Srs. Senadores. Estamos esperando uma decisão do Supremo Tribunal Federal,

principalmente uma ação do Ministro Ricardo Lewandowski, uma liminar, simplesmente com a finalidade de respeitar o Senado brasileiro.

Aprovamos a Resolução nº 034, em que ficou decidido: aprovada a revisão da dívida do Estado de Rondônia, inclusive com parecer técnico, que embasou essa nossa decisão, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quanto no plenário, do Tribunal de Contas da União, principalmente do Ministro Carreiro.

Então, gostaria, Sr. Presidente, de fazer o apelo para que fosse respeitada a decisão desta Casa, tomada pela maioria dos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna também para tecer alguns comentários sobre a importância do programa Calha Norte para a defesa da nossa Amazônia. Inclusive, acho oportuno falarmos sobre o Calha Norte no momento em que os nossos vizinhos, na América do Sul, na fronteira com a região Norte, envolveram-se num conflito que deixou todos apreensivos.

Muito se tem falado da cobiça que a Amazônia desperta aos olhos de algumas nações poderosas, mas pouco se fala sobre o Calha Norte.

Esse programa foi criado com o objetivo principal de contribuir para a manutenção da soberania na Amazônia, favorecendo a promoção do seu desenvolvimento de forma ordenada.

Subordinado ao Ministério da Defesa, o Programa Calha Norte existe desde 1985. Na época era chamado Projeto Calha Norte e tinha uma área de atuação mais limitada, concentrada apenas em resguardar as áreas de fronteira. Mas de lá para cá o programa foi ampliado e atualmente, Sr. Presidente, inclui ações de assistência às populações e passou a ser fundamental para a fixação dos habitantes na Região Amazônica.

Não tenho dúvidas em afirmar que as principais vertentes do Programa Calha Norte são a soberania e o desenvolvimento. Em razão desses dois pilares – a soberania e o desenvolvimento –, a implantação e a ampliação de unidades militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica tornaram-se indispensáveis, servindo de apoio aos pólos de desenvolvimento social sustentável e ambientalmente corretos na região.

Apenas para se ter uma noção da importância social e estratégica do Programa Calha Norte, recordo que, entre 1985 e 1999, foram realizadas as seguintes ações:

a) construção de hospitais em São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê, no Estado do Amazonas;

b) ampliação e recuperação de quase três dezenas de aeródromos;

- c)** construção de quartéis da 1ª e da 16ª Brigadas da Infantaria da Selva;
- d)** construção de 200 quilômetros da BR-307, ligando São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira Brasil/Colômbia/Venezuela; construção da BR-156, no trecho Calçoene-Oiapoque, no Amapá;
- f)** instalação do Centro de Treinamento Profissional de Tabatinga (AM);
- g)** construção da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira (AM);
- h)** implantação do Colégio Agropecuário de Benjamin Constant (AM);
- i)** construção de numerosos poços tubulares para fornecimento de água potável;
- j)** construção e equipamento de quinze centros de saúde em áreas indígenas;
- k)** aquisição de quatro Unidades Volantes de Saúde (barcos) para atendimento de comunidades isoladas;
- l)** construção de dezenas de creches; e a demarcação de 36 áreas indígenas.

Na última década, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar das fortes restrições orçamentárias, foi possível ainda um grande número de realizações que quero também destacar:

- construção do porto de Camanaus, em São Gabriel da Cachoeira;
- implantação de mais três pelotões especiais de fronteira (Tunuí – Cachoeira, AM), que fazem fronteira com a Colômbia, em especial o de Uiramutã (RR), na fronteira com a Guiana;
- a implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em São Gabriel da Cachoeira, fronteira com a Colômbia;
- a implantação de uma pequena fronteira hidrelétrica em Pari-Cachoeira;
- a manutenção de instalações militares, de aeroportos e de pistas de pouso;
- a manutenção de embarcações da Marinha e do Exército que atendem às populações ribeirinhas;
- convênios com quatro Estados e 194 Prefeituras do Calha Norte para a realização de 426 obras de infra-estrutura;
- convênio com o Ministério das Minas e Energia para a expansão da capacidade do Programa Luz para Todos.

Segundo informa o site do Ministério da Defesa na Internet, a modalidade de transferência de recursos por convênio entre o Ministério da Defesa, os Estados

e as prefeituras municipais tornou-se uma alternativa eficaz ao tradicional modo de atuação do programa.

O novo sistema proporciona maior agilidade na realização de projetos de infra-estrutura básica e complementar e na aquisição de equipamentos, com considerável aumento de benefícios às populações carentes espalhadas pela região. Mas a descentralização com a transferência de recursos e montante significativo necessita de fiscalização adequada e capacitação técnica dos responsáveis, tanto pela execução quanto pela fiscalização das obras e serviços contidos no Programa Calha Norte. E é exatamente essa necessidade de fiscalização que está gerando um problema de gestão e possível atraso do programa.

Ocorre que o efetivo de pessoal para análise dos projetos em Brasília é pequeno, acumulando as atividades de fiscalização dos convênios nos municípios com atividades de análise dos projetos em Brasília. Quando se deslocam aos municípios para a fiscalização dos convênios, a análise dos projetos fica parada em Brasília, gerando atraso no programa Calha Norte.

Esse problema de recursos humanos para a fiscalização e análise dos projetos precisa ser equacionado com urgência, Sr. Presidente.

Por outro lado, não posso deixar de louvar a dedicação e o esforço dos militares lotados na área do programa, que geralmente passam longos períodos longe de seus familiares, focados na proteção de nossa integridade territorial e no bem-estar das populações das regiões mais afastadas. Essas populações dificilmente teriam oportunidade de receber o serviço que o Estado deveria prestar de forma continuada.

Por isso, são de grande valia as ações assistenciais das Forças Armadas do Programa Calha Norte, dignas de elogios pelos resultados que vêm alcançando.

E, nesta oportunidade, creio ser da maior importância registrar que o Poder Executivo precisa reconhecer a importância dos militares, que não cuidam apenas de nossa segurança externa, mas são de enorme valia para as populações dessas áreas mais remotas de nosso território.

Para ser mais claro, estou falando da necessidade de se dar aos militares condições de vida mais digna, o que significa remuneração compatível com os serviços que prestam ao País.

Encerro, portanto, o meu pronunciamento, fazendo um apelo ao Ministro da Defesa, para que retome, conforme prometido, as negociações para o reajuste da remuneração dos militares o mais breve possível.

E peço também que, nessa discussão do reajuste dos militares, o Ministro Jobim se sensibilize com os baixíssimos salários dos servidores civis dos Ministérios

Militares, que têm vencimentos básicos de R\$387,00 – menor que o salário mínimo de hoje.

Esta é a situação, Sr. Presidente, que acredito precisa ser revista e revertida pelo Ministro Jobim.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)
– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar solicitação à Mesa, dirigida neste momento pelo Senador Augusto Botelho, ilustre representante do Estado de Roraima nesta Casa, no sentido de ler requerimento de urgência já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, para examinarmos, afinal, o Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2008, que autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro termo aditivo de retificação e de ratificação ao contrato de abertura de crédito de compra e venda de ações, sob condição, celebrado entre a União e o Estado, em 26 de fevereiro de 1999.

Trata-se, Sr. Presidente, na verdade, de um procedimento de incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil que foi devidamente aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e precisa ser examinado pelo Plenário.

Fizemos um requerimento de urgência que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas creio que precisa ser lido na sessão plenária do Senado, para que o projeto de resolução possa, ao final, ser apreciado.

Essa é a solicitação que encaminho a V. Ex^a.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – A Mesa levará ao Presidente do Senado, para que seja incluído na próxima reunião de Líderes. V. Ex^a terá a solicitação atendida.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Eu vou marcar o tempo, porque a lista de inscritos aumentou. Dez minutos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Já é uma discriminação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Não. Não é discriminação alguma.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Então, está bom.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, senhoras e senhores, quero fazer um registro, nesta introdução do meu pronunciamento, para que se possa comemorar o Dia do Bibliotecário.

Faço este registro porque recebi uma correspondência da Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia, Eugenia Magna Broseguini, lá do meu Estado do Espírito Santo.

Hoje, 12 de março, é o Dia do Bibliotecário, instituído pelo Decreto nº 84.631, de 12 de abril de 1980, e é comemorado em todo o território nacional. Foi a data do nascimento do escritor e poeta Manoel Bastos Tigre. Então, faço esta homenagem a esse profissional que contribuiu, naturalmente, para todo o nosso País.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – Senador Renato Casagrande, quero me associar a V. Ex^a na homenagem a todos os bibliotecários e bibliotecárias do Brasil pela sua data, pelo seu dia. Eu tive a minha origem de militância política exatamente coordenando uma biblioteca comunitária...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Parabéns.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – ...e tendo uma forte relação com esses profissionais, que começavam a aparecer no Brasil. Porque antes não havia essa formação nos cursos de graduação do nosso País. Foi ali que comecei a militância, Senador Casagrande, numa biblioteca comunitária, popular, num bairro de periferia, em plena ditadura militar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – E aproveito o debate com V. Ex^a para dizer que, hoje, esses profissionais têm uma função muito importante, precisam estudar e se capacitar muito, porque as bibliotecas de hoje não são as mesmas de ontem, estão informatizadas; na verdade, há bibliotecas virtuais. Então, é fundamental reconhecer a necessidade desse profissional para a organização de todos os documentos, estudos, trabalhos técnicos, a fim de que estejam disponibilizados para a população de forma motivadora, para que as pessoas possam de fato frequentar uma biblioteca.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – O grande exemplo a ressaltar e registrar é o caso da Biblioteca do Senado, que é uma referência para o Brasil e para toda a América do Sul...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sem dúvida.

O Sr. Inácio Arruda (PCdoB – CE) – ...como um trabalho organizado, substantivo, com títulos inéditos, espetaculares. Nós podemos recorrer a essa instituição, que se fortaleceu, ao longo dos anos, no Senado. Por isso, quero dar parabéns a V. Ex^a pela iniciativa de homenagear todos os bibliotecários e me somar a essa iniciativa, respaldado pela minha origem de militância política dentro de uma biblioteca.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Parabéns a V. Ex^a.

Sr. Presidente, hoje de madrugada, acabamos votando algumas medidas provisórias, votamos a proposta do projeto de conversão da TV Pública e tivemos um debate que certamente terá uma repercussão durante no dia de hoje, na parte da tarde, na hora da sessão do Congresso Nacional, pelo comportamento e pelo enfrentamento que houve aqui no debate de parlamentares e partidos do Governo com parlamentares e partidos da oposição. Ou melhor, talvez parlamentares e partidos da oposição em um debate com os parlamentares e partidos do Governo.

Eu tenho tido uma postura aqui, Senador Eduardo Suplicy, de muito equilíbrio e tenho um diálogo muito franco com os partidos da oposição, com os líderes da oposição, com os parlamentares da oposição. Posso aqui, até pelo relacionamento que tenho, fazer uma observação crítica ao comportamento da oposição, ontem, por ter se afastado do Plenário do Senado, por ter feito um enfrentamento muito direto com o Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, que teve dificuldade, teve que usar toda a sua capacidade para controlar efetivamente o Plenário do Senado. O afastamento da oposição não foi, na minha avaliação, uma decisão correta, politicamente, porque acabou demonstrando que a oposição só tinha um objetivo: a derrota da Medida Provisória, do Projeto de Lei de Conversão que trata e tratava da implementação da TV Pública e da definição de princípios e objetivos com relação à radiodifusão pública no nosso País. Se isso não fosse atendido, nada atenderia a oposição.

Como o Governo ontem se articulou e acabou impondo à oposição essas derrotas – que eu acho que fazem parte do debate interno –, a oposição estava usando todo o instrumento regimental para tentar efetivamente obstruir a sessão; e o Governo usou de todo o instrumento regimental para tentar fazer a votação dos projetos. E conseguiu fazer essa articulação. Não foi um debate que tenha contribuído para a imagem do Senado, mas também esses debates mais acirrados fazem parte da cultura do Parlamento Brasileiro. O Senado só terá condições de se recuperar dessa situação de falta de credibilidade, de descrédito que

está hoje vivendo se nós conseguirmos implementar uma agenda positiva e possível para 2008.

Eu já encaminhei ao Presidente Garibaldi Alves uma proposta de agenda positiva para o Senado. Estou reformulando um documento para ser encaminhado ao Senador Garibaldi Alves no sentido de que possamos ter, além de uma proposta de agenda positiva, uma agenda possível, ou seja, o que é possível debatermos e votarmos, neste ano de 2008, que não seja apenas a investigação e o trabalho feito por uma CPI. Além dos trabalhos de inquérito, das investigações realizadas pelas CPs, o que é possível este Senado fazer efetivamente?

Então, além disso, que é importante, temos a necessidade de implementar, Sr. Presidente, uma agenda positiva para o Senado Federal. Estou apresentando algumas propostas ao Presidente, Senador Garibaldi Alves. A Câmara dos Deputados vai debater a reforma tributária. A Câmara começa o debate da reforma tributária. É importante reconhecermos que a reforma tributária é uma agenda positiva, que vai dominar o debate naquela Casa e, posteriormente, no Senado. Assim como a Câmara vai debater a reforma tributária, o Senado deveria destacar alguns projetos que já estão tramitando e estabelecer uma ação de preenchimento da agenda, para que os parlamentares possam debater assuntos de interesse da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, encaminhei ao Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves, um requerimento solicitando que, de acordo com o Regimento Interno da Casa, possamos ter uma comissão externa de juristas que apresente uma proposta de reformulação do Código de Processo Penal, que é de 1941. Nosso atual Código de Processo Penal foi reformulado, emendado em alguns pontos, mas estou propondo uma reformulação mais bem articulada. Essa seria uma das agendas que poderia colaborar no preenchimento desse tempo de forma positiva aqui na Casa. Estamos trabalhando com esse e alguns outros itens nesses próximos meses, para que, além do debate das investigações, além do debate das eleições municipais, o Senado tenha essa outra agenda. Diversas Comissões estão trabalhando. Nós mesmos, na semana passada, tivemos um grande debate na Comissão de Mudanças Climáticas sobre o assunto desmatamento, que é um tema hoje que está em pauta aqui no Congresso Nacional, está em pauta no Governo Federal, está em pauta na sociedade brasileira. Os Estados da região amazônica têm debatido isso muito. É um assunto que gera polêmica lá na base, mas é um assunto importante, sobre o qual temos que fazer esse debate.

Então, um tema que eu trato aqui novamente nesse pronunciamento é o tema dessa agenda. Quando nós não temos uma agenda que possa preencher o tempo por meio de debates produtivos, nós acabamos

muitas vezes num embate pessoal, num embate que desgasta as nossas relações, num embate que não é produtivo, que transmite uma imagem negativa do Senado para a sociedade brasileira. Então, nós podemos preencher essa agenda, fazer a definição dessa pauta, com a colaboração de todos os Líderes, com a vontade que o Presidente do Senado hoje tem.

Nós, mais uma vez, assistimos ontem ao pronunciamento que foi um desabafo para...

(Interrupção do som.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Presidente.

Nós assistimos ontem a mais um desabafo do Presidente, Senador Garibaldi Alves. Depois daquela confusão toda, daquele enfrentamento todo, S. Ex^a fez um desabafo do seu interesse, como Presidente da Casa. Temos que confiar na boa-fé do Presidente, temos de colaborar para que possamos colocar esta Casa na direção e no caminho do resgate da sua posição.

Ontem, houve o enfrentamento, às vezes, de um Senador com outro, com declarações generalizadas, genéricas, que, muitas vezes, não ressaltaram ninguém. Essas declarações não colaboram com ninguém nem com o Senado. O enfrentamento regimental é um enfrentamento legítimo e natural.

Portanto, Sr. Presidente, é nessa direção que o Senado precisa desenvolver o seu trabalho. Peço a V. Ex^a que o meu requerimento seja colocado em pauta para votação.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renato Casagrande, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao eminente Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me para uma comunicação inadiável.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, quero, hoje, registrar no plenário os dados preliminares do IBGE sobre o crescimento da economia brasileira no ano passado.

O Brasil cresceu 5,4%, e os estudos conclusivos do IBGE que sairão no futuro próximo poderão apresentar um desempenho ainda melhor do que esse, que já é uma conquista muito importante se analisarmos mais de duas décadas em que este País cresceu menos de 2% ao ano.

Estamos retomando uma perspectiva de crescimento sustentável. O mais importante é que, nos meses de janeiro, fevereiro e agora março, todos os indicadores econômicos mostram que houve um crescimento bastante consistente que atinge praticamente todo o território nacional. A indústria de transformação teve um desenvolvimento muito forte, em torno de 6,5%, e o Produto Interno Bruto, no último trimestre do ano passado e neste primeiro trimestre, já atinge um patamar da ordem de 6%.

Esse crescimento econômico foi construído pela seriedade da política econômica do Governo Lula. Nós, em primeiro lugar, soubemos manter a estabilidade da economia, e a inflação, hoje, está muito próxima à meta de inflação, em torno de 4,5%, o que também é uma conquista muito importante quando olhamos, por exemplo, para uma economia como a dos Estados Unidos, que está com uma inflação de 7,2%.

No Brasil, o Banco Central foi eficiente do ponto de vista da contenção da inflação, e nós estamos crescendo, puxados pela demanda interna, puxados pelo consumo das famílias, com estabilidade.

Houve uma melhora nas contas externas e nas contas públicas, o que foi fundamental para pavimentar esse crescimento sustentável. Reduzimos a dívida pública de 57% do PIB para 42,5% do Produto Interno Bruto. Reduzimos o estoque da dívida, melhoramos o perfil da dívida e isso permitiu também a redução da taxa de juros e tenho certeza de que nós poderemos retomar, assim que acomodarmos a inflação, uma queda sustentável na taxa básica de juros.

Estabilidade, crescimento, melhora nas contas públicas e uma melhora muito expressiva na conta externa, a redução da vulnerabilidade externa, que foi a condição fundamental para que pudéssemos colher o que estamos colhendo. O Brasil manteve grandes superávits comerciais. Nós praticamente triplicamos as exportações brasileiras ao longo desses cinco anos do Governo Lula.

Tivemos um crescimento também importante das importações. E esse superávit permitiu que o Brasil gerasse reservas cambiais em torno de US\$190 bilhões, que hoje são uma âncora muito segura nessa turbulência financeira internacional que atinge a economia americana com o **subprime** – uma economia que entra em recessão, que atinge a Europa e também vários bancos importantes de vários países – e que mantém a economia brasileira preservada. É evidente que esse cenário tem influência em nossa economia, mas eu diria que temos conseguido manter um relativo descolamento dessa tendência recessiva e dessa instabilidade financeira.

A Bolsa de Valores bate recordes atrás de recordes, o que barateia as condições de financiamento da economia brasileira, setor em que temos uma melhora

muito importante, além das facilidades no financiamento do crédito consignado à população de baixa renda, do crédito imobiliário, onde só o consumo de cimento, no ano passado, cresceu 10,5%, o que significa a alavancagem da construção civil, da construção de casa própria, de investimentos em saneamento básico.

E está correto o Governo ao definir o PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) como eixo de intervenção do Estado para reduzir os gargalos, particularmente energia, transporte e logística.

Faço uma advertência: mais de três milhões de veículos foram vendidos no ano passado – recorde histórico no Brasil –, mas não temos investimentos em estradas, ruas e avenidas, para suportar esse ritmo de crescimento da indústria automotiva. Na minha cidade, São Paulo, os congestionamentos diários chegam a 190 km, e tivemos, só nessa cidade, 900 mil carros novos entrando! Essa situação precisa ser revertida, não só...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a necessita de quantos minutos para concluir?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, colocarei três minutos para V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Teremos, então, um investimento importante em estrutura e logística e agora precisamos também de investimento em transporte de massa: trens, trens de alto desempenho, principalmente nos centros urbanos porque a estrutura viária não suportará esse crescimento vigoroso da venda de automóveis e caminhões, que foi superior a 30%.

Sr. Presidente, o que mais me entusiasma nesse cenário, com tantos desafios e muitos problemas – talvez o nosso problema macroeconômico mais importante seja a apreciação do real –, é que as importações cresceram, em janeiro e fevereiro, 50%; as exportações, apenas 19%. Não temos nenhum problema imediato de balanço de pagamentos, mesmo porque a conta de capitais e financeira continua muito forte, com a entrada de recursos externos, e o Brasil deve atingir, num futuro próximo, a condição de grau de investimento.

Mas é evidente que temos de olhar com muita atenção a taxa de câmbio e procurar, de forma suave e cuidadosamente, encontrar uma taxa de equilíbrio. Não é uma tarefa fácil, não é possível fazer pacote. O Governo jamais fará qualquer pacote econômico nem abandonará as diretrizes fundamentais da política econômica. É uma política bem-sucedida de crescimento, uma política

econômica de estabilidade e, se for importante reverter o quadro da dívida externa, muito mais importante está sendo o resgate da dívida social deste País.

Oito milhões e meio de empregos com carteira de trabalho assinada, a renda da população pobre vem crescendo a um ritmo de 9%, um ritmo chinês, que é o Bolsa-Família, que hoje já não é só alimentos, porque, junto com ele, temos o salário mínimo, que vem se recuperando com uma política consistente, pactuada com as centrais sindicais de inflação mais PIB. Crescimento econômico baseado no consumo de massa. Dez milhões e meio de computadores – isso é inclusão digital e muda a qualidade da formação dos jovens, aumenta a eficiência da economia, coloca uma parte importante da sociedade na Internet e no futuro.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é neste Brasil, com tantos desafios e dificuldades, que este Senado Federal precisa ter uma agenda própria. Precisamos repactuar o debate político, aprofundar a discussão e tratar de temas relevantes, porque é isso que a sociedade brasileira espera. E tenho certeza de que seremos capazes de dar passos nessa direção.

Agradeço ao Presidente e ao Plenário pela atenção e termino como comecei. Acredito que foram muito importantes hoje os dados do IBGE, que ainda são provisórios, de um crescimento de 5,4%. Acho que é um crescimento muito relevante e, quando o IBGE concluir os estudos, teremos ainda melhores surpresas quanto ao crescimento econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Augusto Botelho, que em seguida usará da tribuna.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar minhas palavras agradecendo a gentileza do Senador Augusto Botelho, que me permitiu, com a inversão da ordem de inscrição, falar neste instante.

Mas, Sr. Presidente, o tema que trago à discussão aqui, neste dia, é a Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. A Campanha da Fraternidade é realizada pela CNBB desde 1964 – algumas das campanhas, inclusive, de caráter ecumênico, ou seja, associadas a outras confissões religiosas. Este ano, a CNBB aborda um ponto que tem sido insistentemente tratado nessas campanhas, que diz respeito à valorização da vida, pois, como é óbvio, é

desta que promanam todos os demais bens materiais e espirituais como sua base de sustentação.

A nossa civilização, ao lado de inequívocas conquistas e grande progresso em vários níveis vem contraditoriamente se deixando embeber de uma “cultura da morte”, cada vez mais fatídica, de que são exemplos as duas últimas guerras mundiais e conflitos regionalizados entre nações – numa escala crescente de gastos de artefatos de destruição. Por isso, a CNBB elegeu este a no a questão da vida novamente.

A palavra vida vem sendo explicitada nos temas das seguintes campanhas anteriores: 1974 (Reconstruir a vida); 1984 (Fraternidade e vida); depois no ano subsequente (Para que todos tenham vida); no ano de 2001 (Vida sim, drogas não); no ano de 2003 (Vida, dignidade e esperança); no ano 2004 (Água, fonte de vida); no ano passado de 2007 (Vida e missão neste chão); e finalmente agora como disse, 2008 – o tema é Fraternidade e Defesa da Vida, tendo por lema Escolhe pois a Vida, tomando como base o texto (Dt 30, 19) –, pois a vida humana continua ameaçada do seu início até seu término pelas diversas modalidades de aborto e pela antecipação da morte através da eutanásia.

Perene mistério para a humanidade, a vida tem sido investigada pelo “conteúdo científico”, que pode explicar o funcionamento de um fenômeno, mas não seu significado, eis que trabalha a partir de hipóteses que precisam ser absolutamente adequadas para delas se tirem conseqüências válidas.

A Biologia e a Genética não dissentem da Igreja quando consideram que a vida humana começa com a fecundação, a partir de quando é gerado um ser humano novo dentro da mãe, mas que não se confunde com a mãe, porque resulta da soma dos cromossomos dela com os do pai, com identidade própria e capacidade de desenvolver-se no futuro. Daí que o aborto provocado seja um autêntico crime contra a vida, porque é uma fuga à própria responsabilidade, além de praticado contra quem é incapaz de se defender.

Convém também, Sr. Presidente – e eu já estou concluindo... Convém também, por oportuno, lembrar o que o arguto professor Jérôme Lejeune, um grande especialista em genética humana – e ele já faleceu –, ensina: “Quando os 23 cromossomos masculinos se encontram com os 23 cromossomos da mulher, todos os dados genéticos que definem o ser humano estão presentes. A fecundação é o marco do início da vida”.

O Papa João Paulo II afirmou, na Encíclica **Evangelium Vitae**, Evangelho da Vida...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a necessita de quantos minutos para concluir?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, calculo que mais três minutos, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem três minutos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, dizia que o Papa João Paulo II, na Encíclica **Evangelium Vitae**, anunciava que as ameaças à vida parecem estar aumentando. E observa: “O resultado de tudo isso é dramático: se é muitíssimo grave e preocupante o fenômeno da eliminação de tantas vidas humanas nascentes ou encaminhadas para o seu ocaso, não é menos o fato de a própria consciência, ofuscada por tão vastos condicionalismos, lhe custar cada vez mais perceber a distinção entre o bem e o mal, precisamente naquilo que toca o valor fundamental da vida humana” (texto base cf – 2008, p. 10).

Embora possamos escolher como viver, o até quando é um **dies ad quem** fatal e inexorável... Mesmo os pacientes terminais não têm o direito de estabelecer o fim de uma vida que eles receberam. Não lhes é dado o suicídio por conta própria nem mesmo o assistido, chamado de eutanásia.

Igualmente não é dado também eliminar um feto, mesmo se portador de doença grave e irreversível – como é o caso da anencefalia. A própria natureza decretará o futuro, no fluxo gradativo do tempo, mais sabiamente que qualquer profissional.

A Igreja sempre considerou um crime infame “tudo quanto se opõe à vida, (...) toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humana, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens e também as condições degradantes de trabalho em que operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis”.

Mas, Sr. Presidente, em suma, o que está em jogo é nada menos que “a sacralidade da vida e a dignidade da pessoa humana” – na rica síntese do conteúdo básico da CNBB.

Na mesma direção está o ensinamento da Igreja através da Encíclica **Spes Salvi** (Salvos pela Esperança). Aliás, trata-se da segunda Encíclica do Papa Bento XVI. A primeira foi **Deus Caritas Est** (Deus é Caridade), Deus é amor. A segunda é justamente essa, **Spes Salvi**, Salvos pela Esperança que, como disse, é a segunda do seu Pontificado. Nela, o Papa diz: “Se ao progresso técnico não corresponde um progresso na formação ética do homem e no seu crescimento,

então aquele não é um progresso verdadeiro, mas uma ameaça para ele e para o mundo”.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Não podemos, assim, deixar de meditar sobre a mensagem que nos transmite a Campanha da Fraternidade deste ano: “Somente por este caminho poderemos construir um mundo no qual os princípios éticos triunfem sobre a chamada ‘cultura da morte””.

Sr. Presidente, cumprimento, pois, a CNBB por preconizar destemidamente a defesa da vida e propor à sociedade brasileira uma ampla reflexão sobre tema tão relevante.

Lembra o Padre José Adalberto Vanzella, Secretário-Executivo da Campanha da Fraternidade de 2008: “O Deus da história não quer que sejamos passivos diante das diferentes ameaças à vida, mas, sim, que, como protagonistas do momento histórico em que estamos inseridos, sejamos capazes de construir novas relações, fundamentadas nos valores que defendem...”

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – ... e promovemos a vida em geral e a vida humana em especial”.

Encerro, Sr. Presidente, recordando a advertência do Papa João Paulo II – aliás, uma frase que acho lapidar –, na Encíclica *Redemptoris Omnes*, ao assinalar que “é preciso convencermos-nos da prioridade ética sobre a técnica, do primado da pessoa sobre as coisas, e da superioridade do espírito sobre a matéria. A causa do homem será servida se a ciência se aliar à consciência”.

Era o que tinha a dizer. Agradeço a V. Ex^a o tempo que me concedeu, para que pudesse, em rápidas palavras, trazer o tema da Campanha da Fraternidade à discussão aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pois não.

Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pois não, nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria de saber se ainda tenho condição de me inscrever para uma comunicação inadiável, se ainda há vaga.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Em seguida, V. Ex^a utilizará da palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Também peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Está inscrito, Senador Sibá. V. Ex^a terá garantida a manifestação na tribuna.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vou aproveitar meu discurso para registrar a inauguração, na sexta-feira, 14 de março, do novo bloco de saúde do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, o Cefet, no meu Estado.

Desde o início do meu mandato, tenho destinado à educação grande parte das minhas emendas parlamentares ao Orçamento. Em 2007, destinei meio milhão de reais para a construção deste novo bloco que dará mais conforto e qualidade de ensino aos alunos dos cursos técnicos nas áreas de saúde. Lá existe curso de técnico em análises clínicas, técnico em enfermagem, técnico em segurança do trabalho, técnico em radiologia e um curso superior de gestão hospitalar, fruto também de uma emenda parlamentar minha do ano de 2003. Todos os anos faço questão de destinar uma parte dos meus recursos para o Cefet.

Já estive nas instalações desse novo bloco de saúde. A instalação é ampla, os laboratórios são bons, estão bem equipados e preparados para dar uma boa formação para a minha gente de Roraima. Com uma boa formação na área de saúde, as pessoas melhorarão sua qualidade de vida e a qualidade da saúde do meu Estado porque teremos pessoas mais qualificadas trabalhando nessa área.

Esse novo bloco, além de atender as necessidades dos alunos da saúde, também vai ter uma espécie de ambulatório e laboratório que atenderão as pessoas da comunidade em volta do Cefet, com exames de laboratório e atendimentos de saúde. Todavia, para a execução dessa parte temos que fazer adequações às exigências da Anvisa.

No Brasil faltam profissionais com formação técnica. A duração dos cursos técnicos varia de três meses a dois anos, e nós devemos valorizar, Senador João, os Centros Federais de Educação Tecnológica, como tem feito o Governo Lula, que já fez mais de 60 Cefets neste País e tem projetados outros 250 centros que serão construídos no País até o final do mandato.

O meu Estado já foi premiado com outro Cefet, uma Uned, como se chamam, uma unidade descentralizada

de ensino técnico. Foi feito numa região do sul do meu Estado para milhares de jovens de cinco Municípios que terminavam o segundo grau e não sabiam para onde ir. O Cefet de Roraima – Uned de Novo Paraíso – vai atender justamente a essas necessidades. Ela funciona mais na área agrotécnica, numa direção à necessidade da região. A Uned de Roraima funciona mais nesta direção principalmente porque não temos escolas agrotécnicas em funcionamento em Roraima; há uma em funcionamento precário na Universidade que está começando agora e que, se Deus quiser, vai funcionar também.

A própria sociedade faz pressão nas pessoas, e a mídia também, para que façam curso superior; não existe um trabalho em relação aos cursos técnicos.

Muitos fazem cursos superiores, mas só conseguem empregos de nível técnico; aí ficam frustrados porque gastam vários anos de suas vidas e não conseguem emprego de nível superior. Então, deve haver um esclarecimento à sociedade de que devemos promover o ensino técnico, os Estados devem procurar desenvolver ensinamentos técnicos. O Estado de Roraima já tem uma escola de nível técnico e está preparando outra, que funcionará ao lado da escola do Senai para torná-la mista, para haver cursos técnicos nessas escolas.

Senador Sibá Machado quer um aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem inteira razão no tema que aborda.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Sibá, gostaria de apelar a V. Ex^a e ao orador, porque em comunicação inadiável não são permitidos apartes.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Ah! É comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Exatamente.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Pensei que fosse inscrição normal.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Sibá, pode falar um minuto e diga da sua intenção.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente, desculpe-me por ter concedido o aparte. Eu me esqueci desse detalhe.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço. Só para dizer que V. Ex^a faz uma reflexão muito importante. Eu também estou vivendo uma demanda parecida com essa. Nas andanças que tenho feito, sempre procurei apoiar ao máximo a Universidade Federal do Acre e continuo fazendo, com muito gosto. Fui alertado por muitas pessoas, inclusive pelo Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, que falou que estamos

numa fase no Brasil em que há carência de profissionais para a demanda da economia em todos os campos: na agricultura, na indústria, no comércio, no turismo e tantos outros. Então vem a idéia das escolas técnicas como preparatórias para se fazer depois um excelente curso superior nessas áreas. V. Ex^a tem inteira razão. Compensa lutar nesta causa pelo Estado de V. Ex^a. O Governador do meu Estado está abrindo cinco escolas técnicas, os dois Cefets do Governo Federal, o fomento à expansão da universidade federal para quase todos os Municípios do Estado. Então, entre a bancada, o Governo do Estado e a universidade nós haveremos de ter uma relação muito fraterna na preparação dos ensinamentos fundamental, médio e superior. A lógica está muito correta, e faço votos de que V. Ex^a consiga também grandes saltos nessa direção no Estado de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. Devo dizer que o Governador de Estado, Anchieta Júnior, e o Secretário de Educação, Luciano Moreira, estão empenhados nesse sentido. Inclusive está sendo feito agora um estudo junto às unidades do Senai, que tem uma parte ociosa do seu espaço, para que as escolas próximas daquela unidade ofereçam cursos técnicos para os seus alunos do curso normal cujos custos serão pagos pelo Governo.

Devo falar também que temos apurado bastante as universidades no meu Estado porque estamos trabalhando para fazer o que a Lei de Diretrizes e Bases estabelece: que todos os professores do nível fundamental e médio tivessem curso superior. Não vamos ter todos os nossos professores com curso superior em 2010, mas, com certeza, no meu Estado de Roraima, todos os professores estarão fazendo curso superior no ano de 2010.

Muito obrigado, agradeço a oportunidade de V. Ex^a e desculpe-me porque eu, por um lapso, concedi um aparte em comunicação inadiável.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Para uma comunicação inadiável, Senadora Ideli, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Senador Aloizio Mercadante, em nome da bancada, já repercutiu o dado do IBGE referente ao PIB do ano passado, 2007.

A economia brasileira cresceu 5,4%, superando todas as expectativas do início do ano passado, quando o Presidente Lula fez a apresentação do PAC. Naquela ocasião, a previsão do crescimento do PIB contemplada no PAC era de 4,5%; portanto, quase 1% além do que estava previsto no lançamento do PAC. É algo que efetivamente precisa ser realizado.

O mais importante é que essa economia – que cresceu 5,4% no ano passado – cresceu com base no investimento, o maior desde 1996, e no consumo das famílias. Foi exatamente o investimento e o consumo das famílias que puxaram esse crescimento para além da expectativa para 2007.

Eu queria fazer uma breve observação ao comemorar o crescimento de 5,4% da economia do Brasil, Senador João Pedro, porque o crescimento do PIB de Santa Catarina – eu estou soltando mais foguetes ainda – foi de mais de 8,3%, aproveitando muito bem todas as condições que o Presidente Lula deu para o desenvolvimento do nosso País e, de forma muito especial, para o meu Estado.

O fato de o crescimento do PIB estar alicerçado no investimento e no aumento do consumo das famílias deve-se, efetivamente, às políticas adotadas e à política da distribuição de renda de que o crescimento da nossa economia vem acompanhado. Talvez este seja o dado mais relevante, mais importante a ser comemorado: a distribuição de renda. Portanto, os dados são bastante contundentes, porque significam que vão continuar.

Estamos agradavelmente surpresos com o crescimento de 5,4% ocorrido no ano passado, alicerçado no investimento e no aumento do consumo das famílias, e os dados de janeiro e fevereiro demonstram que nós vamos ampliar ainda mais porque todos os indicadores são de melhoria na questão do investimento, que foi recorde em janeiro e fevereiro, e também no aumento do consumo, tanto que o salário mínimo e o Bolsa-Família mantêm a renda alta.

O novo salário mínimo, o Bolsa-Família e também o aumento de emprego para ocupações de menor rendimento vão injetar nada mais nada menos do que R\$30 bilhões extras, acima dos valores do ano passado, no consumo popular. Portanto, esses R\$30 bilhões a mais em 2008, comparado com 2007, são a garantia efetiva de que esse ritmo de crescimento, que no ano passado foi de 5,4% com base no investimento e no aumento da renda, vai ter continuidade.

Por isso, não é à toa que as reportagem desse fim de semana das principais revistas, como Istoé e Exame, colocam de forma muito clara essa perspectiva. Na Istoé Dinheiro fala-se de 7%. Esse é o ritmo atual que não sabemos se vai ser mantido ao longo de todo o ano, mas o ritmo deste primeiro trimestre será de 7%. É como se estivéssemos crescendo a uma taxa de 7% da economia brasileira, tanto que na revista Istoé eles já dizem que se essa tendência vier a ser mantida, se o Brasil crescer cerca de 6% ao ano até 2010 – o que é plenamente possível –, historiadores poderão definir o segundo mandato do Governo Lula como um novo

milagre econômico, mas um milagre econômico com características diferentes de outros milagres econômicos havidos na época do Presidente Juscelino Kubitschek e na época do Presidente Garrastazu Médici, porque, no nosso caso, há um crescimento...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, faço um apelo a V. Ex^a para que a conclua, pois a hora é avançada e eu gostaria de contemplar e garantir a manifestação de todos os Senadores na tribuna desta Casa. Tem V. Ex^a um minuto, por favor.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já encerrarei Senador Gilvam Borges.

Como o crescimento populacional é menor do que o do período desses milagres econômicos que eu citei, o resultado em termos de distribuição de renda é muito mais significativo e consistente.

Para confirmar isso, eu gostaria de pedir a transcrição na íntegra do artigo do Cyro Andrade, publicado no **Valor Econômico** no fim de semana: “Um bolo para ser entendido”, ou seja, a distribuição do bolo na economia brasileira. Os dados são muito contundentes, baseados na Pnad – Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – 2005/2006. Portanto, ainda não pegou o pico de 2007/2008. A variação acumulada da renda domiciliar per capita para todas as faixas, excluindo o crescimento populacional, chegou a opulentos 16,4%. Essa é a média, para todas as faixas. Agora....

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É o último dado, Presidente. Para os 50% mais pobres, o aumento da renda per capita foi de 21,6%. Por isso, nós temos o que comemorar. O PIB cresceu 5,4% no ano passado. As perspectivas para este ano são de algo em torno de 6%, talvez até mais. Isso alicerçado no investimento e na distribuição de renda e aumento do consumo.

Por isso, este é efetivamente um milagre econômico, mas um milagre econômico beneficiando efetivamente os que mais precisam. Esse foi o compromisso que o Presidente Lula assumiu desde o seu primeiro mandato e está conseguindo concretizá-lo no segundo mandato de forma muito auspiciosa para todos nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

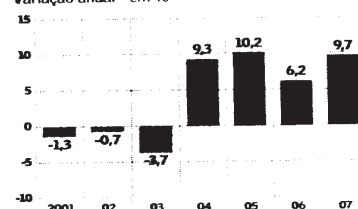
Sen. Marcel

Do ventilador ao automóvel, a maior demanda

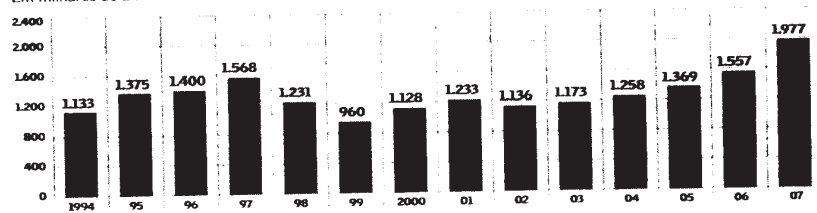
Emprego, renda e crédito explicam novos números

Volume de vendas no varejo

Variação anual - em %

**Vendas de autos no varejo***

Em milhares de unidades



Fonte: Banco Central, Fenabrev, IBGE e Valor Data. *T. Implacamentos.

índices de preços; (2) isso sugere que não há pressões exacerbadas sobre a oferta, nem expectativas de que venham a existir; (3) o que provavelmente tem a ver com o ritmo também acelerado dos investimentos, internos e vindos de fora; (4) que são feitos, evidentemente, de olhos postos no futuro, o que significa confiança na continuidade do crescimento da demanda interna (o real valorizado só não tem graça para exportadores, mas também não faltam aqueles que conseguem vender lá fora, do mesmo jeito).

O brasileiro, individualmente, compartilha desse otimismo já há algum tempo, como se vê nos resultados da pesquisa realizada pelo instituto Gallup em 130 países, divulgados em 2006. Numa escala de 0 a 10, o nível de satisfação pela vida, ou "felicidade", declarado pelos brasileiros foi de 6,61. Os dinamarqueses seriam os mais "felizes" do mundo, com 7,98, acima dos americanos (7,09). O Chad apareceu em último lugar, com 3,36. Na projeção de "felicidade" esperada para 2011, a situação se inverte: os brasileiros são os campeões do otimismo, com 8,24, e os dinamarqueses ficam em segundo lugar, com 7,86.

Uma explicação para esse elevado estado de ânimo pode estar nos números da PNAD-2006, a mais recente, processados pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas - CSP/FGV. No período 2005/2006, a variação acumulada da renda domiciliar per capita, para todas as faixas, excluindo o crescimento populacional, chegou a opulentos 16,4%. Para os 50% mais pobres, o aumento foi ainda maior, de 21,6%. Para os 40% médios, 15,9%. Para os 10% mais ricos, 15,3%. Aqueles 16,4% são quase 4,3 vezes maiores que o PIB per capita acumulado no período, de 3,84%.

Persistem, contudo, espaços cinzentos nessa história de pobreza, transferências de renda e desigualdades — e, por extensão, na própria trajetória do PIB brasileiro, que é, afinal, o grande bolo que se reparte assim

ou assado. Debruçado sobre essas questões há anos, com luzes de competência que o qualificam como um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, Marcelo Côrtes Neri, chefe do CPS/FGV, continua procurando respostas para esta pergunta: O Brasil está mais para um perfil chinês ou haitiano?

Pelo lado que se poderia chamar de "chinês", tem-se a variação de renda informada pela PNAD, que incorpora os mesmos 8% de crescimento anual dos tempos do "milagre". Pelo lado "haitiano", o que impressiona é o PIB de expansão diminuta.

Como se explica essa discrepância entre dois indicadores "gêmeos", que deveriam apontar praticamente na mesma direção? Neri imagina possibilidades: ou a economia brasileira está crescendo mais do que o PIB indica, ou a pobreza não está caindo tanto quanto a PNAD informa: de 35,2% no princípio dos anos 1990, a presença da miséria no Brasil oscilou em torno da média de 28% da população até 2003 e começou a cair significativamente a partir de 2004 (25,38%), com 22,77% em 2005 e 19,31% em 2006.

Talvez se pudesse explicar a disparidade pelas diferenças de itens que entram na PNAD, fortemente concentrada em salários (embora as perguntas feitas às pessoas pesquisadas alcancem diversas fontes possíveis de renda) e aqueles exclusivos do PIB (como lucros retidos e gastos de consumo não associados à disponibilidade de renda). "O fato é que uma série de indicadores, como emprego, a valorização do Ibovespa, a expansão do crédito, as vendas no varejo, mostram um país não haitiano", diz Neri, e, assim, conferem aos números da PNAD um significado que seria mais próximo da realidade hoje vivida. Ele recomenda, contudo, que não se fechem raciocínios nessa direção, ainda que 2007 e mesmo 2008 devam apresentar, ao que tudo indica, cenários também bastante positivos.

João Sicsú, diretor de estudos macroeconômicos do Ipea e professor do Instituto de Economia da UFRJ, vai aos números do PIB e

vê traços importantes de desigualdade insolúvel, e crescente. Em 1995, argumenta, o total pago na forma de salários como proporção do PIB era superior a 35% e as rendas do capital ficavam um pouco acima de 31%. Em 2005 a situação se inverte: os salários compõem com 31% e as rendas do capital saltam para quase 36%.

"Outra forma de se ver a desigualdade de participação dos salários e do capital no PIB", diz Sicsú, "é pela distribuição de gastos governamentais, com o pagamento de juros disparado na frente de educação e saúde, por exemplo". Quando o PIB cresce, é verdade, os salários aumentam sua participação. "A questão é que os lucros e os juros têm aumentado sua participação de forma mais rápida, por causa da concentração da produção, dos ganhos do sistema financeiro". Sicsú só vê uma saída: uma política firme e eficaz de participação dos trabalhadores nos lucros, sem a timidez implícita na legislação hoje existente.

Se não for assim, acredita o diretor do Ipea, a desigualdade de renda pode até estar diminuindo, como de fato está, mas isso acontece de um modo desconjugado: os que estão em baixo sobem (o que Sicsú, naturalmente, acha bom), mas os que estão em cima continuam parados, ou quase isso. E, então, cai a participação dos salários na composição do PIB.

Faltaria também, segundo Sicsú, dar um jeito melhor em outra distribuição, a da força de trabalho ela mesma, de maneira que pudesse ser maior a presença de profissionais de saúde e educação. Aumentando-se assim a oferta desses trabalhadores à disposição da sociedade, também se iria dando pavimentação consistente aos caminhos para uma distribuição de oportunidades mais equânime.

Neri examina a renda do trabalho (renda familiar per capita média) com a atenção dirigida para a recuperação havida de 2003 para cá, depois da forte redução iniciada em

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Patrícia, V. Ex^a já pode dirigir-se à tribuna.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o que me traz a essa tribuna hoje, na verdade, é um tema que vem sendo debatido de forma muito acirrada e apaixonada na Câmara dos Deputados e também aqui no Senado da República. Tive a oportunidade de discutir um projeto que busca a redução da idade penal para 16 anos. Esse tema tem levado homens e mulheres a buscar uma saída para a violência.

Eu já trouxe a esta Casa, nesta tribuna e em várias Comissões mostrando que não podemos legislar tendo em vista a exceção, mas sim a regra. Quando discutimos isso na Comissão, inclusive na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ganharam aqueles que defendiam a redução da idade penal, não se levou em consideração que os jovens com 16 anos a partir de agora podem também dirigir os seus carros.

Temos atualmente visto e acompanhado, principalmente pelos meios de comunicação do nosso País, a grande quantidade de acidentes causados por adolescentes ainda imaturos que, sem condição de ter carteira, acabam muitas vezes bebendo e envolvendo-se em pegas, prejudicando a si próprio e a vida de outras pessoas.

Na época, quando o jornalista considerou essa possibilidade de redução da idade penal também ser acompanhada para que os meninos com 16 anos possam dirigir os seus carros, muitos Senadores demonstraram surpresa. É por isso que eu trago também essa lembrança hoje aqui, não só porque sou contra, radicalmente contra, a redução da idade penal, porque acho que essa não é a solução para a violência no nosso País. Infelizmente, a sociedade, com razão, com medo de tanta insegurança, de tanta violência, procura encontrar uma solução fácil e mais rápida para acabar com essa violência. Alguns dizem que reduzir a idade dos jovens pode ser uma saída. Eu discordo, porque todos os dados têm mostrado que os adolescentes que foram punidos, de acordo com o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tiveram oportunidade de executar algum tipo de serviço para a comunidade, conseguiram se recuperar, ou seja, o índice de reincidência é muito pequeno quando realmente se cumpre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Senador Sibá Machado, que vai completar a maioridade: 18 anos.

Enquanto isso, nós estamos querendo oferecer à população um novo tipo de comportamento, um novo tipo de remédio, sem que este – que faz com que o Estatuto seja cumprido na sua íntegra – ainda não tenha conse-

guido ser cumprido. Basta que a gente visite os nossos Estados e os Municípios brasileiros para perceber a falta de oportunidade que existe hoje para essa juventude. O Senador Augusto Botelho, ainda há pouco, falava da qualificação das escolas técnicas. Eu vejo que na minha cidade, Fortaleza, com 2,5 milhões de habitantes, quatrocentas crianças vivem hoje nas calçadas, dormem nas ruas e estão sem vínculo afetivo. Vejo, hoje, adolescentes que querem ter acesso ao esporte, ao lazer e à cultura. É claro que avançamos no quesito de colocar as crianças na sala de aula, mas, infelizmente, a qualidade da nossa educação ainda deixa muito a desejar. Basta compararmos a escola pública com a escola particular para percebermos o grande fosso que existe na nossa sociedade e que aparta, cada vez mais, os ricos dos pobres. Enquanto aqueles que têm acesso a uma escola particular, Senador Cristovam Buarque, acesso a laboratórios de química, física e biologia, acesso ao esporte, à arte e à cultura, acesso à Internet, fazem basquete, voleibol, natação, balé, infelizmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Patrícia, apelo a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento e concedo-lhe mais dois minutos para fazê-lo.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Agradeço a V. Ex^a a essa oportunidade e concluirei o meu discurso nos dois minutos que V. Ex^a me concede.

Eu queria chamar a atenção, mais uma vez, desta Casa para algo que o Senador Cristovam Buarque tem feito não só da bandeira do seu mandato, mas certamente da sua vida, da sua alma e do seu coração, que é a luta por uma educação de qualidade. Está na hora de darmos esse salto de qualidade. Não é possível que, cada vez mais, as escolas particulares melhorem a sua condição, a sua infra-estrutura de ensino, e as escolas públicas fiquem, cada vez mais, distanciadas da verdadeira necessidade dos nossos jovens, dos nossos adolescentes de terem uma escola de nível, de qualidade, ousada, que liberte verdadeiramente essa juventude da pobreza e da miséria a que, muitas vezes, é condenada.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu apenas aproveito, no início da tarde de hoje, para mais uma vez alertar esta Casa. Quando tivermos que decidir no plenário sobre a redução da idade penal, será que não valerá mais à pena investir nesses jovens do que penalizar aqueles que já foram penalizados muitas vezes, desde o ventre, desde a barriga de sua mãe, desde a sua gestação, aqueles que são sem casa, sem nome, sem sobrenome, sem trabalho, sem escola, sem lazer, sem esporte, sem carinho e sem amor?

Aqueles que cometem crimes, que sejam punidos, mas nós não podemos, de forma alguma, punir, por exemplo, um adolescente mais do que punimos um adulto que tem a consciência das suas responsabilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro por 5 minutos.

V. Ex^a pode usar da tribuna.

Em seguida, os Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado e Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF.) – Só cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não. Mas no caso de V. Ex^a... Justamente estou deixando os oradores mais...

Senador João Pedro, cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, o Senador Sibá está com uma pressa acreana e eu gostaria de permutar com ele, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O companheirismo de V. Ex^a é reconhecido pela Mesa.

Senador Sibá, por gentileza, faça a permuta. Se abracem antes que deixem a tribuna, já que são companheiros de partido.

Senador Sibá, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador João Pedro pela compreensão, uma vez que temos uma audiência, daqui a pouco, com a Ministra Ellen Gracie, aonde iremos, com a filha do Chico Mendes e com representantes do Comitê Chico Mendes, tratar da organização dos eventos em homenagem ao Chico, cujo assassinato completa, este ano, 20 anos.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, no dia de hoje, é um tema relacionado ao trabalho escravo no Brasil, uma vez que estava agora há pouco participando de um evento organizado pelo Senador José Nery, Senador pelo Estado do Pará, que é Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil.

Falando um pouco da nossa economia e das relações de trabalho, podemos observar que o Brasil foi construído em cima de sangue, suor e lágrimas de tantas pessoas. Primeiro, houve a tentativa de escravização das comunidades indígenas, que se mostraram bastante resistentes e, de acordo com os portugueses, inapropriadas para o exercício de mão-de-obra de qualidade. Mas foi mais a resistência do que a segunda intenção dos portugueses que fez com que os índios jamais se submetessem àquele tipo de trabalho, pre-

ferindo, em alguns casos, até a dizimação, bárbaros assassinatos e outras formas de punição.

Depois, foram atrás dos escravos negros da África, que vieram para cá nas condições em que tantos historiadores e outras pessoas, mais brilhantemente do que eu, narram. E, infelizmente, no Brasil, que sai de uma economia eminentemente rural, agrária, de **plantation**, e que recusava o avanço das tecnologias, trabalhando dessa maneira por séculos a fio, como foi com o cacau, com a cana-de-açúcar, com o café, com a pecuária bovina e com tantas outras atividades do campo brasileiro que submetiam essa comunidade de africanos àquelas situações, não se deve nem de longe pensar em comentar o que aconteceu.

Agora, temos um campesinato em nosso País vivendo uma dicotomia numa economia que se mostra pulsante. E aí vamos nos reportar, ainda, ao Governo de Getúlio Vargas, que inicia a modernização e a industrialização do País, passando por Juscelino Kubitschek, depois pelo chamado Milagre Econômico.

No momento, estamos vivendo o que se chama no mundo de agronegócio, em que se aponta uma agricultura dita aos quatro ventos como uma agricultura muito moderna, que compete em qualidade, preço, capacidade, com países como os Estados Unidos e tantos outros países poderosíssimos do chamado G-7, que mandam na economia mundial. Infelizmente, o nosso País, que já disputa todo esse espaço, ainda vive uma relação de escravismo.

Então, Sr. Presidente, o ato foi no sentido de que aprovemos a PEC 438, que este Senado já votou, falta agora a Câmara dos Deputados. A PEC 438 teve início na década de 1980, por iniciativa do Deputado Paulo Rocha, do Estado do Pará, que apresentou o Projeto de Lei de Conversão no sentido de que todos os proprietários de terra ou empresários rurais que forem porventura pilhados no exercício do trabalho escravo percam a sua terra por desapropriação sumária – não é nem desapropriação, é confisco do Governo, porque desapropriação ainda requer pagamento. Tem que ser confisco. Essa PEC encaixou na Câmara dos Deputados.

Entendemos, Sr. Presidente, que não dá mais para viver esse tipo de realidade em nosso País. Não consigo entender como uma pessoa em sã consciência – aí tem que ser por pura perversidade, por pura maldade – pode submeter seres humanos em pleno século XXI – pasmem! –, em um momento de alta tecnologia e das relações sociais e humanas, àquilo que acredito que a indústria brasileira já superou. Quando olhamos a história passada do País, as relações com o chamado operariado das indústrias brasileiras eram do cachorro pastor alemão, da pata do cavalo, da bomba de gás lacrimogêneo. Era esse tipo de relação, não havia nego-

ciação. Mas acredito que hoje há. A indústria brasileira amadureceu, as relações entre o empresariado da indústria, do setor de serviços, dos bancos etc. Mas, infelizmente, no campo, ainda estamos vendo essa chaga, essa ferida que insiste em continuar aberta.

Então, se não tem jeito pelo convencimento, temos que ir pela força da lei. E esta Casa, o Congresso Nacional, tem de varrer definitivamente. Quero até fazer um elo de ligação entre essa situação do trabalho escravo com o que foi a Lei Áurea, da Princesa Isabel, em 1888.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Apelo a V. Ex^a para que conclua.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Está certo, Sr. Presidente.

Então, neste momento em que o Brasil vive essa nova relação, faço um apelo para que acabemos com isso. Faço um apelo à Confederação Nacional da Agricultura para que rejeite em seus quadros qualquer pessoa que tenha esse tipo de mácula.

Faço um apelo a todos os representantes sociais, ao Parlamento, para que não aceitem sequer tratar desse assunto, quando uma pessoa é pega servindo-se do trabalho escravo. Não podemos viver isso e, agora, tem que doer no bolso pela seguinte questão: o mercado mundial diz que qualquer produto brasileiro oriundo do campo que tiver sob sua marca trabalho escravo não pode mais ser vendido. Tenho que elogiar a Comunidade Européia, os Estados Unidos e todos os países que adotaram essa medida. E agora também o faz o Congresso Nacional, não só por uma questão econômica, mas principalmente por dever de justiça humana.

Já vou encerrar definitivamente, Presidente.

Por um dever de justiça humana, temos a obrigação de fechar essa ferida, aprovando a PEC 438, que acaba definitivamente com o trabalho escravo, porque toma a terra por confisco daquelas pessoas que insistem nesse método. Portanto, é dever de justiça do Congresso Nacional.

Quero, então, aqui parabenizar todas as organizações de trabalhadores ligadas ao campo no Brasil: MST, Contag, CPT e as demais. Quero parabenizar o Senador Garibaldi Alves e Deputado Arlindo Chinaglia, Presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, e também aos Senadores José Nery e Paulo Paim, que são, no meu entendimento, baluartes desta Casa, aplaudindo também o nosso Deputado Paulo Rocha, que foi o mentor de uma medida dessa natureza no Congresso Nacional.

Assim, encerro, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador João Pedro, interrompa a comunicação e apresente-se à tribuna. V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – São cinco minutos, Sr. Presidente?

Esta madrugada nós ficamos aqui até as três e vinte da manhã. Uma marca da sessão histórica da madrugada de ontem foram os cinco minutos improrrogáveis do Presidente Garibaldi, que por sinal teve uma grande postura, porque foi uma sessão longa e dura, numa disputa política que com certeza vai marcar e muito a história do Senado da República. E ainda por conta da decisão de ontem, principalmente da matéria que considero a mais importante que foi aprovada ontem, que, mesmo com a saída da Oposição – e quero lamentar a saída da Oposição – foi aprovada com número regimental expressivo. Quero registrar a minha satisfação de ter participado de uma sessão onde toda a base de sustentação política do nosso Governo estava presente. Mesmo sem a Oposição, foram vários os Senadores que se manifestaram acerca da TV Pública. Penso, Sr. Presidente, que foi uma vitória da sociedade civil a aprovação da Medida Provisória. Quem é que tem medo da TV Pública? Quem tem medo da sociedade civil. É bom lembrar – e ontem eu fiz um rápido registro sobre isto – que a Europa discutiu a TV Pública há 50 anos. É uma marca dos países europeus a presença da TV Pública. A BBC, que é conhecida – talvez a mais conhecida lá do Reino Unido – é uma TV Pública. A Itália tem TV Pública; Portugal tem a RTP, que é uma televisão importantíssima. A Espanha tem a TVE; a ARD; a ZDF a DW-TV (da Alemanha). São duas TVs Públicas importantes nesse país. E só agora o Brasil conseguiu aprovar sua TV Pública. E um País como o nosso: diverso, plural, extenso. Um país que joga um papel importante na América Latina e que diferenças regionais. E só um instrumento público! Quero fazer um parêntese aqui para dizer que o que aprovamos ontem não foi uma TV estatal que, maldosamente, se coloca nessa discussão, tentando tergiversar, criar uma confusão. E há uma diferença peremptória do que é TV estatal e o que é TV Pública.

É bom registrar que esse debate sobre TV Pública na realidade começou lá em 88, quando aprovamos a nossa Carta Magna, quando, inclusive, o defensor do art. 223 da nossa Carta Magna foi nada mais nada menos que o Senador Mário Covas, que foi um grande interlocutor, principalmente dos setores progressistas no Congresso Nacional. O Senador Mário Covas foi o grande defensor deste artigo e ali começou, ali está marcada, selada a presença da TV privada, pública e estatal.

Então, Sr. Presidente, quero encerrar registrando a minha satisfação pela sessão histórica do Senado ter aprovado a nossa TV Pública.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

Eu penso que com a TV Pública nós vamos aproximar o Brasil, as regiões, tão distantes, as culturas, a diversidade cultural do Brasil, da Nação, que é composta por povos importantes como os povos indígenas.

Enfim, eu penso que o Senado da República marca a sua história com esse encontro do Brasil mais brasileiro. Esse instrumento, esse veículo, com certeza, traz na sua composição já a pluralidade da gestão da TV Pública. Há um representante do Museu Goeldi, lá do Estado do Pará, e um representante do Movimento Indígena do Estado do Acre.

Sr. Presidente, penso que demos um passo no sentido de fazer um Brasil mais democrático, moderno e comprometido com o seu povo, com a sua história, com o presente do Brasil, mas, acima de tudo, a TV Pública está comprometida com o futuro de um Brasil democrático, plural, rico, na sua cultura e na sua diversidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP.) – A Mesa registra com muita alegria a presença do Senador Ademir Andrade, que, juntamente com várias Lideranças, prestigiam o plenário desta Casa.

Convido a subir da tribuna o Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Gilvam Borges pela atenção. Quero também cumprimentar o Senador Ademir Andrade. Senadora Patrícia Gomes, quero informar a V. Ex^a que, há pouco, a Maria Paula, minha nora, que estava ao telefone comigo, ouviu seu pronunciamento e pediu-me para cumprimentá-la com um beijo pelo fato de ter conseguido a aprovação, numa das comissões da Câmara dos Deputados, do projeto que estende para seis meses a licença-maternidade.

Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, V. Ex^a assinou o requerimento a respeito do qual vou falar, como praticamente todos os Senadores o fizeram, mas eu ainda gostaria de obter a assinatura dos Senadores César Borges e Flexa Ribeiro, se estiverem de acordo. Peço para fazer a leitura do requerimento, pois acredito que ele seja do interesse de toda a humanidade.

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal conclame o Congresso americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Walker Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter prisioneiros a técnicas duras de interrogatório como a de afogamento e outras formas de tortura ou que explicitamente proíbe a qualquer indivíduo que esteja sob a cus-

tódia e controle de um elemento da comunidade de inteligência, não importando a sua nacionalidade ou localização física, de ser submetido a qualquer tratamento ou técnica de interrogatório não autorizado pelo Manual de Campo do Exército dos Estados Unidos referente às operações do inquiridor de inteligência humana.

Sr. Presidente, o Presidente Estados Unidos, George Walker Bush, vetou no último sábado, 8 de março de 2008, a legislação aprovada pelo Congresso americano que proíbe a CIA de simular afogamento e outras técnicas controversas de interrogatório sob o argumento de que, “como o perigo continua, nós temos de assegurar aos nossos funcionários da Inteligência todas as ferramentas que eles precisem para conter os terroristas”. E afirmou ainda que a legislação iria reduzir essas ferramentas vitais.

A matéria em questão fora aprovada pelo Senado americano por 51 votos a favor e 45 contra, seguindo posição da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, com 222 a favor e 199 contra, no último dia 14 de dezembro de 2007. O projeto de lei em questão restringia as técnicas de interrogatório da CIA a 19 práticas que constam dos manuais de campo do Exército dos Estados Unidos.

A matéria gerou muita polêmica. Merece destaque a reflexão do dirigente do Comitê de Inteligência do Senado americano, Jay Rockefeller, que afirmou na ocasião: “o uso das técnicas duras se voltará um dia contra os Estados Unidos. A retaliação é uma lei mundial. O que fizermos aos outros eles farão contra nós e ainda de maneira pior”. E acrescenta: “esse debate é sobre algo a mais que a legalidade; é um debate sobre a moralidade, a maneira como nos vemos, a maneira como nos mostramos ao mundo”.

O próprio Diretor-Geral da CIA, Michael Hayden, disse ter proibido o afogamento de suspeitos dos interrogatórios da CIA em 2006. Segundo ele, a técnica não é usada desde 2003.

A simulação de afogamento tem sido condenada por muitos integrantes do Congresso americano, grupos de direitos humanos, vários países e organismos internacionais como uma forma de tortura ilegal.

Também o Manual do Exército norte-americano proíbe afogamento como forma de se conseguir informações de prisioneiros. O veto...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, eu apelo a V. Ex^a para a conclusão, porque temos outros oradores. De quantos minutos V. Ex^a necessita para encerrar?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Em três minutos V. Ex^a pouso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O veto do Presidente George Bush à lei em questão encerra de forma melancólica o debate americano sobre tortura.

Essa lei foi fruto de amplo debate entre parlamentares que a entendiam como uma resposta às diversas denúncias de torturas surgidas na Guerra do Iraque, a partir das regulações sobre a masmorra de Abu Ghraib.

Nos anos 60, essa forma de tortura foi usada na Guerra do Vietnã. Tal técnica consiste em provocar afogamentos sucessivos no prisioneiro, diminuindo a presença de oxigênio nos pulmões e no cérebro. Com isso, a respiração torna-se cada vez mais difícil, o sofrimento psicológico aumenta e no estágio seguinte vem o horror e a perda dos sentidos. Caso o afogamento não seja interrompido, ocorre a morte.

A capacidade de reflexão e sensibilidade do povo americano sobre os métodos de tortura é algo que merece admiração, e foi muito bem descrita no documentário *Taxi to the Dark Side*, de Alex Gibney, premiado com o Oscar em 2008, que tem como foco principal as torturas praticadas pelos norte-americanos em Abu Ghraib, Bagran e em Guantánamo.

Gibney conta, no documentário que dedica ao seu pai, ex-inquiridor durante a Segunda Guerra Mundial, a história de um taxista que não voltou da viagem ao lado negro e expõe todos os atos desumanos conhecidos pelos torturados, calando a alma dos telespectadores. Eu assisti a esse filme, premiado com o Oscar, que passou no canal Futura no domingo retrasado e o recomendo a todos, dado o seu valor extraordinário.

Destaca-se que a organização humanitária Human Rights Watch aplaudiu a aprovação do projeto que veio a ser vetado no dia 8 de março. Considerou que a asfixia simulada é e sempre será ilegal e lembrou que a Convenção de Genebra de 1949, da qual os Estados Unidos são signatários, proíbe o uso da tortura contra prisioneiros de guerra.

No momento em que o mundo comemora 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, merece reflexão a decisão do governo americano que mantém prática tão cruel de interrogatório. O afogamento é uma crueldade antiga, registrada em documentos anteriores aos primórdios da civilização. Tal procedimento é considerado, nos dias atuais, como uma forma de tortura e, como tal, condenado pelos tratados internacionais e rejeitado como técnica legítima de interrogatório até pelo Exército dos Estados Unidos.

Importante é ressaltar que a Constituição do Brasil, em seu art. 5º, inciso III, estabelece...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Amanhã, o Ministro Celso Amorim e o Presidente Lula receberão a Secretária de Estado Condoleezza Rice. Seja ela bem-vinda, mas que possamos transmitir a Sr^a Secretária de Estado que o Brasil não admite e recomenda fortemente que seja derrubado esse veto do Presidente Bush.

Eu gostaria de convidar todos os Senadores para, às 15 horas, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dialogarmos com o Ministro Celso Amorim.

Quero apenas também cumprimentar, pelo aniversário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministro Patrus Ananias, que anunciará, hoje, com o Presidente Lula, medidas muito importantes. Só não poderei estar lá porque aqui haverá a visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, bem como a nossa votação, no Plenário do Congresso Nacional, do Orçamento.

Espero, sinceramente, que a Oposição e a Base do Governo cheguem a uma situação de relação mais civilizada e que não se repita o que aconteceu ontem neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Há requerimentos sobre a mesa.

Em votação os **Requerimentos nºs 231, 236, 237 e 242, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores Adelmir Santana, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes e Antonio Carlos Valadares, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Anteriormente, foi lido o **Requerimento nº 233, de 2008**, do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, de aditamento ao Requerimento nº 5.163 de 2008, solicitando que a sessão especial destinada a comemorar o centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa seja realizada no dia 10 de abril de 2008.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O requerimento que apresentei ainda deve ser submetido...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges – PMDB – AP) – Foi lido, em sessão anterior, o **Requerimento nº 177**,

de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 26 de março, às 11h, destinada a homenagear o ex-Senador, ex-Presidente do Senado e patrono da Biblioteca do Senado Federal, Luiz Viana Filho.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, agradeço se puder também ser transcrito como parte do meu pronunciamento o editorial de *O Estado de S. Paulo* intitulado “Veto de Bush à Lei Antitortura”, que tem o mesmo sentido do requerimento que apresentei. Agradeço a todos os Senadores que o assinaram. Ainda outros poderão fazê-lo, já que ele vai para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para ser analisado, no mérito.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

Estadão

Ferreira, 11 março de 2008

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O veto de Bush à lei antitortura

Na esteira das revelações da imprensa, em 2004, sobre os horrores cometidos por soldados das forças de ocupação dos Estados Unidos no Iraque contra os detentos da prisão de Abu Ghraib, em Bagdá - numa amarga ironia, um dos mais infames centros de tortura do regime de Saddam Hussein -, o Exército americano elaborou um manual que estabelece 19 técnicas passíveis de serem seguidas no interrogatório de suspeitos de ser 'combatentes inimigos'. O regulamento proíbe o emprego de métodos violentos, mencionando especificamente o uso de capuzes, cães, nudez forçada, simulações de execução ou afogamento, privação sensorial ou de alimentos, hipotermia, humilhações sexuais. A iniciativa inspirou as bancadas democratas no Capitólio a apresentar um projeto que obrigaria a Agência Central de Inteligência (CIA) a se pautar estritamente por essas normas ao interrogar possíveis terroristas.

Tão logo o projeto foi aprovado por escassas maiorias - 222 votos a 199 na Câmara dos Representantes e 51 a 45 no Senado - o presidente George W. Bush declarou que iria vetá-lo. Foi o que fez no último sábado, anunciando a decisão no seu programa semanal de rádio. A explicação era a esperada: os imperativos do combate ao terrorismo. Segundo ele, as informações que a CIA vem extraindo dos interrogados (por meio de 'procedimentos diferentes' daqueles do Exército, conforme o eufemismo do diretor da agência, Mike Hayden) pouparam os Estados Unidos de outros ultrajes depois do 11 de Setembro, no território nacional e no exterior, bem como preveniram ataques a vôos comerciais originários da Grã-Bretanha. 'Como o perigo permanece, precisamos proporcionar aos nossos agentes de inteligência os instrumentos de que necessitam para deter os terroristas', argumentou. 'Não é hora de abandonar práticas que comprovadamente mantêm a América segura.'

À parte a óbvia impossibilidade de conhecer os fatos por trás das palavras de Bush - não seria a primeira vez que estas os atropelam -, a eficácia, quanto mais não seja, de tais 'instrumentos' é contestada por autoridades com conhecimento de causa. Nelas se incluem, entre outras, funcionários superiores do FBI, 43 generais e almirantes da reserva, 18 especialistas em segurança nacional e ninguém menos do que o comandante americano no Iraque, general David Petraeus. As suas objeções são puramente práticas. (Já as dos políticos alertam para a erosão continuada da imagem dos Estados Unidos no mundo. As dos defensores de direitos humanos invocam as Convenções de Genebra que o país assinou e os seus governantes dizem que respeitam.) A primeira objeção é que interrogatórios brutais são ou desnecessários ou contraproducentes (falsas confissões). A segunda é que expõem desde logo futuros prisioneiros americanos de guerra aos mesmos padecimentos.

Bush falou explicitamente do método que dá às suas vítimas a sensação de estar se afogando, em torno do qual se condensou o conflito entre a Casa Branca e todos quantos, no Congresso, na imprensa, na sociedade americana - e no exterior - consideram que a permissão para torturar, a qualquer pretexto, será sempre uma violência contra os valores essenciais dos Estados Unidos. A crer no presidente, o waterboarding, como se chama a ignomínia, 'não faz parte do atual programa da CIA'. A agência admite ter recorrido a esse tipo de tortura em três casos, antes de bani-lo formalmente em 2006. Em tese, só poderá voltar a ser utilizado com autorização, caso a caso, do procurador-geral e do próprio presidente. De todo modo, o termo

ficou indissolavelmente associado a dois outros que simbolizam o que os anos Bush têm de mais lúgubre - Abu Ghraib e Guantánamo. Mas nem a sua acachapante impopularidade nem o fato de já avistar o ocaso de seu governo o fazem mudar.

O veto é uma forma de dizer que não admite qualquer arranção nos poderes excepcionais de que ele dotou o titular do Executivo, em nome da luta antiterror - como o de autorizar o grampeamento de mensagens telefônicas e de e-mail de residentes nos EUA. Dado que a oposição muito dificilmente reunirá os 2/3 de votos parlamentares para derrubar o veto, a única esperança de remoção dessa e outras nódoas está na eleição de um presidente que seja a antítese deste.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Consultarei os técnicos da Mesa e deixarei a critério do Presidente titular a aprovação *a posteriori*.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos.

Convido o Senador Augusto Botelho para assumir imediatamente os trabalhos da Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, felicitar o setor de comunicação do Senado pelo excelente caderno especial do Jornal do Senado sobre educação. Esse caderno teve por base os trabalhos da Comissão de Educação, durante diversas reuniões em que debatemos como resolver o problema da tragédia educacional brasileira. O documento final desse ciclo de debates vai estar pronto já a partir da semana seguinte à Semana Santa, e eu espero que a Comissão aprove o envio do documento ao Presidente Garibaldi e, se o Presidente do Senado desejar, ao Presidente da República.

Não há dúvida de que este jornal, este caderno especial, este belo trabalho dos jornalistas, funcionários do Senado, ajudará a dar consciência do problema e das soluções que a gente vive.

Ontem mesmo, Sr. Presidente, o jornal, pela televisão, falava sobre o excesso de vagas que há no Brasil sem trabalhadores. Entre um desempregado e uma vaga existe um abismo, e precisamos construir uma ponte que faça com que os desempregados cheguem onde estão as vagas. E essa ponte, Senador, é a escola. É por meio da escola que a gente pode fazer com que uma pessoa sem emprego adquira a qualificação necessária no mundo moderno para ocupar um emprego.

O Jornal Nacional de ontem, na televisão, mostrava, para cada setor da economia, qual é a demanda não satisfeita de vagas não apenas no setor industrial, pois o setor agrícola também hoje no Brasil padece da falta de mão-de-obra preparada. Há setores na agricultura que não avançam

na produção por falta de trabalhador. Veja que contradição: ao mesmo tempo, sobram tantos empregos.

Há pouco, Sr. Presidente Augusto Botelho, V. Ex^a falou aqui sobre a formação profissional. É sobre isso que eu estou falando, dando um avanço sobre o que precisamos fazer do ponto de vista político, para resolver essa situação. Tecnicamente, todos sabemos como fazer, quanto custa, de onde vem o dinheiro. Falta uma mobilização nacional que transforme essa necessidade em uma vontade política.

No final de semana que passou, eu tive o prazer de continuar as caminhadas sob o título de “Educação Já”, esse movimento que tenta fazer para a educação o que fizemos para a democracia, com o “Diretas Já”. Sexta-feira, começamos em Porto Alegre com palestras, Senador Flexa; depois, com uma caminhada na rua da praia de um grupo de pessoas carregando a bandeira do nosso movimento, que é a bandeira do Brasil com o escrito “Educação é Progresso” no lugar de “Ordem e Progresso”.

De Porto Alegre, fomos a Pelotas, onde fizemos palestra na Universidade Católica, caminhadas no calçadão e uma reunião com a Associação Comercial, com funcionários e com professores da universidade, discutindo como eles poderiam se envolver. De Pelotas, fomos a Camacã, onde, num debate com muita gente, pudemos discutir o assunto e criar ali, como também em Pelotas, como também em Porto Alegre, um núcleo educacionista nos mesmos moldes dos núcleos abolicionistas do século XIX.

De Camacã, fomos a Santa Vitória do Palmar, onde, outra vez, criamos um núcleo. No CTG, essa coisa maravilhosa que os gaúchos espalharam pelo Brasil inteiro, inclusive aqui, no Distrito Federal, nós, no CTG, fizemos uma reunião em que não havia menos de 700 pessoas, numa cidade que tem ao redor de 35 mil habitantes. Tudo isso, de 35 mil habitantes, 700 pessoas estavam, dos mais diversos partidos, discutindo, ouvindo e falando sobre educação.

Daí, ao Chuí. No extremo sul do Brasil, na fronteira, no último milímetro do território do Brasil, fizemos um comício. Sabem muitos que o Brasil é separado do Uruguai por uma avenida. No meio dessa avenida, há um jardim. Nesse jardim, construímos um palanque e fizemos uma manifestação. Ali também foi criado um núcleo educacionista, um núcleo que procura mobilizar a população para a idéia de que a revolução de que o Brasil precisa é pela educação.

Nos dias 14 e 15, vamos realizar uma passeata no centro de Teresina; no dia 26, Taubaté; logo depois, Campinas e Itatiba; depois, vamos fazer em Mossoró e Quixadá, porque, em Fortaleza, já fizemos. Em agosto, a gente espera que seja possível fazer uma passeata no Brasil inteiro. Em cada cidade, as pessoas podem se mobilizar para defender que este País precisa de uma revolução e que essa revolução é pela educação.

Graças aos instrumentos que temos hoje de comunicação, vamos tentar mobilizar a população. De hoje a agosto haverá tempo suficiente para que você que está aqui me assistindo pense em como procurar amigos, parentes, conhecidos, vizinhos e filhos, para, juntos, tentarem organizar uma passeata, que a gente quer fazer no mesmo dia, na mesma hora, em todas as cidades do Brasil onde houver o que a gente está chamando de educacionista.

Mas não basta isso. Não basta, e você que está me ouvindo pode já fazer a sua parte. Independentemente de uma passeata política, faça uma passeata solitária à escola do seu filho, vá cobrar como estão as aulas dele, cobrar do professor e apoiar o professor naquilo de justo que ele reivindica de condições de trabalho e de salários. Sem isso, o professor não vai poder desempenhar bem as suas funções, porque o professor é composto de três coisas: cabeça, coração e bolso; cabeça bem formada, coração bem motivado e bolso bem remunerado. Faça a sua parte.

Nós vamos tentar fazer essa grande manifestação, espalhada pelo Brasil inteiro. Vamos continuar caminhando pelas cidades do Brasil. O Chuí foi a quinquagésima cidade onde houve essas manifestações, mas faça a sua parte. Vá brigar pelos filhos. Eu falo especialmente àqueles que hoje têm consciência de que o Brasil precisa mudar e que sabe que só mudaremos se de fato houver uma revolução no Brasil. Mas não se trata mais da revolução de tirar o capital, Senador Wellington, do capitalista para dar ao trabalhador. Isso já foi feito e não deu certo onde foi feito, porque tiraram o capital do capitalista e colocaram-no nas mãos do Estado. O Estado terminou fazendo com que um bando de burocratas se beneficiassem disso, e o trabalhador pouco se beneficiou.

Hoje, o socialismo ou o nome que se der é a gente colocar o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. Não há problema no fato de o capital pertencer a um capitalista. Ao contrário, isso demonstrou dar uma eficiência ao processo produtivo. O que realmente está errado é que o filho do rico tem mais chances na vida do que o filho do pobre, e essa chance maior vem da escola. Se a gente der a mesma chance, veremos que o filho do mais pobre brasileiro vai poder disputar com o filho do mais rico. E aquele que tiver mais talento vai ter condições de desenvolver mais, como ocorre, Senador Wellington, V. Ex^a que é um promotor de esportes, além de ser um homem de universidade, no futebol: o filho do mais pobre disputa em condições de igualdade com o filho do mais rico. Por isso há tantos atletas vindos das camadas mais pobres, mas não há tantos doutores vindos das camadas mais pobres, porque a bola é redonda para todos, mas a escola é redonda para alguns e quadrada para outros.

É essa a revolução que eu quero ver. Aqueles que pensam nisso ou que despertam para isso... O que a gente precisa, Senador César Borges, é despertar este País. O nosso símbolo deveria ser um grande despertador, tocando o tempo todo, como toca o sinal aqui, para nos chamar para vir para a sessão. A gente precisa despertar, mas eu queria despertar, sobretudo, a população mais pobre para algo que não acontece hoje: a consciência do direito a uma escola boa. Lamentavelmente, no Brasil, a parcela rica acha que, tendo escola boa para os seus filhos, tudo vai bem. É um erro! Não vai bem o Brasil, onde só uma parte se educa. A população pobre acha que não tem direito à escola, como se Deus tivesse dado isso apenas aos filhos dos ricos. Um pobre sente até que tem o direito de ter um carro, mas não que tem o direito de ter uma escola boa para o seu filho. Eles têm de despertar e entender que sem educação o seu filho não vai ter futuro.

Aquilo que vi ontem nos jornais da noite, na televisão, é uma denúncia das mais graves: a denúncia de que neste País sobram vagas e sobram desempregados.

E o abismo no meio não é preenchido, porque a ponte que levaria os desempregados para o emprego, essa ponte sobre o abismo é a escola, é a educação. Ou você desperta para a educação do seu filho como o único futuro bom que ele poderá ter ou ele vai ser condenado a ser deixado para trás, como no Brasil deixamos para trás milhões de crianças ao longo de toda a nossa história.

Sr. Presidente, eu gostaria de dar um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Senador Cristovam Buarque, é um breve aparte, apenas para pa-

rabenizar a determinação de V. Ex^a, porque suas palavras são de uma precisão e de uma linha extremamente coerente. Não há por que ter qualquer sombra de dúvida, pois se não tivermos a educação da base, em nosso País, da nossa população, da nossa juventude, dificilmente – eu diria que seria impossível – o País poderá alcançar o que nós desejamos: um País mais justo, mais igualitário. A educação é que permite fazer realmente uma distribuição mais justa das riquezas da nossa sociedade. V. Ex^a fala de uma cruzada que está encetando agora pelo País, a favor da educação. É necessário que todos nós, como diz V. Ex^a, não interessa raça, não interessa religião, principalmente a classe social, tenhamos direito à educação. Vários países do mundo conseguiram sair do subdesenvolvimento e chegar rapidamente ao desenvolvimento. Cito o exemplo da Coreia, pela educação. A situação da Coreia era idêntica à do Brasil, há 40 anos, senão pior, do ponto de vista socioeconômico, e, hoje, é uma potência econômica da Ásia, é um tigre asiático. E por conta de quê? Da educação, e educação de qualidade em todos os níveis, desde a pré-escola, o Ensino Fundamental, 2º Grau, universitário até a pesquisa e a pós-graduação, uma vez que o mercado é tão competitivo que aqueles que não têm pós-graduação, que não falam inglês, que não dominam informática dificilmente têm oportunidade igual. Então, V. Ex^a está coberto de razão. O apoio de todos nós é irrestrito a essa sua cruzada. Parabéns, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador César Borges.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, nobre Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Darei com muito prazer, Senador Flexa.

Só quero dizer que não importa tudo o que o senhor colocou e diria mais: não importa o partido, ou melhor, não importa a sigla. Aqui nós temos o Senador Flexa, do PSDB, o Senador César, do PR, o Senador Wellington, do PMDB, e eu, do PDT, mas acho que dá para dizer que nós todos somos do PE, “Partido da Educação”. Como, durante o Século XIX, os abolicionistas estavam em diferentes siglas partidárias, a gente precisa exatamente criar um partido-causa, como houve na luta pela democracia. Houve um partido-causa. Todas as siglas tinham pessoas que defendiam a anistia, que defendiam a eleição direta, que defendiam a constituinte. E, em todos os partidos, havia gente que não defendia isso.

Então, Senador César, agradeço sua lembrança de que não nos diferenciamos por causa de diversos aspectos, inclusive por causa da sigla, se temos uma mesma causa: a escola do filho do patrão tão boa quanto a escola do filho do trabalhador!

Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Cristovam Buarque, não me canso de parabenizá-lo por essa caminhada que V. Ex^a faz, de forma obstinada, pela educação no Brasil. E quero associar-me a ela. Quero, dentro da pequena contribuição que possa dar, que V. Ex^a conte com o nosso apoio e, não só isso, com o nosso empenho para tornar realidade todos os seus sonhos. Eu não ouvi na programação de V. Ex^a se Belém já está incluída.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não, mas, se o senhor convidar, dizendo que quer participar, eu vou tomar as providências.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu não só quero participar, como quero que V. Ex^a agilize e priorize Belém para que possamos levar o seu projeto, a sua caminhada pela educação a Belém. Quero dizer a V. Ex^a que realmente a questão da educação é suprapartidária, é uma questão de interesse da soberania nacional. E todos nós temos que lutar por ela. Lembro, naquele tempo de ginásio, há quarenta anos, que o colégio público no meu Estado era tão bom ou melhor do que o colégio privado. O acesso ao Ginásio Paes de Carvalho era disputado pelas pessoas, tal a qualidade do ensino público daquela época. Lamentavelmente, houve uma degradação do ensino público e, hoje, há uma inversão total: o Ginásio Paes de Carvalho continua lá, mas hoje não é mais disputado, não tem qualidade no ensino e aquilo que já foi referência há décadas deixou de ser. Temos, nesse aspecto, que voltar ao passado, fazer do ensino público um ensino de qualidade. Como V. Ex^a diz, que os mais pobres tenham a mesma qualidade de ensino daqueles mais favorecidos. Naquela altura, era exatamente isso: aqueles menos favorecidos tinham qualidade de ensino, eu diria, até melhor do que a dos colégios privados. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa. Estamos de acordo. Vou atrás de organizarmos uma caminhada. Quero mais uma vez dizer que pretendo continuar com essas caminhadas – 50 já foram até aqui –, mas elas não devem precisar da presença de Senador algum, de Deputado algum. Em cada lugar, a pessoa pode, querendo, criar um núcleo educacionista, organizar sua plataforma, organizar seu programa. Estamos aqui, todos sabem o endereço, para dar todo o subsídio necessário.

Finalmente, quero agradecer ao Senador César Borges por dizer que tenho uma obstinação. Divido as pessoas entre as que dizem que tenho obstinação e as que dizem que tenho mania. Os que dizem que tenho obstinação são os amigos; os que dizem que tenho mania, em geral, não são simpáticos nem amigos. Mas, seja mania, seja obstinação, vou continuar nessa luta por um Brasil onde a escola seja igualmente boa

para todos e onde todos tenham a mesma chance. Uns usarão seu talento e sua persistência, outros talvez nem tanto, mas que a chance seja igual.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Cristovam, um homem que já foi Governador do Distrito Federal, Reitor da UnB, Ministro da Educação e que luta pela educação neste País.

Passaremos, agora, a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa, antes de V. Ex^a usar o seu tempo, eu queria fazer uma colocação. O Brasil vive um dos melhores momentos da sua história não só pelo trabalho do Presidente Lula, mas também pelo trabalho da Oposição nesta Casa. Acho que temos participado de alguns momentos de discussões, mas temos que saber que este momento maravilhoso que o Brasil vive é em função de todo o clima que reina tanto no Executivo quanto no Legislativo. E se não fosse também a Oposição questionando algumas ações, o Brasil não estaria vivendo um momento tão maravilhoso. É ruim só que, em vez de curtirmos esse momento de crescimento – e aí digo, olhando para V. Ex^a, que não é só em função do Governo do Presidente Lula, que, na verdade, é o timoneiro deste barco, enquanto a Oposição também participa –, tenhamos sempre procurado outras situações. Não estamos curtindo esse momento de maior crescimento nos últimos 11 anos, segundo informações que acessei aqui. Com certeza o Partido de V. Ex^a, além de ter plantado lá atrás a semente, também tem discutido e mostrado a nós da base do Governo que podemos conviver num momento bom, com discussão de idéias, e fazer um País melhor.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Wellington Salgado, que preside essa Sessão, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

Eu fico feliz, Senador Wellington Salgado, porque V. Ex^a é um membro da base do Governo mas tem lucidez e tirocínio para fazer, da Presidência do Senado, a declaração que fez, reconhecendo que o que hoje o Brasil colhe é resultado de um esforço de vários governos. Não existe um trabalho que dê bons resultados

que não seja um trabalho continuado. O grande mérito do Presidente – eu quero aqui reconhecer – foi ter, por um processo de metamorfose, mudado para melhor quando assumiu a Presidência da República, não fazendo aquilo que ele se propunha a fazer ao longo de suas três tentativas anteriores de assumir o Governo brasileiro. Ele reconheceu que o mundo evoluía e que era necessário manter a responsabilidade fiscal, era necessário manter o equilíbrio das nossas contas, era necessário manter os compromissos externos assumidos pelos governos anteriores, ou seja, tudo aquilo que mostra a grandeza de uma nação e que a torna respeitada pelo resto dos países.

Então, como todo brasileiro, sinto-me satisfeito quando vejo o crescimento do Brasil na taxa de 5.4%. E nós da Oposição temos dito sempre aqui que somos construtivos, diferentemente do que havia no passado. Nós estamos aqui para somar o que for de interesse do Brasil. Mas, lamentavelmente, nós não podemos assistir ao que aconteceu ontem neste Plenário. Lamentável a sessão de ontem em que o Governo queria, eu diria, impor uma inferioridade ou conduzir a ação legislativa, que não é de sua competência. Mas fico feliz de ver que V. Ex^a reconhece o trabalho de todos os brasileiros que se esforçaram para que o Brasil atingisse esse crescimento. Poderíamos estar bem melhor. Essas taxas são boas, mas são inferiores àquelas que os países em desenvolvimento apresentam. Nós estamos perdendo uma oportunidade dentro de uma conjuntura internacional nunca vista; poderíamos estar avançando mais. Mas vamos chegar até lá, tenho absoluta certeza, com o apoio de V. Ex^a.

Mas eu venho à tribuna hoje, Senador Wellington Salgado, para falar de um projeto de lei complementar do Senado que apresentei a esta Casa visando regulamentar a Emenda Constitucional nº 15, que trata da criação e instalação de novos municípios. Este é um problema, Senador César Borges, que nós temos que enfrentar no Legislativo brasileiro, no Congresso brasileiro.

Eu lembro que, em 2006, nós enfrentamos um debate aqui com a base do Governo e aprovamos a PEC nº 12, de 2004, de autoria do então nobre Senador Luiz Otávio Campos, querido amigo nosso, do meu Estado do Pará. Era muito simples aquela PEC do Senador Luiz Otávio; só tinha dois artigos:

“Art. 1º É acrescentado o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 95. O disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não se aplica aos municípios criados, incorporados,

fundidos ou desmembrados por lei estadual publicada até 31 de dezembro de 2000.’

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”

Senador César Borges, essa PEC atendia a aproximadamente quinze municípios, em todo o território brasileiro, que, como disse, estavam criados e não tinham sido instalados. Entre eles, se não me engano, o Município da Bahia que leva o nome do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Havia um município pelo qual o Senador Sibá Machado tinha interesse lá no Acre.

Defendíamos o Município Mojuí dos Campos, um distrito de Santarém onde há mais de 40 mil habitantes, que está criado por lei estadual e não foi instalado.

Lamentavelmente, esta PEC está dormitando nas gavetas da Câmara Federal desde 23 de janeiro de 2006. Venho hoje aqui tratar desse assunto, devido a várias correspondências, *e-mails* que tenho recebido. O último foi de João Cardoso Silva, Presidente da Comissão para a Criação dos Novos Municípios do Sul e do Sudeste do Estado do Pará.

No meu Estado do Pará, há distritos, como é o caso do Distrito Castelo dos Sonhos, no Município de Altamira, o maior Município do mundo, distante mais de mil quilômetros da sede, com mais de 30 mil habitantes, que não pode ter a sua emancipação. Mas por que não pode ter? Vamos avaliar o porquê disso. Queria ter o apoio dos nobres Senadores.

O Deputado Nicias Ribeiro é um defensor da causa municipalista. Ele é o autor, na Câmara dos Deputados, deste Projeto que estou apresentando agora no Senado Federal, para que possamos discutir e regulamentar a Emenda Constitucional nº 15, quando da instituição da Constituição de 1988.

E o que diz? Todas as Constituições brasileiras, Senador Wellington Salgado, do período republicano, com exceção da atual, ao estabelecerem que o Brasil era uma República Federativa constituída pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, indicavam, de forma clara, que os Municípios eram, apenas, parte territorial dos Estados e dos Territórios Federais que existiam à época.

Os constituintes de 1988, todavia, ao elaborarem a nova Carta Magna, decidiram que os Municípios brasileiros, mesmo sendo parte territorial dos Estados Federados, deveriam ser, também, integrantes da União Federal. Isso foi decidido pelos nossos constituintes. E, assim, ao estabelecerem, no art. 1º da Constituição, que o Brasil é uma República Federativa, “formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal”, os doutos constituintes de 1988 elevaram os Municípios brasileiros à condição de ente federado, parte integrante da União

Federal, situando-os, por conseguinte, no mesmo nível dos Estados e do Distrito Federal.

Assim, parece evidente que deveria caber à União, e somente a ela, a competência de estabelecer critérios e procedimentos para a criação de novos Municípios no País. Afinal, a partir da promulgação da atual Constituição, os Municípios brasileiros são parte integrante da União Federal e não apenas parte territorial dos Estados.

Nobre Senadora Serys Slhessarenko, que assume a Presidência desta sessão, o seu Estado de Mato Grosso deve ter as mesmas dificuldades que tem o Estado do Pará, pelas suas dimensões. E aqui, há 11 anos, não se criam Municípios. Não é criar município por criar, como foi feito antes da Constituição de 1988, sem nenhuma condição de sustentabilidade econômica, só para que fossem criados cargos de Prefeitos, vice-Prefeitos e Vereadores. Não é para isso, não. A nossa tentativa, por meio desse projeto de lei complementar, é regulamentar a Emenda nº 15, criando condições para que se possam estabelecer novos Municípios que sejam viáveis.

Afinal, como dizia, a partir da promulgação da atual Constituição, os Municípios brasileiros são parte integrante da União Federal e não apenas parte territorial dos Estados.

Contudo, surpreendentemente, o art. 18, §4º, da nossa Lei Maior, deu aos Estados a competência de editarem leis complementares, estabelecendo os critérios e as normas para a criação de novos Municípios, como se estes ainda fossem, apenas, parte territorial dos Estados da Federação.

Não há como negar que o disposto no referido art. 18, §4º, da nossa atual Constituição, foi um equívoco dos constituintes de 1988 e que acabou por permitir o estabelecimento de critérios tão díspares para a criação de novos Municípios, de Estado para Estado, que obrigou o Congresso Nacional a promulgar a Emenda Constitucional nº 15, em 12 de setembro de 1996, devolvendo à União a competência do estabelecimento desses critérios, normas e procedimentos.

Aliás, sobre assunto, e até mesmo para ilustrar, é bom lembrar que a Constituição de 1967, que tratava os Municípios apenas como parte territorial dos Estados, estabelecia, em seus arts. 14 e 15, que os Municípios seriam criados por lei estadual e que seriam observados critérios definidos em lei complementar federal. Daí, Senador César Borges, a edição da Lei Complementar Federal nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelecia “os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios”.

Ressalte-se que a referida Lei Complementar Federal nº 1, em seu art. 2º, ao dispor sobre os requisitos mínimos para a criação de novos Municípios, fazia-o de maneira uni-

forme para todo o território nacional, o que, seguramente, mantinha o controle sobre o processo de criação de novos Municípios no Brasil, evitando-se, destarte, o cometimento de excessos, como aqueles que ocorreram sob a égide do artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição de 1988.

Por essa ótica, é óbvio, foi e continua sendo elogiável a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, que retirou dos Estados a competência de estabelecerem, cada qual, o seu próprio critério para a criação de novos Municípios, não só para evitar os excessos cometidos em alguns Estados da Federação, mas, principalmente, para devolver ao Congresso Nacional essa competência, que, aliás, nunca deveria ter sido transferida aos Estados, porque os Municípios são, a partir da promulgação da nossa atual Lei Maior, parte integrante da União Federal e não apenas parte territorial dos Estados, como no passado.

No entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, a edição da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não pode ser entendida como uma medida restritiva, Senador César Borges, que tenha sido trazida ao mundo jurídico apenas para impedir a criação de novos Municípios, até porque o Brasil possui um território de dimensões continentais, uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes e uma economia que, apesar dos pesares, cresce a cada ano.

É certo que, no passado, graças a leis complementares estaduais que regulavam essa matéria, foram cometidos excessos em algumas unidades da Federação. Todavia, não é porque tenha havido erros no passado que agora simplesmente se vai proibir a criação de novos Municípios no Brasil. Ademais, a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não proíbe a criação de novos Municípios. Ela apenas exige que o Congresso Nacional edite uma lei complementar para regulamentar essa matéria, coisa que, lamentavelmente, nunca ocorreu até hoje. E por isso o Brasil tem vivido um período de mais de 11 anos, Senadora Serys, sem nenhum diploma legal que trate deste assunto. E o Senado, ilustres Pares, não pode, em face de suas responsabilidades históricas, ficar silente diante de um quadro como este.

E é por isso que apresento à consideração de V. Ex^{as}, meus nobres Pares, o presente Projeto de Lei Complementar, que, além de regulamentar a Emenda Constitucional nº 15, estabelece os requisitos mínimos para a criação de novos municípios no Brasil, trata do momento em que é permitida a sua instalação e de suas alterações territoriais, bem como da mudança de topônimo e outros procedimentos.

Diferentemente da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelecia requisitos uniformes para todo o País, o presente projeto de lei propõe um

tratamento diferenciado de região para região, em respeito à densidade demográfica de cada uma delas.

Para encerrar, Sr^a Presidente, peço a transcrição do pronunciamento, na íntegra, para constar nos Anais, porque entro, agora, na proposta que trata dos requisitos para a criação de Municípios, Senadores César Borges e Expedito Júnior, por região, em nosso País. Então, as exigências para se criar um Município no Norte não podem ser as mesmas para se criar um Município no Sul ou no Centro-Oeste.

Aqui, há propostas que apresento, para que se possa abrir a discussão, Senadora Serys, e sejam levadas às comissões técnicas, a fim de, efetivamente, regulamentarmos a Emenda Constitucional nº 15. E que o façamos dentro de um critério que seja correto e vise às condições que serão estabelecidas nesse projeto de lei complementar, para que se dê continuidade à criação de novos Municípios nos Estados brasileiros.

Creio que o projeto de lei que trago à apreciação do Senado Federal disciplina com rigor os assuntos pertinentes ao processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, na forma como foi preceituado no art. 18, §4º, da nossa Carta Magna, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.

Espero, Senadora Serys Silhessarenko, contar com o apoio dos meus nobres Pares para que possamos fazer tramitar com a maior agilidade possível, considerando evidentemente a oportunidade de aprofundamento da discussão, o Projeto de Lei Complementar, e, assim, sem absoluta pressa mas com agilidade necessária à regulamentação dessa emenda, o Brasil possa ter a oportunidade de ver criados os Municípios viáveis. Volto a repetir: os Municípios viáveis e não apenas por questões políticas.

Respondo, dessa forma, a todos os apelos que tenho recebido imensamente, não só do meu Estado do Pará, mas de vários Estados brasileiros, inclusive, da Confederação Nacional dos Municípios, através do seu Presidente, Paulo Ziulkoski, que tem o maior interesse e apóia a regulamentação da Emenda Constitucional nº 15.

Vou encerrar, nobre Senadora Serys Silhessarenko, minha amiga, por quem tenho admiração e respeito muito grande pelo fato de não assumir aqui posição submissa em relação à votação de matérias de interesse do Governo, de cuja base seu partido faz parte, e por tratar com respeito e por considerar que os membros da Oposição têm direito a ter voz em todas as sessões do Senado Federal. Quero dizer a V. Ex^a que encaminhei à Mesa – e foi lido na sessão de ontem – o Requerimento, que recebeu o nº 234, de 2008, em que requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais

do Senado, voto de aplauso à Presidente da Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO, pelos nove anos de trabalho no Estado do Pará.

O meu pedido de voto de aplauso é dirigido à Presidente da AVAO, Sr^a Ana Klautau Leite, mas é extensivo a todas as pessoas que dedicam grande parte da sua vida, o seu carinho no atendimento àquelas pessoas acometidas desta doença tão grave que é o câncer.

Então, a AVAO, no meu Estado do Pará, tem um trabalho que considero abençoado porque, além de atender aos cometidos dessa doença, atende, principalmente, as crianças.

Então, peço que esse voto de aplauso seja levado ao conhecimento da ilustríssima senhora Ana Klautau Leite que preside a AVAO, mas também a todas as pessoas que, de forma voluntária, dedicam o seu carinho, o seu amor, buscando minorar o sofrimento daquelas crianças e daquelas pessoas acometidas de tão grave doença.

Eu agradeço a generosidade da minha querida Senadora Serys Silhessarenko.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Todas as constituições brasileiras do período republicano, com exceção da atual, ao estabelecerem que o Brasil era uma República Federativa constituída pela **união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios**, indicavam, de forma clara, que os municípios eram, apenas, parte territorial dos Estados e dos Territórios Federais que existiam à época.

Os constituintes de 1988, todavia, ao elaborarem a nova Carta Magna, decidiram que os Municípios brasileiros, mesmo sendo parte territorial dos Estados Federados, deveriam ser, também, integrantes da União Federal. E assim, ao estabelecerem no art. 1º da Constituição que o Brasil é uma República Federativa, “**formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal**” (o grifo é nosso), **os doutos constituintes de 1988 elevaram os municípios brasileiros à condição de ente federado**, parte integrante da União Federal, situando-os, por conseguinte, no mesmo nível dos Estados e do Distrito Federal.

Assim parece evidente que deveria caber à União, e somente a ela, a competência de estabelecer critérios e procedimentos para a criação de novos Municípios no país. Afinal, a partir da promulgação da atual Constituição, os Municípios brasileiros são parte integrante da União Federal e não apenas parte territorial dos Estados.

Contudo, surpreendentemente, o art. 18, § 4º, da nossa Lei Maior, deu aos Estados a competência de editarem leis complementares estabelecendo os critérios e as normas para a criação de novos Municípios, como se estes ainda fossem, apenas, parte territorial dos Estados da Federação.

Não há como negar que o disposto no referido art. 18, § 4º, da nossa atual Constituição, foi um equívoco dos constituintes de 1988 e que acabou por permitir o estabelecimento de critérios tão díspares para a criação

de novos municípios, de Estado para Estado, que obrigou o Congresso Nacional a promulgar a Emenda Constitucional nº 15, em 12 de setembro de 1996, devolvendo à União a competência do estabelecimento desses critérios, normas e procedimentos.

Aliás, sobre o assunto, e até mesmo para ilustrar, é bom lembrar que a Constituição de 1967, que tratava os municípios apenas como parte territorial dos Estados, estabelecia, em seus arts. 14 e 15, que os municípios seriam criados por Lei Estadual e que seriam observados os critérios definidos em Lei Complementar Federal. Daí a edição da Lei Complementar Federal nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelecia “os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios”.

Ressalte-se que a referida Lei Complementar Federal nº 1, em seu art. 2º, ao dispor sobre os requisitos mínimos para a criação de novos municípios, o fazia de maneira uniforme para todo o território nacional, o que, seguramente, mantinha o controle sobre o processo de criação de novos municípios no Brasil, evitando-se, destarte, o cometimento de excessos, como aqueles que ocorreram sob a égide da Constituição de 1988.

Por essa ótica, é óbvio, foi e continua sendo elogiável a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, que retirou dos Estados a competência de estabelecerem, cada qual, o seu próprio critério para a criação de novos municípios, não só para evitar os excessos cometidos em alguns Estados da Federação, mas, principalmente, para devolver ao Congresso Nacional essa competência que, aliás, nunca deveria ter sido transferida para os Estados, porque os municípios são, a partir da promulgação da nossa atual Lei Maior, parte integrante da União Federal e não apenas parte territorial dos Estados, como era no passado.

No entanto, senhoras e senhores Senadores, a edição da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não pode ser entendida como uma medida restritiva, que tenha sido trazida ao mundo jurídico apenas para impedir a criação de novos municípios, até porque o Brasil possui um território de dimensões continentais, uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes e uma economia que, apesar dos pesares, cresce a cada ano.

É certo que no passado, graças às leis complementares estaduais que regulavam essa matéria, foram cometidos excessos em algumas Unidades da Federação. Todavia, não é porque tenha havido erros no passado que agora

simplesmente se vai proibir a criação de novos municípios no Brasil. Ademais, a Emenda Constitucional nº 15, de 1996 não proíbe a criação de novos municípios. Ela apenas exige que o Congresso Nacional edite uma Lei Complementar para regulamentar essa matéria, coisa que, lamentavelmente, nunca ocorreu até hoje e por isso o Brasil, tem vivido um período de mais de 11 anos sem nenhum diploma legal que trate deste assunto. E o Senado, ilustres Pares, não pode, em face de suas responsabilidades históricas, ficar silente diante de um quadro como este.

E é por isso que apresento à consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei Complementar que, além de regulamentar a Emenda Constitucional nº 15, estabelece os requisitos mínimos para a criação de novos municípios no Brasil, trata do momento em que é permitida a sua instalação e de suas alterações territoriais, bem como da mudança de topônimo e outros procedimentos.

Diferentemente da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelecia requisitos uniformes para todo o país, o presente Projeto de Lei propõe um tratamento diferenciado de região para região, em respeito à densidade demográfica de cada uma delas.

É óbvio que se a distribuição espacial da população fosse uniforme por todo o território brasileiro, indiscutivelmente seria acertada a aplicação de critérios uniformes para todo o País. O que não é o caso do Brasil.

Por isso, no que se refere ao quesito população e número de casas do centro urbano da sede do município que se pretende criar, entendemos que deve ser dado um tratamento diferenciado para cada região, observando-se, como já dito, a densidade demográfica de cada uma delas.

Assim, para o Norte, imaginamos ser razoável a exigência de uma população superior a 5.000 habitantes e um número de casas superior a 200, na sede do município que se pretende criar, para que uma determinada área territorial possa ser transformada em município autônomo. E, a partir daí, tomando-se por base esses números e aplicando-se uma progressão aritmética de razão igual a 5.000 para o quesito população e de 200 para o número de casas dos centros urbanos, chegaremos aos dados que imaginamos serem aplicáveis para as demais regiões do país, como a seguir veremos:

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLEXA RIBEIRO

REGIÃO	HABITANTES	Nº DE CASAS
1 – Norte	5.000	200
2 – Centro-Oeste	10.000	400
3 – Nordeste	15.000	600
4 – Sul	20.000	800
5 – Sudeste	25.000	1.000

Considerando a média de 5 (cinco) pessoas por residência (que é a média usada pela Fundação IBGE), teremos uma constante de 20% da população estabelecida nos centros urbanos das sedes dos municípios que se pretende criar.

Afora essa avaliação matemática, entendemos também que os números constantes da tabela acima, além de não tornarem proibitivas as iniciativas para a criação de novos municípios, nas várias regiões geográficas do país, impedem que esses procedimentos sejam vistos como uma indústria de transformação de simples aglomerados humanos em municípios, cuja autonomia, em muitos casos, não pode ser olhada como a solução de desenvolvimento para essas comunidades.

Mas o presente Projeto de Lei Complementar não trata apenas da criação de novos municípios no Brasil. Trata também, e com especial atenção, do processo de sua instalação, da incorporação de áreas territoriais, fusão, correção de limites, mudança de toponímia, etc.

Creio que o Projeto de Lei que trago à apreciação do Senado Federal disciplina com rigor os assuntos pertinentes ao processo de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, na forma como foi preceituado no art. 18, § 4º, da nossa Carta Magna, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.

Espero contar com o apoio dos nobres colegas do Senado.

Sala das Sessões,



Senador FLEXA RIBEIRO

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Wellington Salgado de Oliveira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Silhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro. O discurso de V. Ex^a será registrado nos **Anais do Senado** de conformidade com o nosso Regimento.

Com a palavra ao nobre Senador César Borges, por ordem de inscrição.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys, que preside esta sessão neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje a imprensa noticia o crescimento do Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas aqui produzidas, no ano passado, 2007, que chegou ao índice de 5,4% de incremento em relação ao ano de 2006. Portanto, um aumento de 5,4%.

Temos de comemorar? Temos sim. Sem dúvida, é um número bem melhor do que os alcançados em anos passados, como em 2003, quando praticamente o País não atingiu níveis de crescimento; depois, houve um leve crescimento em 2004, com índice de 2%, 2,5%, 3,5%.

Agora, parece haver um crescimento consistente na economia do País. Temos de comemorar esta fase em que o Produto Interno Bruto atinge R\$2,3 trilhões, o que significa que o País está crescendo e vai ofertar maior oportunidade de emprego à nossa população, maior rendimento para o trabalhador brasileiro.

É toda a sociedade que vai ganhando, que vai acumulando possibilidades de ter melhor incremento no seu padrão e na sua qualidade de vida.

Destaco que, nesse crescimento, a agropecuária foi o setor que apresentou maior índice de crescimento: cresceu mais do que a indústria e mais que o setor de serviços. Isso mostra como é dinâmico o setor agropecuário em nosso País.

O setor do campo é responsável pela maior parte de empregos no País; as **commodities** exportadas pelo País, em especial a soja, têm experimentado aumento de preço no mercado internacional por conta da forte demanda de matérias-primas provenientes do campo, que se destinam a alimentar populações de diversos países, em especial a China. Esse incremento tem sido substantivo no custo dessas matérias-primas. Entretanto, temos um problema que deprecia o valor recebido pelo produtor brasileiro: a taxa de câmbio. Sobre a taxa de câmbio, é preciso que, realmente, o Governo possa olhar, para corrigir

desvios que estão prejudicando o setor exportador e o setor primário do Brasil.

Hoje também a imprensa noticia que o Governo deverá lançar não um pacote mas medidas pontuais que possam corrigir de alguma forma, minorar, o problema enfrentado pela alta valorização do Real diante do dólar.

Se por um lado, isso nos causa orgulho, porque o Brasil está tendo a moeda que se valoriza diante do dólar, que é a moeda mais usada em todo o mundo, por outro lado nos preocupa, porque a nossa pauta de comércio exterior – valor de exportação menos valor de importação, a comparação entre exportação e importação – mostra uma diminuição muito grande, uma vez que temos incrementado muito a importação em detrimento da nossa exportação, que deixa de ser competitiva no mercado internacional com a valorização do Real frente ao dólar.

Temos, na base disso tudo, a confiança do País em novos investimentos. São recursos provenientes do exterior e que entram no mercado brasileiro para integrar investimentos de risco, de especulação em bolsa de valores. Mas o que importa é que o País tem confiança no mercado internacional.

Sem sombra de dúvida, a questão cambial no Brasil é séria e preocupa muito os economistas. Ela terá que ser revista muito brevemente, não com medidas artificiais, mas sim compensatórias, que possam permitir competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e ganhos compatíveis para os trabalhadores do setor de exportação, como é o caso do setor agropecuário brasileiro.

Há, entretanto, um fator que nos preocupa, Senadora Serys Silhessarenko, que preside essa sessão: a infra-estrutura. Alguns economistas dizem que estamos no nosso limite de crescimento. Já se prevê, em 2008, um crescimento inferior ao de 2007. No ano que estamos vivenciando, o crescimento não deverá ser idêntico ao crescimento experimentado em 2007. De 5,4%, deveremos ter talvez um crescimento que se estima em torno de 5%, 4,8%, 5,2%. Vamos ver ao decorrer do ano qual será esse crescimento. Mas a infra-estrutura é fundamental. Não é possível haver crescimento da indústria sem que haja insumos básicos, com energia suficiente.

Felizmente, as chuvas chegaram, os nossos reservatórios foram realimentados, e fugiu-se um pouco àquela ameaça, àquela sombra do apagão energético. Felizmente para o País inteiro; mas hoje talvez um pouco menos com relação ao Nordeste brasileiro. Lá não choveu ainda como deveria chover, e nós esperávamos que a essa época os reservatórios estivessem em níveis melhores.

Entretanto, o apagão energético não se manifesta só na energia elétrica. É preciso que esse setor cresça, que se concretizem as usinas hidroelétricas que estão projetadas, principalmente para a Bacia Amazônica.

Entretanto, há outros setores importantes que devem ser expandidos, como o setor do gás (é preciso que o gasoduto seja feito), como o setor ferroviário (é preciso que as ferrovias sejam executadas); que os gargalos do escoamento da produção cheguem ao destino, que é o porto. E, neste momento, eu gostaria de me concentrar no investimento nos portos brasileiros, em especial (eu não posso nunca esquecer, porque é meu dever e minha obrigação) a minha querida Bahia.

Recentemente, o jornal de maior circulação da Bahia, o jornal **A Tarde**, traz a necessidade de investimentos no Porto de Salvador, no Porto de Aratu e no Porto de Ilhéus, os três portos no Estado da Bahia que têm deficiências no calado, têm deficiências nos equipamentos. São portos importantes, é a maior economia de todo o Nordeste brasileiro. A Bahia hoje exporta 57% de todo o produto exportado do Nordeste brasileiro.

Entretanto, não temos hoje condições de atender a essa demanda, fato que leva a que muitas mercadorias baianas sejam exportadas pelo porto de Recife, pelo porto de Aracaju ou até pelo porto do Ceará. Essa é uma questão inadmissível. Precisamos de investimentos, hoje, da área federal para que os nossos portos, que estão sob domínio federal, sejam requalificados para enfrentar o crescimento que desejamos para a economia baiana. Sem sombra de dúvida, se isso não acontecer, haverá um grande gargalo na infra-estrutura baiana. Portanto, temos duas grandes dificuldades: portos e gasoduto para o desenvolvimento da economia da Bahia.

Trabalharei diuturnamente no sentido de que o Governo Federal possa fazer cada vez mais investimentos na área de infra-estrutura em todo o País. O Programa de Aceleração do Crescimento precisa ser viabilizado. O Congresso Nacional tem o dever e a obrigação de votar o Orçamento o quanto antes – espero que seja ainda na data de hoje –, para que as obras de infra-estrutura sejam realizadas e lutarei sempre para que esses investimentos se dêem, basicamente, em todas as regiões brasileiras que deles necessitam, mais especificamente no Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me interrompê-lo, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Cumprindo o Regimento, prorrogo a sessão por vinte minutos para que V. Ex^a conclua o seu discurso e para ouvirmos mais dois oradores que ainda estão inscritos. Obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a e caminho para a finalização do meu discurso, dizendo que é fundamental que os investimentos cheguem ao Nordeste brasileiro, até para que tenhamos condições de, nesta onda de estabilidade econômica e de crescimento econômico experimentado pelo País, crescer acima da média nacional.

É a única fórmula que temos para diminuir a diferença entre o desenvolvimento do Sudeste e o desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

E lutarei por investimentos para a Bahia, seja nas estradas, nas ferrovias, nos portos, na produção de gás, no setor de energia elétrica, para que um Estado como a Bahia, que tem a sexta maior economia do País, mantenha pelo menos a sua posição relativa. A Bahia tem a sexta maior economia. Estamos abaixo do Paraná e acima de Santa Catarina. Entretanto, Santa Catarina se aproxima muito rapidamente da Bahia, e eu não quero que a Bahia passe para a sétima posição; pelo contrário, a Bahia tem a meta de alcançar a quinta posição.

Não foi à toa que a Bahia teve a grande vitória de ser o primeiro Estado brasileiro em todo o Norte e Nordeste a sediar uma indústria automobilística que hoje é um exemplo de sucesso no País. Apostamos, naquela época, no ano 2000, em uma indústria automobilística. A Ford Motor Company Brasil apostou, implantou um projeto de quase US\$2 bilhões, e hoje nós somos responsáveis pela produção de quase 10% dos veículos automotores do País. São 250 mil veículos por mês. A capacidade instalada da Ford está na sua plenitude, mas nós queremos mais ainda porque o próprio mercado interno brasileiro hoje demanda mais investimentos.

Leio na imprensa que, agora, aquela indústria automobilística criada por Juscelino Kubitschek está se aproximando da produção de 4 milhões de veículos por ano e, para isso, deve fazer investimentos recordes neste ano que deverão chegar a quase R\$5 bilhões, a R\$4,9 bilhões, que deverão ser investidos em 2008.

Segundo o Presidente da Anfavea, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, esse é o maior volume de investimento em toda a história, sendo 133% maior do que o investimento do ano passado. Tenho certeza de que parte desse investimen-

to será feita também na Bahia, com a ampliação desse parque automotivo, vitória essa que me orgulha muito, Sr. Presidente, porque foi no meu governo, sob uma determinação política de que aquele era um momento histórico vivido pela Bahia, que soubemos aproveitar a ocasião. Era uma oportunidade que não podíamos perder, pois o cavalo estava passando na nossa porta, e era preciso fazer de tudo para dominar aquela situação. Hoje, a Bahia tem essa indústria automobilística que tem gerado tantas outras empresas a montante e a jusante da indústria automobilística, que é sempre muito dinâmica, de ponta e que gera incrementos para o crescimento de toda a economia.

Então, o que desejamos? Que esse crescimento seja permanente, que esse seja um vôo permanente. Tenho certeza de que o País quer e deseja o crescimento econômico com igualdade social, causa pela qual lutaremos, apoiando todas as atitudes e todas as políticas que tragam o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador César Borges.

Passo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, como oradora inscrita.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão.

Gostaria de, brevemente, rememorar a nossa sessão de ontem, a Sessão Especial pelo Dia Internacional da Mulher, quando este plenário e suas galerias ficaram absolutamente lotadas de mulheres; alguns homens também. Mas gostaríamos que tivessem estado aqui muitos homens porque precisamos da participação deles para superarmos todo tipo de discriminação contra a mulher. Mas eu disse que iria rememorar brevemente porque o que quero hoje aqui é conclamar as mulheres, a mulher brasileira, de modo geral, para que neste ano de 2008 nos façamos presentes, digamos presente com centenas, milhares de candidaturas a Vereadoras e a Prefeitas por este Brasil afora.

Ontem, aqui foram premiadas com o Prêmio Bertha Lutz mulheres que fazem, fizeram e vêm fazendo grandes ações no sentido de busca, conquista e construção de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Foram agraciadas ontem Rose Marie Muraro,

essa grande personalidade nacional e internacional; Jandira Feghalli, nossa grande Deputada Estadual, Deputada Federal, uma mulher que deixou a sua história escrita com a maior galhardia no Congresso Nacional do nosso País. Estava aqui a “Tia Alice”, assim chamada carinhosamente uma mulher que dedicou a sua vida a questões da Aeronáutica, especialmente nos últimos anos, depois de aposentada, trabalhando de forma absolutamente gratuita no Programa Proantar, com quase 150 viagens à Antártica, na busca da pesquisa, de mais esclarecimentos sobre tantas coisas que lá existem e não são conhecidas. Maria dos Prazeres, uma senhora de 75 anos, parteira, que já fez mais de cinco mil partos sem nenhum óbito – nenhum! Ela declarou aqui ontem que no dia 6 deste mês fez o último parto. Esteve aqui a grande cientista Mayana Zatz, que dispensa qualquer apresentação. Mayana Zatz é uma grande pesquisadora, geneticista, pesquisadora da célula-tronco, professora, pró-reitora de pesquisa da USP, nome reconhecido nacional e internacionalmente.

E, falando em Mayana Zatz, toda semana procuro vir a esta tribuna lembrar que está em julgamento no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da lei que trata da possibilidade de pesquisa com embriões para que a pesquisa possa avançar com relação à célula-tronco. Sabemos que a votação já começou no Supremo Tribunal Federal e queremos que essa pesquisa avance rapidamente. Conhecemos a declaração de voto da Ministra Ellen Gracie, grande mulher brasileira, a cujo nome sempre se faz referência pela postura coerente, séria, responsável, em todas as causas que aprecia.

Neste momento, falo não só a respeito das células-tronco mas também a respeito da mulher.

Também foi homenageada aqui Terezinha Zerbini, uma guerreira brasileira, uma “menina” de 80 anos, que teve sua história também construída durante o período dos tempos tristes da ditadura em nosso País, tristes, vis e até covardes tempos. Ela esteve presa, como ela disse aqui, “hóspede” nos porões do Dops em São Paulo – desculpe –, e quando de lá saiu, encampou a luta feminina pela anistia, mobilizou a sociedade brasileira, e foi dado o grande salto para a conquista da anistia. O nome de Terezinha Zerbini foi escrito na História do Brasil com letras do mais alto significado.

Foi homenageada, em memória, Leocádia Prestes, mãe do guerreiro, lutador, Luiz Carlos Prestes. Foram momentos de grande emoção no Parlamento.

Não vou contar a história da luta da mulher no planeta Terra, como a daquelas 129 que morreram queimadas em 1857, na indústria têxtil, em Nova Ior-

que, porque os grandes empresários da indústria têxtil preferiram fechar, lacrar, a sua empresa, vê-la totalmente em cinzas, a deixar que as reivindicações das mulheres viessem a ascender.

É nessa luta que nós, mulheres brasileiras, temos que nos empenhar, na luta pelo fim da discriminação na família, na luta pelo fim da discriminação no trabalho, na luta pelo fim da discriminação na violência doméstica e na luta pelo fim da discriminação na política.

Eu vou citar aqui, Presidente Senador César Borges, Srs. Senadores, alguns dados: em 2000 – eu não vou ler os quebrados, para não tomar mais tempo porque o tempo urge –, nós tínhamos em torno de 60 mil vereadores e vereadoras; destes, 53 mil eram homens e 7 mil, mulheres; em 2004, quando foi reduzido o número de vereadores, passamos a ter em torno de 51 mil vereadores; destes 45 mil era homens e 6 mil, mulheres. É muito pouco!

Com relação às prefeituras: em 2000, de 5.559 prefeituras, cinco mil 5.241 prefeituras elegeram prefeitos e 318 prefeituras elegeram prefeitas; em 2004, aumentou um pouquinho: de um total de 5.479, 5.075 e 404 mulheres. É pouco, é muito pouco com certeza.

E em 2008, em que haverá eleições municipais, a mulher brasileira precisa conquistar espaço na política. Digo sempre: não queremos ser mais que os companheiros homens, que nossos irmãos, nossos filhos, nossos companheiros, nossos pais, especialmente nossos filhos. Aqui pode haver algum homem que diga: “Eu não tenho irmã, eu não tenho companheira, eu não tenho filha”. Mas que não tenha uma mãe, ninguém pode dizer! Não é, Senador César Borges? Todos temos uma mãe. Então, é em respeito à mulher mãe, à mulher companheira, à mulher filha, à mulher irmã, à mulher de modo geral, que precisamos conquistar uma sociedade justa, a sociedade dos direitos iguais. E essa sociedade com direitos iguais entre homens e mulheres precisa da nossa participação em igualdade de condições na política do Brasil. E, aí, o momento das eleições municipais é um momento determinante, é um momento fundamental para que a gente mostre ao Brasil que mulheres de bem, que homens de bem que querem construir a sociedade do bem, a sociedade justa, a sociedade dos direitos iguais, somos solidários! Homens solidários, homens generosos.

Adentra o plenário o Senador Jefferson Péres, por quem eu tenho a maior admiração, juntamente com os outros Senadores aqui presentes, como também nosso Presidente. Nós queremos a companhia dos homens solidários, dos homens generosos, dos homens fraternos para, realmente, construir a so-

cidade de direitos iguais entre homens e mulheres. Não queremos ser mais que os homens, Senador, mas também não queremos ser menos; queremos apenas ser iguais.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretária, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. DEM – BA)
– Agradeço à Senadora Serys.

Nós nos solidarizamos com essa luta, que é mais do que justa, uma luta de toda a sociedade brasileira para que a mulher desempenhe o papel que merece em nossa sociedade.

Quero alertar os oradores que estão inscritos, pois temos o limite de 15 horas para abertura da sessão do Congresso Nacional. Eu vou dividir o tempo entre o Senador Papaléo Paes e o Senador Mão Santa. O Senador Papaléo Paes terá 7 minutos e o Senador Mão Santa também 7 minutos.

Com a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Espero que nesses 7 minutos eu possa fazer uma homenagem justa aos bibliotecários deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Dia do Bibliotecário foi instituído pelo Decreto Federal nº 84.631, de 9 de abril de 1980. Todavia, ele é comemorado em 12 de março, em homenagem ao nascimento do engenheiro, bibliotecário, escritor, poeta e jornalista Manoel Bastos Tigre, em 1882.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nos primórdios da acumulação do conhecimento apenas uma ínfima parcela das pessoas tinham acesso ao que existia de cultura e aos poucos documentos que eram guardados a sete chaves. Os escritos pertenciam a um pequeno grupo de privilegiados, aos governantes e aos seus protegidos. Dessa forma, o tesouro do saber não estava ao alcance dos pobres, dos escravos, dos plebeus, dos analfabetos, dos camponeses e dos povos dominados. Sem dúvida alguma, ao longo da evolução da humanidade, tal situação mostra muito bem todas as etapas de transformação e toda a evolução sofrida pelo processo sociohistórico do saber, pelo seu controle, pelo domínio do poder político sobre sua divulgação.

Até os dias de hoje, em constante transformação científica e tecnológica, que torna cada vez mais sofisticado o processo da difusão do conhecimento e de seus fins, os poderosos atores que dominam as

instituições sempre foram cuidadosos em resguardar o silêncio e impedir que a maioria tenha acesso a determinadas fontes de informações. Porém, muitos cidadãos não concordam com esses freios e lutam para que as estantes das bibliotecas, por exemplo, sejam cada vez mais abertas e possam ser vasculhadas pelo maior número de pessoas. Por isso, o bibliotecário não pode ser apenas o encarregado de guardar livros, um fiscal de entradas e de saídas, ou um zelador de acervo. Como veremos a seguir, o seu campo de ação profissional é vasto, e o domínio adequado das novas tecnologias não pode faltar em sua profissão. O mesmo acontece com a sua formação intelectual, que exige um aprendizado permanente e a busca de novos conceitos.

A Biblioteconomia está basicamente ligada ao aparecimento dos escribas e ao nascimento do livro, à invenção da imprensa com Gutemberg, ao desenvolvimento de técnicas avançadas de reprodução, ao avanço e à informatização da sociedade, à divulgação da informação e ao tratamento e seleção desta.

Por sua vez, o profissional formado em Biblioteconomia pode ser definido, de uma maneira mais geral, como um mediador entre a sociedade e o conhecimento nos mais diferentes tipos de bases materiais. Nos dias de hoje, além do livro impresso, é fundamental que o bibliotecário tenha amplos conhecimentos dos recursos da informática. Em síntese, o bibliotecário é o único profissional que pode garantir a qualidade da informação, disponibilizar leitura, cultura, conhecimento e fontes de investigação.

Além do trabalho em bibliotecas, universidades e órgãos governamentais, existe um mercado em plena ascensão nos centros de pesquisa, empresas, museus, em amplos setores do comércio e na prestação de assessoria e consultoria para editoras e profissionais liberais. Inegavelmente, Sr. Presidente, o desenvolvimento fantástico dos meios de comunicação e informação tem contribuído de maneira altamente positiva para a ampliação do mercado de trabalho do bibliotecário.

O curso de Biblioteconomia é realizado em quatro anos e tem como um de seus objetivos ensinar o aluno a lidar com os sistemas de informação, com as bibliotecas e com os bancos de dados. Além de oferecer aos estudantes as matérias tradicionais como comunicação, história da cultura, história do Brasil, língua portuguesa, línguas estrangeiras e métodos de pesquisa, prepara os futuros bibliotecários em cadeiras como a informação aplicada à administração de bibliotecas e formação e desenvolvimento de coleções. Com o avanço da inovação científica e tecnológica, que revolucionou a informática e os meios de comunicação,

a formação do bibliotecário se tornou mais exigente e mais especializada.

Gostaria de dizer mais uma vez que as bibliotecas são núcleos importantes da sociedade, alicerçadas na informação e nas tecnologias mais avançadas, que possibilitam o acesso, a armazenagem, o processamento, a medição e a disseminação dos conteúdos que resultam em conhecimento. Sejam públicas, sejam privadas, elas auxiliam a sociedade em suas instituições, geram empregos, profissionalizam os quadros funcionais, incentivam a especialização e contribuem diretamente para a formação e atuação de inúmeros interessados.

Sr. Presidente, eu vou solicitar ao Senador Mão Santa que me permita mais dois minutos, para a homenagem que o Senado está prestando aos bibliotecários. Tenho duas páginas só para ler.

Nobres Senadores, ao reconhecer a importância do trabalho do bibliotecário em nossa sociedade, não poderia deixar de prestar minha homenagem aos competentes servidores da Biblioteca do Senado Federal que estão sempre prontos para nos servir em nossas ações parlamentares, para servir ao público que necessita de orientação em suas demandas, aos estudantes que estudam em suas dependências e aos nossos servidores.

A Biblioteca do Senado Federal, merecidamente denominada Acadêmico Luiz Viana Filho, em homenagem à memória de um dos Senadores mais ilustres desta Casa, tem história secular.

É relevante dizer que nesses 182 anos de existência a biblioteca do Senado passou por fases de grandeza e de dificuldades. A conturbada história política do Brasil, a partir do Império contribuiu de maneira importante para impedir o seu crescimento e a sua modernização. Entretanto, a partir de 1968, com a nomeação da primeira mulher para dirigir a Biblioteca, a bibliotecária Adélia Leite Coelho inaugurou-se uma fase de progresso no órgão.

Sr. Presidente, lamento profundamente ficar impedido de ler todo este discurso que preparei para homenagear os bibliotecários e fazer a homenagem justa, principalmente aos bibliotecários do Senado Federal. Faço uma referência à Sr^a Simone Bastos Vieira, atual diretora da Biblioteca Acadêmicos Luiz Viana Filho.

Em nome da Dr^a Simone, parablenho todos os funcionários da Biblioteca do Senado Federal.

Solicito que V. Ex^a dê como lido o restante do meu discurso.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAPALÉO PAES.**

DO SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

O Dia do Bibliotecário foi instituído pelo Decreto Federal nº 84.631, de 9 de abril de 1980. Todavia, ele é comemorado em 12 de março, em homenagem à data do nascimento do engenheiro, bibliotecário, escritor, poeta e jornalista, Manoel Bastos Tigre, em 1882.

É importante destacar que Bastos Tigre era engenheiro eletricitista, com aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Em 1915, naquele país, sua vida profissional mudou radicalmente ao conhecer o bibliotecário americano Melvil Dewey, que havia criado o Sistema de Classificação Decimal. Aos 33 anos, impressionado com os estudos do amigo, Bastos Tigre tomou a decisão de abandonar a engenharia e resolveu trabalhar com Biblioteconomia.

Ao desembarcar no Brasil prestou o primeiro concurso para bibliotecário no Museu Nacional do Rio de Janeiro e se classificou em primeiro lugar com a apresentação de um estudo sobre a Classificação Decimal. Logo após a Segunda Guerra Mundial e com o processo de restabelecimento do sistema democrático em nosso País, que começou no final do Estado Novo, foi transferido para a Biblioteca Nacional, onde ficou até 1947.

Em seguida, assumiu a direção da Biblioteca Central da Universidade do Brasil,

na qual trabalhou mesmo depois de aposentado, ao lado do Reitor da Instituição, Professor Pedro Calmon de Sá. Como podemos concluir, Manoel Bastos Tigre é o decano dos bibliotecários brasileiros, fez muito pela profissão e a exerceu com dedicação durante cerca de 40 anos. Ele nasceu em Recife, em 12 de Março de 1882 e morreu no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1957.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nos primórdios da acumulação do conhecimento, apenas uma ínfima parcela das pessoas tinha acesso ao que existia de cultura e aos poucos documentos que eram guardados a sete chaves. Os escritos pertenciam a um pequeno grupo de privilegiados, aos governantes e aos seus protegidos. Dessa forma, o tesouro do saber não estava ao alcance dos pobres, dos escravos, dos plebeus, dos analfabetos, dos camponeses e dos povos dominados. Sem dúvida alguma, ao longo da evolução da humanidade, tal situação mostra muito bem todas as etapas de transformação e toda a evolução sofrida pelo processo sócio-histórico do saber, pelo seu controle e pelo domínio do poder político sobre a sua divulgação.

Até os dias de hoje, em constante transformação científica e tecnológica, que torna cada vez mais sofisticado o processo da difusão do conhecimento e de seus fins, os poderosos atores que dominam as instituições sempre foram cuidadosos em resguardar o silêncio e impedir que a maioria tenha acesso a determinadas fontes de informação. Porém, muitos cidadãos não concordam com esses

freios e lutam para que as estantes das bibliotecas, por exemplo, sejam cada vez mais abertas e possam ser vasculhadas pelo maior número de pessoas. Por isso, o bibliotecário não pode ser apenas um encarregado de guardar livros, um fiscal de entradas e saídas, ou um zelador do acervo. Como veremos a seguir, o seu campo de ação profissional é vasto e o domínio adequado das novas tecnologias não pode faltar em sua profissão. O mesmo acontece com a sua formação intelectual, que exige um aprendizado permanente e a busca de novos conceitos.

A Biblioteconomia está basicamente ligada ao aparecimento dos escribas e ao nascimento do livro, à invenção da imprensa com Gutenberg, ao desenvolvimento de técnicas avançadas de reprodução, ao avanço da informatização da sociedade, à divulgação da informação e ao tratamento e seleção desta.

Por sua vez, o profissional formado em Biblioteconomia pode ser definido, de uma maneira geral, como um mediador entre a sociedade e o conhecimento nos mais diferentes tipos de bases materiais. Nos dias de hoje, além do livro impresso, é fundamental que o bibliotecário tenha amplos conhecimentos dos recursos da informática. Em síntese, o bibliotecário é o único profissional que pode garantir a qualidade da informação, disponibilizar leitura, cultura, conhecimento e fontes de investigação.

Além do trabalho em bibliotecas, universidades e órgãos governamentais existe um mercado em plena ascensão em centros de

pesquisas, empresas, museus, em amplos setores do comércio e na prestação de assessoria e consultoria para editoras e profissionais liberais. Inegavelmente, o desenvolvimento fantástico dos meios de comunicação e informação tem contribuído de maneira altamente positiva para a ampliação do mercado de trabalho do bibliotecário.

O curso de Biblioteconomia é realizado em quatro anos e tem como um dos objetivos ensinar o aluno a lidar com os sistemas de informação, com as bibliotecas e com os bancos de dados. Além de oferecer aos estudantes as matérias tradicionais como comunicação, história da cultura, história do Brasil, língua portuguesa, línguas estrangeiras e métodos de pesquisa, prepara os futuros bibliotecários em cadeiras como a informação aplicada à administração de bibliotecas e formação e desenvolvimento de coleções. Com o avanço da inovação científica e tecnológica, que revolucionou a informática e os meios de comunicação, a formação do bibliotecário se tornou mais exigente e mais especializada.

Gostaria de dizer mais uma vez que as bibliotecas são núcleos importantes da sociedade, alicerçadas na informação e nas tecnologias mais avançadas, que possibilitam o acesso, a armazenagem, o processamento, a medição e a disseminação dos conteúdos que resultam em conhecimento. Sejam públicas, sejam privadas, elas auxiliam a sociedade e suas instituições, geram empregos, profissionalizam os quadros funcionais, incentivam a especialização e contribuem diretamente para a formação e atuação de inúmeros interessados.

Nobres Senadoras e Senadores, ao reconhecer a importância do trabalho do bibliotecário em nossa sociedade, não poderia deixar de prestar minha homenagem aos competentes servidores da Biblioteca do Senado Federal, que estão sempre prontos para nos servir em nossas atuações parlamentares, para servir ao público que necessita de orientação em suas demandas, aos estudantes que estudam em suas dependências e aos nossos servidores.

A Biblioteca do Senado Federal, merecidamente denominada Acadêmico Luiz Viana Filho, em homenagem à memória de um dos Senadores mais ilustres desta Casa, tem história secular. Sua fundação aconteceu em 1826, quatro anos depois da proclamação da Independência do Brasil, graças aos esforços empreendidos pelo Barão de Cairu.

É relevante dizer que, nesses 182 anos de existência, a Biblioteca do Senado passou por fases de grandeza e de dificuldades. A conturbada história política do Brasil a partir do Império contribuiu de maneira importante para impedir o seu crescimento e a sua modernização. Entretanto, a partir de 1968, com a nomeação da primeira mulher para dirigir a Biblioteca, a bibliotecária Adélia Leite Coelho, inaugurou-se uma fase de progresso no órgão.

Porém, foi durante a presidência do notável Senador Petrônio Portella que a Biblioteca começou a passar por grandes transformações. Como parte dessas mudanças, não posso deixar de elogiar igualmente a

dedicação e o esforço dos seus funcionários, entre os quais as bibliotecárias Maria Elisa Nogueira Loddo e Maria Lúcia Vilar de Lemos, que foram indispensáveis ao apontar novos caminhos a serem seguidos. Dessa forma, progressos dignos de nota foram igualmente registrados nas gestões dos Senadores Luiz Viana Filho, Humberto Lucena, José Sarney, e Antônio Carlos Magalhães.

Mas, ao terminar este pronunciamento, gostaria de parabenizar a Senhora Simone Bastos Vieira, atual Diretora da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, pelo competente trabalho que realiza à frente daquela área, que atende anualmente milhares de usuários, efetua milhares de empréstimos e devoluções e ainda serve com dedicação aos Senadores e aos servidores do Congresso.

Gostaria, finalmente, de estender o meu reconhecimento ao trabalho exemplar desenvolvido pela equipe de bibliotecários comandada pela Doutora Simone Bastos Vieira, aos estagiários que também contribuem com o seu esforço diário e aos outros servidores que se encarregam das responsabilidades afins.

A Biblioteca do Senado Federal detém certamente a melhor coleção brasileira de livros e documentos, organizados para estudo, consulta e leitura. Tenho certeza de que todos os Senadores e a Direção desta Casa reconhecem a grandeza de nossa Biblioteca e a importância do trabalho profissional dos seus servidores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Agradeço a V. Ex^a, que será atendido com a publicação na íntegra de seu pronunciamento.

Pelo tempo restante da sessão, tem a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente César Borges, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que aqui nos assistem pelo sistema de comunicação, a Rainha Vitória disse que o papel aceita tudo. Um Senador do partido do Governo trouxe muitas mentiras aqui, então eu acho que ele deveria ir para o Conselho de Ética. Nenhum Senador do Piauí tem coragem de enaltecer o Governo do PT lá, e nenhum representante da Câmara. Aproveito para dizer que Rui Barbosa, o velhinho lá da Bahia, que V. Ex^a representa tão bem, disse: o homem que não luta pelos seus direitos não merece viver.

O que houve aqui ontem foi um episódio mais feio: tirou-se o direito dos Senadores que têm competência, dos que têm história, dos que entendem as coisas, dos pais da Pátria de manifestarem sua opinião sobre as medidas. Eu tenho saudade do Presidente Sarney, tenho saudade do Presidente Renan e do Tião. Nunca dantes houve um fato como aquele, de cercear a voz.

Então, vou ler rapidamente, para obedecer a V. Ex^a, que merece e que simboliza Rui Barbosa e a Bahia.

Obras inacabadas: Porto de Luís Correa, começou com Epitácio, está lá. O Luiz Inácio prometeu.

Estrada de Ferro Central do Piauí. Até o Alberto Silva disse que ia botar e não trocou um dormente.

ZPE – está para decair o prazo; Tabuleiro Litorâneo; Ponte de Luzilândia. Universidade do Delta. Todas são obras federais paradas.

É para vermos como o PT mente, mente, mente. O Luiz Inácio pensa... aqui nós estudamos. **O Goebbels** disse: uma mentira repetida se torna verdade. E Lula manda esses bichos mentirem aqui com obras.

Fábrica de leite em pó; metrô de superfície em Teresina, paradão.

Hospital universitário. O Pronto-Socorro de Teresina foi iniciado por Heráclito Fortes quando administrou Teresina.

Ponte de Teresina, já vai fazer 150 anos e até hoje não foi feita. Atentai bem, Mesquita Junior, Teresina vai fazer 158 anos. Eu fiz a mesma ponte no mesmo rio em 87 dias. Está tudo parado. São todos ladrões, roubam dinheiro porque o Luiz Inácio disse.

Porto Seco de Teresina; estrada do cerrado; Tabuleiro Guararapes; conclusão da Hidroelétrica de Boa Esperança. Falta a eclusa.

Aí, os mentirosos dizem que vão fazer cinco. Ora, se eles não terminam a primeira, construída por Castello Branco, vão fazer cinco? Vai mentir! Esse PT é...

Aeroporto Internacional de Parnaíba.

Os pilantras disseram que tem aeroporto internacional. Eu dou passagem para quem quiser ir para Madri, para Portugal. Não tem nem teco-teco, Luiz Inácio lá.

Mentira não leva a nada. O PT é o Partido da improbidade. E vem o Líder dele defender.

Eu dou a quem quiser. Ele disse que tinha aeroporto na minha cidade. Não tem nem teco-teco.

Sim. São Raimundo Nonato. Só tem jumento na pista.

Ampliação e modernização do Aeroporto de Teresina. Nada foi feito.

Transnordestina.

Ponte Maranhão/Uruçuí.

E o gasoduto? Eu, Governador, comecei. Era São Luís, Fortaleza, passava por Parnaíba... Eu vi a escavação lá parada.

Centro de Convenções.

Então, só aqui são 22 obras inacabadas! É aquela mentira ridícula. Aliás, é a cara do PT. É o **the Goebbels**: Uma mentira repetida se torna verdade.

Mas a verdade é que este Governo se vangloria de ter pagado; ser credor dos banqueiros, dos americanos. Mas está devendo os velhinhos, os aposentados.

Essa é a hora, Garibaldi! Seja homem e busque a Medida nº 58, do Paim. O melhor homem. O PT tem gente boa. O candidato deles para Teresina é gente boa.

O fundador do PT lá da minha cidade é gente boa. Mas a sua maioria é de aloprados. E nós não estamos aqui para defender o País contra esses aloprados, denunciados pelo Luiz Inácio. Então, essa é a verdade.

E ao Senador do PT, eu digo o que disse o Disraeli à Rainha Vitória: "Aja ou saia". Ele disse assim: "O papel aceita tudo".

Então, aquele papel que ele trouxe para ler, aceitou mentiras, mentiras e mentiras, que é a história do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelo cumprimento do tempo que nos leva, neste momento, a encerrar a sessão.

Não há mais oradores inscritos.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia cuja apreciação fica transferida para a próxima deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

13**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

14**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

15**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos atoprodutores de energia elétrica.*

38

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

39

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez*

que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

42

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

43

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

44

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal,

para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob n^{os} 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1^o pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2^o pronunciamento: (sobre a Emenda n^o 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2^o do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob n^{os} 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1^o pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda n^o 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2^o pronunciamento: (sobre a Emenda n^o 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4^o do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob n^{os}

– 779, de 2006, 1^o pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2^o pronunciamento (sobre a Emenda n^o 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda n^o 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3^o pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento n^o 128,

de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas n^{os} 3 e 4-CCJ.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob n^o 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição n^o 20, de 1999, com a Emenda n^o 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 0, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (pres-*

crição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o re-*

conhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental

de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

38

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

39

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

42

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

43

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

44

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 2 minutos.)

ATA DA 17ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008
(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 15, de 28 de fevereiro de 2008)

RETIFICAÇÕES

Na página 3720, **caput**

Onde se lê:

(...) 2ª Sessão Deliberativa Ordinária da 53ª Legislatura

Leia-se:

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura (...)

Na página 3721, 1ª coluna

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica que a Medida Provisória nº 420, de 2007,

.....

MPV

Publicado no DO	26-2-2007
Emendas	até 3-3-2008

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica que a Medida Provisória nº 420, de 2008,

.....

MPV

Publicado no DO	26-2-2008
Emendas	até 3-3-2008

Na página 3915, 1ª coluna, republique-se na íntegra, por omissão gráfica, o PARECER Nº 103, DE 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006,....

Nos seguintes termos:

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Sihessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello* (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 04/03/2008

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Prazo final: 03/06/2008

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Majoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Majoria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Majoria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁴⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas Energia.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Majoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Silhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papanó Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Majoria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Ppapaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA			
Associação ao pronunciamento do Senador Paulo Paim em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.....	195	envolveram os fatos que desencadearam o atual conflito Equador/Colômbia e convoca Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, a fim de fazer as recomendações pertinentes.....	3
Comentário sobre pesquisa elaborada pelo observatório das Micro e Pequenas Empresas, do Sebrae-SP.....	195	Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385.....	496
Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2008 – Complementar, que altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para estabelecer, entre as atribuições do conselho de gestão fiscal, as de acompanhar a evolução da carga tributária e de propor medidas para sua redução.....	400	Discussão da matéria que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008).	508
Requerimento nº 231, de 2008, que requer seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação do requerente na delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que visitará Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã, no período de 16 a 21 de março de 2007. Informando, ausência do País, no período de 14 a 23 de março do corrente, para participar da missão supracitada.....	401	Comemoração do crescimento da economia brasileira. Alerta ao Governo sobre investimentos em transportes de massa.....	640
ALMEIDA LIMA		ALVARO DIAS	
Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385.....	496	Criticas à forma como é conduzido a CPIs e como o Governo escolheu a Comissão Parlamentar de Inquérito na CPI dos Cartões Corporativos, impondo sua vontade.....	141
ALOIZIO MERCADANTE		Homenagem a Mário Covas. Senador Álvaro Dias.....	141
Requerimento nº 216, de 2008 que requer, seja apresentado Voto de Aplauso ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que reafirma a inviolabilidade dos territórios dos Estados, forma Comissão para percorrer os lugares em que se de-		Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino com relação ao Orçamento da União. Aparte ao Senador José Agripino.....	150
		Apoio à Senadora Lúcia Vânia por seu pronunciamento. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.....	154
		Saudação ao Dia Internacional da Mulher e homenageia a Senadora colombiana Ingrid Bettancourt, refém das FARC.....	170
		Manifestação de apoio ao projeto de Senador Paulo Paim com relação aos aposentados brasileiros.....	170

	Pág.		Pág.
Apelo ao Governo brasileiro, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência produzida pelas FARC.....	170	executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia.	238
Requerimento nº 228, de 2008, que requer de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último domingo, dia 9, do ex-Senador e ex-Governador do Paraná Adolpho de Oliveira Franco.....	282	Parecer nº 163, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2007 (nº 150/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.	241
Requerimento nº 230, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 10, em Maringá, Paraná, do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual Antonio Facci.	284	Requerimento nº 240, de 2008, que requer destaque para a votação em separado do art. 31 do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008.	512
Apoio ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu pronunciamento sobre o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	289	ANTONIO CARLOS VALADARES	
Necessidade de aprimoramento da proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal.	291	Requerimento nº 242, de 2008, que requer autorização para ausentar-se do País durante o período de 14 a 24 de março de 2008, tendo em vista a viagem ser de caráter oficial a Cingapura, Indonésia, Timor leste e Vietnã, na qualidade de membro da delegação de Senadores desta Casa em visita àqueles países.	591
Comentários acerca de nota dirigida à imprensa pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, em resposta às críticas do Presidente Lula, que atribuiu à Oposição intransigência em relação ao Orçamento da União. Postura favorável à extinção da Comissão de Orçamento.	291	ARTHUR VIRGÍLIO	
Apoio ao Senador Mão Santa pelo seu pronunciamento referente a medida provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. Aparte ao Senador Mão Santa.....	310	Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	342
Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro.....	430	Repúdio à violência de que foi vítima a viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte.	349
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	470	Requerimento nº 235, de 2008, que requer voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar pelo lançamento de seu novo livro Calhau, coletânea de poemas.....	403
		Solidariedade às reivindicações das jornalistas quanto ao padrão de vestimenta permitida no Plenário do Senado.	418
ANTONIO CARLOS JUNIOR		Críticas a maneira como é conduzido o sistema de discussão e votação das matérias na Casa.	423
		Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro.....	426
		Comentários em relação à discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, certificados Financeiros do Tesouro.	442
		Críticas a atuação do Líder Romero Jucá com relação as votações das medidas provisórias, com	

Pág.	Pág.
sua atitude dando a entender que a aprovação seja feita de qualquer jeito.....	456
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).....	466
Requerimento nº 239, de 2008, que requer destaque para Votação em Separado, para suprimir o art. 2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).	466
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	474
AUGUSTO BOTELHO	
Saúda a iniciativa do Governo Federal de editar a medida provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais.	157
Defesa da liberação do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas com finalidade terapêutica, quando faz comentários à ação direta de inconstitucionalidade em julgamento no Supremo Tribunal Federal que contesta a autorização dada pela Lei de Biossegurança.....	306
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	630
Registro da inauguração, na sexta-feira dia 14 de março, do novo bloco de saúde do CEFET, em Roraima.	643
Registro da inauguração, na sexta-feira dia 14 de março, do novo bloco de saúde do CEFET, em Roraima.	643
CÉSAR BORGES	
Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana.....	414
Elogios e apoio ao Senador Cristovam Buarque por seu pronunciamento referente à educação. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	654
Preocupação com a questão da infraestrutura no Estado da Bahia.	663
663Comentários sobre o anunciado crescimento do PIB em 2007.	663
CÍCERO LUCENA	
Apoio ao Senador Romeu Tuma por seu pronunciamento referente ao sistema de grampos. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	120
Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas.	126
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Adelmir Santana. Aparte ao Senador Adelmir Santana.	198
Considerações sobre a problemática dos resíduos sólidos, com destaque ao Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil/2007, da Abrelpe.	199
Homenagem às mães anônimas vítimas das secas do Nordeste, e mulheres humildes.	199
Apoio ao Senador Heráclito Fortes por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	220
Apoio ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu pronunciamento sobre o desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	289
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	473
CRISTOVAM BUARQUE	
Homenagem pelo transcurso, no próximo sábado, do Dia Internacional da Mulher.	92
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	340
Elogios ao Caderno Especial do Jornal do Senado sobre a Educação. Apelo em favor de cruzada nacional pela educação.	653
DELCÍDIO AMARAL	
Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro.....	437
Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização.....	548
DEMÓSTENES TORRES	
Aponta laço ideológico entre Governo Lula e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia	

IV

	Pág.		Pág.
(FARC), e cobra firme posição do Brasil contra o referido movimento revolucionário.....	159	Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana.....	420
EDUARDO AZEREDO		ELISEU RESENDE	
Considerações sobre o conflito entre a Colômbia e o Equador e preocupação com as fronteiras do Brasil.....	108	Homenagem ao Jornal O Estado de Minas, pelo seu aniversário de oitenta anos de fundação....	121
Apresentação de requerimento de congratulações ao jornal Estado de Minas, que completa 80 anos.	108	EPITÁCIO CAFETEIRA	
Requerimento nº 224, de 2008, que requer seja oficiado, voto de aplauso ao jornal mineiro Estado de Minas pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, a partir do dia 7 de março de 1928.....	127	Considerações aos resultados recentes da dívida externa brasileira.....	404
EDUARDO SUPLICY		EXPEDITO JÚNIOR	
Preocupação com a situação de brasileiros impedidos de ingressar em países da Europa, especialmente na Espanha.	93	Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2008, que altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas.	397
Apoio ao esforço do Presidente Garibaldi Alves Filho, para o entendimento entre a Base de Apoio, a Oposição e o Executivo, cumprimenta os jornalistas Franklin Martins, Tereza Cruvinel e Helena Chagas que estão à frente da empresa Brasil de Comunicação e pede a transcrição do documento intitulado “TV Pública: uma necessidade democrática”.	543	Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, que altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.....	398
Requerimento nº 243, de 2008, requer que o Senador Federal conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter prisioneiros a técnicas duras de interrogatório como a de afogamento e outras formas de tortura, ou que explicitamente proíbe a qualquer indivíduo que esteja sob a custódia e controle de um elemento da comunidade de inteligência, não importando a sua nacionalidade ou localização física, de ser submetido a qualquer tratamento ou técnica de interrogatório não autorizado pelo Manual de Campo do Exército dos EUA referentes às Operações do Inquiridor de Inteligência Humana.	592	Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	630
Solicita aprovação de requerimento de sua autoria conclamando ao Congresso Americano a derrubada do veto do Presidente George Bush.	650	Defesa de reajuste salarial nas Forças Armadas.	635
EFRAIM MORAIS		Considerações sobre o desmatamento no Estado de Rondônia. A importância do Programa Calha Norte para a defesa da Amazônia.....	635
Requerimento nº 232, de 2008, que requer a realização de sessão especial em comemoração ao centenário de fundação do Jornal O Norte, que se dará em 7 de maio de 2008.....	401	FÁTIMA CLEIDE	
		Manifestação em defesa da “Lei Maria da Penha”.	632
		Destaque para os avanços do ensino tecnológico no País.	632
		Comemoração pela aprovação ontem, da TV-Pública.....	632

Pág.	Pág.
FERNANDO COLLOR	
Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2008, que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências.....	625
9	Homenagem aos sessenta anos da Associação Pestalozzi de Niterói. Homenagem a todas as mulheres do Brasil pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.....
Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2008, que altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.....	625
43	Reforço ao pleito do Senador Paulo Paim, em relação à valorização dos aposentados.
Requerimento nº 226, de 2008(CRE), que requer sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, as seguintes informações referentes a atos internacionais: Relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares; Esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou Organização Internacional interessada; Justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, bem como seu estágio atual.....	35
128	Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas.
FLÁVIO ARNS	126
Parecer nº 160, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2007 (nº 262/2007, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná”.....	147
232	Crítica à lista dos trinta e seis municípios que mais desmatam na Região Amazônica, pelo fato da existência do nome do município de Paragominas no Pará. Registro da relevante atuação do município na preservação do meio ambiente.....
Pedido de esclarecimento de um aspecto, com relação a pauta a que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385.....	149
495	Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino com relação ao Orçamento da União. Aparte ao Senador José Agripino.
Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385.....	263
497	Parecer nº 170, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2008 (nº 269/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.
Discussão da matéria que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008).	339
511	Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.
	Requerimento nº 234, de 2008, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Presidente da Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO pelos nove anos de trabalho no Estado do Pará. Requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Ilustríssima Srª Ana Klautau Leite.
	402
	Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.
	475
	Elogios e apoio ao Senador Cristovam Buarque por seu pronunciamento referente à educação. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.
	655
	Defesa do projeto de lei de sua autoria que objetiva garantir municípios viáveis.
	656

FRANCISCO DORNELLES

Parecer nº 171, de 2008, de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao ,§ 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.....	407
Emissão de parecer, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao ,§ 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.....	407
Discussão da matéria que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008).	509
Posicionamento favorável à derrota da Medida Provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais e defesa de medidas rígidas para os motoristas alcoolizados.	631
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Francisco Dornelles.	631
Posicionamento favorável à derrota da Medida Provisória que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais e defesa de medidas rígidas para os motoristas alcoolizados.	631
Registro de ato público realizado pelos defensores públicos do Acre.....	123
Manifestação sobre o recente episódio envolvendo Equador e Colômbia.....	123
Lamento pela ausência de uma política agrícola no Estado do Acre.....	314
Registro da inauguração de agência da Caixa Econômica Federal no município de Sena Madureira, no Acre.	314
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	331
Requerimento nº 236, de 2008, que requer, como membro da Comissão de Relações Exterio-	

Pág.

Pág.

res e Defesa Nacional, tendo sido indicado para participar da delegação parlamentar que visitará Cingapura, Indonésia, Timor Leste e Vietnã, em atendimento a convites formulados pelo Legislativo dos referidos países, autorização para o desempenho da referida viagem. Informa que estará ausente do País no período de 14 a 24 de março para participar da referida missão.	403
Solidariedade às reivindicações das jornalistas quanto ao padrão de vestimenta permitida no Plenário do Senado.	419
Apoio ao Senador Valdir Raupp por seu pronunciamento com reflexões ao desmatamento da Amazônia brasileira. Aparte ao Senador Valdir Raupp.....	622
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim.	629
GERSON CAMATA	
Requerimento nº 215, de 2008 que requer Voto de Pesar e de Solidariedade a Srª Tetê Lino Rosetti e aos seus filhos Isabela, Bernardo e Giovana.	3
Considerações a respeito das ações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).	167
Análise do comportamento de Hugo Chávez e suas ligações financeiras com os narcoguerrilheiros.	230
Pedido de CPI para investigar um movimento nacional de organismos subversivos, comandados pelo Foro de São Paulo e pelas Farc. Solidariedade à Vale do Rio Doce.	623
Homenagem ao fotógrafo capixaba Sebastião Salgado.	623
Solidariedade ao Presidente Garibaldi Alves pela postura adotada durante a sessão de ontem. Apelo pelo cumprimento do Regimento Interno do Senado Federal.	623
Pedido de CPI para investigar um movimento nacional de organismos subversivos, comandados pelo Foro de São Paulo e pelas Farc. Solidariedade à Vale do Rio Doce.	623
Homenagem ao fotógrafo capixaba Sebastião Salgado.	623
GILVAM BORGES	
Registro da liberação de recursos públicos para o Amapá.	114
Considerações sobre a proposta de reforma tributária enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal.....	114

	Pág.		Pág.
HERÁCLITO FORTES			
Contestação sobre a notícia publicada pela Agência Brasil, acusando o orador de dificultar a votação do orçamento.	144	te da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	469
Considerações ao discurso proferido pela Senadora Lúcia Vânia com relação ao Orçamento da União. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	154	Registro de sua retirada em protesto aos recentes acontecimentos em um desrespeito a Casa, e lamentando que o Senador Romero Jucá, tenha pautado as duas próximas votações sem aguardar uma decisão do Presidente.	495
Apoio ao Senador Cícero Lucena por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Cícero Lucena.....	202	IDELI SALVATTI	
Esforço da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de esclarecer os fatos atinentes aos brasileiros que estão encontrando dificuldades para ingressarem na Espanha.....	218	Comentários sobre a audiência pública em defesa da mulher.	91
Considerações entre os Presidentes do Equador, Colômbia, Venezuela e Brasil, hoje, em reunião na República Dominicana.....	218	Apelo ao Senador Cristovam Buarque para que aproveitando sua ida ao estado e levar aos Gaúchos a preocupação com a violência à mulher. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	92
Considerações sobre a demora na votação do Orçamento da União.....	218	Registro de matéria do site do <i>Wall Street Journal</i> , que saudou o Brasil como “o novo rei dos emergentes”.....	121
Parecer nº 168, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2007 (nº 180/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Aurora, Estado do Ceará.....	257	Alerta de risco de apagão elétrico em Joinville/SC.	121
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	331	Homenagem à todas as mulheres pelo do Dia Internacional da Mulher que transcorrerá no dia 08 de março.....	121
Requerimento nº 237, de 2008, que requer seja autorizado afastamento, do requerente, dos trabalhos desta Casa no período de 14 a 24 de março, para cumprir missão oficial em Cingapura, na Indonésia, no Vietnã e no Timor Leste. A missão, decorrente de convite daqueles Parlamentos, tem por objetivo fomentar maior intercâmbio entre o Brasil e aquela região asiática, bem como verificar a salvaguarda da comunidade brasileira estabelecida no Timor Leste, em face das mudanças do quadro político interno daquele país. Comunica, ainda, que estará ausente do país no mesmo período.	403	Parecer nº 161, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2007, (nº 244/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina....	235
Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana.....	416	Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro.....	432
Registro da visita do Embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró.	420	Comentários sobre o funcionamento da Casa e como é feito a tramitação de votação de matérias.....	461
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (provenien-		Satisfação com dados do IBGE indicando crescimento do PIB brasileiro.	644
		INÁCIO ARRUDA	
		Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2008, que altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama.	8
		Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2008, que dá o nome de Museu Histórico do Senado Federal Candido Portinari (MUSEN) ao Museu Histórico do Senado Federal.	78

VIII

	Pág.		Pág.
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	329	Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização.....	549
Requerimento nº 233, de 2008, que requer, na forma de aditamento ao Requerimento nº 50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 10 de abril de 2008.....	402	Aplausos à postura do Presidente Garibaldi Alves Filho durante a sessão de ontem. Satisfação pela aprovação da TV-Pública.	649
Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização.....	547	JOÃO RIBEIRO	
Encaminha à Mesa Diretora o requerimento que pede urgência na apreciação do projeto de incorporação do Banco do Estado do Piauí pelo Banco do Brasil.....	638	Registro da visita do Presidente Lula, dia 11 de março de 2008, ao Estado de Tocantins.....	285
Apoio ao Senador Renato Casagrande por seu pronunciamento homenageando os Bibliotecários. Aparte ao Senador Renato Casagrande. ..	638	JOÃO VICENTE CLAUDINO	
JARBAS VASCONCELOS		Requerimento nº 218, de 2008 que requer que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Professor Dr. Antonio Carlos Lopes....	5
Observações sobre a grandeza do Estado de Pernambuco. Análise da gestão de S.Exa. no governo de Pernambuco entre janeiro de 1999 e março de 2006.....	286	Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2008, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.	7
JAYME CAMPOS		Registro, nos Anais do Senado, de visita realizada à região de São João do Piauí - PI.	111
Comentário sobre dificuldade que o estado do Mato Grosso vem passando, com a demora do georreferenciamento feito pelo INCRA, impossibilitando o recadastramento de propriedades rurais.	146	Homenagem ao médico Antonio Carlos Lopes.	111
Aponta laço ideológico entre Governo Lula e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e cobra firme posição do Brasil contra o referido movimento revolucionário.....	159	JOSÉ AGRIPINO	
Proposta ao Governo de criação de Força Nacional de Fronteira para proteção de nossas fronteiras.....	162	Considerações sobre a posição do DEM e PSDB, com relação ao Orçamento da União. Exige distribuição justa de verbas do Anexo de Metas e Prioridades para votar Orçamento.....	148
Apoio ao Senador Wellington Salgado por seu pronunciamento de alerta á autoridades para o prejuízo que tem sofrido os Estados mineradores bem os como Estados produtores. Aparte ao Senador Wellington Salgado.	166	Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	348
JOÃO PEDRO		Denuncia o ultraje de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida mediante ordem judicial concedida por uma juíza de Salvador, por acaso esposa do Deputado Nelson Pelegrino do PT da Bahia, para inventário de obra de arte.....	348
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Álvaro Dias, opondo-se a sua posição quanto à reforma tributária. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	295	Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro.....	440
Registro do editorial da <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “Eu não sou cachorro, não!”, que analisou o caso dos brasileiros impedidos de ingressar na Espanha.	304	Comentários em relação à discussão da Medida Provisória nº 396, de 4 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, certificados Financeiros do Tesouro.	454
		Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo	

	Pág.		Pág.
considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	479	considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	471
Críticas a atuação do Governo Federal que estar transformando o Congresso e tirando a credibilidade da Casa.	492		
JOSÉ NERY		LÚCIA VÂNIA	
Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior na comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	333	Considerações sobre as negociações para resolver o impasse em torno da votação do Orçamento.	151
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	333	Rebate a acusações de que a permissão para a utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas tenha passado despercebida no Congresso Nacional.	151
Apoio à TV Pública como instrumento de cidadania, democratização da informação e integração do Brasil.	546	MAGNO MALTA	
JOSÉ SARNEY		Requerimento nº 225, de 2008, que requer autorização para ausentar-se do País, representando o Senado Federal, em Porto Rico, em missão a convite do Senado daquele País e da Universidade Federal de Turano em Congresso sobre Tecnologia direcionada a Educação, nos dias 10, 11 e 12 de março do corrente conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal.	128
Solicita que o Senador Romero Jucá peça a retirada dos Anais do Senado de sua declaração anterior de que o Senado estaria perdendo tempo com a Oposição fazendo referências de solidariedade à viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães, que não poderiam ser feitas naquele momento.	542	Crítica à liberdade da imprensa de atacar a honra de qualquer cidadão sem punição por se valer de leis que a protege. Aparte ao Senador Marcelo Crivella.	133
KÁTIA ABREU		MÃO SANTA	
Requerimento nº 219, de 2008 que Solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior informações sobre a Resolução nº 42, de 6 de dezembro de 2005, e Resolução nº 42, de 19 de dezembro de 2006, ambas da Camex.	5	Defesa dos aposentados.	117
Requerimento nº 220, de 2008, que Solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre quantos pedidos de titularização de propriedades rurais em tramitação nas Superintendências Regionais do Incra.	5	Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas.	125
Registro em nome das Senadoras e das mulheres de todo o Brasil, um protesto contra o ocorrido com D. Arlete, mãe do Senador Antônio Carlos Júnior e viúva do Senador Antônio Carlos Magalhães.	352	Apoio ao Senador Álvaro Dias por seu pronunciamento referente à CPI dos Cartões. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	143
Solicitação de uma reformulação no que diz respeito ao vestuário permitido na Casa, após reivindicação de algumas jornalistas que foram abordadas na entrada do Plenário do Senado porque não usavam saia ou calça comprida.	418	Apoio ao Senador Cícero Lucena por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Cícero Lucena.	203
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo		Apoio ao Senador Heráclito Fortes por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ..	222
		Consideração sobre a aposentadoria dos idosos.	225
		Considerações sobre a proibição da venda de bebidas nas rodovias federais.	225
		Homenagem às mulheres pelo transcurso do "Dia Internacional da Mulher".	225
		Posicionamento sobre as FARC, e a relação que o Brasil tem com ela.	225
		Considerações ao Senador Paulo Paim pelo seu pronunciamento a respeito do Meio Ambiente. Aparte ao Senador Paulo Paim.	277

	Pág.		Pág.
Apoio ao Senador Augusto Botelho por seu pronunciamento sobre pesquisa com células-tronco embrionária. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	307	Estado de Pernambuco. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	287
Considerações sobre a medida que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais.....	308	Apoio ao Senador Flexa Ribeiro na comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	340
Questionamento ao discurso do Senador Sibá Machado que apresentou dados sobre o governo do Piauí.....	314	Apoio ao Senador Tasso Jereissati por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.....	348
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	336	Reflexões sobre a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB.	641
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	472	MARCONI PERILLO	
Leitura de relação de obras inacabadas no Estado do Piauí.	674	Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães, Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana.....	415
MARCELO CRIVELLA		Encaminhamento a votação com opinião contrária ao Art. 2º da PLV nº 1, de 2008, significando grande retrocesso, uma espécie de reestatização do setor elétrico.	467
Requerimento nº 217, de 2008 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) que requer voto de louvor a Dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, pelos extraordinários serviços prestados à humanidade, principalmente durante os períodos das ditaduras que ocorreram nos países da América do Sul.....	4	MARIO COUTO	
Importância da CPI dos cartões corporativos.....	131	Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2008, que acrescenta § 5º ao art. 55 da Constituição Federal, para prever que na apuração de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, poderá obter informações relativas à movimentação bancária, às comunidades telefônicas e aos dados fiscais do investigado.	79
Discussão da Medida Provisória nº 396, de 04 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro.....	429	Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição para prever que, na apuração de procedimento incompatível com decoro parlamentar, a Câmara ou o Senado poderão obter informações relativas à movimentação bancária, comunicações telefônicas e outros dados dos investigados.	89
Elogio ao presidente na condução da importante votação da sessão de hoje e homenageia os jornalistas Franklin Martins, Helena Chagas e Tereza Cruvinel, que colaboraram para a aprovação da TV Pública.	543	Defesa dos aposentados.....	89
MARCO MACIEL		Indignação com a violência de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte.	351
Parecer nº 169, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2007 (nº 298/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.	260	Discussão contrária a Medida Provisória nº 396, de 4 de outubro de 2007, que autoriza a União a permutar, até 31 de dezembro de 2008, Certificados Financeiros do Tesouro.....	434
Apoio ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu pronunciamento sobre o desenvolvimento do		Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo	

	Pág.		Pág.
considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	477	Senhora Arlete Magalhães, e apelo ao Governo Federal, para que seja mais enérgico em manifestar-se contra a violência inaceitável pela sociedade baiana.....	416
MARISA SERRANO		Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta dos parlamentares ao questionarem a votação.....	481
Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	478	Homenagem às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.....	574
MOZARILDO CAVALCANTI		Registro da matéria intitulada “Um raio-X da saúde dos brasileiros”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 5 de março de 2008.....	574
Apoio ao senador Álvaro Dias ao homenagear o Dia Internacional da Mulher e homenageia a Senadora colombiana Ingrid Bettancourt, refém das FARC. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	172	Comemoração do Dia do Bibliotecário e homenagem aos servidores da Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal.....	666
Homenagem ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.	175	PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Considerações sobre sua candidatura à cadeira de Grão-Mestre-Geral do Grande Oriente do Brasil, Presidente Nacional da Maçonaria.	175	Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	324
Solicitação de prioridade na apreciação de projeto de resolução de autoria de S.Exa., que cria a Comissão da Amazônia.	175	Apoio à Senadora Fátima Cleide por seu pronunciamento em defesa da “Lei Maria da Penha”. Aparte à Senadora Fátima Cleide.....	634
Apoio ao discurso do Senador Paulo Paim em relação a situação dos brasileiros na Espanha. Aparte ao Senador Paulo Paim.	186	Alerta pela necessidade de melhorar a qualidade da educação no País.....	647
Leitura do artigo publicado no Correio Brasileiro, de autoria do Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado, com o título: A produção do Senado Federal.	191	Crítica à proposta de redução da maioria penal.	647
Apoio ao Senador Heráclito Fortes por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	223	PAULO PAIM	
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mão Santa. Aparte ao Senador Mão Santa. .	228	Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2008, que institui o Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes.....	35
Protesto contra a retirada dos moradores da área indígena Raposa Serra dos Sol, em Roraima.....	230	Cumprimentos à iniciativa do Governo de lançar os Programas Pró-Jovem Adolescente e Territórios da Cidadania.....	84
OSMAR DIAS		Registro de convite recebido do Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares para a formatura de 126 jovens negros, em Administração de Empresas, e da realização da nona Edição da Expodireto Cotrijal, Feira Agrodinâmica do Mercosul.....	84
Questionamento sobre o encaminhamento à Câmara dos Deputados, da proposta de reforma tributária do Governo Federal.....	618	Registra o investimento que o MEC está fazendo no ensino técnico. Destaque para a Olimpíada de Matemática conquistada por um estudante deficiente.	84
PAPALÉO PAES		Parabeniza a Eletrosul pelo lançamento do Edital de Seleção de Projetos para Patrocínios Social e Institucional.	84
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	337		
Manifestação de indignação ao ato de violência sofrido pela viúva de Antonio Carlos Magalhães,			

	Pág.		Pág.
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Mário Couto referente aos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto.....	90	Indignação com a violência de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte.	350
Registro do encaminhamento de dois requerimentos, com relação aos aposentados, e solicitação de encaminhamento do mesmo, à votação.	125	RENATO CASAGRANDE	
Requerimento nº 223, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 22 de abril de 2008, destinada a homenagear o Aposentado do Serviço Público.	127	Projeto de Lei do Senado nº 63, DE 2008, que dispõe sobre o comparecimento do Ministro do Meio Ambiente no Congresso Nacional para prestar contas periodicamente sobre sua atuação na proteção ambiental.	77
Apoio ao senador Álvaro Dias ao homenagear o Dia Internacional da Mulher e homenageia a Senadora colombiana Ingrid Bettancourt, refém das FARC. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	171	Requerimento nº 227, de 2008, que solicita a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal....	130
Cumprimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti por sua candidatura à cadeira de Grão-Mestre-Geral da Maçonaria. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	179	Parecer nº 173, de 2008, de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências, proveniente da Medida provisória nº 398, de 10 outubro de 2007.....	497
Saudação às mulheres pela comemoração amanhã, do Dia Internacional da Mulher.....	185	Proferimento de Parecer nº 173, de 2008, de Plenário, que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008).	497
Protesto pela situação dos brasileiros na Espanha.....	185	Comentários sobre a sessão de ontem do Senado Federal, a aprovação da TV Pública. Encaminhamento ao Presidente do Senado de uma proposta de agenda positiva para o Senado.	638
Apoio ao Senador Cícero Lucena por seu pronunciamento. Aparte ao Senador Cícero Lucena.	200	Sugestão de proposta de reformulação do Código Penal.	638
Manifestação sobre a questão do meio ambiente.....	275	Registro do transcurso do Dia do Bibliotecário, hoje, 12 de março.	638
Adiamento da votação das matérias de interesse dos aposentados, até que se desobstrua a pauta.....	549	ROMERO JUCÁ	
Saúda a aprovação da TV Pública como instrumento de cidadania e democratização.....	549	Manifesta sua solidariedade à denúncia feita acerca da invasão à residência da viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães.....	350
Reafirmação do compromisso assumido em favor dos aposentados e pensionistas.....	629	Apelo para o início de Ordem do Dia, registrando que o Senador Cafeteira se deslocou do hos-	
Manifestação de satisfação pela aprovação ontem, da TV-Pública.....	629		
Cumprimentos ao Senador Flávio Arns por sua luta pelas causas sociais.	629		
PEDRO SIMON			
Apoio ao Senador Álvaro Dias por seu pronunciamento referente à CPI dos Cartões. Aparte ao Senador Álvaro Dias.....	142		
Requerimento nº 229, de 2008, que requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2006.	283		
Apelo ao Presidente Garibaldi Alves Filho para a extinção da pena imposta ao servidor do Senado Marcos Santi, punido por ter acusado o ex-presidente Renan Calheiros de usar o cargo para manipular o processo de cassação.	299		

Pág.	Pág.		
pital, sem receber alta, para votar hoje no plenário do Senado.....	350		
Requerimento nº 238, de 2008, que requer o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1/2008.....	444		
Encaminhamento de votação da matéria sobre o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1 de 2008, que versa sobre a matéria da TV Pública.....	444		248
Registro das votações nominais que ainda tem a ser votadas e Apelo a todos os parlamentares que fiquem para seja votada as três Medidas Provisórias.....	460		
Parecer nº 172, de 2008, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 397 de 2008, que revoga a Medida Provisória nº 385 de 2008, que versa pela queda da urgência e, portanto, pela rejeição do princípio da constitucionalidade da urgência e relevância.....	489		251
Proferimento de parecer nº 172, de 2008, que versa sobre a Medida Provisória nº 397, que na verdade revoga a Medida Provisória nº 385, pela queda de urgência, e, portanto pela rejeição do princípio da constitucional da urgência e relevância.....	489		
Agradecimento a oportunidade de se redimir, reiterando sua solidariedade a D. Arlete Magalhães, e aplaudindo a decisão do Presidente de criar uma comissão de senadores para acompanhar a questão.	543		
Informações sobre as ações do PAC nas áreas de habitação, transporte e energia elétrica.....	586		
ROMEU TUMA			
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.....	110		
Preocupação com o crescimento de grampos telefônicos e com a venda desenfreada dos equipamentos de qualquer espécie.....	118		
Preocupação com a situação de brasileiros impedidos de ingressar na Espanha.	118		
Discussão hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do conflito entre Equador e Colômbia.....	118		
Parecer nº 164, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007 (nº 197/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.....	244		
		Parecer nº 165, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2007 (nº 216/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo.....	248
		Parecer nº 166, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2007 (nº 243, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.....	251
		Parecer nº 167, de 2008, Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2007 (nº 280 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.	254
		Apelo ao Governador de São Paulo no sentido de rever a remuneração dos policiais.	616
		Justificação de requerimento de homenagem ao Delegado Dr. Jorge Miguel, falecido recentemente.	616
		SÉRGIO GUERRA	
		Homenagem pelo sétimo ano do falecimento do ex-Senador Mário Covas.	125
		Considerações ao discurso proferido pela Senadora Lúcia Vânia com relação ao Orçamento da União. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	151
		Comentários sobre a votação da matéria que encerra a discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1 de 2008, que versa sobre a matéria da TV Pública.....	450
		Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	480
		SÉRGIO ZAMBIASI	
		Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2008, que altera o art. 1.122 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e o inciso	

	Pág.		Pág.
III do § 2º do art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), e revoga os §§ 2º e 3º do art. 3º da mesma Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio) e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, afim de suprimir, nas separações judiciais, a necessidade da audiência de ratificação.	41	Leitura da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, fazendo algumas considerações.	426
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Romeu Tuma. Aparte ao Senador Romeu Tuma...	119	Encaminhamento de votação da matéria sobre o encerramento da discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1 de 2008, que versa sobre a matéria da TV Pública.....	447
Requerimento nº 222, de 2008, que requer Voto de Lembrança ao saudoso Mário Covas, pelo sétimo ano do seu falecimento.	126	Esclarecimento sobre sua postura e convívio dentro do Senado Federal. apreço por coisas que lhe são caras dentro da Casa.....	451
SERYS SLHESSARENKO		Encaminhamento a votação da matéria que requer destaque para q votação em separado, para suprimir o art.2º do PLV nº 1, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007), fazendo considerações à conduta do parlamento ao questionarem a votação.	476
Lembrança sobre a sessão de ontem, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.....	665	TIÃO VIANA	
Conclamação às mulheres brasileiras para que se candidatem aos cargos de vereadoras e prefeitas nas eleições municipais de 2008.	665	Considerações a esclarecimentos quanto a aspectos com relação a pauta que trata da Medida Provisória nº 397, que revoga a Medida Provisória nº 385..	496
SIBÁ MACHADO		Discussão da matéria que versa sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências (provenientes da Medida provisória nº 398, de 2008).	510
Requerimento nº 221, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no dia 4 de dezembro, dedicado a memória do ambientalista e seringueiro Chico Mendes, falecido em 22 de dezembro de 1988.	6	Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento em favor dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	630
Elogio ao Governo pela edição de decreto que institui novas regras para combate ao desmatamento na Amazônia.....	144	VALDIR RAUPP	
Registro do recebimento de nota emitida pelo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, demonstrando insatisfação pelo último episódio de deportação de um brasileiro na Espanha.....	148	Encaminhamento da votação com sugestões de encerramento para que não se prolongue a discussão.....	455
Balanço do resultado das medidas adotadas no Estado do Piauí pelo governador Wellington Dias...	311	Exalta os trabalhos do Senado Federal no dia de ontem, especialmente a atitude do Presidente Garibaldi Alves.....	620
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Augusto Botelho. Aparte ao Senador Augusto Botelho....	644	Reflexão sobre o desmatamento da Amazônia brasileira.	620
Apelo à Confederação Nacional da Agricultura, no sentido de não aceitarem o trabalho escravo. Registro de ato pela aprovação da chamada PEC do Trabalho Escravo.....	648	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
TASSO JEREISSATI		Considerações ao discurso proferido pelo Senador José Agripino com relação ao Orçamento da União. Aparte ao Senador José Agripino.	150
Comemoração dos oitenta anos de fundação do jornal O Povo.	335	Defesa de aumento no repasse de royalties a Minas Gerais.....	163
Indignação com a violência de que foi vítima D. Arlete Magalhães, viúva do saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve sua residência invadida, mediante ordem judicial, para inventário de obra de arte.	348		